



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1716

Quinta-feira - 02 de Abril de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	2	Imbituba	327	São João do Sul	696
Água Doce	3	Indaial	333	São Joaquim	700
Alto Bela Vista	10	Iomerê	337	São José	709
Anchieta	11	Ipumirim	356	São José do Cedro	727
Antônio Carlos	20	Irineópolis	367	São Lourenço do Oeste	732
Arroio Trinta	22	Itá	368	São Pedro de Alcântara	737
Ascurra	24	Itaiópolis	370	Schroeder	737
Balneário Rincão	31	Itapiranga	371	Sombrio	755
Benedito Novo	31	Itapoá	378	Tigrinhos	769
Biguaçu	32	Ituporanga	381	Timbé do Sul	769
Blumenau	37	Joaçaba	384	Timbó	774
Bom Jesus do Oeste	57	Lages	520	Treze Tilias	784
Bom Retiro	57	Lebon Regis	524	Tunápolis	785
Braço do Trombudo	59	Lindóia do Sul	525	Urussanga	785
Brusque	66	Luzerna	526	Vargeão	787
Caçador	80	Macieira	527	Vargem Bonita	787
Campo Alegre	105	Mafra	530	Videira	788
Campos Novos	137	Maracajá	543	Vitor Meireles	790
Canoinhas	144	Maravilha	543	Xavantina	796
Capinzal	165	Massaranduba	544	Xaxim	805
Catanduvas	170	Meleiro	544		
Caxambu do Sul	182	Modelo	547	Associações	
Celso Ramos	183	Monte Carlo	555	GRANFPOLIS	807
Chapadão do Lageado	183	Morro da Fumaça	559		
Cocal do Sul	186	Navegantes	560	Consórcios	
Concórdia	186	Nova Trento	583	CIGA	808
Cordilheira Alta	213	Orleans	584	CIMCATARINA	810
Coronel Freitas	216	Ouro	585	CIS Nordeste	811
Coronel Martins	223	Ouro Verde	585	CIS-AMAVI	984
Correia Pinto	226	Palhoça	586	Consórcio CISAMA	985
Corupá	231	Palmitos	590	CIRSURES	986
Curitibanos	246	Papanduva	594		
Dionísio Cerqueira	259	Passo de Torres	606		
Doutor Pedrinho	264	Paulo Lopes	609		
Ermo	267	Penha	611		
Forquilha	288	Peritiba	612		
Fraiburgo	289	Pinheiro Preto	612		
Garopaba	293	Pomerode	619		
Garuva	297	Ponte Serrada	640		
Gaspar	299	Porto União	671		
Governador Celso Ramos	305	Presidente Castello Branco	674		
Grão Pará	306	Rio do Sul	675		
Guaraciaba	306	Salto Veloso	678		
Guaramirim	308	Santa Terezinha do Progresso	680		
Guarujá do Sul	310	Santiago do Sul	681		
Herval d'Oeste	310	São Bento do Sul	682		
Ibiam	315	São Carlos	688		
Ilhota	325	São Domingos	689		
Imarui	326	São João do Oeste	689		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Charles R. Schwambach - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Leandro Rateke, Marcus V. da Silveira e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Abdon Batista**PREFEITURA****PROCESSO 58/2015 PP 46/2015**

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 58/2015
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 46/2015
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E ESCOLAR.
TIPO : Menor preço POR ITEM.
Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 16 de Abril de 2015. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 01 de abril de 2015.
Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Nilton Jose Mocelin
Pregoeiro

TOMADA DE PREÇOS 03/2015

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 09/2015
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS 03/2015

Objeto: TOMADA DE PREÇOS PARA ADEQUAÇÕES DAS INSTALAÇÕES ELETRICAS INTERNAS DA UNIDADE BASICA DE SAUDE JOSE MOCELIN DE ACORDO COM PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO.
TIPO : Menor preço POR ITEM.
Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 22/04/2015. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 26 de março de 2015.
Lucimar Antônio Salmoria
Prefeito Municipal

Joao Paulo da Silva
Presidente da comissão de licitação

TOMADA DE PREÇOS 04/2015

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 10/2015
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS 04/2015

Objeto: TOMADA DE PREÇOS PARA CONSTRUÇÃO DE SUBESTAÇÃO DE 112,5Kva NA UNIDADE BASICA DE SAUDE JOSE MOCELIN
TIPO : Menor preço POR ITEM.
Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 23/04/2015. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 26 de março de 2015.
Lucimar Antônio Salmoria
Prefeito Municipal

Joao Paulo da Silva
Presidente da comissão de licitação

Água Doce

PREFEITURA

09 TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº46 2010

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 46/2010

Termo Aditivo Ao Contrato de Prestação de Serviços n. 46/2010, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça João Macagnan, CNPJ sob o nº 11.430.533/0001-20, na cidade de Água Doce, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. NOVELLI SGANZERLA, e de outro lado a Empresa MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA já devidamente qualificado no Contrato n. 46/2010 de 30.03.2010, neste ato representada por Sheila Mantoani, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Prorroga o prazo do referido contrato até 30/05/2015 com alteração dos valores abaixo:

Item	Descrição	Quantidade	Seguradora	Valor Unitário R\$	Valor Total (R\$)
1	SEGURO CONTRA TOTAL PARA O VEÍCULO VW SPIN 1.8 MT LT ANO / MODELO 2014 PLACA QHD 5684 COM AS SEGUINTE COBERTURAS: CASCO: 100% DA FIPE FRANQUIA R\$ 735,75 DANOS MATERIAIS R\$ 50.000,00 DANOS CORPORAIS R\$ 50.000,00 DANOS MORAIS: R\$ 30.000,00 APP MORTE / INVALIDEZ E DMH R\$ 25.000,00 ASSISTÊNCIA COMPLETA VIDROS, LANTERNAS, RT E FARÓIS.	01	Porto Seguro	R\$ 151,65	R\$ 151,65
2	SEGURO TOTAL E PASSAGEIROS PARA VEÍCULO IVECO / FIAT MICRO ONIBUS CITY CLASS ESCOLAR 2.8 TB PLACA: MKW 4956 COM AS SEGUINTE COBERTURAS: CASCO R\$ 132.998,02 FRANQUIA R\$ 3.910,14 DANOS MATERIAIS R\$ 50.000,00 DANOS CORPORAIS R\$ 50.000,00 DANOS MORAIS: R\$ 30.000,00 APP MORTE / INVALIDEZ E DMH R\$ 25.000,00 ASSISTÊNCIA COMPLETA	01	Porto Seguro	R\$ 473,57	R\$ 473,57
3	SEGURO CONTRA TERCEIROS E PASSAGEIROS PARA VEÍCULO MARCOPOLLO VOLARE MICRO ONIBUS ANO 2004 LOTAÇÃO DO VEÍCULO 24 PASSAGEIROS PLACA MEP 9312 COM AS SEGUINTE COBERTURAS: DANOS MATERIAIS R\$ 50.000,00, DANOS CORPORAIS R\$ 50.000,00, DANOS MORAIS: R\$ 30.000,00	01	Porto Seguro	R\$ 342,60	R\$ 342,60
	APP MORTE / INVALIDEZ E DMH R\$ 25.000,00 ASSISTÊNCIA COMPLETA				

4	<p>SEGURO CONTRA TERCEIROS E PASSAGEIROS PARA VEÍCULO KOMBI 1.4 LOT 15 PASSAGEIROS, PLACA MEP2843 ANO 2008 COM AS SEGUINTEs. COBERTURAS: DANOS MATERIAIS R\$ 50.000,00, DANOS CORPORAIS R\$ 50.000,00 DANOS MORAIS: R\$ 30.000,00 APP MORTE / INVALIDEZ E DMH R\$ 25.000,00 ASSISTÊNCIA COMPLETA</p>	01	Porto Seguro	R\$ 255,59	R\$ 255,59
5	<p>SEGURO TOTAL E PASSAGEIROS PARA VEÍCULO IVECO DAILY CITY CLASS 70C17 ESCOLAR ANO 2012/2013 PLACA MKV7606 COM AS SEGUINTEs COBERTURAS: CASCO VD R\$ 135.254,19 FRANQUIA R\$ 2.056,00 DANOS MATERIAIS R\$ 50.000,00, DANOS CORPORAIS R\$ 50.000,00; DANOS MORAIS: R\$ 30.000,00 APP MORTE / INVALIDEZ E DMH R\$ 25.000,00 ASSISTÊNCIA COMPLETA</p>	01	Porto Seguro	R\$ 115,13	R\$ 115,13
06	<p>SEGURO CONTRA TERCEIROS E PASSAGEIROS PARA VEÍCULO KOMBI 1.4 LOT. 15 ANO 2008/2009 PLACA MFG 5677 PASSAGEIROS COM AS SEGUINTEs COBERTURAS: DANOS MATERIAIS R\$ 50.000,00, DANOS CORPORAIS R\$ 50.000,00, DANOS MORAIS: R\$ 30.000,00 APP MORTE / INVALIDEZ E DMH R\$ 25.000,00 ASSISTÊNCIA COMPLETA</p>	01	Porto Seguro	R\$ 115,13	R\$ 115,13
07	<p>SEGURO CONTRA TERCEIROS E PASSAGEIROS PARA VEÍCULO KOMBI, LOT. 12 PASSAGEIROS PLACA MGP 0209 ANO: 2008/2009 COM AS SEGUINTEs COBERTURAS: DANOS MATERIAIS R\$ 50.000,00, DANOS CORPORAIS R\$ 50.000,00, DANOS MORAIS: R\$ 30.000,00 APP MORTE / INVALIDEZ E DMH R\$ 25.000,00 ASSISTÊNCIA COMPLETA</p>	01	Porto Seguro	R\$ 115,13	R\$ 115,13
08	<p>SEGURO CONTRA TERCEIROS E PASSAGEIROS PARA VEÍCULO KOMBI 1.4 , LOT. 15 PASSAGEIROS PLACA MHD 3153 ANO: 2009 COM AS SEGUINTEs COBERTURAS: DANOS MATERIAIS R\$ 50.000,00, DANOS CORPORAIS R\$ 50.000,00, DANOS MORAIS: R\$ 30.000,00 APP MORTE / INVALIDEZ E DMH R\$ 25.000,00 ASSISTÊNCIA COMPLETA</p>	01	Porto Seguro	R\$ 115,13	R\$ 115,13

09	SEGURO TOTAL E PASSAGEIROS PARA VEÍCULO VW 15.190 ONIBUS PLACA MLF-3047 ANO 2012/2013 COM AS SEGUINTE COBERTURAS: CASCO VD R\$ 204.201,78 FRANQUIA R\$ 9.546,00 DANOS MATERIAIS R\$ 50.000,00, DANOS CORPORAIS R\$ 50.000,00; DANOS MORAIS: R\$ 30.000,00 APP MORTE / INVALIDEZ E DMH R\$ 25.000,00 ASSISTÊNCIA 24 HORAS	01	Porto Seguro	R\$ 415,01	R\$ 415,01
10	SEGURO CONTRA TERCEIROS E PASSAGEIROS PARA VEÍCULO KOMBI STD 1.4 LOT 09 PASSAGEIROS, PLACA MLF-1842 ANO 2013, COM AS SEGUINTE. COBERTURAS: CASCO 100% DA FIPE FRAQUIA R\$ 872,81 DANOS MATERIAIS R\$ 50.000,00, DANOS CORPORAIS R\$ 50.000,00; DANOS MORAIS: R\$ 30.000,00 APP MORTE / INVALIDEZ E DMH R\$ 25.000,00 ASSISTÊNCIA COMPLETA VIDROS,LT,FR E RETROVISORES	01	Porto Seguro	R\$ 190,84	R\$ 190,84
11	SEGURO CONTRA TERCEIROS E PASSAGEIROS PARA VEÍCULO FIAT STRADA CAB SIMPLES 1.4 LOT. 02 PASSAGEIROS PLACA MGD 4473 ANO/MODELO: 2008/2009 COM AS SEGUINTE COBERTURA: DANOS MATERIAIS R\$ 50.000,00, DANOS CORPORAIS R\$ 50.000,00, DANOS MORAIS: R\$ 30.000,00 APP MORTE / INVALIDEZ E DMH R\$ 25.000,00 ASSISTÊNCIA COMPLETA	01	Porto Seguro	R\$ 117,51	R\$ 117,51
12	SEGURO CONTRA TERCEIROS E PASSAGEIROS PARA VEÍCULO CAMIONETE VW 680, PLACA MAQ-0397 ANO/MODELO: 1984 COM AS SEGUINTE COBERTURAS: DANOS MATERIAIS R\$ 50.000,00, DANOS CORPORAIS R\$ 50.000,00, DANOS MORAIS: R\$ 30.000,00 APP MORTE / INVALIDEZ E DMH R\$ 25.000,00 ASSISTÊNCIA COMPLETA	01	Porto Seguro	R\$ 199,38	R\$ 199,38

Total Global R\$ 2.606,67 (Dois mil seiscentos e seis reais e sessenta e sete centavos)

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 30 de março de 2015.

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal
Contratante

SHEILA MANTOANI
Menon Corretora de Seguros Ltda
Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva
CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB 27419

11 TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº18 2010 FMS

DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 18/2010

Termo Aditivo Ao Contrato de Prestação de Serviços n. 18/2010, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça João Macagnan, CNPJ sob o nº 11.430.533/0001-20, na cidade de Água Doce, neste ato, representada pelo seu Gestor, Sr. ORLANDO FÁVERO, e de outro lado a Empresa MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA já devidamente qualificado no Contrato n. 18/2010 de 30.03.2010, neste ato representada por Sheila Mantoani, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica prorrogado o prazo do contrato até 30/05/2015 com alteração dos valores abaixo:

Item	Descrição	Quantidade	Seguradora	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO				
	RENAULT /CLIO EXPRESSION 1.0 16				
	ANO / MODELO 2017/2015				
	PLACA OKE 4217				
	COM AS SEGUINTE COBERTURAS:				
	CASCO 110 % DA FIPE				
	FRANQUIA REDUZIDA				
	DANOS MATERIAIS R\$ 50.000,00,	01	Porto	192,20	192,20
	DANOS CORPORAIS R\$ 50.000,00,		Seguro		
	APP MORTE / INVALIDEZ E DMH R\$ 25.000,00				
	DANOS MORAIS R\$ 30.000,00				
	ASSISTÊNCIA 24 HORAS				
	VIDROS, LANTERNAS, FAROIS E				
	RETROVISORES				
02	SEGURO TOTAL PARA O VEÍCULO				
	VW / VOYAGE 1.6 TOTAL FLEX				
	ANO/MODELO 2011/2011				
	PLACA MIU9271				
	COM AS SEGUINTE COBERTURAS:				
	CASCO 110% DA FIPE				
	FRANQUIA REDUZIDA				
	DANOS MATERIAIS R\$ 50.000,00,	01	Porto	131,22	131,22
	DANOS CORPORAIS R\$ 50.000,00,		Seguro		
	APP MORTE / INVALIDEZ E DMH R\$ 18.000,00				
	DANOS MORAIS R\$ 30.000,00				
	ASSISTÊNCIA 24 HORAS				
	VIDROS, LANTERNAS, FAROIS E				
	RETROVISORES				
03	SEGURO TOTAL PARA O VEÍCULO				
	FORD TRANSIT 2.4 VAN 350 TB				
	ANO/MODELO 2011/2011				
	PLACA MKE9629,				
	COM AS SEGUINTE COBERTURAS:	01	Porto	188,98	188,98
	CASCO 110% DA FIPE		Seguro		
	FRANQUIA NORMAL				
	DANOS MATERIAIS R\$ 50.000,00,				
	DANOS CORPORAIS R\$ 50.000,00				

	APP MORTE / INVALIDEZ E DMH R\$				
	40.000,00				
	DANOS MORAIS R\$ 30.000,00				
	ASSISTÊNCIA 24 HORAS				
	VIDROS, LANTERNAS, FAROIS E				
	RETROVISORES				
04	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO				
	FIAT DOBLO CARGO 1.8 16 V				
	FLEX(AMBULÂNCIA)				
	ANO/MODELO 2012/2013				
	PLACA MJW0154				
	COM AS SEGUINTE COBERTURAS:				
	CASCO: 110% DA FIPE				
	FRANQUIA REDUZIDA	01	Porto	424,95	424,95
	DANOS MATERIAIS R\$ 50.000,00,		Seguro		
	DANOS CORPORAIS R\$ 50.000,00,				
	APP MORTE / INVALIDEZ E DMH R\$				
	35.000,00				
	DANOS MORAIS R\$ 30.000,00				
	ASSISTÊNCIA 24 HORAS				
	VIDROS, LANTERNAS, FAROIS E				
	RETROVISORES.				
05	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO				
	FIAT / DOBLO 1.8 ESSENCE 16V FLEX				
	ANO/MODELO 2014				
	PLACA OKE 4297				
	COM AS SEGUINTE COBERTURAS:				
	CASCO: 110% DA FIPE				
	FRANQUIA REDUZIDA		Porto		
	DANOS MATERIAIS R\$ 50.000,00,	01		382,50	382,50
	DANOS CORPORAIS R\$ 50.000,00,		Seguro		
	APP MORTE / INVALIDEZ E DMH R\$				
	35.000,00				
	DANOS MORAIS R\$ 30.000,00				
	ASSISTÊNCIA 24 HORAS				
	VIDROS, LANTERNAS, FAROIS E				
	RETROVISORES				
06	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO FIAT				
	STRADA CAB.DUPLA 1.4 WORKING				
	FLEX				
	ANO/MODELO 2011/2012				
	PLACA MLN2849,	01	Porto	118,22	118,22
	COM AS SEGUINTE				
	COBERTURAS:		Seguro		
	CASCO: 110% DA FIPE				
	FRANQUIA REDUZIDA				
	DANOS MATERIAIS R\$ 50.000,00,				

	DANOS CORPORAIS R\$ 50.000,00,				
	APP MORTE / INVALIDEZ E DMH R\$				
	18.000,00				
	DANOS MORAIS R\$ 30.000,00				
	ASSISTÊNCIA 24 HORAS				
	VIDROS, LANTERNAS, FAROIS E				
	RETROVISORES				
07	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO				
	RENAULT /CLIO NAC 1.0 EXPR HI POWER				
	ANO/MODELO 2014/2015				
	PLACA OKE4127				
	COM AS SEGUINTE COBERTURAS:				
	CASCO: 110% DA FIPE				
	FRANQUIA REDUZIDA	01	Porto	192,22	192,22
	DANOS MATERIAIS R\$ 50.000,00,		Seguro		
	DANOS CORPORAIS R\$ 50.000,00,				
	APP MORTE / INVALIDEZ E DMH R\$				
	25.000,00				
	DANOS MORAIS R\$ 30.000,00				
	ASSISTÊNCIA 24 HORAS				
	VIDROS, LANTERNAS, FAROIS E				
	RETROVISORES				
08	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO				
	FIAT UNO 1.0 MILLE WAY ECONOMY FLEX				
	ANO/MODELO 2011/2012 PLACA				
	MLN2889,				
	COM AS SEGUINTE COBERTURAS:				
	CASCO: 110% DA FIPE				
	FRANQUIA NORMAL	01	Porto	132,88	132,88
	DANOS MATERIAIS R\$ 50.000,00,		Seguro		
	DANOS CORPORAIS R\$ 50.000,00,				
	APP MORTE / INVALIDEZ E DMH R\$				
	18.000,00				
	DANOS MORAIS R\$ 30.000,00				
	ASSISTÊNCIA 24 HORAS				
	VIDROS, LANTERNAS, FAROIS E				
	RETROVISORES				
	SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO				
09	RENAUL /CLIO HACTH HI FLEX 1.0 16 V				
	ANO / MODELO 2012				
	PLACA MJJ6074,		Porto	180,00	180,00
	COM AS SEGUINTE COBERTURAS:		Seguro		
	CASCO: 110% DA FIPE				
	FRANQUIA REDUZIDA				
	DANOS MATERIAIS R\$ 50.000,00, DANOS CORPORAIS R\$ 50.000,00, APP MORTE /				
	INVALIDEZ E DMH R\$ 37.000,00				
	DANOS MORAIS R\$ 30.000,00				
	ASSISTÊNCIA 24 HORAS				
	VIDROS, LANTERNAS, FAROIS E RETROVISORES				

Total Geral R\$: R\$ 1.943,15 (Um mil novecentos e quarenta e três reais e quinze centavos).

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 30 de março de 2015.

ORLANDO FÁVERO

Gestor do FMS

Contratante

SHEILA MANTOANI

Menon Corretora de Seguros Ltda

Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva

CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin

CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI

OAB 27419

PORTARIA 140/2015

PORTARIA Nº 140/2015 de 30 de março de 2015

“PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA ASSUMIR A VAGA”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Concede prorrogação de prazo de 15 dias úteis para assumir a vaga, à Ademir Henrique dos Santos, aprovado no Concurso Público 015/2014 no cargo de Fiscal de Tributos, consoante o artigo 12 parágrafo 1º da Lei Complementar 015/99 de 28 de dezembro de 1999, conforme requerimento anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 30 de março de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 141/2015

PORTARIA Nº 141/2015 de 01 de abril de 2015

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA.”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário JOECI DOS SANTOS, inscrito sob CPF nº 041.995.749-99, funcionário no cargo efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, a partir de 01/04/2015 a 30/04/2015, período 14/15.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 01 de abril de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

CÂMARA MUNICIPAL**LEI N.2.345/2015 DE 31-3-2015**

LEI Nº 2.345/2015 - DE 31 DE MARÇO DE 2015

“ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ENVIAR À CÂMARA DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE, NOS PROJETOS DE LEIS, JUSTIFICATIVAS E OU EXPOSIÇÕES DE MOTIVOS CIRCUNSTANCIADAS, COM A DESTINAÇÃO ESPECÍFICA DOS RECURSOS PROVENIENTES DAS ESFERAS DOS GOVERNOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO, Presidente do Poder Legislativo do Município de Água Doce - Santa Catarina de acordo com o estabelecido no artigo 58, §1º da Lei Orgânica. Faço saber a todos os habitantes deste Município que o Plenário aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1.º Fica estabelecido à obrigatoriedade do Poder Executivo Municipal, enviar nos projetos de leis, de natureza ordinária e ou complementar, à Câmara de Vereadores do Município de Água Doce, justificativas e ou exposições de motivos de forma circunstanciadas, com a destinação já pré-determinada dos recursos que são oriundos das esferas dos governos.

Artigo 2.º O Poder Executivo Municipal deverá informar por escrito, onde serão alocados os recursos acompanhados com os respectivos projetos técnicos, qual a finalidade e o que serão feitos com a utilização desses nas secretarias municipais, além de especificar quais as secretarias.

Artigo 3.º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Poder Legislativo do Município de Água Doce, 31 de março de 2015

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO

Presidente do Poder Legislativo Municipal de Água Doce

Alto Bela Vista**PREFEITURA****PORTARIA Nº 038, DE 31 DE MARÇO DE 2015**

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de Janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar Licença para tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal FERNANDA GIRELLI ocupante do cargo de FISIOTERAPEUTA no período de mais cento e vinte dias (120), a contar do dia 24/03/2015, conforme atestado médico expedido em 31 de março de 2015 pelo Dr. Claudio Frederico Kamijo CREMERS 18.279.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município no período de 24 à 07 de abril de 2015, sendo que o restante do período será reembolsado pela Previdência Social (INSS).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 31 de março de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

Anchieta

PREFEITURA

EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 025-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 025/2015

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa para prestação de serviços elétricos e mecânicos para manutenção e conservação dos veículos da Secretaria de Infraestrutura, por um período de 12 meses, a partir da homologação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 20/04/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 01 de abril de 2015.
Ari Prestes de Oliveira
Prefeito Municipal

EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 026-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 026/2015

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Aquisição de peças Substituição na Maquina Moto-niveladora 12H Caterpillar da Secretaria de Infraestrutura. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 10:00 horas do dia 20/04/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 01 abril de 2015.
Ari Prestes de Oliveira
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 158/2015

PORTARIA Nº. 158/2015
De, 19 de Março de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,
Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal, senhor Ricardo Andreski Moita, ocupante do cargo de Médico, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, relativas ao período de 2013/2014, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 02/03/2015

à 31/03/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.
Em, 19 de Março de 2015.
Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão
Secretária de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 159/2015

PORTARIA Nº. 159/2015
De, 19 de Março de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 66 da Lei Complementar nº 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Conceder Férias,
Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a servidora pública Municipal Idenes Maria Fiorentin Schena, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 02/03/2015 à 21/03/2015, sendo convertido 10 (dez) dias em pecúnia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.
Em, 19 de Março de 2015.
Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Andreia Marafão
Secretária de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 161/2015

PORTARIA Nº. 161/2015
De, 19 de Março de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 66 da Lei Complementar nº 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Conceder Férias,
Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a servidora pública Municipal Zenaide Teles Guerini, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal da Administração e Gestão, relativas ao período de 2013/2014, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 02/03/2015 à 21/03/2015, sendo convertido 10 (dez) dias em pecúnia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 19 de Março de 2015.

Ari Prestes de Oliveira,

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão

Secretária de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 162/2015

PORTARIA Nº. 162/2015

De, 19 de Março de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 66 da Lei Complementar nº 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o servidor público Municipal Enio Wolfart, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal da Agricultura, relativas ao período de 2013/2014, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 02/03/2015 à 31/03/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 19 de Março de 2015.

Ari Prestes de Oliveira,

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão

Secretária de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 163/2015

PORTARIA Nº. 163/2015

De, 19 de Março de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 77, inciso I da Lei Complementar Nº. 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio pelo período de 01 (um) mês e converter o mesmo período em pecúnia,

Art. 1º - Fica concedida Licença-Prêmio pelo período de 01 (um) mês para o servidor Público Municipal Neori Hoppe, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Contabilidade, Matrícula 24, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na secretaria Municipal da Fazenda, com todos os direitos e vantagens que a lei lhe assegura.

Art. 2º - A licença será concedida e o valor pago em pecúnia será efetuado na folha de pagamento do mês de Março/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 19 de Março de 2015.

Ari Prestes de Oliveira,

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão

Secretária de Administração e Gestão.

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCENTE ORÇAMENTARIO JAN/FEV/2015

Município de ANCHIETA - SC
CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	81.811,81	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	81.811,81	0,00
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)						
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO ALIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	700.000,00	0,00	700.000,00	126.789,61	126.789,61	81.811,81	81.811,81	11,69
DESPESAS CORRENTES	632.300,00	0,00	632.300,00	126.789,61	126.789,61	81.811,81	81.811,81	12,94
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	460.000,00	0,00	460.000,00	66.436,02	66.436,02	66.436,02	66.436,02	14,44
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	172.300,00	0,00	172.300,00	60.353,59	60.353,59	15.375,79	15.375,79	8,92
DESPESAS DE CAPITAL	67.700,00	0,00	67.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de ANCHIETA - SC
CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/2

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	700.000,00	0,00	700.000,00	126.789,61	126.789,61	81.811,81	81.811,81	618.188,19
INVESTIMENTOS	67.700,00	0,00	67.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67.700,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	700.000,00	0,00	700.000,00	126.789,61	126.789,61	81.811,81	81.811,81	618.188,19
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	700.000,00	0,00	700.000,00	126.789,61	126.789,61	81.811,81	81.811,81	618.188,19
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	700.000,00	0,00	700.000,00	126.789,61	126.789,61	81.811,81	81.811,81	618.188,19

FONTE:

ANCHIETA, 12/03/2015

VALDEREZ IZOTTON
PRESIDENTE

EDEMAR LUIZ GRIEBLER
CRC SC-036.207/O-8

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DE DESPESAS JAN/FEV/2015

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")								
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	700.000,00	700.000,00	126.789,61	126.789,61	81.811,81	81.811,81	100,00	618.188,19
Legislativa	700.000,00	700.000,00	126.789,61	126.789,61	81.811,81	81.811,81	100,00	618.188,19
Ação Legislativa	700.000,00	700.000,00	126.789,61	126.789,61	81.811,81	81.811,81	100,00	618.188,19
TOTAL (III) = (I + II)	700.000,00	700.000,00	126.789,61	126.789,61	81.811,81	81.811,81	100,00	618.188,19

R\$ 1,00

FONTE:

ANCHIETA, 12/03/2015

VALDEREZ IZOTTON
PRESIDENTE

EDEMAR LUIZ GRIEBLER
CRC SC-036.207/O-8

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMONSTRATIVO DE RECEITA CORRENTE LIQUIDA MARC/2015

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IR-RJF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LIQUIDA (II) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE:													
ANCHIETA, 12/03/2015													
VALDEREZ IZOTTON													
PRESIDENTE													
EDENMAR LUIZ GRIEBLER													
CRC SC-006/207/D-8													

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR JAN/FEV/2015

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS						RP NÃO PROCESSADOS					Saldo	
	Inscritos			Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados		
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014	Em Exercícios Anteriores				Em 31 de Dezembro de 2014						
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (II) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

ANCHIETA, 12/03/2015

VALDEZ IZOTTON
PRESIDENTE

EDENAR LUIZ GRIEBLER
CRC SC-086.207/O-8

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO JAN/FEV/2015

Município de ANCHIETA - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO
 Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	0,00
Previsão Atualizada		—	0,00
Receitas Realizadas		0,00	0,00
Déficit Orçamentário		—	81.811,81
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	0,00
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	700.000,00
Créditos Adicionais		—	0,00
Dotação Atualizada		—	700.000,00
Despesas Empenhadas		126.789,61	126.789,61
Despesas Liquidadas		81.811,81	81.811,81
Superavit Orçamentário		—	0,00
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		126.789,61	126.789,61
Despesas Liquidadas		81.811,81	81.811,81
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			0,00
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	-36.706,69	0,00
Resultado Primário	0,00	-81.811,81	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	0,00	25%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00
Liquidadas	0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		0,00	67.700,00
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			2048
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00

Continua 1/2

Município de ANCHIETA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	15,00	0,00
Liquidadas	0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ANCHIETA, 12/03/2015

VALDEREZ IZOTTON
PRESIDENTE

EDEMAR LUIZ GRIEBLER
CRC SC-036.207/O-8

Antônio Carlos**PREFEITURA****DECRETO N 25/2015**

DECRETO Nº 000025/15 de 31 de Março de 2015
Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001469/14 de 14 de Dezembro de 2014.

DE C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 50.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
04.01.12.361.0004.2.007-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 50.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):
Superávit financeiro 50.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 31 de Março de 2015
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

PORTARIA N 202/2015

PORTARIA Nº 202/2015.
Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital do Concurso Publico nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, TALITA PADILHA PORTO, para o cargo efetivo de ENFERMEIRO, a partir de 06 de abril de 2015, para atuar na Secretaria de Saúde e Assistência Social, passando a fazer parte do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Antonio Carlos.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de abril de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 02 de abril de 2015.

PORTARIA N 203/2015

PORTARIA Nº 203/2015.
Concede Insalubridade a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, a servidora TALITA PADILHA PORTO, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO, a partir de 06 de abril de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de abril de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 02 de abril de 2015.

PORTARIA N 204/2015

PORTARIA Nº 204/2015.
Concede Férias a servidor ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a servidora ZILDA VERONICA WEBER SILVEIRA, ocupante do cargo temporário de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a partir de 04 de maio de 2015, referente ao período aquisitivo de 16/08/2013 a 15/08/2014.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de abril de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 02 de abril de 2015.

PORTARIA N 205/2015

PORTARIA Nº 205/2015.
Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a servidora KATIA COELHO, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR TECNICO INFORMATICA - 40H, a partir de 11 de maio de 2015, referente ao período aquisitivo de 01/02/2014 a 31/01/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de abril de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 02 de abril de 2015.

PORTARIA N 206/2015

PORTARIA Nº 206/2015.

Concede Licença Maternidade a servidora ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1225/2009,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA MATERNIDADE, por 180 dias, a servidora VERALDINA GUESSER, ocupante do cargo temporário de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a partir de 01 de abril de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de abril de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 02 de abril de 2015.

PORTARIA N 207/2015

PORTARIA Nº 207/2015.

Admite servidor ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, OSNI PIRES DA SILVA, para o cargo de MOTORISTA, a partir de 06 de abril de 2015 a 05 de abril de 2015, em substituição a JOSE SALESIO SCHMITZ, que se encontra de Licença sem Vencimento.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de abril de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 02 de abril de 2015.

PORTARIA N 208/2015

PORTARIA Nº 208/2015.

Dispensa servidor ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, MONICA MORAES do cargo temporário de ASSISTENTE SOCIAL, a partir de 01 de abril de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de abril de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 02 de abril de 2015.

PORTARIA N 209/2015

PORTARIA Nº 209/2015.

Concede Insalubridade a servidor ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, ao servidor OSNI PIRES DA SILVA, ocupante do cargo temporário de MOTORISTA, a partir de 06 de abril de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de abril de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 02 de abril de 2015.

Arroio Trinta

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0008/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0008/2015 - PR

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE ESPAÇO EM RÁDIO, PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, DIVULGAÇÃO DE MENSAGENS, MATÉRIAS JORNALÍSTICAS, PROGRAMAS E CAMPANHAS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00 h do dia 16/04/2015.

Abertura dos Envelopes: Às 09:30 h do dia 16/04/2015.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através do e-mail: compras@arroio30.com.br ou através do site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 1º de abril de 2015.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 0001/2015

TERMO ADITIVO 001/2015 AO CONTRATO nº 0018/2014 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE ENSINO E OUTRAS AVENÇAS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRIVADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONCERNENTE A MATERIAL DE APOIO AOS PROFESSORES, ASSESSORAMENTO PEDAGÓGICO, MATERIAL DE APOIO E PALESTRA AOS PAIS E OUTRAS AVENÇAS QUE ENTRE SI CELEBRAM, O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E A EMPRESA VEZ - INSTITUTO UNIBRASIL P/ DES. DA CIÊNCIA E CULTURA, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede a Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do XV de Novembro snº, Centro, Município de Arroio Trinta-sc,

CONTRATADA: VEZ - INSTITUTO UNIBRASIL PARA DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E CULTURA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.801.233/0001-07, com sede à Av. Senador Souza Naves 470, Bairro Alto da XV, 80.045.060, Curitiba - PR, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu Diretor-Financeiro RUBENS VIEIRA, brasileiro, casado, Contador, portador da Cédula de Identidade nº 1.137.838-SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 070.230.579-00, residente e domiciliado na Rua Germano Beckert, 341, em Curitiba-PR e perante as

testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada no Processo Licitatório nº0003/2014, TOMADA DE PREÇOS 0001/2014, Doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94, pactuam na melhor forma de direito, o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 65, Inciso II, alínea "d" da Lei 8.666/93 para nele promover as seguintes alterações:

CLÁUSULA ADITIVA PRIMEIRA - A CLÁUSULA SEGUNDA DO CONTRATO Nº. 0018/2014, passa a vigorar com a seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

O preço certo e combinado para prestação de serviços e outras avenças, objeto deste contrato é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovada pela CONTRATANTE, conforme especificações contidas na Tomada de Preços nº 0001/2014, acrescido de 6,23%(SEIS E VINTE E TRÊS POR CENTO), passando o valor unitário/aluno ano da educação infantil para R\$181,48 e ensino fundamental para 235,60, perfazendo um total de R\$93.747,40(NOVENTA E TRÊS MIL SETECENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

a) O Presente Termo Aditivo, apresenta um aumento de 6(seis) conjuntos/aluno no valor total de R\$1.949,40.

§ 1º - (...)

§ 2º - (...)

§ 3º - (...)

CLÁUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E por estarem, assim, justos e combinados, firmam o presente, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na forma da Lei.

Arroio Trinta - SC, 29 de janeiro de 2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal
Contratante

VEZ - INSTITUTO UNIBRASIL PARA DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E CULTURA
CNPJ 05.801.233/0001-07
RUBENS VIEIRA
CONTRATADA

Testemunhas:

MICHEL SERIGHELLI
CPF: 000.077.349-21

LÚCIA MARIA MANENTI
CPF - 715.609.129-87

TERMO ADITIVO 0001/2015 AO CONTRATO Nº: 00018/2014
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONCERNENTE A MATERIAL DE APOIO AOS PROFESSORES, ASSESSORAMENTO PEDAGÓGICO, MATERIAL DE APOIO
CONTRATADA: VEZ - INSTITUTO UNIBRASIL P/ DES. DA CIÊNCIA E CULTURA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0003/2014.
TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2014.
VALOR: R\$93.747,40 REAJUSTE DE 6,23%

TERMO ADITIVO Nº 0001/2015

TERMO ADITIVO 0001/2015, AOS CONTRATOS N.º 0013/2015, 0014/2015 E 0015/2015, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC E AS EMPRESAS RODOTERCI TRANSPORTES LTDA ME, TRANSJONIR E TRANSPORTES COLETIVOS TERCI. //CARÁTER EMERGENCIAL//
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0005/2015
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 0002/2015

Termo Aditivo 0001/2015 aos Contratos de Prestação de Serviços nº 0013/2015, 0014/2015 e 0015/2015, de um lado O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º. 82.826.462/0001-27, com se de a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro snº, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e de outro lado as empresas:

1. TRANSPORTE COLETIVO TERCI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º. 07.178.545/0001-31, Inscrição Estadual nº 255.765.169, com sede na XV de Novembro 306, sala 01, no Município de Arroio Trinta - SC, representada por sua Sócia Administradora a Sra. MARINA LUIZA TERCI, brasileira, solteira, comerciante, portadora do CPF sob nº 055.648.659-52 e RG nº 25.4.978.943, residente e domiciliado na Rua Joinville, nº 87, Centro, no Município de Arroio Trinta - SC; (Contrato de Prestação de Serviços nº 0013/2015);

2. TRANSJONIR TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º. 05.270.486/0001-00, com sede na Linha Passoni, Km 4, interior, no Município de Arroio Trinta - SC, representada pelo Sr. ALTAMIR PEDRO BRAMBILA, residente e domiciliado na Rua Zíbio Maroli, Centro no Município de Arroio Trinta - SC, (Contrato de Prestação de Serviços nº 0014/2015) e;

3. RODOTERCI TRANSPORTES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º. 14.752.025/0001-56, com sede na Rua XV de Novembro 306, Sala 02, no Município de Arroio Trinta - SC, representada neste ato pelo Sócio Cotista ALEX AUGUSTO DE MARTINI, brasileiro, solteiro, comerciante, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro 509, Casa, Centro na Cidade, Município de Arroio Trinta - SC, devidamente inscrito no CPF sob nº 029.046.429-35 e CI n.º10/R 3.782.808, (Contrato de Prestação de Serviços nº 0015/2015), doravante denominadas CONTRATADAS, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo, e que se regerá pela Lei nº 10.520/02, e no Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, combinada com a Lei nº 8.883/94, consolidadas, para nele promover as seguintes alterações:

CLÁUSULA ADITIVA PRIMEIRA - A CLÁUSULA TERCEIRA DOS CONTRATOS 0013/2015, 0014/2015 E 0015/2015, passa a vigorar da seguinte forma:

CLAUSULA TERCEIRA - O presente Termo Aditivo, prorroga o prazo de vigência dos Contratos nº 0013/2015, 0014/2015 e 0015/2015 por um período de 36(trinta e seis dias), ou seja de 26 de março de 2015 a 30 de abril de 2015. Os Contratos poderão ser alterados nos casos previstos no artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogados através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do contrato original, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem certos e ajustados, fazem o presente termo, em 03 cópias de iguais teor e forma, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta - SC, 25 de março de 2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CNPJ: 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal
Contratante

TRANSPORTE COLETIVO TERCI LTDA
CNPJ: 07.178.545/0001-31
MARINA LUIZA TERCI
Contratada

TRANSJONIR - TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA ME
CNPJ: 05.270.486/0001-00
ALTAMIR PEDRO BRAMBILA
Contratada

RODOTERCI TRANSPORTES LTDA ME
CNPJ: 14.752.025/0001-56
ALEX AUGUSTO DE MARTINI
Contratada

TESTEMUNHAS:

JULIAR LUIZ MANENTI
CPF - 036.215.649-26

CESAR LUIZ ALTENHOFEN
CPF: 818.571.019-87

DE ACORDO
SANTO POSSATO
ADVOGADO OAB/SC 19.045

Arroio Trinta- SC, 25 de março de 2015.
AUTORIZAÇÃO

CONSIDERANDO, que a paralisação e/ou a descontinuidade do transporte escolar resultará em graves prejuízos a municipalidade, bem como, aos estudantes das escolas municipais e estaduais;

CONSIDERANDO, o princípio da economicidade e demais princípios que regem a administração pública;

CONSIDERANDO, que o processo licitatório - edital de pregão 0005/2015 - que tem objeto a contratação de transporte escolar, ainda não foi homologado, por estar em prazo para recurso;

AUTORIZO através deste, realizar termo aditivo para prorrogar o prazo por 26(vinte e seis dias), com as empresas referente os contratos 0013/2015, 0014/2015 e 0015/2015, que prestam, atualmente, transporte escolar no Município, até a conclusão definitiva do processo licitatório 005/2015.

ALCIDIR FELCHILCHER
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO 0001/2015, AOS CONTRATOS N.º 0013/2015, 0014/2015 E 0015/2015, 2013,
FINALIDADE: PRORROGAÇÃO DE PRAZO TRANSPORTE ESCOLAR
CONTRATADAS: RODOTERCI, TRANSJONIR E TRANSTERCI
PRAZO: 30/04/2015

Ascurra

PREFEITURA

LEI 1410, de 30 de Março de 2015

LEI Nº 1410, de 30 de Março de 2015.

Dá Nova Redação à Lei Nº 594 de 06 de Abril de 1992 e suas alterações.

Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como reformula o Conselho de Direitos, Conselho Tutelar, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre a POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE e estabelece normas gerais para sua adequada aplicação.

Art. 2º. O atendimento dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito do Município de Ascurra/SC, far-se-á através de:

I - políticas sociais básicas de saúde, alimentação, educação, assistência social, cultura, esportes, lazer, profissionalização, convivência familiar e comunitária e de proteção contra toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

II - políticas e programas, em caráter supletivo, para aqueles que dela necessitem.

III - serviços especiais, nos termos desta lei.

§1º. É vedada a criação de programas de caráter compensatório na ausência ou insuficiência das políticas sociais básicas no Município de Ascurra-SC, sem a prévia manifestação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º. O Município destinará recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para crianças e adolescentes.

Art. 3º. São os órgãos da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - Conselho Tutelar.

Art. 4º. O Município poderá criar os programas e serviços a que aludem os Incisos II e III do Art. 2º., ou estabelecer consórcio intermunicipal para atendimento regionalizado, instituindo e mantendo entidades governamentais de atendimento mediante prévia autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§1º. Os programas serão classificados como de prevenção, proteção ou socioeducativos e destinar-se-ão a: EMENDA MODIFICATIVA Nº 3.

- a) orientação e apoio sociofamiliar;
- b) apoio socioeducativo em meio aberto;

- c) colocação familiar;
- d) acolhimento institucional;
- e) liberdade assistida;
- f) semiliberdade;
- g) internação.

§2º. Os serviços especiais visam a:

- a) prevenção e atendimento biopsicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- b) identificação e localização dos pais, crianças e adolescentes desaparecidos;
- c) proteção jurídico-social.

TÍTULO II DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CAPÍTULO I DA FORMAÇÃO DO CONSELHO

Art. 5º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), é órgão deliberativo, normativo, formulador e controlador da política de atendimento à infância e à adolescência, vinculado ao gabinete do prefeito e composto por seis membros titulares, com igual número de suplentes, sendo:

I - 03 representantes de órgãos públicos, assim distribuídos:

- a) Secretaria Municipal da Educação;
- b) Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social;
- c) Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

II - 03 representantes de entidades da sociedade civil organizada, diretamente ligados à defesa ou ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente, legalmente constituídas, em funcionamento há pelo menos dois anos.

§1º. Os conselheiros representantes do Poder Executivo serão nomeados pelo Prefeito dentre as pessoas com poder de decisão no âmbito da respectiva área, no prazo de 30 dias contados da solicitação encaminhada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§2º. Os representantes das entidades não governamentais e os seus suplentes serão eleitos no prazo de 30 dias contados da solicitação do Conselho em Assembléia Geral convocada pelo Fórum Municipal Permanente de Entidades Não-Governamentais (Fórum DCA), que congregue as entidades de defesa e atendimento da criança e do adolescente, mediante editais publicados na imprensa.

§3º. As entidades de defesa ou atendimento dos direitos da criança e do adolescente poderão comparecer com qualquer número à assembléia geral, mas somente uma pessoa por entidade exercerá o voto para a composição do Conselho.

§4º. Todas as entidades com direito a voto que quiserem apresentar candidato ao Conselho na assembléia geral, encaminharão ao Fórum Municipal Permanente de Entidades Não-Governamentais (Fórum DCA) o nome deste bem como do suplente, com antecedência mínima de 5 dias.

§5º - As eventuais omissões desta Lei, com relação às normas para a eleição dos representantes da sociedade civil para a composição do Conselho dos Direitos, serão decididas por maioria de votos da assembléia geral do Fórum Municipal Permanente de Entidades Não-Governamentais (Fórum DCA).

III - Dentre as entidades da sociedade civil organizada, mencionadas no inciso anterior, deverão ser chamadas, não exclusivamente, a integrar o processo de escolha dos representantes as Associações de Pais e Moradores do Ensino Municipal, Estadual e do Ensino Privado, o Rotary Club e a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Acurra, Apiúna e Rodeio (Corpo de Bombeiros Voluntários). EMENDA ADITIVA Nº 1.

Art. 6º - A nomeação e posse dos Conselheiros (as) indicado pelo chefe do executivo municipal e dos conselheiros (as) eleitos (as) pelo Fórum DCA será de competência do Prefeito Municipal.

Art. 7º - Os membros do Conselho de Direitos exercerão mandato de 02 (dois) anos, permitindo uma reeleição.

Art. 8º - Nas ausências e nos impedimentos dos Conselheiros Titulares, estes serão substituídos por seus suplentes.

CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 9º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - formular a política municipal de promoção, proteção, defesa e atendimento aos direitos da criança e do adolescente;

II - acompanhar a elaboração e avaliar a proposta orçamentária do Município, indicando as modificações necessárias à consecução da política formulada;

III - estabelecer prioridades de atuação e definir a aplicação dos recursos públicos municipais destinados ao atendimento de crianças e adolescentes;

IV - decidir sobre a concessão de auxílios e subvenções a entidades sem fins lucrativos, atuantes no atendimento ou defesa dos direitos da criança e do adolescente;

V - avocar, quando necessário, controle das ações de execução da política municipal de atendimento à criança e ao adolescente em todos os níveis;

VI - propor aos poderes constituídos modificações nas estruturas dos órgãos governamentais diretamente ligados à promoção, proteção e defesa de crianças e adolescentes;

VII - deliberar sobre a conveniência e oportunidade de implementação dos programas e serviços a que se referem os Incisos I, II e III, do Art. 2º, desta Lei, bem como sobre a criação de entidades governamentais ou a realização de consórcio intermunicipal regionalizado de atendimento;

VIII - proceder a inscrição dos programas de entidades governamentais e não governamentais, especificando os regimes de atendimento, na forma de art. 90 da Lei n. 8.069/90 mantendo o registro e suas alterações, do que será comunicado o Conselho Tutelar e à Autoridade Judiciária.

IX - incentivar e apoiar a realização de eventos, diagnósticos, estudos e pesquisas no campo de promoção, proteção e defesa de crianças e adolescentes;

X - promover intercâmbio com entidades públicas e particulares, organismos nacionais, internacionais e estrangeiros, visando atender a seus objetivos;

XI - pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre

assuntos que digam respeito à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

XII - aprovar de acordo com os critérios estabelecidos em seu Resolução, o registro de entidades de defesa ou de atendimento aos direitos das crianças e adolescentes;

XIII- receber petições, denúncias, reclamações, representações, ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, dando-lhes o encaminhamento devido;

XIV - definir a política de captação, administração, controle e aplicação dos recursos financeiros do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, gerindo, aprovando planos de aplicação, prestando contas na forma da legislação em vigor, acompanhando e fiscalizando sua execução;

XV - apoiar a implementação de sistemas municipais de controle e monitoramento das situações de violação e ameaça aos direitos da criança e do adolescente estimulando a parceria entre organizações governamentais e não-governamentais;

XVI - emitir resoluções visando a execução de suas deliberações;

XVII - instaurar processo administrativo disciplinar para apuração de irregularidade no exercício da função de Conselheiro Tutelar, nos termos desta lei;

XVIII - alterar seu regimento interno, o qual entrará em vigor após a aprovação de 2/3 (dois terços) de seus membros;

XIX - regulamentar, organizar, coordenar, bem como, adotar as providências para eleição e posse dos membros do Conselho Tutelar.

CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 10. O Conselho Municipal manterá uma Secretaria Geral, destinada ao suporte administrativo, necessário ao seu funcionamento, utilizando-se de instalações e funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal, quando necessário.

Art. 11 - O Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário Geral serão eleitos, em sessão com quorum mínimo de 2/3, pelos próprios integrantes do Conselho de Direitos.

Art. 12. Caberá ao Poder Público Municipal o fornecimento de apoio técnico, material e administrativo para o funcionamento do colegiado.

Art. 13. É facultado ao Conselho a requisição de servidores públicos, vinculados aos órgãos que o compõe, para formação de equipe técnica e de apoio administrativo necessário à consecução de seus objetivos.

Art. 14. O desempenho da função de membro do Conselho de Direitos não tem qualquer remuneração, sendo considerado de interesse público relevante e de exercício prioritário, justificada a ausência a qualquer outro serviço, desde que determinadas pelas atividades próprias do Conselho.

Art. 15. As demais matérias pertinentes ao funcionamento do Conselho serão devidamente disciplinadas pelo seu regimento interno.

TÍTULO III DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO

ADOLESCENTE

SEÇÃO I
DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO FUNDO

Art. 16. Fica mantido o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - criado pela Lei nº 594/1992, com órgão capta-dor e destinador dos recursos financeiros a serem utilizados no desenvolvimento das ações e segundo as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo o Presidente do Conselho dos Direitos o ORDENADOR das despesas.

Art. 17. Os recursos do Fundo serão geridos segundo o Plano de Aplicação contidos na Lei Municipal de Orçamento Anual, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, elaborados conforme o Plano Municipal de Atendimento à Criança e Adolescente.

SEÇÃO II
DA OPERACIONALIDADE DO FUNDO - DA VINCULAÇÃO ADMINISTRATIVA E DA COMPETÊNCIA

Art. 18. O Fundo estará vinculado operacionalmente a Secretaria Municipal de Administração e, politicamente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão deliberativo e controlador das ações da política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente em todos os níveis.

Art. 19. Cabe a Contadoria Geral do Município a administração e o registro dos atos e fatos contábeis referentes ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. EMENDA MODIFICATIVA Nº 3.

Art. 20. Compete ao órgão administrativo do Fundo:

I - registrar os recursos orçamentários próprios do município ou a ele transferidos em benefício das crianças e dos adolescentes pelo Estado e União;

II - registrar os recursos captados pelo município, através de convênios ou por doação ao Fundo;

III - fazer cumprir os parâmetros técnicos e as diretrizes para a aplicação dos recursos do Fundo conforme o estabelecido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - aplicar no mercado financeiro os recursos do Fundo, enquanto não comprometidos com a aplicação em programas e ou projetos;

V - apresentar mensalmente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

a) o resultado da aplicação financeira dos recursos do Fundo, enquanto não destinados a aplicação em programas e projetos;

b) os balancetes mensais e o balanço anual do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e outros documentos relativos ao cumprimento da política municipal dos direitos da criança e do adolescente; EMENDA MODIFICATIVA Nº 3.

c) o relatório físico financeiro da execução do plano de trabalho anual dos programas e ou projetos custeados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, considerando-se a relação custo-benefício e a avaliação de resultados dos mesmos;

VI - emitir pareceres sobre matérias de interesse do Conselho, bem como constituir comissões de assessoramento ou grupos técnicos para tratar de assuntos específicos, solicitados pelo mesmo;

VII - aplicar as normas e procedimentos operacionais do Fundo

Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, estabelecidos pelo Conselho Municipal dos Direitos;

VIII - manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito no município, nos termos das Resoluções do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IX - liberar os recursos a serem aplicados em benefício da criança e do adolescente, nos termos das resoluções do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

X - outras competências estabelecidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

SEÇÃO III
DOS RECURSOS FINANCEIRO

Art. 21. Constituirão receitas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - Dotação consignada anualmente no orçamento do Município, no percentual de 0,5 (zero vírgula cinco por cento) para assistência que lhe sejam destinadas.

II - doações de contribuições dedutíveis na declaração de imposto de renda ou incentivos governamentais, conforme previstos em lei;

III - doações em dinheiro de pessoas físicas e jurídicas, conforme o disposto no Fundo Municipal da Infância e Adolescência do artigo 260 da lei 8069/90 -Estatuto da Criança e do Adolescente e legislação em vigor,

IV - transferência de recursos financeiros oriundos do Fundo Nacional e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - doações e auxílios, contribuições e transferências de entidade nacionais, internacionais, governamentais ou não governamentais;

VI - outros recursos legalmente constituídos.

Parágrafo único: as receitas do Fundo descritas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente na conta do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 22. A movimentação e aplicação dos recursos do Fundo dependem de autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, objetivando atender:

I - desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores, por tempo determinado, não excedendo a 3 (três) anos, da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II - acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e do art. 260, § 2º da Lei nº 8.069, de 1990, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;

III - programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IV - programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da

Criança e do Adolescente;

V - desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente; e

VI - ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 23. Fica vedado a utilização dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo plenário do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 24. O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá cancelar projetos mediante edital específico.

§ 1º A chancela deve ser entendida como a autorização para captação de recursos ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente destinados a projetos aprovados pelos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º Dos recursos captados pelas entidades, 20% de cada chancela serão destinados ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 25. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá elaborar o Plano de Aplicação dos recursos captados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que deverá obedecer aos objetivos e finalidades dispostos nos artigos 15 e 16 da Resolução 137/2010 do CONANDA.

**TÍTULO IV
DO CONSELHO TUTELAR****CAPÍTULO I
DA MANUTENÇÃO E COMPOSIÇÃO**

Art. 26. Fica mantido o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei 594/1992, como órgão permanente, autônomo e não-jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. EMENDA MODIFICATIVA Nº 3.

Parágrafo único. EMENDA SUPRESSIVA Nº 2

Art. 27. O Poder Público Municipal, de comum acordo com o Conselho de Direitos, providenciará local adequado, mobiliários e todos os recursos materiais e humanos necessários ao funcionamento de cada Conselho Tutelar. EMENDA MODIFICATIVA Nº 3.

Parágrafo Único. Constará na Lei Orçamentária Municipal previsão dos recursos necessários ao seu funcionamento.

Art. 28. O Conselho Tutelar será composto de cinco membros titulares, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

**CAPÍTULO II
DA ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR****SEÇÃO I
Disposições Gerais**

Art. 29. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será definido por Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e realizado sob sua supervisão e fiscalização do Ministério Público, obedecendo às seguintes regras estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente:

§ 1º Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, prover a composição da nominata dos candidatos, prazo e condições de registro, modo e prazo para impugnação, processo eleitoral e proclamação dos eleitos.

§ 2º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§ 3º A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 4º No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

Art. 30. Os membros do Conselho Tutelar serão eleitos em sufrágio universal, direto, pelo voto facultativo e secreto de cidadãos com domicílio eleitoral no município.

Art. 31. Seis meses antes do término do mandato dos membros do Conselho Tutelar, o Presidente do CMDCA fará publicar na imprensa local e locais de amplo acesso ao público, por três vezes sucessivas, Edital de Convocação da Eleição, fixando sua data e abrindo prazo para inscrição de candidatos.

**SEÇÃO II
Dos requisitos, dos registros e das impugnações**

Art. 32. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar serão exigidos os seguintes requisitos:

I - reconhecida idoneidade moral (apresentar certidão negativa criminal do foro); EMENDA MODIFICATIVA Nº 3.

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residir no município;

IV - no mínimo ensino médio completo;

V- EMENDA SUPRESSIVA Nº 2

VI - estar no gozo dos direitos políticos;

VII - EMENDA SUPRESSIVA Nº 2

Parágrafo único: os Conselheiros Tutelares, no interesse do serviço público e no exercício de suas atribuições, poderão dirigir veículos automotores da frota municipal, desde que possuidores da Carteira Nacional de Habilitação e devidamente autorizados pelo executivo municipal.

Art. 33. Os candidatos a membros do Conselho Tutelar deverão efetuar o registro de suas candidaturas junto ao Conselho dos Direitos, nos termos do Edital de convocação.

Art. 34. Encerrado o prazo de inscrição, o Presidente do CMDCA fará publicar o Edital com a relação dos inscritos, abrindo prazo de cinco dias para impugnações a partir da publicação.

§1º. A impugnação poderá ser apresentada por qualquer cidadão ou entidade de atendimento, defesa ou promoção da criança ou adolescente.

§2º. Simultaneamente à publicação e pelo prazo de doze dias abrir-se-á vista ao Promotor de Justiça da Infância e da Juventude, de todos os requerimentos de inscrição para fiscalização de que trata o art. 139 da Lei Federal nº 8.069/90, podendo apresentar impugnações.

Art. 35. Havendo impugnação o candidato será notificado da mesma, podendo apresentar defesa em dez dias.

Art. 36. Encerrados os prazos de inscrição e impugnação, uma Comissão especial do CMDCA analisará, no prazo máximo de dez dias, os pedidos de inscrição, inclusive as impugnações e defesas, se houverem, emitindo sucinto relatório com parecer sobre o mérito.

Art. 37. Ao apreciar finalmente os pedidos, o Colegiado do CMDCA mencionará as razões no caso de indeferimento de inscrição, mandando publicar Edital com as candidaturas deferidas e notificando as indeferidas aos seus autores, com cópia ao Ministério Público.

Parágrafo único. Das decisões indeferitórias de candidaturas caberá recurso administrativo ao próprio CMDCA, no prazo de cinco dias, contados da notificação, devendo o Conselho apreciá-lo no prazo de quinze dias a contar do seu recebimento.

Art. 38. Em vista das elevadas responsabilidades do Conselho Tutelar e os prioritários interesses das crianças e dos adolescentes, o CMDCA deverá examinar a idoneidade moral do candidato em declarações, atestados ou certidões formais, mas também em quaisquer outros meios de prova em direito admitidos como documentos, testemunhos, perícias e outros, podendo determinar as diligências necessárias para elucidar aspecto relevante.

SEÇÃO III

Da eleição, proclamação, diplomação e posse dos eleitos

Art. 39. Concluída a apuração e proclamados os resultados, o Presidente do CMDCA fará publicar Edital com os nomes dos conselheiros titulares e suplentes eleitos, com seus respectivos sufrágios.

§1º- Os cinco primeiros mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais, pela ordem de votação como suplentes.

§2º- Havendo empate na votação será considerado eleito o candidato mais idoso.

Art. 40. Os eleitos serão diplomados pelo Chefe do Executivo Municipal e tomarão posse perante o CMDCA no dia seguinte ao término do mandato de seus antecessores, que ocorrerá em 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

CAPÍTULO III

DOS CONSELHEIROS TUTELARES

SEÇÃO I

Das atribuições dos Conselheiros

Art. 41. Compete aos Conselheiros Tutelares, sem prejuízo das atribuições conferidas no art. 136 e 95 do Estatuto da Criança e do Adolescente:

I - zelar pelos direitos da criança e do adolescente;

II - assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração da

proposta orçamentária do município para garantia do atendimento integral aos direitos da criança e do adolescente;

III - exercer, com ética, os princípios da autonomia e permanência de ações, nos termos da legislação federal e, suplementarmente, da legislação municipal.

SEÇÃO II

Das garantias dos Conselheiros

Art. 42. O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral, e submeterá seu titular a carga horária semanal e demais condições estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os conselheiros tutelares não terão nenhum vínculo empregatício com município, não estando submetido ao regime jurídico e previdenciário dos servidores públicos municipal.

§ 2º - Para fins previdenciários, aplica-se ao Conselho Tutelar o disposto no art. 9º inciso V, alíneas, "j" e "l", e o parágrafo 15, inciso XV, do Regulamento da Previdência Social, decreto 3.048/99.

§3º - O servidor público municipal que vier exercer mandato de Conselheiro Tutelar ficará licenciado do seu cargo, emprego ou função, podendo optar pela respectiva remuneração.

Art. 43. A remuneração dos conselheiros tutelares será de R\$ 841,02 (Oitocentos e quarenta e um Reais e dois centavos), nesta data, para o desempenho da carga horária de 20 horas semanais de expediente, mantendo o regime de sobreaviso, conforme escala elaborada, controlada e divulgada pelos conselheiros, observando-se o revezamento uniformemente distribuído entre todos os membros.

§1º - Além do cumprimento do estabelecido neste artigo, considerada a extensão do trabalho e o caráter permanente do Conselho Tutelar, o exercício do mandato de Conselheiro Tutelar exigirá do seu ocupante dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse tutelado por esta lei.

§2º - O regimento interno determinará outras diretrizes e critérios de procedimentos das atividades funcionais do Conselho Tutelar.

§3º - A remuneração será reajustada pelos mesmos índices gerais aplicáveis aos servidores públicos municipais.

Art. 44. São assegurados os direitos sociais de:

I - cobertura previdenciária, conforme disposto no art. 42 §2º desta lei;

II - gozo de férias anuais de 30 (trinta) dias, remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III - licença-maternidade, adotado o regime geral de previdência social, aplicando-se, o plano de benefícios respectivo;

IV - licença-paternidade, adotado o regime geral de previdência social, aplicando-se, o plano de benefícios respectivo;

V - gratificação natalina;

VI- benefício de auxílio-alimentação, previsto em lei específica.

Art. 45. O direito a férias remuneradas e a gratificação natalina, dispostos no art. 44, II e V, obedecerão as seguintes regras:

§ 1º - O conselheiro fará jus a trinta dias de férias a cada doze meses de exercício, que devem ser usufruídas nos doze meses seguintes, mediante a convocação de conselheiro suplente para sua substituição neste período.

§ 2º - As férias proporcionais serão consideradas na proporção de 2,5 (dois e meio) dia por mês de exercício ou fração superior a 14 (quatorze) dias.

§ 3º - É vedada a conversão em pecúnia das férias anuais,

ressalvado o direito a respectiva indenização daquelas pendentes de gozo, integrais ou proporcionais, conforme for o caso, seja no encerramento do mandato ou na renúncia deste.

§ 4º - A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o conselheiro fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano, considerando-se a fração igual ou superior a quinze dias como mês integral.

§ 5º - O pagamento da gratificação natalina se dará em duas parcelas, sendo a primeira, com valor correspondente a cinquenta por cento (50%) do total, até o último dia do mês de Junho e a segunda, ocorrerá até o dia 15 de Dezembro de cada ano.

Art. 46. Os Conselheiros Tutelares receberão diárias ou ajuda de custo quando da participação em eventos de capacitação e nas situações de representação do Conselhos e outras atividades realizadas fora do município.

Art. 47. O mandato do Conselheiro Tutelar será de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, sendo vedadas quaisquer medidas de qualquer natureza que abreviem ou prorroguem esse período.

Parágrafo único. O Conselheiro Tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente.

Art. 48. Tratando-se os membros do Conselho Tutelar de agentes públicos, eleitos para mandatos temporários, mesmo em casos de recondução, na forma desta lei, ao término de seus mandatos, não adquirem direito a efetivação ou estabilidade, nos quadros da administração municipal.

SEÇÃO III Dos suplentes

Art. 49. Todos os candidatos que participarem do pleito, a partir do sexto mais votado serão considerados suplentes.

Art. 50. Na hipótese de vacância, afastamento ou de substituição temporária por férias ou outra licença do titular, será convocado a assumir o suplente, segundo a ordem de classificação.

Art. 51. Sempre que necessária a convocação de suplente, e não houver nenhum na lista, cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar processo de escolha para preencher o cargo vago e definir novos suplentes, pelo tempo restante do mandato dos demais membros.

Art. 52. Os suplentes serão convocados por ordem de classificação, nos casos de:

I - licenças a que fazem jus os titulares;

II - férias remuneradas dos titulares;

III - vacância, por renúncia, destituição ou perda da função, falecimento ou outras hipóteses de afastamento definitivo.

IV - nas ausências e impedimentos legais do conselheiro titular, quando superior a 30 (trinta) dias subsequentes.

Art. 53. Durante a substituição temporária, terá o substituto direito à mesma remuneração do substituído e aplicam-se as normas da Administração Pública Municipal.

SEÇÃO IV

Dos seus impedimentos EMENDA MODIFICATIVA Nº 3.

Art. 54. São impedidos de servir no mesmo Conselho cônjuges ou

em união estável, ascendentes e descendentes, sogro (a) e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto e madrasta e enteado.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do Conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca, Foro estadual, regional ou distrital.

Art. 55. EMENDA SUPRESSIVA Nº 2

SEÇÃO V Das faltas funcionais

Art. 56. Comete falta funcional o Conselheiro Tutelar que:

I - exercer outra atividade incompatível com o exercício do mandato;

II - exercer a função abusivamente em benefício próprio;

III - receber, em função do cargo, honorários, gratificações, custas, emolumentos e diligências;

IV - ter faltas injustificadas;

V - proceder de forma desidiosa;

VI - não cumprir a carga horária, os plantões e sobreavisos;

VII - ter conduta moral inidônea;

VIII - romper o sigilo legal, repassando informações a pessoas não autorizadas, sobre casos analisados pelo Conselho e das quais dispõe somente em virtude da sua função;

IX - fazer propaganda político-partidária no exercício de suas funções;

X - abusar da autoridade que lhe foi conferida, excedendo os justos limites no exercício da função ou exorbitando de suas atribuições no Conselho;

XI - recusar-se ou omitir-se a prestar o atendimento que lhe compete, seja no expediente normal de funcionamento do Conselho Tutelar, seja durante seu turno de plantão ou sobreaviso;

XII - aplicar medida contrariando decisão colegiada do Conselho Tutelar, e desta forma causando dano, mesmo que somente em potencial, a criança, adolescente ou a seus pais ou responsável;

SEÇÃO VI Do processo disciplinar e das sanções disciplinares

Art. 57. O processo disciplinar para apurar os fatos e aplicar penalidade a Conselheiro Tutelar que praticar falta funcional será conduzido por Comissão especialmente designada, formada por 1 (um) representante do Executivo Municipal, 1 (um) representante de entidade não-governamental, 2 (dois) representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, um governamental e outro não-governamental e 1 (um) representante do próprio Conselho Tutelar, de todos sendo exigido conhecimento acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 58. Os representantes supracitados serão indicados, respectivamente:

I - o representante do Executivo, pelo Prefeito Municipal;

II - o representante de entidade não governamental, pelo Fórum DCA;

III - o representante governamental do CMDCA, pela maioria dos conselheiros governamentais, e o representante não governamental pela maioria dos conselheiros não governamentais do referido Conselho;

IV - o representante do Conselho Tutelar, pela maioria dos conselheiros tutelares, neste caso estando impedido de votar o indiciado.

Art. 59. Conforme a gravidade do fato e das suas conseqüências e a reincidência ou não, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - suspensão não remunerada de 1 (um) a 90 (noventa) dias;

III - perda do mandato.

Parágrafo único. A penalidade de suspensão não-remunerada poderá ser convertida em multa, na mesma proporção de dias.

Art. 60. O processo disciplinar terá início mediante peça informativa escrita de iniciativa de membro do CMDCA, do Ministério Público ou de qualquer interessado, contendo a descrição dos fatos e, se possível, a indicação de meios de prova dos mesmos.

Parágrafo Único - Fica assegurado o direito ao devido processo legal, à ampla defesa e ao exercício do contraditório, garantida a presença de advogado.

Art. 61. Instaurado o processo disciplinar, o indiciado será citado pessoalmente, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, para ser interrogado.

§1º - Esquivando-se o indiciado da citação, será o fato declarado por 2 (duas) testemunhas, e dar-se-á prosseguimento ao processo disciplinar à sua revelia. Se o citado, deixar de comparecer, o processo também seguirá.

§2º - Comparecendo o indiciado, assumirá o processo no estágio em que se encontrar.

Art. 62. Após o interrogatório o indiciado será intimado do prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de defesa prévia, em que poderá juntar documentos, solicitar diligências e arrolar testemunhas, no número máximo de 3 (três).

Art. 63. Na oitiva das testemunhas, primeiro serão ouvidas as indicadas na denúncia e as de interesse da Comissão, sendo por último as arroladas pela defesa.

Parágrafo único. O indiciado será intimado das datas e horários das audiências, podendo se fazer presente e participar.

Art. 64. Concluída a instrução do processo disciplinar, o indiciado será intimado do prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa final.

Parágrafo único. Encerrado o prazo, a Comissão emitirá relatório conclusivo no prazo de 10 (dez) dias, manifestando-se quanto à procedência ou não da acusação, e no primeiro caso, sugerindo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a penalidade a ser aplicada.

Art. 65. A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e

do Adolescente, pela maioria absoluta de seus membros, decidirá o caso.

§1º. Para aplicar a penalidade mais grave, que é a de perda da função pública de Conselheiro Tutelar, faz-se necessária a maioria qualificada de 2/3 (dois terços) de todos os seus membros.

§2º. Da decisão que aplicar qualquer medida disciplinar, em 10 (dez) dias, poderá ser apresentado recurso ao Prefeito Municipal, de cuja decisão final não caberá qualquer outro recurso administrativo, dando-se então publicidade e comunicando-se ao denunciante.

§3º. Constatada a prática de crime ou contravenção penal, o fato será ainda informado ao Ministério Público, com cópia da decisão final.

Art. 66. Perderá o mandato o Conselheiro Tutelar que:

I - receber esta penalidade em processo administrativo-disciplinar;

II - deixar de residir no município;

III - for condenado por decisão irrecorrível pela prática de crime ou contravenção penal incompatíveis com o exercício da função.

Parágrafo Único. A perda do mandato será decretada por ato do Prefeito Municipal após deliberação neste sentido pela maioria de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 67. Em qualquer uma das hipóteses dos artigos anteriores, bem como nos casos de morte ou renúncia, o CMDCA deverá declarar vago o cargo e convocar o respectivo suplente.

TITULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 68. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos termos desta lei revisará seu Regimento Interno no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 69. O Conselho Tutelar atualizará o seu Regimento Interno, nos termos desta lei, e dará ciência ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente no prazo de (90) dias.

Art. 70. O Fórum Municipal Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA) uma vez constituído será reconhecido pelo Colegiado do Conselho de Direitos.

Art. 71. Excepcionalmente os Conselheiros Tutelares em exercício empossados em 01/12/2011, terão os seus mandatos prorrogados até dia 09 de janeiro de 2016.

Art. 72 - A próxima eleição para o Conselho Tutelar será no dia 04 de outubro de 2015, com posse no dia 10 de janeiro de 2016.

Art. 73. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei n. 594/1992 e suas alterações.

Município de Acurra, 30 de março de 2015.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,
Município de Acurra em, 30 de março de 2015.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Balneário Rincão**PREFEITURA****AVISO DE PREGÃO Nº. 008/FMS/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/FMS/2015

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 16/04/2015 às 14h00min.
Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de forma parcelada de materiais e equipamentos de enfermagem e fisioterapia para uso dos serviços da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC, durante o ano de 2015.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão - SC, 01 de Abril de 2015.

Pregoeira

Gisele P. Ferreira.

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO**RETIFICAÇÃO TP 010/SAMAE/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 010/SAMAE/2015

O presidente da comissão de Licitações do Município de Balneário Rincão - SC, torna público para conhecimento dos interessados, que o Edital de Tomada de Preços Nº. 010/SAMAE/2015, que tem como objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para execução de transposição de rede de abastecimento de água na Avenida Leoberto Leal, localizada no Centro do Município de Balneário Rincão/SC, fica retificado em sua planilha orçamentária, o item 11 ...onde "se lê"... ASSENTAMENTO DE TUBOS PVC JUNTA ELÁSTICA DN 75 MM, "leia-se" ASSENTAMENTO DE TUBOS PVC JUNTA ELÁSTICA DN 150 MM, e fica excluído o item 55, pois o mesmo já encontra-se descrito no item 20 do presente Edital. Feita a retificação acima, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito.

Balneário Rincão, 01 de Abril de 2015.

ANTONIO CARLOS GHISI

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Benedito Novo**PREFEITURA****EDITAL DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015.**

EXTRATO DO EDITAL DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 01 de ABRIL de 2015, em sua sede localizada na Rua Celso Ramos, 5.070 e considerando o disposto nos Art. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e nos Art. 5º, da Lei Municipal 1.782/2015, ABRE AS INSCRIÇÕES para a Escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Benedito Novo. O registro das candidaturas a Conselheiro Tutelar será feito no período de 22 de abril de 2015 á 03 de junho de 2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público, junto a Prefeitura Municipal de Benedito Novo.

O Edital completo encontra-se publicado no Mural de Publicações na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo e no site www.beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo, 01 de abril de 2015.

Taisi N. Doege

Presidente do Conselho do CMDCA

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 046/2015

DECRETO Nº 046/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015.
NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO COORDENADORA DA READEQUAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros para compor a Comissão Coordenadora da Readequação do Plano Municipal de Educação.

REPRESENTANTE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Ana Carolina Silva e Silva

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Kátia Bernadeth da Silva

REPRESENTANTE DO FÓRUM DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Luciane Beatriz Claudino Garzo

REPRESENTANTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Marilene da Silva

REPRESENTANTE DO ENSINO FUNDAMENTAL

Raquel Atanasio

REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL

Vera Regina Lúcio

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Biguaçu, 01 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 047/2015

DECRETO Nº 047/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015.
Estabelece limitação de empenho em dotações financiadas por fontes de recursos cujo resultado financeiro em 2012 foi deficitário.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 15 da Lei Municipal nº 3514/2014 - LDO,

Considerando, a necessidade de observar o princípio do equilíbrio de caixa estabelecido no artigo 48, "b" da Lei (federal) nº 4320/64 c/c artigo 1º, §1º e artigo 9º da Lei Complementar (federal) nº 101/2000,

DECRETA:

Art. 1º Fica bloqueado em R\$ 1.836.355,92 (Um milhão oitocentos e trinta e seis mil trezentos e cinquenta e cinco reais e noventa e dois reais) e por consequência, limitado a emissão de empenho da despesa nas dotações abaixo indicadas, de forma a assegurar o restabelecimento do equilíbrio de caixa na fonte correspondente:

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FONTE 0.1.02.000000 - Recursos de Impostos para ASPS - R\$ 1.836.355,92

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	1.606.355,92
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	1.606.355,92
3.1.90.00	Aplicações Diretas	1.606.355,92
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	1.606.355,92
1801.10.301.0004.1010	Construção ou Ampliação de Unidade de Saúde	100.000,00
4.4.00.00	Investimentos	100.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	100.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	100.000,00
1801.10.301.0004.1011	Aquisição de Veículos	30.000,00
4.4.00.00	Investimentos	30.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	30.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	30.000,00
1801.10.301.0004.2038	Aquisição de Veículos	100.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	100.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	100.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	100.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 01 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

INSTRUÇÃO NORMATIVA 05/2015

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 005, DE 01 DE ABRIL DE 2015.
ACRESCENTA ATIVIDADES AO ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2014.

JOHN KENNEDY LARA DA COSTA, Secretário Municipal da Fazenda do Município de Biguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 116, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela LC 66/2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica o anexo I da Instrução Normativa nº 02/2014,

acrescida, das seguintes atividades:

CNAE	ATIVIDADE
3319-8/00	Manutenção e Reparação de Máquinas e Equipamentos
8712-3/00	Atividades de Fornecimento de Infraestrutura de Apoio e Assistência a Paciente no Domicílio

Art. 2º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 01 de abril de 2015
JOHN KENNEDY LARA DA COSTA
Secretário Municipal da Fazenda

PORTARIA Nº 1074/2015

PORTARIA nº 1074 de 31 de março de 2015

Designa o (a) Servidor (a) Manoel Custódio, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Tributos Municipais I, para responder pela Secretaria Municipal da Fazenda, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) Manoel Custódio, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Tributos Municipais I, detentor da matrícula 7235, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, para responder pela Secretaria Municipal da Fazenda de 06/04/2015 a 30/04/2015, cumulativamente com as funções que já exerce.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 06/04/2015.

Biguaçu, 31 de março de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1075/2015

PORTARIA nº 1075 de 31 de março de 2015

AUTORIZA SERVIDORES MUNICIPAIS A DIRIGIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

CONSIDERANDO que os motoristas do Município devem atender prioritariamente as atividades de maior urgência ou aquelas que envolvam alguma particularidade de transporte;
CONSIDERANDO os expedientes anexos, encaminhados acerca de autorização para conduzir veículos por servidor de cargo diverso;
CONSIDERANDO que a administração municipal dispõe em seu quadro de funcionários de motoristas de todas as categorias;
CONSIDERANDO o que dispõe o prejulgado do TCE/SC nº 0984: "Compete à legislação local fixar as regras para a condução dos veículos do Município, disciplinando as condições e responsabilidades pelos atos cometidos no exercício dessa atividade, podendo prever a condução por servidores habilitados não ocupantes de cargos específicos de motoristas, se assim entender o interesse público".

RESOLVE:

Art. 1º. Fica autorizado a dirigir veículos da municipalidade os servidores:

ACLCI JOÃO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Atendimento ao Cidadão;
ADILSON MARCELINO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Execução;
AIRTON VENTURA DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;
ALEXANDRE DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Gestão de Frota;
ALEXSANDRA BATISTA JOÃO PORTELA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais IV;
ANESIO EGIDIO RICHARTZ, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Agricultura;
ANDERSON OPUSZKA SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal da Fazenda;
ANDERSON RODRIGUES DE FARIA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão Operacional;
ANNAMARIA BACH TREVISAN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Ambiental;
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
ANTONIO RAFAEL CORREA VALENÇA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Esportes;
ASSIS RAMIRO DO AMARAL, Agente de Saúde Pública à disposição;
BRUNO ANDERSON, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral;
CARLOS ENRIQUE FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;
CARLOS HENRIQUE RECH, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Trânsito da Secretaria de Transportes;
CARLOS ZULMAR ALBINO, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Roçadeira Costal;
CESAR AUGUSTO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal do Meio Ambiente;
CESAR JOVELINO CORREA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
CESAR MINA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;
CHARLES CORREIA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras Públicas;
CHARLES EDGARD HOFFMANN, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar;
DAVI JONATTAS DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Roçadeira Costal;
DAVID DIAS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias;
DÉCIO PELEGRINI, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos 2;
DILMAR FRANCHINI, ocupante do cargo eletivo de Conselheiro Tutelar;
DIOGO DEMARCHI SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
DIONEY AVANCINI DE FARIA, ocupante do Cargo Eletivo de Conselheiro Tutelar;
DIVO PRAZERES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;
DOUGLAS FERNANDES DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Pesca e Maricultura;
DULCIMAR ANTONIO GRANDI, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;
EDENILDO MORFIM, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Manutenção de Equipamentos Urbanos;
EDUARDO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;
EDUARDO DELLANGELO SILVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Agrícola;
EDUARDO LOPES JONKER, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
ELISIANE APARECIDA FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente do Centro de Convivência de Idosos;

ELOISA AMARAL DE ANDRADE, ocupante do Cargo Temporário de Professor III;
 FABIANO TIAGO JOSÉ, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);
 FABIO SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;
 FABIO LEANDRO MAFIOLETE, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;
 FERNANDO MACHADO, ocupante do Cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Ferais III (Jardineiro);
 FELIPE FARIAS, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;
 FULVIO HENRIQUE, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;
 GABRIEL ARTHUR LOEFF, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente de Relações Institucionais;
 GABRIEL ANSELMO CARDOSO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;
 GIOVANI RAFAEL GASPARETTO, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
 GLEYSON NERES FURTADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);
 ISOLETE SCHLEMPER WALTER, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;
 JAQUELINE SANTOS DE AVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
 JEAN CARLO SANTANA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;
 JEDILSON CELSO FERNANDES, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;
 JIMMIY SILVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transporte;
 JOAO DJALMA DE CARVALHO FRANÇA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente do Núcleo de Transportes;
 JOILSON ANTONIO DA CRUZ, ocupante do Cargo Efetivo de Calceiteiro;
 JORGE LUIZ DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;
 JUCÉLIA SONIA GONÇALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador de Abrigo Institucional;
 KLEBER GENTIL KUHN, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Orçamentos e Projetos;
 LAUDEMIR CLOVIS PASTORELLO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras e Manutenção Escolar;
 LEANDRO ADRIANO DE BARROS, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Saúde;
 LEO INACIO LOHN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;
 LEO RICARDO MARTINS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias, da Secretaria Municipal de Saúde;
 LIDIANE PERGHER MACHADO RABELLO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Transporte Escolar;
 LUIZ AUGUSTO VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Eletricista;
 LUIZ FERNANDO CHALTEIN DE OLIVEIRA BELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;
 LUIZ GONZAGA DE AQUINO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Planejamento Urbano;
 LUIZ JOSÉ MARTINS JUNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
 MANOEL AIRTON PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);
 MANOEL CUSTÓDIO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;
 MANOELA LUCIANO DE AMORIM, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário;
 MARCELO DOS SANTOS, ocupante do Cargo Temporário de Professor II;
 MARCELO LUIZ GALVÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;
 MÁRCIA RODRIGUES DE AZEVEDO, ocupante do Cargo Efetivo de

Professora;
 MARCIO ROBERTO DIAS DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Saúde II;
 MARLENE DE OLIVEIRA ÁVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário I;
 MAYCON DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
 MOISES DE ANDRADE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;
 NELSON CESAR OLIVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal da Pesca e Maricultura;
 NILO VANDO SCHMITZ, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Trator Agrícola;
 ORILDO NELSON LAURENTINO JUNIOR, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Operações Internas;
 OSEIAS MORAES INÁCIO, ocupante do Cargo Temporário de Calceiteiro;
 OSLI ROBERTO DA CUNHA, ocupante do cargo não provido de Operador de Trator Agrícola;
 OSMAR JOSÉ MARTHENDAL, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
 PAULO ROBERTO DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;
 PAULO RODRIGO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Obras;
 PEDRO JOÃO DE ANDRADE, ocupante do Cargo Temporário de Calceiteiro;
 PATRICK MACHRY, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;
 PETERSON SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);
 RAFAEL EMILIO POLLMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Mecânico;
 RAFAEL PETRI MACHADO, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão Agropecuária;
 REGINALDO FOGAÇA ALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Integração Regional;
 ROBERTO FABRICIO ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;
 ROBSON TRAGIBO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
 RODRIGO STEFFENS, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
 SILVANA CESCNETO DA SILVA GARCIA, ocupante do Cargo Efetivo de Assistente Social;
 SAUL FREITAS DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão da Vigilância em Saúde;
 SAUL DE MELO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Transporte;
 SAULO CESAR GALLIANI, ocupante do Cargo Efetivo de Carpinteiro;
 SINCLER BILCK, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;
 SOFIA HARTMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;
 SUENY SELL, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;
 THIAGO FERREIRA, ocupante do Cargo efetivo de Operário Braçal;
 THIAGO VINÍCIUS NAHAS, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos I;
 TIAGO STEPHANI, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;
 VALDIR VALDEMIRO BITTENCOURT, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Administração Regional de Santa Catarina;
 VILMAR DE ASSUNÇÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
 WANDERLEY DELLA GUSTINA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;
 ZELI ZILDA MANES, ocupante do Cargo Efetivo de Telefonista.

Art. 2º. A presente autorização restringe-se aos veículos da municipalidade e em situações consideradas especiais, tais como a urgência do serviço e a indisponibilidade de motoristas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e a Portaria nº 781/2015.

Biguaçu, 31 de março de 2015.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1077/2015

PORTARIA nº 1077 de 01 de abril de 2015

Exonera o(a) Servidor(a) Márcia Rodrigues de Azevedo, ocupante do cargo temporário de Professor III (Educação Física), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Márcia Rodrigues de Azevedo, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (Educação Infantil), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/03/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/03/2015.

Biguaçu, 01 de abril de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1078/2015

PORTARIA nº 1078 de 01 de abril de 2015

Nomeia Márcia Rodrigues de Azevedo, para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de Educação, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Márcia Rodrigues de Azevedo, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de Educação, nível CC-1, na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01/04/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2015.

Biguaçu, 01 de abril de 2015.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1079/2015

PORTARIA nº 1079 de 01 de abril de 2015

Exonera o(a) Servidor(a) Kátia Bernadeth da Silva, ocupante do cargo comissionado de Secretário Municipal de Educação, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Kátia Bernadeth da Silva,

detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Secretário Municipal de Educação, nível CC-1, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/03/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/03/2015.

Biguaçu, 01 de abril de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1080/2015

PORTARIA nº 1080 de 01 de abril de 2015

Designar o (a) Servidor (a) Mariza Rute Vicente Cardoso, ocupante do cargo efetivo de Professor I, a disposição da Câmara Municipal de Vereadores de Biguaçu, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) Mariza Rute Vicente Cardoso, ocupante do cargo Efetivo de Professor I, matrícula 511, a disposição da Câmara Municipal de Vereadores de Biguaçu, com ônus para origem, cabendo ressarcimento pelo órgão de destino, a partir de 30/03/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/03/2015.

Biguaçu, 01 de abril de 2015.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1081/2015

PORTARIA nº 1081 de 01 de abril de 2015

Designa a comissão para que seja realizado Processo Administrativo Disciplinar, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores Thiago Alexandre Pereira, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária, Marisete da Silva Rocha, ocupante do cargo efetivo de Advogado e Bernardo Heringer Rodrigues Silva, ocupante do cargo efetivo de Advogado, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, para que, sob presidência do primeiro, seja realizado o Processo Administrativo Disciplinar, em razão de infração disciplinar cometida em tese pelo servidor Giane Varela, conforme Processo nº 3263/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 01 de abril de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 915/2015

PORTARIA nº 915 de 18 de março de 2015

ERRATA:

Na portaria 2608/2015, de admissão do(a) servidor(a) Giane Varela, ocorreu um equívoco quanto ao nome.

Portaria nº 2608 de 18 de novembro de 2015:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GIANE VIEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE DE ENDEMIAS, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 04/11/2014 a 03/11/2015.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GIANE VARELA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE DE ENDEMIAS, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 04/11/2014 a 03/11/2015.

Biguaçu, 18 de março de 2015.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 05/2015 (CONVITE)

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU

CNPJ: 73.564.064/0001-99

RUA: HERMÓGENES PRAZERES, Nº 79, CENTRO, BIGUAÇU/SC

CEP 88.160-000

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 05/2015 (CONVITE)

A Comissão de Licitação da Câmara de Vereadores de Biguaçu, no exercício de suas atribuições que lhe confere na portaria nº 073/2015, de 02 de março de 2015, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 14 de abril de 2015, com a entrega dos envelopes às 13h30min, e abertura às 14h30min horas, também no dia 14 de abril de 2015, no endereço: Rua Hermógenes Prazeres, n. 79, Comercial Nagib Garcia, Centro - Biguaçu - SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação nº 05/2015 na MODALIDADE CONVITE, para aquisição de materiais e serviços necessários à realização de eventos promovidos pela CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU no ano de 2015. (ref. aos itens desertos da Carta Convite n. 03/2015)

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da Câmara Municipal de Biguaçu, mediante a apresentação de um pen-drive ou pelo e-mail: cmb.licitacao@yahoo.com.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (48) 3243-4233 - Ramal 217.

Biguaçu/SC, 01 de abril de 2015.

Salete Orlandina Cardoso

Presidente da Câmara de Vereadores

ERRATA - LICITAÇÃO - CARTA CONVITE N. 04/2015

CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU/SC

ERRATA - AVISO DE LICITAÇÃO Nº 04/2015

CARTA CONVITE Nº 04/2015

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara de Vereadores de Biguaçu torna pública a Errata referente ao Aviso de Licitação nº 04/2015, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina do dia 31/03/2015.

Onde se lê:

... fará realizar no dia 07 de abril de 2015, com a entrega dos envelopes às 13h30min, e abertura às 14h30min horas, também no dia 07 de abril de 2015.

Leia-se:

...fará realizar no dia 10 de abril de 2015, com a entrega dos envelopes às 13h30min, e abertura às 14h30min horas, também no dia 10 de abril de 2015.

Biguaçu/SC, 01 de abril de 2015.

Salete Orlandina Cardoso

Presidente da Câmara de Vereadores

Blumenau

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 979/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 979, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

ALTERA, ACRESCE E REVOGA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR N. 411, DE 01 DE AGOSTO DE 2003, QUE DISPÕE SOBRE OS PRINCÍPIOS DA POLÍTICA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E O CONSELHO TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os artigos 3º, 5º, 7º, 8º, 12, 13, 15, 16, 18, 19, 22, 23, 24, 26, 27 e 29, todos da Lei Complementar n. 411, de 01 de agosto de 2003, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º - [...]

[...]

II - três Conselhos Tutelares;

[...]

IV - Órgão Gestor da Política Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente;

[...]”

“Art. 5º - [...]

[...]

II - [...]

[...]

d) Acolhimento Institucional;

[...]”

“Art. 7º - [...]

[...]

IV - obter, junto ao Órgão Gestor da Política Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente, o apoio técnico-especializado de assessoramento ao CMDCA e aos Conselhos Tutelares para o exercício de suas atribuições, notadamente na área jurídica, visando efetivar os princípios, as diretrizes e os direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente;

[...]

VI - estabelecer em ação conjunta com os órgãos do Município a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, orientação, proteção integral e defesa da criança e do adolescente;

[...]

X - registrar as entidades não-governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e inscrever os programas de proteção e sócio-educativos de entidades governamentais e não-governamentais, fazendo cumprir as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente e comunicando aos Conselhos Tutelares e à autoridade judiciária;

[...]

XVII - conduzir o processo de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares do Município;

[...]”

“Art. 8º - [...]

Parágrafo único - Para os fins do disposto neste artigo, são entidades não-governamentais aquelas representativas da sociedade, regularmente constituídas há pelo menos 2 (dois) anos, com a finalidade de realizar, no âmbito do Município, ações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio assistencial e logístico para segmentos da sociedade civil.”

“Art. 12 - Os representantes dos órgãos e entidades governamentais e não-governamentais poderão ter seus mandatos suspensos ou cassados quando:

[...]

§ 1º - A suspensão ou cassação do mandato dos representantes do governo e das organizações da sociedade civil junto ao CMDCA, em qualquer hipótese, demandará a instauração de procedimento administrativo específico, com a garantia do contraditório e ampla defesa, devendo a decisão ser tomada por maioria absoluta de votos dos integrantes do Conselho.

§ 2º - Na cassação de mandato de Conselheiro, assumirá o suplente.

§ 3º - Na hipótese de dissolução da entidade não-governamental ou da extinção de sua base territorial de atuação no Município, assumirá instantaneamente, pelo período remanescente, os representantes indicados pela organização subsequente na ordem de votação na assembléia de escolha para aquela gestão.

[...]”

“Art. 13 - [...]

[...]

V - Assessoria Administrativa, Técnica e Jurídica.

[...]

§ 2º - Os membros do Conselho, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a posse, deverão reunir-se em Assembléia coordenada pela assessoria administrativa, técnica e jurídica do CMDCA, com a finalidade de eleger os integrantes da Coordenação Geral e Comissões, respeitando a representação governamental e não-governamental.”

“Art. 15 - O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, como órgão captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as diretrizes e deliberações do CMDCA, está a este vinculado, tendo no Órgão Gestor da Política Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente a sua estrutura de execução e controle contábeis, inclusive para efeitos de prestação de contas na forma da lei.

[...]"

"Art. 16 - [...]"

[...]"

VI - assinar, em conjunto com o titular do Órgão Gestor da Política Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente, toda a movimentação bancária.

[...]"

Parágrafo único - O gestor do Fia será indicado pelo titular do Órgão Gestor da Política Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente, devendo a escolha recair entre os servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal da Administração Direta."

"Art. 18 - Os Conselhos Tutelares são órgãos permanentes, autônomos, não jurisdicionados, encarregados de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no art. 131, do Estatuto da Criança e do Adolescente e são vinculados administrativamente ao Órgão Gestor da Política Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente.

[...]"

§ 3º - Caberá ao Órgão Gestor da Política Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente prestar o apoio técnico-especializado de assessoramento aos Conselhos Tutelares, visando efetivar os princípios, diretrizes e direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente."

"Art. 19 - Cada Conselho Tutelar será composto de 5 (cinco) membros titulares, escolhidos pela população local para um mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

[...]"

§ 2º - Para efeito de impedimento à recondução, será considerado mandato somente o efetivo exercício como Conselheiro Tutelar por período superior a 24 (vinte e quatro) meses, consecutivos ou não.

§ 3º - Cada Conselho Tutelar contará com uma equipe de apoio administrativo, composta por no mínimo dois servidores efetivos, colocados à disposição e remunerados pelo Município.

[...]"

"Art. 22 - [...]"

§ 1º - A remuneração do Conselheiro Tutelar, de valor mensal equivalente à remuneração atribuída ao cargo de provimento em comissão símbolo CC-3, será reajustada com base no índice geral concedido ao funcionalismo público municipal.

[...]"

"Art. 23 - O tempo de serviço prestado pelo servidor público municipal, no exercício da função de Conselheiro Tutelar, será computado para os efeitos legais da escala de promoção horizontal."

"Art. 24 - O Conselheiro Tutelar que não seja, simultaneamente, ocupante de cargo efetivo na administração pública direta, autárquica e fundacional, não estabelecerá vínculo empregatício de qualquer natureza com o Município e não terá direito aos benefícios do Plano de Seguridade Social de que trata o art. 263 da Lei Complementar n. 660, de 28 de novembro de 2007, sendo-lhe

assegurada a percepção das seguintes vantagens:

[...]"

II - férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

[...]"

§ 2º - A tabela de fruição das férias será organizada, em conjunto, pelo Órgão Gestor da Política Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar, até o dia 15 de dezembro de cada ano.

[...]"

"Art. 26 - [...]"

[...]"

III - possuir diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso superior em nível de graduação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação; disposição a ser cumprida a partir do processo eleitoral a realizar-se no ano de 2019;

[...]"

§ 1º - O CMDCA regulamentará a forma de comprovação dos requisitos previstos neste artigo por meio de resolução.

[...]"

§ 3º Após a eleição, os conselheiros tutelares eleitos, titulares e suplentes, de cada Conselho Tutelar, participarão de curso específico sobre a política de atendimento à Infância e Adolescência e de curso de conhecimento no Programa SIPIA - Sistema de Informação para a Infância e Adolescência, promovidos mediante resolução do CMDCA."

"Art. 27 - Os candidatos que preencherem os requisitos serão escolhidos, mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores com domicílio eleitoral no Município, em processo a ser regulamentado e conduzido pelo CMDCA, com a fiscalização do Ministério Público, sendo nomeados Conselheiros Tutelares titulares os candidatos mais votados e os demais considerados suplentes, pela ordem decrescente de votação.

[...]"

§ 4º - O Conselheiro Tutelar escolhido, titular e suplente, participará de curso de formação continuada específico para o exercício da função, incluindo conhecimento no Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - SIPIA ou sistema equivalente."

"Art. 29 - Estão impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar, marido e mulher, ascendente e descendente, sogro, genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tios, sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, companheiros em união estável.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento de que trata este artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação na justiça da infância e da juventude em exercício na Comarca de Blumenau."

Art. 2º O art. 9º da Lei Complementar n. 411, de 01 de agosto de 2003, passa a vigorar acrescido do § 4º, com a seguinte redação:

"§ 4º - Não poderão compor o CMDCA, na qualidade de

representantes da sociedade civil, servidores públicos municipais ocupantes de cargo em comissão ou em exercício de função de confiança.”

Art. 3º O art. 12 da Lei Complementar n. 411, de 01 de agosto de 2003, passa a vigorar acrescido dos incisos I, II, III e IV, bem como do § 4º, com a seguinte redação:

“I - for constatada a falta a duas reuniões consecutivas ou a três alternadas no período de um ano, salvo justificativa por escrito aprovada por maioria simples dos membros do Conselho;

II - for constatada a prática de ato incompatível com a função ou com os princípios que regem a administração pública, estabelecidos pelo art. 37, da Constituição Federal;

III - for determinada a suspensão cautelar de dirigente da entidade, de conformidade com o art. 191, parágrafo único, da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, ou aplicada alguma das sanções previstas no art. 97 desta Lei, após procedimento de apuração de irregularidade cometida em entidade de atendimento, nos termos dos artigos 191 a 193 do mesmo diploma legal;

IV - for constatada a dissolução da entidade não-governamental ou se ela extinguir sua base territorial de atuação no Município;

[...]

§ 4º - Na hipótese de cassação de mandato de titular e suplente, o CMDCA comunicará imediatamente o órgão ou entidade representada para nova indicação.”

Art. 4º O art. 16 da Lei Complementar n. 411, de 01 de agosto de 2003, passa a vigorar acrescido do inciso VIII, com a seguinte redação:

“VIII - apresentar em tempo hábil a proposta orçamentária composta do PPA, LDO e LOA para deliberação do CMDCA antes de envio para aprovação do Legislativo Municipal.”

Art. 5º O art. 21, da Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, passa a vigorar com os §§ 1º, 2º e 3º, com as seguintes redações:

“Art. 21. [...]

§ 1º Os Conselhos Tutelares funcionarão de 2ª a 6ª feira, das 8:00 às 17:30 horas, para atendimento ao público e execução de suas atividades.

§ 2º Os plantões dos Conselhos Tutelares serão regulamentados por meio do respectivo Regimento Interno.

§ 3º Aos plantões noturnos realizados corresponderá:

I - folga, de forma não cumulativa, no dia imediatamente subsequente ao plantão; ou

II - abono, de R\$ 50,00 (cinquenta reais) ao plantão noturno realizado durante a semana;

III - abono, de R\$ 100,00 (cem reais) ao plantão realizado pelo Conselheiro Tutelar durante todo o final de semana compreendido no período de sexta-feira à segunda-feira, ou que recair em feriado.”

Art. 6º O art. 27 da Lei Complementar n. 411, de 01 de agosto de 2003, passa a vigorar acrescido do § 5º, com a seguinte redação:

“§ 5º - A ordem de classificação baseada exclusivamente na votação obtida no processo de escolha será rigorosamente obedecida para efeito de escolha do candidato ao Conselho Tutelar em que se dará o exercício da função, permitindo-se, sequencialmente, ao Conselheiro Tutelar a escolha do Conselho Tutelar em que desempenhará o seu mandato.”

Art. 7º Ficam revogados o parágrafo único do art. 5º, o § 1º do art. 14, o § 4º do art. 19, o § 3º do art. 25, os incisos V, VII e VIII do art. 26 e o § 2º do art. 27, da Lei Complementar n. 411, de 01 de agosto de 2003.

Art. 8º O mandato dos atuais membros dos Conselhos Tutelares do Município vigorará até o dia 09 de janeiro de 2016.

§ 1º Ficam convalidados os atos dos membros do Conselho Tutelar II, com mandato prorrogado por força do caput deste artigo, praticados no exercício da função anteriormente à promulgação desta Lei Complementar.

§ 2º O mandato dos conselheiros tutelares empossados no ano de 2013, cuja duração ficará prejudicada, não será computado para fins participação no processo de escolha subsequente.

Art. 9º Para as eleições dos Conselhos Tutelares, que realizar-se-ão no ano de 2015, o requisito básico de escolaridade a ser comprovado pelos candidatos, nos termos do artigo 26, inciso III, da Lei Complementar nº 411/2003, será de ensino médio completo.

Art. 10 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 02 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.598/2015

DECRETO Nº 10.598, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CMAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, I, “g”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social, na forma da Lei Complementar nº 945, de 11 de novembro de 2014, que com este baixa.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de março de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.598/2015 - ANEXO

Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social
CMAS

CAPÍTULO I**DA NATUREZA, DA COMPETÊNCIA E DA COMPOSIÇÃO DO CMAS**

Art. 1º O Conselho Municipal de Assistência Social, criado pela Lei Complementar n. 105, de 20 de dezembro de 1995, alterada pela Lei Complementar n. 425, de 21 de novembro de 2003, instância deliberativa colegiada do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, passa a ter a sua estrutura, organização e funcionamento regidos pela Lei Complementar n. 945, de 11 de novembro de 2014.

Parágrafo único - O CMAS é vinculado ao órgão gestor de assistência social do Município, que deverá prover a infra-estrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo os recursos materiais, humanos e financeiros a ele necessários.

Art. 2º O CMAS, entre outras atribuições, tem competência para:

I - aprovar a Política Municipal de Assistência Social, elaborada em consonância com as diretrizes estabelecidas pelas Conferências;
II - expedir resoluções definindo e disciplinando a Política Municipal de Assistência Social;

III - emitir pareceres, através de Comissões, sobre todas as consultas que lhe forem dirigidas, após aprovação pela plenária;

IV - inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social, bem como os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, governamentais e não governamentais, conforme parâmetros estabelecidos nacionalmente;

V - reunir-se-á em sessões plenárias, decidindo, após discussão e votação por maioria simples de voto, todas as matérias de sua competência, determinadas na Lei Complementar nº 945 de 11 de novembro de 2014;

VI - convocar as conferências municipais de assistência social e acompanhar a execução de suas deliberações;

VII - aprovar e acompanhar a execução do plano de assistência social elaborado pelo órgão gestor da política de assistência social;

VIII - aprovar e acompanhar a execução do plano municipal de capacitação permanente e educação continuada dos trabalhadores do SUAS, elaborado pelo órgão gestor;

IX - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão do Programa Bolsa Família (PBF);

X - fiscalizar a gestão e execução dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - IGD PBF e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGDSUAS;

XI - planejar e deliberar sobre os gastos de no mínimo três por cento dos recursos do IGD PBF e do IGDSUAS destinados ao desenvolvimento das atividades do conselho;

XII - participar da elaboração e aprovar as propostas de Lei de Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual no que se refere à assistência social, bem como o planejamento e a aplicação dos recursos destinados às ações de assistência social, tanto os recursos próprios quanto os oriundos de outros entes federativos, alocados nos respectivos fundos de assistência social;

XIII - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS;

XIV - aprovar critérios de partilha de recursos destinados à assistência social no Município, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

XV - aprovar o aceite da expansão dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, objetos de cofinanciamento;

XVI - deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS em seu âmbito de competência;

XVII - deliberar sobre planos de providência e planos de apoio à gestão descentralizada;

XVIII - normatizar as ações e regular a prestação de serviços públicos estatais e não estatais no campo da assistência social, em consonância com as normas nacionais;

XIX - acompanhar e estabelecer critérios e prazos para concessão de benefícios eventuais;

XX - estabelecer mecanismos de articulação permanente com os demais conselhos de políticas públicas e de defesa e garantia de direitos;

XXI - estimular e acompanhar a criação de espaços de participação popular no SUAS;

XXII - deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS em seu âmbito de competência.

Art. 3º O CMAS é composto por dezesseis membros, sendo:

I - oito conselheiros titulares com respectivos suplentes, indicados pelo Poder Executivo, que desenvolvam ações ligadas às políticas sociais e econômicas, sendo:

a) um representante da Política Socioassistencial dos Serviços de Proteção Social Básica;

b) um representante da Política Socioassistencial dos Serviços de Proteção Social Especial - Média Complexidade;

c) um representante da Política Socioassistencial dos Serviços de Proteção Social Especial - Alta Complexidade;

d) um representante da Política de Saúde;

e) um representante da Política de Educação;

f) um representante da Política de Defesa Civil;

g) um representante da FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau;

h) um representante da Fundação Pró-Família.

II - oito conselheiros titulares, com respectivos suplentes, conforme segmentos abaixo relacionados:

a) dois representantes de organizações de usuários dos Serviços de Assistência Social;

b) dois representantes de entidades ou organizações que representem os trabalhadores do SUAS;

c) quatro representantes de entidades e organizações de assistência social.

Art. 4º Consideram-se categorias representativas no CMAS:

I - Organizações de usuários dos Serviços de Assistência Social, de acordo com a Resolução CNAS 24/2006 são pessoas vinculadas aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais da Política de Assistência Social, organizadas sob diversas formas, em grupos que tenham como objetivo a luta por direitos.

II - Entidades ou organizações que representem os trabalhadores do SUAS, conforme a Resolução CNAS n. 23/2006 são todas as formas de organização de trabalhadores como associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos federais de profissões regulamentadas que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam na Política de Assistência Social.

III - Entidades e Organizações de Assistência Social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS artigo 3º, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

Parágrafo único: São critérios para definir as organizações representativas dos(as) trabalhadores(as) da assistência social:

a) Ter em sua base de representação segmentos de trabalhadores(as) que atuam na Política Pública de Assistência Social;

b) Defender direitos dos segmentos de trabalhadores(as) na Política de Assistência Social;

- c) Propor-se a defesa dos direitos sociais dos(as) cidadãos(ãs) e dos(as) usuários(as) da assistência social;
- d) Ter formato jurídico de sindicato, federação, confederação, central sindical ou conselho federal de profissão regulamentada, ou associação de trabalhadores(as), com abrangência no município de Blumenau;
- e) Não ser representação patronal ou empresarial.

SEÇÃO I

Do Mandato

Art. 5º O mandato dos conselheiros da sociedade civil pertence à entidade ou organização dos três segmentos que compõe o Conselho Municipal de Assistência Social, podendo, os representantes, serem substituídos, a qualquer tempo, a critério da sua representação.

Parágrafo único. Cada representante titular do Conselho Municipal de Assistência Social terá dois suplentes.

Art. 6º Os conselheiros representantes da sociedade civil serão eleitos para mandato de dois anos, permitida a recondução, e o exercício de suas funções será gratuito e considerado, para todos os efeitos, como de interesse público e relevante valor social.

Art. 7º Os conselheiros serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, devendo a posse dos Conselheiros da sociedade civil ocorrer no prazo de até trinta dias após a nomeação.

Art. 8º Após a posse, o Conselho se reunirá no prazo máximo de dez dias úteis, sob a coordenação do conselheiro mais idoso, para eleição de uma diretoria composta por um Presidente, um Vice-presidente e um Secretário-geral.

§1º O Presidente e o Vice-presidente do CMAS serão eleitos entre os seus membros, com a alternância entre representantes do governo e da sociedade civil em cada mandato.

§2º A posse do Presidente, Vice-presidente e Secretário-geral ocorrerá na plenária do CMAS após serem eleitos entre seus membros.

§3º Sempre que houver vacância de um membro da mesa diretora, seja ele representante de um órgão governamental ou da sociedade civil, caberá a plenária do Conselho decidir sobre a ocupação do cargo vago, seja por aclamação ou voto, observado o disposto no §1º, deste artigo.

Art. 9º É vedada a participação como membro do Conselho:

- I - por servidores públicos ocupantes de função ou cargo de confiança na Administração Pública, de qualquer Ente ou Esfera de Poder, na condição de representante de segmentos da sociedade civil;
- II - por conselheiros candidatos a cargos eletivos durante o período eleitoral, devendo afastar-se de suas funções.

CAPÍTULO II

FUNCIONAMENTO

Art. 10 O CMAS tem a seguinte estrutura de funcionamento:

- I - Plenária;
- II - Mesa Diretora;
- III - Comissões.

Seção I

Da Plenária

Art. 11 A Plenária do CMAS se reunirá, obrigatoriamente, duas vezes ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, conforme cronograma aprovado pelo Conselho no início de cada exercício.

§1º Os conselheiros deverão receber a convocação por ofício ou correspondência eletrônica com antecedência mínima de quarenta e oito horas do início da reunião ordinária e deverá ser instruída com:

- a) a ata da reunião anterior;
- b) a convocação com a pauta da reunião;
- c) a matéria objeto da pauta, se houver.

§2º As reuniões extraordinárias serão convocadas pela Mesa Diretora ou por dois terços de seus membros, com antecedência mínima de vinte e quatro horas.

Art. 12 Serão convocados para comparecer às reuniões os Conselheiros titulares e seus respectivos suplentes.

Parágrafo Único. O Conselheiro convocado deverá confirmar a sua participação ou justificar sua ausência, com antecedência.

Art. 13 As reuniões do Conselho serão abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas, com duração máxima de duas horas, prorrogáveis a critério da Plenária, na seguinte ordem:

- I - verificação de "quorum" para o início das atividades da reunião;
- II - qualificação e habilitação dos Conselheiros para votar;
- III - aprovação da pauta da reunião;
- IV - leitura e aprovação da ata da reunião anterior;
- V - correspondência e informes;
- VI - momento das comissões;
- VII - momento da Secretaria Executiva;
- VIII - palavra livre.

Art. 14 O Conselho Municipal de Assistência Social possuirá assessoria técnica, em todas as reuniões por meio da Secretaria Executiva.

Art. 15 A plenária instalar-se-á e deliberará com a presença de, no mínimo cinquenta por cento, mais um de seus conselheiros, exceto quando se tratar de matéria relacionada ao Regimento Interno, Fundo e Orçamento, quando o quórum mínimo será necessariamente de 2/3 de seus membros.

Art. 16 Será substituído o Conselheiro representante do governo ou da sociedade civil que renunciar ou não comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas na vigência do mandato, salvo se a ausência ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior, justificados por escrito.

Parágrafo único. A Presidência do CMAS comunicará, por escrito, ao órgão ou entidade de representação, as ausências injustificadas de seu representante, de acordo com o caput do Art. 16, solicitará a sua substituição.

Art. 17 Nas ausências do Presidente e do Vice-presidente, a Presidência será exercida pelo Secretário Geral auxiliado por um membro titular presente, escolhido pela Plenária para o exercício da função.

Art. 18 O CMAS solicitará, sempre que necessário, ao Gestor da Política de Assistência Social a presença de suporte jurídico durante as reuniões.

Art. 19 As reuniões plenárias serão públicas, podendo a comunidade manifestar-se, mediante inscrição.

Art. 20 O Conselho Municipal de Assistência Social terá Comissões Temáticas de Política, Financiamento, e de Normas e Regulação da Assistência Social, de caráter permanente, e Grupos de Trabalho, de caráter temporário, para atender a necessidades pontuais, sendo esta lista não taxativa.

CAPÍTULO III

SEÇÃO I

DAS ATRIBUIÇÕES E PROCEDIMENTOS DA PLENÁRIA

Art. 21 A Plenária é órgão deliberativo do CMAS e compete a seus membros:

I - apreciar e deliberar sobre os assuntos encaminhados ao CMAS, bem como as matérias de sua competência;

II - expedir normas de sua competência, necessárias à regulamentação e implementação da Política Municipal de Assistência Social;

III - aprovar a instituição de grupos de trabalho, suas respectivas competências, sua composição, procedimentos e prazos de duração;

IV - cumprir e fazer cumprir, em âmbito municipal, a Lei Orgânica da Assistência Social e toda a legislação pertinente à Assistência Social;

V - definir prioridades para a consecução das ações da Política de Assistência Social, considerando, para tanto, indicadores sociais que informem as maiores necessidades do Município;

VI - acompanhar, controlar e avaliar a gestão dos recursos e a execução da Política Municipal de Assistência Social, bem como os ganhos sociais e o desempenho das ações desenvolvidas na área de Assistência Social, tanto no âmbito público como privado;

VII - fixar normas para concessão de inscrição e atestado de gratuidade das entidades e organizações de assistência social com sede no município;

VIII - propor alterações e aprovar o seu Regimento Interno;

IX - regulamentar assuntos de sua competência por resoluções ou pareceres, aprovados conforme este Regimento Interno;

X - reunir-se ordinária e extraordinariamente conforme disposições deste Regimento Interno;

XI - convocar, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal de Assistência Social, conforme estabelece a Política Nacional de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a execução da Política Municipal de Assistência Social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;

XII - estimular e apoiar a realização de palestras, eventos, estudos e pesquisas no âmbito da assistência social;

XIII - estabelecer critérios, formas e meios de controle das atividades públicas municipais e das entidades e organizações de assistência social relacionadas com as suas deliberações, encaminhando para o Poder Legislativo as irregularidades encontradas;

XIV - apreciar, discutir e votar pareceres elaborados pelas Comissões;

XV - articular reuniões com outros conselhos existentes no município;

XVI - solicitar vistas de pareceres e adiamento de discussões e votações, conforme prazo estabelecido pela plenária;

XVII- requerer urgência para discussões e votações de assuntos não incluídos na pauta, bem como preferência nas discussões e votações de estudos, justificando sua prioridade;

XVIII - propor ao Município termos de parceria, em quaisquer modalidades conforme disposto em lei.

SEÇÃO II

Da pauta

Art. 22 A pauta da reunião, será elaborada pela Mesa Diretora e encaminhada previamente a todos os Conselheiros Titulares e Suplentes, para as reuniões ordinárias e extraordinárias.

§ 1º Em casos de urgência ou de relevância, a Plenária do CMAS poderá alterar a pauta da reunião.

§ 2º Os assuntos não apreciados pela Plenária, a critério dos conselheiros, deverão ser incluídos na ordem do dia da reunião subsequente.

§ 3º Por solicitação da Mesa Diretora ou de qualquer Conselheiro e, mediante aprovação da Plenária, poderá ser incluída na Pauta do dia, matéria relevante que necessite de decisão urgente do CMAS.

SEÇÃO III

Das deliberações

Art. 23 A deliberação das matérias sujeitas à votação obedecerá a seguinte ordem:

I - o Presidente concederá a palavra ao Conselheiro, representante da comissão, técnico e/ou gestor da Assistência Social que apresentará a matéria;

II - terminada a exposição, a matéria será colocada em discussão;

III - encerrada a discussão, realizar-se-á a votação.

Art. 24 Terão direito a voto os Conselheiros titulares e os suplentes no exercício da titularidade.

§ 1º Os Conselheiros suplentes terão direito à voz e serão chamados a votar nos casos de vacância, impedimento, suspensão ou ausência do respectivo titular.

§ 2º Configura-se ausência o não comparecimento do Conselheiro à Plenária com prévia justificativa, por escrito, encaminhada ao CMAS.

§ 3º Não se configura ausência o afastamento momentâneo do titular do recinto das sessões.

Art. 25 As votações devem ser apuradas pela contagem de votos a favor, contra e abstenções, mediante manifestação expressa de cada Conselheiro.

§ 1º A recountagem de votos poderá ser solicitada por qualquer Conselheiro.

§ 2º Os votos divergentes serão registrados na ata da reunião, a pedido dos Conselheiros que os proferirem.

Art. 26 As decisões do CMAS serão aprovadas por metade mais um dos conselheiros no exercício da titularidade presentes, salvo os casos previstos neste Regimento que requeiram quorum qualificado.

Art. 27 As Resoluções do CMAS, aprovadas em Plenária, serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico em até 10 (dez) dias úteis após a decisão.

SEÇÃO IV

Da ata

Art. 28 Em todas as reuniões será elaborada ata, pela Secretaria Executiva, com exposição dos trabalhos, conclusões e deliberações, devendo constar pelo menos:

I - relação dos participantes, seguida do nome de cada membro com a menção da titularidade (titular ou suplente) e do órgão ou entidade que representa;

II - resumo de cada informe, onde conste de forma sucinta o nome do Conselheiro e o assunto ou sugestão apresentada;

III - relação dos temas abordados, com indicação do responsável

pela apresentação e a inclusão de alguma observação quando expressamente solicitada por Conselheiro;
IV - as deliberações, inclusive quanto à aprovação da ata da reunião anterior, aos temas a serem incluídos na pauta da reunião seguinte, com registro do número de votos contra, a favor e abstenções, incluindo votação nominal quando solicitada;
V A Secretaria Executiva disponibilizará cópia da ata, por meio eletrônico, de modo que cada Conselheiro possa recebê-las, antes da reunião em que será apreciada.

Seção V Da Mesa Diretora

Art. 29 A Mesa Diretora, composta por Presidente, Vice-Presidente e Secretário-geral, é a representação máxima do CMAS, de conformidade com a LOAS, este Regimento e demais dispositivos que regem a matéria.

Art. 30 A Mesa Diretora será eleita na primeira reunião do CMAS, após a posse dos Conselheiros pelo Prefeito Municipal, sob a coordenação do conselheiro mais idoso.

Art. 31 O mandato da Mesa Diretora será de 01 (um) ano, permitida a recondução.

Art. 32 A Mesa Diretora poderá ser destituída, no todo ou em parte, através de requerimento assinado por pelo menos cinco Conselheiros, e aprovada por, no mínimo, dois terços dos conselheiros.
§ 1º Os Conselheiros que fazem parte da Mesa Diretora terão seu direito de defesa assegurado, facultando ao Conselho dispor sobre a necessidade de sessão plenária específica para tal finalidade.
§ 2º Ocorrendo nova eleição, os Conselheiros eleitos completarão o mandato.

Art. 33 A Mesa Diretora reunir-se-á na semana anterior à Sessão Plenária para deliberar sobre a pauta da mesma.

Art. 34 À Mesa Diretora, compete:
I - elaborar pautas das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias;
II - propor assuntos a serem pautados nas Comissões;
III - decidir acerca da pertinência e da relevância de eventos para participação do CMAS quando convidado, bem como autorizar Conselheiro a representar o CMAS nestes eventos;
IV - dirimir conflitos de atribuições entre as Comissões;
V - definir a condução do monitoramento das deliberações da Conferência Municipal de Assistência Social;
VI - discutir, preliminarmente, o planejamento estratégico do CMAS, para posterior apreciação da Plenária;
VII - dar encaminhamento às denúncias recebidas no CMAS;
VIII - examinar e decidir outros assuntos de caráter emergencial.

Parágrafo único. Na ausência dos representantes da Mesa Diretora, os presidentes das Comissões de Políticas, Financiamento, e Normas e Regulamentação escolherão dois de seus membros para participar da reunião da Mesa Diretora, mantida a paridade.

SEÇÃO VI Do Presidente

Art. 35 Compete ao Presidente do CMAS:

I - cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho;
II - representar judicial e extrajudicialmente o CMAS;
III - representar o CMAS nas atividades de caráter permanente;
IV - convocar, presidir, coordenar e manter a boa ordem nas reuniões do Conselho;
V - submeter a Pauta da reunião elaborada pela Mesa Diretora à aprovação dos Conselheiros em Plenária;
VI - tomar parte nas discussões e votar;

VII - exercer o voto de qualidade, no caso de persistência de empate;
VIII - assinar, depois de discutidas e votadas, as Resoluções, Pareceres e correspondências oficiais do CMAS;
IX - delegar competências, desde que previamente submetidas à aprovação dos Conselheiros;
X - desenvolver as articulações necessárias para o cumprimento das atividades da Secretaria Executiva;
XI - nomear, por meio de Resolução, os componentes das Comissões do Conselho;
XII - decidir sobre as questões de ordem.

Parágrafo único. A questão de ordem é direito exclusivamente ligado ao cumprimento dos dispositivos regimentais e legais, cabendo ao Presidente avaliar a pertinência de acatá-la ou não, ouvindo-se a Plenária, em caso de conflito com a proposta do requerente.

SEÇÃO VII Do Vice-presidente

Art. 36 Compete ao Vice-presidente do CMAS:

I - substituir o Presidente em seus impedimentos ou ausências;
II - auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições; e
III - exercer as atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho.

SEÇÃO VIII Do Secretário-Geral

Art. 37 Compete ao Secretário-geral do CMAS:

I - Revisar as atas registradas pela Secretaria Executiva do CMAS anteriormente ao encaminhamento para Plenária;
II - Inscrever os Conselheiros e Comunidade que quiserem manifestar-se nas reuniões do CMAS; e
III - Substituir o Presidente e Vice-Presidente nas ausências e impedimentos destes.

Seção IX Dos Conselheiros

Art. 38 São atribuições dos Conselheiros:

I - requerer decisão de matéria em regime de urgência, a qual será submetida à aprovação em Plenária;
II - propor a instituição de Grupos de Trabalho, bem como indicar nomes para as suas composições;
III - votar os encaminhamentos apresentados pela Mesa Diretora, Comissões e Grupos de Trabalho;
IV - apresentar proposições sobre assuntos de interesse da Política Municipal de Assistência Social;
V - propor à Plenária a solicitação de esclarecimentos a serem prestados pelos responsáveis, acerca de assuntos afetos à competência do CMAS;
VI - solicitar à Secretaria Executiva as informações que julgar necessárias para o desempenho de suas funções; e
VII - exercer outras atribuições que lhes sejam designadas pelo Presidente ou pela Plenária.

Art. 39 São deveres dos Conselheiros:

I - participar da Plenária, de Comissões ou Grupos de Trabalho para os quais forem designados, manifestando-se a respeito de matérias em discussão;
II - participar de eventos representando o CMAS, quando devidamente autorizado pela Mesa Diretora ou pela Plenária;
III - divulgar suas manifestações, quando representar o CMAS em eventos, de acordo com os posicionamentos deliberados pelo

Conselho; e

IV - manter a Secretaria Executiva informada sobre as alterações dos seus dados pessoais.

Seção X

Dos Coordenadores das Comissões e Grupos de Trabalho

Art. 40 Aos Coordenadores das Comissões ou Grupos de Trabalho compete:

I - elaborar e divulgar aos demais integrantes a pauta das reuniões das Comissões ou Grupos de Trabalho;

II - coordenar reuniões das Comissões ou Grupos de Trabalho;

III - assinar as Atas das reuniões e das propostas, pareceres, relatórios e recomendações elaboradas pela Comissão ou Grupo de Trabalho e relatá-las em Plenária;

IV - pleitear junto à Secretaria Executiva os recursos necessários ao funcionamento técnico-operacional da respectiva Comissão ou Grupo de Trabalho; e

V - articular com os demais órgãos do CMAS, para tratar de assuntos correlatos à matéria de interesse de suas Comissões e Grupos de Trabalho.

CAPÍTULO IV

DA SECRETARIA EXECUTIVA

SEÇÃO I

DA NATUREZA E COMPETÊNCIAS

Art. 41 O CMAS contará com uma Secretaria Executiva, diretamente subordinada à Mesa Diretora e demais conselheiros e ao setor responsável pela assessoria aos Conselhos, para dar suporte ao cumprimento de suas competências.

§1º A Secretaria Executiva é a unidade de apoio ao funcionamento do CMAS, para assessorar suas reuniões e divulgar suas deliberações, contando com pessoal técnico e administrativo.

§2º A Secretaria Executiva subsidiará a Plenária com assessoria técnica e poderá requisitar consultoria e assessoramento de instituições, órgãos e entidades ligados à área da assistência social, para dar suporte e/ou prestar apoio técnico-logístico ao Conselho.

Art. 42 São competências da Secretaria Executiva:

I - promover e praticar os atos de gestão administrativa necessários ao desempenho das atividades do CMAS;

II - prestar assessoria técnica para o CMAS, com vistas a subsidiar os conselheiros nas questões pertinentes a Política de Assistência Social;

III - dar suporte técnico-operacional às Comissões e Grupos de Trabalho;

IV - acompanhar as atividades de capacitação para os Conselheiros; e

V - dar cumprimento aos procedimentos aplicáveis às denúncias recebidas no CMAS.

Art. 43 A Secretaria Executiva terá um Secretário Executivo, com as seguintes atribuições:

I - coordenar, supervisionar, dirigir e estabelecer planejamento para as atividades que competem a Secretaria Executiva;

II - propor à Mesa Diretora a forma de organização e funcionamento da Secretaria Executiva;

III - levantar e sistematizar as informações que permitam ao CMAS tomar as decisões previstas em lei;

IV - coordenar as atividades técnico-administrativas de apoio ao CMAS;

V - assessorar o Presidente, a Mesa Diretora e as Coordenações

das Comissões e Grupos de Trabalho na articulação com os Conselhos Setoriais e outros órgãos que tratam das demais políticas públicas;

VI - assessorar a Mesa Diretora na preparação das pautas das reuniões;

VII - delegar competências de sua responsabilidade;

VIII - secretariar as reuniões da Plenária;

IX - promover medidas necessárias ao cumprimento das decisões do CMAS;

X - efetuar a inscrição de entidades e organizações de Assistência Social, aprovadas pelo CMAS;

XI - elaborar relatório anual das atividades da Secretaria Executiva;

XII - assessorar o CMAS no sentido de dirimir as dúvidas quanto aos pedidos de inscrição de entidades e organizações de Assistência Social, em conformidade com a legislação vigente;

XIII - assessorar o CMAS na articulação com os órgãos de controle interno e externo;

XIV - manter informados os Conselheiros sobre as reuniões extraordinárias que forem convocadas pela Mesa Diretora;

XV - assistir a todas as sessões do Conselho e das Comissões, tomando, para tal, as seguintes providências:

a)- distribuir documentos;

b) - organizar espaços físicos e materiais das reuniões;

c)- anotar o comparecimento dos Conselheiros, em livro próprio;

d) - redigir a ata da reunião Plenária;

e) - registrar os relatórios das reuniões das Comissões e demais relatórios referentes às ações de competência dos Conselheiros, bem como as Atas das reuniões Plenárias;

f) - digitar e expedir a correspondência a ser assinada pelo Presidente;

g) - manter arquivos, assentamentos e correspondências do Conselho;

h) - assessorar e subsidiar os conselheiros com informações para melhor desempenho.

§ 1º A Assessoria Técnica e Administrativa fica isenta de responsabilidade acerca do conteúdo dos Relatórios, Atas e demais documentos registrados, cabendo aos Conselheiros, conforme sua competência, a aprovação e liberação dos mesmos.

§ 2º A Secretaria Executiva contará com um profissional técnico e administrativo próprio constituído de servidores efetivos do quadro do órgão gestor responsável pela Política de Assistência Social, em conformidade com a legislação pertinente, para cumprir as funções designadas pelo CMAS.

CAPÍTULO V

Das Comissões e Grupos de Trabalho

Art. 44 Compete às Comissões, partes delegadas auxiliares da plenária, verificar, vistoriar, fiscalizar e emitir pareceres sobre as matérias que lhes forem distribuídas ou atribuídas, na forma deste Regimento, podendo emitir ofícios, assinados pelo coordenador da respectiva Comissão.

§ 1º. As Comissões serão compostas por quatro Conselheiros, escolhidos pela Plenária, observando-se a paridade entre os representantes governamentais e não-governamentais.

§ 2º. Os componentes das Comissões serão nomeados pelo Presidente do Conselho, através de resolução.

Art. 45 Cada Comissão terá um Coordenador e um Coordenador adjunto, escolhidos dentre os seus membros titulares e cada Grupo de Trabalho terá um Coordenador e um Coordenador-adjunto, escolhidos dentre os seus membros.

§ 1º Os Coordenadores das Comissões exercerão esta função por um período de um ano, permitida a recondução.

§ 2º Na ausência do Coordenador de Comissão Temática ou de Grupo de Trabalho, o Coordenador-adjunto assume as suas

funções.

§ 3º Na ausência do Coordenador e respectivo adjunto, os conselheiros que compõem a Comissão escolherão um de seus membros titulares para assumir as funções da coordenação naquela reunião.

§ 4º. Os componentes das Comissões deverão participar de visitas de monitoramento, sempre que solicitado pela plenária.

§ 5º. A emissão de ofício, somente se dará com o objetivo de encaminhar relatórios mais conclusivos às sessões plenárias, contribuindo assim para a dinâmica dos trabalhos do CMAS, devendo tal fato constar dos relatórios das Comissões.

§ 6º. Para a realização de reunião das Comissões, a mesma deve estar representada, no mínimo, por cinquenta por cento de seus membros, respeitada a paridade.

§ 7º. As Comissões reunir-se-ão, ordinariamente, duas vezes por mês, segundo o cronograma fixado no início de cada exercício.

Art. 46 As comissões do CMAS serão:

I - Permanentes;

II - Especiais.

Art. 47 As Comissões Permanentes serão em número de três, assim denominadas:

I - Comissão Permanente de Financiamento de Assistência Social - CPFAS;

II - Comissão Permanente de Política de Assistência Social - CPPAS;

III - Comissão Permanente de Normas e Regulamentação - CPNR.

Art. 48 As Comissões, de natureza permanente, e os Grupos de Trabalho, de natureza temporária, têm por finalidade subsidiar os conselheiros no cumprimento de sua competência.

Art. 49 As Comissões e os Grupos de Trabalho são constituídos de forma paritária.

Art. 50 As Comissões serão compostas, cada uma, por quatro Conselheiros titulares e igual número de suplentes, segundo suas afinidades com os temas das respectivas Comissões.

Art. 51 A qualquer Conselheiro é facultado participar das reuniões de qualquer Comissão ou Grupo de Trabalho, com direito à voz.

Parágrafo único. Poderão participar das reuniões das Comissões e Grupos de Trabalho pessoas convidadas, a critério de cada Comissão ou Grupo.

Art. 52 As reuniões das Comissões serão públicas, para participação na condição de ouvinte, salvo quando se tratar de matéria sujeita a sigilo.

Parágrafo único. As Comissões e Grupos de Trabalho contarão com o apoio técnico e operacional da Secretaria Executiva.

Art. 53 As Comissões apresentarão relatórios das discussões dos assuntos afetos à sua temática e das questões encaminhadas pela Mesa Diretora.

Art. 54 Os Grupos de Trabalho serão instalados, por deliberação da Plenária, para discussão de matérias cuja complexidade e relevância justifiquem sua instituição.

CAPITULO VI

DA CONSULTA E DAS CÓPIAS DE PROCESSOS

Art. 55 As partes interessadas poderão ter ciência da tramitação dos processos, ter vistas, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas, mediante solicitação por escrito ao CMAS.

§ 1º Consideram-se partes interessadas aquelas envolvidas no processo.

§ 2º As partes interessadas poderão ser assistidas, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.

§ 3º Os Conselheiros tem livre acesso a todos os documentos e poderá analisá-los nas dependências do CMAS.

CAPITULO VII

ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Art. 56 A eleição da sociedade civil ocorrerá em fórum próprio, a cada dois anos, convocada pelo presidente do Conselho mediante Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 57 A escolha dos Conselheiros não-governamentais para o CMAS dar-se-á mediante convocação do presidente do CMAS, através de Edital de Convocação, que será publicado em jornal de grande circulação no Município.

Art. 58 No Edital constarão as normas para inscrição de candidatos e credenciamento de delegados, que participarão do processo de escolha dos Conselheiros não-governamentais conforme este Regimento.

Parágrafo único - Cada entidade não governamental poderá inscrever, para o processo de escolha, somente um candidato.

Art. 59 O processo eleitoral será conduzido por uma Comissão Eleitoral composta exclusivamente por conselheiros municipais representantes da sociedade civil, observada, sempre que possível, a representatividade dos segmentos que compõem o Conselho.

Parágrafo único. Em caso de impossibilidade de composição da Comissão Eleitoral por Conselheiros do CMAS serão convidados a compor a comissão outros Conselheiros Não governamentais em exercício, integrantes dos Conselhos assessorados pelo órgão gestor vinculados à Política de Assistência Social.

Art. 60 Poderão habilitar-se como votante no processo eleitoral os representantes de organizações de usuários dos Serviços de Assistência Social, os representantes de entidades ou organizações que representem os trabalhadores do SUAS, os representantes de entidades e organizações de assistência social, habilitados a designarem candidatos, juntamente com a respectiva pessoa física designada.

§1º As entidades e organizações deverão indicar o segmento a que pertencem, observado seu estatuto, obedecendo às legislações e normas que regulamentam cada segmento.

§ 2º A entidade e organização que estiver inscrita no CMAS em dois segmentos deverá optar por qual deles quer se candidatar.

Art. 61 Cada representante de organizações de usuários dos Serviços de Assistência Social, representantes de entidades ou organizações que representem os trabalhadores do SUAS, representante de entidades e organizações de assistência social, habilitado pela Comissão Eleitoral para designar candidato, votará tantas vezes quantas forem o número de vagas de seu segmento.

Art. 62 Serão considerados eleitos como conselheiros titulares os representantes das organizações ou entidades que obtiverem o maior número de votos, na ordem de classificação por segmento, e como suplentes os dois candidatos representantes das organizações ou entidades subsequentes na ordem de classificação por segmento.

Art. 63 Caso o Município não contar com os três segmentos da sociedade civil, poderá compor o CMAS com os demais segmentos,

preferencialmente, com os representantes de organizações dos usuários.

Art. 64 Na hipótese de afastamento ou substituição de entidade ou organização, não havendo suplentes, a escolha das organizações ou entidades substitutas, que completarão o mandato, será efetuada através de fórum próprio.

Art. 65 Visando garantir a participação popular, o Conselho deverá divulgar amplamente o processo de eleição, através dos meios de comunicação locais disponíveis.

Art. 66 O Ministério Público será informado do processo de eleição para, querendo, acompanhar seu desenvolvimento.

Art. 67 Os Delegados não poderão ser candidatos ao CMAS, no processo eleitoral em que servirem.

§1º. Cada entidade não-governamental somente poderá credenciar, para o processo de escolha, um Delegado e um suplente.

§ 2º. Cada Delegado ou suplente somente poderá representar uma única Entidade.

Art. 68 Dentro do prazo fixado no Edital de Convocação, as entidades não-governamentais, observando art. 1º, incisos I, II, III e IV deste Regimento, deverão apresentar seus candidatos a Conselheiros, bem como todos os documentos exigidos, sob pena de indeferimento da inscrição.

Art. 69 O processo de escolha dos conselheiros não governamentais deverá, obrigatoriamente, estar concluído até o término do mandato da gestão em vigor.

Art. 70 Será empossado como Conselheiro do CMAS o candidato que obtiver mais votos dentro da categoria representativa, e como 1º e 2º suplentes, os dois candidatos, subsequentemente, mais votados.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 71 O Conselho funcionará em prédio e instalações disponibilizados pelo Poder Público Municipal.

Art. 72 Consideram-se colaboradoras do CMAS as instituições e organizações governamentais ou da sociedade civil, da Administração Pública ou privadas prestadoras de serviços aos usuários da Assistência Social, bem como os consultores e convidados.

Parágrafo único. Será emitido Certificado a todos os Conselheiros regularmente nomeados ao término de sua participação na gestão do respectivo mandato, em reconhecimento ao seu relevante serviço público e social prestado.

Art. 74 O órgão gestor responsável pela Política de Assistência Social arcará com as diárias e passagens dos Conselheiros quando forem convocados para participação em eventos fora do município nos termos deste Regimento.

Art. 75 Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão dirimidos pelo CMAS em plenária.

Blumenau, 18 de março de 2015.

Lilian Kuzma Braz

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

PORTARIA Nº 18.588/2015

PORTARIA Nº 18.588, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

DESIGNA MEMBROS PARA CONSTITUIREM A COMISSÃO ENCARGADA DE ANALISAR E JULGAR LICITAÇÕES NO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere com o art. 59, VII, combinado com o art. 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e atendendo ao Memorando nº 357/15, da Diretoria de Compras e Licitações, datado de 25/03/2015, resolve: Art. 1º Designar, sem ônus para o Município e sob a presidência do primeiro, os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão Encarregada de Analisar e Julgar Licitações no Município, com as atribuições constantes da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, pelo período de 01 (um) ano, a contar de 01 de abril de 2015:

FÁBIO WEIDGENANT, matrícula nº 16.725-8, ocupante do cargo em comissão de Gerente de Compras, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD;

LUCIMARA HELENA ROSENBROCK ANACLETO, matrícula nº 17.980-4, ocupante do cargo em comissão de Gerente das Comissões de Licitação, lotada na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD;

KÁTIA GIOVANA LEITE, matrícula nº 18.558-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD;

TAIANA LIZ DE MELLO, matrícula nº 22.251-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD;

RAFAELA ODEBRECHT DOS SANTOS, matrícula nº 21.784-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD.

Art. 2º Em caso de empate nas decisões da Comissão o voto de qualidade será proferido pelo Presidente.

Art. 3º Na ausência do Presidente, a Comissão será presidida pela servidora LUCIMARA HELENA ROSENBROCK ANACLETO.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

EXTRATO CONVENIO/2015 - SDR

EXTRATO - TERMO DE CONVÊNIO

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - BLUMENAU.

OBJETO: Intercâmbio de servidores públicos municipais e estaduais entre o Município e a Secretaria para o desempenho de atividades de interesse comum entre as partes.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116 da Lei nº. 8.666/1993.

PRAZO: A contar de 1º de julho de 2014.

DATA: 18 de fevereiro de 2015.

ARP PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015 - URB

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Partes: Companhia de Urbanização de Blumenau - URB, Osmar da Cunha o Empresário - ME, Samantha Borges - ME, Lindomar Amado da Cunha - EPP.

Objeto: Locação de veículos com capacidade de transporte para 09 (nove) pessoas, sem motorista e sem fornecimento de combustível.

Fundamentação Legal: Pregão Presencial n.º 01/2015 de 04 de fevereiro de 2015 - De acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002 e alterações.

Valor Registrado: De acordo com a respectiva classificação:

Item 01 - Veículo utilitário com capacidade de transporte de carga no mínimo 953 kg. Ano de fabricação a partir de 2010; Bi combustível (flex); Tanque de combustível com capacidade mínima de 45 litros; No mínimo 08 (oito) válvulas; 4 (quatro) cilindros; Tração 4X2; Tomada 12 (doze) volts; Vidros Manual; Direção Mecânica; Pintura sólida de cor branca; Motor 1.4 no mínimo; Câmbio mecânico de 04 (quatro) marchas + Ré; Capacidade para 09 (nove) passageiros (incluindo o motorista. 03 portas; Os demais acessórios que são obrigatórios pelo DENATRAN como; extintor, estepes, chave de roda, macaco, triangulo, sinalizador e outros. unidade/especificação.

Quantidade: 10 unidades. Marca do Veículo: Kombi/ Volkswagen

Valor unitário mensal: R\$ 2.450,00

1º Lugar - Osmar da Cunha o Empresário- ME

2º Lugar - Samantha Borges - ME

3º Lugar - Lindomar Amado da Cunha - EPP

Pagamento: O pagamento será efetuado em 28 (vinte e oito) dias após a apresentação da respectiva Nota Fiscal.

Recursos Orçamentários: Estão previstos no orçamento da Companhia de Urbanização de Blumenau.

Vigência da Ata de Registro de Preços: Validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Blumenau, 04 de março de 2015.

ARP PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015 - URB

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Partes: Companhia de Urbanização de Blumenau –URB, J & J Comercio de Marmitas Ltda ME, Raízes da Pizza Ltda ME.

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de refeições do tipo "marmitex", com entrega na sede da Companhia de Urbanização de Blumenau.

Fundamentação Legal: Pregão Presencial n.º 03/2015 de 04 de março de 2015 - De acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002 e alterações.

Valor Registrado: De acordo com a respectiva classificação:

Item 01 - Fornecimento de refeição pronta acondicionada em

embalagens do tipo marmitex, com entrega. Quantidade: 2.200 Refeições/Mês.

Valor unitário: R\$ 8,15.

1º Lugar - J & J Comercio de Marmitas Ltda ME.

2º Lugar - Raízes da Pizza Ltda ME.

Pagamento: O pagamento será efetuado quinzenalmente, de acordo com as quantidades de refeições nesse período, em até 28 (vinte e oito) dias após a apresentação da respectiva Nota Fiscal.

Recursos Orçamentários: Estão previstos no orçamento da Companhia de Urbanização de Blumenau.

Vigência da Ata de Registro de Preços: Validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Blumenau, 10 de março de 2015.

ARP PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015 - URB

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Partes: Companhia de Urbanização de Blumenau - URB, Posto Autoblu Ltda

Objeto: Fornecimento parcelado de combustíveis para a frota de veículos da Companhia de Urbanização de Blumenau, consistentes em Gasolina Comum, Álcool Etílico Hidratado Comum - AEHC e também Óleo Diesel S-10.

Fundamentação Legal: Pregão Presencial n.º 002/2015 de 24 de fevereiro de 2015 - De acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002 e alterações.

Valor Registrado: De acordo com a respectiva classificação:

Item 01 - Álcool etílico hidratado combustível comum (aehc) - conforme portaria n.º 45/01, da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Quantidade: 80.000 Litros

Valor unitário: R\$ 2,59

1º Lugar - Posto Autoblu

Item 02 - Gasolina comum. Quantidade: 220.000 Litros

Valor Unitário: R\$ 3,28.

1º Lugar - Posto Autoblu

Item 3 - Óleo diesel S-10. Quantidade: 420.000 Litros.

Valor Unitário: R\$ 2,91.

1º Lugar - Posto Autoblu

Pagamento: O pagamento será efetuado em 28 (vinte e oito) dias após a apresentação da respectiva Nota Fiscal.

Recursos Orçamentários: Estão previstos no orçamento da Companhia de Urbanização de Blumenau.

Vigência da Ata de Registro de Preços: Validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Blumenau, 26 de fevereiro de 2015.

ARP PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-001/2015 - URB

EXTRATO DO CONTRATO 01/2015.

Partes: Companhia de Urbanização de Blumenau - URB e Osmar da Cunha o Empresário - ME.

Objeto: Locação de veículos com capacidade de transporte para 09 (nove) pessoas, sem motorista e sem fornecimento de combustível.

Fundamentação Legal: Pregão Presencial 06-001/2015 de 04 de fevereiro de 2015 - De acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002 e a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações.

Preço: O valor total do presente contrato pela locação dos veículos será de R\$ 24.500,00 (Vinte e quatro mil quinhentos reais).

Pagamento: O pagamento realizar-se-á mensalmente, em até 28 (vinte e oito) dias após a apresentação da respectiva Nota Fiscal.

Prazo de vigência: Prazo de vigência: O prazo de vigência do presente instrumento será de 12 (doze) meses, podendo o presente contrato ser prorrogado por acordo entre as partes, até o limite de 60 meses, nos termos do art. 57 da lei n. 8.666/93.

Data: 04 de março de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 02/2015 - URB

EXTRATO DO CONTRATO 02/2015.

Partes: Companhia de Urbanização de Blumenau - URB e J & J Comercio de Marmitas Ltda ME.

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de refeições do tipo "marmitex", com entrega na sede da Companhia de Urbanização de Blumenau.

Fundamentação Legal: Pregão Presencial 06-003/2015 de 04 de março de 2015 - De acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002 e a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações.

Preço: O valor global do presente contrato será de R\$ 17.930,00 (Dezessete mil novecentos e trinta reais).

Pagamento: O pagamento será efetuado quinzenalmente, de acordo com as quantidades de refeições nesse período, em até 28 (vinte e oito) dias após a apresentação da respectiva Nota Fiscal.

Prazo de vigência: Prazo de vigência: O prazo de vigência do presente instrumento será de 12 (doze) meses, podendo o presente contrato ser prorrogado por acordo entre as partes, até o limite de 60 meses, nos termos do art. 57 da lei n. 8.666/93.

Data: 10 de março de 2015.

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO 171/2015

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 171

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER AUMENTO DE JORNADA DE TRABALHO

De acordo com o Artigo 41, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares nº 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010:

Nº PORTARIA	DATA	NOME	JORNADA DE PARA	A CONTAR DE
29.025/2015	03.03.2015	MARIANNE EWALD	30 horas para 40 horas	05.01.2015
29.025/2015	03.03.2015	ELISABETH TORRESANI	30 horas para 40 horas	02.02.2015
29.025/2015	03.03.2015	VIVIAN ALVES NOVAES	30 horas para 40 horas	02.02.2015
29.025/2015	03.03.2015	ISRAEL RODRIGO DE COL MEDEIROS	30 horas para 40 horas	11.02.2015
29.033/2015	06.03.2015	MARINA KEIKO MURAKAMI	30 horas para 40 horas	09.03.2015
29.058/2015	17.03.2015	ANGELA FABIANE KOLLING	30 horas para 40 horas	01.04.2015
29.058/2015	17.03.2015	CARLA RAQUEL ESCOBAR SEVERO	30 horas para 40 horas	01.04.2015
29.062/2015	29.03.2015	SUSANA RAQUEL BATISTA HESSMANN	30 horas para 40 horas	19.03.2015
29.078/2015	23.03.2015	ALEXANDRE GEVAERD	30 horas para 40 horas	12.03.2015

Blumenau, 01 de abril de 2015.

RONALDO ROGERIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO 172/2015

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 172

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL

De acordo com o Artigo 146, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DIAS	PERÍODO	
29017	2015	27.02.2015	2015/02/001394	ADÃO PEDRO DE CARVALHO	4162	28.10.2003	01.02.2015
29044	2015	11.03.2015	2015/03/001685	MARA LUCIA DA SILVA MAFRA	1993	01.12.2011	09.03.2015

Blumenau, 01 de abril de 2015.

RONALDO ROGERIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO 173/2015

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 173

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

DISPENSAR AUMENTO DE JORNADA DE TRABALHO

De acordo com o art. 41 da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares ns. 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010:

Nº PORTARIA	DATA	NOME	JORNADA DE PARA	A CONTAR DE
29.022/2015	03.03.2015	LETICIA BENITES COLVARA	20 horas para 10 horas	23.02.2015
29.023/2015	03.03.2015	DEIZE NARA MONTEIRO SASSE	40 horas para 30 horas	06.02.2015
29.024/2015	03.03.2015	RITA GRACIELI MARTINS	40 horas para 30 horas	21.01.2015
29.043/2015	12.03.2015	SORAYA DAMBROSO CAIGAR DE MEDEIROS	40 horas para 30 horas	06.03.2015
29.084/2015	25.03.2015	EDNO HONORATO DE BRITO	40 horas para 30 horas	01.04.2015

Blumenau, 01 de abril de 2015.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO 174/2015

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 174

RONALDO ROGERIO WAL-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

DECLARAR A ESTABILIDADE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA

Com base no artigo 26, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 12, da Lei Complementar nº 740, de 18 de janeiro de 2010, estáveis no serviço público municipal, os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo:

Portaria	Nome	Cargo	Estabilidade
29107/2015	ADRIANA PASA	Arquiteto	23/03/2015
29107/2015	ANA MARIA BARBATO DA SILVA	Arquiteto	27/03/2015
29107/2015	ANA TARCIA CARDOSO DA SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	14/03/2015
29107/2015	ANDREA DE DEUS SCHMITT	Técnico em Enfermagem	01/03/2015
29107/2015	ANDRESA CORDEIRO	Educador Social	09/03/2015
29107/2015	ANGELA DOS SANTOS FARIAS	Procurador do Município	06/03/2015
29107/2015	ARNESIO CANDIDO	Educador Social	08/03/2015
29107/2015	BRUNO VICENTE VOLTOLINI	Educador Social	06/03/2015
29107/2015	CAMILA LUIZE SCHLOGL	Professor - 20 Horas (QP)	23/01/2015
29107/2015	CARLEN APARECIDA CADILHAC	Coordenador Pedagógico (40H)	07/03/2015

29107/2015	CHRISTIANE LEITZKE	Professor - 40 Horas (QP)	06/03/2015
29107/2015	CHRISTINA CABRAL SERAFIM	Nutricionista	16/03/2015
29107/2015	CIBELLE ALANA CAZA PEREIRA	Professor - 40 Horas (QP)	30/03/2015
29107/2015	CLAUDIA REGINA DE MATTOS	Coordenador Pedagógico (40H)	11/03/2015
29107/2015	CLAUDIO LUIZ PIZARRO PILOTTO	Médico - 20 Horas	08/03/2015
29107/2015	CLEUSA ELIANE DE MENDONCA PANDINI	Enfermeiro	10/03/2015
29107/2015	CRISTIAN AUGUSTO SOUZA	Motorista	27/03/2015
29107/2015	CRISTIANE VOLTOLINI CORDEIRO	Técnico em Enfermagem	09/03/2015
29107/2015	DAIANA DA COSTA	Técnico em Enfermagem	29/03/2015
29107/2015	DAIANE MATOS ORTIZ	Técnico em Enfermagem	05/03/2015
29107/2015	DANIEL GONCALVES PORTO	Agente de Vigilância	13/03/2015
29107/2015	DEBORA DE AMORIM SCHIESTL	Professor - 40 Horas (QP)	19/03/2015
29107/2015	DEIZE NARA MONTEIRO SASSE	Enfermeiro	14/03/2015
29107/2015	DENISE CARVALHO	Educador Social	10/03/2015
29107/2015	DENISE TEREZINHA GOEDERT	Educador Social	24/03/2015
29107/2015	DORALICE MARIA DE FARIAS	Professor - 20 Horas (QP)	30/03/2015
29107/2015	DOUGLAS COMANDOLLI	Engenheiro Civil	01/03/2015
29107/2015	EMERSON MARCELO LINHARES	Engenheiro Civil	09/03/2015
29107/2015	FERNANDO VOLNI EINECKE	Técnico em Enfermagem	23/03/2015
29107/2015	FULVIO CLEMO SANTOS THOMAZELLI	Médico - 10 Horas	20/03/2015
29107/2015	JERUSA BONANOMI	Técnico em Enfermagem	04/03/2015
29107/2015	JORGE OLIVEIRA DA ROCHA FILHO	Médico - 20 Horas	25/03/2015
29107/2015	JURANDIR DE FATIMA ALVES DE SOUZA	Educador Social	05/03/2015
29107/2015	KATIEIA DALBERTO	Agente Administrativo	19/03/2015
29107/2015	LIRIANE GUIMARAES MORAIS	Assistente Social	29/03/2015
29107/2015	LUCILENE RITTER	Técnico em Enfermagem	01/03/2015
29107/2015	LUDMILA RIBEIRO KANDER	Educador Social	10/03/2015
29107/2015	MARA JOSIANE NUSS LÉSCOVITZ	Técnico em Enfermagem	01/03/2015
29107/2015	MARA REGINA FREITAS CALDAS	Técnico em Enfermagem	27/03/2015
29107/2015	MARA RUBIA AMARAL DA COSTA	Professor - 40 Horas (QP)	22/03/2015
29107/2015	MARCIA PERES RACHINHAS	Técnico em Enfermagem	03/03/2015
29107/2015	MARIA GISELE FARRIAS FORTE	Agente Administrativo	07/02/2015
29107/2015	MARIA GORETTI MARTINS DA GAMA	Educador Social	06/03/2015
29107/2015	MARILDA HAMMES	Professor - 40 Horas (QP)	09/03/2015
29107/2015	MARIZA LUIZA RIZZI CENSI	Professor - 40 Horas (QP)	18/03/2015
29107/2015	MARLENE PHILLIPPI MASCHIO	Professor - 40 Horas (QP)	12/03/2015
29107/2015	MILTON SANTOS DA SILVEIRA	Técnico em Enfermagem	16/03/2015
29107/2015	MONIQUE NEIS	Nutricionista	31/03/2015
29107/2015	NATANAEL OSCAR MARTINS	Educador Social	09/03/2015
29107/2015	NITAY GUSTAVO DE SOUZA	Educador Social	21/03/2015
29107/2015	PRISCILA CRISTIANE REITER	Educador Social	11/03/2015
29107/2015	RILDO OLIANI	Técnico em Enfermagem	22/03/2015
29107/2015	ROGER DANILO SCHREIBER	Arquiteto	20/03/2015
29107/2015	ROSANA APARECIDA FERRARI BONOMINI	Educador Social	02/03/2015
29107/2015	ROSILDA SAUTNER	Educador Social	05/03/2015
29107/2015	SABRINA BRUNER	Professor - 40 Horas (QP)	16/03/2015
29107/2015	SANDRA REGINA RINCAVESCHI	Professor - 40 Horas (QP)	21/03/2015
29107/2015	SERGIO LUIS PEREIRA CARVALHO	Professor - 20 Horas (QP)	25/03/2015
29107/2015	SHEILA MAIARA KREUSCH EWALD	Agente Administrativo	27/03/2015
29107/2015	SULEIMA MENDES ALMEIDA	Técnico em Enfermagem	23/03/2015
29107/2015	SUSANA DA VEIGA	Professor - 40 Horas (QP)	07/03/2015
29107/2015	VANESSA ODORRIZZI BARUKI	Técnico em Enfermagem	28/03/2015

Blumenau, 01 de abril de 2015.
RONALDO ROGERIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO 176/2015

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 175

ROANLDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:
CONCEDER LICENÇA ESPECIAL À GESTANTE

De acordo com os artigos 277 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	PERÍODO	
					INÍCIO	TÉRMINO
29081	2015	24.03.2015	2015/03/002160	CINTHIA MAIARA CORREA	16/07/2015	13/09/2015
29091	2015	27.03.2015	2015/03/002326	CINTIA PACHECO FINKENAUER	14/07/2015	11/09/2015
29037	2015	09.03.2015	2015/03/001654	FERNANDA GIRÃO DA COSTA	04/06/2015	02/08/2015

Blumenau, 01 de abril de 2015.
RONALDO ROGERIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO 177/2015

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 177

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:
ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE 1/3 (UM TERÇO) EM PECÚNIA PARA 180 DIAS CONSECUTIVOS

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
29042	2015	11.03.2015	2015/03/001771	MARIA EMILIA RODRIGUES DE LIMA	15.06.2003	15.06.2013

Blumenau, 01 de abril de 2015.
RONALDO ROGERIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO 178/2015

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 178

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:
ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE 180 DIAS CONSECUTIVOS PARA 1/3 (UM TERÇO) EM PECÚNIA

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
29056	2015	17.03.2015	2015/03/001929	SHEYLA MELLO ROSSMANN SCHAAF VASQUEZ	22.10.2004	22.10.2014
29061	2015	19.03.2015	2015/03/002014	HELOISA HELENA DE OLIVEIRA	17.06.2003	17.06.2013
29099	2015	01.04.2015	2015/04/002462	LOURDES CONSUELO HOLL	01.09.2004	01.09.2014

Blumenau, 01 de abril de 2015.
 RONALDO ROGERIO WAN-DALL
 Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO 179/2015

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 179

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO COM A CONVERSÃO DE 1/3 EM PECÚNIA

De acordo com os artigos 146, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
29018	2015	02.03.2015	2015/03/001423	ANTONIO TRAMONTIN	06.02.2005	06.02.2015
29026	2015	03.03.2015	2015/03/001460	MARILEUSA DIEL STUPP	23.02.2005	23.02.2015
29031	2015	06.03.2015	2015/03/001593	SANDRA REGINA NOBREGA KU- CHENBECKER	04.03.2005	04.03.2015
29040	2015	11.03.2015	2015/03/001742	HERMES AFONSO BADIA	11.03.2005	11.03.2015
29045	2015	12.03.2015	2015/03/001823	IVONETE MUELLER LOTÉRIO	18.12.2004	18.12.2014
29059	2015	18.03.2015	2015/03/002000	JORGE LUIS KLUEGER	13.03.2005	13.03.2015
29060	2015	19.03.2015	2015/03/002008	NELSON BODENMUELLER	09.01.2005	09.01.2015
29065	2015	19.03.2015	2015/03/002054	ISABEL MARIA LEAL	14.03.2005	14.03.2015
29077	2015	20.03.2015	2015/03/002084	CRISTIANE LITZ	17.03.2005	17.03.2015
29085	2015	25.03.2015	2015/03/002218	ETHNA THAISE UNBEHAUN	19.07.2004	19.07.2014
29086	2015	26.03.2015	2015/03/002252	FATIMA APARECIDA DE MELO	04.03.2005	04.03.2015
29092	2015	30.03.2015	2015/03/002338	CRISTIANA CIACCIO	29.03.2005	29.03.2015
29094	2015	31.03.2015	2015/03/002351	CLAUDIO WINTERS STEIL	29.03.2005	29.03.2015
29095	2015	31.03.2015	2015/03/002365	GLAUCIA SERPA	05.07.2004	05.07.2014

Blumenau, 01 de abril de 2015.
 RONALDO ROGERIO WAN-DALL
 Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO 180/2015

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 180

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONSECUTIVOS

De acordo com os artigos 146, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO
29028/2015	03.03.2015	2015/03/001473	CLELIA DE MELO	04.02.2001 a 04.02.2011
29029/2015	03.03.2015	2015/03/001497	JANAINA SUZETE MOREIRA ALCANTARA	09.02.2005 a 09.02.2015
29030/2015	05.03.2015	2015/03/001578	MARIA MARILETE NAATZ	01.03.2005 a 01.03.2015
29036/2015	09.03.2015	2015/03/001650	TANIA REGINA CASAS ITTNER	07.03.2005 a 07.03.2015
29039/2015	10.02.2015	2015/03/001717	ELIANE APARECIDA HERAT KRAUZER	24.01.2004 a 24.01.2014
29041/2015	11.03.2015	2015/03/001754	SUSANA BARTIRA WAGNER BILCK VENTURI	28.01.2005 a 28.01.2015
29057/2015	17.03.2015	2015/03/001927	SELMA DARCY VIEIRA	06.02.2005 a 06.02.2015
29064/2015	19.03.2015	2015/03/002040	NAIDI NAGILA DO NASCIMENTO DA SILVA	06.03.2005 a 06.03.2015
29079/2015	23.03.2015	2015/03/002127	FERNANDO ANTONIO BEDUSCHI	03.12.2004 a 03.12.2014
29080/2015	23.03.2015	2015/03/002131	EMILIA SILVANA MARCELINO	15.03.2002 a 15.03.2012
29082/2015	24.03.2015	2015/03/002180	IRACI WICKERT DESCHAMPS	19.07.2002 a 19.07.2012

29083/2015	25.03.2015	2015/03/002205	NEUZA MARIA MENEZES DE ALENCAR	30.09.2004 a 30.09.2014
29087/2015	26.03.2015	2015/03/002279	ELIANE FRANZ	25.03.2005 a 25.03.2015
29089/2015	27.03.2015	2015/03/002304	JOSE DOERNER	2015/03/002304
29098/2015	31.03.2015	2015/03/002434	MARISA SOARES KRUGER	01.03.2003 a 01.03.2013
29108/2015	01.04.2015	2015/04/002489	ELI JONES MATIAS CABRAL	08.06.2004 a 08.06.2014

Blumenau, 01 de abril de 2015.
RONALDO ROGERIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO 181/2015

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 181

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA TOTAL

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO
29021/2015	02.03.2015	2015/03/001432	PATRICIA LUEDERS	15.12.2001 15.12.2011

Blumenau, 01 de abril de 2015.
RONALDO ROGERIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1.081/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.081/2014, DE 3 DE SETEMBRO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Mara Sandra Giacomini Pivesso.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

MARA SANDRA GIACOMINI PIVESSO

cadastro funcional nº 5264, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Ciências Naturais, para participar do XXVI Congresso Brasileiro de Anatomia, em Curitiba - PR, no período de 29 de setembro a 2 de outubro de 2014.

Blumenau, 3 de setembro de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.082/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.082/2014, DE 3 DE SETEMBRO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Tânia Maria da Silva.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

TÂNIA MARIA DA SILVA

cadastro funcional nº 2507, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Letras, para participar de evento, a convite do Instituto Evoluir, na Feira do Livro de Ponta Grossa, em Ponta Grossa - PR, no período de 8 a 10 de setembro de 2014.

Blumenau, 3 de setembro de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.083/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.083/2014, DE 3 DE SETEMBRO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Morgana Moretti.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

MORGANA MORETTI

cadastro funcional nº 9792, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Ciências Naturais, para participar da XXXVIII Reunião Anual da SBNeC - Sociedade Brasileira de Neurociências e Comportamento, em Búzios - RJ, no período de 10 a 13 de setembro de 2014.

Blumenau, 3 de setembro de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.084/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.084/2014, DE 3 DE SETEMBRO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Marcel Hugo.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

MARCEL HUGO

cadastro funcional nº 2711, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Sistemas e Computação, para participar do XVII Encontro Anual da Rede PAEX, em Nova Lima - MG, no período de 14 a 16 de setembro de 2014.

Blumenau, 3 de setembro de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.085/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.085/2014, DE 3 DE SETEMBRO DE 2014.

Revoga a Portaria nº 857/2014, de 7 de julho de 2014, que concede licença remunerada à Servidora Henriette Damm.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, por interesse da Servidora, mediante solicitação expressa, REVOGA a Portaria nº 857/2014, de 7 de julho de 2014, que concede licença remunerada à Servidora Henriette Damm.

Blumenau, 3 de setembro de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.086/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.086/2014, DE 3 DE SETEMBRO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Gilberto Friedenreich dos Santos.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

GILBERTO FRIEDENREICH DOS SANTOS

cadastro funcional nº 4029, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de História e Geografia, para participar do VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales - CIETA, em São Paulo - SP, no período de 8 a 12 de setembro de 2014.

Blumenau, 3 de setembro de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.087/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.087/2014, DE 3 DE SETEMBRO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Mary Anne Pasta de Amorim.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

MARY ANNE PASTA DE AMORIM

cadastro funcional nº 5572, ocupante do cargo de Técnico de Laboratório - Anatomia Humana, lotada no Departamento de Ciências Naturais, para participar do XXVI Congresso Brasileiro de Anatomia, em Curitiba - PR, no período de 29 de setembro a 2 de outubro de 2014.

Blumenau, 3 de setembro de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.088/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.088/2014, DE 4 DE SETEMBRO DE 2014

Concede licença remunerada aos Servidores Janaína Poffo Possamai, Vilmar José Zermiani e Viviane Clotilde da Silva.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA aos Servidores adiante nominados, ocupantes do cargo de Professor Universitário, lotados no Departamento de Matemática, para participar da XXX Feira Regional de Matemática, em Pomerode - SC, no dia 10 de setembro de 2014:

- JANAÍNA POFFO POSSAMAI, cadastro funcional nº 8399;
- VILMAR JOSÉ ZERMIANI, cadastro funcional nº 1413;
- VIVIANE CLOTILDE DA SILVA, cadastro funcional nº 3206.

Blumenau, 4 de setembro de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.089/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.089/2014, DE 4 DE SETEMBRO DE 2014
Concede licença remunerada à Servidora Deisi Maria Vargas.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

DEISI MARIA VARGAS

cadastro funcional nº 3499, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Medicina, para, atendendo a convite, integrar o Comitê de Pares Evaluadores para la visita de evaluación externa en el marco de Modelo Nacional de Acreditación de Carreras de Grado, na Universidad Nacional de Itapúa, em Assunção - Paraguai, no período de 4 a 7 de novembro de 2014.

Blumenau, 4 de setembro de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.090/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.090/2014, DE 4 DE SETEMBRO DE 2014
Concede progressão de referência na Carreira do Magistério Superior da FURB a professores universitários.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando, ainda, o teor do Memorando nº 081/2014 - CPCM, de 28 de agosto de 2014, oriundo da Presidência da Comissão Permanente da Carreira do Magistério, CONCEDE progressão de referência, com base nos incisos I, II, IV e V, do art. 2º da Resolução nº 37/2010, de 29 de junho de 2010, aos seguintes docentes:

NOME	TOTAL DE PONTOS	REFERÊNCIA	DATA DA ALTERAÇÃO
Carlos Efrain Stein	73,24	PQ07	19/5/2014
Dirceu Luis Severo	96,72	PQ09	16/7/2014
Kátia Ragnini Scherer	48,25	PQ05	30/7/2014
Melita Bona	37,11	PQ04	18/7/2014

Blumenau, 4 de setembro de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.091/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.091/2014, DE 8 DE SETEMBRO DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Thiago Neves Batista.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

THIAGO NEVES BATISTA

cadastro funcional nº 8283, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Medicina Veterinária, para participar de curso teórico-prático de neurologia veterinária, em São Paulo - SC, no período de 22 a 28 de setembro de 2014.

Blumenau, 8 de setembro de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.092/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.092/2014, DE 8 DE SETEMBRO DE 2014
Concede licença remunerada à Servidora Keila Zaniboni Siqueira Batista.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

KEILA ZANIBONI SIQUEIRA BATISTA

cadastro funcional nº 8293, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Ciências Naturais, para participar do XII International Meeting on Paracoccidioidomycosis - PCM 2014, em Brasília - DF, no período de 20 a 25 de setembro de 2014.

Blumenau, 8 de setembro de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.094/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.094/2014, DE 8 DE SETEMBRO DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Vinicyus Rodolfo Wiggers.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

VINICYUS RODOLFO WIGGERS

cadastro funcional nº 9627, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia Química, para participar do Programa de Intercâmbio Linnaeus-Palme, em Borås - Suécia, no período de 27 de setembro a 5 de outubro de 2014.

Blumenau, 8 de setembro de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.095/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.095/2014, DE 8 DE SETEMBRO DE 2014
Designa, em substituição, integrantes da Comissão de Ética no Uso de Animais - CEUA da FURB.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda, o teor do MEMORANDO Nº 032/2014/CEUA, de 4 de setembro de 2014, oriundo da Coordenação da CEUA, DESIGNA, os Servidores:

- LUIS FAGNER DA SILVA MACHADO, para, em substituição ao professor Thiago Neves Batista, designado pela Portaria nº 702/2012, de 27 de junho de 2012, integrar a CEUA, na condição de representante Titular do Departamento de Medicina Veterinária da FURB.

- THIAGO NEVES BATISTA, para integrar a CEUA, na condição de representante Suplente do Departamento de Medicina Veterinária da FURB.

Blumenau, 8 de setembro de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.096/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.096/2014, DE 8 DE SETEMBRO DE 2014
Concede licença prêmio ao Servidor Fábio Ferrari.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o art. 38 da Lei Complementar Municipal nº 746/2010, de 19 de março de 2010, CONCEDE LICENÇA PREMIO - 30 (trinta) dias -, no período de 15 de setembro a 14 de outubro de 2014, referente ao período aquisitivo de 24 de abril de 2000 a 23 de abril de 2005, ao Servidor

FÁBIO FERRARI

cadastro funcional nº 3953, ocupante do cargo de Marceneiro, lotado na Divisão de Administração do Campus.

Blumenau, 8 de setembro de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.097/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.097/2014, DE 8 DE SETEMBRO DE 2014
Designa, em substituição, integrante do Comitê de Ética na Pesquisa em Seres Humanos - CEPH da FURB.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 4º da Resolução nº 055/2012, de 12 de dezembro de 2012 e, ainda, o teor do MEMORANDO Nº 013/2014/CEPH, de 8 de setembro de 2014, oriundo da Coordenação do Comitê de Ética na Pesquisa em Seres Humanos - CEPH, DESIGNA a Professora

MARIALVA TOMIO

para, em substituição ao Professor Hélio da Silva, designado pela Portaria nº 043/2014, de 3 de fevereiro de 2014, integrar o CEPH/FURB, na condição de representante do CCSA.
Revoga, a contar desta data, a Portaria nº 1.063/2014, de 25 de agosto de 2014.

Blumenau, 8 de setembro de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.098/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.098/2014, DE 8 DE SETEMBRO DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Henry França Meier.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

HENRY FRANÇA MEIER

cadastro funcional nº 1810, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia Química, para integrar a Comissão de Avaliação designada para analisar

a Promoção por Mérito ao Nível MS-3.2 da Carreira do Magistério Superior da Faculdade de Ciências Aplicadas, da Universidade Estadual de Campinas, em Limeira - SP, nos dias 8 e 9 de setembro de 2014.

Blumenau, 8 de setembro de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.099/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.099/2014, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014
Concede licença remunerada à Servidora Lorena Benathar Ballo Tavares.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

LORENA BENATHAR BALLO TAVARES

cadastro funcional nº 1483, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Engenharia Química, para participar de missão de trabalho referente ao projeto de cooperação internacional: Desenvolvimento de estratégias para valorização de biomassa residual oleosa - produção e caracterização de agentes de superfície biodegradáveis e com potenciais aplicações, na Universidade de Granada - UGR, na cidade de Granada - Espanha, no período de 24 de novembro a 20 de dezembro de 2014.

Blumenau, 10 de setembro de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.100/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.100/2014, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

JORGE GUSTAVO BARBOSA DE OLIVEIRA

cadastro funcional nº 2307, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, para participar do II Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento, em Florianópolis - SC, no período de 16 a 19 de setembro de 2014.

Blumenau, 10 de setembro de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

Bom Jesus do Oeste**PREFEITURA****CONTRATO Nº. 73/2015**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 73/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MARCOS ROBERTO MATERN E CIA LTDA ME
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 356/2015
Objeto: Execução de torre metálica para instalação de sinal de TV aberta.
Valor: R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais).
Vigência: 31 de março de 2015 a 30 de Abril de 2015.
Assinatura: 31 de Março de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 74/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 74/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: LIGTH NIGTH MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 356/2015
Objeto: Execução de para-raios em torre metálica para instalação de sinal de TV aberta.
Valor: R\$ 7.448,55 (Sete mil e quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos).
Vigência: 31 de março de 2015 a 30 de Abril de 2015.
Assinatura: 31 de Março de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Bom Retiro**PREFEITURA****296.03.15 - PORTARIA TAXISITAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 296/15 de 31.03.2015
DISPÕE SOBRE A OUTORGA DE PERMISSÃO OPERACIONAL DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS - TAXI PARA O SR. ANTENOR LOCH E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº. 08/15 de 05.02.15, que regulamentou a Lei Municipal nº 2249/2014;

CONSIDERANDO o que dispõe o Art. 6º da Lei Municipal nº 2249/2014;

CONSIDERANDO que o permissionário cumpre com todos os ditames legais.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER para o Sr. ANTENOR LOCH, inscrito no C.P.F. n.º 030.692.732-20, a outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros - TAXI na cidade de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. A presente outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros - TAXI terá validade de 01 (um) ano a contar da data da expedição do Alvará, devendo ser renovada anualmente seguindo os trâmites previstos na Lei Municipal nº 2249/2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
31 de março de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

297.03.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELIANE E. R. ROVARIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 297/15 de 31.03.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 26 de março de 2015, a funcionária Eliane Eleusa Rosar Rovaris, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
31 de março de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

298.03.15 - P. FÉRIAS OLAVIO ROVARIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 298/15 de 31.03.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

REsolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil Quinze) ao funcionário Olávio Rovaris, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo, Padrão I - Nível 6, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 017/2015 de 31 de março de 2015, para gozá-las a contar de 31 de março com término no dia 29 de abril de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
31 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

299.03.15 - P. PONTO FACULTATIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 299/15 de 31.03.15

Ponto Facultativo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por LEI:

REsolve:

Declarar Ponto Facultativo aos Funcionários e Secretários Municipais, no dia 02 de abril de 2015, por considerar inexpressivo para as atividades internas e externas das repartições públicas municipais, mantendo apenas os serviços essenciais de coleta de lixo.

Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
31 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

300.04.15 - P.DES. AGENTE M. D. S. CLAUDINEI CUSTODIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 300/15 de 01.04.15

Designa Agente Municipal de Defesa e Salvamento Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso V da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências e da Lei

Complementar Nº 30/10 de 16 de dezembro de 2010;

Resolve:

Designar Claudinei Custódio, para atuar como Agente Municipal de Defesa e Salvamento, enquanto houver validade do convenio, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Agente Municipal de Defesa e Salvamento - Padrão I, Nível 4, com carga horária de escala de 24 horas ininterruptas por 48 de descanso, em virtude de sua classificação em 7º lugar no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2011, do Quadro de Pessoal Contratado do Município de Bom Retiro - SC, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos através da Lei Complementar nº 01/03 de 02 de Dezembro de 2003, com lotação no Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros a contar do dia 01 de abril de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

EDITAL 001-2015 CMDCA

EDITAL Nº 001/2015

RESOLUÇÃO N.º 001/2015/CMDCA.

Dispõe sobre o Edital do Processo Administrativo de Escolha de Conselheiros (as) Tutelares do Município de Lages, e dá outras providências.

CAPÍTULO I

Do registro das candidaturas

Art. 1º - Admitir-se-á o registro de candidaturas que preencham os requisitos constantes desta Resolução.

Parágrafo único: o registro de candidaturas acontecerá do dia 30/04/2015 a 30/05/2015.

Art. 2º - As candidaturas serão registradas individualmente.

Parágrafo único - Será vedada outra forma de candidatura que não a individual.

Art. 3º - Para registro o candidato deverá apresentar um requerimento por escrito, acompanhado de uma foto 3x4 colorida, da documentação comprobatória dos requisitos constantes na Resolução, observado o artigo 140 (cento e quarenta) do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único - A inscrição deverá ser feita no seguinte endereço: Secretaria Executiva do CMDCA no CRAS, Avenida Major Generoso, 65 centro. Tel. 49-32770074 Horário: das 09h às 12h e das 14h às 17h de segunda à sexta-feira.

Art. 4º - A Comissão do Processo Administrativo de Escolha indeferirá o registro de candidatura que deixe de preencher os requisitos abaixo relacionados:

I - Reconhecida idoneidade moral atestada pelo Ministério Público, pelo Juizado da Infância e Juventude e por uma Entidade Cadastrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e/ou credenciada pelo Fórum Municipal Permanente dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Idade superior a 21 anos, completos até a data da inscrição;

III - Residir no Município de Bom Retiro;

IV - Ter grau de escolaridade mínimo correspondente ao Ensino Médio;

Márcia Denize Schiestl Grudtner
Presidente do CMDCA

EDITAL ANULAÇÃO QUESTÕES CONCURSO 01 2015
EDITAL N.º 05/2015

A Comissão Examinadora do concurso público para os cargos nas diversas áreas do Quadro de Pessoal do Poder Público Municipal, aberto pelo Edital n.º 01/2015, faz saber que, de acordo com o Procedimento n. 06.2015.00002218-5, da Promotoria de Justiça da Comarca de Bom Retiro/SC disposto através do Ofício nº 01167/2015/PJ/BOM, após análise do pedido em relação ao posicionamento do Município de Bom Retiro em relação a questões idênticas a prova publicada na internet, resolveu por unanimidade anular as questões de nº 01 a 05 idênticas de Português para os cargos de Assistente Administrativo, Farmacêutico/Bioquímico, Médico Veterinário, Professor de Artes - 40 horas, Professor de Educação Física - 20 horas, Professor de Educação Infantil - 30 horas, Professor Ensino Fundamental - 20 horas, Professor Ensino Infantil - 20 horas, Psicólogo, e Técnico em Contabilidade, resolveu ainda anular as questões idênticas de conhecimentos específicos nº 21, 22, 25, 28, 29, 31, 32, 34, 37 e 40 de Professor de Artes - 40 horas, as questões nº 21, 22, 23, 26, 27, 29, 31, 35, 37 e 39 de Professor de Educação Física - 20 horas, as questões nº 21, 22, 23, 31, 33, 34, 35, 39 e 40 de Professor de Educação Infantil - 30 horas, as questões nº 21, 22, 23, 31, 33, 34, 35, 39 e 40 de Professor Ensino Infantil - 20 horas, e as questões nº 24, 26, 27, 29, 31, 33, 35, 37, 38, 40 de Professor Ensino Fundamental - 20 horas, determinou a recontagem da pontuação dos candidatos, seja atribuída a pontuação das questões anuladas a todos os candidatos dos cargos acima descritos, que seja publicada nova lista de classificação provisória, abra prazo de recursos e posterior publicação de nova lista de classificação final, publicada pelo Edital n. 01/2015, que deu publicidade dos candidatos classificados.

Informações complementares podem ser obtidas por meio do e-mail: concursos@nubesconcursos.com.br ou diretamente na Prefeitura Municipal de Bom Retiro.

Prefeitura de Bom Retiro, 30 de março de 2015.
Antonio Carlos Farias
Presidente da Comissão

De acordo:
Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo**PREFEITURA****EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 12 2015**

PROCESSO ADMINISTRATIVO 16/2015

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 12/2015

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 09h00min do dia 15.04.2015, estará selecionando a melhor proposta para DESENVOLVIMENTO DE UM PROGRAMA INTEGRADO PARA MELHORAR A HUMANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, O ATENDIMENTO AOS CIDADÃOS E A INOVAÇÃO NA GESTÃO DE PESSOAS (avaliações dos serviços públicos, reuniões técnicas, relatórios do monitoramento, grupos de estudos com palestras e manuais com o conteúdo do estudo), conforme detalhado no Anexo I do edital. informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 01 de abril de 2015.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02 2014 FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2014**

Página: 1/4

Número do Registro de Preços: 2/2014 Data do Registro: 04/07/2014 Válido até: 04/07/2015**Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de gêneros de Panificação para o grupo de Gestantes, Diabéticos e Hipertensos, para reuniões da Secretaria de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Bolo de boleira de banana tipo Waffer, fresco, sem presença de sujidades. (4218)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)		0	1,7000	1
2	Bolo seco tipo inglês, tamanho grande, no sabor laranja ou chocolate, macio e fresco. (4219)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)		0	13,1600	1
3	Bolo de cenoura, fresco, sem cobertura, sem presença de sujidade. (4220)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)		0	12,8000	1
4	Bolo recheado com creme de laranja ou abacaxi, cremes de recheio e cobertura com nata, frescos e sem presença de sujidade. (4221)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)		0	18,0000	1
5	Bolacha tipo caseira, no sabor de coco ou polvilho, sendo frescos e feitos de forma artesanal e utilizando produtos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados (4222)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)		0	16,6600	1
6	Cuca Integral, macia, fresca, sem sujidades, nos sabores (farofa, banana com farofa, maçã c/farofa, maçã c/farofa, abacaxi c/farofa, uva passas c/farofa). (4223)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)		0	15,5000	1
7	Cuca Caseira de banana ou Abacaxi com farofa, macia, fresca, sem sujidade, peso aproximado de 1Kg. (4224)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)		0	8,6000	1
8	Pão de queijo, tamanho médio, fresco, sem presença sujidade, feitos no dia da entrega. (4225)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)		0	14,3300	1
9	Pastel assado, grande, recheado de frango, massa sequinha, sem sujidade. Feitos 1 hora antes da entrega. (4226)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)		0	2,7600	1
10	Pastel assado, grande, recheado de carne, massa sequinha, sem sujidade. Feitos 01 hora antes da entrega. (4227)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)		0	2,7600	1
11	Rosca de polvilho, Tamanho grande, redonda, fresca, sem presença de sujidade. Feito no dia da entrega. (4228)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)		0	3,9100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2014

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 2/2014 Data do Registro: 04/07/2014 Válido até: 04/07/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de gêneros de Panificação para o grupo de Gestantes, Diabéticos e Hipertensos, para reuniões da Secretaria de Saúde do Município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
12	Sanduíches com pão francês, tamanho médio, fresco, com maionese presunto cozido e queijo. Feitos no dia da entrega. (4229)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)		0	2,0000	1		
13	Sanduíche feito no pão púlmann, unidade, fresco, madio. Com pickles (presunto, queijo, maionese, pepino e cenoura). Sem presença de sujidade. (4230)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)		0	3,6800	1		
14	Sanduíches de mini pão francês fresco, com queijo, presunto, tomate, alface. Feitos no dia da entrega e embalados individualmente. (4231)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)		0	1,6500	1		
15	Mamão formosa, tamanho médio. (4232)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (6319)	FORMOSA	0	3,1500	1		
16	Banana caturra (4233)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (6319)	CAT URRRA	0	1,6900	1		
17	Laranja pera, tamanho médio (4235)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (6319)	PÉRA	0	2,4400	1		
18	Maçã gala ou fugi, tamanho médio. (4234)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (6319)	GALLA	0	3,6600	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2014

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 2/2014		Data do Registro: 04/07/2014		Válido até: 04/07/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de gêneros de Panificação para o grupo de Gestantes, Diabéticos e Hipertensos, para reuniões da Secretaria de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	Abacaxi pérola (doce), tamanho Médio. (4236);	KG	COMERCIO DE CEREALIS NELSON KNAUL (6319)	PÉROLA	0	4,6500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2014

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 2/2014		Data do Registro: 04/07/2014		Válido até: 04/07/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de gêneros de Panificação para o grupo de Gestantes, Diabéticos e Hipertensos, para reuniões da Secretaria de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2014
PROCESSO Nº 6/2014

(6319) - COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL
(6687) - PANIFICADORA KI SABOR

Braço do Trombudo, 4 de Julho de 2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14 2014 PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2014

Página: 1/2

Número do Registro de Preços: 14/2014		Data do Registro: 04/07/2014		Válido até: 04/07/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Veículo Automotor para a Secretaria Municipal de Educação de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Veículo Automotor - Zero Km, na Cor Branca Modelo 2014/2014, capacidade mínima de 07 (sete) lugares, motor Bt combustível, cilindrada mínima de 1.740 CC, Direção Hidráulica, Vidros Elétricos Dianteiros e Travas Elétricas, Ar Condicionado, Air Bag Duplo e Abs, Tanque de combustível com capacidade mínima de 60 litros, vidros climatizados verdes, relógio digital, retrovisores com regulagem interna, 05 marchas a frente e uma ré, proteção de motor, rádio AM/FM/CD Payer/mp3 com Auto falantes instalados, jogo de tapetes, prelu de socorro, chave rodas, triângulo, macaco e demais equipamentos de segurança exigidos pelo PROCONVE, CONAMA E CONTRAN. Garantia de fábrica de no mínimo 12 (doze) meses sem limite de quilometragem pra defeitos de fabricação e montagem de componentes internos do motor e transmissão. (13838)	UND	UNIDAS VEICULOS LTDA. (6096)		0	65.000,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2014

Página: 2/2

Número do Registro de Preços: 14/2014		Data do Registro: 04/07/2014		Válido até: 04/07/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Veículo Automotor para a Secretaria Municipal de Educação de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2014
PROCESSO Nº 28/2014
(6096) - UNIDAS VEICULOS LTDA.

Braço do Trombudo, 4 de Julho de 2014.

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO AO CONTRATO 045/2015

EXTRATO AO CONTRATO 045/2015

Espécie: Contrato nº 045/2015, entre o Município de Brusque e OLLIVER & CARMINATTI PRODUÇÕES LTDA, em 24/03/2015. Objeto: Contratação de empresa para o projeto Escola de Circo objetivando o atendimento de até 450 crianças para aulas de artes circenses. Valor: R\$ 160.000,00. Fundamento legal: art. 25, inciso III, da Lei 8.666/93. Origem: Inelegibilidade de Licitação nº 007/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 08 (oito) meses. Signatários: GLEUSA LUCI FISCHER e ÁLVARO TELMO DE OLIVEIRA.

EXTRATO DO SEXTO TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO 001/2011 - FMS

EXTRATO DO 6º TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO 001/2011 - FMS

Espécie: 6º Termo Apostilamento, Contrato nº 001/2011, entre o Município de Brusque e a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS em 11/03/2015. Objeto: reajuste contratual. Valor: R\$ 15.173,04. Fundamento legal: artigo artigo 65, § 8º, da Lei 8.666/93. Origem: Dispensa de Licitação nº 001/2011. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatário: ANA BEATRIZ BARON LUDVIG.

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 017/2014

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 017/2014

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 017/2014, entre o Município de Brusque e RODRIGUES & CAMARGO LTDA EPP, em 06/03/2015. Objeto: supressão de quantitativo. Valor: R\$ 3.250,17. Fundamento legal: artigos 65, § 1º da Lei 8.666/93. Origem: Tomada de Preço nº 007/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: ANA BEATRIZ BARON LUDVIG e IVO RODRIGUES CAMARGO.

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 018/2014

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 018/2014

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 018/2014, entre o Município de Brusque e TECELAGEM LM LTDA, em 20/02/2015. Objeto: acréscimo de quantitativo. Valor: R\$ 74.570,52. Fundamento legal: artigo 55, inciso III, artigo 57 inciso II e artigo 62, § 3º, todos da Lei 8.666/93. Origem: Dispensa de Licitação nº 006/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: GLEUSA LUCI FISCHER e TECELAGEM LM LTDA.

EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 109/2013

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 109/2013

Espécie: 5º Termo Aditivo, Contrato nº 109/2013, entre o Município de Brusque e a empresa WDF SERVIÇOS LTDA, em 13/03/2015. Objeto: prorrogação de prazo. Fundamento legal: artigo artigo 57,

inciso II, da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 029/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: GLEUSA LUCI FISCHER e WILSON JOSE FRANCESCHI.

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2013

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2013

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 002/2013, entre o Município de Brusque e MARION KUHN MESCHKE, em 09/03/2015. Objeto: prorrogação de prazo. Valor: R\$ 40.536,00. Fundamento legal: artigo artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93. Origem: Dispensa de Licitação nº 001/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: MIRELA ZUCCO MULLER e MARION KUHN MESCHKE.

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 017/2014

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 017/2014

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 017/2014, entre o Município de Brusque e RODRIGUES & CAMARGO LTDA EPP, em 06/03/2015. Objeto: acréscimo de quantitativo. Valor: R\$ 10.111,64. Fundamento legal: artigos 65, § 1º da Lei 8.666/93. Origem: Tomada de Preço nº 007/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: ANA BEATRIZ BARON LUDVIG e IVO RODRIGUES CAMARGO.

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 024/2013

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 024/2013

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 024/2013, entre o Município de Brusque e a empresa ATTO CONSULTORIA E ASSESSORIA EM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO LTDA, em 20/02/2015. Objeto: prorrogação de prazo. Valor: R\$ 178.500,00. Fundamento legal: artigo artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93. Origem: Tomada de Preços nº 002/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: PATRICIA PYKCOZ FREITAS e JULIANA CLÁUDIO.

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 037/2013

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 037/2013

Espécie: 3º Termo Aditivo, Contrato nº 037/2013 - FMS, entre o Município de Brusque e a empresa SÃO LUCAS ECOMAX - CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA (CIB - CLÍNICA DE IMAGEM BRUSQUE), em 08/03/2015. Objeto: prorrogação de prazo. Valor: R\$ 194.274,00. Fundamento legal: artigo artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93. Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 003/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: ANA BEATRIZ BARON LUDVIG e ANA BEATRIZ BARON LUDVIG.

PORTARIA Nº 02, DE 1 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA Nº 02, DE 1 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia os membros da Comissão de Análise do Fundo Municipal de Apoio à Cultura, criado pela Lei Municipal nº 2842/05.

O SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais, conforme o § 1º do Art. 9º da Lei nº 2.842/05,

RESOLVE:

Art 1º Nomear os membros da Comissão de Análise do Fundo Municipal de Apoio à Cultura, conforme abaixo:

- Álisson Sousa Castro - Historiador
- Dorinel Fortunato Reis - Agente Administrativo
- Jaqueline da Silva - Arte-educador

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, 1 de abril de 2015.
Michel Belli
Superintendente da Fundação Cultural de Brusque

PORTARIA Nº 054/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 054/2015

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 157, Inc. II, da Lei Complementar N. 147/2009:

RESOLVE

1) Conceder Licença de 05 (cinco) dias ao servidor CARLOS PEREIRA MOREIRA JUNIOR, ocupante do cargo de Agente de Leitura e Inspeção, em virtude de Casamento Civil, Certidão de Casamento Civil, Matrícula: 108928 01 55 2015 2 00055 141 0012455 13, de 27 de março de 2015.

2) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 23/03/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 01 de abril de 2014.

ROBERTO BOLOGNINI
Diretor Presidente
SAMAE

PORTARIA Nº 055/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 055/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias aos servidores:

Agostinho Martins, matrícula 826.5-00, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações;
Ana Maria de Souza de Almeida, matrícula 2123.7-00, ocupante do cargo de Servente de Serviços Gerais;

Diego Ribeiro Pena, matrícula 2108.3-00, ocupante de Engenheiro Eletricista;
Flaviano Paza, matrícula 1898.8-01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais;
Gilberto dos Anjos, matrícula 2115.6-00, ocupante do cargo de Agente Cadastro Técnico;
Jaqueline Maurici Montibeller Testoni, matrícula 716.1-00, ocupante do cargo de Auxiliar de Escritório;
Macon Buss, matrícula 2594.1-00, ocupante do cargo de Agente de ETA;
Moacir Cavichioli, matrícula 2138.5-00, ocupante do cargo de Motorista;
Paulo Henrique Flores, matrícula 2100.8-00, ocupante do cargo de Agente de Leitura e Inspeção;
Rodolfo Moller Matias, matrícula 2120.2-00, ocupante do cargo de Agente de ETA;
Vanessa Constans Setraghi Becker, matrícula 2098.2-00, ocupante do cargo de Telefonista;

Pelo período de 08/04/2015 até 27/04/2015

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 08/04/2015

Brusque, 01 de abril de 2015.

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE

PORTARIA Nº 056/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 056/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias ao servidor:

Juliano Pereira, matrícula 836.2-00, ocupante do cargo de Mecânico;

Pelo período de 08/04/2015 até 07/05/2015.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 08/04/2015.

Brusque, 01 de abril de 2015.

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE

PORTARIA Nº 057/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 057/2015

O Prefeito Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 18, Parágrafo 1º, da Lei Complementar 143/2009;

RESOLVE

1) Exonerar, a pedido, NATASCHA THAIS JOSINO , do cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 01 de abril de 2015

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO Prefeito Municipal	ROBERTO BOLOGNINI Diretor Presidente SAMAE
---	--

PORTARIA Nº 058/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 058/2015

O Prefeito Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 18, Parágrafo 1º, da Lei Complementar 143/2009;

RESOLVE

1) Exonerar, LENOMIR DE FARIA , do cargo de provimento em comissão de Diretor.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 01 de abril de 2015

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO Prefeito Municipal	ROBERTO BOLOGNINI Diretor Presidente SAMAE
---	--

PORTARIA Nº 059/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 059/2015

O Prefeito Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 18, Parágrafo 1º, da Lei Complementar 143/2009;

RESOLVE

1) Exonerar, MODESTO VEQUI, do cargo de provimento em comissão de Diretor.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 01 de abril de 2015

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO Prefeito Municipal	ROBERTO BOLOGNINI Diretor Presidente SAMAE
---	--

PORTARIA Nº 060/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 060/2015

O Prefeito Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 18, Parágrafo 1º, da Lei Complementar 143/2009;

RESOLVE

1) Exonerar, ROGÉRIO LAZAROTTO, do cargo de provimento em comissão de Diretor.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 01 de abril de 2015

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO Prefeito Municipal	ROBERTO BOLOGNINI Diretor Presidente SAMAE
---	--

PORTARIA Nº 061/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 061/2015

O Prefeito Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 18, Parágrafo 1º, da Lei Complementar 143/2009;

RESOLVE

1) Exonerar, MARCO AURÉLIO KISTNER, do cargo de provimento em comissão de Coordenador.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 01 de abril de 2015

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO Prefeito Municipal	ROBERTO BOLOGNINI Diretor Presidente SAMAE
---	--

PORTARIA Nº 062/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 062/2015

O Prefeito Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 18, Parágrafo 1º, da Lei Complementar 143/2009;

RESOLVE

1) Exonerar, ADILSON LUIZ LAUTH, do cargo de provimento em comissão de Coordenador.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 01 de abril de 2015

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO Prefeito Municipal	ROBERTO BOLOGNINI Diretor Presidente SAMAE
---	--

PORTARIA Nº 063/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 063/2015

O Prefeito Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 18, Parágrafo 1º, da Lei Complementar 143/2009;

RESOLVE

1) Exonerar, PAULO TAMASIA, do cargo de provimento em comissão de Chefe.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 01 de abril de 2015

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO Prefeito Municipal	ROBERTO BOLOGNINI Diretor Presidente SAMAE
---	--

PORTARIA Nº 064/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 064/2015

O Prefeito Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 18, Parágrafo 1º, da Lei Complementar 143/2009;

RESOLVE

1) Nomear JULIANO PEREIRA, para o cargo de provimento em comissão de Diretor Geral.

.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 01 de abril de 2015

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO Prefeito Municipal	ROBERTO BOLOGNINI Diretor Presidente SAMAE
---	--

PORTARIA Nº 065/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 065/2015

O Prefeito Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 18, Parágrafo 1º, da Lei Complementar 143/2009;

RESOLVE

1) Nomear FAUSTO MURILO DIEGOLI, para o cargo de provimento em comissão de Diretor.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 01 de abril de 2015

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO Prefeito Municipal	ROBERTO BOLOGNINI Diretor Presidente SAMAE
---	--

PORTARIA Nº 066/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 066/2015

O Prefeito Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 18, Parágrafo 1º, da Lei Complementar 143/2009;

RESOLVE

1) Nomear LEANDRO BOLOGNINI, para o cargo de provimento em comissão de Diretor.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 01 de abril de 2015

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO Prefeito Municipal	ROBERTO BOLOGNINI Diretor Presidente SAMAE
---	--

PORTARIA Nº 067/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 067/2015

O Prefeito Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 18, Parágrafo 1º, da Lei Complementar 143/2009;

RESOLVE

1) Nomear LÊONIDAS PEREIRA, para o cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 01 de abril de 2015

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO Prefeito Municipal	ROBERTO BOLOGNINI Diretor Presidente SAMAE
---	--

PORTARIA Nº 068/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 068/2015

O Prefeito Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 18, Parágrafo 1º, da Lei Complementar 143/2009;

RESOLVE

1) Nomear MANOELA MERIZIO, para o cargo de provimento em comissão de Coordenador.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 01 de abril de 2015

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO Prefeito Municipal	ROBERTO BOLOGNINI Diretor Presidente SAMAE
---	--

PORTARIA Nº 069/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 069/2015

O Prefeito Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 18, Parágrafo 1º, da Lei Complementar 143/2009;

RESOLVE

1) Nomear ANDRÉ VISCONTI, para o cargo de provimento em comissão de Coordenador.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 01 de abril de 2015

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO Prefeito Municipal	ROBERTO BOLOGNINI Diretor Presidente SAMAE
---	--

PORTARIA Nº 21, DE 31 DE MARÇO DE 2015 LEGISLATIVO

Portaria Nº 21, de 31 de março de 2015.

Exonera Servidor.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

- Exonerar, no Cargo Comissionado de Diretor do Departamento Jurídico e Legislativo - CC.DJL, do Quadro dos Funcionários Públicos da Câmara Municipal, criado pela Lei 3689/13, o Senhor Mário Wilson da Cruz Mesquita, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade nº 2.029.519-7 e CPF nº 773.999.789-72, encerrando suas atividades funcionais em 31 de março de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 31 de março de 2015.

Jean Daniel dos Santos Pirola Presidente
Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC
Rogério Gamba Diretor Geral

PORTARIA Nº 23, DE 31 DE MARÇO DE 2015 LEGISLATIVO

Portaria Nº 23, de 31 de março de 2015.

Exonera Servidor.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

- Exonerar no Cargo de Provimento em Comissão de Assessoria da Comunicação da Presidência do Quadro Único dos Servidores da Câmara Municipal, o Senhor Anderson Merlo, brasileiro, casado, portador da CI nº 3.822.361 e CPF nº 029.848.289-41, encerrando suas atividades funcionais em 31 de março de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 31 de março de 2015.

Jean Daniel dos Santos Pirola Presidente
Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC
Rogério Gamba Diretor Geral

PORTARIA Nº 24, DE 1º DE ABRIL DE 2015 LEGISLATIVO

Portaria Nº 24, de 1º de abril de 2015.

Nomeia Servidora.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

Nomear, no Cargo Comissionado de Diretor do Departamento Jurídico e Legislativo - CC.DJL, do Quadro dos Funcionários Públicos da Câmara Municipal, criado pela Lei 3689/13, a Senhora Fabiana Amalia Dalcastagne, brasileira, solteira, advogada, portadora da Cédula de Identidade nº 3.580.271 e CPF nº 006.390.679-13, a contar de 01 de abril de 2015, com todas as vantagens e obrigações inerentes ao cargo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 01 de abril de 2015.

Jean Daniel dos Santos Pirola Presidente
Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC
Rogério Gamba Diretor Geral

PORTARIA Nº 25, DE 1º DE ABRIL DE 2015 LEGISLATIVO

Portaria Nº 25, de 1º de abril de 2015.

Nomeia Servidor.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

- Nomear no Cargo de Provimento em Comissão de Assessoria da Mesa Diretora no Quadro dos Funcionários Públicos da Câmara Municipal, o Senhor Murilo Sergio Popper, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1.600.844 e CPF nº 480.698.099-49, a contar de 01 de abril de 2015, com todas as vantagens e obrigações inerentes ao cargo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 01 de abril de 2015.

Jean Daniel dos Santos Pirola Presidente
Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC
Rogério Gamba Diretor Geral

**PORTARIA Nº 26, DE 1º DE ABRIL DE 2015
LEGISLATIVO**

Portaria Nº 26, de 1º de abril de 2015.

Designa Servidoras para Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear as Senhoras Ana Paula Silveira (Assistente Legislativo) e Silvana Machado (Assistente Legislativo), para prestarem serviços burocráticos na Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada pela Resolução Administrativa nº 06/2014.

Art. 2º Às Servidoras nomeadas conforme o art. 1º, aplica-se o disposto no art. 95 c/c art. 83, Parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009, a partir de 1º de abril de 2015 até o término dos trabalhos da CPI.

Art. 3º As despesas decorrentes correrão à conta de dotações do Orçamento da Câmara Municipal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 01 de abril de 2015.

Jean Daniel dos Santos Pirola
Presidente
Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC
Rogério Gamba Diretor Geral

**PORTARIA Nº 27, DE 01 DE ABRIL DE 2015
LEGISLATIVO**

Portaria Nº 27, de 01 de abril de 2015.

Nomeia servidores para atuação em Comissão Especial.

Institui Comissão Especial para a realização de Eleição Indireta para os cargos de Prefeito e Vice-prefeito no Município de Brusque, conforme Resolução Administrativa nº 02/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, Vereador Jean Daniel dos Santos Pirola, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir a Comissão de acompanhamento, supervisão e execução da eleição indireta para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Brusque, a realizar-se no dia 30 de abril de 2015, composta pelos seguintes membros:

- I - Ana Paula Silveira, assistente legislativa;
- II - Cristiano de Oliveira Goulart, assistente legislativo;
- III - Guilherme Murinelli Francisco, advogado;
- IV - Jaqueline Kassia Paim de Campos, assistente legislativa;
- V - Jefferson Silveira, técnico legislativo;
- VI - Fabiana Dalcastagné, diretora jurídica e legislativa;
- VII - Rogério Gamba, diretor geral;
- VIII - Rose Marie Ulrich, datilógrafa/digitadora;
- IX - Silvana Machado, assistente legislativa.

Parágrafo único. A Comissão instituída por esta Portaria será presidida pelo servidor Rogério Gamba.

Art. 2º A eleição indireta reger-se-á pelas disposições específicas da respectiva Resolução e nos termos da legislação vigente, competindo a Comissão o acompanhamento, a supervisão e a execução de todas as fases da eleição, bem como decidir os casos omissos.

Art. 3º. Aos Servidores nomeados conforme o art. 1º, aplica-se o disposto no art. 95 c/c art. 83, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009, no período até o dia 30 de abril de 2015.

Art. 4º As despesas decorrentes correrão à conta de dotações do Orçamento da Câmara Municipal.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 01 de Abril de 2015.

Jean Daniel dos Santos Pirola
Presidente
Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC
Rogério Gamba Diretor Geral

PORTARIA Nº 30/2015, DE 13 DE JANEIRO DE 2015

PORTARIA Nº 30/2015, de 13 de janeiro de 2015.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 1953/2013 - referente ao Processo Administrativo de Sindicância nº 04/2013 e dá outras providências.”

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, a ampla defesa e contraditório;
Considerando, o acúmulo de serviço da Presidente da Comissão Processante;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante em desfavor das servidoras: DULCE NEI-DA CONTREIRAS BELLODI, portadora do CPF nº 325.866.088-36, ocupante do cargo de provimento efetivo de psicóloga - termo de posse datado de 26 setembro de 2011, e PAMELA GARCIA VOGEL-BACHER, portadora do CPF nº 065.752.239-23, contratada para exercer as funções do cargo de Enfermeira desde 07/03/2012, para apurar os fatos constante da denúncia/memorandos nº 394/2013 (datado de 13/08/2013) e Despacho/ Denúncia encaminhada pelo Departamento de Recursos Humanos datada de 11/09/2013, em tese por: prescrever medicamentos e emitiram atestados, considerando que as mesmas não são profissionais médicas, em desacordo com os artigos: 1º) Exercício irregular de suas atribuições (art.178 da LC147/2009); 2º) Ato de omissão ou Comissão que resultou prejuízo (art. 179 - caput da LC 147/2009); 3º) Não exerceu com zelo e dedicação as atribuições do cargo, emprego ou função; Não observou as normas legais e regulamentares; (art. 174, I, VI da LC 147/2009); Cometer à pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargos que seja de sua competência ou de subordinado; Proceder de forma desidiosa (art. 175 VI e XIX da LC 147/2009); Improbidade administrativa; Transgressão (art. 188, inciso IX), sem prejuízo de outros que poderão surgir no curso da Sindicância.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 13 de janeiro de 2015.

DIEGO FAGUNDES

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 643/2015, DE 13 DE MARÇO DE 2015
PORTARIA Nº 643/2015, de 13 de março de 2015.

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 1953/2013 - referente ao Processo Administrativo de Sindicância nº 04/2013 e dá outras providências."

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, as férias dos advogados e suas partes, bem como membros da Comissão Processante;

Considerando, o acúmulo de serviço da Presidente da Comissão Processante;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante em desfavor das servidoras: DULCE NEIDA CONTREIRAS BELLODI, portadora do CPF nº 325.866.088-36, ocupante do cargo de provimento efetivo de psicóloga - termo de posse datado de 26 setembro de 2011, e PAMELA GARCIA VOGEL-BACHER, portadora do CPF nº 065.752.239-23, contratada para exercer as funções do cargo de Enfermeira desde 07/03/2012, para apurar os fatos constante da denúncia/memorandos nº 394/2013 (datado de 13/08/2013) e Despacho/ Denúncia encaminhada pelo Departamento de Recursos Humanos datada de 11/09/2013, em tese por: prescrever medicamentos e emitiram atestados, considerando que as mesmas não são profissionais médicas, em desacordo com os artigos: 1º) Exercício irregular de suas atribuições (art.178 da LC147/2009); 2º) Ato de omissão ou Comissão que resultou prejuízo (art. 179 - caput da LC 147/2009); 3º) Não exerceu com zelo e dedicação as atribuições do cargo, emprego ou função; Não observou as normas legais e regulamentares; (art. 174, I, VI da LC 147/2009); Cometer à pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargos que seja de sua competência ou de subordinado; Proceder de forma desidiosa (art. 175 VI e XIX da LC 147/2009); Improbidade administrativa; Transgressão (art. 188, inciso IX), sem prejuízo de outros que poderão surgir no curso da Sindicância.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 13 de março de 2015.

DIEGO FAGUNDES

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 9.732, DE 31 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA nº 9.732, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Exonera Diretor-Presidente do Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 174/11 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar JAIRO LUIZ SENS do cargo em comissão Diretor-Presidente do Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, Símbolo CC-I.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de março de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de março de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.733, DE 01 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.733, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Exonera Subprocuradora do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei nº 3.248/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar SONIA KNIHS CRESPI do cargo em comissão de Subprocuradora do Município, Símbolo CC-III.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.734, DE 01 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.734, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Nomear Subprocurador do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei nº 3.248/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear SÉRGIO BERNARDO JÚNIOR para ocupar o cargo em comissão de Subprocurador do Município, Símbolo CC-III.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.735, DE 01 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.735, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Nomear Diretor Presidente do Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 174/11 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CÉLIO FRANCISCO CAMARGO para ocupar o cargo em comissão de Diretor Presidente do Instituto Brusquense de Planejamento - IBPREV, Símbolo CC-I.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.736, DE 01 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.736, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Nomear Superintendente da Fundação Cultural de Brusque.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MICHEL BELLI para ocupar o cargo em comissão de Diretor Presidente da Fundação Cultural de Brusque - FCB, Símbolo CC-I.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.737, DE 01 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.737, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Nomear Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CRISTIANO OLINGER para ocupar o cargo em comissão de Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.738, DE 01 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.738, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Nomear Diretor Presidente do Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 144/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JULIANO MONTIBELLER para ocupar o cargo em comissão de Diretor Presidente do Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.739, DE 01 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.739, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Nomear Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ROBERTO BOLOGNINI para ocupar o cargo em comissão de Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.740, DE 01 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.740, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Secretário de Comunicação Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei nº 3.248/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANA ROBERTA ECCEL VENTURELLI COSTA para ocupar o cargo de agente político, Símbolo AP, como Secretária de Comunicação Social.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.741, DE 01 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.741, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei nº 3.248/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LUIZ CARLOS ROSIN para ocupar o cargo de agente político, Símbolo AP, como Secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.742, DE 01 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.742, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Secretário da Fazenda.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei nº 3.248/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ZENO HEINIG para ocupar o cargo de agente político, Símbolo AP, como Secretário da Fazenda.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.743, DE 01 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.743, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Secretária da Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei nº 3.248/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear IVONIR ZANATA WEBSTER para ocupar o cargo de agente político, Símbolo AP, como Secretária da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.744, DE 01 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.744, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Secretário de Obras e Serviços Públicos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei nº 3.248/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JAISON HOMERO DE OLIVEIRA KNOBLAUCH para ocupar o cargo de agente político, Símbolo AP, como Secretário de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.745, DE 01 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.745, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Secretário de Orçamento e Gestão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei nº 3.248/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CRISTIANO BITTENCOURT para ocupar o cargo de agente político, Símbolo AP, como Secretário de Orçamento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.747, DE 01 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.747, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Exonera Artur Antunes Pereira do cargo em comissão de Diretor-Geral.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei nº 3.248/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ARTUR ANTUNES PEREIRA do cargo em comissão de Diretor-Geral, Símbolo CC-III.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de março de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.748, DE 01 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.748, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Secretário de Trânsito e Mobilidade.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei nº 3.248/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear BRUNO KNIHS para ocupar o cargo de agente político, Símbolo AP, como Secretário de Trânsito e Mobilidade.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.749, DE 01 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.749, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Aurélio Augusto Batista Tormena ao cargo em comissão de Diretor-Geral.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei nº 3.248/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear AURÉLIO AUGUSTO BATISTA TORMENA ao cargo em comissão de Diretor-Geral, Símbolo CC-III, lotado no Departamento Geral de Infraestrutura - DGI.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.750, DE 01 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.750, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Valberto Dell'Antônia ao cargo em comissão de Diretor-Geral da Defesa Civil.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei nº 3.248/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear VALBERTO DELL'ANTÔNIA ao cargo em comissão de Diretor-Geral da Defesa Civil, Símbolo CC-III.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.751, DE 01 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.751, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Exonera Luiz Carlos Schlindwein do cargo em comissão de Diretor do PROCON.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei nº 3.248/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar LUIZ CARLOS SCHLINDWEIN do cargo em comissão de Diretor do PROCON, Símbolo CC-IV.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de março de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.752, DE 01 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.752, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Nomear DANTES KRIEGER FILHO ao cargo em comissão de Diretor do PROCON.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei nº 3.248/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear DANTES KRIEGER FILHO ao cargo em comissão de Diretor do PROCON, Símbolo CC-IV.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.753, DE 01 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.753, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Superintendente da Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei nº 3.248/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARCIANO GIRALDI para ocupar o cargo em comissão de Superintendente da Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque, a partir de 06 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.754, DE 01 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.754, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Diretora da Procuradoria Geral do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, e art. 87 da Lei Complementar nº 147/09,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear SONIA KNIHS CRESPI para ocupar o cargo de Diretora da Procuradoria Geral do Município, Símbolo CC-IV, lotada na Procuradoria Geral do Município, com gratificação de representação de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o seu vencimento.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 2, DE 01 DE ABRIL DE 2015 LEGISLATIVO

Resolução Administrativa Nº 2, de 01 de abril de 2015.

Convoca eleições para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito de Brusque, e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Atendendo ao disposto na Decisão Monocrática prolatada em 30 de março de 2015 pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina no PA nº 2698, determinando a realização de eleições suplementares no Município de Brusque pela Câmara Municipal, fica convocada eleição indireta para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito para ocorrer no dia 30 de abril de 2015, às 14:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Brusque, observadas as disposições desta Resolução e do Edital anexo.

Art. 2º Conforme dispõe o parágrafo 1º do artigo 76 da Lei Orgânica do Município, ocorrendo a vacância dos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito nos dois últimos anos do período governamental, a eleição para ambos será feita trinta dias depois da última vaga, pela Câmara Municipal, por voto secreto e maioria absoluta.

Parágrafo único. Os candidatos eleitos tomarão posse no Plenário da Câmara Municipal, em sessão solene, às 18:00 horas do dia 04 de maio de 2015.

Art. 3º Para a eleição indireta, a Câmara Municipal será convocada por seu Presidente.

Art. 4º Os trabalhos da eleição indireta para Prefeito e Vice-Prefeito serão regidos por este Ato e, subsidiariamente, pelo Regimento Interno e Edital específico, anexo a presente Resolução.

Art. 5º Os trabalhos da Câmara Municipal, inclusive reuniões ordinárias e de comissões, não poderão coincidir com os horários das sessões da eleição indireta.

Art. 6º Somente da matéria da eleição do Prefeito e Vice Prefeito se poderá tratar nas sessões a ela destinadas.

Art. 7º Os trabalhos da eleição indireta serão realizados sob a direção da Mesa Diretora.

Art. 8º As condições de elegibilidade e as causas de inelegibilidade aplicadas aos candidatos à eleição indireta para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito são as definidas na Constituição Federal e legislação eleitoral para elegibilidade desses cargos.

Parágrafo único. A inscrição de candidatos é feita em chapa única, com indicação do candidato a Prefeito e Vice-Prefeito e seus respectivos partidos.

Art. 9º Cada partido político, isoladamente, ou em conjunto com outro partido poderá inscrever apenas uma chapa, que será numerada pela ordem cronológica de inscrição, em requerimento dirigido à Mesa Diretora da Câmara, no período indicado no calendário constante do edital anexo.

Parágrafo único. O requerimento, em duas vias, deverá ser instruído com:

- a) declaração da direção regional do partido ou da instância partidária que a substituir a respeito da escolha do candidato;
- b) autorização, por escrito, do candidato;
- c) prova de filiação partidária pelo período mínimo de um ano;
- d) declaração de bens, assinada pelo candidato, ou cópia da declaração do imposto de renda;
- d) cópia do título eleitoral e certidão, fornecida pelo cartório eleitoral, de que o candidato é eleitor na circunscrição;
- e) certidão de quitação eleitoral;
- f) certidões criminais fornecidas pelos órgãos de distribuição da justiça eleitoral, federal e estadual;
- g) fotografia do candidato (3x4).

Art. 10. O requerimento de retirada de candidatura somente poderá ser formulado pelo partido político responsável por sua propositura.

Art. 11. É facultado ao partido substituir o candidato, desde que em substituição à candidatura impugnada, ou em virtude de morte, incapacidade física ou mental do inscrito ou indeferimento da inscrição.

Parágrafo único. A inscrição do substituto deverá se dar dentro do período estabelecido no calendário, sob pena de preclusão do direito.

Art. 12. Os prazos referidos nesta Resolução são contínuos e peremptórios, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados.

Art. 13. A Mesa Diretora fará publicar no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Brusque o requerimento de registro dos candidatos para conhecimento dos interessados.

Parágrafo único. O sítio eletrônico da Câmara Municipal de Brusque será o veículo oficial de divulgação dos atos relativos ao pleito eleitoral.

Art. 14. Não será permitido qualquer tipo de campanha eleitoral no recinto da Câmara Municipal, nem a utilização da tribuna da Câmara para este propósito, salvo a manifestação prevista no artigo seguinte.

Art. 15. O candidato a Prefeito, com a candidatura deferida, terá até trinta minutos antes da votação para uso da tribuna.

Art. 16. A sessão será aberta verificada a presença mínima da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Parágrafo único. Não havendo quórum mínimo, decorrido o prazo previsto no Regimento Interno (art. 33, inc. IV), a sessão será encerrada e nova sessão será aberta para acontecer após o transcurso de trinta minutos e, assim, sucessivamente, até a obtenção de quórum.

Art. 17. As votações serão realizadas pelo processo secreto, observada a presença mínima da maioria absoluta dos vereadores.

Art. 18. Considera-se eleita a chapa que obtiver os votos da maioria absoluta dos vereadores.

Parágrafo único. Se, no primeiro escrutínio, nenhum candidato obtiver essa maioria, a eleição se fará no segundo escrutínio por maioria relativa, com todos os candidatos concorrentes,

considerando-se eleito o mais idoso, no caso de empate.

Art. 19. Proclamado o resultado da eleição indireta, os eleitos serão convocados para posse no dia, hora e local marcados na forma deste ato, com mandato até o dia 31 de dezembro de 2016.

Art. 20. Na sessão solene de posse o presidente da Mesa receberá o compromisso do Prefeito e do Vice-Prefeito, na forma da Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno da Câmara.

Art. 21. Os casos omissos serão resolvidos pela Mesa Diretora.

Art. 22. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal, 01 de Abril de 2015.

Jean Daniel dos Santos Pirola
Presidente

André Rezini	Moacir Giraldi
1º Secretário	2º Secretário

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 2/2015

ANEXO I

EDITAL Nº 01/2015

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, vereador Jean Daniel dos Santos Pirola, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Resolução Administrativa nº 2/2015, TORNA PÚBLICA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES INDIRETAS PARA OS CARGOS DE PREFEITO E VICE-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE, em razão da dupla vacância dos cargos decorrente de decisão da Justiça Eleitoral exarada em 24 de março de 2015 pelo Tribunal Superior Eleitoral no Recurso Especial Eleitoral nº 336-45.2015. 6.24.0086.

CALENDÁRIO ELEITORAL

Art. 1º As normas para a eleição indireta que serão realizadas pela Câmara Municipal de Brusque para escolha dos cargos de Prefeito e Vice-prefeito estão definidas na Resolução Administrativa nº 2/2015 e as eleições serão realizadas conforme o seguinte calendário:

I - 10/04/2015 - prazo final para inscrição da chapa;

II - 13/04/2015 - data para publicação das chapas inscritas e disponibilização aos interessados da documentação comprobatória das condições de elegibilidade;

III - 15/04/2015 - prazo final para impugnação de chapa ou candidatura;

IV - 17/04/2015 - prazo final para a Mesa Diretora deliberar sobre os pedidos de inscrição de chapa e impugnação de chapa ou candidatura;

V - 17/04/2015 - data de publicação das decisões da Mesa Diretora sobre as inscrições de chapas ou que acatar impugnação de chapa ou candidatura;

VI - 20/04/2015 - prazo final para substituição dos candidatos;

VII - 20/04/2015 - data para publicação da substituição de candidato e disponibilização aos interessados da documentação comprobatória das condições de elegibilidade;

VIII - 22/04/2015 - prazo final para impugnação do candidato substituto;

IX - 24/04/2015 - prazo final para a Mesa Diretora deliberar sobre a inscrição do candidato substituto e sobre eventual impugnação;

X - 24/04/2015 - data de publicação das decisões da Mesa Diretora sobre a inscrição do candidato substituto ou acatar impugnação da candidatura;

XI - 30/04/2015, às 14 horas - data e horário da realização das eleições indiretas.

§ 1º As decisões da Mesa Diretora são irrecorríveis no âmbito da Câmara Municipal de Brusque.

§ 2º As decisões sobre as inscrições de candidatos e as impugnações de candidatura serão fundamentadas pela Mesa Diretora.

§ 3º A Mesa Diretora pode subsidiar suas decisões em pareceres

das unidades administrativas da Câmara Municipal.

§ 4º O horário para recebimento de registro de candidatura, bem como impugnações será das 12:00 às 18:00 horas. Excepcionalmente, durante os dias 3, 4 e 5 de abril, os pedidos de registro serão feitos por meio dos telefones (47) 9912.2600 (Jefferson Silveira), (47) 8469.2889 (Rogério Gamba) e (47) 9993.5519 (Fabiana Dalcastagné).

§ 5º Os atos dependentes de intimação serão realizados pessoalmente, devendo o candidato ou partido político representante informar, no ato do registro da candidatura, local a ser encontrado, bem como telefone de contato durante todo o período eleitoral.

DOS REQUISITOS

Art. 2º Poderão se inscrever como candidatos qualquer cidadão que preencha os seguintes requisitos:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição pelo prazo de pelo menos um ano antes do pleito;

V - a filiação partidária pelo mesmo prazo referido no inciso IV;

VI - a idade mínima de 21 anos;

VII - ser devidamente alfabetizado.

Art. 3º A inscrição da candidatura é feita através de chapa única e indivisível, devendo constar os candidatos ao cargo de Prefeito e Vice-prefeito, de acordo com as normas deste edital e da Resolução Administrativa nº 2/2015.

Art. 4º O pedido de registro das candidaturas e impugnações serão feitos mediante protocolo na Secretaria da Câmara Municipal, nos dias e prazos constantes do Calendário Eleitoral, acompanhado dos documentos necessários.

DAS INELEGIBILIDADES

Art. 5º São inelegíveis e, portanto, não poderão concorrer na disputa:

I - Os inalistáveis e os analfabetos;

II - O cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, daqueles que serão substituídos através da presente eleição em razão da perda do mandato.

III - Os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa e das Câmaras Municipais, que hajam perdido os respectivos mandatos por infringência do disposto nos incisos I e II do art. 55 da Constituição Federal, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos oito anos subsequentes ao término da legislatura.

IV - O Governador e o Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal e o Prefeito e o Vice-Prefeito que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos.

V - Os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes;

VI - Aqueles que tiveram contra si condenação criminal transitada em julgado, nos termos da Lei Complementar nº 64/90.

VII - Os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão

de mandatários que houverem agido nessa condição.

VIII - Os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes;

IX - Os que, em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro, que tenham sido ou estejam sendo objeto de processo de liquidação judicial ou extrajudicial, hajam exercido, nos 12 (doze) meses anteriores à respectiva decretação, cargo ou função de direção, administração ou representação, enquanto não forem exonerados de qualquer responsabilidade;

X - Os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da eleição;

XI - O Presidente da República, o Governador de Estado e do Distrito Federal, o Prefeito, os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa, das Câmaras Municipais, que renunciarem a seus mandatos desde o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término da legislatura;

XII - Os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena;

XIII - Os que forem excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;

XIV - Os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de terem desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão que reconhecer a fraude;

XV - Os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;

XVI - A pessoa física e os dirigentes de pessoas jurídicas responsáveis por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão, observando-se o procedimento previsto no art. 22, da Lei Complementar 64/90.

XVII - Os magistrados e os membros do Ministério Público que forem aposentados compulsoriamente por decisão sancionatória, que tenham perdido o cargo por sentença ou que tenham pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 8 (oito) anos.

XVIII - Os que forem declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis, pelo prazo de 8 (oito) anos.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º Após a abertura da sessão, os candidatos a prefeito que tiveram suas candidaturas deferidas, terão até trinta minutos, pela ordem de inscrição da chapa, para uso da tribuna em defesa de sua candidatura.

Art. 7º O prefeito e o vice-prefeito eleitos tomarão posse no dia estabelecido na Resolução da Mesa Diretora no 2/2015, em sessão

solene de posse, com mandato até o dia 31 de dezembro de 2016.

Câmara de Vereadores, 01 de abril de 2015.

Jean Daniel dos Santos Pirola

Presidente da Câmara

Caçador

PREFEITURA

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23-2014 – PREFEITURA

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23-2014 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014, PRORROGAÇÃO DE PRAZO, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MONITORAMENTO DE TRÂNSITO NA CIDADE DE CAÇADOR, CONTRATADA: FOCALLE ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.072.082/0001-54 com sede na Av. XV de novembro, nº 468, na cidade de Joaçaba/SC, O prazo de vigência do presente Aditivo, que passa a vigorar é de 12 (doze) meses, iniciando em 13 de março de 2015 e findando em 12 de março de 2016, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24-2014 – PREFEITURA

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24-2014 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014, PRORROGAÇÃO DE PRAZO, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ACESSO A INTERNET PARA UNIDADES ESCOLARES, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA E TELECENTROS. CONTRATADA: CONECT INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 82.889.882/0001-52 com sede na Rua Nereu Ramos, nº 320, nesta cidade de Caçador/SC, O prazo de vigência do presente Aditivo, que passa a vigorar é de 12 (doze) meses, iniciando em 17 de março de 2015 e findando em 16 de março de 2016, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 79-2014 – PREFEITURA

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 79-2014 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2014 - TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2014, PRORROGA PRAZO POR 60 DIAS, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DA QUADRA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA ULISSES GUIMARÃES CONTRATADA: OTTIMIZZARE ENGENHARIA INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.295.741/0001-59, com sede na cidade de CAÇADOR, SC, O prazo de vigência do Aditivo para a execução dos serviços, que passa a vigorar é de 60 (sessenta) dias, iniciando em 22 de março de 2015 e findando em 21 de maio de 2015, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 88-2014 – PREFEITURA

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 88-2014 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2014 - TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2014, PRORROGA PRAZO POR 30 DIAS, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO NA CRECHE DO LOTEAMENTO SANTA TEREZINHA □ BAIRRO

MARTELLO, CONTRATADA: CONSTRUTORA E INCORPORADORA GG BRUSCHI LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 73.461.196/0001-95, com sede na cidade de Videira, SC, O prazo de vigência do Aditivo para a execução dos serviços, que passa a vigorar é de 30 (trinta) dias, iniciando em 21 de março de 2015 e findando em 20 de Abril de 2015, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06-2014 – FUNDEMA

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2014 - FUNDEMA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2014 - ACRÉSCIMO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADA, CONTRATADA: IVALDIR MACIEL ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 13.650.977/0001-04, com sede na Rua Estados Unidos, nº 314, bairro Sorgatto, na cidade de Caçador, SC, O preço certo e ajustado para o item 01 - SERVIÇOS DE ROÇADA DE TERRENOS EM PERÍMETRO URBANO, passa a ser de R\$ 0,15 (quinze centavos) o m², As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 88-2013 – PREFEITURA

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 88-2013 - PREFEITURA CONCESSÃO DE REAJUSTE PELO INPC, TRANSPORTE ESCOLAR, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2013 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2013, CONTRATADA: ALAIANE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.484.188/0001-04, com sede na cidade de Macieira/SC, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade. Conforme segue:

LINHA	KM/TOTAL 10 MESES	DIAS DE OPERAÇÃO	VALOR R\$ POR KM	ESPECIFICAÇÃO
22	28.960,00	200	R\$ 2,54	Itinerário Matutino: Linha Taquara Verde x Serraria Grande, saindo Secretaria de Educação, passando pela Escola desativada EMEB Jorge Lacerda até a propriedade do Sr. Moreira Branco, retornando até a localidade de Taquara Verde e deixando os alunos da EEB Thomaz Padilha e vice-versa.
				Veículo com capacidade mínima para 40 lugares
				KM DIÁRIO 144,80

5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 87-2013 – PREFEITURA

5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 87-2013 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2013 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2013, CONCESSÃO DE REAJUSTE PELO INPC, SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, CONTRATADA: AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.060.327/0001-86, com sede na Rua Capitulino de Moraes, nº 110, nesta cidade de Caçador/ SC, Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 87/2013 de 23 de outubro de 2013, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade Conforme segue:

LOTE 01

LINHA	KM/TOTAL 10 MESES	DIA DE OPERAÇÃO	VALOR R\$ POR KM	ESPECIFICAÇÃO
01	13.440,00	200	R\$ 3,9117	Itinerário Matutino: Linha Paulista, saindo Secretaria de Educação, Trevo de Rio das Antas, entrando na Granja Três Palmeiras, Serraria Beira, retornando ao Asfalto de Rio das Antas até o Frigorífico Nora, deixando os alunos nas escolas: EMEB Walsin Nunes Garcia, EMEB Alcides Tombini, EEB Dom Orlando Dotti, EMEB Pierina Perret, EEB Paulo Schieffler e vice-versa.
				Veículo com capacidade mínima para 30 lugares
				KM DIÁRIO 67,20
02	24.840,00	200	R\$ 3,0895	Itinerário Vespertino: Linha Roveda x Criminácio x Fazenda Moreira – Saindo Secretaria de Educação, Entrada na Fazenda Moreira até a propriedade do Sr. Márcio Bassegio e da propriedade do Sr. Sanguanini entrando em frente à EMEB Cerro Branco (DESATIVADA) passando pela EMEB Arthur da Costa e Silva (DESATIVADA) saindo no Cemitério Adami, deixando alunos nas escolas: EMEB Castelhana, EEB Santo Damo, EMEB Henrique Julio Berger, EMEB Morada do Sol, EEB Paulo Schieffler, EEB Irmão Léo e vice-versa.
				Veículo com capacidade mínima para 32 lugares
				KM DIÁRIO 124,20

03	24.840,00	200	R\$ 3,0811	Itinerário Vespertino: Linha Roveda x Criminácio x Fazenda Moreira – Saindo Secretaria de Educação, Entrada na Fazenda Moreira até a propriedade do Sr. Márcio Bassegio e da propriedade do Sr. Sanguianini entrando em frente à EMEB Cerro Branco(desativada) passando pela Escola EMEB Arthur da Costa e Silva (desativada) saindo no Cemitério Adami, deixando alunos nas escolas: EMEB Castelhana, EEB Santo Damo, EMEB Morada do Sol, EMEB Henrique Julio Berger, EEB Paulo Schieffler, EEB Irmão Léo, e vice-versa.
				Veículo com capacidade mínima para 32 lugares
				KM DIÁRIO 124,20
04	57.600,00	200	R\$ 3,1090	Itinerário Matutino e Vespertino: Linha Benjamin Constant x Santana Saindo Secretaria de Educação, entrando em direção a Serraria Adami, entrada da escola desativada Santana, escola desativada EMEB Benjamin Constant, saindo no asfalto deixando alunos nas escolas: EMEB Castelhana, EEB Santo Damo, EMEB Henrique Júlio Berger, EEB Paulo Schieffler, EEB Irmão Léo e vice-versa.
				Veículo com capacidade mínima para 40 lugares
				KM DIÁRIO 288,00

LOTE 02

LINHA	KM / TOTAL 10 MESES	DIAS DE OPERA- ÇÃO	VALOR R\$ POR KM	ESPECIFICAÇÃO
05	22.080,00	200	R\$ 2,9758	Itinerário Matutino: Linha Taquara Verde x Sítio Pinhalzinho Saindo Secretaria de Educação, em direção ao Sítio Pinhalzinho até EEB Thomaz Padilha na localidade de Taquara Verde e vice-versa.
				Veículo com capacidade mínima para 42 lugares
				KM DIÁRIO 110,40

06	27.280,00	200	R\$ 3,1691	Itinerário Matutino: Linha Taquara Verde x Fazenda Taitalo x Sincol Saindo Secretaria de Educação, propriedade do Sr Moacir Scolaro levando alunos para EEB Thomaz Padilha, indo até a propriedade da Sra. Vanessa Taitalo retornando e entrando até ao Assentamento Putinga, e deixando os alunos na EEB Thomaz Padilha e vice-versa.
				Veículo com capacidade mínima para 40 lugares
				KM DIÁRIO 136,40
07	23.080,00	200	R\$ 3,3647	Itinerário Matutino: Linha São Francisco, saindo Secretaria de Educação, passando pela EMEB Colônia Polidoro, Escola desativada EMEB São Francisco de Salles, Fazenda Maxiplast, Escola desativada Princesa Isabel, deixando alunos nas escolas: EMEB Walsin Nunes Garcia, EMEB Alcides Tombini, EMEB Henrique Julio Berger, EMEB Pierina Perret, EEB Dom Orlando Dotti e vice-versa.
				Veículo com capacidade mínima 42 lugares
				KM DIÁRIO 115,40
08	38.200,00	200	R\$ 3,5598	Itinerário Matutino e Vespertino: Linha São Pedro x Cará, Saindo Secretaria de Educação, entrada pelo trevo e Rio das Antas, em direção a EMEB São Pedro(-desativada), passando pela Escola desativada EMEB São Pascoal II deixando alunos nas escolas: EMEB Pierina Santin Perret, EMEB Henrique Julio Berger, EEB Dom Orlando Dotti e EMEB Walsin Nunes Garcia vice-versa.
				Veículo com capacidade mínima 42 lugares
				KM DIÁRIO 191,00

				Itinerário Vespertino: Linha Tamanduá x Laranjeira, Saindo Secretaria de Educação, até o Capitel na localidade da linha Tamanduá retornando em direção as escolas de Caçador deixando alunos nas: EMEB Walsin Nunes Garcia, EEB Dom Orlando Dotti, EMEB Pierina Santin Perret, EEB Irmão Léo, EMEB Henrique Júlio Berger, EMEB Morada do Sol e vice-versa.
				Veículo com capacidade mínima para 40 lugares
09	36.320,00	200	R\$ 3,0733	KM DIÁRIO 181,60

LOTE 03

LINHA	KM/TOTAL 10 MESES	DIAS DE OPERAÇÃO	VALOR R\$ POR KM	ESPECIFICAÇÃO
				Itinerário Vespertino: Linha Serra Azul x Bugre Saindo Secretaria de Educação, passando na localidade da Serra dos Cabritos, Câmara Fria, Escola Girassol (desativada), deixando alunos nas escolas: EEB Nayá Gonzaga Sampaio, EEB Irmão Léo, EEB Paulo Schieffler, EMEB Henrique Júlio Berger e vice-versa.
				Veículo com capacidade mínima para 42 lugares
10	34.640,00	200	R\$ 6,0092	KM DIÁRIO 173,20
				Itinerário Vespertino: Linha Seminário, saindo Secretaria de Educação, em direção ao Antigo Seminário Diocesano, passando pelo Tiro ao Prato, Linha Scarpinelli, Escola desativada EMEB Dom Pedro, Escola desativada EMEB Marechal Deodoro deixando alunos nas escolas: EEB Nayá Gonzaga Sampaio, EEB Dom Orlando Dotti e EMEB Pierina Perret e vice-versa.
				Veículo com capacidade mínima 40 lugares
11	14.960,00	200	R\$ 5,3435	KM DIÁRIO 74,80

				Itinerário Vespertino: Linha Konder x Pena, Saindo Secretaria de Educação, passando pela escola desativada Adolfo Konder, Capitel, Escola desativada João Rotta, deixando os alunos nas escolas: EMEB Tabajara, CMEI Santa Clara, EEB Nayá Gonzaga Sampaio, EMEB Irmão Venâncio José, EMEB Henrique Júlio Berger, EEB Paulo Schieffler, EEB Dante Mosconi, EEB Irmão Léo e vice-versa.
				Veículo com capacidade mínima para 52 lugares
12	13.200,00	200	R\$ 5,8089	KM DIÁRIO 66,00
				Itinerário Matutino: Linha Castelli x Turma 60, Saindo Secretaria de Educação, passando pela EMEB Pedro Castelli (desativada), indo até a Sede Social Seleme, retornando a linha pela Castelli, passando pela Turma 60, escola desativada Adolfo Konder, deixando os alunos nas escolas: EMEB Tabajara, CMEI Santa Clara, EEB Nayá Gonzaga Sampaio, EEB Irmão Léo, EEB Dante Mosconi, EEB Paulo Schieffler, EEB Dom Orlando Dotti EEB Irmão Léo e vice-versa.
				Veículo com capacidade mínima 46 lugares
13	17.200,00	200	R\$ 4,8468	KM DIÁRIO 86,00

LOTE 04

LINHA	KM/TOTAL 10 MESES	DIAS DE OPERAÇÃO	VALOR R\$ POR KM	ESPECIFICAÇÃO
				Itinerário Matutino: Linha Caixa D'água, saindo Secretaria de Educação, passando pela Epagri, Escola desativada EMEB Caixa D'água, em frente a propriedade do Titon, Delai, Petrycoski, Pohlens, deixando alunos nas escolas: EEB Domingos da Costa Franco, EMEB Henrique Júlio Berger, EEB Paulo Schieffler, EEB Irmão Léo e vice-versa.
				Veículo com capacidade mínima para 42 lugares
14	20.360,00	200	R\$ 3,4260	KM DIÁRIO 101,80

15	20.360,00	200	R\$ 3,4357	Itinerário Vespertino: Linha Caixa D'água, Saindo Secretaria de Educação, passando pela Epagri, Escola desativada EMEB Caixa D'água, em frente a propriedade de Titon, Delai, Petrycoski, Pohlens, deixando alunos nas escolas: EEB Domingos da Costa Franco, EMEB Henrique Júlio Berger, EEB Paulo Schieffler, EEB Irmão Léo e vice-versa.
				Veículo com capacidade mínima para 42 lugares
				KM DIÁRIO 101,80
16	22.600,00	200	R\$ 3,2821	Itinerário Vespertino: Linha Pedra Branca Aliança x Tróia, Saindo Secretaria de Educação, entrando no asfalto sentido a Guararapes passando pela entrada do Aeroporto, pela escola desativada EMEB Joaquim Nabuco, sentido Troia, passando pela Fazenda Moro, Gabardo finalizando na propriedade do Sr. Basegio retornando e deixando alunos nas escolas: EEB João Santo Damo, EMEB Morada do Sol, EMEB Henrique Júlio Berger, EEB Paulo Schieffler, EEB Irmão Léo e vice-versa.
				Veículo com capacidade mínima para 42 lugares
				KM DIÁRIO 113,00
17	20.160,00	200	R\$ 3,5790	Itinerário Matutino: Linha Pedra Branca x Mandelli x Chapada: saindo Secretaria de Educação, entrando no asfalto sentido a Guararapes passando pela entrada do Aeroporto, escola desativada EMEB Joaquim Nabuco, sentido Mandelli/ Fazenda Junior/Chapada, deixando alunos nas escolas: EEB João Santo Damo, EMEB Morada do Sol, EMEB Henrique Júlio Berger, EEB Irmão Léo e vice-versa.
				Veículo com capacidade mínima para 42 lugares
				KM DIÁRIO 100,80

LOTE 05

LINHA	KM/TOTAL 10 MESES	DIAS DE OPERAÇÃO	VALOR R\$ POR KM	ESPECIFICAÇÃO
18	12.200,00	200	R\$ 4,7277	Itinerário Matutino: Linha Horto Municipal x Japonês, Saindo Secretaria de Educação, entrando em direção ao Horto Municipal, proximidade da Escola desativada Santa Luzia, passando pelo Japonês, saindo na Estrada de Porto União em direção ao bairro Gioppo, deixando os alunos nas escolas: EEB Dante Mosconi, EEB Irmão Léo, EMEB Henrique Júlio Berger, EMEB Morada do Sol, EEB Paulo Schieffler e vice-versa
				Veículo com capacidade mínima para 42 lugares
				KM DIÁRIO 61,00
19	25.600,00	200	R\$ 3,7454	Itinerário Matutino e Vespertino: Linha Assentamento saindo Secretaria de Educação, passando pela EMEB Rodolfo Nickel, EEB Dante Mosconi, EEB Irmão Léo, EEB Paulo Schieffler, EMEB Henrique Júlio Berger e vice-versa.
				Veículo com capacidade mínima 42 lugares
				KM DIÁRIO 128,00
20	12.480,00	200	R\$ 4,4760	Itinerário Matutino: Linha Cachoeirinha, Saindo Secretaria de Educação, entrando em direção a Cabanha do Poletto passando por toda linha saindo na estrada de Porto União em direção ao Bairro Gioppo deixando os alunos nas escolas: EEB Dante Mosconi, EEB Irmão Léo, EMEB Henrique Júlio Berger, EMEB Morada do Sol, EEB Paulo Schieffler e vice-versa
				Veículo com capacidade mínima para 32 lugares
				KM DIÁRIO 62,40

				Itinerário Vespertino: Linha Assentamento X Rodolfo Nickel: Saindo Secretaria de Educação, Deslocamento dentro do Assentamento pela estrada principal deixando os alunos na EMEB Rodolfo Nickel e vice-versa.
				Veículo com capacidade mínima para 45 lugares
21	47.066,00	200	R\$ 4,2090	KM DIÁRIO 235,33

6º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 104 - 2012 – PREFEITURA

6º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 104 - 2012 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/2012 - CONCORRÊNCIA Nº 09/2012, PRORROGA PRAZO POR 180 DIAS, CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DO ESPORTE E CULTURA, ANEXA AO CAIC, NO BAIRRO MARTELO, CONTRATADA: ESE CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ sob o nº 83.805.101.0001-67, com sede na cidade de Palhoça/SC, O prazo de vigência do Aditivo para a execução dos serviços, que passa a vigorar é de 180 (cento e oitenta) dias, iniciando em 17 de fevereiro de 2015 e findando em 17 de agosto de 2015, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

6º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 87 - 2013 – PREFEITURA

6º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 87 - 2013 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2013 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2013, ACRÉSCIMO DE SERVIÇOS, CONTRATADA: AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.060.327/0001-86, com sede na Rua Capitulino de Moraes, nº 110, nesta cidade de Caçador/ SC, A contratada se obriga a manter um monitor de aluno nos veículos utilizados nas rotas 4 (quatro), 8 (oito), 9 (nove), 10 (dez), 11 (onze), 12 (doze), 13 (treze), 21 (vinte e um) e 20 (vinte); - A CONTRATADA contratará o total de nove monitores; Será repassado ao Contratado o valor mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por monitor de aluno contratado, O prazo de vigência do presente Aditivo, que passa a vigorar é de 7 (sete) meses, iniciando em 24 de março de 2015 e findando em 23 de outubro de 2015, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

ITEM	QTD	UND	Descrição	VLR UNIT	VLR TOTAL
23	07	MÊS	Nove monitores responsáveis pelo embarque e desembarque dos alunos e, pelo controle do comportamento e do uso do cinto de segurança pelos estudantes durante o trajeto.	18.000,00	126.00,00

7º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 115 – 2012 – PREFEITURA

7º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 115 - 2012 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2012 - CONCORRÊNCIA Nº 07/2012, PRORROGA PRAZO POR 60 DIAS, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE CRECHE NA RUA CANÁRIA, LOTEAMENTO SANTA TEREZINHA, BAIRRO MARTELO, PELO PROGRAMA FEDERAL PRÓ INFÂNCIA, CONTRATADA: CONSTRUTORA E INCORPORADORA GG BRUSCHI LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 73.461.196/0001-95, com sede na cidade de Videira, SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 115/2012 datado de 30 de outubro de 2012 e demais aditivos, O prazo de vigência do Aditivo para a execução dos serviços, que passa a vigorar é de 60 (sessenta) dias, iniciando em 28 de Março de 2015 e findando em 27 de Maio de 2015, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade

7º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 87 - 2013 – PREFEITURA

7º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 87 - 2013 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2013 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2013, ACRÉSCIMO DE QUANTIDADES SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, CONTRATADA: AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.060.327/0001-86, com sede na Rua Capitulino de Moraes, nº 110, nesta cidade de Caçador/ SC, Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 87/2013 de 23 de outubro de 2013, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade. Conforme segue:

LINHA	KM/TOTAL 10 MESES	DIAS DE OPERAÇÃO	VALOR R\$ POR KM	ESPECIFICAÇÃO
21	57.066,00	200	R\$ 4,2090	Itinerário Vespertino: Linha Assentamento X Rodolfo Nickel: Saindo Secretaria de Educação, Deslocamento dentro do Assentamento pela estrada principal deixando os alunos na EMEB Rodolfo Nickel e vice-versa. Veículo com capacidade mínima para 45 lugares KM DIÁRIO 285,33

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20-2015 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20-2015 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2015 - CONVITE Nº 01/2015, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONTENÇÃO REFERENTE AO EVENTO DE ESCORREGAMENTO SITUADO NA RUA BRASÍLIA, Nº 852, BAIRRO ALTO BONITO CONTRATADA: SOMA CONSTRUÇÕES LTDA-ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 06.523.962/0001-01, com sede na cidade de Tubarão/ SC, O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 28.850,00 (vinte e oito mil e oitocentos e cinquenta reais). - validade de 90 dias, contados a partir da data de assinatura do contrato

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 21-2015 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 21-2015 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) ESPECIALIZADA (S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA, COBRANÇA E ORGANIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO INTERNO PARA A REALIZAÇÃO DOS FESTEJOS DE COMEMORAÇÃO DE EMACIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR NOS DIAS 20 A 23 DE MARÇO DE 2015. CONTRATADA: SWOT SEGURANÇA PRIVADA LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 18.865.654/000143, com sede na cidade de Caçador, SC, O preço certo e ajustado entre as partes que alude o presente Contrato é de R\$ 85.422,00 (oitenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e dois reais), O presente Contrato tem o prazo de vigência de (90) noventa dias a partir de sua assinatura, para a realização do evento nos dias 20 a 23 de março de 2015, conforme segue:

ITEM	QUANTIDADE	UNID	DESCRIÇÃO
1	2.476	Horas	SEGURANÇA/ESTACIONAMENTO. Contratação de EMPRESA DE SEGURANÇA ESPECIALIZADA, para prestação de serviços de segurança do evento e cobrança, segurança e organização do estacionamento interno, durante todos os dias do evento, conforme termo de referência Anexo V, e fornecimento de 06 (seis) detectores de metais, sendo 2 (dois) portáteis e 04 (quatro) manuais, (conforme termo de referência Anexo V). A empresa será responsável pela guarda de todos os locais indicados bem como pela segurança geral do evento, devendo fornecer pessoal capacitado para organização e segurança do evento e do estacionamento, devidamente uniformizados e identificados, em quantidade compatível com o solicitado no termo de referência em anexo. Os valores arrecadados com a organização do estacionamento serão integralmente revertidos ao Município.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001-2015 - F M E

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001-2015 - F M E - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2015 - DISPENSA Nº 01/2015, LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO SITUADO NA AVENIDA FAHDO THOMÉ PARA TREINAMENTO DAS ESCOLINHAS ESPORTIVAS NAS MODALIDADES DE JUDÔ, TÊNIS DE MESA, FUTEBOL DE BOTÃO, TAEKWONDO E AIKIDO, CONTRATADA: ESPORTE CLUBE JUVENTUDE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.059.790/0001-08, com sede na cidade de Caçador, SC, O preço certo e ajustado entre as partes é de R\$ 28.200,00 (vinte e oito mil e duzentos reais) para totalidade do presente contrato, ou seja: R\$ 2.350,00 (dois mil e trezentos e cinquenta reais), O presente contrato tem prazo de 12 (doze) meses, com vigência a partir da data de assinatura deste e findando dia 05 de março de 2016,

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01-2015 – FMAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01-2015 - FMAS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2015 - INEXIGIBILIDADE Nº 01/2015, AQUISIÇÃO DE CRÉDITO PARA VALE TRANSPORTE DESTINADO AOS USUÁRIOS DOS PROGRAMAS CRAS E CREAS CONTRATADA: AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.060.327/0001-86, com sede na Rua Capitulino de Moraes, nº 110, nesta cidade de Caçador/SC

O presente contrato tem por objeto a aquisição de 12.500 (doze mil e quinhentos) créditos para cartão, referente a vale-transporte destinados aos usuários dos Programas CRAS E CREAS, O preço total da aquisição é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), O presente contrato tem prazo de vigência para o exercício de 2015,

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17-2015 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17-2015 - PREFEITURA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2015 - DISPENSA Nº 03/2015, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO E JULGAMENTO DE CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL. CONTRATADA: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, doravante denominado simplesmente IBAM, pessoa jurídica de direito privado, associação civil de caráter educativo, científico e cultural, sem fins lucrativos, conforme estabelecem seus Estatutos, reconhecido de utilidade pública pelo Governo Federal (Decreto nº 34.661, de 19 de novembro de 1953) e pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Lei nº 2.149, de 04 de agosto de 1993), de fins filantrópicos pelo Conselho Nacional de Serviço Social (Certificado de 8 de maio de 1974), com inscrição também no Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro, registro no CNPJ (Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas) sob nº 33645482/0001-96, sediado na cidade do Rio de Janeiro, na Rua Buenos Aires, 19 - Centro, O preço total da aquisição é de R\$ 183.000,00 (cento e oitenta e três mil reais), O presente contrato tem prazo de validade para o exercício de 2015, findando dia 31 de dezembro de 2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 18-2015 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 18-2015 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2015 - INEXIGIBILIDADE Nº 05/2015 AQUISIÇÃO DE CRÉDITOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR, DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL E ESTADUAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA, RESIDENTES NO INTERIOR DO MUNICÍPIO, CONTRATADA: AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.060.327/0001-86, com sede na Rua Capitulino de Moraes, nº 110, nesta cidade de Caçador/ SC, O preço total da aquisição é de R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais), inclusos taxas, impostos e outros encargos que vierem existir, sendo o preço unitário assim estabelecido: Vale transporte - R\$ 1,65 (por extenso) cada de acordo com Decreto Municipal nº 5.404 de 21 de novembro de 2012. O presente contrato tem prazo de validade para o exercício de 2015, findando dia 31 de dezembro de 2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 19-2015 - PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 19-2015 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2015 - INEXIGIBILIDADE Nº 06/2015, AQUISIÇÃO DE CRÉDITOS DE VALES TRANSPORTE DESTINADOS AOS ACOMPANHANTES DOS ALUNOS DA APAE, APAS E ADVB, CONTRATADA: AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.060.327/0001-86, com sede na Rua Capitulino de Moraes, nº 110, nesta cidade de Caçador/ SC, O preço total da aquisição é de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), inclusos taxas, impostos e outros encargos que vierem existir, sendo o preço unitário assim estabelecido: Vale transporte - R\$ 1,20 (um real e vinte centavos) cada de acordo com Decreto Municipal nº 5.963 de 09 de abril de 2014. O presente contrato tem prazo de vigência o exercício de 2015, iniciando com a assinatura e findando em 31 de dezembro de 2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 22 - 2015 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 22 - 2015 - PREFEITURA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015 - CONTRATAÇÃO DE PARQUE DE DIVERSÕES PARA A REALIZAÇÃO DOS FESTEJOS DE COMEMORAÇÃO DE EMACIPAÇÃO POLITICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR NOS DIAS 20 A 23 DE MARÇO DE 2015. CONTRATADA: CENTRO DE DIVERSÕES IMPERIAL LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 13.772.354/0001-04, com sede na cidade de Videira, SC, O preço certo e ajustado entre as partes que alude o presente Contrato é de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), prazo de vigência de (90) noventa dias a partir de sua assinatura, para a realização do evento nos dias 20 a 23 de março de 2015, conforme segue:

ITEM	QUANTIDADE	UNID	DESCRIÇÃO
2	1	Unid	Contratação de parque de diversões – com no mínimo de 10 (dez) brinquedos, a título de exemplo carrinhos bate-bate, barco pirata, planet dance, twister e Dumbo, devendo a empresa atender todas as exigências de instalação, prevendo seguro contra terceiros no valor de R\$ 100.000,00, ART de instalação e alvará dos bombeiros (conforme termo de referência Anexo V). Os valores arrecadados com os ingressos ao parque serão integralmente revertidos ao Município. Sendo que no dia 23/03/2015 (segunda-feira), o acesso ao parque de diversões será gratuito.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23 - 2015 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23 – 2015 - PREFEITURA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DOS FESTEJOS DE COMEMORAÇÃO DE EMACIPAÇÃO POLITICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR NOS DIAS 20 A 23 DE MARÇO DE 2015. CONTRATADA: CMB PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 13.048.266/0001-56, com sede na cidade de Camboriú, SC, O presente Contrato tem o prazo de vigência de (90) noventa dias a partir de sua assinatura, para a realização do evento nos dias 20 a 23 de março de 2015, conforme segue:

ITEM	QT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
8	6	UNID.	PAINEL DE LED 6X4m RESOLUÇÃO: 10 MM LEDS: LED OVAL 3 MM CONFIGURAÇÃO DE PIXEL: 1R, 1G, 1B BRILHO: 5.000CD/M² ÂNGULO DE VISUALIZAÇÃO: 120° DENSIDADE DE PIXELS: 10.000/M² CORES: 16,7 MILHÕES MÉTODOS DE DRIVE: ¼ FRAME RATE: 60 HZ REFRESH RATE: 600 HZ PROTEÇÃO (FRONTAL/TRASEIRA): IP65/54 TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: -20~50°C	1.415,00	8.490,00
12	1	UNID.	BACKSTAGE LOCAÇÃO, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM, DE UMA PLATAFORMA TOTALMENTE METÁLICA TRELIÇADA PARA ALOCAR 01 BACKSTAGE VIP, PAREDE EM OCTANORM E TS MEIA ALTURA, COM BALCÃO FRONTAL COM MESA FÓRMICA, PISO DECK DE MADEIRA DE LEI VERNIZADO, SENDO DOIS NÍVEIS TOTALIZANDO 100 m², ESCADAS NO PADRÃO EXIGIDO PELOS BOMBEIROS, DECORAÇÃO COM MALHAS, 02 TV DE LED DE 50 POLEGADAS, 15 MESAS POB COM BANQUETAS, 01 PALCO DE 04X03m COM 30cm ALTURA.	5.750,00	5.750,00
13	1	UNID.	LOCAÇÃO DE SOM PALCO PRINCIPAL 01 MESA YAMAHA DIGITAL PM5D-RH VERSÃO 2 24 LINE ARRAY VERTEC 4888 08 FRONT FILL ATTACK 01 MAIN POWER PENTACUSTICA RMP 125-1 ILUMINAÇÃO 01 MAIN POWER ATTACK 10 KVA SONORIZAÇÃO 24 SUB ATTACK 218 10 AMPLIFICADOR LAB GRUPPEM 10.000 08 AMPLIFICADOR PRO POWER ATTACK DE 8.000 WATTS 08 AMPLIFICADOR PRO POWER ATTACK 6.000 WATTS 08 AMPLIFICADOR PRO POWER ATTACK 2.500 WATTS 01 ANALISADOR DE SPECTRO PAA2 PHONIC 02 PROCESSADOR BSS OMINIDRYVE 01 PROCESSADOR DBX 260 01 PROCESSADOR DBX 260 STAND-BY 01 EQUALIZADOR DBX 31 01PC-8000 PENTACUSTICA (DISTRIBUIDOR DE ENERGIA COM PROTEÇÃO CONTRA QUEDA DE ENERGIA) 01 PC 9002 110V (DISTRIBUIDOR DE ENERGIA PENTACUSTICA) TODO CABEAMENTO E PLUGUE NEUTRICK, SANTO ÂNGELO E AMPHENOL OBS.: SISTEMA DE ENERGIA TODA ATERRADA, CONFORME OBRIGATÓRIA PELA NORMA TÉCNICA ABNT NBR -5410 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE BAIXA E ALTA TENSÃO. MONITOR PALCO: 01 DIGIDESIGNIN PROFILE MIX RACK PLUS 01 ADA 8000 01 PS9002 PENTACUSTICA (DISTRIBUIDOR DE ENERGIA) 01 PC-8000 PENTACUSTICA (RÉGUA DE ENERGIA COM PROTEÇÃO CONTRA QUEDA DE ENERGIA) 04 CAIXAS SB 850 EAW SIDE 04 CAIXAS KF EAW SIDE	11.400,00	11.400,00

			08 MONITORES DE RETORNO EAW SM 400 02 SUB DE BATERA ATTACK ATIVO LSB 118 01 SUB DE PERCUSSÃO SB 1000 01 PROCESSADOR DBX 260 01 PROCESSADOR DBX 260 (STAND BY) 02 POTÊNCIA STUDIO R 10.000 06 POTÊNCIAS ATTACK 5002 06 POTÊNCIAS ATTACK 2002 05 POTÊNCIAS ATTACK 1.400 01 POWER PLAY HA-8000 01 MIC. R.E 20 ELETROVOICE 06 MIC. E 604 SENNHEISER 01 KITS MICROFONES AKG (D112, D40, D440.) 06 MIC. SHURE 98 AD/C 02 MIC. C 1000 AKG 02 MIC C 3000 AKG 02 SHURE 52 BETA A 07 MIC. SM 81 LC SHURE 14 MIC. SM 57 SHURE 06 MIC SM 57 BETA SHURE 12 MIC. SM 58 SHURE 05 MIC. SM 58 BETA SHURE 04 MIC. SENNHEISER 835 02 MIC. SEM FIO SHURE UR4 CÁPSULA KSM 09 04 MIC. SEM FIO SHURE SM 58 BETA 02 MIC. SEM FIO SHURE SLX 58 BETA 07 MICROFONES CONDENSER (SHURE, AKG, YOGA, B2) 01 CUBO DE BAIXO AMPEG SVT3 COM CX 8X10 ORIGINAIS 01 CUBO DE GUITARRA MH FENDER 8 DE 10" ORIGINAIS 01 CUBO DE GUITARRA FENDER TWIN RED KNOB 01 CUBO DE GUITARRA PEAVY 2X12 01 BATERIA RMV CONCEPT 10 GARRAS LP 22 PEDESTAIS MICROFONES 04 PEDESTAIS HÉRCULES PEQUENO 03 PEDESTAIS MIC. HÉRCULES 04 PEDESTAIS PEQUENOS RMV 12 PRATICÁVEIS PANTOGRÁFICOS FEELING 2,00X1,00 08 PRATICÁVEIS TELESCÓPICOS ROSCO 2,00X1,00 08 DI ATIVO 20 DI PASSIVO 02 INTERCOM COMUNICAÇÃO PALCO PA 04 SUBSNAKE 12 MULTIVIAS 02 SUBSNAKE 08 VIAS 01 MULTICABO 56 VIAS 85 MTS + 15 PALCOS 01 MULTICABO 08 VIAS 100 MTS 120 CABOS XLR 80 CABOS P10 TODO CABEAMENTO NEUTRYCK, SANTO ÂNGELO E AMPHENOL		
14	1	UNID.	LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO 02 CANHÕES SEGUIDORES 1.500 DTS SPHARUS 01 MESA AVOLITE PEARL 2010 05 RACK DE DIMMER DCP 60 CANAIS DIGITAL 01 BOOFER BOX 8 SAÍDAS 01 BOOFER BOX DTS 16 SAÍDAS 02 PRO POWER 01 RACK TOMADA DCP 18 LED PAR 56X 3 WATS GSM 36 CANHÕES PAR 64 FOCO 01 36 CANHÕES PAR 64 FOCO 05 12 CANHÕES PAR 64 FOCO 02 24 ACL PAR56 04 SET LIGHT SERVIÇO 03 MAQUINAS DE FUMAÇA DTS WATS DMX 03 MINIFAN VENTILADOR STAR 14 ELIPSOIDAL 26 A 50 GRAUS 12 MUUVING BEAM 3000 DTS HPL	4.000,00	4.000,00

			12 MUVING ACME 575 IMOVE PRO SHOWS 08 STROBOS ATOMIC 3.000 08 MINI BRUTS 6 LÂMPADAS 04 MINI BRUTS 4 LÂMPADAS 140 MTS DE TRELIÇA DE ALUMÍNIO Q30 PESADA FEELING 80 MTS DE TRELIÇA DE ALUMÍNIO Q50 PESADA FEELING 10 SLIVES ALUMÍNIO 10 PAU DE CARGA ALUMÍNIO 10 BASES ALUMÍNIO 04 DOBRADIÇAS Q 30 LINHAS PESADA 04 DOBRADIÇAS Q 50 LINHAS PESADA 10 TALHAS KOCH 8 METROS DE 1 TONELADA 04 TALHAS KOCH 8 METROS DE 2 TONELADAS 08 MÃO FRANCESA DE SEGURANÇA TODO OS SISTEMAS DE BARRA DE CANHÃO E ACL ROSCO 60 ALGEMAS ROSCO		
15	2	UNID.	LOCAÇÃO DE GERADORES. LOCAÇÕES DE GRUPOS DE GERADORES MÓVEIS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 255 KVA, TRIFÁSICOS, TENSÃO 440-380-220-110 VAC, 60 HZ, DISJUNTOR DE PROTEÇÃO, SILENCIADO EM NÍVEL DE RUÍDO SONORO DE 82 DB @ 1,5m ACOPLADO A UM CAMINHÃO POR MEIO DE GRAMPOS FIXADOS NO CHASSI PARA TRANSPORTE RÁPIDO, COM 02 JOGOS DE CABOS DE 120MM - 4 LANCES - 25m FLEXÍVEIS - 120mmX4X25m - QUADRO DE BARRAMENTO DE COBRE PARA CONEXÃO INTERMEDIÁRIA COM ISOLADORES E CHAVE REVERSORA PARA DUAS FONTES DE ENERGIA ELÉTRICA DIMENSIONADA DE ACORDO COM A POTÊNCIA DE GRUPO GERADOR, INCLUINDO CUSTO DE MONTAGEM COM PONTO DE ATERRAMENTO PARA PROTEÇÃO COMPOSTO DE 01 (UMA) HASTE DE COBRE DE 3m DE COMPRIMENTO, COM ORDOALHA DE COBRE NU 16mm2, NO MÍNIMO, COM 5m COM CONECTORES.	3.200,00	6.400,00
			TOTAL GERAL		36.040,00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24/2015 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24/2015 - PREFEITURA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2015 - DISPENSA Nº 02/2015, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, CONTRATADA: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.052.191/0001-62 com sede na Rod. Admar Gonzaga, nº 1347 bairro Itacorubi em Florianópolis/SC, O preço certo e ajustado entre as partes que alude o presente Contrato é de R\$ 51.200,00 (cinquenta e um mil e duzentos reais), pela totalidade da realização dos serviços contratados. O presente Contrato tem o prazo de validade pelo o período de 12 meses, iniciando no dia 24 de fevereiro 2015 e findando dia 24 de fevereiro de 2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 25/2015 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 25-2015 - PREFEITURA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2015, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO À INTERNET VIA RÁDIO, ACESSO ADSL, HOSPEDAGEM, E-MAIL, ANTIVÍRUS, ANTISPAN, CONTROLE DE ANEXOS E ACESSO FTP DESTINADO AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. CONTRATADA: CONECT INFORMÁTICA LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 82.889.882/0001-53, com sede na cidade de Caçador, SC, sendo a contratação estimada para o período de 12 meses, conforme segue:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LNK DE 10 MB FULL PARA PRÉDIO PREFEITURA	2.244,20	26.930,40
2	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 5000X1000 PARA SECRETARIA DA AGRICULTURA	282,24	3.386,88
3	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 5000X1000 PARA SETOR DE TRÂNSITO	282,24	3.386,88
4	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 10000X2000 PARA GUARDA MUNICIPAL	524,30	6.291,60
5	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 1000X500 PARA GABINETE DO PREFEITO	219,52	2.634,24
6	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 1000X500 PARA AEROPORTO MUNICIPAL	219,52	2.634,24
7	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 1000X500 PARA INTENDÊNCIA DE TAQUARA VERDE	219,52	2.634,24
8	12	MÊS	MENSALIDADE DE 4 LINK DE 1000X500 PARA INSTALAÇÃO NO INTERIOR DO MUNICÍPIO, PONTOS AINDA A SER DEFINIDOS	878,08	10.536,96
9	12	MÊS	MENSALIDADE DE 5 LINK DE 1000X500 PONTOS AINDA A SER DEFINIDOS	1.097,60	13.171,20

10	12	MÊS	AUTENTICAÇÃO ADSL PARA O NÚMERO DO TELEFONE (49) 3563-1097 - PROCON	21,56	258,72
11	12	MÊS	AUTENTICAÇÃO ADSL PARA O NÚMERO DO TELEFONE (49) 3567-5852 – JUNTA DO SERVIÇO MILITAR	21,56	258,72
12	12	MÊS	AUTENTICAÇÃO ADSL PARA O NÚMERO DO TELEFONE (49) 3567-0522 – DEFESA CIVIL	21,56	258,72
13	12	MÊS	AUTENTICAÇÃO ADSL PARA O NÚMERO DO TELEFONE (49) 3563-9272 -CENTRAL DE SERVIÇOS URBANOS	21,56	258,72
14	12	MÊS	HOSPEDAGEM DO SITE, E-MAIL, ANTIVÍRUS E ANTISPAN, COM CONTROLE DE ANEXOS E QUE TENHA ACESSO VIA FTP PARA ATUALIZAÇÃO	409,64	4.915,68
15	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 5000X1000 PARA SEDE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	282,24	3.386,88
16	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 5000X1000 PARA SEDE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	282,24	3.386,88
17	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 5000X1000 PARA SEDE DO CREAS	282,24	3.386,88
18	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 5000X1000 PARA SEDE DO CRAS-MARTELLO	282,24	3.386,88
19	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 5000X1000 PARA SEDE DO CRAS-GIOPPO	282,24	3.386,88
20	12	MÊS	MENSALIDADE DE 5 LINK DE 5000X1000 PARA PONTOS AINDA A SER DEFINIDOS	1.411,20	16.934,40
21	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 2000X1000 PARA SEDE CASA LAR	250,88	3.010,56
22	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 2000X1000 PARAPLANTÃO BOLSA FAMÍLIA – TAQUARA VERDE	250,88	3.010,56
23	12	MÊS	MENSALIDADE DE 5 LINK DE 2000X1000 PARA PONTOS AINDA A SER DEFINIDOS	1.254,40	15.052,80
24	12	MÊS	AUTENTICAÇÃO ADSL PARA O NÚMERO DO TELEFONE (49) 3563-4045 – CONSELHO TUTELAR	21,56	258,72
TOTAL GERAL R\$					132.758,64

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 26 – 2015 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 26 - 2015 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015, CONTRATAÇÃO DE SEGURO CONTRA TERCEIROS - RCF, SEGURO CONTRA TERCEIROS - DETER E SEGURO TOTAL PARA A FROTA DE VEÍCULOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA MUNICIPALIDADE, FUNDOS E FUNDAÇÕES. CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 61.198.164/0001-60, com sede na cidade de SÃO PAULO/SP, O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 1.568,00 (mil, quinhentos e sessenta e oito reais). O presente Contrato tem o prazo de validade pelo período de 12 (doze) meses

Lote 01- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ITEM	PLACA	MARCA	MODELO/ANO	SEGURO	VIGÊNCIA	VALOR
01	MLZ-4219	FIAT	SIENA/2014	TOTAL	12 MESES	470,68
02	MHI-3386	PEUGEOT	MICROONIBUS/2010	DETER	12 MESES	309,66
03	MLE-4108	AGRALE	ÔNIBUS/2012	DETER	12 MESES	309,66
TOTAL GERAL R\$						1.090,00

Lote 02- DEFESA CIVIL

ITEM	PLACA	MARCA	MODELO/ANO	SEGURO	VIGÊNCIA	VALOR
01	DDS-3823	FIAT	PA-LIO/2001	RCF	12 MESES	98,00
TOTAL GERAL R\$						98,00

Lote 05- FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ITEM	PLACA	MARCA	MODELO/ANO	SEGURO	VIGÊNCIA	VALOR
01	QHA-2518	IVECO	CAMI-NHÃO/2014	RCF	12 MESES	190,00
02	QHA-2558	IVECO	CAMI-NHÃO/2014	RCF	12 MESES	190,00
TOTAL GERAL R\$						380,00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27 – 2015 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27 - 2015 - PREFEITURA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015, CONTRATAÇÃO DE SEGURO CONTRA TERCEIROS - RCF, SEGURO CONTRA TERCEIROS - DETER E SEGURO TOTAL PARA A FROTA DE VEÍCULOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA MUNICIPALIDADE, FUNDOS E FUNDAÇÕES. CONTRATADA: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 61.074.175/0001-38, com sede na cidade de SÃO PAULO/SP, O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 10.385,00 (dez mil e trezentos e oitenta e cinco reais). O presente Contrato tem o prazo de validade pelo período de 12 (doze) meses

Lote 03- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

ITEM	PLACA	MARCA	MODELO/ANO	SEGURO	VIGÊNCIA	VALOR
01	OKG-9076	HYUNDAI	CAMINHONE-TE/2013	RCF	12 MESES	190,04
02	OKG-9096	HYUNDAI	CAMINHONE-TE/2013	RCF	12 MESES	190,03

03	QHE-6867	HYUNDAI	CAÇAM-BA/2013	RCF	12 MESES	190,03
04	MLU-4547	FORD	CAMI-NHÃO/2014	RCF	12 MESES	280,96
05	MLU-4657	FORD	CAMI-NHÃO/2014	RCF	12 MESES	280,96
06	MIR-2529	MB	CAMI-NHÃO/2010	RCF	12 MESES	250,65
07	MIR-2599	MB	CAMINHÃO/2010	RCF	12 MESES	250,65
08	MLF-5579	MB	CARRE-TA/2014	TOTAL	12 MESES	1.644,84
09	MLE-8469	MB	CAÇAM-BA/2014	TOTAL	12 MESES	1.705,46
10	MLF-4989	MB	CAÇAM-BA/2014	TOTAL	12 MESES	1.705,46
11	MLF-3709	MB	CAÇAM-BA/2014	TOTAL	12 MESES	1.705,46
12	MLF-1839	MB	CAÇAM-BA/2014	TOTAL	12 MESES	1.705,46
TOTAL GERAL R\$						10.100,00

Lote 04- FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

ITEM	PLACA	MARCA	MODELO/ANO	SEGURO	VIGÊNCIA	VALOR
01	MKQ-1689	FIAT	DOBLO/2013	TOTAL	12 MESES	285,00
TOTAL GERAL R\$						285,00

DECRETO Nº 6.359

DECRETO Nº 6.359, de 30 de março de 2015.

Nomeia Comissão Especial de Avaliação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos ANTÔNIO CARLOS DO NASCIMENTO BITTENCOURT, PEDRO ANTONIO MASIERO e RICARDO CERRY, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação de um terreno urbano medindo 656,43m2 (seiscentos e cinquenta e seis metros e quarenta e três decímetros quadrados), constituído pelo lote nº 06, da planta do desmembramento, situado na Rua Marechal Hermes, matriculado sob o nº 30.898, no Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade deste Município de Caçador, devendo apresentarem laudo de avaliação ao Poder Executivo Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste Decreto.

Parágrafo único. A avaliação se faz necessária para possível permuta com um terreno urbano com área de 500,00m2 (quinhentos metros quadrados), localizado na Rua Gualberto Ramalho, objeto da matrícula nº 2358, pertencente a Rui Menegotto e Luiz Carlos Bittencourt.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.361

DECRETO Nº 6.361, de 31 de março de 2015.

Aprova o Regimento Interno do Conselho de Alimentação Escolar - CAE, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 977, de 18 de dezembro de 1995,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho de Alimentação Escolar - CAE, de acordo com a Resolução nº 26/FNDE, de 17 de junho de 2013, o qual fica fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 3.212, de 09 de maio de 2005.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 31 de março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

CAE - CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

O Conselho de Alimentação Escolar, no uso de suas atribuições legais conforme Lei Municipal nº 977, de 18 de dezembro de 1995. Resolve:

CAPÍTULO I**DAS ATIVIDADES DO CONSELHO**

Art. 1º O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) do município de Caçador, instituído pela Lei nº 977, de 1995, e suas alterações posteriores, segundo a Resolução nº 26/FNDE, de 17 de junho de 2013, é um órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento, tem como atribuições:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento do disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução nº38 de FNDE (princípios e diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE);

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como à acessibilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o Relatório Anual de Gestão do PNAE, conforme o art.34 e emitir parecer conclusivo acerca de aprovação ou não da execução do PNAE.

V - comunicar ao FNDE, aos Tribunais de Contas, à Controladoria-Geral da União, ao Ministério e aos demais órgãos de controle qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE, inclusive em relação ao apoio para funcionamento do CAE, sob pena de responsabilidade solidária de seus membros;

VI - fornecer informações e apresentar relatórios acerca do acompanhamento da execução do PNAE, sempre que solicitado;

VII - realizar reunião específica para apreciação da prestação de contas com a participação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares;

VIII - elaborar o presente Regimento Interno, observando o disposto na Resolução nº38 do FNDE.

IX - orientar a aquisição de insumos para o Programa de Alimentação Escolar, dando prioridade aos produtos da região;

X - promover a integração de instituições, agentes da comunidade e órgãos públicos, a fim de auxiliar a equipe da Prefeitura Municipal, responsável pela execução do PNAE quanto ao planejamento,

acompanhamento, controle e avaliação da prestação dos serviços da alimentação escolar;

XI - articular-se com os órgãos ou serviços governamentais nos âmbitos estadual e federal e com outros órgãos da administração pública ou privadas, a fim de obter colaboração ou assistência técnica para a melhoria da alimentação escolar nas escolas municipais;

XII - realizar estudos e pesquisas de impacto da alimentação escolar, entre outros de interesse do PNAE;

XIII - Realizar campanhas educativas de esclarecimento sobre alimentação, higiene e saneamento básico e seus efeitos na alimentação;

XIV - articular-se com as escolas municipais, conjuntamente com os órgãos de educação do município, motivando-as na criação de hortas escolares, para fins de enriquecimento da alimentação escolar;

XV - acompanhar e avaliar o serviço da alimentação escolar nas escolas;

XVI - apresentar, à Prefeitura Municipal, proposta e recomendações sobre a prestação de serviços de alimentação escolar no município, adequada à realidade local e às diretrizes de atendimento do PNAE;

XVII - divulgar a atuação do CAE como organismo de controle social e de fiscalização do PNAE.

CAPÍTULO II**DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO**

Art. 2º O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) será constituído por 07 (sete) membros, com a seguinte composição, conforme a resolução nº 38 do FNDE.

I - um representante indicado pelo Poder Executivo;

II - dois representantes dentre as entidades de docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação, indicados pelo respectivo órgão de classe, a serem escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata, sendo que um deles deverá ser representado pelos docentes e, ainda, os discentes só poderão ser indicados e eleitos quando forem maiores de 18 anos ou emancipados;

III - dois representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata; e

IV - dois representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica para tal fim, registrada em ata.

§ 1º Cada membro titular do CAE terá um suplente do mesmo segmento representado, com exceção aos membros titulares do inciso II deste artigo, os quais poderão ter como suplente qualquer um dos segmentos citados no referido inciso.

§ 2º Os membros terão mandato de 4 (quatro anos), podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 3º Em caso de não existência de órgãos de classe, conforme estabelecido no inciso II deste artigo, deverão os docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação realizar reunião, convocada especificamente para esse fim e devidamente registrada em ata.

§ 4º Fica vedada a indicação do Ordenador de Despesas das Entidades Executoras para compor o Conselho de Alimentação Escolar.

§ 5º A nomeação dos membros do CAE deverá ser feita por decreto ou portaria, de acordo com a Constituição dos Estados e as Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, observadas as disposições previstas neste artigo, obrigando-se a Entidade Executora a acatar todas as indicações dos segmentos representados.

§ 6º Os dados referentes ao CAE deverão ser informados pela Entidade Executora por meio do cadastro disponível no sítio do FNDE www.fnde.gov.br e, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do ato de nomeação, deverão ser encaminhados ao FNDE o ofício de indicação do representante do Poder Executivo, as atas relativas aos incisos II, III e IV deste artigo e o decreto

ou portaria de nomeação do CAE, bem como a ata de eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho.

§ 7º Para eleição do Presidente e Vice-Presidente do CAE, deverão ser observados os seguintes critérios:

I - o CAE terá 1 (um) Presidente e Vice-Presidente, eleitos entre os membros titulares, por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares, em sessão plenária especialmente voltada para este fim, com o mandato coincidente como o do Conselho, podendo ser reeleitos uma única vez;

II - o Presidente e/ou o Vice-Presidente poderá (ão) ser destituído (s), em conformidade ao disposto no Regimento Interno do CAE, sendo imediatamente eleito(s) outro (s) membro (s) para completar o período restante do respectivo mandato;

III - a escolha do Presidente e do Vice-Presidente somente deverá recair entre os representantes previstos nos incisos II, III e IV, deste artigo.

§ 8º O CAE elegerá, dentre os seus membros, um conselheiro para atuar como Secretário.

§ 9º Após a nomeação dos membros do CAE, as substituições dar-se-ão somente nos seguintes casos:

I - mediante renúncia expressa do conselheiro;

II - por deliberação do segmento representado;

III - pelo não comparecimento às sessões do CAE, observada a presença mínima estabelecida no Regimento Interno;

IV - pelo descumprimento das disposições previstas no Regimento Interno de cada Conselho, desde que aprovada em reunião convocada para discutir esta pauta específica.

§ 10 Nas hipóteses previstas no parágrafo anterior, a cópia do correspondente termo de renúncia ou da ata da sessão plenária do CAE ou ainda da reunião do segmento, em que se deliberou pela substituição do membro, deverá ser encaminhada ao FNDE pela Entidade Executiva.

§ 11 Nas situações previstas no § 9, o segmento representado indicará novo membro para preenchimento do cargo, mantida a exigência de nomeação por decreto ou portaria emanado do poder competente, conforme incisos I, II, III e IV deste artigo.

Art. 3º O exercício de mandato de Conselheiro do CAE é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 4º São atribuições do Presidente:

I - coordenar as atividades do Conselho;

II - convocar as reuniões do Conselho, dando ciência aos seus membros;

III - organizar a ordem do dia das reuniões;

IV - abrir, prorrogar, encerrar e suspender as reuniões do Conselho;

V - determinar a verificação da presença

VI - determinar a leitura de ata e das comunicações;

VII - assinar as atas, uma vez aprovadas, juntamente com os demais membros do Conselho;

VIII - conceder a palavra aos membros do Conselho, não permitindo divagações ou debates estranhos ao assunto;

IX - colocar as matérias em discussão e votação;

X - anunciar o resultado das votações, decidindo-as em caso de empate;

XI - proclamar as decisões tomadas em cada reunião;

XII - decidir sobre as questões de ordem ou submetê-las à consideração dos membros do Conselho quando omissos no Regimento;

XIII - propor normas para o bom andamento dos trabalhos do Conselho;

XIV - mandar anotar os precedentes regimentais para solução de casos análogos;

XV - designar relatores para o estudo preliminar dos assuntos a serem discutidos nas reuniões;

XVI - assinar os livros destinados aos serviços do Conselho e seu expediente;

XVII - determinar o destino de expediente lido nas sessões;

XVIII - agir em nome do Conselho, mantendo todos os contatos

com as autoridades com as quais deve ter relações;

XIX - representar socialmente o Conselho e delegar poderes aos seus membros para que façam essa representação;

XX - conhecer das justificações de ausência dos membros do Conselho;

XXI - promover a execução dos serviços administrativos do Conselho;

XXII - propor ao Conselho as revisões do Regimento Interno julgadas necessárias.

Art. 5º Na ausência do Presidente e do Vice-Presidente, assume o conselheiro mais velho presente.

CAPÍTULO IV

DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 6º Compete aos membros do Conselho:

I - participar de todas as discussões e deliberações do Conselho;

II - votar as proposições submetidas à deliberação do Conselho;

III - apresentar proposições, requerimento, moções e questões de ordem;

IV - comparecer às reuniões na hora prefixada;

V - desempenhar as funções para as quais for designado;

VI - relatar os assuntos que lhe forem distribuídos pelo Presidente;

VII - obedecer as normas regimentais;

VIII - assinar as atas das reuniões do Conselho;

IX - apresentar retificações ou impugnações às atas;

X - justificar seu voto, quando for o caso, por escrito;

XI - apresentar à apreciação do Conselho quaisquer assuntos relacionados com suas atribuições;

XII - convocar o suplente em caso de seu impedimento;

XIII - analisar e emitir parecer conclusivo na prestação de contas do FNDE.

Art. 7º Será extinto o mandato do membro que deixar de comparecer, sem justificção, a 03 (três) reuniões consecutivas do Conselho ou a 05 (cinco) alternadas por mandato.

Parágrafo único. O prazo para requerer justificção de ausência é de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da reunião em que se verificou a falta.

CAPÍTULO V

DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO CONSELHO

Art. 8º Os serviços administrativos do Conselho serão exercidos por um Funcionário Público da Secretaria da Educação competindo-lhe, entre outras, as seguintes atividades:

Art. 28. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem:

a) local apropriado com condições adequadas para as reuniões do Conselho;

b) disponibilidade de equipamento de informática;

c) transporte para deslocamento dos membros aos locais relativos ao exercício de sua

competência, inclusive, para as reuniões ordinárias e extraordinárias do CAE; e

d) disponibilidade de recursos humanos necessários às atividades de apoio, com vistas a

29 desenvolver as atividades com competência e efetividade;

I - secretariar as reuniões do Conselho;

II - receber, preparar, expedir e controlar a correspondência;

III - preparar a pauta das reuniões;

IV - providenciar os serviços de digitação e impressão;

V - providenciar os serviços de arquivo, estatística e documentação;

VI - lavrar as atas, fazer sua leitura e a do expediente;

VII - recolher as proposições apresentadas pelos membros do Conselho;

VIII - registrar a frequência dos membros do Conselho às reuniões;

IX - anotar resultados das votações e das proposições apresentadas;

X - distribuir aos membros do Conselho as pautas das reuniões, os convites e as comunicações;

XI - providenciar diárias, transportes, para quem tem direito por lei;

CAPÍTULO VI DAS REUNIÕES

Art.9º As reuniões do Conselho de Alimentação Escolar - CAE serão realizadas normalmente na sede do órgão de Educação, podendo, entretanto, por decisão do Plenário, realizar-se em outro local.

Art. 10. As reuniões serão:

I - Ordinárias, no mínimo mensalmente, em data a ser fixada pelo Presidente; em comum acordo pelos membros do CAE.

II - Extraordinárias, convocadas com antecedência mínima de 48 horas, pelo Presidente, mediante solicitação formal de pelo menos um terço de seus membros efetivos.

Art.11. As reuniões do Conselho serão realizadas com a presença de pelo menos metade de seus membros.

§ 1º- Se, à hora do início da reunião, não houver "quorum" suficiente, será aguardada durante 30(trinta) minutos a composição do número legal.

§ 2º- Esgotado o prazo referido no parágrafo anterior, sem que haja "quorum", o Presidente do Conselho iniciará com qualquer número de Conselheiros presentes.

Art.12. A convite do Presidente, por indicação de qualquer membro, poderão tomar parte nas reuniões com direito à voz, mas sem voto, representantes dos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como outras pessoas cuja audiência seja considerada útil para fornecer esclarecimento e informações.

CAPÍTULO VII DA ORDEM DOS TRABALHOS

Art. 13. A ordem dos trabalhos será a seguinte:

I - leitura, votação e assinatura da ata da reunião anterior

II - expediente

III - ordem do dia

IV - comunicações

Parágrafo Único. A leitura da ata poderá ser dispensada pelo Plenário, quando sua cópia tiver sido distribuída previamente aos membros do Conselho.

Art. 14. O expediente se destina a leitura da correspondência recebida e de outros documentos.

Art.15. A ordem do dia corresponderá à discussão, bem como à execução das atribuições do Conselho, conforme estabelecido em Lei e neste Regimento.

CAPÍTULO VIII DAS DISCUSSÕES

Art.16. A discussão é a fase dos trabalhos destinada aos debates em Plenário.

Art.17. As matérias apresentadas durante a ordem do dia serão discutidas e votadas na reunião em que forem apresentadas.

Parágrafo Único. Por deliberação do Plenário, a matéria apresentada na reunião poderá ser discutida e votada na reunião seguinte, podendo qualquer membro do Conselho pedir vista da matéria em debate.

Art.18. Durante as discussões, qualquer membro do Conselho poderá levantar questões de ordem que serão resolvidas conforme dispõe este Regimento ou normas expedidas pelo Presidente do Conselho.

Art.19. Encerrada a discussão, poderá ser concedida a palavra a dois membros do Conselho, pelo prazo máximo de 05 (cinco) minutos, para encaminhamento da votação.

CAPÍTULO IX DAS VOTAÇÕES

Art. 20. As votações poderão ser simbólicas ou nominais.

§ 1º- A votação simbólica será feita por gestos diferentes dos membros do Conselho que aprovam ou desaprovam a proposição.

§ 2º A votação nominal será feita pela chamada dos presentes, devendo os membros do Conselho responder sim ou não, conforme sejam favoráveis ou contrários a proposição.

Art. 21. Ao anunciar o resultado das votações, o Presidente do Conselho declarará quantos votam favoravelmente ou em contrário.

Parágrafo Único. Havendo dúvida sobre o resultado, o Presidente do Conselho poderá pedir aos membros que se manifestem novamente.

Art.22. Ao Plenário cabe decidir se a votação deve ser global ou destacada.

Art.23. Não poderá haver voto por procuração.

CAPÍTULO X DAS DECISÕES

Art.24. As decisões do CAE serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de desempate, quando for o caso.

Art. 25. As decisões do Conselho serão registradas em ata e emitidas por Resoluções.

CAPÍTULO XI DAS ATAS

Art. 26. A ata é o resumo das ocorrências verificadas nas reuniões do Conselho.

§ 1º A atas devem ser escritas seguidamente, sem rasuras ou emendas.

Art. 27. As atas serão subscritas pelo Presidente do Conselho e pelos membros presentes à reunião.

CAPÍTULO XII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. Os casos omissos e as dúvidas com relação à execução do presente Regimento serão resolvidos pelo Presidente do Conselho, ouvido a Plenária do Conselho.

Caçador, 17 de março de 2015.

Giselle Canalli Beher

Presidente do CAE

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2015 - PREFEITURA ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2015 - PREFEITURA

O Município de Caçador/SC torna pública a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2015, Objeto - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA SUPRIR CARGOS DO MAGISTERIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE CAÇADOR - SC, Empresa - IBAM - INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CNPJ - 33.645.482/0001-96, com sede no Rio de Janeiro - RJ pelo valor total de R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais), pelo período de 12(doze) meses, nos termos do artigo 24 inciso XIII, da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Caçador, 31 de março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2015 - PREFEITURA

O Município de Caçador/SC torna pública a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2015, Objeto - Locação de 02(duas) salas com aproximadamente 30(trinta) metros cada, com banheiros, masculino e feminino, nas dependências da Mitra Diocesana de Caçador, CNPJ - 83.059.758/0001-22, Localizadas na Rua Imarú nº 151, B. dos Municípios em Caçador - SC pelo valor total de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), pelo período de 11(onze) meses, afim de atender os alunos da Educação Infantil da EMEB Pierina Santin Perret do período vespertino no ano letivo de 2015, nos termos do artigo 24 inciso X, da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Caçador, 31 de março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 25.024

PORTARIA Nº 25.024, de 13 de Janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família - ESF, Agentes Comunitários de Saúde - EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

REsolve:

CONTRATAR, por tempo indeterminado, o cidadão abaixo relacionado, especificando: nome, cargo, secretaria, carga horária e período conforme segue:

Nome	Cargo	Sec.	C. H.	A contar de:
Walter Syrrillo das Neves	Médico - ESF	006	40h	05/01/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,

em 13 de Janeiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 25.033

PORTARIA Nº 25.033, de 16 de Janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

REsolve:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, prestado no período de 15/12/2014 a 14/01/2015, especificando: código, nome dos servidores e número de horas prestadas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
674	Joventino Rodrigues dos Passos	144
1242	José Aldo Moraes da Silva	144

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,

em 16 de Janeiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

Luiz Gustavo Pavelski

PRESIDENTE DA FUNDEMA.

PORTARIA Nº 25.330

PORTARIA Nº 25.330, de 19 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

REsolve:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, lotada junto a Secretaria Municipal da Fazenda, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestados no período de 15/01/2015 a 14/02/2015, especificando: código, nome da servidora e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
7827	Sandra Aparecida Sicka Rodrigues	50h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,

em 19 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

Gilberto Nicolao Haudsch

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

PORTARIA Nº 25.382

PORTARIA Nº 25.382, de 09 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

REsolve:

CONTRATAR por tempo determinado, os cidadãos a seguir relacionados, para atuar junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, motivo da contratação e período, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Motivo da Contratação	Período da Contratação
Felipe Augusto da Silva	Professor Monitor	02	20h	Falta de servidores concursados	09/03/2015 a 31/12/2015
Tatiane Lasta	Professor Monitor	02	20h	Falta de servidores concursados	02/03/2015 a 31/12/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 09 de Março de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Beatriz Ribeiro dos Santos
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PORTARIA Nº 25.383

PORTARIA Nº 25.383, de 09 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 215, de 25/04/2011, que altera anexos da Lei Complementar nº 203, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreira, Vencimentos do Servidor Público Municipal, e ainda na Lei Complementar nº 284, de 19/11/2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública, e dá outras providências,

RESOLVE:

DESIGNAR o Servidor Público Municipal ALCIDES CORREA DE ALMEIDA, matrícula nº 7983, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços e Obras Públicas, para exercer a Função de Confiança de Coordenador de Serviços Agropecuários e Horto Florestal, do "Grupo Ocupacional Confiança," Referência FCC-3, sobre seus vencimentos básicos, com efeitos a contar de 01 de Março de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 09 de Março de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Eduardo Scapinelli
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

PORTARIA Nº 25.402

PORTARIA Nº 25.402, de 17 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre plano de cargos, vencimentos, carreira dos Servidores Públicos Municipais, e ainda na Lei Complementar nº 284, de 19/11/2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública, e dá outras providências,

RESOLVE:

NOMEAR a cidadã GLOTILDE CASALETTI SARTORI, no cargo em comissão de Diretora de Serviços de Vigilância em Saúde, do Grupo de Cargos em Comissão, referência CC-3, do Poder Executivo, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a contar de 16 de Março de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de Março de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 25.403

PORTARIA Nº 25.403, de 17 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família - ESF, Agentes Comunitários de Saúde - EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR por tempo indeterminado, a cidadã abaixo relacionada, para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde, em virtude da classificação em Concurso Público, conforme Edital PM nº 01/2012 e Decreto nº 5.189, de 04 de Abril de 2012, que homologou o resultado final do Concurso, prorrogado pelo Decreto nº 5.957, de 02 de abril de 2014, especificando: nome, cargo, carga horária e data de início, conforme segue:

Nome	Cargo	C. H.	A contar de:
Vanessa Pe-trykowski	Enfermeira - ESF	40h	16/03/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de Março de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 25.408

PORTARIA Nº 25.408, de 19 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, mais o previsto na Lei Complementar nº 215, de 25/04/2011, que altera anexos da Lei Complementar nº 203, e dá outras providências,

RESOLVE:

EXONERAR a Servidora Pública Municipal SUSANA RIBEIRO, do cargo em comissão de Supervisora do Programa de Atenção a Mulher, do "Grupo Ocupacional - Comissão", referência CC-5, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, a contar de 19 de Março de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de Março de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.418

PORTARIA Nº 25.418, de 24 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

REsolve:

RESCINDIR o contrato em caráter temporário do Servidor Público Municipal RODRIGO RENNO MARTINS TOLEDO, matrícula nº 13941, ocupante do cargo de Médico 10 horas, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, com efeitos a contar de 23 de Março de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de Março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 25.437

PORTARIA Nº 25.437, de 27 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

REsolve:

CONTRATAR por tempo determinado, os cidadãos a seguir relacionados, para atuar junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, motivo da contratação e período, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Motivo da Contratação	Período da Contratação
Georgia Thais Leal	Professor Monitor	02	20h	Falta de servidores concursados	27/03/2015 a 31/12/2015
Susana Ribeiro	Psicólogo	37	35h	Falta de servidores concursados	19/03/2015 a 31/12/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de Março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Beatriz Ribeiro dos Santos
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PORTARIA Nº 25.442

PORTARIA Nº 25.442, de 30 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de Empregos Públicos e dá outras providências,

REsolve:

RESCINDIR, a pedido, o contrato por prazo indeterminado do Servidor Público Municipal, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, abaixo relacionado, especificando: código, nome, cargo e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	A contar de:
13617	Walter Syrillo da Neves	Médico ESF – 40 horas	30/03/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de Março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 25.443

PORTARIA Nº 25.443, de 30 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 215, de 25/04/2011, que altera anexos da Lei Complementar nº 203, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreira, Vencimentos do Servidor Público Municipal, e ainda na Lei Complementar nº 284, de 19/11/2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública, e dá outras providências,

RESOLVE

CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 25.099, de 03 de Fevereiro de 2015, que designou diversos para exercerem cargos em comissão, somente no que se refere a Servidora Pública Municipal FRANCIELI ANTUNES DE MACEDO, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, para exercer o Cargo em Comissão de Contadora Geral, do Poder Executivo Municipal, Referência CC1-A, a contar de 31 de Março de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de Março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.451

PORTARIA Nº 25.451, de 31 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e ainda na Lei Complementar nº 284, de 19/11/2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública, e dá outras providências,

RESOLVE:

NOMEAR o cidadão JONATAS ELTON BECKHAUSER, no cargo em comissão de Contador Geral, do Grupo de Cargos em Comissão, referência CC1-A, do Poder Executivo, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a partir de 01 de Abril de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 31 de Março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

RESOLUÇÃO Nº 03 CMDCA

Resolução 03/2015 de 01 de abril de 2015

Dispõe sobre a composição da Comissão Especial Eleitoral para Eleição Unificada para o Conselho Tutelar e suas atribuições.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.214 de 31 de março de 2015.

CONSIDERANDO a Resolução 170 de 10 de dezembro de 2014 do CONANDA.

CONSIDERANDO a Resolução 152 de 09 de agosto de 2012 do CONANDA.

CONSIDERANDO a Lei 12.696 de 25 de julho de 2012 da Presidência da República.

CONSIDERANDO a Lei 3.214 de 31 de março de 2015 do CMDCA.

CONSIDERANDO a Reunião Extraordinária do CMDCA, realizada dia 01 de abril de 2015, Ata nº 313.

Resolve:

Art. 1º Nomear as seguintes pessoas para compor a Comissão Especial Eleitoral para Eleição Unificada para o Conselho Tutelar:

Marizete Fátima Iaczkinski (governamental); Arlete Torrezan (governamental); Beatriz Coscodai (sociedade civil); Sandra Figur (sociedade civil); Adriana Carneiro Schmitz (colaboradora) e Luciana Debarba Cereza (colaboradora)

Com as seguintes competências:

a) Analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos candidatos inscritos;

b) Receber as impugnações apresentadas contra candidatos que não atendam os requisitos exigidos, fornecendo protocolo ao impugnante;

c) Notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

d) Decidir, em primeira instância administrativa, acerca da impugnação das candidaturas, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;

e) Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de indeferimento do registro da candidatura, sem prejuízo da imposição das sanções previstas na legislação local;

f) Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

g) Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

h) Escolher e divulgar os locais de votação e apuração de votos;

i) Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação;

j) Notificar pessoalmente o Ministério Público, com a antecedência devida, de todas as etapas do certame, dias e locais de reunião e decisões tomadas pelo colegiado;

k) Divulgar amplamente o pleito à população, com o auxílio do CMDCA e do Poder Executivo local, estimulando ao máximo a participação dos eleitores.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 01 de abril de 2015.

MARIZETE FÁTIMA IACZINSKI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO Nº 04 CMDCA

Resolução 04/2015 de 01 de abril de 2015

Dispõe sobre a aprovação do Edital 001/2015 da Eleição Unificada para o Conselho Tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.214 de 31 de março de 2015.

CONSIDERANDO a Resolução 170, de 10 de dezembro de 2014 do CONANDA.

CONSIDERANDO a Resolução 152, de 09 de agosto de 2012 do CONANDA.

CONSIDERANDO a Lei 12.696, de 25 de julho de 2012 da Presidência da República.

CONSIDERANDO a Lei 3.214, de 31 de março de 2015 do CMDCA.

CONSIDERANDO a Reunião Extraordinária do CMDCA, realizada dia 01 de abril de 2015, Ata nº 313.

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Edital 001/2015 da Eleição Unificada para o Conselho Tutelar.

Art. 2º Fica fazendo parte integrante desta Resolução o presente Edital.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 01 de abril de 2015.

MARIZETE FÁTIMA IACZINSKI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

ELEIÇÕES UNIFICADAS PARA O CONSELHO TUTELAR

EDITAL Nº 001/2015 - CMDCA

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAÇADOR/SC, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Municipal nº 3.214, de trinta e um de março de 2015, torna público o Processo de Escolha Unificado para membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2016/2019, aprovado pela RESOLUÇÃO Nº 04/2015, do CMDCA local.

1. DO PROCESSO DE ESCOLHA:

1.1. O Processo de Escolha Unificado é disciplinado pela Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, assim como pela Lei Municipal nº 3.214/2015

e Resolução nº 04/2015, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Caçador/SC, sendo realizado sob a responsabilidade deste e fiscalização do Ministério Público;

1.2. Os membros do Conselho Tutelar local serão escolhidos mediante o sufrágio universal, direto, secreto e facultativo dos eleitores do município, em data de 04 de outubro de 2015, sendo que a posse dos eleitos ocorrerá em data de 10 de janeiro de 2016;

1.3. Assim sendo, como forma de dar início, regulamentar e ampla visibilidade ao Processo de Escolha Unificado para membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2016/2019, torna público o presente Edital, nos seguintes termos:

2. DO CONSELHO TUTELAR:

2.1. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, sendo composto por 05 (cinco) membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de 04 (quatro) anos, permitida 01 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha em igualdade de condições com os demais pretendentes;

2.2. Cabe aos membros do Conselho Tutelar, agindo de forma colegiada, o exercício das atribuições contidas nos art. 18-B, parágrafo único, Art. 90, §3º, inciso II, e Arts. 95, 131, 136, 191 e 194, todos da Lei nº 8.069/90, observados os deveres e vedações estabelecidos por este Diploma, assim como pela Lei Municipal nº 3.214/2015;

2.3. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Caçador/SC visa preencher as 05 (cinco) vagas existentes ao colegiado, assim como para seus respectivos suplentes;

2.4. Por força do disposto no art. 5º, inciso II, da Resolução nº 170/2014, do CONANDA, a candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas.

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS DOS CANDIDATOS A MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR:

3.1. Por força do disposto no Art. 133, da Lei nº 8.069/90, e do Art. 57, da Lei Municipal nº 3.214/2015, os candidatos a membro do Conselho Tutelar devem preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residir no Município de Caçador por no mínimo 01 (um) ano.

§ 1º Os requisitos adicionais devem ser compatíveis com as atribuições do Conselho Tutelar, observada a Lei nº 8.069 de 1990.

§ 2º Entre os requisitos adicionais para candidatura a membro do Conselho Tutelar devem ser consideradas:

a) a experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

b) comprovação de, no mínimo, conclusão de ensino superior na área das Ciências Humanas e Biológicas;

c) participação em capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com carga horária de doze horas e frequência de 100% (cem por cento);

d) realização de prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente, de caráter eliminatório, com média mínima de 6,0, assegurado prazo para interposição de recurso junto à comissão especial eleitoral, a partir da data da publicação dos resultados no Diário Oficial do Município.

3.2. O preenchimento dos requisitos legais deve ser demonstrado no ato da candidatura.

4. DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO:

4.1. Os membros do Conselho Tutelar exercerão suas atividades em Dedicção Exclusiva, durante o horário previsto nos art. 42, 43, 44, 45 e 50 da Lei Municipal nº 3.214/2015 para o funcionamento do órgão, sem prejuízo do atendimento em regime de plantão/sobreaviso, assim como da realização de outras diligências e tarefas inerentes ao órgão;

4.1.1 O exercício da função de Conselheiro Tutelar exige, além da

carga horária semanal de trabalho, seja no expediente diário, seja no plantão ou sobreaviso, sua participação, a critério da maioria dos membros do Conselho Tutelar, em reuniões de trabalho fora da sede do Conselho, e sua eventual presença em atos públicos.

4.1.2 O Conselho Tutelar funcionará em sua sede, nos dias úteis, das 8 horas às 12 horas e das 13h30min às 17h30min e, nos demais dias e horários, em regime de plantão ou sobreaviso, para os casos emergenciais.

4.2. Os Conselheiros Tutelares nesta qualidade, não serão considerados servidores do quadro da Administração Municipal, todavia, cada um receberá mensalmente a título de gratificação, o valor de quatro pisos salariais do Município, sendo assegurado o direito a:

I - cobertura previdenciária, pelo Regime Geral de Previdência Social;

II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de um 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III - licença maternidade;

IV - licença paternidade;

V - gratificação natalina.

4.3. O Servidor Público Municipal que vier a exercer mandato de Conselheiro Tutelar cuja jornada de trabalho seja igual ou superior a 20 horas semanais, ficará licenciado do seu cargo efetivo, podendo, entretanto, optar por sua remuneração.

5. DOS IMPEDIMENTOS:

5.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto no art.140, da Lei nº 8.069/90 e art. 15, da Resolução nº 170/2014, do CONANDA;

5.2. Existindo candidatos impedidos de atuar num mesmo Conselho Tutelar e que obtenham votação suficiente para figurarem entre os 05 (cinco) primeiros lugares, considerar-se-á eleito aquele que tiver maior votação; o candidato remanescente será reclassificado como seu suplente imediato, assumindo na hipótese de vacância e desde que não exista impedimento;

5.3. Estende-se o impedimento da relação de parentesco do conselheiro tutelar com a autoridade judiciária e com o representante do Ministério Público que atuem na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca;

5.4. É também impedido de se inscrever no Processo de Escolha unificado o membro do Conselho Tutelar que:

a) tiver sido empossado para o segundo mandato consecutivo até o dia 10 de janeiro de 2013;

b) tiver exercido o mandato, em regime de prorrogação, por período ininterrupto superior a 04 (quatro) anos e meio.

6. DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL:

6.1. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente instituiu uma Comissão Especial Eleitoral, constituída por conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observada composição paritária entre os mesmos podendo compor a comissão até dois integrantes alheios ao conselho, a título de colaboradores, desde que aprovados pela plenária do conselho.

6.2. Compete à Comissão Especial Eleitoral:

a) Analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos candidatos inscritos;

b) Receber as impugnações apresentadas contra candidatos que não atendam os requisitos exigidos, fornecendo protocolo ao impugnante;

c) Notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

d) Decidir, em primeira instância administrativa, acerca da impugnação das candidaturas, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de

documentos e a realização de outras diligências;

e) Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de indeferimento do registro da candidatura, sem prejuízo da imposição das sanções previstas na legislação local;

f) Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

g) Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

h) Escolher e divulgar os locais de votação e apuração de votos;

i) Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação;

j) Notificar pessoalmente o Ministério Público, com a antecedência devida, de todas as etapas do certame, dias e locais de reunião e decisões tomadas pelo colegiado;

k) Divulgar amplamente o pleito à população, com o auxílio do CMDCA e do Poder Executivo local, estimulando ao máximo a participação dos eleitores.

6.3. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

7. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA:

7.1. O Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar observará o calendário anexo I do presente Edital e fará publicar editais específicos no Diário Oficial do Município cada uma das fases do processo de escolha de membros do Conselho Tutelar.

8. DA INSCRIÇÃO/ENTREGA DOS DOCUMENTOS:

8.1. A participação no presente Processo de Escolha Unificada iniciar-se-á pela inscrição por meio de requerimento impresso, conforme modelo do anexo II deste edital e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital;

8.2. A inscrição dos candidatos será efetuada através do protocolo na secretaria do Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA com a Secretária Executiva dos Conselhos, à Rua Victor Baptista Adami nº 275, nesta cidade, das 13:00 às 17:00 horas, entre os dias 06 de Abril de 2015 e 04 de Maio de 2015;

8.3. Ao realizar a inscrição, o candidato deverá, obrigatoriamente e sob pena de indeferimento de sua candidatura, apresentar cópia autenticada em cartório dos seguintes documentos:

a) Carteira de identidade ou documento equivalente;

b) Título de eleitor, com o comprovante de votação ou justificativa da última eleição;

c) Certidões negativas cíveis e criminais que comprovem não ter sido condenado ou estar respondendo, como réu, pela prática de infração penal, administrativa, ou conduta incompatível com a função de membro do Conselho Tutelar;

d) Em sendo candidato do sexo masculino, certidão de quitação com as obrigações militares;

e) Comprovação de conclusão de ensino superior nas áreas das Ciências Humanas e Biológicas;

8.4. As informações prestadas e documentos apresentados por ocasião da inscrição são de total responsabilidade do candidato.

9. PRIMEIRA ETAPA - ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:

9.1. Encerrado o prazo de inscrição de candidaturas, a Comissão Especial Eleitoral designada pelo CMDCA efetuará a análise da documentação exigida neste Edital, com a subsequente publicação da relação dos candidatos inscritos;

9.2. A relação dos candidatos inscritos será encaminhada ao Ministério Público para ciência, após a publicação referida no item anterior;

9.3. O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados.

9.4. Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez) o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA poderá suspender o tramite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrições de novas candidaturas, sem prejuízo da garantia da posse dos novos conselheiros ao termino do mandato em curso, conforme disposição do art. 13, Parágrafo 1º da Resolução nº 170/2014 - CONANDA.

10. DA IMPUGNAÇÃO ÀS CANDIDATURAS:

10.1. Qualquer cidadão poderá requerer a impugnação de candidato, no prazo de 02 (dois) dias contados da publicação da relação dos candidatos inscritos, em petição devidamente fundamentada;

10.2. Findo o prazo mencionado no item supra, os candidatos impugnados serão notificados pessoalmente o mais breve possível do teor da impugnação, começando, a partir de então, a correr o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar sua defesa;

10.3. A Comissão Especial Eleitoral analisará o teor das impugnações e defesas apresentadas pelos candidatos, mediante a análise dos documentos comprobatórios da alegação.

10.4. A Comissão Especial Eleitoral após a apresentação da defesa decidirá sobre a impugnação;

10.5. Concluída a análise das impugnações, a Comissão Especial Eleitoral fará publicar edital contendo a relação das inscrições deferidas do Processo de Escolha em data Unificada;

10.6. As decisões da Comissão Especial Eleitoral serão fundamentadas, delas devendo ser dada ciência aos interessados, para fins de interposição dos recursos previstos neste Edital;

10.7. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à Plenária do CMDCA, no prazo de 02 dias.

10.8. Ocorrendo falsidade em qualquer informação ou documento apresentado, seja qual for o momento em que esta for descoberta, o candidato será excluído do pleito, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal.

11. SEGUNDA ETAPA - EXAME DE CONHECIMENTO ESPECIFICO

11.1 Participação em capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com carga horária de doze horas e frequência de 100% em data e local a ser previamente agendada através de ato convocatório.

11.2 Realização de prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente, de caráter eliminatório, com média mínima de 6,0, assegurado prazo para interposição de recurso junto à comissão especial eleitoral, a partir da data da publicação dos resultados no Diário Oficial do Município.

11.3. O exame específico consistirá em prova objetiva de caráter eliminatório, com as seguintes regras:

I - A prova versará exclusivamente sobre a Lei Federal nº 8069/90.

II - O exame de conhecimento constará de 20 (vinte) questões objetivas, valendo 10 (dez) pontos no total.

III - Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota mínima de 06 (seis) pontos.

11.4. O resultado do exame será publicado no órgão de imprensa oficial do município no dia 15/06/2015

11.5. Do resultado do exame caberá recurso a Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 02 dias;

11.6. Após análise pela Comissão Especial Eleitoral, será divulgada a lista dos candidatos aptos à eleição, a partir do dia 22/06/2015 encaminhando-se cópia ao Ministério Público.

12. DA CAMPANHA E DA PROPAGANDA ELEITORAL:

12.1. Cabe ao Poder Público, com a colaboração dos órgãos de imprensa locais, dar ampla divulgação ao Processo de Escolha desde o momento da publicação do presente Edital, incluindo informações quanto ao papel do Conselho Tutelar, dia, horário e locais

de votação, dentre outras informações destinadas a assegurar a ampla participação popular no pleito;

12.2. É vedada a vinculação político-partidária das candidaturas, seja através da indicação, no material de propaganda ou inserções na mídia, de legendas de partidos políticos, símbolos, slogans, nomes ou fotografias de pessoas que, direta ou indiretamente, denotem tal vinculação;

12.3. Os candidatos poderão dar início à campanha eleitoral após a publicação da relação definitiva dos candidatos habilitados, prevista no item 11.6 deste Edital;

12.4. A propaganda eleitoral em vias e logradouros públicos observará, por analogia, os limites impostos pela legislação eleitoral e o Código de Posturas do Município, garantindo igualdade de condições a todos os candidatos;

12.5. Os candidatos poderão promover as suas candidaturas junto a eleitores, por meio de debates, entrevistas e distribuição de panfletos, desde que não causem dano ou perturbem a ordem pública ou particular;

12.6. As instituições públicas ou particulares (escolas, Câmara de Vereadores, rádio, igrejas etc.) que tenham interesse em promover debates com os candidatos deverão formalizar solicitação expressa a Comissão Especial Eleitoral bem como convidar todos aqueles que estiverem aptos a concorrer ao cargo de membro do Conselho Tutelar;

12.7. Os debates deverão ter regulamento próprio, a ser apresentado pelos organizadores a todos os participantes e à Comissão Especial Eleitoral designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência;

12.8. Cabe à Comissão Especial Eleitoral supervisionar a realização dos debates, zelando para que sejam proporcionadas iguais oportunidades a todos os candidatos nas suas exposições e respostas;

12.9. É vedada a propaganda, ainda que gratuita, por meio dos veículos de comunicação em geral (jornal, rádio ou televisão), faixas, outdoors, camisas, bonés e outros meios proibitivos previstos na legislação eleitoral;

12.10. É dever do candidato portar-se com urbanidade durante a campanha eleitoral, sendo vedada a propaganda irreal ou insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes;

12.11. Não será permitido qualquer tipo de propaganda no dia da eleição, em qualquer local público ou aberto ao público, sendo que a aglomeração de pessoas portando instrumentos de propaganda caracteriza manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;

12.12. A violação das regras de campanha importará na cassação do registro da candidatura ou diploma de posse do candidato responsável, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.

13. DA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR:

13.1. A eleição para os membros do Conselho Tutelar do Município de Caçador/SC realizar-se-á no dia 04 de outubro de 2015, das 08h às 17h, na Câmara Municipal de Caçador, no Plenário Osvaldo José Gomez, sito à Rua Fernando Machado, nº 139, nesta Cidade de Caçador, conforme previsto no art. 139, da Lei nº 8.069/90 e Resolução nº 152/2012, do CONANDA;

13.2 Os conselheiros tutelares serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do município de Caçador/SC e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizado pelo Ministério Público.

13.3 Podem votar os cidadãos maiores de dezesseis anos, que possuam título de eleitor, no município, até 3 (três) meses antes do processo de escolha.

13.4. A votação ocorrerá por urnas cedidas pela Justiça Eleitoral,

observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina;

13.5. As cédulas para votação manual serão elaboradas pela Comissão Especial Eleitoral, adotando parâmetros similares aos empregados pela Justiça Eleitoral em sua confecção;

13.6. Nas cabines de votação serão fixadas listas com relação de nomes, codinomes, fotos e número dos candidatos a membro do Conselho Tutelar;

13.7. As mesas receptoras de votos deverão lavrar atas segundo modelo fornecido pela Comissão Especial Eleitoral, nas quais serão registradas eventuais intercorrências ocorridas no dia da votação, além do número de eleitores votantes;

13.8. Após a identificação, o eleitor assinará a lista de presença e procederá a votação;

13.9. O eleitor que não puder assinar, usará a impressão digital como forma de identificação;

13.10. O eleitor poderá votar em apenas um candidato;

13.11. No caso de votos em mais de um candidato ou que contenham rasuras que não permitam aferir a vontade do eleitor serão anulados, devendo ser colocados em envelope separado.

13.12. Será também considerado inválido o voto:

a) cuja cédula contenha mais de 01 (um) candidato assinalado;

b) cuja cédula não estiver rubricada pelos membros da mesa de votação;

c) cuja cédula não corresponder ao modelo oficial;

d) que tiver o sigilo violado.

13.13. Efetuada a apuração, serão considerados eleitos os 05 (cinco) candidatos mais votados, ressalvada a ocorrência de alguma das vedações legais acima referidas, sendo os demais candidatos considerados suplentes pela ordem de votação;

13.14. Em caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato com idade mais elevada.

14. DAS VEDAÇÕES AOS CANDIDATOS DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA:

14.1. Conforme previsto no art. 139, §3º, da Lei nº 8.069/90, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

14.2. É também vedada a prática de condutas abusivas ou desleais que acarretem vantagem indevida ao candidato, como a "boca de urna" e o transporte de eleitores, dentre outras previstas na Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral), pois embora não caracterizem crime eleitoral, importam na violação do dever de idoneidade moral que se constitui num dos requisitos elementares das candidaturas;

14.3. Os candidatos que praticarem quaisquer das condutas relacionadas nos itens anteriores, durante e/ou depois da campanha, inclusive no dia da votação, terão cassado seu registro de candidatura ou diploma de posse, sem prejuízo da apuração da responsabilidade civil e mesmo criminal, inclusive de terceiros que com eles colaborem;

14.4. Caberá à Comissão Especial Eleitoral ou, após sua dissolução, à Plenária do CMDCA, decidir pela cassação do registro da candidatura ou diploma de posse, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.

15. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO:

15.1. Ao final de todo o Processo, a Comissão Especial Eleitoral encaminhará relatório ao CMDCA, que fará divulgar no Diário Oficial ou em meio equivalente, o nome dos 05 (cinco) candidatos eleitos para o Conselho Tutelar e seus respectivos suplentes, em ordem decrescente de votação.

16. DOS RECURSOS

16.1 Os recursos devidamente fundamentados, deverão ser dirigidos ao presidente da Comissão Especial Eleitoral e protocoladas na Secretaria do CMDCA, respeitados os prazos estabelecidos neste edital.

16.2 Julgados os recursos, o resultado final será homologado pelo Presidente da Comissão Especial Eleitoral.

16.3 A decisão exarada nos recursos pela Comissão Especial Eleitoral poderá ser objeto de recursos à Plenária do CMDCA.

17. DA DIPLOMAÇÃO E POSSE:

17.1. Além dos 05 (cinco) candidatos mais votados, também devem ser diplomados, pelo menos, 05 (cinco) suplentes, de modo a assegurar a continuidade no funcionamento do órgão, em caso de férias, licenças ou impedimentos dos titulares. A diplomação terá sua data agendada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com publicação em órgão de imprensa oficial e divulgação nos órgãos de imprensa local.

17.2. A posse dos membros do Conselho Tutelar será concedida pelo Prefeito Municipal, no dia 10 de janeiro de 2016, conforme previsto no art. 139, §2º, da Lei nº 8.069/90;

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

18.1. Cópias do presente Edital e demais atos da Comissão Especial Eleitoral dele decorrentes serão publicadas, com destaque, no Diário Oficial do Município.

18.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 3.214/2015;

18.3. É de inteira responsabilidade dos candidatos acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao processo de escolha em data unificada dos membros do Conselho Tutelar;

18.4. É facultado aos candidatos, por si ou por meio de representantes credenciados perante a Comissão Especial Eleitoral, acompanhar todo desenrolar do processo de escolha, incluindo as cerimônias de lacração de urnas, votação e apuração;

18.5. Cada candidato poderá credenciar, até 48 (quarenta e oito) horas antes do pleito, 01 (um) representante para acompanhar a apuração dos votos.

18.6. Os trabalhos da Comissão Especial Eleitoral se encerram com o envio de relatório final contendo as intercorrências e o resultado da votação ao CMDCA;

18.7. O descumprimento das normas previstas neste Edital implicará na exclusão do candidato ao processo de escolha.

Caçador 01 de abril de 2015

Marizete Fátima Iaczinski

Presidente do CMDCA

ANEXO I

Calendário Referente ao Edital nº 001/2015 do CMDCA

1 - Publicação do Edital: 02/04/2015;

2 - Inscrições na sede do CMDCA das 13:00 às 17:00 do dia 06/04/2015 ao dia 04/05/2015;

3 - Publicação da lista dos inscritos: dia 06/05/2015, no Diário Oficial dos Municípios;

4 - Publicação da lista dos candidatos com inscrições deferida: 22/05/2015, no Diário Oficial dos Municípios;

5 - Prazo para recurso de 25/05/2015 a 26/05/2015;

6 - Divulgação do resultado dos recursos e publicação da lista dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética: 29/05/2015, no Diário Oficial dos Municípios;

7 - Prazo para recurso de 01/06/2015 a 02/06/2015;

8 - Julgamento dos recursos pelo CMDCA: 03/06/2015;

9 - Divulgação do resultado dos recursos analisados pelo CMDCA: 09/06/2015, no Diário Oficial dos Municípios;

10 - Capacitação com carga horária de 12 horas e realização de prova com duração de 04 horas nos dias 11/06/2015 e 12/06/2015;

11 - Divulgação do resultado dos recursos e publicação da lista definitiva dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética (e início do prazo para realização da campanha eleitoral

pelos candidatos): 17/06/2015;

12 - Dia da votação: 04/10/2015;

13 - Divulgação do resultado da votação: dia 04/10/2015 na imprensa local e dia 06/10/2015, no Diário Oficial dos Municípios;

14 - Prazo para impugnação do resultado da eleição: de 07/10/2015 e 08/10/2015;

15 - Julgamento das impugnações ao resultado da eleição: 09/10/2015;

16 - Publicação do resultado do julgamento das impugnações ao resultado da eleição: 14/10/2015;

17 - Prazo para recurso quanto ao julgamento dos recursos interpostos contra resultado da eleição: de 15/10/2015 a 16/10/2015;

18 - Publicação do resultado do julgamento dos recursos: 20/10/2015;

19 - Proclamação do resultado final da eleição: 23/10/2015;

20 - Posse dos eleitos: 10/01/2016.

ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO/REGISTRO DE CANDIDATURA A CONSELHEIRO TUTELAR GESTÃO 2016/2019

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO:

Nome do Candidato: _____

Data de Nascimento: ____/____/____. Naturalidade: _____.

Estado Civil: _____. RG _____.

CPF: _____.

Endereço: _____.

Bairro: _____. Ponto de Referência: _____.

Profissão: _____.

Número de registro no órgão da Categoria: _____.

Grau de Instrução: _____. Curso: _____.

Contato: e-mail: _____.

Telefone: (____) _____ Celular (____) _____.

SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO/REGISTRO DE CANDIDATURA:

Eu, _____, solicito inscrição como candidato (a) a Conselheiro (a) Tutelar, junto a Comissão Especial Eleitoral designada pelo Prefeito Municipal através do decreto nº. _____, sob acompanhamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e firmo a presente solicitação como prova de que as informações nela contidas, bem como os documentos em anexo, referente ao Item _____ do Edital 01/2015 - CMDCA que rege as Eleições dos Conselheiros Tutelares para a Gestão 2016/2019, são expressão da verdade.

Caçador/SC, _____ de _____ de 2015.

Nome e Assinatura do (a) Candidato (a)

Foram entregues os seguintes documentos, em anexo:

() cópia de RG e CPF;

() cópia de comprovantes de residência, atualizado e de 2015;

() Atestado de experiência com crianças e adolescentes (conforme modelo do Edital);

() cópia do diploma de curso superior;

() cópia do registro no Órgão da Categoria

() cópia do Título de eleitor e comprovante de votação da última

eleição ou justificativa de ausência;
() Cópia do certificado de reservista;
() atestado de idoneidade moral (conforme modelo do Edital);
() Declaração de disponibilidade.

Assinatura do candidato: _____

ANEXO III

ATESTADO DE TEMPO DE SERVIÇO/EXPERIENCIA NA PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Atesto, sob as penas da Lei, para fins de comprovação de tempo de serviço/ experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, no processo de Escolha Unificada (Eleição) dos membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2016/2019, aprovado pela Resolução nº. 03/2015 - CMDCA, que o

(a) Sr. (a) _____
Filho de _____ e _____

R.G. nº _____, UF _____ nascido (a) em ____/____/____ exerceu nesta (Escola, Entidade, outros), o cargo/função/emprego de _____ no período de ____/____/____ a ____/____/____ contando, até 04/04/2015, com: ____ meses de Tempo de Exercício Profissional com crianças e adolescentes.

Caçador, _____, de abril de 2015.

Assinatura da Autoridade responsável pela Instituição de Ensino

NOME:

RG:

CPF:

Obs.: No caso de 2 (dois) ou mais atestados, discriminar períodos para verificar se há concomitância.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE MORAL

Eu, ____ (nome)____, nacionalidade, profissão, estado civil, R.G., CPF, residente e domiciliado _____, bairro, cep, candidato(a) a Conselheiro Tutelar, para a gestão 2016/2019, DECLARO sob as penas da lei, que sou pessoa de idoneidade moral ilibada perante a sociedade e órgãos públicos representativos dos poderes competentes, nada havendo que desabone minha conduta.

Caçador, ____ de abril de 2015.

Nome e Assinatura do declarante

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 22, DE 31 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA nº 22, de 31 de março de 2015

Atribui função de confiança gratificada a servidora integrante do quadro efetivo da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 45, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e com fundamento nos arts. 11, 12, 13 e 33, IV da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007 e

CONSIDERANDO a licença para tratar de assuntos de interesses particulares concedida à servidora Daniele Alves Schnoor, ocupante do cargo de Analista de Recursos Humanos, Licitações e Compras, através da Resolução nº 21, de 18 de março de 2015;

CONSIDERANDO que o setor de Recursos Humanos, Licitações e Compras tem atribuições de extrema relevância para regular andamento dos trabalhos administrativos da Câmara, portanto não podem ser interrompidas;

CONSIDERANDO que as atividades são todas de responsabilidade de sua titular;

CONSIDERANDO que a Assistente administrativa Dimaleicy Aparecida já atua como auxiliar das atividades naquele setor, portanto, conhece a sua rotina de trabalho;

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir à servidora DIMALEICY APARECIDA PEREIRA, ocupante do cargo de Assistente Administrativo da Câmara Municipal de Caçador, Nível CPEA 3030, conforme Anexos I e I-A do Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos da Câmara Municipal de Caçador, função de confiança gratificada no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre seus vencimentos, para, além das atribuições do seu cargo, responsabilizar-se formalmente pela execução das atividades próprias do setor de Recursos Humanos, Licitações e Compras.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação.

Gabinete da Presidência, 31 de março de 2015.

Flávio Henrique dos Santos,
PRESIDENTE

Fernando Scolaro,
VICE-PRESIDENTE

Glacy Teresinha Cardoso dos Santos Pereira,
1ª SECRETÁRIA

Adilberto dos Santos Oliveira,
2º SECRETÁRIO

Campo Alegre

PREFEITURA

1ª ALTERAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 68/2015

1ª ALTERAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Considerando a impossibilidade de fornecimento do item 46 do processo licitatório supracitado pelas empresas previamente classificadas;

Considerando a viabilidade e aceitação de fornecimento do item pela empresa Alpha Higiene e Limpeza Ltda - EPP;

INCLUI-SE o item 46 na Ata de Registro de Preços 68/2015:

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
46	400	Pacote	Papel higiênico, folhas simples, branco, picotado, pacote com 8 rolos de 10cm x 60m	5,83	2.332,00
VALOR TOTAL				R\$ 2.332,00	

Todas demais exigências permanecem inalteradas.

Campo Alegre, 31 de março de 2015
MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA - EPP
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 71/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 71/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos trinta dias do mês de março de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de material de limpeza, copa e cozinha para os órgãos e unidades da administração municipal, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP, CNPJ: 07.634.816/0001-16, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 33/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	150	Pacote	Açúcar branco, refinado, 5kg.	8,98	1.347,00
17	100	Caixa	Chá de pêssego, 15g. Caixa com 10 sachês.	2,49	249,00
VALOR TOTAL				R\$ 1.596,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP
Representante legal

ATA PREGÃO 37/2015

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 37/2015 -)

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, na cidade de Campo Alegre, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se às quatorze horas, em sessão pública, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniac Munhoz Pregoeira Municipal, Irineu Woitskovski Júnior e Lilian Terezinha Bartsch, membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 37/2015, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a Contratação de serviços de publicidade institucional via radio fusão através da emissora de rádio FM (devidamente licenciada pelo ministério das comunicações para divulgação de matérias institucionais do Município de Campo Alegre. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, declarando a licitação DESERTA, considerando que nenhum licitante protocolizou documentação e proposta para tal licitação. Não havendo nada mais a tratar encerrou-se a presente sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 007/2014

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 007/2014

CONVOCAÇÃO Nº 027/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. SIRLEI LIBMANN DE JESUS, inscrita no CPF/MF sob nº 009.801.839-60, aprovada em 39º lugar no Processo Seletivo nº. 007/2014-/PMCA, para o cargo de PROFESSOR I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, até as 17:00h do dia 31 de Março de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292 Centro, Campo Alegre/SC, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC, 01 de Abril de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA
Secretária Municipal de Educação.

DECRETO Nº 8.937 DE 01 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.937 DE 01 DE ABRIL DE 2015

HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar a Resolução do CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de nº 05 anexa, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
01 de Abril de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 31 DE MARÇO DE 2015

DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DO PROCESSO DE ESCOLHA PARA CONSELHEIROS TUTELARES E SUPLENTE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., PARA O MANDATO 2016 A 2020.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no exercício das suas atribuições, previstas na Lei Federal nº 8.069 - Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de Julho de 1990, na Lei Municipal nº 3.425, de 25 de Novembro de 2008, e suas respectivas alterações, por meio de sua Presidenta Interina;

CONSIDERANDO:

1. O Estatuto da Criança e do Adolescente Lei Federal nº 8.069/90, mais especificamente nas modificações recentes por força da Lei Federal nº 12.696/12, que unifica o processo de escolha do Conselho Tutelar em todo território Nacional, define o Sufrágio Universal e Direto para a escolha dos Conselhos Tutelares e traz outras providências;
2. A Resolução nº 170 do CONANDA de 10 de Dezembro de 2014 que emite orientações e determinações aos Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescente a serem observadas sobre o processo de escolha dos Conselhos Tutelares.
3. A normativa exposta na Lei Municipal nº 3.425/08, em seu Art. 31 que dispõe sobre a responsabilidade do CMDCA em disciplinar o processo de escolha do Conselho Tutelar e que o processo deve ser fiscalizado pelo Ministério Público.

RESOLVE:

- Art.1º Publicar o Regulamento do processo de escolha do Conselho Tutelar do Município de Campo Alegre/SC., com respeito às normativas dos Arts. 30 a 32 da Lei Municipal nº 3.425/2008;
- Art.2º Criar Comissão Eleitoral disciplinada no Art. 13 Inciso II da Lei Municipal nº 3.425/2008, para proceder aos encaminhamentos necessários ao Processo de Escolha do Conselho Tutelar, composta paritariamente pelos seguintes Conselheiros de Direitos: Adriane Schulze de Oliveira; Ivo Kesting, Luciane Aparecida de Lima

Wollner, Maira Joceli Pereira de Miranda, Patrick Onghero, Sandro Luiz Friedrich.

§ 1º A Comissão Eleitoral poderá requisitar outros profissionais que, pela sua especialidade, contribuirão no Processo Eleitoral, podendo participar das sessões, porém, sem direito a voto.

§ 2º Para a operacionalização do Processo de Eleição dos Conselheiros Tutelares do Município de Campo Alegre/SC, Comissão Eleitoral contará com apoio técnico de Conselheiros do CMDCA, representantes da sociedade civil e da área governamental, profissionais da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social e colaboradores eventuais.

DOS REQUISITOS E REGISTRO DAS CANDIDATURAS

Art.3º As candidaturas serão registradas individualmente, sem vinculação político-partidária.

Parágrafo único: Nenhum registro será admitido fora do período de inscrição determinado pelo CMDCA no Anexo I, desta Resolução.

Art.4º Somente poderão concorrer ao pleito os candidatos que preencherem, até o encerramento das inscrições, os seguintes requisitos:

I - Reconhecida idoneidade moral;

II - Idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - Residir no município;

IV - Estar em gozo de seus direitos políticos;

V - Apresentar, no momento da inscrição, certificado de conclusão de ensino Médio;

VI - Possuir reconhecida experiência em atendimento direto a criança ou adolescente, por no mínimo 02 (zero dois) anos, na área de defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, devidamente comprovada;

VI - Ter reconhecida experiência de atendimento direto a criança e ao adolescente de no mínimo 02 (zero dois) anos em atividade de defesa, proteção, atendimento ou promoção dos direitos da criança e do adolescente, a ser comprovada por meio de documentos oficiais, carteira de trabalho e previdência social e/ou atestado de entidade ou instituição constituída para tal fim;

VII - Não exercer mandato eletivo, cargo em comissão ou função gratificada na Administração direta e indireta federal, estadual e municipal.

Art.5º Os candidatos que preencherem todos os requisitos mencionados no artigo anterior, deverão requerer (Anexo II) sua inscrição instruída com os seguintes documentos, devidamente encadernados e na ordem que segue, em fotocópia autenticada legível:

I. Um comprovante de Residência do Candidato no Município de Campo Alegre/SC., em seu próprio nome, do cônjuge, ascendente ou descendente;

II. Título de Eleitor atualizado;

III. Certificado de conclusão do Ensino Médio;

IV. Certificado de Reservista, ou documento que comprove estar em dia com o Serviço Militar, quando for o caso;

V. Carteira de Identidade ou documento oficial com fotografia, comprovando idade superior a vinte e um anos até a data de encerramento das inscrições;

VI. CPF/MF próprio;

VII. Uma declaração de que o candidato goza de conduta ílibada fornecida por autoridade pública, com firma reconhecida;

VIII. Declaração de próprio punho de que não exerce mandato eletivo, cargo em comissão ou função gratificada na Administração direta e indireta, federal, estadual e municipal, com firma reconhecida;

IX. Declaração constando a qualificação pessoal do candidato, local onde exerce ou exerceu atividades de defesa e/ou atendimento aos direitos da criança e do adolescente, com a descrição detalhada das atividades e período em que as mesmas foram desenvolvidas:

a. Documento comprobatório com firma reconhecida, fornecida pelo empregador específico da área das atividades de atuação no

âmbito dos direitos da criança e do adolescente ou de presidente de entidade.

b. Só será aceita a declaração que comprove no mínimo 02 (dois) anos de atendimento direto a criança ou adolescente.

X. Certidão negativa do Distribuidor Criminal da Comarca de São Bento do Sul/SC;

XI. Certidão de quitação eleitoral fornecida pelo Tribunal Regional Eleitoral;

XII. Certidões negativas das Varas de Execuções Penais;

XIII. Certidão negativa da Superintendência da Polícia Federal;

§ 1º Não serão aceitos protocolos de solicitação de documentos, bem como Certidões com data de emissão superior a 30 (trinta) dias a contar do final das inscrições, como forma de dar prova aos requisitos deste artigo.

§ 2º Os candidatos a recondução, no exercício do mandato, ficam dispensados de comprovar os requisitos constantes dos incisos VII e IX, do art. 4º, desta Resolução.

§ 3º Não serão aceitas inscrições de candidatos ao Conselho Tutelar, com dois mandatos consecutivos, entendida a consecutividade conforme as orientações da Resolução nº 170/2014-CONANDA, no seguinte sentido: "o Conselheiro Tutelar que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente"; com exceção daqueles que exerceram mandato "tampão" no Conselho Tutelar da Região Sul 2013-2016;

§ 4º Será admitida a inscrição através de procurador, desde que anexada procuração para este fim, com reconhecimento de firma do candidato à inscrição.

§ 5º O registro das candidaturas a Conselheiro Tutelar será feito no período de 06 de Abril de 2015 à 04 de Maio de 2015, na sede do Fórum Municipal - Casa da Cidadania, sita a Rua Jorge Lacerda nº 168, Centro Município de Campo Alegre/SC., na Sala do CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de segunda à sexta-feira, das 13:00h às 16h e 30m.

§ 6º Serão consideradas como provas de residência, de que trata o inciso I deste artigo, apenas faturas de fornecimento de energia elétrica ou fatura de água/esgoto, observada a titularidade já definida, do ano 2015.

§ 7º Não será concedido prazo para complementação ou substituição de documentos faltantes no ato da inscrição.

Art.6º No prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do término das inscrições, a Comissão Eleitoral publicará Edital no Diário Oficial dos Municípios - DOM, e nos Murais dos seguintes Locais: Fórum Municipal "Casa da Cidadania" na sala sede do CMDCA, Casa da Cultura, Sede da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, informando os nomes dos candidatos inscritos e fixando prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da publicação, para o oferecimento de impugnações, devidamente instruídas com provas, por qualquer cidadão interessado.

Art.7º A Comissão Eleitoral notificará pessoalmente o representante do Ministério Público das inscrições realizadas encaminhando cópia do processo de inscrição para eventual impugnação, que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias a contar da comunicação oficial.

Art.8º Após a publicação das candidaturas inscritas, todos os documentos dos candidatos estarão à disposição dos interessados que os requeiram, no Fórum Municipal "Casa da Cidadania", na sala sede do CMDCA, para exame e conhecimento dos requisitos exigidos.

Parágrafo único. Não será permitido o fornecimento de cópia ou a retirada de qualquer documento constante das inscrições de que trata o artigo 5º da presente Resolução.

Art.9º As impugnações deverão ser efetuadas por escrito, dirigidas à Comissão Eleitoral e instruídas com as provas já existentes ou com a indicação de onde as mesmas poderão ser colhidas.

§ 1º Os candidatos impugnados serão pessoalmente intimados pela Comissão Eleitoral para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, apresentar defesa.

§ 2º Decorrido o prazo a que se refere o parágrafo anterior, a Comissão Eleitoral, após manifestação do Ministério Público, reunir-se-á para avaliar os requisitos, documentos, impugnações e defesas, deferindo os registros dos candidatos que preencham os requisitos de lei e indeferindo os que não preencham ou apresentem documentação incompleta.

§ 3º A Comissão Eleitoral publicará no Diário Oficial dos Municípios - DOM; nos Murais dos seguintes Locais: Fórum Municipal "Casa da Cidadania" na sala sede do CMDCA, Casa da Cultura, Sede da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições deferidas, bem como notificará pessoalmente o representante do Ministério Público, abrindo-se o prazo de 03 (três) dias úteis para que os interessados apresentem recurso para a Plenária do CMDCA, que decidirá em última instância, em igual prazo.

§ 4º Não serão aceitas denúncias anônimas.

Art.10. Julgados os eventuais recursos, a Comissão Eleitoral publicará edital no Diário Oficial dos Municípios - DOM, com a relação dos candidatos habilitados, os quais serão convocados a participar de curso prévio de capacitação a ser promovido pela Escola da Rede, no mês de setembro, devendo os participantes o concluir com frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento), efetivamente comprovada com assinatura de entrada e saída de presença.

Art.11. As impugnações de candidaturas serão anexadas ao processo de inscrição do candidato.

Parágrafo único. As impugnações que não atenderem ao expressamente disposto nos artigos 6º e 9º, desta Resolução serão indeferidas.

Art.12. O candidato registrar-se-á com o nome e/ou apelido, informando-o no anexo II desta Resolução.

§ 1º Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência ao primeiro solicitante.

§ 2º O candidato também será identificado por um número de dois dígitos, sorteado pela Comissão Eleitoral.

DAS INSTÂNCIAS ELEITORAIS

Art.13. Constituem-se instâncias eleitorais:

I - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do Município de Campo Alegre/SC.;

II - A Comissão Eleitoral;

III - As Mesas Receptoras de Votos.

Art.14. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA:

I - Indicar a Comissão Eleitoral;

II - Aprovar a composição das Mesas Receptoras de Votos;

III - Expedir outras Resoluções acerca do processo de eleição;

IV - Publicar o Edital com a data da eleição e locais de votação;

V - Definir o local e os recursos necessários para o escrutínio;

VI - Homologar o registro das candidaturas;

VII - Julgar:

a. os recursos interpostos contra as decisões proferidas pela Comissão Eleitoral;

b. as impugnações contra os membros indicados para as Mesas Receptoras de Votos;

c. as impugnações referentes ao resultado geral das eleições;

VIII - Fiscalizar a eleição e a apuração dos votos;

IX - Publicar no Diário Oficial dos Municípios - DOM; nos Murais dos seguintes Locais: Fórum Municipal "Casa da Cidadania" na sala sede do CMDCA, Casa da Cultura, Sede da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, o resultado geral do pleito;

X - Dar posse aos eleitos.

Parágrafo único. As decisões da Comissão Eleitoral serão tomadas por maioria absoluta.

Art.15. Compete à Comissão Eleitoral:

I - coordenar o processo eleitoral;

II - tomar todas as providências necessárias para a realização do pleito;
III - indicar e divulgar os componentes das Mesas Receptoras de Votos;
IV - receber, autuar e encaminhar ao Ministério Público as impugnações apresentadas contra as Mesas Receptoras de Votos;
V - publicar Edital, no Diário Oficial dos Municípios - DOM; nos Murais dos seguintes Locais: Fórum Municipal "Casa da Cidadania" na sala sede do CMDCA, Casa da Cultura, Sede da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, informando o nome dos candidatos inscritos para que, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da publicação, para que ofereçam impugnações.
VI - analisar e julgar o registro das candidaturas;
VII - publicar no Diário Oficial dos Municípios - DOM; nos Murais dos seguintes Locais: Fórum Municipal "Casa da Cidadania" na sala sede do CMDCA, Casa da Cultura, Sede da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições deferidas;
VIII - publicar edital no Diário Oficial dos Municípios - DOM; nos Murais dos seguintes Locais: Fórum Municipal "Casa da Cidadania" na sala sede do CMDCA, Casa da Cultura, Sede da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, a relação com os nomes e número dos candidatos habilitados ao pleito;
IX - elaborar as normas de procedimento das Mesas Receptoras de Votos;
X - confeccionar as cédulas de votação conforme modelo aprovado pelo CMDCA;
XI - solicitar ao comando da Polícia Militar local, efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais de votação e apuração;
XII - a escolha e ampla divulgação dos locais de votação;
XIII - selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia da votação;
XIV - fiscalizar a eleição e a apuração dos votos;
XV - receber as atas e boletins do pleito e da apuração;
XVI - receber o resultado da apuração dos votos e respectivo material e encaminhar ao CMDCA.

DAS MESAS RECEPTORAS DE VOTOS

Art.16. Constituem a Mesa Receptora de Votos um Presidente, um Primeiro e Segundo Mesários e um Secretário, nos respectivos cargos e seções eleitorais, nomeados e convocados pela Comissão Eleitoral, por Edital até 30 dias antes da eleição.

§ 1º Não podem ser nomeados Presidentes e Mesários:

I - Os candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o (a) companheiro(a) do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

§ 2º Serão designados mesários suplentes da ordem de 10% (dez por cento) do número total, para eventuais substituições.

Art.17. O 1º mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda pessoalmente pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

§ 1º O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento aos Mesários e Secretários pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição;

§ 2º Não comparecendo o Presidente até as sete horas e trinta minutos, assumirá a Presidência o Primeiro Mesário e, na sua falta ou impedimento, o Segundo Mesário, o Secretário ou um dos Suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

Art.18. As assinaturas dos eleitores serão colhidas nas folhas de

votação fornecidas pelo Tribunal Regional Eleitoral, com recorte de acordo com a Administração Regional a qual pertencem, sendo estas, juntamente com o relatório final da eleição e o material restante, entregues à Comissão Eleitoral.

Art.19. Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral.

§ 1º Compete também verificar as urnas e os materiais necessários para a votação, antes do início da eleição e, em caso de irregularidade, comunicando ao Ministério Público e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, tomando as providências necessárias;

§ 2º Proceder a apuração dos votos, após o voto do último eleitor inscrito para participar do processo até as 17h.

Art.20. Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, de 01 (um) único representante por candidato, inscrito previamente consoante previsão contida no Parágrafo único do art. 25, desta Resolução.

Parágrafo único. O candidato, ou pessoas por ele designada para fiscalização, que por qualquer ação ou omissão venham a tumultuar ou prejudicar o bom andamento dos trabalhos, serão convidados pelo Presidente da mesa receptora a se retirarem do local, consignando o ocorrido em ata.

DA DIVULGAÇÃO DAS CANDIDATURAS E DA PROPAGANDA ELEITORAL E FISCALIZAÇÃO

Art.21. O CMDCA, por intermédio da Comissão Eleitoral, promoverá a divulgação do processo de eleição e dos nomes dos candidatos considerados habilitados por intermédio da imprensa escrita e falada, zelando para que seja respeitada a igualdade de espaço e inserção para todos.

Art.22. Os candidatos poderão divulgar suas candidaturas entre os eleitores, por período não inferior a 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação da relação das candidaturas definitivas.

§ 1º Toda propaganda eleitoral será realizada sob a responsabilidade dos candidatos, inclusive nos excessos praticados por seus simpatizantes.

§ 2º Aos candidatos será permitida a divulgação de candidaturas através de meios eletrônicos, distribuição de folhetos impressos e da confecção de faixas, não sendo permitido colocá-las em equipamentos públicos, entidades sociais, logradouros e vias públicas.

Art.23. Toda a propaganda individual será fiscalizada pela Comissão Eleitoral e pelo Ministério Público, que determinarão a imediata suspensão ou cessação da propaganda que violar o disposto nos dispositivos anteriores ou atentar contra os princípios éticos e morais, ou contra a honra subjetiva de qualquer candidato.

Art.24. Não será permitida propaganda de qualquer espécie dentro dos locais de votação ou imediações no raio de 100 metros do local de votação, bem como não será tolerada qualquer forma de aliciamento de eleitores no dia da votação.

Art.25. É vedada a vinculação político-partidária das candidaturas, seja através da indicação, no material de propaganda ou inserções na mídia, de legendas de partidos políticos, símbolos, slogans, nomes ou fotografias de pessoas que, direta ou indiretamente, denotem tal vinculação.

§ 1º É expressamente vedado aos candidatos ou a pessoas a estes vinculadas, transportar, patrocinar ou intermediar o transporte de eleitores aos locais de votação.

§ 2º É expressamente vedada a distribuição de camisetas, bonés e qualquer outro tipo de brinde.

Art.26. Em reunião própria, a Comissão Eleitoral dará conhecimento formal das regras de campanha a todos os candidatos considerados habilitados ao pleito que firmarão compromisso de respeitá-las e que estão cientes e acordes que sua violação importará na exclusão do pleito ou cassação do diploma respectivo.

Parágrafo único - Na reunião prevista no caput deste artigo, o candidato deverá credenciar 02 (zero dois) fiscais, sendo destes 01 (zero um) titular e 01 (zero um) suplente, mediante a apresentação

da ficha de credenciamento disponível no Diário Oficial dos Municípios - DOM, e cópia de documento oficial de identificação com fotografia.

Art.27. Em caso de propaganda abusiva ou irregular, bem como havendo transporte irregular de eleitores no dia da votação ou qualquer outra infração prevista pela legislação eleitoral, a Comissão Eleitoral, de ofício ou a requerimento do Ministério Público ou de outro interessado, providenciará a imediata instauração de procedimento administrativo investigatório específico, onde será formulada a acusação e cientificado o acusado para apresentar defesa, no prazo de 03 (zero três) dias, a contar do recebimento da notificação pessoal, ocasião em que deverá arrolar suas testemunhas.

§ 1º Vencido o prazo acima referido, com ou sem apresentação de defesa, a Comissão Eleitoral designará data para realização de sessão específica para instrução e julgamento do caso que deverá ocorrer no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 2º O representado e seu defensor, se houver, serão intimados da data da sessão.

§ 3º O representante do Ministério Público será informado da data da sessão e a pronunciar-se.

§ 4º Na oitiva das testemunhas, primeiro serão ouvidas as indicadas na representação e aquelas de interesse da Comissão Eleitoral, sendo por último as arroladas pela defesa, em número de até 03 (zero três).

§ 5º Terminada a instrução o representante, o representado e o Ministério Público farão suas manifestações orais pelo período de até 10 (dez) minutos cada um.

Art.28. Após as manifestações orais a comissão deverá proferir decisão, podendo ser aplicadas as seguintes sanções:

- a. advertência;
- b. multa, no valor de 1/2 (meio) salário mínimo nacional vigente, revertida ao Fundo Municipal para os Direitos da Criança e do Adolescente;
- c. cassação da candidatura do infrator.

Art.29. Da decisão da Comissão Eleitoral caberá recurso à plenária do CMDCA, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas da sessão de julgamento.

Art.30. O CMDCA designará sessão extraordinária para julgamento do(s) recurso(s) interposto(s), dando-se ciência ao denunciante, ao candidato acusado e ao representante do Ministério Público.

Parágrafo único - Se as partes assim o desejarem, poderão apresentar sustentação oral na sessão extraordinária para julgamento do recurso, por um período de até 10 (dez) minutos.

DA REALIZAÇÃO DO PLEITO

Art.31. A eleição se realizará no dia 04 de Outubro de 2015, no período compreendido entre 8h e 17h, horário de Brasília/DF.

Parágrafo único - Facultar-se-á o voto, após o horário previsto no caput deste artigo, aos eleitores que estiverem na fila de votação, mediante a distribuição de senhas.

Art.32. A Comissão Eleitoral, com a antecedência devida, diligenciará o empréstimo de urnas.

Art.33. Podem votar os maiores de 16 (dezesseis) anos, inscritos como eleitores do Município até 03 (zero três) meses antes do processo de eleição e que possuam domicílio eleitoral na unidade geográfica (bairro) onde pretendam exercer seu direito a voto, devendo o eleitor apresentar à Mesa Receptora, o título de eleitor e documento oficial com fotografia.

Parágrafo único - O eleitor votará uma única vez em 01 (zero um) candidato na Mesa Receptora de Votos correspondente a sua zona eleitoral da região administrativa das regionais do município, através da sinalização do número e nome de registro do candidato na cédula eleitoral.

Art.34. A Comissão Eleitoral designará os locais de votação e agrupará as seções eleitorais definidas pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Art.35. Cabe ao Município de Campo Alegre/SC., o custeio de todas as despesas decorrentes do processo de eleição dos membros

do Conselho Tutelar.

Art.36. Nos locais de votação serão afixadas listas com relação de nomes, apelidos se houver e números dos candidatos ao Conselho Tutelar.

Art.37. As cédulas de votação serão rubricadas por pelo menos 02 (zero dois) dos integrantes da mesa receptora, caso não haja a obtenção de urnas eletrônicas.

Parágrafo único - Serão consideradas nulas as cédulas que não estiverem rubricadas na forma deste artigo ou que apresentem escritos ou rasuras que não permitam aferir a vontade do eleitor.

Art.38. No dia da votação, todos os integrantes do CMDCA subdivididos em duplas ou trios, deverão estar presentes nos locais de votação, acompanhando o desenrolar do pleito, podendo receber notícias de violação das regras estabelecidas e realizar diligências para sua constatação.

Art.39. O candidato poderá fiscalizar a recepção e apuração dos votos, pessoalmente ou por intermédio de representantes previamente cadastrados e credenciados, conforme previsão contida no art. 26, parágrafo único desta Resolução.

DA APURAÇÃO

Art.40. Encerrada a votação, proceder-se-á imediatamente a contagem dos votos e sua apuração, sob responsabilidade do CMDCA e fiscalização do Ministério Público.

Art.41. Após o término da votação, o agente designado pela SAS e/ou outro indicado pela Comissão Eleitoral, acompanhado do Presidente da Mesa Receptora de Votos, providenciará o transporte das urnas de votação para apuração dos votos em local previamente designado para este fim, onde serão totalizados os votos.

Art.42. Os candidatos ou seus representantes credenciados poderão apresentar impugnação à medida que os votos forem sendo apurados, cabendo a decisão à própria Comissão de Eleição, que decidirá de plano, após a manifestação do Ministério Público.

Art.43. Concluída a apuração dos votos e decididas as eventuais impugnações, a Comissão Eleitoral providenciará a lavratura de ata circunstanciada sobre a votação e apuração, mencionando os nomes dos candidatos votados, com o número de sufrágios recebidos e todos os incidentes eventualmente ocorridos, colhendo as assinaturas dos membros da Comissão, candidatos, fiscais, representante do Ministério Público e quaisquer cidadãos que estejam presentes e queiram assinar, afixando cópia no local de votação e nos seguintes locais: Fórum Municipal "Casa da Cidadania" na sala sede do CMDCA; Mural do Prédio Sede da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Casa da Cultura e na Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ESCOLHIDOS

Art.44. Os 05 (zero cinco) primeiros candidatos mais votados serão considerados eleitos na condição de titulares

Parágrafo único - Os demais candidatos serão arrolados pela respectiva ordem de votação, em uma lista comum do Conselho Tutelar, na condição de suplentes, ou seja, constituirão uma lista de suplência única e geral.

Art.45. Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato que já tiver atuado anteriormente como conselheiro tutelar; persistindo o empate o que comprove maior tempo de atuação na área da infância e da juventude; se ainda assim persistir o empate, o mais idoso.

Art.46. Ao CMDCA, no prazo de 02 (zero dois) dias da apuração, poderão ser interpostos recursos das decisões da Comissão Eleitoral nos trabalhos de apuração, desde que a impugnação tenha constado em ata.

§ 1º O CMDCA decidirá os eventuais recursos no prazo máximo de 05 (zero cinco) dias, após a oitiva do Ministério Público, determinando ou não as correções necessárias, publicando Resolução homologando o resultado definitivo do processo de eleição, enviando cópias ao Prefeito Municipal, ao representante do Ministério

Público e ao Juiz da Infância e da Juventude.

§ 2º O CMDCA manterá em arquivo permanente todas as Resoluções, Editais, atas e demais atos referentes ao processo de eleição do Conselho Tutelar, sendo que os votos e as fichas de cadastramento dos eleitores deverão ser conservados por 06 (zero seis) meses e, após, poderão ser destruídos.

Art.49. Os eleitos serão empossados pelo CMDCA e pelo Prefeito Municipal, no dia seguinte ao término do mandato de seus antecessores, ou seja, no dia 10 de Janeiro de 2016, oportunidade em que prestarão o compromisso de defender, cumprir e fazer cumprir no âmbito de sua competência os direitos da criança e do adolescente estabelecidos na legislação vigente.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.50. Na hipótese de haver uso de urnas eletrônicas, o candidato poderá registrar-se com o nome ou cognome/apelido, o qual aparecerá na tela da urna eletrônica, depois de digitado o número correspondente pelo eleitor.

§ 1º O programa eletrônico de votação será elaborado pelo Tribunal Regional Eleitoral, mediante aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

§ 2º Em não sendo possível a obtenção das urnas eletrônicas, deverá ser buscado o auxílio da Justiça Eleitoral para fornecimento das listas de eleitores e urnas comuns.

Art.51. Os casos omissos serão resolvidos pelo CMDCA, que deverá expedir Resoluções acerca do processo eleitoral sempre que se fizer necessário.

Art.52. Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Art.53. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua Publicação.

Campo Alegre/SC, 31 de Março de 2015.

ADRIANE SCHULZE DE OLIVEIRA

Presidenta Interina do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução no dia dois do mês de abril do ano de dois mil e quinze, no Diário Oficial dos Municípios - DOM, e nos seguintes locais: Mural no Prédio Sede da Prefeitura Municipal, Mural no Prédio Sede da Câmara de Vereadores, Fórum Municipal "Casa da Cidadania" na Sala sede do CMDCA; Mural no Prédio Sede da Casa da Cultura, e no Mural no Prédio Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

TÚLIO CESAR JANSEN

Secretário do CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

ANEXO I CRONOGRAMA ELEITORAL

AÇÕES	PRAZOS
Inscrições	06 de Abril à 04 de Maio
Publicação dos Inscritos	06 de Maio
Impugnação dos Inscritos	07 de Maio a 16 de Maio
Publicação ao candidato para apresentar Defesa	17 de Maio a 23 de Maio
Análise pela Comissão das defesas apresentadas	24 e 25 de Maio
Publicação das candidaturas deferidas no Diário Oficial dos Municípios e Murais	31 de Maio
Notificação ao MP	31 de Maio
Decisão dos Recursos pelo CMDCA	01 de Junho a 06 de Junho
Publicação das candidaturas Habilitadas no Diário Oficial dos Municípios e Murais	08 de Junho
Capacitação	Setembro

Apresentação das regras da eleição aos candidatos homologados e,	
Indicação e credenciamento dos fiscais dos candidatos	10 de Junho
Campanha Eleitoral	08 de Julho e 03 de Outubro
Publicação dos Locais de Votação	10 de Junho
Publicação dos Mesários e Escrutinadores	02 de Setembro

ANEXO I CRONOGRAMA ELEITORAL - continuação

Eleição	04 de Outubro
Publicação da apuração eleitoral	Até 06 de Outubro
Período para análise das impugnações	07 a 09 de Outubro
Notificação dos impugnados	13 de Outubro
Apresentação de defesa escrita	14 a 20 de outubro
Sessões da Comissão Eleitoral para análise da defesa de impugnação	21 a 23 de Outubro
Publicação do Julgamento das defesas	Até 26 de Outubro
Interposição de recurso ao CMDCA	27 e 28 de Outubro
Reunião Extraordinária do CMDCA para análise e decisão dos recursos	31 de Outubro
Publicação do resultado final da Eleição	03 de Novembro

ANEXO II ELEIÇÃO CT/ 2015

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO AO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

A Comissão Eleitoral

	Nº de Registro:
Nome:	
RG:	CPF/MF:
Escolaridade:	
Estado Civil:	Profissão:
Ocupação atual:	
Endereço:	
Bairro:	CEP:
Telefone:	Telefone para recado:
E-mail:	Celular:
Nome e/ou apelido a constar na cédula eleitoral:	

Desde já, responsabilizo-me pela veracidade das informações contidas no presente requerimento e pelos documentos em anexo.

Nestes Termos
Pede Deferimento.

Campo Alegre/SC, _____ de _____ de 2015.

Assinatura do Candidato

**ANEXO III
ELEIÇÃO CT/ 2015****INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O CARGO****DATA DE ESCOLHA:** 04/10/2015**HORÁRIO:** das 8h00min às 17h00min

Locais de votação: a Consultar futuramente no Diário Oficial dos Municípios - DOM; nos Murais dos seguintes Locais: Mural do Prédio Sede da Prefeitura Municipal, Mural do Prédio da Câmara de Vereadores, Fórum Municipal "Casa da Cidadania" na sala sede do CMDCA, Mural do Prédio Casa da Cultura, e Mural do Prédio Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Número de Vagas Titulares: Cinco**Número de Vagas Suplentes:** Indefinido**Validade do Mandato:** de 10 de Janeiro de 2016 a 09 de Janeiro de 2020

Atribuições do Cargo: Atribuições já definidas no Art. 136, do Estatuto da Criança e do Adolescente tais como: atender as crianças/adolescentes com medidas de proteção, requisitando serviços públicos quando necessário, exigindo cumprimento da lei e denunciando os infratores ao Ministério Público, a fim de evitar a omissão ou abuso dos participantes do sistema (sociedade, estado, pais ou responsável), aconselha e exige dos pais ou responsável as medidas necessárias ao bem estar físico e/ou mental das crianças/adolescentes, encaminhando a tratamento, incluindo em programa de orientação, obrigando a acompanhar e matricular em escola regular, a fim de contribuir para uma vida normal na sociedade: promove a execução de suas decisões, requisitando serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança e/ou representando junto à autoridade judiciária nos casos de cumprimento injustificado de suas deliberações, para garantir o seu cumprimento; representa a criança/adolescente e/ou família, notificando o Ministério Público e recebendo notificações no caso de violação de direitos, para servir de elo, entre a comunidade e o estado; expede notificações, petições e outras correspondências, redigindo e digitando, segundo instruções para atender rotinas administrativas, requisita certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário. Pode representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, encaminhar à autoridade judiciária os dados de sua competência (infrações de adolescentes), assessorar o executivo na elaboração de propostas orçamentária para planos e programas de atendimento a criança e adolescente.

Horário de expediente: O Conselho Tutelar cumprirá horário de funcionamento conforme definição da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social e Lei Local. A atuação do Conselho Tutelar será permanente, contínua e ininterrupta, mantendo plantão para atender casos urgentes em qualquer dia e horário.

Dedicação exclusiva: A função de membro de Conselheiro Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada, conforme preconizam a Resolução nº 170/2015 do CONANDA.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2015**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.****EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2015**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campo Alegre/SC, no uso de suas atribuições, nos termos da Lei Municipal nº 3.425 de 25 de Novembro de 2008, torna público a abertura do prazo de inscrições para a seleção dos 05 (zero cinco) Conselheiros Tutelares e seus respectivos Suplentes, eleitos para um mandato de 04 (zero quatro) anos, permitida a recondução por igual período, segundo as condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos, cujos termos o integram.

1. DA INSCRIÇÃO

O período para a inscrição de candidatos à função de Conselheiro Tutelar será de 06/04/2015 à 04/05/2015, no horário das 13h00min às 16h30min, o que deverá ser realizado na sede do Fórum Municipal "Casa da Cidadania", situada à Rua Jorge Lacerda, nº 86, Centro, no Município de Campo Alegre/SC.

1.1. A inscrição será realizada mediante a apresentação de requerimento devidamente preenchido e dirigido a Presidenta do CMDCA do Município de Campo Alegre/SC, conforme modelo do Anexo II deste Edital.

1.1.1. Devem ser anexados ao requerimento os documentos seguintes, comprobatórios dos requisitos elencados no artigo anterior:

- a) cédula de identidade;
- b) título de eleitor;
- c) comprovação de residência na circunscrição;
- d) comprovação de atuação profissional ou voluntária, com firma reconhecida do declarante;
- e) certificado de conclusão de Ensino Médio ou curso técnico equivalente, com firma reconhecida do declarante;
- f) certidão negativa de distribuição de feitos criminais expedida pela Comarca onde residiu o candidato nos últimos cinco anos, com validade à época da inscrição;

1.2. Para concorrer ao processo de seleção o candidato deverá atender os seguintes requisitos:

- 1.2.1. Deter reconhecida idoneidade moral atestada por certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Federal e Estadual;
- 1.2.2. Possuir idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- 1.2.3. Residir no Município de Campo Alegre/SC;
- 1.2.4. Estar em gozo dos direitos políticos;
- 1.2.5. Possuir como escolaridade mínima, o Ensino Médio Completo;
- 1.2.6. Ter reconhecido trabalho, de no mínimo 02 (zero dois) anos, com crianças e/ou adolescentes, em atividade de defesa, proteção, atendimento ou promoção dos direitos da criança e do adolescente, a ser comprovada por meio de documentos oficiais, carteira de trabalho e previdência social e/ou atestado de entidade ou instituição constituída para tal fim;
- 1.2.7. Não exercer mandato eletivo, cargo em comissão ou função gratificada na Administração direta e indireta federal, estadual e municipal.

1.2.8. O Requerimento de inscrição será autuado e apreciado pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criada através da Resolução nº 04 de 31 de Março de 2015, composta pelos Conselheiros Municipais: Adriane Schultze de Oliveira; Ivo Kesting; Luciane Aparecida de Lima Wollner; Maira Joceli Pereira de Miranda; Patrick Onghero; Sandro Luiz Friedrich, podendo ser indeferido após análise da mesma.

1.2.9. Até as 17 horas do dia 06 de Maio de 2015, a Comissão do Conselho Eleitoral Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, publicará Edital com os nomes dos inscritos no Diário Oficial dos Municípios - DOM; nos Murais dos seguintes Locais: Fórum Municipal "Casa da Cidadania" na sala sede do CMDCA, Casa da Cultura, Sede da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

1.2.10. O prazo de recurso pela não homologação de inscrição é de 17 de Maio de 2015 a 23 de Maio de 2015 até as 17 horas.

1.2.11. Qualquer eleitor poderá impugnar as candidaturas deferidas, em manifestação fundamentada e por escrita dirigida ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cujos membros decidirão acerca do acolhimento ou não da impugnação, no prazo de 02 (zero dois) dias úteis.

2. DO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR

2.1. Número de vagas: 05 (zero cinco);

2.2. Número de suplentes: 05 (zero cinco);

2.3. Vencimento: A remuneração do Conselheiro Tutelar será no valor fixo mensal será de 2,25 (dois vírgula vinte e cinco) salários mínimos nacional, vedados acréscimos a qualquer título, nos termos da Lei Municipal nº 3.425/2008 e suas alterações;

2.4. Sede do Conselho Tutelar: Rua Jorge Lacerda, nº 86, Centro, Município de Campo Alegre/SC.

3. DO PROCESSO DE CANDIDATURA

A lista dos candidatos habilitados ao pleito será publicada através de edital publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM; nos Murais dos seguintes Locais: Fórum Municipal "Casa da Cidadania" na sala sede do CMDCA, Casa da Cultura, Sede da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, informando o nome dos candidatos no dia 08 de Junho de 2015.

3.1. Os candidatos considerados aptos terão o prazo de 06 de Maio de 2015 a 28 de Maio de 2015, até as 17h para registrar suas candidaturas.

3.2. O CMDCA, no dia 08 de Junho de 2015, publicará a lista dos candidatos com candidatura registrada aptos a participar do pleito no Diário Oficial dos Municípios - DOM; nos Murais dos seguintes Locais: Fórum Municipal "Casa da Cidadania" na sala sede do CMDCA, Casa da Cultura, Sede da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

3.3. Qualquer interessado terá o prazo de 07 de Maio de 2015 a 16 de Maio de 2015 para apresentar impugnação a candidaturas.

3.4. Ocorrendo impugnações a Comissão Eleitoral notificará no dia 30 de Junho de 2015, os candidatos impugnados para apresentar defesa no prazo de 01 de Julho de 2015 e 02 de Julho de 2015 até as 17horas. O CMDCA decidirá sobre as impugnações até o dia 10 de Julho de 2015.

3.5. Remessa ao CMDCA para decidir em cinco dias e publicar o resultado final, 13 de Julho de 2015.

3.6. Os candidatos poderão recorrer da decisão do CMDCA de 14 de Julho de 2015 a 20 de Julho de 2015.

3.7. O CMDCA publicará sua decisão sobre os recursos no dia 21 de Julho de 2015.

3.8. O CMDCA publicará a lista dos candidatos habilitados ao pleito através de Edital publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM; nos Murais dos seguintes Locais: Fórum Municipal "Casa da Cidadania" na sala sede do CMDCA, Casa da Cultura, Sede da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, no dia 22 de Julho de 2015.

4. DAS ELEIÇÕES

Serão candidatos ao pleito eleitoral, todos os inscritos que obtiveram a homologação da inscrição.

4.1. Data das Eleições: 04 de Outubro de 2015;

4.2. Horário: 08hs as 17 hs.

4.3. Local: à ser definido e divulgado;

4.4. Os Conselheiros serão escolhidos através de voto secreto pelos eleitores do Município de Campo Alegre/SC, que apresentarem o respectivo título de eleitor e documento de identificação oficial com foto.

4.4.1. Serão permitidos como documento de identificação: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação - modelo novo

com foto, Carteira Profissional com Foto - emitida pelos Conselhos de Registro Profissional, Passaporte, Carteira de Trabalho - emitida pelo Ministério do Trabalho.

4.4.2. Na cédula o eleitor poderá escolher apenas um candidato.

4.5. A eleição será presidida pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA e fiscalizada pelo Ministério Público de Santa Catarina.

4.6. A apuração será iniciada após o encerramento do pleito e encerrada em até 48 (quarenta e oito) horas.

4.6.1. Compete ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA a apuração dos votos, sob a fiscalização do Ministério Público de Santa Catarina.

4.7. O resultado será anunciado assim que concluída a apuração. A Presidenta do CMDCA fará publicar com o nome dos Conselheiros Tutelares eleitos, encaminhando ata dos resultados ao Chefe do Poder Executivo Municipal e ao Ministério Público de Santa Catarina, no prazo de 03 (zero três) dias úteis.

4.8. Serão eleitos para o cargo de Conselheiro Tutelar Titulares os 05 (zero cinco) candidatos (as) que obtiverem o maior número de votos, sendo que os próximos 05 (zero cinco) colocados assumirão como Suplentes.

4.8.1. A relação dos eleitos será exposta/publicada nos seguintes locais: Mural no prédio sede da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Fórum Municipal - "Casa da Cidadania" na sala sede do CMDCA, Casa da Cultura e na Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social e publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

4.9. Para fins de desempate será utilizado o critério de maior idade. Caso persista o empate será efetuado sorteio público na presença dos candidatos.

5. DA DIVULGAÇÃO DA CANDIDATURA

5.1. Os candidatos com sua inscrição deferida, somente poderão fazer propaganda eleitoral através de impressos de tamanho máximo de 210x297mm (tamanho A4), sendo VEDADO qualquer outro tipo de propaganda ou publicidade.

5.2. É vedada a panfletagem, a colagem de panfletos, quaisquer meios de publicidade e propagandas de candidatos em órgão públicos.

5.3. A propaganda eleitoral deve ter como objetivo, exclusivos prestar esclarecimento sobre as atribuições do conselheiro tutelar, a experiência do candidato no trato das questões envolvendo crianças e adolescentes, e informações gerais sobre o processo de escolha.

5.4. Será admitida a divulgação da candidatura através da internet, por meio de blogs, redes sociais e envio de e-mails.

5.5. Não será permitido qualquer tipo de propaganda que implique em aliciamento de eleitores e propaganda enganosa.

5.5.1. Considera-se propaganda enganosa aquela que veicule informações não verdadeiras.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

6.1. Conforme Art. 140 do Estatuto da Criança e Adolescente - ECA, estão impedidos de servir o mesmo Conselho Tutelar esposo e esposa, ascendentes e descendentes, sogro(a) e genro/nora, irmão(ã), cunhado(a), tio(a), sobrinho(a), padrasto ou madrasta e enteado(a).

6.1.1. Entende-se o impedimento do candidato(a) em relação à autoridade judiciária ao representante do Ministério Público e aos integrantes da Polícia Civil e Militar em exercício na Comarca, Foro Regional ou Distrital.

6.2. Caso sejam eleitas pessoas que apresentem parentesco vedado pelo Art. 140 do Estatuto da Criança e Adolescente - ECA, assumirá o mais votado ou subsequente.

6.3. Os Conselheiros Tutelares que assumirão as vagas Titulares deverão ter disponibilidade de tempo de no mínimo 20 (vinte) horas semanais, no horário de expediente e para os plantões noturnos nos dias úteis e aos sábados, domingos e feriados.

6.4. É VEDADO ao Conselheiro Tutelar o exercício concomitante de

qualquer outra atividade pública ou privada, conforme Art. 37 da Resolução nº 139 do CONANDA.

6.5. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA com acompanhamento do representante do Ministério Público de Santa Catarina da Comarca de São Bento do Sul/SC.

Campo Alegre/SC, 31 de Março de 2015.

ADRIANE SCHULZE DE OLIVEIRA
Presidente Interina do CMDCA
Conselho Municipal dos Direitos da
Criança e do Adolescente

Publicado o Presente Edital de Convocação nº 001/2015 no dia dois do mês de abril do ano de dois mil e quinze, no Diário Oficial dos Municípios - DOM, e nos seguintes locais: Mural no Prédio Sede da Prefeitura Municipal; Mural no Prédio Sede da Câmara de Vereadores; Fórum Municipal "Casa da Cidadania" na Sala sede do CMDCA; Mural no Prédio Sede da Casa da Cultura e no Mural no Prédio Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

ANEXO I CRONOGRAMA ELEITORAL

AÇÕES	PRAZOS
Inscrições	06 de Abril à 04 de Maio
Publicação dos Inscritos	06 de Maio
Impugnação dos Inscritos	07 de Maio a 16 de Maio
Publicação ao candidato para apresentar Defesa	17 de Maio a 23 de Maio
Análise pela Comissão das defesas apresentadas	24 e 25 de Maio
Publicação das candidaturas deferidas no Diário Oficial dos Municípios e Murais	29 de Maio
Notificação ao MP	01 de Junho
Decisão dos Recursos pelo CMDCA	01 de Junho a 06 de Junho
Publicação das candidaturas Habilitadas no Diário Oficial dos Municípios e Murais	08 de Junho
Capacitação	Setembro
Apresentação das regras da eleição aos candidatos homologados e,	
Indicação e credenciamento dos fiscais dos candidatos	10 de Junho
Campanha Eleitoral	08 de Julho e 03 de Outubro
Publicação dos Locais de Votação	10 de Junho
Publicação dos Mesários e Escrutinadores	02 de Setembro

ANEXO I CRONOGRAMA ELEITORAL - continuação

Eleição	04 de Outubro
Publicação da apuração eleitoral	Até 06 de Outubro
Período para análise das impugnações	07 a 09 de Outubro
Notificação dos impugnados	13 de Outubro
Apresentação de defesa escrita	14 a 20 de outubro
Sessões da Comissão Eleitoral para análise da defesa de impugnação	21 a 23 de Outubro
Publicação do Julgamento das defesas	Até 26 de Outubro
Interposição de recurso ao CMDCA	27 e 28 de Outubro
Reunião Extraordinária do CMDCA para análise e decisão dos recursos	31 de Outubro
Publicação do resultado final da Eleição	03 de Novembro

ANEXO II ELEIÇÃO CT/ 2015 REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO AO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. A Comissão Eleitoral

	Nº de Registro:
Nome:	
RG:	CPF/MF:
Escolaridade:	
Estado Civil:	Profissão:
Ocupação atual:	
Endereço:	
Bairro:	CEP:
Telefone:	Telefone para recado:
E-mail:	Celular:
Nome e/ou apelido a constar na cédula eleitoral:	

Desde já, responsabilizo-me pela veracidade das informações contidas no presente requerimento e pelos documentos em anexo.

Nestes Termos

Pede Deferimento.

Campo Alegre/SC, ____ de ____ de 2015.

Assinatura do Candidato

ANEXO III ELEIÇÃO CT/ 2015

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O CARGO

DATA DE ESCOLHA: 04/10/2015

HORÁRIO: das 8h00min às 17h00min

Locais de votação: a Consultar futuramente no Diário Oficial dos Municípios - DOM; nos Murais dos seguintes Locais: Mural do Prédio Sede da Prefeitura Municipal, Mural do Prédio da Câmara de Vereadores, Fórum Municipal "Casa da Cidadania" na sala sede do CMDCA, Mural do Prédio Casa da Cultura, e Mural do Prédio Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Número de Vagas Titulares: Cinco

Número de Vagas Suplentes: Indefinido

Validade do Mandato: de 10 de Janeiro de 2016 a 09 de Janeiro de 2020

Atribuições do Cargo: Atribuições já definidas no Art. 136, do Estatuto da Criança e do Adolescente tais como: atender as crianças/adolescentes com medidas de proteção, requisitando serviços públicos quando necessário, exigindo cumprimento da lei e denunciando os infratores ao Ministério Público, a fim de evitar a omissão ou abuso dos participantes do sistema (sociedade, estado, pais ou responsável), aconselha e exige dos pais ou responsável as medidas necessárias ao bem estar físico e/ou mental das crianças/adolescentes, encaminhando a tratamento, incluindo em programa de orientação, obrigando a acompanhar e matricular em escola regular, a fim de contribuir para uma vida normal na sociedade: promove a execução de suas decisões, requisitando serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança e/ou representando junto à autoridade judiciária nos casos de cumprimento injustificado de suas deliberações, para garantir o seu cumprimento; representa a criança/adolescente e/ou família, notificando o Ministério Público e recebendo notificações no caso de violação de direitos, para servir de elo, entre a comunidade e o estado; expede notificações, petições e outras correspondências, redigindo e digitando, segundo

instruções para atender rotinas administrativas, requisita certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário. Pode representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, encaminhar à autoridade judiciária os dados de sua competência (infrações de adolescentes), assessorar o executivo na elaboração de propostas orçamentária para planos e programas de atendimento a criança e adolescente.

Horário de expediente: O Conselho Tutelar cumprirá horário de funcionamento conforme definição da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social e Lei Local. A atuação do Conselho Tutelar será permanente, contínua e ininterrupta, mantendo plantão para atender casos urgentes em qualquer dia e horário.

Dedicação exclusiva: A função de membro de Conselheiro Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada, conforme preconizam a Resolução nº 170/2015 do CONANDA.

EDITAL DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 002/2015

EDITAL DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 002/2015

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, resolve tornar público o presente Edital de Deferimento das Inscrições.

Art.1º Consta do Anexo I do presente Edital a lista de candidatos que tiveram suas inscrições deferidas.

Art.2º Consta do Anexo II do presente Edital a lista de candidatos que tiveram suas inscrições deferidas na condição de candidatos PNE's (Pessoas com necessidades Especiais).

Art.3º Fica aberto o prazo recursal contra o deferimento das inscrições no prazo das 08h do dia 01/04/2015 até as 23h59min do dia 06/04/2015.

Para que não se alegue ignorância, o presente Edital será afixado no mural da Prefeitura Municipal, publicado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: www.mgaconcursospublicos.com.br e www.campoalegre.sc.gov.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br

Campo Alegre/SC, 31 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ANEXO I EDITAL DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 002/2015

LISTA DE CANDIDATOS QUE TIVERAM SUAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Nº Inscrição	Nome do Candidato	RG	Cargo
32257	ADRIANA TASCHECK SCHREINER	35209259	Especialista em Assuntos Educacionais
29355	ADRIANE DINA WE- BER BRAUNINGER	33064527	Especialista em Assuntos Educacionais
23979	ARLETE SCHADECK	2377543	Especialista em Assuntos Educacionais
31580	BEATRIZ PSCHIEDT	68849802	Especialista em Assuntos Educacionais

23121	CATARINA MICHEL ADENIL FERREIRA PEREIRA	3396315	Especialista em Assuntos Educacionais
28271	CLAUDICEIA FRANCO DE OLIVEIRA TERRES	4872925	Especialista em Assuntos Educacionais
30463	CRISTINE TSCHOKE LIEBL	23707143	Especialista em Assuntos Educacionais
23369	ELIZANDRA SOUZA MARTINS	84253669	Especialista em Assuntos Educacionais
31876	EVELIN CRISTIAN WEIGLE DA SILVA RIBEIRO	3633245	Especialista em Assuntos Educacionais
31782	EVILIANE OSNILDA CUBAS MUNHOZ	2015394	Especialista em Assuntos Educacionais
29568	FABIANE VICENTE BELLI GREFFIN	3782732	Especialista em Assuntos Educacionais
29222	FLAVIA RAQUEL STAHELIN	4377503	Especialista em Assuntos Educacionais
29213	INEZ SILVANE NEPL LISCZKOVSKI	2928033	Especialista em Assuntos Educacionais
22189	JACINTA ZEZOTKO WOYAKEVICZ	4516327	Especialista em Assuntos Educacionais
32283	JOSIANE PEREIRA GULIK	4341549	Especialista em Assuntos Educacionais
31925	JULIA GRASIELA BORGES	4174097	Especialista em Assuntos Educacionais
31761	JULIANA MILDENBER- GER	4433429	Especialista em Assuntos Educacionais
30748	KARINA DA COSTA HANSEN	40801799	Especialista em Assuntos Educacionais
30813	KATIA CRISTINA RU- THES PIRES DE LIMA	2586378	Especialista em Assuntos Educacionais
30870	MARCELA JASTROM- BEK DUARTE	3908711	Especialista em Assuntos Educacionais
31713	MARISA ELIANE DE LIMA BRANCO	2928379	Especialista em Assuntos Educacionais
20464	MARQUIELLI APARE- CIDA ROSARIO DA CRUZ	4341417	Especialista em Assuntos Educacionais
24050	MONICA KONEFAL ALVES	9790268	Especialista em Assuntos Educacionais
31042	NEONILHA BONKO SILVA	42382922	Especialista em Assuntos Educacionais
30048	ROSANE KO- MINKIEWICZ	2656369	Especialista em Assuntos Educacionais
20724	SCHEILA REGINA LINO KRUEGER	3215066	Especialista em Assuntos Educacionais
19817	SILVANE RAMOS	4377563	Especialista em Assuntos Educacionais
31341	SILVETE ROSENILDA DERENIEVZ WOYE- CIESKOSKI	3271618	Especialista em Assuntos Educacionais
24565	TATIANE HACKE	3610584	Especialista em Assuntos Educacionais
19750	ANDREA PILATTI	4916187	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
28875	BIANCA KESTERING GREIPEL	42458315	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
24509	BIANCA ROSA	5344527	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)

21721	EVELYN LOUISIANA DUVOISIN EHLKE	2920064	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
24677	GABRIELI HANTS-CHEL ALVES	50187686	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
31631	JANAINA HUTTL	4358913	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
24701	JOCELINE DOS SANTOS LINZMEYER	4627101	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
30768	LUANA BRUNA RODRIGUES	4780551	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
27877	MARCELE WEITNER	3618002	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
32288	MARIA TEREZINHA CARVALHO DE LIMA	101566455	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
31691	NERLI BORGES DE SOUZA SCHOFFEL	2667336	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
30809	REGIANE MALINOVSKI HORTZ	42455189	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
31165	ROSMARI DE OLIVEIRA	20185391	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
31698	SILMARA RODRIGUES FERREIRA	4281659	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
29557	SIMONE MICKUS	4377562	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
24913	SUELI CARDOZO	2924820	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
31549	TATIANE OLENIK PESCHISKI	40026833	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
29632	VALDIANE APARECIDA FUECKNER	4206675	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
21732	VANESSA HACKE DE FARIAS	5933522	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)

32009	YOLANDA STOEBERL	4798884	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
21511	ALAN CLEVERSON DE LIMA	4341695	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
29971	ANDREIK MICHEL WOLLNER	50845063	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
28101	ANNIE EVELYN DE LIMA	93314875	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
23621	ANTONIO ALMEIDA BURITI NETO	51345641	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
21473	BRUNA JUSTINE KOTOVICZ	47991461	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
27782	CAROLINE SIBELI BONA	4377376	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
27176	DAIANE BEATRIZ LIEBL	4316421	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
20441	DANIELA LUDWINSKY	5457888	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
31132	ERNESTINO RIBEIRO DO AMARAL DE SOUZA	5084464	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
31145	FRANCIS DA SILVA SANTOS	3786328	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
31328	INACIO SAVITSKY	5654605	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
28536	JAIR LUIS PISSO-LATTO	4997426	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)

27922	JEFFERSON EDUARDO BONA	33962944	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
28822	JEFFERSON MAXTERNEANI DIAS BRUNATTI	64856618	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
20947	JENICE APARECIDA DOS SANTOS	5130639	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
28076	JESSICA CRISTINA WITT	5727358	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
31933	JOAO CARLOS DA SILVA	5128463	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
31033	KARIN RANK LIEBL	4174327	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
31315	KARINA LINZMEYER	4377539	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
29864	LEOSIR FERREIRA DE SOUZA	20135190	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
27732	LUCAS DE FARIAS	4516033	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
30135	MARCIO A FELCZAK	4002564	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
20893	MARCOS GUTKNECHT	3264015	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
22524	MARIA HELENA KORNATZKI	3294763	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
31972	MAX DANILO BORGES CAVILHA	88137221	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)

20793	NAIRA CHRISTINA BORGES PORTELLA	4388268	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
32262	RENATA CHEVEN	137738341	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
31762	RENATO DALLAZEN PEREIRA	52535760	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
27713	RICIELY MARIA GOTTARDO	5334339	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
31954	ROBSON ANTONIO GONCALVES	4128520	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
21001	RODRIGO HENNINGS	4593185	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
28619	RODRIGO MUHLBAUER	4799838	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
22209	VIVIAN BRANDT FERNANDES	3357222	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
29801	WILLIAM COTHOWISKY	4793027	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
23326	ADRIANO FERNANDES	47808802	Professor IV-Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental)
31767	ANA KAMILA DE RODRIGUES	4546771	Professor IV-Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental)
30656	HIRVINNG ALECSSEY KERETCH ULBIRICH	5447785	Professor IV-Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental)
31493	LUCAS ODENIR NIESPODZINSKI	5085271	Professor IV-Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental)
21503	MARIANE LOPES	4627138	Professor IV-Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental)
19866	PETER HENRY GRIMM	1083937	Professor IV-Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental)
31473	ROSANE LANG	16425707	Professor IV-Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental)

32080	ROSANGELA HRUS-CHKA	3830485	Professor IV-Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental)
29868	SONIA BERNADO CORDEIRO	424563	Professor IV-Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental)
31930	ADRIANO WESTPHAL	5311879	Professor IX -Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
27930	CLEITON JESIEL DA MAIA	77502505	Professor IX -Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
29211	DALVANA GUILIANE LISCZKOVSKI	134148128	Professor IX -Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
32065	EDICLER ORENICE CUBAS MUNHOZ	20154240	Professor IX -Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
26776	ESTER SUCZECK HEIDEN	46270990	Professor IX -Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
31669	GUSTAVO DE CASTRO ALVES MACHADO	135777870	Professor IX -Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
20849	LAIS GRAZIELE PASDA	5344113	Professor IX -Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
31953	RAFAEL HIRT	4316042	Professor IX -Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
20748	SAMUEL FISCHER	134856696	Professor IX -Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
28429	TANIA MARCIA CUBAS FRANCO	56660909	Professor IX -Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
30140	ANDREIA PYKOSZ KRAMAR	134336099	Professor VIII - Professor de Geografia (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
30643	ANDRIELI CHAPIESKI	6879591	Professor VIII - Professor de Geografia (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
29648	ANDRIELI CHAVES DA SILVA	5481695	Professor VIII - Professor de Geografia (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
32020	CLAUDIO FERNANDO ZESZOTKO	5344151	Professor VIII - Professor de Geografia (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)

30397	GENESIO ROBERTO CAMARGO	76397716	Professor VIII - Professor de Geografia (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
31778	HELENA CRISTINA STAFFEN KOGLER	4206738	Professor VIII - Professor de Geografia (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
24763	RICARDO ARTEN	4406202	Professor VIII - Professor de Geografia (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
22395	SERGIO RENATO MACHADO FAGUNDES	60803960	Professor VIII - Professor de Geografia (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
21185	VIVIANA APARECIDA BUENO	50844660	Professor VIII - Professor de Geografia (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
25424	CAMILA CASSIANO DE MOURA	4703602	Professor VII-Professor de Ciências (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
22589	DAIANE DERENIEWICZ	5344609	Professor VII-Professor de Ciências (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
32078	FABIANA GONCALVES	4540123	Professor VII-Professor de Ciências (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
30697	GRACIELE GOETEN DE LIMA	4237532	Professor VII-Professor de Ciências (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
31582	JANAINA LACHOWICZ WOLTER	4480683	Professor VII-Professor de Ciências (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
25882	JOICE MAIARA RICS	50841025	Professor VII-Professor de Ciências (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
27714	MARIA SALETE LOPEZ GOTTARDO	5841156	Professor VII-Professor de Ciências (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
30567	FERNANDA LEMOS MAROS	4798071	Professor VI-Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
31364	IZABELY CRISTINA FERNANDES	5311530	Professor VI-Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
28118	JAMIA JURICH PILLATI	458959	Professor VI-Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)

31998	JENYFFER SCHMIT-CKA PACHECHNE	4316243	Professor VI-Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
31036	JOSIANE SCHROEDER	4245390	Professor VI-Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
21755	PAULO ALEXANDRE MOSER	50846345	Professor VI-Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
29000	PAULO SERGIO TAGATA	16296600	Professor VI-Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
19860	SILDONIR SOARES DE CAMARGO	28262127	Professor VI-Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
20609	SUELEN MILCZEWSKI	138840220	Professor VI-Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
20245	VIVIANE CCHALOUPEK SCHROEDER	3264150	Professor VI-Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
26575	ZELIA APARECIDA VELOZO DO AMARAL	3315378	Professor VI-Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
20396	ANA CAROLINE KROL UHLIG	4627361	Professor V-Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental.
28186	BRUNA LAIS LINZMEYER GIESE	47931922	Professor V-Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental.
27754	ELVYS MILDE DA SILVA	5018903	Professor V-Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental.
23477	ERNY KIOKO HIDAKA	263235439	Professor V-Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental.
20785	GISELE DE FATIMA BATISTA	54819628	Professor V-Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental.
30655	HIRVINNG ALECSSEY KERETCH ULBIRICH	5447785	Professor V-Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental.
31578	JENNIFER RODRIGUES SILVA	4823361	Professor V-Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

28625	JOSIANE DE FATIMA JANKOVSKI FUCKNER	1094617	Professor V-Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental.
28793	JULIANA DOS SANTOS DE OLIVEIRA	72476204	Professor V-Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental.
31628	LUCIANA SANTANA DURAES CUSTODIO	8917212	Professor V-Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental.
31561	MARIANE LOPES	4627138	Professor V-Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental.
31467	SILVIA RAFAELE KERSCHER	54579465	Professor V-Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental.
30137	ANDREIA PYKOSZ KRAMAR	134336099	Professor X -Professor de Ensino Religioso (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
32307	JOSIANE PEREIRA GULIK	4341549	Professor X -Professor de Ensino Religioso (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)

ANEXO II
EDITAL DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES
CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 002/2015

LISTA DE CANDIDATOS QUE TIVERAM SUAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS NA CONDIÇÃO DE CANDIDATOS PNE'S (PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS)

Inscrição	Nome	CARGO	DOCUMENTO
28393	CAROLINE LACHOWICZ	Professor IV- Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental)	5317766
20849	LAIS GRAZIELE PASDA	Professor IX - Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)	5344113
25401	FRANCESCA CONCEICAO	Professor III- Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)	48450189

EDITAL DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 003/2015

EDITAL DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 003/2015

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, resolve tornar público o presente Edital de Deferimento das Inscrições.

Art.1º Consta do Anexo I do presente Edital a lista de candidatos que tiveram suas inscrições deferidas.

Art.2º Não houve inscrições de candidatos PNE's (Pessoas com necessidades Especiais).

Art.3º Fica aberto o prazo recursal contra o deferimento das inscrições no prazo das 08h do dia 01/04/2015 até as 23h59min do dia 06/04/2015.

Para que não se alegue ignorância, o presente Edital será afixado no mural da Prefeitura Municipal, publicado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: www.mgaconcursospublicos.com.br e www.campoalegre.sc.gov.br.

Campo Alegre/SC, 31 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ANEXO I

EDITAL DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 003/2015

LISTA DE CANDIDATOS QUE TIVERAM SUAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Nº Inscrição	Nome do Candidato	RG	Cargo
31198	ADELAIDE GREFFIN MULLER	20152205	Agente Administrativo II
24151	ADRIANA HORNIG	3959414	Agente Administrativo II
25789	ALESSANDRA KONOPICA	3771183	Agente Administrativo II
23520	ALESSANDRA PASDA	53440633	Agente Administrativo II
31777	ALESSANDRO DOS SANTOS	5311090	Agente Administrativo II
20945	ALEXANDRE MARCZAK	3397839	Agente Administrativo II
30819	ALINE FABIOLA SCHA-DECK	5622035	Agente Administrativo II
31812	ALINE FERRAZ DOS SANTOS	5933768	Agente Administrativo II
25847	ALISSON RIBAS DAS NEVES	6119921	Agente Administrativo II
19985	AMANDA LARISSA CARVALHO	107736840	Agente Administrativo II
19768	ANACELI ADELINA DA CRUZ	6666531	Agente Administrativo II
31979	ANDERSON DA SILVA	53443853	Agente Administrativo II
24226	ANDRESSA ADRIANE WATZKO TABBERT	4522839	Agente Administrativo II
31353	ANDRESSA APARECIDA PISKE	4627008	Agente Administrativo II
30544	ANDREZA DA ROCHA	6674720	Agente Administrativo II

21836	ANDREZA DANIELE VIEIRA DE LIMA DE MELO	5344525	Agente Administrativo II
30790	ANELISE MILENA WALDMANN	5841385	Agente Administrativo II
29671	ANELISE SCHIER	4358900	Agente Administrativo II
32268	ANGELICA NENEVE CORDEIRO	5622902	Agente Administrativo II
31538	BARBARA BEGALKE	3959299	Agente Administrativo II
31244	BIANCA DE FATIMA CAMPOLINO	5622478	Agente Administrativo II
26522	BIANCA ROSA	5344527	Agente Administrativo II
19901	BRUNA CARNEIRO	6138465	Agente Administrativo II
31489	BRUNA ELOISA SCHLOGL	6215242	Agente Administrativo II
25853	BRUNA LETISSIA CARDOZO	5887173	Agente Administrativo II
26935	BRUNA MARTHA BRUECKHEIMER	5498551	Agente Administrativo II
31529	CARLA ANDREIA VEIGA	6057518	Agente Administrativo II
29726	CARMEM ALVES DA SILVA	53440412	Agente Administrativo II
31270	CATIA LAIS DA SILVA FELICIANO PADILHA	4281576	Agente Administrativo II
28434	CAUE LOPES DE MORAIS MORAES	479010730	Agente Administrativo II
32005	CELIA ROSARIO ROCHA	4516387	Agente Administrativo II
32030	CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA	45930953	Agente Administrativo II
31994	CLARA INES GOETEN DE LIMA	4737831	Agente Administrativo II
31585	CLEIDI CORDEIRO FRIEDRICH		Agente Administrativo II
32093	CRISTIAN CONDE DA CRUZ	5735559	Agente Administrativo II
23645	CRISTIANE ERVING	4535252	Agente Administrativo II
21021	CRISTIANE MAIA	4358463	Agente Administrativo II
31674	DALTON KITZBERGER	4963967	Agente Administrativo II
30025	DAMARIS ALVES	6887261	Agente Administrativo II
31847	DAMARIS MAIARA BAHR	5933689	Agente Administrativo II
32279	DANIEL DA SILVA GONCALVES	304588969	Agente Administrativo II
30180	DANIELA SALDANHA	4062970	Agente Administrativo II
31045	DEBORA CAROLINE SILVA	7388966	Agente Administrativo II
19987	DEBORA JULIANA MACHADO	4358493	Agente Administrativo II
23625	DEBORA MARIA DAUTT XAVIER	5344937	Agente Administrativo II
31601	DEBORA MARTINS DE OLIVEIRA	5912844	Agente Administrativo II
19974	DEISY ADRIANE KERSCHER	5344564	Agente Administrativo II
28212	DENISE RODRIGUES DE FARIAS	2043743	Agente Administrativo II

27004	EDUARDA DENISE FERREIRA DE MELO	6088112	Agente Administrativo II
32175	ELAINE AUGUSTIM LEAL	5344137	Agente Administrativo II
32252	ELANE ANDRUCHECHEN BACHMANN	4377118	Agente Administrativo II
29338	ELIANE APARECIDA MACHADO	4780577	Agente Administrativo II
29154	ELISANGELA APARECIDA SIQUEIRA	4516821	Agente Administrativo II
31730	ELVIS SCHENEKEMBERG	5551532	Agente Administrativo II
32184	EMILY CAROLYN MUNSIAL MANICA	132806756	Agente Administrativo II
24257	ERNANI TABBERT	4425563	Agente Administrativo II
31615	EULALIA GORNIACK CUSTODIO	23723351	Agente Administrativo II
30807	FABIANA OLIVEIRA CARMARGO SCHADECK	3520822	Agente Administrativo II
28964	FABIANO CHICOVIS	5887926	Agente Administrativo II
31378	FATIMA NOGUEIRA DE LIMA OSSOVSKI	6437412	Agente Administrativo II
23838	FELIPE DE SOUZA	50847775	Agente Administrativo II
31989	FERNANDO DOS SANTOS HERBST	5084703	Agente Administrativo II
26016	FRANCIELE APARECIDA DE LIMA PRESTES DE SOUZA	50847040	Agente Administrativo II
19957	FRANCIELE GORNIACK	44061188	Agente Administrativo II
32282	FRANCILINE DERENIEVICZ	5344169	Agente Administrativo II
32145	FRANCINI PAOLA TEIXEIRA WERNER	5735869	Agente Administrativo II
19886	GABRIELA MACHADO KERSCHER	123951360	Agente Administrativo II
30780	GERSON LUDWINSKI	4174769	Agente Administrativo II
25069	GIOVANI MATHEUS BORGES	5686979	Agente Administrativo II
31855	GISLAINE GOMES DOS SANTOS MICKUS	5311124	Agente Administrativo II
31384	GISLENE SAIDOK NOSOL	2924462	Agente Administrativo II
31590	GUILHERME FOITTE	4002357	Agente Administrativo II
32106	HENRIQUE OSNI SCHWARZ	5481449	Agente Administrativo II
27288	HIGINO TOME JOSE DA SILVA NETO	6701558	Agente Administrativo II
28801	HUELITON NAIDECK		Agente Administrativo II
30387	ILIANE ELOI MASSANEIRO	5344077	Agente Administrativo II
32063	IVONEI MALINOVSKI	4174075	Agente Administrativo II
31239	JAIR BOETTGER MOTA	6057464	Agente Administrativo II
31077	JANAINA CHAVES VIEIRA	53110811	Agente Administrativo II
29966	JEANE DE FATIMA HEIDEN	5622007	Agente Administrativo II

31770	JEISI MARIANI DA ROCHA	50847104	Agente Administrativo II
31027	JENIFFER CRISTINY SIQUEIRA	4341095	Agente Administrativo II
24751	JEOVANA BORGES GOETTEN	5912803	Agente Administrativo II
28762	JHON LUCAS GARCIA KONS	54814308	Agente Administrativo II
31898	JONAS EBERT	4799572	Agente Administrativo II
29297	JORGE LUIS CORDEIRO	40225003	Agente Administrativo II
29298	JOSIANE RUDNIK	4240743	Agente Administrativo II
23007	JUCELIA RIBAS DAS NEVES	53440625	Agente Administrativo II
31681	JULIA NOGARA LOSS	5798163	Agente Administrativo II
31887	JULIO CESAR OBERGER	78530413	Agente Administrativo II
26808	KARINA BAPTISTA MOREIRA	4316908	Agente Administrativo II
30326	KARINA SCHULTER LINHARES	5311465	Agente Administrativo II
31612	KAROLINE GORNIACK CUSTODIO	5912926	Agente Administrativo II
31287	KATHLEEN CARDOSO DA SILVA	54962811	Agente Administrativo II
28136	KATIA REGINA PAVANELLI FICKNER	4516295	Agente Administrativo II
31596	KELY CRISTIANE FRIEDRICH DREFAHL	3618341	Agente Administrativo II
31810	KELY JENTARA		Agente Administrativo II
32292	KHETLYN LETHICIA HORTZ	6206958	Agente Administrativo II
31035	LAIS DAMAZIO FRANCO	6138624	Agente Administrativo II
26830	LARISSA KAIANE CIDRAL MOREIRA	6258865	Agente Administrativo II
23941	LECIANE KARINE DE ANDRADE TORRES	4627089	Agente Administrativo II
29626	LEIDIANE LINZMEYER STOMINSKY	4799434	Agente Administrativo II
19938	LEONICE IOHANSON	4593043	Agente Administrativo II
22649	LEONILSA DE FATIMA SOUZA KROLL	7118213	Agente Administrativo II
23954	LETICIA MORGANA MOREIRA DOS SANTOS	6019823	Agente Administrativo II
24295	LILIAN MIRELI RODRIGUES	5481454	Agente Administrativo II
30949	LILIANE PEREIRA DOS SANTOS	2924081	Agente Administrativo II
19796	LUAN CESAR ENGELKE	5815495	Agente Administrativo II
27195	LUANA DE BASTIANI	5084723	Agente Administrativo II
30644	LUANA ESTEFANI DRANKA	4793886	Agente Administrativo II
25635	LUCAS FRIEDRICH	6437458	Agente Administrativo II
32165	LUCIANA LEAL RAMTHUN	6138337	Agente Administrativo II
31062	LUCIANE PRESTES DE SOUZA DA CRUZ	2372333	Agente Administrativo II

31340	LUIS GUILHERME CAVALEIRO	90789473	Agente Administrativo II
31962	LUIZ TADEU VALERIO MUNHOZ	7168489	Agente Administrativo II
31802	LUZIA HORNIG	3270529	Agente Administrativo II
21791	MAIRA LUANA TAVARES	4406193	Agente Administrativo II
31046	MARCELA SELL	4245698	Agente Administrativo II
31055	MARCELO BARON	2375939	Agente Administrativo II
31278	MARCELO LUCAS MACHADO	69533396	Agente Administrativo II
23977	MARCIO SIQUEIRA CAMPINA	76698643	Agente Administrativo II
31572	MARIA CLAUDETE DE MELO	4080362	Agente Administrativo II
31603	MARIA CRISTINA MILCZEWSKI	2920801	Agente Administrativo II
31125	MARIA DENISE MARTINS	140124950	Agente Administrativo II
31598	MARIA ELIZETE ODIATELMA	4245761	Agente Administrativo II
20151	MARIA JULIANE DE LIMA	3830361	Agente Administrativo II
26794	MERI ELEN BAPTISTA HIMPEL	4316907	Agente Administrativo II
19972	NATASCHI LARETSA AUGUSTIN	4627354	Agente Administrativo II
31530	NAYLA DREVECK	6138854	Agente Administrativo II
31569	PATRICIA DOS ANJOS SOARES	5933685	Agente Administrativo II
24799	PATRICIA LUCO	5084768	Agente Administrativo II
31786	PATRICK FERNANDO FRANKE	5912867	Agente Administrativo II
21812	PRICILA GREFFIN		Agente Administrativo II
30591	REGIANE RODRIGUES	5686371	Agente Administrativo II
32000	REGINA GOETEN DE LIMA	3796318	Agente Administrativo II
28743	RODRIGO BLASZKOWSKI	53440935	Agente Administrativo II
31653	ROSANGELA ODIATUCKNER	2924407	Agente Administrativo II
32052	ROSILENE IDALENCIO	29202922	Agente Administrativo II
30133	SABRINA BEATRIZ ROSA	52304868	Agente Administrativo II
31131	SAMUEL LINK	6482125	Agente Administrativo II
31961	SANDRA ROSA BERNARDI CARVALHO	4593846	Agente Administrativo II
30111	SERGIO LUIZ ESTICA	104445942	Agente Administrativo II
31769	SILVANE FERREIRA DA SILVA TELMA	2375772	Agente Administrativo II
29739	SILVIA BOEGERSHAUSEN	44274564	Agente Administrativo II
29779	SIMONE CAROLINA FERREIRA FREITAS	75415486	Agente Administrativo II
29863	SONIA BERNADO CORDEIRO	424563	Agente Administrativo II

29247	SUELEN DE SOUZA FELIX	53441621	Agente Administrativo II
20022	SUZANA ELIZA HUMMELGEN	54579341	Agente Administrativo II
23485	TAIS DREVECK	6258321	Agente Administrativo II
30974	TATIANE MUEHLMANN TELMA	4793907	Agente Administrativo II
32209	TAYLA DE OLIVEIRA SCHROEDER	45937397	Agente Administrativo II
31206	TAYNARA MULLER	4593074	Agente Administrativo II
22127	TERESINHA BAECHTOLD	2019443	Agente Administrativo II
19994	THAISA COSTA	5933853	Agente Administrativo II
32043	VANESSA APARECIDA FOITTE	2920482	Agente Administrativo II
19889	VANESSA APARECIDA SIMAO STEUERNAGEL	5085488	Agente Administrativo II
28301	VERA LUCIA CARVALHO	4080814	Agente Administrativo II
30210	VINICIUS EDUARDO ROCHA SCHIOCHET	6629178	Agente Administrativo II
31583	WELLYNGTON CESAR WOLTER	4319635	Agente Administrativo II
27312	WESLEY FELIPE KNOEPKE	49634569	Agente Administrativo II
23485	TAIS DREVECK	6258321	Agente Administrativo II
28888	ADRIANA ROSELI MEY	2374300	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
29636	ADRIANA ZUMBACH	53440820	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
26034	ANA MARIA CAMARGO DREVECK	3271427	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
30888	ANDREA WOITECHEN	4439098	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
20041	ANGELA MARIA MILCHEVSKY	6613011	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
22422	ANGELICA LINZMEYER FUCKNER	5841800	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
31114	ARLETE DE OLIVEIRA LIMA	124103100	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
32102	BRUNA SCHWARZ	54814359	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
21935	CLARICE ROCHA DE PAULA	54578396	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
24728	CLAUDIANE GONCALVES DE ABREU	53446100	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
24713	CLAUDINEIA GONCALVES DE ABREU	4780275	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
31862	CRISTIANE PEREIRA FERNANDES	4377408	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais

31908	DENISE APARECIDA ROCHA	2015238	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
31772	DENISE IOHANSON	4593889	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
27363	DIAN EDUARDO GOMES DOS SANTOS		Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
25367	DYENIFFER FAGUNDES	45931399	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
32303	ELENICE MICKUS	46271562	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
30336	FLAVIA RIBEIRO DE LIMA	40027082	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
21109	GESSICA FRANCO BARBOSA	5481312	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
31321	GISELI DE FATIMA RODRIGUES FISCHER	3870350	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
23917	IARA NEIDE DE OLIVEIRA DE JESUS	3379758	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
30502	JANICE AMORIM CUNHA	2958318	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
24839	JORACI BORGES	4377425	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
21048	KATIA IRIS MILCHEVSKY	4627160	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
31939	LUCIMARA APARECIDA TELMA	6437644	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
31546	MARCIA ZUMBACH	53440366	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
22018	MARIA CELIA SCHMANSKY	3618125	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
25061	MARIA LUCIA ALVES FERNANDES	90884093	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
28661	MARILENE APARECIDA BINNER	53111052	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
29241	MATILDE APARECIDA BAECHTOLD	4516230	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
25087	MICHELE ENGLER DE ALMEIDA COELHO	4627678	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
31032	MIRIAN CARLA DE LIMA	4798374	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
32023	NATALIA BERTA DA SILVA	5933079	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
30938	NELITA ALVES RODRIGUES MOTA	214002610	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais

21455	REGINA APARECIDA DOS SANTOS	277169811	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
21978	ROSALINA LINZMEYER RONSKA	1647009	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
27717	SALETE PTASZEK CHICOVIS	5344425	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
31968	SILVANA EMIDIA SOARES DE CAMARGO	52301664	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
31377	SIMONE BRUSKE	4425293	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
31943	SIRLENE APARECIDA MALCHOVSKI	127404186	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
29291	SONIA HABOVSKY STAHELIN	2922202	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
20062	TEREZINHA FIALKA DOS SANTOS	7412897	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
31314	VERA LUCIA DOS SANTOS NUNES	3959487	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
23917	IARA NEIDE DE OLIVEIRA DE JESUS	3379758	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
19919	ROSELY DE FATIMA OLIVEIRA DA SILVA	5640146	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
31781	JOSE MORACI DE JESUS DOS SANTOS	3397094	Agente Operacional I-Auxiliar Operacional
31202	ROSEMILDA VAZ TORRES	4406766	Agente Operacional I-Auxiliar Operacional
32050	DAVID ROGERIO MARIANO	439193345	Agente Operacional III Agente de Manutenção
32139	DJONATAN DE JESUS WERNER	5735895	Agente Operacional III Agente de Manutenção
24703	ANDERSON ROSA	4080410	Agente Operacional III-Operador de Máquinas e Equipamentos
30452	ANDRE FELIPE TAVARES PLOSZAI	5085643	Agente Operacional III-Operador de Máquinas e Equipamentos
31504	CRISTIANO CUNHA	3618398	Agente Operacional III-Operador de Máquinas e Equipamentos
30107	JAIME LUIZ DAVID JUNIOR	5794711	Agente Operacional III-Operador de Máquinas e Equipamentos
31494	JANEI FELICIANO	3633084	Agente Operacional III-Operador de Máquinas e Equipamentos
29829	SILVANEI MAIA	4174395	Agente Operacional III-Operador de Máquinas e Equipamentos

31518	CARLOS ALBERTO FERREIRA	4963479	Agente Operacional III-Veículos Pesados
29194	CLAUDINEI VAZ	4358951	Agente Operacional III-Veículos Pesados
23690	DALTON NENEVE	4341468	Agente Operacional III-Veículos Pesados
29158	ERNANIS MARCELO SIQUEIRA	4425526	Agente Operacional III-Veículos Pesados
23978	JAIR VAZ TORRES	78022752	Agente Operacional III-Veículos Pesados
30967	JOELCIO TELMA	4002187	Agente Operacional III-Veículos Pesados
32088	OTAIR AUGUSTINHO CARNEIRO	1369976	Agente Operacional III-Veículos Pesados
21431	SILVERIO TELMA	4358008	Agente Operacional III-Veículos Pesados
31565	ANTONIO JURANDIR DOS SANTOS	7145194	Agente Operacional V-Pedreiro / Carpinteiro
31973	ANTONIO ROBERTO GONCALVES	3610111	Agente Operacional V-Pedreiro / Carpinteiro
31906	DIEGO DE SOUZA LUZ	4593736	Agente Operacional V-Pedreiro / Carpinteiro
31058	DIOGENES CARVALHO	3230423	Agente Operacional V-Pedreiro / Carpinteiro
31899	EDSON JOSE VAGELESKI	55261272	Agente Operacional V-Pedreiro / Carpinteiro
31848	SIDNEI CECHELERO	4528315	Agente Operacional V-Pedreiro / Carpinteiro
31318	ANA CLAUDIA LINK	4535854	Assistente Social
22821	ANDRESSA TORINELLI		Assistente Social
31625	ANGELA MARIA ALVES	3264779	Assistente Social
31683	ARIANE RUIZ PALOMA		Assistente Social
31965	BRUNA PATRICIA PEREIRA	6998026	Assistente Social
25922	CRISTINA SIOMARA NIESPONGINSKI	4782560	Assistente Social
32047	DAIANE GONCALVES DE LIMA	5575983	Assistente Social
31775	DANIELA RAMOS SCHLICKMANN	4425449	Assistente Social
20338	ESTER DE OLIVEIRA	4316347	Assistente Social
21415	FRANCIELLE ADELFI HANTES	4868791	Assistente Social
20327	JESSICA DE JESUS VIEIRA	4769137	Assistente Social
30265	JOSI MARIA NEIDERT	2925568	Assistente Social
31815	LANDIVO GERALDO DE OLIVEIRA	58154962	Assistente Social
29673	LIA MARA TEIXEIRA	5447275	Assistente Social
31453	LUCIANO PENA DE OLIVEIRA	1072721	Assistente Social
32014	MAGALI ENGEL	37864335	Assistente Social
23782	MARIA ELI DA SILVEIRA	3771827	Assistente Social
22339	MARLENE ALVES DE LIMA	4242290	Assistente Social
25341	MIRELY F BINNER	4245939	Assistente Social

31555	MONICA ROSA MARIA ZANCHETIN TOBIAS	4522336	Assistente Social
29279	NAIR CARNIEL	7194911	Assistente Social
26978	REGIANE RAUTH	2929394	Assistente Social
31818	RICARDO WOLNEI GRUBER	2926850	Assistente Social
31774	ROSANGELA BERGMANN	23709731	Assistente Social
28850	SILVANIA CARVALHO	2018286	Assistente Social
23452	SUSAN KATY BARON LIS	4799171	Assistente Social
31581	VALERIA AUGUSTO DE FRANCA	3923150	Assistente Social
29034	VANUSA DE LIMA	3115430	Assistente Social
31052	ALYSSON ORLANDO LIEBL	3270536	Contador
31800	CLAUDIO HARMEL	1099804	Contador
27970	ELIZIANE SMENTCOSKI	50856901	Contador
28804	EVANDRO JOSE NOGUEIRA	3270329	Contador
28051	GESSICA MAIRA ARBIGAUS	45936501	Contador
20730	GILCEIA SCHOLZE	45930490	Contador
20644	HARRI JOSE FENDRICH	46274381	Contador
31352	KELI CRISTINA ZACLIK-VIC DE LIMA	106890781	Contador
22525	MARCIA ZIGOVSKI	103398240	Contador
30911	RONEI JOSE DUMS	4406536	Contador
30250	ROSELI ALBERTI NOVAK	6224059	Contador
32036	SARAH JENIFFER TOMANINE UNISESKY	4963724	Contador
31922	SUELEN APARECIDA DE ANDRADE	4799474	Contador
29952	DARLENO GONCALVES SZLACHTA	108304170	Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente
22977	ARI DE ARAUJO MARQUES	51329913	Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente
31390	CALAN HENRIQUE WOHL	4281060	Instrutor de Música - TECLADO
22253	FABIANO CHICOVIS	5887926	Instrutor de Música - VIOLÃO
31276	GABRIEL ENGLER	5084667	Instrutor de Música - VIOLÃO
31001	RODRIGO IDALENCIO	4245842	Instrutor de Música - VIOLÃO
29506	ANTONIO ASSIS CARVALHO	2922586	Motorista da Saúde
32217	AUGUSTO SCHROEDER	4406535	Motorista da Saúde
32040	CARLOS CHRISTIAN PISKE	5085833	Motorista da Saúde
20050	CASSIANO TADEU FUCHNER	4593994	Motorista da Saúde
27730	CLAUDIO ATHAYDE	17462861	Motorista da Saúde
31091	CLEBER ALAN DA ROCHA	4593720	Motorista da Saúde
30769	FRANCISCO CLEITON NENEVE	4128021	Motorista da Saúde
31844	GRACIELE HAASE SCALABRINI	6044940	Motorista da Saúde
25187	SEGIO OSMAR HUMMELGEN	3870441	Motorista da Saúde
31346	SIDNEI TELMA	4080256	Motorista da Saúde

32298	VINICIO DE SOUZA	2377531	Motorista da Saúde
29114	ALTAIR DA ROCHA	29231256	Motorista de Transporte de Pessoas
20000	ANDERSON DA ROCHA	5084648	Motorista de Transporte de Pessoas
31274	ANTONIO SILVIO NEVE	16416228	Motorista de Transporte de Pessoas
30801	CLAUDENIR FERREIRA DA CRUZ	3786166	Motorista de Transporte de Pessoas
32128	CLEBERTON PEREIRA DE OLIVEIRA	4017104	Motorista de Transporte de Pessoas
19740	CRISTIANO MUNHOZ	4358209	Motorista de Transporte de Pessoas
29479	DANIEL ALBERTO CORREA	29269199	Motorista de Transporte de Pessoas
31822	DIEISON CARLOS KERSCHER	3786338	Motorista de Transporte de Pessoas
31461	JOSE VANDERLEI LOURENCO	5085124	Motorista de Transporte de Pessoas
31949	JULIANO SCHOEFFEL		Motorista de Transporte de Pessoas
32204	MARCIO KRUGER	2926180	Motorista de Transporte de Pessoas
31026	RAFAEL NEGHERBON	3396787	Motorista de Transporte de Pessoas
32222	RODRIGO HRUSCHKA CUBAS	4593663	Motorista de Transporte de Pessoas
31941	ADILSO TELMA	4316491	Motorista de Veículos Leves
31830	ADRIANO LOURENCO	4593955	Motorista de Veículos Leves
30862	ALAERCIO LUIS CORDEIRO	29204887	Motorista de Veículos Leves
27722	ANSELMO PAULO CHICOVIS	83313200	Motorista de Veículos Leves
31919	DANILO DOMINGUES	46273530	Motorista de Veículos Leves
30464	ELIANDRO FARIAS DUARTE	4433157	Motorista de Veículos Leves
29657	FABIO NEI DE OLIVEIRA	47803045	Motorista de Veículos Leves
32064	JANDIR DA SILVA FELICIANO	3959227	Motorista de Veículos Leves
30348	JOSE VALDIR SOARES	52303365	Motorista de Veículos Leves
22321	LEOMAR DIAS MACHADO	2924004	Motorista de Veículos Leves
27904	MAURICIO IVO WOHL	4358764	Motorista de Veículos Leves
29009	NEURACY NUNES DA SILVA JUNIOR	5778008	Motorista de Veículos Leves
32231	RAFAEL SGROTT	3618471	Motorista de Veículos Leves
21977	RONALDO GOES TORRES	69680119	Motorista de Veículos Leves
25504	VALMIR PAULO BATISTA	11937505	Motorista de Veículos Leves
20654	WILSON ANTONIO FRAGOSO	4109366	Motorista de Veículos Leves

EDITAL DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

EDITAL DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, resolve tornar público o presente Edital de Deferimento das Inscrições.

Art.1º Consta do Anexo I do presente Edital a lista de candidatos que tiveram suas inscrições deferidas.

Art.2º Consta do Anexo II do presente Edital a lista de candidatos que tiveram suas inscrições deferidas na condição de candidatos PNE's (Pessoas com necessidades Especiais).

Art.3º Fica aberto o prazo recursal contra o deferimento das inscrições no prazo das 08h do dia 01/04/2015 até as 23h59min do dia 06/04/2015.

Para que não se alegue ignorância, o presente Edital será afixado no mural da Prefeitura Municipal, publicado, na integra, nos endereços eletrônicos: www.mgaconcursospublicos.com.br e www.campoalegre.sc.gov.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br

Campo Alegre/SC, 31 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

ANEXO I

EDITAL DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

LISTA DE CANDIDATOS QUE TIVERAM SUAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Nº Insc	Nome do Candidato	RG	Cargo
24307	ANELORE EDINA KAUTNICK DE SOUZA	3633443	Agente Administrativo II
31171	DOROTEIA BIAOBUCK BRUSKE	23776137	Agente Administrativo II
27841	FRANCIELI DENISE DE OLIVEIRA	6206722	Agente Administrativo II
23656	GABRIELA NUNES SILVEIRA	5622087	Agente Administrativo II
32266	GUILHERME FOITTE	4002357	Agente Administrativo II
29973	JEANE DE FATIMA HEIDEN	5622007	Agente Administrativo II
26079	JEFFERSON JEAN DA MAIA	109883000	Agente Administrativo II
32104	JONAS DE OLIVEIRA SANTANA	412935	Agente Administrativo II
32158	JOSE EDUARDO LADER	46273662	Agente Administrativo II
23852	JULIANA DE FATIMA MACHADO PEREIRA	2374809	Agente Administrativo II
19779	KARLA CRISTHIANY CAVALHEIRO	531146407	Agente Administrativo II
31031	LUCAS EDUARDO CAMPOLINO	4281685	Agente Administrativo II
25798	MARCOS ROBERTO VALIM	3959203	Agente Administrativo II
32167	PALOMA SCHREINER	99110317	Agente Administrativo II

25364	SARAH HELENA BAIMLER	5344257	Agente Administrativo II
31701	ADRIANA NOGARA	1793992	Agente Administrativo III (Administrativo)
27436	ALINE ESTELA MILCZVSKY	46272151	Agente Administrativo III (Administrativo)
31591	ALINE NICOLLE TAMANINI	4904603	Agente Administrativo III (Administrativo)
22795	EDSON LUIZ WEDDERHOFF	1092275	Agente Administrativo III (Administrativo)
29341	ELIANE APARECIDA MACHADO	4780577	Agente Administrativo III (Administrativo)
31038	EZEQUIEL SILVIO SOARES	67396081	Agente Administrativo III (Administrativo)
32038	FABIANA LARISSA MICHALSKY REISER	6215803	Agente Administrativo III (Administrativo)
31875	FRANCILOIZE WILHIANE BAR	4630458	Agente Administrativo III (Administrativo)
24332	GISELDA PUTTI KRIGER	3682847	Agente Administrativo III (Administrativo)
20125	GISELI KUSS	4793418	Agente Administrativo III (Administrativo)
32090	ICLEA ELISA DE MELO	99548088	Agente Administrativo III (Administrativo)
24813	LEONARDO JOSE HERMES DE OLIVEIRA		Agente Administrativo III (Administrativo)
32082	MARCELA CRISTINA PACHECO	82521780	Agente Administrativo III (Administrativo)
32199	MAYCKOL WALTRICK	4321865	Agente Administrativo III (Administrativo)
28181	SABRINA ZWIFKA	54575621	Agente Administrativo III (Administrativo)
20887	SUELI GROSSL	2373306	Agente Administrativo III (Administrativo)
32299	VANESSA CONCEICAO DE FATIMA KOEPEL	4089986	Agente Administrativo III (Administrativo)
32304	VANESSA HOFMANN	2375520	Agente Administrativo III (Administrativo)
32157	VIVIANE HRUSCHKA JONK	4593065	Agente Administrativo III (Administrativo)
24887	KETLYN HINKEL CARVALHO	129599014	Agente Administrativo III (Administrativo)
23397	ELIZANDRA SOUZA MARTINS	84253669	Agente Administrativo III (Educação)
32058	JANEIVA GLAUCI SCHOLZE	4245769	Agente Administrativo III (Educação)
25770	JANIVIA GLACI SCHOLZE WOHL	4002398	Agente Administrativo III (Educação)
20809	ROSEMERY DO AMARAL DREVECK	2378658	Agente Administrativo III (Educação)
20018	SUELEN APARECIDA HUMMELGEN	4316817	Agente Administrativo III (Educação)
30166	SUELYAN CRISTINA AUGUSTIM	39593711	Agente Administrativo III (Educação)
28966	GABRIELA MACHADO KERSCHER	123951360	Agente Comunitário de Saúde Bairro Belo Horizonte
31842	LUCIANE PRESTES DE SOUZA DA CRUZ	2372333	Agente Comunitário de Saúde Bairro Cascatas (Conjunto Habitacional Bela Vista)

29641	PATRICIA DA SILVA FARIAS	4627749	Agente Comunitário de Saúde Bairro Cascatas (Conjunto Habitacional Bela Vista)
31666	ELENICE MICKUS	46271562	Agente Comunitário de Saúde Bairro Cascatas (Vila Cedro)
27112	INGRIT FRANCINI PEREIRA BARBOSA	6138690	Agente Comunitário de Saúde Bairro Cascatas (Vila Cedro)
23513	IVETE MARIA LOPES ALEXANDRE	784162	Agente Comunitário de Saúde Bairro Cascatas (Vila Cedro)
20856	JUREMA ISOLDE GREIPEL	2374179	Agente Comunitário de Saúde- Bairro Santo Antônio e Cascatas
20908	LEONICE IOHANSON	4593043	Agente Comunitário de Saúde- Bairro Santo Antônio e Cascatas
31405	CLARICE NIONE PISKE	4358885	Agente Comunitário de Saúde Distrito de Bateias de Baixo
26215	LUANA CORREA DE MELO	6694135	Agente Comunitário de Saúde Distrito de Bateias de Baixo
31138	SILVANI GONCALVES DA CRUZ	105595085	Agente Comunitário de Saúde Distrito de Bateias de Baixo
30597	ALINE DE SOUZA FREITAS	6661111	Agente Comunitário de Saúde- Distrito de Fragosos
23390	ANA RUTH LIMA PRUSSAK	8187739	Agente Comunitário de Saúde- Distrito de Fragosos
30930	NELITA ALVES RODRIGUES MOTA	214002610	Agente Comunitário de Saúde- Distrito de Fragosos
30810	PATRICIA LILIANE SAROVISKI	4358443	Agente Comunitário de Saúde- Distrito de Fragosos
28627	RAQUEL DE OLIVEIRA PEREIRA	47935774	Agente Comunitário de Saúde- Distrito de Fragosos
29645	SANDRA DA CONCEICAO ZADOROSNY	2242780	Agente Comunitário de Saúde- Distrito de Fragosos
20652	SILMARA MAIA	40800202	Agente Comunitário de Saúde- Distrito de Fragosos
21695	JONAS WRUCK	390234722	Agente Comunitário de Saúde- Distrito de Fragosos
20652	SILMARA MAIA	40800202	Agente Comunitário de Saúde- Distrito de Fragosos
31650	MARIA JOANA DO ROSARIO KATZMANN	52305988	Agente Comunitário de Saúde- Localidade de São Miguel
31773	DENISE IOHANSON	4593889	Agente Comunitário de Saúde- Localidades de Avenca do Rio Negro e Capinzal
27573	DIRONETE APARECIDA RIBEIRO	4080869	Agente Comunitário de Saúde- Localidades de Avenca do Rio Negro e Capinzal

26174	GABRIELA DERENIEVICZ DOMINGUES	6206721	Agente Comunitário de Saúde- Localidades de Saltinho, Lavrinha e Mutirão (Bateias de Baixo)
28893	ADRIANA ROSELI MEY	2374300	Agente Operacional I-Auxiliar de Serviços Gerais
26490	CLAUDINEIA GONCALVES DE ABREU	4780275	Agente Operacional I-Auxiliar de Serviços Gerais
32240	ESTELA KOHLBECK	5622003	Agente Operacional I-Auxiliar de Serviços Gerais
31305	GESSICA FRANCO BARBOSA	5481312	Agente Operacional I-Auxiliar de Serviços Gerais
21067	KATIA IRIS MILCHEVSKY	4627160	Agente Operacional I-Auxiliar de Serviços Gerais
31964	RAQUEL DE OLIVEIRA PEREIRA	47935774	Agente Operacional I-Auxiliar de Serviços Gerais
21983	ROSALINA LINZMEYER RONSKA	1647009	Agente Operacional I-Auxiliar de Serviços Gerais
32202	ROSENILDA FERREIRA DE MELLO	7112545	Agente Operacional I-Auxiliar de Serviços Gerais
31967	ANTONIO JOARES DE LIMA	29026623	Agente Operacional II-Vigia
31857	MARCIO JOSE DOS SANTOS	4780499	Agente Operacional II-Vigia
20417	SIDINEI JOSE ODIA	29202930	Agente Operacional II-Vigia
19928	BRUNO ZANDI VIEIRA	6727849	Agente Operacional II-Vigia
32243	ANDERSON DE SOUZA	3985643	Agente Operacional IV
23752	KAUANA CUBAS	5481394	Agente Operacional IV
31692	MARCIA PAWLOWYTSCH	3874467	Assistente Social
32100	ROSEMERI BUENO DE LIMA	4301182	Assistente Social
24673	ANA CARLA CARVALHO SOARES	3,0013E+11	Assistente Social
30015	ALINE SOARES DE LIMA	6215697	Atendente de Sala
29162	ANA LUIZA DE LIMA	7007605	Atendente de Sala
26028	ANA MARIA CAMARGO DREVECK	3271427	Atendente de Sala
23451	ANDREZA DANIELE VIEIRA DE LIMA DE MELO	5344525	Atendente de Sala
26519	BIANCA ROSA	5344527	Atendente de Sala
20800	BRUNA FERNANDA GRUBER	43587305	Atendente de Sala
19815	CARLA SANDREA DA SILVA SIDRONE DE FREITAS	3319776	Atendente de Sala
31313	CAROLINI DA SILVA	5311135	Atendente de Sala
31870	CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA	45930953	Atendente de Sala
24733	CLAUDIANE GONCALVES DE ABREU	53446100	Atendente de Sala
29958	DANIELA ARMELINDA OLIBONI	4281559	Atendente de Sala

32067	EDICLER ORENICE CUBAS MUNHOZ	20154240	Atendente de Sala
22147	ELIANA FLORIANO GUMZ	11925116	Atendente de Sala
31099	ELIZANGELA ADRIANA MICHASLSKY	3633043	Atendente de Sala
23777	EMLYN SORAYA EHLKE	4799237	Atendente de Sala
31618	EULALIA GORNIACK CUSTODIO	23723351	Atendente de Sala
25403	EVILIN FERRAZ DOS SANTOS	6088611	Atendente de Sala
31988	FERNANDO DOS SANTOS HERBST	5084703	Atendente de Sala
30830	FLAVIA BIANCA DE LIMA	6206711	Atendente de Sala
31570	GIZELE DRANKA WOICIEKOVSKI	5841276	Atendente de Sala
27420	GRACIELE CALISTRO	6437154	Atendente de Sala
25484	JANINE APARECIDA STELZNER	5933045	Atendente de Sala
28250	JOICE MICHELI STEILEIN	2926185	Atendente de Sala
30850	JOSIMARA ELOISA LUCO	5084756	Atendente de Sala
22885	JUCELIA RIBAS DAS NEVES	53440625	Atendente de Sala
31720	JULIANE WIELIVICK	5841504	Atendente de Sala
30679	KALITA DAMARES GARCIA	6206931	Atendente de Sala
21240	KARIN ELAINE WAGNER DE LIMA	4377606	Atendente de Sala
31119	KARMEN FABIANE CAVALLHEIRO	5311463	Atendente de Sala
30804	LILIAN CRISTINA MASS	6110949914	Atendente de Sala
31805	LUZIA HORNIG	3270529	Atendente de Sala
23372	MARLI RIBEIRO	35208899	Atendente de Sala
31766	MAYARA DE FATIMA SCHLOEGL	6138441	Atendente de Sala
29983	MORGANA DO NASCIMENTO	4341825	Atendente de Sala
31247	NOELI DE FATIMA FERNANDES STUEPP	3786554	Atendente de Sala
24811	PATRICIA LUCO	5084768	Atendente de Sala
30710	QUEILA FRANSINE GARCIA	5622030	Atendente de Sala
30555	RICOBERT JOHANSON JUNIOR	4174759	Atendente de Sala
22742	ROCKSANDRA ALVES MARIN LINS	80572220	Atendente de Sala
20667	ROSANE APARECIDA ROPKE	3786063	Atendente de Sala
31920	ROSANE CARITAS NUNES DE OLIVEIRA	6931016	Atendente de Sala
31359	SANDRA GREIN	55119468	Atendente de Sala
31738	SILMARA APARECIDA FARIA BAUMGARTNER	4703170	Atendente de Sala
29561	SIMONE MICKUS	4377562	Atendente de Sala
29210	SOLANGE RIBEIRO	50848321	Atendente de Sala
30975	TATIANE MUEHLMANN TELMA	4793907	Atendente de Sala
32316	THAIS BORGES RADOLL IDALENCIO	5841877	Atendente de Sala
29196	VANESSA LIMA AGAPITO	84156825	Atendente de Sala
32122	ELISIANE ETELVINA WOLLNER	5622009	Auxiliar de Odontologia

29620	GABRIELA ALINE BAIMLER	5344256	Auxiliar de Odontologia
20038	GISLAINE GOMES DOS SANTOS MICKUS	5311124	Auxiliar de Odontologia
21427	JOILCE BUENO NEVES BAPTISTA	50842056	Auxiliar de Odontologia
23974	LUCIA UNISESKY	10927085	Auxiliar de Odontologia
31126	MARIA DENISE MARTINS	140124950	Auxiliar de Odontologia
30984	MARIA VALDELEI APARECIDA MIRANDA CRUZ	4703975	Auxiliar de Odontologia
28534	PRISCILA ALMEIDA PS-CHEIDT HEIDEN	2923667	Auxiliar de Odontologia
31792	SILMARIA ELISA PSCHIEDT RUJANOWSKY	16418891	Auxiliar de Odontologia
32086	SILVANE COSTA	3520604	Auxiliar de Odontologia
29746	SILVIA BOEGERSHAUSEN	44274564	Auxiliar de Odontologia
32154	VANESSA ADRIANE DE SOUZA LUZ	4516000	Auxiliar de Odontologia
32296	EMANUELE CRISTINA GIRELLI CECCATO	135678660	Enfermeiro
27555	FLAVIA TRINDADE DOS SANTOS	5239691	Enfermeiro
24327	JOSEANE APARECIDA FERNANDES DOS SANTOS	2928586	Enfermeiro
26851	KARINA DOS SANTOS	3265369	Enfermeiro
22194	LUIS EDUARDO MACHADO	5084716	Enfermeiro
28792	MARIA CARMEM ONGHEIRO	900599	Enfermeiro
28996	NADIA MARIA MALCHOVSKI	103399050	Enfermeiro
31760	PATRICIA NATALI DOS SANTOS	103281709	Enfermeiro
31958	ROSANGELA CORDEIRO	3119653	Enfermeiro
20281	DANIELA ALMEIDA DE OLIVEIRA	788904116	Enfermeiro
20279	DANIELA ALMEIDA DE OLIVEIRA	788904116	Enfermeiro
31567	ALEX ROMANIUK	65412764	Engenheiro Agrônomo
19983	ANDREIA BROSOWSKY	5311284	Engenheiro Agrônomo
31814	BRUNA HASSE CERNY	93548701	Engenheiro Agrônomo
29212	BRUNA RAMALHO	4341645	Engenheiro Agrônomo
30208	ELIZABETE CRISTINE BONADEU	5526151	Engenheiro Agrônomo
27038	ISABELA LETICIA PESSENTI	54677661	Engenheiro Agrônomo
26660	LILIAN SCHAFASCHECK	5192647	Engenheiro Agrônomo
29710	LUCAS TREVISAN	4622352	Engenheiro Agrônomo
32003	MARCEL BAUER	4406191	Engenheiro Agrônomo
31047	NAOKI KITANO	3734090	Engenheiro Agrônomo
20567	ADRIANE PCZIECZEK	4245560	Engenheiro Civil
31658	ANA KAROLINY FERRARI	4903459	Engenheiro Civil
24237	DANIEL ESTEVAO BONIFACIO	5136089	Engenheiro Civil
21929	DEBORA HARMEL	4627018	Engenheiro Civil
29473	DIMITRI FABRICIO CARVALHO RODERMEL	101894061	Engenheiro Civil
29604	ERIC BEUTHER	5230248	Engenheiro Civil

23519	ERICO CELSO JURGENSEN	483128	Engenheiro Civil
32151	EVERTON PODSKARBI	94669405	Engenheiro Civil
31584	FERNANDO ROCHA PEIXER	4000078	Engenheiro Civil
31086	GEORGE DROZCZAK	41206053	Engenheiro Civil
20253	JOSIMAR PHILIPPI MACHADO	5539941	Engenheiro Civil
28416	MATEUS VALANDRO	3765568	Engenheiro Civil
30962	RAFAEL REBELO	4944513	Engenheiro Civil
30741	TIAGO BASSANI	4172601	Engenheiro Civil
31877	VINICIUS KROLOW	68885795	Engenheiro Civil
22995	GABRIELA CRISTOFOLINI	4174489	Farmacêutico
32041	MONICA GORNIK	40803880	Farmacêutico
32132	PRISCILA DE ANDRADE VALENTIM	7276247	Farmacêutico
31589	GEANE APARECIDA KMIETIK	2370456	Fiscal da Vigilância Sanitária
31686	CAROLINE RODRIGUES REICHER	4377903	Fisioterapeuta
31985	JULIANE CREMA CARVALHO	71227766	Fisioterapeuta
24061	LUZIANE FABIANI	2062903791	Fisioterapeuta
20835	MARIA ROZANE DOS PASSOS	2860285	Fisioterapeuta
30130	NATALIA MEIRA RIBEIRO VIEIRA		Fisioterapeuta
29226	SARAH REGINA CARDOSO	4780665	Fisioterapeuta
24844	LUIZA LYA PESSOA NERY	210535050	Fonoaudiólogo
32098	KONRAD MUSIALOWSKI		Instrutor de Informática
31468	SILVIA RAFAELE KERSCHER	54579465	Instrutor de Informática
30587	OLIVIA VIAL	11968095	Médico II-40 horas semanais
29227	CLAUDINEI VAZ	4358951	Motorista da Saúde
31605	JOAO TELMA	3396766	Motorista da Saúde
32133	MARCOS ROBERTO BUENO DE LIMA	9329503340	Motorista da Saúde
22039	RONALDO GOES TORRES	69680119	Motorista da Saúde
29115	ALTAIR DA ROCHA	29231256	Motorista de Transporte de Pessoas
30773	ANDERSON DA ROCHA	5084648	Motorista de Transporte de Pessoas
19748	CRISTIANO MUNHOZ	4358209	Motorista de Transporte de Pessoas
31074	CLAUDIO ATHAYDE	17462861	Motorista de Veículos Leves
31927	JEISON MOREIRA	4516851	Motorista de Veículos Leves
25422	ANA CAROLINA PIMENTEL CESAR	5135819	Nutricionista
31866	ANA PAULA DELL AGNELO PACHEWSKY	62197234	Nutricionista
20153	ANDRESSA PLOSZAI	5311652	Nutricionista
25590	ANDRIELLI DE FATIMA ROSARIO DA CRUZ	5481429	Nutricionista
31990	ANTONIO CESARIO SOBRINHO FILHO	6715149	Nutricionista
31731	BRUNA APARECIDA DA SILVA	5128459	Nutricionista
32180	CAROLINE PACHECO	5609411	Nutricionista

30392	CATARINA YOSHI KIRIYA	52534064	Nutricionista
31162	DEBORA BRUSKE	6437436	Nutricionista
29469	EMILENE NEUMANN	2923760	Nutricionista
31690	FRANCIELI GRINGS	2070256033	Nutricionista
19754	JESSICA SABRINA	5841552	Nutricionista
28869	JOSIANE HILLESHEIM	3927297	Nutricionista
32024	JULIANA DITZEL MELO	73680336	Nutricionista
31500	LUCIANE STOEBERL	20173342	Nutricionista
25216	MONYA NASCIMENTO DOS ANJOS	4377394	Nutricionista
31991	RENATA JOAO SANTANA	52142434	Nutricionista
30721	ROBERTA MARIA BECKER	52208761	Nutricionista
28932	TAMIRYS KOCK	4780363	Nutricionista
31446	VANE MARIA DORNELES DUARTE	9033809543	Nutricionista
31560	ALESSANDRA CRISTINA SIVIERO ROBL	2923564	Odontólogo I-20 horas semanais
26356	ALESSANDRO TOMAZ OLIVEIRA DA SILVA	95198899	Odontólogo I-20 horas semanais
29702	CAIO MASTELLA ENKE	5388677	Odontólogo I-20 horas semanais
19955	CAMILA JULIANA MATTHIES	4113336	Odontólogo I-20 horas semanais
22591	CARLOS GUSTAVO DA SILVA IAGER	7010360341	Odontólogo I-20 horas semanais
31918	JACKSON BRUNO BUTTELBRUN	4128516	Odontólogo I-20 horas semanais
30600	MAYARA PAOLA DE SIQUERA	84748609	Odontólogo I-20 horas semanais
32142	NAIARA NIESCIUR BECKERT	101043703	Odontólogo I-20 horas semanais
22544	PRISCILA BINDER ROSA	61243844	Odontólogo I-20 horas semanais
26353	ALESSANDRO TOMAZ OLIVEIRA DA SILVA	95198899	Odontólogo II-40 horas semanais
28424	ANA PAULA CORREA PANZIERA	109891983	Odontólogo II-40 horas semanais
31803	ANDRESSA SALVADOR	8102247321	Odontólogo II-40 horas semanais
20995	CAMILA THOMAZ DOS SANTOS	4647097	Odontólogo II-40 horas semanais
21667	CARLOS ALBERTO MARCONDES	42208434	Odontólogo II-40 horas semanais
31622	CAROLINA FLORES SILVANO	38791544	Odontólogo II-40 horas semanais
31942	DAIANE APARECIDA DA SILVA	125249272	Odontólogo II-40 horas semanais
32070	DEBORA HENRICH BRINHOSA	4594224	Odontólogo II-40 horas semanais
22719	DESIREE DA SILVA BAPTISTA	3205475	Odontólogo II-40 horas semanais
19940	EDHER TONY MEIRA	3959001	Odontólogo II-40 horas semanais
30085	EDUARDO AUGUSTO RIGON	15776358	Odontólogo II-40 horas semanais
31480	ERICO FRANCISCO BERTOZZI DIAS	100893894	Odontólogo II-40 horas semanais
31251	FABIOLA DESCHAMPS	3068340	Odontólogo II-40 horas semanais
31203	FELIPE ALEXANDRE SIMAS	4406896	Odontólogo II-40 horas semanais

30955	FRANKLIN ADEMAR DORN	48327700	Odontólogo II-40 horas semanais
31923	ISMAEL ANTONIO MARTINS PATUZZI	1075056646	Odontólogo II-40 horas semanais
32042	ISRAEL DE SOUZA LANDA JOSE	44284675	Odontólogo II-40 horas semanais
31909	JOAO DIAS SOBRINHO FILHO	327378864	Odontólogo II-40 horas semanais
31587	LAIS STEINWANDT LOPES	82289780	Odontólogo II-40 horas semanais
22365	LAYS PRISCILLA JUCA NEGRISOLI	6126387	Odontólogo II-40 horas semanais
31334	LORENA DE OLIVEIRA DINIZ BRAMMER	6591706	Odontólogo II-40 horas semanais
23159	MATEUS CARDOSO PEREIRA	5745470	Odontólogo II-40 horas semanais
25762	NATHALIA DA SILVA BARUFFI	5449842	Odontólogo II-40 horas semanais
28431	OTAVIO VIACELI	7100100382	Odontólogo II-40 horas semanais
32197	PAMELA DE OLIVEIRA PRISCILA DA SILVA	4870140	Odontólogo II-40 horas semanais
25971	RAQUEL HAIDE SANTOS MASSARI	3288761805	Odontólogo II-40 horas semanais
30271	RAQUEL HAIDE SANTOS ALDRIGUE	96422784	Odontólogo II-40 horas semanais
31600	RENATO MEDEIROS	43230717	Odontólogo II-40 horas semanais
31697	RODRIGO PEREIRA DE MATOS	356222226	Odontólogo II-40 horas semanais
26996	THAYS RIBEIRO DA SILVA	1364747804	Odontólogo II-40 horas semanais
32291	TIAGO MUCELIN	89170184	Odontólogo II-40 horas semanais
31640	VAGNER PIMENTA PEDRO	108602376	Odontólogo II-40 horas semanais
25520	ALEXANDRA GUERRA	3603872	Psicólogo
31024	ANDRE FELIPE DE CASTRO MELO	2925324	Psicólogo
31851	CAMILA SUELEN DOS SANTOS	4875253	Psicólogo
23951	CAROLINA BECKERT POLLI	5288373	Psicólogo
29701	CAROLINE SEMBALISTA SOUZA	5447092	Psicólogo
31070	CASSIO HEIDEN MAOSKI	91293951	Psicólogo
25673	ELISANE CORDEIRO	4535455	Psicólogo
28557	FERNANDA MANUELLA BORNHAUSEN	6169265	Psicólogo
28846	FERNANDA PADILHA	4002863	Psicólogo
32259	IDELAIDE FORTESCKI	6632109	Psicólogo
28507	ISABELLE CRISTINE ARTMANN MATOS	5951646	Psicólogo
32071	JAQUELINE BENOIT	7409074	Psicólogo
29216	LEILA REGINA WERLICH	4648680	Psicólogo
28781	LEONARDO FERRAZ NOGUEIRA		Psicólogo
31344	NATALI CRISTINE SIMONETTI	3646737	Psicólogo
20933	PEDRO HENRIQUE VAZ DE ALCANTARA	29267064	Psicólogo
23301	RENAN GOMES CORREA PEDRO	111003653	Psicólogo

31363	SILVIANA INEZ VIEIRA LILLA	1646307	Psicólogo
22619	STEFANI VITACZIK	50846078	Psicólogo
31796	SUELI VANESSA DE OLIVEIRA RIBEIRO	4703685	Psicólogo
31258	SUZETE VIDAL TEIXEIRA	104744087	Psicólogo
30411	THAYSE GLEVINSKI	5345124	Psicólogo
31726	VANESSA BAIER	4516597	Psicólogo
23922	KELI ADRIANA MINELA GODOI		Psicólogo
23924	KELI ADRIANA MINELA GODOI		Psicólogo
20528	ADRIANO HENRIQUE NILSEN	6266425	Técnico de Enfermagem
32019	IVANIR APARECIDA CORDEIRO DA CRUZ	2019969	Técnico de Enfermagem
24776	IZOLETE HANTSCHER	2373937	Técnico de Enfermagem
30650	JAISON ALBUQUERQUE	4245479	Técnico de Enfermagem
24060	JAQUELINE JEDNORALSKI	6169567	Técnico de Enfermagem
19761	MARCELA FONTANELLA	4406439	Técnico de Enfermagem
28727	SAMANTA MARGARETE DA COSTA	33967520	Técnico de Enfermagem
26782	SUELI TEREZINHA GORNIK	4245528	Técnico de Enfermagem
28286	VERA LUCIA CARVALHO	4080814	Técnico de Enfermagem
30468	JANINE ZATTAR	4242014	Terapeuta Ocupacional
26429	MORGANA PAULA KOMINKIEWICZ LANZZARIN	5407055	Terapeuta Ocupacional
29887	VALDIRENE GREISI MALLON SCROEDER	3397823	Terapeuta Ocupacional

ANEXO II
EDITAL DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

LISTA DE CANDIDATOS QUE TIVERAM SUAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS NA CONDIÇÃO DE CANDIDATOS PNE'S (PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS)

Inscrição	Nome	CARGO	DOCUMENTO
25195	ZOE MARIA KUCHNIER SEPKA	Assistente Social	1094259

EDITAL DE RESULTADO PRELIMINAR (CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2015)

GABINETE DO PREFEITO

EDITAL DE RESULTADO PRELIMINAR (CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2015)

O Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, resolve tornar público o presente Edital de Resultado Preliminar que será regido pelas instruções especiais constantes do presente instrumento, elaborado em conformidade com os ditames da Legislação Federal e Municipal vigentes e pertinentes.

Art. 1º Consta no Anexo I deste Edital a lista e notas dos candidatos em ordem de classificação.

Art. 2º Consta no Anexo II deste Edital o gabarito homologado após julgamento dos recursos contra o gabarito preliminar.

Art. 3º Consta no Anexo III deste Edital as respostas aos recursos interpostos contra as questões e gabarito preliminar.

Art. 4º Fica aberto prazo recursal no período das 08h do dia 01 de abril às 23h59min59seg. do dia 06 de abril de 2015. Para envio do recurso o candidato deverá acessar o link de Recurso no site www.mgaconcursospublicos.com.br e protocolar seu recurso, da forma que determina o Edital de Abertura.

Para que não se alegue ignorância, o presente Edital será afixado no Mural da Sede da Prefeitura Municipal, publicado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: www.mgaconcursospublicos.com.br e www.campoalegre.sc.gov.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br

Campo Alegre/SC, 31 de março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

ANEXO I
EDITAL DE RESULTADO PRELIMINAR
(CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2015)

LISTA E NOTAS DOS CANDIDATOS EM ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

Cargo: Médico I

Ordem	Inscrição	Candidato	Documento	Cargo	Língua Portuguesa	Conhec. Locais	Conhec. Específicos	Nota Final	Classificação		
4	18282	ROBERTO ALEXANDRE PEREIRA BUTRON	32640617	Medico I	24	27	24	75	1		
3	18393	RICARDO GOMES MARTINS	10590459	Medico I	18	18	16	52	2		
1	18350	JOSE FIRMINO COUTO COSTA EVELYN SOARES	145134288	Medico I	---	---	---	---	---		
2	18439	MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO	1272571	Medico I	---	---	---	---	---		
5	18399	SHEILA ANTONA DE OLIVEIRA	9313798	Medico I	---	---	---	---	---		

Cargo: Médico II

Ordem	Inscrição	Candidato	Documento	Cargo	Língua Portuguesa	Conhec. Locais	Conhec. Específicos	Nota Final	Classificação				
12	18377	JOSE FIRMINO COUTO COSTA EVELYN SOARES	145134288	Médico II	21	21	32	74	1				
10	18203	JAIME RIBEIRO FREITAS	53751680	Médico II	24	21	28	73	2				
13	18149	ROBERTO KOCENKO DE OLIVEIRA	4004845899	Médico II	15	24	32	71	3				
11	17599	JANINE LOUISE DA SILVA MASO	3780343916	Médico II	3	21	28	52	4				
6	17812	CESAR VINICIUS DE MORAES PETISCO	944256	Médico II	---	---	---	---	---				
7	18405	CINTIA SIMONE FETT	6046496649	Médico II	---	---	---	---	---				
8	17933	CLEONICE MOREIRA MORAES	251126	Médico II	---	---	---	---	---				
9	17567	EMERSON MACHADO	141001183	Médico II	---	---	---	---	---				
14	18363	YARA GROTT	4994071	Médico II	---	---	---	---	---				

Cargo: Médico III

Ordem	Inscrição	Candidato	Documento	Cargo	Língua Portuguesa	Conhec. Locais	Conhec. Específicos	Nota Final	Classificação
15	18302	VERONICA DEL CARMEN COWEN PINTO	5686405	Médico III	27	18	32	77	1

Cargo: Médico IV

Ordem	Inscrição	Candidato	Documento	Cargo	Língua Portuguesa	Conhec. Locais	Conhec. Específicos	Nota Final	Classificação
23	18383	RICARDO GOMES MARTINS	10590459	Médico IV	24	24	24	72	1
20	18408	JULIA TEUBER FURTADO	53466926	Médico IV	18	21	28	67	2
17	18215	CHRISTINA DE MEDEIROS	45439923	Médico IV	24	24	16	64	3
24	18004	RODRIGO ELLER	4838049	Médico IV	21	21	20	62	4
19	18000	JOSE FIRMINO COUTO COSTA EVELYN SOARES	145134288	Médico IV	24	24	12	60	5
21	18444	ONIVALDO DA COSTA MENEZES	20443	Médico IV	18	12	24	54	6
16	17928	CESAR VINICIUS DE MORAES PETISCO	944256	Médico IV	---	---	---	---	---
18	17934	CLEONICE MOREIRA MORAES	251126	Médico IV	---	---	---	---	---
22	17835	PAULO ISSAO KANASHIRO	20945150	Médico IV	---	---	---	---	---

ANEXO II
EDITAL DE RESULTADO PRELIMINAR
(CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2015)

GABARITO HOMOLOGADO APÓS JULGAMENTO DOS RECURSOS
CONTRA O GABARITO PRELIMINAR

Superior			
MÉDICO I			
1	D	16	C
2	C	17	A
3	B	18	A
4	A	19	A
5	C	20	A
6	D	21	D
7	B	22	D
8	C	23	A
9	D	24	C
10	A	25	B
11	A	26	B
12	B	27	D
13	A	28	A
14	C	29	C
15	C	30	A

Superior			
MÉDICO II			
1	D	16	C
2	C	17	A
3	B	18	A
4	A	19	A
5	C	20	A
6	D	21	D
7	B	22	D
8	C	23	A
9	D	24	C
10	A	25	B
11	A	26	B
12	B	27	D
13	A	28	A
14	C	29	C
15	C	30	A

Superior			
MÉDICO III (PEDIATRA)			
1	B	16	B
2	D	17	C
3	A	18	A
4	A	19	X
5	C	20	B
6	A	21	A
7	B	22	B
8	C	23	C

9	B	24	B
10	A	25	B
11	D	26	D
12	A	27	D
13	D	28	B
14	A	29	C
15	C	30	B

Superior			
MÉDICO IV (PLANTONISTA)			
1	B	16	B
2	D	17	C
3	A	18	A
4	A	19	X
5	C	20	B
6	A	21	A
7	B	22	B
8	C	23	C
9	B	24	C
10	A	25	A
11	D	26	D
12	A	27	C
13	D	28	D
14	A	29	C
15	C	30	C

ANEXO II
EDITAL DE RESULTADO PRELIMINAR
(CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2015)

RESPOSTAS AOS RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA AS QUES-
TÕES E GABARITO PRELIMINAR

Nº Protocolo: 20150324.171902.18383.67.475.10598

Em resposta ao recurso interposto a MGA Concursos esclarece que, a Banca Examinadora revendo a questão de nº 19, das provas de Médico III e IV, concluiu que o enunciado da mesma não infere a clareza necessária para uma correta interpretação, devendo a mesma ser anulada. Sendo assim Recurso deferido.

Nº Protocolo: 20150325.181307.18149.67.475.10310

Em resposta ao recurso interposto a MGA Concursos esclarece que, a Banca Examinadora revendo a questão de nº 01, relativamente a palavra em comento, não concorda com a argumentação do candidato, pois a palavra Táxi possui 4 letras e 5 fonemas, já que o "x" tem som de "ks". Sendo assim, recurso indeferido.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 18/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 18/2015 FMS

Objeto: Aquisição de 3.000 litros de óleo diesel S10 para manutenção dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o processo licitatório, modalidade Pregão Presencial, nº 25/2014.

Dotação orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 - Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.04 - Manutenção das Atividades de Assist. Médica e Terapêutica; Função: 10 - Saúde; Subfunção: 303 - Suporte Profilático e Terapêutico; Programa - 56 - Serviços Especializados de Diagnóstico e Terapia; Projeto: 2.117 - Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo

Valor: R\$ 8.301,00 (oito mil, trezentos e um reais).

Vigência: 01/04/2015 a 31/12/2015.

Contratada: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Gestora

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 31 DE MARÇO DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 31 DE MARÇO DE 2015

DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DO PROCESSO DE ESCOLHA PARA CONSELHEIROS TUTELARES E SUPLENTE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., PARA O MANDATO 2016 A 2020.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no exercício das suas atribuições, previstas na Lei Federal nº 8.069 - Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de Julho de 1990, na Lei Municipal nº 3.425, de 25 de Novembro de 2008, e suas respectivas alterações, por meio de sua Presidenta Interina;

CONSIDERANDO:

1. O Estatuto da Criança e do Adolescente Lei Federal nº 8.069/90, mais especificamente nas modificações recentes por força da Lei Federal nº 12.696/12, que unifica o processo de escolha do Conselho Tutelar em todo território Nacional, define o Sufrágio Universal e Direto para a escolha dos Conselhos Tutelares e traz outras providências;
2. A Resolução nº 170 do CONANDA de 10 de Dezembro de 2014 que emite orientações e determinações aos Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescentes a serem observadas sobre o processo de escolha dos Conselhos Tutelares.
3. A normativa exposta na Lei Municipal nº 3.425/08, em seu Art. 31 que dispõe sobre a responsabilidade do CMDCA em disciplinar o processo de escolha do Conselho Tutelar e que o processo deve ser fiscalizado pelo Ministério Público.

RESOLVE:

Art.1º Publicar o Regulamento do processo de escolha do Conselho Tutelar do Município de Campo Alegre/SC., com respeito às normativas dos Arts. 30 a 32 da Lei Municipal nº 3.425/2008;

Art.2º Criar Comissão Eleitoral disciplinada no Art. 13 Inciso II da Lei Municipal nº 3.425/2008, para proceder aos encaminhamentos necessários ao Processo de Escolha do Conselho Tutelar, composta paritariamente pelos seguintes Conselheiros de Direitos: Adriane Schulze de Oliveira; Ivo Kesting, Luciane Aparecida de Lima Wollner, Maira Joceli Pereira de Miranda, Patrick Onghero, Sandro Luiz Friedrich.

§ 1º A Comissão Eleitoral poderá requisitar outros profissionais que, pela sua especialidade, contribuirão no Processo Eleitoral, podendo participar das sessões, porém, sem direito a voto.

§ 2º Para a operacionalização do Processo de Eleição dos Conselheiros Tutelares do Município de Campo Alegre/SC, Comissão Eleitoral contará com apoio técnico de Conselheiros do CMDCA, representantes da sociedade civil e da área governamental, profissionais da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social e colaboradores eventuais.

DOS REQUISITOS E REGISTRO DAS CANDIDATURAS

Art.3º As candidaturas serão registradas individualmente, sem vinculação político-partidária.

Parágrafo único: Nenhum registro será admitido fora do período de inscrição determinado pelo CMDCA no Anexo I, desta Resolução.

Art.4º Somente poderão concorrer ao pleito os candidatos que preencherem, até o encerramento das inscrições, os seguintes requisitos:

I - Reconhecida idoneidade moral;

II - Idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - Residir no município;

IV - Estar em gozo de seus direitos políticos;

V - Apresentar, no momento da inscrição, certificado de conclusão de ensino Médio;

VI - Possuir reconhecida experiência em atendimento direto a criança ou adolescente, por no mínimo 02 (zero dois) anos, na área de defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, devidamente comprovada;

VI - Ter reconhecida experiência de atendimento direto a criança e ao adolescente de no mínimo 02 (zero dois) anos em atividade de defesa, proteção, atendimento ou promoção dos direitos da criança e do adolescente, a ser comprovada por meio de documentos oficiais, carteira de trabalho e previdência social e/ou atestado de entidade ou instituição constituída para tal fim;

VII - Não exercer mandato eletivo, cargo em comissão ou função gratificada na Administração direta e indireta federal, estadual e municipal.

Art.5º Os candidatos que preencherem todos os requisitos mencionados no artigo anterior, deverão requerer (Anexo II) sua inscrição instruída com os seguintes documentos, devidamente encadernados e na ordem que segue, em fotocópia autenticada legível:

I. Um comprovante de Residência do Candidato no Município de Campo Alegre/SC., em seu próprio nome, do cônjuge, ascendente ou descendente;

II. Título de Eleitor atualizado;

III. Certificado de conclusão do Ensino Médio;

IV. Certificado de Reservista, ou documento que comprove estar em dia com o Serviço Militar, quando for o caso;

V. Carteira de Identidade ou documento oficial com fotografia, comprovando idade superior a vinte e um anos até a data de encerramento das inscrições;

VI. CPF/MF próprio;

VII. Uma declaração de que o candidato goza de conduta ilibada fornecida por autoridade pública, com firma reconhecida;

VIII. Declaração de próprio punho de que não exerce mandato eletivo, cargo em comissão ou função gratificada na Administração direta e indireta, federal, estadual e municipal, com firma reconhecida;

IX. Declaração constando a qualificação pessoal do candidato, local onde exerce ou exerceu atividades de defesa e/ou atendimento aos direitos da criança e do adolescente, com a descrição detalhada das atividades e período em que as mesmas foram desenvolvidas;

a. Documento comprobatório com firma reconhecida, fornecida pelo empregador específico da área das atividades de atuação no âmbito dos direitos da criança e do adolescente ou de presidente de entidade.

b. Só será aceita a declaração que comprove no mínimo 02 (dois) anos de atendimento direto a criança ou adolescente.

X. Certidão negativa do Distribuidor Criminal da Comarca de São Bento do Sul/SC;

XI. Certidão de quitação eleitoral fornecida pelo Tribunal Regional Eleitoral;

XII. Certidões negativas das Varas de Execuções Penais;

XIII. Certidão negativa da Superintendência da Polícia Federal;

§ 1º Não serão aceitos protocolos de solicitação de documentos, bem como Certidões com data de emissão superior a 30 (trinta) dias a contar do final das inscrições, como forma de dar prova aos requisitos deste artigo.

§ 2º Os candidatos a recondução, no exercício do mandato, ficam dispensados de comprovar os requisitos constantes dos incisos VII e IX, do art. 4º, desta Resolução.

§ 3º Não serão aceitas inscrições de candidatos ao Conselho Tutelar, com dois mandatos consecutivos, entendida a consecutividade conforme as orientações da Resolução nº 170/2014-CONANDA, no seguinte sentido: "o Conselheiro Tutelar que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente"; com exceção daqueles que exerceram mandato "tampão" no Conselho Tutelar da Região Sul 2013-2016;

§ 4º Será admitida a inscrição através de procurador, desde que anexada procuração para este fim, com reconhecimento de firma do candidato à inscrição.

§ 5º O registro das candidaturas a Conselheiro Tutelar será feito no período de 06 de Abril de 2015 à 04 de Maio de 2015, na sede do Fórum Municipal - Casa da Cidadania, sita a Rua Jorge Lacerda nº 168, Centro Município de Campo Alegre/SC., na Sala do CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de segunda à sexta-feira, das 13:00h às 16h e 30m.

§ 6º Serão consideradas como provas de residência, de que trata o inciso I deste artigo, apenas faturas de fornecimento de energia elétrica ou fatura de água/esgoto, observada a titularidade já definida, do ano 2015.

§ 7º Não será concedido prazo para complementação ou substituição de documentos faltantes no ato da inscrição.

Art.6º No prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do término das inscrições, a Comissão Eleitoral publicará Edital no Diário Oficial dos Municípios - DOM, e nos Murais dos seguintes Locais: Fórum Municipal "Casa da Cidadania" na sala sede do CMDCA, Casa da Cultura, Sede da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, informando os nomes dos candidatos inscritos e fixando prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da publicação, para o oferecimento de impugnações, devidamente instruídas com provas, por qualquer cidadão interessado.

Art.7º A Comissão Eleitoral notificará pessoalmente o representante do Ministério Público das inscrições realizadas encaminhando cópia do processo de inscrição para eventual impugnação, que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias a contar da comunicação oficial.

Art.8º Após a publicação das candidaturas inscritas, todos os documentos dos candidatos estarão à disposição dos interessados que os requeiram, no Fórum Municipal "Casa da Cidadania", na sala sede do CMDCA, para exame e conhecimento dos requisitos exigidos.

Parágrafo único. Não será permitido o fornecimento de cópia ou a retirada de qualquer documento constante das inscrições de que trata o artigo 5º da presente Resolução.

Art.9º As impugnações deverão ser efetuadas por escrito, dirigidas à Comissão Eleitoral e instruídas com as provas já existentes ou com a indicação de onde as mesmas poderão ser colhidas.

§ 1º Os candidatos impugnados serão pessoalmente intimados pela Comissão Eleitoral para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, apresentar defesa.

§ 2º Decorrido o prazo a que se refere o parágrafo anterior, a Comissão Eleitoral, após manifestação do Ministério Público,

reunir-se-á para avaliar os requisitos, documentos, impugnações e defesas, deferindo os registros dos candidatos que preenchem os requisitos de lei e indeferindo os que não preenchem ou apresentem documentação incompleta.

§ 3º A Comissão Eleitoral publicará no Diário Oficial dos Municípios - DOM; nos Murais dos seguintes Locais: Fórum Municipal "Casa da Cidadania" na sala sede do CMDCA, Casa da Cultura, Sede da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições deferidas, bem como notificará pessoalmente o representante do Ministério Público, abrindo-se o prazo de 03 (três) dias úteis para que os interessados apresentem recurso para a Plenária do CMDCA, que decidirá em última instância, em igual prazo.

§ 4º Não serão aceitas denúncias anônimas.

Art.10. Julgados os eventuais recursos, a Comissão Eleitoral publicará edital no Diário Oficial dos Municípios - DOM, com a relação dos candidatos habilitados, os quais serão convocados a participar de curso prévio de capacitação a ser promovido pela Escola da Rede, no mês de setembro, devendo os participantes o concluir com frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento), efetivamente comprovada com assinatura de entrada e saída de presença.

Art.11. As impugnações de candidaturas serão anexadas ao processo de inscrição do candidato.

Parágrafo único. As impugnações que não atenderem ao expressamente disposto nos artigos 6º e 9º, desta Resolução serão indeferidas.

Art.12. O candidato registrar-se-á com o nome e/ou apelido, informando-o no anexo II desta Resolução.

§ 1º Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência ao primeiro solicitante.

§ 2º O candidato também será identificado por um número de dois dígitos, sorteado pela Comissão Eleitoral.

DAS INSTÂNCIAS ELEITORAIS

Art.13. Constituem-se instâncias eleitorais:

I - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do Município de Campo Alegre/SC.;

II - A Comissão Eleitoral;

III - As Mesas Receptoras de Votos.

Art.14. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA:

I - Indicar a Comissão Eleitoral;

II - Aprovar a composição das Mesas Receptoras de Votos;

III - Expedir outras Resoluções acerca do processo de eleição;

IV - Publicar o Edital com a data da eleição e locais de votação;

V - Definir o local e os recursos necessários para o escrutínio;

VI - Homologar o registro das candidaturas;

VII - Julgar:

a. os recursos interpostos contra as decisões proferidas pela Comissão Eleitoral;

b. as impugnações contra os membros indicados para as Mesas Receptoras de Votos;

c. as impugnações referentes ao resultado geral das eleições;

VIII - Fiscalizar a eleição e a apuração dos votos;

IX - Publicar no Diário Oficial dos Municípios - DOM; nos Murais dos seguintes Locais: Fórum Municipal "Casa da Cidadania" na sala sede do CMDCA, Casa da Cultura, Sede da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, o resultado geral do pleito;

X - Dar posse aos eleitos.

Parágrafo único. As decisões da Comissão Eleitoral serão tomadas por maioria absoluta.

Art.15. Compete à Comissão Eleitoral:

I - coordenar o processo eleitoral;

II - tomar todas as providências necessárias para a realização do pleito;

III - indicar e divulgar os componentes das Mesas Receptoras de Votos;

IV - receber, autuar e encaminhar ao Ministério Público as impugnações apresentadas contra as Mesas Receptoras de Votos;

V - publicar Edital, no Diário Oficial dos Municípios - DOM; nos Murais dos seguintes Locais: Fórum Municipal "Casa da Cidadania" na sala sede do CMDCA, Casa da Cultura, Sede da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, informando o nome dos candidatos inscritos para que, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da publicação, para que ofereçam impugnações.

VI - analisar e julgar o registro das candidaturas;

VII - publicar no Diário Oficial dos Municípios - DOM; nos Murais dos seguintes Locais: Fórum Municipal "Casa da Cidadania" na sala sede do CMDCA, Casa da Cultura, Sede da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições deferidas;

VIII - publicar edital no Diário Oficial dos Municípios - DOM; nos Murais dos seguintes Locais: Fórum Municipal "Casa da Cidadania" na sala sede do CMDCA, Casa da Cultura, Sede da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, a relação com os nomes e número dos candidatos habilitados ao pleito;

IX - elaborar as normas de procedimento das Mesas Receptoras de Votos;

X - confeccionar as cédulas de votação conforme modelo aprovado pelo CMDCA;

XI - solicitar ao comando da Polícia Militar local, efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais de votação e apuração;

XII - a escolha e ampla divulgação dos locais de votação;

XIII - selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia da votação;

XIV - fiscalizar a eleição e a apuração dos votos;

XV - receber as atas e boletins do pleito e da apuração;

XVI - receber o resultado da apuração dos votos e respectivo material e encaminhar ao CMDCA.

DAS MESAS RECEPTORAS DE VOTOS

Art.16. Constituem a Mesa Receptora de Votos um Presidente, um Primeiro e Segundo Mesários e um Secretário, nos respectivos cargos e seções eleitorais, nomeados e convocados pela Comissão Eleitoral, por Edital até 30 dias antes da eleição.

§ 1º Não podem ser nomeados Presidentes e Mesários:

I - Os candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o (a) companheiro(a) do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

§ 2º Serão designados mesários suplentes da ordem de 10% (dez por cento) do número total, para eventuais substituições.

Art.17. O 1º mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda pessoalmente pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

§ 1º O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento aos Mesários e Secretários pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição;

§ 2º Não comparecendo o Presidente até as sete horas e trinta minutos, assumirá a Presidência o Primeiro Mesário e, na sua falta ou impedimento, o Segundo Mesário, o Secretário ou um dos Suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

Art.18. As assinaturas dos eleitores serão colhidas nas folhas de votação fornecidas pelo Tribunal Regional Eleitoral, com recorte

de acordo com a Administração Regional a qual pertencem, sendo estas, juntamente com o relatório final da eleição e o material restante, entregues à Comissão Eleitoral.

Art.19. Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral.

§ 1º Compete também verificar as urnas e os materiais necessários para a votação, antes do início da eleição e, em caso de irregularidade, comunicando ao Ministério Público e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, tomando as providências necessárias;

§ 2º Proceder a apuração dos votos, após o voto do último eleitor inscrito para participar do processo até as 17h.

Art.20. Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, de 01 (um) único representante por candidato, inscrito previamente consoante previsão contida no Parágrafo único do art. 25, desta Resolução.

Parágrafo único. O candidato, ou pessoas por ele designada para fiscalização, que por qualquer ação ou omissão venham a tumultuar ou prejudicar o bom andamento dos trabalhos, serão convidados pelo Presidente da mesa receptora a se retirarem do local, consignando o ocorrido em ata.

DA DIVULGAÇÃO DAS CANDIDATURAS E DA PROPAGANDA ELEITORAL E FISCALIZAÇÃO

Art.21. O CMDCA, por intermédio da Comissão Eleitoral, promoverá a divulgação do processo de eleição e dos nomes dos candidatos considerados habilitados por intermédio da imprensa escrita e falada, zelando para que seja respeitada a igualdade de espaço e inserção para todos.

Art.22. Os candidatos poderão divulgar suas candidaturas entre os eleitores, por período não inferior a 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação da relação das candidaturas definitivas.

§ 1º Toda propaganda eleitoral será realizada sob a responsabilidade dos candidatos, inclusive nos excessos praticados por seus simpatizantes.

§ 2º Aos candidatos será permitida a divulgação de candidaturas através de meios eletrônicos, distribuição de folhetos impressos e da confecção de faixas, não sendo permitido colocá-las em equipamentos públicos, entidades sociais, logradouros e vias públicas.

Art.23. Toda a propaganda individual será fiscalizada pela Comissão Eleitoral e pelo Ministério Público, que determinarão a imediata suspensão ou cessação da propaganda que violar o disposto nos dispositivos anteriores ou atentar contra os princípios éticos e morais, ou contra a honra subjetiva de qualquer candidato.

Art.24. Não será permitida propaganda de qualquer espécie dentro dos locais de votação ou imediações no raio de 100 metros do local de votação, bem como não será tolerada qualquer forma de aliciamento de eleitores no dia da votação.

Art.25. É vedada a vinculação político-partidária das candidaturas, seja através da indicação, no material de propaganda ou inserções na mídia, de legendas de partidos políticos, símbolos, slogans, nomes ou fotografias de pessoas que, direta ou indiretamente, denotem tal vinculação.

§ 1º É expressamente vedado aos candidatos ou a pessoas a estes vinculadas, transportar, patrocinar ou intermediar o transporte de eleitores aos locais de votação.

§ 2º É expressamente vedada a distribuição de camisetas, bonés e qualquer outro tipo de brinde.

Art.26. Em reunião própria, a Comissão Eleitoral dará conhecimento formal das regras de campanha a todos os candidatos considerados habilitados ao pleito que firmarão compromisso de respeitá-las e que estão cientes e acordes que sua violação importará na exclusão do pleito ou cassação do diploma respectivo.

Parágrafo único - Na reunião prevista no caput deste artigo, o candidato deverá credenciar 02 (zero dois) fiscais, sendo destes 01 (zero um) titular e 01 (zero um) suplente, mediante a apresentação da ficha de credenciamento disponível no Diário Oficial dos

Municípios - DOM, e cópia de documento oficial de identificação com fotografia.

Art.27. Em caso de propaganda abusiva ou irregular, bem como havendo transporte irregular de eleitores no dia da votação ou qualquer outra infração prevista pela legislação eleitoral, a Comissão Eleitoral, de ofício ou a requerimento do Ministério Público ou de outro interessado, providenciará a imediata instauração de procedimento administrativo investigatório específico, onde será formulada a acusação e cientificado o acusado para apresentar defesa, no prazo de 03 (zero três) dias, a contar do recebimento da notificação pessoal, ocasião em que deverá arrolar suas testemunhas.

§ 1º Vencido o prazo acima referido, com ou sem apresentação de defesa, a Comissão Eleitoral designará data para realização de sessão específica para instrução e julgamento do caso que deverá ocorrer no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 2º O representado e seu defensor, se houver, serão intimados da data da sessão.

§ 3º O representante do Ministério Público será informado da data da sessão e a pronunciar-se.

§ 4º Na oitiva das testemunhas, primeiro serão ouvidas as indicadas na representação e aquelas de interesse da Comissão Eleitoral, sendo por último as arroladas pela defesa, em número de até 03 (zero três).

§ 5º Terminada a instrução o representante, o representado e o Ministério Público farão suas manifestações orais pelo período de até 10 (dez) minutos cada um.

Art.28. Após as manifestações orais a comissão deverá proferir decisão, podendo ser aplicadas as seguintes sanções:

- a. advertência;
- b. multa, no valor de 1/2 (meio) salário mínimo nacional vigente, revertida ao Fundo Municipal para os Direitos da Criança e do Adolescente;
- c. cassação da candidatura do infrator.

Art.29. Da decisão da Comissão Eleitoral caberá recurso à plenária do CMDCA, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas da sessão de julgamento.

Art.30. O CMDCA designará sessão extraordinária para julgamento do(s) recurso(s) interposto(s), dando-se ciência ao denunciante, ao candidato acusado e ao representante do Ministério Público.

Parágrafo único - Se as partes assim o desejarem, poderão apresentar sustentação oral na sessão extraordinária para julgamento do recurso, por um período de até 10 (dez) minutos.

DA REALIZAÇÃO DO PLEITO

Art.31. A eleição se realizará no dia 04 de Outubro de 2015, no período compreendido entre 8h e 17h, horário de Brasília/DF.

Parágrafo único - Facultar-se-á o voto, após o horário previsto no caput deste artigo, aos eleitores que estiverem na fila de votação, mediante a distribuição de senhas.

Art.32. A Comissão Eleitoral, com a antecedência devida, diligenciará o empréstimo de urnas.

Art.33. Podem votar os maiores de 16 (dezesseis) anos, inscritos como eleitores do Município até 03 (zero três) meses antes do processo de eleição e que possuam domicílio eleitoral na unidade geográfica (bairro) onde pretendam exercer seu direito a voto, devendo o eleitor apresentar à Mesa Receptora, o título de eleitor e documento oficial com fotografia.

Parágrafo único - O eleitor votará uma única vez em 01 (zero um) candidato na Mesa Receptora de Votos correspondente a sua zona eleitoral da região administrativa das regionais do município, através da sinalização do número e nome de registro do candidato na cédula eleitoral.

Art.34. A Comissão Eleitoral designará os locais de votação e agrupará as seções eleitorais definidas pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Art.35. Cabe ao Município de Campo Alegre/SC., o custeio de todas as despesas decorrentes do processo de eleição dos membros do Conselho Tutelar.

Art.36. Nos locais de votação serão afixadas listas com relação de nomes, apelidos se houver e números dos candidatos ao Conselho Tutelar.

Art.37. As cédulas de votação serão rubricadas por pelo menos 02 (zero dois) dos integrantes da mesa receptora, caso não haja a obtenção de urnas eletrônicas.

Parágrafo único - Serão consideradas nulas as cédulas que não estiverem rubricadas na forma deste artigo ou que apresentem escritos ou rasuras que não permitam aferir a vontade do eleitor.

Art.38. No dia da votação, todos os integrantes do CMDCA subdivididos em duplas ou trios, deverão estar presentes nos locais de votação, acompanhando o desenrolar do pleito, podendo receber notícias de violação das regras estabelecidas e realizar diligências para sua constatação.

Art.39. O candidato poderá fiscalizar a recepção e apuração dos votos, pessoalmente ou por intermédio de representantes previamente cadastrados e credenciados, conforme previsão contida no art. 26, parágrafo único desta Resolução.

DA APURAÇÃO

Art.40. Encerrada a votação, proceder-se-á imediatamente a contagem dos votos e sua apuração, sob responsabilidade do CMDCA e fiscalização do Ministério Público.

Art.41. Após o término da votação, o agente designado pela SAS e/ou outro indicado pela Comissão Eleitoral, acompanhado do Presidente da Mesa Receptora de Votos, providenciará o transporte das urnas de votação para apuração dos votos em local previamente designado para este fim, onde serão totalizados os votos.

Art.42. Os candidatos ou seus representantes credenciados poderão apresentar impugnação à medida que os votos forem sendo apurados, cabendo a decisão à própria Comissão de Eleição, que decidirá de plano, após a manifestação do Ministério Público.

Art.43. Concluída a apuração dos votos e decididas as eventuais impugnações, a Comissão Eleitoral providenciará a lavratura de ata circunstanciada sobre a votação e apuração, mencionando os nomes dos candidatos votados, com o número de sufrágios recebidos e todos os incidentes eventualmente ocorridos, colhendo as assinaturas dos membros da Comissão, candidatos, fiscais, representante do Ministério Público e quaisquer cidadãos que estejam presentes e queiram assinar, afixando cópia no local de votação e nos seguintes locais: Fórum Municipal "Casa da Cidadania" na sala sede do CMDCA; Mural do Prédio Sede da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Casa da Cultura e na Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ESCOLHIDOS

Art.44. Os 05 (zero cinco) primeiros candidatos mais votados serão considerados eleitos na condição de titulares

Parágrafo único - Os demais candidatos serão arrolados pela respectiva ordem de votação, em uma lista comum do Conselho Tutelar, na condição de suplentes, ou seja, constituirão uma lista de suplência única e geral.

Art.45. Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato que já tiver atuado anteriormente como conselheiro tutelar; persistindo o empate o que comprove maior tempo de atuação na área da infância e da juventude; se ainda assim persistir o empate, o mais idoso.

Art.46. Ao CMDCA, no prazo de 02 (zero dois) dias da apuração, poderão ser interpostos recursos das decisões da Comissão Eleitoral nos trabalhos de apuração, desde que a impugnação tenha constado em ata.

§ 1º O CMDCA decidirá os eventuais recursos no prazo máximo de 05 (zero cinco) dias, após a oitiva do Ministério Público, determinando ou não as correções necessárias, publicando Resolução homologando o resultado definitivo do processo de eleição, enviando cópias ao Prefeito Municipal, ao representante do Ministério Público e ao Juiz da Infância e da Juventude.

§ 2º O CMDCA manterá em arquivo permanente todas as Resoluções, Editais, atas e demais atos referentes ao processo de eleição do Conselho Tutelar, sendo que os votos e as fichas de cadastramento dos eleitores deverão ser conservados por 06 (zero seis) meses e, após, poderão ser destruídos.

Art.49. Os eleitos serão empossados pelo CMDCA e pelo Prefeito Municipal, no dia seguinte ao término do mandato de seus antecessores, ou seja, no dia 10 de Janeiro de 2016, oportunidade em que prestarão o compromisso de defender, cumprir e fazer cumprir no âmbito de sua competência os direitos da criança e do adolescente estabelecidos na legislação vigente.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.50. Na hipótese de haver uso de urnas eletrônicas, o candidato poderá registrar-se com o nome ou cognome/apelido, o qual aparecerá na tela da urna eletrônica, depois de digitado o número correspondente pelo eleitor.

§ 1º O programa eletrônico de votação será elaborado pelo Tribunal Regional Eleitoral, mediante aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

§ 2º Em não sendo possível a obtenção das urnas eletrônicas, deverá ser buscado o auxílio da Justiça Eleitoral para fornecimento das listas de eleitores e urnas comuns.

Art.51. Os casos omissos serão resolvidos pelo CMDCA, que deverá expedir Resoluções acerca do processo eleitoral sempre que se fizer necessário.

Art.52. Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Art.53. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua Publicação.

Campo Alegre/SC, 31 de Março de 2015.

ADRIANE SCHULZE DE OLIVEIRA
Presidenta Interina do CMDCA
Conselho Municipal dos Direitos da
Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução no dia dois do mês de abril do ano de dois mil e quinze, no Diário Oficial dos Municípios - DOM, e nos seguintes locais: Mural no Prédio Sede da Prefeitura Municipal, Mural no Prédio Sede da Câmara de Vereadores, Fórum Municipal "Casa da Cidadania" na Sala sede do CMDCA; Mural no Prédio Sede da Casa da Cultura, e no Mural no Prédio Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

TÚLIO CESAR JANSEN
Secretário do CMDCA Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

ANEXO I CRONOGRAMA ELEITORAL

AÇÕES	PRAZOS
Inscrições	06 de Abril à 04 de Maio
Publicação dos Inscritos	06 de Maio
Impugnação dos Inscritos	07 de Maio a 16 de Maio
Publicação ao candidato para apresentar Defesa	17 de Maio a 23 de Maio
Análise pela Comissão das defesas apresentadas	24 e 25 de Maio
Publicação das candidaturas deferidas no Diário Oficial dos Municípios e Murais	31 de Maio
Notificação ao MP	31 de Maio
Decisão dos Recursos pelo CMDCA	01 de Junho a 06 de Junho
Publicação das candidaturas Habilitadas no Diário Oficial dos Municípios e Murais	08 de Junho
Capacitação	Setembro

Apresentação das regras da eleição aos candidatos homologados e,	
Indicação e credenciamento dos fiscais dos candidatos	10 de Junho
Campanha Eleitoral	08 de Julho e 03 de Outubro
Publicação dos Locais de Votação	10 de Junho
Publicação dos Mesários e Escrutinadores	02 de Setembro

ANEXO I CRONOGRAMA ELEITORAL - continuação

Eleição	04 de Outubro
Publicação da apuração eleitoral	Até 06 de Outubro
Período para análise das impugnações	07 a 09 de Outubro
Notificação dos impugnados	13 de Outubro
Apresentação de defesa escrita	14 a 20 de outubro
Sessões da Comissão Eleitoral para análise da defesa de impugnação	21 a 23 de Outubro
Publicação do Julgamento das defesas	Até 26 de Outubro
Interposição de recurso ao CMDCA	27 e 28 de Outubro
Reunião Extraordinária do CMDCA para análise e decisão dos recursos	31 de Outubro
Publicação do resultado final da Eleição	03 de Novembro

ANEXO II ELEIÇÃO CT/ 2015

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO AO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
A Comissão Eleitoral

	Nº de Registro:
Nome:	
RG:	CPF/MF:
Escolaridade:	
Estado Civil:	Profissão:
Ocupação atual:	
Endereço:	
Bairro:	CEP:
Telefone:	Telefone para recado:
E-mail:	Celular:
Nome e/ou apelido a constar na cédula eleitoral:	

Desde já, responsabilizo-me pela veracidade das informações contidas no presente requerimento e pelos documentos em anexo.

Nestes Termos

Pede Deferimento.

Campo Alegre/SC, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do Candidato

**ANEXO III
ELEIÇÃO CT/ 2015****INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O CARGO**

DATA DE ESCOLHA: 04/10/2015

HORÁRIO: das 8h00min às 17h00min

Locais de votação: a Consultar futuramente no Diário Oficial dos Municípios - DOM; nos Murais dos seguintes Locais: Mural do Prédio Sede da Prefeitura Municipal, Mural do Prédio da Câmara de Vereadores, Fórum Municipal "Casa da Cidadania" na sala sede do CMDCA, Mural do Prédio Casa da Cultura, e Mural do Prédio Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Número de Vagas Titulares: Cinco

Número de Vagas Suplentes: Indefinido

Validade do Mandato: de 10 de Janeiro de 2016 a 09 de Janeiro de 2020

Atribuições do Cargo: Atribuições já definidas no Art. 136, do Estatuto da Criança e do Adolescente tais como: atender as crianças/adolescentes com medidas de proteção, requisitando serviços públicos quando necessário, exigindo cumprimento da lei e denunciando os infratores ao Ministério Público, a fim de evitar a omissão ou abuso dos participantes do sistema (sociedade, estado, pais ou responsável), aconselha e exige dos pais ou responsável as medidas necessárias ao bem estar físico e/ou mental das crianças/adolescentes, encaminhando a tratamento, incluindo em programa de orientação, obrigando a acompanhar e matricular em escola regular, a fim de contribuir para uma vida normal na sociedade: promove a execução de suas decisões, requisitando serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança e/ou representando junto à autoridade judiciária nos casos de cumprimento injustificado de suas deliberações, para garantir o seu cumprimento; representa a criança/adolescente e/ou família, notificando o Ministério Público e recebendo notificações no caso de violação de direitos, para servir de elo, entre a comunidade e o estado; expede notificações, petições e outras correspondências, redigindo e digitando, segundo instruções para atender rotinas administrativas, requisita certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário. Pode representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, encaminhar à autoridade judiciária os dados de sua competência (infrações de adolescentes), assessorar o executivo na elaboração de propostas orçamentária para planos e programas de atendimento a criança e adolescente.

Horário de expediente: O Conselho Tutelar cumprirá horário de funcionamento conforme definição da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social e Lei Local. A atuação do Conselho Tutelar será permanente, contínua e ininterrupta, mantendo plantão para atender casos urgentes em qualquer dia e horário.

Dedicação exclusiva: A função de membro de Conselheiro Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada, conforme preconizam a Resolução nº 170/2015 do CONANDA.

Campos Novos**PREFEITURA****DECRETO Nº. 7.269/15 DE 26/03/2015 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

DECRETO Nº 7.269/15 DE 26/03/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município no valor de R\$ 64.799,35 (Sessenta e quatro mil, setecentos e noventa e nove reais e trinta e cinco centavos) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

UNIDADE: 09 -DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.018 - Manutenção do Ensino - Remuneração Profissionais do Magistério

Elementosdespesa: 138-3.1.90.00.00.00.00.00.03.0018-Aplicações Diretas R\$ 64.799,35

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do Superávit do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 26 de março de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 439/15

PORTARIA Nº 439/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LARA FERNANDA CHIAMOLERA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário LARA FERNANDA CHIAMOLERA, para exercer o cargo de ARQUITETA, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 448/15

PORTARIA Nº 448/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GUILHERME MORO

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

REsolve:

Contratar em caráter temporário GUILHERME MORO, para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 451/15

PORTARIA Nº 451/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LUIZ ALBERTO DA COSTA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

REsolve:

Contratar em caráter temporário LUIZ ALBERTO DA COSTA, para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 466/15

PORTARIA Nº 466/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CARLA FABIANA MACHADO

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

REsolve:

Contratar em caráter temporário CARLA FABIANA MACHADO, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 05 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 507/15

PORTARIA Nº 507/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALTAMIRA CAMARGO DUTRA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

REsolve:

Contratar em caráter temporário ALTAMIRA CAMARGO DUTRA, para exercer o cargo de GARI, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 509/15

PORTARIA Nº 509/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIA APARECIDA PINHEIRO DE PAULA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

REsolve:

Contratar em caráter temporário MARIA APARECIDA PINHEIRO DE PAULA, para exercer o cargo de GARI, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 510/15

PORTARIA Nº 510/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIA LUIZA PEREIRA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da

Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

REsolve:

Contratar em caráter temporário MARIA LUIZA PEREIRA, para exercer o cargo de GARI, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 511/15

PORTARIA Nº 511/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PAULINHO DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

REsolve:

Contratar em caráter temporário PAULINHO DA SILVA, para exercer o cargo de GARI, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 513/15

PORTARIA Nº 513/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SALOMAR GONÇALVES THIBES

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

REsolve:

Contratar em caráter temporário SALOMAR GONÇALVES THIBES, para exercer o cargo de GUARDA, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 516/15

PORTARIA Nº 516/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CELIO DE JESUS PADILHA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

REsolve:

Contratar em caráter temporário CELIO DE JESUS PADILHA, para exercer o cargo de MOTORISTA, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 517/15

PORTARIA Nº 517/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO EDILSON BATISTA FAGUNDES

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

REsolve:

Contratar em caráter temporário EDILSON BATISTA FAGUNDES, para exercer o cargo de MOTORISTA, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 518/15

PORTARIA Nº 518/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FERNANDO WALTRICK DE ALMEIDA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

REsolve:

Contratar em caráter temporário FERNANDO WALTRICK DE ALMEIDA, para exercer o cargo de MOTORISTA, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 519/15

PORTARIA Nº 519/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO HELYEZER MACIEL

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

REsolve:

Contratar em caráter temporário HELYEZER MACIEL, para exercer o cargo de MOTORISTA, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 520/15

PORTARIA Nº 520/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO IVANOR QUINTILIO DALABRIDA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

REsolve:

Contratar em caráter temporário IVANOR QUINTILIO DALABRIDA, para exercer o cargo de MOTORISTA, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 521/15

PORTARIA Nº 521/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JAIR JOSE DE MATTOS

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

REsolve:

Contratar em caráter temporário JAIR JOSE MATTOS, para exercer o cargo de MOTORISTA, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 522/15

PORTARIA Nº 522/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOEL FACIN

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

REsolve:

Contratar em caráter temporário JOEL FACIN, para exercer o cargo de MOTORISTA, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 523/15

PORTARIA Nº 523/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOSE AMARILDO BECKER

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

REsolve:

Contratar em caráter temporário JOSE AMARILDO BECKER, para exercer o cargo de MOTORISTA, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 524/15

PORTARIA Nº 524/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROBERTO CARLOS DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

REsolve:

Contratar em caráter temporário ROBERTO CARLOS DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de MOTORISTA, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 525/15

PORTARIA Nº 525/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FABIANO BUFFON COELLI

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

REsolve:

Contratar em caráter temporário FABIANO BUFFON COELLI, para exercer o cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 526/15

PORTARIA Nº 526/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FLORISVAL DAL CORTIVO

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

REsolve:

Contratar em caráter temporário FLORISVAL DAL CORTIVO, para exercer o cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 527/15

PORTARIA Nº 527/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOAQUIM EDEZIO VARELA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

REsolve:

Contratar em caráter temporário JOAQUIM EDEZIO VARELA, para exercer o cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 528/15

PORTARIA Nº 528/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARCELO CONRADIN

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

REsolve:

Contratar em caráter temporário MARCELO CONRADIN, para exercer o cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 529/15

PORTARIA Nº 529/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MILTON CORDEIRO

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

REsolve:

Contratar em caráter temporário MILTON CORDEIRO, para exercer o cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 824/15

PORTARIA Nº 824/15 de 27/02/2015

NOMEIA O SERVIDOR ADEMAR BATISTA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSISTENTE DE GABINETE JUNTO AO GABINETE,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

REsolve:

Nomear o servidor ADEMAR BATISTA, para o cargo em comissão de ASSISTENTE DE GABINETE, junto ao GABINETE. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 825/15

PORTARIA Nº 825/15 de 27/02/2015

NOMEIA O SERVIDOR HILARIO ADEMILSON PIRES PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSISTENTE DE GABINETE JUNTO AO GABINETE,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

REsolve:

Nomear o servidor HILARIO ADEMILSON PIRES, para o cargo em comissão de ASSISTENTE DE GABINETE, junto ao GABINETE. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 826/15

PORTARIA Nº 826/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ADELINO PAULO

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

REsolve:

Contratar em caráter temporário ADELINO PAULO, para exercer o cargo de COORDENADOR DE ATIVIDADE OPERACIONAL, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 827/15

PORTARIA Nº 827/15 de 27/02/2015

NOMEIA O SERVIDOR GENESIO RODRIGUES PEIXOTO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE ATIVIDADE OPERACIONAL JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

REsolve:

Nomear o servidor GENESIO RODRIGUES PEIXOTO, para o cargo em comissão de COORDENADOR DE ATIVIDADE OPERACIONAL, junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 828/15

PORTARIA Nº 828/15 de 27/02/2015

NOMEIA O SERVIDOR JOAO MARCOS TESSARO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

REsolve:

Nomear o servidor JOAO MARCOS TESSARO, para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE ARQUIVO GERAL E DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS, junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 829/15

PORTARIA Nº 829/15 de 27/02/2015

NOMEIA O SERVIDOR LUIZINHO SAVARIS PARA O CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE EXECUTIVO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

REsolve:

Nomear o servidor LUIZINHO SAVARIS, para o cargo em comissão de GERENTE EVENTOS, junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 830/15

PORTARIA Nº 830/15 de 27/02/2015

NOMEIA O SERVIDOR MARIO CEZAR DE SOUZA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE EXECUTIVO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

REsolve:

Nomear o servidor MARIO CEZAR DE SOUZA, para o cargo em comissão de GERENTE EXECUTIVO, junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

SAMAE - CAMPOS NOVOS

EXT. PP. 02/2015

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844
AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 10.520/2002, Decreto 5.411/2005 e subsidiariamente com a Lei 8.666/1993, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 03/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº02/2015, tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

2-OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES EM FERRO GALVANIZADO A SEREM UTILIZADOS NA INSTALAÇÃO DE BOMBA SUBMERSA NA LOCALIDADE DE BOA ESPERANÇA.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 14:00hs do dia 16/04/2015, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua:

Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, nos seguintes horários das

09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites

www.samaecn.com.br e www.camposnovos.sc.gov.br

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

EDITAL Nº. 019/2015

EDITAL Nº. 019/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2013.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 245 de 08 de novembro 2013; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS - Cadastro Nacional

de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 26 de março de 2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 019/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

NOME: MARCELO DA SILVA CASTRO RADOLL

NOME: MARINEI TOBIAS BADAZ

EDITAL Nº. 020/2015

EDITAL Nº. 020/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2014.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 041 de 02 de março de 2015; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da

Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br;
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina,

sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 26 de março de 2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 020/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: ODONTÓLOGO PERIODONTIA

NOME: LUIS ARTUR BURGARDT

CARGO: MÉDICO GINECOLOGISTA OBSTETRA

NOME: CELIZE MARIA WEINERT

CARGO: MÉDICO CLÍNICO GERAL (REGIÃO INTERIORANA)

NOME: ANA JULIA DELA BRUNA BRAND

CARGO: MÉDICO GENERALISTA

NOME: GISELLE KLUPPEL LIMA

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMAS 03/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/15

HOMOLOGAÇÃO: 01/04/15

CONTRATADO: ALVO CONFECÇÕES LTDA CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 300 CAMISETAS EM MALHA, NA COR BRANCA, SENDO 100 CAMISETAS DESTINADAS AO CRAS I, 100 CAMISETAS DESTINADAS AO CRAS II E 100 CAMISETAS DESTINADAS AO CRAS III.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.599,00 (três mil quinhentos e noventa e nove reais)

DATA: 01/04/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 18/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 18/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º PMC 05/2015
TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 01/2015

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 18/2014. Data de assinatura: 02/03/2015. Contratada: NOVO ESPAÇO ENGENHARIA CIVIL LTDA EPP, CNPJ n.º 79.583.167/0001-82. Objeto Contratado CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À REFORMA DO PRÉDIO DA SEDE DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, NESTA CIDADE DE CANOINHAS, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO EM ANEXO. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: 172.517,75 (Cento e setenta e dois mil quinhentos e dezessete reais e setenta e cinco centavos). Vigência: 02/03/2015 à 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 19/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 19/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º PMC 82/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 58/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 19/2015. Data de assinatura: 04/03/2015. Contratada: MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO, CNPJ n.º 11.576.185/0001-01. Objeto Contratado REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇO TRABALHADAS, PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE: ASSENTAMENTO DE LAJOTA SEXTAVADA. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: 6.965,00 (seis mil novecentos e sessenta e cinco reais). Vigência: 04/03/2015 à 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 20/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 20/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º PMC 126/2014
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 16/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 20/2015. Data de assinatura: 06/03/2015. Contratada: MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO, CNPJ n.º 11.576.185/0001-01. Objeto Contratado REGISTRO DE PREÇOS PARA COLOCAÇÃO E PINTURA DE 214,30 METROS LINEARES DE MURO PALITO, DESTINADO A ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL MARI LOVATEL PIRES. Contratante: Prefeitura do Município de

Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: 74.642,83 (sessenta e quatro mil seiscentos e quarenta e dois reais e oitenta e três centavos). Vigência: 06/03/2015 à 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 21/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 21/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º PMC 18/2015
TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 06/2015

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 21/2015. Data de assinatura: 09/03/2015. Contratada QUANTUM ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA, CNPJ n.º 82.094.640/0001-72. Objeto Contratado TERMO DE CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA REFORMA/MELHORIA DA ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL NA RUA VEREADOR GUILHERME PRUST, CAMPO DA ÁGUA VERDE, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: 29.302,56 (vinte e nove mil trezentos e dois reais e cinquenta e seis centavos). Vigência: 09/03/2015 à 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 22/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 22/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º PMC 32/2015
TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 08/2015

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 22/2015. Data de assinatura: 10/03/2015. Contratada NOVO ESPAÇO ENGENHARIA CIVIL LTDA -EPP, CNPJ n.º 79.583.167/0001-82. Objeto Contratado TERMO DE CONTRATO OBRAS RELATIVAS À CONSTRUÇÃO DA ESCOLA FREI FABIANO LOCALIZADA NO BAIRRO INDUSTRIAL I, COM ÁREA DE 853,20M², NESTA CIDADE DE CANOINHAS, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO EM ANEXO. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: 882.696,93 (oitocentos e oitenta e dois mil seiscentos e noventa e seis reais e noventa e três centavos). Vigência: 10/03/2015 à 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 23/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 23/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º PMC 33/2015
TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 09/2015

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 23/2015. Data de assinatura: 10/03/2015. Contratada J. LOPES CONSTRUTORA LTDA, CNPJ n.º 109.122.55/0001-84. Objeto Contratado TERMO DE CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A CONSTRUÇÃO DA E.B.M. ALBERTO WARDENSKI, COM ÁREA DE 853,20 M2, SITUADA NA LOCALIDADE DE SALTO DA ÁGUA VERDE, NESTA CIDADE DE CANOINHAS, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO EM ANEXO. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: 851.675,60 (oitocentos e cinquenta e um mil seiscentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos). Vigência: 10/03/2015 à 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 24/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 24/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º PMC 82/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 58/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 24/2015. Data de assinatura: 13/03/2015. Contratada J. LUMA CONSTRUTORA LTDA - ME, CNPJ n.º 08.969.679/0001-33. Objeto Contratado REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇO TRABALHADAS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE: SUBSTITUIÇÃO DE TELHADOS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais). Vigência: 13/03/2015 à 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 25/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 25/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 25/2015. Data de assinatura: 16/03/2015. Contratada Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), CNPJ n.º 09.427.503/0001-12. Objeto Contratado CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVO AO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CANOINHAS E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA) PARA O EXERCÍCIO DE 2015. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ:

83.102.384/0001-80. Valor: 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais). Vigência: 16/03/2015 à 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 26/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 26/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 26/2015. Data de assinatura: 19/03/2015. Contratada ELETRICA IRANI LTDA, CNPJ n.º 02.859.011/0001-57. Objeto Contratado CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE MELHORIA DA ILUMINACAO PÚBLICA NA PRAÇA LAURO MULLER. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: 3.464,00 (três mil quatrocentos e sessenta e quatro mil reais). Vigência: 19/03/2015 à 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 27/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 27/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº PMC 35/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 20/2015

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 27/2015. Data de assinatura: 20/03/2015. Contratada INECOM EQUIPAMENTOS E MANUTENÇÃO LTDA ME, CNPJ n.º 07.359.407/0001-59. Objeto Contratado TERMO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA COZINHA COMUNITÁRIA. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais). Vigência: 20/03/2015 à 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 29/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 29/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº PMC 35/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 20/2015

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 29/2015. Data de assinatura: 20/03/2015. Contratada ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA -EPP, CNPJ n.º 12.581.380/0001-84. Objeto Contratado TERMO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA COZINHA COMUNITÁRIA. Contratante: Prefeitura do Município de

Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: 25.420,00 (vinte e quatro mil quatrocentos e vinte reais). Vigência: 20/03/2015 à 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 30/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 30/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº PMC 35/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 20/2015

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 30/2015. Data de assinatura: 20/03/2015. Contratada BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA- ME, CNPJ n.º 09.053.748/0001-27. Objeto Contratado TERMO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA COZINHA COMUNITÁRIA. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: 12.029,00 (Doze mil e vinte nove reais). Vigência: 20/03/2015 à 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 31/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 31/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº PMC 38/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 22/2015

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 31/2015. Data de assinatura: 23/03/2015. Contratada IHM AUTO MECÂNICA LTDA, CNPJ n.º 00.260.036/0001-04. Objeto Contratado: TERMO DE CONTRATO PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS, PARA REPAROS MECÂNICOS NO VEÍCULO UNO MILLE WAY N.º 113, ANO 2010/2011 - MHV 3758. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais). Vigência: 23/03/2015 à 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 32/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 32/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº PMC 15/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 06/2015

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 32/2015. Data de assinatura: 23/03/2015. Contratada JOAO DE OLIVEIRA MARTINS ME, CNPJ n.º 09.374.051/000158. Objeto

Contratado: TERMO DE CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: 67.185,00 (sessenta e sete mil cento e oitenta e cinco reais). Vigência: 23/03/2015 à 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 33/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 33/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº PMC 82/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 58/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 33/2015. Data de assinatura: 23/03/2015. Contratada J. LUMA CONSTRUTORA LTDA - ME, CNPJ n.º 08.969.679/0001-33. Objeto Contratado: REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇO TRABALHADAS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO DE CALHAS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: 10.080,00 (Dez mil e oitenta reais). Vigência: 23/03/2015 à 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 34/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 34/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº PMC 51/2015
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº PMC 07/2015

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 34/2015. Data de assinatura: 24/03/2015. Contratada JOB CENTER LTDA - ME, CNPJ n.º 04.462.054/0001-20. Objeto Contratado: TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL ATRAVÉS DE CHAMADA PÚBLICA, MODALIDADE DE CREDENCIAMENTO DE VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO ONLINE (PORTAL OU SITE). Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: 7.200,00 (sete mil e duzentos reais). Vigência: 24/03/2015 à 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 35/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 35/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº PMC 51/2015
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº PMC 07/2015
CHAMADA PÚBLICA Nº PMC 02/2015

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 35/2015. Data de assinatura: 24/03/2015. Contratada FUNDAÇÃO EXPANSÃO CULTURAL RÁDIO E TV CANOINHAS, CNPJ n.º 03.422.900/0001-15. Objeto Contratado: TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL ATRAVÉS DE CHAMADA PÚBLICA, MODALIDADE DE CREDENCIAMENTO DE VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO ONLINE (PORTAL OU SITE). Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: 7.200,00 (sete mil e duzentos reais). Vigência: 24/03/2015 à 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 36/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 36/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº PMC 30/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 18/2015

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 36/2015. Data de assinatura: 24/03/2015. Contratada INVIOVÁVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA, CNPJ n.º 14.689.898/0001-61. Objeto Contratado: TERMO DE CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA DE SISTEMAS DE VIDEOMONITORAMENTO E ALARME NO PRÉDIO DA PREFEITURA, SETOR DE TRANSPORTES E CONSELHO TUTELAR). Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: 35.900,00 (trinta e cinco mil e novecentos reais). Vigência: 24/03/2015 à 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 37/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 37/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº PMC 45/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 27/2015

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 37/2015. Data de assinatura: 31/03/2015. Contratada AUTO PEÇAS E MECANICA LEO LTDA, CNPJ n.º 82.729.773/0001-78. Objeto Contratado: TERMO DE CONTRATO PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: 4.720,00 (quatro mil setecentos e vinte reais). Vigência: 31/03/2015 à 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 38/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 38/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº PMC 45/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 27/2015

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 38/2015. Data de assinatura: 31/03/2015. Contratada RETIFICA MOTOCAR LTDA, CNPJ n.º 83.849.109/0001-25. Objeto Contratado: TERMO DE CONTRATO PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais). Vigência: 31/03/2015 à 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

RESOLUÇÃO 04/CMDCA/2015

RESOLUÇÃO 04/CMDCA/2015

Homologação das Inscrições para membros suplentes do Conselho Tutelar.

A Comissão Eleitoral para Eleição de Conselheiros tutelares Suplentes, formada por membros do Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente defere e homologa as inscrições abaixo relacionadas, estando as mesmas em acordo com o Edital 001/2015:

Nome
Angélica Krailing Sampaio
Daiane Karine Wendt
Ana Maria Chimangosewski Rincon

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 01 de Abril de 2015.

Vera Lucia Piotrowski Cubas

Juceres Maria Wiese Roeder

Karina Vieira Carvalho

Rita de Cássia Krauss Witt

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMDR 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DESEN. RURAL DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Total dos Itens Vencedores: 10.850,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 1/2015

Licitação.....: 1/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE 08 CONJUNTOS DE PNEUS 275/80 R 22.5 BORRACHUDOS, SENDO CADA CONJUNTO COMPOSTO POR 01 PNEU, 01 CÂMARA E 01 PROTETOR, DESTINADOS AO CAMINHÃO IVECO 230 E Nº 90.

1 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 1	-	12911	- C.JTO COM 01 PNEU, S/ CÂMARA S/ PROTETOR 275/80/R/22.5 BORRAC - Unidade: C.J					
9199	MODELO PNEUS LTDA.	FIRESTONE QB	8,000	0,0000	1,356,2500	10.850,00	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em	
PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA -	SUPLENTE
ROBERTA JOSIANE SCHAFSCHEK -	EQUIPE DE APOIO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
JOSÉ CARLOS HERBST -	CRC SC - 031639/O-0

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/12

Total dos Itens Vencedores: 41.281,00

Processo / Ano: 8/2015
Licitação.....: 1/2015 - PR
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES DESTINADOS A CASA DOS DIABÉTICOS DE CANOINHAS.

Processo Administrativo:

1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 1 - 29566 - BICICLETA ERGOMÉTRICA - Unidade: UN

12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		2,000	0,0000	1,415,0000	2,830,00	Venceu	1 ****
15813	Royal Distribuidora Ltda - EPP	ARKTUS	2,000	0,0000	1,420,0000	2,840,00	Perdeu	2
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	KIKOS	2,000	0,0000	1,425,0000	2,850,00	Perdeu	3
12942	SUPERAR LTDA. ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13212	QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 2 - 311042243 - MESA PARA APARELHO FISIOTERAPICO EM "Z" - Unidade: UN

13212	QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA	RAGONEZI	2,000	0,0000	242,0000	484,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	CARCI	2,000	0,0000	497,0000	994,00	Perdeu	2
12942	SUPERAR LTDA. ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15813	Royal Distribuidora Ltda - EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 3 - 40712 - MESA DE EXAMES - Unidade: UN

13212	QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA	OLIMEDIC	4,000	0,0000	453,0000	1,812,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	METAL	4,000	0,0000	524,0000	2,096,00	Perdeu	2
12942	SUPERAR LTDA. ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15813	Royal Distribuidora Ltda - EPP		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 4 - 40036 - MACA TUBULAR CABECEIRA REGULÁVEL EM AÇO CARBONO. CINZA ISP - Unidade: UN

13212	QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA	OLIMEDIC	2,000	0,0000	264,0000	528,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	CARCI	2,000	0,0000	630,0000	1,260,00	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/12

41.281,00

Processo / Ano: 8/2015
Licitação.....: 1/2015 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES DESTINADOS A CASA DOS DIABÉTICOS DE CANOINHAS.

Processo Administrativo:

1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 4	-	40036	-	MACA TUBULAR CABECEIRA REGULÁVEL EM AÇO CARBONO. CINZA ISP - Unidade: UN				
12942		SUPERAR LTDA. ME	2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12945		BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15813		Royal Distribuidora Ltda - EPP	2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 5	-	30784	-	CADEIRA DE RODAS PARA OBESOS - Unidade: UN				
13212		QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA	1,000	0,0000	1,200,0000	1,200,00	Venceu	1 ****
12704		COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	1,000	0,0000	1,245,0000	1,245,00	Perdeu	2
12942		SUPERAR LTDA. ME	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12945		BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15813		Royal Distribuidora Ltda - EPP	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 6	-	30780	-	CADEIRA DE RODA CAP 110KG A 160KG - Unidade: UN				
13212		QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA	2,000	0,0000	461,0000	922,00	Venceu	1 ****
12704		COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	2,000	0,0000	595,0000	1,190,00	Perdeu	2
12942		SUPERAR LTDA. ME	2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12945		BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15813		Royal Distribuidora Ltda - EPP	2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 7	-	35098	-	ESCALADA DE 2 DEGRAUS COM PISO DE BORRACHA ESTRUTURA TUBULAR - Unidade: UN				
13212		QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA	6,000	0,0000	65,0000	390,00	Venceu	1 ****
12704		COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	6,000	0,0000	98,0000	588,00	Perdeu	2
12942		SUPERAR LTDA. ME	6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12945		BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 3/12

Processo / Ano: 8/2015
Licitação.....: 1/2015 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES DESTINADOS A CASA DOS DIABÉTICOS DE CANOINHAS.

Processo Administrativo: 41.281,00
1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 7	-	35098	-	ESCADADE 2 DEGRAUS COM PISO DE BORRACHA. ESTRUTURA TUBULAR	-	Unidade: UN		
15813	Royal Distribuidora Ltda - EPP		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 8	-	311042244	-	ANDADOR ADULTO EM ALUMINIO DOBRAVEL	-	Unidade: UN		
13212	QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA	DUNE	3,000	0,0000	160,0000	480,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	CARCI	3,000	0,0000	198,0000	594,00	Perdeu	2
12942	SUPERAR LTDA. ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15813	Royal Distribuidora Ltda - EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 9	-	311042248	-	APARELHO FES + TENS CLINICO. FESVIT	-	Unidade: UN		
15813	Royal Distribuidora Ltda - EPP	CARCI	1,000	0,0000	1,216,7289	1,216,73	Venceu	1 ****
13212	QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA	HTM	1,000	0,0000	1,237,8700	1,237,87	Perdeu	2
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	CARCI	1,000	0,0000	1,300,0000	1,300,00	Perdeu	3
12942	SUPERAR LTDA. ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 10	-	311042251	-	TENS CLINICO DIGITAL. TENSVIF	-	Unidade: UN		
15813	Royal Distribuidora Ltda - EPP	CARCI	1,000	0,0000	1,216,7289	1,216,73	Venceu	1 ****
13212	QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA	IBRAMED	1,000	0,0000	1,190,2655	1,190,27	Perdeu	2
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	CARCI	1,000	0,0000	1,300,0000	1,300,00	Perdeu	3
12942	SUPERAR LTDA. ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 4/12

41.281,00

Processo / Ano: 8/2015
Licitação.....: 1/2015 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES DESTINADOS A CASA DOS DIABÉTICOS DE CANOINHAS.

Processo Administrativo: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 11	-	41306	-	NEUODYN II 4 CANAIS	-	Unidade: UN		
15813	Royal Distribuidora Ltda - EPP	IBRAMED	1,000	0,0000	1.470,7711	1.470,77	Venceu	1 *****
13212	QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA	IBRAMED	1,000	0,0000	1.428,3186	1.428,32	Perdeu	2
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	IBRAMED	1,000	0,0000	1.400,0000	1.400,00	Perdeu	3
12942	SUPERAR LTDA. ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 12	-	41304	-	NEUODYN AUSSIE SPORT	-	Unidade: UN		
15813	Royal Distribuidora Ltda - EPP	IBRAMED	1,000	0,0000	1.470,7711	1.470,77	Venceu	1 *****
13212	QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA	IBRAMED	1,000	0,0000	1.523,5398	1.523,54	Perdeu	2
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	IBRAMED	1,000	0,0000	1.400,0000	1.400,00	Perdeu	3
12942	SUPERAR LTDA. ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 13	-	311042252	-	BARRA PARALELA SIMPLES	-	Unidade: UN		
13212	QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA	ARKTUS	1,000	0,0000	1.318,3300	1.318,33	Venceu	1 *****
15813	Royal Distribuidora Ltda - EPP	CARCI	1,000	0,0000	1.134,1600	1.134,16	Perdeu	2
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ARKTUS	1,000	0,0000	1.100,0000	1.100,00	Perdeu	3
12942	SUPERAR LTDA. ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 14	-	311042253	-	PISO PARA BARRA PARALELA	-	Unidade: UN		
13212	QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA	ARKTUS	1,000	0,0000	886,1103	886,11	Venceu	1 *****
15813	Royal Distribuidora Ltda - EPP	ARKTUS	1,000	0,0000	768,2927	768,29	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 5/12

41.281,00

Processo / Ano: 8/2015
Licitação.....: 1/2015 - PR
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES DESTINADOS A CASA DOS DIABÉTICOS DE CANOINHAS.

Processo Administrativo:

1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 14 - 311042253 - PISO PARA BARRA PARALELA - Unidade: UN

12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ARKTUS	1,000	0,0000	1,000,0000	1,000,00	Perdeu	3
12942	SUPERAR LTDA. ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 15 - 29350 - BARRA DE LING - Unidade: UN

13212	QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA	ARKTUS	1,000	0,0000	895,9560	895,96	Venceu	1 ****
15813	Royal Distribuidora Ltda - EPP	ARKTUS	1,000	0,0000	914,6341	914,63	Perdeu	2
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ARKTUS	1,000	0,0000	1,000,0000	1,000,00	Perdeu	3
12942	SUPERAR LTDA. ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 16 - 311042254 - JOGO DE BASTÕES COM 05 UNIDADES - Unidade: JOG

13212	QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA	ARKTUS	1,000	0,0000	328,8454	328,85	Venceu	1 ****
15813	Royal Distribuidora Ltda - EPP	ARKTUS	1,000	0,0000	365,8537	365,85	Perdeu	2
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ZILMOVEIS	1,000	0,0000	499,0000	499,00	Perdeu	3
12942	SUPERAR LTDA. ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 17 - 311042255 - PRANCHA DE PROPRIOCEPÇÃO COM ESTRUTURA DE MADEIRA - Unidade: UN

13212	QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA	ARKTUS	1,000	0,0000	211,6819	211,68	Venceu	1 ****
15813	Royal Distribuidora Ltda - EPP	ARKTUS	1,000	0,0000	204,8780	204,88	Perdeu	2
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ARKTUS	1,000	0,0000	230,0000	230,00	Perdeu	3
12942	SUPERAR LTDA. ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 6/12

Processo / Ano: 8/2015
Licitação.....: 1/2015 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES DESTINADOS A CASA DOS DIABÉTICOS DE CANOINHAS.

Processo Administrativo: 41.281,00
1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 17 - 311042255 - PRANCHADE PROPRIECEPÇÃO COM ESTRUTURA DE MADEIRA - Unidade: UN

12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
-------	-------------------------------------	--	-------	--------	--------	------	-----------	---

Item.....: 18 - 311042257 - ESCADA DE CANTO, COM DOIS LADOS - Unidade: UN

13212	QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA	ARKTUS	1,000	0,0000	1.279,9371	1.279,94	Venceu	1 ****
15813	Royal Distribuidora Ltda - EPP	CARCI	1,000	0,0000	1.317,0732	1.317,07	Perdeu	2
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	CARCI	1,000	0,0000	1.110,0000	1.110,00	Perdeu	3
12942	SUPERAR LTDA. ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 19 - 311042258 - TABLADO EM MADEIRA, PADRÃO MARFIM RESISTENTE - Unidade: UN

13212	QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA	ARKTUS	2,000	0,0000	984,5670	1.969,13	Venceu	1 ****
15813	Royal Distribuidora Ltda - EPP	CARCI	2,000	0,0000	1.097,5610	2.195,12	Perdeu	2
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ARKTUS	2,000	0,0000	1.000,0000	2.000,00	Perdeu	3
12942	SUPERAR LTDA. ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 20 - 311042259 - BOLA DE BOBATH COM 65 CM DE DIÂMETRO - Unidade: UN

15813	Royal Distribuidora Ltda - EPP	CARCI	1,000	0,0000	76,5492	76,55	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ARKTUS	1,000	0,0000	75,0000	75,00	Perdeu	2
12942	SUPERAR LTDA. ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13212	QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 7/12

Processo / Ano: 8/2015 Processo Administrativo: 41.281,00

Licitação.....: 1/2015 - PR

1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES DESTINADOS A CASA DOS DIABÉTICOS DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 21 - 311042260 - BOLA DE BOBATH COM 75 CM DE DIÂMETRO - Unidade: UN

15813	Royal Distribuidora Ltda - EPP	CARCI	1,000	0,0000	80,8019	80,80	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ARKTUS	1,000	0,0000	72,0000	72,00	Perdeu	2
12942	SUPERAR LTDA. ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13212	QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 22 - 311042261 - BOLA DE BOBATH COM 85 CM DE DIÂMETRO - Unidade: UN

15813	Royal Distribuidora Ltda - EPP	CARCI	1,000	0,0000	123,3293	123,33	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ARKTUS	1,000	0,0000	110,0000	110,00	Perdeu	2
12942	SUPERAR LTDA. ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13212	QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 23 - 37669 - HALTERES DE 02 KG. PINTADO, EM FERRO - Unidade: PAR

15813	Royal Distribuidora Ltda - EPP	CARCI	2,000	0,0000	29,7691	59,54	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	CARCI	2,000	0,0000	32,0000	64,00	Perdeu	2
12942	SUPERAR LTDA. ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13212	QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 24 - 311042262 - FAIXA ELÁSTICA, DENSIDADE EXTRA FORTE - Unidade: UN

15813	Royal Distribuidora Ltda - EPP	CARCI	3,000	0,0000	38,2746	114,82	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	CARCI	3,000	0,0000	41,0000	123,00	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 8/12

41.281,00

Processo / Ano: 8/2015
Licitação.....: 1/2015 - PR
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES DESTINADOS A CASA DOS DIABÉTICOS DE CANOINHAS.

Processo Administrativo:

1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 24 - 311042262 - FAIXA ELÁSTICA, DENSIDADE EXTRA FORTE - Unidade: UN

12942	SUPERAR LTDA. ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13212	QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 25 - 311042263 - FAIXA ELÁSTICA, DENSIDADE MÉDIA - Unidade: UN

15813	Royal Distribuidora Ltda - EPP	CARCI	3,000	0,0000	39,1252	117,38	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	CARCI	3,000	0,0000	41,0000	123,00	Perdeu	2
12942	SUPERAR LTDA. ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13212	QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 26 - 311042264 - FAIXA ELASTICA DENSIDADE FORTE - Unidade: UN

15813	Royal Distribuidora Ltda - EPP	CARCI	3,000	0,0000	42,5273	127,58	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	CARCI	3,000	0,0000	45,0000	135,00	Perdeu	2
12942	SUPERAR LTDA. ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13212	QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 27 - 311042266 - MÁQUINA DE COSTURA RETA INDUSTRIAL - Unidade: UN

12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	SUN SPECIAL	2,000	0,0000	1,526,0900	3,052,18	Venceu	1 ****
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	SINGER	2,000	0,0000	1,527,3800	3,054,76	Perdeu	2
12942	SUPERAR LTDA. ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13212	QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 9/12

Processo / Ano: 8/2015 Processo Administrativo: 41.281,00

Licitação.....: 1/2015 - PR

1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ELETRDOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES DESTINADOS A CASA DOS DIABÉTICOS DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 27	- 311042266	- MÁQUINA DE COSTURA RETA INDUSTRIAL - Unidade: UN						
15813	Royal Distribuidora Ltda - EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 28	- 311042267	- MÁQUINA DE COSTURA INDUSTRIAL GALONEIRA - Unidade: UN						
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	SINGER	1,000	0,0000	2.801,0561	2.801,06	Venceu	1 ****
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	SINGER	1,000	0,0000	2.803,4119	2.803,41	Perdeu	2
12942	SUPERAR LTDA. ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13212	QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15813	Royal Distribuidora Ltda - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 29	- 311042265	- MÁQUINA OVERLOCKE INDUSTRIAL - Unidade: UN						
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	SINGER	1,000	0,0000	2.076,6450	2.076,65	Venceu	1 ****
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	SINGER	1,000	0,0000	2.078,3916	2.078,39	Perdeu	2
12942	SUPERAR LTDA. ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13212	QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15813	Royal Distribuidora Ltda - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 30	- 311042268	- MÁQUINA DE BORDADO - Unidade: UN						
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	SUNSPECIAL	1,000	0,0000	3.960,1137	3.960,11	Venceu	1 ****
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	JANOME	1,000	0,0000	3.963,4444	3.963,44	Perdeu	2
12942	SUPERAR LTDA. ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13212	QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15813	Royal Distribuidora Ltda - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 10/12

Processo / Ano: 8/2015 Processo Administrativo: 41.281,00

Licitação.....: 1/2015 - PR

1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES DESTINADOS A CASA DOS DIABÉTICOS DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 31 - 44363 - REFRIGERADOR 239 LITROS - Unidade: UN

12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	CONSUL	2,000	0,0000	1,044,9944	2,089,99	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	CONSUL	2,000	0,0000	1,091,6678	2,183,34	Perdeu	2
12942	SUPERAR LTDA. ME		2,000	0,0000	1,137,9650	2,275,93	Perdeu	3
13212	QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15813	Royal Distribuidora Ltda - EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 32 - 36750 - FOGÃO 05 BOCAS AGENIMENTOS AUTOMATICO - Unidade: UN

12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	BRASLAR	2,000	0,0000	727,4457	1,454,89	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ATLAS	2,000	0,0000	545,8339	1,091,67	Perdeu	2
12942	SUPERAR LTDA. ME		2,000	0,0000	792,7769	1,585,55	Perdeu	3
13212	QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15813	Royal Distribuidora Ltda - EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 33 - 9293 - FERRO ELÉTRICO - Unidade: UN

12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	MALLORY	4,000	0,0000	95,5886	382,35	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	BRITANIA	4,000	0,0000	90,9723	363,89	Perdeu	2
12942	SUPERAR LTDA. ME		4,000	0,0000	105,0562	420,22	Perdeu	3
13212	QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15813	Royal Distribuidora Ltda - EPP		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 34 - 6548 - MAQUINA DE LAVAR ROUPA CAPACIDADE 8 KG - Unidade: UN

12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	CONSUL	1,000	0,0000	951,8360	951,84	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ELECTROLUX	1,000	0,0000	1,009,7927	1,009,79	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 11/12

Processo / Ano: 8/2015 Processo Administrativo: 41.281,00

Licitação.....: 1/2015 - PR

1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES DESTINADOS A CASA DOS DIABÉTICOS DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 34 - 6548 - MAQUINA DE LAVAR ROUPA CAPACIDADE 8 KG - Unidade: UN

12942	SUPERAR LTDA. ME		1,000	0,0000	1,032,9053	1,032,91	Perdeu	3
13212	QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15813	Royal Distribuidora Ltda - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 35 - 37114 - FREEZER VERTICAL, 246 LITROS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDI - Unidade: UN

12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	CONSUL	1,000	0,0000	1,650,9292	1,650,93	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	CONSUL	1,000	0,0000	1,891,3145	1,891,31	Perdeu	2
12942	SUPERAR LTDA. ME		1,000	0,0000	1,835,3933	1,835,39	Perdeu	3
13212	QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15813	Royal Distribuidora Ltda - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 36 - 311042246 - APARELHO DE INFRAVERMELHO, DE MESA COM LAMPADA - Unidade: UN

15813	Royal Distribuidora Ltda - EPP	CARCI	3,000	0,0000	416,6667	1,250,00	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	CARCI	3,000	0,0000	420,0000	1,260,00	Perdeu	2
13212	QUALYMEDIC COMERCIO E ASSINTENCIA TECNICA LTDA	ARKTUS	3,000	0,0000	650,0000	1,950,00	Perdeu	3
12942	SUPERAR LTDA. ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 8/2015

Processo Administrativo: 41.281,00

Licitação.....: 1/2015 - PR

1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES DESTINADOS A CASA DOS DIABÉTICOS DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 36	-	311042246	-	APARELHO DE INFRAVERMELHO DE MESA COM LAMPADA	-	Unidade: UN		
12945		BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Canoinhas,	Em/...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI - - Pregoeiro(a)		
MARCIANO FERNANDES CORREA - - SUPLENTE		
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHECK - - EQUIPE DE APOIO		
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE		
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - - 28.754/SC		
JOSE CARLOS HERBST - - CRC/SC 031639/O-0		

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 30/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/2

Total dos Itens Vencedores: 35.660,00

Processo / Ano: 49/2015
Licitação.....: 30/2015 - PR
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ÔNIBUS, MICROÔNIBUS, MÁQUINAS E TRATORES DA FROTA DA SECRETARIA DE OBRAS DESTA PREFEITURA.

Processo Administrativo:

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	12890	- CONJUNTO COM 01 PNEU. 01 CÂMARA E 01 PROTETOR 1000X20. NOVO - Unidade: C.J					
9199	MODELO PNEUS LTDA.	PIRELLI/QBOM/RUZ	5.000	0,0000	1.070,0000	5.350,00	Venceu	1 *****
7531	J K PNEUS LTDA	FIREST T 546/TORT	5.000	0,0000	1.260,0000	6.300,00	Perdeu	2
Item.....: 2	-	12893	- PNEU 295/80R22.5. LISO. PNEU PARA USO SEM CÂMARA. NOVO - Unidade: UN					
7531	J K PNEUS LTDA	FIREST T 546/TORT	8.000	0,0000	1.332,5000	10.660,00	Venceu	1 *****
9199	MODELO PNEUS LTDA.	FIRESTONE	8.000	0,0000	1.333,7500	10.670,00	Perdeu	2
Item.....: 3	-	12896	- CONJUNTO COM 01 PNEU. 01 CÂMARA E 01 PROTETOR 1400X24. 16 L - Unidade: C.J					
7531	J K PNEUS LTDA	FIREST T 546/TORT	2.000	0,0000	2.175,0000	4.350,00	Venceu	1 *****
9199	MODELO PNEUS LTDA.	FIRESTONE/QBOM/	2.000	0,0000	2.177,5000	4.355,00	Perdeu	2
Item.....: 4	-	12904	- CONJUNTO COM 01 PNEU. 01 CÂMARA E 01 PROTETOR 12-16. 5 - Unidade: C.J					
9199	MODELO PNEUS LTDA.	PIRELLI/TORTUGA/	2.000	0,0000	880,0000	1.760,00	Venceu	1 *****
7531	J K PNEUS LTDA		2.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 5	-	12911	- C.JTO COM 01 PNEU. SI/ CÂMARA S/ PROTETOR 275/80/R/22.5 BORRAC - Unidade: C.J					
7531	J K PNEUS LTDA	FIREST T 546/TORT	2.000	0,0000	1.240,0000	2.480,00	Venceu	1 *****
9199	MODELO PNEUS LTDA.	FIRESTONE/QBOM/	2.000	0,0000	1.280,0000	2.560,00	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/2

Processo / Ano: 49/2015

Licitação.....: 30/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ÔNIBUS, MICROÔNIBUS, MÁQUINAS E TRATORES DA FROTA DA SECRETARIA DE OBRAS DESTA PREFEITURA.

Processo Administrativo:

35.660,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 6 - 11040341 - PNEU 12.5/80 - 18 BARRACHUDO COM CAMARA E PROTETOR - Unidade: C.J								
9199	MODELO PNEUS LTDA.	PIRELLI/TORTUGA/	2,000	0,0000	1.185,0000	2.370,00	Venceu	1 ****
7531	J K PNEUS LTDA	FIREST T 546/TORT	2,000	0,0000	1.250,0000	2.500,00	Perdeu	2
Item.....: 7 - 12966 - PNEU 215/75/17.5. RADIAL. BARRACHUDO. - Unidade: UN								
9199	MODELO PNEUS LTDA.	BRIDGESTONE	12,000	0,0000	724,1667	8.690,00	Venceu	1 ****
7531	J K PNEUS LTDA	BRIDG. M-714	12,000	0,0000	779,1667	9.350,00	Perdeu	2

Canoinhas, Em/...../.....

PAULO CESAR SAFANELLI - Pregoeiro(a)

MARCIANO FERNANDES CORREA - SUPLENTE

PAULO CESAR SAFANELLI - PREGOEIRO

ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO

CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - EQUIPE DE APOIO

DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - 28.754/SC

VANESSA LANGER - CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 029/2015

DECRETO No 029, DE 5 DE MARÇO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 908.496,48 (novecentos e oito mil, quatrocentos e noventa e seis reais e quarenta e oito centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.157, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 908.496,48 (novecentos e oito mil, quatrocentos e noventa e seis reais e quarenta e oito centavos), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

0301.04.122.0015.2006	MANUTENÇÃO DOS SERV. GE-RAIS DA ADM	FTE	DR	R\$	0,00
33710000-006	Transferências à Consórcios Públicos	1000	00	R\$	15.000,00
0501.12.365.0060.2029	MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PRÉESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-205	Aplicações Diretas	1022	54	R\$	22.000,00
31900000-080	Aplicações Diretas	1018	00	R\$	293.000,00
1701.23.695.0055.2028	PROMOÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-196	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	10.000,00
0503.15.451.0120.1044	APOIO À MELHOR. DAS COND. DE HABIT. AS. PREC	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-213	Aplicações Diretas	1024	54	R\$	16.000,00
44900000-208	Aplicações Diretas	1024	54	R\$	552.496,48
	Total			R\$	908.496,48

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 908.496,48 (novecentos e oito mil, quatrocentos e noventa e seis reais e quarenta e oito centavos), na forma do quadro a seguir.

0301.04.122.0015.2006	MANUTENÇÃO DOS SERV. GE-RAIS DA ADM	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-007	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	15.000,00
0501.12.365.0060.2029	MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PRÉESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-079	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	22.000,00
31900000-079	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	293.000,00
1701.23.695.0055.2028	PROMOÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-196	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	10.000,00
0503.15.451.0120.1044	APOIO À MELHOR. DAS COND. DE HABIT. AS. PREC	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-209	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	16.000,00
44900000-129	Aplicações Diretas	1024	54	R\$	552.496,48
	Total			R\$	908.496,48

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 5 de março de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

FMAS CONTRATO 0129/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0129/2015 M	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL	
Contratada...: CAPINZAL COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME	
Valor.....: 1.680,00 (um mil seiscentos e oitenta reais)	
Vigência.....: Início: 30/03/2015 Término: 30/03/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2015	
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 00069 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Pneus para manutenção dos veículos da frota da municipalidade.	
Capinzal, 1 de Abril de 2015	

FMAS CONTRATO 0131/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0131/2015 M		
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
Contratada....: RENATO PNEUS E ACESSORIOS LTDA - ME		
Valor.....: 3.696,00 (três mil seiscentos e noventa e seis reais)		
Vigência.....: Início: 30/03/2015 Término: 30/03/2016		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2015		
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 00069 / 2015		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Pneus para manutenção dos veículos da frota da municipalidade.		
Capinzal, 1 de Abril de 2015		

FMS CONTRATO 0129/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0129/2015 M		
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada....: CAPINZAL COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME		
Valor.....: 42.560,00 (quarenta e dois mil quinhentos e sessenta reais)		
Vigência.....: Início: 30/03/2015 Término: 30/03/2016		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2015		
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 00069 / 2015		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Pneus para manutenção dos veículos da frota da municipalidade.		
Capinzal, 1 de Abril de 2015		

FMS CONTRATO 0130/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0130/2015 M		
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada....: CARBONI DIST. DE VEICULOS LTDA.		
Valor.....: 24.084,00 (vinte e quatro mil e oitenta e quatro reais)		
Vigência.....: Início: 30/03/2015 Término: 30/03/2015		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2015		
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 00069 / 2015		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Pneus para manutenção dos veículos da frota da municipalidade.		
Capinzal, 1 de Abril de 2015		

FMS CONTRATO 0131/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0131/2015 M		
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada....: RENATO PNEUS E ACESSORIOS LTDA - ME		
Valor.....: 18.400,00 (dezoito mil quatrocentos reais)		
Vigência.....: Início: 30/03/2015 Término: 30/03/2016		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2015		
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 00069 / 2015		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Pneus para manutenção dos veículos da frota da municipalidade.		
Capinzal, 1 de Abril de 2015		

FUMREBOM CONTRATO 0129/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0129/2015 M		
Contratante.: FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL		
Contratada....: CAPINZAL COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME		
Valor.....: 7.120,00 (sete mil cento e vinte reais)		
Vigência.....: Início: 30/03/2015 Término: 30/03/2016		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2015		
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 00069 / 2015		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Pneus para manutenção dos veículos da frota da municipalidade.		
Capinzal, 1 de Abril de 2015		

FUMREBOM CONTRATO 0130/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0130/2015 M		
Contratante.: FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL		
Contratada....: CARBONI DIST. DE VEICULOS LTDA.		
Valor.....: 5.828,00 (cinco mil oitocentos e vinte e oito reais)		
Vigência.....: Início: 30/03/2015 Término: 30/03/2016		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2015		
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 00069 / 2015		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Pneus para manutenção dos veículos da frota da municipalidade.		
Capinzal, 1 de Abril de 2015		

FUMREBOM CONTRATO 0131/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0131/2015 M		
Contratante.: FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL		
Contratada....: RENATO PNEUS E ACESSORIOS LTDA - ME		
Valor.....: 6.216,00 (seis mil duzentos e dezesseis reais)		
Vigência.....: Início: 30/03/2015 Término: 30/03/2016		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2015		
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 00069 / 2015		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Pneus para manutenção dos veículos da frota da municipalidade.		
Capinzal, 1 de Abril de 2015		

PMC CONTRATO 0129/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0129/2015 M		
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada....: CAPINZAL COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME		
Valor.....: 298.184,00 (duzentos e noventa e oito mil cento e oitenta e quatro reais)		
Vigência.....: Início: 30/03/2015 Término: 30/03/2016		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2015 Processo_Licitatório.....: 00069 / 2015		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Pneus para manutenção dos veículos da frota da municipalidade.		
Capinzal, 1 de Abril de 2015		

PMC CONTRATO 0130/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0130/2015 M		
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada....: CARBONI DIST. DE VEICULOS LTDA.		
Valor.....: 31.508,00 (trinta e um mil quinhentos e oito reais)		
Vigência.....: Início: 30/03/2015 Término: 30/03/2016		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2015 Processo_Licitatório.....: 00069 / 2015		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Pneus para manutenção dos veículos da frota da municipalidade.		
Capinzal, 1 de Abril de 2015		

PMC CONTRATO 0131/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0131/2015 M		
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada....: RENATO PNEUS E ACESSORIOS LTDA - ME		
Valor.....: 556.626,00 (quinhentos e cinquenta e seis mil seiscentos e vinte e seis reais)		
Vigência.....: Início: 30/03/2015 Término: 30/03/2016		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2015 Processo_Licitatório.....: 00069 / 2015		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Pneus para manutenção dos veículos da frota da municipalidade.		
Capinzal, 1 de Abril de 2015		

PMC CONTRATO 0132/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0132/2015		
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada....: SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/SC		
Valor.....: 7.980,00 (sete mil novecentos e oitenta reais)		
Vigência.....: Início: 30/03/2015 Término: 31/12/2015		
Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 15/2015 Processo_Licitatório.....: 00072 / 2015		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: Contratação de empresa especializada para execução do Projeto "Baú de Histórias" através de apresentações artísticas (encenações) e contação de histórias.		
Capinzal, 1 de Abril de 2015		

PMC CONTRATO 0133/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0133/2015		
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada....: M.A.J. CONSTRUÇOES E REFORMAS LTDA - ME		
Valor.....: 23.990,00 (vinte e três mil novecentos e noventa reais)		
Vigência.....: Início: 30/03/2015 Término: 31/12/2015		
Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2015 Processo_Licitatório.....: 00050 / 2015		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: Contratação de empresa especializada para reforma, instalações e adequações no Centro Educacional Prefeito Celso Farina, conforme Projeto Preventivo Contra Incêndio, Memorial Descritivo e orçamentos.		
Capinzal, 1 de Abril de 2015		

PMC CONTRATO 0134/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0134/2015		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: IVO PEDRINHO PAGGI		
Valor.....: 1.998,00 (um mil novecentos e noventa e oito reais)		
Vigência.....: Início: 01/04/2015 Término: 31/12/2015		
Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 16/2015 Processo Licitatório.....: 00081 / 2015		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: Contratação de serviços advocatícios para defesa de Ação Declaratória Condenatória cumulada com Antecipação de Tutela dos autos nº 0300076-35.2015.8.24.0016, movido por Benjamim Arcângelo Borsói.		
Capinzal, 1 de Abril de 2015		

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0081/2015 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0016/2015

Processo Licitatório Nº 0081/2015
Dispensa de Licitação Nº 0016/2015

ANDEVIR ISGANZELLA, Prefeito, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório Nº 0081/2015, conforme segue:

OBJETO

Contratação de serviços advocatícios para defesa de Ação Declaratória Condenatória cumulada com Antecipação de Tutela dos autos nº 0300076-35.2015.8.24.0016, movido por Benjamim Arcângelo Borsói.

FORNECEDOR

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	1,00	UN	Serviços advocatícios para Defesa de Ação Declaratória Condenatória movida por Benjamin Arcangelo Borsói.	IVO PEDRINHO PAGGI	1.998,00	1.998,00
Total						1.998,00

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
IVO PEDRINHO PAGGI	001
1.998,00 (um mil novecentos e noventa e oito reais)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94
Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e

para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 7 - Manutenção dos serviços gerais da administração
Órgão: 3 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS
Unidade: 1 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS
Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 15 - ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA
Projeto/Atividade: 2.006 - Manutenção dos serviços gerais da administração
Elemento: 33903966000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 0 - Recursos Ordinários

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 1 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0082/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0050/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório Nº 0082/2015
Pregão Presencial Nº 0050/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO de horas/homens para serviços de chapeação em geral para a frota da Municipalidade.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 17/04/2015.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 2 de abril de 2015.
ELISÂNGELA BAGNOLIN
Diretora de Compras e Licitações

PORTARIA 506/2015

PORTARIA Nº 506, DE 01 DE ABRIL DE 2015

Nomeia servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Fica nomeado, a contar de 01 de abril de 2015, Juarez Lourenço Goronzi, matrícula 410097/01, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário da Saúde e Desenvolvimento Social, nível CC - 5, conforme anexo IV - E da Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e suas alterações, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006/1991.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2015.

Capinzal - SC, em 01 de abril de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Juarez Lourenço Goronzi

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e quinze, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. Andevir Isganzella, no Gabinete do Prefeito, compareceu o Sr. Juarez Lourenço Goronzi, matrícula 410097/01, a fim de tomar posse no cargo de provimento em comissão de Secretário da Saúde e Desenvolvimento Social, nomeado pela Portaria nº 506, de 01 de abril de 2015.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes à função em que foi investido, empenhando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 01 de abril de 2015

Empossado

Prefeito Municipal

SIMAE

PORTARIA N º 27/2015/SIMAE-CAO

PORTARIA Nº 27/2015/SIMAE-CAO, de 01 de abril de 2015.

Designa servidores para comporem a Comissão Permanente de Licitação do SIMAE, na forma que especifica.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

REsolve:

DESIGNAR os servidores para comporem a Comissão Permanente de Licitação, de acordo com a Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações publicadas no Diário Oficial da União, que passará a ter a seguinte composição:

Presidente: Edilson dos Santos Vilarino

Vogal: Andréia Tussi

Vogal: Francieli Aparecida da Rosa

Suplente: Dionisio A. Rosset

Atribui, ainda, poderes ao Presidente para expedir e assinar editais convocatórios e demais documentos necessários à realização dos processos licitatórios.

Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, com vigência até 31 de março de 2016, revogando-se as disposições da Portaria nº 10/2014/SIMAE-CAO, de 01 de abril de 2014.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO

Diretor Geral

PORTARIA N º 28/2015/SIMAE-CAO

PORTARIA Nº 28/2015/SIMAE-CAO, de 01 de abril de 2015.

Nomeia Pregoeira e Equipe de Apoio, para procedimentos referentes à realização de licitação na modalidade pregão no SIMAE, na forma que especifica.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos Federais nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e nº 5.504, de 05 de agosto de 2005 e Decreto Municipal nº 004, de 06 de janeiro de 2006,

REsolve:

Art. 1º Fica nomeada para exercer a função de Pregoeira, na realização de pregões no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, autarquia dos municípios de Capinzal e Ouro/SC, para aquisição de bens e serviços comuns, a servidora Francieli Aparecida da Rosa, portadora do RG nº 11/C-3.563.335 e inscrita no CPF sob o nº 040.951.909-06.

Parágrafo único. Nas ausências e impedimentos da Pregoeira titular, será a mesma substituída pelo servidor nomeado como da Equipe de Apoio, Edilson dos Santos Vilarino, portador do RG nº 2.044.270.731 e inscrito no CPF sob o nº 017.459.929-36.

Art. 2º Ficam nomeados para atuarem como membros da Equipe de Apoio, em licitações na modalidade Pregão, os servidores: Edilson dos Santos Vilarino, portador do RG nº 2.044.270.731 e inscrito no CPF sob o nº 017.459.929-36; Andréia Tussi, portadora do RG nº 11/R 5.212.296 e inscrita no CPF sob o nº 002.415.430-02; e Dionisio A. Rosset, portador do RG nº 6054181752 e inscrito no CPF sob o nº 650.514.400-53.

Art. 3º A Pregoeira, ou substituto, fica autorizada a convocar, além dos membros da Equipe de Apoio, a depender da especificidade técnica do objeto ou da documentação apresentada, outros servidores da Autarquia, técnicos da área, para auxiliar na análise das propostas e documentos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor da data de sua assinatura, revogando-se as disposições da Portaria nº 85/2012/SIMAE-CAO, de 20 de dezembro de 2012.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO

Diretor Geral

Catanduvas

PREFEITURA

RELATÓRIOS RESUMIDOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 1º BIMESTRE DE 2015

Município de Catanduvas - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso 1, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a", e "b" do inciso II e § 1º)							RS 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES	26.518.500,00	26.518.500,00	31.719,00	0,12	31.719,00	0,12	26.486.781,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	25.080.815,00	25.080.815,00	31.719,00	0,13	31.719,00	0,13	25.049.096,00
IMPOSTOS	3.217.897,50	3.217.897,50	10.929,76	0,34	10.929,76	0,34	3.206.967,74
TAXAS	2.966.650,00	2.966.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.966.650,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	597.997,50	597.997,50	10.929,76	1,83	10.929,76	1,83	587.067,74
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	53.250,00	53.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.250,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	543.150,00	543.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	543.150,00
RECEITA PATRIMONIAL	163.051,50	163.051,50	422,39	0,26	422,39	0,26	162.629,11
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	47.925,00	47.925,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.925,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	115.126,50	115.126,50	422,39	0,37	422,39	0,37	114.704,11
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.065,00	1.065,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.065,00
Receita da Produção Vegetal	1.065,00	1.065,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.065,00
RECEITA DE SERVIÇOS	55.380,00	55.380,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.380,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.836.364,00	20.836.364,00	13.955,46	0,07	13.955,46	0,07	20.822.408,54
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	20.580.699,00	20.580.699,00	13.955,46	0,07	13.955,46	0,07	20.566.743,54
Transf. de Conv.	255.665,00	255.665,00	0,00	0,00	0,00	0,00	255.665,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	263.907,00	263.907,00	6.411,39	2,43	6.411,39	2,43	257.495,61
Multas e Juros de Mora	68.692,50	68.692,50	0,00	0,00	0,00	0,00	68.692,50
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	23.749,50	23.749,50	0,00	0,00	0,00	0,00	23.749,50
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	161.880,00	161.880,00	99,36	0,06	99,36	0,06	161.780,64
RECEITAS DIVERSAS	9.585,00	9.585,00	6.312,03	65,85	6.312,03	65,85	3.272,97
RECEITAS DE CAPITAL	1.437.685,00	1.437.685,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.437.685,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	213.000,00	213.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	213.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	213.000,00	213.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	213.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	58.575,00	58.575,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.575,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	57.510,00	57.510,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.510,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1.065,00	1.065,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.065,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.166.110,00	1.166.110,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.166.110,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.166.110,00	1.166.110,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.166.110,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	26.518.500,00	26.518.500,00	31.719,00	0,12	31.719,00	0,12	26.486.781,00

Continua 1/3

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

[illegible]

Continua 2/3

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	25.304.400,00	0,00	25.304.400,00	4.157.414,66	4.157.414,66	2.093.287,80	2.093.287,80	23.211.112,20
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	25.304.400,00	0,00	25.304.400,00	4.157.414,66	4.157.414,66	2.093.287,80	2.093.287,80	23.211.112,20

FONTE:

Município de Catanduvas - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	26.518.500,00
Previsão Atualizada		—	26.518.500,00
Receitas Realizadas		31.719,00	31.719,00
Déficit Orçamentário		—	2.061.568,80
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	0,00
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	25.304.400,00
Créditos Adicionais		—	0,00
Dotação Atualizada		—	25.304.400,00
Despesas Empenhadas		4.158.614,16	4.158.614,16
Despesas Liquidadas		2.093.287,80	2.093.287,80
Superavit Orçamentário		—	0,00
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		4.158.614,16	4.158.614,16
Despesas Liquidadas		2.093.287,80	2.093.287,80
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			31.719,00
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		0,00	1.827.580,77
Resultado Primário		0,00	-2.060.747,32
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.678.130,50	0,00	81.152,67
EXECUTIVO	1.678.130,50	0,00	81.152,67
TOTAL:	1.678.130,50	0,00	81.152,67
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		483.479,01	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		285.388,71	60%
Liquidadas		285.388,71	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	213.000,00
Despesa de Capital Líquida		55.997,48	3.540.235,02

Continua 1/2

Município de Catanduvas - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	58.575,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	58.575,00
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	747.696,71	15,00		0,00
Liquidadas	747.696,71			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)		
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	25.304.400,00	25.304.400,00	4.157.414,66	4.157.414,66	2.093.287,80	2.093.287,80	100,00	8,27	23.211.112,20	
	Administração	2.869.815,00	2.869.815,00	579.898,12	579.898,12	257.379,24	257.379,24	12,30	8,97	2.612.435,76
	Administração Geral	2.656.815,00	2.656.815,00	558.196,19	558.196,19	243.622,25	243.622,25	11,64	9,17	2.413.192,75
	Defesa Civil	213.000,00	213.000,00	21.701,93	21.701,93	13.756,99	13.756,99	0,66	6,46	199.243,01
	Segurança Pública	146.970,00	146.970,00	3.977,23	3.977,23	1.654,45	1.654,45	0,08	1,13	145.315,55
	Policimento	124.605,00	124.605,00	3.977,23	3.977,23	1.654,45	1.654,45	0,08	1,33	122.950,55
	Defesa Civil	22.365,00	22.365,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.365,00
	Assistência Social	1.046.610,00	1.046.610,00	252.024,99	252.024,99	117.944,54	117.944,54	5,63	11,27	928.665,46
	Assistência ao Idoso	81.000,00	81.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.000,00
	Assistência à Criança e ao Adolescente	19.585,00	19.585,00	3.476,00	3.476,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.585,00
	Assistência Comunitária	946.025,00	946.025,00	248.548,99	248.548,99	117.944,54	117.944,54	5,63	12,47	828.080,46
	Saúde	6.155.590,00	6.155.590,00	1.145.863,56	1.145.863,56	783.153,30	783.153,30	37,41	12,72	5.372.436,70
	Atenção Básica	6.110.860,00	6.110.860,00	1.144.109,66	1.144.109,66	781.399,40	781.399,40	37,33	12,79	5.329.460,60
	Vigilância Sanitária	44.730,00	44.730,00	1.753,90	1.753,90	1.753,90	1.753,90	0,08	3,92	42.976,10
	Trabalho	101.175,00	101.175,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.175,00
	Fomento ao Trabalho	101.175,00	101.175,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.175,00
	Educação	7.692.495,00	7.692.495,00	728.015,61	728.015,61	483.619,75	483.619,75	23,10	6,29	7.208.875,25
	Alimentação e Nutrição	202.350,00	202.350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	202.350,00
	Ensino Fundamental	5.444.280,00	5.444.280,00	641.428,73	641.428,73	400.732,87	400.732,87	19,14	7,36	5.043.547,13
	Ensino Superior	213.000,00	213.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	213.000,00
Educação Infantil	1.763.640,00	1.763.640,00	86.586,88	86.586,88	82.886,88	82.886,88	3,96	4,70	1.680.753,12	
Educação de Jovens e Adultos	69.225,00	69.225,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.225,00	
Cultura	111.825,00	111.825,00	38.805,65	38.805,65	10.731,46	10.731,46	0,51	9,60	101.093,54	
Difusão Cultural	79.875,00	79.875,00	23.005,65	23.005,65	8.208,53	8.208,53	0,39	10,28	71.666,47	
Telecomunicações	31.950,00	31.950,00	15.800,00	15.800,00	2.522,93	2.522,93	0,12	7,90	29.427,07	
Urbanismo	1.191.735,00	1.191.735,00	137.969,95	137.969,95	96.299,77	96.299,77	4,60	8,08	1.095.435,23	
Infra-Estrutura Urbana	563.385,00	563.385,00	34.553,28	34.553,28	30.171,28	30.171,28	1,44	5,36	533.213,72	
Serviços Urbanos	628.350,00	628.350,00	103.416,67	103.416,67	66.128,49	66.128,49	3,16	10,52	562.221,51	
Habitação	49.400,00	49.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.400,00	
Habitação Urbana	49.400,00	49.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.400,00	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	25.304.400,00	25.304.400,00	4.157.414,66	4.157.414,66	2.093.287,80	2.093.287,80	100,00	8,27
Saneamento	701.835,00	701.835,00	38.640,17	38.640,17	35.227,97	35.227,97	1,68	5,02
Saneamento Básico Urbano	701.835,00	701.835,00	38.640,17	38.640,17	35.227,97	35.227,97	1,68	5,02
Gestão Ambiental	22.365,00	22.365,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Ambiental	22.365,00	22.365,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	642.195,00	642.195,00	138.075,00	138.075,00	24.347,83	24.347,83	1,16	3,79
Extensão Rural	642.195,00	642.195,00	138.075,00	138.075,00	24.347,83	24.347,83	1,16	3,79
Transporte	3.017.145,00	3.017.145,00	715.763,90	715.763,90	220.218,87	220.218,87	10,52	7,30
Transporte Rodoviário	3.017.145,00	3.017.145,00	715.763,90	715.763,90	220.218,87	220.218,87	10,52	7,30
Desporto e Lazer	153.360,00	153.360,00	53.770,92	53.770,92	12.521,74	12.521,74	0,60	8,16
Desporto Comunitário	153.360,00	153.360,00	53.770,92	53.770,92	12.521,74	12.521,74	0,60	8,16
Encargos Especiais	1.380.585,00	1.380.585,00	324.609,56	324.609,56	50.188,88	50.188,88	2,40	3,64
Administração Geral	781.585,00	781.585,00	322.556,10	322.556,10	48.945,01	48.945,01	2,34	6,26
Serviço da Dívida Interna	599.000,00	599.000,00	2.053,46	2.053,46	1.243,87	1.243,87	0,06	0,21
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	21.300,00	21.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	25.304.400,00	25.304.400,00	4.157.414,66	4.157.414,66	2.093.287,80	2.093.287,80	100,00	8,27

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
		Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agô/2014	Set/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	TOTAL (ULT. 12 MES.)
	RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.068,92	8.986,64	32.057,46
	RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.746,02	7.183,74	10.929,76
	IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	IRPJ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	IRPJF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	IUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	LTL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.746,02	7.183,74	10.929,76
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.165,65	205,54	422,39
	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.763,92	1.500,00	14.263,92
	Cota-Parte de FPM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	954,02	0,00	954,02
	Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	738,30	0,00	738,30
	Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,680,00	1.500,00	12.138,00
	Transferências da LC 87/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Transferências da LC 87/1986	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	463,60	0,00	463,60
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.312,03	98,36	6.411,39
	DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	338,46	0,00	338,46
	Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	338,46	0,00	338,46
	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.730,35	8.986,64	31.719,00
	FONTE													

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	749.081,54	749.081,54	754.626,44
DEDUÇÕES (II)	1.835.310,68	1.835.310,68	7.729,91
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.512.649,67	3.512.649,67	3.428.443,80
Demais Haveres Financeiros	791,51	791,51	-584,59
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.678.130,50	1.678.130,50	3.420.129,30
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.086.229,14	-1.086.229,14	746.896,53
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	749.081,54	749.081,54	754.626,44
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.835.310,68	-1.835.310,68	-7.729,91

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2015 (C - A)
VALOR	1.827.580,77	1.827.580,77

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	24.965.688,50	31.296,61	31.296,61	0,00
Receita Tributária	3.217.897,50	10.929,76	10.929,76	0,00
I.P.T.U.	883.950,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	1.065.000,00	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	266.250,00	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	351.450,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	651.247,50	10.929,76	10.929,76	0,00
Receita de Contribuição	543.150,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	543.150,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	47.925,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	163.051,50	422,39	422,39	0,00
(-) Aplicações Financeiras	115.126,50	422,39	422,39	0,00
Transferências Correntes	20.836.364,00	13.955,46	13.955,46	0,00
F.P.M.	5.367.600,00	0,00	0,00	0,00
I.C.M.S.	7.582.800,00	763,22	763,22	0,00
Convênios	255.665,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	7.630.299,00	13.192,24	13.192,24	0,00
Demais Receitas Correntes	320.352,00	6.411,39	6.411,39	0,00
Divida Ativa	161.880,00	99,36	99,36	0,00
Diversas Receitas Correntes	158.472,00	6.312,03	6.312,03	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.437.685,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	213.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	58.575,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.166.110,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	1.166.110,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.166.110,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	26.131.798,50	31.296,61	31.296,61	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	21.686.867,50	2.037.290,32	2.037.290,32	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	12.298.620,00	1.446.793,12	1.446.793,12	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	309.500,00	209,52	209,52	0,00
Outras Despesas Correntes	9.078.747,50	590.287,68	590.287,68	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	21.377.367,50	2.037.080,80	2.037.080,80	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.596.232,50	55.997,48	55.997,48	0,00
Investimentos	3.306.732,50	54.963,13	54.963,13	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	289.500,00	1.034,35	1.034,35	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.306.732,50	54.963,13	54.963,13	0,00

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	21.300,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	24.705.400,00	2.092.043,93	2.092.043,93	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	1.426.398,50	-2.060.747,32	-2.060.747,32	0,00
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

FONTE:

Catanduvas, 01/04/2015

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS			RP NÃO PROCESSADOS				Saldo			
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2014	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2014		Liquidados	Pagos	Cancelados
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	1.578.130,50	81.152,67	-	1.596.977,83	-	-	-	-	-	-
EXECUTIVO	0,00	1.578.130,50	81.152,67	0,00	1.596.977,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	1.578.130,50	81.152,67	0,00	1.596.977,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	1.578.130,50	81.152,67	0,00	1.596.977,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO CULTURA E TURISMO	0,00	1.578.130,50	81.152,67	0,00	1.596.977,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	1.578.130,50	81.152,67	0,00	1.596.977,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DOS BOMBEIROS-FI	0,00	1.578.130,50	81.152,67	0,00	1.596.977,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL	0,00	1.578.130,50	81.152,67	0,00	1.596.977,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DA HAB E INTERESSE SOCIAL	0,00	1.578.130,50	81.152,67	0,00	1.596.977,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	1.578.130,50	81.152,67	0,00	1.596.977,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE	0,00	1.578.130,50	81.152,67	0,00	1.596.977,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS	0,00	1.578.130,50	81.152,67	0,00	1.596.977,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA	0,00	1.578.130,50	81.152,67	0,00	1.596.977,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	1.578.130,50	81.152,67	0,00	1.596.977,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO 31/2015

DECRETO N. 31/2015

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

Considerando, o resultado do Concurso Público Edital N. 001/2013 de 06 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado por concurso público para ocupar o cargo de Vigia, com lotação junto a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, o Senhor Ataides Danielli, brasileiro, solteiro, portador do RG 4.337.184-1, CPF - 059.366.729-80 e do Título de Eleitor N. 047232340906, residente e domiciliado na Rua Demétrio Alves da Silva, no Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 01 de abril de 2015.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

DECRETO 32/2015

DECRETO Nº. 032/2015

Dispõe sobre Concessão de Progressão por Mérito a Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 71, IV da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 14 da Lei Complementar nº 002/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido progressão por mérito aos servidores do quadro efetivo, da Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, que obtiveram percentual igual ou superior a 80% (oitenta por cento), através da avaliação de desempenho individual e apresentaram no mínimo 32 (trinta e duas) horas de cursos de aperfeiçoamento, realizados de janeiro a dezembro dos dois anos imediatamente anteriores, dentro da área de atuação ou afim, fará jus a um adicional de 2% (dois por cento).

Parágrafo Único. O percentual de que trata o art. 1º. será aplicado sobre o vencimento base do servidor.

NOME DO FUNCIONÁRIO	CARGO	MÉDIA FINAL	PERCENTUAL	% PROGRESSÃO
Anildo Jose Gazoni	Auxiliar Administrativo	85 %	2%	2%
Ivan Domingo Mucelini	Técnico em Controle Interno	99 %	2%	2%
Sonia Devilla Tomasi	Assistente Social	86 %	2%	2%

Maria L.S.Leite Gheller	Assistente Administrativo	98 %	2%	2%
Elzio Carlos Sanzovo	Técnico em Agropecuária	85 %	2%	2%
Siumara Giacomelli Mucelini	Técnica em Saúde Pública	99 %	2%	2%
Ana Paula Magnan de Oliveira	Enfermeira	88 %	2%	2%
Elaine M. Sperry Golin	Odontologo	92 %	2%	2%
Simone Hilleshaim Bartolomei	Assistente Administrativo	95 %	2%	2%
Nilce Terezinha B. konczikovski	Técnica em Enfermagem	96 %	2%	2%
Nilmar Bonafé	Agente Administrativo	99 %	2%	2%
Luciane Baierle Lorenzatto	Enfermeira	90 %	2%	2%
Elenice Maria Dutra Basso	Assistente Administrativo	90%	2%	2%
Evandro Bartolamei	Mecânico	85%	2%	
Valdecir Lazareti	Operador de Máquinas	85%	2%	
Albino Lazaretti	Operador de Máquinas	85%	2%	
Álvaro Vanin	Motorista	85%	2%	
Delcir Barrili	Motorista	85%	2%	
Aldete Maria Bellei	Agente de Saúde Pública	82%	2%	
Carmen F. D. Giacomelli	Auxiliar Administrativo	84%	2%	
Marlene T. da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	81%	2%	
Sergio Camatti	Técnico de Tributação	92%	2%	
Itanir Marangoni	Assistente Administrativo	90%	2%	
Diomar Pedro Farina	Motorista	86%	2%	
Claiton Gilson Pacassa	Agente Administrativo	85%	2%	
Cristiane De Mello Pietrobelli	Técnica de Enfermagem	84%	2%	
Cleonice do Carmo S. Zamban	Técnica de Enfermagem	84%	2%	
Michel da Silva Chagas	Operador de Máquinas	85%	2%	
Orozimbo Altair Feliciano Dos Santos	Operador de Máquinas	85%	2%	
Saiane Burtet Do Amaral	Agente Administrativo	86%	2%	

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul SC, em 01 de Abril de 2015

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

Certifico que este Decreto
foi publicado na data supra

IVAN CARLOS BELLEI
Secretario Municipal de Administração Finanças e Planejamento

Celso Ramos**PREFEITURA****EDITAL 43/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC
PREGAO PRESENCIAL: 27/2015
PROCESSO: 43/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGAO PRESENCIAL 27/2015, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a: AQUISIÇÃO DE FOGOS DE ARTIFÍCIOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DOS EVENTOS E SOLENIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS/SC, DE ACORDO COM AS DESCRIÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Entrega da documentação e proposta até as 14H do dia 16/04/2015, na SALA DE LICITAÇÕES
Informações pelo fone 49-3547-1211 - setor de Licitações.

Celso Ramos, 02 DE ABRIL DE 2015.
INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS
PREFEITA MUNICIPAL

Chapadão do Lageado**PREFEITURA****Decreto 035/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
DECRETO Nº 035, de 01.04.2015

Homologa Resolução nº 002/2015, do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Chapadão do Lageado-SC.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 70, inciso I da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado a Resolução nº. 002/2015 de 19 de março de 2015, do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, que aprova o Plano de Aplicação para o exercício de 2015 do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), do município de Chapadão do Lageado/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 19.03.2015.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 01 de março de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº002, DE 19 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Aplicação para o exercício de 2015 do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), do Município de Chapadão do Lageado/SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE do Município de Chapadão do Lageado, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei nº 0629 de 18.03.2015 e Portaria nº 106/2014 de 26.02.2014, resolve:

Art. 1º Aprovar do Plano de Aplicação para o exercício de 2015 do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), do município de Chapadão do Lageado/SC.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Chapadão do Lageado, 19 de março de 2015.

ELOINA PORTES DOS SANTOS
Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

Decreto 036/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 036, de 01.04.2015

Homologa Resolução nº 003/2015, do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Chapadão do Lageado-SC.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 70, inciso I da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado a Resolução nº. 003/2015 de 19 de março de 2015, do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, que aprovar a Proposta de Assessoria, no valor de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) para realização da VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Chapadão do Lageado/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 19.03.2015.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 01 de março de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº003, DE 19 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre a aprovação da proposta de assessoria para realização da VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Chapadão do Lageado/SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE do Município de Chapadão do Lageado, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei nº 0629 de 18.03.2015 e Portaria nº 106/2014 de 26.02.2014, resolve:

Art. 1º Aprovar a Proposta de assessoria, no valor de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) para realização da VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Chapadão do Lageado/SC.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Chapadão do Lageado, 19 de março de 2015.

ELOINA PORTES DOS SANTOS

Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

Decreto 037/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 037, de 01.04.2015

Homologa Resolução nº 004/2015, do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Chapadão do Lageado-SC.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 70, inciso I da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado a Resolução nº. 004/2015 de 19 de março de 2015, do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre a VII Conferência Municipal dos

Direitos de Criança e Adolescentes, definindo a Coordenação Geral.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 19.03.2015.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 01 de março de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº004, DE 19 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre a convocação da VII Conferência Municipal dos Direitos de Crianças e Adolescentes, definindo a Coordenação Geral.

O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE do Município de Chapadão do Lageado, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei nº 0629 de 18.03.2015 e Portaria nº 106/2014 de 26.02.2014, resolve:

Art.1º- Convocar a VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com o objetivo de avaliar a Política Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e o Plano Decenal Municipal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, propondo diretrizes para o aprimoramento na perspectiva do fortalecimento do Conselho de Direito no contexto da corresponsabilidade do Estado e da Sociedade conforme estabelece a Lei 8069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA.

Art.2º - A VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar-se-á, 30 de abril de 2015, no Centro Multiuso Sebastião Rode, Centro Chapadão do Lageado - SC, sendo precedida pela seguinte etapa:

Art.3º - A VII Conferência terá como tema: "Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes - Fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente", sendo discutidos em cinco eixos orientadores, a saber: Promoção dos Direitos; Proteção e Defesa dos Direitos; Participação de Crianças e Adolescentes; Controle Social da Efetivação dos Direitos e Gestão da Política nos três níveis de governo.

Art.4º - A VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, terá uma Comissão Coordenadora com a seguinte composição:

- a) Secretaria de Assistência Social: Simone Iara da Silveira
- b) Associação de Mulheres do Centro: Eloina Portes dos Santos
- c) Adolescente: Caroline Demétrio

Art.5º - A Comissão Organizadora poderá contar com colaboradores eventuais, para auxiliar na Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. Consideram-se colaboradores eventuais, conselheiros, Instituições e Órgãos Governamentais e da Sociedade Civil, bem como consultores e convidados.

Art.6º- A Secretaria Municipal de Assistência Social deverá promover todos os procedimentos para à realização da VII Conferência Municipal, especialmente nos aspectos técnicos, administrativos e financeiros para a realização da Conferência.

Art. 7º- Caberá à Comissão Organizadora:

- a) Propor e submeter ao Plenário da Conferência, regimento,

instrumentos normativos e legais para a realização da Conferência;
b) Orientar sobre o funcionamento e procedimento para a realização da Conferência Municipal;
c) Promover diligências necessárias à participação dos Delegados para participarem das Conferências Territoriais/Estadual;
d) Registrar e sistematizar as propostas de trabalho da Comissão submetendo ao Plenário da Conferência;
e) Exercer outras atividades correlatas.

Art. 8º - A Comissão Organizadora da VII Conferência deverá promover todas as atividades necessárias ao cumprimento desta Resolução especialmente nos aspectos técnicos, administrativos e financeiros, além de elaborar a sua programação.

Art. 9º - A VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será desenvolvida em consonância com as diretrizes estabelecidas no Texto Base elaboradas pelo CEDCA-SC e CONANDA.

Art. 10º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Chapadão do Lageado, 19 de março de 2015.
ELOINA PORTES DOS SANTOS
Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

Decreto 038/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
DECRETO Nº 038, de 01.04.2015
Homologa Resolução nº 005/2015, do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Chapadão do Lageado-SC.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 70, inciso I da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado a Resolução nº. 005/2015 de 19 de março de 2015, do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, que aprova a compra de materiais, no valor de R\$ 1.884,75 (um mil oitocentos e oitenta e quatro reais e setenta e cinco centavos) para divulgar local de atendimento do Conselho Tutelar e matérias para uso na Campanha, no município de Chapadão do Lageado/SC, do dia 18 de maio, pelo fórum do Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-juvenil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 19.03.2015.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 01 de março de 2015.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº005, DE 19 MARÇO DE 2015
Dispõe sobre a aprovação da compra de materiais para divulgar local de atendimento do Conselho Tutelar e matérias para uso na Campanha, no município de Chapadão do Lageado/SC, do dia 18 de maio, pelo fórum do Fim da Violência e Exploração Sexual

Infanto-juvenil.

O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE do Município de Chapadão do Lageado, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei nº 0629 de 18.03.2015 e Portaria nº 106/2014 de 26.02.2014, resolve:

Art. 1º Aprovar a compra de materiais, no valor de R\$ 1.884,75 (um mil oitocentos e oitenta e quatro reais e setenta e cinco centavos) para divulgar local de atendimento do Conselho Tutelar e matérias para uso na Campanha, no município de Chapadão do Lageado/SC, do dia 18 de maio, pelo fórum do Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-juvenil.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Chapadão do Lageado, 19 de março de 2015.
ELOINA PORTES DOS SANTOS
Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

Cocal do Sul

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL 001/15 CONSELHO TUTELAR

EDITAL Nº 001/2015 processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Cocal do Sul / SC.

A Administração Pública Municipal neste ato representada pelo Prefeito Municipal Ademir Magagnin, através da Secretaria de Ação Social e da Família, considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público, frente ao encerramento das atividades do Conselho Tutelar 2011/2014 prorrogadas até a posse dos novos eleitos, TORNA PÚBLICO, por meio deste Edital, que ficam abertas as inscrições para processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares, por prazo determinado, para atuarem no Conselho Tutelar deste Município, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020. DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO: o processo de escolha será realizado através de registro das candidaturas e eleição mediante voto facultativo e secreto, extensível a todos os eleitores inscritos até três meses antes no Município de Cocal do Sul desde que em dia com suas obrigações eleitorais. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº. 8.069/1990; Lei Municipal n. 1.032/2010 e suas alterações. DAS VAGAS: cinco titulares e respectivos suplentes. DAS INSCRIÇÕES: as inscrições serão realizadas no período de 06/04/2015 a 03/06/2015, em dias úteis. O Edital completo está afixado no mural das publicações na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, bem como no site www.cocaldosul.sc.gov.br. HORÁRIO: as inscrições serão das 07h30 às 12h00 e das 13h00 às 16h. LOCAL: as inscrições serão realizadas no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, localizada na Rua Voluntários da Pátria, 494, Centro, Cocal do Sul/SC.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de abril de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 026/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 026/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante LARISSA CRISTINA PETRY TICZ inscrito (a) no CPF-MF sob nº 048.400.609-67, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 03.03.2015 a 02.03.2017.

AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2015-FIA

FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA -FIA - CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2015 - FIA

Objeto: Credenciamento e seleção de projetos sociais de entidades registradas no CMDCA, que tenham programas de atendimento direto com execução às crianças e adolescentes, conforme especificações constantes no Anexo "A" "I", "II", "III", "IV" e "B" do Edital, para destinação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - FIA de Concórdia - SC.

Data da realização: 06 de abril até o dia 30 de abril de 2015.

Horário: das 08:00 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 285, 2º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (049) 3442-1532 ou 3442-0119.

Concórdia, SC, 01 de abril de 2015.

LAURI GARBOSA

Gestor do FIA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 5/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 5/2015- PMC

Sistema de Registro de Preços

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição durante o exercício de 2015, de materiais de expediente e materiais de escritório, para atendimento das necessidades das Secretarias, Fundos e Fundações, com recursos do governo federal (IGD/PBF, PAIF, SCFV, PAEFI, PAC I), estadual (Básica Custeio, CREAS Custeio e Abrigo Custeio) e recursos próprios, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 27/04/2015 no endereço Eletrônico www.cidadecompras.com.br

Abertura: dia 27/04/2015 as 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 01 de abril de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2015 - PMC

Objeto: Aquisição de Hortifrutigranjeiros para a preparação de refeições nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e Escolas da Rede Pública Municipal, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE/PNAC. Conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 23/04/2015. Abertura: dia 24/04/2015 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 31 de Março de 2015.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2015-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2015 - FMS

Objeto: Aquisição de grupo gerador diesel 125kVA para a Unidade de Pronto Atendimento - UPA, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 16/04/2015. Abertura: dia 17/04/2015, às 14h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas no Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada na Atalípio Magarinos, 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 01 de abril de 2015.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2015-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2015 - FMS

Objeto: aquisição de conjuntos de bombas elétricas para instalações hidráulicas preventivas de incêndio para a Unidade de Pronto Atendimento - UPA conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 08h45min do dia 22/04/2015. Abertura: dia 22/04/2015, às 09h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas no Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada na Atalípio Magarinos, 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 01 de abril de 2015.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

ERRATA 01 AO EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA - CONCESSÃO Nº 1/2015-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC

ERRATA 01 AO EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA - CONCESSÃO Nº 1/2015-PMC

O Secretário Municipal de Urbanismo e Obras torna pública a correção do edital de CONCORRÊNCIA – CONCESSÃO Nº 1/2015-PMC, cujo objeto é seleção de empresa para outorga, em caráter de exclusividade, de permissão do direito à execução do serviço público de transporte, estadia e guarda de veículos automotores, removidos ou apreendidos por infração de trânsito, efetuados pelos agentes de autoridade de trânsito, conforme convênio celebrado entre Secretária de Estado da Segurança Pública – SSP/SC, Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/SC, Polícia Militar – PM/SC e Município de Concórdia, de acordo com o Anexo "D" – Termo de Referência, constantes deste Edital.

Informações complementares: o Edital e alteração em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 01 de abril de 2015.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2015-FMEC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2015 - FMEC

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes, torna público que ratificou o ato da senhora Neusa Terezinha S. Gugel, Encarregada de Seção, que declarou Inexigível a licitação, nos termos do Inciso I, do Artigo 25, da Lei nº 8.666/1993, homologada em 1º de abril de 2015, para contratação de empresa para prestação dos serviços de manutenção corretiva e preventiva de elevador e plataforma elevatória, em favor da empresa ELEVADORES OTIS LTDA, no valor total de R\$4.380,00(quatro mil e trezentos e oitenta reais).

VILMAR ANTONIO BENTZ
Superintendente do FMEC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20/2015

O Secretario Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, torna público que ratificou o ato do Senhor José Antônio Saretta, Diretor de Indústria, Comércio e Turismo, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 01 de abril de 2015, para a realização de show artístico, apresentado pela banda Família Lima durante as festividades de inauguração da Rua Coberta - Leonel Mosele, em favor da empresa: LPA LIMAS PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA ME, no valor total de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

CLÉLIO IVO DAL PIAZ
Secretario Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2015 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2015 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde torna público o ato do Diretor Administrativo do Fundo Municipal de Saúde, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 01 de abril de 2015 para Credenciamento de empresa para prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas, para atendimento à população, a favor das empresas ANGEL'S BOSQUE CENTRO TERAPEUTICO LTDA - ME no valor estimado de R\$ 108.702,00 (cento e oito mil, setecentos e dois reais).

ALESSANDRO VERNIZE
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 001/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 001/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante JAINE MARIA ALBIERO, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 090.170.429-66, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 12.01.2015 a 11.01.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 002/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 002/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante VALQUIRIA SALETE RESMINI, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 105.562.299-32, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 13.01.2015 a 12.01.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 003/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 003/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante VIVIANE CENTOFANTE, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 103.488.299-65, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 13.01.2015 a 12.01.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 004/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 004/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante KATIUZA SALETE TONIELO, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 100.142.789-01, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 13.01.2015 a 12.01.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 005/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 005/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante KETLIN DOS SANTOS ONOFRE, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 100.207.269-10, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 12.01.2015 a 11.01.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 006/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 006/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante POLIANA MARIANA ESSING, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 107.152.169-10, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 18.01.2015 a 17.01.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 007/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 007/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEDES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA

CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante MARIANE ROBERTA DE OLIVEIRA MAITO, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 101.241.899-54, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 18.02.2015 a 17.02.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 008/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 008/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEDES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante JESSICA ALICIA WERMWIER, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 081.856.469-99, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 02.03.2015 a 01.03.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 009/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 009/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMAD, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante LUANA KIRCH PIGATO, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 100.585.609-55, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 09.02.2015 a 08.02.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 010/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 010/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMAD, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante LUCIANE ROGOSKI, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 039.900.650-84, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 18.02.2015 a 17.02.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 011/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 011/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante MAISA DIAS, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 092.743.939-54, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 18.02.2015 a 17.02.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 012/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 012/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante MAIARA FERNANDA GERHARDT RITTA, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 090.739.839-16, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 18.02.2015 a 17.02.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 013/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 013/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEDES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante ANDREIA SALES ALVES, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 107.289.799-77, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 18.02.2015 a 17.02.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 014/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 014/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante MARIELE ELISE BUSSMANN,

inscrito (a) no CPF-MF sob nº 105.459.699-99, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 18.02.2015 a 17.02.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 015/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 015/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante DARA CRISTINA GONÇALVES, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 066.187.099-54, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 02.02.2015 a 01.02.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 016/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 016/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEDES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante JULIANA MONTEIRO ALVES, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 048.375.159-67, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 02.02.2015 a 01.02.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 017/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 017/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante CAMILA DIAS DOS SANTOS DE ALMEIDA DE LIMA, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 101.094.509-22, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 03.03.2015 a 02.03.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 018/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 018/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante MARIANA FONSECA, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 107.106.999-30, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 05.03.2015 a 04.03.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 019/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 019/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante WESLWY METZGER DE VARGAS, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 094.666.019-03, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 02.03.2015 a 01.03.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 020/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 020/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante DANIELE HENICKA, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 104.994.978-31, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 02.03.2015 a 01.03.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 021/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 021/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO

DA SILVA ROSA e o (a) estudante ORTENILA DE FATIMA DE SOUZA, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 029.568.259-09, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 02.03.2015 a 01.03.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 022/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 022/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante MONICA PATRICIA ZUCCHI ZAMBONI, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 106.338.899-62, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 02.03.2015 a 01.03.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 023/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 023/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante JANAINA FATIMA DE ARAUJO inscrito (a) no CPF-MF sob nº 096.220.979-10-, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 02.03.2015 a 01.03.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 024/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 024/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante THALES MICHAELSEN TEIXEIRA inscrito (a) no CPF-MF sob nº 100.314.709-7, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 02.03.2015 a 01.03.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 025/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 025/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante PAULA REGINA OLKOSKI CAVASSINI inscrito (a) no CPF-MF sob nº 084.637.649-08, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 03.03.2015 a 02.03.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 027/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 027/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante DEBORA LARISSA PISCHKE inscrito (a) no CPF-MF sob nº 103.255.559-90, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 03.03.2015 a 02.03.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 028/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 028/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante LENIR DAVI inscrito (a) no CPF-MF sob nº 020.304.089-99, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 03.03.2015 a 02.03.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 029/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 029/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante LARISSA WAGNER

RIBEIRO inscrito (a) no CPF-MF sob nº 087.955.149-61, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 06.03.2015 a 05.03.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 030/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 030/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEDES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante CRICIANI GROSS inscrito (a) no CPF-MF sob nº 729.769.009-06, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 06.03.2015 a 05.03.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 031/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 031/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante CAMILA MALESKI inscrito (a) no CPF-MF sob nº 105.184.629-35, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 10.03.2015 a 09.03.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 032/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 032/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à FUMDEMA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante ANDRE LUIZ COWACICZ inscrito (a) no CPF-MF sob nº 057.986.539-86, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 10.03.2015 a 09.03.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 033/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 033/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMAD, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante MAIARA SAUER inscrito (a) no CPF-MF sob nº 100.437.349-01, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 10.03.2015 a 09.03.2017.

PORTARIA Nº 21/2015, DE 1º DE ABRIL DE 2015-IPRECON

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON

PORTARIA Nº 21/2015, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora CLEONICE FERRONATTO.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 2º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 e no art. 31-A da Lei Complementar nº 164/1999, acrescido pela Lei Complementar nº 432, de 30 de setembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de abril de 2015, à servidora CLEONICE FERRONATTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Biblioteca, 30 (trinta) horas semanais, nível 3-GFB2-30, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, matrícula nº 94960-00, Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da última remuneração-de-contribuição da servidora no cargo referido e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 1º de abril de 2015.

VANESSA DAIANE RIFFEL

Administradora

PORTARIA Nº 22/2015, DE 1º DE ABRIL DE 2015-IPRECON

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON

PORTARIA Nº 22/2015, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

Concede Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição à servidora EROTIDES BENELLI.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 2º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 e no art. 31-A da Lei Complementar nº 164/1999, acrescido pela Lei Complementar nº 432, de 30 de setembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de abril de 2015, à servidora EROTIDES BENELLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, nível 10.13, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, matrícula nº 90409-00, Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da última remuneração-de-contribuição da servidora e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 1º de abril de 2015.

VANESSA DAIANE RIFFEL

Administradora

ANEXO 1 -BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2015 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			Janeiro a Fevereiro (b)	%(b/a)	Até Fevereiro (c)	%(c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	223.874.065,00	223.874.065,00	33.142.389,70	14,80	33.142.389,70	14,80	190.731.675,30
RECEITAS CORRENTES	204.247.365,00	204.247.365,00	32.169.838,16	15,75	32.169.838,16	15,75	172.077.526,84
RECEITA TRIBUTÁRIA	29.169.200,00	29.169.200,00	3.245.850,49	11,13	3.245.850,49	11,13	25.923.349,51
Impostos	23.950.000,00	23.950.000,00	2.683.742,90	11,21	2.683.742,90	11,21	21.266.257,10
Taxas	4.005.000,00	4.005.000,00	459.907,42	11,48	459.907,42	11,48	3.545.092,58
Contribuição de Melhoria	1.214.200,00	1.214.200,00	102.200,17	8,42	102.200,17	8,42	1.111.999,83
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	6.604.860,00	6.604.860,00	1.426.206,03	21,59	1.426.206,03	21,59	5.178.653,97
Contribuições Sociais	4.004.860,00	4.004.860,00	950.911,22	23,74	950.911,22	23,74	3.053.948,78
Contribuição de Intervenção no Domínio Econ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	2.600.000,00	2.600.000,00	475.294,81	18,28	475.294,81	18,28	2.124.705,19
RECEITA PATRIMONIAL	6.445.105,00	6.445.105,00	3.053.434,27	47,38	3.053.434,27	47,38	3.391.670,73
Receitas Imobiliárias	115.000,00	115.000,00	10.066,17	8,75	10.066,17	8,75	104.933,83
Receitas de Valores Mobiliários	5.922.105,00	5.922.105,00	2.936.411,09	49,58	2.936.411,09	49,58	2.985.693,91
Receita de Concessões e Permissões	408.000,00	408.000,00	106.957,01	26,21	106.957,01	26,21	301.042,99
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	15.000,00	15.000,00	1.242,84	8,29	1.242,84	8,29	13.757,16
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	15.000,00	15.000,00	1.242,84	8,29	1.242,84	8,29	13.757,16
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	2.851.100,00	2.851.100,00	69.672,82	2,44	69.672,82	2,44	2.781.427,18
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	152.907.618,00	152.907.618,00	23.576.194,18	15,42	23.576.194,18	15,42	129.331.423,82
Transferências Intergovernamentais	151.385.618,00	151.385.618,00	23.574.137,14	15,57	23.574.137,14	15,57	127.811.480,86
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	1.522.000,00	1.522.000,00	2.057,04	0,14	2.057,04	0,14	1.519.942,96
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.254.482,00	6.254.482,00	797.237,53	12,75	797.237,53	12,75	5.457.244,47
Multas e Juros de Mora	2.351.382,00	2.351.382,00	357.857,45	15,22	357.857,45	15,22	1.993.524,55
Indenizações e Restituições	2.106.100,00	2.106.100,00	355.546,82	16,88	355.546,82	16,88	1.750.553,18
Receita da Dívida Ativa	1.343.000,00	1.343.000,00	80.321,75	5,98	80.321,75	5,98	1.262.678,25
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	454.000,00	454.000,00	3.511,51	0,77	3.511,51	0,77	450.488,49
RECEITAS DE CAPITAL	19.626.700,00	19.626.700,00	972.551,54	4,96	972.551,54	4,96	18.654.148,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7.999.500,00	7.999.500,00	478.179,28	5,98	478.179,28	5,98	7.521.320,72
Operações de Crédito Internas	7.999.500,00	7.999.500,00	478.179,28	5,98	478.179,28	5,98	7.521.320,72
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	330.000,00	330.000,00	2.945,95	0,89	2.945,95	0,89	327.054,05
Alienação de Bens Móveis	290.000,00	290.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	290.000,00
Alienação de Bens Imóveis	40.000,00	40.000,00	2.945,95	7,36	2.945,95	7,36	37.054,05
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	11.297.200,00	11.297.200,00	491.426,31	4,35	491.426,31	4,35	10.805.773,69
Transferências Intergovernamentais	6.689.000,00	6.689.000,00	213.462,27	3,19	213.462,27	3,19	6.475.537,73
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	4.608.200,00	4.608.200,00	277.964,04	6,03	277.964,04	6,03	4.330.235,96
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	7.325.935,00	7.325.935,00	1.798.016,89	24,54	1.798.016,89	24,54	5.527.918,11
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	231.200.000,00	231.200.000,00	34.940.406,59	15,11	34.940.406,59	15,11	196.259.593,41
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	231.200.000,00	231.200.000,00	34.940.406,59	15,11	34.940.406,59	15,11	196.259.593,41
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	231.200.000,00	231.200.000,00	34.940.406,59	15,11	34.940.406,59	-	-
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	6.353.083,37	0,00	0,00	984.952,85	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	6.353.083,37	0,00	0,00	984.952,85	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2015 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesas Pagas Até Fevereiro (j)
			Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro (f)		Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro (h)		
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.) (VIII)	217.637.840,00	224.955.423,37	77.691.472,74	77.691.472,74	147.263.950,63	19.430.345,66	19.430.345,66	205.525.077,71	19.093.401,04
DESPESAS CORRENTES	182.579.659,50	186.875.479,36	72.243.791,71	72.243.791,71	114.631.687,65	19.191.671,93	19.191.671,93	167.683.807,43	18.870.094,93
Pessoal e Encargos Sociais	76.809.444,00	77.071.976,78	9.827.726,58	9.827.726,58	67.244.250,20	9.784.290,91	9.784.290,91	67.287.685,87	9.784.290,91
Juros e Encargos da Dívida	1.050.000,00	1.050.000,00	6.000,00	6.000,00	1.044.000,00	6.000,00	6.000,00	1.044.000,00	6.000,00
Outras Despesas Correntes	104.720.215,50	108.753.502,58	62.410.065,13	62.410.065,13	46.343.437,45	9.401.381,02	9.401.381,02	99.352.121,56	9.079.804,02
DESPESAS DE CAPITAL	34.845.580,50	37.867.344,01	5.447.681,03	5.447.681,03	32.419.662,98	238.673,73	238.673,73	37.628.670,28	223.306,11
Investimentos	33.045.580,50	36.067.344,01	5.447.681,03	5.447.681,03	30.619.662,98	238.673,73	238.673,73	35.828.670,28	223.306,11
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	1.800.000,00	1.800.000,00	0,00	0,00	1.800.000,00	0,00	0,00	1.800.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	212.600,00	212.600,00	0,00	0,00	212.600,00	0,00	0,00	212.600,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	13.562.160,00	13.562.160,00	3.049.660,79	3.049.660,79	10.512.499,21	1.798.016,89	1.798.016,89	11.764.143,11	1.798.016,89
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	231.200.000,00	238.517.583,37	80.741.133,53	80.741.133,53	157.776.449,84	21.228.362,55	21.228.362,55	217.289.220,82	20.891.417,93
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	231.200.000,00	238.517.583,37	80.741.133,53	80.741.133,53	157.776.449,84	21.228.362,55	21.228.362,55	217.289.220,82	20.891.417,93
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	13.712.044,04	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	231.200.000,00	238.517.583,37	80.741.133,53	80.741.133,53	157.776.449,84	21.228.362,55	34.940.406,59	203.577.176,78	20.891.417,93

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			Janeiro à Fevereiro (b)	% (b/a)	Até Fevereiro (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES	7.325.935,00	7.325.935,00	1.798.016,89	24,54	1.798.016,89	24,54	5.527.918,11
RECEITA TRIBUTÁRIA	7.325.935,00	7.325.935,00	1.798.016,89	24,54	1.798.016,89	24,54	5.527.918,11
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	5.925.935,00	5.925.935,00	1.579.005,99	26,65	1.579.005,99	26,65	4.346.929,01
Contribuições Sociais	5.925.935,00	5.925.935,00	1.579.005,99	26,65	1.579.005,99	26,65	4.346.929,01
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.400.000,00	1.400.000,00	219.010,90	15,64	219.010,90	15,64	1.180.989,10
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	1.400.000,00	1.400.000,00	219.010,90	15,64	219.010,90	15,64	1.180.989,10
Decorrentes de Aportes Periódicos	1.400.000,00	1.400.000,00	219.010,90	15,64	219.010,90	15,64	1.180.989,10
TOTAL	7.325.935,00	7.325.935,00	1.798.016,89	24,54	1.798.016,89	24,54	5.527.918,11

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesas Pagas Até Fevereiro (j)
			Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro (f)		Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro (h)		
DESPESAS CORRENTES	13.562.160,00	13.562.160,00	3.049.660,79	3.049.660,79	10.512.499,21	1.798.016,89	1.798.016,89	11.764.143,11	1.798.016,89
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.162.160,00	12.162.160,00	1.649.660,79	1.649.660,79	10.512.499,21	1.579.005,99	1.579.005,99	10.583.154,01	1.579.005,99
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.400.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	0,00	219.010,90	219.010,90	1.180.989,10	219.010,90
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	13.562.160,00	13.562.160,00	3.049.660,79	3.049.660,79	10.512.499,21	1.798.016,89	1.798.016,89	11.764.143,11	1.798.016,89

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Data Emissão: 01/abr/2015

Hora de emissão: 14h e 05m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO 12- DEMONSTRATIVO RECEITAS E DESPESAS SAÚDE

MUNICÍPIO DE CONCORDIA
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com
 Ações e Serviços Públicos de Saúde
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2015 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Fevereiro 2015 (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTO LÍQUIDA (I)	25.048.000,00	25.048.000,00	2.767.739,51	11,05
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	6.300.000,00	6.300.000,00	34.319,97	0,54
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	3.500.000,00	3.500.000,00	470.106,30	13,43
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	12.000.000,00	12.000.000,00	1.884.352,62	15,70
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.150.000,00	2.150.000,00	294.964,01	13,72
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do Impostos	128.000,00	128.000,00	34.431,53	26,90
Dívida Ativa dos Impostos	640.000,00	640.000,00	31.033,55	4,85
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	330.000,00	330.000,00	18.531,53	5,62
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	85.313.000,00	85.313.000,00	13.994.489,10	16,40
Cota-Parte FPM	29.000.000,00	29.000.000,00	5.248.278,80	18,10
Cota-Parte ITR	3.000,00	3.000,00	591,38	19,71
Cota-Parte IPVA	11.500.000,00	11.500.000,00	1.088.612,47	9,47
Cota-Parte ICMS	44.000.000,00	44.000.000,00	7.524.556,28	17,10
Cota-Parte IPI-Exportação	650.000,00	650.000,00	132.450,17	20,38
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	160.000,00	160.000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	160.000,00	160.000,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	110.361.000,00	110.361.000,00	16.762.228,61	15,19

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Fevereiro 2015 (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	43.003.668,00	43.003.668,00	6.220.148,11	14,46
Provenientes da União	40.430.168,00	40.430.168,00	6.050.211,09	14,96
Provenientes dos Estados	2.366.800,00	2.366.800,00	133.524,84	5,64
Provenientes de Outros Municípios	40.000,00	40.000,00	2.057,04	5,14
Outras Receitas do SUS	166.700,00	166.700,00	34.355,14	20,61
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	70.514.397,00	70.514.397,00	10.160.012,98	14,41
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	113.518.065,00	113.518.065,00	16.380.161,09	14,43

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Fevereiro (f)	% (f/e) x 100	Até Fevereiro (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	65.146.525,00	66.230.943,23	36.783.282,18	55,54	7.948.764,09	12,00
Pessoal e Encargos Sociais	20.732.077,00	20.732.077,00	2.744.066,81	13,24	2.736.214,42	13,20
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	44.414.448,00	45.498.866,23	34.039.215,37	74,81	5.212.549,67	11,46
DESPESAS DE CAPITAL	1.177.900,00	1.636.665,93	145.458,04	8,89	3.419,80	0,21
Investimentos	1.177.900,00	1.636.665,93	145.458,04	8,89	3.419,80	0,21
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	66.324.425,00	67.867.609,16	36.928.740,22	54,41	7.952.183,89	11,72



MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com
Ações e Serviços Públicos de Saúde
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2015 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Fevereiro (h)	% (h/IVf)x 100	Até Fevereiro (i)	% (i/IVg)x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	43.417.768,00	44.796.143,55	29.937.078,98	81,07	4.776.730,12	60,07
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	42.984.868,00	44.153.182,13	29.830.066,00	80,78	4.767.158,52	59,95
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	432.900,00	642.961,42	107.012,98	0,29	9.571,60	0,12
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA			0,00	0,00		
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS A PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)	43.417.768,00	44.796.143,55	29.937.078,98	81,07	4.776.730,12	60,07
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	22.906.657,00	23.071.465,61	6.991.661,24	18,93	3.175.453,77	39,93
TOTAL GERAL						

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS É LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%)	18,94
--	-------

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - (15 x IIIb) / 100]	661.119,48
---	------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
2014	1.103.293,07	14.335,73	645.512,97	443.444,37	1.103.293,07
Total	1.103.293,07	14.335,73	645.512,97	443.444,37	1.103.293,07

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	SALDO FINAL (Não Aplicado)
Restos Cancelados	14.335,73	-	14.335,73



MUNICÍPIO DE CONCORDIA
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com
 Ações e Serviços Públicos de Saúde
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2015 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	SALDO FINAL (Não Aplicado)
	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Fevereiro (l)	% (l/ total l) x 100	Até Fevereiro (m)	% (m/ total m) x 100
Atenção Básica	23.156.730,00	23.396.055,00	3.842.906,74	10,41	2.734.509,46	34,39
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	39.767.948,00	40.200.627,93	32.123.915,28	86,99	4.832.930,62	60,77
Vigilância Sanitária	902.000,00	1.714.856,11	279.770,20	0,76	15.774,36	0,20
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	2.497.747,00	2.556.070,12	682.148,00	1,85	368.969,45	4,64
Total	66.324.425,00	67.867.609,16	36.928.740,22	100,00	7.952.183,89	100,00

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCORDIA Data Emissão: 01/abr/2015 Hora de emissão: 14h e 11m

Notas:

- Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total l".
- O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
- No último bimestre, será utilizada a fórmula: $[V(h+i) - (15 \times ilb)/100]$.

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO 13 - DEMONSTRATIVO PARCERIAS PUBLICO-PRIVADAS



MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2015 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No bimestre	Até o bimestre (b)	
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
ATIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (2015)	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Do Ente Federado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Entes Não-dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	189.253.666,86	190.607.116,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Alende Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Data Emissão: 01/abr/2015 Hora de emissão: 14h e 14m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO 14 - SIMPLIFICADO DA RREO

MUNICÍPIO DE CONCORDIA
 Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2015 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

LRF, Art. 48 - Anexo 14

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS		Até Fevereiro
Previsão Inicial da Receita		231.200.000,00
Previsão Atualizada da Receita		231.200.000,00
Receitas Realizadas		34.940.406,59
Déficit Orçamentário		0,00
Saldos de Exercícios Anteriores		984.952,85

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS		Até Fevereiro
Dotação Inicial		231.200.000,00
Créditos Adicionais		7.317.583,37
Dotação Atualizada		238.517.583,37
Despesas Empenhadas		80.741.133,53
Despesas Liquidadas		21.228.362,55
Superávit Orçamentário		13.712.044,04

DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até Fevereiro
Despesas Empenhadas		80.741.133,53
Despesas Liquidadas		21.228.362,55

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até Fevereiro
Receita Corrente Líquida		190.607.116,96

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até Fevereiro
Regime Geral de Previdência Social		0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)		0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores		0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		4.685.476,38
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		1.008.076,72
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		3.677.399,66

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado Até Fevereiro(b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	6.668.333,00	(5.628.300,90)	(84,40)
Resultado Primário	(16.296.005,68)	10.300.507,72	(63,21)

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Canc. Até Fevereiro	Pag. Até Fevereiro	Saldo a pagar
Por Poder e Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	193.228,92	0,00	126.288,29	66.940,63
Poder Executivo	193.228,92	0,00	126.288,29	66.940,63
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	15.020.324,49	170.018,09	4.684.030,67	10.166.275,73
Poder Executivo	15.010.421,32	170.018,09	4.674.127,50	10.166.275,73
Poder Legislativo	9.903,17	0,00	9.903,17	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	15.213.553,41	170.018,09	4.810.318,96	10.233.216,36

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado Até Fevereiro	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até Fevereiro
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	4.019.909,04	25,00	23,98
Mín. Anual de 60% do FUNDEB na Rem. do Magis. com Educ. Infan. e Ens. Fundam.	2.846.064,46	60,00	55,78



MUNICÍPIO DE CONCORDIA
 Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2015 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL	Valor Apurado Até Fevereiro	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	478.179,28	7.521.320,72
Despesa de Capital Líquida	5.447.681,03	32.419.662,98

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias (IV)	7.348.552,38	3.466.116,50	993.339,12	7.434,90
Despesas Previdenciárias (V)	3.679.817,58	5.490.469,37	6.006.661,42	2.852.098,86
Resultado Previdenciário (IV - V)	3.668.734,80	(2.024.352,87)	(5.013.322,30)	(2.844.663,96)

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DO RECURSOS	Valor Apurado Até Fevereiro	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	2.945,95	327.054,05
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	290.750,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIDORES PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até Fevereiro	Limite Constitucional Anual	
		%Mínimo a Aplicar Exer.	% Aplicado Até Fevereiro
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.175.453,77	15,00	18,94

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Data Emissão: 01/abr/2015 Hora de emissão: 14h e 46m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLE
Controlador Interno

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DESPESA



MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2015 / Bimestre Janeiro-Febrero

RREO - Anexo 2(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a-d)
			Janeiro a Fevereiro	Até Fevereiro (b)	%(b) / tot.(b)		Janeiro a Fevereiro	Até Fevereiro (d)	%(d) / tot.(d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	217.637.840,00	224.955.423,37	77.691.472,74	77.691.472,74	96,22	147.263.950,63	19.430.345,66	19.430.345,66	91,53	205.525.077,71
Legislativa	3.329.240,00	3.329.240,00	562.252,18	562.252,18	0,70	2.766.987,82	341.498,42	341.498,42	1,61	2.987.741,58
Acao Legislativa	3.329.240,00	3.329.240,00	562.252,18	562.252,18	0,70	2.766.987,82	341.498,42	341.498,42	1,61	2.987.741,58
Administração	18.032.873,00	19.401.612,48	5.866.651,09	5.866.651,09	7,27	13.534.961,39	1.800.136,79	1.800.136,79	8,48	17.601.475,69
Ação Judiciária	78.190,00	78.190,00	21.592,46	21.592,46	0,03	56.597,54	4.820,74	4.820,74	0,02	73.369,26
Planejamento e Orçamento	125.103,00	125.103,00	52.670,51	52.670,51	0,07	72.432,49	1.017,06	1.017,06	0,00	124.085,94
Administracao Geral	11.198.105,00	11.481.105,00	2.393.443,66	2.393.443,66	2,96	9.087.661,34	1.412.013,32	1.412.013,32	6,65	10.069.091,68
Formação de Recursos Humanos	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Comunicação Social	1.431.475,00	1.431.475,00	1.430.636,28	1.430.636,28	1,77	838,72	77.235,64	77.235,64	0,36	1.354.239,36
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	5.100.000,00	6.185.739,48	1.968.308,18	1.968.308,18	2,44	4.217.431,30	305.050,03	305.050,03	1,44	5.880.689,45
Assistência Social	7.871.635,00	8.112.631,31	2.437.218,76	2.437.218,76	3,02	5.675.412,55	723.688,72	723.688,72	3,41	7.388.942,59
Administracao Geral	4.173.085,00	4.177.025,00	945.348,76	945.348,76	1,17	3.231.676,24	553.358,59	553.358,59	2,61	3.623.666,41
Assistência ao Idoso	400.000,00	400.000,00	117.818,13	117.818,13	0,15	282.181,87	42.714,87	42.714,87	0,20	357.285,13
Assistência a Criança e ao Adolescente	284.400,00	426.956,31	60.525,00	60.525,00	0,07	366.431,31	0,00	0,00	0,00	426.956,31
Assistência Comunitária	3.014.150,00	3.108.650,00	1.313.526,87	1.313.526,87	1,63	1.795.123,13	127.615,26	127.615,26	0,60	2.981.034,74
Previdência Social	11.615.000,00	11.615.000,00	1.745.435,55	1.745.435,55	2,16	9.869.564,45	1.000.331,62	1.000.331,62	4,71	10.614.668,38
Administracao Geral	1.115.000,00	1.115.000,00	337.101,35	337.101,35	0,42	777.898,65	81.989,75	81.989,75	0,39	1.033.010,25
Previdência do Regime Estatutário	10.500.000,00	10.500.000,00	1.408.334,20	1.408.334,20	1,74	9.091.665,80	918.341,87	918.341,87	4,33	9.581.658,13
Saúde	63.990.473,00	65.533.657,16	36.642.214,96	36.642.214,96	45,38	28.891.442,20	7.665.658,63	7.665.658,63	36,11	57.867.998,53
Administracao Geral	2.322.115,00	2.380.438,12	660.920,30	660.920,30	0,82	1.719.517,82	347.741,75	347.741,75	1,64	2.032.696,37
Atenção Básica	20.998.410,00	21.237.735,00	3.577.609,18	3.577.609,18	4,43	17.660.125,82	2.469.211,90	2.469.211,90	11,63	18.768.523,10
Suporte Profilático e Terapêutico	39.767.948,00	40.200.627,93	32.123.915,28	32.123.915,28	39,79	8.076.712,65	4.832.930,62	4.832.930,62	22,77	35.367.697,31
Vigilância Sanitária	902.000,00	1.714.856,11	279.770,20	279.770,20	0,35	1.435.085,91	15.774,36	15.774,36	0,07	1.699.081,75
Educação	46.868.382,00	48.855.858,14	12.004.593,97	12.004.593,97	14,87	36.851.264,17	4.882.030,53	4.882.030,53	23,00	43.973.827,61
Administracao Geral	2.265.960,00	2.265.960,00	482.711,09	482.711,09	0,60	1.783.248,91	309.412,43	309.412,43	1,46	1.956.547,57
Alimentação e Nutrição	550.700,00	550.700,00	265.061,80	265.061,80	0,33	285.638,20	83.319,60	83.319,60	0,39	467.380,40
Ensino Fundamental	29.849.054,00	30.602.509,57	7.958.830,32	7.958.830,32	9,86	22.643.679,25	2.832.213,87	2.832.213,87	13,34	27.770.295,70
Ensino Médio	966.000,00	966.000,00	890.808,39	890.808,39	1,10	75.191,61	0,00	0,00	0,00	966.000,00
Ensino Superior	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Educação Infantil	13.184.868,00	14.418.888,57	2.407.182,37	2.407.182,37	2,98	12.011.706,20	1.657.084,63	1.657.084,63	7,81	12.761.803,94
Educação de Jovens e Adultos	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00
Educacao Especial	50.400,00	50.400,00	0,00	0,00	0,00	50.400,00	0,00	0,00	0,00	50.400,00
Cultura	1.764.680,00	2.078.980,00	529.517,25	529.517,25	0,66	1.549.462,75	323.514,94	323.514,94	1,52	1.755.465,06
Administracao Geral	1.233.720,00	1.264.720,00	303.587,25	303.587,25	0,38	961.132,75	129.597,94	129.597,94	0,61	1.135.122,06
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	9.960,00	9.960,00	570,00	570,00	0,00	9.390,00	57,00	57,00	0,00	9.903,00
Difusão Cultural	521.000,00	804.300,00	225.360,00	225.360,00	0,28	578.940,00	193.860,00	193.860,00	0,91	610.440,00
Urbanismo	34.001.346,00	34.566.479,19	9.371.071,50	9.371.071,50	11,61	25.195.407,69	1.293.949,13	1.293.949,13	6,10	33.272.530,06
Administracao Geral	5.304.162,00	5.304.162,00	862.221,75	862.221,75	1,07	4.441.940,25	685.094,47	685.094,47	3,23	4.619.067,53
Infra-Estrutura Urbana	21.391.680,00	21.701.680,00	2.821.786,57	2.821.786,57	3,49	18.879.893,43	83.157,56	83.157,56	0,39	21.618.522,44
Serviços Urbanos	3.831.460,00	4.086.593,19	2.616.196,85	2.616.196,85	3,24	1.470.396,34	250.673,00	250.673,00	1,18	3.835.920,19
Saneamento Básico Urbano	3.474.044,00	3.474.044,00	3.070.866,33	3.070.866,33	3,80	403.177,67	275.024,10	275.024,10	1,30	3.199.019,90
Habituação	372.600,00	372.600,00	2.106,92	2.106,92	0,00	370.493,08	227,12	227,12	0,00	372.372,88
Administracao Geral	148.600,00	148.600,00	306,92	306,92	0,00	148.293,08	227,12	227,12	0,00	148.372,88
Habituação Rural	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Habituação Urbana	174.000,00	174.000,00	1.800,00	1.800,00	0,00	172.200,00	0,00	0,00	0,00	174.000,00
Gestão Ambiental	984.660,00	1.325.660,00	404.576,48	404.576,48	0,50	921.083,52	222.648,65	222.648,65	1,05	1.103.011,35
Administracao Geral	539.500,00	559.500,00	130.699,55	130.699,55	0,16	428.800,45	57.249,61	57.249,61	0,27	502.250,39
Preservação e Conservação Ambiental	445.160,00	766.160,00	273.876,93	273.876,93	0,34	492.283,07	165.399,04	165.399,04	0,78	600.760,96
Agricultura	5.253.570,00	5.753.570,00	742.721,05	742.721,05	0,92	5.010.848,95	29.425,86	29.425,86	0,14	5.724.144,14
Administracao Geral	13.000,00	13.000,00	798,00	798,00	0,00	12.202,00	253,28	253,28	0,00	12.746,72
Saneamento Básico Rural	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
Promoção da Produção Vegetal	58.570,00	58.570,00	2.030,00	2.030,00	0,00	56.540,00	0,00	0,00	0,00	58.570,00
Promoção da Produção Animal	408.500,00	408.500,00	0,00	0,00	0,00	408.500,00	0,00	0,00	0,00	408.500,00
Abastecimento	140.000,00	140.000,00	800,00	800,00	0,00	139.200,00	800,00	800,00	0,00	139.200,00
Extensão Rural	4.553.500,00	5.053.500,00	739.093,05	739.093,05	0,92	4.314.406,95	28.372,58	28.372,58	0,13	5.025.127,42
Indústria	1.971.500,00	1.971.500,00	1.818.422,90	1.818.422,90	2,25	153.077,10	0,00	0,00	0,00	1.971.500,00
Promoção Industrial	1.971.500,00	1.971.500,00	1.818.422,90	1.818.422,90	2,25	153.077,10	0,00	0,00	0,00	1.971.500,00
Comércio e Serviços	2.247.180,00	2.247.180,00	58.097,29	58.097,29	0,07	2.189.082,71	2.144,90	2.144,90	0,01	2.245.035,10
Promoção Comercial	1.061.500,00	1.061.500,00	21.730,00	21.730,00	0,03	1.039.770,00	0,00	0,00	0,00	1.061.500,00
Turismo	1.185.680,00	1.185.680,00	36.367,29	36.367,29	0,05	1.149.312,71	2.144,90	2.144,90	0,01	1.183.535,10
Transporte	6.354.445,00	6.354.445,00	1.824.973,58	1.824.973,58	2,26	4.529.471,42	480.614,24	480.614,24	2,26	5.873.830,76
Administracao Geral	2.604.535,00	2.604.535,00	456.413,44	456.413,44	0,57	2.148.121,56	359.983,51	359.983,51	1,70	2.244.551,49
Transporte Rodoviário	3.749.910,00	3.749.910,00	1.368.560,14	1.368.560,14	1,69	2.381.349,86	120.630,73	120.630,73	0,57	3.629.279,27
Desporto e Lazer	4.236.136,00	4.501.136,00	970.349,49	970.349,49	1,20	3.530.786,51	270.794,39	270.794,39	1,28	4.230.341,61
Administracao Geral	1.856.927,00	1.856.927,00	484.581,81	484.581,81	0,60	1.372.345,19	219.294,39	219.294,39	1,03	1.637.632,61
Desporto de Rendimento	2.011.109,00	2.056.109,00	312.651,58	312.651,58	0,39	1.743.457,42	51.500,00	51.500,00	0,24	2.004.609,00
Desporto Comunitário	368.100,00	588.100,00	173.116,10	173.116,10	0,21	414.983,90	0,00	0,00	0,00	588.100,00
Encargos Especiais	8.531.520,00	8.723.274,09	2.711.269,77	2.711.269,77	3,36	6.012.004,32	393.681,72	393.681,72	1,85	8.329.592,37
Defesa Civil	900.000,00	900.000,00	700.000,00	700.000,00	0,87	200.000,00	92.000,00	92.000,00	0,43	808.000,00
Serviço da Dívida Interna	2.850.000,00	2.850.000,00	6.000,00	6.000,00	0,01	2.844.000,00	6.000,00	6.000,00	0,03	2.844.000,00
Outros encargos Especiais	4.781.520,00	4.973.274,09	2.005.269,77	2.005.269,77	2,48	2.968.004,32	295.681,72	295.681,72	1,39	4.677.592,37
Reserva de Contingência	212.600,00	212.600,00	0,00	0,00	0,00	212.600,00	0,00	0,00	0,00	212.600,00
Reserva de contingência	212.600,00	212.600,00	0,00	0,00	0,00	212.600,00	0,00	0,00	0,00	212.600,00

Despesa Intra-Orçamentária



MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2015 / Bimestre Janeiro-Feveireiro

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a-d)
			Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro (b)	%(b) / tot.(b)		Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro (d)	%(d) / tot.(d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇ.) (II)	13.562.160,00	13.562.160,00	3.049.660,79	3.049.660,79	3,78	10.512.499,21	1.798.016,89	1.798.016,89	8,47	11.764.143,11
Legislativa	130.000,00	130.000,00	31.350,22	31.350,22	0,04	98.649,78	8.950,32	8.950,32	0,04	121.049,68
Acao Legislativa	130.000,00	130.000,00	31.350,22	31.350,22	0,04	98.649,78	8.950,32	8.950,32	0,04	121.049,68
Administração	1.132.077,00	1.132.077,00	152.048,78	152.048,78	0,19	980.028,22	152.048,78	152.048,78	0,72	980.028,22
Administracao Geral	1.132.077,00	1.132.077,00	152.048,78	152.048,78	0,19	980.028,22	152.048,78	152.048,78	0,72	980.028,22
Assistência Social	533.415,00	533.415,00	68.423,48	68.423,48	0,08	464.991,52	68.423,48	68.423,48	0,32	464.991,52
Administracao Geral	490.415,00	490.415,00	68.423,48	68.423,48	0,08	421.991,52	68.423,48	68.423,48	0,32	421.991,52
Assistência Comunitária	43.000,00	43.000,00	0,00	0,00	0,00	43.000,00	0,00	0,00	0,00	43.000,00
Previdência Social	80.000,00	80.000,00	56.000,00	56.000,00	0,07	24.000,00	7.745,10	7.745,10	0,04	72.254,90
Administracao Geral	80.000,00	80.000,00	56.000,00	56.000,00	0,07	24.000,00	7.745,10	7.745,10	0,04	72.254,90
Saúde	2.333.952,00	2.333.952,00	286.525,26	286.525,26	0,35	2.047.426,74	286.525,26	286.525,26	1,35	2.047.426,74
Administracao Geral	175.632,00	175.632,00	21.227,70	21.227,70	0,03	154.404,30	21.227,70	21.227,70	0,10	154.404,30
Atenção Básica	2.158.320,00	2.158.320,00	265.297,56	265.297,56	0,33	1.893.022,44	265.297,56	265.297,56	1,25	1.893.022,44
Educação	6.261.618,00	6.261.618,00	837.209,94	837.209,94	1,04	5.424.408,06	837.209,94	837.209,94	3,94	5.424.408,06
Administracao Geral	284.210,00	284.210,00	44.019,55	44.019,55	0,05	240.190,45	44.019,55	44.019,55	0,21	240.190,45
Ensino Fundamental	3.974.414,00	3.974.414,00	520.489,81	520.489,81	0,64	3.453.924,19	520.489,81	520.489,81	2,45	3.453.924,19
Educação Infantil	2.002.994,00	2.002.994,00	272.700,58	272.700,58	0,34	1.730.293,42	272.700,58	272.700,58	1,28	1.730.293,42
Cultura	92.140,00	92.140,00	11.308,51	11.308,51	0,01	80.831,49	11.308,51	11.308,51	0,05	80.831,49
Administracao Geral	92.140,00	92.140,00	11.308,51	11.308,51	0,01	80.831,49	11.308,51	11.308,51	0,05	80.831,49
Urbanismo	810.654,00	810.654,00	102.794,24	102.794,24	0,13	707.859,76	102.794,24	102.794,24	0,48	707.859,76
Administracao Geral	810.654,00	810.654,00	102.794,24	102.794,24	0,13	707.859,76	102.794,24	102.794,24	0,48	707.859,76
Gestão Ambiental	30.000,00	30.000,00	3.326,58	3.326,58	0,00	26.673,42	3.326,58	3.326,58	0,02	26.673,42
Administracao Geral	30.000,00	30.000,00	3.326,58	3.326,58	0,00	26.673,42	3.326,58	3.326,58	0,02	26.673,42
Transporte	416.705,00	416.705,00	50.136,03	50.136,03	0,06	366.568,97	50.136,03	50.136,03	0,24	366.568,97
Administracao Geral	416.705,00	416.705,00	50.136,03	50.136,03	0,06	366.568,97	50.136,03	50.136,03	0,24	366.568,97
Desporto e Lazer	139.264,00	139.264,00	18.737,08	18.737,08	0,02	120.526,92	18.737,08	18.737,08	0,09	120.526,92
Administracao Geral	139.264,00	139.264,00	18.737,08	18.737,08	0,02	120.526,92	18.737,08	18.737,08	0,09	120.526,92
Encargos Especiais	1.602.335,00	1.602.335,00	1.431.800,67	1.431.800,67	1,77	170.534,33	250.811,57	250.811,57	1,18	1.351.523,43
Outros encargos Especiais	1.602.335,00	1.602.335,00	1.431.800,67	1.431.800,67	1,77	170.534,33	250.811,57	250.811,57	1,18	1.351.523,43
TOTAL (III) = (I + II)	231.200.000,00	238.517.583,37	80.741.133,53	80.741.133,53	100,00	157.776.449,84	21.228.362,55	21.228.362,55	100,00	217.289.220,82

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Data Emissão: 01/abr/2015

Hora de emissão: 13h e 25m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO 3 - RECEITA CORRENTE LIQUIDA



MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidação
Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2015 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES	PREVISÃO ATUALIZADA (EXERCÍCIO)
	Março/2014	Abril/2014	Maió/2014	Junho/2014	Julho/2014	Agosto/2014	Setembro/2014	Outubro/2014	Novembro/2014	Dezembro/2014	Janeiro/2015	Fevereiro/2015		
RECEITAS CORRENTES (I)	21.488.429,92	17.374.492,95	17.805.301,63	15.645.974,94	16.256.535,14	17.620.999,19	15.468.971,44	17.613.010,98	17.394.851,24	19.328.928,94	18.501.602,41	16.467.133,21	210.966.231,99	221.309.985,00
Receita Tributária	6.215.371,74	2.319.719,13	2.329.755,63	1.966.270,35	2.013.739,87	1.914.635,73	1.693.918,59	1.796.965,83	1.742.517,37	2.103.942,04	1.552.732,64	1.693.117,85	27.311.186,97	29.169.200,00
IPTU	3.663.137,91	408.888,69	376.109,90	378.844,76	388.088,67	346.567,70	36.848,32	25.365,47	21.718,18	74.848,02	25.589,77	8.730,20	5.759.376,52	6.300.000,00
ISS	799.165,95	813.811,03	854.293,55	826.618,31	1.000.180,23	953.176,45	943.256,79	1.014.404,63	1.009.996,46	1.075.943,51	1.006.734,70	877.617,92	11.175.499,53	12.000.000,00
ITBI	236.068,88	383.801,15	385.441,61	395.755,60	278.000,71	309.113,45	421.753,63	401.914,70	317.853,63	290.781,55	221.465,94	248.640,36	3.890.511,31	3.500.000,00
Outras Receitas Tributárias	128.965,94	160.540,96	168.355,96	165.310,61	172.292,07	161.697,04	164.492,06	172.155,62	181.565,49	392.893,16	138.362,87	158.601,14	2.163.241,62	2.150.000,00
Receita de Contribuições	1.388.093,06	552.677,30	543.554,91	199.741,07	175.188,19	143.483,09	127.597,09	182.524,48	178.385,41	269.235,80	160.579,36	401.528,23	4.322.557,99	5.219.200,00
Receita Patrimonial	852.204,99	692.801,29	674.416,51	675.651,16	675.902,77	691.330,00	680.629,18	712.780,69	709.611,94	1.036.486,87	720.054,50	706.151,53	8.628.081,43	6.604.860,00
Receita Agropecuária	926.386,94	1.337.260,85	1.630.563,39	839.038,15	1.038.902,77	2.118.217,38	589.799,76	1.825.056,06	1.155.848,55	920.958,38	1.573.706,03	1.479.728,24	15.435.415,32	6.445.105,00
Receita Industrial	1.480,21	247,50	662,50	1.213,56	892,50	1.870,79	667,50	1.372,80	472,50	360,00	739,77	503,07	10.522,70	15.000,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	11.302.045,35	187.957,10	180.187,20	175.608,76	216.178,78	250.420,40	44.090,46	32.443,87	30.751,16	69.705,97	41.490,03	28.182,79	2.689.231,87	2.851.100,00
Transferências do FUNDEB	11.302.579,56	12.263.901,62	12.319.421,54	11.517.009,98	11.573.499,87	12.093.916,66	11.938.679,72	12.560.783,79	13.337.010,95	14.504.035,52	14.291.131,89	12.083.959,75	149.785.940,85	169.970.218,00
Cota-Parte do FPM	1.632.770,91	1.863.533,12	2.483.387,00	1.862.379,95	1.969.548,74	1.943.179,57	1.703.359,38	1.609.062,22	2.330.842,35	3.427.569,66	2.597.121,21	2.651.157,99	25.504.389,50	29.000.000,00
Cota-Parte do ICMS	3.268.606,41	3.194.720,91	3.237.244,66	3.264.263,70	3.052.016,68	3.201.000,77	3.433.220,39	3.559.654,99	3.905.194,68	3.761.566,56	3.977.404,84	3.547.151,44	41.392.946,03	44.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	877.180,26	1.025.462,34	1.003.501,78	989.539,00	1.126.749,95	1.016.528,64	1.030.780,81	1.094.869,15	611.612,69	342.499,18	450.749,66	637.862,81	10.197.306,27	11.500.000,00
Cota-Parte do ITR	203,42	362,85	167,40	148,30	32,71	246,97	87,38	42.754,91	653,27	625,22	429,56	161,82	54.324,98	3.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	14.307,19	14.307,19	14.307,19	14.307,19	14.307,19	14.307,19	14.307,19	28.614,38	0,00	0,00	143.071,90	160.000,00
Transferências do FUNDEB	2.259.002,64	2.276.062,18	2.486.690,53	2.355.130,46	2.860.777,81	2.332.767,66	2.380.626,99	2.487.269,09	2.595.746,39	2.579.991,32	2.831.278,00	2.434.451,83	29.002.836,92	31.450.000,00
Outras Transferências Correntes	3.264.815,92	3.899.433,03	3.056.122,98	3.011.241,38	3.600.086,79	3.584.986,84	3.387.664,41	3.762.068,44	4.077.754,38	4.363.909,20	4.634.148,62	2.813.174,26	43.491.065,25	53.857.218,00
Outras Receitas Correntes	758.351,13	572.605,46	670.274,66	470.992,98	737.338,76	550.686,23	521.186,23	684.448,94	448.638,77	694.401,16	321.747,55	475.489,96	6.905.852,85	6.254.462,00
DEDUÇÕES (II)	1.506.122,39	1.594.382,96	1.724.825,68	1.606.909,84	1.537.720,00	1.616.865,13	1.620.889,00	1.846.586,35	1.718.009,97	2.045.869,91	1.790.146,07	1.750.717,73	20.599.115,03	19.457.460,00
Contrib. p/ o Plano de Prev. do Servidor	297.369,66	323.637,21	322.705,60	322.495,68	324.903,71	327.028,07	325.730,05	325.706,10	325.287,76	643.198,46	320.464,18	322.656,96	4.184.204,46	2.004.860,00
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	43.914,60	43.914,60	43.914,60	43.914,60	43.914,60	43.914,60	43.914,60	251.816,97	47.934,38	95.785,27	47.934,38	59.912,80	801.788,00	390.000,00
Declaração de Rec. Formação do FUNDEB	1.164.838,13	1.226.851,15	1.358.204,48	1.240.499,58	1.169.901,69	1.245.922,46	1.246.224,35	1.269.000,28	1.344.766,53	1.306.856,18	1.421.749,51	1.377.147,95	15.373.122,57	17.062.600,00
RECEITA CORRENTE LIQUIDA(III)=(I)-(II)	19.982.307,53	15.780.109,98	16.080.475,95	14.039.065,10	14.718.815,14	16.004.134,08	13.948.062,44	15.766.426,63	15.976.842,27	17.282.969,03	16.711.464,34	14.716.415,48	190.807.116,96	201.852.505,00

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável MUNICIPIO DE CONCORDIA

Data Emissão: 01/03/2015

Hora do Emissão: 13:32

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO 4 - DEMONSTRATIVO RECEITAS E DESPESAS IPRECON

MUNICÍPIO DE CONCORDIA
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de
 Previdência dos Servidores - Plano Previdenciário
 Orçamento da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2015 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Janeiro a Fevereiro	Até Fevereiro 2015	Até Fevereiro 2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS(Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	6.284.065,00	6.284.065,00	3.179.078,40	3.179.078,40	2.556.183,17
RECEITAS CORRENTES	6.284.065,00	6.284.065,00	3.179.078,40	3.179.078,40	2.556.183,17
Receita de Contribuições dos Segurados	2.004.860,00	2.004.860,00	643.121,16	643.121,16	587.197,63
Pessoal Civil	2.004.860,00	2.004.860,00	643.121,16	643.121,16	587.197,63
Ativo	2.000.000,00	2.000.000,00	642.035,15	642.035,15	585.708,17
Inativo	3.240,00	3.240,00	767,72	767,72	909,50
Pensionista	1.620,00	1.620,00	318,29	318,29	579,96
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	3.879.205,00	3.879.205,00	2.437.110,06	2.437.110,06	1.883.468,91
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	3.879.205,00	3.879.205,00	2.437.110,06	2.437.110,06	1.883.468,91
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	400.000,00	400.000,00	98.847,18	98.847,18	85.516,63
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	390.000,00	390.000,00	98.847,18	98.847,18	85.516,63
Demais Receitas Correntes	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PREVIDENCIÁRIA - RPPS(Intra-Orçamentárias)(II)	5.410.935,00	5.410.935,00	1.506.397,98	1.506.397,98	1.172.960,81
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III)=(I+II)	11.695.000,00	11.695.000,00	4.685.476,38	4.685.476,38	3.729.143,98

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Fevereiro 2015	Até Fevereiro 2014	Até Fevereiro 2015	Até Fevereiro 2014
DESP. PREVID. - RPPS (Exeto Intra-Orçamentária) (IV)	11.615.000,00	11.615.000,00	1.745.435,55	1.602.891,69	1.000.331,62	841.502,70
ADMINISTRAÇÃO	11.615.000,00	11.615.000,00	337.101,35	333.384,23	81.989,75	67.536,75
Despesas Correntes	11.565.000,00	11.565.000,00	337.101,35	333.384,23	81.989,75	67.536,75
Despesas de Capital	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	1.408.334,20	1.269.507,46	918.341,87	773.965,95
Pessoal Civil	0,00	0,00	1.408.334,20	1.269.507,46	918.341,87	773.965,95
Aposentadorias	0,00	0,00	1.136.081,26	1.021.552,01	646.088,93	526.010,50
Pensões	0,00	0,00	170.878,23	134.141,23	170.878,23	134.141,23
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	101.374,71	113.814,22	101.374,71	113.814,22
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVID. - RPPS (Intra-Orçamentárias)(V)	80.000,00	80.000,00	56.000,00	37.200,00	7.745,10	4.955,76
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI)=(IV+V)	11.695.000,00	11.695.000,00	1.801.435,55	1.640.091,69	1.008.076,72	846.458,46
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	2.884.040,83	2.089.052,29	3.677.399,66	2.882.685,52

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	219.010,90
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Plano Previdenciário	219.010,90
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	219.010,90
Outros Aportes para o RPPS	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00



MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de
Previdência dos Servidores - Plano Previdenciário
Orçamento da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2015 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

BENS E DIREITOS DO RPPS	Janeiro/2015	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2015	2014
CAIXA	0,00	0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	30.213,72	75.357,13	42.476,13
INVESTIMENTOS	79.933.874,92	81.666.226,44	78.043.615,82
OUTROS BENS E DIREITOS	473.903,61	473.903,61	473.903,61

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro 2015	Até Fevereiro 2014
RECEITAS CORRENTES (VIII)	5.410.935,00	5.410.935,00	1.506.397,98	1.506.397,98	1.172.960,81
Receita de Contribuições	4.010.935,00	4.010.935,00	1.287.387,08	1.287.387,08	1.172.960,81
Patronal	2.997.263,00	2.997.263,00	962.029,84	962.029,84	877.593,07
Pessoal Civil	2.997.263,00	2.997.263,00	962.029,84	962.029,84	877.593,07
Ativo	2.990.000,00	2.990.000,00	959.550,72	959.550,72	875.367,01
Inativo	4.842,00	4.842,00	1.527,72	1.527,72	1.359,28
Pensionista	2.421,00	2.421,00	951,40	951,40	866,78
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	1.013.672,00	1.013.672,00	325.357,24	325.357,24	295.367,74
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	1.400.000,00	1.400.000,00	219.010,90	219.010,90	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	5.410.935,00	5.410.935,00	1.506.397,98	1.506.397,98	1.172.960,81

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Fevereiro 2015	Até Fevereiro 2014	Até Fevereiro 2015	Até Fevereiro 2014
ADMINISTRAÇÃO (XII)	80.000,00	80.000,00	56.000,00	37.200,00	7.745,10	4.955,76
Despesas Correntes	80.000,00	80.000,00	56.000,00	37.200,00	7.745,10	4.955,76
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII)=(XII)	80.000,00	80.000,00	56.000,00	37.200,00	7.745,10	4.955,76

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓ
Data Emissão: 01/abr/2015 **Hora de emissão:** 15h e 39m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO 5 - RESULTADO NOMINAL

MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Nominal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2015 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 5 (LRF, art. 53, inciso III)

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dezembro/2014 (a)	Em 31/Dezembro/2014 (b)	Em 28/Fevereiro/2015 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	11.407.236,10	11.407.236,10	11.416.750,75
DEDUÇÕES (II)	28.270.931,80	28.270.931,80	33.908.747,35
Disponibilidade de Caixa bruta	28.463.755,72	28.463.755,72	34.086.416,17
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto precatórios)	192.823,92	192.823,92	177.668,82
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	(16.863.695,70)	(16.863.695,70)	(22.491.996,60)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	(16.863.695,70)	(16.863.695,70)	(22.491.996,60)

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Janeiro à Fevereiro(c-b)	Até Fevereiro(c-a)
VALOR	(5.628.300,90)	(5.628.300,90)

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	6.668.333,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dezembro/2014 (a)	Em 31/Dezembro/2014 (b)	Em 28/Fevereiro/2015 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	87.519.384,86	87.519.384,86	87.519.384,86
Passivo Atuarial	87.519.384,86	87.519.384,86	87.519.384,86
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	78.573.187,37	78.573.187,37	82.228.878,99
Disponibilidade de Caixa Bruta	42.476,13	42.476,13	75.357,13
Investimentos	78.043.615,82	78.043.615,82	81.666.226,44
Demais Haveres Financeiros	487.500,42	487.500,42	487.700,42
(-) Restos a Pagar Processados	405,00	405,00	405,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX)=(VII-VIII)	8.946.197,49	8.946.197,49	5.290.505,87
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	8.946.197,49	8.946.197,49	5.290.505,87

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Data Emissão: 01/abr/2015

Hora de emissão: 13h e 40m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO 6- RESULTADO PRIMARIO

MUNICÍPIO DE CONCORDIA
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo do Resultado Primário - Estados, Distrito Federal e Municípios
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2015 / Bimestre Janeiro-Feveireiro

RREO - ANEXO 6 (LRF, art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		Janeiro a Fevereiro	Até Fevereiro 2015	Até Fevereiro 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	205.651.195,00	31.031.443,96	31.031.443,96	30.142.486,63
Receitas Tributárias	29.169.200,00	3.245.850,49	3.245.850,49	2.999.929,79
IPTU	6.300.000,00	34.319,97	34.319,97	82.690,71
ISS	12.000.000,00	1.884.352,62	1.884.352,62	1.741.480,62
ITBI	3.500.000,00	470.106,30	470.106,30	408.660,16
IRRF	2.150.000,00	294.964,01	294.964,01	274.503,24
Outras Receitas Tributárias	5.219.200,00	562.107,59	562.107,59	492.595,06
Receitas de Contribuições	12.530.795,00	3.005.212,02	3.005.212,02	2.691.698,23
Receitas Previdenciárias	6.015.795,00	1.930.508,24	1.930.508,24	1.760.158,44
Outras Receitas de Contribuições	6.515.000,00	1.074.703,78	1.074.703,78	931.539,79
Receita Patrimonial Líquida	523.000,00	117.023,18	117.023,18	1.759.648,87
Receita Patrimonial	6.445.105,00	3.053.434,27	3.053.434,27	3.812.184,31
(-) Aplicações Financeiras	5.922.105,00	2.936.411,09	2.936.411,09	2.052.535,44
Transferências Correntes	152.907.618,00	23.576.194,18	23.576.194,18	21.768.832,41
FPM	23.200.000,00	4.198.623,09	4.198.623,09	4.264.084,18
ICMS	35.200.000,00	6.019.645,21	6.019.645,21	5.284.029,16
Convênios	1.522.000,00	2.057,04	2.057,04	14.365,00
Outras Transferências Correntes	92.985.618,00	13.355.868,84	13.355.868,84	12.206.354,07
Demais Receitas Correntes	10.520.582,00	1.087.164,09	1.087.164,09	922.377,33
Dívida Ativa	1.343.000,00	80.321,75	80.321,75	139.947,86
Diversas Receitas Correntes	9.177.582,00	1.006.842,34	1.006.842,34	782.429,47
RECEITAS DE CAPITAL (II)	19.626.700,00	972.551,54	972.551,54	718.808,82
Operações de Crédito (III)	7.999.500,00	478.179,28	478.179,28	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	330.000,00	2.945,95	2.945,95	9.537,94
Transferências de Capital	11.297.200,00	491.426,31	491.426,31	709.270,88
Convênios	4.608.200,00	277.964,04	277.964,04	609.270,88
Outras Transferências de Capital	6.689.000,00	213.462,27	213.462,27	100.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	11.297.200,00	491.426,31	491.426,31	709.270,88
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	216.948.395,00	31.522.870,27	31.522.870,27	30.851.757,51

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até Fevereiro 2015	Até Fevereiro 2014	Até Fevereiro 2015	Até Fevereiro 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	200.437.639,36	75.293.452,50	50.997.912,98	20.989.688,82	19.016.813,45
Pessoal e Encargos Sociais	89.234.136,78	11.477.387,37	10.643.543,89	11.363.296,90	10.583.216,50
Juros e Encargos da Dívida (IX)	1.050.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00
Outras Despesas Correntes	110.153.502,58	63.810.065,13	40.348.369,09	9.620.391,92	8.427.596,95
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	199.387.639,36	75.287.452,50	50.991.912,98	20.983.688,82	19.010.813,45
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	37.867.344,01	5.447.681,03	4.971.297,90	238.673,73	523.511,89
Investimentos	36.067.344,01	5.447.681,03	4.971.297,90	238.673,73	523.511,89
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	36.067.344,01	5.447.681,03	4.971.297,90	238.673,73	523.511,89
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	212.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	235.667.583,37	80.735.133,53	55.963.210,88	21.222.362,55	19.534.325,34
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	(18.719.188,37)	0,00	0,00	10.300.507,72	11.317.432,17
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	984.952,85	-

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	(16.296.005,68)

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Data Emissão: 01/abr/2015

Hora de emissão: 13h e 43m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de FinançasLEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4JOAO GIRARDI
Prefeito MunicipalALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO 7 - DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR



MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2015 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)

Poder/Orgão	RP Processados e Não Processados Liquidados				RP Não Processados						Saldo Total (a + b)	
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados		Saldo (b)
	Exercícios Anteriores	31/12/2014				Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	56.429,11	136.799,81	126.288,29	0,00	66.940,63	715.940,01	14.304.384,48	4.795.163,86	4.684.030,67	170.018,09	10.166.275,73	10.233.216,36
Executivo	56.429,11	136.799,81	126.288,29	0,00	66.940,63	715.940,01	14.294.481,31	4.785.260,69	4.674.127,50	170.018,09	10.166.275,73	10.233.216,36
Encargos Gerais	60,00	27.236,16	27.236,16	0,00	60,00	2.900,00	141.833,19	67.522,70	67.522,70	1.512,00	75.698,49	75.758,49
Fundacao Municipal de Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	323.728,91	0,00	0,00	0,00	0,00	323.728,91	323.728,91
Fundação Municipal de Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700.872,28	130.926,04	130.926,04	48.254,26	521.691,98	521.691,98
Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.248,13	1.672,53	1.672,53	0,00	3.575,60	3.575,60
Fundacao Municipal de Esportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	650,00	650,00
Fundação Municipal de Esportes	0,00	4.919,92	4.919,92	0,00	0,00	0,00	37.146,12	31.511,00	31.511,00	0,00	5.635,12	5.635,12
Fundo Municipal de Assistência Social	0,00	3.799,16	3.799,16	0,00	0,00	0,00	117.071,72	64.865,77	64.865,77	0,00	52.205,95	52.205,95
Fundo Municipal de Saude	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.070,00	2.232.338,17	1.038.884,34	1.038.884,34	25.820,73	1.199.703,10	1.199.703,10
Gabinete do Prefeito	492,50	0,00	0,00	0,00	492,50	240,00	79.216,81	60.295,76	60.295,76	0,00	19.161,05	19.653,55
Gabinete do Vice-prefeito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	353,64	78,77	78,77	0,00	274,87	274,87
Instituto de Previdência Social dos Servidores	405,00	0,00	0,00	0,00	405,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	405,00
Instituto de Previdência Social dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.120,43	23.143,68	23.143,68	18.976,75	0,00	0,00
Secretaria Munic de Agric.desenv.rural e Meio Amb.	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	86.624,18	19.783,15	19.783,15	0,00	66.841,03	69.841,03
Secretaria Munic.desenv.economico e Turismo-sedet	6.420,00	0,00	0,00	0,00	6.420,00	0,00	1.689.794,35	503.829,43	503.829,43	0,00	1.185.964,92	1.192.384,92
Secretaria Munic.desenv.social, Cidadania e Hab.	6.475,73	2.500,00	0,00	0,00	8.975,73	65,12	138.098,72	71.534,31	71.262,05	0,00	66.901,79	75.877,52
Secretaria Municipal de Administracao - Semad	1.588,71	756,40	365,00	0,00	1.980,11	1.132,33	391.656,76	266.688,26	262.983,86	0,00	129.805,23	131.785,34
Secretaria Municipal de Educacao - Semed	8.424,67	95.887,17	89.968,05	0,00	14.343,79	345.780,82	1.138.246,10	475.493,84	475.493,84	75.454,35	933.078,73	947.422,52
Secretaria Municipal de Financas - Semuf	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.228,93	2.993,23	2.993,23	2.993,23	0,00	8.235,70	8.235,70
Secretaria Municipal de Transportes - Semut	3.975,00	0,00	0,00	0,00	3.975,00	0,00	21.177,24	7.083,40	7.083,40	0,00	14.093,84	18.068,84
Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras - Semurb	25.887,50	1.701,00	0,00	0,00	27.288,50	9.372,83	7.461.454,54	2.018.954,48	1.911.797,95	0,00	5.559.029,42	5.586.317,92
Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.903,17	9.903,17	9.903,17	0,00	0,00	0,00
Camara Municipal de Vereadores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.903,17	9.903,17	9.903,17	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	56.429,11	136.799,81	126.288,29	0,00	66.940,63	715.940,01	14.304.384,48	4.795.163,86	4.684.030,67	170.018,09	10.166.275,73	10.233.216,36
FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável MUNICIPIO DE CONCORDIA												
Data Emissão: 01/abr/2015 Hora de emissão: 15h e 02m												
Notas:												

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO 8 - DEMONSTRATIVO RECEITAS E DESPESAS DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

MUNICÍPIO DE CONCORDIA
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento
 do Ensino - MDE
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2015 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

RECEITAS DE ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Fevereiro 2015 (b)	%(b/a)
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	25.048.000,00	25.048.000,00	2.767.739,51	11,05
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	6.688.000,00	6.688.000,00	80.514,49	1,20
1.1.1- IPTU	6.300.000,00	6.300.000,00	34.967,33	0,56
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	28.000,00	28.000,00	4.952,95	17,69
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	260.000,00	260.000,00	26.047,81	10,02
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	100.000,00	100.000,00	15.193,76	15,19
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	647,36	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	3.500.000,00	3.500.000,00	470.106,30	13,43
1.2.1- ITBI	3.500.000,00	3.500.000,00	476.906,30	13,63
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	6.800,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	12.710.000,00	12.710.000,00	1.922.154,71	15,12
1.3.1- ISS	12.000.000,00	12.000.000,00	1.884.367,02	15,70
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	100.000,00	100.000,00	29.478,58	29,48
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	380.000,00	380.000,00	4.985,74	1,31
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	230.000,00	230.000,00	3.414,73	1,48
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	91,36	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.150.000,00	2.150.000,00	294.964,01	13,72
1.4.1- IRRF	2.150.000,00	2.150.000,00	294.964,01	13,72
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	85.313.000,00	85.313.000,00	13.994.489,10	16,40
2.1- Cota-Parte FPM	29.000.000,00	29.000.000,00	5.248.278,80	18,10
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b (22,05%)	29.000.000,00	29.000.000,00	5.248.278,80	18,10
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d (1% em dezembro de cada ano)	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	44.000.000,00	44.000.000,00	7.524.556,28	17,10
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	160.000,00	160.000,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	650.000,00	650.000,00	132.450,17	20,38
2.5- Cota-Parte ITR	3.000,00	3.000,00	591,38	19,71
2.6- Cota-Parte IPVA	11.500.000,00	11.500.000,00	1.088.612,47	9,47
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	110.361.000,00	110.361.000,00	16.762.228,61	15,19

RECEITA ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Fevereiro 2015 (b)	%(b/a)
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	4.511.350,00	4.511.350,00	729.888,70	16,18
5.1- Transferências do Salário-Educação	2.990.000,00	2.990.000,00	703.835,43	23,54
5.2- Transferência Diretas do PDDE	3.850,00	3.850,00	1.060,00	27,53
5.3- Transferência Diretas do PNAE	950.600,00	950.600,00	0,00	0,00
5.4- Transferência Diretas do PNATE	255.800,00	255.800,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	290.000,00	290.000,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	21.100,00	21.100,00	24.993,27	118,45
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.282.600,00	1.282.600,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	1.280.000,00	1.280.000,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	2.600,00	2.600,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.319.200,00	2.319.200,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	8.113.150,00	8.113.150,00	729.888,70	9,00



MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento
do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2015 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Fevereiro 2015 (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	17.062.600,00	17.062.600,00	2.798.897,46	16,40
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	5.800.000,00	5.800.000,00	1.049.655,71	18,10
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	8.800.000,00	8.800.000,00	1.504.911,07	17,10
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	32.000,00	32.000,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	130.000,00	130.000,00	26.490,06	20,38
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5))	600,00	600,00	118,26	19,71
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	2.300.000,00	2.300.000,00	217.722,36	9,47
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	31.650.000,00	31.650.000,00	5.102.034,69	16,12
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	31.450.000,00	31.450.000,00	5.065.729,83	16,11
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	200.000,00	200.000,00	36.304,86	18,15
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	14.387.400,00	14.387.400,00	2.266.832,37	15,76
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Fevereiro (e)	% (f) = (e/d)x100	Até Fevereiro (g)	% (h) = (g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	30.104.049,00	30.366.581,78	3.246.596,21	10,69	3.246.596,21	10,69
13.1- Com Educação Infantil	7.626.694,00	8.197.226,78	918.673,12	11,21	918.673,12	11,21
13.2- Com Ensino Fundamental	22.477.355,00	22.169.355,00	2.327.923,09	10,50	2.327.923,09	10,50
14- OUTRAS DESPESAS	1.545.951,00	2.210.951,00	1.345.663,66	60,86	253.301,85	11,46
14.1- Com Educação Infantil	315.951,00	386.951,00	218.747,15	56,53	101.681,18	26,28
14.2- Com Ensino Fundamental	1.230.000,00	1.824.000,00	1.126.916,51	61,78	151.620,67	8,31
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	31.650.000,00	32.577.532,78	4.592.259,87	14,10	3.499.898,06	10,74

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO		VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB		0,00
16.1- FUNDEB 60%		0,00
16.2- FUNDEB 40%		0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB		642.285,65
17.1- FUNDEB 60%		400.531,75
17.2- FUNDEB 40%		241.753,90
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)		642.285,65
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)		2.857.612,41
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ((13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100)%		55,78
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100)%		0,23
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %		43,99

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE		VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS		927.532,78
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015		642.285,65

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB				
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Fevereiro 2015 (b)	%(b/a)
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)	27.590.250,00	27.590.250,00	4.190.557,15	15,19

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADADA	
			Até Fevereiro (e)	% (f) = (e/d)x100	Até Fevereiro (g)	% (h) = (g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	12.357.862,00	12.999.394,78	2.182.878,74	16,79	1.758.484,23	13,53
23.1- Creche	4.287.550,00	4.287.550,00	156.046,48	3,64	141.219,92	3,29
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.862.000,00	2.862.000,00	123.605,11	4,32	121.175,03	4,23
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.425.550,00	1.425.550,00	32.441,37	2,28	20.044,89	1,41
23.2- Pré-Escola	8.070.312,00	8.711.844,78	2.026.832,26	23,27	1.617.264,31	18,56
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.080.645,00	5.722.177,78	1.013.815,16	17,72	899.179,27	15,71
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.989.667,00	2.989.667,00	1.013.017,10	33,88	718.085,04	24,02
24- ENSINO FUNDAMENTAL	32.141.188,00	32.427.188,00	5.385.013,20	16,61	3.666.512,94	11,31
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	23.707.355,00	23.993.355,00	3.454.839,60	14,40	2.479.543,76	10,33
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	8.433.833,00	8.433.833,00	1.930.173,60	22,89	1.186.969,18	14,07
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	50.800,00	50.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	44.550.850,00	45.478.382,78	7.567.891,94	16,64	5.424.997,17	11,93



MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento
do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2015 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	701.000,60
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	36.304,86
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	642.285,65
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPO	0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURS	25.497,02
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35)	1.405.088,13
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))	4.019.909,04
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %	23,98

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADADA	
			Até Fevereiro (e)	% (f) = (e/d)x100	Até Fevereiro (g)	% (h) = (g/d)x100
40- DESP. COM APLIC. FINANC. OUTROS REC. IMPOST. VINC. AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	3.010.000,00	3.562.435,92	2.471.864,82	69,39	50.128,50	1,41
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS REC. PARA FINANC. DO ENSINO	5.569.150,00	6.076.657,44	2.802.047,15	46,51	244.114,80	4,05
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	8.527.350,00	9.587.293,36	5.273.911,97	55,01	294.243,30	3,07
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	53.130.000,00	55.117.476,14	12.841.803,91	23,32	5.719.240,47	10,39

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	739.027,49	25.497,02
46.1- Executada com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	718.037,67	25.497,02
46.2- Executadas com Recursos do FUNDEB	20.989,82	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB(h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	954.792,17	0,00
48 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	5.065.729,83	0,00
49 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	3.480.964,99	0,00
49.1 - Orçamento do Exercício	3.474.695,42	0,00
49.2 - Restos a Pagar	6.269,57	0,00
50 - (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	36.304,86	0,00
50.1 - (+) OUTRAS MOVIMENTAÇÕES	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	2.575.861,87	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Data Emissão: 01/abr/2015 **Hora de emissão:** 13h e 14m
Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

Cordilheira Alta

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO ADM. 017/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 17/2015
CONTRATO QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA
E A EMPRESA AIRTON KERBES ME, CNPJ N. 20.612.829/0001-52.
Processo ADMINISTRATIVO nº 27/2015
Edital de Pregão Presencial nº 14/2015

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Celso Tozzo, n. 27, entidade de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 95.990.198/0001-04, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Ex.mo Senhor Alceu Mazzioni, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e, como CONTRATADA a Empresa AIRTON KERBES ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Anir Zauza, n. 136, na cidade de Nova Itaberaba/SC, inscrita no CNPJ sob o n. 20.612.829/0001-52, neste ato representada por Airton Kerbes, inscrito no CPF sob o n. 733.719.550-87, em decorrência do Processo de Licitação n. 27/2015, PREGÃO PRESENCIAL n. 14/2015, mediante sujeição mútua às normas constantes no Edital em conformidade com a Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal n. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis, à proposta e às seguintes cláusulas.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1. O objeto deste contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO DESTINADO AO PROVIMENTO DOS CARGOS PÚBLICOS ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL de Pregão Presencial nº 14/2015, COMPREENDENDO TODAS AS ETAPAS PERTINENTES.

1.2. Integram este instrumento, independentemente de transcrição, o Edital e seus anexos, bem como a proposta da CONTRATADA e demais elementos constantes do Edital, aos quais as partes acham-se vinculadas.

1.3. Fazem parte deste Contrato as normas vigentes, soberanamente, instruções e ordens de serviço e, mediante termo aditivo, quaisquer modificações que venham a ser necessárias, durante sua vigência, decorrente das alterações permitidas em lei.

1.4. O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com a eficácia e a qualidade requeridas.

1.5. Ao Município cabe através da Secretaria Solicitante a fiscalização do contrato firmado;

CLÁUSULA II - DO REGIME DE EXECUÇÃO E VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

2.1. O regime será de execução direta, na modalidade menor preço unitário.

2.2. Nos preços unitários estão compreendidos todos os serviços e fornecimentos necessários à consecução do objeto, incluídos todas as despesas diretas e indiretas e tudo o mais que se fizer necessário para o perfeito desempenho dos serviços contratados, não cabendo à CONTRATANTE qualquer contribuição ou encargos, além dos previstos no citado Edital de Pregão Presencial n. 14/2015 e no presente Contrato.

2.3. É defeso à CONTRATADA ceder ou transferir no todo ou em parte o Contrato, sem estar expressamente autorizada pela CONTRATANTE. Em caso de cessão ou transferência, a mesma permanecerá solidariamente responsável com a nova CONTRATADA.

2.4 O presente contrato é oriundo da proposta vencedora do Pregão Presencial n. 14/2015.

CLÁUSULA III - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Incumbirá à CONTRATANTE:

- 3.1. Emitir Ordem de Serviço quanto ao objeto deste Contrato;
- 3.2. Fiscalizar a realização dos serviços e esclarecer as dúvidas pertinentes ao objeto;
- 3.3. Pagar o valor contratual pelo serviço de acordo com o preço acordado.
- 3.4. Assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

CLÁUSULA IV - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Incumbirá à CONTRATADA, além das obrigações estabelecidas no Edital:

- 4.1. Execução do objeto deste Contrato;
- 4.2. Fornecer os serviços na conformidade das disposições legais e contratuais com observância dos prazos estabelecidos, sendo que os mesmos deverão ser de primeira qualidade;
- 4.3. Atender às determinações da FISCALIZAÇÃO para fornecer, quando solicitado, todos os dados e elementos referentes ao objeto;
- 4.4. Ser a única responsável, perante terceiros, durante a vigência do contrato, pelos atos praticados pelos seus empregados, excluída a CONTRATANTE de quaisquer reclamações, multas ou indenizações;
- 4.5. Ser a única responsável para com seus empregados e auxiliares, no que concerne ao cumprimento da legislação trabalhista, previdência social, seguro de acidente do trabalho ou quaisquer outros encargos previstos em Lei, em especial no que diz respeito a normas de segurança do trabalho, previstas na Legislação Federal, sendo que o seu descumprimento poderá motivar a aplicação de multas por parte da CONTRATANTE ou rescisão de contrato com a aplicação das sanções cabíveis.
- 4.6. Elaboração do edital de processo seletivo de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal.
- 4.7. Elaboração de programas e bibliografia recomendadas para as provas de acordo com as indicações e orientações da Comissão do Processo Seletivo responsáveis pelos cargos em concurso.
- 4.8. Elaboração do edital de abertura de inscrições, requisitos, vagas, cargos, cronograma, programa das provas e demais informações necessárias e de interesse dos candidatos, a ser disponibilizado para impressão na internet.
- 4.9. Requerimento de inscrição via internet, destinado a colher os dados necessários para cadastramento dos candidatos.
- 5.0. Disponibilização do site para o acesso e cadastro de inscrições.
- 5.1. Formação de banco de dados, contendo as informações cadastrais dos candidatos inscritos bem como a emissão de listagens das inscrições homologadas e não homologadas (antes e após os recursos), listagens com a designação do dia, horário e local das provas das inscrições homologadas, listagens do resultado da Prova Objetiva (antes e após os recursos) e listagens de resultado final.
- 5.2. Envio dos resultados (antes e após recursos), por e-mail, à Prefeitura Municipal.
- 5.3. Elaboração das provas objetivas contendo 30 (trinta) questões de múltipla escolha, sendo 10 questões de conhecimentos gerais e 20 questões de conhecimentos específicos. Serão considerados aprovados todos os candidatos que acertarem no mínimo 60% (sessenta por cento) das questões da prova objetiva.
- 5.4. Para o cargo de Operador de Máquinas será aplicada prova prática aos candidatos aprovados na prova escrita.
- 5.5. Elaboração e impressão dos cadernos de prova salvaguardando o sigilo do material.
- 5.6. Coordenação pedagógica do trabalho das bancas elaboradoras de provas.
- 5.7. Distribuição de candidatos por local de prova.
- 5.8. Emissão de controles específicos para a realização da prova tais como listagem geral de cada local de prova, listagem de

candidatos por sala, lista de presença dos candidatos por sala contendo nome, cargo e documento de identidade.

5.9. Provimento de material, equipamentos apropriados e pessoal para coordenar a aplicação das provas.

5.10. Aplicação das provas disponibilizando todos os materiais necessários para tanto, tais como: cadernos de prova com as questões e instruções gerais para o candidato, cartões de ópticos de resposta, personalizados, com os dados cadastrais do candidato (nome, número inscrição, documento de identidade, cargo, sala, etc) e atas de ocorrência de cada sala.

5.11. Fornecimento dos gabaritos das provas para a divulgação no mural e site do Município de Cordilheira Alta até o 2º (segundo) dia útil subsequente ao da aplicação das provas objetivas.

5.12. Correção dos cartões das provas objetivas e confecção de listagens com resultados preliminares (aprovado, reprovado ou ausente) fornecimento do resultados.

5.13. Reprocessamento dos resultados em função de alterações decorrentes de recursos, se houver, com emissão das listagens finais de desempenho relativas às provas objetivas, por meio magnético.

5.14. Análise e resposta (administrativa e/ou judicialmente), sempre com previa aprovação da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, aos recursos porventura apresentados em quaisquer das etapas, fase ou provas. O recebimento será realizado de acordo com as regras a serem estabelecidas no Edital de Abertura das inscrições.

5.15. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias, contados da assinatura do instrumento contratual, para abrir o período de inscrições do processo seletivo, observados os tramites preliminares que se fizerem necessário.

5.16. O processo seletivo destina-se a contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

5.17. As inscrições dos candidatos ao processo seletivo e a geração do boleto bancário para pagamento da taxa de inscrição, serão realizados vi internet.

5.18. O cronograma das etapas do processo seletivo será definido em conjunto com a contratada, quando da elaboração do Edital de abertura das inscrições.

5.19. A contratada, ao final do processo seletivo deverá devolver ao município os seguintes materiais: folhas ópticas, atas de presença, atas de ocorrência, originais dos recursos.

5.20. A contratada deverá disponibilizar mecanismo que permita aos candidatos anotarem as respostas dadas às questões da prova objetiva.

CLÁUSULA V - DO VALOR CONTRATUAL E DO REAJUSTAMENTO

5.1. O Município pagará a Contratada a importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a prestação dos serviços previstos na cláusula I, Item 1.1.

5.2. O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

5.3. O valor contratual não será reajustado.

CLÁUSULA VI - DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado em até 30 dias após a prestação dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal.

6.2. Não haverá, em nenhuma hipótese, antecipação do pagamento.

CLÁUSULA VII - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA

7.1 O prazo para conclusão dos serviços, objeto da presente licitação, não poderá ultrapassar do dia 31/12/2015.

7.2 O presente contrato vigorará da data de sua assinatura até 31/12/2015.

CLÁUSULA VIII - PENALIDADES

8.1. O inadimplemento das obrigações contratuais pela CONTRATADA acarretará a emissão pela CONTRATANTE de comunicação expressa, através do qual se comunicará à CONTRATADA que ela não está atendendo satisfatoriamente os objetos contratados.

8.2. A reincidência de qualquer falta nas obrigações contratuais, desde que as justificativas apresentadas pela CONTRATADA não sejam aceitas pela CONTRATANTE a sujeitará a multa contratual nos seguintes termos:

a) 0,3% (três décimos por cento) do valor do contrato por dia, caso ultrapasse o prazo para início da execução do serviço, até 06% (seis por cento);

b) 0,3% (três décimos por cento) do valor do contrato por dia que exceda o prazo contratual, até 06% (seis por cento);

8.3. Em caso de inexecução total ou parcial do ajustado, a CONTRATADA estará sujeita a multa equivalente a 10% do valor do presente contrato, além de outras penalidades estabelecidas na lei;

8.4. Aplicam-se, ainda, todas as penalidades previstas na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores alterações, além daquelas estabelecidas no Edital de Pregão n. 14/2015.

CLÁUSULA IX - ALTERAÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL E CASOS OMISSOS

9.1 Os casos de alteração ou rescisão contratual e os casos omissos serão regidos pela Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA X - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão no presente exercício financeiro por conta da dotação orçamentária do projeto/atividade n 2.020 Elemento n. 339000.

CLÁUSULA XI - DO FORO

11.1. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Chapéu/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA XIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A presente licitação reger-se-á pela a Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal n. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Cordilheira Alta, SC em, 17 de março de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

AIRTON KERBES ME
Airton Kerbes

Testemunhas:

Nome: Michele Endler
CPF: 053.854.839-82

Nome: Sonia Cristina Briancini
CPF: 853.595.809-68

EXTRATO CONTRATO ADM. 018/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 18/2015

"CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA E A EMPRESA AIRTON KERBES ME - CNPJ nº 20.612.829/0001-52"

Processo Administrativo n. 44/2015

Dispensa de Licitação n. 13/2015

Contrato que entre si celebram o Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Celso Tozzo, nº 27, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 95.990.198/0001-04, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Exmo Sr. Alceu Mazzioni, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e de outro lado a Empresa AIRTON KERBES ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Anir Zauza, n. 136, Bairro Centro, Município de Nova Itaberaba, SC, inscrita no CNPJ sob o n. 20.612.829/0001-52, neste ato representada pelo Sr Airtton Kerbes, inscrito no CPF sob o n. 733.719.550-87, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei n. 8.666, de 21/06/93, demais legislações pertinentes e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada para auxiliar e assessorar a Comissão coordenadora, instituída pelo Decreto n. 101/2015, na elaboração e implementação do Plano Municipal de Educação de Cordilheira Alta.

1.2 - Fazem parte deste Contrato as normas vigentes, soberanamente, instruções e ordens de serviço, o Decreto n. 101/2015, e, mediante termo aditivo, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante sua vigência, decorrente das alterações permitidas em lei.

1.3 - O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com a eficácia e a qualidade requeridas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 - O objeto do presente contrato será realizado sob a Forma/Regime: Direta.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA pelos serviços prestados o valor mensal de R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais).

3.2 - Fica expressamente estabelecido que o valor acima ajustado inclui todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

3.3 - O pagamento será efetivado na Tesouraria da Secretaria de Finanças da CONTRATANTE ou por Ordem Bancária, sendo pago até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços mediante apresentação de nota fiscal, devidamente recebida pelo Departamento Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO

4.1 - Não haverá reajuste, nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea 'd', do inciso II, do artigo da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

5.1 - O contrato vigorará da data de sua assinatura até 31/12/2015.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente para o exercício 2015, qual seja:

Projeto Atividade n. 2.013;

Modalidade de Aplicação n. 339000;

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO

7.1 - Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes,

de acordo com as cláusulas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

12.1 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, firmamos o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor, sendo assinado o presente termo pelos signatários, representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cordilheira Alta/SC, 23 de março de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

AIRTON KERBES ME

Pela Contratada: Airtton Kerbes

Testemunhas:

Nome: Michele Endler

CPF: 053.854.839-82

Nome: Sonia Cristina Briancini

CPF: 853.595.809-68

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA RP 30/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 77/2014

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGITREO DE PREÇOS Nº 52/2014

O Município de Cordilheira Alta torna público aos interessados e em especial as Empresas detentoras de Ata de Registro de Preços nº 30/2014, que conforme disposto no Art. 65, II, "d", da Lei Federal nº 8.666/1993, e ainda, de acordo com os requerimentos e justificativas dos transportadores e parecer jurídico anexados nos autos, fica, em decorrência do aumento dos combustíveis, majorado o valor do quilômetro dos trajetos escolares, readequando, dessa forma, o equilíbrio econômico financeiro do contrato originário, nos termos da tabela abaixo.

Item	Fornecedor	Trajetos	R\$ atual do Km	Porcent.	Novo R\$ do Km
1	Tarsul Transporte e Turismo Ltda ME	14	3,61	7,95	3,90
2	De Moura Transporte e Turismo Ltda ME	13	3,70	7,95	3,99
3	Aer Tur Transportes Ltda ME	12	3,75	7,95	4,05
4	NSTur Transportes e Comércio de Veículos LTda	11	3,68	7,95	3,97
5	Agência de Viagens e Turismo Miechuanski Eirele	10	3,58	7,95	3,86
6	Transpicipinato Transportes Ltda	09	3,80	7,95	4,10
7	Agência de Viagens e Turismo Miechuanski Eirele	08	3,84	7,95	4,15
8	Aer Tur Transportes Ltda ME	07	3,73	7,95	4,03
9	Aer Tur Transportes Ltda ME	06	3,76	7,95	4,06
10	NSTur Transportes e Comércio de Veículos LTda	05	3,50	7,95	3,78
11	NSTur Transportes e Comércio de Veículos LTda	04	3,65	7,95	3,94

12	Cordilheira Transporte e Turismo Ltda ME	03	3,59	7,95	3,88
13	Aer Tur Transportes Ltda ME	02	3,69	7,95	3,98
14	Tarsul Transporte e Turismo Ltda ME	01	3,52	7,95	3,80

As demais obrigações e cláusulas permanecem inalteradas.

Publique-se no Diário Oficial dos Municípios.

Cordilheira Alta, SC, 02 de março de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Tarsul Transporte e Turismo Ltda ME

De Moura Transporte e Turismo Ltda ME

Aer Tur Transportes Ltda ME

NSTur Transportes e Comércio de Veículos LTda

Cordilheira Transporte e Turismo Ltda ME

Agência de Viagens e Turismo Miechuanski Eirele

Testemunhas:

Nome: Michele Endler
CPF: 053.854.839-82

Nome: Sonia Cristina Briancini
CPF: 853.595.809-68

Coronel Freitas

PREFEITURA

EDITAL CMDCA Nº 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

EDITAL CMDCA Nº 001/2015

O Presidente do conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO para o conhecimento dos interessados, que encontram-se aberto o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no município, no período de 06 de Abril a 03 de Junho de 2015, as inscrições poderão ser realizadas na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Rua Minas Gerais nº 361, Centro.

Íntegra do Edital e outras informações na Secretaria de Assistência Social de Coronel Freitas/SC, telefone (49) 3347-0324 e na internet, no sítio: www.coronelfreitas.sc.gov.br.

Coronel Freitas - SC, 01 de Abril de 2015

Ivonete Sordi

Presidente Municipal do CMDCA.

PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº 24 E 25/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24/2015

Contratado: CONSTRUTORA GHILHERME ARTHUR LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ATRAVES DE EMPREITADA GLOBAL PARA AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DOZOLINA MANGONI.

Valor: R\$ 53.201,50 (Cinquenta e três mil duzentos e um reais e cinquenta centavos)

Vigência: 25 de Junho de 2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 25/2015

Contratado: NUTRIVET AGROPECUARIA LTDA ME

Objeto: Aquisição de semente de aveia preta.

Valor: R\$ 52.800,00 (Cinquenta e dois mil e oitocentos reais).

Vigência: 31/12/2015

CÂMARA MUNICIPAL

003/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03 /2014

CONTRATANTE: A Câmara de Vereadores de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina ente de direito público interno com personalidade judiciária, inscrita no CNPJ sob nº. 10.561.874-0001-71, com sede na Rua Rio Grande do Norte, nº.740, centro, em Coronel Freitas /SC, por seu Presidente, Senhor DIOVANI PAGNOCELLI doravante denominado CONTRATANTE.

CONTRATADO: WINCK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 09.544.243/0001-65,

situado Rua Conde D'eu, 27 Centro da cidade de Quilombo, SC, neste denominado CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato se vincula-se ao Processo Licitatório nº 05/2014 - Tomada de Preço nº 004/2014 e à proposta vencedora, sujeitando-se o CONTRATANTE e o CONTRATADO à Lei nº 8.666/93 e subsidiariamente ao Código Civil e Código de Defesa do Consumidor, os quais passam a ser parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Contrato consiste NA EXECUÇÃO DA QUARTA ETAPA DA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CORONEL FREITAS SANTA CATARINA, COMPREENDENDO 606,28 M².

Subcláusula primeira. O prazo de execução dos serviços descritos na Cláusula Primeira é de 90 (noventa) dias corridos, a contar do quinto dia consecutivo ao do recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA.

Subcláusula segunda. O presente contrato terá vigência da sua assinatura até dia 31/12/2015.

Subcláusula segunda. Integram o presente contrato, independentemente de sua transcrição, os seguintes anexos: a) Memorial descritivo da obra; b) Projeto arquitetônico ou planimetria; c) Orçamento e cronograma físico-financeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS.

I - Do Preço:

O preço global será de R\$ 195.166,58 (cento e noventa e cinco mil cento e sessenta e seis reais e cinquenta e oito centavos), incluindo-se neles as despesas, os encargos de ordem geral, previdenciária, trabalhista, demais tributos, seguros, fretes e todas as outras necessárias à execução da obra. Os materiais empregados deverão ser de primeira qualidade.

II - Da Forma de Pagamento:

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional e parcelado conforme cronograma físico-financeiro apresentado com a proposta da CONTRATADA.

O pagamento das faturas relativas a execução de obras e serviços serão efetuados de acordo com o cronograma físico financeiro, através de medições realizadas pela fiscalização e ou órgão competente mediante apresentação da respectiva nota fiscal.

Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

A CONTRATADA apresentará fatura da etapa efetivamente executada a CAMARA, que terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos para aferição dos serviços faturados. Esta data será considerada como a do adimplemento da obrigação. Após a fatura será encaminhada para o devido pagamento em 30 (trinta) dias a contar da data de seu adimplemento. Os pagamentos não realizados no prazo serão atualizados e compensados financeiramente conforme o disposto no Art. 117 da Constituição Estadual a partir da data prevista para o pagamento até o efetivo pagamento.

O pagamento da fatura fica condicionado a apresentação por parte da contratada das guias de quitação junto ao INSS com a respectiva GFIP, dos encargos previdenciários e do FGTS relativos aos empregados da empresa na obra, relatório dos empregados na obra bem como os documentos que comprovem a contratação dos mesmos, comprovante do pagamento dos salários dos trabalhadores que estiverem atuando na obra e apresentação do Diário de Obras.

III - Do Reajustamento:

O valor do presente contrato não será reajustado, em virtude do prazo de execução ser inferior a 01(um) ano.

IV - Da Dotação Orçamentária:

Os pagamentos e as despesas decorrentes do presente Edital correrão por conta de:

Órgão 01 - Câmara de Vereadores

Unidade 01.01 - Câmara de Vereadores

Função 01.01 - Legislativa

Subfunção 031 - Ação Legislativa

Programa 0001 - Processo Legislativo

Proj./Ativ. 1.001 - Conclusão Construção da Sede Própria

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.1000 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- a) Executar os serviços cumprindo rigorosamente os projetos e memoriais, conforme estabelecido no Edital de Tomada de Preços e no presente Contrato;
- b) Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados nos locais de trabalho;
- c) Não sub-contratar e nem sub-empregar o total dos serviços ora contratados;
- d) Fornecer, sempre que solicitado pela Câmara, os comprovantes de pagamento dos empregados e o recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas;
- e) Executar os serviços discriminados, obedecendo rigorosamente as especificações e as normas pertinentes em vigor;
- f) Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços, devendo os materiais a ser empregados receber prévia aprovação da fiscalização da Câmara, o qual se reserva o direito de rejeita-los caso não satisfaçam os padrões especificados;
- g) Fornecer todo o material e equipamentos necessários a perfeita execução dos serviços a serem contratados;
- h) Não retirar qualquer material da obra, usado ou não, exceto entulhos, sem autorização por escrito;
- i) Responsabilizar-se por todas as demolições e remoções necessárias e pelas instalações, recomposições e deslocamentos de tubulação existentes porventura danificadas durante a execução dos serviços;
- j) Manter durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;
- k) Efetuar o pagamento das despesas referentes taxas e registros em órgãos públicos e cópias dos projetos necessários a obra;
- l) Confeccionar e colocar placa na obra conforme modelo a ser fornecido pela Câmara;
- m) Apresentar junto com a primeira fatura dos serviços, cópia matrícula da obra ou serviço, perante o INSS;
- n) Apresentar junto as parcelas intermediárias, os comprovantes de pagamentos dos empregados e o recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas;
- o) Apresentar quando do recebimento do Termo de Recebimento Definitivo a Certidão Negativa de Débito do INSS, referente a matrícula acima mencionada;
- p) Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou RRT do profissional responsável pela obra;
- q) Responder pela instalação e manutenção dos serviços especializados em segurança, higiene e medicina do trabalho, relativo ao número de trabalhadores na obra;
- r) Iniciar os serviços no prazo estipulado na subcláusula primeira da Cláusula Primeira deste Contrato, respeitando o cronograma de entrega.

1) Permitir que os prepostos do Câmara inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços;

a) Manter o preposto, aceito pela Administração, no local da obra, para representá-lo na execução do contrato, nos termos do art. 68, da Lei 8.666/93;

b) O presente contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a CONTRATADA colocar a

serviço.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO.

São obrigações da Câmara:

Efetuar o pagamento das despesas decorrentes da publicação deste instrumento contratual;

Efetuar o pagamento nos prazos estipulados neste Contrato, de acordo com a sistemática e procedimentos constantes da Cláusula Segunda deste contrato;

Designar a Comissão de Vistoria para o recebimento da obra;

Efetuar a retenção de 11% (onze por cento) sobre o valor bruto dos serviços contidos na nota fiscal, fatura ou recibo em nome da CONTRATADA em conformidade com as disposições e emanadas do INSS;

Fiscalizar desde o início até a aceitação definitiva a execução da obra ora contratada.

Transmitir por escrito determinações sobre possíveis modificações; Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

Modificar e rescindir unilateralmente o termo de contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA.

Fiscalizar o cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e higiene do trabalho.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO VINCULADO

A Câmara efetuará o pagamento pela prestação dos serviços, nas datas e condições estabelecidas neste instrumento contratual, após a apresentação de comprovantes, pela CONTRATADA, do pagamento dos salários dos trabalhadores que estiverem atuando no Município, das contribuições para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e Previdência.

O pagamento da fatura fica condicionado a apresentação por parte da contratada das guias de quitação junto ao INSS com a respectiva GFIP, dos encargos previdenciários e do FGTS relativos aos empregados da empresa na obra, relatório dos empregados na obra bem como os documentos que comprovem a contratação dos mesmos, comprovante do pagamento dos salários dos trabalhadores que estiverem atuando na obra e apresentação do Diário de Obras.

CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser alterado:

a) unilateralmente pela Câmara ou por acordo entre as partes, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

b) no caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como na superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados e que impliquem na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO PARCIAL E FINAL DA OBRA.

Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições, serão recebidos provisoriamente pela fiscalização responsável pelo acompanhamento da obra, que lavrará o Termo de Recebimento Provisório. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias, a Comissão de Vistoria fará a inspeção na obra, e se a mesma estiver em perfeitas condições e a CONTRATADA tiver atendido as correções porventura observadas pela fiscalização por ocasião da elaboração do Termo de Recebimento Provisório, será expedido, pela referida Comissão, o Termo de Recebimento Definitivo.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

É admissível recurso em relação às obrigações dela decorrentes, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar de intimação do ato, nos termos do art. 109, incisos e parágrafos, da Lei Federal n. 8666/93.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

No caso de atraso na execução do Contrato, a CONTRATADA ficará sujeita as seguintes penalidades:

Advertência.

a) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da parcela mensal, por dia, quando os serviços não tiverem o andamento previsto no cronograma. Caso haja recuperação no cronograma de entrega dos serviços no prazo previsto, os valores dessas multas serão devolvidos a CONTRATADA mediante requerimento.

b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do Contrato, por dia que exceder o prazo para conclusão dos serviços.

No caso de rescisão contratual, a CONTRATADA ficará sujeita as seguintes penalidades:

a) Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, por inexecução total;

b) Multa de 10% (dez por cento) do valor não executado do contrato, por inexecução parcial;

c) Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 12 meses;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Câmara de Vereadores, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO.

I - O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito pelos motivos previstos nos artigos 77, 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS.

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto deste contrato sem o consentimento prévio da CÂMARA, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

II - Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato, serão formalizados por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

III - A fiscalização aludida neste Contrato, não implicará qualquer responsabilidade executiva por parte da CÂMARA, nem exoneração da CONTRATADA no cumprimento de qualquer responsabilidade aqui assumidas.

IV - Os casos omissos a este Contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria a Lei 8.666/93, complementada pela Lei 8.883/94 e alterações posteriores.

V - Ficam fazendo parte integrante do presente, independentemente de transcrição as condições fixadas no Edital de Tomada de Preços no 04/2014.

VI - O presente será juntado nos autos do processo administrativo específico, bem como no mesmo, serão registrados todas as ocorrências e decisões administrativas.

VII - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela Lei.

VIII - A CÂMARA rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

IX - Os casos de má qualidade ou defeito de produtos ou serviços serão acusados e regulados pelo disposto na Lei 8.078, de

11/09/90.

X - A afirmação falsa ou enganosa, omissão sobre a natureza, característica, qualidade, quantidade, segurança, desempenho, durabilidade, preço ou garantia dos produtos ou serviços, tipificação crime conforme o disposto no art. 18 e as do art. 66, da Lei 8.078/90.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da execução deste termo contratual, fica eleito o Foro da Comarca de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

E, por estarem assim justos e acordes, firmam o presente juntamente em três vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Coronel Freitas SC, em 15 de dezembro de 2014.

DIOVANI PAGNOCELLI

Presidente

FABIANO WINCK

026.254.649-33

Visto e aprovado;

Testemunhas:

1 _____
CPF:

2 _____
CPF:

004/2014

ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º004/2014

Contrato de prestação de serviços, que entre si celebram a Câmara Municipal de Coronel Freitas e a Empresa Claro Empresas-regional PR/SC.

Pelo presente instrumento, a CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS-SC, situada na Rua Rio Grande do Norte, representada neste ato por seu Presidente, Sra. Isaura Cândida Provin, portadora do RG nº 12C3373925, inscrito no CPF sob o nº 02757993950, residente e domiciliada na Rua Duque Caxias, nº 371, Coronel Freitas-SC, e a empresa CLARO S.A. situada na Rua Flórida, nº 1970, cidade Monções, SP, CNPJ nº 40.432.544/0001-47 neste ato representada por seu Gerente de Contas André Alberto Favaretto, portador do RG nº 2.231.353 e inscrito no CPF sob nº 037.092.889-08, doravante denominada, Contratada, têm entre si ajustado o presente Contrato de prestação de serviços, em conformidade com a licitação modalidade PREGÃO Nº 01/2014 nos termos da Lei Federal n.º 10.520/02 e suas alterações posteriores, observando-se supletivamente os procedimentos do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução ANATEL nº 477 de 07 de Agosto de 2007 e demais normas e condições constantes deste instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1.- O objeto deste contrato é a prestação de serviço de telefonia móvel celular pela Contratada à Contratante, do Serviço Móvel Pessoal (SMP), plano digital pós-pago, a ser executado de forma contínua, com fornecimento de aparelhos telefônicos móveis em regime de comodato, conforme descrições exigidas no Edital de PREGÃO Nº 001, bem como na proposta da contratada.

1.2 - As despesas com o objeto do presente Contrato correrão por

conta da dotação própria da Casa Legislativa Municipal, elemento de despesa - 2.001.3390.00 - Manutenção da Câmara de Vereadores.

1.3. - Em nome do princípio da portabilidade, a licitante vencedora (ora contratada) fica obrigada a manter todos os números de telefones móveis já existentes na estrutura da licitada (ora contratante), a exemplo dos números dos Edis, dos assessores e demais servidores que compõem a estrutura administrativa nesta Casa, sem qualquer ônus para esta, caso esta seja a vontade da contratante.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os serviços serão prestados diretamente pela CONTRATADA, vedada a transferência ou subcontratação, total ou parcial, exceto se previstas neste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O presente contrato poderá sofrer acréscimos ou reduções de até 25% (vinte e cinco por cento), a partir das quantidades de linhas do lote constante do Anexo I do Edital da Tomada de Preços N.º001, a critério da CONTRATANTE e mediante aviso formal à CONTRATADA. Desde que acordado entre as partes, as supressões poderão exceder o percentual estabelecido neste parágrafo.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fica entendido que, efetuados os acréscimos previstos no parágrafo anterior, o novo valor mensal pactuado não poderá ultrapassar em 25% o valor mensal inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - Entende-se como VALOR MENSAL ATUALIZADO, o valor mensal inicial do contrato acrescido de eventual re-equilíbrio e das repactuações porventura concedidas, desconsiderando os acréscimos ou supressões previstos nesta Cláusula.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

2.1. - O fornecimento deverá ser realizado em atendimento ao disposto no edital em seu Anexo I, na proposta vencedora da licitação, na ATA da sessão de julgamento e nessa minuta de contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

3.1 - Os preços a serem praticados pela CONTRATADA na prestação dos Serviços, objeto do presente contrato, são aqueles ofertados na proposta vencedora da sessão pública do Pregão Nº001/2014, conforme Planilhas de Preços, transcrita abaixo:

Item	Descrição	Valor R\$
01	11 Mensalidades Linhas de Celular	33,00
02	11Assinaturas Tarifa Zero Locais 1VC1	44,00
03	11 Serviços de Gestão On Line	53,90
04	Consumo estimado de 1.500 minutos para chamadas Locais VC1(On-Net, off-net e Fixo) compartilhados entre todos os acessos ativos no CNPJ da Câmara	360,00
05	Consumo estimado de 100 minutos para chamada VC2(Off Net) compartilhados entre todos os acessos ativos no CNPJ da Câmara	102,00
06	Consumo estimado de 100 minutos para chamadas VC2(On-Net) compartilhados entre todos os acessos ativos no CNPJ da Câmara	21,00
07	Consumo estimado de 100 minutos para chamadas VC2(Fixo) compartilhados entre todos os acessos ativos no CNPJ da Câmara	56,00
08	Consumo estimado de 100 minutos para chamadas VC3(Off-Net) compartilhados entre todos os acessos ativos no CNPJ da Câmara	102,00
09	Consumo estimado de 200 minutos para chamadas VC3(On-Net) compartilhados entre todos os acessos ativos no CNPJ da Câmara	42,00
10	Consumo estimado de 200 minutos para chamadas VC3(Fixo) compartilhados entre todos os acessos ativos no CNPJ da Câmara	112,00

	Consumo estimado de 200 SMS(Torpedo) compar-tilhados entre todos os acessos ativos no CNPJ da Câmara	
11		60,00
11	05 Pacote de internet 100mb ilimitado	99,50
12	TOTAL MÁXIMO GLOBAL MENSAL	1.074,40

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Nos preços fixados, estão incluídas todas as despesas necessárias à plena execução dos serviços e todos os encargos incidentes sobre o serviço.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS:

4.1 - Os valores dos preços telefônicos, cujos serviços correspondentes estejam compreendidos no contrato, poderão ser reajustados em decorrência de autorização da ANATEL, mediante aplicação dos índices ou percentuais divulgados por esta.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: o preço mensal será mantido fixo durante o período da contratação, ressalvada a previsão contida no art. 65, II, "d", da Lei 8.666/93, relativamente à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: a possibilidade de repactuação ou de reajuste do contrato deverá observar, contudo, o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data de apresentação da proposta ou, no caso de ocorrência reincidente, da data da última repactuação, salvo expressa disposição legal em sentido diferente.

PARÁGRAFO TERCEIRO: caberá à CONTRATADA efetuar os cálculos referentes à repactuação desejada e, por meio de ofício à CONTRATANTE, acompanhado de nova planilha de preços, solicitar a adequação de preço reputada necessária.

PARÁGRAFO QUARTO: Na hipótese de majoração de preços decorrente de reajuste, a CONTRATANTE se obrigará ao pagamento dos novos valores a partir da data de sua vigência, respeitado o interregno de 1 (um) ano, independente da celebração de termo aditivo ou de novo contrato.

PARÁGRAFO QUINTO: Ocorrendo o reajuste autorizado de preços, deverá a CONTRATADA encaminhar à CONTRATANTE o novo Plano de Serviços (Básico ou Alternativo) em que se baseou sua proposta, para que a CONTRATANTE proceda à correta fiscalização do contrato, levando em conta o(s) desconto(s) ofertado(s).

PARÁGRAFO SEXTO: Caso seja determinada a redução dos preços pela ANATEL, ficará a CONTRATADA, de igual modo, obrigada a repassá-la à CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA - VALOR DO CONTRATO

5.1 - O valor total deste Contrato é de R\$ 12.892,80 (Doze mil oitocentos e noventa e dois Reais, com oitenta centavos); incluídas as despesas com impostos e demais encargos incidentes sobre o objeto deste contrato. Valor Global da proposta para os 12 meses de vigência deste contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os preços são irrevogáveis, não incidindo sobre eles quaisquer reajustes no período de 12 (doze) meses da data de apresentação da proposta de preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento mensal da despesa será realizado pela CONTRATANTE por meio de quitação bancária (por meio eletrônico) ou crédito em conta corrente bancária declarada pela CONTRATADA, que deverá apresentar, mensalmente, Nota-Fiscal Fatura de Serviços de Telecomunicações para liquidação e pagamento da despesa, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, antes do dia de vencimento mensal pactuado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A contratante poderá efetuar contestação dos débitos constantes da Nota Fiscal-Fatura de Serviços de Telecomunicações, nos termos do Regulamento de Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução ANATEL e deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Contestado o débito objeto da Nota Fiscal-Fatura de Serviços de Telecomunicações, será emitida nova

nota fiscal do débito remanescente, se houver, para pagamento na data nesta apazada.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Constatado ser devido o débito contestado, será o valor incluído na nota fiscal-fatura do próximo mês, acrescido de multa e juros pertinentes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1 - O presente contrato terá o prazo de vigência pelo período de 12 meses, contados a partir da assinatura deste termo, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - A despesa com a execução deste contrato correrá, à conta da Dotação Orçamentária 2001, Elemento 33903958, neste exercício financeiro, e nos exercícios subsequentes à conta da dotação correspondente a aquele ano.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 - Compete à CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento à empresa contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no contrato;
- b) assegurar-se da boa prestação e do bom desempenho dos serviços, através de acompanhamento feito por servidor devidamente nomeado para a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à empresa contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma;
- c) proporcionar à empresa contratada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados, prestando as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;
- d) permitir o livre acesso dos empregados da contratada às instalações da contratante, sempre que se fizer necessário, exclusivamente para prestação dos serviços;
- e) exigir o imediato afastamento e substituição de qualquer empregado ou preposto que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a fiscalização, que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício da função que foram atribuídas;
- f) assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais prestadoras de serviços, objeto da contratação, de forma a garantir que aqueles continuem a ser os mais vantajosos para a Administração;
- g) controlar as ligações realizadas e documentar as ocorrências;
- h) solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação dos preços vigentes na data da emissão das contas telefônicas;
- i) emitir pareceres sobre os atos relativos à execução do contrato, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços, à exigência de condições estabelecidas nas especificações e à aplicação de sanções;
- j) rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com este contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 - Compete à CONTRATADA:

- a) A contratada ficará obrigada a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo, nos termos do Inciso XIII do art. 55 da Lei Federal 8.666/93.
- b) Iniciar a prestação dos serviços em até 30 (trinta) dias, após a assinatura deste contrato;
- c) Fornecer os aparelhos móveis, na forma de comodato, que permitirão acesso ao serviço contratado, que possuam atualização tecnológica compatível com os serviços a serem prestados e de aparelhos comercializados na data da licitação e, na data de cada renovação contratual, caso venha ocorrer, disponibilizando ainda os serviços de Identificador de Chamadas, em todos os acessos,

com configuração mínima conforme segue:

Quantidade: 11 (onze) aparelhos - 11 (onze) linhas telefônicas

Agenda com no mínimo 250 registros;
Câmera digital integrada de 8 a 12 megapixels;
Sistema de GPS;
Aplicativos Java;
Memória Interna de 8 GB com possibilidade de expansão até 32 Gb;
Cartão Micro SD 1 Gb;
Tela Colorida com alta resolução;
Gravação, reprodução de áudio e vídeo;
MP3 Player;
Relógio, Alerta Vibratório, Despertador, Calculadora, Calendário, Conversor de Unidades;
Identificador de chamadas; SMS - mensagem de texto; MMS - mensagem multimídia;
Viva voz integrado;
Navegador e Internet;
WI-FI;
Bluetooth;
Carregador Bivolt;
Bateria.

d) Na hipótese de roubo ou furto de qualquer aparelho utilizado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá providenciar a sua reposição em até 05 (Cinco) dias úteis a partir da apresentação do Registro de Ocorrência Policial;

e) Na hipótese de perda do aparelho ou de danos causados pelo uso indevido, comprovado por laudo do fabricante ou da Assistência Técnica autorizada da rede credenciada, a CONTRATANTE se responsabilizará:

pelo reembolso do valor de mercado do aparelho em comodato ou similar, ou pelo custo de reparo (o menor dentre os dois valores) na data da ocorrência, mediante crédito em conta indicada pela CONTRATADA;

O valor de mercado do aparelho será o menor preço encontrado em pesquisa de preços realizada pela CONTRATANTE em pelo menos três lojas autorizadas e/ou credenciadas pelo fabricante do aparelho, inclusive considerando quaisquer descontos promocionais acessíveis aos demais consumidores;

A CONTRATADA deverá providenciar a reposição do aparelho em até 05 (Cinco) dias úteis, contados da data da comunicação da ocorrência de perda, ou da emissão de laudo do fabricante ou da Assistência Técnica autorizada da rede credenciada;

f) A partir da comunicação pela CONTRATANTE de roubo, furto ou perda do aparelho, a CONTRATADA se responsabilizará pelo imediato bloqueio da linha, não cabendo à CONTRATANTE o pagamento de quaisquer serviços contratados que porventura venham a ser utilizado indevidamente após a comunicação;

g) A CONTRATADA substituirá os aparelhos, às suas expensas, sempre que ocorrerem evoluções tecnológicas que exijam sua substituição, sem alteração do número da linha e sem redução das características mínimas elencadas no item 10.1 c);

h) Os aparelhos que apresentarem defeitos não decorrentes do mau uso serão encaminhados à CONTRATADA para manutenção;

i) Os aparelhos em manutenção devem ser consertados em até 30 (trinta) dias a contar do seu recolhimento, período no qual a contratada deve disponibilizar e habilitar, imediatamente, com o mesmo número, outro aparelho, como substituto, de forma a não gerar interrupção do serviço;

1. Caso o prazo de manutenção não seja cumprido, a substituição dos aparelhos torna-se definitiva;

2. Se comprovado, por ambas as partes, que o defeito não foi ocasionado por mau uso, o reparo ou substituição do aparelho não pode representar nenhum ônus para a CONTRATANTE.

l) Não haverá limite de substituição de aparelhos com defeitos não decorrentes do mau uso que não forem consertados dentro

do prazo;

m) Em qualquer caso de substituição de aparelhos que não se enquadre no especificado nos itens anteriores, o custo será arcado pela CONTRATANTE;

n) Disponibilizar consultor e fornecer número telefônico para receber solicitações, dúvidas e reclamações sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas e 7 (sete) dias por semana, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE;

o) Fornecer todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento dos aparelhos móveis;

p) Caso ocorra a renovação do Contrato, a CONTRATADA deverá substituir os aparelhos com mais de 18 (dezoito) meses de uso pela CONTRATANTE, às suas expensas, por modelos atualizados, e sem redução das características mínimas elencadas no item 10.1 c), a critério da CONTRATANTE, exceto aqueles que porventura tenham sido substituídos por motivos de evoluções tecnológicas, no prazo inferior aos 12 (doze) meses que antecederam a renovação do Contrato.

q) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE em até 48 (quarenta e oito) horas, por meio de um consultor designado para acompanhamento do contrato;

r) Aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93;

s) Levar, imediatamente, ao conhecimento da CONTRATANTE, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;

t) Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas por meio do serviço desta contratação, salvo nas hipóteses previstas em lei;

u) Prestar o serviço, objeto desta contratação, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas e devidamente autorizados pela Anatel;

v) Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço;

w) Garantir a realização de chamadas para o Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, Serviço Móvel Pessoal - SMP e Serviço Móvel Especializado - SME;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - Durante o período de vigência, este Contrato será acompanhado e fiscalizado pelo Gestor da Contratante, ou por servidor designado por este, devendo:

a) promover a avaliação e fiscalização deste instrumento;

b) atestar as notas fiscais, nos termos contratados, para efeito de pagamento;

c) emitir pareceres em todos os atos da CONTRATANTE relativos à execução deste Contrato, solicitando aos servidores de seu quadro as providências pertinentes com suas atribuições, possibilitando a adoção das medidas convenientes;

d) documentar as ocorrências havidas em registro próprio, firmado juntamente com o preposto da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1 - O descumprimento total ou parcialmente deste termo de contrato, ensejará aplicação das sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, obedecidos os critérios abaixo:

12.1.1 - advertência - para comunicação formal, ao fornecedor, sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

12.1.2 - multa - observados os seguintes limites máximos:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de

atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
b) 5% (cinco por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento de cláusulas do da do Instrumento Convocatório, da Ata de Registro de Preços ou do contrato;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias;

12.1.3 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

12.1.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

12.2 - O valor das multas aplicadas, deverá ser recolhido à CONTRATANTE no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data da notificação, podendo ainda, ser descontado das Notas Fiscais e/ou Faturas por ocasião do pagamento, como também cobrado administrativamente ou judicialmente se julgar conveniente.

12.3 - As penalidades de advertência e multa serão aplicadas de ofício ou por provocação dos órgãos de controle.

12.4 - A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções restritivas de direitos.

12.5 - As sanções previstas nesta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, exceto para os casos de aplicação da declaração de inidoneidade, quando o prazo para apresentação de defesa será de 10 (dez) dias.

12.6 - Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito,

12.7 - Iniciado o processo de multa, caso o fornecedor não tenha nenhum crédito para pagamento em seu favor para o devido desconto, não será efetivado nenhum pagamento até que a Contratada comprove a quitação da penalidade aplicada.

12.8 - A CONTRATANTE é competente para aplicar, nos termos da Lei Federal 8.666/93, as penalidades de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

12.9 - As multas estipuladas no item 12.1 serão aplicadas nas demais hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas.

12.10 - A critério da Administração poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega do material for devidamente justificado pela firma e aceito pela CONTRATANTE, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA- TERCEIRA - RESCISÃO

13.1 - Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente total ou parcialmente nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei federal n.º 8.666/93, e amigavelmente nos termos do art. 79, inciso II, combinado com o art. 78 da mesma Lei.

13.2 - Na hipótese da rescisão prevista no art. 77 da Lei federal 8.666/93, ser procedida por culpa da CONTRATADA, fica a CONTRATANTE autorizada a aplicar as penalidades previstas na Cláusula Décima Segunda deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA- QUARTA - DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

14.1 - A prestação dos serviços ora contratados obedecerá ao estipulado neste instrumento (Edital Pregão Presencial nº 001), Decreto nº 11.553 de 08 de Junho de 2004 (que regulamenta a modalidade de licitação pregão), Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002; e, Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, observando-se supletivamente os procedimentos do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução

ANATEL nº 477 de 07 de Agosto de 2007.

CLÁUSULA DÉCIMA - QUINTA - PUBLICAÇÃO

15.1 - Será publicado o resumo deste contrato, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - SEXTA - FORO

16.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Coronel Freitas-SC para dirimir quaisquer questões oriundas da execução deste Contrato. E por estarem de acordo, Contratante e Contratada assinam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

Coronel Freitas-SC, 12 de janeiro de 2015

Pelo Contratante

Pela Contratada

Testemunhas:

Nome
CPF

Nome
CPF

Coronel Martins

PREFEITURA

DECIMO PRIMEIRO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO N. 001/2013, HOMOLOGADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 062, DE 15 DE ABRIL DE 2014.

DECIMO PRIMEIRO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO N. 001/2013, HOMOLOGADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 062, DE 15 DE ABRIL DE 2014.

Dirceu Favretto, Prefeito Municipal do Município de Coronel Martins-SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, inciso IX do artigo 94 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Complementar nº 034, de 27 de agosto de 2013, faz saber a todos, que fica convocado a se apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, às 08h00min, no dia 04 de maio de 2015, para a nomeação, posse e exercício de cargo de provimento efetivo do Poder Executivo Municipal, o seguinte candidato e respectivo cargo classificado no supramencionado concurso público:

Cargo	Nome	Classificação
MOTORISTA	PAULO ROBERTO DA SILVA	8º

O candidato supra relacionado deverá apresentar-se até o dia 30 de abril de 2015, junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, cópia acompanhada dos originais dos seguintes documentos:

1. Carteira de Identidade;
2. Cadastro de Pessoa Física - CPF;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de quitação eleitoral;
5. Certidão de Nascimento ou Casamento;
6. Certidão de Nascimento de filhos menores (se houver);
7. Quitação com o Serviço Militar (sexo masculino);
8. 02 (duas) fotos 3 x 4 recentes;
9. Número de Inscrição no PIS/PASEP;
10. Carteira de Trabalho - CTPS;
11. Diploma ou Certificado de Conclusão fornecido por instituição de ensino, comprovando a escolaridade exigida para o cargo;
12. Registro do respectivo Conselho Regional (para cargos de profissão regulamentada);
13. Carteira Nacional de Habilitação (para cargos exigíveis);
14. Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo;
15. Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Foro do domicílio do candidato;
16. Declaração negativa de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em Lei;
17. Conta Bancária (Bancos: Brasil, ou CEF...);
18. Declaração de bens e fontes de rendas;
19. Declaração de dependentes junto ao INSS;
20. Declaração de ter ou não sofrido, nos últimos 05 (cinco) anos contados da data de 06 de novembro de 2013, no exercício da função pública, penalidade disciplinar de demissão do serviço público.

Com relação ao documento previsto no item 14 (atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo), o candidato deverá comparecer junto a Secretaria Municipal de Saúde do município de Coronel Martins localizado na Rua Araranguá, nº 51, centro,

Coronel Martins/SC, telefone nº (49) 3459-0014, no dia 14 de abril de 2015, às 08:00 horas, o qual será atendido para realização de consulta médica, a ser realizado por profissional contratado pelo município para tal fim, o qual poderá solicitar os exames necessários para verificar a aptidão do paciente, cujos exames ficarão a cargo de cada candidato.

A não apresentação da documentação relacionada até o prazo estabelecido implicará na exclusão do candidato aprovado e convocado.

Caso o candidato, por qualquer motivo, não possa assumir o cargo desta convocação, poderá solicitar, desde que o faça por escrito, a sua reclassificação para o último lugar dos classificados para o mesmo cargo.

O candidato empossado e nomeado entrará em exercício iniciando-se o estágio probatório conforme disposições legais vigentes. O local de trabalho será indicado quando da entrada em exercício e não gera direito à estabilidade em relação àquele setor/órgão/local, podendo ser remanejado conforme a necessidade da Administração e no interesse público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins-SC,
em 01 de abril de 2015

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 068 DE 31 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 068 DE 31 DE MARÇO DE 2015.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, o Servidor Público Municipal abaixo nominado ocupante do Cargo em Comissão, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário com contribuição para o Regime Geral da Previdência Social, a partir de 31 de março de 2015.

Nome	Cargo
Marcos Cezar Pozzer	Sec. Mun. Da Administração, Planejamentos e Finanças

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 31 de março de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 069 DE 31 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 069 DE 31 DE MARÇO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a Servidora Pública Municipal abaixo nominada ocupante do Cargo em Comissão, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário com contribuição para o Regime Geral da Previdência Social, a partir de 31 de março de 2015.

Nome	Cargo
Marivânia de Oliveira Silva	Assessora de Secretaria

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 31 de março de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 070 DE 31 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 070 DE 31 DE MARÇO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a Servidora Pública Municipal abaixo nominada ocupante do Cargo em Comissão, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário com contribuição para o Regime Geral da Previdência Social, a partir de 31 de março de 2015.

Nome	Cargo
Sandra Mara Bolzan	Diretora Geral de Assistência Social

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 31 de março de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 071 DE 31 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 071 DE 31 DE MARÇO DE 2015.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, o Servidor Público Municipal abaixo nominado ocupante do Cargo em Comissão, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário com contribuição para o Regime Geral da Previdência Social, a partir de 31 de março de 2015.

Nome	Cargo
Evandro Belatto	Chefe de Gabinete

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 31 de março de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra

ANDRIUS ANTONIO MAY
Coordenador do Controle Interno

DECRETO Nº 072, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 072, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor Marcos Cezar Pozzer para o respectivo Cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Gabinete, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário com contribuição para o Regime Geral da Previdência Social, conforme Lei Complementar Municipal 34/2013, de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 01 de abril de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ANDRIUS ANTONIO MAY
Coordenador do Controle Interno

DECRETO Nº 073, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 073, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor Evandro Belatto, para o respectivo Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal da Administração, Planejamento e Finanças, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário com contribuição para o Regime Geral da Previdência Social, conforme Lei Complementar Municipal 34/2013, de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 01 de abril de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 074, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 074, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Sandra Mara Bolzan, para o respectivo Cargo de Provimento em Comissão de Diretora Geral de Convênios, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário com contribuição para o Regime Geral da Previdência Social, conforme Lei Complementar Municipal 34/2013, de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 01 de abril de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 075, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 075, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Marivania de Oliveira Silva para o respectivo Cargo de Provimento em Comissão de Diretora Geral Serviços de Saúde Preventiva, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário com contribuição para o Regime Geral da Previdência Social, conforme Lei Complementar Municipal 34/2013, de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 01 de abril de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS

EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR
ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

O Município de Coronel Martins - SC, TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições para a escolha dos conselheiros tutelares para atuarem no conselho tutelar do município de Coronel Martins - SC no quadriênio 2016 à 2020. Demais informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 3459-0011,

Coronel Martins (SC), 02 de Abril de 2015.

RUDINEI SMANIOTTO
Presidente do CMDCA

PORTARIA Nº. 050 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº. 050 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e

referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 17/04/2015 à 16/05/2015.

Nome	Cargo	Referência
Avenir Cecatto	Vigia	06/03/2014 à 05/03/2015

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 01 de abril de 2015
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

Correia Pinto

PREFEITURA

EDITAL 01/2015 CMDCA

Edital CMDCA nº 001/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Correia Pinto.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 12 de março de 2015, em sua sede localizada na Avenida Vitória Régia nº 500, bairro Pró-Flor, neste município, e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e nos arts. 31 e ss. da Lei Municipal 1632/2010 de 26 de novembro de 2010, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Correia Pinto, e dá outras providências.

1 Do Cargo e das Vagas

1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

2.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2 Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 1632/2010, é assegurado o direito a:

I - vencimento de R\$ 1.776,88 (um mil e setecentos e setenta e seis reais e oitenta e oito centavos), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - cobertura previdenciária;

III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - licença-maternidade;

V - licença-paternidade;

VI - gratificação natalina.

2.2. Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.5 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis,

funcionando das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

2.5.1 Plantão noturno das 17h30 às 8h00 do dia seguinte.

2.5.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.5.3 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

3. Do Processo de Escolha

3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 13/04/2015 a 03/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (13:00 às 19:00), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, localizada na Avenida Vitória Régia, nº 500, bairro Pró-Flor, neste município.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição: I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II - idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;

III - residir no município, demonstrada por comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste Edital;

IV - conclusão de ensino médio, comprovada através de Diploma de Conclusão do Ensino Médio;

V - reconhecida experiência de no mínimo 2 (dois) anos na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, que poderá ser comprovada da seguinte forma:

a) declaração fornecida por entidade cadastrada no CMDCA;

b) declaração emitidas por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente

c) registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente;

VI - aprovação na prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente.

3.1.2.1 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.1.2 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.3 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.4 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 12/06/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, e no sítio www.correiapinto.sc.gov.br para ciência pública.

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 15/06/2015 a 19/06/2015, no horário de atendimento ao público (13:00h às 19:00h), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.2.2.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 29/06/2015 a 03/07/2015, no horário de atendimento ao público (13:00h às 19:00h), na sede do Conselho

Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.2.2.2 A comissão eleitoral terá o período de apresentará resposta quanto às impugnações até o dia 10/07/2015.

3.2.3 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 14/08/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca e no sítio www.correiapinto.sc.gov.br, após a aplicação da prova que será realizada no dia 26/07/2015.

3.2.4 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

3.3 Da Propaganda Eleitoral

3.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.3.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.3.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.3.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

3.3.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.3.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.3.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.3.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de

propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

3.4 Da Eleição

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 08:00h às 17:00h, no seguinte local: Escola de Educação Básica Nossa Senhora dos Prazeres, localizada na rua João Nunes do Amaral, nº 1.130, Centro, neste município.

3.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.4.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.4.6 O eleitor votará uma única vez em apenas um candidato na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

3.5 Do Voto

3.5.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.5.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.5.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

3.6 Da Cédula Oficial

3.6.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.6.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.6.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

3.7 Das Mesas Receptoras

3.7.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros

escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.7.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.2.3 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.7.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos: I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.7.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

3.8 Da Apuração

3.8.1 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.8.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.8.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.8.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3.8.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da Infância e da Juventude de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição.

3.8.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado no dia 05/10/2015, afixado na Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, e no Diário Oficial do Município, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos

recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 1632/2010 de 26 de novembro de 2010, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Correia Pinto, 01 de abril de 2015.

NELCI CAMARGO DOS SANTOS BRANCO

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO

Anexo I Cronograma

Publicação do Edital	02/04/2015
Prazo para inscrição	13/04/2015 a 03/06/2015
Análise das inscrições	05/06/2015 a 11/06/2015
Publicação da relação preliminar dos candidatos	12/06/2015
Impugnação da candidatura	Até 5 dias da data da publicação dos candidatos
Notificação dos candidatos para defesa	22/06/2015 a 26/06/2015
Prazo para oferecer defesa contra o indeferimento de inscrição	29/06/2015 a 03/07/2015
Decisão das impugnações	10/07/2015
Interposição de recursos	13/07/2015 a 17/07/2015
Aplicação da prova	26/07/2015
Interposição de recursos na prova aplicada	27/07/2015 a 31/07/2015
Publicação dos candidatos aprovados	14/08/2015
Eleição, apuração e resultado	04/10/2015
Divulgação do resultado final	05/10/2015
Posse dos Eleitos	10/01/2016

Anexo II

FICHA DE INSCRIÇÃO DO CANDIDATO A ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

NOME: _____

CPF: _____

RG: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____

CELULAR: _____

DAS CONDIÇÕES GERAIS

O candidato DECLARA, para os devidos fins, que têm pleno e integral conhecimento e concorda expressamente com todos os termos e condições estabelecidas no EDITAL Nº 001/2015 PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE CORREIA PINTO/SC e demais documentos, legislações (em especial a Lei Municipal nº 1.632/2010 e a Lei Federal nº. 8.069/90 - ECA) a ele relacionados.

O preenchimento e entrega da presente ficha de inscrição não confere nem tampouco garante ao candidato direito a participar do processo eleitoral, ficando o mesmo integralmente sujeito ao cumprimento de todos os termos e condições estabelecidas do EDITAL Nº 001/2015 PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE CORREIA PINTO/SC e demais documentos, legislações (em especial a Lei Municipal nº 1.632/2010 e a Lei Federal nº. 8.069/90 - ECA).

O candidato deverá apresentar todos os documentos exigidos pelo EDITAL PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE CORREIA PINTO/SC, e abaixo relacionados, sob pena de impedimento no recebimento da inscrição ou no seu imediato cancelamento.

() Cópia do RG

() Cópia do CPF

() Cópia da certidão de nascimento/casamento atualizado

() Comprovante de residência dos três meses anteriores à inscrição

() Certidão negativa de antecedentes penais

() Cópia do Diploma de Conclusão do Ensino Médio

() Declaração fornecida por entidade cadastrada no CMDCA

() Declaração emitida por órgãos públicos, informando da experiência na área com criança e adolescente

() Registro em carteira profissional de trabalho, comprovando

experiência na área com criança e adolescente.

() Declaração comprobatória da disponibilidade do servidor público municipal em permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

Correia Pinto, _____ de _____ de 2015.

_____ (assinatura)
..... (Nome do candidato)

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - PROCESSO 17/2015 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 17/2015
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Município de Correia Pinto, através da Secretaria de Administração e da Comissão Permanente de Licitação, nos termos do artigo 25 inciso III, da Lei 8.666/93, declara aos interessados a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, para a Contratação da empresa CONTRACT SHOW PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ n. 14.738.613/0001-35 para prestação de serviços de show nacional da dupla João Neto e Frederico na festividade de aniversário do município no dia 09.05.2015. Valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) consoante proposta apresentada.

A presente Inexigibilidade encontra-se plenamente justificada conforme parecer da Procuradoria Geral do Município e despacho do Prefeito anexo ao processo de inexigibilidade.

Nos termos do Art. 109, I da Lei nº 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para apresentação de recursos ou representação.

Correia Pinto, 01 de abril de 2015.
VANIO FORSTER
Prefeito Municipal

REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 04/2015 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 04/2015
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Município de Correia Pinto, nos termos do artigo 48, caput, da Lei 8.666/93, torna público a todos os interessados que foi revogado o Processo Licitatório nº 004/2015 - Inexigibilidade de Licitação, conforme parecer jurídico e despacho acostados nos autos do processo. Maiores informações junto ao Setor de Licitações sito à Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, pelo telefone (49) 3243-1150 - ramal 220 ou ainda através do e-mail licitação@correiapinto.sc.gov.br.

Correia Pinto, 01 de abril de 2015.
VANIO FORSTER
Prefeito Municipal

TERMO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO- TOMADA DE PREÇOS - PROCESSO 11/2015 PMCP

TERMO DE ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
PROCESSO Nº 11/2015 PMCP - TOMADA DE PREÇOS
Anulação de processo Licitatório

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORREIA PINTO/SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as Leis 10.520/02 e 8.666/93 e alterações;
CONSIDERANDO que em razão de erro nos itens do Projeto Básico - Orçamento (Planilha de Quantitativos e Custos Unitários), o processo licitatório 11/2015 PMCP torna-se anulado.

RESOLVE:

ANULAR em todos os seus termos, por interesse público decorrente de fato superveniente o processo licitatório tombado sob o nº. 11/2015 PMCP, e consequentemente a licitação por Tomada de Preços com o mesmo número, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 2014TR003690, ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - LAGES E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, PROCESSO Nº SDR27 5081/2014.

Correia Pinto, SC, 02 de abril de 2015.
Vânio Forster
Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 3176/15

PORTARIA Nº 3176/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR ACT, A SRA. ALINE AMARAL DA LUZ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. ALINE AMARAL DA LUZ, a partir de 04 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no C.E.I. Gertrudes Steffen, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

EDITAL CMDCA Nº 002/2015 DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DOS CONSELHEIROS TUTELARES NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

Edital CMDCA nº 002/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Corupá

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia de 30 de março de 2015, em sua sede, localizada na Rua Otto Hillbrecht, 370 e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e no art. 16, da Lei Municipal 2.178/2015, abre as inscrições à escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Corupá, e dá outras providências.

1 Do Cargo e das Vagas

1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e as demais serão consideradas suplentes, na ordem decrescente de votação.

2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

2.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio, não poderá participar do presente processo.

2 Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 2.178/2015, é assegurado o direito a:

I - vencimento na referência do fator 18 da Lei complementar 014/09, com reajuste na mesma data e no mesmo percentual, em que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - cobertura previdenciária;

III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do subsídio relativo ao período imediatamente anterior;

IV - licenças para tratamento de saúde, maternidade/paternidade, matrimônio e outras, da mesma forma conferidas aos servidores municipais admitidos em caráter temporário (ACT);

V - bonificação natalina no valor equivalente a um subsídio mensal;

VI - inclusão na mesma modalidade de Previdência Social assegurada aos servidores municipais admitidos em caráter temporário (ACT), durante o período, em que durar o mandato.

§ 1 - Em caso de recondução ao cargo em mandatos consecutivos, o Conselheiro Tutelar terá direito ao descanso remunerado, previsto no inciso III deste artigo;

§ 2 - Caso mais que um dos conselheiros (as) sejam reconduzidos, será elaborada uma escala subsequente de descanso e será convocado um suplente para cumprir o período de férias dos conselheiros reconduzidos, caso a soma de todos ultrapasse trinta dias;

§ 3 - O descanso remunerado de 30 dias dos Conselheiros Tutelares será anual e usufruído alternado, permitindo o afastamento de um Conselheiro por vez;

§ 4 - O descanso remunerado de 30 dias do conselheiro tutelar com vínculo efetivo com o Município será usufruído proporcionalmente ao tempo trabalhado, sendo que, ao término do mandato, o conselheiro tutelar terá direito a férias remuneradas, referente ao cargo que ocupa junto à Municipalidade.

2.2. Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público, acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.5 Os Conselheiros Tutelares cumprirão o horário de atendimento na Sede do Conselho Tutelar, no horário de trabalho que será das 8h às 14h00 ou das 12h às 18h, com um intervalo de quinze minutos, devendo ter no mínimo 2 conselheiros (as) por período de trabalho, sendo a forma de registro estabelecida pela Secretaria a qual é vinculado administrativamente, obedecida a circunstância própria funcional de atendimento do Conselheiro Tutelar;

2.5.1 Plantão noturno das 18h às 8h do dia seguinte.

2.5.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo), feriados e pontos facultativos;

2.5.3 Os conselheiros tutelares elaborarão escalas de plantões para atendimento permanente no período de horário, noturno,

finais de semana, feriados e pontos facultativos, devendo, nesta hipótese, o plantonista estar munido de meio de comunicação, a ser disponibilizado pelo município.

2.5.4 A divulgação de escala de Plantão será encaminhada ao CM-DCA e fixada no quadro de publicações oficiais do Município e feita, ainda, nas instituições que compõem o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3. Do Processo de Escolha

3.1 Das Inscrições, curso de formação e prova

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 06/04/2015 a 03/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (8h às 12h e das 13h às 16h), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, localizada na Rua Otto Hillbrecht, 370, Bompland, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

3.1.2 São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:

I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II - idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;

III - residir no município de Corupá, por, no mínimo, 02 (dois) anos, a contar da data de lançamento desse Edital, comprovados mediante apresentação de comprovante luz, água, telefone ou declaração reconhecida em cartório, com duas testemunhas;

IV - conclusão de ensino médio, comprovada através de Diploma de Conclusão do Ensino Médio e/ou histórico escolar;

V - comprovar experiência de no mínimo 2 (dois) anos na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

a) Declaração fornecida por Entidade que presta atendimento Direto a Criança e Adolescente;

b) Declaração emitida por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente;

c) Registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente.

VI - estar no gozo dos direitos políticos, apresentando certidão de quitação eleitoral emitida pela justiça eleitoral;

VII - possuir conhecimento ou prova equivalente de curso de informática básica ou ser aprovado em exame de suficiência de conhecimento em informática básica;

a) Nos casos em que o candidato (a) não apresentar comprovante de curso de informática ou prova equivalente, o (a) mesmo(a), deverá submeter-se a uma prova objetiva e específica de conhecimentos em informática básica, contendo 10 questões, atingido no mínimo 60% (sessenta por cento) de acertos.

VIII - Participar com 100% (cem por cento) de frequência no curso de capacitação sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e Legislações afins, a ser ministrado para os candidatos (as), com carga horária de 20h (vinte horas);

a) O curso capacitação será realizado nos dias 09,10, 13,14 e 15/07/2015, das 18h às 22h (dezoito às vinte e duas horas), na sede da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação, sito a rua Otto Hillbrecht, 370, Bompland.

IX - Ser aprovado (a) em prova de conhecimentos específicos sobre as Legislações atinentes aos direitos da criança e do adolescente;

a) A prova será composta de 30 (trinta) questões objetivas de múltipla escolha, tendo cada questão apenas uma alternativa correta;

b) A prova sobre conhecimento do Estatuto da Criança e Adolescente e legislações afins, será realizada no dia 19/07/2015, das 8h às 11h (oito às onze horas);

c) O (A) candidato (a), deverá chegar até 7h50min (sete horas e cinquenta minutos) no local da prova, a ser realizada na sede da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação, sito à rua Otto Hillbrecht, 370, Bompland.

X - O (A) candidato (a), que comprovar conhecimento em

informática básica mediante apresentação de certificado ou prova equivalente, estará dispensado da prova sobre informática básica, devendo retirar-se do ambiente de aplicação da prova até no máximo às 11h (onze horas).

a) A prova sobre conhecimento de informática básica, será realizada no dia 19/07/2015, das 11h às 12h (onze às doze horas);

b) O (A) candidato (a), deverá chegar até 10h50min (dez horas e cinquenta minutos) no local da prova, a ser realizada na sede da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação, sito a rua Otto Hillbrecht, 370, Bompland.

XI - Para a realização de ambas as provas o (a) candidato (a) deverá apresentar documento de identificação com foto, e estar munido de caneta esferográfica azul ou preta.

a) Não serão oferecidos nem permitidos qualquer consulta a material ou conteúdo referente à prova, durante a realização da mesma;

b) Não será permitida a comunicação entre os candidatos durante a realização da prova.

XII - Possuir Carteira Nacional de Habilitação Categoria B ou superior, comprovada mediante apresentação do documento original com cópia autenticada.

§ 1º - A prova abrangerá a Legislação atinente aos direitos da criança e ao adolescente, que será baseada na Constituição da República Federativa do Brasil - CF, Estatuto da Criança e Adolescente - ECA, Convenções Internacionais referentes ao Direito da Criança e do Adolescente, das quais o Brasil é signatário e Resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, SIPIA CT WEB e APÓIA Online (aviso por infrequência de aluno);

§ 2º - A prova de informática básica abrangerá os sistemas operacionais Linux e Windows, envolvendo as funções dos editores de textos, planilhas, apresentação de slides, e-mail e internet, dentro da especificidade de cada sistema operacional (Linux e Windows);

§ 3º - O não comparecimento à prova de conhecimentos exclui o candidato do processo de escolha para Conselheiro Tutelar do Município de Corupá;

§ 4º - Considerar-se-á aprovado na prova de conhecimentos específicos, o candidato que obtiver no mínimo 60% (sessenta por cento) de acerto nas questões da prova, sendo o mesmo percentual exigido para o (a) candidato (a) que prestar a prova de informática;

§ 5º Para a prova de informática básica, não haverá capacitação, sendo de responsabilidade de cada candidato (a) a busca pelo referido conhecimento.

3.1.2.1 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.3 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar, os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.4 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 12/06/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 15/06/2015 a 17/06/2015, no horário de atendimento ao público (8 às 12 h e das 13 às 16h), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sito à rua Otto Hillbrecht, 370, Bompland.

3.2.2.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma

escrita, no período de 26/06/2015 a 30/07/2015, devendo sua manifestação ser entregue, no horário de atendimento ao público (8h às 12h e das 13h às 16h), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sito na rua Otto Hillbrecht, 370, Bompland.

3.2.2.2 A comissão eleitoral terá o período 01/07/2015 a 08/07/2015, para apresentar resposta quanto às impugnações.

3.2.3 Relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 08/07/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

3.2.4 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrições de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

3.3 Da Propaganda Eleitoral

3.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.3.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos até no máximo 10x14 centímetros, constando apenas o número, o nome do candidato e informações sobre conhecimento e experiências profissionais referentes à infância e adolescência.

3.3.1.3 Não será permitida a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.3.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

3.3.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.3.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, pulseiras, pingentes, e-mail, internet, redes sociais, postal, botons, cartazes e santinhos com fotos.

3.3.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.3.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como

fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

3.4 Da Eleição

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 8h às 17h, nos seguintes locais:

* E.E.B Teresa Ramos, sito à Rua Vidal Ramos, 75, Centro.

3.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.4.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.4.6 O eleitor votará uma única vez em 1 (um) único candidato na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

3.5 Do Voto

3.5.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.5.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indepassável.

3.5.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do candidato escolhido.

3.6 Da Cédula Oficial

3.6.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.6.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.6.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

3.7 Das Mesas Receptoras

3.7.1 Atuarão como mesários os membros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.7.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.2.1 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.7.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação

da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:
I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.7.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

3.8 Da Apuração

3.8.1 A apuração dar-se-á na sede do Colégio Eleitoral, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.8.3 Após o término das votações, o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.8.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.8.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3.8.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que obtiver maior nota na prova de conhecimentos específicos sobre o ECA e legislações a afins.

3.8.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado no dia 05/10/2015, em edital afixado no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 2.178/2015, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência, apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para

realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Jaraguá do Sul para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 02 de Abril de 2015.

FELIPE RAFAELI RODRIGUES

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORUPÁ

Anexo I

Cronograma

PROVIDÊNCIA	PRAZO
Publicação do Edital	02/04/2015
Inscrições	06/04/2015 a 03/06/2015
Análise das Inscrições	05/06/2015 a 11/06/2015
Publicação da relação dos candidatos	12/06/2015
Impugnação da candidatura	15/06/2015 a 17/06/2015
Notificação dos candidatos	18/06/2015 a 25/06/2015
Apresentação de defesa pelo candidato impugnado	26/06/2015 a 30/06/2015
Análise, decisão sobre as impugnações e divulgação das candidaturas aprovadas	01/07/2015 a 08/07/2015
Curso de capacitação	09/07/2015 a 15/07/2015
Aplicação da Prova	19/07/2015
Interposição e decisão de recursos referentes a prova aplicada	20/07/2015 a 23/07/2015
Análise da interposição de recursos referentes a prova aplicada	24/07/2015 a 31/07/2015
Publicação dos candidatos aprovados	03/08/2015
Interposição de recursos referentes aos candidatos aprovados	04/08/2015 a 07/08/2015
Análise da interposição de recursos referentes aos candidatos aprovados	10/08/2015 a 14/08/2015
Publicação final dos candidatos aprovados	17/08/2015
Divulgação dos locais de votação	18/08/2015
Início do período eleitoral	19/08/2015
Fim do período eleitoral	03/10/2015
Eleição	04/10/2015
Divulgação do resultado eleitoral	05/10/2015
Posse dos Eleitos	10/01/2016

PORTARIA Nº 3177/15

PORTARIA Nº 3177/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR ACT, A SRA. ANA PAULA SARTORI DOS SANTOS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. ANA PAULA SARTORI DOS SANTOS, a partir de 04 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. José Pasqualini, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,

16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3178/15

PORTARIA Nº 3178/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR ACT, A SRA. ANGELA MARIA BORTOLOTTI WARGENOWSKY.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. ANGELA MARIA BORTOLOTTI WARGENOWSKY, a partir de 04 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no C.E.I Bomplandt, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de fevereiro de 2015,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,

16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3179/15

PORTARIA Nº 3179/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR ACT, A SRA. BRUNA MAIARA GUMS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. BRUNA MAIARA GUMS, a partir de 04 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no C.E.I Dona Nina, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,

16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3180/15

PORTARIA Nº 3180/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR ACT, A SRA. CLARICE MARIA DA SILVEIRA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. CLARICE MARIA DA SILVEIRA, a partir de 04 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade

temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no C.E.I Gertrudes Steffen, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3181/15

PORTARIA Nº 3181/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR ACT, A SRA. DANIELA JUDACHEWSKY.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. DANIELA JUDACHEWSKY, a partir de 04 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no C.E.I Gertrudes Steffen, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3182/15

PORTARIA Nº 3182/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR ACT, A SRA. DENIZE DA CRUZ DOS SANTOS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. DENIZE DA CRUZ DOS SANTOS, a partir de 04 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no C.E.I Dona Nina, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3183/15

PORTARIA Nº 3183/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR ACT, A SRA. FABIANE MICHELE DOS SANTOS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. FABIANE MICHELE DOS SANTOS, a partir de 16 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no C.E.I Dona Nina, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 16 de fevereiro de 2015,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3184/15

PORTARIA Nº 3184/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR ACT, A SRA. FERNANDA MICHALACK.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. FERNANDA MICHALACK, a partir de 04 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no C.E.I Dona Nina, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3186/15

PORTARIA Nº 3186/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR ACT, A SRA. GENIFFER CAROLINE PEGGAU.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. GENIFFER CAROLINE PEGGAU, a partir de 10 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade

temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no C.E.I Dona Nina, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 10 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3189/15

PORTARIA Nº 3189/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR ACT, A SRA. JOSILENE MÁRCIA VIEBRANTZ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. JOSILENE MÁRCIA VIEBRANTZ, a partir de 04 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na C.E.I. Dona Nina, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3190/15

PORTARIA Nº 3190/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR ACT, A SRA. JUCELAINÉ LUY.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. JUCELAINÉ LUY, a partir de 04 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na C.E.I. Gertrudes Steffen, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3191/15

PORTARIA Nº 3191/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR ACT, A SRA. KARINA RENATA PINCEGHER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. KARINA RENATA PINCEGHER, a partir de 11 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na C.E.I. Dona Nina, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 11 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3192/15

PORTARIA Nº 3192/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR ACT, A SRA. KATIANA MINATTI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. KATIANA MINATTI, a partir de 04 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na C.E.I. Dona Nina, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3193/15

PORTARIA Nº 3193/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR ACT, A SRA. LAURECINA BELITZKI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. LAURECINA BELITZKI, a partir de 04 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na C.E.I. Bomplandt, em virtude de existir demanda e

ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3194/15

PORTARIA Nº 3194/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR ACT, A SRA. LETICIA ALINE BERLATO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

REsolve:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. LETICIA ALINE BERLATO, a partir de 04 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na C.E.I. Gertrudes Steffen, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3195/15

PORTARIA Nº 3195/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR ACT, A SRA. LIDIA ROSA VEECK.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

REsolve:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. LIDIA ROSA VEECK, a partir de 04 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. José Pasqualini, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3196/15

PORTARIA Nº 3196/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR ACT, A SRA. LUIZA CRISTINA BURGER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

REsolve:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. LUIZA CRISTINA BURGER, a partir de 13 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no C.E.I. Franz Dorn, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de fevereiro de 2015,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3197/15

PORTARIA Nº 3197/15
AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR ACT, A SRA. MARA SUELI GAUDET.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

REsolve:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. MARA SUELI GAUDET, a partir de 04 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. Aluísio Carvalho de Oliveira, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3198/15

PORTARIA Nº 3198/15
AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR ACT, A SRA. MARGARET HASS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

REsolve:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. MARGARET HASS, a partir de 04 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor

ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. Francisco Mees, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3199/15

PORTARIA Nº 3199/15
AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR ACT, A SRA. MARINA KOHLS DA CUNHA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

REsolve:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. MARINA KOHLS DA CUNHA, a partir de 04 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no C.E.I. Franz Dorn, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3200/15

PORTARIA Nº 3200/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR ACT, A SRA. RAQUEL BALDUINO ROSA DA COSTA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

REsolve:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. RAQUEL BALDUINO ROSA DA COSTA, a partir de 04 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no C.E.I. Dona Nina, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3201/15

PORTARIA Nº 3201/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR ACT, A SRA. RAQUEL DE CARVALHO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

REsolve:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. RAQUEL DE CARVALHO, a partir de 04 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no C.E.I. Bomplandt, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de fevereiro de 2015,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3202/15

PORTARIA Nº 3202/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR ACT, A SRA. SANDRA DA SILVA RATHUNDE.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

REsolve:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. SANDRA DA SILVA RATHUNDE, a partir de 04 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no C.E.I. Franz Dorn, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3203/15

PORTARIA Nº 3203/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR ACT, A SRA. SILVIA FABIANE DETZ MITTELSTADT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

REsolve:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da A SRA. SILVIA FABIANE DETZ MITTELSTADT, a partir de 04 de fevereiro de 2015,

vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no C.E.I. Gertrudes Steffen, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3204/15

PORTARIA Nº 3204/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR ACT, A SRA. TATIANE VENERA KUSINSKY.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

REsolve:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. TATIANE VENERA KUSINSKY, a partir de 04 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no C.E.I. Dona Nina, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3205/15

PORTARIA Nº 3205/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR ACT, A SRA. VANESSA KAMILA OLEWSKI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

REsolve:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. VANESSA KAMILA OLEWSKI, a partir de 16 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no C.E.I. Dona Nina, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 16 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3207/15

PORTARIA Nº 3207/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO MERENDEIRA ACT, A SRA. LUCIANA SILVA DOS SANTOS DA SILVA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

REsolve:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. LUCIANA SILVA DOS SANTOS DA SILVA, a partir de 05 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Merendeira ACT, com carga horária de 44 horas semanais, para trabalhar no C.E.I. Gertrudes Steffen, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 05 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3210/15

PORTARIA Nº 3210/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO MERENDEIRA ACT, A SRA. SILVANA PEREIRA PACHECO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

REsolve:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. SILVANA PEREIRA PACHECO, a partir de 04 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Merendeira ACT, com carga horária de 44 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. Alúcio Carvalho de Oliveira, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3211/15

PORTARIA Nº 3211/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO TÉCNICO EM INFORMÁTICA ACT, AO SR. GIOVANI ANTONIO FLORIANI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

REsolve:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do SR. GIOVANI ANTONIO

FLORIANI, a partir de 09 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Técnico em Informática ACT, com carga horária de 35 horas semanais, para trabalhar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 09 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3212/15

PORTARIA Nº 3212/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO TÉCNICA EM ENFERMAGEM ACT, A SRA. JULIA LUISA HABERLAND HAFEMANN.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

REsolve:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. JULIA LUISA HABERLAND HAFEMANN, a partir de 10 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 11 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Técnica em Enfermagem ACT, com carga horária de 35 horas semanais, para trabalhar na Secretaria Municipal de Saúde, em virtude de ausência candidato em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 10 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3215/15

PORTARIA Nº 3215/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO TÉCNICA EM ENFERMAGEM ACT, A SRA. TANIA REGINA BANKARDT LENZI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. TANIA REGINA BANKARDT LENZI, a partir de 02 de março de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Técnica em Enfermagem ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na Farmácia Municipal, em virtude do afastamento da profissional Aparecida Inêz Corrêa, que ocupa o cargo de Gerente de Promoção e Assistência em Saúde, ficando lotada na Secretaria Municipal Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/15 - REGISTRO DE PREÇO

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 010/15

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (café, açúcar, filtro, adoçante, chá e água mineral), PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09 horas do dia 02/04/2015 às 09 horas do dia 14/04/2015.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 14/04/2015.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 02 de Abril de 2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 007/2015 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Lei Municipal n.º 1.612/2005

RESOLUÇÃO 007/2015

DISPÕE SOBRE O LANÇAMENTO DO EDITAL 002/2015 PARA PROCESSO SELETIVO DE ESCOLHA UNIFICADA DE MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- CMDCA/Corupá, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.612, de 20 de setembro de 2005, em conformidade com a deliberação da Segunda Reunião Extraordinária a ser realizada no dia 30 de março de 2015.

RESOLVE

Art. 1º - Lançar Edital que abrem inscrições para Processo Seletivo Unificado de escolha de membro do Conselho Tutelar, conforme Edital nº 002/2015.

Art. 2º- Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Corupá (SC), 01 de Abril de 2015.

FELIPE RAFAELLI RODRIGUES

Presidente do CMDCA

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº001/2015**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015.

A CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ - SC, torna público que estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo, e baixa normas para abertura e seleção de vagas para os cargos abaixo relacionados:

1 - DOS REQUISITOS PARA O CARGO

- 1.1 - Nacionalidade brasileira ou estrangeira, na forma da lei;
- 1.2 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- 1.3 - Estar em dia com as obrigações militar e eleitoral;
- 1.4 - Ter capacidade física para a função e sanidade mental;
- 1.5 - Não possuir acumulação proibida de cargo ou função pública.

2 - DAS INSCRIÇÕES E PUBLICAÇÃO DO RESULTADO

2.1 - As inscrições serão efetuadas na Câmara de Vereadores de Corupá-SC, sito a Rua Padre Vicente Schmitz, 45, Centro, Corupá - SC, CEP: 89.278.000, pessoalmente ou por procuração (autenticada em cartório), no período de 06/04/2015 à 13/04/2015, das 08h às 12h e das 14h às 17h.

2.2 - Para inscrever-se o candidato deverá apresentar:

- a) Fotocópia da Carteira de Identidade e do CPF;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (caso de empate);
- c) Certificado de cursos de especialização e aperfeiçoamento nas áreas de interesse para atuação (original e fotocópia) se tiver;
- d) Endereço e telefone para contato.

2.3 - O candidato é responsável pelas informações prestadas na Ficha de Inscrição prevista do ANEXO I, responsabilizando-se pelas consequências de eventuais erros/e ou de não preenchimento de qualquer campo daquele documento;

2.4 - Será cancelada a inscrição do candidato que prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado ou que não satisfazer integralmente a todas as

condições estabelecidas neste edital;

2.5 - O candidato, ao preencher a Ficha de Inscrição, declara estar ciente das exigências e normas estabelecidas para este Processo Seletivo, em plena concordância das mesmas;

2.6 - Todos os candidatos que fizerem a inscrição receberão o protocolo da entrega de inscrição prevista no ANEXO II do presente Edital.

3 - DAS VAGAS, FUNÇÃO, REMUNERAÇÃO, CARGA HORÁRIA E GRAU DE ESCOLARIDADE:

Nº DE VAGAS	FUNÇÃO	SALÁRIO	CARGA/HORÁRIA SEMANAL	GRAU DE ESCOLARIDADE
1	CONTADOR	1.531,33	20 H	Nível Superior
1	AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS	800,00	20 H	Alfabetizado

4 - DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO / DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

CONTADOR: Responsável pela Execução dos Serviços de natureza econômica, financeira e contábil, elaboração da proposta orçamentária, efetuar empenho, registros contábeis, balancetes, balanços, acompanhamento da execução do orçamento, das dotações orçamentárias, através do controle interno avaliar o cumprimento das metas e o cumprimento dos programas da Câmara, organização e manutenção atualizada dos registros e controles do patrimônio da Câmara, classificando, numerando e codificando o material permanente, realizar anualmente o inventário dos bens patrimoniais da Câmara Municipal e outras atividades correlatas ao cargo.

Nível de escolaridade: Superior com registro CRC.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS: Realizar os serviços de limpeza das dependências da Câmara de Vereadores, limpeza dos banheiros, cozinha, plenário, calçadas, jardins, serviços de copa e outros serviços correlatos ao cargo.

Nível de escolaridade: Alfabetizado.

5 - DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

5.1 - Os candidatos serão selecionados por meio de apresentação de currículo e entrevista, cada qual com pontuação específica, sendo que ao conjunto das mesmas se aferirá nota final máxima de 10 pontos.

5.2 DA APRESENTAÇÃO DO CURRÍCULO

a) A apresentação do currículo será realizada no dia 16/04/2015, das 8h da manhã às 12h da manhã, na Câmara de Vereadores de Corupá, sito a Rua Padre Vicente Schmitz, 45, centro, Corupá-SC, CEP : 89.278.000;

b) Para avaliação curricular serão atribuídos os seguintes valores:
a) Cursos específicos na área - 2,0 pontos; b) Cursos não específicos na área - 1,0 ponto.

5.3 - Da Entrevista:

a) A entrevista será realizada no dia 16/04/2015, das 14 horas às 16 horas na Câmara de Vereadores de Corupá - SC, sito a Rua Padre Vicente Schmitz, 45, centro, Corupá - SC, CEP: 89.278.000, de caráter meramente classificatório e não eliminatório, e terá pontuação de 0 a 1,5, e tem por objetivo identificar se o candidato apresenta perfil compatível com as atitudes necessárias ao trabalho relacionado com as atividades desenvolvidas no local de trabalho.

b) No desenvolvimento da entrevista, o candidato será avaliado através de itens constantes em uma ficha de avaliação elaborada para esta finalidade.

c) Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada para a realização da entrevista. O candidato não poderá alegar desconhecimento sobre a realização da mesma, como justificativa de sua ausência ou atraso.

d) Não será feita entrevista fora do dia, horário e local designados

por este Edital.

6 - DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO E DO PRAZO PARA RECURSO

6.1 O resultado dos aprovados será divulgado no mural e sítio da Câmara de Vereadores no dia 20/04/2015, a partir das 10 horas.

6.2 Os candidatos terão 02 (dois) dias úteis a contar da publicação do resultado, para solicitar recurso, devidamente fundamentado, por escrito, endereçado a Câmara de Vereadores de Corupá - SC;

6.3 Findo o prazo do recurso, o resultado será homologado e os candidatos serão convocados, por ordem de classificação, conforme disponibilidade das vagas;

6.4 Não serão reconhecidos os recursos interpostos fora do prazo disposto no item 6.2.

7 - CRITÉRIOS DE DESEMPATE

a) Maior nota na apresentação do currículo;

b) Maior número de dependentes;

c) Maior idade.

8 - DA ADMISSÃO

8.1 A admissão prevista neste edital tem caráter temporário de excepcional interesse público, e que perdurará enquanto houver a necessidade temporária de excepcional interesse público, ou demais previstas em lei;

8.2 Previamente à admissão, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados os seguintes documentos:

Fotocópia legível:

a) CPF válido;

b) Carteira de Identidade;

c) Carteira de reservista (se homem);

d) Comprovante Inscrição PIS/PASEP;

e) Certidão nascimento ou casamento;

f) Certidão nascimento filhos (menores de 21 anos);

g) Título eleitoral e comprovante de quitação com as obrigações eleitorais;

h) 01 foto 3x4 atualizada;

i) Comprovante da escolaridade exigido para o cargo;

j) Endereço completo e telefone para contato;

k) Declaração Acúmulo cargo (preenchida no RH);

8.3 As contratações serão efetuadas com base no regime celetista;

8.4 A contribuição previdenciária dos contratados por este processo seletivo, será vinculada ao regime geral de Previdência Social (INSS).

9 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 O prazo de validade deste processo seletivo será de 150 (cento e cinquenta) dias, contado a partir da data de publicação da homologação de seu resultado final.

9.2 Para o candidato que não aceitar a vaga apresentada ou dela desistir, não será apresentada outra.

9.3 A aprovação do candidato, todavia, não gera direito de contratação, visto que esta será realizada de acordo com a necessidade de vagas, seguindo rigorosamente a ordem de classificação.

9.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Mesa Diretora da Câmara de Vereadores.

9.5 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá (SC), 26 de Março de 2015.

EDDY EDGARD EIPPER

Presidente da Câmara de Vereadores de Corupá/SC

Curitibanos

PREFEITURA

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO NÚMERO DA ATA: 27/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		PREGÃO PRESENCIAL	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS		Nr.: 54/2015 - PR	
CNPJ: 83.754.044/0001-34		Processo Administrativo:	54/2015
Rua Coronel Vidal Ramos, 860		Processo de Licitação:	54/2015
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC		Data do Processo:	11/03/2015
			Folha: 1/1
ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO			
Número da ATA: 27/2015	(Sequência: 2)		

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE RELOGIO PONTO TIPO BIOMÉTRICO PARA CONTROLE DE FUNCIONARIOS DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, ESPORTE E LAZER, PLANEJAMENTO E URBANISMO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, MEIO AMBIENTE E SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

CONFORME AMOSTRA APRESENTADA PELA EMPRESA TIME TEC CONTROLE DE PONTO/ACESSO LTDA - ME

NO TEMPO APRAZADO, FOI VERIFICADA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO, E VERIFICOU-SE

QUE O MESMO APRESENTA TODAS AS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS EM EDITAL, SENDO CONSIDERADA

CLASSIFICADA.

Curitibanos, 31 de Março de 2015

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL - - Pregoeiro(a)

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 72/2015.

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 72/2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS.

O município de CURITIBANOS, SC, com sede na Rua Coronel Vidal Ramos, nº 860, Centro, cidade de Curitibanos, CEP 89.520 000, inscrito no CNPJ sob nº 83.754.044/0001=34, Telefone (49) 3245 7200, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO às 08:30 horas do dia 22 de ABRIL de 2015, tendo como local o AUDITÓRIO DA PREFEITURA, na Rua Coronel Vidal Ramos, nº 860, Centro, Curitibanos, SC. O leilão será conduzido

pelo Leiloeiro PÚBLICO Oficial SR. Júlio Ramos Luz, matrícula AARC/162 JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis: LOTE 01: 01 FIAT/DOBLO ESSENCE 1.8, ano 2011, modelo 2012, Placas MJI 5312, cor branca, Álcool/Gasolina. LOTE 02: 01 FIAT/FIORINO IE 1.4, ano/modelo 2006, Placas MDC 4785, cor branca, Gasolina. LOTE 03: 01 VW/PARATI 1.8, ano/modelo 2008, Placa MFG 1043, cor branca, Álcool/Gasolina.. LOTE 04: 01 MICROONIBUS RENAULT/MASTER BUS 16 DCI, ano/modelo 2005, Placas MDM 0916, cor branca, Diesel, 16 Lugares.. LOTE 05: 01 MICROONIBUS VW/KOMBI ESCOLAR, ano 2005, modelo 2006, Placas MEP 3869, cor branca, Gasolina, 15 Lugares.. LOTE 06: 01 HONDA/CG 125 CARGO, ano/modelo 2000, Placas BEM 7932, cor branca, Gasolina. LOTE 07: 4.000 REATORES PARA LÂMPADAS DE 75W, usados.. LOTE 08: 500 BRAÇOS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM CANECO, usados.. LOTE 09: 2.000 LÂMPADAS DE 75W, EM "MEIO-USO". BENS IMÓVEIS: LOTE 10: TERRENO URBANO = Um lote de terras Urbano localizado na Avenida Rui Barbosa, distando 46,30 metros ao sul da Rua Antonio Della Giustina, Bairro São Luiz, em Curitibanos, com área superficial de 564,00 m², com as seguintes medidas e confrontações: ao NORTE 30,00m com Lurdes Fontana Nunes; ao SUL 30,00m com Patrimônio Municipal; ao LESTE 18,80m com a Avenida Rui Barbosa e ao OESTE 18,80m com Irani Barbosa e Severino Peruzzo. Registrado no C.R.I. de Curitibanos sob nº 23.394. LOTE 11: TERRENO URBANO = Um Lote de terras urbano na Avenida Rui Barbosa, distando 57,00m ao norte as Rua Arthur Formighieri, Bairro São Luiz, em Curitibanos, com área superficial de 360,00 m², com as seguintes medidas e confrontações: ao NORTE 30,00m com Patrimônio Municipal; ao SUL 30,00m com Patrimônio Municipal; ao LESTE 12,00m com a Avenida Rui Barbosa, e ao OESTE 12,00m com Valdir Ortiz Castilhos e Bertolino Silveira de Aguiar. Registrado no C.R.I. de Curitibanos sob nº 23.395. LOTE 12: TERRENO URBANO = Um lote de Terras Urbano localizado na Avenida Rui Barbosa, distando 45,00m ao norte da Rua Arthur Filagrana, Bairro São Luiz, em Curitibanos, com a área superficial de 360,00 m², com as seguintes medidas e confrontações: ao NORTE 30,00m com Patrimônio Municipal; ao SUL 30,00m com Taufiane Saurin; ao LESTE 12,00m com a Rua Rui Barbosa e ao OESTE 12,00m com Bertolino Silveira Aguiar. Registrado no CRI de Curitibanos sob nº 23.396. LOTE 13: Um TERRENO URBANO com área de 467,13 m², localizado na Avenida Lion esquina com Rua Petronilho de Almeida, Bairro Nossa Senhora Aparecida, em Curitibanos, com as seguintes medidas e confrontações: ao LESTE 19,00m com Renato Alves; ao SUL 42,80m com Pinho Catarinense Ltda; ao OESTE segue confrontando com a Avenida Lions por 13 metros; ao NORTE confrontando com a Rua Petronilho de Almeida numa extensão de 29 metros. LOTE 14: Um TERRENO com área de terras com 435,00m², sito ao Lado Oeste da Rua Marechal Deodoro distando 15,00m ao Sul da Rua Archias Ganz, com as seguintes medidas e confrontações: ao NORTE 30,00m com Maria Isabela Ortiz e Aline Aparecida Ortiz; ao SUL com 30,00m com André Francisco de Souza; a LESTE 14,50m Marechal Deodoro; a OESTE 14,50m Iolanda de deus Schaefer. LOTE 15: 01 TERRENO URBANO, designado pelo lote nº 05 com área de 872,36 m² da quadra C do Loteamento Vista do Parque II no Bairro Água Santa, localizado no lado Par da Rua Catarina, distando 59,40m da Rua João Manoel Reck, confrontando ao NORTE com o Bairro Aparecida em 37,03m; ao SUL confronta com o lote 04 em 29,54m; ao LESTE confronta com a Rua Catarina em 20,70m e OESTE confronta com o terreno de Ignez de Almeida Costa em 35,48m. Registrado no C.R.I. de Curitibanos sob nº 22.619. LOTE 16: 01 TERRENO URBANO, designado pelo lote nº 02 com área de 1.527,64m² da Quadra D do Loteamento Vista do Parque II, no Bairro Água Santa, localizado no lado ímpar da Rua João Manoel Reck, distando 37,00m da Rua Catarina, confrontando ao NORTE com a Rua João Manoel Reck em 12,00m e com o lote 03 em 9,00m; SUL confronta com a área de APP em 15,30m e com parte do lote 09 (Área Verde) em 9,00m; ao LESTE confronta com o lote 01 em 60,00m e com a Área de APP em 21,54m; OESTE confronta com o lote 03 em

23,40m, com o lote 05 em 12,90m, com o lote 06 em 12,90m, com o lote 07 em 12,90m, com o lote 08 em 12,90m, com o lote 09 (Área Verde) em 16,00m. Registrado no C.R.I. de Curitiba sob nº 22.621. LOTE 17: 01 TERRENO RURAL, localizado neste município e comarca de Curitiba/SC, no lugar denominado Fazenda da Forquilha, com a área superficial de 100.000,00 m², fazendo divisa a leste com a empresa Master Agropecuária, cito matrícula nº 22.290. LOTE 18: 01 TERRENO RURAL, uma área de terras, situada no lugar denominado Fazenda do Marco, "antiga Estação de Psicultura", neste município e comarca, com área superficial de 30.002,00 m², confrontando ao norte com uma estrada, ao sul com o Arroio Pessegueirinho, e ao oeste com a estrada municipal que conduz de Curitiba a Horizolândia, cito matrícula nº 9.681. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites WWW.JULIORAMOS.COM.BR ou WWW.CURITIBANOS.SC.GOV.BR, ou ainda pelos telefones Fone (49) 3245 7200, na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei nº 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

CURITIBANOS (SC), 01 de abril de 2015.
JOSÉ ANTONIO GUIDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CURITIBANOS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2015

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS VIATURAS FIAT/PALIO WEEKEND PALCAS MLV 3067, EM USO NA POLÍCIA MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 14/04/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 14/04/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 30 de Março de 2015.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 264/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 264/2014

Contratado:GTA ATACADO E VAREJAO EIRLEI EPP
CNPJ:20.257.784/0001-45
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 63/2014 Número do Processo: 63/2014
Número do Contrato: 264/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE MATERIAS E EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS E DE RECREAÇÃO PARA USO NOS NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 23/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/10/2014
Vigência: 23/10/2014 A 23/02/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor:2.392,70
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 265/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 265/2014

Contratado:JOSE PAULO BITENCOURT ME
CNPJ:08.272.612/0001-45
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 63/2014 Número do Processo: 63/2014
Número do Contrato: 265/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE MATERIAS E EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS E DE RECREAÇÃO PARA USO NOS NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 23/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/10/2014
Vigência: 23/10/2014 A 23/02/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor:6.624,00
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 266/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 266/2014

Contratado: KALINOVISKI E KALINOVSKI LTDA
CNPJ: 02.150.800/0001-14
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 63/2014 Número do Processo: 63/2014
Número do Contrato: 266/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAS E EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS E DE RECREAÇÃO PARA USO NOS NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 23/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 31/12/2014
Vigência: 23/10/2014 A 23/02/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 6.990,00
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 267/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 267/2014

Contratado: LIVRARIAS MOHR LTDA ME
CNPJ: 07.261.562/0001-38
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 63/2014 Número do Processo: 63/2014
Número do Contrato: 267/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAS E EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS E DE RECREAÇÃO PARA USO NOS NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 23/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 31/12/2014
Vigência: 23/10/2014 A 23/02/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 21.011,50
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 268/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 268/2014

Contratado: REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA
CNPJ: 79.912.788/0001-62
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 63/2014 Número do Processo: 63/2014
Número do Contrato: 268/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAS E EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS E DE RECREAÇÃO PARA USO NOS NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 23/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/10/2014
Vigência: 23/10/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 10.361,66
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 269/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 269/2014

Contratado: ROCA COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA
CNPJ: 10.203.240/0001-47
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 63/2014 Número do Processo: 63/2014
Número do Contrato: 269/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAS E EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS E DE RECREAÇÃO PARA USO NOS NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 23/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/10/2014
Vigência: 23/10/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 936,00
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 270/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 270/2014

Contratado: DECOR POINT COM. CONFECÇÕES E SERVIÇOS LTDA ME
CNPJ: 04.619.520/0001-38
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 59/2014 Número do Processo: 59/2014
Número do Contrato: 270/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE CORTINAS, PERSIANAS E ACESSÓRIOS PARA USO NOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 23/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/10/2014
Vigência: 23/10/2014 A 30/11/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 1.036,00
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 271/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 271/2014

Contratado: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ: 05.919.156/0001-94
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 294/2013 Número do Processo: 294/2013
Número do Contrato: 271/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

Data da Assinatura: 29/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 29/10/2014
Vigência: 29/10/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 66.759,29
Forma de Pagamento: CFME ENTRETA E NOTA FISCAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 272/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 272/2014

Contratado: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA - CAÇADOR
CNPJ: 83.054.924/0001-06
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 294/2014 Número do Processo: 294/2014
Número do Contrato: 272/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

Data da Assinatura: 29/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 29/10/2014
Vigência: 29/10/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 65.395,84
Forma de Pagamento: CFME ENTRETA E NOTA FISCAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 273/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 273/2014

Contratado: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA - CAÇADOR
CNPJ: 83.054.924/0001-06
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 294/2013 Número do Processo: 294/2013
Número do Contrato: 273/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

Data da Assinatura: 29/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 29/10/2014
Vigência: 29/10/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 2.798,50
Forma de Pagamento: CFME ENTRETA E NOTA FISCAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 275/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 275/2014

Contratado: ALDOIR GOBETTI DE OLIVEIRA ME
C.N.P.J:15.428.171/0001-93
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 21/2014 Número do Processo: 21/2014
Número do Contrato: 275/2014
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATE DIA 07/12/2014 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECUPERAÇÃO DA COBERTURA E REFORMAS DIVERSAS COM PINTURA TOTAL DO GINASIO DE ESPORTES DO NUCLEO MUNICIPAL LEONIZA CARVALHO AGOSTINI, CONFORME MEMORANDO E JUSTIFICATIVA DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 07/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 07/11/2014
Vigência: 07/11/2014 A 07/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor:0,00
Forma de Pagamento:

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 276/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 276/2014

Contratado: SC COPIAS LTDA
C.N.P.J:03.367.127/0002-12
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 80/2014 Número do Processo: 80/2014
Número do Contrato: 276/2014
Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FOTOCOPIA TIPO A-4 E ENCADERNAÇÃO GRANDE ATE 100 FOLHAS TIPO A-4, COM MOLA ESPIRAL E COMPATIVEL, CAPA TRANSPARENTE CONTRA E CONTRA CAPA, PARA USO AS SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DES. RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA E CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 10/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/11/2014
Vigência: 10/11/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor:3.392,00
Forma de Pagamento:Á VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 277/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 277/2014

Contratado: C.L.B PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA - ME
C.N.P.J:07.474.150/0001-86
Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Número da Licitação: 72/2014 Número do Processo: 72/2014
Número do Contrato: 277/2014
Fundamento Legal:

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO COM TEMA : CONTRATAÇÃO DE HISTÓRIAS E OFICINA DE CONTRATAÇÃO DE HISTORIAS, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO II DAL EI 8.666/93 CONFORME JUSTIFICATIVA E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 10/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/11/2014
Vigência: 10/11/2014 A 10/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor:1.200,00
Forma de Pagamento:Á VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 278/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 278/2014

Contratado: GERHARDT E PELEGRINI LTDA
C.N.P.J:17.200.631/0001-57
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 294/2013 Número do Processo: 294/2013
Número do Contrato: 278/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE FILTROS DE OLEOS LUBRIFICANTES PARA USO NOS VEICULOS DAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E VICINAIS, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR E POLICIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 10/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/11/2014
Vigência: 10/11/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:490,00
Forma de Pagamento:À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 279/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 279/2014

Contratado: RR CARNES E FRIOS
C.N.P.J:17.200.631/0001-57
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 294/2013 Numero do Processo: 294/2013
Numero do Contrato: 279/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 11/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 11/11/2014
Vigência: 11/11/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:15.151,00
Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 280/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 280/2014

Contratado: SC COPIAS LTDA
C.N.P.J:03.367.127/0002-12
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 05/2014 Numero do Processo: 05/2014
Numero do Contrato: 280/2014
Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS PARA UTILIZAÇÃO NA SECRETARIA DE ADM, SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DA AGRICULTURA

MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE ESPORTES, AÇÃO SOCIAL, HABITAÇÃO E EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 12/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 12/11/2014
Vigência: 12/11/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:1.064,00
Forma de Pagamento:À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 281/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 281/2014

Contratado: DARUMA TELECOMUNICAÇÕES E INFORMATICA S/A
C.N.P.J:45.170.289/0001-25
Modalidade:
Numero da Licitação: Numero do Processo:
Numero do Contrato: 281/2014
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE PRAZO, PERÍODO DE 12/11/2014 A 30/03/2015, REFERENTE A AQUISIÇÃO DE COMPUTADOR INTERATIVO, CONFORME ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, PREGÃO ELETRONICO Nº 72/2011 B/FNDE / MEC E DEMAIS DOCUMENTOS EM ANEXO DESTINADOS AOS NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIS.

Data da Assinatura: 12/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 12/11/2014
Vigência: 12/11/2014 A 30/03/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:0,00
Forma de Pagamento:

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 282/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 282/2014

Contratado: GERHARDT E PELEGRINI LTDA
C.N.P.J:82.156.399/0001-67
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 297/2013 Numero do Processo: 297/2013
Numero do Contrato: 282/2014
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE MAIS R\$81.33 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEICULOS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPL DE EDUCAÇÃO, FUNDO DE SAUDE E FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 17/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 17/11/2014
Vigência: 17/11/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:81,33
Forma de Pagamento:CFME ABASTECIMENTO E NOTA FISCAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 283/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 283/2014

Contratado: GERHARDT E PELEGRINI LTDA
C.N.P.J:82.156.399/0001-67
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 297/2013 Numero do Processo: 297/2013
Numero do Contrato: 283/2014
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE MAIS R\$56.95 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEICULOS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPL DE EDUCAÇÃO, FUNDO DE SAUDE E FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 17/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 17/11/2014
Vigência: 17/11/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:56,95
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 284/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 284/2014

Contratado: CELSO FOSSATI

C.N.P.J:310.098.599-00
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO/COMPRAS E SERVIÇOS
Numero da Licitação: Numero do Processo:
Numero do Contrato: 284/2014
Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA COMPOSIÇÃO DE LAUDO DE AVALIAÇÃO DE ÁREA URBANA SITUADA NO BAIRRO BOM JESUS

Data da Assinatura: 19/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 19/11/2014
Vigência: 19/11/2014 A 19/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:1.600,00
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 285/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 285/2014

Contratado: MALHARIA RIBALTA LTDA
C.N.P.J:82.112.475/0001-34
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação:64/2014 Numero do Processo: 64/2014
Numero do Contrato: 285/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMISETAS DESTINADAS A FORMATURA DOS ALUNOS DO PROGRAMA PROERD, APLICADO AOS ALUNOS DOS NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 19/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 19/11/2014
Vigência: 19/11/2014 A 19/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:8.833,79
Forma de Pagamento: CFME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 286/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 286/2014

Contratado: BGATOLI COMÉRCIO DE MOVEIS LTDA ME
C.N.P.J:09.053.748/0001-27

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação:62/2014 Numero do Processo: 62/2014
Numero do Contrato: 286/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRO ELETRONICOS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 20/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 20/11/2014
Vigência: 20/11/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:15.514,00
Forma de Pagamento: Á VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 287/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 287/2014

Contratado: DIAL DEPARTAMENTOS LTDA
C.N.P.J:09.088.570/0001-00
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação:62/2014 Numero do Processo: 62/2014
Numero do Contrato: 287/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRO ELETRONICOS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 20/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 20/11/2014
Vigência: 20/11/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:16.820,00
Forma de Pagamento: Á VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 288/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 288/2014

Contratado: MM COMERCIO DE EQUIP. LTDA ME
C.N.P.J:15.275.465/0001-22
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação:62/2014 Numero do Processo: 62/2014
Numero do Contrato: 288/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRO ELETRONICOS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 20/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 20/11/2014
Vigência: 20/11/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:18.713,50
Forma de Pagamento: Á VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 289/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 289/2014

Contratado: NATALICIO DE JESUS GERALDO EPP
C.N.P.J:78.216.058/0001-64
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação:62/2014 Numero do Processo: 62/2014
Numero do Contrato: 289/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRO ELETRONICOS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 20/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 20/11/2014
Vigência: 20/11/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:4.900,00
Forma de Pagamento: Á VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 290/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 290/2014

Contratado: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA
C.N.P.J:85.248.680/0001-10
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação:62/2014 Numero do Processo: 62/2014

Numero do Contrato: 290/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRO ELETRONICOS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 20/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 20/11/2014
Vigência: 20/11/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:2.278,00
Forma de Pagamento: Á VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 291/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 291/2014

Contratado: COMERCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB
C.N.P.J:17.476.071/0001-68
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação:62/2014 Numero do Processo: 62/2014
Numero do Contrato: 291/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRO ELETRONICOS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 20/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 20/11/2014
Vigência: 20/11/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:591.122,11
Forma de Pagamento: CONFORME MEDICAÇÃO E NOTA FISCAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 293/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 293/2014

Contratado: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
C.N.P.J:05.919.156/0001-94
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação:294/2013 Numero do Processo: 294/2013
Numero do Contrato: 293/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 25/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 25/11/2014
Vigência: 25/11/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:8.688,40
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 294/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 294/2014

Contratado: BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA- ME
C.N.P.J:16.677.803/0001-15
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação:263/2014 Numero do Processo: 263/2014
Numero do Contrato: 294/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO INSTALADOS PARA O FUNDO DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO E POLICIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 25/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 25/11/2014
Vigência: 25/11/2014 A 25/11/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:41.488,00
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 295/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 295/2014

Contratado: NETDONIL INFORMATICA EMATERIAIS ELETRICOS LTDA ME
C.N.P.J:10.349.258/0001-51
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação:246/2014 Numero do Processo: 246/2014
Numero do Contrato: 295/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA PARA A SECRETARIA EDUCAÇÃO, NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 25/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 25/11/2014
Vigência: 25/11/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:97.720,00
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 296/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 296/2014

Contratado: COMERCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB
C.N.P.J:17.476.071/0001-68
Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/OBRAS E SERV. ENGENHARIA
Numero da Licitação:63/2014 Numero do Processo: 63/2014
Numero do Contrato: 296/2014
Fundamento Legal:

Objeto: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DO NÚCLEO MUNICIPAL TERESA LEMOS PRETO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 28/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 28/11/2014
Vigência: 28/11/2014 A 28/11/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:0,00
Forma de Pagamento:

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 297/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 297/2014

Contrato Nº.: 297/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: NETDONIL INFORMATICA E MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME
Valor : 3.201,23 (três mil duzentos e um reais e vinte e três centavos)
Vigência : Início: 03/12/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 62/2014
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (25), 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (36)
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, 2º BATALÃO DE BOMBEIRO MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 298/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 298/2014

Aditivo Nº : 298/2014 - Contrato Nº: 152/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: ALDOIR GOBETTI DE OLIVEIRA ME
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 05/12/2014 Término: 05/01/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 21/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECUPERAÇÃO DA COBERTURA E REFORMAS DIVERSAS COM PINTURA TOTAL DO GINÁSIO DE ESPORTES DO NÚCLEO MUNICIPAL LEONIZA CARVALHO AGOSTINI, CONFORME ANEXO I E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 299/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 299/2014

Contrato Nº.: 299/2014
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
 Contratada...: ERGO - MOBILI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA
 Valor : 106.299,00 (cento e seis mil duzentos e noventa e nove reais)
 Vigência : Início: 10/12/2014 Término: 27/02/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 67/2014
 Recursos : Dotação: 1.009.4.4.90.00.00.00.00.00 (11) Saldo: 146.799,75

Objeto : AQUISIÇÃO DE CADEIRAS PARA O AUDITÓRIO DO NÚCLEO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO TERESA LEMOS PRETO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 300/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
 CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 300/2014

Contrato Nº.: 300/2014
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
 Contratada...: SC CÓPIAS LTDA
 Valor : 644,00 (seiscentos e quarenta e quatro reais)
 Vigência : Início: 12/12/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2014
 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (25) Saldo: 1.095.640,40

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS PARA UTILIZAÇÃO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE ESPORTES, AÇÃO SOCIAL, HABITAÇÃO E EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 301/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
 CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 301/2014

Aditivo Nº : 301/2014 - Contrato Nº: 10/2014
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
 Contratada...: TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME
 Valor : 784,80 (setecentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos)
 Vigência : Início: 12/12/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 78/2013
 Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (25), 2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (34), 2.048.3.3.90.00.00.00.00.00 (44), 2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (45),

2.055.3.3.90.00.00.00.00.00 (54)

Objeto : ADITIVO DE MAIS R\$ 784,80, REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2014.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 302/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
 CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 302/2014

Aditivo Nº : 302/2014 - Contrato Nº: 39/2014
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
 Contratada...: VIOLATUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA
 Valor : 1.112,75 (um mil cento e doze reais e setenta e cinco centavos)
 Vigência : Início: 12/12/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 78/2013
 Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (25), 2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (34), 2.048.3.3.90.00.00.00.00.00 (44), 2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (45), 2.055.3.3.90.00.00.00.00.00 (54)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2014.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 303/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
 CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 303/2014

Contrato Nº.: 303/2014
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
 Contratada...: ESCOBRINQ LTDA EPP
 Valor : 14.243,00 (quatorze mil duzentos e quarenta e três reais)
 Vigência : Início: 15/12/2014 Término: 15/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 71/2014
 Recursos : Dotação: 1.011.4.4.90.00.00.00.00.00 (19), 1.011.4.4.90.00.00.00.00.00 (64)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA QUE SERÃO DESTINADOS AO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SÃO JOSÉ, SANTA RITA, OSCAR FERREIRA E CEI SÃO LUIZ, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 304/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 304/2014

Contrato Nº.: 304/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: IRMAOS PACHECO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME
Valor : 41.098,00 (quarenta e um mil e noventa e oito reais)
Vigência : Início: 15/12/2014 Término: 15/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 71/2014
Recursos : Dotação: 1.011.4.4.90.00.00.00.00.00 (19), 1.011.4.4.90.00.00.00.00.00 (64)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA QUE SERÃO DESTINADOS AO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SÃO JOSÉ, SANTA RITA, OSCAR FERREIRA E CEI SÃO LUIZ, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 305/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 305/2014

Contrato Nº.: 305/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: AUTO POSTO CIDADE DE CURITIBANOS LTDA.
Valor : 1.235,50 (um mil duzentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 17/12/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 52/2014
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ABRIL A DEZEMBRO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 306/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 306/2014

Aditivo Nº : 306/2014 - Contrato Nº: 186/2014
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: PEFON CONSTRUÇÕES LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 18/12/2014 Término: 01/04/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 34/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA QUADRA DO NÚCLEO MUNICIPAL ROTARY E DO NÚCLEO MUNICIPAL DE CAMPO ARISTILIANO ALVES DOS SANTOS, CONFORME ANEXO I E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 307/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 307/2014

Contrato Nº.: 307/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: HEBROM
Valor : 140.269,89 (cento e quarenta mil duzentos e sessenta e nove reais e oitenta e nove centavos)
Vigência : Início: 22/12/2014 Término: 22/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 70/2014
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (25), 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (36)
Objeto : AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, PARA USO DOS ALUNOS DOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 308/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 308/2014

Contrato Nº.: 308/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: HEBROM
Valor : 262.726,18 (duzentos e sessenta e dois mil setecentos e vinte e seis reais e dezoito centavos)
Vigência : Início: 22/12/2014 Término: 22/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 70/2014
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (25), 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (36)

Objeto : AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, PARA USO DOS ALUNOS DOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME ANEXO I E II DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 309/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 309/2014

Contrato Nº.: 309/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: ALDOIR GOBETTI DE OLIVEIRA ME
Valor : 166.970,64 (cento e sessenta e seis mil novecentos e setenta reais e sessenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 22/12/2014 Término: 22/03/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 74/2014
Recursos : Dotação: 1.007.4.4.90.00.00.00.00.00 (66) Saldo: 187.000,00
Objeto : CONSTRUÇÃO DE UM BARRACAO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I E MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 310/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 310/2014

Contrato Nº.: 310/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: ERGO - MOBILI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA
Valor : 58.252,00 (cinquenta e oito mil duzentos e cinquenta e dois reais)
Vigência : Início: 23/12/2014 Término: 23/02/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 69/2014
Recursos : Dotação: 1.009.4.4.90.00.00.00.00.00 (13), 1.011.4.4.90.00.00.00.00.00 (19)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MOBILIARIO PARA USO NOS CEIS, NUCLEOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 311/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 311/2014

Aditivo Nº : 311/2014 - Contrato Nº: 111/2010
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 23/12/2014 Término: 31/01/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 35/2010
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31) Saldo: 1.481.085,00

Objeto : ADITIVO DE PRAZO E VALOR R\$ 584,56 A MAIS PELOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA, COMPRAS E LICITAÇÕES E EDUCAÇÃO, CONFORME QUANTITATIVOS E CARACTERÍSTICAS DESCRITAS NOS ANEXOS I E II, INCLUSIVE COM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS, REGIDA PELA LEI FEDERAL 10.520/002, PELA LEI 8.666/93, ENTRE OUTROS DISPOSITIVOS LEGAIS APLICADOS A ESPÉCIE.

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATOS 2015

ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 086/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: : KR Construtora e Incorporadora KR Ltda.

Objeto Contratação de empresa para realização de obra de construção de calçadas em paver em ruas do distrito de São Pedro Tobias convenio 790014/2014 contrato de repasse nº 1.008.054-72/2013 Ministério das Cidades/Caixa. .Origem: Processo 099/2014 Modalidade: TP nº 099/2014. Onde se lê Vigência: 01/04/2015 à 30/07/2015.o correto é vigência 01/04/2014 à 31/12/2015

Dionísio Cerqueira 17/03/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 085/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: : Gaia Rodovias Ltda.

Objeto Contratação de empresa para realização de obra de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, meio fio e sinalização em ruas do distrito de São Pedro Tobias convenio 790014/2014 contrato de repasse nº 1.008.054-72/2013 Ministério das Cidades/Caixa. .Origem: Processo 099/2014 Modalidade: TP nº 099/2014. Onde se lê Vigência: 01/04/2015 à 30/07/2015.o correto é vigência 01/04/2014 à 31/12/2015 Vigência: 01/04/2015 à 30/07/2015.

Dionísio Cerqueira 17/03/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 028/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: : Paraná equipamentos S/A

Objeto Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de mecânica e aquisição de peças genuínas para recuperação da transmissão e do diferencial da moto niveladora 120 h caterpillar de propriedade do Município de Dionísio Cerqueira.. Valor R\$ 125,180,84 Origem: Processo 049/2015 Modalidade: IL nº 049/2015. Vigência: 31/03/2015 à 31/06/2015.

Dionísio Cerqueira 31/03/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

CONTRATO: 008/2015.

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: : Maria Iracema Rosa da Mia

Objeto Contratação de casa abrigo para abrigamento de idosos do Município sem vinculo familiar... Valor R\$ 33.080,00 Origem: Processo 008/2015 Modalidade: Pregão nº 008/2015. Vigência: 01/04/2015 à 31/01/2016. - Dionísio Cerqueira 01/04/2015

Marilene Limberger -Gestora do FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

CONTRATO: 009/2015.

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: : NUPAI - Assoc. Núcleo de Prof. Amigo dos Idosos

Objeto Contratação de casa abrigo para abrigamento de idosos do Município sem vinculo familiar... Valor R\$ 15.760,00 Origem: Processo 008/2015 Modalidade: Pregão nº 008/2015. Vigência: 01/04/2015 à 31/01/2016. - Dionísio Cerqueira 01/04/2015

Marilene Limberger -Gestora do FMAS

.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO Nº 008/2015 FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: : Vani Zamboni Cia Ltda -ME

Objeto Aquisição de lanches para destinados aos servidores e usuários participantes das campanhas de prevenção e vigilância em saúde desenvolvidas e coordenadas pela vigilância sanitária Valor R\$ 6.825,00 Origem: Processo 020/2015 Modalidade: Pregão nº 020/2015. Vigência: 01/04/2015 à 31/12/2015

Dionísio Cerqueira 01/04/2015

RELATÓRIO SIOPS PRIMEIRO BIMESTRE 2015

SIOPS

Digitally signed by JOAO CARLOS
 STAHL:42374448991
 Date: 2015.04.01 11:36:45 -03:00
 Reason: SIOPS
 Location: SUS - Sistema Único de Saúde

UF: Santa Catarina

Município: Dionísio Cerqueira

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º Bimestre Janeiro e Fevereiro de 2015

RREO - ANEXO 12 (LC141/2012, art.35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b / a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	4.946.412,53	4.946.412,53	397.225,15	8,03
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.218.000,00	1.218.000,00	901,59	0,07
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	750.000,00	750.000,00	83.767,58	11,16
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.711.147,20	1.711.147,20	195.201,56	11,40
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	372.724,24	372.724,24	87.829,92	23,56
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	7.137,90	7.137,90	1.277,99	17,90
Dívida Ativa dos Impostos	845.765,44	845.765,44	20.303,73	2,40
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	41.637,75	41.637,75	7.942,78	2,40
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	19.397.632,50	19.397.632,50	3.318.498,32	17,10
Cota-Parte FPM	11.230.000,00	11.230.000,00	2.018.568,77	17,97
Cota-Parte ITR	24.874,50	24.874,50	218,63	0,87
Cota-Parte IPVA	1.520.000,00	1.520.000,00	140.321,54	9,23
Cota-Parte ICMS	6.480.000,00	6.480.000,00	1.143.291,79	17,64
Cota-Parte IPI-Exportação	107.068,50	107.068,50	16.097,59	15,03
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	35.689,50	35.689,50	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	35.689,50	35.689,50	0,00	0,00
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	24.344.045,03	24.344.045,03	3.715.723,47	15,26

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d / c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	5.180.164,55	6.579.325,00	754.378,22	11,47
Provenientes da União	4.931.805,00	4.931.805,00	535.690,61	10,86
Provenientes dos Estados	0,00	1.427.335,00	141.947,18	9,94
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	248.359,55	220.185,00	76.740,43	34,85

TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	26.394,00	25.344,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	18.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	5.224.558,55	6.604.669,00	754.378,22	11,42

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f / e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g / e) x 100
DESPESAS CORRENTES	13.911.420,46	14.001.420,46	3.272.176,42	23,37	1.626.901,54	11,61
Pessoal e Encargos Sociais	8.600.696,00	8.450.696,00	1.219.710,97	14,43	1.219.710,97	14,43
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.310.724,46	5.550.724,46	2.052.465,45	36,97	407.190,57	7,33
DESPESAS DE CAPITAL	109.370,00	2.179.370,00	144.750,14	6,64	47.956,11	2,20
Investimentos	109.370,00	2.179.370,00	144.750,14	6,64	47.956,11	2,20
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	14.020.790,46	16.180.790,46	3.416.926,56	21,11	1.674.857,65	10,35

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h / IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	N/A	N/A	1.483.198,64	43,41	698.234,74	41,69
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	N/A	N/A	1.483.198,64	43,41	698.234,74	41,69
Recursos de Operações de Crédito	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES*	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	N/A		1.483.198,64	43,41	698.234,74	41,69

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	N/A	16.180.790,46	1.933.727,92	56,59	976.622,91	
---	-----	---------------	--------------	-------	------------	--

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIi / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ⁴ e 5	26,28
---	-------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VIi - (15*IIIb)/100)] ⁶	419.264,39
---	------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2015	0,00	N/A	N/A	N/A	0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	4.137,37	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	4.137,37	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24,§ 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	N/A	N/A	N/A
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DE VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 e 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l)x 100	Até o Bimestre (m)	%(m/total m)x 100
Atenção Básica	7.864.250,46	7.954.250,46	1.896.529,27	55,50	1.039.022,04	62,04
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.452.210,00	6.522.210,00	1.161.463,37	33,99	425.538,11	25,41
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	500.500,00	500.500,00	84.600,22	2,48	40.256,47	2,40
Vigilância Epidemiológica	66.945,00	66.945,00	45.000,00	1,32	45.000,00	2,69
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	1.136.885,00	1.136.885,00	229.333,70	6,71	125.041,03	7,47
TOTAL	14.020.790,46	16.180.790,46	3.416.926,56	100,00	1.674.857,65	100,00

FONTE: SIOPS, Dionísio Cerqueira / SC

1 - Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 - O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 - O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 - Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012

5 - Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012

6 - No último bimestre, será utilizada a fórmula $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$.

Justificativa:

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

LEI Nº 850/2015

LEI 850 de 16 de março de 2015.

Dispõe sobre o acesso a informações, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal e na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, cria o serviço de informações ao cidadão no âmbito municipal, e dá outras providências.

O Prefeito em Exercício do Município de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O acesso à informação pública garantido no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal se dará, no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo do Município de Doutor Pedrinho, segundo o disposto nesta lei e na Lei Federal nº 12.527/2011.

Art. 2º - Fica criado o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, no Município de Doutor Pedrinho, garantindo o direito de acesso à informação, que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

§ 1º - O SIC funcionará junto a Secretaria de Administração e Finanças, localizada na sede administrativa do Município de Doutor Pedrinho, no endereço da Rua Brasília, nº 02, e será coordenado por servidor público municipal designado.

§ 2º - A Controladoria Interna Municipal compete orientar e fiscalizar a prestação do SIC, bem como, divulgar ao cidadão os procedimentos para acesso às informações.

Art. 3º - Fica criada a Comissão de Avaliação de Informações - CAI, com objetivo de esclarecer dúvidas e qualificar informações ou documentos como sigilosos.

Parágrafo único - A CAI será constituída pelo Secretário de Educação e Promoção Social, pela Coordenação da Unidade Operacional de Controle Interno do Poder Executivo e pelo Chefe de Gabinete, ou, na sua ausência, pelo Assessor Jurídico do Município.

Art. 4º - O Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, terá o objetivo de:

- I - atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;
- II - informar sobre a tramitação de documentos nas unidades; e
- III - receber e registrar pedidos de acesso à informação.

Parágrafo único - Compete ao SIC:

- I - o recebimento do pedido de acesso e, sempre que possível, o fornecimento imediato da informação;
- II - o registro do pedido de acesso em sistema eletrônico específico e a entrega de número do protocolo, que conterá a data de apresentação do pedido; e
- III - o encaminhamento do pedido recebido e registrado à unidade responsável pelo fornecimento da informação ao SIC, quando

couber.

Art. 5º - Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação.

§ 1º - O pedido será apresentado em formulário padrão, disponibilizado em meio eletrônico e físico, no sítio na Internet e no SIC.

§ 2º - O prazo de resposta será contado a partir da data de apresentação do pedido ao SIC.

§ 3º - É facultado ao SIC o recebimento de pedidos de acesso à informação por qualquer outro meio legítimo, como correspondência eletrônica ou física, desde que atendidos os requisitos do art. 6º.

§ 4º - Na hipótese do § 3º, será enviada ao requerente comunicação com o número de protocolo e a data do recebimento do pedido pelo SIC, a partir da qual se inicia o prazo de resposta.

Art. 6º - O pedido de acesso à informação deverá conter:

- I - nome e qualificação do requerente;
- II - número de documento de identificação válido;
- III - especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida e da finalidade pretendida; e
- IV - endereço físico e eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

Art. 7º - Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

- I - genéricos;
- II - desproporcionais ou desarrazoados; ou
- III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do SIC.

Parágrafo único - Na hipótese do inciso III do caput, o SIC deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Art. 8º - São vedadas exigências da juntada de prova da finalidade pretendida ou outras relativas aos motivos do pedido de acesso à informação.

Art. 9º - Recebido o pedido e estando a informação disponível, o acesso será imediato.

§ 1º - Caso não seja possível o acesso imediato, o SIC deverá, no prazo de até vinte dias:

- I - enviar a informação ao endereço informado;
- II - comunicar data, local e modo para realizar consulta à informação, efetuar reprodução ou obter certidão relativa à informação;
- III - comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de sua existência;
- IV - indicar, caso tenha conhecimento, o responsável pela informação ou que a detenha; ou
- V - indicar as razões da negativa, total ou parcial, do acesso.

§ 2º - Nas hipóteses em que o pedido de acesso demandar manuseio de grande volume de documentos, ou a movimentação do documento puder comprometer sua regular tramitação, será adotada a medida prevista no inciso II do § 1º.

§ 3º - Quando a manipulação puder prejudicar a integridade da informação ou do documento, o SIC deverá indicar data, local e modo para consulta, ou disponibilizar cópia, com certificação de que confere com o original.

§ 4º - Na impossibilidade de obtenção de cópia de que trata o § 3º, o requerente poderá solicitar que, às suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a integridade do documento original.

Art. 10 - O prazo para resposta do pedido poderá ser prorrogado por dez dias, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de vinte dias.

Art. 11 - Caso a informação esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em outro meio de acesso universal, o SIC deverá orientar o requerente quanto ao local e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Parágrafo único - Na hipótese do caput o SIC desobriga-se do fornecimento direto da informação, salvo se o requerente comprovar não dispor de meios para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Art. 12 - A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

§ 1º - Quando o fornecimento da informação implicar reprodução de documentos, o SIC observado o prazo de resposta ao pedido, disponibilizará ao requerente o Documento de Arrecadação Municipal - DAM ou documento equivalente, para pagamento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados.

§ 2º - A reprodução de documentos ocorrerá no prazo de dez dias, contado da comprovação do pagamento pelo requerente.

§ 3º - Está isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei no 7.115, de 29 de agosto de 1983.

Art. 13 - Negado o pedido de acesso à informação, será enviada ao requerente, no prazo de resposta, comunicação com:

I - razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;

II - possibilidade e prazo de recurso, com indicação da autoridade hierarquicamente superior ao SIC que o apreciará.

Parágrafo único - O SIC disponibilizará formulário padrão para apresentação de recurso.

Art. 14 - A divulgação de informações de interesse coletivo ou geral, produzidas ou custodiadas pelo Município, serão divulgadas, independente de requerimento, no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC e na home page do Município (www.doutorpedrinho.sc.gov.br), devendo atender ao disposto na Lei Federal de acesso a informação e ao cidadão.

Parágrafo único - Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:

I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;

II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;

III - registros das despesas;

IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e

VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

Art. 15 - No caso de negativa de acesso à informação ou de não fornecimento das razões da negativa do acesso, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à autoridade hierarquicamente superior ao SIC, que deverá apreciá-lo no prazo de cinco dias, contado da sua apresentação.

§ 1º - Verificada a procedência das razões do recurso, a autoridade hierarquicamente superior ao SIC, determinará ao mesmo que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto nesta Lei.

§ 2º - Negado o acesso à informação pela autoridade hierarquicamente superior ao SIC, poderá o requerente interpor recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à autoridade máxima do município, que deverá apreciá-lo no prazo de cinco dias, contado da sua apresentação.

Art. 16 - A autoridade hierarquicamente superior ao SIC no âmbito municipal será representada pela Coordenação da Unidade Operacional de Controle Interno do Poder Executivo.

Art. 17 - A autoridade máxima do município será representada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único - Em face da independência e separação dos poderes, competirá ao Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores a regulamentação da aplicabilidade desta lei no âmbito do Poder Legislativo Municipal, em observância aos ditames legais relacionado no artigo 1º.

Art. 18 - Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilização do agente público:

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II - utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontra sob sua guarda, a que tenha acesso ou sobre que tenha conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

III - agir com dolo ou má-fé na análise dos pedidos de acesso à informação;

IV - divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido a informação classificada em grau de sigilo ou de caráter pessoal;

V - impor sigilo à informação para obter indevido proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar indevidamente a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e

VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

§ 1º - Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no caput serão consideradas infrações administrativas para fins do disposto no Estatuto dos Servidores Público Municipais.

§ 2º - Pelas condutas descritas no caput, poderá o agente público responder, também, por ato de improbidade administrativa.

Art. 19 - A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - rescisão do vínculo com o poder público;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, assegurado o direito de defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º - A reabilitação referida no inciso V será autorizada somente quando o interessado efetivar o ressarcimento dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV.

§ 3º - A aplicação da sanção prevista no inciso V é de competência exclusiva da autoridade máxima do município, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

Art. 20 - A implantação das ferramentas de consulta e de acesso à informação de que trata esta lei, deverá ser feito no prazo de cento e oitenta dias de sua vigência.

§ 1º - Fica, o Prefeito Municipal, autorizado a proceder, mediante Decreto, todas as alterações no orçamento do Município que se fizerem necessários em decorrência desta lei.

§ 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 21 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Doutor Pedrinho, em 16 de Março de 2015; 27º ano de Fundação; 25º ano de Emancipação Política.

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO

Prefeito em Exercício de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de março de 2015.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

LEI Nº 851/2015

LEI 851 de 16 de março de 2015.

Declara inservíveis para municipalidade os bens que especifica, adquiridos através de recursos do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, e autoriza sua doação para Associação Comunitária de Bombeiros.

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO, Prefeito em Exercício do Município de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam declarados inservíveis para a municipalidade os bens patrimoniais adquiridos através de recursos do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, como segue:

Descrição	Patrimônio	Valor Contábil
Forno Micro-ondas ME Eletrolux	nº 2303	R\$ 265,00
Fogão 4 bocas Master Light	nº 2304	R\$ 530,00
Monitor 17' marca LG	nº 2337	R\$ 555,00
Micro System Phillips	nº 2338	R\$ 235,00
Armário (roupeiro) 3 portas	nº 2343	R\$ 260,00
Cadeira diretor fixa	nº 2344	R\$ 235,00
Cadeira diretor fixa	nº 2345	R\$ 235,00
Cadeira giratória presidente	nº 2346	R\$ 530,00
Refrigerador/geladeiraCrb36 – marca Consul	nº 2347	R\$ 1.065,00
Impressora Multifuncional HP 4660	nº 2435	R\$ 599,00
Computador completo, Pauta Power Core I5, 8 GB / HD 500, côr preto	nº 2953	R\$ 1.970,00
Computador completo, Pauta Power Core I5, 8 GB / HD 500, côr preto	nº 2954	R\$ 1.970,00
Computador completo, Pauta Power Core I5, 8 GB / HD 500, côr preto	nº 2955	R\$ 1.970,00

§ 1º - Fica autorizada a doação dos bens relacionados no caput deste artigo para Associação Comunitária de Bombeiros, CNPJ nº 07.662.914/0001-67, com sede na Rua das Missões, nº 33, na localidade de Alto Benedito, na cidade de Benedito Novo - SC, para uso em suas atividades.

§ 2º - Fica determinado a baixa do registro dos bens no patrimônio público do Município de Doutor Pedrinho - SC.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO

Prefeito em Exercício de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de março de 2015.

EDIR ANA FRAINER MAZZI
Técnica em Contabilidade.

PORTARIA 050/2015

PORTARIA no 050, de 26 de Março de 2015.
Concede Progressão por Habilitação a Servidora Pública Municipal.

O Prefeito de Doutor Pedrinho em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; com fundamento no artigo 09 da Lei Complementar nº 32, de 06 de abril de 2004; e
Considerando-se o requerimento formulado pela servidora com a comprovação de conclusão de Graduação realizada;
Considerando-se a expedição de Parecer Jurídico favorável ao pleito da requerente; resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO POR HABILITAÇÃO

A servidora do município de Doutor Pedrinho, abaixo identificada, como segue:

Nome do(a) Servidor(a)	Cargo	A contar de:	Referência / Classe	
			Atual	Progressão
Josiane Dalpiaz	Enfermeira	13/03/2015	11	11.1

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 26 de março de 2015;
27o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.
JOSÉ ARILDO DE CASTILHO
Prefeito em Exercício de Doutor Pedrinho/SC.

Ermo

PREFEITURA

DECRETO Nº. 014 DE 30 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº. 014 de 30 de março de 2015.

Determina Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais, no dia 02 de abril de 2015 (quinta-feira), em virtude do feriado de Sexta-feira Santa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 30 de março de 2015.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL
Secretário de Administração e Finanças

RREO_1BIM DE 2015



Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.920.762,66	12.920.762,66	2.066.988,16	16,00	2.066.988,16	16,00
RECEITAS CORRENTES	11.533.048,17	11.533.048,17	1.806.336,80	15,66	1.806.336,80	15,66
RECEITA TRIBUTÁRIA	372.785,98	372.785,98	43.309,69	11,62	43.309,69	11,62
IMPOSTOS	160.135,01	160.135,01	28.630,08	17,88	28.630,08	17,88
TAXAS	112.650,97	112.650,97	14.679,61	13,03	14.679,61	13,03
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	81.800,96	81.800,96	2.462,65	3,01	2.462,65	3,01
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	60.198,31	60.198,31	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	21.602,65	21.602,65	2.462,65	11,40	2.462,65	11,40
RECEITA PATRIMONIAL	40.837,56	40.837,56	4.456,79	10,91	4.456,79	10,91
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	40.837,56	40.837,56	4.456,79	10,91	4.456,79	10,91
RECEITA DE SERVIÇOS	102.088,79	102.088,79	2.179,21	2,13	2.179,21	2,13
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.818.974,94	10.818.974,94	1.748.623,86	16,16	1.748.623,86	16,16
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.818.974,94	10.818.974,94	1.748.623,86	16,16	1.748.623,86	16,16
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	116.559,94	116.559,94	5.304,60	4,55	5.304,60	4,55
Multas e Juros de Mora	18.744,14	18.744,14	2.494,86	13,31	2.494,86	13,31
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.904,77	7.904,77	68,10	0,86	68,10	0,86
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	30.300,64	30.300,64	579,21	1,91	579,21	1,91
RECEITAS DIVERSAS	59.610,39	59.610,39	2.162,43	3,63	2.162,43	3,63
RECEITAS DE CAPITAL	1.387.714,49	1.387.714,49	260.651,36	18,78	260.651,36	18,78
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEIRAÇÃO DE BENS	89.960,49	89.960,49	56.300,00	62,58	56.300,00	62,58
Alienação de Bens Móveis	89.960,49	89.960,49	56.300,00	62,58	56.300,00	62,58
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	297.754,00	297.754,00	204.351,36	68,63	204.351,36	68,63
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	297.754,00	297.754,00	204.351,36	68,63	204.351,36	68,63
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	12.920.762,66	12.920.762,66	2.066.988,16	16,00	2.066.988,16	16,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	12.920.762,66	12.920.762,66	2.066.988,16	16,00	2.066.988,16	16,00
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	12.920.762,66	12.920.762,66	2.066.988,16	16,00	2.066.988,16	16,00
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	0,00	—	—	0,00	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	12.864.462,66	14.388.515,56	4.800.530,37	4.800.530,37	9.587.985,19	1.884.169,40	1.884.169,40	12.504.346,16	1.440.319,16
DESPESAS CORRENTES	9.749.569,39	9.749.569,39	3.070.314,14	3.070.314,14	8.175.436,35	1.574.133,04	1.574.133,04	8.175.436,35	1.237.514,36
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.323.530,51	4.323.530,51	814.541,26	814.541,26	3.508.989,25	792.111,32	792.111,32	3.531.419,19	719.091,72
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	21.200,00	21.200,00	0,00	0,00	21.200,00	0,00	0,00	21.200,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	74.744,27	74.744,27	38.524,61	38.524,61	36.219,66	7.279,83	7.279,83	67.464,44	6.781,38
Transferências a União	5.330.094,61	5.330.094,61	2.217.248,27	2.217.248,27	3.112.846,34	774.741,89	774.741,89	4.555.352,72	511.641,26
DESPESAS DE CAPITAL	3.107.473,27	4.631.526,17	1.730.216,23	1.730.216,23	4.321.489,81	310.036,36	310.036,36	4.321.489,81	202.804,80
INVESTIMENTOS	3.001.473,27	4.525.526,17	1.716.915,84	1.716.915,84	2.808.610,33	296.735,97	296.735,97	4.228.790,20	189.504,41
Amortização da Dívida	106.000,00	106.000,00	13.300,39	13.300,39	92.699,61	13.300,39	13.300,39	92.699,61	13.300,39
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.420,00	7.420,00	0,00	0,00	7.420,00	0,00	0,00	7.420,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	12.864.462,66	14.388.515,56	4.800.530,37	4.800.530,37	9.587.985,19	1.884.169,40	1.884.169,40	14.388.515,56	1.440.319,16
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3



Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	12.864.462,66	14.388.515,56	4.800.530,37	4.800.530,37	9.587.985,19	1.884.169,40	1.884.169,40	14.388.515,56	1.440.319,16
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	182.818,76	—	2.066.988,16
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	12.864.462,66	14.388.515,56	4.800.530,37	4.800.530,37	—	1.884.169,40	2.066.988,16	—	3.507.307,32

FONTE:

ERMO , 01/04/2015

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ
Contadora CRC/SC026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO
Responsável p/ controle interno



Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	89.960,49	56.300,00	33.660,49
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	89.960,49	56.300,00	33.660,49
TOTAL	89.960,49	56.300,00	33.660,49

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	33.660,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.660,49
Investimentos	33.660,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.660,49
TOTAL	33.660,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.660,49

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	56.300,00	56.300,00

FONTE:



Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
					Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)				0,00	0,00	0,00		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)				0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II				0,00	0,00	0,00		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
					Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS			0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE			0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)			DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
					Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES			1.384.215,04	1.384.215,04	583.580,82	42,16	369.360,11	26,68
Pessoal e Encargos Sociais			881.600,00	881.600,00	194.899,21	22,11	194.899,21	22,11
Outras Despesas Correntes			502.615,04	502.615,04	388.681,61	77,33	174.460,90	34,71

Continua 1/4



Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	53.000,00	53.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	53.000,00	53.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	1.437.215,04	1.437.215,04	583.580,82	40,60	369.360,11	25,70
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	0,00	0,00	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	1.437.215,04	1.437.215,04	583.580,82	100,00	369.360,11	100,00
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						0,00
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						
						369.360,11

Continua 2/4



Município de ERMO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)				
	0,00	0,00		0,00		
TOTAL (VII)	0,00	0,00		0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
	LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)				
	-	-		-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	1.780.920,04	1.780.920,04	885.794,82	100,00	407.190,11	100,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	795,00	795,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.781.715,04	1.781.715,04	885.794,82	100,00	407.190,11	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V(i-h+i) - (15 \times \text{IIb})/100]$

Continua 3/4



Município de ERMO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4



Município de ERMO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

ERMO , 01/04/2015



Município de ERMO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				(b/Total b)			(d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)				100,00			100,00	
Legislativa	12.864.462,66	14.388.515,56	4.800.530,37	4.800.530,37	9.587.985,19	1.884.169,40	1.884.169,40	12.504.346,16
Ação Legislativa	530.544,27	530.544,27	106.222,82	106.222,82	424.321,45	69.318,10	69.318,10	3,68
Administração	530.544,27	530.544,27	106.222,82	106.222,82	424.321,45	69.318,10	69.318,10	3,68
Administração Geral	1.010.387,76	1.010.387,76	461.754,44	461.754,44	548.633,32	251.232,21	251.232,21	13,33
Segurança Pública	1.010.387,76	1.010.387,76	461.754,44	461.754,44	548.633,32	251.232,21	251.232,21	13,33
Policimento	28.764,16	28.764,16	733,06	733,06	28.031,10	733,06	733,06	0,04
Assistência Social	28.764,16	28.764,16	733,06	733,06	28.031,10	733,06	733,06	0,04
Assistência à Criança e ao Adolescente	604.216,80	604.216,80	56.276,08	56.276,08	547.940,72	21.358,53	21.358,53	1,13
Assistência Comunitária	17.865,24	17.865,24	6.058,80	6.058,80	11.806,44	845,26	845,26	0,04
Saúde	586.351,56	586.351,56	50.217,28	50.217,28	536.134,28	20.513,27	20.513,27	1,09
Atenção Básica	2.206.147,67	2.206.147,67	1.055.335,08	1.055.335,08	1.150.812,59	449.492,28	449.492,28	23,86
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.100.147,67	2.100.147,67	1.002.847,18	1.002.847,18	1.097.300,49	440.703,37	440.703,37	23,39
Educação	106.000,00	106.000,00	52.487,90	52.487,90	53.512,10	8.788,91	8.788,91	0,47
Alimentação e Nutrição	3.800.333,52	5.004.979,59	1.782.072,72	1.782.072,72	3.222.906,87	519.334,92	519.334,92	27,56
Ensino Fundamental	119.177,40	119.177,40	90.092,55	90.092,55	29.084,85	6.125,80	6.125,80	0,33
Educação Infantil	2.845.998,83	3.867.755,63	1.493.554,92	1.493.554,92	2.374.200,71	401.930,01	401.930,01	21,33
Educação de Jovens e Adultos	691.411,19	874.300,46	198.425,25	198.425,25	675.875,21	111.279,11	111.279,11	5,91
Educação Especial	80.146,10	80.146,10	0,00	0,00	80.146,10	0,00	0,00	0,00
Cultura	63.600,00	63.600,00	0,00	0,00	63.600,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	27.155,08	27.155,08	5.129,70	5.129,70	22.025,38	5.129,70	5.129,70	0,27
Urbanismo	27.155,08	27.155,08	5.129,70	5.129,70	22.025,38	5.129,70	5.129,70	0,27
Infra-Estrutura Urbana	609.368,41	761.775,24	664.696,80	664.696,80	97.078,44	97.809,42	97.809,42	5,19
Serviços Urbanos	428.765,76	581.172,59	509.711,63	509.711,63	71.460,96	77.828,84	77.828,84	4,13
Agricultura	180.602,65	180.602,65	154.985,17	154.985,17	25.617,48	19.980,58	19.980,58	1,06
Abastecimento	775.855,60	900.855,60	138.374,95	138.374,95	762.480,65	81.465,40	81.465,40	4,32
Indústria	775.855,60	900.855,60	138.374,95	138.374,95	762.480,65	81.465,40	81.465,40	4,32
Promoção Industrial	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	1.935.669,39	1.977.669,39	484.092,35	484.092,35	1.493.577,04	342.453,41	342.453,41	18,18
Desporto e Lazer	1.935.669,39	1.977.669,39	484.092,35	484.092,35	1.493.577,04	342.453,41	342.453,41	18,18
Desporto Comunitário	95.400,00	95.400,00	13.816,77	13.816,77	81.583,23	13.816,77	13.816,77	0,73
Encargos Especiais	95.400,00	95.400,00	13.816,77	13.816,77	81.583,23	13.816,77	13.816,77	0,73
Outros Encargos Especiais	233.200,00	233.200,00	32.025,60	32.025,60	201.174,40	32.025,60	32.025,60	1,70
	233.200,00	233.200,00	32.025,60	32.025,60	201.174,40	32.025,60	32.025,60	1,70

Continua 1/2



Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/Total b)			% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.864.462,66	14.388.515,56	4.800.530,37	100,00	9.587.985,19	1.884.169,40	100,00	12.504.346,16
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.420,00	7.420,00	0,00	0,00	7.420,00	0,00	0,00	7.420,00
TOTAL (III) = (I + II)	12.864.462,66	14.388.515,56	4.800.530,37	100,00	9.587.985,19	1.884.169,40	100,00	12.504.346,16

FONTE:

ERMO , 01/04/2015

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ
Contadora CRC/SC026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO
Responsável p/ controle interno

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

RECEITAS CORRENTES (I)	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	TOTAL (ULT. 12 MES.)
913.519,68	986.670,65	1.035.405,08	884.528,71	813.996,62	898.825,32	1.047.181,91	848.830,89	1.001.430,03	1.372.675,65	1.134.726,18	1.048.850,58	1.048.850,58	13.872.061,08
RECEITA TRIBUTÁRIA	23.352,47	19.230,17	35.210,97	32.996,19	14.419,31	14.186,25	25.480,00	15.152,45	13.267,77	30.678,88	25.907,29	25.907,29	267.284,15
I.P.T.U.	190,50	1.165,63	8.461,52	6.048,93	1.367,14	348,75	347,45	0,00	356,02	404,48	0,00	0,00	18.716,24
I.R.R.F.	4.942,89	5.137,35	6.159,06	6.177,76	321,81	6.065,51	5.983,96	5.809,03	6.099,85	16.292,16	11.125,70	11.125,70	74.167,88
I.S.S.	10.614,02	5.509,40	6.101,34	13.199,62	3.158,94	3.962,42	4.445,17	4.625,51	3.583,48	11.740,45	5.128,86	5.128,86	84.388,11
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	7.605,06	7.417,79	14.489,05	7.549,88	9.571,42	3.809,57	14.713,42	4.717,91	3.228,42	2.241,79	5.025,88	9.652,73	212.650,97
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	8.573,52	10.634,03	9.802,96	5.718,22	5.702,41	5.389,90	924,74	1.000,00	986,31	56.469,03	1.292,21	1.170,44	107.663,77
RECEITA PATRIMONIAL	886,47	1.608,34	1.953,88	580,34	1.470,91	580,94	250,85	1.297,26	360,24	6.240,89	0,00	4.456,79	81.800,96
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.837,56
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	3.040,24	5.685,96	4.825,92	4.628,39	7.128,05	4.835,40	3.225,83	841,33	2.100,25	1.524,57	1.711,17	468,04	102.088,79
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	870.580,14	831.557,30	980.039,26	838.624,02	779.429,06	856.864,95	1.010.735,02	827.874,54	983.066,55	1.284.171,60	1.111.509,05	1.013.904,77	11.350.356,26
Cota-Parte do F.P.M.	378.518,74	430.782,48	573.089,30	429.779,99	369.126,63	448.426,05	393.082,94	371.933,84	491.732,86	790.906,07	599.335,67	611.805,61	5.888.090,18
Cota-Parte do I.C.M.S.	275.250,68	288.541,40	272.970,29	276.935,00	168.696,42	269.990,02	288.495,30	298.470,06	329.293,02	317.182,04	334.956,20	298.704,01	3.400.486,44
Cota-Parte do I.P.V.A.	19.241,79	17.296,28	19.620,81	17.708,91	107.866,81	18.448,46	20.436,40	16.374,50	7.674,58	7.366,29	10.019,86	17.950,36	250.000,00
Cota-Parte do ITR.	6,20	120,20	52,04	8,72	21,04	32,51	1.159,00	1.457,45	164,95	38,20	26,29	0,00	4.971,30
Outras Transferências Correntes	144.558,49	60.000,56	54.506,27	57.320,66	80.535,49	65.680,07	248.172,04	80.139,69	71.197,22	84.917,51	98.394,92	24.031,27	946.067,29
Transferências da LC 61/1989	3.771,70	4.108,53	4.488,69	4.443,57	4.372,42	4.596,99	4.241,33	4.542,09	5.215,69	5.146,37	6.993,28	4.160,56	55.971,22
Transferências da LC 87/1996	0,00	1.204,80	1.204,80	1.204,80	1.204,80	1.204,80	1.204,80	1.204,80	1.204,80	2.409,60	0,00	0,00	12.048,00
Transferências do FUNDEB	49.232,54	49.503,05	54.127,06	51.222,37	47.603,45	50.576,05	51.943,21	54.182,11	56.593,43	56.205,52	61.782,83	57.252,96	640.214,58
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.076,84	117.974,85	3.872,09	1.981,55	5.846,88	14.958,88	6.555,47	2.465,31	21.648,91	13.591,68	2.361,35	2.943,25	116.559,94
DEDUÇÕES (II)	143.586,09	152.868,64	183.055,48	150.901,37	134.692,86	152.921,59	141.923,74	138.710,34	167.057,02	230.052,63	190.266,05	186.523,91	2.399.211,22
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	135.012,57	144.263,26	174.280,96	146.168,38	130.239,81	148.521,59	141.923,74	138.710,34	167.057,02	174.454,90	190.266,05	186.523,91	2.339.012,91
Outras Contribuições Sociais	8.573,52	8.605,38	8.774,52	4.732,59	4.453,05	4.400,00	0,00	0,00	0,00	55.597,83	0,00	0,00	60.198,31
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	769.933,59	833.802,01	852.349,60	733.627,44	679.303,76	745.903,73	905.258,17	709.920,55	834.373,01	1.142.624,02	944.010,13	862.326,67	11.472.849,66

FONTE:

ERMO, 01/04/2015

ALDOIR CADORIN
Prefeito MunicipalANA PAULA NOLA BIZ
Contadora CRC/SC028097/O-0LEILE DENISE LEONARDO
Responsável p/ controle interno



Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	500.265,92	500.265,92	750.733,68
Disponibilidade de Caixa Bruta	500.265,92	500.265,92	1.194.455,73
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	443.722,05
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-500.265,92	-500.265,92	-750.733,68
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-500.265,92	-500.265,92	-750.733,68

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2015 (C - A)
VALOR	-250.467,76	-250.467,76

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	10.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

ERMO, 01/04/2015

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ
Contadora CRC/SC026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO
Responsável p/ controle interno



Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	11.492.210,61	1.801.880,01	1.907.164,38
Receita Tributária	372.785,98	43.309,69	17.885,04
I.P.T.U.	22.543,55	25,82	0,00
I.S.S.	43.651,92	17.445,76	5.055,55
I.T.B.I.	19.348,05	0,00	0,00
I.R.R.F.	74.591,49	11.158,50	8.017,77
Outras Receitas Tributárias	212.650,97	14.679,61	4.811,72
Receita de Contribuição	81.800,96	2.462,65	11.305,94
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	81.800,96	2.462,65	11.305,94
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	40.837,56	4.456,79	3.594,08
(-) Aplicações Financeiras	40.837,56	4.456,79	3.594,08
Transferências Correntes	10.818.974,94	1.748.623,86	1.866.516,31
F.P.M.	5.840.000,00	968.913,09	984.019,07
I.C.M.S.	3.200.000,00	506.928,36	445.111,66
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	1.778.974,94	272.782,41	437.385,58
Demais Receitas Correntes	218.648,73	7.483,81	11.457,09
Dívida Ativa	30.300,64	579,21	0,00
Diversas Receitas Correntes	188.348,09	6.904,60	11.457,09
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.387.714,49	260.651,36	16.000,00
Operações de Crédito (III)	1.000.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	89.960,49	56.300,00	0,00
Transferências de Capital	297.754,00	204.351,36	16.000,00
Convênios	297.754,00	204.351,36	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	16.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	297.754,00	204.351,36	16.000,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	11.789.964,61	2.006.231,37	1.923.164,38

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	9.749.569,39	3.070.314,14	2.959.316,91	1.574.133,04	1.510.608,14
Pessoal e Encargos Sociais	4.323.530,51	814.541,26	696.971,95	792.111,32	678.623,95
Juros e Encargos da Dívida (IX)	21.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.404.838,88	2.255.772,88	2.262.344,96	782.021,72	831.984,19
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	9.728.369,39	3.070.314,14	2.959.316,91	1.574.133,04	1.510.608,14
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.631.526,17	1.730.216,23	92.658,29	310.036,36	27.996,15
Investimentos	4.525.526,17	1.716.915,84	78.438,14	296.735,97	13.776,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	106.000,00	13.300,39	14.220,15	13.300,39	14.220,15
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	4.525.526,17	1.716.915,84	78.438,14	296.735,97	13.776,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	7.420,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	14.261.315,56	4.787.229,98	3.037.755,05	1.870.869,01	1.524.384,14
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.471.350,95	-2.780.998,61	-1.114.590,67	135.362,36	398.780,24
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00



Município de ERMO - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Superávit financeiro		-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais		-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	947.298,05

FONTE:

ERMO , 01/04/2015

ALDOIR CADORIN
 Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ
 Contadora CRC/SC026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO
 Responsável p/ controle interno



Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RRFO - Anexo 7 (LRF - art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)	
	Inscritos		Cancelados	Pagos	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados		Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

ERMO , 01/04/2015

ALDOIR CADORIN Prefeito Municipal	ANA PAULA NOLA BIZ Contadora CRC/SC026097/O-0	LEILE DENISE LEONARDO Responsável p/ controle interno
--------------------------------------	--	--



MUNICÍPIO DE ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1.00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	86.762,13	86.762,13	9.851,37	11,35
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	36.426,98	36.426,98	83,57	0,23
1.1.1- IPTU	13.526,13	13.526,13	6,45	0,05
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	22.900,85	22.900,85	77,12	0,34
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	4.837,01	4.837,01	0,00	0,00
1.2.1- ITBI	4.837,01	4.837,01	0,00	0,00
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	16.592,70	16.592,70	6.978,16	42,06
1.3.1- ISS	16.592,70	16.592,70	6.978,16	42,06
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	28.905,44	28.905,44	2.789,64	9,65
1.4.1- IRRF	28.905,44	28.905,44	2.789,64	9,65
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.695.064,56	11.695.064,56	1.883.951,84	16,11
2.1- Cota-Parte FPM	7.300.000,00	7.300.000,00	1.211.141,28	16,59
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.300.000,00	7.300.000,00	1.211.141,28	16,59
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.000.000,00	4.000.000,00	633.660,21	15,84
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	66.197,86	66.197,86	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	73.895,40	73.895,40	11.153,84	15,09
2.5- Cota-Parte ITR	4.971,30	4.971,30	26,29	0,53
2.6- Cota-Parte IPVA	250.000,00	250.000,00	27.970,22	11,19
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	11.781.826,69	11.781.826,69	1.893.803,21	16,07
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO DE ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	204.351,36	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	204.351,36	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	124.477,40	124.477,40	31.589,41	25,38
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	124.477,40	124.477,40	235.940,77	189,55
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.339.012,91	2.339.012,91	376.789,96	16,11
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.460.000,00	1.460.000,00	242.228,19	16,59
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	800.000,00	800.000,00	126.731,85	15,84
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	13.239,57	13.239,57	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	14.779,08	14.779,08	2.230,76	15,09
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	994,26	994,26	5,25	0,53
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	50.000,00	50.000,00	5.593,91	11,19
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	516.856,00	516.856,00	119.035,79	23,03
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	516.856,00	516.856,00	119.035,79	23,03
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.822.156,91	-1.822.156,91	-257.754,17	14,15
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				



MUNICÍPIO DE ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	310.113,60	310.113,60	76.531,00	24,68	76.531,00	24,68
13.1 - Com Educação Infantil	40.000,00	40.000,00	4.351,98	10,88	4.351,98	10,88
13.2 - Com Ensino Fundamental	270.113,60	270.113,60	72.179,02	26,72	72.179,02	26,72
14- OUTRAS DESPESAS	206.742,40	206.742,40	38.946,98	18,84	38.946,98	18,84
14.1 - Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2 - Com Ensino Fundamental	206.742,40	206.742,40	38.946,98	18,84	38.946,98	18,84
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	516.856,00	516.856,00	115.477,98	22,34	115.477,98	22,34
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						—
16.1 - FUNDEB 60%						—
16.2 - FUNDEB 40%						—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						115.477,98
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						64,29
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						32,72
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						2,99
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						16.062,80
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 *						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	2.945.456,67	2.945.456,67	473.450,80	16,07		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	40.000,00	40.000,00	4.351,98	10,88	4.351,98	10,88
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.446.381,12	3.446.381,12	382.486,33	11,10	271.372,99	7,87
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	476.856,00	476.856,00	111.126,00	23,30	111.126,00	23,30
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.969.525,12	2.969.525,12	271.360,33	9,14	160.246,99	5,40
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.486.381,12	3.486.381,12	386.838,31	11,10	275.724,97	7,91
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-257.754,17
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴						—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						-257.754,17
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))						533.479,14
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						28,17
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.486.381,12	3.486.381,12	386.838,31	11,10	275.724,97	7,91



MUNICÍPIO DE ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (j)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	119.035,79	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	119.035,79	0,00

ERMO, 01/04/2015

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ
Contadora CRC/SC026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO
Responsável p/ controle interno

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.



Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	1.000.000,00	0,00			1.000.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	4.631.526,17	1.730.216,23	310.036,36	0,00	2.901.309,94
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	4.631.526,17	1.730.216,23	310.036,36	0,00	2.901.309,94
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-3.631.526,17	-1.730.216,23	-	-	-1.901.309,94

FONTE:

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 64/PMF/2015.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de material gráfico para atendimento as diversas Secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 15 de abril de 2015 às 14:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00; 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 01 de abril de 2015.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇO Nº. 63/PMF/2015.

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Tomada de Preço Nº. 63/PMF/2015.

OBJETIVO: O presente edital tem por objetivo, a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de pavimentação asfáltica na Rodovia Ema de Cesaro Cavalier Minatto, objetivando a recuperação e revitalização de estradas vicinais no Município de Forquilha/SC, por meio do Contrato nº. 800333/2013 e Processo nº. 2624.1014081-26/2013 - PRODESA, firmado junto ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

DATA DE ABERTURA: Dia 20 de abril de 2015 às 15:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: licitacoes@forquilha.sc.gov.br ou processos@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 01 de abril de 2015.
VALDECIR TISCOSKI
Presidente da Comissão de Licitação

DECRETO Nº. 069, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº. 069, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

COLOCA O MÉDICO VETERINÁRIO, JEFFERSON DIAS DA SILVA, A DISPOSIÇÃO DA COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC, PARA EXERCER AS FUNÇÕES NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO ESTADUAL NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, e com a Lei Municipal nº 1.600, de 04 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Coloca o Médico Veterinário, Jefferson Dias da Silva, CRMV-SC 2373, CPF 949853329-68, RG 2473887-5 SSP/SC, a disposição da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, para exercer as funções no Serviço de Inspeção Estadual no Município de Forquilha, por tempo indeterminado e pelo período de dez (10) horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de março de 2015.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de março de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 070, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº. 070, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA, PREVISTA NA LEI FEDERAL Nº 12.232/2010, PARA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS A SEREM APRESENTADAS EM LICITAÇÃO, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, Lei Federal nº 12.232/2010, Edital de Chamamento Público nº 19/PMF/2015;

CONSIDERANDO o disposto no § 1º do artigo 10 da Lei Federal nº 12.232/2010, as propostas técnicas apresentadas pelas licitantes serão analisadas e julgadas por uma Subcomissão Técnica, constituída por 3 (três) membros que deverão ser formados em comunicação, publicidade ou marketing, ou que atuem em uma dessas áreas, sendo que 1/3 (um terço) deles não poderá manter nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com o Município de Forquilha;

CONSIDERANDO escolha dos membros da Subcomissão Técnica deu-se por sorteio, em sessão pública, conforme Processo de Chamamento Público, Edital 19/PMF/2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Subcomissão Técnica, prevista na Lei Federal nº 12.232/2010, para análise e julgamento das propostas técnicas a serem apresentadas em licitação, objetivando a

contratação de agência para a prestação de serviços de publicidade.

Art. 2º Para compor a Subcomissão Técnica ficam nomeados:

- a) Vinculados ao Município: Carla Machado Giassi e Tatiane Gonçalves;
- b) Não Vinculados ao Município: Mateus Teodoro Longaretti.

Art. 3º O trabalho realizado pelos componentes da Subcomissão de que trata o presente Decreto, é considerado serviço público relevante, sem ônus para o Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de março de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de março de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/FMA/2015

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 01/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - UNITÁ VEÍCULOS LTDA

OBJETO - aquisição de um veículo 0 km, utilitário pick-up, para uso da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 45.900,00 (quarenta e cinco mil e novecentos reais)

VIGÊNCIA - 395 (trezentos e noventa e cinco) dias corridos (prazo de entrega + prazo da garantia)

DOTAÇÃO - 1801.2070.4490 (19), (39)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 28/PMF/2015

DATA DA ASSINATURA - 20 de março de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 0001-2015 DOM

Aviso de Licitação - Tomada de Preços nº 0001/2015 - SANEFRAI MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2015 - SANEFRAI

Objeto: Contratação de empresa do ramo para prestação de serviços de perfuração e instalação de poço tubular profundo, no bairro Macieira, neste Município, com profundidade prevista para 80 (oitenta) metros, para abastecimento de água dos bairros Liberata e Macieira, nos termos dos Projetos anexos; Modalidade: Tomada de Preços; Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário. Julgamento: Menor Preço Global; Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 22.04.2015. Abertura do Certame: No mesmo dia às 09:15 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo na Av. Rio das Antas, nº 185 ou no Site: www.fraiburgo.sc.gov.br. Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. Email: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 01 de abril de 2015.

Eloi Regalin

Presidente da SANEFRAI

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0002_2015 - FME

Aviso da Inexigibilidade de licitação nº 0002/2015-FME

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0007/2015 - FME INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0002/2015 - FME

A Fundação Municipal de Esportes e Lazer de Fraiburgo, neste ato representada pelo Superintendente, torna pública a Inexigibilidade de Licitação nº 0002/2015-FME, referente a contratação para Divulgação radiofônica de todos os eventos, cobertura completa com equipe esportiva nos eventos ou participação da fundação municipal de esportes, entre eles: campeonatos municipais de futsal, futebol de campo, futebol suíço, campeonato regional e amadores, entre outros. Espaço destinado a divulgação no site da mesma e participação no programa bate bola de segunda a sexta-feira no horário das 18:30 as 19:00H, com direito a duas citações, sendo uma no início e outra no final; com fundamento no Art. 25, Caput, da Lei 8.666/93 e alterações, em favor da RÁDIO FRAIBURGO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 83.399.980/0001-74, no valor total de R\$ 13.500,00 a ser pago em 09 parcelas de R\$ 1.500,00, para o período de 01 de abril de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Fraiburgo (SC), 01 de abril de 2015.

Antônio Marcos de Almeida

Superintendente

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0010_2015 PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0068/2015 - PMF
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0010/2015 - PMF

Objeto: Fornecimento de créditos para o transporte de funcionários do município de Fraiburgo, nos termos da Concessão de Prestação e Exploração de Serviços Públicos de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de Fraiburgo, na modalidade convencional regular e seletivo, por ônibus, conforme contrato nº CT12PMF121, datado de 11 de maio de 2012. Contratada: SANTA TERESINHA TRANSPORTE E TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 82.988.858/0003-32. Fundamento Legal: Art. 25 "CAPUT" da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo(SC), 01 de abril de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0038_2015-PMFAviso da Republicação do Pregão Presencial nº 0038/2015 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa do ramo para prestação de serviços de transporte de gêneros alimentícios, sendo cesta de produtos perecíveis provenientes da agricultura familiar e de distribuição gratuita às famílias cadastradas junto ao CRAS - São Miguel. Julgamento: Menor preço por ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 14:15 horas do dia 17.04.2015. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 01 de abril de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0044_2015-PMF RP 0026

Aviso do Pregão Presencial nº 0044/2015 - PMF

Registro de Preços Nº 0026/2015 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de combustíveis para abastecimento da frota do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI - FMS - FME), durante os meses de Abril de 2015 a janeiro de 2016. Validade da Ata de Registro de Preços: de abril de 2015 a janeiro de 2016. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 09:15 horas do dia 16.04.2015. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 01 de abril de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

PORTARIA Nº 0946/2015

PORTARIA Nº 0946, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0588/2015 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a carga horária da servidora ROSANGELA LIMA DA ROCHA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 007.388.119-80, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, a partir do dia 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0947/2015

PORTARIA Nº 0947, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna 023/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOÃO NELSON SIQUEIRA ALVES, brasileiro, união estável, inscrito no CPF sob o n.º 020.150.669-69, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril 2015 até 30 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0948/2015

PORTARIA Nº 0948, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna 028/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário NILTON DOMINGUES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 445.512.669-49, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril 2015 até 30 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0949/2015

PORTARIA Nº 0949, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, a servidora EUNICE DE FATIMA DOS SANTOS RODRIGUES, brasileira, viúva, inscrita no CPF sob o n.º 649.915.639-68, nomeada no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de abril de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0950/2015

PORTARIA Nº 0950, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Substitui Suplente do Conselho Municipal de Assistência Social de Fraiburgo - CMAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2140, de 12 de abril de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º. Substituir suplente do Conselho Municipal de Assistência Social de Fraiburgo - CMAS, representante da Secretaria de

Finanças, ficando o servidor MARCIO LUÍS MACHADO, mantendo-se os demais membros da referida comissão com as mesmas atribuições definidas em lei.

Art. 2º. Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos a serem realizados, bem como para elaboração do parecer final.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0951/2015

PORTARIA Nº 0951, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Substitui Suplente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Fraiburgo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 1219 de 04 de julho de 1997 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Substituir suplente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Fraiburgo, representante da Secretaria de Finanças, ficando a servidora LUCIANA CORDEIRO FROZZA, mantendo-se os demais membros da referida comissão com as mesmas atribuições definidas em lei.

Art. 2º. Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos a serem realizados, bem como para elaboração do parecer final.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0952/2015

PORTARIA Nº 0952, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a comunicação interna n.º 0589/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora GISLAINE DA SILVA CARACHO MACIEL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 058.902.349-78, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, no período de 01 de abril de 2015 até 05 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0953/2015

PORTARIA Nº 0953, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato de DOLISETE DOMINGUES DOS SANTOS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 646.843.939-68 contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de abril de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0954/2015

PORTARIA Nº 0954, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna 026/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DOLISETE DOMINGUES DOS SANTOS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 646.843.939-68, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de abril 2015 até 30 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0955/2015

PORTARIA Nº 0955, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato de MARILDA APARECIDA BACH DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 039.905.209-70, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de abril de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

RESOLUÇÃO Nº 002-2015 - CONSELHO ASSISTENCIA SOCIAL

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 2015

Dispõe sobre aprovação do Plano de Ação de aplicação dos recursos federais, para Fundo de Assistência Social de Fraiburgo.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Ação e aplicação dos recursos federais para o Fundo de Assistência Social de Fraiburgo.

Art. 2º Que os recursos serão destinados a Proteção Básica - CRAS Centro de Referência de Assistência Social, Grupo de convivência para crianças de 0 a 17 anos - Fortalecimento, Pessoas que se encontram em vulnerabilidade social, serviços de Média complexidade através do CREAS Centro de Referência Especializado de Assistência Social e serviço de alta complexidade.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo, 24 de março de 2015

Dayane Aparecida Rumpel Dalagnol

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Garopaba

PREFEITURA

ATA JARF Nº 001/2015

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS - JARF.

Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, a JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS do Município de Garopaba, sob a Presidência do Bacharel Jean Nascimento Pacheco, presentes os Senhores Membros Fabio de Souza e Luiz Paulo Kniss Junior, sendo Secretária-Geral a Senhora Emanuele Barcellos Candido, na sede da Secretaria Municipal de Fazenda, realizou-se a primeira sessão ordinária de julgamento do ano de dois mil e quinze. Havendo número regimental, declarou-se instalada a sessão e abertos os trabalhos. Não havendo processos para serem distribuídos, passou-se a discussão dos itens constantes da pauta de julgamento. RORReex nº 10270053442014, Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: RENATO BARBOSA GROSS - ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: FABIO DE SOUZA, Decisão: Converter o julgamento em diligências, nos termos do voto do Relator, Decisão unânime. RORReex nº 10270053452014, Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: JOSÉ CARLOS ZANONI - ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR, Decisão: Negado provimento ao recurso ordinário/reexame necessário, nos termos do voto do Relator, Decisão unânime. RORReex nº 10270053462014, Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: ESTEVÃO TOMASZEWSKI - ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO, Decisão: Processo retirado da pauta, por solicitação do Relator. Decisão unânime. RORReex nº 10270053472014, Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: FLORENTINA CAROLINA BOTELHO (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: FÁBIO DE SOUZA, Decisão: Negado provimento ao recurso ordinário/reexame necessário, nos termos do voto do Relator. Decisão unânime. RORReex nº 10270053482014, Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: IVO MANOEL CARDOSO - ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR, Decisão: Provido o recurso ordinário/reexame necessário, por maioria, nos termos do voto do Julgador Fábio de Souza, para anular a decisão recorrida com o retorno dos autos a Primeira Instância para reabertura de instrução e novo julgamento, vencido o Relator que negava provimento ao reexame. RORReex nº 10270055342014, Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: FERNANDA ALCALDE VIEIRA PINHEIRO - ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO, Decisão: Negado provimento ao recurso ordinário/reexame necessário, nos termos do voto do Relator. RORReex nº 10270053502014, Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: POUSADA ARTEMIS LTDA ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: FÁBIO DE SOUZA, Decisão: Após o Relator apresentar seu voto pelo conhecimento e não provimento do reexame, o julgamento foi suspenso para atendimento de pedido de vista formulado pelo Julgador Jean Nascimento Pacheco. RORReex nº 10270053512014, Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: MARIA DE LOURDES PRIM (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR, Decisão: Negado provimento ao recurso ordinário/reexame necessário, nos termos do voto do Relator. RORReex nº 10270053522014, Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira

Instância. Participantes: DANIEL NASCIMENTO SANTIAGO (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO, Decisão: Processo retirado de pauta a pedido do Relator. RORReex nº 10270053532014, Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: SOUZA & FERREIRA CONT. ASSOCIADOS S/C (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: FÁBIO DE SOUZA, Decisão: Negado provimento ao recurso ordinário/reexame necessário, nos termos do voto do Relator. Decisão unânime. Nadas mais havendo para tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da primeira sessão ordinária da Junta Administrativa de Recursos Fiscais do ano de dois mil e quinze. E para constas, eu, Emanuele Barcellos Candido, Secretária-Geral, digitei esta ata que após aprovada vai assinada pelos presentes.

DECRETO Nº 059/2015

DECRETO N.º 059, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 50.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	50.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	50.000,00
3.3.90.0.6.14.000073 - Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 02/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 060/2015

DECRETO N.º 060, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 1.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	1.000,00
10301252.078 - Manutenção da Vigilância em Saúde	1.000,00
4.4.90.0.2.14.000069 - Aplicações Diretas	1.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	1.000,00
10301252.078 - Manutenção da Vigilância em Saúde	1.000,00
3.1.90.0.2.14.000069 - Aplicações Diretas	1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de abril de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 02/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

DISTRIBUIÇÃO Nº6 JARF PRESIDÊNCIA

Distribuição

Ata da Sexta Distribuição realizada em 1º de abril de 2015. Foram distribuídos/redistribuídos os seguintes feitos, de forma alternada:

RECURSO ORDINÁRIO 10260031792013
Relator: FÁBIO DE SOUZA
Recorrente: Julgador de Primeira Instância
Participantes: JOSÉ LUIS MIGUEL NIETO (Requerente)
Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

RECURSO ORDINÁRIO 10260043312014
Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR
Recorrente: Julgador de Primeira Instância.
Participantes: SERGIO PACHECO DE LIMA (Requerente)
Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

RECURSO ORDINÁRIO/REEXAME NECESSÁRIO 10270025592015
Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO
Recorrente: Julgador de Primeira Instância.
Participantes: MANOEL ESTEVÃO (Requerente)
Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

RECURSO ORDINÁRIO/REEXAME NECESSÁRIO 10270025602015
Relator: FÁBIO DE SOUZA
Recorrente: Julgador de Primeira Instância.
Participantes: LUIZ KLANERT (Requerente)
Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

RECURSO ORDINÁRIO/REEXAME NECESSÁRIO 10270025612015
Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR

Recorrente: Julgador de Primeira Instância.
Participantes: ROSA FLAT POUSADA LTDA ME (Requerente)
Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

RECURSO ORDINÁRIO/REEXAME NECESSÁRIO 10270025622015
Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO
Recorrente: Julgador de Primeira Instância.
Participantes: AGNALDO MELO DE AGUIAR (Requerente)
Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

RECURSO ORDINÁRIO/REEXAME NECESSÁRIO 10270025632015
Relator: FÁBIO DE SOUZA
Recorrente: Julgador de Primeira Instância
Participantes: MARCO AURELIO NASCIMENTO BARBARIOLI ME (Requerente)
Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

RECURSO ORDINÁRIO/REEXAME NECESSÁRIO 10270025642015
Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR
Recorrente: Julgador de Primeira Instância.
Participantes: VANDRO CHARLES RAMOS SOARES ME (Requerente)
Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

RECURSO ORDINÁRIO/REEXAME NECESSÁRIO 10270025652015
Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO
Recorrente: Julgador de Primeira Instância.
Participantes: MALHARIA CARVALHO LTDA ME (Requerente)
Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

RECURSO ORDINÁRIO/REEXAME NECESSÁRIO 10270025662015
Relator: FÁBIO DE SOUZA
Recorrente: Julgador de Primeira Instância
Participantes: DIOGO DE SOUZA BENTO (Requerente)
Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

RECURSO ORDINÁRIO/REEXAME NECESSÁRIO 10270025672015
Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR
Recorrente: Julgador de Primeira Instância.
Participantes: MARIA DE LOURDES SEBASTIDÃO ME(Requerente)
Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

RECURSO ORDINÁRIO/REEXAME NECESSÁRIO 10270025682015
Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO
Recorrente: Julgador de Primeira Instância.
Participantes: JOAQUIM PEREIRA DA ROSA ME (Requerente)
Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

RECURSO ORDINÁRIO/REEXAME NECESSÁRIO 1027025692015
Relator: FÁBIO DE SOUZA
Recorrente: Julgador de Primeira Instância
Participantes: ANGEL WALTER GADAN (Requerente)
Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

RECURSO ORDINÁRIO/REEXAME NECESSÁRIO 10270025702015
Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR
Recorrente: Julgador de Primeira Instância.
Participantes: ANDREA GRAUDENZ MULLER - ME (Requerente)
Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

RECURSO ORDINÁRIO/REEXAME NECESSÁRIO 10270025712015
Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO
Recorrente: Julgador de Primeira Instância.
Participantes: PAULO RONALDO RAMOS DE MACEDO (Requerente)
Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

RECURSO ORDINÁRIO/REEXAME NECESSÁRIO 10270025722015
Relator: FÁBIO DE SOUZA
Recorrente: Julgador de Primeira Instância

Participantes: LUCILA ANA BATTISTELLA ME (Requerente)
Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

RECURSO ORDINÁRIO/REEXAME NECESSÁRIO 10270025732015
Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR
Recorrente: Julgador de Primeira Instância.
Participantes: ENRIQUE VICENTE AGOSTINI ZOLLIO (Requerente)
Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

RECURSO ORDINÁRIO/REEXAME NECESSÁRIO 10270025742015
Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO
Recorrente: Julgador de Primeira Instância.
Participantes: GIULIA ZANATTA E CIA LTDA ME (Requerente)
Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

RECURSO ORDINÁRIO/REEXAME NECESSÁRIO 10270025752015
Relator: FÁBIO DE SOUZA
Recorrente: Julgador de Primeira Instância
Participantes: ANDREA ROCHA ERNEST (Requerente)
Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

RECURSO ORDINÁRIO/REEXAME NECESSÁRIO 10270025762015
Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR
Recorrente: Julgador de Primeira Instância.
Participantes: BETHINA TOIGO - ME (Requerente)
Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

RECURSO ORDINÁRIO/REEXAME NECESSÁRIO 10270025772015
Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO
Recorrente: Julgador de Primeira Instância.
Participantes: EPRENE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME (Requerente)
Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

RECURSO ORDINÁRIO/REEXAME NECESSÁRIO 10270025782015
Relator: FÁBIO DE SOUZA
Recorrente: Julgador de Primeira Instância
Participantes: DOUGLAS ARIEL VALENTE (Requerente)
Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

RECURSO ORDINÁRIO/REEXAME NECESSÁRIO 10270025792015
Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR
Recorrente: Julgador de Primeira Instância.
Participantes: J J GOULART & CIA LTDA ME (Requerente)
Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

RECURSO ORDINÁRIO/REEXAME NECESSÁRIO 10270025802015
Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO
Recorrente: Julgador de Primeira Instância.
Participantes: ROSELAINE DA SILVA CEZAR - ME (Requerente)
Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

RECURSO ORDINÁRIO/REEXAME NECESSÁRIO 10270025812015
Relator: FÁBIO DE SOUZA
Recorrente: Julgador de Primeira Instância
Participantes: SIMONE VEDDOY DOS SANTOS (Requerente)
Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

RECURSO ORDINÁRIO/REEXAME NECESSÁRIO 10270025822015
Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR
Recorrente: Julgador de Primeira Instância.
Participantes: FABIO D'ANGELO DE DONATO (Requerente)
Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

RECURSO ORDINÁRIO/REEXAME NECESSÁRIO 10270025832015
Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO
Recorrente: Julgador de Primeira Instância.
Participantes: SILVA & SILVA PEIXARIA LTDA ME (Requerente)
Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

RECURSO ORDINÁRIO/REEXAME NECESSÁRIO 10270025842015
Relator: FÁBIO DE SOUZA
Recorrente: Julgador de Primeira Instância
Participantes: IRIS BALDANÇA LOBO - ME (Requerente)
Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

RECURSO ORDINÁRIO/REEXAME NECESSÁRIO 10270025852015
Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR
Recorrente: Julgador de Primeira Instância.
Participantes: NACY LINA MARIGNAC (Requerente)
Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

RECURSO ORDINÁRIO/REEXAME NECESSÁRIO 10270025862015
Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO
Recorrente: Julgador de Primeira Instância.
Participantes: LINDOCINA SINDOU DE OLIVEIRA COUTO (Requerente)
Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

MEMBRO	DISTR	REDIS- TR	TOTAL
FABIO DE SOUZA	10	-	10
JEAN NASCIMENTO PACHECO	10	-	10
LUIZ PAULO KNISS JUNIOR	10	-	10
TOTAL	30	-	30

Nada mais havendo, foi encerrada a presente ata de distribuição.

Garopaba, 1º de abril de 2015.
EMANUELE BARCELLOS CANDIDO
Secretária-Geral

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº01 AO CONTRATO Nº 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº 001/2015; Processo nº. 196/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: DALMIR RIBEIRO & CIA LTDA ME. CNPJ: 07.721.006/0001-05. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo de R\$ 62.205,99 (sessenta e dois mil duzentos e vinte e cinco reais com noventa e nove centavos) ao contrato original referente alterações promovidas no projeto, conforme planilha e justificativa devidamente autorizada pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura.; Data da Assinatura: 31/03/2015.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº02 AO CONTRATO Nº 057/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo; Contrato nº 057/2014; Processo nº. 135/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: VINICIUS GOEDERT - ME. CNPJ: 14.249.022/0001-02. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo de R\$ 39.898,58 (trinta e nove mil oitocentos e noventa e oito reais e cinquenta e oito centavos) ao contrato original referente alterações promovidas no projeto, devidamente autorizada pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura.; Data da Assinatura: 27/03/2015.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº03 AO CONTRATO Nº 029/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo; Contrato nº 29/2013; Processo nº. 41/2013; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratado: Lourival Estácio Severino; CPF sob o nº. 480.388.659-87; Objeto: Alteração contratual no Item 01 da cláusula nona onde dispõe das obrigações do locador, sendo esta ao qual o locador deve pagar o consumo de água, luz e impostos, devendo esta cláusula ser alterada devido diversas instalações de equipamentos no estabelecimento, ficando inviável o pagamento das despesas de água e luz, pelo locador. Desta forma a obrigação referente ao consumo de água, luz e impostos fica sobre obrigação do locatário sendo este a Prefeitura Municipal de Garopaba - Fundo Municipal de Saúde. ; Data da Assinatura: 01/04/2015.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº09 AO CONTRATO Nº 042/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

9º Termo Aditivo; Contrato nº 42/2011; Processo nº. 119/2011; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: IZALDO SILVA E Carlos José da Silva Alves; CPF: CPF/MF sob o nº. 030.168.469-34 e 625.719.319-20; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 3 meses, que vigorará a partir de 01/03/2015 até 31/06/2015; Data da Assinatura: 31/03/2015.

PORTARIA N.º 245/2015

PORTARIA N.º 245, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO N.º 005/2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Constituir COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, formada pelas servidoras municipais: CENIR GRUNTHAL RAMOS, mat. 4995, VALQUIRIA DOMINGUES DE FARIA FELIX, mat. 5783 e MARIVONE INÁCIA DE ABREU, mat. 4670 para, sob a presidência da primeira, efetuar o processo de avaliação referente ao Edital de Contratação de Profissionais em Caráter Temporário n.º 005/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 02/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

DECRETO Nº 54/2015

DECRETO Nº 54 DE 31 DE MARÇO DE 2015

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso III, da Lei nº 1861, de 23/12/2014.

DECRETA:

Art. 1º - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 42.600,00 (quarenta e dois mil e seiscentos reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

05.003.13.392.1029.1006 Constr. e aquisição de imóveis para a cultura	4490	03.00.00	R\$	42.600,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do exercício de 2014.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

José Chaves
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 55/2015

DECRETO Nº 55 DE 31 DE MARÇO DE 2015

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 5º e 6º, inciso II, da Lei nº 1861, de 23/12/2014.

DECRETA:

Art. 1º - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

10.003.15.452.1033.2065 Man. do Setor de Obras e Serviços Públicos	3390	01.00.00	R\$	10.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

10.003.15.452.1033.2065 Man. do Setor de Obras e Serviços Públicos	4490	01.00.00	R\$	10.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

José Chaves
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMG Nº 034/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO FMS Nº 034/2011 - Aditivo 3
MODALIDADE: Pregão Presencial FMS nº 011/2011
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal/Fundo Municipal de Saúde
CONTRATADA: Centro Médico Coper-Vida Ltda

OBJETO: Contratação de empresa com capacidade técnica para prestação de serviços de urgência e emergência na área Médica, de forma ininterrupta, em regime de plantão - 24 HORAS DIA - inclusive nos finais de semana, feriados e pontos facultativos, junto a Unidade de Pronto Atendimento 24 horas (UPA) do Município, para os usuários do Sistema Único de Saúde, conforme Memorial Descritivo.

VIGÊNCIA: 31/05/2015

VALOR ADITIVO: R\$ 252.631,18 (duzentos e cinquenta e dois mil seiscentos e trinta e um reais e dezoito centavos)

DATA DE ASSINATURA: 16/03/2015

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

LEI Nº 1873/2015

LEI Nº 1873, DE 01 DE ABRIL DE 2015

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a alienar em Leilão bens inservíveis de domínio público municipal"

O povo do município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a alienar através de Leilão os bens inservíveis de domínio público municipal, a partir dos valores apurados pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria 39, de 13 de março de 2015, conforme planilha em anexo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE CHAVES
Prefeito Municipal

AVALIAÇÃO BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS - LEILÃO PMG 001/2015		
LOTES	DESCRIÇÃO DOS BENS	VALOR
LOTE 01	Mesas e cadeiras escolares diversas. No estado em que se encontram.	R\$ 100,00
LOTE 02	Monitores, CPU's, impressoras, teclados, estabilizadores, televisores, DVD's. No estado em que se encontram.	R\$ 150,00
LOTE 03	Portas, janelas, divisórias, mesas, escrivaninhas diversas. No estado em que se encontram.	R\$ 500,00
LOTE 04	Fogão industrial, geladeiras, prateleiras, bebedouros, cadeiras odontológicas, ar condicionados, microondas, cortadores de grama. No estado em que se encontram.	R\$ 650,00
LOTE 05	Uma caçamba basculante marca Becker. No estado em que se encontra.	R\$ 800,00
LOTE 06	Um automóvel Ford Courier, ano 2006/2007, 02 portas, cor branca, gasolina, placa MKI-3390, RENAVAL 906337054, CHASSI 9BFNSZPPA7B854155. No estado em que se encontra. (CHASSI ENFERRUJADO RE-MARCAÇÃO POR CONTA DO ARREMATANTE).	R\$ 4.500,00
LOTE 07	Um automóvel VW Gol 1.0, 04 portas, ano 2003/2003, cor branca, gasolina, Placa MCA-3675, RENAVAL 808455010, CHASSI 9BWCA05X53T205290. No estado em que se encontra.	R\$ 2.000,00
LOTE 08	SUCATA DE FERRO – Aproximadamente 2.500KG. No estado em que se encontra.	R\$ 150,00
LOTE 09	Uma Retroescavadeira, marca Caterpillar, modelo 416c, 4x2, ano 1997, cor amarela, diesel. No estado em que se encontra.	R\$ 10.000,00
LOTE 10	Uma Motoniveladora, marca Caterpillar, modelo 120H, ano 1997, cor amarela, diesel. No estado em que se encontra.	R\$ 50.000,00

PORTARIA Nº 51/2015

PORTARIA Nº. 051, de 31 de março de 2015

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO CONFORME APOSENTADORIA DA SERVIDORA NEUSA ALVES VIEIRA DO CARGO DE PROFESSORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

RESOLVE:

Art. 1o. - Exonerar, por motivo de aposentadoria, a servidora NEUSA ALVES VIEIRA, portadora do RG 682.412-9 e CPF 890.249.319-91, do cargo de PROFESSORA NÍVEL III, nomeada através da Portaria nº. 093/1991 de 28 de fevereiro de 1991, e declarar a vacância do cargo.

Art. 2o. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 31 de março de 2015.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.298, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 6.298, DE 10 DE MARÇO DE 2015.
NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, aprovados para os cargos abaixo especificados, com carga horária e lotação conforme segue:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
ALEXSANDRO LINS DE MORAES	MOTORISTA PMG	40	3º	SECRETARIA DE SAÚDE

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.299, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 6.299, DE 10 DE MARÇO DE 2015.
NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, aprovados para os cargos abaixo especificados, com carga horária e lotação conforme segue:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
VINICIUS ORNEL DOS SANTOS	ENFERMEIRO	40	3º	SECRETARIA DE SAÚDE

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.300, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 6.300, DE 10 DE MARÇO DE 2015.
NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, aprovados para os cargos abaixo especificados, com carga horária e lotação conforme segue:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
KATHY DE LIMA SAKUNO	TÉCNICA DE ENFERMAGEM	40	20º	SECRETARIA DE SAÚDE

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.341, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 6.341, DE 01 DE ABRIL DE 2015.
DELEGA PODERES PARA ASSINAR, EM CONJUNTO, CHEQUES EMITIDOS DAS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegado ao Secretário Municipal de Saúde, CLEONES HOSTINS, inscrito no CPF sob nº 007.944.929-83 e a servidora municipal JANICE CRISTINA ELEOTÉRIO, inscrita no CPF sob nº 988.336.779-15, poderes exclusivos para assinar, em conjunto, os cheques emitidos do Fundo Municipal de Saúde, como também autorizar transações financeiras pela internet e transferências bancárias, consultar e imprimir extratos bancários do GOVConta, da conta bancária:

- I - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, operação 006 conta nº 624025-9.
- II - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, operação 006 conta nº 624010-0.
- III - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, operação 006 conta nº 624006-2.
- IV - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, operação 006 conta nº 624007-0.
- V - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, operação 006 conta nº 624008-9.
- VI - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, operação 006 conta nº 624009-7.
- VII - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, operação 006 conta nº 624011-9.
- VIII - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, operação 006 conta nº 158-9.
- IX - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, operação 006 conta nº 624013-5.
- X - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, operação 006 conta nº 624012-7.

XI - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, operação 006 conta nº 624014-3.
XII - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, operação 006 conta nº 624015-1.
XIII - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, operação 006 conta nº 624021-6.
XIV - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, operação 006 conta nº 624022-4.
XV - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, operação 006 conta nº 624023-4.
XVI - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, operação 006 conta nº 624024-0.
XVII - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, operação 006 conta nº 112-0.
XVIII - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, operação 006 conta nº 74-4.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando os Decretos nº 5.340/2014 e 6.115/2014.

Gaspar, 01 de abril de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.342, DE 01 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº 6.342, DE 01 DE ABRIL DE 2015.
DELEGA PODERES PARA ASSINAR, EM CONJUNTO, CHEQUES EMITIDOS DAS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegado Secretário Municipal de Saúde, CLEONES HOSTINS, inscrito no CPF sob nº 007.944.929-83 e à servidora municipal JANICE CRISTINA ELEOTÉRIO, inscrita no CPF sob nº 988.336.779-15, poderes exclusivos para assinar, em conjunto, os cheques emitidos do Fundo Municipal de Saúde, como também autorizar transações financeiras pela internet e transferências bancárias, consultar e imprimir extratos bancários, das seguintes contas bancárias:

I - Blucred - Coop. de Ec. e Crédito Mútuo, Agência nº 3269, conta nº 30.886-

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 4.537/2011.

Gaspar, 01 de abril de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.343, DE 01 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº 6.343, DE 01 DE ABRIL DE 2015.
DELEGA PODERES PARA ASSINAR, EM CONJUNTO, CHEQUES EMITIDOS DAS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegado o Secretário Municipal de Saúde, CLEONES HOSTINS, inscrita no CPF sob nº 007.944.929-83 e a servidora municipal JANICE CRISTINA ELEOTÉRIO, inscrita no CPF sob nº

988.336.779-15, poderes exclusivos para assinar, em conjunto, os cheques emitidos do Fundo Municipal de Saúde, como também autorizar transações financeiras pela internet e transferências bancárias, consultar e imprimir extratos bancários do Auto Atendimento Setor Público Banco do Brasil SA, das contas bancárias:

I - Banco do Brasil, Agência nº 921-0, conta nº 31.110-3;
II - Banco do Brasil, Agência nº 921-0, conta nº 10.896-0;
III - Banco do Brasil, Agência nº 921-0, conta nº 7.449-7;
IV - Banco do Brasil, Agência nº 921-0, conta nº 18.429-2;
V - Banco do Brasil, Agência nº 921-0, conta nº 218.655-1;
VI - Banco do Brasil, Agência nº 921-0, conta nº 206.770-6;
VII - Banco do Brasil, Agência nº 921-0, conta nº 262.875-9;
VIII - Banco do Brasil, Agência nº 921-0, conta nº 266.153-5;
IX - Banco do Brasil, Agência nº 921-0, conta nº 25.441-X.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando os Decretos nº 5.339/2013 e 5.875/2014.

Gaspar, 01 de abril de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.344, DE 01 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº 6.344, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

ALTERA DECRETO Nº 5.955, DE 27 DE MAIO DE 2014, QUE REQUISITA TODAS AS INSTALAÇÕES DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO, COMPREENDENDO TODA CONSTRUÇÃO, TODAS AS INSTALAÇÕES FÍSICAS, TODAS AS INSTALAÇÕES DO LABORATÓRIO, TODOS OS EQUIPAMENTOS MÉDICOS/CIRÚRGICOS E DE EXAMES, RECURSOS HUMANOS E DEMAIS EQUIPAMENTOS, OBJETOS E ITENS QUE FAÇAM PARTE DO REGULAR E EFETIVO FUNCIONAMENTO DO HOSPITAL PARA O ATENDIMENTO DOS QUE DELE NECESSITAM.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, e:

DECRETA:

Art. 1º- Fica alterado o artigo 4º do Decreto nº 5.955, de 27 de abril de 2014, que nomeou membros para compor a Comissão Interventora do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º - Fica composta, a Comissão Interventora do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro na seguinte conformidade representativa:

I - Cleones Hostins - CPF 007.944.929-83 e RG 4493229.

II - Anderson Schramm - CPF 022.369.969-18 e RG 3477756.

III - Ricardo Alexandre Freitas - CPF 620.889.049-72 e RG 4034501348.

IV - José Eduardo de Souza - CPF 758.038.959-20 e RG 2746466.

V - Adilson Carlos Avozani - CPF 485375789-91 e RG 1489268/5;"

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Gaspar - SC, em 01 de abril de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

DECRETO Nº 6.345, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 6.345, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

FIXA NOVA TABELA PARA TARIFAS E SERVIÇOS DIVERSOS DO SAMAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e com fundamento no artigo 18, §1º e seus incisos, da Lei Municipal nº 3.146, de 15 de outubro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Fixar nova tabela de tarifas e serviços diversos do SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, que passa a vigorar com a seguinte redação:

I - Tabelas para apuração do valor da fatura mensal de água:

CATEGORIA DE CONSUMO	FAIXA	CONSUMO (m³)	VALOR (R\$)	
RESIDENCIAL E PODER PÚBLICO	1	0 a 10	27,43	Mínimo
	2	11 a 25	4,23	por m³
	3	26 a 40	5,59	por m³
	4	41 a 50	6,78	por m³
	5	Acima de 50	7,77	por m³
COMERCIAL	1	0 a 10	35,44	Mínimo
	2	11 a 15	4,77	por m³
	3	16 a 40	6,34	por m³
	4	41 a 50	7,26	por m³
	5	Acima de 50	8,00	por m³
INDUSTRIAL	1	0 a 15	76,41	Mínimo
	2	16 a 30	6,85	por m³
	3	31 a 100	9,30	por m³
	4	Acima de 100	10,56	por m³

FÓRMULA DE CÁLCULO: Para a apuração do valor total da fatura mensal do consumidor utilizar-se á a seguinte fórmula:

$V = F1 + (F2 \times C2) + (F3 \times C3) + (F4 \times C4) + (F5 \times C5)$, onde:

V = Valor Total da Fatura;

F1 = valor da tarifa mínima mensal para cada categoria de consumo;

F2 = Valor por m³ (metro cúbico) correspondente á faixa de consumo nº 2;

F3 = Valor por m³ (metro cúbico) correspondente á faixa de consumo nº 3;

F4 = Valor por m³ (metro cúbico) correspondente á faixa de consumo nº 4;

F5 = Valor por m³ (metro cúbico) correspondente á faixa de consumo nº 5;

C2 = Número de m³ (metro cúbico) medido na faixa nº 2;

C3 = Número de m³ (metro cúbico) medido na faixa nº 3;

C4 = Número de m³ (metro cúbico) medido na faixa nº 4;

C5 = Número de m³ (metro cúbico) medido na faixa nº 5.

II - Tabelas de valores referentes à prestação de serviços diversos e de multas por danos causados às redes públicas de água e esgoto, ramais ou coletores:

DIVERSOS	VALOR
Aferição de hidrômetro	R\$ 24,70
Análise de água (exame bacteriológico)	R\$ 65,52
Análise de água (exame físico-químico)	R\$ 51,38
Análise de projetos diversos	R\$ 83,33
Conserto de cavalete	R\$ 43,03
Levantamento de cavalete	R\$ 43,03
Consumo de água por circos, parques e afins ¹	
Deslocamento de cavalete de ½" (meia polegada)	R\$ 73,06
Deslocamento de cavalete de 1" (uma polegada)	R\$ 146,83
Deslocamento de cavalete de 2" (duas polegadas)	R\$ 293,70
Emissão de certidões, declarações e afins	R\$ 18,40
Emissão de fornecimento de segunda via de fatura	R\$ 2,78
Mudança de ligação	R\$ 152,84
Restabelecimento do fornecimento de água	R\$ 48,32
Valor do hidrômetro 1/2	R\$ 67,10
Hidrômetro furtado com B.O	R\$ 67,10
Hidrômetro furtado sem B.O	R\$ 101,76
Substituição de hidrômetro em decorrência de danificações causadas pelo consumidor ou por terceiros ²	

1. Para a apuração do valor referente ao consumo de água por circos, parques e afins, tomar-se-á por base o número total de dias de permanência no Município, multiplicado pelo valor da tarifa básica de consumo - faixa 1, da categoria "residencial", fixada no parágrafo 1º deste artigo. Caso o período de permanência for inferior a 10 (dez) dias, deverá ser cobrado o valor correspondente a uma ligação "diâmetro de ½" (meia polegada)".

2. Para a apuração do valor referente à substituição de hidrômetro prevista neste item, tomar-se-á como base o custo dos materiais utilizados, acrescido de multa de 40% (quarenta por cento) sobre o valor da ligação, considerada a tabela constante do parágrafo 4º deste artigo.

DIVERSOS	VALOR
Obras de escavação a menos de um metro e meio das instalações prediais, sem a prévia notificação e autorização do SAMAE.	R\$ 428,07
Danos causados as canalizações de água ou esgoto, inclusive aos ramais ou coletores prediais ¹	R\$ 428,07
Ligação de ejetor ou de bomba ao ramal ou alimentador predial	R\$ 214,04
Ligação abusiva ²	R\$ 214,04
Ligação clandestina ³	R\$ 428,07
Intervenção do consumidor no ramal ou coletor predial, mesmo com o objetivo de melhorar suas condições funcionamento.	R\$ 107,02
Implantação de instalação predial que possibilitem conexão interna com outras canalizações de água cujo abastecimento não provenha do sistema público	R\$ 214,04
Desperdício, poluição ao fornecimento de água a terceiros, mesmo a título gratuito.	R\$ 214,04
Pagamento de fatura em atraso 4	
Inversão de hidrômetro e/ou religação por conta ou demais exigências regulamentares do SAMAE.	R\$ 214,04

1. Além do pagamento da multa acima prevista o reparo das redes públicas será executado pelo SAMAE, cujos custos da obra serão arcados pelo responsável causador do dano.

2. Entendem-se como ligações abusivas aquelas nas quais a ação

do consumidor venha a interferir nas ações exclusivas do SAMAE, como o manuseio de lacres de hidrômetros.

3. Endentem-se como ligações clandestinas as demais infrações que representarem consumo de água mensal, sem que haja a respectiva medição pelo hidrômetro.

4. O valor da multa será apurado mediante a aplicação do índice de 2,0% (dois por cento) sobre o valor da fatura, conforme legislação vigente.

III - Em caso de reincidência devidamente comprovada, as multas acima fixadas relativas às condutas tipificadas como infração serão cobradas em dobro, sem obstáculo da instauração de outras medidas administrativas, civis e penais cabíveis.

IV - Tabela de valores referente à ligação de água:

DIÂMETRO	Nº PARCELA	VALOR	
		DA PARCELA	TOTAL
Ligação diâmetro de 1/2" (meia polegada)	1		R\$ 254,77
	2	R\$ 131,22	R\$ 262,43
	3	R\$ 88,33	R\$ 265,00
	4	R\$ 66,88	R\$ 267,55
	5	R\$ 54,04	R\$ 270,23
	6	R\$ 45,48	R\$ 272,89
Ligação diâmetro de 1" (uma polegada)	1		R\$ 509,46
	2	R\$ 262,39	R\$ 524,78
	3	R\$ 176,66	R\$ 529,97
Ligação diâmetro de 2" (duas polegadas)	1		R\$ 1.018,90
	2	R\$ 524,77	R\$ 1.049,50
	3	R\$ 353,30	R\$ 1.059,88

V - Tabela de valores referente à ligação predial de esgoto:

LIGAÇÃO	Nº PARCELA	VALOR	
		DA PARCELA	TOTAL
Ligação predial de esgoto 1	1	-	R\$ 229,71
	2	R\$ 118,30	R\$ 236,61
	3	R\$ 79,66	R\$ 238,97

1. Quando da solicitação de ligação predial de esgoto e o consumidor já possuir ligação de água, os valores cobrados poderão ser parcelados e lançados na fatura de água, após a realização dos serviços. Em caso do requerente não possuir ligação de água do SAMAE, deverá ser lançado o serviço em fatura única, que deverá ser quitada e apresentada no atendimento da autarquia, para que entre na devida programação de execução de serviços.

Art. 2º Fica o SAMAE autorizado a efetuar recálculo da fatura de água que apresentar leitura com consumo superior 50% (cinquenta por cento) maior do que a média dos últimos 6 (seis) meses, utilizando-se para o cálculo do valor a ser pago a média aritmética alcançada pela soma das últimas 6 (seis) leituras, incluída aquela em que for constatado o vazamento, independentemente da categoria de consumo.

§ 1º O recálculo que trata o presente artigo será efetuado mediante solicitação do consumidor, desde que ocorra problema de vazamento na residência ou estabelecimento, devidamente averiguado

pelo SAMAE, mediante confirmação in loco quanto à veracidade da ocorrência e emissão de relatório circunstanciado.

§ 2º Ocorrendo dois ou mais vazamentos sucessivos na mesma residência ou estabelecimento no período de 6 (seis) meses, mesmo que interpoladamente, o recálculo será efetuado sempre considerando as 6 (seis) últimas leituras, incluída aquela em que for constatado o novo vazamento.

§ 3º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, para efeito do cálculo do valor a ser pago, não será considerando o valor do recálculo efetuado anteriormente, mas sim o valor da leitura aferida na ocasião.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 01 de abril de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 39/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Dispensa de Licitação Nº 39/2015

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Rural com dispensa de Licitação. CONTRATADO: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE JARAGUA DO SUL - COPAJAS (06.171.996/0001-84). Valor Total Julgado: R\$ 253.316,50 (trezentos e cinquenta e três mil, trezentos e dezesseis reais e cinquenta centavos). BASE LEGAL: Art. 21 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009 e Resolução FNDE 26, de 17 de junho de 2013.

Gaspar(SC), 12 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 43/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Dispensa de Licitação Nº 43/2015

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Rural com dispensa de Licitação. CONTRATADO: GRUPO INFORMAL DE AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE GASPAR. Valor Total Julgado: R\$ 112.995,00 (cento e doze mil, novecentos e noventa e cinco reais). BASE LEGAL: Art. 21 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009 e Resolução FNDE 26, de 17 de junho de 2013.

Gaspar(SC), 17 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 49/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 49/2015

OBJETO: Contratação de concessionária de serviços públicos de transporte, para o transporte de alunos do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Infantil e das Escolas e CDIs da Rede Municipal e Estadual de Ensino, bem como para pais e alunos do SEFOPE, para atendimento especializado de alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental que necessitam deste atendimento. CONTRATADO: AUTO VIAÇÃO DO VALE LTDA. (05.255.508/0001-54). Valor Total Julgado: R\$ 594.040,35 (quinhentos e noventa e quatro mil, quarenta reais e trinta e cinco centavos). BASE LEGAL: Art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 1º de abril 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

LEI Nº 3.633, DE 01 DE ABRIL DE 2015

LEI Nº 3.633, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Amplia quantidade de vagas junto ao quadro de pessoal da Administração Direta do Município de Gaspar.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam ampliadas as vagas dos cargos de provimento efetivo abaixo, junto ao quadro de pessoal da Administração Direta, conforme segue:

CARGOS	REF	C/H	VAGAS AMPLIADAS	HABILITAÇÃO	LOTAÇÃO
Agente de Serviços Gerais	20	40	05	Alfabetizado	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Assistente Social	51	40	01	Portador de Diploma de Graduação em Serviço Social, com registro no Conselho da Categoria Profissional	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Educador Social	36	40	15	Ensino Médio	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Pedagogo	46	40	03	Portador de Diploma de Graduação em Pedagogia	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 01 de abril de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

LEI Nº 3.634, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 3.634, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Altera carga horária e referência de vencimento do cargo de enfermeiro, modificando a Lei Municipal nº 2.839, de 19 de dezembro de 2006, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada para referência 56 (cinquenta e seis) e para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária do cargo de enfermeiro, constante no quadro de pessoal que integra o artigo 1º da Lei nº 2.839, de 19 de dezembro de 2006.

Art. 2º A carga horária dos ocupantes do cargo de enfermeiro, investidos mediante concurso ou nomeados até a data da publicação desta Lei, para laborarem por 30 (trinta) horas semanais, poderá, a requerimento de cada profissional, ser ampliada para 40 (quarenta) horas semanais, com alteração da referência salarial, conforme previsto no artigo anterior.

§ 1º Os ocupantes do cargo de enfermeiro referido nesta Lei que não optarem pela ampliação da carga horária para 40 (quarenta) horas semanais permanecerão com a referência salarial prevista para seu cargo pela legislação anterior.

§ 2º A opção à ampliação da carga horária e consequente alteração da referência salarial de que trata esta Lei decairá em 30 (trinta) dias contados da publicação desta Lei.

§ 3º Realizada a opção pela ampliação da carga horária e respectiva alteração da referência salarial é vedado o retorno do servidor à carga horária e referência salarial anteriores.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 01 de abril de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.653, DE 01 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA Nº 3.653, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

REVOGA A PORTARIA Nº. 1.892 DE 11 DE MAIO DE 2009, QUE COLOCA À DISPOSIÇÃO NO DEPARTAMENTO DE CULTURA, A SERVIDORA VERA BEDUSCHI HOLZAPFEL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 1.892/2009, que colocou à disposição a servidora VERA BEDUSCHI HOLZAPFEL, ocupante do cargo efetivo de Professora DOC IV - 8, lotada com 40 horas semanais na EEB Zenaide Schmitt Costa, à disposição 40 horas no Departamento de Cultura, a partir de 02/02/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015.

Gaspar, 01 de abril de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.654, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 3.654, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

REVOGA A PORTARIA Nº 3.322, DE 31 DE JANEIRO DE 2014, QUE COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA MARA LÚCIA DE LIMA MINOZZO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 3.322/2014 que colocou a servidora MARA LÚCIA DE LIMA MINOZZO, ocupante do cargo efetivo de Professora Português, lotada com 40 horas semanais, sendo 25 horas na EEB Vitório A Cardoso e 15 horas na EEB Norma M Sabel, à disposição as 15 horas da EEB Norma M Sabel na EEB Vitório A Cardoso, a partir de 02/02/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015.

Gaspar, 01 de abril de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA RH 40/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 40/2015

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) JACKSON DO ROSARIO, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, referente ao período aquisitivo de 05/03/2009 a 14/07/2014, devendo folgar a partir de 06/04/2015 a 05/07/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 01 de abril de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

SAMAE - GASPAR**AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2015 - SAMAE**

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº 9/2015

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 30/04/2015

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 30/04/2015 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 31 de março de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO RP 22/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 22/2015

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, DO TIPO SPLIT, INCLUINDO AS INSTALAÇÕES DAS PARTES ELÉTRICAS, DRENOS E DEMAIS SERVIÇOS DE ESTRUTURA E ACABAMENTOS PARA A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 16/04/2015 até às 17h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 16/04/2015 às 17h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelso-ramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 01 de Abril de 2015.
Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2015

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 005/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 005/2015.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.
CONTRATADO: EMPREITEIRA PAVICON LTDA

OBJETO: O presente Termo tem por objeto aditar o contrato original, readequando as quantidades inicialmente licitadas, conforme quadro de quantidades (em anexo) fiscalizadas por este Município

Governador Celso Ramos, 24 de março de 2015.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2015

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 006/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 006/2015.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.
CONTRATADO: EMPREITEIRA PAVICON LTDA

OBJETO: O presente Termo tem por objeto aditar o contrato original, readequando as quantidades inicialmente licitadas, conforme quadro de quantidades (em anexo) fiscalizadas por este Município

Governador Celso Ramos, 24 de março de 2015.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2015

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 007/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 007/2015.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.
CONTRATADO: EMPREITEIRA PAVICON LTDA

OBJETO: O presente Termo tem por objeto aditar o contrato original, readequando as quantidades inicialmente licitadas, conforme quadro de quantidades (em anexo) fiscalizadas por este Município

Governador Celso Ramos, 24 de março de 2015.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

Grão Pará**PREFEITURA****DECRETO DF 024/2015 - ORÇAMENTO**

DECRETO DF N. 024, DE 01 DE ABRIL DE 2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT FINANCEIRO, NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 1981, de 16 de dezembro de 2014,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

14.00	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – FMS		
14.04	DEPARTAMENTO DA VIGILANCIA EM SAUDE		
2.040	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA VIGILÂNCIA SANITÁRIA		
4.4.90.00. 00. 00. 00.0366	Aplicações Diretas	R\$	31.671,81
2.042	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		
4.4.90.00. 00. 00. 00.03166	Aplicações Diretas	R\$	14.328,19

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores referente aos seguintes recursos:

CODIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
3166	Vigilância Epidemiológica (em Saúde) - Superávit Financeiro	R\$ 14.328,19
0366	Vigilância em Saúde - Superávit Financeiro	R\$ 31.671,81

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
01 de Abril de 2015.
AMILTON ASCARI
Prefeito de Grão-Pará

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 01 de Abril de 2015.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Guaraciaba**PREFEITURA****EXTRATO CONTRATO 31,32, 33, 34, E 35.2015 PMGBA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 31/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

Contratada...: ASSAG - ASSOCIACAO DOS ARBITROS DE GUARACIABA

Valor : 92.740,00 (noventa e dois mil setecentos e quarenta reais)

Vigência : Início: 01/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 39/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO PARA FORNECER ARBITRAGEM NAS COMPETIÇÕES OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA DURANTE O ANO DE 2015.

Contrato Nº.: 32/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

Contratada...: DOMINGOS MARCON E CIA LTDA - EPP

Valor : 40.243,93 (quarenta mil duzentos e quarenta e três reais e noventa e três centavos)

Vigência : Início: 01/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA ESCOLAR DESTINADOS AO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, COM RECURSOS DO PNAE E PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº.: 33/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

Contratada...: VILMAR LUIZ MONTAGNA - ME

Valor : 8.208,00 (oito mil duzentos e oito reais)

Vigência : Início: 01/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA ESCOLAR DESTINADOS AO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, COM RECURSOS DO PNAE E PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº.: 34/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

Contratada...: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME

Valor : 23.418,77 (vinte e três mil quatrocentos e dezoito reais e setenta e sete centavos)

Vigência : Início: 01/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA ESCOLAR DESTINADOS AO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, COM RECURSOS DO PNAE E PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº.: 35/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD
Valor : 8.998,16 (oito mil novecentos e noventa e oito reais e dezesseis centavos)
Vigência : Início: 01/04/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA ESCOLAR DESTINADOS AO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, COM RECURSOS DO PNAE E PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO.

HOMOLOGAÇÕES DE PROCESSOS 45 E 46.2015 PMGBA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2015
PROCESSO Nº 45/2015 HOMOLOGAÇÃO: 01/04/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO PARA FORNECER ARBITRAGEM NAS COMPETIÇÕES OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA DURANTE O ANO DE 2015.

CONTRATADO: ASSAG - ASSOCIACAO DOS ARBITROS DE GUARACIABA
VALOR DA DESPESA: R\$ 92.740,00 (noventa e dois mil setecentos e quarenta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2015
PROCESSO Nº 46/2015 HOMOLOGAÇÃO: 01/04/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA ESCOLAR DESTINADOS AO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, COM RECURSOS DO PNAE E PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: DOMINGOS MARCON E CIA LTDA - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 40.243,93 (quarenta mil duzentos e quarenta e três reais e noventa e três centavos)

CONTRATADO: VILMAR LUIZ MONTAGNA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.208,00 (oito mil duzentos e oito reais)

CONTRATADO: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 23.418,77 (vinte e três mil quatrocentos e dezoito reais e setenta e sete centavos)

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.998,16 (oito mil novecentos e noventa e oito reais e dezesseis centavos)

=====

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 22.15 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº22/2015.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Saúde, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 32/15, Edital de Pregão Nº 22/15, Objeto: Aquisição de materiais de consumo a serem distribuídos para os grupos participantes do NASF; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 16/04/15; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 16/04/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba - SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 01 de abril de 2015.
SIRLEI MARIA SCALCO CERETTA,
Ordenadora do FMS

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 44.15 PUBLICIDADE INSTITUCIONAL EM JORNAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº44/2015.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 51/15, Edital de Pregão Presencial Nº 44/15, Objeto: Contratação de espaço em jornal para veiculação de publicidade institucional; recebimento de propostas até às 10:30 horas do dia 16/04/15; a abertura do Edital será às 10:30 horas do dia 16/04/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba - SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 01 de abril de 2015.
Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

ATA DE DILIGENCIA 03 2015

Modalidade: Pregão Presencial

Processo Licitação nº: 003/2015

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar.

ATA DE JULGAMENTO DA DILIGÊNCIA E RESULTADOS DOS VENCEDORES

Ao primeiro dia do mês de Abril de 2015 às 09h00, na sala de reuniões da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GUARAMIRIM, SC reuniu-se o Pregoeiro Claudio Eduardo Maba e os membros da equipe de apoio Sr. Rodrigo Deretti e Sra. Juliana Antoniuti, para realizar a decisão da diligência do dia 30 e divulgar o resultado de vencedores.

Fornecedor	Itens Vencedores	Valor Total
327107 - SUPERMERCADO FRONTAL LTDA EPP	1, 2, 3, 4, 10, 11, 17, 19, 26, 30, 31, 34, 36, 40, 46, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 66, 67, 76, 78, 79, 81, 82	340.256,60
2920557 - DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA ME	5, 6, 8, 16, 43, 55, 74	30.265,00
41882 - JOSE MARTINI NETO SUPERMERCADO MARTINI EIRELI	7, 9, 45, 60, 62, 71, 72, 73, 77	50.746,85
369020 - L E COMERCIO ATACADISTA LTA ME	12, 13, 14, 15, 18, 25, 29, 32, 33, 35, 37, 38, 41, 42, 44, 48, 50, 51, 65, 68, 80	59.305,70
EM ANÁLISE	20, 21, 22, 23, 24	
366374 - COMERCIAL STORINNY LTDA ME	27, 28, 39, 47, 61, 69, 70, 75, 83	33.305,30
395706 - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	49	140,00

O pregoeiro recebeu uma denuncia por email em anexo ao processo, na sexta feira dia 27de Março que a empresa RAULINO RAUL ROSAR foi declarada inidônea pela Prefeitura Municipal de

Penha SC, em 22 de Dezembro de 2014, conforme publicação no Diário Oficial dos Municípios, o pregoeiro solicitou diligência ao departamento jurídico da Prefeitura de Guaramirim para melhor decidir a inabilitação ou não da empresa acima citada junto a este processo licitatório.

A decisão é de INABILITAR a empresa RAULINO RAUL ROSAR conforme parecer Jurídico anexo ao processo licitatório por entender que uma empresa declarada Inidônia tem abrangência em todas as esferas da federação brasileira, a teor do art. 7º da Lei 10520/2002. A empresa tem direito de recurso da decisão, para apresentar em até 3 (três) dias úteis , ou seja até 07 de Abril de 2015 as 17:00 hrs no setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Guaramirim, conforme Edital.

Para melhor agilizar o andamento do processo os itens 20,21,22 e 23 tem como segundo colocado a empresa COMERCIAL STORINNY LTDA ME e item 24 a empresa JOSE MARTINI NETO SUPERMERCADO MARTINI EIRELI, sendo assim, estão intimados estas empresas a apresentar as respectivas amostras em até dois dias úteis , ou seja 06 de Abril de 2015 até as 16:00 hrs na Secretaria de Educação, conforme descrito no Edital.

Após as avaliações e prazos de recurso e amostra será feito a Ata final adjudicando todos os itens da licitação.

Nada mais havendo a ser deliberado o Pregoeiro deu por encerrada a Sessão e feita a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada.

Claudio Eduardo Maba
Pregoeiro
Portaria 366/2014

Rodrigo Deretti
Equipe de apoio
Portaria 366/2014

Juliana Antoniuti
Equipe de apoio
Portaria 366/2014

ATA DOCUMENTOS 03 2015

Modalidade: Pregão Presencial

Processo Licitação nº: 003/2015

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar.

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS

Ao trigésimo dia do mês de março de 2015 às 09h00, na sala de reuniões da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GUARAMIRIM , SC reuniu-se o Pregoeiro Claudio Eduardo Maba e os membros da equipe de apoio Sr. Rodrigo Deretti e Sra. Juliana Antoniuti, para realizar a abertura dos envelopes de habilitação das empresas classificadas.

Procedeu-se a abertura dos Envelopes nº 2 - "Documentos de Habilitação", para exame e rubrica de todos os documentos pela Pregoeira e equipe de apoio e representantes presentes, ficando a documentação disponível para consulta dos interessados.

Após serem analisados os documentos a Pregoeira constatou que as licitantes estavam de acordo com as exigências do Edital, portanto, deliberou habilitar as seguintes empresas:

- JOSE MARTINI NETO
- DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA
- SUPERMERCADO FRONTAL
- RAULINO RAUL ROSAR
- NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

- L E COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
- COMERCIAL STORINNY LTDA ME

O pregoeiro analisou a documentação da das empresas e verificou que a empresa DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA está com a certidão negativa relativo as contribuições previdenciárias vencida, e conforme a lei das micro e pequenas empresas no item 10.6.1 do Edital, a empresa tem até dois dias úteis, para entregar a certidão regularizada na Secretaria Municipal de Educação.

O pregoeiro recebeu uma denuncia por email em anexo, na sexta feira dia 27de Março que a empresa RAULINO RAUL ROSAR foi declarada inidônea pela Prefeitura Municipal de Penha SC, em 22 de Dezembro de 2014, conforme publicação no Diário Oficial dos Municípios em anexo, portanto o pregoeiro esta solicitando diligência ao departamento jurídico da Prefeitura de Guaramirim para melhor decidir a inabilitação ou não da empresa acima citada junto a este processo licitatório.

O pregoeiro informou aos representantes das Empresas presentes e aos interessados que assim que retornar o processo do Departamento Jurídico da Prefeitura, irá se precisar solicitar novas amstras, e fazer a Ata final de vencedores.

Nada mais havendo a ser deliberado o Pregoeiro deu por encerrada a Sessão e feita a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada.

Claudio Eduardo Maba
Pregoeiro
Portaria 366/2014

Rodrigo Deretti
Equipe de apoio
Portaria 366/2014

Juliana Antoniuti
Equipe de apoio
Portaria 366/2014

Representantes que Participaram(Credenciados)
OSMAR ABENTROTH
GLADES MACHADO RECH
SILVIO FERNANDO BASTOS ALVES

AVISO LICITACAO 22 2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - Registro de Preço - 22/2015
Tipo : Menor Preço - por itens
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA DE PEDREIRO A SER REALIZADA NA PREFEITURA DE GUARAMIRIM E DEMAIS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.
Entrega dos Envelopes: 15/04/2015 às 09:00 h
Abertura dos Envelopes: 15/04/2015 às 09:15 h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 1255, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.
GUARAMIRIM (SC), 01/04/2014.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 24 E 25

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 24/2015 - Tomada de Preço Nº. 02/2015.
Objeto: Contratação de empresa para execução de ponte em estrutura de concreto pre moldada sobre o Rio das Flores na Rua Dionísio Caramori, município de Guarujá do Sul, com as dimensões de 5,00 m x 10,30 m.

Habilitação e Propostas: 23/04/2015 (Documentação 08:15 e abertura as 08:30).

Local: Prefeitura Municipal. Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 01 de abril de 2015.

Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 25/2015 - Tomada de Preço Nº. 03/2015.

Objeto: Contratação de empresa para execução de reforma e adequações do Clube Municipal, com área de intervenção de 451,50 m², Avenida João Pessoa Esquina Rua São Paulo, município de Guarujá do Sul.

Habilitação e Propostas: 24/04/2015 (Documentação 08:15 e abertura as 08:30).

Local: Prefeitura Municipal. Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 01 de abril de 2015.

Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO/PRORROGAÇÃO N.º 03/UNOESC/15

Universidade do Oeste de Santa Catarina

N.º 0005342044119269/03/10/P3 Referente: N.º 0319/03/06/PJ Referente TA N.º 0001240238141695/03/10/P3

SEGUNDO TERMO ADITIVO/PRORROGAÇÃO N.º 03/UNOESC/15

Base legal: 1.973/2001

Prorrogação de Convênio de Cooperação Técnica, científica, de ensino e assistencial.

Termo Aditivo ao Convênio n.º 10/UNOESC/06, que entre si celebram a UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA — Unoesc Joaçaba, mantida pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA — Funoesc, e MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE. Aos 06 (sexto) dia do mês de fevereiro, de um lado a UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA — UNOESC JOAÇABA, mantida pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA — Funoesc e do outro lado, MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, denominado simplesmente de MUNICÍPIO, já devidamente qualificados no convênio n.º 10/UNOESC/06, vem celebram o Segundo Termo Aditivo alterando-se a Cláusula Primeira do TA N.º 04/UNOESC/10, 0001240238141695/03/10/PJ, que alterou a Cláusula Sexta do Convênio n.º 10/UNOESC/06, N.o 0319/03/06/PJ, prorrogando sua vigência:

Cláusula Primeira - PRAZO DA VIGÊNCIA

Prorroga-se a vigência do Convênio n.º 10/Unoesc/2006, N.o 0319/03/06/PJ, datado de 17/03/2005, alterado pelo TA n.º 04/UNOESC/10, N.o 0001240238141695/03/10/PJ, datado de 18/03/2010, por mais 05 (cinco) anos, a contar de 18 de março de 2015, conforme estabelecido no Primeiro Termo Aditivo n.º 04/Unoesc/2010, estendendo sua vigência até 17 de março de 2020.

Cláusula Segunda - DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Termo Aditivo passa a integrar e complementar o Convênio firmado em 17 de março de 2005, ficando ratificadas as demais cláusulas, em todos os seus termos, formando um todo, para que juntos produzam os jurídicos e legais efeitos.

E, por estarem cientes, assinam o presente em 03 (três) vias de iguais forma e teor, na

presença de 02 (duas) testemunhas.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA MUNICIPIO DE HERVAL D'OESTE
CATARINA - UNOESC

Testemunhas

1. Alciomar Antonio Marin

CPF: 385.909.21942

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03A/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003A/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste
VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 25 de março de 2016, prorrogável, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e cinco dias do mês de março de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de brita I, brita II e demais agregados oriundos de mineração, para utilização da Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa PEDREIRA JOAÇABA LTDA - EPP, CNPJ Nº 84.585.306/0001-47, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
7	PEDRISCO 2ª	M³	6.000	44,90	269.400,00

Valor Total da Ata R\$ 269.400,00 (duzentos e sessenta e nove mil e quatrocentos reais), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 26 de março de 2015.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Sigmundo E. Regensburger Sócio Administrador CPF: 139.433.329-34 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03B/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003B/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste
VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 25 de março de 2016, prorrogável, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e cinco dias do mês de março de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de brita I, brita II e demais agregados oriundos de mineração, para utilização da Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa PEDREIRA CALDART LTDA - EPP, CNPJ Nº 79.386.850/0001-20, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	BRITA I	M³	1.000	60,00	60.000
2	BRITA II	M³	1000	55,00	55.000
3	PEDRA GRADUADA	M³	1000	58,00	58.000
4	PEDRA LASCÃO	M³	300	58,00	17.400
5	PEDRA PULMÃO	M³	1000	58,00	58.000
6	PEDRISCO	M³	1000	58,00	58.000
8	PÓ DE PEDRA	M³	500	65,00	32.500

Valor Total da Ata R\$ 338.900,00 (trezentos e trinta e oito mil e novecentos reais), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 26 de março de 2015.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Alirio Antonio Caldart Sócio Administrador CPF: 238.832.860-87 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

PORTARIA Nº 467/2015

PORTARIA Nº 467/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora JANAINA KEMER (Matr. 3704), a partir de 01 de abril de 2015, a qual exerce a função de Monitor Social, Nível - 4/2 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº. 280/2011, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 313/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 468/2015

PORTARIA Nº 468/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora BIANCA ANDRIGO (Matr. 3730), a partir de 01 de abril de 2015, a qual exerce a função de Monitor Social, Nível - 4/2 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº. 280/2011, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 313/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 469/2015

PORTARIA Nº 469/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº. 1095/2014, por mais 06 (seis) meses, a contar de 01 de Abril de 2015, em que é concedida Licença Sem Remuneração ao Servidor RICARDO VILLELA ARMÊNIO (Matr. 666), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Odontólogo, Nível/Referência - 13/1/D, 20 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade

com o art. 105, inciso IV da LC Nº. 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 470/2015

PORTARIA Nº 470/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, o Senhor RAFAEL DA ESPADA (Matr. 4116), para exercer a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo XI da LC nº 316/2013, turnos matutino e vespertino, Disciplina de Educação Física, a partir de 01 de abril de 2015 até o término do ano letivo de 2015, classificado em 3º lugar no Processo Seletivo de que trata o Edital Nº 016/2014/SMECE/SMAMA, de 18 de fevereiro de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 471/2015

PORTARIA Nº 471/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

ATRIBUIR EXERCÍCIO ao Servidor RAFAEL DA ESPADA (Matr. 4116), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 2/A, Disciplina de Educação Física, 40 horas semanais, Anexo XI da LC Nº 316/2013, para atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde - "Academia de Saúde", a contar de 01 de abril de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 472/2015

PORTARIA Nº 472/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor GELSON PIOVE-SAN (Matr. 712) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível - 7, Referência "E", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de abril de 2013 e 01 de abril de 2014, para serem gozadas a partir de 01 de abril de 2015 a 30 de abril de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 473/2015

PORTARIA Nº 473/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor JOAQUIM DE OLIVEIRA (Matr. 1381) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível - 7, Referência "E", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03 de abril de 2013 e 02 de abril de 2014, para serem gozadas a partir de 01 de abril de 2015 a 30 de abril de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 474/2015

PORTARIA Nº 474/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor NERI PEREIRA DUARTE (Matr. 871) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível - 7, Referência "E", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo

compreendido entre 03 de abril de 2013 e 02 de abril de 2014, para serem gozadas a partir de 01 de abril de 2015 a 30 de abril de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 475/2015

PORTARIA Nº 475/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor JOSÉ BENTO (Matr. 862) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas II, Nível - 8, Referência "E", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de abril de 2013 e 01 de abril de 2014, para serem gozadas a partir de 01 de abril de 2015 a 30 de abril de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 476/2015

PORTARIA Nº 476/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor SEBASTIÃO LOPES DE ANDRADE (Matr. 965) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "E", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 15 de abril de 2013 e 14 de abril de 2014, para serem gozadas a partir de 01 de abril de 2015 a 30 de abril de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 477/2015

PORTARIA Nº 477/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor ADEMIR TOSATTI (Matr. 882) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "E", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 16 de abril de 2013 e 15 de abril de 2014, para serem gozadas a partir de 01 de abril de 2015 a 30 de abril de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 478/2015

PORTARIA Nº 478/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora SOLIDÉIA MARIA DA SILVA (Matr. 65) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "E", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 17 de maio de 2013 e 16 de maio de 2014, para serem gozadas a partir de 01 de abril de 2015 a 30 de abril de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 479/2015

PORTARIA Nº 479/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor SIDNEY DALLA VECHIA (Matr. 013) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico em Contabilidade, Nível - 12/2, Referência "J", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente

ao período aquisitivo compreendido entre 13 de agosto de 2013 e 12 de agosto de 2014, para serem gozadas a partir de 01 de abril de 2015 a 30 de abril de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 480/2015

PORTARIA Nº 480/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor SÉRGIO LUIZ NAGEL (Matr. 018) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Fiscal de Tributos, Nível - 11, Referência "M", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 16 de abril de 2013 e 15 de abril de 2014, para serem gozadas a partir de 01 de abril de 2015 a 30 de abril de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 481/2015

PORTARIA Nº 481/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora VERA LÚCIA DE ANDRADE (Matr. 3029) ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Finanças, Nível - DAS-1, 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de abril de 2013 e 01 de abril de 2014, para serem gozadas a partir de 01 de abril de 2015 a 30 de abril de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 482/2015

PORTARIA Nº 482/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 15 (quinze) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 1300/2014, da Servidora CIBELE TEREZINHA COPPI (Matr. 69), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Bioquímico, Nível - 10/2, Referência "H", 20 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de fevereiro de 2013 e 31 de janeiro de 2014, para serem gozadas a contar de 23 de março de 2015 a 06 de abril de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISÃO CESSÃO DE USO Nº 10.389/2005-6**TERMO DE RESCISAO**

AO TERMO DE CESSAO DE USO nº 10.389/2005-6, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina e o Município de Herval D'Oeste.

O MUNICIPIO DE HERVAL DOESTE, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0001-38, doravante denominado MUNICIPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Nelson Guindani, portador da Carteira de Identidade nº 1.511.562/ SSPSC, CPF nº 501.589.459-72, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado a Rua Almirante Lamego, 381, Centro — Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado CBMSC, neste ato representado por seu Comandante-Geral Coronel BM ONIR MOCELLIN, portador do CPF nº 525.770.589-34, resolvem, por mutuo acordo, rescindir o presente Termo.

CLAUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

Em conformidade com a cláusula quinta, fica rescindido o Termo de Cessão de Uso nº 10.389/2005-6.

CLAUSULA SEGUNDA — DA VIGENCIA

O presente instrumento passa a produzir os seus efeitos legais, a partir de sua publicado no Diário Oficial do Estado ou do Município. Por estarem justos e acordes, firmam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Herval d'Oeste, 1º de abril de 2015.

NELSON GUINDANI Coronel BM - ONIR MOCELIN

Prefeito Municipal Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina

Testemunhas:

MICHELLE BENEDETTI
Auxiliar Administrativo
CPF nº 045.478.869-03

RUBENS ANTONIO CORREIA
Agente Administrativo
CPF nº 687.857.399-87

Ibiam**PREFEITURA****PLANO DE AÇÃO E APLICAÇÃO 2015 - CMDCA**

RESOLUÇÃO Nº 10/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 482, de 27 de outubro de 2011, que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;

CONSIDERANDO,

- A deliberação da reunião ordinária do dia 18 de março de 2015 e Ata de nº 78/2015.
- O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei 8.069/90;
- O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado "Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;
- A Resolução nº 137 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar Plano de Ação e Aplicação do ano de 2015.

Art. 2º Mudança do Plano Decenal Socioeducativo 2013-2032, tendo atualização e troca dos responsáveis pelos atendimentos aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Registrada, Publicada, CUMpra-SE.

IBIAM-SC 25 de março de 2015.

Marcelo Rinaldi

Presidente Conselho Municipal dos Direitos Da Criança e do Adolescente

Homologada em: ____/ ____/ ____

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal de Ibiam

PLANO DE AÇÃO 2015

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-FMDCA
IBIAM-SC, 2015.

Através da articulação entre as diversas políticas públicas, Conselhos representativos e participação da sociedade como um todo, é que se tornará possível a garantia dos direitos da criança e do adolescente, bem como a efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

SUMÁRIO**1. INTRODUÇÃO**

O presente Plano de Ação para a área de crianças e adolescentes de Ibiam foi realizado com Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente em conjunto com Assistência Social. A base para as definições aqui consolidadas é o Diagnóstico da Proteção Integral, que analisou os direitos das crianças e adolescentes, com fundamento metodológico nas definições do Estatuto da Criança e

do Adolescente, Orçamento Público, Contabilidade Pública, Gestão Municipal, dentre outros que se acharam fundamentais. Tivemos a possibilidade de construir linhas de ação e ações específicas, para os problemas de maior impacto para o município.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ibiã, de acordo com as suas atribuições legais, com prioridade absoluta assegurada pela Constituição Federal, pela Lei nº. 8.069/90, atua como órgão deliberativo e controlador das políticas públicas, e zela pela garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

O Plano de Ação é destinado prioritariamente para estruturar ações e fundamentar decisões a respeito da destinação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mas tem impacto sobre todos os órgãos governamentais e não governamentais que atuam nesta área.

2. NOME DOS CONSELHEIROS DO CMDCA

3. IDENTIFICAÇÃO DO FMDCA DE IBIAM-SC

Em Ibiã o FMDCA foi criado em 27 de outubro de 2011 através da Lei Municipal nº 482/2011. O CMDCA, órgão formulador, deliberativo e controlador das ações de implementação da política dos direitos da criança e do adolescente é o responsável por gerir o FMDCA, fixar critérios de utilização e o plano de aplicação dos seus recursos, conforme o disposto no § 2º do art. 260 da Lei nº 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

3.1 Vínculos Administrativos:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Prefeito Municipal: CLÓVIS JOSÉ BUSATO
RG:1.517.976-1
CPF: 497.720.319-49
Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini - Centro, Ibiã, SC.
Telefone/fax: (49) 35340044
E-mail: ibiamsocial@yahoo.com.br
Site: <http://www.ibiam.sc.gov.br>

4. OBJETIVOS

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA - através do Plano de Ação, tem por objetivo, entre outros, desenvolver uma política de trabalho que esteja em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 87 incisos I a V.

4.1 Objetivo Geral

Estabelecer diretrizes e plano de ação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o fim de fortalecer as políticas sociais básicas (educação, saúde, cultura, esporte e lazer, etc.), bem como implementar as políticas de proteção e garantia de direitos, através de políticas integradas e articuladas entre as ações governamentais e não governamentais.
Organizar, planejar e executar a distribuição dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para as áreas consideradas prioritárias pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Ibiã, com a participação da Secretaria de Assistência Social e Conselho Tutelar.

4.2 Objetivos Específicos

- Captar e aplicar recursos a ser utilizados em programas de atendimento a criança e ao adolescente segundo as deliberações do CMDCA, ao qual está vinculado;
- Definir a aplicação;
- Prover os recursos necessários à execução de programa e

projetos relacionados com a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

- Estabelecer prioridades na seleção de projetos, de forma que as execuções desses projetos deem respostas as demandas;
- Ter acompanhamento pelos Conselheiros: dos projetos em execução, dos resultados alcançados e impactos das ações desenvolvidas;

5. DO FINANCIAMENTO FMDCA CONFORME ECA, TCE-SC

O papel fundamental do Conselho de Direitos é o de deliberar e controlar as ações, sendo uma instância pública de participação democrática (art.204 da CF. e art.88, II do ECA) , aos quais compete a fixação de critérios de utilização, através de planos de aplicação, das doações subsidiadas e demais receitas, bem como aprovar o Plano de Ação Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente e o Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo.

Conforme a cartilha do Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, a respeito da responsabilidade e do poder de decisão, os Prejudicados TCE/SC nos 1681 e 1885 dispõem:

O Conselho (CMDCA) vai dizer o quanto de recursos será destinado para tal programa de atendimento e o órgão público irá proceder à liberação e ao controle dos valores dentro das normas legais e contábeis. (Prejudicado TCE/SC no 1681, item 3, Processo CON-05/00113750)

O art. 260 da Lei Federal no 8.069/90 designa os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente como órgãos deliberativos e controladores das ações para a atenção a infância e juventude, cabendo aos mesmos a captação e a aplicação dos recursos do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), que devem ser destinados à execução da política de proteção especial à criança e ao adolescente. (Prejudicado TCE/SC no 1885, item 1, Processo CON-07/00112812)

6. COMO OS RECURSOS DO FIA PODEM SER APLICADOS?

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), no exercício de sua competência legal prevista no ECA, vem estabelecendo diretrizes para a adequada aplicação dos recursos que transitam no FIA, devendo ser observado pelos conselhos municipais. Uma das recentes diretrizes foi materializada através da Resolução Conanda no 137/10, que estabelece algumas vedações, sempre buscando o direcionamento eficiente destes recursos:

Art. 16. Deve ser vedada a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo plenário do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente. Parágrafo único. Além das condições estabelecidas no caput, deve ser vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para:

- I — a transferência sem a deliberação do respectivo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II — pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;
- III — manutenção e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IV — o financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente; e
- V — investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência. (grifo

nosso)

Verifica-se que a intenção é realmente concentrar os recursos para ações voltadas ao efetivo atendimento da criança e do adolescente, com políticas públicas específicas de média e alta complexidade. Entendimento que se coaduna com o do TCE/SC, conforme segue:

Os recursos do Fundo de Direitos da Criança e do Adolescente devem ser empregados exclusivamente em programas, projetos e atividades de proteção socioeducativos voltados ao atendimento da criança e do adolescente. (Prejulgado TCE/SC no 1832, Processo CON-06/00168506)

Citam-se como exemplos de despesas regulares:

- Programas e projetos

Para atender crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social como, por exemplo, usuários de substâncias psicoativas e vítimas de maus tratos.

- Formação de pessoal

Conselheiros dos Direitos, Conselheiros Tutelares, além de profissionais envolvidos com os direitos da criança e do adolescente precisam ser qualificados para trabalhar de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

- Incentivo à guarda e adoção

Cumprindo o art. 260 do ECA, esta é a única despesa obrigatória do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente. O incentivo poderá ser feito através de campanhas e eventos.

- Estudos e diagnósticos

O Conselho dos Direitos poderá financiar, utilizando o FIA, as pesquisas que julgar necessárias à efetivação do atendimento.

- Divulgação dos Direitos da Criança e do Adolescente

Divulgação para a sociedade, nos mais diversos meios, do ECA.

Ressalta-se que pelas diretrizes estabelecidas pelo Conanda (Resolução no 137/10) não é possível o FIA repassar recursos para entidades com o objetivo de adquirir equipamentos (computadores por exemplo), exceto quando for destinado ao atendimento propriamente dito (serviços), tais como programas específicos de prevenção e proteção especial, socioeducativas e orientação, apoio, promoção familiar, voltados para as crianças, adolescentes e às suas famílias. Estes programas específicos que envolvem o repasse de recursos do FIA devem ser necessariamente cancelados pelo CMDCA, conforme exposto na pergunta 3.4 desta cartilha.

7. PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO PARA CONSELHEIROS TUTELARES E CONSELHO DE DIREITOS

Para identificação e encaminhamento de casos de violência, prevenção, identificação e encaminhamento de casos de drogadição, além de outros temas relacionados ao ECA e aos direitos de crianças e adolescentes. Sendo que, as capacitações possibilitem a ampliação do conhecimento e consequentemente a melhoria na qualidade dos serviços oferecidos ao público alvo.

Conforme Lei Municipal nº 482 de 27 de outubro de 2011, capítulo IV " DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE" em seu Artigo 30:

§ 1º. As ações de trata o caput deste artigo referem-se, prioritariamente, aos programas de proteção especial à criança e ao adolescente expostos a situação de risco pessoal ou social, cujas necessidades extrapolam o âmbito de atuação das políticas sociais básicas, bem como o disposto no parágrafo 2º do artigo 260, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 4º. Os recursos do Fundo serão ministrados segundo o plano de aplicação elaborado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e aprovado pelo Poder Legislativo Municipal, constituindo parte integrante do orçamento do Município.

Regimento Interno do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ibiã, capítulo III "DA COMPETÊNCIA" em seu Artigo 6º:

V. acompanhar a elaboração e a execução dos orçamentos públicos na esfera municipal com o objetivo de assegurar que sejam destinados os recursos necessários para a execução das ações destinadas ao atendimento das crianças e adolescentes;

VII. definir, em um plano que considere as prioridades da infância e adolescência do Município, as ações a serem executadas;

VII. gerir o Fundo para a Infância e Adolescência (FIA), definindo os parâmetros e fixando critérios para a utilização dos recursos, através de Plano de Aplicação das doações subsidiadas e demais receitas.

Capítulo IV, " DOS ÓRGÃOS DO CONSELHO MUNICIPAL, em seu Artigo 9º:

VII- Deliberar sobre a política e critérios de aplicação dos recursos financeiros do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

E conforme, cartilha do Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, as despesas com capacitação e formação dos Conselheiros são regulares, conforme prescreve a Resolução Conanda no 137/10:

Art. 15. A aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, deliberada pelo Conselho de Direitos, deverá ser destinada para o financiamento de ações governamentais e não governamentais relativas a: [...]

IV — programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Registre-se, que no caso dos Conselheiros Tutelares, presente o interesse público, os mesmos terão direito a diárias, nos termos do Prejulgado no 1978:

Os membros do Conselho Tutelar que se ausentarem do Município em face da realização de diligências e/ou participação em eventos relacionados com matéria de sua competência e reconhecidos como de interesse relevante farão jus ao pagamento de diárias.

Por outro lado, os Conselheiros dos Direitos da Criança não podem receber diárias, tendo em vista que não são considerados servidores, e não foram excepcionados pela regra do Prejulgado citado anteriormente. Caso seja de interesse público, que um determinado Conselheiro dos Direitos da Criança participe de evento fora da sede do município, e que no mesmo evento esteja presente um servidor do quadro, este poderá receber um adiantamento para custear as despesas de hospedagem e alimentação do referido Conselheiro.

Sugerimos um exemplo com valores:

a) 2 Conselheiros do CMDCA participam de um evento de forma paritária (1 integrante da Administração Pública e 1 particular);
b) supondo a diária no valor de R\$ 150,00 e um evento de dois dias, tem-se a seguinte situação:

CONSELHEIRO	VALORES	OBJETIVO
1) integrante da Administração Pública	2 diárias (R\$ 300,00)	para despesas próprias
	Adiantamento (+/- R\$ 300,00)	para despesas do particular (2)
2) representante da Sociedade (particular)	Não recebe nada [despesas custeadas com o adiantamento (1)]	

8. AÇÕES, ESTRATÉGIAS E METAS

8.1 AÇÕES, ESTRATÉGIAS

As ações específicas constituem as formas prioritárias de ação definidas no processo de planejamento. Cada uma delas diz respeito a uma ou mais de uma linha de ação e definem os objetos prioritários de destinação de recursos do Fundo Municipal. É em torno destas ações que o CMDCA organizará para financiamento de projetos e buscará articulações Inter setoriais, sendo recomendável que sejam igualmente adotadas pelos agentes públicos governamentais.

Será trabalhado através do CMDCA, CRAS e Conselho Tutelar. Visa uma forma instrutiva e preventiva em diversas áreas:

AÇÕES	ESTRATÉGIAS
Articular a rede de garantia de Direitos.	a) Promover encontros periódicos da Rede Protetiva; b) Estabelecer cronogramas e garantir a efetivação do trabalho; c) Trabalhar a intersectorialidade ;
Socializar as Ações Sócioeducativas voltadas às famílias.	a) Reforçar a importância da busca ativa das famílias com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, por meio dos encontros periódicos da Rede Protetiva.
Incentivar a oferta de ensino profissionalizante, visando à inserção no mercado de trabalho.	a) Articular com as áreas da educação, trabalho e desenvolvimento econômico; c) Incentivar parcerias com as empresas locais.
Promover informações pertinentes aos direitos da criança e do adolescente.	a) Divulgar a legislação, distribuição de cartilhas e outras estratégias, visando à conscientização sobre os direitos. b) Trabalhar junto as unidades educacionais a promoção de informações dos direitos e deveres das crianças e adolescentes.
Divulgar as ações do CMDCA e sua composição.	a) Utilizar os recursos da mídia para divulgação dos trabalhos e da importância das ações e atribuições do CMDCA;
Incentivar o protagonismo da criança e do adolescente	a) Apoiar a Rede Protetiva do município para o desenvolvimento de ações.
Promover a troca de experiências vivenciadas pelos atendidos nos projetos aprovados pelo CMDCA.	a) Realizar reuniões; encontros periódicos entre os atendidos.

8.2 METAS

As metas são as ações a serem desenvolvidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente como articulador, juntamente com CRAS e Conselho Tutelar neste ano, que trabalhará com os temas:

Campanhas de comunicação para elevar as doações de pessoas físicas e empresas para o Fundo Municipal;
- Celebração de acordos, convênios e parcerias com outros órgãos públicos e com a iniciativa privada para o financiamento de programas, projetos e ações;
- Fomentar e Incentivar capacitação e qualificação dos profissionais que atuam no atendimento e políticas;

- Realizar a Conferência MUNICIPAL dos Direitos da Criança e do Adolescente, contratação de assessoria técnica para a conferência, palestrante entre outros.

- Realizar processo de escolha Unificada dos membros do Conselho Tutelar para o mandato janeiro de 2016/2019 em conformidade com Resolução nº 152/2012 Conanda, Lei Nacional nº 12.696/2012.

- Acompanhar a aplicação dos recursos do FIA e o andamento das políticas públicas e dos projetos financiados pelo FIA.

- Articular, fiscalizar e supervisionar para que exista as condições adequadas para os Conselho Tutelar, como: pessoal, equipamentos, ligações para celular, internet, funcionamento do SIPIA-WEB e estrutura física que assegure a privacidade dos atendimentos.

Combate à agressão contra crianças e adolescentes;

18/05 Trabalhar o Dia Nacional na luta contra abuso sexual infantil juvenil.

30/05 Café Cultural com o tema: "Adoção: Mitos e Verdades" Referente ao Dia da Adoção. Apoio e incentivo a adoção;

12/06 Trabalho ao combate do Trabalho Infantil;

26/06 Prevenção ao uso de drogas- palestra com pais;

13/07 Conscientização a respeito do ECA Estatuto da Criança e do Adolescente e dos direitos de cidadania em geral;

19/08 Palestra Gravidez Precoce- Sexualidade; Orientação e prevenção sobre saúde sexual e reprodutiva na adolescência;

09/10 Trabalhar o Dia das Crianças;

Novembro apoio ao trabalho e Formatura do Proerd,;

08/12 Palestra alusivo ao Dia da Família. Importância da participação da família quanto ao acompanhamento de crianças e adolescentes na escola.

Encaminhar adolescentes e crianças a eventos culturais, de lazer, etc, priorizando o conhecimento e a socialização.

09. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e avaliação das ações ocorrerão com base em indicadores de resultados, no decorrer do desenvolvimento das propostas e através de supervisão direta. A avaliação ocorrerá envolvendo a participação dos conselheiros, de modo a exercer o controle das ações, bem como apresentar propostas de reformulação e/ou adaptações.

10. CONCLUSÃO

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Art. 227 da Constituição Federal Brasileira.

É esta dívida que se precisa saldar, a dívida que a maioria tem para com as futuras gerações, que são semeadas agora, crianças e adolescentes que necessitam de cuidados especiais e urgentes. Este atendimento prioritário passa, necessariamente, pela disponibilização de recursos, através de um orçamento que respeite estes cidadãos em formação.

É preciso ainda, além de transformar o orçamento em lugar de crianças e adolescentes, garantir seu lugar na execução orçamentária, quando da materialização deste planejamento. Com um planejamento adequado, conforme se procurou orientar com este trabalho, é possível garantir este espaço orçamentário, saldar esta dívida, proporcionar às crianças e adolescentes o tratamento que tanto precisam e merecem.

(Cartilha Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente).

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente — Conanda. Resolução no 137, de 21 de janeiro de 2010. Dispõe sobre os parâmetros para criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Orientações para conselhos da área de assistência social. Brasília: TCU, 2009.

CARVALHO, Deusvaldo. Orçamento e Contabilidade Pública. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

PARANÁ. Ministério Público. Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Criança e do Adolescente. Município que respeita a criança — Manual de orientação aos gestores municipais. Curitiba: MPPR, 2009.

SANTA CATARINA. Ministério Público. Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude. Manual do Promotor de Justiça da Infância e Juventude: Conselhos e Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente. Coordenado por Priscilla Linhares Albino; elaboração técnica Mayra Silveira, Marlos Gonçalves Terêncio. Florianópolis: MPSC, 2010, v. 2.

SANTA CATARINA. Tribunal de Contas. XI Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal. Florianópolis: Tribunal de Contas, 2009.

Sítios

CONANDA presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/conselho/conanda

Portal DCA www.direitosdacrianca.org.br/conselhos/conselho-nacional-dosdireitos-da-crianca-e-do-adolescente

MP/SC www.mp.sc.gov.br

TCE/SC www.tce.sc.gov.br

PLANO DE APLICAÇÃO

PLANO DE APLICAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-FMDCA

IBIAM-SC, 2015

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA - de Ibiã, das atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal Nº. 482/2011, torna público que estará disponibilizando recursos oriundos do Fundo da Infância e Adolescência, para a viabilização de projetos voltados ao atendimento de crianças e adolescentes cujos programas veiam a atender prioritariamente crianças e/ou adolescentes de acordo com o que preconiza a Lei Federal 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

I - DOS OBJETIVOS

- Disponibilizar recursos para o desenvolvimento de ações que estejam voltadas para a criação e o funcionamento dos serviços e estruturas previstas na Lei Nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), na Lei Municipal Nº 482/2011 (Regulamentação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), Resolução Nº. 137/2010 do Conanda (Aplicação de recursos do FIA) e Nota Técnica FECAM 02/2012 (Aplicação Recursos FIA), destinadas ao atendimento de crianças e adolescentes, de forma a fortalecer os vínculos familiares e comunitários, através de programas e projetos que tenham ação enquanto rede de atendimento.

- Auxiliar no desenvolvimento de projetos nas áreas de assessoramento, prevenção, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

3. DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos totalizam R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ibiã, para o ano de 2015.

4. DO REPASSE DOS RECURSOS

Os recursos financeiros serão distribuídos para as seguintes ações:

META	PRAZO	RESPONSÁVEIS
Campanhas de comunicação para elevar as doações de pessoas físicas e empresas para o Fundo Municipal;	Final do 2º semestre	CMDCA
Prevenir e enfrentar a violência sexual infanto-juvenil	Entre maio e dez/2015	CMDCA, Conselho Tutelar, Secretaria Municipal de Assistência Social, CRAS e Secretaria Municipal de Educação, Saúde.
Capacitar continuamente a Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente (CMDCA, Conselho Tutelar, técnicos municipais)	Até dez/2015	CMDCA; Secretaria de Assistência Social, CRAS.
Celebração de acordos, convênios e parcerias com outros órgãos públicos e com a iniciativa privada para o financiamento de programas, projetos e ações;	Ano todo	CMDCA.
Realizar a Conferência MUNICIPAL dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Até 15 de maio	CMDCA, Conselho Tutelar, Secretaria Municipal de Assistência Social, CRAS.
Realizar processo de escolha Unificada dos membros do Conselho Tutelar para o mandato janeiro de 2016/2019 em conformidade com Resolução nº 152/2012 Conanda, Lei Nacional nº 12.696/2012.	1º semestre e 2º	CMDCA
Acompanhar a aplicação dos recursos do FIA e o andamento das políticas públicas e dos projetos financiados pelo FIA.		CMDCA.
Articular, fiscalizar e supervisionar para que exista as condições adequadas para os Conselho Tutelar, como: pessoal, equipamentos, ligações para celular, internet, funcionamento do SIPIA-WEB e estrutura física que assegure a privacidade dos atendimentos.		CMDCA
Trabalhar o Dia Nacional na luta contra abuso sexual infanto-juvenil.	18/05	CMDCA, Conselho Tutelar Apoio: Secretaria Municipal de Assistência Social e Educação, CRAS.
Café Cultural com o tema: "Adoção: Mitos e Verdades" Referente ao Dia da Adoção. Apoio e incentivo a adoção;	30/05	CMDCA, Conselho Tutelar, Secretaria Municipal de Assistência Social, CRAS, educação, Maria C.T.: música cuida de mim, Ribeiro declamação, academia biodinâmica balé, grupo crianças Tangará típica, casais pretendente adoção.
Trabalho ao combate do Trabalho Infantil;	12/06	CMDCA, Conselho Tutelar, Apoio: Secretaria Municipal de Assistência Social Apoio: Educação, CRAS.
Prevenção ao uso de drogas- palestra com pais;	26/06	CMDCA, Conselho Tutelar, Secretaria Municipal de Assistência Social e Educação, CRAS.
Conscientização a respeito do ECA Estatuto da Criança e do Adolescente e dos direitos de cidadania em geral;	13/07	CMDCA, Conselho Tutelar, Apoio: Secretaria Municipal de Assistência Social e Educação, CRAS.
Palestra Gravidez Precoce- Sexualidade; Orientação e prevenção sobre saúde sexual e reprodutiva na adolescência;	19/08	CMDCA, Conselho Tutelar, Secretaria Municipal de Assistência Social Apoio: Educação, CRAS.
Trabalhar o Dia das Crianças;	09/10 conforme locação de brinquedos poderá ser transferida	CMDCA, Conselho Tutelar, Secretaria Municipal de Assistência Social e Educação, CRAS.
Apoio ao trabalho e Formatura do Proerd,;	Novembro	CMDCA, Conselho Tutelar, Secretaria Municipal de Assistência Social e Educação, CRAS.
Palestra alusivo ao Dia da Família. Importância da participação da família quanto ao acompanhamento de crianças e adolescentes na escola.	08/12	CMDCA, Conselho Tutelar, Secretaria Municipal de Assistência Social Apoio: Educação, CRAS.

- EVENTO	RECURSO	PALESTRANTE	LANCHES	CAMISETAS	PANFLETOS
- Realizar a Conferência MUNICIPAL dos Direitos da Criança e do Adolescente. Secretaria Municipal de Assistência Social.	- Recurso Municipal: Próprio	Contratação de técnico para a Conferência. R\$ 1.000,00.	200,00		
Trabalhar o Dia Nacional na luta contra abuso sexual infanto juvenil.	Recurso Municipal: Próprio.			15 camisetas R\$ 305,50	200 Panfletos (R\$ 36,00)
Café Cultural com o tema: "Adoção: Mitos e Verdades" Referente ao Dia da Adoção. Apoio e incentivo a adoção;	Recurso Municipal: FIA	Transporte ônibus para famílias e para grupos de apresentação. Palestrante Miriam ou Rose	700,00	30 camisetas R\$ 705,00	400 panfletos (R\$ 72,00) 400 panfletos cartilha c/ informações. (R\$ 72,00)
Trabalho ao combate do Trabalho Infantil;	Recurso Municipal: FIA.				300 Panfletos (R\$ 54,00)
Prevenção ao uso de drogas- palestra com pais;	Recurso Municipal: FIA.	Palestra Marcos ou Jane ,	200,00		panfletos: 300 (R\$ 54,00)
Conscientização a respeito do ECA Estatuto da Criança e do Adolescente e dos direitos de cidadania em geral;	Recurso Municipal: FIA.				Panfletos: 400 (R\$ 72,00)
Palestra Gravidez Precoce- Sexualidade; Orientação e prevenção sobre saúde sexual e reprodutiva na adolescência;	Recurso Municipal: FIA.	Palestra 3.420,00			panfletos: 300 (R\$ 54,00)
Trabalhar o Dia das Crianças;	Recurso Municipal: FIA.	Locação de brinquedos para as atividades R\$ 2.000,00	Escola		
Apoio ao trabalho e Formatura do Proerd,;	Recurso Municipal: FIA.	40 leõezinhos R\$ 896,00		40 camisetas R\$ 940,00	
Palestra alusivo ao Dia da Família. Importância da participação da família quanto ao acompanhamento de crianças e adolescentes na escola.	Recurso Municipal: próprio.		400,00		Panfletos 300 (R\$ 54,00)
		7.316,00	1.500,00	1.950,50	468,00

5. PERÍODO DE EXECUÇÃO:

Ano de 2015.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretende-se, com o presente Plano de Ação, que ele seja um instrumento prático de ação, planejamento e constante avaliação. Através da articulação entre as diversas políticas públicas, Conselhos representativos e participação da sociedade como um todo, é que se tornará possível a garantia dos direitos da criança e do adolescente, bem como a efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

PLANO DECENAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Sumário

1. Identificação

1.1 Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo

Vigência: 2013 a 2023

Período de elaboração: novembro a outubro de 2013

Elaboração:

Giseli Seffer Alves de Anhaia Assistente Social- CRAS Prefeitura Municipal de Ibiã.

1.2 Prefeitura Municipal

Município: Ibiã, SC.

Nome do Gestor Municipal (Prefeito): Clóvis José Busatto

Nível de Gestão: Básica

Porte do Município: Pequeno porte I

Endereço da Prefeitura: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, 20, centro, Ibiã, SC.

Telefone: 49 35340044

Site: www.ibiam.sc.gov.br

Cep: 89652-000

1.3 Órgão responsável pela Gestão do Plano Municipal de Medidas Socioeducativas:



Nome do Órgão Gestor (Secretaria): Assistência Social e Saúde
 Nome do Secretário: Érica Thomé Laidnes

Responsáveis pela orientação/verificação: Equipe ou técnico (Assistente Social) da Proteção Social Especial ligada à Gestão da proteção Social Especial do Município.

Nome do Órgão Gestor (Secretaria): Educação

Nome do Secretário: Luciana Macedo Trevisol Balen

Responsáveis pela orientação/verificação: Lucila Cianoschi e Mônica Tragancin Holleweger.

1.4 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -CMDCA:

Nome do Presidente: Marcelo L. Rinaldi

1.5 Conselho Tutelar

Nome do Coordenador: Maria Filippe

2. Introdução

O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Ibiam dá cumprimento às indicações do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo _SINASE e do Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo que reconhecem a necessidade de rever a estrutura e a funcionalidade dos serviços de atendimento face à realidade de cada município.

A situação do adolescente em conflito com a lei não restringe a aplicação do princípio constitucional de prioridade absoluta, de modo que compete ao Estado, à sociedade e à família dedicar a máxima atenção e cuidado a esse público, principalmente aqueles que se encontram numa condição de risco ou de vulnerabilidade pessoal e social.

Assim, todos os direitos garantidos pelo ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente, ou seja, o direito à vida e à saúde (Título II, Capítulo I); o direito a liberdade,

ao respeito e a dignidade (Capítulo II); o direito a convivência familiar e comunitária (Capítulo III); o direito a educação, a cultura, ao esporte e ao lazer (Capítulo IV) e o direito a profissionalização e proteção no trabalho (Capítulo V) devem estar contemplados na elaboração das políticas públicas que envolvem os adolescentes em conflito com a lei.

Ao estar disposto na Constituição Federal e no ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente o princípio da prioridade absoluta às crianças e adolescentes (artigo 227 da Constituição Federal e 4º do ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente), está determinada a destinação privilegiada de recursos públicos para a área. Tal destinação inclui, também, os programas de atendimento das medidas sócioeducativas. Cabe destacar que, por decorrência lógica da descentralização político-administrativa prevista na Constituição Federal, a responsabilidade pelo financiamento é compartilhada por todos os entes federativos (União, Estado, Distrito Federal e Município).

3. Diagnóstico

O Plano Municipal de Atendimento Sócioeducativo de Ibiam dá cumprimento às indicações do SINASE- Sistema Nacional de Atendimento Sócioeducativo que reconhece a necessidade de rever a estrutura e a funcionalidade dos serviços de atendimento face à realidade de cada município, bem como a sistematização das ações destinadas aos adolescentes em conflito com a lei no Município de Ibiam, para execução nos anos de 2013 a 2023, com o objetivo de disponibilizar a proteção integral aos adolescentes, por meio da execução de metas:

- 1) Atendimento aos adolescentes e às Famílias;
- 2) Medida Sócioeducativa: Prestação de Serviços à Comunidade

e Liberdade Assistida;

Os dados da realidade local, o perfil e as necessidades dos adolescentes e a rede de serviços existentes serviram de base para se produzir um conhecimento iluminador de caminhos necessários para a promoção de iniciativas voltadas a diminuição dos fatores de risco e para a promoção dos fatores de proteção dos adolescentes do município.

Nesta direção, a proposta deste Plano Municipal de Atendimento Sócioeducativo de Ibiam é desenvolver ações integradas com a rede de atendimento à criança e ao adolescente, nas áreas: educação, saúde, assistência social, trabalho, justiça e segurança pública, com o objetivo de proporcionar a efetivação dos direitos fundamentais consagrados ao adolescente na Constituição Federal em seu art. 227 e no ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente em seu art.4º, garantindo-lhe sua condição de cidadão. Desta forma, as ações que estarão sendo implementadas visam promover a melhoria, a otimização dos recursos disponíveis, a consolidação de uma rede articulada e integrada de atendimento ao adolescente e a implementação de ações sociais eficazes de prevenção da violência.

Referente ao Sistema de Atendimento Sócio-educativo, o Estatuto da Criança e do Adolescente apresenta um conjunto de medidas que são aplicadas mediante a autoria de ato infracional. Tais medidas são diferenciadas para crianças e adolescentes: para crianças (pessoas até 12 anos incompletos), cabe ao Conselho Tutelar tomar providências e encaminhamento, aplicando medidas de proteção, e para o adolescente (pessoas entre 12 e 18 anos de idade), após ser efetuada a apresentação ao Ministério Público é aplicada a medida socioeducativa mais adequada pelo Juiz da Vara da Infância e da Juventude.

No município de Ibiam, as medidas privativas de liberdade - internação, internação provisória e semiliberdade são encaminhados ao Ministério Público e executadas pelo Estado. Ambas as medidas são aplicadas aos adolescentes que praticaram atos infracionais de alta gravidade, com violência e grave ameaça à pessoa humana. Quanto às medidas socioeducativas em meio aberto (prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida), são aplicadas aos adolescentes que praticaram atos infracionais de baixa gravidade e que não houve riscos a terceiros. Ambas as medidas são aplicadas pelo juizado da Vara da Infância e Juventude e vem sendo executadas pela Prefeitura Municipal de Ibiam, através da Secretaria Municipal de Educação (o adolescente auxilia trabalhos de aprendizagem na biblioteca, auxilia professores nas aulas ministradas, auxilia na horta escolar, etc) e de Assistência Social, no ano de 2012 e 2013 aplicaram o Projeto Convivência Positiva, logo não sendo o projeto aplicado, é de responsabilidade da gestão da Proteção Social Básica. Como temos poucos atendimentos de medidas socioeducativas, o projeto vem trabalhando no atendimento de adolescentes com faixa etária de 12 a 18 anos de idade, nas suas necessidades, visando a sua (re) inserção no meio social, contando com a parceria de instituições governamentais e não governamentais, buscando estabelecer a possibilidade de interação dos adolescentes com a comunidade, contribuir para a melhoria do conhecimento, na elevação da autoestima e na (re) inserção social.

Desta forma, os socioeducandos em cumprimento de medida sócio-educativa e adolescentes passam a receber acompanhamento escolar; atendimento na área da saúde; participação em oficinas; cursos de dança; participação em atividades de cultura e lazer.

Sendo assim, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ibiam, responsável por deliberar sobre a política de atenção à infância e adolescência - pautado no princípio da democracia participativa - apresenta o Plano Municipal de Atendimento Sócioeducativo de Ibiam ao Poder Público Municipal, a ser implantado no município de Ibiam a partir do segundo semestre do ano de 2013, em consonância com os princípios e diretrizes determinados pelo SINASE, Sistema Nacional de atendimento Sócio Educativo.

3.1 Marco Situacional

De acordo com a Polícia Militar, no período de Janeiro a Dezembro de 2012, foram atendidas 06 ocorrências envolvendo adolescentes em prática de atos infracionais. No município de Ibiam, a população jovem conta com apenas os serviços das políticas públicas existentes no município;

- Na área de Assistência Social: O Município contou com Projeto "Convivência Positiva", (2012-2013) direcionado aos adolescentes com objetivo de desenvolver as relações interpessoais, potencialidades, habilidades, proporcionar experiências lúdicas, estimulando o protagonismo e autonomia dos mesmos, organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, através das atividades realizadas em conjunto com Conselho Tutelar.

No ano de 2013 será realizado trabalho social com as famílias através do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das mesmas, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Utiliza-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar o universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço.

- Na área da Saúde: A assistência de saúde está organizada para prestar a essa faixa etária um atendimento dentro dos princípios da atenção integral e humanizada, traduzindo-se nas estratégias de ações continuadas, multidisciplinares e integradas dirigidas a essa clientela. As ações integradas na adolescência fazem parte do Sistema de Serviços de Saúde, que busca acompanhar continuamente o cidadão que entra no Sistema Único de Saúde pela Unidade Básica de Saúde ou pelo Programa de Saúde da Família e vão preencher o vazio existente nos cuidados com os nossos jovens.

- Na área da Educação: Realização de eventos como projeto cultural: "Noite Cultural", reuniões com pais, o adolescente auxilia trabalhos de aprendizagem na biblioteca, auxilia professores nas aulas ministradas, auxilia na horta escolar, etc)

- Na área de cultura: projeto de dança, através da Assistência Social, o adolescente participa do "Dia de Cultura" realizado pela Escola Municipal, valorizando assim, a cultura do município de Ibiam. Referente às instâncias que compõem o Sistema de Garantia dos Direitos dos adolescentes, consta:

- Conselho Tutelar;
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Conselho Municipal de Assistência Social;
- Outras Conselhos de Políticas Setoriais, como Saúde e Educação.
- Batalhão de Polícia Militar;
- Delegacia Municipal de Polícia Civil;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Secretaria Municipal de Educação.

4. Público Alvo:

Adolescentes de 12 a 17 anos 11 meses e 29 dias, autores de ato infracional, residentes no município de Ibiam e suas respectivas famílias.

5. Objetivos:

5.1-Objetivo Geral

Organizar o atendimento sócioeducativo no Município de Ibiam, tendo estratégias protetivas, em consonância com o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, e com o SINASE - Sistema

Nacional de Atendimento Sócioeducativo, no sentido de proporcionar um atendimento sócio-educativo de qualidade.

5.2 Objetivo Específico

- Subsidiar a implantação do Serviço de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, em meio aberto.
- Garantir a manutenção e a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos pela rede de atendimento socioeducativo.
- Conscientizar às famílias de sua importância na socialização do adolescente.
- Promover ações de prevenção da violência em suas diversas manifestações.
- Proporcionar conhecimentos aos técnicos e orientadores, sobre execução das medidas sócioeducativas em meio aberto, conforme os parâmetros e diretrizes do SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Sócioeducativo.
- Fomentar ações, políticas na área de adolescentes em conflito com a lei.
- Conscientizar empresários da cidade e região da possibilidade de direcionarem recursos para projetos sociais e culturais, com dedução no Imposto de Renda, conforme Lei Federal.
- Conscientizar Executivo e Legislativo municipal da importância de criar uma política de promoção de oportunidades aos jovens desta cidade, evitando o ócio e as drogas, incentivando o trabalho e os estudos.

6. Estratégias

6.1-Implantação do serviço de atendimento ao adolescente

- Criar resolução normativa, contendo o Plano de Atendimento Sócioeducativo, encaminhar ao Prefeito Municipal, com a finalidade de executá-lo integralmente no município de Ibiam.

6.2 - Atendimento aos Adolescentes e às Famílias

- Executar as medidas socioeducativas em meio aberto, conforme previsto no SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.
- Promover palestras nas escolas municipais e estaduais, tendo como público alvo - Diretor, professores, coordenadores e adolescentes.
- Estimular a articulação com as políticas públicas, estabelecendo um fluxo para a política municipal de saúde (consultas, tratamento psicológico) ao atendimento das crianças e adolescentes.
- Acompanhar o adolescente em seu contexto familiar e social durante todo o cumprimento das medidas em meio aberto (atendimento emergencial, encaminhamentos aos programas sociais, a cursos profissionalizantes e inserção no mercado de trabalho, dentre outros).

6.3 - Medida Sócio-educativa - Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida.

- Manter ampla relação com serviços das diversas políticas públicas existentes no município, construindo um mapeamento dos equipamentos sociais existentes, a fim de firmar novas parcerias.
- Incentivar a participação dos adolescentes nos eventos sociais da comunidade, em cursos profissionalizantes, em ações de escolarização, trabalho, lazer, cultura e esporte.
- Promover palestras na comunidade em geral, a fim de ampliar o número de orientadores no acompanhamento da medida de liberdade assistida.

7. Resultados Esperados

- Sócioeducandos atendidos, profissionalizados e inseridos na sociedade.

- Fortalecidas as parcerias com organizações governamentais e não governamentais na efetivação da rede de apoio para atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas de meio aberto.
- Fortalecidas as relações familiares e comunitárias.
- Assegurado o acesso dos adolescentes autores de ato infracional nas políticas públicas (educação, saúde, assistência social, etc.).
- Capacitados os atores - técnicos do programa, orientadores, operadores do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo para todas as instituições governamentais e não-governamentais que fazem parte da rede de atendimento sócio-educativo do município, responsáveis pela execução de políticas de saúde, educação, segurança e outras destinadas ao adolescente.
- Maior agilidade e qualidade no acompanhamento dos adolescentes que cumprem medida sócio-educativa em meio aberto.
- Conscientização e capacitação das famílias dos sócio-educandos para interagir com os mesmos e servir também como medida preventiva contra o ato infracional.

8. Compete ao município

- Executar as medidas socioeducativas de prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida;
- Editar normas complementares para a organização e funcionamento dos programas de seu sistema de atendimento;
- Monitorar, supervisionar e avaliar o sistema, a política e os programas e ações sob a sua responsabilidade voltadas ao atendimento dos adolescentes submetidos a processo judicial de apuração de ato infracional e/ou sob medida socioeducativa.
- Capacitar os atores - técnicos do programa, orientadores, operadores do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo que fazem parte da rede de atendimento sócio-educativo do município, responsáveis pela execução de políticas de saúde, educação, segurança e outras destinadas ao adolescente.

8.1 Os órgãos gestores, nos respectivos âmbitos de atuação, são responsáveis por:

- Coordenar, monitorar, supervisionar e avaliar a implantação e o desenvolvimento do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, cumprindo-se o deliberado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- Submeter ao competente Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente qualquer mudança que se pretenda operar no atendimento ou em planos, políticas, programas e ações que os componham.
- Os órgãos executores poderão estabelecer convênios, termos de parceria e outras formas de contrato destinados ao atendimentos dos adolescentes acusados da prática do ato infracional e sob medida socioeducativas.
- Promover e articular a realização de campanhas e ações, dirigidas à sociedade em geral, que favoreçam o desenvolvimento do adolescente inserido (a) no Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

9. Monitoramento e Avaliação:

O monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do Município de Ibiã será realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e/ou Secretaria Municipal de Educação, contando com a participação fundamental do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ibiã, Conselho Municipal de Assistência Social e demais instâncias de controle social.

Como este é um plano, contendo ações a serem executadas a curto, médio e longo prazo, num período de nove anos (2013 a 2023), este será revisado anualmente, ou a qualquer tempo em caráter extraordinário caso haja necessidade.

9. Recursos

Itens necessários

Material de consumo	Responsável
Didático	Prefeitura Municipal de Ibiã
Pedagógico	Prefeitura Municipal de Ibiã
Escritório	Prefeitura Municipal de Ibiã
Higiene e limpeza	Prefeitura Municipal de Ibiã
Alimentação	Prefeitura Municipal de Ibiã
Manutenção	Prefeitura Municipal de Ibiã
Transporte para adolescente e família	Prefeitura Municipal de Ibiã
Saída culturais e de socialização	Prefeitura Municipal de Ibiã
Capacitação de Técnicos e Orientadores	Prefeitura Municipal de Ibiã

9.1 RECURSOS HUMANOS

FUNÇÃO	QTD	ORIGEM DOS RECURSOS	PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES
RESPONSÁVEIS PELA ORIENTAÇÃO/VERIFICAÇÃO PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL: Equipe ou técnico (Assistente Social) da Proteção Social Especial ligada à Gestão da proteção Social Especial do Município. RESPONSÁVEIS PELA ORIENTAÇÃO/VERIFICAÇÃO PELA ÁREA DA EDUCAÇÃO: Lucila Cianoschi e Mônica Tragancin Hollewegger.	01	Prefeitura Municipal	Orientar o adolescente e família por meio de atendimento individual e grupal sobre as medidas e sua execução; Coordenar a execução do trabalho desenvolvido respondendo aos órgão competentes; Condução dos técnicos a visita domiciliares e as redes do município. Capacitar os adolescentes oferecendo cursos profissionalizantes.
ADVOGADO	01	PREFEITURA MUNICIPAL	ORIENTAÇÃO QUANTO A LEGISLAÇÃO DOS DIREITOS E DEVERES DO ADOLESCENTE.

10. Referências Bibliográficas

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- _____. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n. 8.069/90. Brasília: Senado Federal, 1990.
- _____. Ministério da Previdência e Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: MPAS, Secretaria de Estado da Assistência Social. 2004.
- CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA. Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo - SINASE. Brasília: outubro de 2006.
- COSTA. Antônio Carlos Gomes da. Um histórico do atendimento Sócio-educativo aos Adolescentes Autores do Ato Infracional no Brasil: Mediação entre o conceitual e o Operacional. In: Políticas públicas e estratégias de atendimento sócio-educativo ao adolescente em conflito com a lei. Brasília: Ministério da Justiça. Departamento da Criança e do Adolescente, 1998.
- SARAIVA. João Batista Costa. Adolescente em conflito com a lei: da indiferença à proteção integral: uma abordagem sobre a

responsabilidade penal juvenil. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. (35)
RIZZINI. Irene (org.). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Anais, 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM - SC
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO
2013 - 2023

IBIAM 2013

Ilhota

PREFEITURA

DECRETO 60 2015

Decreto nº 60, de 25 de março de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO PRESENTE EXERCÍCIO.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de ILHOTA/SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, IV, da Lei Orgânica do Município e conforme autorização prevista no inciso I do artigo 7º da Lei nº4.320, de17/03/64, e de conformidade com a arts. Lei Municipal nº 1784, de 17 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art.1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito especial, no valor de R\$ 100.000,00(Cento mil reais), por conta da excesso de arrecadação, conforme abaixo demonstrado:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

Unidade: 07.01 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM - DMER

Atividade: 1.005 - PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE RUAS, REURBANIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO

Elemento:()3.3.90.00.00.00.00.01.0064 - Aplicações Diretas ..
..... R\$ 100.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como recursos para as atividades criadas no artigo 2º deste decreto, o resultado do excesso de arrecadação do exercício corrente conforme quadro anexo I:

I-Recurso do convenio nº2014TR3699 junto a SDR de Blumenau
SDR156160/2014
..... R\$100.000,00

Art. 3º - Publique-se, revogadas as disposições em contrário.

Ilhota, 25 de março de 2015.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

ANEXO I

Recurso proveniente do convênio Estado via SDR Blumenau Processo nº SDR15 6160/2014:

Nome da Fonte de Recursos	Valores apurados
Convênio do Estado Fonte: 64 – Convênio do Estado	
Arrecadação	0.00
Provável Arrecadação	100.000,00
Total	100.000,00
Previsão orçamentária para o exercício de 2015	0,00
= Total do provável excesso de arrecadação	100.000,00

DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

MARCIO ALEXANDRE DOS SANTOS
Contador CRC 0308-21

PORTARIA 221-2015

PORTARIA Nº 221/2015

DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ILHOTA.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma do art. 51 da Lei nº 8.666/93, RESOLVE:

Art. 1º A Comissão Permanente de Licitação do município de Ilhota, fica assim constituída:

VALMOR BERTELLI JÚNIOR	PRESIDENTE
ALEX MIRANDA	MEMBRO
ALVARILDA APARECIDA DE SOUZA	MEMBRO
ALYNE C. DEBRASSI SILVA	MEMBRO

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e especialmente a Portaria nº 388 de 01 abril de 2014.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota, 13 de março de 2015.

DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

PORTARIA 222-2015

PORTARIA Nº 222/2015

DESIGNA PREGOEIRO E MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º Os Pregoeiros e os membros da Equipe de apoio do município de Ilhota, fica assim constituída:

VALMOR BERTELLI JÚNIOR	PREGOEIRO
ALEX MIRANDA	PREGOEIRO
ANA PAULA KEMPNER	EQUIPE DE APOIO
ROSILENE FRONZA ZIMMERMANN	EQUIPE DE APOIO

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e especialmente a Portaria nº 386 de 01 abril de 2014.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota, 13 de março de 2015.

DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

Imarui**PREFEITURA****DECRETO Nº. 024, DE 01 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº. 024, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 61, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Ponto Facultativo aos funcionários e servidores públicos municipais, nas Repartições Públicas do Município de Imaruí, em virtude das comemorações da Paixão de Cristo no período vespertino do dia 02 de abril de 2015, quinta-feira; excetuando-se o Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Parágrafo único - Os funcionários e servidores públicos da Unidade Básica de Saúde do Centro do Município executarão serviços de ordem interna com expediente das 08h às 12h no dia retro mencionado.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 01 de abril de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

EDITAL ELEIÇÃO CMPC N.º 01/2015

Edital Eleição CMPC N.º 01/2015

EDITAL DE REGULAMENTAÇÃO E CONVOCAÇÃO DA ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL QUE IRÃO COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL

A Presidenta do Conselho Municipal de Política Cultural- CMPC, em exercício, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o disposto no Artigo 41, IV, da Lei Municipal nº 4.175, de 18 de abril de 2013, que instituiu o Sistema Municipal de Cultura, torna público para o conhecimento dos interessados, o presente Edital de Regulamentação e Convocação para Eleição dos Representantes da Sociedade Civil que irão compor o Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, para o biênio 2015/2017.

1. DO PROCESSO DE ELEIÇÃO

1.1. Os integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC que representam a Sociedade Civil são eleitos democraticamente, conforme regulamento, pelos respectivos segmentos e têm mandato de dois anos, renovável, uma vez, por igual período.

1.2. A representação da sociedade civil no Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC deve contemplar os diversos segmentos artísticos e culturais, considerando as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura, na sua composição.

1.3. Os membros titulares e suplentes representantes da Sociedade Civil serão escolhidos em plenárias para cada um dos três setores (Azul, Verde e Vermelho) a seguir nominados:

1.3.1. 2 (dois) representante das áreas técnico-artísticas voltadas à cultura (SETOR AZUL), eleitos em plenária específica, composta por representantes das seguintes áreas:

- a) artes visuais;
- b) artes digitais;
- c) design;
- d) música;
- e) teatro;
- f) dança;
- g) circo;
- h) audiovisual;
- i) literatura, livro e leitura;
- j) artesanato; e
- k) arquitetura e urbanismo.

1.3.2. 2 (dois) representantes da área do patrimônio cultural (SETOR VERDE), eleitos em plenária específica, composta por representantes das seguintes áreas:

- a) culturas afro-brasileiras;
- b) culturas dos povos indígenas;
- c) cultura açoriana;
- d) culturas populares;
- e) arquivos e museus;
- f) patrimônio material e imaterial;
- g) empresas e produtores culturais;
- h) trabalhadores do meio cultural;
- i) instituições culturais não-governamentais.

1.3.3. 2 (dois) representantes de entidades fomentadoras de atividades e/ou pesquisas na área da cultura (SETOR VERMELHO), eleitos em plenária específica, composta por representantes das seguintes áreas:

- a) antropologia;
- b) ciências sociais;
- c) comunicação;
- d) filosofia;

- e) literatura; e
- f) história.

1.4. A eleição dos representantes da Sociedade Civil para integrar o Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC ocorrerá no dia 15 de abril de 2015 (quarta-feira), a partir das 19h, na E. E. B. Henrique Lage, situada na Rua Irineu Bornhausen, 268, Centro, Imbituba.

1.5. Às 20h acontecerá a primeira chamada com a presença da maioria absoluta dos eleitores habilitados, e às 20h15 em segunda chamada com quantos eleitores habilitados houver.

1.6. Caso haja mais de um candidato habilitado em seus respectivos setores, a eleição será feita em votação secreta, na plenária do respectivo setor cultural, registrando-se em ata o resultado.

1.7. Havendo apenas um candidato à cadeira pretendida, o mesmo deverá ser submetido à votação com o intuito de validar sua indicação devendo conter pelo menos 30% (trinta por cento) dos votos dos eleitores presentes, registrando-se em ata o resultado.

1.8. No caso de não haver candidato à eleição de qualquer um dos setores, será convocada, pela Comissão, nova plenária para a eleição do respectivo setor.

1.9. Os eleitores manifestar-se-ão mediante voto secreto.

1.10. O voto é pessoal e intransferível, não sendo aceito o voto por procuração.

1.11. Os eleitores deverão apresentar, no local de votação, antes da mesma, documento oficial de identificação com foto.

1.12. Os interessados nas respectivas eleições poderão inscrever sua candidatura em apenas uma área/segmento cultural.

1.13. Poderão habilitar-se como eleitores cidadãos maiores de 16 (dezesesseis) anos, mas só poderão concorrer como candidatos os maiores de 18 (dezoito) anos.

1.14. Do resultado da eleição caberá recurso direcionado à Comissão Eleitoral, até o encerramento da plenária respectiva.

2. DAS VAGAS

2.1. As vagas da Sociedade Civil para a composição do Conselho Municipal de Política Cultural serão preenchidas na forma do Inciso II do art. 40 da Lei Municipal nº. 4.175/2013, conforme segue:

SETOR	ÁREAS	VAGAS	
		TITULAR	SUPLENTE
SETOR AZUL ÁREAS TÉCNICO-ARTÍSTICO	1. artes visuais 2. artes digitais 3. design 2. música 3. teatro 4. dança 5. circo 6. audiovisual 7. literatura, livro e leitura 8. artesanato; 9. arquitetura e urbanismo	2	2
SETOR VERDE ÁREAS PATRIMÔNIO CULTURAL	1. culturas afro-brasileiras 2. culturas dos povos indígenas 3. cultura açoriana 4. culturas populares 5. arquivos e museus 6. patrimônio material e imaterial 7. empresas e produtores culturais 8. trabalhadores do meio cultural 9. instituições culturais não-governamentais	2	2

SETOR AZUL FOMENTADORES DE ATIVIDADES/ PESQUISAS CULTURAIS	1. antropologia 2. ciências sociais 3. comunicação 4. filosofia 5. literatura; 6. história	2	2
	TOTAL	6	6

2.2. Considera-se como pretensão habilitado a eleitor e/ou candidato os indivíduos que se reconheçam como pertencentes às respectivas áreas/setores, por declaração no ato de inscrição como eleitor/candidato.

2.3. A declaração de pertencimento às respectivas áreas/setores poderá ser contestada por qualquer eleitor habilitado, cabendo à Comissão Eleitoral decidir.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. O eleitor/candidato deverá efetuar sua inscrição no período das 19h às 19h30, podendo ser prorrogada, no dia 15 de abril de 2015 (quarta-feira), por ocasião das Plenárias Setoriais convocadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural, que acontecerão na E. B. Henrique Lage, situada na Rua Irineu Bornhausen, 268, Centro, Imbituba, onde estarão disponíveis o cadastro cultural.

3.2. Os interessados em se habilitar como eleitor ou candidato deverão apresentar, no ato da inscrição, os seguintes documentos:

a) Cadastro Cultural do Município (Anexo I), devidamente preenchido e assinado, atentando para o item que especifica se, além de eleitor, o interessado é também candidato;

b) original e cópia do documento oficial de identificação que contenha fotografia;

c) cópia do comprovante de endereço ou declaração que confirme sua residência e domicílio no Município de Imbituba.

3.3. Os documentos deverão ser entregues, no ato da inscrição, no local mencionado no item 3.1, juntamente com o Cadastro Cultural do Município (Anexo I).

3.4. Caso o interessado não marque nenhuma das duas opções sinalizadas no cadastro cultural (se candidato e/ou eleitor), a mesma será invalidada.

3.5. A conferência e a análise dos documentos acima especificados serão realizadas no momento da inscrição pela Comissão Eleitoral.

3.6. As plenárias dos três setores acontecerão simultaneamente, em recintos distintos.

3.7. Será designada uma mesa de recepção e apuração composta pelos membros da Comissão Eleitoral.

3.8. Os candidatos no auditório farão uma breve exposição sobre o seu currículo e, ainda, apresentarão seus motivos para a candidatura, no prazo de 5 min.

3.9. Encerrada a votação, será lavrada ata em que constará a contagem dos votos e sua apuração, bem como relação anexa com nomes e assinaturas dos eleitores e dos candidatos que tiverem participado do pleito.

3.10. Serão considerados eleitos os 4 (quatro) candidatos com maior votação em cada setor, sendo os dois primeiros titulares e os terceiro e quarto, suplentes, respectivamente do primeiro e segundo candidato eleito.

3.11. Em caso de empate, o titular e/ou suplente será definido pelo critério de idade, sendo considerado eleito o candidato mais idoso.

4. DA COMISSÃO ELEITORAL

4.1. A Comissão Eleitoral será constituída por 3 (três) servidores designados pela Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura - SETEC.

4.2. A Comissão eleitoral é soberana em suas decisões e atos.

4.3. Caberá à Comissão Eleitoral fiscalizar e acompanhar as votações.

5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Os incidentes e as impugnações ocorridos durante o curso da

votação serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.

5.2. Encerrado o processo eleitoral, a Comissão Eleitoral encaminhará, em 48 (quarenta e oito) horas, à Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura - SETEC o resultado da Eleição, para providenciar a nomeação dos eleitos.

5.3. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão Eleitoral.

Imbituba/SC, 31 de março de 2015.

Cássia Siqueira da Silva

Presidenta em Exercício do CMPC

ANEXO 1 - PLENÁRIAS DE ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL

CADASTRO CULTURAL DO MUNICÍPIO Nº _____

Nome do(a) Eleitor(a):		
Documento de Identidade Nº	Órgão Expedidor:	
ELEITOR(A) () CAN- DIDATO(A) ()		
ATUAÇÃO	Setor	Área
1. DECLARAÇÃO DE ATUAÇÃO Declaro para os devidos fins e sob as penas da lei, que atuo no Setor e Área assinalados ao lado, o que será comprovado por documentos idôneos se requerido pela Comissão Eleitoral.	() TÉCNICO-ARTÍSTICO	<input type="checkbox"/> artes visuais <input type="checkbox"/> artes digitais <input type="checkbox"/> design <input type="checkbox"/> música <input type="checkbox"/> teatro <input type="checkbox"/> dança <input type="checkbox"/> circo <input type="checkbox"/> audiovisual <input type="checkbox"/> literatura, livro e leitura <input type="checkbox"/> artesanato <input type="checkbox"/> arquitetura e urbanismo
2. DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA Declaro para os devidos fins e sob as penas da Lei, na forma prevista na alínea "c" do Subitem 3.2 do EDITAL DE REGULAÇÃO E CONVOCAÇÃO DA ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL QUE IRÃO COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL, de 15 de abril de 2015, publicado na forma da lei, objetivando participar do referido processo eleitoral, que resido no Município de Imbituba, no endereço anotado neste Cadastro Cultural, sujeito a comprovação por outra forma documental, se assim for exigido pela referida Comissão Eleitoral.	() PATRIMÔNIO CULTURAL	<input type="checkbox"/> culturas afro-brasileiras <input type="checkbox"/> culturas dos povos indígenas <input type="checkbox"/> cultura açoriana <input type="checkbox"/> culturas populares <input type="checkbox"/> arquivos e museus <input type="checkbox"/> patrimônio material e imaterial <input type="checkbox"/> empresas e produtores culturais <input type="checkbox"/> trabalhadores do meio cultural <input type="checkbox"/> instituições culturais não-governamentais
	() FOMENTADORES DE ATIVIDADES/PESQUISAS CULTURAIS	<input type="checkbox"/> antropologia <input type="checkbox"/> ciências sociais <input type="checkbox"/> comunicação <input type="checkbox"/> filosofia <input type="checkbox"/> literatura <input type="checkbox"/> história

Nome do Organismo de Atuação		
Endereço Residencial	Rua:	Nº
	Bairro:	CEP
Contatos	Celular:	Fone:

EXTRATO DE ABERTURA - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL PMI/CERSP/PSS/SEMUSA Nº 06/2015

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL PMI/CERSP/PSS/SEMUSA Nº 06/2015

EXTRATO DE ABERTURA

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Imbituba, a Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP da Prefeitura Municipal de Imbituba, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, pelo decreto 65, de 30 de abril de 2008, torna público as instruções especiais destinadas a realização de Processo Seletivo Simplificado por Títulos, destinado a reserva técnica para preenchimento dos cargos temporários existentes no Quadros Permanente e Suplementar de Pessoal, conforme Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991 e a(s) Lei(s) Complementar(e)s nº (s) 3.135, de 25 de julho de 2007, e o Edital a seguir:

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente Edital, em caráter excepcional, consistirá de Análise de Títulos, tendo como objetivo o recrutamento e a seleção de profissional para suprir vagas temporárias de Atendente de Consultório Odontológico e Agente Comunitário de Saúde área 13.

ANEXO I

Cargo	Requisitos Básicos	Total de Vagas	Jornada Semanal	Salário Base
Atendente de consultório odontológico	Diploma de conclusão do Ensino Médio, acrescido de curso para qualificação profissional de Atendente de Consultório Odontológico e registro profissional correspondente no CRO-SC	RT	40h	R\$ 788,00
Agente Comunitário de Saúde - área 13 (LIMPA)	Diploma de conclusão de ensino Fundamental e residir na área de atuação. (Limpa e Sambaqui)	RT	40h	R\$ 1.014,00

*RT = Reserva Técnica

1.2 Para candidatar-se às vagas em aberto neste edital, o candidato deverá comprovar a formação mínima exigida, conforme detalhado no quadro acima.

As inscrições serão realizadas no período de 06 de Abril a 13 de Abril de 2015 na Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública. Localizada a Rua : Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, Santa Catarina das 13:00

às 19:00 e/ou via SEDEX.

Editais completos: Disponível na internet www.imbituba.sc.gov.br / Editais / Editais SEMUSA

EXTRATO: PMI SEAGP 2010/17 A07

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAGP 2010/17 A07
Contratada: NATALIA COUTO DE SOUZA
C.N.P.J: 520.909.299-04

Objeto: REAJUSTE DE 3,9638%(TRES INTEIROS NOVE MIL SEISCENTOS E TRINTA E OITO DÉCIMOS DE MILÉSIMOS PERCENTUAIS) ATRAVÉS DO IGPM DOS ÚLTIMOS 12(DOZE) MESES.

Valor: R\$193,82

Fundamento: Processo nº. 14/2010 Dispensa 01/2010

Imbituba, 31 de março de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
Contratante

Natalia Couto de Souza

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEINFRA 2014/91 A04

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEINFRA 2014/91 A04

Contratada: IMBIMOLDE PRÉ-MOLDADOS & CONSTRUÇÕES LTDA EPP

C.N.P.J: 10.975.264/0001-14

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 24/05/2015.

Fundamento: Processo nº. 68/2014 Carta Convite 03/2014

Imbituba, 31 de março de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - Seapi
Contratante

Imbimolde Pré Moldados & Construções Ltda Epp

Representante Legal

Contratada

PORTARIA PMI/GGP Nº 208/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 208, de 02 de abril de 2015.

Dispõe sobre a Retificação da nomeação de servidor em cargo de provimento em comissão, para atuação como Coordenador Executivo do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar, a nomeação descrita na Portaria PMI/GGP nº 114, de 23 de fevereiro de 2015, do servidor abaixo descrito, no cargo de provimento em comissão para a atuação como Coordenador

Executivo do órgão superior correspondente, conforme segue:

Onde se lê:

COORDENADORES EXECUTIVOS – LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Coordenação Executiva de Trânsito	SEDUC	Carlos Fernando Demétrio	823.273.949-53	24/02/2015

Leia-se:

COORDENADORES EXECUTIVOS – LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Coordenação Executiva de Trânsito	SEAPI	Carlos Fernando Demétrio	823.273.949-53	24/02/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 02 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 209/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 209, de 02 de abril de 2015.

Dispõe sobre a alteração a pedido do período de concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de concessão da licença-prêmio da servidora LADJANE BELLINA DE BITTENCOURT, Assistente Administrativa, inscrita no CPF sob o n.º 028.771.059-97, admitida em 03 de novembro de 1998, contrato nº 263, expresso junto a Portaria PMI/DGP nº 359, de 27 de julho de 2014, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	01.10.2014 a 30.10.2014
	04.05.2015 a 02.06.2015
	01.07.2015 a 30.07.2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 02 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 210/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 210, de 02 de abril de 2015.

Dispõe sobre a Demissão de Agente Comunitário de Saúde - PACS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 3.330, de 30 de abril de 2008, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida em 03 de março de 2015, através do Concurso Público Edital - 01/2014 e PORTARIA PMI/GGP Nº 130/2015, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Janaina Nora Paternoster Cechetto	Agente Comunitário de Saúde – PACS 40h	700.187.310-15	01/04/2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 02 de abril de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 211/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 211, de 02 de abril de 2015.

Dispõe sobre a Demissão por Término de Contrato de servidores contratados temporariamente, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, os abaixo relacionados, contratados temporariamente em caráter de urgência, para exercerem os cargos/funções, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Fernando Vercosa Marinho	Médico - PSF	305.544.248-27	06/04/2015
Benhur Xavier Porto	Médico Psiquiatra - CAPS	225.732.160-04	17/04/2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 02 de abril de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015 (SEAST)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEAST
PROCESSO Nº 12/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 16 de abril de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de equipamentos eletroeletrônicos para o programa "vem ser",.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 02 de abril de 2015.

Selma Elias Westphal
Secretária SEAST

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015 (SEAST)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEAST

PROCESSO Nº 13/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 16 de abril de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de equipamentos de informática para o programa vem ser.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 02 de abril de 2015.

Selma Elias Westphal
Secretária SEAST

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA CMI Nº 032/2015**

PORTARIA CMI Nº 032/2015

"Nomeia Juliana Corrêa Fernandes para exercer o Cargo em Comissão de Diretora Executiva da Escola do Legislativo"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

NOMEAR, a partir do dia 01 de Abril de 2015, a Senhora Juliana Corrêa Fernandes, brasileira, casada, portadora do RG nº 4.159.140 SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº 050.717.489-59, residente e domiciliada na Rodovia BR 101, Km 228, Bairro Vila Nova, neste Município, para exercer o Cargo em Comissão de Diretora Executiva da Escola do Legislativo.

Imbituba, 01 de abril de 2015.

Luiz Claudio Carvalho de Souza
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 01/04/2015.

PORTARIA CMI Nº 033/2015

PORTARIA CMI Nº 033/2015

"Nomeia Vilson Agilio de Lima para exercer o Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

NOMEAR, a partir do dia 01 de Abril de 2015, o Senhor Vilson Agilio de Lima, brasileiro, casado, portador do RG nº 472.079 SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 149.051.089-34, residente e domiciliada na Rua Açorianos, nº 228, Bairro Vila Nova, neste Município, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar.

Imbituba, 01 de abril de 2015.

Luiz Claudio Carvalho de Souza
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 01/04/2015.

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 075/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 075/2015

CONTRATADA: BRINQUEDOS CRIATIVOS WH LTDA

OBJETO DO CONTRATO: A aquisição de parques infantis de madeira para uso externo.

PRAZO: 31 de março de 2015 até 26 de agosto de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 31/03/2015.

CONTRATO Nº 076/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 076/2015

CONTRATADA: CELSO MOACIR GOMES - EPP

OBJETO DO CONTRATO: A aquisição de parques infantis de madeira para uso externo.

PRAZO: 31 de março de 2015 até 26 de agosto de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 31/03/2015.

CONTRATO Nº 077/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 077/2015

CONTRATADA: CONSTRUIR EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA

OBJETO DO CONTRATO: A execução da reforma do Pavilhão Municipal de Eventos - PAME, em área construída de 2.297,72 m², compreendendo a execução de alvenaria, instalações elétricas e hidrossanitárias, esquadrias, revestimentos e acabamentos, pinturas, e preventivo de incêndio.

PRAZO: 31 de março de 2015 até 26 de agosto de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 31/03/2015.

CONTRATO Nº 078/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 078/2015

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.

OBJETO DO CONTRATO: Regular o fornecimento de energia elétrica pela Distribuidora ao Consumidor, na modalidade tarifária Convencional, subgrupo A4, para uso exclusivo em sua unidade consumidora, localizada na Rua Paramaribo, 160, bairro Tapajós, no município de Indaial, CEP - 89.130-000, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.102.798/0001-00.

PRAZO: Março de 2015 até Fevereiro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015.

TERMO ADITIVO Nº 004 DO CONTRATO Nº 015/2014

TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 015/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - FUMDEC - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa

Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 79.485.892/0001-18, com sede à Rua Alberto Francisco Junkes, nº 55, bairro Santa Terezinha, na cidade de Gaspar - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por sua Representante Legal, Sra. Gisiele Adaise de Souza, brasileira, solteira, engenheira civil, inscrita no CPF sob nº 080.372.089/07 e Cédula de Identidade nº 4.429.683 SSP/SC, residente e domiciliada na Rua Itapema nº 54, bairro Santa Terezinha, na cidade de Gaspar - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e justificativa em anexo, as cláusulas terceira, item 3.1 e sétima, item 7.1, do contrato original, que tem como objeto a execução do sistema de drenagem pluvial profunda, tipo BDCC, com extensão de 75,00 metros, e recuperação da pavimentação asfáltica da Rua Maria Simão, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO:

3.1. Fica suprimido da planilha do contrato original os seguintes itens: 4; 4.4.4; 4.4.4.1; 4.4.4.2; 4.4.4.3; 4.4.4.4 e 4.4.4.5, conforme planilha anexa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR DO CONTRATO:

7.1. O valor total do presente contrato é de R\$ 702.847,23 (setecentos e dois mil, oitocentos e quarenta e sete reais e vinte e três centavos), conforme planilha de quantidade e preços unitários e totais, anexo ao presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 30 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS Gisiele Adaise de Souza Contratada
FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL Nivald Reichel Coordenador da Defesa Civil	PROCURADORA GE- RAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Nome Legível: _____
CPF: _____

Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 005 DO CONTRATO Nº 015/2014
TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 015/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - FUMDEC - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 79.485.892/0001-18, com sede à Rua Alberto Francisco Junkes, nº 55, bairro Santa Terezinha, na cidade de Gaspar - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por sua Representante Legal, Sra. Gisiele Adaise de Souza, brasileira, solteira, engenheira civil, inscrita no CPF sob nº 080.372.089/07 e Cédula de Identidade nº 4.429.683 SSP/SC, residente e domiciliada na Rua Itapema nº 54, bairro Santa Terezinha, na cidade de Gaspar - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e justificativa em anexo, as cláusulas terceira, item 3.1 e sétima, item 7.1, do contrato original, que tem como objeto a execução do sistema de drenagem pluvial profunda, tipo BDCC, com extensão de 75,00 metros, e recuperação da pavimentação asfáltica da Rua Maria Simão, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO:

3.1. Fica suprimido da planilha do contrato original os seguintes itens: 5; 5.1; 5.1.3 e 5.3.3, conforme planilha anexa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR DO CONTRATO:

7.1. O valor total do presente contrato é de R\$ 700.726,38 (setecentos mil, setecentos e vinte e seis reais e trinta e oito centavos), conforme planilha de quantidade e preços unitários e totais, anexo ao presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 30 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS Gisiele Adaise de Souza Contratada
FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL Nivald Reichel Coordenador da Defesa Civil	PROCURADORA GE- RAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Nome Legível: _____
CPF: _____

Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 006 DO CONTRATO Nº 015/2014
TERMO ADITIVO Nº 006 AO CONTRATO Nº 015/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - FUMDEC - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 79.485.892/0001-18, com sede à Rua Alberto Francisco Junkes, nº 55, bairro Santa Terezinha, na cidade de Gaspar - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por sua Representante Legal, Sra. Gisiele Adaise de Souza, brasileira, solteira, engenheira civil, inscrita no CPF sob nº 080.372.089/07 e Cédula de Identidade nº 4.429.683 SSP/SC, residente e domiciliada na Rua Itapema nº 54, bairro Santa Terezinha, na cidade de Gaspar - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a execução do sistema de drenagem pluvial profunda, tipo BDCC, com extensão de 75,00 metros, e recuperação da pavimentação asfáltica da Rua Maria Simão, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.1. O prazo de execução das obras é de 03 de abril de 2015 a 02 de julho de 2015, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original

permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 30 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS Gisiele Adaise de Souza Contratada
FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL Nivald Reichel Coordenador da Defesa Civil	PROCURADORA GE- RAL DO MUNICÍPIO Silmaria Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Nome Legível: _____
CPF: _____

Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 006 DO CONTRATO Nº 135/2014 TERMO ADITIVO Nº 006 AO CONTRATO Nº 135/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUTORA F&F LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 12.595.052/0001-37, com sede na rua Marques do Herval, nº 638, bairro centro, na cidade de Ibirama - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Deivid Schlichting, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 042.385.889/08 e Cédula de Identidade nº 4.528.749-0 SSP/SC, residente e domiciliado na rua João Weidmann, nº 346, bairro Centro, na cidade de Ibirama, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e justificativas em anexo, a cláusula terceira, item 3.1 e sétima, item 7.1, do contrato original, que tem como objeto a execução de 02 (duas) coberturas de quadras poliesportivas, com área de cobertura de 622,08 m2 cada (quadra já existente), em estrutura metálica, modelo padrão do FNDE, sendo 01 (uma) na EBM Juvenal Carvalho, e 01 (uma) na EBM Mário Bonessi, passa vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente contrato, a execução de 02 (duas) coberturas de quadras poliesportivas, com área de cobertura de 622,08 m2 cada (quadra já existente), em estrutura metálica, modelo padrão do FNDE, sendo 01 (uma) na EBM Juvenal Carvalho, e 01 (uma) na EBM Mário Bonessi, conforme anexos VI, VII e VIII do edital mencionado na Cláusula Primeira.

Fica, todavia, aditivado os seguintes itens à planilha original da cobertura da quadra E.B.M. Juvenal Carvalho: II; II.I; II.II; II.III; II.IV a II.IX; II.IV; II.V; II.VI; II.VII; II.VIII e II.IX.

Quanto à cobertura da quadra E.B.M. Prof. Mário Bonessi, fica aditivado os seguintes itens à planilha original: II; II.I; II.II; II.III; II.IV a II.IX; II.IV; II.V; II.VI; II.VII; II.VIII e II.IX.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO VALOR DO CONTRATO

7.1. Diante do acréscimo de serviços aditivados, o valor total do presente contrato passa a ser R\$ 376.247,69 (trezentos e setenta e seis mil, duzentos e quarenta e sete reais e sessenta e nove centavos), conforme planilhas de quantidades e preços unitários e totais, anexo ao presente Termo Aditivo de contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 26 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	CONSTRUTORA F&F LTDA ME Deivid Schlichting Contratada
--	---

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovane Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmaria Fruet OAB/SC nº 13.215
---	--

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 011 DO CONTRATO Nº 107/2014

TERMO ADITIVO Nº 011 AO CONTRATO Nº 107/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, doravante denominado simplesmente de doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E.M.C. LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.971.604/0001-07, com sede na rua Fortaleza, nº 57, frente, bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. José Carlos Cardoso, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 246.593.129/68 e Cédula de Identidade nº 611.563/2, residente na rua Suíça, nº 123, bairro das Nações, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e justificativa em anexo, as cláusulas terceira, item 3.1 e sétima, item 7.1, do contrato original, que tem como objeto a execução das reformas das Unidades de Saúde (i) Dr. Nilo de Freitas, (ii) Renato Ferreira de Mello, e (iii) Irineu Kienen, compreendendo reforma da cobertura, pintura, recuperação estrutural de alvenarias, substituição de esquadrias, pavimentação interna e externa e instalação de grades de proteção, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO:

3.1. Fica suprimido da planilha do contrato original os seguintes itens: 1; 1.1; 2; 2.2; 3; 3.2; 3.3; 3.4; 3.5; 4; 4.1; 5; 5.5; 5.7; 5.8; 5.8(*); 6 e 6.2, conforme planilha anexa. Referente a reforma da Unidade de Saúde Renato Ferreira de Mello, consoante anexos VI e VII do edital mencionado na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO VALOR DO CONTRATO:

7.1. Diante da supressão de alguns itens da planilha original, o valor total do presente contrato é de R\$ 235.352,25 (duzentos e trinta e cinco mil, trezentos e cinquenta e dois reais e vinte e cinco centavos), conforme planilha de quantidade e preços unitários e totais, anexo ao presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 25 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Enílson Erley de Freitas Contratante
EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E.M.C. LTDA José Carlos Cardoso Contratada	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Nome Legível: _____

CPF: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 012 DO CONTRATO Nº 107/2014

TERMO ADITIVO Nº 012 AO CONTRATO Nº 107/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, doravante denominado simplesmente de doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E.M.C. LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.971.604/0001-07, com sede na rua Fortaleza, nº 57, frente, bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. José Carlos Cardoso, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 246.593.129/68 e Cédula de Identidade nº 611.563/2, residente na rua Suíça, nº 123, bairro das Nações, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e justificativa em anexo, as cláusulas terceira, item 3.1 e sétima, item 7.1, do contrato original, que tem como objeto a execução das reformas das Unidades de Saúde (i) Dr. Nilo de Freitas, (ii) Renato Ferreira de Mello, e (iii) Irineu Kienen, compreendendo reforma da cobertura, pintura, recuperação estrutural de alvenarias, substituição de esquadrias, pavimentação interna e externa e instalação de grades de proteção, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO:

3.1. Fica acrescido da planilha do contrato original os seguintes itens: 2; 2.6; 2.7; 3; 3.7; 5; 5.7; 5.9; 9; 9.1; 9.2 e 9.3, conforme planilha anexa. Referente a reforma da Unidade de Saúde Renato Ferreira de Mello, consoante anexos VI e VII do edital mencionado na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO VALOR DO CONTRATO:

7.1. Diante do acréscimo de alguns itens da planilha original, o valor total do presente contrato é de R\$ 247.175,49 (duzentos e quarenta e sete mil, cento e setenta e cinco reais e quarenta e nove centavos), conforme planilha de quantidade e preços unitários e totais, anexo ao presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 27 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAL Enílson Erley de Freitas Contratante
EMPREENHEIRA DE MÃO DE OBRA E.M.C. LTDA José Carlos Cardoso Contratada	PROCURADORA GERAL DO MUNI- CÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Nome Legível: _____
CPF: _____

Nome Legível: _____
CPF: _____

Iomerê**PREFEITURA****EDITAL NOTIFICAÇÃO 002/2015 IPTU**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 0002/15 - ED150002

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, considerando o disposto no art. 111 da Lei Orgânica do Município de Iomerê, promulgada em 12 de novembro de 1997; considerando o disposto no art. 4º e seguintes da Lei Complementar Nº 12, de 26 de março de 2003;

NOTIFICA:

Todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis urbanos situados no Município de Iomerê, que o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e a Taxa de Serviços Públicos, relativos ao exercício de 2015, estão sendo lançados pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, e deverão ser pagos observados os seguintes prazos e condições:

1 - Prazo e forma de pagamento:

a) Pagamento em parcela única: somente poderá ser efetuado até a data de vencimento da primeira parcela, em 10 (dez) de maio e gozará de desconto de 10% (dez por cento) sobre o valor do IPTU. O documento de arrecadação relativo à parcela única trará consignado o valor da redução a que o contribuinte tem direito.

b) Pagamento parcelado: os tributos acima mencionados poderão ser pagos em quatro parcelas vencíveis nos dias 10 (dez) de maio, 10 (dez) de julho, 10 (dez) de setembro e 10 (dez) de novembro do corrente ano respectivamente. Os documentos de arrecadação (carnês), emitidos em Reais, para recolhimento dos referidos tributos estarão à disposição do contribuinte a partir do dia 01 de abril, no Paço Municipal sito na Rua João Rech, nº 500. O recolhimento deverá ser realizado preferencialmente em agências do Banco Cooperativo do Brasil.

2 - Isenções: deverão ser requeridas junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nos termos em que dispõem o Anexo XII da Lei Complementar Nº 12/03, de 26 de março de 2003, conforme hipótese em que se enquadrarem.

3 - Pagamento com atraso:

O tributo não recolhido até a data de seu vencimento, será liquidado de acordo com os critérios seguintes, conforme art. 171 da Lei Complementar nº 12/03 - CTM:

I - o principal será atualizado mediante utilização do valor atualizado da UFM ou, na sua falta, outro índice fixados para aplicação nos débitos para com a Fazenda Nacional,

II - sobre o valor principal atualizado serão aplicados:

a) Multa de 0,33% (trinta e três décimos por cento) ao dia, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), para recolhimento em atraso, a partir do dia seguinte ao vencimento da obrigação;

b) Juros de Mora a razão de 1% (um por cento) mensalmente, devidos a partir do mês seguinte ao do vencimento da obrigação, considerado mês qualquer fração.

4 - Falta de pagamento:

Os tributos não pagos nos prazos regulamentares serão inscritos em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente,

nos termos do art. 201 e seguintes da Lei 5.172/66 - CTN e art. 224 e seguintes da Lei Complementar nº 12/03 - CTM. Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos amigavelmente, serão cobrados judicialmente.

5 - Impugnações:

O tributo acima mencionado poderá ser objeto de impugnação, até o vencimento de que trata o item I deste edital, obedecido o disposto na Lei Complementar nº 12/03 - CTM.

6 - Outras informações: O contribuinte poderá obter maiores informações na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente edital, dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados.

Iomerê, 31º de março de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado o presente Edital nesta Secretaria de Administração e Finanças em 01º de Abril de 2015.

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

TERMO ADITIVO CONV. Nº 01/15

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVENIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

TA15CV/01

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.612.744/0001-20, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Luciano Paganini, e ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, entidade sem fins lucrativos, filantrópica, inscrita no CNPJ sob nº 82.829.284/0001-98, neste ato representada por sua Presidente Sra. Filomena Simioni Cordeiro, com sede na Rua Brasil Correa, 620, na cidade de Videira (SC), visando a colaboração financeira do Município, resolvem, nos termos do art 2º da Lei nº 717/2013, aditar o presente Convênio, reajustando o valor mensal de repasse, conforme segue:

Art 1º - Fica alterado o inciso II, cláusula segunda do presente instrumento, passando a vigorar com a seguinte redação:

II - repassar mensalmente, até o 10º dia do mês subsequente ao da competência o valor de R\$ 962,16 (novecentos e sessenta e dois reais e dezesseis centavos).

Art 2º - Ficam inalteradas as demais cláusulas do presente convênio, tendo sua vigência a partir de sua assinatura.

E por estarem assim acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente convênio, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Iomerê (SC), 16 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ ASS. PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO CONV. Nº 02/15

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Termo Aditivo ao convênio CELESC

Ta15CV/02

Cláusula Quarta - Dos Contribuintes Isentos

Cláusula Quinta - Da Cobrança

Iomerê, 27 de março de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 005/15

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR - CT13/16, TA 13/32, TA 13/50, TA14/004, TA14/008 e TA14/013.

TA15/005

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, no município de Iomerê, SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa TRANSPORTADORA CHALÉ LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com endereço na Rodovia SC 453 - Km 04 - Bairro Santa Gema, na cidade de Videira/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.750.730/0001-72, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo aditar o contrato nº CT13/16, o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1º - As partes, de comum acordo e em conformidade com o artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e considerando que, houve mudanças nos itinerários e linhas em que é efetuado o serviço de transporte escolar, resolvem aditar a quilometragem diária.

Art. 2º - Resta acrescida ao total de quilômetros diários hoje percorridos, a quantia de 22(vinte dois) quilômetros diários, passando a quantia total diária para 1650(um mil seiscentos e cinquenta) quilômetros, sendo 20 serão temporário, devido interdição de pontes em Bom Sucesso, retroagindo os efeitos à fevereiro de 2015.

Art. 3º - Considerando planilha apresentada pela empresa, que comprova o real e efetivo aumento no custo para a prestação dos serviços, ante o reajuste oficial nos preços de combustíveis, pneus, seguros, etc, o valor do quilômetro passa a ser de R\$ 3,01(três reais e um centavo), a partir de março de 2015.

Art. 4º. Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato CT13/16.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Iomerê, 03 de março de 2015.

Município de Iomerê
CONTRATANTE

Transportadora Chalé Ltda
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

TERMO ADITIVO Nº 006/15

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT130013 QUE, ENTRE SI CELEBRAM, O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EDITORA POSITIVO LTDA., PARA OS FINS QUE ESPECIFICA:

TA15/007

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Rech, nº. 500, Centro, na cidade de Iomerê, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado a EDITORA POSITIVO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Senador Accioly Filho, 431, CIC, em Curitiba, Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 79.719.613/0001-33, Inscrição Estadual nº 10.114.735-51, neste ato, representada por sua procuradora, Sra. Acedriana Vicente Sandi, portadora do RG nº 2530173-SSP/SC e inscrita no CPF nº 730.153.859-68, conforme instrumento de procuração, que segue anexo, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm justo e acordado o presente Termo Aditivo ao Contrato CT130013, referente ao fornecimento de material didático, devidamente autorizado pelo Processo de Inexigibilidade nº. 01/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REAJUSTE - Conforme previsto na Cláusula Décima Primeira, do contrato inicial, os valores unitários ficam reajustados 7,13%, com base na variação do INPC, ocorrida no período de 29/01/2014 a 29/01/2015, conforme tabela abaixo (Fonte: IBGE):

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR GLOBAL - O valor atualizado do Contrato OCT130013, considerando o número de alunos inicialmente estimados para 2015, é de R\$ 123.583,45 (cento e vinte e três mil, quinhentos e oitenta e três reais e quarenta e cinco centavos), para a execução a partir do 2º bimestre do ano letivo de 2015.

Parágrafo Único. As despesas com a execução deste instrumento correrão às expensas do orçamento da Contratante, à conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Vinculada	(número)	(descritivo)
Unidade Gestora	(número)	(descritivo)
Elemento de Despesa	(número)	(descritivo)
Rubricas	(número)	(descritivo)

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO - Ratifica-se as demais cláusulas e condições estabelecidas no instrumento do contrato original que não colidirem com as constantes do presente aditamento.

E por estarem assim justas e combinadas, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Iomerê, 23 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

CONTRATANTE

Sr. Luciano Paganini

Editora Positivo Ltda.

CONTRATADA

Acedriana Vicente Sandi

TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:
RG:	RG:

HOMOLOGAÇÃO ASSESSORIA IMPRENSA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERÊ	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 14/2015 - PR
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 14/2015 Processo de Licitação: 14/2015 Data do Processo: 05/03/2015
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 14/2015
- b) Licitação Nr.: 14/2015-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 24/03/2015
- e) Data da Adjudicação: 24/03/2015 Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE IMPRENSA.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Unid.	Qtidade	Descto (%)	(em Reais R\$)	
				Preço Unitário	Total do Item
<u>CLEMIR SCHMITT ME (1399)</u>					
1 SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE IMPRESSA	SRV	10,00	0,0000	6.300,00	63.000,00
				Total do Fornecedor:	63.000,00
				Total Geral:	63.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 24 de Março de 2015.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO AULA DE TÊNIS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 9/2015 - PR
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 9/2015 Processo de Licitação: 9/2015 Data do Processo: 10/02/2015
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 9/2015
b) Licitação Nr.: 9/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 03/03/2015
e) Data da Adjudicação: 03/03/2015 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação SERVIÇOS EM MINISTRAR AULAS DE TÊNIS DE MESA.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

LOTE: 1**SAPO DOIDO ENSINO E ESTIMULAÇÃO PSICOMOTORA INFANT (4670)**

1	AULAS DE TÊNIS DE MESA, ACOMPANHAR ALUNOS EM COMPETIÇÕES REGIONAIS.	MES	10,00	0,0000	1.110,00	11.100,00
Total do Fornecedor:						11.100,00
Total Geral:						11.100,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 3 de Março de 2015.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 9/2015 - PR	
	Processo Administrativo:	9/2015
	Processo de Licitação:	9/2015
Data do Processo:		10/02/2015
Folha: 2/2		

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Iomerê, 3 de Março de 2015.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO FLORES

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 16/2015 - PR
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 16/2015 Processo de Licitação: 16/2015 Data do Processo: 09/03/2015
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 16/2015
b) Licitação Nr.: 16/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 27/03/2015
e) Data da Adjudicação: 27/03/2015 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MUDAS DE FLORES PLANTADAS.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

MIL PLANTAS IND. E COMERCIO LTDA ME (3235)

1 MUDAS DE AMOR PERFEITO GIGANTE - FLOR	UN	5.000,00	0,0000	0,65	3.250,00
2 MUDAS DE BOCA DE LEÃO - FLOR	UN	7.000,00	0,0000	0,63	4.410,00
3 MUDAS DE PETÚNIA - FLOR	UN	4.000,00	0,0000	0,64	2.560,00
4 MUDAS DE CALENDULA - FLOR	UN	4.000,00	0,0000	0,63	2.520,00
5 MUDAS DE CRAVINA - FLOR	UN	6.000,00	0,0000	0,64	3.840,00
6 MUDAS DE ALISSON - FLOR	UN	5.000,00	0,0000	0,64	3.200,00
7 MUDAS DE FUNCIONARIA - FLOR	UN	2.000,00	0,0000	0,66	1.320,00
8 MUDAS DE TAGETE - FLOR	UN	5.000,00	0,0000	0,64	3.200,00
10 MUDAS DE CELOZIA - FLOR	UN	1.000,00	0,0000	0,67	670,00
11 MUDAS DE SÁLVIA VERMELHA - FLOR	UN	4.000,00	0,0000	0,67	2.680,00

Iomerê, 27 de Março de 2015.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE**

CNPJ: 01.612.744/0001-20
Rua João Rech
C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 16/2015 - PR**

Processo Administrativo: 16/2015
Processo de Licitação: 16/2015
Data do Processo: 09/03/2015

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**MIL PLANTAS IND. E COMERCIO LTDA ME (3235)**

12 MUDAS DE SÁLVIA AZUL - FLOR	UN	2.000,00	0,0000	0,67	1.340,00
13 MUDAS DE VINCA COLORIDA - FLOR	UN	6.000,00	0,0000	0,68	4.080,00
14 MUDAS DE TAGETÃO - FLOR	UN	4.000,00	0,0000	0,67	2.680,00
Total do Fornecedor:					35.750,00

SAVIAN ADMINISTRADORA LTDA (604)

9 MUDAS DE ONZE HORAS - FLOR	UN	3.000,00	0,0000	0,65	1.950,00
Total do Fornecedor:					1.950,00
Total Geral:					37.700,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 27 de Março de 2015.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO GASOLINA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERÊ	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2015 - PR
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 11/2015 Processo de Licitação: 11/2015 Data do Processo: 20/02/2015
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 11/2015
- b) Licitação Nr.: 11/2015-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 10/03/2015
- e) Data da Adjudicação: 10/03/2015 Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE GASOLINA ADITIVADA

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

LOTE: 1**AUTO POSTO CAPRICH LTDA (329)**

1	Gasolina Aditivada - Marca: Ipiranga	LT	6.000,00	0,0000	0,0006	3,34
Total do Fornecedor:						3,34
Total Geral:						3,34

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 10 de Março de 2015.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO LEV. PATRIMONIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERÊ	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 12/2015 - PR
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 12/2015 Processo de Licitação: 12/2015 Data do Processo: 25/02/2015
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 12/2015
- b) Licitação Nr.: 12/2015-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 13/03/2015
- e) Data da Adjudicação: 13/03/2015 Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação SERVIÇOS PARA LEVANTAMENTO PATRIMONIAL - CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

LOTE: 1**FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS L (2020)**

1 LEVANTAMENTO PATRIMONIAL - CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL.	SRV	1,00	0,0000	11.990,00	11.990,00
				Total do Fornecedor:	11.990,00
				Total Geral:	11.990,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 13 de Março de 2015.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO MAT. ESPORTIVOS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERÊ CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 17/2015 - PR Processo Administrativo: 17/2015 Processo de Licitação: 17/2015 Data do Processo: 10/03/2015
	Folha: 1/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 17/2015
- b) Licitação Nr.: 17/2015-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 27/03/2015
- e) Data da Adjudicação: 27/03/2015 Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

ONÉVIO BETTONI - ESPORTES (2419)

23 Borracha para tênis de mesa, na cor vermelha densidade de 36, velocidade de 13,5, efeito de 10,5, espessura de 2.1mm e aprovado pela ITTF.	UN	6,00	0,0000	192,00	1.152,00
24 Borracha para tênis de mesa, na cor preta densidade de 36, velocidade de 1,5, efeito de 10,5, espessura de 2.1mm e aprovado pela ITTF.	UN	6,00	0,0000	200,00	1.200,00
25 Bola de tênis de mesa, com uma estrela diâmetro de 40mm, material em acetato, medidas de acordo com ITTF.	UN	500,00	0,0000	3,00	1.500,00
26 Raquete para tênis de mesa, empunhadura caneteira chinesa, borrachas aprovadas pela ITTF e CTTA e uma estrela.	UN	12,00	0,0000	62,00	744,00
27 Raquetes para tênis de mesa, empunhadura clássica chinesa, borrachas aprovadas pela ITTF e CTTA e uma estrela.	UN	20,00	0,0000	65,00	1.300,00
28 Rede de tênis de mesa com suporte	UN	10,00	0,0000	72,00	720,00
29 Conjunto de baralhos para jogo de canastra, material oficial.	PAR	10,00	0,0000	8,90	89,00
30 Baralho do tipo espanhol, material oficial.	UN	10,00	0,0000	8,90	89,00

Iomerê, 27 de Março de 2015.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERÊ CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 17/2015 - PR Processo Administrativo: 17/2015 Processo de Licitação: 17/2015 Data do Processo: 10/03/2015
Folha: 2/3	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ONÉVIO BETTONI - ESPORTES (2419)

31	Mesa de tênis de mesa, tampo com 25mm em MDF, estrutura em ferro com rodas, medidas de acordo ITTF.	UN	2,00	0,0000	1.800,00	3.600,00
32	Mesa de tênis de mesa, tampo com 15mm em MDF, estrutura em madeira, medidas de acordo ITTF.	UN	4,00	0,0000	460,00	1.840,00
Total do Fornecedor:						12.234,00

TOTAL SPORTS LTDA ME (3992)

1	Bola de futsal oficial max 1000 com 62,5 A 63,5cm de circunferência, 410 A 430gr de peso, com câmara airbilty, termotec, com pu ultra 100% e miolo slip sistem removível e lubrificado.	UN	20,00	0,0000	194,00	3.880,00
5	Bola de futebol de campo em pu, com 68 a 70cm de circunferência, 410 a 450gr de peso, com câmara airbilty, costurada, com miolo slip sistem removível e lubrificado.	UN	10,00	0,0000	103,00	1.030,00
6	Bola espirol com 58 A 62cm, peso de 420ª 450gr, costurada PVC.	UN	3,00	0,0000	105,00	315,00
7	Rede de futsal oficial, com fio de seda, bitola 04 com malha de 11cm, com tratamento UV.	PAR	1,00	0,0000	180,00	180,00
10	Rede de futebol de campo, com fio de seda, bitola 04 com malha de 14cm, tipo europeu (quadrada).	PAR	2,00	0,0000	500,00	1.000,00
11	Rede de proteção, com fio de seda, 4mm com tratamento UV, argolas a cada 80cm, pano de 33 x 8,5mts.	M2	281,00	0,0000	8,70	2.444,70
13	Placar de mesa, para marcação de pontos, dobrável em PVC, tamanho aproximado de 40cm de largura, 20cm de altura, os números devem ser de aproximadamente 10cm x 10cm.	UN	6,00	0,0000	82,00	492,00
15	Bambole de 75cm de diâmetro, parede 2mm com emenda ½"	UN	40,00	0,0000	4,00	160,00
16	Bola de tênis quadra oficial tubo com 3 bolas	UN	20,00	0,0000	19,00	380,00
17	Coletes poliéster sendo 40 tamanho M e 20 tamanho P.	UN	60,00	0,0000	14,80	888,00
18	Apito fox 40	UN	2,00	0,0000	17,00	34,00
19	Kit badminton com 4 raquetes, rede com suporte e 3 petecas de nylon	UN	5,00	0,0000	133,00	665,00
20	Meia profissional de futebol, com sola atalhada, na cor vermelha.	UN	20,00	0,0000	11,60	232,00
21	Meia profissional de futebol, com sola atalhada, na cor branca.	UN	20,00	0,0000	11,40	228,00
22	Colchonetes 100 x 60 x 3mm, na cor azul	UN	30,00	0,0000	22,00	660,00
Total do Fornecedor:						12.588,70

Iomerê, 27 de Março de 2015.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERÊ CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 17/2015 - PR
	Processo Administrativo: 17/2015 Processo de Licitação: 17/2015 Data do Processo: 10/03/2015

Folha: 3/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**VIDELIVROS COM. LIVROS E JOG. PEDAG. LTD (796)**

2 Bola de futsal oficial max 200 com 55 A 59cm de circunferência, 350 A 380gr de peso, com câmara airbilty, termotec, com pu ultra 100% e miolo slip sistem removível e lubrificado.	UN	10,00	0,0000	127,50	1.275,00
3 Bola de futsal oficial max 100 com 50 A 55cm de circunferência, 300 A 350gr de peso, com câmara airbilty, termotec, com pu ultra 100% e miolo slip sistem removível e lubrificado.	UN	10,00	0,0000	124,50	1.245,00
4 Bola de voleibol 7,0 microfilamentos em poliamida, dimple de formato de meia bolha, construção matrizada, câmara airbilty, miolo slip sistem com 260 A 280gr de peso, 65cm de circunferência.	UN	20,00	0,0000	218,00	4.360,00
8 Rede de handebol oficial, com fio de seda, bitola 04 com malha de 11cm.	PAR	1,00	0,0000	364,00	364,00
9 Rede de voleibol oficial, 4 faixas, com porta antenas, faixa em algodão fio 2mm	UN	2,00	0,0000	129,00	258,00
12 Bomba para encher bola, com tecnologia double action, deverá acompanhar uma mangueira com bico e um bico extra, composição do tubo policarbonato.	UN	3,00	0,0000	24,00	72,00
14 Cone de borracha com 50cm de altura	UN	20,00	0,0000	33,00	660,00
				Total do Fornecedor:	8.234,00
				Total Geral:	33.056,70

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 27 de Março de 2015.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO MEDALHAS E TROFÉUS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 10/2015 - PR
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 10/2015 Processo de Licitação: 10/2015 Data do Processo: 11/02/2015
	Folha: 1/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 10/2015
b) Licitação Nr.: 10/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 04/03/2015
e) Data da Adjudicação: 04/03/2015 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PREMIAÇÃO - TROFÉUS E MEDALHAS.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

(em Reais R\$)

LOTE: 1**TOTAL SPORTS LTDA ME (3992)**

1	MEDALHA FUNDIDA METÁLICA DE ZAMAK - COR DOURADA - Marca: VITORIA	UN	150,00	0,0000	3,9665	594,98
2	MEDALHA FUNDIDA METÁLICA DE ZAMAK - COR PRATA - Marca: VITORIA	UN	150,00	0,0000	3,9667	595,01
3	MEDALHA FUNDIDA METÁLICA DE ZAMAK - COR BRONZE - Marca: VITORIA	UN	300,00	0,0000	3,9667	1.190,01
Total do Fornecedor:						2.380,00

LOTE: 2**TOTAL SPORTS LTDA ME (3992)**

4	TROFÉU COM ALTURA DE 49 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 14 CM DE LARGURA. - Marca: VITORIA	UN	1,00	0,0000	91,34	91,34
5	TROFÉU COM ALTURA DE 41 CM - Marca: VITORIA	UN	1,00	0,0000	87,3549	87,35
6	TROFÉU COM ALTURA DE 34 CM - Marca: VITORIA	UN	1,00	0,0000	79,4136	79,41
7	TROFÉU COM ALTURA DE 89 CM - Marca: VITORIA	UN	1,00	0,0000	177,6878	177,69

Iomerê, 4 de Março de 2015.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE

CNPJ: 01.612.744/0001-20
 Rua João Rech
 C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 10/2015 - PR

Processo Administrativo: 10/2015
 Processo de Licitação: 10/2015
 Data do Processo: 11/02/2015

Folha: 2/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
LOTE: 2
TOTAL SPORTS LTDA ME (3992)

8	TROFÉU COM ALTURA DE 82 CM - Marca: VITORIA	UN	1,00	0,0000	148,9004	148,90
9	TROFÉU COM ALTURA DE 73 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 14,6 CM DE LARGURA. - Marca: VITORIA	UN	1,00	0,0000	148,9004	148,90
10	TROFÉU COM ALTURA DE 81 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 18 CM DE LARGURA. - Marca: VITORIA	UN	2,00	0,0000	158,8271	317,65
11	TROFÉU COM ALTURA DE 73 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 14 CM DE LARGURA. - Marca: VITORIA	UN	2,00	0,0000	143,9371	287,87
12	TROFÉU COM ALTURA DE 64 CM - Marca: VITORIA	UN	2,00	0,0000	133,0177	266,04
13	TROFÉU COM ALTURA DE 49 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 17,6 CM DE LARGURA. - Marca: VITORIA	UN	6,00	0,0000	88,3476	530,09
14	TROFÉU COM ALTURA DE 47 CM - Marca: VITORIA	UN	6,00	0,0000	69,4869	416,92
15	TROFÉU COM ALTURA DE 39 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 12,1 CM DE LARGURA. - Marca: VITORIA	UN	9,00	0,0000	63,5308	571,78
16	TROFÉU COM ALTURA DE 79 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 14,6 CM DE LARGURA. - Marca: VITORIA	UN	4,00	0,0000	102,245	408,98
17	TROFÉU COM ALTURA DE 68 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 12,1 CM DE LARGURA. - Marca: VITORIA	UN	4,00	0,0000	99,267	397,07
18	TROFÉU COM ALTURA DE 55 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 10,1 CM DE LARGURA. - Marca: VITORIA	UN	4,00	0,0000	77,4282	309,71
19	TROFÉU COM ALTURA DE 51 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 13,2 CM DE LARGURA. - Marca: VITORIA	UN	4,00	0,0000	44,6701	178,68
20	TROFÉU COM ALTURA DE 44 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 12,1 CM DE LARGURA. - Marca: VITORIA	UN	4,00	0,0000	41,6921	166,77
21	TROFÉU COM ALTURA DE 42 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 10 CM DE LARGURA. - Marca: VITORIA	UN	4,00	0,0000	36,7288	146,92
22	TROFÉU COM ALTURA DE 39 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 10 CM DE LARGURA. - Marca: VITORIA	UN	8,00	0,0000	46,6555	373,24
23	TROFÉU COM ALTURA DE 38 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 7,6 CM DE LARGURA, E ESTATUETA FIXA DE BOLA DE FUTEBOL. - Marca: VITORIA	UN	4,00	0,0000	37,7214	150,89
24	TROFÉU COM ALTURA DE 33 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 7,6 CM DE LARGURA, COM UMA ESTATUETA FIXA DE BOLA DE FUTEBOL. - Marca: VITORIA	UN	4,00	0,0000	36,7288	146,92
25	TROFÉU COM ALTURA DE 42 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 7,6 CM DE LARGURA. - Marca: VITORIA	UN	1,00	0,0000	57,5748	57,57
26	TROFÉU COM ALTURA DE 38 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 7,6 CM DE LARGURA E COM UMA COPA INTERNA. - Marca: VITORIA	UN	1,00	0,0000	56,5822	56,58
27	TROFÉU COM ALTURA DE 33 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 7,6 CM DE LARGURA, COM UMA COPA INTERNA. - Marca: VITORIA	UN	1,00	0,0000	49,6335	49,63
28	TROFÉU COM ALTURA DE 85 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 14,6 CM DE LARGURA. - Marca: VITORIA	UN	1,00	0,0000	168,7538	168,75
29	TROFÉU COM ALTURA DE 78 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 13,2 CM DE LARGURA. - Marca: VITORIA	UN	1,00	0,0000	158,8271	158,83
30	TROFÉU COM ALTURA DE 71 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 12,1 CM DE LARGURA. - Marca: VITORIA	UN	1,00	0,0000	143,9371	143,94

Iomerê, 4 de Março de 2015.

 LUCIANO PAGANINI
 PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERÊCNPJ: 01.612.744/0001-20
Rua João Rech
C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC**PREGÃO PRESENCIAL**

Nr.: 10/2015 - PR

Processo Administrativo: 10/2015
Processo de Licitação: 10/2015
Data do Processo: 11/02/2015

Folha: 3/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**LOTE: 2****TOTAL SPORTS LTDA ME (3992)**

31	TROFÉU COM ALTURA DE 81 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 17,6 CM DE LARGURA. - Marca: VITORIA	UN	1,00	0,0000	168,7538	168,75
32	TROFÉU COM ALTURA DE 75 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 14,6 CM DE LARGURA. - Marca: VITORIA	UN	1,00	0,0000	153,8638	153,86
33	TROFÉU COM ALTURA DE 63 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 12,1 CM DE LARGURA. - Marca: VITORIA	UN	1,00	0,0000	138,9737	138,97
					Total do Fornecedor:	6.500,00
					Total Geral:	8.880,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 4 de Março de 2015.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO PESQUISA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERÊ	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 13/2015 - PR
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 13/2015 Processo de Licitação: 13/2015 Data do Processo: 26/02/2015
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 13/2015
b) Licitação Nr.: 13/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 27/03/2015
e) Data da Adjudicação: 27/03/2015 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

LOTE: 1**A INFINITY ASSESSORIA PEDAGÓGICA LTDA ME (4685)**

1	PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA - ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL.	SRV	3,00	0,0000	4.333,30	12.999,90
Total do Fornecedor:						12.999,90
Total Geral:						12.999,90

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 27 de Março de 2015.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO UNIFORMES

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 8/2015 - PR
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 8/2015 Processo de Licitação: 8/2015 Data do Processo: 10/02/2015
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 8/2015
b) Licitação Nr.: 8/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 03/03/2015
e) Data da Adjudicação: 03/03/2015 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE UNIFORME ESCOLAR E PARA SERVIDORES.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

HARMONIZE IND. E COM. TEXTIL LTDA (784)

1 CAMISETA MANGA CURTA COR BRANCA - Marca: Harmonize	UN	1,00	0,0000	1.040,00	1.040,00
2 CAMISETA MANGA CURTA COR MESCLA - Marca: Harmonize	UN	1,00	0,0000	4.790,00	4.790,00
3 CAMISETA MANGA LONGA COR BRANCA - Marca: Harmonize	UN	1,00	0,0000	863,00	863,00
4 CAMISETA MANGA LONGA COR MESCLA - Marca: Harmonize	UN	1,00	0,0000	6.700,00	6.700,00
5 CALÇA BAILARINA - Marca: Harmonize	UN	1,00	0,0000	2.267,00	2.267,00
6 CALÇA EM SELETEL - Marca: Harmonize	UN	1,00	0,0000	2.810,00	2.810,00
7 BERMUDA EM SELETEL - Marca: Harmonize	UN	1,00	0,0000	2.000,00	2.000,00
8 BERMUDA FEMININA - Marca: Harmonize	UN	1,00	0,0000	1.675,00	1.675,00
9 JAQUETA EM SELETEL - Marca: Harmonize	UN	1,00	0,0000	8.149,00	8.149,00
10 JALECO EM TECIDO DRY - Marca: Harmonize	UN	40,00	0,0000	29,40	1.176,00

Iomerê, 3 de Março de 2015.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE**

CNPJ: 01.612.744/0001-20
Rua João Rech
C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 8/2015 - PR**

Processo Administrativo: 8/2015
Processo de Licitação: 8/2015
Data do Processo: 10/02/2015

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**HARMONIZE IND. E COM. TEXTIL LTDA (784)**

11 CALÇAS DE BRIM - Marca: Harmonize	UN	60,00	0,0000	35,50	2.130,00
12 CAMISA GOLA PÓLO - Marca: Harmonize	UN	60,00	0,0000	23,00	1.380,00
13 JALECO EM SELETEL - Marca: Harmonize	UN	20,00	0,0000	34,50	690,00
14 MACACÃO MANGA LONGA - Marca: Harmonize	UN	5,00	0,0000	78,50	392,50
Total do Fornecedor:					36.062,50
Total Geral:					36.062,50

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 3 de Março de 2015.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Ipumirim

PREFEITURA

EDITAL CMDCA Nº 001/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CMDCA- IPUMIRIM-SC

Edital CMDCA nº 001/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Ipumirim SC

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada no dia 04 outubro de 2015 e considerando o disposto nos art. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e art. 20 e nas Leis Municipais 1088/99, 1698/12 e 1595/09, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Ipumirim, estado de Santa Catarina e dá outras providências.

O Conselho Tutelar é o órgão municipal de defesa dos direitos da criança e do adolescente, conforme previsto na Lei nº 8.069/1990.

1. Do Cargo e das Vagas:

1.1. A função é de Conselheiro Tutelar (atribuições contidas neste edital como anexo V), estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para os demais vaga de suplente.

1.2. Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

1.3. Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

1.4. O conselheiro tutelar que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2. Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato:

2.1. O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 1698/2012 é assegurado o direito a:

I - Remuneração mensal no importe de (01) salário mínimo nacional.

II - Cobertura previdenciária;

III - Gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - Licença Maternidade;

V - Licença Paternidade;

VI - Gratificação natalina.

2.2. Os servidores públicos municipais do município de Ipumirim-SC, como membros titulares do Conselho Tutelar, no efetivo exercício de suas atribuições como Conselheiros Tutelares, somente receberão o subsídio mensal estabelecido se, suas atividades, houver compatibilidade de horários com as suas atividades laborais como servidores públicos.

2.2.1. Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3. A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal

2.4. O Conselho Tutelar estará aberto ao público, de segunda a sexta-feira, das 8 h às 11 h e 30 e das 13 h e 30 às 17 h e 30, e nos outros dias e horários em forma de sobreaviso.

2.4.1. Sobreaviso noturno das 17 h e 30 às 8 h do dia seguinte.

2.4.2. Sobreaviso de finais de semana (sábado e domingo) e feriados 24 horas;

2.4.3. Para os sobreavisos noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala interna, também nos termos do respectivo regimento interno do conselho tutelar.

3. Do Processo de Escolha

3.1. Das Inscrições

3.1.1. O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 06.04.2015 a 03.06.2015, em dias úteis, no horário das 8 h as 11 e 30 na Fundação Cultural Felix Bonissoni, 2º Piso, 1ª. sala à direita, Rua Bento Gonçalves nº. 220 - Centro.

3.1.2. Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos:

I - Reconhecida idoneidade moral;

II - Idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - Residir no município de Ipumirim

VI - Ensino fundamental completo

VII - Aprovação em prova preliminar de conhecimentos mínimos relativos ao cargo e atribuições, a ser aplicado pela empresa VIVER Desenvolvimento Profissional Ltda., contratada pelo CMDCA de Ipumirim.

3.1.3. No ato da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

I - Certidão de nascimento ou casamento (original e cópia);

II - Certidões negativas de antecedentes criminais para fins de concurso público, expedidas pela vara criminal da Comarca de Ipumirim (original)

III - Declaração de moradia no município de Ipumirim, assinada pelo candidato e reconhecida em cartório ou conta de luz, água ou telefone fixo em nome do candidato (a);

IV - Certificado ou comprovante oficial de conclusão do ensino fundamental (original e cópia);

VI - Se servidor público municipal, deverá apresentar comprovante, através de documento expedido pela pasta onde está lotado, da possibilidade de permanecer à disposição do conselho tutelar.

VII - Requerimento solicitando a inscrição no processo de escolha, assinado pelo candidato, acompanhado da documentação acima requerida. (Modelo disponível no local da inscrição).

3.1.4. Na hipótese de inscrição por procuração, deverá ser apresentado, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.5. O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

4. Dos Impedimentos:

4.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

4.2. A união estável está equiparada ao casamento para fins de impedimento de que trata o caput.

4.3. Também está impedida a autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca estadual ou do Distrito Federal.

4.4. Quando da inscrição de mais de um candidato no que diz respeito a impedimento, será considerada para fins de deferimento a primeira inscrição realizada.

4.5. Os atuais membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a partir da sua inscrição nos termos deste Edital, devem afastar-se das funções inerentes a atual apresentação até o resultado final do processo de escolha.

5. DO PROCESSO DE ESCOLHA:

5.1. Da prova:

5.1.1. O candidato deverá prestar prova preliminar de conhecimentos mínimos relativos ao cargo e atribuições, de caráter eliminatório, com 20 questões de múltipla escolha, valendo 0,5 cada questão, sendo que o candidato deverá obter nota igual ou superior a 3 (três), aplicada pela empresa Viver Desenvolvimento Profissional Ltda, a realizar-se no dia 20.07.2015, das 13 e 30 às 15 e 30 h, , na Fundação Cultural Felix Bonissoni, 2º Piso no auditório, Rua Bento Gonçalves nº. 220 - Centro.

5.1.2. O candidato deverá estar no local das provas com 30 minutos de antecedência, portando carteira de identidade, comprovante de inscrição e caneta esferográfica preta ou azul.

5.1.3. Os candidatos terão 05 (cinco) dias úteis para apresentar recursos para a revisão das questões da prova, depois de divulgado o resultado final.

5.2. Da capacitação prévia:

O candidato deverá participar de capacitação prévia obrigatória, sobre a política da criança e do adolescente, a realizar-se no dia 20.07.2015, das 8 h às 12 h, no Auditório da Fundação Cultural Felix Bonissoni, 2º Piso, Rua Bento Gonçalves nº. 220 - Centro

5.3. Da reunião com candidatos:

O candidato deverá participar de reunião de caráter obrigatório da comissão especial, com candidatos e representante da VIVER Desenvolvimento Profissional Ltda., para repasse de orientações a fim de dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos e sorteio dos nomes para a cédula de votação no dia 20.07.2015 às 15 h e 30 no Auditório Fundação Cultural Felix Bonissoni, 2º Piso, Rua Bento Gonçalves nº. 220, Centro.

5.4. Da Publicação das Candidaturas:

5.4.1. A relação de candidatos com as inscrições deferidas, será publicada no dia 08.06.2015, no site oficial www.ipumirim.sc.gov.br, mural da Biblioteca Pública Municipal.

5.4.2. Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 15 a 19.06.2015, no horário de 8 h às 11 h e 30 na Fundação Cultural Felix Bonissoni, 2º Piso, 1ª. sala à direita, Rua Bento Gonçalves nº. 220 - Centro.

5.4.3. O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 29.06.2015 a 03.07.2015, das 8 h às 11 h e 30 no mesmo local das inscrições, na Fundação Cultural Felix Bonissoni, 2º Piso, 1ª. sala à direita, Rua Bento Gonçalves nº. 220 - Centro.

5.4.4. A comissão especial terá o período de um dia para apresentar resposta quanto às impugnações, sendo até o dia 06.07.2015 às 16 horas.

5.4.5. O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições deferidas será publicado no dia 06.07.2015, no site oficial www.ipumirim.sc.gov.br, mural da Biblioteca Pública Municipal.

5.4.6. Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitado a data do pleito unificado (04/10/2015).

5.5. Da Propaganda Eleitoral

5.5.1. Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por

seus simpatizantes.

5.5.2. No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

5.5.3. A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

5.5.4. Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

5.5.5. Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

5.5.6. Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

5.5.7. Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

5.5.8. Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem a determinada candidatura.

5.5.9. É vedada aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes, redes sociais e santinhos com fotos. Será permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

5.5.10. É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

5.5.11. Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

5.5.12. Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

5.5.13. O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Especial e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.5.14. É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

5.5.15. É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

5.6. Da Eleição:

5.6.1. A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015 no horário de 9 h às 16 h, sem intervalo para o almoço, tendo como local no Centro de Convivência dos Idosos, Rua sete de setembro nº. 60, centro, com acessibilidade.

5.6.2. A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

5.6.3. No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

5.6.4. O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade ou outro documento equivalente a esta, com foto.

5.6.5. Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

5.6.6. A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos

membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

5.6.7. A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e/ou por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

5.6.8. O eleitor votará uma única vez em uma única candidatura na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

5.6.9. Do Voto

5.6.9.1. Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

5.6.9.2. Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

5.6.9.3. O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

5.6.9.4. O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

5.6.10. Da Cédula Oficial

5.6.10.1. A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

5.6.10.2. Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

5.6.10.3. É vedado utilizar apelidos que façam alusão a órgãos públicos.

5.6.10.4. O número do candidato será por sorteio em reunião própria entre a comissão especial e os candidatos.

5.6.10.5. Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

5.6.11. Das Mesas Receptoras

5.6.11.1. Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

5.6.11.2. Constituem para cada Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário, e um Secretário geral, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

5.6.11.3. O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

5.6.11.4. O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

5.6.11.5. Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

5.6.11.6. A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, será entregue à Comissão Eleitoral.

5.6.12. Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:

I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

5.6.13. Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

5.6.14. Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

5.7. Da Apuração

5.7.1. A apuração dar-se-á na no Centro de Convivência dos Idosos, com início às 16h 10 m, no mesmo local da votação.

5.7.2. Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

5.7.3. Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

5.7.4. Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

5.7.5. Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares e os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

5.7.6. No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato mais idoso.

6. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

6.1. O resultado da eleição será publicado no dia 05.10.2015, no site oficial www.ipumirim.sc.gov.br, mural da Biblioteca Pública Municipal., contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

6.2. Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

6.3. A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

6.3.1. Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

6.3.2. Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

7. Da Capacitação:

7.1. Os candidatos eleitos, titulares ou suplentes, serão convocados para a formação, em data a ser definida.

7.2. Os conselheiros de direitos da criança e do adolescente e outros profissionais das políticas públicas interessados em participar, serão convidados.

8. Disposições Finais

8.1. As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 1282/13, sem prejuízo das demais leis afetas, especialmente a lei 8069/90 (anexo V deste edital).

8.2. O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

8.3. A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

8.4. As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

8.5. Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

8.6. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto

ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
8.7. É responsabilidade de o candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

8.8. O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

8.9. O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

8.10. Fica eleito o Foro da Comarca de IPUMIRIM SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim, SC, 02 de abril de 2015
Marilei S Frigeri Carpinelli
Presidente CMDCA

MINUTA PL 24, DL 13/2015

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 13/2015

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é: Contratação de apólice de seguros, para veículos da frota do Município. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 01/04/2015
VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 223/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 69/2009, que Altera vagas, carga horária e cria cargos do quadro de pessoal de provimento efetivo do município de Ipumirim- SC.

CONTRATA

ANDRESSA MOSCONI, sob a Matrícula 2413-9, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5.238.032-7 e do CPF 072.077.939-10, para ocupar o cargo em caráter temporário de Agente Comunitário de Saúde - CLT, constante no , nível salarial Nível 20, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 44 horas semanais, lotação: Secretaria de Saúde, para o período de 01/04/2015 a 30/12/2015. Ou até o preenchimento da vaga por Concurso Publico

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 01/04/2015.

Ipumirim - SC, 01 de abril de 2015.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 224/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

EXONERA SERVIDORA NOMEADA EM CARGO COMISSIONADO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ELI SUELI DOS SANTOS PELLIN, Matrícula 2114-8, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 37817639 e do CPF 036.704.669-59, com nomeação para o cargo de GERENTE EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE, constante no , nível salarial CC - 020, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 170/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Ipumirim - SC, 01 de abril de 2015.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 225/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

EXONERA SERVIDORA NOMEADA POR CONCURSO PUBLICO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

GRAZIELE CRISTINE BOCHI FARINA, Matrícula 2005-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4034541 e do CPF 039.540.639-05, com nomeação para o cargo de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial Nível 10, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 258/2012, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Ipumirim - SC, 01 de abril de 2015.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 226/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE ZELADORA PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando que a titular Grazielle Farina pediu exoneração do cargo efetivo de zeladora.

CONTRATA

MARINES FATIMA MARQUES, sob a Matrícula 2414-7, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2.694.303-4 e do CPF 023.381.729-81, para ocupar o cargo em caráter temporário de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial Nível 10, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Secretaria de Saúde, para o período de 01/04/2015 a 30/12/2015. Ou até o preenchimento da vaga por Concurso Público.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 01/04/2015.

Ipumirim - SC, 01 de abril de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 227/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ILEI CARMEM FRIGERI, Matrícula 2390-6, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1.143.854-1 e do CPF 501.624.469-34, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 166/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Ipumirim - SC, 01 de abril de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 228/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

EXONERA SERVIDOR NOMEADO EM CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR DE AGRICULTURA A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

SERGIO LUIZ BERNARDI, Matrícula 2358-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 7078050015 e do CPF 225.120.710-49, com nomeação para o cargo de DIRETOR DE AGRICULTURA, constante no , nível salarial CC - 030, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 110/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Ipumirim - SC, 01 de abril de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº.229/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

REVOGA PORTARIA 069/2014 QUE DESIGNA SERVIDORA MEMBRO DO MAGISTERIO PARA ATUAR COMO COORDENADORA PELA FORMAÇÃO CONTINUADA DE 2014, SENDO RESPONSÁVEL POR MONITORAR A REALIZAÇÃO DOS ENCONTROS PRESENCIAIS, ASSEGURAR CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA REALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO ACOMPANHANDO A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL, COM GRATIFICAÇÃO DE 35%, SOBRE O PISO INICIAL DA PREFEITURA.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

R E V O G A

Art. 1º Fica revogada a portaria 069/2014 que designo ROSELEI REGERT DOS REIS, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº.2.135.816-8 e CPF sob o nº.923.737.049-00, residente e domiciliada, nesta cidade de Ipumirim - SC, no Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSORA, com carga horária de 30 horas, para atuar como Coordenadora pela formação continuada de 2014, sendo responsável por motivar a realização dos encontros presenciais, assegurar condições necessárias para realização da formação acompanhando a prática pedagógica dos professores da rede municipal, com gratificação de função de 35% sobre o piso inicial da Prefeitura Municipal.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 01 de Abril de 2015.

Ipumirim - SC, 01 de Abril de 2014.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal.

RESOLUÇÃO 02/2015**RESOLUÇÃO 02/2015**

Dispõe sobre a comissão especial que irá realizar o processo de escolha dos membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar do município de Ipumirim SC, gestão 2016/2020

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, instituído pelas Leis 1088/99, 1698/12 e 1595/09, no uso das atribuições que foram conferidas por sua Lei instituidora e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº8.069/90(ECA).

RESOLVE:

Art.1º Publicar a nominata da comissão especial que fará e acompanhará o processo de escolha do conselho tutelar, gestão 2016/2020

Conselheiros membros da Sociedade Civil:

Marilei Carpinelli-

Melania Francio

Conselheiros membros do Governo Municipal

Fabiane Farina

Cássio Canton

Art. 2º - São atribuições da comissão especial, de acordo com a resolução 170/2014 do CONANDA:

1º Analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

2º Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à comissão especial eleitoral:

I - notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

II - realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

3º Das decisões da comissão especial eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

4º Esgotada a fase recursal, a comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

5º Cabe ainda à comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha:

I - realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

II - estimular e facilitar o encaminhamento de notificação de fatos que constituam violação das regras de divulgação do processo de escolha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

III - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

IV - Obter junto à Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas eletrônicas, bem como elaborar o software respectivo, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral da localidade.

Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que votação seja feita manualmente.

V - providenciar a confecção das cédulas, conforme modelo a ser aprovado, caso a eleição ocorra com urnas comuns;

VI - escolher e divulgar os locais do processo de escolha, garantindo que seja realizado em locais públicos de fácil acesso, observando os requisitos essenciais de acessibilidade;

VII - selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como, seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha.

VIII - solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;

IX - divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha;

X - notificar o Ministério Público com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

XI - resolver os casos omissos.

Art.3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim, SC, 02 de abril de 2015

Marilei Carpinelli

Presidente CMDCA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PL 24 DL 13/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 13/2015 - DL
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 24/2015 Data do Processo: 01/04/2015

Folha: 1/5

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 24/2015
- b) Licitação Nr.: 13/2015-DL
- c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
- d) Data Homologação: 01/04/2015
- e) Objeto da Licitação Contratação de apólice de seguros para veículos da frota do Município.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
-------	------------	------------	----------------	---------------

Ipumirim, 1 de Abril de 2015.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</p> <p>CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</p>	<p>DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 13/2015 - DL</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 24/2015 Data do Processo: 01/04/2015</p>
	Folha: 2/5

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS BRASIL S/A (9524)

- | | |
|---|---|
| <p>1 1-Veiculo Renault minibus 16v placa MLV-6989, Chassis nº 93YCDDUH6CJ176563 ,RENAVAN 419711422, ano 2011/2012 com as seguintes coberturas:</p> <p>Cobertura Casco:</p> <p>a) Casco: 100%</p> <p>b) Franquia reduzida</p> <p>c) Tabela FIPE 100%.</p> <p>Cobertura básica - responsabilidade civil:</p> <p>a) Danos Materiais - R\$ 100.000,00</p> <p>b) Danos Corporais: R\$ 200.000,00</p> <p>Cobertura Adicionais - acidentes pessoais:</p> <p>a) APP: R\$ 15.000,00</p> <p>b) DMH: R\$ 20.000,00</p> <p>c) Danos Morais : 30.000,00</p> <p>d) assistência 24 horas-100KM</p> <p>2-Veiculo renault Clio 1.0 placa MIY-8913, ano 2012, RENA VAN 460808583 Chassis 8A1BB8W05CL240025, Com as seguintes coberturas:</p> <p>Cobertura Casco:</p> <p>a) Casco: 100%</p> <p>b) Franquia reduzida</p> <p>c) Tabela FIPE 100%.</p> <p>Cobertura básica - responsabilidade civil:</p> <p>a) Danos Materiais - R\$ 100.000,00</p> <p>b) Danos Corporais: R\$ 200.000,00</p> <p>Cobertura Adicionais - acidentes pessoais:</p> <p>a) APP: R\$ 15.000,00</p> <p>b) DMH: R\$ 20.000,00</p> <p>c) Danos Morais : 30.000,00</p> <p>d) assistência 24 horas-100KM</p> <p>3-Veiculo Renault Logan EXP placa MHT-6481, RENA VAN 279547587 ANO 2010/2011., chassis nº 93YLSR7UHB1678425 Com as seguintes coberturas:</p> <p>a) Casco: 100%</p> <p>b) Franquia reduzida</p> <p>c) Tabela FIPE 100%.</p> <p>Cobertura básica - responsabilidade civil:</p> <p>a) Danos Materiais - R\$ 100.000,00</p> <p>b) Danos Corporais: R\$ 200.000,00</p> <p>Cobertura Adicionais - acidentes pessoais:</p> <p>a) APP: R\$ 15.000,00</p> <p>b) DMH: R\$ 20.000,00</p> <p>c) Danos Morais : 30.000,00</p> <p>d) assistência 24 horas-100KM</p> <p>4-Veiculo Renault master ambulância placa MKS-1840, RENA VAN 907311105, chassis 93YCDDUH573776794 MOD.2006/2007, com as seguintes coberturas:</p> | <p>UN 1,00 0,0000 6.500,00 6.500,00</p> |
|---|---|

Ipumirim, 1 de Abril de 2015.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 13/2015 - DL
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 24/2015 Data do Processo: 01/04/2015

Folha: 3/5

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

- a) Casco: 100%
b) Franquia reduzida
c) Tabela FIPE 100%.

Cobertura básica - responsabilidade civil:
a) Danos Materiais - R\$ 100.000,00
b) Danos Corporais: R\$ 200.000,00

Cobertura Adicionais - acidentes pessoais:
a) APP: R\$ 15.000,00
b) DMH: R\$ 20.000,00
c) Danos Morais : 30.000,00
d) assistência 24 horas-100KM

5-Veículo GOL placa MFN-3292 RENAVAL 852651198, CHASSIS 9BWCA05X75T114542, ano 2005, com as seguintes coberturas:

- a) Casco: 100%
b) Franquia reduzida
c) Tabela FIPE 100%.

Cobertura básica - responsabilidade civil:
a) Danos Materiais - R\$ 100.000,00
b) Danos Corporais: R\$ 200.000,00

Cobertura Adicionais - acidentes pessoais:
a) APP: R\$ 15.000,00
b) DMH: R\$ 20.000,00
c) Danos Morais : 30.000,00
d) assistência 24 horas-100KM

6-Veículo Renault master placa MHY-0437, RENAVAL 230568955, chassis nº 93YCDU6BJ563345, ano 2010/2011 com as seguintes coberturas:

- a) Casco: 100%
b) Franquia reduzida
c) Tabela FIPE 100%.

Cobertura básica - responsabilidade civil:
a) Danos Materiais - R\$ 100.000,00
b) Danos Corporais: R\$ 200.000,00

Cobertura Adicionais - acidentes pessoais:
a) APP: R\$ 15.000,00
b) DMH: R\$ 20.000,00
c) Danos Morais : 30.000,00
d) assistência 24 horas-100KM

7-Veículo Bora VW placa MGS-5474, RENAVAL 142264652, chassis nº 3VWVSL49M99M649333 ano/mod 2009 com as seguintes coberturas:

- a) Casco: 100%
b) Franquia reduzida
c) Tabela FIPE 100%.

Cobertura básica - responsabilidade civil:
a) Danos Materiais - R\$ 100.000,00
b) Danos Corporais: R\$ 200.000,00

Cobertura Adicionais - acidentes pessoais:
a) APP: R\$ 15.000,00
b) DMH: R\$ 20.000,00

Ipumirim, 1 de Abril de 2015.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 13/2015 - DL
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 24/2015 Data do Processo: 01/04/2015

Folha: 4/5

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

- c) Danos Morais : 30.000,00
d) assistência 24 horas-100KM

8-Veiculo Fiat Uno Mille 1.0 placa MJS-4706, Ano 2012, RENAVAL
483282952 chassis nº 9BD15802AD6753763 com as seguintes
coberturas:
a)Casco: 100%
b)Franquia reduzida
c)Tabela FIPE 100%.

Cobertura básica - responsabilidade civil:
a)Danos Materiais - R\$ 100.000,00
b)Danos Corporais: R\$ 200.000,00

Cobertura Adicionais - acidentes pessoais:
a) APP: R\$ 15.000,00
b) DMH: R\$ 20.000,00
c) Danos Morais : 30.000,00
d) assistência 24 horas-100KM

9-Veiculo Fluenze Dynamique 2.0 placa MMB-5157, ano 2014
CHASSIS Nº 8A1LZBW2TEL443247 RENAVAL- 1016835717 com
as seguintes coberturas:
a)Casco: 100%
b)Franquia reduzida
c)Tabela FIPE 100%.

Cobertura básica - responsabilidade civil:
a)Danos Materiais - R\$ 100.000,00
b)Danos Corporais: R\$ 200.000,00

Cobertura Adicionais - acidentes pessoais:
a) APP: R\$ 15.000,00
b) DMH: R\$ 20.000,00
c) Danos Morais : 30.000,00
d) assistência 24 horas-100KM

10-Veiculo Megane Grand Tour 1.6 placa MKA-5989, Ano/mod
2011/2012, Chassis nº 93YKM263HCJ971522 com as seguintes
coberturas:

- a)Casco: 100%
b)Franquia reduzida
c)Tabela FIPE 100%.

Cobertura básica - responsabilidade civil:
a)Danos Materiais - R\$ 100.000,00
b)Danos Corporais: R\$ 200.000,00

Cobertura Adicionais - acidentes pessoais:
a) APP: R\$ 15.000,00
b) DMH: R\$ 20.000,00
c) Danos Morais : 30.000,00
d) assistência 24 horas-100KM

11-Veiculo Renault Fluenze 2.0 16V placa MJX-1972, ano
2012/2013, RENAVAL 458994030, Chassis nº
8A1LZBW26DL197396 com as seguintes coberturas:
a)Casco: 100%
b)Franquia reduzida
c)Tabela FIPE 100%.

Cobertura básica - responsabilidade civil:

Ipumirim, 1 de Abril de 2015.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO**Nr.: 13/2015 - DL**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 24/2015
Data do Processo: 01/04/2015

Folha: 5/5

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

- a) Danos Materiais - R\$ 100.000,00
b) Danos Corporais: R\$ 200.000,00

Cobertura Adicionais - acidentes pessoais:

- a) APP: R\$ 15.000,00
b) DMH: R\$ 20.000,00
c) Danos Morais : 30.000,00
d) assistência 24 horas-100KM

12-Veículo Fiat Palio Fire economy placa MKX-5332, ano 2013,
chassis nº 9BD17164LD5872316, com as seguintes coberturas:

- a) Casco: 100%
b) Franquia reduzida
c) Tabela FIPE 100%.

Cobertura básica - responsabilidade civil:

- a) Danos Materiais - R\$ 100.000,00
b) Danos Corporais: R\$ 200.000,00

Cobertura Adicionais - acidentes pessoais:

- a) APP: R\$ 15.000,00
b) DMH: R\$ 20.000,00
c) Danos Morais : 30.000,00
d) assistência 24 horas-100KM

Total do Fornecedor: 6.500,00**Total Geral: 6.500,00**

Ipumirim, 1 de Abril de 2015.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO N.º 2.793/2015

DECRETO N.º 2.793/2015.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE VAGA E CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO (A) APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; e,

Considerando a realização do concurso público n.º 001/2014 no qual houve candidatos (as) aprovados (as), que constituem Cadastro de Reserva para o cargo de Professor de Português;

Considerando a necessidade de convocação de servidor (a) para desenvolver as atividades do cargo supracitado na área da educação;

Considerando a necessidade de prestação de um serviço público eficiente, em todos os órgãos da Administração Pública Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado a abertura de 01 (uma) vaga no concurso público n.º 001/2014 para o cargo de Professor de Português e, autorizada a CONVOCAÇÃO do (a) candidato (a) aprovado (a), de acordo com a ordem classificatória de aprovação, para fins de nomeação.

Art. 2º O candidato convocado deverá comprovar, no prazo legal, o cumprimento de todos os requisitos e exigências para o exercício do cargo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 30 de Março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N.º 115/2015

PORTARIA Nº 115/2015.

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica e amparado no que dispõe o artigo 2º, inciso V, combinado com o parágrafo único do artigo 3º e inciso III do artigo 4º da Lei Complementar n.º 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art 1º - CONTRATAR MIRIANE FRIEDRICH REICHARDT, nascida em 13/12/1989, portadora do CPF n.º 059.331.279-14, RG n.º 5.496.398 SESP/SC, inscrita no COREN/SC sob o nº 394.719, para no período de 17/03/2015 à 30/04/2015 exercer as atividades de Enfermeira para ESF (40h/sem), em substituição a servidora Cleusa Clarice de Lima em Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 17/03/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 26 de Março 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N.º 116/2015

PORTARIA N.º 116/2015.

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001 e amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso IV e § 1º da Lei Complementar n.º 064/2013, de 26/02/2013 e LC nº 056/2012 de 10/02/2012,

RESOLVE:

Art 1º - CONTRATAR DOROTI KOWODZEICHACK, nascida em 05/07/1974, portadora do CPF n.º 990.887.039-49, RG. n.º 3.146.920, SESP/SC, para no período de 24/03/2015 a 17/07/2015, exercer as atividades de Professora ACT (20h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Educação Edital n.º 004/2014/SME, homologado e 21/01/2015 e Contrato de Trabalho Temporário nº 025/2015, para atuar como 2º Professor junto ao NE Presidente Adolfo Konder.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 26 de Março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N.º 117/2015

PORTARIA Nº 117/2015.

ALTERA CARGA HORÁRIA DE PROFESSORA EFETIVA, PARA ATUAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - ALTERAR, em caráter temporário, a carga horária de trabalho da professora CLAUDIMARA TILGNER KOWODZEICHACK, passando de 20 para 40 horas semanais cuja remuneração complementar corresponderá ao valor fixado em Lei, equivalente ao nível 1-A da Tabela de valores dos professores ACTs do município.

Art 2º - A referida alteração será em caráter não efetivo e terá validade a contar de 24/03/2015 até 17/07/2015, para atuar no Ensino Fundamental junto ao CEI Nossa Senhora Aparecida, em substituição a professora efetiva Elizete Aparecida Kadanass Gevieski, exonerada a pedido.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24/03/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 26 de Março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itá

PREFEITURA

EDITAL 032 - PROCESSO SELETIVO 017/2014

EDITAL 032 - CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO
Nº 017/2014 - 22º CHAMADA 02/04/2015

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 031/2006, que "dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e dá outras providências" convoca os abaixo relacionados classificados no Processo Seletivo 017/2014, homologado pelo Decreto 005/2015 de 12 de janeiro de 2015, para comparecerem no dia 02 de ABRIL 2015, às 8h ENSINO MÉDIO na Secretaria Municipal de Educação, cito a Rua Principal, nº16 - Vila Gerasul, Itá/SC.

História (12h) - 1 vaga

Pós-Graduado

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Assinatura
3º	099	Neusa Capellaro Petry	

Graduado

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Assinatura
4º	165	Analice Barufke	

Não-Habilitado

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Assinatura
5º	089	Samara Carina Vortmann	

Itá - 01 de abril de 2015

Leide Mara Bender

Prefeita Municipal

EXTRATO CONTRATO MARÇO 2

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 53/2015

Contratante.: MUNICÍPIO DE ITÁ

Contratada.: DIEGO GONÇALVES MEI

Valor : 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais)

Vigência : Início: 24/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2015

Objeto : Contratação de um facilitador de Oficinas regido pela NOB

SUAS, sendo um professor de Dança, com especialidade em Dança de

Rua, Salão, Jazz, Hip Hop, Montagem de Cenário, Figurino e

Conhecimento de Iluminação, para manutenção da oficinas do

CRAS.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 54/2015

Contratante.: MUNICÍPIO DE ITÁ

Contratada.: GENTE SEGURADORA S.A

Valor : 6.551,00 (seis mil quinhentos e cinquenta e um reais)

Vigência : Início: 30/03/2015 Término: 30/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2015

Objeto : Contratação de seguros para veículos, máquinas e edificações públicas do Município.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 55/2015

Contratante.: MUNICÍPIO DE ITÁ

Contratada.: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

Valor : 16.226,46 (dezesesseis mil duzentos e vinte e seis reais e

quarenta e seis centavos)

Vigência : Início: 30/03/2015 Término: 30/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2015

Objeto : Contratação de seguros para veículos, máquinas e edificações públicas do Município.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 56/2015

Contratante.: MUNICÍPIO DE ITÁ

Contratada.: ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A.

Valor : 4.151,00 (quatro mil cento e cinquenta e um reais)

Vigência : Início: 30/03/2015 Término: 30/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2015

Objeto : Contratação de seguros para veículos, máquinas e edificações públicas do Município.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO DE ATAS MARÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS - PREFEITURA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 033/2015, PL 014/2015

PARTES: Município de Itá e Dageal Comércio de Material de Escritório Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 011/2015

OBJETO: Possível aquisição de materiais de expediente para uso da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer.

VALOR: R\$ 2.440,00 (dois mil quatrocentos e quarenta reais)

VIGÊNCIA: Início: 12/03/2015 Término: 12/03/2016

Leide Mara Bender - Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 034/2015, PL 014/2015

PARTES: Município de Itá e Dipar Distribuidora de Papeis e Revistas Ltda EPP.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 011/2015

OBJETO: Possível aquisição de materiais de expediente para uso da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer.

VALOR: R\$ 6.978,80 (seis mil novecentos e setenta e oito reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA: Início: 12/03/2015 Término: 12/03/2016

Leide Mara Bender - Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 035/2015, PL 014/2015

PARTES: Município de Itá e LA CN Informática Ltda ME

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 011/2015
 OBJETO: Possível aquisição de materiais de expediente para uso da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer.
 VALOR: R\$ 623,80 (seiscentos e vinte e três reais e oitenta centavos)
 VIGÊNCIA: Início: 12/03/2015 Término: 12/03/2016
 Leide Mara Bender - Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 036/2015, PL 014/2015
 PARTES: Município de Itá e Livraria e Papelaria Jotaerre Ltda EPP
 ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 011/2015
 OBJETO: Possível aquisição de materiais de expediente para uso da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer.
 VALOR: R\$ 1.407,50 (Hum mil quatrocentos e sete reais e cinquenta centavos).
 VIGÊNCIA: Início: 12/03/2015 Término: 12/03/2016
 Leide Mara Bender - Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 037/2015, PL 014/2015
 PARTES: Município de Itá e Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda Me
 ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 011/2015
 OBJETO: Possível aquisição de materiais de expediente para uso da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer.
 VALOR: R\$ 2.486,50 (dois mil quatrocentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos)
 VIGÊNCIA: Início: 12/03/2015 Término: 12/03/2016
 Leide Mara Bender - Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 038/2015, PL 014/2015
 PARTES: Município de Itá e Pégasus Atacadista Ltda Me
 ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 011/2015
 OBJETO: Possível aquisição de materiais de expediente para uso da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer.
 VALOR: R\$ 11.570,98 (onze mil quinhentos e setenta reais e noventa e oito centavos)
 VIGÊNCIA: Início: 12/03/2015 Término: 12/03/2016
 Leide Mara Bender - Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 039/2015, PL 014/2015
 PARTES: Município de Itá e Vancin Informática e Comércio Ltda
 ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 011/2015
 OBJETO: Possível aquisição de materiais de expediente para uso da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer.
 VALOR: R\$ 487,50 (quatrocentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)
 VIGÊNCIA: Início: 12/03/2015 Término: 12/03/2016
 Leide Mara Bender - Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 040/2015, PL 015/2015
 PARTES: Município de Itá e Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia
 ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 012/2015
 OBJETO: Possível aquisição de sementes selecionadas e certificadas de forrageiras e adubação verde para distribuição ao agricultores do município conforme Lei nº 2.133 de 21/12/2010..
 VALOR: R\$ 62.716,00 (sessenta e dois mil setecentos e dezesseis reais)
 VIGÊNCIA: Início: 16/03/2015 Término: 16/03/2016
 Leide Mara Bender - Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 041/2015, PL 007/2015
 PARTES: Fundo Municipal de Saúde e Fiorenzano Comércio de

Medicamentos Ltda me
 ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 003/2015
 OBJETO: Aquisição de fraldas descartáveis (infantil, juvenil geriátrica) para distribuição as pessoas com necessidades, conforme solicitação médica ou parecer social.
 VALOR: R\$ 10.059,00 (dez mil e cinquenta e nove reais)
 VIGÊNCIA: Início: 19/03/2015 Término: 19/03/2016
 Névio Antonio Mortari - Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 041/2015, PL 007/2015
 PARTES: Fundo Municipal de Saúde e Altermed Material Médico Hospitalar Ltda
 ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 003/2015
 OBJETO: Aquisição de fraldas descartáveis (infantil, juvenil geriátrica) para distribuição as pessoas com necessidades, conforme solicitação médica ou parecer social.
 VALOR: R\$ 552,00 (quinhentos e cinquenta e dois reais)
 VIGÊNCIA: Início: 19/03/2015 Término: 19/03/2016
 Névio Antonio Mortari - Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 043/2015, PL 008/2015
 PARTES: Fundo Municipal de Saúde e Altermed Material Médico Hospitalar Ltda
 ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 003/2015
 OBJETO: Aquisição de materiais e equipamento odontológicos e de enfermagem, para melhor atender a população do Município.
 VALOR: R\$ 2.951,40 (dois mil novecentos e cinquenta e hum reais e quarenta centavos)
 VIGÊNCIA: Início: 20/03/2015 Término: 20/03/2016
 Névio Antonio Mortari - Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 044/2015, PL 008/2015
 PARTES: Fundo Municipal de Saúde e Casa Cirúrgica Chapecó Ltda
 ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 003/2015
 OBJETO: Aquisição de materiais e equipamento odontológicos e de enfermagem, para melhor atender a população do Município.
 VALOR: R\$ 2.784,50 (dois mil setecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos)
 VIGÊNCIA: Início: 20/03/2015 Término: 20/03/2016
 Névio Antonio Mortari - Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 045/2015, PL 008/2015
 PARTES: Fundo Municipal de Saúde e Fufa - SC Distribuidora Hospitalar Ltda
 ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 003/2015
 OBJETO: Aquisição de materiais e equipamento odontológicos e de enfermagem, para melhor atender a população do Município.
 VALOR: R\$ 11.000,00 (onze mil reais)
 VIGÊNCIA: Início: 20/03/2015 Término: 20/03/2016
 Névio Antonio Mortari - Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 046/2015, PL 008/2015
 PARTES: Fundo Municipal de Saúde e Vanusa Dias Eirelli EPP
 ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 003/2015
 OBJETO: Aquisição de materiais e equipamento odontológicos e de enfermagem, para melhor atender a população do Município.
 VALOR: R\$ 313,56 (trezentos e treze reais e cinquenta e seis centavos)
 VIGÊNCIA: Início: 20/03/2015 Término: 20/03/2016
 Névio Antonio Mortari - Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 047/2015, PL 008/2015
 PARTES: Fundo Municipal de Saúde e La Dalla Porta Junior

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 003/2015
OBJETO: Aquisição de materiais e equipamento odontológicos e de enfermagem, para melhor atender a população do Município.
VALOR: R\$ 15.194,78 (quinze mil cento e noventa e quatro reais e setenta e oito centavos)

VIGÊNCIA: Início: 20/03/2015 Término: 20/03/2016

Névio Antonio Mortari - Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 048/2015, PL 008/2015

PARTES: Fundo Municipal de Saúde e Maxi Distribuidora de Produtos Hospitalares

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 003/2015
OBJETO: Aquisição de materiais e equipamento odontológicos e de enfermagem, para melhor atender a população do Município.
VALOR: R\$ 4.053,29 (quatro mil e cinquenta e três reais e vinte e nove centavos)

VIGÊNCIA: Início: 20/03/2015 Término: 20/03/2016

Névio Antonio Mortari - Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 049/2015, PL 008/2015

PARTES: Fundo Municipal de Saúde e Silmes Comércio de Produtos Odontológicos Ltda Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 003/2015
OBJETO: Aquisição de materiais e equipamento odontológicos e de enfermagem, para melhor atender a população do Município.
VALOR: R\$ 3.033,25 (três mil e trinta e três reais e vinte e cinco centavos)

VIGÊNCIA: Início: 20/03/2015 Término: 20/03/2016

Névio Antonio Mortari - Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 050/2015, PL 008/2015

PARTES: Fundo Municipal de Saúde e Odontomedi Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 003/2015
OBJETO: Aquisição de materiais e equipamento odontológicos e de enfermagem, para melhor atender a população do Município.
VALOR: R\$ 5.101,45 (cinco mil cento e hum reais e quarenta e cinco centavos)

VIGÊNCIA: Início: 20/03/2015 Término: 20/03/2016

Névio Antonio Mortari - Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 051/2015, PL 008/2015

PARTES: Fundo Municipal de Saúde e Litoral Comercio de Produtos Médicos

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 003/2015
OBJETO: Aquisição de materiais e equipamento odontológicos e de enfermagem, para melhor atender a população do Município.
VALOR: R\$ 29.334,00 (vinte e nove mil trezentos e trinta e quatro reais);

VIGÊNCIA: Início: 20/03/2015 Término: 20/03/2016

Névio Antonio Mortari - Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

RESULTADO DE LICITAÇÃO

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL SANTO ANTONIO DE ITAIO-POLIS/SC

Pregão Presencial nº 04/2015. Registro de Preços para aquisição de produtos de limpeza para uso na lavanderia da Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio. Empresa vencedora: Sancapel Soluções para Higiene Profissional Ltda-ME, Valor R\$ 22.000,00; Vigência: 30 de março de 2016.

Itaiópolis, 01 de abril de 2015,

Liandra Teresinha Koppe

Administradora Hospitalar.

Itapiranga

PREFEITURA

DISPENSA Nº 12/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório nº 12/2015 FMS
Dispensa de Licitação nº 12/2015 FMS
Partes: Município de Itapiranga e Labinbraz Comercial Ltda.
Objeto: Contratação de empresa para manutenção preventiva dos equipamentos CM 200 e Counter 19, marca Wiener Lab, a disposição do laboratório de análises clínicas, do Fundo Municipal de Saúde.
Fundamento: Inciso XVII, artigo 24, da Lei nº 8.666/93
Valor: R\$ 4.071,48.

Itapiranga - SC., 01 de abril de 2015.
Luis Carlos Steffenon
Adm. do FMS

DISPENSA Nº 74/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 74/2015
Dispensa de Licitação nº 74/2015
Partes: Município de Itapiranga e Paraná Equipamentos S/A.
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de peças e serviços para conserto da bomba hidráulica do rolo compactador Caterpillar, a disposição da Secretaria de Transportes desta municipalidade.
Valor Contratado: R\$ 37.226,36
Fundamento: Inciso XVII artigo 24, da Lei nº 8.666/93.
Vigência: 180 dias

Itapiranga - SC., 01 de abril de 2015
Milton Simon
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Nº 042/2015 A 047/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
ATAS REGISTRO DE PREÇOS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2015 - FMS.
PARTES: Município de Itapiranga e Atual Informática e Assistência Técnica Ltda - ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 005/2015.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais e equipamentos de informática, destinados para as unidades básicas de saúde.
VALOR: R\$ 2.990,00
VIGÊNCIA: 06 de março de 2016.
Itapiranga - SC., 06 de março de 2015.
Luis Carlos Steffenon - Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2015 - FMS.
PARTES: Município de Itapiranga e HD - Comércio e Serviços de Equipamentos e Suprimentos de Informática Ltda - ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 005/2015.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais e equipamentos de informática, destinados para as unidades básicas de saúde.
VALOR: R\$ 14.520,00
VIGÊNCIA: 06 de março de 2016.
Itapiranga - SC., 06 de março de 2015.
Luis Carlos Steffenon - Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2015 - FMS.
PARTES: Município de Itapiranga e Gesul Comercial Ltda - ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 005/2015.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais e equipamentos de informática, destinados para as unidades básicas de saúde.
VALOR: R\$ 612,00
VIGÊNCIA: 06 de março de 2016.
Itapiranga - SC., 06 de março de 2015.
Luis Carlos Steffenon - Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2015 - FMS.
PARTES: Município de Itapiranga e Mauro Petzold - ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 005/2015.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais e equipamentos de informática, destinados para as unidades básicas de saúde.
VALOR: R\$ 6.180,00
VIGÊNCIA: 06 de março de 2016.
Itapiranga - SC., 06 de março de 2015.
Luis Carlos Steffenon - Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2015 - FMS.
PARTES: Município de Itapiranga e Oeste Gases Atmosféricos Ltda - ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 006/2015.
OBJETO: Aquisição de recarga de oxigênio medicinal para uso em tratamento médico em unidades básicas de saúde, ambulâncias, SAMU e residenciais.
VALOR: R\$ 53.538,00
VIGÊNCIA: 12 de março de 2016.
Itapiranga - SC., 12 de março de 2015.
Luis Carlos Steffenon - Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2015 - FMS.
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Medilar Importação e Distribuição de Produtos Médico Hospitalares S.A.
ORIGEM: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 43/2014.
OBJETO: Reequilíbrio econômico-financeiro do item de nº 21 da ata de registro de preços nº 021/2015, para aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 1.102,00
VIGÊNCIA: 06 de fevereiro de 2016.

Itapiranga - SC., 26 de março de 2015.
Luis Carlos Steffenon
Administrador do FMS

**EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS -
PREFEITURA Nº 084/2015 A 123/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
ATAS REGISTRO DE PREÇOS - PREFEITURA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 084/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Cleinton Konrad 06020965961.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 044/2015.
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços da lavagem de veículos de propriedade do município de Itapiranga e da polícia civil.
VALOR: R\$ 17.000,00
VIGÊNCIA: 03 de março de 2016.
Itapiranga - SC., 03 de março de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 085/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Jair Reis - ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 045/2015.
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de serviços para manutenção de máquinas, equipamentos e serviços de reparos diversos para as secretarias desta municipalidade.
VALOR: R\$ 21.600,00
VIGÊNCIA: 03 de março de 2016.
Itapiranga - SC., 03 de março de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 086/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Iria Melchior - ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 045/2015.
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de serviços para manutenção de máquinas, equipamentos e serviços de reparos diversos para as secretarias desta municipalidade.
VALOR: R\$ 19.800,00
VIGÊNCIA: 03 de março de 2016.
Itapiranga - SC., 03 de março de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 087/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Gustavo Groth Royer - ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 045/2015.
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de serviços para manutenção de máquinas, equipamentos e serviços de reparos diversos para as secretarias desta municipalidade.
VALOR: R\$ 16.000,00
VIGÊNCIA: 03 de março de 2016.
Itapiranga - SC., 03 de março de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 088/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Iria Melchior - ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 046/2015.
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e limpeza de climatizadores nas diversas secretarias, desta municipalidade.
VALOR: R\$ 56.950,00
VIGÊNCIA: 03 de março de 2016.
Itapiranga - SC., 03 de março de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 089/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Rogério Luis Delavy - ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 048/2015.
OBJETO: Contratação de serviços de máquinas e caminhão para atendimento de serviços de interesse desta municipalidade.
VALOR: R\$ 74.490,00
VIGÊNCIA: 04 de março de 2016.
Itapiranga - SC., 04 de março de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Albater Terraplanagem Ltda - ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 048/2015.
OBJETO: Contratação de serviços de máquinas e caminhão para atendimento de serviços de interesse desta municipalidade.
VALOR: R\$ 63.900,00
VIGÊNCIA: 04 de março de 2016.
Itapiranga - SC., 04 de março de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 091/2015

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 274/2014
PARTES: Município de Itapiranga e Auto Posto Fronteira Itapiranga Tunápolis Ltda - EPP.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 164/2014.
OBJETO: Reequilíbrio econômico-financeiro dos itens nº 04, 05 e 06, da ata de registro de preços nº 274/2014, para aquisição de óleo diesel S500, óleo diesel S10 e gasolina comum, destinados para abastecimento de máquinas e veículos desta municipalidade, para o ano 2015.
VALOR: R\$ 6.950,00
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.
Itapiranga - SC., 06 de março de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Potencia Som e Informática Ltda - ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 051/2015.
OBJETO: Aquisição de móveis destinados para as escolas municipais.
VALOR: R\$ 3.350,00
VIGÊNCIA: 11 de março de 2016.
Itapiranga - SC., 11 de março de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 093/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Ergo-Mobili Indústria e Comércio de Móveis Ltda.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 051/2015.
OBJETO: Aquisição de móveis destinados para as escolas municipais.
VALOR: R\$ 24.075,00
VIGÊNCIA: 11 de março de 2016.
Itapiranga - SC., 11 de março de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 094/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Luis Cesar Reis - EPP.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 051/2015.
OBJETO: Aquisição de móveis destinados para as escolas municipais.
VALOR: R\$ 47.900,00
VIGÊNCIA: 11 de março de 2016.
Itapiranga - SC., 11 de março de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 095/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Averagro Indústria e Comércio Ltda - EPP.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 055/2015.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de tintas e materiais diversos destinados para manutenção das atividades do setor de urbanismo desta municipalidade.
VALOR: R\$ 12.378,99
VIGÊNCIA: 17 de março de 2016.

Itapiranga - SC., 17 de março de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 096/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Ramos Automotiva e Serviços Ltda - ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 055/2015.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de tintas e materiais diversos destinados para manutenção das atividades do setor de urbanismo desta municipalidade.
VALOR: R\$ 19.074,80
VIGÊNCIA: 17 de março de 2016.
Itapiranga - SC., 17 de março de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 097/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Nera Distribuidora de Produtos Agropecuários Ltda - ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 055/2015.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de tintas e materiais diversos destinados para manutenção das atividades do setor de urbanismo desta municipalidade.
VALOR: R\$ 5.844,44
VIGÊNCIA: 17 de março de 2016.
Itapiranga - SC., 17 de março de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 098/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Comércio e Representações Venturini Ltda - ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 057/2015.
OBJETO: Aquisição de sementes de hortaliças destinadas para distribuição a famílias do município, através do programa de incentivo a produção e consumo de hortaliças e outros materiais destinados ao viveiro municipal.
VALOR: R\$ 4.234,00
VIGÊNCIA: 19 de março de 2016.
Itapiranga - SC., 19 de março de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 099/2015
2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 252/2014
PARTES: Município de Itapiranga e Vanderlei Melchior - ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 144/2014.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais e equipamentos para manutenção das atividades do setor de saneamento, desta municipalidade.
VALOR: R\$ 747,93
VIGÊNCIA: 09 de outubro de 2015.
Itapiranga - SC., 20 de março de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Cooperativa de Livre Associação do Município de Itapiranga.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 060/2015.
OBJETO: Aquisição de materiais diversos destinados para manutenção da copa e cozinha e limpeza do prédio da prefeitura, banheiros públicos e diversas secretarias da administração municipal.
VALOR: R\$ 44.850,35
VIGÊNCIA: 23 de março de 2016.
Itapiranga - SC., 23 de março de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Açogue do Vicente Ltda.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 060/2015.
OBJETO: Aquisição de materiais diversos destinados para manutenção da copa e cozinha e limpeza do prédio da prefeitura,

banheiros públicos e diversas secretarias da administração municipal.
VALOR: R\$ 23.829,80
VIGÊNCIA: 23 de março de 2016.
Itapiranga - SC., 23 de março de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2015
PARTES: Município de Itapiranga e AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda - EPP.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 060/2015.
OBJETO: Aquisição de materiais diversos destinados para manutenção da copa e cozinha e limpeza do prédio da prefeitura, banheiros públicos e diversas secretarias da administração municipal.
VALOR: R\$ 43.784,50
VIGÊNCIA: 23 de março de 2016.
Itapiranga - SC., 23 de março de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Auto Elétrica Paulinho Ltda ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 064/2015.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de baterias destinadas para manutenção de máquinas e veículos, de propriedade do município de Itapiranga.
VALOR: R\$ 35.630,00
VIGÊNCIA: 24 de março de 2016.
Itapiranga - SC., 24 de março de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Ramos Automotiva e Serviços Ltda - ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 064/2015.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de baterias destinadas para manutenção de máquinas e veículos, de propriedade do município de Itapiranga.
VALOR: R\$ 25.040,00
VIGÊNCIA: 24 de março de 2016.
Itapiranga - SC., 24 de março de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Vanderlei Melchior - ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 066/2015.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de equipamentos, ferramentas e outros materiais destinados para manutenção das atividades do setor de urbanismo desta municipalidade.
VALOR: R\$ 7.509,00
VIGÊNCIA: 25 de março de 2016.
Itapiranga - SC., 25 de março de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2015
PARTES: Município de Itapiranga e BW Construções Ltda - ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 066/2015.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de equipamentos, ferramentas e outros materiais destinados para manutenção das atividades do setor de urbanismo desta municipalidade.
VALOR: R\$ 154,50
VIGÊNCIA: 25 de março de 2016.
Itapiranga - SC., 25 de março de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Ramos Automotiva e Serviços Ltda - ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 066/2015.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de equipamentos,

ferramentas e outros materiais destinados para manutenção das atividades do setor de urbanismo desta municipalidade.

VALOR: R\$ 345,00

VIGÊNCIA: 25 de março de 2016.

Itapiranga - SC., 25 de março de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Gustavo Groth Royer - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 066/2015.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de equipamentos, ferramentas e outros materiais destinados para manutenção das atividades do setor de urbanismo desta municipalidade.

VALOR: R\$ 8.482,00

VIGÊNCIA: 25 de março de 2016.

Itapiranga - SC., 25 de março de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Nera Distribuidora de Produtos Agropecuários Ltda - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 066/2015.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de equipamentos, ferramentas e outros materiais destinados para manutenção das atividades do setor de urbanismo desta municipalidade.

VALOR: R\$ 10.696,42

VIGÊNCIA: 25 de março de 2016.

Itapiranga - SC., 25 de março de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Cooperativa de Livre Associação do Município de Itapiranga.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 062/2015.

OBJETO: Aquisição de materiais de higiene e limpeza destinados para manutenção das atividades das creches e escolas municipais.

VALOR: R\$ 10.176,40

VIGÊNCIA: 25 de março de 2016.

Itapiranga - SC., 25 de março de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2015

PARTES: Município de Itapiranga e AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda - EPP.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 062/2015.

OBJETO: Aquisição de materiais de higiene e limpeza destinados para manutenção das atividades das creches e escolas municipais.

VALOR: R\$ 36.517,40

VIGÊNCIA: 25 de março de 2016.

Itapiranga - SC., 25 de março de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 062/2015.

OBJETO: Aquisição de materiais de higiene e limpeza destinados para manutenção das atividades das creches e escolas municipais.

VALOR: R\$ 36.690,00

VIGÊNCIA: 25 de março de 2016.

Itapiranga - SC., 25 de março de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Mauro Petzold - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 062/2015.

OBJETO: Aquisição de materiais de higiene e limpeza destinados para manutenção das atividades das creches e escolas municipais.

VALOR: R\$ 3.740,00

VIGÊNCIA: 25 de março de 2016.

Itapiranga - SC., 25 de março de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Cooperativa de Livre Associação do Município de Itapiranga.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 058/2015.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais diversos, destinados para manutenção das atividades das oficinas do centro de referência de assistência social - "CRAS", da secretaria de Assistência Social deste município.

VALOR: R\$ 31.176,13

VIGÊNCIA: 27 de março de 2016.

Itapiranga - SC., 27 de março de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Confeitaria Itapiranga Ltda - EPP.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 058/2015.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais diversos, destinados para manutenção das atividades das oficinas do centro de referência de assistência social - "CRAS", da secretaria de Assistência Social deste município.

VALOR: R\$ 23.616,60

VIGÊNCIA: 27 de março de 2016.

Itapiranga - SC., 27 de março de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Açougue do Vicente Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 058/2015.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais diversos, destinados para manutenção das atividades das oficinas do centro de referência de assistência social - "CRAS", da secretaria de Assistência Social deste município.

VALOR: R\$ 3.264,40

VIGÊNCIA: 27 de março de 2016.

Itapiranga - SC., 27 de março de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Herta A. Vogt - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 058/2015.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais diversos, destinados para manutenção das atividades das oficinas do centro de referência de assistência social - "CRAS", da secretaria de Assistência Social deste município.

VALOR: R\$ 578,75

VIGÊNCIA: 27 de março de 2016.

Itapiranga - SC., 27 de março de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2015

PARTES: Município de Itapiranga e AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda - EPP.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 058/2015.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais diversos, destinados para manutenção das atividades das oficinas do centro de referência de assistência social - "CRAS", da secretaria de Assistência Social deste município.

VALOR: R\$ 650,05

VIGÊNCIA: 27 de março de 2016.

Itapiranga - SC., 27 de março de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Chico Elétrica Ltda - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 067/2015.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de ferramentas e outros materiais destinados para manutenção das atividades dos eletricitistas, desta municipalidade.
VALOR: R\$ 18.069,30
VIGÊNCIA: 27 de março de 2016.
Itapiranga - SC., 27 de março de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Vanderlei Melchior - ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 067/2015.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de ferramentas e outros materiais destinados para manutenção das atividades dos eletricitistas, desta municipalidade.
VALOR: R\$ 7.807,02
VIGÊNCIA: 27 de março de 2016.
Itapiranga - SC., 27 de março de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2015
PARTES: Município de Itapiranga e BW Construções Ltda - ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 067/2015.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de ferramentas e outros materiais destinados para manutenção das atividades dos eletricitistas, desta municipalidade.
VALOR: R\$ 3.693,50
VIGÊNCIA: 27 de março de 2016.
Itapiranga - SC., 27 de março de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Ramos Automotiva e Serviços Ltda - ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 067/2015.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de ferramentas e outros materiais destinados para manutenção das atividades dos eletricitistas, desta municipalidade.
VALOR: R\$ 4.435,00
VIGÊNCIA: 27 de março de 2016.
Itapiranga - SC., 27 de março de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2015
PARTES: Município de Itapiranga e C & Z Eletro Instaladora Ltda EPP.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 067/2015.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de ferramentas e outros materiais destinados para manutenção das atividades dos eletricitistas, desta municipalidade.
VALOR: R\$ 2.603,00
VIGÊNCIA: 27 de março de 2016.

Itapiranga - SC., 27 de março de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATOS DA SAÚDE Nº 007/2015 A 008/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATOS CONTRATOS - SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 007/2015 - FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Vanderlei Jantsch ME.
ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº 007/2015 - FMS
OBJETO: Prestação de serviços odontológicos para confecção de próteses dentárias a pessoas necessitadas.
VALOR: R\$ 217.800,00
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.
Itapiranga - SC, 10 de março de 2015.
Luis Carlos Steffenon - Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 008/2015 - FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Labinbraz Comercial Ltda.
ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 08/2015 - FMS
OBJETO: Contratação de empresa para manutenção preventiva dos equipamentos CM 200 e Counter 19, marca Wiener Lab, a disposição do laboratório de análises clínicas, do Fundo Municipal de Saúde.
VALOR: R\$ 4.488,36
VIGÊNCIA: 11 de junho de 2015.

Itapiranga - SC, 11 de março de 2015.
Luis Carlos Steffenon
Administrador do FMS

EXTRATO DE CONTRATOS PREFEITURA Nº 052/2015 A 072/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - EXTRATOS CONTRATOS - PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 052/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Associação Recreativa e Cultural Esporte Clube Flamengo.
ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 056/2015.
OBJETO: Locação do campo de futebol do Esporte Clube Flamengo para treinamento e preparação física das equipes de competição e escolinhas do departamento de esportes nos naipes masculino e feminino.
VALOR: 6.000,00
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.
Itapiranga - SC. 02 de março de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 053/2015
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 079/2014
PARTES: Município de Itapiranga e BW Construções Ltda ME.
ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 070/2014.
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do contrato para execução em regime de empreitada global dos serviços para reforma, com área de 1.077,87 m² e ampliação, com área de 62,94 m², do ginásio de esportes Bela Vista, sito no bairro Bela Vista, na cidade de Itapiranga, em virtude da necessidade de correção de alguns itens que foram executados em desacordo com o projeto.
VIGÊNCIA: 31 de maio de 2015.
Itapiranga - SC. 02 de março de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 054/2015
6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 106/2012
PARTES: Município de Itapiranga e Gaia Rodovias Ltda.

ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 076/2012.

OBJETO: Em virtude da necessidade de adequação de diversos serviços e de conformidade com a planilha de demonstrativo de aditivo contratual e o projeto "AS BUILT", adita o contrato para execução, em regime de empreitada global, dos serviços para implantação de passeio público na ITG 070, conforme contrato de repasse nº 0330536-48/2010 com o Ministério das Cidades/Caixa, em R\$ 25.246,98 (Vinte e cinco mil e duzentos e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos).

VALOR: 25.246,98

Itapiranga - SC. 03 de março de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 055/2015

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 073/2012

PARTES: Município de Itapiranga e Tracheel Equipamentos Elétricos S.A.

ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 022/2012.

OBJETO: Em virtude da necessidade de adequação de diversos serviços e de conformidade com a planilha de demonstrativo de aditivo contratual e o projeto "AS BUILT", suprime do contrato para execução, em regime de empreitada global, dos serviços para implantação de iluminação pública na ITG 070, conforme contrato de repasse nº 0330536-48/2010 com o Ministério das Cidades/Caixa, o valor de R\$ 7.670,02 (Sete mil e seiscentos e setenta reais e dois centavos).

VALOR: 7.670,02

Itapiranga - SC. 03 de março de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 056/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Sergio Luis Schneider 66515998953.

ORIGEM: Concorrência para Concessão nº 023/2015.

OBJETO: Concessão de direito real de uso do terminal rodoviário de passageiros do município de Itapiranga.

VALOR: 275,00

VIGÊNCIA: 05 de março de 2018.

Itapiranga - SC. 05 de março de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 057/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Ferraria e Transportes Joclema Ltda - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 047/2015.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste município.

VALOR: 49.200,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.

Itapiranga - SC. 05 de março de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 058/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Mees & Walker Transportes Ltda - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 047/2015.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste município.

VALOR: 44.280,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.

Itapiranga - SC. 05 de março de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 059/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Mantomac Com. de Peças e Serviços Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 061/2015.

OBJETO: Aquisição de peças e serviços para conserto da escavadeira hidráulica PC 160lc-7b marca Komatsu, a disposição da secretaria de transportes, desta municipalidade.

VALOR: 4.042,87

VIGÊNCIA: 06 de junho de 2015.

Itapiranga - SC. 06 de março de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 060/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Esporte Clube Cometa.

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 068/2015.

OBJETO: Locação do estádio do Cometa para treinamento e preparação física das equipes de competição e escolinhas do departamento de esportes nos naipes masculino e feminino para ao ano de 2015.

VALOR: 30.005,00

VIGÊNCIA: 30 de novembro de 2015.

Itapiranga - SC. 10 de março de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 061/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Carboni Distribuidora de Veículos Ltda.

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 069/2015.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de peças, serviços e deslocamento para manutenção do caminhão Daily 70C17 HD, placa MML-1376, a disposição do setor de urbanismo, desta municipalidade.

VALOR: 5.035,40

VIGÊNCIA: 10 de junho de 2015.

Itapiranga - SC. 10 de março de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 062/2015

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 080/2012

PARTES: Município de Itapiranga e Inovação Computação Móvel Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 048/2012.

OBJETO: Reajusta com base no índice do IGP-M dos últimos 12 meses, o valor do contrato para cessão mensal de direito de uso do programa para automação de coleta de leitura com impressão simultânea de faturas.

VALOR: 7.611,80

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.

Itapiranga - SC. 12 de março de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 063/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Indumar Indústria e Comercio de Equipamentos Industriais e Agrícolas Ltda - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 050/2015.

OBJETO: Aquisição de 01 caçamba metálica basculante, destinado para chassi de caminhão Mercedes Benz modelo Atron 2729, de propriedade do município de Itapiranga.

VALOR: 29.000,00

VIGÊNCIA: 13 de abril de 2015.

Itapiranga - SC. 13 de março de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 064/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Santa Eliza Implementos Rodoviários Ltda - EPP.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 050/2015.

OBJETO: Aquisição de 01 tanque elíptico em aço carbono destinado para chassi do caminhão Ford Cargo 1119, de propriedade do município de Itapiranga.

VALOR: 47.000,00

VIGÊNCIA: 13 de abril de 2015.

Itapiranga - SC. 13 de março de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 065/2015

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 084/2012

PARTES: Município de Itapiranga e Berwanger & Grutzmann Corretora de Seguros Ltda.

ORIGEM: Convite de nº 55/2012.

OBJETO: Contratação de seguros para veículos de transporte escolar e outros veículos desta municipalidade.

VALOR: 3.891,71

VIGÊNCIA: 17 de março de 2016.

Itapiranga - SC. 17 de março de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 066/2015

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Emerson Knapp 03633838910.

ORIGEM: Inexigibilidade nº 061/2013.

OBJETO: Aquisição de passagens para alunos que frequentam escolas do ensino médio na cidade de Itapiranga e escolas de ensino fundamental e médio nas escolas do interior do município.

VALOR: 14.580,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.

Itapiranga - SC. 17 de março de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 067/2015

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 034/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Auto Chapeação Esperança Ltda - ME.

ORIGEM: Inexigibilidade nº 061/2013.

OBJETO: Aquisição de passagens para alunos que frequentam escolas do ensino médio na cidade de Itapiranga e escolas de ensino fundamental e médio nas escolas do interior do município.

VALOR: 17.360,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.

Itapiranga - SC. 17 de março de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 068/2015

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 035/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Empresa Aparecida de Transporte Coletivo Ltda.

ORIGEM: Inexigibilidade nº 061/2013.

OBJETO: Aquisição de passagens para alunos que frequentam escolas do ensino médio na cidade de Itapiranga e escolas de ensino fundamental e médio nas escolas do interior do município.

VALOR: 28.620,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.

Itapiranga - SC. 17 de março de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 069/2015

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Transportes Rudolfo Eri Freese Ltda - ME.

ORIGEM: Inexigibilidade nº 061/2013.

OBJETO: Aquisição de passagens para alunos que frequentam escolas do ensino médio na cidade de Itapiranga e escolas de ensino fundamental e médio nas escolas do interior do município.

VALOR: 37.120,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.

Itapiranga - SC. 17 de março de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 070/2015

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 151/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Construtora Bem Te Vi Ltda.

ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia

nº 142/2014.

OBJETO: Durante a execução do projeto (construção de pavilhão pré-moldado coberto com telhas de fibrocimento, para exposição de animais na EFRAIT/Secretaria da Agricultura, conforme convênio nº 2014TR2838, processo nº SDR31861/2014, secretaria de desenvolvimento regional de Itapiranga e município de Itapiranga) foi encontrada Laje no local de execução do pavilhão, sendo necessária a detonação de 4 pontos de Laje para a implantação dos 4 pilares pré-moldados, totalizando 6m³ de rocha a ser removida. Tendo como referencia de custo a tabela SINAPI (Dezembro 2014), adita o contrato no valor de R\$ 2.207,76.

VALOR: 2.207,76

Itapiranga - SC. 17 de março de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 071/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Elio Luis Giehl 74607030953.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 063/2015.

OBJETO: Contratação de empresa para animação musical dos intercâmbios dos grupos e a festa anual da terceira idade, da secretaria de assistência social, deste município.

VALOR: 39.450,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.

Itapiranga - SC. 23 de março de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 072/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Construtora Bem Te Vi Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 063/2015.

OBJETO: Execução, em regime de empreitada global, do projeto para construção da Escola Municipal Santo Antônio, conforme projeto técnico, memorial descritivo e planilha orçamentaria, referente Plano de Ações Articuladas/PAR nº 44482/2014/Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

VALOR: 955.000,00

VIGÊNCIA: 26 de dezembro de 2015.

Itapiranga - SC. 26 de março de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE Nº 13/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2015 - FMS

OBJETO: Contratação de serviços odontológicos para confecção de próteses dentárias a pessoas necessitadas conforme edital de credenciamento nº 001/2015.

Contratado: Clínica de Estética Bucal Muller & Muller S/S Ltda.

CNPJ: 10.685.301/0001-50

Valor: R\$ 217.800,00

Vigência: 31/12/2015

Fundamento: Caput do artigo 25 da Lei nº 8.666.

Itapiranga - SC., 01 de abril de 2015.

Luis Carlos Steffenon

Adm. do FMS

Itapoá

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 2424/2015 DECLARA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO MUNICIPAL Nº 2424/2015

Data: 30 de março de 2015

DECLARA PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art.1º. Fica declarado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais no dia 03 de abril de 2015.

Art. 2º. Os departamentos que executem serviços considerados essenciais obedecerão escala de trabalho estipulada pelas respectivas chefias.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 30 de março de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES Nº 20/2015.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES Nº 20/2015.

Terezinha Fávaro da Silveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 36 da Lei Municipal N.º 075/01 de 24 de dezembro de 2001 torna público pelo presente Edital às normas do procedimento que nortearão o Edital de processo seletivo de admitidos em caráter temporário/vaga remanescente do Edital 19/2015 para complementação do quadro de Professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, em um período compreendido entre 07/04/2015 a 18/12/2015 ou até o preenchimento da vaga por concurso público.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para contratação, em caráter temporário, para complementação do quadro de profissionais que atuarão na escola de Ensino Fundamental, por período determinado ou até o preenchimento da vaga por concurso público.

1.2 - Os candidatos deverão atender as atribuições contidas na Lei 075/01 nos anexos II e III;

1.3 - As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho indicado pelo setor de Recursos Humanos; b) ter disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Secretaria Municipal de Educação;

1.4 - O contratado fará jus ao vale transporte para deslocar-se ao trabalho, desde que comprove a necessidade com comprovante de residência;

1.5 - O contratado fará jus a auxílio alimentação, férias e 13º salários proporcionais;

1.6 - A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, vinculando-se o mesmo ao regime geral de previdência social, ficando o contratado obrigado a cumprir as normas

disciplinares constantes do Regulamento do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipal e Leis Municipais nº 075/2001; 155/2003 e 044/2014.

1.7 - Os contratados, durante a prestação de serviço temporário, serão avaliados continuamente, observados os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento com prazos e produtividade. Caso seu aproveitamento não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido, com aviso antecipado de 30 dias conforme Lei Complementar Municipal nº 16/2007.

2. DAS INSCRIÇÕES:

2.1 - As inscrições para entrega de currículo será dia 02 de abril de 2015. Local: Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges, n.º 201 - Itapema do Norte, em Itapoá. Horário: das 8h00min às 13h30min.

3. QUADRO DE VAGAS:

Vagas	Área	CH
1	ARTE	40 hs

3.1 - Os candidatos classificados no presente processo seletivo e que momentaneamente não houver disponibilidade de vaga, aguardarão a consequente abertura das vagas e o respectivo (chamamento) ou (contato) na época própria por e-mail e/ou telefone.

4. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO:

4.1 - Para inscrever-se é necessário apresentar o currículo constando escolaridade, experiência profissional, cursos de aperfeiçoamento na área (se houver), com nome, endereço, telefone e e-mail completo.

4.2 - A classificação ocorrerá com base nas informações do currículo apresentado, tendo como base a formação de acordo com a área pretendida.

4.3 - A classificação será publicada dia 06 de abril de 2015 às 12hs.

4.4 - Não havendo currículos para classificação e publicação na respectiva data citada, a mesma classificação poderá ser publicada posteriormente, num prazo de cinco dias.

5. CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO (no ato da contratação, entregue ao RH).

1- Cédula de Identidade (RG)

2- Cadastro de Pessoa Física (CPF)

3- Título de Eleitor

4- Certidão de Quitação Eleitoral (internet)

5- Certidão de nascimento ou casamento

6- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão)

7- Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação

8- Uma foto recente

9- Comprovante de residência

10- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo.

11- Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC)

12- Certidão de Nascimento dos Filhos

13- Certidão de Regularização do CPF (internet)

14- Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece)

15- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece)

16- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (Termo de Responsabilidade)

17- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece)

- 18- Tipagem sanguínea
 19- Laudo médico
 20- Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº:
 21- Comprovante de quitação militar.

6 - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

- 6.1 - A inscrição deverá ser realizada com a entrega de currículo na Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges nº 201, Itapema do Norte, Itapoá;
 6.2 - O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo;
 6.3- Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão da Secretaria Municipal de Educação.

Itapoá, 01 de abril de 2015.

Terezinha Fávaro da Silveira
 Secretaria de Educação

ERRATA AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015 - REGISTRO DE PREÇO Nº 07/2015 PROCESSO Nº 33/2015

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

ERRATA AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015 - REGISTRO DE PREÇO Nº 07/2015

PROCESSO Nº 33/2015

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS
 DATA: 02 de abril de 2015. HORÁRIO: 09h:30min (abertura)

OBJETO: Aquisição de material de limpeza para uso da Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria de Agricultura e Pesca, Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Cultura e Secretaria de Obras e Serviços Públicos, conforme especificações constantes no Anexo V e VI do Edital.

O Município de Itapoá torna público que a licitação que se fará realizar na data e horário, faz as seguintes considerações ao edital:

AONDE CONSTA

6.2 NO ENVELOPE 1 "PROPOSTA DE PREÇO" a licitante apresentará os documentos solicitados abaixo:

6.2.1 ANEXO V - TERMO DE REFERÊNCIA devendo ser apresentado:

- a) Em papel timbrado da licitante, devidamente datado e assinado pelo representante legal da empresa, com a reprodução fiel de todas as informações descritas no respectivo anexo, contendo inclusive e impreterivelmente a declaração de conhecimento e cumprimento do edital e seus anexos na forma descrita no anexo.
 b) Com todas as informações solicitadas no quadro superior corretamente preenchidas (endereço completo, CNPJ, Inscrição Estadual, dados bancários, etc.).

6.3. NO ENVELOPE 2 "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" a licitante apresentará os documentos de habilitação, conforme solicitado abaixo.

(...)

6.3.1. Documentação relativa à Regularidade Fiscal:

(...)

PASSA A INCLUIR:

6.3 NO ENVELOPE 1 "PROPOSTA DE PREÇO" a licitante apresentará

os documentos solicitados abaixo:

6.2.1 ANEXO V - TERMO DE REFERÊNCIA devendo ser apresentado:

- a) Em papel timbrado da licitante, devidamente datado e assinado pelo representante legal da empresa, com a reprodução fiel de todas as informações descritas no respectivo anexo, contendo inclusive e impreterivelmente a declaração de conhecimento e cumprimento do edital e seus anexos na forma descrita no anexo.
 b) Com todas as informações solicitadas no quadro superior corretamente preenchidas (endereço completo, CNPJ, Inscrição Estadual, dados bancários, etc.).
 c) "Consulta Detalhada" do Registro dos Produtos e Autorização de Funcionamento - AFE de cada fabricante dos produtos no qual a necessidade de apresentação dos mesmos, sendo estes os itens: 1, 2.1, 2.2, 7.1, 7.2, 8, 9.1, 9.2, 12.1, 12.2, 14.1, 14.2, 15, 23.1, 23.2, 24 e 26, conforme tabela abaixo:

Item/ Lote	Descrição
1	Água Sanitária
2	Álcool
2.1	Álcool etílico em gel, graduação alcoólica 70 ° c/ 500ml
2.2	Álcool líquido graduação alcoólica 70º
7	Desinfetantes
7.1	Desinfetante limpeza pesada, limpador diluível, ação germicida-bacteriana para banheiro, c/ 500 ml (Alquil benzeno sulfato de sódio, álcool etoxilado, coadjuvantes, perfume corante e água
7.2	Desinfetante para banheiro. (Contendo germicida e bactericida, cloreto alquil dimetil benzil amônio e óleo de Pinho)
8	Desodorizador de ar 400ml
9	Detergentes
9.1	Detergente de louça. Contendo obrigatoriamente tensoativo aniônico, derivados de isotiazolinonas, tensoativo biodegradável, com princípio ativo linear alquil benzeno sulfonato de sódio, além de outros ingredientes. Isento de formaldeído em sua formulação, c/ 500 ml comum.
9.2	Detergente de uso geral (linear alquil benzeno sulfonato de sódio), c/ 500 ml. Composição – ácido dodecil benzeno sulfônico conservante tensoativo neutralizante, perfume, sequestrante, corante e veículo tensoativo biodegradável.
12	Inseticidas
12.1	Inseticida aerosol, para matar baratas e formigas, (tipo rodox ou similar)
12.2	Inseticida em aerosol, a base de água, para matar pernilongos, mosquito, mosquito da dengue, com 300 ml
14	Limpa Vidros
14.1	Limpa vidros, com borrifador tipo pistola. Embalagem de 500 ml.
14.2	Limpa vidros, embalagem de 500 ml tipo refil para conexão com borrifador do tipo pistola.
15	Lustra móveis, c/ 200 ml (emulsão de cera, silicone, espessante, preservante, perfume e água)
23	Sabão
23.1	Sabão em pedra, elaborado á base de ácido graxo de coco/ babaçu, soja e sebo, contendo glicerina e agente anti redepositante, além de outros componentes químicos.
23.2	Sabão em pó de 1kg. Contendo obrigatoriamente: tensoativo aniônico, branqueador óptico, enzimas, além de outros componentes químicos. (Boa Qualidade)
24	Sabonete líquido cremoso com consistência para uso em saboneteiras galões de 5L
26	Saponáceo cremoso. Embalagem com 300g, tampa abre e fecha

OBSERVAÇÃO OBRIGATÓRIA: Os licitantes deverão apresentar os

registros e autorizações em sequência identificadas, rubricadas e numeradas conforme item de cada produto, e acima descrito.

6.4. NO ENVELOPE 2 "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" a licitante apresentará os documentos de habilitação, conforme solicitado abaixo.

(...)

6.5.7. Documentação relativa à Regularidade Fiscal:

(...)

6.5.7.8. Alvará sanitário da sede da empresa licitante.

Conforme o Art. 21 - 4º da Lei nº 8.666/93, onde consta à DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES passará a data de 15/04/2015 mantendo-se os mesmos horários. Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no Edital.

Itapoá, 01 de abril de 2015.

FERNANDA CRISTINA ROSA

PRÉGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO

TERMO ADITIVO Nº 21/2015

TERMO ADITIVO Nº 21/2015 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 118/2014. (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Educação, a Sra. TEREZINHA FÁVARO DA SILVEIRA, portadora do CNPF/MF nº: 355.669.909-59 e do CI.RG. nº 2090978 SSP/PR e pelo Prefeito Municipal, o Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, de outro lado a Empresa SOLO ENGENHARIA LTDA, com sede à Rua Bracatinga, nº 25, CXP 100, Bairro: Lageado na cidade de Campo Alegre/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.743.714/0001-00 e Inscrição Estadual nº 255.378.181, representada neste ato por sócio, o Sr. TIAGO LUY, portador do CNPF/MF nº 045.957.139-75 e do CI.RG nº 4.358.866 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar a Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção de Cobertura em estrutura metálica galvanizada, com 772,40m², na quadra poliesportiva da Escola Municipal Euclides Emídio da Silva, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 14/2014 - PROCESSO Nº 141/2014, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 118/2014, em 90 (noventa) dias corridos contados a partir do dia 10/04/2015, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 118/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 118/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 01 de abril de 2015.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA SOLO ENGENHARIA LTDA TIAGO LUY
TEREZINHA FÁVARO DA SILVEIRA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	
Testemunhas:	
NOME: CNPJ/MF:	NOME: CNPJ/MF:

TERMO ADITIVO Nº20/2015 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 112/2014. (2º ADITIVO).

TERMO ADITIVO Nº20/2015 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 112/2014. (2º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 960, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Educação, Sra. TEREZINHA FÁVARO DA SILVEIRA, portadora do CNPF/MF nº: 355.669.909-59 e do CI.RG. nº 2090978 SSP/PR, e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e, de outro lado a Empresa DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP, com sede à Manoel de Arzão, nº 97, Bairro São José, na cidade Itapoá/SC, CEP:89.249-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.887.829/0001-12 e Inscrição Estadual nº 255.229.828, representada neste ato por sócio administrador, o Sr. JANUÁRIO LUIZ NUNES, portador do CNPF/MF nº 378.917.319-34 e do CI.RG nº 2/R 82332 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar a Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para a execução de 453,51m² de pavimentação em bloco sextavado, no pátio externo da Escola Ayrton Senna, no Balneário Jardim Pérola do Atlântico, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade CONVITE Nº 32/2014 - PROCESSO Nº 151/2014, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 112/2014, em 30 (trinta) dias corridos contados a partir do dia 02/04/2015, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 112/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado

no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 112/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 01 de abril de 2015.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP JANUÁRIO LUIZ NUNES
TEREZINHA FÁVARO DA SILVEIRA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	
Testemunhas:	
NOME: CNPJ/MF:	NOME: CNPJ/MF:

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 379, DE 30 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº. 379, de 30 de março de 2015

O Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, e de acordo com as Leis nº 1.967, de 17 de março de 2011 bem como suas alterações:

DECRETA

Art. 1º - Fica constituída e nomeada a COMISSÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE ITUPORANGA, para ser o órgão consultor da Prefeitura Municipal, com o fim de planejar, orientar e definir-se por intermédio de Parecer, sobre a concessão de incentivos econômicos e fiscais, objetivando o desenvolvimento econômico, ou tecnológico do Município.

§1º - A Comissão referida no "caput" deste Artigo, será composta por:

- I - Secretário do Desenvolvimento Econômico;
Ulisses Guimarães de Mello
 - VI - Um representante da Secretaria da Administração ligado ao Departamento de Obras;
Vilmar Schwambach
 - III - Um representante da Câmara de Vereadores de Ituporanga;
Antônio Dilson Mes
 - II - Um representante da Associação dos Engenheiros Civis da Região;
José Carlos Wiese
 - IV - Um representante da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Ituporanga - ACIAI;
Cássio Cristiano Vandresen
 - V - Um representante da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL;
Altair Vandresen
- §2º - A presente Comissão será Presidida pelo primeiro e Secretariada pelo segundo.

§ 3º - A Comissão reunir-se-á, sempre, que solicitada pelo Executivo Municipal, para exarar Parecer sobre petições de interessados na obtenção dos incentivos econômicos e fiscais, levando-se em conta o que estabelece a Legislação Federal, Estadual e a Lei Municipal nº 1.967, de 17.03.03 e deverá encaminhá-lo ao chefe do Poder Executivo Municipal para apreciação e homologação.

Art. 2º - À Comissão são delegados, por este Decreto, poderes para baixar todos os Atos necessários, ao fiel cumprimento dos objetivos, aos quais foi constituída.

Art. 3º - Os serviços prestados pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, serão considerados de relevante interesse público, serão gratuitos e seu mandato será por tempo indeterminado.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 5º - Fica revogado o Decreto nº 055, de 07 de maio de 2013, e demais disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 30 de março de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

ELMO PISETTA

Secretário da Administração

DECRETO Nº 380, DE 30 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº. 380, de 30 de março de 2015

O Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, e

Considerando que a Lei Federal nº 11.738, de 16 julho de 2008 que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público;

Considerando que mencionada a Lei tem abrangência obrigatória em todo o Território Nacional,

DECRETA

Art. 1º - Fixa o piso salarial dos Professores, Assistentes Técnicos Pedagógicos, ativos e pensionistas do Magistério Público Municipal, o qual passará a ser de R\$ 1.917,78 (um mil novecentos e dezessete reais e setenta e oito centavos).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2015.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 30 de março de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

SOLANGE APARECIDA GOEDERDT PETRY

Secretária da Educação

ELMO PISETTA

Secretário da Administração

DECRETO Nº 381, DE 31 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 381, de 31 de março de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, e de acordo com a Lei nº 2.601, de 31 de março de 2015, que Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências, que a Câmara Municipal aprovou e eu sancionei e Lei e promulgo o seguinte Decreto:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar abertura de Crédito Adicional Especial do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Art. 2º. Ficam alteradas as planilhas da Lei nº 2.588 de 17 de outubro de 2014 - Lei Orçamentária Anual, passando a vigor conforme o ANEXO I da presente Lei, do qual passará a fazer parte

integrante.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 31 de março de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município de Ituporanga

ELMO PISETTA

Secretário da Administração

DECRETO Nº 382, DE 31 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 382, de 31 de março de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, e de acordo com a Lei nº 2.602, de 31 de março de 2015, que Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências, que a Câmara Municipal aprovou e eu sancionei e Lei e promulgo o seguinte Decreto:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2015 do Município de Ituporanga/SC e consequente alteração no PPA Quadriênio 2014-2017 e LDO 2014 (LEI Nº 2.477, de 30 de setembro de 2013, LEI Nº 2.584, de 24 de novembro de 2014 e LEI Nº 2.588, de 17 de outubro de 2014) de um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), na dotação orçamentária.

Art. 2º. Fica alterada as planilha da Lei nº 2.588 de 17 de outubro de 2014 - Lei Orçamentária Anual, passando a vigor conforme o ANEXO I da presente Lei, do qual passará a fazer parte integrante.

Art. 3º. Os recursos para a realização da abertura dos créditos adicional especial, ficarão por conta da anulação parcial de dotação orçamentária, conforme relatório em anexo, nos termos do artigo 43, § 1º inciso III, da Lei 4.320/64 ("os provenientes de excesso de arrecadação") ficará por conta do excesso de arrecadação.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 31 de março de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município de Ituporanga

ELMO PISETTA

Secretário da Administração

DECRETO Nº 383, DE 31 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 383, de 31 de março de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, e de acordo com a Lei nº 2.603, de 31 de março de 2015, que Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências, que a Câmara Municipal aprovou e eu sancionei e Lei e promulgo o seguinte Decreto:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2015 do Município de Ituporanga/SC e consequente alteração no PPA Quadriênio 2014-2017 e LDO 2014 (LEI Nº 2.477, de 30 de setembro de 2013, LEI Nº 2.584, de 24 de novembro de 2014 e LEI Nº 2.588, de 17 de outubro de 2014) de um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 342.877,19 (trezentos e quarenta e dois mil, oitocentos e setenta e sete reais e dezenove centavos), na dotação orçamentária.

Art. 2º. Fica alterada as planilhas da Lei nº 2.588 de 17 de outubro de 2014 - Lei Orçamentária Anual, passando a vigor conforme o ANEXO I da presente Lei, do qual passará a fazer parte integrante.

Art. 3º. Os recursos para a realização da abertura de Crédito Adicional Suplementar, ficarão por conta da anulação parcial de dotação orçamentária, conforme relatório em anexo, nos termos do artigo 43, § 1º inciso III, da Lei 4.320/64 ("os provenientes de excesso de arrecadação") ficará por conta do excesso de arrecadação.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 31 de março de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município de Ituporanga

ELMO PISETTA
Secretário da Administração

LEI Nº 2.601, DE 31 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 2.601, de 31 de março de 2015

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências"

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar abertura de Crédito Adicional Especial do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Art. 2º. Ficam alteradas as planilhas da Lei nº 2.588 de 17 de outubro de 2014 - Lei Orçamentária Anual, passando a vigor conforme o ANEXO I da presente Lei, do qual passará a fazer parte integrante.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 31 de março de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município de Ituporanga

LEI Nº 2.602, DE 31 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 2.602, de 31 de março de 2015

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências"

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2015 do Município de Ituporanga/SC e consequente alteração no PPA Quadriênio 2014-2017 e LDO 2014 (LEI Nº 2.477, de 30 de setembro de 2013, LEI Nº 2.584, de 24 de novembro de 2014 e LEI Nº 2.588, de 17 de outubro de 2014) de um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), na dotação orçamentária.

Art. 2º. Fica alterada as planilha da Lei nº 2.588 de 17 de outubro de 2014 - Lei Orçamentária Anual, passando a vigor conforme o ANEXO I da presente Lei, do qual passará a fazer parte integrante.

Art. 3º. Os recursos para a realização da abertura dos créditos adicional especial, ficarão por conta da anulação parcial de dotação orçamentária, conforme relatório em anexo, nos termos do artigo 43, § 1º inciso III, da Lei 4.320/64 ("os provenientes de excesso de arrecadação") ficará por conta do excesso de arrecadação.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 31 de março de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município de Ituporanga

LEI Nº 2.603, DE 31 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 2.603, de 31 de março de 2015

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências"

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2015 do Município de Ituporanga/SC e consequente alteração no PPA Quadriênio 2014-2017 e LDO 2014 (LEI Nº 2.477, de 30 de setembro de 2013, LEI Nº 2.584, de 24 de novembro de 2014 e LEI Nº 2.588, de 17 de outubro de 2014) de um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 342.877,19 (trezentos e quarenta e dois mil, oitocentos e setenta e sete reais e dezenove centavos), na dotação orçamentária.

Art. 2º. Fica alterada as planilhas da Lei nº 2.588 de 17 de outubro de 2014 - Lei Orçamentária Anual, passando a vigor conforme o ANEXO I da presente Lei, do qual passará a fazer parte integrante.

Art. 3º. Os recursos para a realização da abertura de Crédito Adicional Suplementar, ficarão por conta da anulação parcial de dotação orçamentária, conforme relatório em anexo, nos termos do artigo 43, § 1º inciso III, da Lei 4.320/64 ("os provenientes de excesso de arrecadação") ficará por conta do excesso de arrecadação.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 31 de março de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município de Ituporanga

Joaçaba**PREFEITURA****914/2012 PMJ TA 05**

CONTRATO Nº 914/2012/PMJ - TA 05

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, e a empresa EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.178.641/0001-80, estabelecida na Rua Orlando Willi Lotermann, 390, Bairro Bela Vista, no Município de Joaçaba, SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Sr. Wilson da Rosa, portador do CPF nº 539.442.409-87 e CI nº 11/R 858.366, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 914/2012/PMJ, firmado em 22/03/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 34/2012/PMJ - Dispensa nº 4/2012/PMJ, homologado em 24/03/2012, cujo objeto é a execução e acompanhamento, com mão de obra especializada, pela CONTRATADA, de 74 unidades habitacionais, medindo 37,20 m2 cada, conforme especificações dos projetos de engenharia, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO**

O valor remanescente do contrato fica reajustado em 7,6791% relativo à variação do INPC (IBGE) no período de março de 2014 a fevereiro de 2015, em atendimento ao requerimento formal da CONTRATADA e de acordo com o parecer da Assessoria Jurídica do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 01 de abril de 2015.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
Prefeito

EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA
CONTRATADA
Wilson da Rosa

Testemunhas:

1 _____

2 _____

DECRETO Nº 4.748 DE 31 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4.748 DE 31 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica incluída na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015, a modalidade de aplicação abaixo indicada, conforme demonstrada no anexo de prioridades e metas constante da Lei:

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 1.015 - BLINV - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - FMS

Modalidade Aplicação: 4.4.50.00.00.00.00.00.01.0002

Modalidade Aplicação: 4.4.50.00.00.00.00.00.01.0038

Modalidade Aplicação: 4.4.50.00.00.00.00.00.03.0002

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional especial na importância de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) destinados a criar as modalidades de aplicação abaixo identificadas:

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 1.015 - BLINV - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - FMS

Modalidade Aplicação: 4.4.50.00.00.00.00.00.01.0002 Valor: R\$ 300.000,00

Modalidade Aplicação: 4.4.50.00.00.00.00.00.01.0038 Valor: R\$ 200.000,00

Modalidade Aplicação: 4.4.50.00.00.00.00.00.03.0002 Valor: R\$ 100.000,00

Art. 3º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a anular as dotações por modalidade de aplicação abaixo relacionadas, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais):

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.121 - BLGES:BLOCO DE GESTÃO DO SUS

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002

Valor: R\$ 300.000,00

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.124 - BLMAC:BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0038

Valor: R\$ 200.000,00

Art. 4º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), destinados à suplementação da dotação detalha no art. 2º desta Lei, pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 5º Fica autorizado o Executivo Municipal a efetuar a inclusão das novas modalidades de aplicação, conforme o art. 1º desta Lei no Plano Plurianual - PPA do Município de Joaçaba para o Quadriênio 2014-2017, aprovado pela Lei 4388/2013 de 23 de setembro de 2013 e na Lei Orçamentária Anual de 2.015 sob número LEI Nº 4567/2014 DE 23 de dezembro de 2014.

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 31 de março de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

:

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO 009/2015 - FME

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO 009/2015 - FME	Valor Fomento: R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) Cessão de Profissional de Educação Física: R\$ 25.810,02 (Vinte e cinco mil oitocentos e dez reais, e dois centavos) Total do termo de fomento: R\$ 75.810,02 (Setenta e cinco mil oitocentos e dez reais, e dois centavos)
Concedente: Fundo Municipal de Esportes CNPJ: 21.672.486/0001-84	Beneficiário: Associação Joaçabense de Voleibol - AJOV CNPJ: 01.823.720/0001-10
Objeto: O presente Termo de Fomento visa estabelecer bases em regime de mutua cooperação, para promover o repasse de recursos financeiros destinados ao pagamento de despesas conforme Plano de Trabalho, parte integrante deste Convênio, a ser executado pelo FOMENTADO	Previsão orçamentária: Proj./Atividade: 2128. Manutenção das Ativ. de Esportivas Modalidade Aplicação: 212 3.3.50.00.00.00.00.00.01.000 0.000000
Lei de Autorização: Nº 4.555 / 2014	Data: Joaçaba, 24 de março de 2015.
Superintendente: Rony Edson Lenz	Presidente: Luiz Carlos Pereira

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO 011/2015 - FME

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO 011/2015 - FME	VALOR: R\$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)
Concedente: Fundo Municipal de Esportes CNPJ: 21.672.486/0001-84	Beneficiário: Associação Regional dos Atletas com Deficiência do Meio Oeste Catarinense - ARAD CNPJ: 08.695.480/0001-64
Objeto: O presente Termo de Fomento visa estabelecer bases em regime de mutua cooperação, para promover o repasse de recursos financeiros destinados ao pagamento de despesas conforme Plano de Trabalho, parte integrante deste Convênio, a ser executado pelo FOMENTADO	Previsão orçamentária: Proj./Atividade: 2128. Manutenção das Ativ. de Esportivas Modalidade Aplicação: 212 3.3.50.00.00.00.00.00.01.000 0.000000
Lei de Autorização: Nº 4.555 / 2014	Data: Joaçaba, 24 de março de 2015.
Superintendente: Rony Edson Lenz	Presidente: Adão Cezar de Oliveira

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO PL 09/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 09/2015/FMS

O Secretário de Saúde Ademir Luiz Righi, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 09/2015/FMS - PP 07/2015 FMS, nos seguintes termos:

Objeto: o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.

Empresas Vencedoras:

1000MEDIC DISTR. IMP. EXP. DE MEDIC. LTDA

VALOR R\$ 41.009,00

A.G. KIENEN & CIA LTDA

VALOR R\$ 141.708,00

AGIL DISTRIB. DE MEDIC. LTDA-ME

VALOR R\$ 294.114,00

AGLON COM. E REPRES. LTDA

VALOR R\$ 89.775,00

ALTERMED LTDA

VALOR R\$ 233.011,00

ANDROMEDA DIST. DE MEDIC. LTDA

VALOR R\$ 2.850,00

ANGAI DIST. DE MEDIC. LTDA

VALOR R\$ 55.072,00

ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA

VALOR R\$ 96.848,80

CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA

VALOR R\$ 97.820,00

CIAMED DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA

VALOR R\$ 47.616,00

CIRURGICA SANTA CRUZ LTDA

VALOR R\$ 83.785,00

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

VALOR R\$ 81.705,00

CRISTALIA PROD. QUIM. FARMACEUTICO LTDA

VALOR R\$ 77.669,70

DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA

VALOR R\$ 37.173,00

DIMASTER COM. PROD. HOSPIT. LTDA

VALOR R\$ 241.895,00

DIMEVA DISTRIB. E IMPORT. LTDA

VALOR R\$ 145.153,00

EXTRA DISTRIB. DE MEDIC. E PROD. HOSP.

VALOR R\$ 26.438,00

HOSPFAR IND E COM DE PROD. HOSP. LTDA

VALOR R\$ 38.610,00

LICIMED DISTRIB DE MEDIC.

VALOR R\$ 50.843,40

MARCOFARMA DISTRIB DE PROD. FARM.

VALOR R\$ 34.705,00

MAURO MARCIANO COM. MEDIC. LTDA

VALOR R\$ 99.497,00

NUNESFARMA DIST. DE PROD. FARM.

VALOR R\$ 25.550,00

PROMEFARMA REPRES. CML LTDA

VALOR R\$ 187.009,90

PROSAUDE DIST DE MEDIC LTDA

VALOR R\$ 15.250,45

S&R DIST. LTDA

VALOR R\$ 32.895,00

WAM-MED DIST. DE MEDIC. LTDA

VALOR R\$ 24.838,80

FISCAL: SHEILA FERRI

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 27 de março de 2015.

Ademir Luiz Righi

Secretario- FMS

HOMOLOGAÇÃO 19/2015 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 19/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015/PMJ

O Secretário Municipal de Infraestrutura de Joaçaba, Venilton Rogério Teles, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 19/2015/PMJ.

- Modalidade: PP 10/2015/PMJ.

Objeto: o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de Concreto Asfáltico Usinado a Quente - C.A.U.Q., destinado às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do perímetro urbano do Município de Joaçaba (SC).

-Empresas Vencedoras:

BRITAGEM GASPAR LTDA

Valor Total: R\$ 311.400,00

Fiscal das Atas de Registro de Preços: JOSÉ MARTINS.

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 31 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Venilton Rogério Teles

Secretário de Infraestrutura

HOMOLOGAÇÃO PL 03/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 03/2015/FMS

O Secretário de Saúde Ademir Luiz Righi, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 03/2015/FMS - PP 02/2015 FMS, nos seguintes termos:

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios, água mineral, materiais de copa e cozinha e de acondicionamento/embalagens, destinados à manutenção das atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, NASF, ESF's e dos programas mantidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.

Empresas Vencedoras:

GUILHERME BRAGHIROLI-ME

VALOR R\$ 18.068,00

MERCADO E CONFECÇÕES SS DURIGON LTDA

VALOR R\$ 106.319,25

PRANDO E CARON LTDA

VALOR R\$ 26.432,00

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA-EPP

VALOR R\$ 3.454,30

FISCAIS: SANDRA REGINA PACHECO PINHEIRO, LUCIA SANTINI SARTORI MANTOVANI, MARINA CASTAGNA RODRIGUES.

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 01 de abril de 2015.
Ademir Luiz Righi
Secretario- FMS

LEI Nº 4.596 DE 31 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 4.596 DE 31 DE MARÇO DE 2015.

ALTERA DISPOSITIVO DAS LEIS MUNICIPAIS Nº 4.361 DE 05/08/2013 QUE TRATA DO PLANO PLURIANUAL PARA O QUADRÊNIO 2014 - 2017, LEI Nº 4536/2014 DE 28/10/2014 QUE TRATA A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E LEI Nº 4567/2014 DE 23/12/2014 QUE TRATA DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL E DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL, SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte Lei,
LEI :

Art. 1º - Fica incluída na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015, a modalidade de aplicação abaixo indicada, conforme demonstrada no anexo de prioridades e metas constante da Lei:

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 1.015 - BLINV - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - FMS

Modalidade Aplicação: 4.4.50.00.00.00.00.00.01.0002

Modalidade Aplicação: 4.4.50.00.00.00.00.00.01.0038

Modalidade Aplicação: 4.4.50.00.00.00.00.00.03.0002

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional especial na importância de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) destinados a criar as modalidades de aplicação abaixo identificadas:

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 1.015 - BLINV - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - FMS

Modalidade Aplicação: 4.4.50.00.00.00.00.00.01.0002 Valor: R\$ 300.000,00

Modalidade Aplicação: 4.4.50.00.00.00.00.00.01.0038 Valor: R\$ 200.000,00

Modalidade Aplicação: 4.4.50.00.00.00.00.00.03.0002 Valor: R\$ 100.000,00

Art. 3º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a anular as dotações por modalidade de aplicação abaixo relacionadas, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais):

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.121 - BLGES:BLOCO DE GESTÃO DO SUS
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002
Valor: R\$ 300.000,00

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.124 - BLMAC:BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0038

Valor: R\$ 200.000,00

Art. 4º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), destinados à suplementação da dotação detalha no art. 2º desta Lei, pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 5º Fica autorizado o Executivo Municipal a efetuar a inclusão das novas modalidades de aplicação, conforme o art. 1º desta Lei no Plano Plurianual - PPA do Município de Joaçaba para o Quadrênio 2014-2017, aprovado pela Lei 4388/2013 de 23 de setembro de 2013 e na Lei Orçamentária Anual de 2.015 sob número LEI Nº 4567/2014 DE 23 de dezembro de 2014.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 31 de março de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

:

LEI Nº 4.597 DE 31 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 4.597 DE 31 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NA LEI N. 4.561/2014 QUE TRATA DO TERMO DE CONVENIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC).

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º. Fica alterado o parágrafo único do artigo 2º, da Lei n.º 4.561/2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. (...)

Paragrafo Único. O valor a ser repassado pelo Fundo Municipal de Saúde será de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), a ser pago em parcela única no exercício de 2015.

Art. 2º - Os demais dispositivos permanecem inalterados

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Joaçaba, SC, 31 de março de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

PORTARIA N.º 4170

PORTARIA Nº 4.170 DE 31 DE MARÇO DE 2015

"ANULA PORTARIA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 109, da Lei Complementar n.º 76/2003 e alterações, resolve:

Art. 1º ANULAR A PORTARIA N.º 4.123/2015 na qual ACATA O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir da data de 20/03/2015, do(a) Sr.(a) MARCELEI APARECIDA DE OLIVEIRA RODRIGUES das funções de TÉCNICO DE ENFERMAGEM - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º

97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de Processo Seletivo n.º 04/2014/FMS, a qual não formalizou o pedido e continua em atividade.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 20 de março de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 31 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4171

PORTARIA Nº 4.171 DE 31 DE MARÇO DE 2015
"ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA do(a) Servidor(a) Sr.(a) VIVIAN PATRICIA DA SILVA FLAMIA, Professor Nível I (Licenciatura Plena), lotado na Secretaria Municipal de Educação - Centro Educacional Roberto Trompowsky - CERT, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 210 de 05 de dezembro de 2011, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a partir de 23 de março de 2015, em função do Edital de alteração de carga 001/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 23 de março de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 31 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4172

PORTARIA Nº 4.172 DE 31 DE MARÇO DE 2015
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) ANTONIO LUIZ MARIANO, Auxiliar de Serviços Internos, Classe "B-IX", para a Classe "C-I", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de

2010.

Joaçaba-SC, em 31 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4173

PORTARIA Nº 4.173 DE 31 DE MARÇO DE 2015
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) BERNABE LEITE, Auxiliar de Serviços Internos, Classe "K-IX", para a Classe "L-I", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 31 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4174

PORTARIA Nº 4.174 DE 31 DE MARÇO DE 2015
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) CLEITON SLAVIERO, Operador de Máquinas, Classe "C-II", para a Classe "C-III", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 31 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4175

PORTARIA Nº 4.175 DE 31 DE MARÇO DE 2015

“CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) MILTON GAGLIETTI, Motorista, Classe “B-VIII”, para a Classe “B-IX”, de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 31 de março de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4176

PORTARIA Nº 4.176 DE 31 DE MARÇO DE 2015

“CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) DIRCE MARIA CARPEGIANI GAVASSO, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura, Telefonista/Recepcionista, Classe “C-II”, para a Classe “C-III”, de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 31 de março de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4177

PORTARIA Nº 4.177 DE 31 DE MARÇO DE 2015

“CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) DORVALINO DE OLIVEIRA, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura, Auxiliar de Serviços Internos, Classe “A-VII”, para a Classe “A-VIII”, de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 31 de março de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4178

PORTARIA Nº 4.178 DE 31 DE MARÇO DE 2015

“CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) ERONI SCHLINDWEIN, Operador de Máquinas, Classe “B-IX”, para a Classe “C-I”, de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 31 de março de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4179

PORTARIA Nº 4.179 DE 31 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) HELLEN CHRISTIAN WIEST DABROWSKI, Técnico de Administração, Classe "C-V", para a Classe "C-VI", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 31 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4180

PORTARIA Nº 4.180 DE 31 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) LEONIR ALEXANDRETTI, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura, Carpinteiro, Classe "B-VIII", para a Classe "B-IX", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 31 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4181

PORTARIA Nº 4.181 DE 31 DE MARÇO DE 2015

"RETIFICA PORTARIA E CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR PORTARIA N.º 2.559/2014 na qual CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) MARCELO CARDOZO DA SILVA, Operador de Máquinas, Classe "B-IV", para a Classe "B-V", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Onde lê-se: Classe "B-IV", para a Classe "B-V", Leia-se: Classe "B-III", para a Classe "B-IV".

Art. 2º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) MARCELO CARDOZO DA SILVA, Operador de Máquinas, Classe "B-IV", para a Classe "B-V", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 31 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4182

PORTARIA Nº 4.182 DE 31 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) MAURO GARCIA DE VARGAS, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura, Operador de Máquinas, Classe "B-IX", para a Classe "C-I", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 31 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4183

PORTARIA Nº 4.183 DE 31 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) NEVIO CARRER, Operador de Máquinas, Classe "B-IX", para a Classe "C-I", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 31 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4184

PORTARIA Nº 4.184 DE 31 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) NILVO DE OLIVEIRA, Operador de Máquinas, Classe "E-VII", para a Classe "E-VIII", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 31 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4185

PORTARIA Nº 4.185 DE 31 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) PEDRO ALVADIR PEREIRA, Operador de Máquinas, Classe "C-I", para a Classe "C-II", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 31 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4186

PORTARIA Nº 4.186 DE 31 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) VALDECIR VALENTIN DAROLD, Motorista, Classe "B-VIII", para a Classe "B-IX", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 31 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4187

PORTARIA Nº 4.187 DE 31 DE MARÇO DE 2015

"RETIFICA PORTARIA E CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR PORTARIA N.º 2.557/2014 na qual CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) JORGE VIERA, Operador de Máquinas, Classe "B-VIII", para a Classe "B-IX", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Onde lê-se: Classe "B-VIII", para a Classe "B-IX", Leia-se: Classe "B-VII", para a Classe "B-VIII".

Art. 2º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) JORGE VIERA, Operador de Máquinas, Classe "B-VIII", para a Classe "B-IX", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 31 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

RESOLUÇÃO Nº 003/2015 - CMDCA

Resolução nº 003/2015

Cria a Comissão Eleitoral responsável pelo processo eleitoral para escolha dos membros do Conselho Tutelar - Eleições Unificadas 2015 - e dá outras providências.

CONSIDERANDO a Resolução nº 152/2012 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que dispõe sobre as diretrizes de transição para o primeiro processo de escolha unificado dos conselheiros tutelares em todo território nacional a partir da vigência da lei 12.696/12.

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 158/2007 e suas alterações.

CONSIDERANDO as atribuições privativas do Conselho Tutelar a fim de assegurar os direitos da criança e do adolescente, as quais preponderam sobre o princípio da legalidade;

CONSIDERANDO a Resolução nº 170/2012 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que dispõe sobre o processo de escolha em data unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho Tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes de Joaçaba, no uso das suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.995/93, resolve:

Art. 1º - Será responsável pela operacionalização do processo de

escolha dos Conselheiros Tutelares, a Comissão Eleitoral, constituída através da reunião do CMDCA ocorrida no dia 25.03.2015, com a seguinte composição: Aida Aparecida José da Silva, Samara Leorato, Daniela Bernardi Bortoli, Clarisse Simon, Cheila Sacchetti e Angela Dolores Beal Dariva.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 01 de abril de 2015.

Cheila Sacchetti

Presidente do Conselho Municipal de
Direitos da Criança e do Adolescente.

05/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 1/100

Número do Registro de Preços: 5/2015		Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Acetoprofilina - 25mg/5ml - xarope pediátrico - 120ml	FR	MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	CIMED	0	2,3900	1
			CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (6940)	CIMED	0	2,5630	2
			NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (8041)		0	2,6710	3
2	Acetoprofilina 50mg/5ml xpe adulto 120ml	FR	ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	CIMED	0	2,9700	1
			CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (6940)	CIMED	0	2,9900	2
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	HYPERMARCAS - BRAINF	0	3,4200	3
3	Acetato de Leoprololide 3,75 mg	AMP	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	SANDOZ	0	211,9000	1
4	Acetato de retinol (vit.A) 50.000UI/mL+ colecalciferol(Vit. D) 10.000UI/mL 10 ml	FR	1000MEDIC DISTR.IMP.EXP.DE MEDICAM.LTDA (6935)	TAKEDA	0	2,4930	1
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	SANOFI	0	6,6500	2
5	Acetazolamida 250mg	CP	ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	UNIAO QUIMICA	0	0,3300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 2/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016							
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Aciclovir - 200mg	CP	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	União Química	0	0,3670	2
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	UNIAO QUIMICA	0	0,4300	3
			ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA -EPP (7706)	UNIAO QUIMICA	0	0,0990	1
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	PRATI	0	0,1050	2
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	PRATI	0	0,1100	3
			MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	UNIÃO QUIMICA	0	0,1100	4
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Prati Donaduzzi	0	0,1130	5
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	PRATI	0	1,5500	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	PRATI DONADUZZI	0	1,5900	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Prati Donaduzzi	0	1,7530	3
7	Aciclovir - creme - 10g	TB	DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	PRATI	0	1,7800	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 3/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016										
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.										
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
8	Ácido Acetilsalicílico - 100mg - GENÉRICO - Lei nº 9.787, de 1999	CP	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	EMS	0	0,0570	1			
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	EMS	0	0,0580	2			
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	CMED	0	0,0700	3			
9	Ácido Fólico - 5mg	CP	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	NATULAB	0	0,0230	1			
			CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (6940)	NATULAB	0	0,0240	2			
			DIMASTER - COM. PROD. HOSPIT. LTDA (6696)	NATULAB	0	0,0250	3			
			MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	NATULAB	0	0,0250	4			
			10	Ácido Valpróico - cap. 250mg	CP	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (6940)	ABBOTT	0	0,1750	1
						A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	BIOLAB	0	0,2200	2
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	BIOLAB/RELTHY	0				0,2250	3			
11	ADENOSINA 3 MG/ML	AMP	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	HIPOLABOR	0	7,9800	1			

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 4/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016							
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Adrenalina - 1:1000	AMP	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	HIPOLABOR	0	8,2500	2
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	HIPOLABOR	0	9,0000	3
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	HIPOLABOR	0	1,1500	1
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	HIPOLABOR	0	1,1600	2
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	HIPOLABOR	0	1,2500	3
13	ADESIVO ANTITABAGISMO 7 MG CAIXA 7 UN	CX	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	GlaxoSmithKline	0	34,9790	1
14	ADESIVO ANTITABAGISMO 14 MG CAIXA 7 UN	CX	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	GLAXO	0	44,7500	2
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	GLAXO SMITHKLINE	0	46,5900	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	GlaxoSmithKline	0	36,6240	1
15	ADESIVO ANTITABAGISMO 21 MG CAIXA 7 UN	CX	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (7953)	glaxo	0	48,5000	1
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	GLAXO	0	49,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 5/100

Número do Registro de Preços: 5/2015								Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016	
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.											
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.				
16	Água de injeção - 5ml		A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	GSK	0	49,1600	3				
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	GLAXO	0	51,0000	4				
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	GLAXO SMITHKLINE	0	52,2500	5				
			AMP CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	ISOFARMA	0	0,1400	1				
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	ISOFARMA	0	0,1440	2				
17	Albendazol - com. 400mg		PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	ISOFARMA	0	0,1640	3				
			CP CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	PRATI D.	0	0,9000	1				
18	Albendazol líquido - 40mg/ml - 10ml		MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	GEOLAB	0	1,8500	2				
			FR DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	PRATI	0	0,9500	1				
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	PRATI	0	0,9540	2				
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	PRATI	0	0,9600	3				

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 6/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016							
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	ALENDRONATO DE SÓDIO - 70 MG	CP	CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	TEUTO	0	1,0450	4
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Prati Donaduzzi	0	1,0700	5
			DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	DELTA	0	0,3200	1
			MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	DELTA	0	0,3250	2
			CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	UCI FARMA	0	0,3340	3
			DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	SANVAL	0	0,0400	1
20	ALOPURINOL 100 MG	CP	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	SANVAL	0	0,0440	2
			CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	SANVAL	0	0,0450	3
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	PRATI DONADUZZI	0	0,1000	1
21	Alopurinol - 300mg	CP	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	PRATI DONADUZZI	0	0,1060	2
			MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	PRATI	0	0,1090	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 7/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016							
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Prati Donaduzzi	0	0,1150	4
23	Amantadina 100 mg	CP	LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS (7470)	EUROFARMA	0	0,3400	1
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	EUROFARMA	0	0,5690	2
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	MOMENTA	0	0,5900	3
24	Ambroxol 15mg/5ml - xarope infantil - 100ml	FR	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	HIPOLABOR	0	0,9200	1
			CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	NATIVITA	0	0,9300	2
			DIMASTER - COM. PROD. HOSPIT. LTDA (6696)	HIPOLABOR	0	0,9800	3
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	HIPOLABOR	0	0,9800	4
			DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	FARMACE	0	0,9900	5
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7573)	FARMACE	0	1,0240	6
25	Ambroxol 30mg/5ml - xarope adulto - 100ml	FR	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	HIPOLABOR	0	0,8800	1
			DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	FARMACE	0	0,8900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 8/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016							
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
26	Aminofilina - com. 100mg - Genérico Lei 9787/99	CP	DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	NATULAB	0	0,9800	3
			ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (7706)	VITAPAN	0	0,0290	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Vitapan	0	0,0300	2
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7573)	VITAPAN	0	0,0310	3
			DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	HIPOLABOR	0	0,6800	1
27	AMINOFLINA 240MG/10 ML - INJETÁVEL	AMP	A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	TEUTO	0	0,6900	2
			WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7821)	TEUTO	0	0,7690	3
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	TEUTO	0	0,8000	4
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	farmace	0	0,8210	5
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	GEOLAB	0	0,2250	1
28	Amiodarona - 200mg	CP	DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	GEOLAB	0	0,2300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 9/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016							
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	GEOLAB	0	0,2340	3
			MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	GEOLAB	0	0,2390	4
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	GEOLAB	0	0,2480	5
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	GEOLAB	0	0,2550	6
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7573)	GEOLAB	0	0,2560	7
29	AMIODARONA 150 MG/3ML	AMP	A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	HIPOLABOR	0	1,5900	1
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	HIPOLABOR	0	1,6000	2
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	HIPOLABOR	0	1,8000	3
			DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	HIPOLABOR	0	1,8900	4
			DAMED I DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	hipolabor	0	1,9030	5
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	HIPOLABOR	0	1,9300	6
30	Amitriptilina - 25mg	CP	ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	TEUTO	0	0,0380	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 10/100

Número do Registro de Preços: 5/2015			Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7821)	TEUTO	0	0,0390	2
			NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (8041)		0	0,0420	3
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	HYPERMARCAS	0	0,0420	4
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	SANDOZ	0	0,7990	1
31	Amoxicilina + Ácido Clavulâmico 500/125mg - GENÉRICO - Lei nº 9.787, de 1999	CP					
			DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	EMS	0	0.8000	2
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	SANDOZ	0	0.8500	3
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	SANDOZ	0	5,0900	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	SANDOZ	0	5,1000	2
			NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (8041)		0	5,3290	3
			DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	PRATI	0	0,1900	1
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	prati	0	0,1930	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 11/100

Número do Registro de Preços: 5/2015		Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
34	Amoxicilina susp. Oral - 250mg/5ml - 60ml - GENÉRICO - Lei nº 9.787, de 1999	FR	DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	PRATI	0	1,6900	1
			ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	PRATI	0	1,8320	2
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	PRATI DONADUZZI	0	1,9000	3
35	Ampicilina 500 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999	QP	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	PRATI DONADUZZI	0	0,1230	1
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	PRATI	0	0,1240	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Prati Donaduzzi	0	0,1370	3
36	Anlodipino 5 mg GENÉRICO	QP	WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7821)	TEUTO	0	0,0220	1
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	TEUTO	0	0,0250	2
			ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	TEUTO	0	0,0250	3
			NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (8041)		0	0,0290	4
37	Atenolol - 50mg - GENÉRICO - Lei nº 9.787, de 1999	QP	CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	PRATI D.	0	0,0290	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	PRATI DONADUZZI	0	0,0300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 12/100

Número do Registro de Preços: 5/2015			Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
38	Atenolol - 100mg - GENÉRICO - Lei nº 9.787, de 1999	CP	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	PRATI	0	0,0320	3
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	TEUTO	0	0,0350	1
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	PRATI	0	0,0380	2
			MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	PRATI	0	0,0390	3
39	ATORVASTATINA 20 MG	CP	ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	EMS	0	0,3400	1
			ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	EMS	0	0,3670	2
			DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	EMS	0	0,4000	3
40	ATROPINA 0,25 MG/ML	AMP	ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	ISOFARMA	0	0,2400	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Isofarma	0	0,2970	2
			DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	ISOFARMA	0	0,3360	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 13/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.
41	Azitromicina 500 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999 Acondicionado de forma unitária, constando em cada unidade de CP delimitada por plicote a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade.	CP	DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	PRATI	0	0,6400
42	Azitromicina susp. Oral - 40mg/ml - 15ml - 600mg - GENÉRICO - Lei nº 9.787, de 1999	FR	DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	PRATI	0	2,5900
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	PRATI	0	2,7500
			MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	PRATI	0	2,7900
43	Beclometasona aerosol 250mcg/dose 200 doses	FR	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	CHIESI	0	39,9400
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	CHIESI	0	39,9500
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	CHIESI	0	44,0000
44	Beclometasona nasal aquoso 50mcg 130 doses 20 ml	FR	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	CHIESI	0	17,6000
			CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (6940)	GLAXO	0	19,0000
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	GlaxoSmithKline	0	20,4200

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 14/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
45	BECLOMETASONA 400 MCG/DOSE INALAÇÃO ORAL-CAPSULA	CP	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	NOVARTIS	0	0,5100
46	Benzilpenicilina Benzatina - pó p/ sol. Inj. - 1.200.000UI - GENÉRICO - Lei nº 9.787, de 1999	FR	ANGIOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	NOVARTIS	0	0,5800
			CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	EUROFARMA	0	8,4900
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	EUROFARMA	0	8,5000
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	EUROFARMA	0	9,8000
47	Benzilpenicilina Benzatina - pó p/ sol. Inj. - 600.000UI - GENÉRICO - Lei nº 9.787, de 1999	FR	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	EUROFARMA	0	7,9000
48	Benzoato de Benzila - 25% - sol. 0,25 - 60ml	FR	CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	IFAL	0	1,3400
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Santa Terezinha	0	1,6100
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	SANTA TEREZINHA	0	1,8000
49	BETAISTINA 8MG	UN	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (7953)	eurofarma	0	0,2100
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	eurofarma	0	0,2440

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

<div> <div>Número do Registro de Preços: 5/2015</div> <div>Data do Registro: 27/03/2015</div> <div>Válido até: 27/03/2016</div> </div> <div>Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.</div>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
50	BETAMETASONA, DIPROPIONATO 5MG+BETAMETASONA, FOSFATO DISSODICO 2MG	AMP	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	EUOFARMA	0	0,2500	3
			MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	PHARLAB	0	2,8600	1
			DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	PHARLAB	0	2,8900	2
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	LEGRAND	0	2,9500	3
			ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	LEGRAND	0	3,0250	4
51	Biperideno - com. 2mg	CP	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA (7577)	cristalia	0	0,1650	1
			DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	CRISTALIA	0	0,1950	2
			CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	CRISTALIA	0	0,2100	3
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	CRISTALIA	0	0,2100	4
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	CRISTALIA	0	0,2100	5
52	Bisoprolol, furamato 5 mg	CP	ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	EMS	0	0,2400	1
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	EMS	0	0,3000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 16/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016							
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
53	Bromazepan 3mg GENÉRICO LEI 9787/1999	CP	ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	EMS	0	0,3200	3
			WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7821)	TEUTO	0	0,0410	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	TEUTO	0	0,0500	2
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	TEUTO	0	0,0500	3
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	TEUTO	0	0,0540	4
54	Brometo de Ipratropio - sol. p/ inalação - gotas - 20ml	FR	ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	TEUTO	0	0,0540	5
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	HIPOLABOR	0	0,5650	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	HIPOLABOR	0	0,5690	2
			CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	TEUTO	0	0,5950	3
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	HIPOLABOR	0	0,6500	4
			WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7821)	TEUTO	0	0,6590	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 17/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016							
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
55	Bromidrato de Fenoterol - 5mg/ml - gts - 20ml	FR	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7573)	TEUTO	0	1,3800	1
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	hipolabor	0	1,3900	2
			ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	HIPOLABOR	0	1,4000	3
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	HIPOLABOR	0	1,4300	4
			CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	HIPOLABOR	0	1,4590	5
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	HIPOLABOR	0	1,5500	6
56	Bromoprida - 10mg	CP	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	PRATI	0	0,0930	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	PRATI DONADUZZI	0	0,0940	2
			MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	PRATI	0	0,0990	3
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	PRATI	0	0,1000	4
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	PRATH-DONADUZZI	0	0,1000	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 18/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Prati Donaduzzi	0	0,1010
57	Bromoprida - 4mg/ml - gotas - 20ml	FR	ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	MARIOL	0	0,8300
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	MARIOL	0	0,8400
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	MARIOL	0	0,9500
58	Budesonida aerossol nasal 32mcg	FR	LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS (7470)	EUROFARMA	0	9,6000
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	BIOSINTETICA	0	14,1000
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	BIOSINTETICA	0	14,2500
59	BUPROPIONA 150 MG - GENÉRICO (LEI 9787/99)	CP	A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	EMS	0	0,3750
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	EMS	0	0,3800
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	EMS	0	0,4500
60	Captopril - 25mg - GENÉRICO - Lei nº 9.787, de 1999	CP	S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	TEUTO	0	0,0130

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 19/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016							
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	CAPTOPRIL 50 MG - GENÉRICO LEI Nº9787/1999	CP	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	TEUTO	0	0,0140	2
			DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	TEUTO	0	0,0150	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Teuto	0	0,0150	4
			MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	TEUTO	0	0,0150	5
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	PRATI DONADUZZI	0	0,0280	1
			MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	PHARLAB	0	0,0300	2
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	PRATI	0	0,0320	3
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	PRATI-DONADUZZI	0	0,0320	4
			ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	PRATI	0	0,0330	5
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	TEUTO	0	0,0700	1
62	Carbamazepina 200 mg Genérico Lei 9787/1999	CP	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	TEUTO	0	0,0710	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 20/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016							
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
63	Carbamazepina 2% solução oral 100 ml Genérico Lei 9787/1999	FR	A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	BRAINFARMA	0	0,0720	3
			WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7821)	TEUTO	0	0,0810	4
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (7953)	medley	0	3,4000	1
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	MEDLEY	0	3,5000	2
65	Carbonato de Lítio 300 mg Genérico Lei 9787/1999	CP	A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	MEDLEY	0	4,3500	3
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	HIPOLABOR	0	0,0900	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	HIPOLABOR	0	0,0980	2
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	HIPOLABOR	0	0,1000	3
66	Carbonato de lítio CR 450 mg	CP	LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS (7470)	EUROFARMA	0	0,9100	1
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	EUROFARMA	0	1,1700	2
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	EUROFARMA	0	1,1800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 21/100

Número do Registro de Preços: 5/2015		Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
67	CARVEDILOL 3,125 MG - GENERICO LEI 9787/1999	CP	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Torrent	0	0,0700	1
			ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	EMS	0	0,1280	2
			EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS (7718)	GERMED	0	0,1900	3
68	CARDIVELOL 12,5 MG GENÉRICO LEI 9787/1999	CP	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Torrent	0	0,1000	1
			ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	EMS	0	0,2350	2
			EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS (7718)	GERMED	0	0,2550	3
69	Cefalexina - 500mg - GENÉRICO - Lei nº 9.787, de 1999	CP	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	TEUTO	0	0,1490	1
			DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	TEUTO	0	0,1500	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Teuto	0	0,1550	3
			EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS (7718)	RANBAXY	0	0,1600	4
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	TEUTO	0	0,1650	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 22/100

Número do Registro de Preços: 5/2015			Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
70	Cefalexina - 250mg/5ml - susp. Oral - 60ml - GENÉRICO - Lei nº 9.787, de 1999	FR	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	TEUTO	0	2,7300	1
			WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7821)	TEUTO	0	2,7400	2
			MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	TEUTO	0	2,8600	3
71	Ceftriaxona 1g IM + Lidocaína Genérico Lei 9787/1999	FR	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	EUROFARMA	0	7,3000	1
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	EUROFARMA	0	7,3400	2
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (7953)		0	8,0000	3
72	CETOCONAZOL CREME 30 G- GENÉRICO LEI 9787/1999	TB	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	HIPOLABOR	0	1,0000	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	HIPOLABOR	0	1,0400	2
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	SOBRAL	0	1,1800	3
73	CETOPROFENO 100MG INJETAVEL IV PÓ 2 ML	AMP	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	UNIÃO QUIMICA	0	2,7000	1
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	UNIAO QUIMICA	0	2,8900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 23/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016							
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
74	CETOPROFENO 100 MG	CP	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	UNIÃO QUIMICA	0	3,0000	3
			CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA (7577)		0	3,0000	4
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	UNIAO QUIMICA	0	3,0500	5
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (7953)	medley	0	0,3990	1
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	MEDLEY	0	0,4000	2
75	CETOPROFENO 100 MG INJETAVEL IM 2 ML	AMP	DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	medley	0	0,5110	3
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	UNIAO QUIMICA	0	1,3900	1
			CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA (7577)		0	1,4000	2
			DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	U.QUIMICA	0	1,6900	3
			LICMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS (7470)	EUROFARMA	0	0,1420	1
76	CICLOBENZAPRINA 10 MG ACONDICIONADO DE FORMA UNITARIA, CONSTANDO EM CADA UNIDADE DE CP DELIMITADA POR PICOTE A SEGUINTE INFORMAÇÃO: NOME DO PRINCIPIO ATIVO, DOSAGEM, LOTE E VALIDADE.	CP	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (7953)		0	0,2000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 24/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	BIOSINTETICA	0	0,2300
						3
77	Cilostazol - 100mg	CP	CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	BIOLAB	0	0,3990
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	EUROFAMA	0	0,4000
			LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS (7470)	EUROFARMA	0	0,4070
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	EUROFARMA	0	0,4200
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	euofarma	0	0,4450
						5
78	Cinarizina - 25mg	CP	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	NEO QUIMICA/HYPERMAR	0	0,0490
			NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (8041)		0	0,0500
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	HYPERMARCAS	0	0,0540
						3
79	Cinarizina - 75mg	CP	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	HYPERMARCAS - BRAINF	0	0,0770
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	NEO QUIMICA/HYPERMAR	0	0,0780
						2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 25/100

Número do Registro de Preços: 5/2015			Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
80	Ciprofloxacino - com. 500mg - GENÉRICO - Lei nº 9.787, de 1999. ACONDICIONADO DE FORMA UNITARIA, CONSTANDO EM CADA UNIDADE DE CP DELIMITADA POR PICOTE A SEQUINTE INFORMAÇÃO: NOME DO PRINCIPIO ATIVO, DOSAGEM, LOTE E VALIDADE.	CP	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	NEO Q/HYP/BRAIN	0	0,0880	3
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	HYPERMARCAS	0	0,0900	4
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	BRAINFARMA	0	0,0900	5
			NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (8041)		0	0,0910	6
			DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	PRATI	0	0,2900	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Genérico	0	3,1670	2
81	Citalopran 20 mg Genérico Lei 9787/1999	CP	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Torrent	0	0,1300	1
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	ZYDUS	0	0,1320	2
			ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	AUROBINDO	0	0,1390	3
			CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA (7577)		0	0,1460	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 26/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016									
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	ZYDUS	0	0,1540	5		
82	Clarithromicina - 500mg - GENÉRICO - Lei nº 9.787, de 1999	CP	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Pharlab	0	0,7630	1		
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	EMS	0	0,9300	2		
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	EMS	0	1,3000	3		
83	Clindamicina 300mg (GENÉRICO Lei 9787/1999)	CP	S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	TEUTO	0	0,7190	1		
84	Clonazepan 2 mg Genérico Lei 9787/1999	CP	ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	EMS	0	0,0660	1		
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	EMS	0	0,0670	2		
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	EMS	0	0,0780	3		
85	Clonazepan 2,5 mg/ml Genérico Lei 9787/1999	FR	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	HIPOLABOR	0	1,3500	1		
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	HIPOLABOR	0	1,3900	2		
			ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	HIPOLABOR	0	1,3990	3		
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	HIPOLABOR	0	1,4700	4		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 27/100

Número do Registro de Preços: 5/2015								Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016	
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.											
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.				
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	HIPOLABOR	0	1,6000	5				
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	HIPOLABOR	0	1,6000	6				
			CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	HIPOLABOR	0	1,6500	7				
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (7953)		0	1,6500	8				
86	CLONAZEPAM 0,25 MG SUBLINGUAL	CP	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS (7718)	ROCHE	0	0,1580	1				
87	Clopidogrel - 75mg	CP	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	SANDOZ	0	0,3590	1				
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	SANDOZ	0	0,3600	2				
			DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	ACTAVIS	0	0,3700	3				
			NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (8041)		0	0,3880	4				
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	EMS	0	0,3900	5				
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	SANDOZ	0	0,3900	6				

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 28/100

Número do Registro de Preços: 5/2015			Data do Registro: 27/03/2015			Válido até: 27/03/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
88	Cloranfenicol Sol. Oft. 10 ml	FR	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (7953)	allergan	0	8,0000	1	
89	CLORPROPAMIDA 250 MG	CP	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	PFIZER	0	0,3690	1	
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	PFIZER	0	0,3800	2	
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	PFIZER	0	0,3800	3	
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	PFIZER	0	0,3940	4	
90	CLORETO DE POTASSIO 10% INJETAVEL, AMPOLA 10 ML	AMP	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	ISO FARMA	0	0,1950	1	
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	ISO FARMA	0	0,2190	2	
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	ISO FARMA	0	0,2200	3	
91	CLORETO DE SÓDIO SOL.NASAL 0,9% SEM CONSERVANTES - C/15 ML	FR	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Medquimica	0	0,6900	1	
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	MEDQUIMICA	0	0,7000	2	
			MARCO FARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	NATULAB	0	2,6000	3	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 29/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
92	Clorpromazina 25mg	CP	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA (7577)	cristalia	0	0,1740
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	CRISTALIA	0	0,2000
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	CRISTALIA	0	0,2100
93	CLORPROMAZINA 100 MG	CP	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA (7577)	cristalia	0	0,2080
			MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	UNIÃO QUIMICA	0	0,2090
94	CLORPROMAZINA 25mg/5ml INJETÁVEL	AMP	DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	CRISTALIA	0	0,2090
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Hypofarma	0	1,1000
95	Clortalidona 12,5 mg	CP	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA (7577)		0	1,1200
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	cristalia	0	189,0000
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	EMS	0	0,0770
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	EMS	0	0,0820

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 30/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016							
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
96	CLOXAZOLAM 2 MG	CP	DAMED I DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	ems	0	0,0850	3
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	EUROFARMA	0	0,2500	1
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	SANDOZ	0	0,2800	2
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (7953)		0	0,2800	3
97	Codeína 30 mg	CP	CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	EUROFARMA	0	0,2980	4
			CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA (7577)	cristalia	0	0,5770	1
			CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	CRISTALIA	0	0,8000	2
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	CRISTALIA	0	0,8200	3
98	Colchicina - com. 0.5mg	CP	ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	GEOLAB	0	0,1500	1
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	UCI	0	0,1950	2
			CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	MULTILAB	0	0,2230	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 31/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
99	Complexo B	CP	MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	VITAMED	0	0,0360
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	VITAMED	0	0,0370
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	VITAMED	0	0,0400
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	NATULAB	0	0,0400
			CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	VITAMED	0	0,0400
100	Complexo B - gts 20ml	FR	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	NATULAB	0	1,3100
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Belfar	0	1,3190
			CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (6940)	NATULAB	0	1,4380
101	DALIGATRANO 110 MG	CP	HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (8042)	boehringer	0	2,8230
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	BOEHRINGER	0	2,9800

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 32/100

Número do Registro de Preços: 5/2015			Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
102	DEFLAZACORTE 30 MG - GENÉRICO LEI 9787/1999	CP	A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	BOEHRINGER	0	3,1200	3
				EMS	0	1,7800	1
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	EMS	0	1,8500	2
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	novaquimica	0	2,5660	3
103	DESLANOSIDEO 0,4 MG/2 ML INJETAVEL, IV	AMP	ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	UNIAO QUIMICA	0	1,1500	1
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	UNIAO QUIMICA	0	1,1600	2
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	UNIAO QUIMICA	0	1,2200	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	União Química	0	1,2430	4
104	DESLANOSIDEO 0,4 MG/2 ML INJETAVEL, IM	AMP	ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	UNIAO QUIMICA	0	1,1300	1
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	UNIAO QUIMICA	0	1,1400	2
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	UNIAO QUIMICA	0	1,1600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 33/100

Número do Registro de Preços: 5/2015			Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
105	Desvenlafaxina, monodratado 50mg	CP	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	União Química	0	1,2430	4
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	WYETH	0	3.5000	1
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	WYETH	0	3.5300	2
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (7953)		0	3.5500	3
106	DEXAMETASONA 4 MG	CP	MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	TEUTO	0	0,1200	1
			DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	TEUTO	0	0,1240	2
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7573)	TEUTO	0	0,1600	3
107	DEXAMETASONA COLIRIO 0,1% C/5 ML	FR	AGLON COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA (6680)	MAXIDEX-ALCON/NOVARTO		4,5000	1
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	ache	0	4,5900	2
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	UNIAO QUIMICA	0	4,6500	3
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	UNIÃO QUIMICA	0	4,7970	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 34/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
108	Dexametasona - creme 0,001 - 10g	TB	MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	MULTILAB	0	0,5800
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	TEUTO	0	0,5850
			ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (7706)	TEUTO	0	0,6000
			CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	MULTILAB	0	0,6100
			DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	PRATI	0	0,6400
109	DEXAMETASONA + DIPIRONA+VIT B12	AMP	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	EUROFARMA	0	9,7900
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	EUROFARMA	0	9,8000
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	EUROFARMA	0	9,9500
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	EUROFARMA	0	10,2100
110	DEXAMETASONA 2MG/ML - I ML	AMP	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	FARMACE	0	0,5800
			DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	FARMACE	0	0,8900

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 35/100

Número do Registro de Preços: 5/2015			Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
111	Dexclorfeniramina - com. 2mg	CP	ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	HIPOLABOR	0	0,9200	3
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	GEOLAB	0	0,0540	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7573)	GEOLAB	0	0,0560	2
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	GEOLAB	0	0,0670	3
112	DEXCLORFENIRAMINA SUSP. ORAL 120 ML	FR	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	NATULAB	0	0,8760	1
			CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (6940)	NATULAB	0	0,9250	2
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	HIPOLABOR	0	0,9500	3
113	DEXTRANO 70, HIPROMELOSE LUBRIFICANTE OFTÁLMICO	FR	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	LATINOFARMA	0	10,5900	1
			ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	LATINO	0	11,0760	2
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	LATINOFARMA	0	11,8500	3
114	Diazepam 5mg/mL com 2mL	AMP	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	SANTISA	0	0,6500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 36/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
115	Diazepan 10 mg Genérico Lei 9787/1999	CP	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Santisa	0	0,6920
			CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	SANTISA	0	0,7000
			WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7821)	SANTISA	0	0,0360
			CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA (7577)		0	0,0410
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	NEO QUIMICA HYPERMAR	0	0,0410
116	Diclofenaco de sódio 50mg+Carisoprodo 125mg+Paracetamol 300mg+cafeina 30 mg	CP	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	HYPERMARCAS	0	0,0440
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	TEUTO	0	0,1210
117	Diclofenaco de potássio - 50mg - ACONDICIONADO DE FORMA UNITARIA, CONSTANDO EM CADA UNIDADE DE CP DELIMITADA POR PICOTE A SEGUINTE INFORMAÇÃO: NOME DO PRINCIPIO ATIVO, DOSAGEM, LOTE E VALIDADE.	CP	ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	GEOLAB	0	0,1350
			ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	EMS	0	0,1400
			DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	PRATI	0	0,0780

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 37/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
118	Diclofenaco - emulgel - 60g	TB	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (7953)	neoquímica	0	2,0900
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	PRATI	0	2,1000
			MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	UNIÃO QUÍMICA	0	2,4900
119	Diclofenaco - 75mg/3ml -	AMP	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	TEUTO	0	0,4500
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	TEUTO	0	0,4600
			WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7821)	TEUTO	0	0,4750
			MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	TEUTO	0	0,5200
120	Digoxina 0,25 mg Genérico - Lei 9787/1999	QP	DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	PHARLAB	0	0,0310
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	PHARLAB	0	0,0320
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	PHARLAB	0	0,0340
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7573)	PHARLAB	0	0,0350

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 38/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretária Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
121	Diltiazem - 60mg	CP	MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	PHARLAB	0	0,0350
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Vitapan	0	0,0350
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	TEUTO	0	0,1150
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	TEUTO	0	0,1190
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	NOVA QUIMICA	0	0,1300
122	Dimedrinato 25mg/ml+ Piridoxina, cloridrato 5mg/ml gotas 20 ml	FR	1000MEDIC DISTR.IMP.EXP.DE MEDICAM.LTDA (6935)	TAKEDA	0	2,2000
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	VITAPAN	0	2,4500
123	DIMENIDRATO 3MG/ML+PIRIDOXINA 5MG/ML+GLICOSE 100MG/ML+FRUTOSE 100ML, INJETAVEL, IV	AMP	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	VITAPAN	0	2,5000
			1000MEDIC DISTR.IMP.EXP.DE MEDICAM.LTDA (6935)	TAKEDA	0	2,1200
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	TAKEDA	0	2,3500
			EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS (7718)	TAKEDA	0	2,4700

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 39/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretária Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
124	Dimedrinato, clor. Piridoxina 50mg/50mg IM 1 ml	AMP	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	UNIÃO QUIMICA	0	1,1900
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	UNIAO QUIMICA	0	1,2000
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	UNIÃO QUIMICA	0	1,3000
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	UNIAO QUIMICA	0	1,3600
125	DIMETICONA 40 MG	CP	S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	BELFAR	0	0,0570
			ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (7706)	BELFAR	0	0,0640
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	PRATI	0	0,0660
126	DIMETICONA 75 MG/ML C/15 ML GOTAS	FR	MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	PRATI	0	0,8490
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	PRATI	0	0,8900
127	DIOSMINA + HESPERIDINA 450/50 MG	CP	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	HYPERMARCAS - BRAINF	0	0,2030
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	HYPERMARCAS	0	0,2040

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 40/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	BRAINFARMA	0	0,2200
						3
128	Dipirona - 500mg	CP	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	SOBRAL	0	0,0600
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	PRATI DONADUZZI	0	0,0620
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	PRATI-DONADUZZI	0	0,0690
			DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	PRATI	0	0,0690
			ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	CIFARMA	0	0,0690
						5
129	Dipirona - 500mg/2ml - 2ml	AMP	ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	TEUTO	0	0,4500
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	TEUTO	0	0,4890
			WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7821)	TEUTO	0	0,4950
						3
130	Dipirona - gts - 500mg/ml - 10ml	FR	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	NATULAB	0	0,4500
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7573)	FARMACE	0	0,4550
						2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 41/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretária Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.
			ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (7706)	FARMACE	0	0,4700
			CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (6940)	NATULAB	0	0,4990
			ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	MARIOAL	0	0,5120
			DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	FARMACE	0	0,5190
			MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	NATULAB	0	0,5200
131	DISSULFIRAM 250 MG	CP	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	SANOFI	0	0,2690
			WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA. (7663)		0	0,2700
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	SANOFI	0	0,2700
132	Divalproato de sódio 250mg GENÉRICO Lei 9787/1999	CP	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (6940)	ABBOTT	0	0,3630
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	ZYDUS	0	0,4400
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	ZYDUS	0	0,4450

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 42/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretária Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
133	DOPAMINA 5MG/ML INJETAVEL	AMP	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Teuto	0	0,8000
135	Dorzolamida 2%, cloridrato + Timolol 0,5%, maleato 5mL solução oftálmica	FR	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	TEUTO	0	0,8500
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	UNIAO QUIMICA	0	1,0500
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	TEUTO	0	17,1800
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	TEUTO	0	26,5000
			ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	TEUTO	0	27,9180
136	Doxazosina 2mg Genérico Lei 9787/1999	CP	ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	EMS	0	0,0850
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	EMS	0	0,0900
			LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS (7470)	EUROFARMA	0	0,0930
137	DROPROPIZINA 1,5MG/ML 120ML INFANTIL	FR	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (7953)	nequimica	0	2,4000
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	HYPERMARCAS	0	2,4400

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 43/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
138	DROPROPIZINA 3MG/ML 120 ML ADULTO	FR	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	HYPERMARCAS	0	2,4600
			NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (8041)		0	2,7500
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	nequímica	0	2,8000
			NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (8041)	brainfarma	0	2,7750
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	HYPERMARCAS	0	2,9500
139	Doxiciclina 100mg	CP	S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	HYPERMARCAS	0	3,1050
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	TEUTO	0	0,0750
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	PHARLAB	0	0,0820
140	DULOXETINA 30MG	UN	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	PHARLAB	0	0,0840
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	EMS	0	1,0500
			ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	EMS	0	1,0950

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016							
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretária Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
141	Enalapril 5mg GENÉRICO Lei 9787/1999	CP	PROFARMA SPECIALTY S.A (7952)		0	1,2300	3
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	TEUTO	0	0,0540	1
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	TEUTO	0	0,0600	2
			EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS (7718)	GERMED	0	0,0630	3
142	Enalapril 10 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999	CP	DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	HYPERMARCAS	0	0,0430	1
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	HYPERMARCAS - BRAINF	0	0,0440	2
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	HYPERMARCAS	0	0,0470	3
			WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7821)	TEUTO	0	0,0490	4
143	enalapril- 20 mg - genérico lei nr 9787/1999	CP	DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	TEUTO	0	0,0490	1
			WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7821)	TEUTO	0	0,0530	2
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7573)	VITAPAN	0	0,0530	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 45/100

Número do Registro de Preços: 5/2015			Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
145	ESCITALOPRAM 20MG	UN	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	EMS	0	0,4000	1
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	EMS	0	0,4000	2
			ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	EMS	0	0,4550	3
146	Escitalopram 10mg	CP	ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	EMS	0	0,2700	1
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	EMS	0	0,3000	2
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	EMS	0	0,3200	3
147	Espironolactona - com. 25mg - GENÉRICO - Lei nº 9.787, de 1999	CP	ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	EMS	0	0,1090	1
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	GERMED	0	0,1100	2
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	EMS/GERM/SIGMA	0	0,1250	3
148	Estrogênios Conjugados - com. 0,625mg	CP	CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	MABRA	0	0,3990	1
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	CIFARMA	0	0,4000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 46/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretária Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Mabra	0	0,4350
						3
149	Estrogênios Conjugados - creme 0,625mg -	TB	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	WYETH	0	27,5000
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	WYETH	0	29,0000
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (7953)		0	30,0000
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	premarin	0	30,1010
150	Ezetimiba 10 mg	CP	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	SCHERING	0	1,6300
			PROFARMA SPECIALTY S.A (7952)		0	1,3800
151	Femprocumona 3 mg	CP	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	ABBOTT	0	0,2800
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	MEDA	0	0,2800
152	Fenitoína 100 mg Genérico Lei 9787/1999	CP	A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	TEUTO	0	0,1200
153	Fenobarbital 100 mg Genérico Lei 9787/1999	CP	WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7821)	TEUTO	0	0,0670
						1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 47/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016							
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
154	Fenobarbital gotas 40 mg/ml 20 ml - GENÉRICO Lei 9787/1999	FR	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA (7577)		0	0,0900	2
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	cristalia	0	0,1210	3
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	UNIÃO QUIMICA	0	2,9900	1
			CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (6940)	UNIÃO QUIMICA	0	2,9900	2
			CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA (7577)		0	3,1700	3
155	FENITOINA 50 MG/ML INJETAVEL	AMP	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Uniao Química	0	3,2480	4
			ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	TEUTO	0	0,8950	1
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	HIPOLABOR	0	0,9400	2
156	Fenobarbital 200mg/mL	AMP	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA (7577)		0	1,0600	3
			CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA (7577)	cristalia	0	1,3100	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Teuto	0	1,3560	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 48/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	CRISTALIA	0	1,5800
157	Finasterida 5mg Genérico Lei 9787/1999	CP	ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	AUROBINDO	0	0,2080
			LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS (7470)	EUROFARMA	0	0,2090
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	EMS	0	0,2200
158	FOLINATO DE CALCIO 15 MG	CP	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	HIPOLABOR	0	1,0000
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	HIPOLABOR	0	1,0300
			DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	HIPOLABOR	0	1,2600
159	FORMOTEROL - 12 MCG + BUDESONIDA 400 MCG	CP	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (7953)	biosintetica	0	1,1200
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	BIOSINTETICA	0	1,1400
160	Fluconazol - 150mg - GENÉRICO - Lei nº 9.787, de 1999	CP	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	PRATI DONADUZZI	0	0,1800
			DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	PRATI	0	0,1900

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 49/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	TEUTO	0	0,1940
162	Furosemida - 10mg/2ml	AMP	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	SANTISA	0	0,5600
			DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	SANTISA	0	0,6800
			DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	SANTISA	0	0,7300
163	Furosemida - 40mg - GENÉRICO - Lei nº 9.787, de 1999	OP	DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	HIPOLABOR	0	0,0340
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	HIPOLABOR	0	0,0360
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	PRATI	0	0,0390
164	GABAPENTINA 300 MG	OP	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	PRATI-DONADUZZI	0	0,3000
			CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	PRATID.	0	0,3450
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	PRATI DONADUZZI	0	0,3680
166	GLICOSE 25% 10 ML	AMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7573)	ISO FARMA	0	0,2050

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 50/100

Número do Registro de Preços: 5/2015		Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
167	GLICOSE 50% 10 ML		ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Isofarma	0	0,2260	2
		AMP	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	ISO FARMA	0	0,2200	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Samtec	0	0,2560	2
			DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	ISO FARMA	0	0,2940	3
168	Glimapirida 2mg Genérico Lei 9787/1999	CP	S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	HYPERMARCAS	0	0,0520	1
			ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	CMED	0	0,0710	2
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	EMS	0	0,1500	3
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	PHARLAB	0	0,1500	4
169	Haloperidol - 5mg	CP	A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	UNIAO QUIMICA	0	0,1000	1
			ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (7706)	UNIAO QUIMICA	0	0,1050	2
			CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA (7577)		0	0,1240	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 51/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretária Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
170	Haloperidol, decanoato 70,52mg/ml equivalente a 50mg	AMP	ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	CRISTALIA	0	6,4610
	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA (7577)				0	8,2100
	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (7706)		UNIAO QUIMICA		0	8,4900
171	Haloperidol - sol. Oral - 2mg/ml - 20ml	FR	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA (7577)	cristalia	0	2,3200
	MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)		PRATI		0	2,4900
	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)		PRATI		0	2,6900
172	HEPARINA SÓDICA 5.000UI/0,25 ML- APLICAÇÃO SUBCUTÂNEA	AMP	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA (7577)	cristalia	0	3,4000
	WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7821)		CRISTALIA		0	3,9750
	A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)		CRISTALIA		0	4,1200
173	HIDRALAZINA 20 MG/ML	AMP	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA (7577)	cristalia	0	3,4970
	A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)		CRISTALIA		0	4,2500

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 52/100

Número do Registro de Preços: 5/2015			Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
174	Hidroclorotiazida - com. 25mg - GENÉRICO - Lei nº 9.787, de 1999	CP	ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	CRISTALIA	0	4,3740	3
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	MEDQUIMICA	0	0,0230	1
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	MEDQUIMICA	0	0,0240	2
			CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	PRATID.	0	0,0240	3
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	TEUTO	0	6,0700	1
175	Hidro cortisona - 500mg	AMP	WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7821)	TEUTO	0	6,0800	2
			DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	TEUTO	0	6,3900	3
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	UNIAO QUIMICA	0	6,5200	4
			WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7821)	TEUTO	0	2,7490	1
176	HIDROCORTISONA 100 MG	AMP	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	TEUTO	0	2,8800	2
			PROFARMA SPECIALTY S.A (7952)		0	2,9800	3
177	Hidro. aluminio+hid. magnésio susp. Oral 35.6mg+37mg -100ml	FR	ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	MARIOL	0	1,3990	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 53/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016							
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
178	Ibuprofeno - com. 600mg	CP	CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	IFAL	0	1,4000	2
			DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	IFAL	0	1,5900	3
			MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	SOBRAL	0	1,6300	4
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Teuto	0	0,0630	1
			ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	TEUTO	0	0,0640	2
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	TEUTO	0	0,0680	3
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	TEUTO	0	0,0750	4
180	Insulina Glargina 100 UI 10 ml	FR	A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	SANOFI	0	253,5000	1
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	lantus	0	254,0000	2
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	LANTUS	0	258,3000	3
			WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA. (7663)		0	259,5000	4
181	Insulina Lispro 100 UI 10 ml	FR	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (7953)	eli lilly	0	83,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 54/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
182	Imipramina - 25mg	CP	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA (7577)	crystalia	0	0,1280
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	CRISTALIA	0	0,2200
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	CRISTALIA	0	0,2500
183	Isossorbida, mononitrato 10mg	CP	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS (7718)	GERMED	0	0,0880
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	GERMED	0	0,0950
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	GERMED	0	0,1100
184	ISOSSORBIDA, MONONITRATO 5 MG	CP	ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	EMS	0	0,1700
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	EMS	0	0,1800
185	Isossorbida, mononitrato - 40mg	CP	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	ZYDUS	0	0,0930
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	ZYDUS	0	0,0940
			NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (8041)		0	0,1000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (7953)		0	0,1000
			EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS (7718)	ZYDUS	0	0,1070
186	ISOSSORBIDA, MONONITRATO 10 MG/ML - Injetável	AMP	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (6940)	BIOLAB	0	1,6300
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	BIOLAB	0	1,9400
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	BIOLAB	0	2,0000
187	ITRACONAZOL 100 MG	CP	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	HYPERMARCAS - BRAINF	0	0,3980
			DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	HYPERMARCAS	0	0,4900
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Neo Quimica	0	0,4940
188	Ivermectina 6mg	CP	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	VITAPAN	0	0,2400
			ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (7706)	VITAPAN	0	0,2500
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Vitapan	0	0,2680

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 56/100

Número do Registro de Preços: 5/2015			Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
189	LAMOTRIGINA 100 MG	CP	MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	VITAPAN	0	0,2690	4
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	VITAPAN	0	0,2750	5
			EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS (7718)	VITAPAN	0	0,2860	6
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Torrent	0	0,3900	1
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	ALTHAIA	0	0,4000	2
			CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA (7577)		0	0,5300	3
190	Levodopa+benzerazida 100 mg+25mg comp. dispersível	CP	AGLON COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA (6680)	PROLOPA-ROCHE	0	1,1990	1
			PROFARMA SPECIALTY S.A (7952)		0	1,2000	2
191	Levodopa+benzerazida 200mg+50mg	CP	AGLON COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA (6680)	PROLOPA-ROCHE	0	1,1500	1
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	ACHE	0	1,3800	2
192	Levodopa + Carbidopa - com. 250mg + 25mg	CP	A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	BRAINFARMA	0	0,1780	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 57/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
193	Levofloxacino - 500mg - comp. - GENÉRICO - Lei nº 9.787, de 1999	CP	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Neo Quimica	0	0,1790
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	HYPERMARCAS	0	0,2000
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	EMS	0	0,6800
194	LEVOMEPROMAZINA,MALEATO 100 MG	CP	ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	EMS	0	0,7000
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	EMS	0	0,7000
			CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA (7577)	cristalia	0	0,5800
195	LEVOMEPROMAZINA 1MG/GOTA C20 ML	FR	CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	CRISTALIA	0	0,6000
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	CRISTALIA	0	0,6350
			CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA (7577)	cristalia	0	6,6500
196	LEVOMEPROMAZINA 1MG/GOTA C20 ML	FR	CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	CRISTALIA	0	6,7900
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	CRISTALIA	0	6,8000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 58/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretária Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
196	Levonorgestrel - 0,75mg c/2 cp.	CX	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	EMS	0	2,5000
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	EUROFARMA	0	2,6900
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	EUROFARMA	0	2,7900
197	Levonorgestrel+etinilestradiol 015/0,03mg cx c/ 21 cp	CX	CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	MABRA	0	0,4800
			MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	MABRA	0	0,4850
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	CIFARMA	0	0,4900
			WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7821)	MABRA	0	0,5040
198	LEVOTIROXINA 255 MG	CP	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (6940)	ABBOTT	0	0,0960
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	MERCK	0	0,1000
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	MERCK	0	0,1100

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 59/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretária Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
199	Levotiroxina sódica - 50mcg	CP	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (6940)	ABBOTT	0	0,0960
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	MERCK	0	0,1150
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	MERCK	0	0,1190
200	Levotiroxina sódica - 75mcg	CP	ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	MERCK	0	0,1200
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	MERCK	0	0,1350
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	MERCK	0	0,1400
201	Levotiroxina sódica - 100mcg	CP	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	MERCK	0	0,0990
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	MERCK	0	0,1000
			CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (6940)	ABBOTT	0	0,1070
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	MERCK	0	0,1100

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 60/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016							
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
202	LIDOCAÍNA 2% GELÉIA 30 G	TB	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	MERCK	0	0,1100	5
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	HIPOLABOR	0	1,3100	1
			NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (8041)		0	1,3150	2
			MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	PHARLAB	0	1,3900	3
203	LIDOCAÍNA COM VASO	AMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7573)	PHARLAB	0	1,4080	4
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	HYPOFARMA	0	3,1000	1
			DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	HYPOFARMA	0	3,3200	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Hypofarma	0	3,3330	3
204	LIDOCAÍNA SEM VASO	AMP	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	HIPOLABOR	0	1,2900	1
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	hipolabor	0	1,3000	2
			DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	HIPOLABOR	0	1,3600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 61/100

Número do Registro de Preços: 5/2015		Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
205	LINAGLIPTINA 5MG (TRAYENTA 5 MG)	CP	HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (8042)	boehringer	0	4,5530	1
206	Loratadina - 10mg	CP	MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	GEOLAB	0	0,0450	1
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	GEOLAB	0	0,0470	2
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	GEOLAB	0	0,0480	3
207	Loratadina - xarope - 1mg/ml - 100ml	FR	ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	MARIOL	0	1,5750	1
			MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	MARIOL	0	1,5790	2
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	MARIOL	0	1,6000	3
209	Losartana potássica 50 mg Genérico Lei 9787/1999	CP	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	TEUTO	0	0,0370	1
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	GEOLAB	0	0,0380	2
			NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (8041)		0	0,0390	3
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	GEOLAB	0	0,0400	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 62/100

Número do Registro de Preços: 5/2015								Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016	
Objeto da Compra:								Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.				
210	MEDROXIPROGESTERONA, ACETADO 150 MG/ML TRIMESTRAL	CP	WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7821)	TEUTO	0	0,0400	5				
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	HYPERMARCAS	0	0,0400	6				
			MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	UNIÃO QUIMICA	0	9,4900	1				
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	UNIÃO QUIMICA	0	9,9500	2				
			CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (6940)	UNIÃO QUIMICA	0	10,5710	3				
211	MELOXICAM 15 MG	CP	MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	PHARLAB	0	0,0820	1				
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7573)	PHARLAB	0	0,0830	2				
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	PHARLAB	0	0,0890	3				
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	PHARLAB	0	0,0900	4				
212	MEPERIDINA 50MG/2ML INJETAVEL	AMP	A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	UNIAO QUIMICA	0	1,6500	1				
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Uniao Quimica	0	1,8080	2				

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 63/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA (7577)						
213	Metformina - 500mg - GENÉRICO - Lei nº 9.787, de 1999	CP	CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	TEUTO	0	1,8300
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	PRATI DONADUZZI	0	0,0520
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	TEUTO	0	0,0600
214	Metformina - 850mg - GENÉRICO - Lei nº 9.787, de 1999	CP	DIMASTER - COM. PROD. HOSPIT. LTDA (6696)	PRATI	0	0,0600
			MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	TEUTO	0	0,0650
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	PRATI DONADUZZI	0	0,0750
215	Metildopa - 250mg - GENÉRICO - Lei nº 9.787, de 1999	CP	NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (8041)	tk's farmaceutica	0	0,1480
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED. LTDA (6941)	sanval	0	0,1550
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	EMS	0	0,2230
216	METILFENIDATO 10 MG	CP	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	NOVARTIS	0	0,8800

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 64/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
217	Metoprololamida - com. 10mg	CP	A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	NOVARTIS	0	0,9300
						2
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	BELFAR	0	0,0520
						1
			MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	BELFAR	0	0,0530
						2
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	BELFAR	0	0,0560
						3
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	BELFAR	0	0,0570
						4
219	METROPOLOL, SUCCINATO 100 MG	CP	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	BELFAR	0	0,0590
						5
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	ASTRAZENECA	0	1,7480
						1
			DAMED I DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	astra	0	1,7500
						2
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	ASTRAZENECA	0	1,8200
						3
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (7953)		0	1,9300
						4
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	ASTRAZENECA	0	1,9500
						5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 65/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
220	Metronidazol - com. 250mg - GENÉRICO - Lei nº 9.787, de 1999	CP	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	PRATI DONADUZZI	0	0,0670
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	PRATH-DONADUZZI	0	0,0680
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	PRATI	0	0,0690
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Prati Donaduzzi	0	0,0750
			MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	PRATI	0	0,0750
			CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	PRATID.	0	0,0760
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	PRATI	0	0,0770
221	Metronidazol - Gel - 500mg/5g - 50g - GENÉRICO - Lei nº 9.787, de 1999	TB	MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	TEUTO	0	2,1500
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	TEUTO	0	2,1800
			ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7056)	TEUTO	0	2,4140
222	Metronidazol - sus. Oral - 40mg/ml 80ml - GENÉRICO - Lei nº 9.787, de 1999	FR	ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	PRATI	0	1,4000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 66/100

Número do Registro de Preços: 5/2015		Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	PRATI	0	1,4500	2
			CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	PRATI D.	0	1,5600	3
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	PRATI DONADUZZI	0	1,5800	4
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Prati Donaduzzi	0	1,6240	5
			DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	PRATI	0	1,6400	6
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	PRATI	0	1,6800	7
			MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	PRATI	0	1,6900	8
		TB	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	PRATI DONADUZZI	0	1,3200	1
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	PRATI	0	1,3300	2
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	PRATI-DONADUZZI	0	1,5300	3
223	Miconazol creme 0,02 28g Genérico Lei 9787/1999						
224	miconazol, nitrato creme 2% vaginal 80g + aplicadores Genéri	TB	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	PRATI	0	3,9800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 67/100

Número do Registro de Preços: 5/2015								Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016	
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.											
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.				
225	MIDAZOLAM 5MG/ML INJETAVEL	AMP	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	PRATI DONADUZZI	0	4,3500	2				
			DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	PRATI	0	4,3900	3				
			DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	HIPOLABOR	0	1,1500	1				
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	HIPOLABOR	0	1,2000	2				
226	MONTELUCASTE DE SODIO 10 MG	QP	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA (7577)		0	1,3700	3				
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	ZYDUS	0	0,5090	1				
227	MORFINA 10 MG/ML 1 ML	AMP	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS (7718)	ZYDUS	0	0,5100	2				
			PROFARMA SPECIALTY S.A (7952)		0	0,5400	3				
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	ZYDUS	0	0,5900	4				
			CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA (7577)	cristalia	0	1,7230	1				
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	CRISTALIA	0	3,1000	2				

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 68/100

Número do Registro de Preços: 5/2015		Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
228	N-Butilscopolamina brometo - 20mg/ml - 1ml		CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	CRISTALIA	0	3,1900	3
		AMP	DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	TEUTO	0	0,8900	1
			WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7821)	TEUTO	0	1,0200	2
			HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (8042)		0	1,0350	3
229	N-BUTILESCOPOLAMINA+DIPIRONA 4 MG+500MG/ML C/5 ML	AMP	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	HIPOLABOR	0	1,4000	1
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	HYPOFARMA	0	1,4400	2
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	HYPOFARMA	0	1,5700	3
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	HYPOFARMA	0	1,5800	4
230	N-Butilscopolamina brometo - com. 10mg		DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	FARMACE	0	1,6900	5
		CP	ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	GREENPHARMA	0	0,2400	1
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	UNIÃO QUIMICA	0	0,3000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 69/100

Número do Registro de Preços: 5/2015			Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretária Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
231	N-Butilescopolamina brometo - gts 10mg/ml - 10ml	FR	ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	PRATI	0	2,1300	1
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	PRATI	0	2,4900	2
232	N-BUTILESCOPOLAMINA, BROMETO 10 MG/ML+DIPIRONA 10 ML	FR	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	PRATI	0	1,6990	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Prati Donaduzzi	0	1,9460	2
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	HIPOLABOR	0	2,0000	3
233	Neomicina+bactirina pom. 5mg+250UI/g 10 g Genérico Lei 9787/	TB	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	PRATI DONADUZZI	0	0,9400	1
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	PRATI	0	0,9500	2
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	sobral	0	1,0160	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Prati Donaduzzi	0	1,0700	4
234	Nifedipina 10 mg Genérico Lei 9787/1999	CP	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	NEO QUIMICA/HYPERMAR	0	0,0280	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Neo Química	0	0,0340	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 70/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
235	Nifedipina ret. 20 mg Genérico Lei 9787/1999	CP	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Neo Química	0	0,0340
236	Nimesulida - 100mg	CP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7573)	VITAPAN	0	0,0430
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	VITAPAN	0	0,0460
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	VITAPAN	0	0,0470
237	Nimesulida - 50mg/ml - gotas - 15ml	FR	S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	VITAPAN	0	0,7090
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	VITAPAN	0	0,7100
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	VITAPAN	0	0,7250
			MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	VITAPAN	0	0,7800
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7573)	VITAPAN	0	0,8060
238	Nistatina - creme - 25.000UJ/g - 60g - GENÉRICO - Lei nº 9.787, de 1999	TB	MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	TEUTO	0	2,1500

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 71/100

Número do Registro de Preços: 5/2015			Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016					
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.										
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
239	Nistatina susp. oral 100.000UI 50ml Genérico	FR	ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	GREENPHARMA	0	2,2000	2			
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7573)	TEUTO	0	2,4320	3			
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	PRATI	0	1,7100	1			
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	PRATI-DONADUZZI	0	1,7200	2			
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	PRATI	0	1,8800	3			
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Prati Donaduzzi	0	1,8940	4			
			ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (7706)	PRATI	0	1,9300	5			
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	PRATI DONADUZZI	0	1,9500	6			
			240	Nitrofurantoina - 100 mg - genérico lei 9787/1999	CP	MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	TEUTO	0	0,1300	1
						CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	TEUTO	0	0,1440	2
DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	TEUTO	0				0,1470	3			

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 72/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretária Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
241	Noretisterona, enantato - 50mg+Estradiol, valeato - 5mg c/ 1mL	AMP	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	MABRA	0	4,7000
			MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	MABRA	0	4,8900
242	Noretisterona - 0,35mg cx com 35 comprimidos	CX	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (6940)	BIOLAB	0	4,9900
			PROFARMA SPECIALTY S.A (7952)		0	5,6000
			CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	BIOLAB	0	5,9500
			DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	BIOLAB	0	5,9500
244	Olanzapina 10mg	UN	ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	EMS	0	0,5000
			ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	EMS	0	0,5680
			DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	EMS	0	0,5700
245	ÓLEO HIDRATANTE COM ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS C/ 200ML	UN	ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	KELLDRIN	0	3,2500
			EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS (7718)	NUTRIEX	0	3,6270

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 73/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016							
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
246	Omeprazol - 20mg	CP	DAMED DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	kelldrin	0	3,8910	3
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	TEUTO	0	0,0370	1
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	MULTILAB	0	0,0380	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Teuto	0	0,0400	3
			CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (6940)	MULTILAB	0	0,0430	4
			WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7821)	MULTILAB	0	0,0430	5
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	HIPOLABOR	0	0,0440	6
247	Ondansetrona injetavel 2mg/ml 2ml	AMP	MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	TEUTO	0	0,0440	7
			CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA (7577)	cristalia	0	0,9500	1
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	HYPOFARMA	0	1,0000	2
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7573)	HALEX ISTAR	0	1,0240	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 74/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
248	ONDANSETRONA 4 MG	CP	A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	BIOLAB	0	1,9800
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	BIOLAB	0	1,9900
			CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	BIOLAB	0	2,2300
249	OXCARBAZEPINA 300 mg	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Torrent	0	0,2950
			DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	UNIÃO QUIMICA	0	0,3000
			MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	UNIÃO QUIMICA	0	0,3550
			EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS (7718)	RANBAXY	0	0,3560
			DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	U.QUIMICA	0	0,3900
250	OXCARBAZEPINA SUSP. ORAL A 6% COM 100 ML	FR	DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	U.QUIMICA	0	21,4900
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	UNIÃO QUIMICA	0	21,5000
			MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	UNIÃO QUIMICA	0	22,9900

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016							
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
251	PARACETAMOL - 500 MG	CP	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (7706)	UNIAO QUIMICA	0	23,7600	4
			CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (6940)	UNIÃO QUIMICA	0	24,7500	5
			ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	UNIAO QUIMICA	0	25,2760	6
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	UNIAO QUIMICA	0	25,7500	7
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	GENOM UNIAO QUIMICA	0	26,0000	8
			CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	UNIAO QUIMICA	0	26,4500	9
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Uniao Quimica	0	26,8320	10
			DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	HIPOLABOR	0	0,0330	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	HIPOLABOR	0	0,0350	2
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7573)	TEUTO	0	0,0360	3
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	HIPOLABOR	0	0,0400	4
			DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	PRATI	0	0,0400	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 76/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	HIPOLABOR	0	0,0400
252	Paracetamol - com. 750mg	CP	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	ZYDUS	0	0,0380
			CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	ZYDUS	0	0,0390
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	ZYDUS	0	0,0400
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (7953)		0	0,0400
			MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	MEDQUIMICA	0	0,0420
			NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (8041)		0	0,0440
253	Paracetamol - gotas - 200mg/ml 15ml	FR	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	HIPOLABOR	0	0,4450
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	NATULAB	0	0,4480
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	HIPOLABOR	0	0,4500
254	Paroxetina 20 mg	CP	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	AUROBINDO	0	0,1500

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 77/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016							
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretária Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	AUROBINDO	0	0,1580	2
			WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7821)	AUROBINDO	0	0,1610	3
			LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS (7470)	EUROFARMA	0	0,1630	4
			EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS (7718)	GERMED	0	0,3390	1
255	Pentoxifilina - 400mg	CP	ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	EMS	0	0,3700	2
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	GERMED	0	0,3790	3
			ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	MARIOL	0	0,0460	1
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (7953)		0	0,0500	2
			EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS (7718)	MARIOL	0	0,0520	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Farmax	0	0,0520	4
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	NATIVITA	0	0,9000	1
257	PERMETRINA 1% C/ 60 ML	CP					

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Número do Registro de Preços: 5/2015								Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016	
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretária Municipal de Saúde.											
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.				
258	Pirimetamina 25mg	CP	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	NATIVITA	0	0,9600	2				
			DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	IFAL	0	1,1500	3				
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	FARMOQUIMICA	0	0,0690	1				
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	FARMOQUIMICA	0	0,0700	2				
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	FARMOQUIMICA	0	0,0700	3				
259	PRAVASTATINA 20 MG	CP	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	MEDLEY	0	0,7850	1				
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	MEDLEY	0	0,8200	2				
			DAMED I DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	medley	0	0,8250	3				
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	MEDLEY	0	0,8620	4				
260	PREGABALINA 75 MG	CP	LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS (7470)	ZODIAC	0	0,9300	1				
			DAMED I DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA (6941)	ache	0	1,1890	2				
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	BIOSINTETICA	0	1,4800	3				

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 79/100

<div> Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016 </div> <div> Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde. </div>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
261	Prednisolona - 3mg/ml - sus. Oral - frasco c/ 60ml	FR	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	HIPOLABOR	0	2.3500	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	PRATI DONADUZZI	0	2.3900	2
			CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	PRATI D.	0	2.6500	3
262	Prednisolona - com. 20mg	QP	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	SANVAL	0	0.1050	1
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	HYPERMARCAS - BRAINF	0	0.1160	2
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	SANVAL	0	0.1190	3
263	Prednisolona - com. 5mg		DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	PRATI	0	0.1190	4
		QP	ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	PRATI	0	0.0590	1
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	VITAPAN	0	0.0620	2
			EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS (7718)	VITAPAN	0	0.0630	3
			CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA (7577)		0	0.0630	4
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	VITAPAN	0	0.0630	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 80/100

Número do Registro de Preços: 5/2015			Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
264	Prometazina - com. 25mg	CP	MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	TEUTO	0	0,0600	1
			CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA (7577)		0	0,0720	2
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	TEUTO	0	0,0750	3
265	Prometazina 25mg/mL com 2mL	AMP	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	SANVAL	0	0,8900	1
			DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	SANVAL	0	0,9000	2
			CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA (7577)		0	1,1700	3
266	PROPAFENONA, CLORIDRATO 300 MG	CP	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (6940)	ABBOTT	0	2,0100	1
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	ABBOTT	0	2,2600	2
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	ABBOTT	0	2,3200	3
267	Propranolol 40 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999	CP	WAMMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7821)	TEUTO	0	0,0150	1
			DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT LTDA (6696)	TEUTO	0	0,0170	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 81/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
268	Propatinitrato - 10mg	CP	MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	PHARLAB	0	0,0190
			AGLON COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA (6680)	SUSTRATE-FARMOQUIMIC	0	0,3200
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	FARMOQUIMICA	0	0,3590
269	Protetor Solar - FPS 30 - 120ml	FR	ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	MOPH	0	5,3900
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	MOPH	0	5,4000
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	MOPH	0	5,6000
271	Quetiapina 100mg	UN	ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	MOPH	0	6,5000
			DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	ACTAVIS	0	0,4000
			ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	EMS	0	0,4100
272	RANITIDINA 150MG GENÉRICO LEI 9787/1999	CP	ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	GERMED	0	0,5000
			DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	TEUTO	0	0,0590

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 82/100

Número do Registro de Preços: 5/2015		Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
273	Ranitidina - 25mg/mL c/ 2mL	AMP	MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	MEDQUIMICA	0	0,0600	2
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	MEDQUIMICA	0	0,0780	3
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	TEUTO	0	0,5400	1
			WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7821)	TEUTO	0	0,6490	2
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	TEUTO	0	0,6600	3
274	Risperidona - 2mg	CP	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Torrent	0	0,2600	1
			CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	UNIAO QUIMICA	0	0,2700	2
			DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	U.QUIMICA	0	0,2800	3
275	Risperidona 1 mg/ml 30ml GENERICO Lei 9787/1999	FR	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	UNIÃO QUIMICA	0	0,2900	4
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Prati Donaduzzi	0	12,4500	1
			CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	PRATI D.	0	12,4800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 83/100

Número do Registro de Preços: 5/2015			Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
276	RIVAROXABAN 15 MG	CP	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	PRATI	0	12,9000	3
			ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (7706)	PRATI	0	13,6800	4
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	BAYER	0	5,6390	1
			HOSP - LOG COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (8043)		0	5,6400	2
277	RIVAROXABAN 20 MG	CP	A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	BAYER	0	6,1500	3
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (7953)		0	6,2000	4
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	BAYER	0	5,6390	1
			HOSP - LOG COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (8043)		0	5,6400	2
278	SACARATO DE HIDÓXIDO FERRO III 100 MG (NORIPURUM)	CP	A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	BAYER	0	6,1500	3
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (7953)		0	6,2000	4
			1000MEDIC DISTR.IMP.EXP.DE MEDICAM.LTDA (6935)	TAKEDA	0	0,9900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 84/100

Número do Registro de Preços: 5/2015		Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
	S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)			BIOLAB	0	1,0000	2
	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (7953)				0	1,2000	3
	A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)			TAKEDA	0	1,2000	4
	ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)			NYCOMED	0	1,2000	5
279	SACARATO HIDROXIDO FERRICO 20 MG/ML EV (NORIPURUM)	AMP	1000MEDIC DISTR.IMP.EXP.DE MEDICAM.LTDA (6935)	TAKEDA	0	4,5300	1
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	CLARIS	0	7,5000	2
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	NYCOMED	0	8,0700	3
280	SACARATO HIDROXIDO FERRICO POLIMALTOSADO 50 MG/ML (NORIPURUM)	FR	ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	NYCOMED	0	10,0000	1
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	TAKEDA 120ML	0	17,6000	2
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	BIOLAB	0	18,3500	3
281	Sais p/ Reidratação - env. 27,9g	ENV	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	NATULAB	0	0,3440	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Número do Registro de Preços: 5/2015		Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
282	Salbutamol aerosol - 100mcg/dose 200 doses	FR	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	NATULAB	0	0,3450	2
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	NATULAB	0	0,3600	3
			CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (6940)	NATULAB	0	0,3700	4
			MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	NATULAB	0	0,3980	5
			DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	GLENMARK	0	4,5900	1
283	Salbutamol - com. 2mg	CP	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	TEUTO	0	4,9800	2
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	TEUTO	0	5,0000	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	GlaxoSmithKline	0	0,1420	1
284	Salbutamol - sol. Oral - 2mg/5ml - 100ml	FR	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (6940)	GLAXO	0	0,1600	2
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	GLAXO	0	0,1650	3
284	Salbutamol - sol. Oral - 2mg/5ml - 100ml	FR	ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	HIPOLABOR	0	0,8190	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 86/100

Número do Registro de Preços: 5/2015								Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016	
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.											
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.				
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	NATULAB	0	0,8200	2				
			CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (6940)	NATULAB	0	0,8250	3				
			MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	NATULAB	0	0,8400	4				
285	Sertralina - 50mg	CP	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Torrent	0	0,1090	1				
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	AUROBINDO/AB FA	0	0,1200	2				
			LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS (7470)	EUROFARMA	0	0,1280	3				
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	SANDOZ	0	0,7890	1				
286	SILDENAFILA 25 MG	CP	ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	EMS	0	1,2000	2				
			EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS (7718)	GERMED	0	2,0050	3				
287	Sinvastatina - 20mg	CP	DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	SANVAL	0	0,0580	1				

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 87/100

Número do Registro de Preços: 5/2015			Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
288	SINVASTATINA 40 MG	CP	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	SANDOZ	0	0,0590	2
			CENTERMEDI.COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	SANVAL	0	0,0680	3
			DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	SANVAL	0	0,1090	1
			DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	SANVAL	0	0,1100	2
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	SANDOZ	0	0,1180	3
289	Sitagliptina 50 mg	CP	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (7953)	merck	0	2,8000	1
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	MERCK	0	2,8450	2
290	Sulfadiazina de prata - 10mg/g - 30g	TB	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	NATIVITA	0	2,7500	1
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	PRATH-DONADUZZI	0	2,7900	2
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	PRATI	0	2,8900	3
			DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	PRATI	0	3,0400	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 88/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016							
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
291	Sulfadiazina 500mg	CP	CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	PRATID.	0	3,0500	5
			ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (7706)	PRATI	0	3,1790	6
			ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (7706)	SOBRAL	0	0,1390	1
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	SOBRAL	0	0,1400	2
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	SOBRAL	0	0,1440	3
292	Sulfametoxazol 400 mg + trimetoprima 80mg - GENÉRICO - Lei nº 9.787, de 1999, ACONDICIONADO DE FORMA UNITARIZADA, CONSTANDO EM CADA UNIDADE DE CP DELIMITADA POR PÍCOTE A SEGUINTE INFORMAÇÃO: NOME DO PRINCÍPIO ATIVO, DOSAGEM, LOTE E VALIDADE.	CP	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (6940)	SOBRAL	0	0,1500	4
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Sobral	0	0,1550	5
293	Sulfametoxazol + trimetoprima - susp. Oral - 4% + 0,8% - 50ml - GENÉRICO - Lei nº 9.787, de 1999	FR	DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	PRATI	0	0,1500	1
			DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	TEUTO	0	0,9800	1
293	Sulfametoxazol + trimetoprima - susp. Oral - 4% + 0,8% - 50ml - GENÉRICO - Lei nº 9.787, de 1999		ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	TEUTO	0	0,9890	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 89/100

Número do Registro de Preços: 5/2015			Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
294	Sulfato de glicosamina 500mg + sulfato de condroitina 400mg	OP	CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	TEUTO	0	1,0500	3
			DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	TEUTO	0	1,0500	4
			LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS (7470)	ZODIAC	0	1,1100	1
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	ACHÉ	0	1,5400	2
295	Sulfato de Glicosamina 1.500g + Sulfato de Condroitina 1.200	ENV	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (7953)		0	1,7000	3
			LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS (7470)	EUROFARMA	0	3,1340	1
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	ACHE	0	3,5100	2
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	ACHE	0	3,5900	3
296	Sulfato Ferroso - com. 40mg	OP	NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (8041)	medic. nunesfarma	0	0,0260	1
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	NATULAB	0	0,0310	2
			MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	NATULAB	0	0,0320	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 90/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
297	Sulfato Ferroso - sol. Oral 25mg/ml - 30ml -GOTAS	FR	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	HIPOLABOR	0	0,6400
			MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	NATULAB	0	0,6500
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	NATULAB	0	0,8390
298	TENOXICAM 20 MG + DILUENTE	AMP	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA (7577)	cristalia	0	3,9000
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	UNIAO QUIMICA	0	3,9500
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	UNIÃO QUIMICA	0	3,9800
299	TERBUTALINA INJETÁVEL	AMP	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	HIPOLABOR	0	1,4000
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	UNIAO QUIMICA	0	1,4400
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	HIPOLABOR	0	1,7820
300	Tibolona - 2,5mg - comp.	CP	ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	EMS	0	0,2850
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	HYPERMARCAS - BRAINF	0	0,3540

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 91/100

Número do Registro de Preços: 5/2015			Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
301	Timolol 0,5% colírio	FR	CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	BRAINFARMA	0	0,4170	3
			CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	TEUTO	0	1,0000	1
			ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (7706)	TEUTO	0	1,1710	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Teuto	0	1,2850	3
302	Topiramato 50 mg	OP	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS (7718)	ZYDUS	0	0,0970	1
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	ZYDUS	0	0,1000	2
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES (8046)	ZYDUS	0	0,1300	3
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (7953)		0	0,1300	4
303	TRAMADOL GOTAS	FR	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	ZYDUS	0	0,1300	5
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	HYPERMARCAS	0	10,6000	1
			EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS (7718)	GERMED	0	13,8170	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 92/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
304	Tramadol - 50mg	CP	A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	GERMED	0	17,0000
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	HIPOLABOR	0	0,1200
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	HIPOLABOR	0	0,1250
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	HIPOLABOR	0	0,1300
305	TRAMADOL 50 MG/ML INJETAVEL IMIV	AMP	A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	HIPOLABOR	0	0,1300
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7573)	HALEX ISTAR	0	0,8960
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	HIPOLABOR	0	0,9700
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	HIPOLABOR	0	0,9850
306	Trietandlamina 0,14g e borato de 8-hidroxiquinolina 0,0004g - 8ml	FR	AGLON COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA (6680)	CERUMIN-ALCONNOVARTO		7,6000
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	NOVARTIS	0	8,6300
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	ALCON	0	8,8300

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 93/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
307	Varfarina sódica - 5mg - comp.	CP	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	TEUTO	0	0,0950
			CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	TEUTO	0	0,0960
308	Valproato de Sódio - sol. Oral - 50mg/ml - 100ml	FR	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	HIPOLABOR	0	1,9500
			DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA (6696)	HIPOLABOR	0	2,0400
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7573)	TEUTO	0	2,0480
			WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7821)	TEUTO	0	2,0500
309	Valsartana 160 mg GENÉRICO Lei 9787/1999	CP	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS (7718)	GERMED	0	0,3250
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	HYPERMARCAS	0	0,3260
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	HYPERMARCAS	0	0,3450
310	VENLAFAXINA 75 MG	CP	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS (7718)	RANBAXY	0	0,5980
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	RANBAXY	0	0,6980

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 94/100

Número do Registro de Preços: 5/2015		Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
311	VILDAGLIPTINA 50 MG	CP	LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS (7470)	EUOFARMA	0	0,7550	3
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	NOVARTIS	0	2.6000	1
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (7953)		0	2,7000	2
			DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	SANVAL	0	0,0490	1
312	Verapamil - 80mg	CP	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	PRATI	0	0,0500	2
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (7573)	TEUTO	0	0,0510	3
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (7467)	PRATI DONADUZZI	0	0,0530	4
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	PRATI	0	0,0540	5
314	VITAMINA C GOTAS 10 ML	FR	MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (7039)	PRATI	0	0,0550	6
			PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA (7798)	NATULAB	0	1,0900	1
315	Vitamina C (Ác. Ascórbico) - 500mg	CP	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (6940)	NATULAB	0	0,0900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 95/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016							
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
		CP	ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	VITAMED	0	0,1000	2
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	MARIOL	0	0,1050	3
			DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	MEDQUIMICA	0	0,1050	4
			ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	ZYDUS	0	0,2900	1
316	ZOLPIDEM 10 MG		ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Zydus	0	0,3000	2
			EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS (7718)	ZYDUS	0	0,3420	3
			ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA (7055)	GERMED	0	0,3550	4
		CP	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Torrent	0	0,6200	1
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	AUROBINO	0	0,6250	2
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	SANDOZ	0	2,4500	3
317	Mirtazapina 30 mg						

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 96/100

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 27/03/2015 Válido até: 27/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
319	CALCIUM SANDOZ FF 1000 MG	CP	ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (8045)	NOVARTIS	0	1,2000
321	TORVAL CR 300 MG	CP	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	Torrent	0	0,6500
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	TORRENT	0	0,6600
322	SPIRIVA RESPIMAT 2,5, SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO 60 DOSES	FR	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	BOEHRINGER	0	209,9000
			HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (8042)		0	209,9100
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (7953)		0	225,0000
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	BOEHRINGER	0	225,0000
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	BOEHRINGER	0	228,0000
323	SERETIDE DISKUS 50/500 MCG FRASCO C/ 60 DOSES	FR	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	GlaxoSmithKline	0	113,6300
			CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (6940)	GLAXO	0	114,6300
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	GSK	0	128,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 97/100

Número do Registro de Preços: 5/2015		Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3325	Insulina humalog (100UI DE INSULINA LISPRO/ML REFIL C/ 3ML	FR	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (7953)	eli lilly	0	32,9900	1
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (7558)	ELI LILLY	0	33,0000	2
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	LILLY	0	35,4900	3
			A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	ELI LILLY	0	39,4000	4
3326	Insulina Glargina 100 UI DE INSULINA LISPRO/ML REFIL C/ 3ML	UN	A. G. KIENEN & CIA LTDA (6339)	SANOFI	0	82,9900	1
			WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA. (7663)		0	83,0000	2
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	LANTUS	0	85,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 98/100

Número do Registro de Preços: 5/2015		Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (7953)		0	88.0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 99/100

Número do Registro de Preços: 5/2015

Data do Registro: 27/03/2015

Válido até: 27/03/2016

Objeto da Compra:

Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2015

PROCESSO Nº 9/2015

- (6338) - MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
- (6339) - A. G. KIENEN & CIA LTDA
- (6680) - AGLON COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
- (6696) - DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA
- (6772) - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
- (6935) - 1000MEDIC DISTR.IMP.EXP.DE MEDICAM.LTDA
- (6940) - CIAMED -DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
- (6941) - DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MED.LTDA
- (7037) - CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA
- (7039) - MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS
- (7055) - ANGEOMED COM. PROD. MED. HOSP. LTDA
- (7386) - DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA
- (7467) - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
- (7470) - LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS
- (7558) - S & R DISTRIBUIDORA LTDA
- (7573) - PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
- (7577) - CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA
- (7663) - WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA.
- (7706) - ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
- (7718) - EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS
- (7798) - PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
- (7821) - WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
- (7952) - PROFARMA SPECIALTY S.A

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 100/100

Número do Registro de Preços: 5/2015						Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

- REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2015
- PROCESSO Nº 9/2015
- (7953) - DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA
- (8041) - NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS
- (8042) - HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
- (8043) - HOSP - LOG COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
- (8044) - AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
- (8045) - ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
- (8046) - CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES

Joaçaba, 27 de Março de 2015.

06/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 1/22

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 01/04/2015 Válido até: 01/04/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios, água mineral, materiais de copa e cozinha e de acondicionamento/embalagens, destinados à manutenção das atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, NASF, ESF's e dos programas mantidos pela Secretaria Municipal						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	ABACATE	UN	GUILHERME BRAGUIROLI ME (7827)		0	4,8000
2	Abacaxi	KG	GUILHERME BRAGUIROLI ME (7827)		0	5,3000
3	ABOBORA	UN	GUILHERME BRAGUIROLI ME (7827)		0	2,6000
4	Abobrinha	KG	GUILHERME BRAGUIROLI ME (7827)		0	2,6000
5	ABSORVENTE HIGIENICO COM ABAS - 8 UNIDADES	PCTE	MERCADO E CONFECOES SS DURIGON LTDA (7364)	INTIMUS	0	4,4000
6	ABSORVENTE HIGIENICO COM ABAS NOTURNO - 8 UN	PCTE	MERCADO E CONFECOES SS DURIGON LTDA (7364)	INTIMUS	0	5,3000
7	ACELGA	UN	GUILHERME BRAGUIROLI ME (7827)		0	3,9000
8	ACHOCOLATADO EM PO - 1 KG	PCTE	MERCADO E CONFECOES SS DURIGON LTDA (7364)	APTI	0	9,9000
9	ACHOCOLATADO LIQUIDO - PRONTO PARA BEBER, EM EMBALAGEM TETRA PAK DE 200 ML	UN	MERCADO E CONFECOES SS DURIGON LTDA (7364)	CHOUQUINHO	0	1,3500
10	AÇÚCAR DE BAUNILHA - PCTE COM 500G	PCTE	MERCADO E CONFECOES SS DURIGON LTDA (7364)	APTI	0	5,3000
11	ACUCAR MASCAVO - 1 GK	PCTE	MERCADO E CONFECOES SS DURIGON LTDA (7364)	DACASA	0	6,3500
12	AÇÚCAR REFINADO - PACOTE 5 KG	PCTE	MERCADO E CONFECOES SS DURIGON LTDA (7364)	ALTO ALEGRE	0	10,4000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 01/04/2015 Válido até: 01/04/2016						
Objeto da Compra:O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios, água mineral, materiais de copa e cozinha e de acondicionamento/embalagens, destinados à manutenção das atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, NASF, ESF's e dos programas mantidos pela Secretaria Municipal						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
13	Adoçante líquido - 100 ml	FR	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	ADOCIL	0	3,0000
14	AGNOLINE DE CARNE - 500 GR	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	MIMASSAS	0	10,3000
15	AGNOLINE DE FRANGO - 500 GR	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	MIMASSAS	0	10,3000
16	AGUA MINERAL BOMBONA COM 20 LITROS	BBN	PRANDO E CARON LTDA (6839)	PURIS	0	13,0000
17	AGUA MINERAL C/ GAS - 500 ML - C/ 12 UNI.	FD	PRANDO E CARON LTDA (6839)	PURIS	0	14,1000
			GUILHERME BRAGUIROLI ME (7827)		0	14,2000
18	AGUA MINERAL S/ GAS-500 ML- C/ 12 UNI.	FD	PRANDO E CARON LTDA (6839)	PURIS	0	13,9000
			GUILHERME BRAGUIROLI ME (7827)		0	14,0000
19	AGUA MINERAL 200 ML EM COPOS (COM 48 UN)	CX	PRANDO E CARON LTDA (6839)	PURIS	0	32,0000
20	APIM - SEM CASCA CONGELADO	KG	GUILHERME BRAGUIROLI ME (7827)		0	4,2000
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)		0	4,3500
22	Alface lisa	KG	GUILHERME BRAGUIROLI ME (7827)		0	1,9000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 3/22

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 01/04/2015 Válido até: 01/04/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios, água mineral, materiais de copa e cozinha e de acondicionamento/embalagens, destinados à manutenção das atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, NASF, ESF's e dos programas mantidos pela Secretaria Municipal						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
23	ALHO - CABECA	KG	GUILHERME BRAGUIROLI ME (7827)		0	16,6000
25	AMACIANTE DE ROUPAS - 1 LITRO	L	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	universal	0	1,0800
26	AMENDOIM SEM CASCA - 500 GR	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	AMAFIL	0	3,8500
27	Amido de milho - 500 gr	CX	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	APTI	0	4,7000
28	Aparelho de barbear (tricotomia), com, no mínimo, 02 lâminas.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	multitink	0	0,4900
29	Arroz Integral - pacote de 1kg	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	ALFINETE	0	3,7500
30	ARROZ PARBOILIZADO TIPO 1- PCTE COM 5 KG	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	ALFINETE	0	10,5000
31	ATUM RALADO OLEO - 120 GR	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	GOMES COSTA	0	5,2500
32	AVEIA EM FLOCOS - 500 GR	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	APTI	0	5,9000
33	AVEIA FLOCOS FINOS - 500 GR	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	APTI	0	6,1000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 4/22

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 01/04/2015 Válido até: 01/04/2016									
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios, água mineral, materiais de copa e cozinha e de acondicionamento/embalagens, destinados à manutenção das atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, NASF, ESF's e dos programas mantidos pela Secretaria Municipal									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
34	AZEITE DE OLIVA - EXTRA VIRGEM 500 ML	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	OLIVANZA	0	13,4500	1		
35	AZEITONA - 500 GR	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	AGROLIVA	0	11,0000	1		
36	BALA DE BANANA - 300 GR	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	INDIA	0	3,9000	1		
37	BALA DE GOMA - 500 GR	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	SOBERANA	0	5,5000	1		
38	BALA SORTIDA - 500 GR	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	SOBERANA	0	8,2000	1		
39	BANANA TIPO CATURRA	KG	GUILHERME BRAGUIROLI ME (7827)		0	1,8500	1		
40	Banha suína em pacote de 1kg	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	AURORA	0	5,9500	1		
41	BATATA DOCE	KG	GUILHERME BRAGUIROLI ME (7827)		0	2,8000	1		
42	BATATA INGLESA	KG	GUILHERME BRAGUIROLI ME (7827)		0	2,7000	1		
43	BEBIDA LACTEA - SABORES DIVERSOS 1LITRO	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	TIROL	0	3,5000	1		
44	BETERRABA	KG	GUILHERME BRAGUIROLI ME (7827)		0	2,7000	1		
45	BISCOITO WAFER CHOCOLATE / MORANGO - 140 GR	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	NINFA	0	1,7000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 01/04/2015 Válido até: 01/04/2016						
Objeto da Compra:O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios, água mineral, materiais de copa e cozinha e de acondicionamento/embalagens, destinados à manutenção das atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, NASF, ESF's e dos programas mantidos pela Secretaria Municipal						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
46	BISCOITO MINI WAFER CHOCOLATE / MORANGO - 40 GR	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	NINFA	0	1,9500
47	BISCOITO DE LEITE - 400 GR	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	NINFA	0	3,8000
48	BISCOITO TIPO MAISENA - PCTE COM 400G	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	NINFA	0	4,4000
49	BISCOITO MARIA - 400 GR	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	NINFA	0	4,0000
51	BISCOITO ROSCA - CHOCOLATE - 500 GR	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	NINFA	0	4,8500
52	BISCOITO ROSCA DE COCO - 500 GR	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	NINFA	0	4,9500
53	BISCOITO SALGADO - PCTE COM 400G	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	NINFA	0	4,3800
54	BISCOITO SALGADO INTEGRAL - 400 GR	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	NINFA	0	5,3000
55	BISCOITO SORTIDO - PCTE COM 400G	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	NINFA	0	4,8000
56	BOLACHA CASEIRA DE COCO -500 GR	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	ZECA	0	7,5500
57	BOLACHA CASEIRA DE POLVILHO -500 GR	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	ZECA	0	6,5500
58	BOMBOM - PCTE COM 50 UNIDADES	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	SERENATA	0	26,4000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 6/22

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 01/04/2015 Válido até: 01/04/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios: água mineral, materiais de copa e cozinha e de acondicionamento/embalagens, destinados à manutenção das atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, NASF, ESF's e dos programas mantidos pela Secretaria Municipal						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
59	BOMBOM SORTIDO - 375 GR	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	GAROTO	0	8,2000
60	BACON - 1º QUALIDADE	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	AURORA	0	21,8000
63	BUCHO BOVINO	KM	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	BASOTTI	0	12,1500
64	CAFÉ EM PÓ - PCTE COM 500G	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	CABOCLO	0	10,3000
65	CAFÉ SOLÚVEL - VIDRO COM 200G	VB	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	AMIGO	0	9,6500
66	CALDO DE CARNES EM TABLETE - 57 GR 06 TABLETES	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	ARISCO	0	1,1000
67	TEMPERO EM PO, SEM PIMENTA - 100 GR	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	ARISCO	0	3,5000
68	CALDO DE GALINHA EM TABLETES - CAIXA COM 06 TABLETES	CX	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	ARISCO	0	1,1000
69	CANELA EM PAU - 20 GR	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	APTI	0	2,0000
70	CANELA EM PÓ - 30 GR	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	APTI	0	2,3000
71	CARNE BOVINA - BIFE DE COXAO MOLE 1º QUALIDADE	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	FRIBOI	0	23,4000
72	CARNE BOVINA - COXAO MOLE , SEM OSSO, PEÇA INTEIRA, 1º QUALIDADE.	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	FRIBOI	0	22,9000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 7/22

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 01/04/2015 Válido até: 01/04/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios, água mineral, materiais de copa e cozinha e de acondicionamento/embalagens, destinados à manutenção das atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, NASF, ESF's e dos programas mantidos pela Secretaria Municipal						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
73	CARNE BOVINA MOÍDA DE PRIMEIRA	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	BASOTTI	0	21,4000
74	CARNE DE FRANGO - FILE DE PEITO	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	SEVA	0	11,7000
75	CARNE DE FRANGO - PEITO EM PEÇA INTEIRA SEM PELE E SEM OSSO	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	SEVA	0	11,4000
76	CARNE DE FRANCO - COXA E SOBRECOXA	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	SEVA	0	6,3000
77	CARNE SUINA - BISTECA	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	BASOTTI	0	13,4000
78	CARNE SUINA - PERNIL	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	BASOTTI	0	11,0000
79	CEBOLA	KG	GUILHERME BRAGUIROLI ME (7827)		0	2,6500
80	CANJICA - 500 GR	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	AMAFIL	0	2,7500
81	CEBOLINHA VERDE - MAÇO	UN	GUILHERME BRAGUIROLI ME (7827)		0	1,7000
82	Genoura	KG	GUILHERME BRAGUIROLI ME (7827)		0	2,8000
84	Chá - cx / 25 saquinhos - diversos sabores e ervas	CX	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	LEAO	0	4,2000
85	CHOCOLATE EM BARRA - 180 GR	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	NESTLE	0	5,1800

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 8/22

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 01/04/2015 Válido até: 01/04/2016						
Objeto da Compra:O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios, água mineral, materiais de copa e cozinha e de acondicionamento/embalagens, destinados à manutenção das atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, NASF, ESF's e dos programas mantidos pela Secretaria Municipal						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
86	CHOCOLATE EM BARRA MEIO AMARGO - BARRA DE 180G	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	NESTLE	0	5,1800
87	CHOCOLATE EM PÓ - PCTE COM 500G	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	APTI	0	6,5000
88	CHOCOLATE GRANULADO - PCTE COM 1KG	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	APTI	0	12,3000
90	COCO RALADO - PCTE COM 100G	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	APTI	0	3,9000
91	COUVE EM FOLHAS	UN	GUILHERME BRAGUIROLI ME (7827)		0	2,2000
92	COUVE FLOR	UN	GUILHERME BRAGUIROLI ME (7827)		0	3,7000
94	CRAVO - PCTE COM 12G	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	APTI	0	2,1500
95	CREME DE LEITE - LATA COM 375G	LT	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	PIRACANJUBA	0	3,9800
96	CREME DENTAL ADULTO. COM 50 GR.	TB	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	SORISO	0	1,4500
97	DESINFETANTE - 1 LITRO	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	universal	0	1,0900
98	DOCE DE FRUTAS - POTE COM 500G	PT	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	MIRIAM	0	3,3500

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 9/22

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 01/04/2015 Válido até: 01/04/2016						
Objeto da Compra:O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios, água mineral, materiais de copa e cozinha e de acondicionamento/embalagens, destinados à manutenção das atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, NASF, ESF's e dos programas mantidos pela Secretaria Municipal						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
99	DOCE DE LEITE EM PASTA - 500 GR	PT	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	MIRIAM	0	4,5000
101	EMBALAGEM PLÁSTICA PARA ALIMENTOS - 2KG - PCTE COM 100 UNIDADES	PCTE	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	sc plast	0	1,9300
102	EMBALAGEM PLÁSTICA PARA ALIMENTOS - 5KG - PCTE COM 100 UNIDADES	PCTE	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	sc plast	0	3,0000
103	EMBALAGEM PLASTICA PARA ALIMENTOS 7 KG - 100 UN	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	MEGAMIL	0	4,5000
104	ERVILHA EM CONSERVA - 200 GR	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	GOIAS VERDE	0	1,7000
106	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO - 340 GR	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	QUERO	0	2,9500
107	Farinha de tubá fina, em pacote de 01 kg	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	BEATRIZ	0	2,2500
108	FARINHA DE ROSCA - 500 GR	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	VILA PEDRINI	0	4,2800
109	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL - PCTE COM 5KG	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	BEATRIZ	0	9,7000
110	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL - 5 KG	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	BEATRIZ	0	15,3000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 10/22

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 01/04/2015 Válido até: 01/04/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios, água mineral, materiais de copa e cozinha e de acondicionamento/embalagens, destinados à manutenção das atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, NASF, ESF's e dos programas mantidos pela Secretaria Municipal						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
111	FARINHA DE MANDIOCA BRANCA / FINA -1 KG	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	MANCIL	0	5,3000
112	FEIJÃO PRETO TIPO 1	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	VO TITA	0	4,6400
113	FERMENTO EM PO PARA BOLO - 100 GR	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	DR OTCKER	0	2,2500
114	FERMENTO INSTANTANEO SECO - 50 GR	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	SOFT	0	2,9000
116	FILE DE PEIXE - MERLUZA	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	OESA	0	14,9000
117	FILTRO DE CAFE EM TECIDO BRANCO DE 1º QUALIDADE	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	BRIGITA	0	3,9000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)		0	4,0200
118	FILTRO PAPEL - PARA CAFE Nº 103	CX	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	brigita	0	1,9000
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)		0	2,4000
120	FÓSFORO PALITO LONGO - CAIXA COM 240 FÓSFOROS	CX	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	gaboardi	0	1,5200
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)		0	2,3500
121	FRANGO INTEIRO	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	SEARA	0	6,9500

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 11/22

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 01/04/2015 Válido até: 01/04/2016						
Objeto da Compra:O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios, água mineral, materiais de copa e cozinha e de acondicionamento/embalagens, destinados à manutenção das atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, NASF, ESF's e dos programas mantidos pela Secretaria Municipal						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
122	GELO EMBALAGEM DE 3KG	PCTE	PRANDO E CARON LTDA (6839)	ROLITO	0	6,0000
124	GOIABADA EM TABLETE - PCTE COM 400G	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	PREDILECTA	0	2,7500
126	GUARDANAPOS - PCTE COM 50 UNIDADES	PCTE	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	coty	0	0,3700
129	IOGURTE DIET/LIGHT - BANDEJA 720G - COM 6 POTES	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	TIROL	0	6,3000
130	IOGURTE NATURAL - APROXI. 160GR	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	TIROL	0	1,6500
131	ISQUEIROS CHAMA MINI - DESCARTAVEL	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	bic	0	2,4600
132	LARANJA TIPO PÉRA - KG	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)		0	3,9000
133	LEITE CONDENSADO - EMBALAGEM 395 GR	UN	GUILHERME BRAGUIROLI ME (7827)	PIRACANJUBA	0	1,9500
134	LEITE DE COCO - VIDRO COM 200ML	VD	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	MONINA	0	3,2000
135	LEITE EM PO INTEGRAL - 400 GR	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	IOLAIT	0	3,1000
					0	10,7500

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 12/22

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 01/04/2015 Válido até: 01/04/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios: água mineral, materiais de copa e cozinha e de acondicionamento/embalagens, destinados à manutenção das atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, NASF, ESF's e dos programas mantidos pela Secretaria Municipal						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
137	LENÇO DE PAPEL - DUPLO - 50 UN	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	KLEMESC	0	3,4500
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	bela	0	3,4900
138	LENTILHA - 500 GR	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	CANTI	0	4,3500
139	Limão	KG	GUILHERME BRAGUIROLI ME (7827)		0	6,4000
141	LINGUICA - CALABRESA - KG	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	AURORA	0	18,5000
142	LINGUICA DE PERNIL SUINO	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	AURORA	0	13,7000
143	MAÇA TIPO FUGI - KG	KG	GUILHERME BRAGUIROLI ME (7827)		0	4,6000
144	MACARRAO INSTANTANEO - 85 GR SABORES DIVERSOS	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	FILLER	0	0,9700
145	MACARRAO TIPO ESPAGUETTI NR. 08- PCTE C/ 500G	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	OLIARI	0	3,1000
146	MACARRAO - TIPO PARAFUSO PACOTE 500 GR	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	OLIARI	0	2,6000
147	MAIONESE PRONTA - 1KG	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	ARISCO	0	6,8000
148	MAMÃO, KG	KG	GUILHERME BRAGUIROLI ME (7827)		0	3,6000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 13/22

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 01/04/2015 Válido até: 01/04/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios: água mineral, materiais de copa e cozinha e de acondicionamento/embalagens, destinados à manutenção das atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, NASF, ESF's e dos programas mantidos pela Secretaria Municipal						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
149	Manga	KG	GUILHERME BRAGUIROLI ME (7827)		0	3,3000
150	MANTEIGA SEM SAL	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	TIROL	0	15,2000
151	MARGARINA COM SAL - 77% DE LIPÍDIOS - POTE C/ 500 GR.	PT	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	COAMO	0	4,8500
153	MASSA PARA PASTEL TAMANHO MÉDIO - PCTE COM 500G	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	MIMASSAS	0	4,0000
155	MELANCIA	KG	GUILHERME BRAGUIROLI ME (7827)		0	1,8000
156	MELAO	KG	GUILHERME BRAGUIROLI ME (7827)		0	3,9000
157	MILHO PARA PIPOCA - PCTE COM 500G	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	AMAFIL	0	2,8000
158	MILHO EM LATA COM 200G	LT	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	GOIAS	0	1,4800
159	MOLHO DE TOMATE PRONTO - 340 GR	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	PREDILECTA	0	2,5500
161	MORTADELA SEM TOUCINHO - KG	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	AURORA	0	7,3000
163	MUIDOS DE FRANGO - MOELA	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	SEVA	0	5,9000
164	NATA - PCTE COM 375G	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	TIROL	0	4,1500

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 14/22

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 01/04/2015 Válido até: 01/04/2016						
Objeto da Compra:O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios, água mineral, materiais de copa e cozinha e de acondicionamento/embalagens, destinados à manutenção das atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, NASF, ESF's e dos programas mantidos pela Secretaria Municipal						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
165	NOZ MOSCADA - PCTE COM 2 UNIDADES	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	APTI	0	2,4500
166	ODORIZANTE DE AMBIENTE	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	audax	0	5,2700
167	ÓLEO DE SOJA - LTA COM 900ML	LT	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	COCAMAR	0	9,1000
168	OLEO DE GIRASSOL EM GARRAFA PET DE 900 ML	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	PURITY	0	5,7300
169	ORÉGANO - PCTE COM 200G	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	APTI	0	11,0000
170	OVOS DE GRANJA VERMELHOS A - TIPO 1 - DÚZIA	DZ	GUILHERME BRAGUIROLI ME (7827)		0	4,3000
171	Palha de aço - nº 02 - 25 gr	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	sany	0	1,0000
172	PALMITO EM CONSERVA - 300 GR PICADO	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	TAMOA	0	2,0900
173	PÃO PARA CACHORRO QUENTE	UN	GUILHERME BRAGUIROLI ME (7827)		0	1,2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 15/22

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 01/04/2015 Válido até: 01/04/2016						
Objeto da Compra:O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios, água mineral, materiais de copa e cozinha e de acondicionamento/embalagens, destinados à manutenção das atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, NASF, ESF's e dos programas mantidos pela Secretaria Municipal						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)		0	1,7500
174	PÃO PARA SANDUICHE FATIADO - PCTE	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	VILA PEDRINI	0	4,7000
175	PAO PARA SANDUICHE - INTEGRAL FATIADO	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	VILA PEDRINI	0	6,5000
176	PAO TIPO FRANCES	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	VILA PEDRINI	0	7,7400
177	PAPEL ALUMINIO - ROLO 45cm x 7,5m	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	sc plast	0	2,1600
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)		0	5,5500
178	PAPEL FILME - ROLO 28cm X 15m	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	PLAC	0	2,7500
179	PAPEL MANTEIGA - ROLO 30 CM X 7,5 M	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	giopak	0	2,7500
180	PAPEL TOALHA - PCTE COM 2 ROLOS	PCTE	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	stylus	0	1,9600
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)		0	3,4000
181	PEPINO	KG	GUILHERME BRAGUIROLI ME (7827)		0	2,2500
182	PEPINO EM CONSERVA - VIDRO COM 560G	VD	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	JD	0	4,9500

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 16/22

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 01/04/2015 Válido até: 01/04/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios, água mineral, materiais de copa e cozinha e de acondicionamento/embalagens, destinados à manutenção das atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, NASF, ESF's e dos programas mantidos pela Secretaria Municipal						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
183	PERA	KG	GUILHERME BRAGUIROLI ME (7827)		0	8,6000
185	PÊSSEGO EM CONSERVA - LATA COM 830G	LT	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	JD	0	5,4000
186	PIMENTAO	KG	GUILHERME BRAGUIROLI ME (7827)		0	6,7000
187	PIPOCA DOCE	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	EXPLOSAO DE AMOR	0	1,3800
188	PÓ PARA GELATINA - CAIXA COM 60G	CX	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	APTI	0	1,1000
189	PO PARA PUDIM - DIVERSOS SABORES - 50GR	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	APTI	0	3,3000
190	PÓ PARA REFresco - PCTE COM 1KG	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	TANG	0	2,7400
191	POLVILHO AZEDO - PCTE COM 500G	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	PRATA	0	4,5000
192	POLVILHO DOCE - PCTE C/ 500GR	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	PRATA	0	3,9500
193	Pote Plástico - capacidade mínima para 1.000 ml - retangular - com tampa	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	PLASUTIL	0	3,9900
194	POTE PLASTICO - MINIMO 10.000 ML - RETANGULAR COM TAMPA	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	PLASUTIL	0	18,2000
195	POTE PLASTICO - MINIMO 3.000 ML - RETANGULAR COM TAMPA	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	PLASUTIL	0	6,0800

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 17/22

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 01/04/2015 Válido até: 01/04/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios: água mineral, materiais de copa e cozinha e de acondicionamento/embalagens, destinados à manutenção das atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, NASF, ESF's e dos programas mantidos pela Secretaria Municipal						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
196	POTE PLASTICO - MINIMO 500 ML - RETANGULAR COM TAMPA	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	PLASUTIL	0	2,2500
197	POTE PLASTICO - MINIMO 5.000 ML - RETANGULAR COM TAMPA	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	PLASUTIL	0	9,4000
198	PRATO DESCARTAVEL GRANDE COM 10 UNIDADES	PCTE	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	COPOSUL	0	1,9900
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)		0	5,0000
199	PRATO DESCARTAVEL PARA BOLO, COM 10 UNIDADES	PCTE	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	COPOSUL	0	0,6400
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)		0	1,3500
200	GARFO PARA BOLO, DESCARTAVEL, COM 10 UNIDADES	PCTE	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	STRAMPLAST	0	0,9100
			MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)		0	1,2900
201	PRESUNTO FATIADO, DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	SEARA	0	23,9000
202	QUEIJO RALADO - PCTE COM 40G	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	SELETI	0	2,5000
203	QUEIJO TIPO MUSSARELA - KG	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	STA BARBARA	0	22,2500
204	QUEIJO BRANCO - RICOTA	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	STA BARBARA	0	6,9000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 18/22

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 01/04/2015 Válido até: 01/04/2016						
Objeto da Compra:O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios: água mineral, materiais de copa e cozinha e de acondicionamento/embalagens, destinados à manutenção das atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, NASF, ESF's e dos programas mantidos pela Secretaria Municipal						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
205	REFRIGERANTE - 2 LITROS	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	SKIN	0	4,2000
206	REFRIGERANTE - EMBALAGEM DE 2,5 LITROS - SABORES DIVERSOS	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	PEPSI	0	5,2000
207	Repolho	KG	GUILHERME BRAGUIROLI ME (7827)		0	2,3000
208	RUCULA	UN	GUILHERME BRAGUIROLI ME (7827)		0	1,9000
209	SABAO EM BARRA - 200 GR	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	UNIVERSAL	0	0,7100
210	SABAO EM PO - EMBALABEM DE 01 KG	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ARCO IRIS	0	2,6300
211	SABONETE 90 GR	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	IARA	0	0,8400
213	SAL AMONIACO - PCTE COM 100G	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	APTI	0	1,2500
214	SAL REFINADO - PCTE COM 1KG	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	ZIZO	0	1,3500

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 19/22

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 01/04/2015 Válido até: 01/04/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios, água mineral, materiais de copa e cozinha e de acondicionamento/embalagens, destinados à manutenção das atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, NASF, ESF's e dos programas mantidos pela Secretaria Municipal						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
215	SALSICHA - KG	KG	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	AURORA	0	7,7500
217	SARDINHA - LATA COM 170G	LT	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	PESCADOR	0	4,2500
218	CONDICIONADOR - FRASCO DE 350 ML	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	NEUTROX	0	5,1500
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	BELLO	0	5,2000
219	Shampoo - 350 ml	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	MONANGE	0	3,8800
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	VINI LADY	0	3,9000
220	SUCO PRONTO DE LARANJA, MANGA, MARACUJA, MORANGO E PESSEGO EM EMBALAGEM DE 01 LITRO	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	PURITY	0	4,0400
222	SUCO DE FRUTA - PRONTO PARA BEBER EMBALAGEM TETRA PAK DE 200 ML - SABORES DIVERSOS	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	PURITY	0	2,6000
223	SUCO DE FRUTA NATURAL - SUCO DE FRUTA NATURAL - GARRAFA 1,5LITROS	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	BELA VITA	0	10,6000
224	SUSPIRO 120 GR	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	ZAGONEL	0	3,8000
226	TOMATE TIPO A A - KG	KG	GUILHERME BRAGUIROLI ME (7827)		0	4,8000
227	TRIGO DE KIBE 500 GR	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	INCAS	0	4,7500

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 20/22

Número do Registro de Preços: 6/2015			Data do Registro: 01/04/2015		Válido até: 01/04/2016		
Objeto da Compra:O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios, água mineral, materiais de copa e cozinha e de acondicionamento/embalagens, destinados à manutenção das atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, NASF, ESF's e dos programas mantidos pela Secretaria Municipal							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
229	VAGEM	KG	GUILHERME BRAGUIROLI ME (7827)		0	6,2000	1
230	VELA - PCTE COM 8 UNIDADES	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	SANDERO	0	3,0000	1
231	Vinagre de maçã - 750 ml	UN	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	KOLLER	0	2,5500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 21/22

Número do Registro de Preços: 6/2015		Data do Registro: 01/04/2015		Válido até: 01/04/2016			
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios, água mineral, materiais de copa e cozinha e de acondicionamento/embalagens, destinados à manutenção das atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, NASF, ESF's e dos programas mantidos pela Secretaria Municipal							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
232	ERVAMATE - PCTE COM 1KG	PCTE	MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA (7364)	TERTULIA	0	11,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 22/22

Número do Registro de Preços: 6/2015		Data do Registro: 01/04/2015		Válido até: 01/04/2016			
Objeto da Compra:O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios, água mineral, materiais de copa e cozinha e de acondicionamento/embalagens, destinados a manutenção das atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, NASF, ESF's e dos programas mantidos pela Secretaria Municipal							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2015
PROCESSO Nº 3/2015

- (6216) - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP
- (6839) - PRANDO E CARON LTDA
- (7364) - MERCADO E CONFECCOES SS DURIGON LTDA
- (7827) - GUILHERME BRAGUIROLI ME

Joaçaba, 1 de Abril de 2015.

ATA 07/2015 PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 7/2015		Data do Registro: 31/03/2015		Válido até: 31/03/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de Concreto Asfáltico Usinado a Quente - C.A.U.Q., destinado às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do perímetro urbano do Município de Joaçaba (SC).							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE - C.A.U.Q.	TON	BRITAGEM GASPAR LTDA (11458)		0	259,5000	1
---	--	-----	------------------------------	--	---	----------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 7/2015		Data do Registro: 31/03/2015		Válido até: 31/03/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de Concreto Asfáltico Usinado a Quente - C.A.U.Q., destinado às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do perímetro urbano do Município de Joaçaba (SC).							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA (11457)		0	260,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 7/2015		Data do Registro: 31/03/2015		Válido até: 31/03/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de Concreto Asfáltico Usinado a Quente - C.A.U.Q., destinado às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do perímetro urbano do Município de Joaçaba (SC).							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2015
PROCESSO Nº 19/2015

(11457) - SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA
(11458) - BRITAGEM GASPARGASPAR LTDA

Joaçaba, 31 de Março de 2015.

IMPRES**BALANCETE FINANCEIRO IMPRES - JOAÇABA****SANTA CATARINA****INST. DE PREV. DOS SERV.PUB. DO MUNIC. DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	1.214.849,68	ORÇAMENTÁRIAS	466.784,37
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	167.355,70	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	465.000,97
RECEITA PATRIMONIAL	493.892,22	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	453.840,50
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.277,45	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.160,47
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAM	400.907,31	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.783,40
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	142.417,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.783,40
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	564.686,28	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	564.015,80
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	97.901,91	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	98.237,84
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	466.784,37	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	465.777,96
SALDOS ANTERIORES	44.461.629,63	SALDOS ATUAIS	45.210.365,42
(-) AJUSTE DE PERDAS COM TÍTULOS E VALORI	-215.648,69	(-) AJUSTE DE PERDAS COM TÍTULOS E VALORI	-215.648,69
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	44.543.009,89	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	45.410.617,53
BANCO C/ MOVIMENTO	134.268,43	BANCO C/ MOVIMENTO	15.396,58
TOTAL	46.241.165,59	TOTAL	46.241.165,59

JOACABA, 23/03/2015

PATRICIA CALLEGARI WARKEN
CONTADORA CRCSC 029205/O-3

ELISABET M. Z. SARTORI
DIRETORA PRESIDENTE

SIMAE - JOAÇABA**CONVITE 0001/2015 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0018/2015

MODALIDADE CONVITE Nº 0001/2015

PROTOCOLO JHL 0947/2015

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Edital de Convite 0001/2015 - Licitação 0018/2015, MENOR PREÇO GLOBAL, que trata de:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA ELABORAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO COM PROVA ESCRITA, INCLUINDO TODAS AS ETAPAS PARA PREENCHIMENTO DE VAGA AO CARGO DE CONTADOR PARA O SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 13/04/2015 às 09:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 13/04/2015 às 09:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 02/04/2015 a 13/04/2015.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8217.

Joaçaba - SC, 02 de Abril de 2015.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE

PORTARIA JHL 068/2015

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 068/2015 DE 01.04.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar Marcos Antônio Fávero, ocupante do cargo de Auxiliar Controle Operacional, enquadrado no P-5, N-1, Ref. G-4, sob nº da CNH 05040248235, para exercer a atividade de Condução de Veículo da Autarquia, estando autorizado a dirigir o veículo Fiat Doblo Placa MCI 9034, a partir de 01 de abril de 2015, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de abril de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 01 de abril de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

PORTARIA JHL 67/2015

PORTARIA SIMAE JHL- Nº 67/2015 DE 01/04/2015

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar por motivo de Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, o Servidor Osmar Tapper, matrícula 66, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotado na Diretoria Técnica, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, do quadro de pessoal desta Autarquia, conforme Portaria do IMPRES 153/2015 de 30 de março de 2015.

Art. 2º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Art. 34, inciso IV, da Lei Complementar nº 76 de 11/12/03.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de Abril de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Joaçaba-SC, 01 de Abril de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

RESUMO CONTRATO JHL 0019/2015 SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DO CONTRATO JHL0019/2015

TOMADA DE PREÇOS JHL 0001/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0010/2015

Data: 31/03/2015

Objeto: Contratação de empresa para implantação de rede coletora de esgoto, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários, no Bairro João Pires no Município de Joaçaba.

VALOR TOTAL: R\$ 31.759,62 (Trinta e um mil, setecentos e cinquenta e nove reais e sessenta e dois centavos).

Contratado: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA.

PROGRAMA: 14.01.1052

ELEMENTO: 4.4.90.51.99

Prazo de Vigência: 31/03/2015 a 30/11/2015

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE.

Lages

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 13/2015 PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 13/2015 ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ESTA PUBLICAÇÃO EXCLUI A ANTERIOR

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 13/2015, através da Secretaria Municipal de Administração, com o Sr. Giordan Heidrich, inscrito no CPF sob n.º 949.077.909-10, para locação de um Imóvel sito a Rua Frei Gabriel 280 Centro, local onde será instalado A Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, pelo valor mensal de R\$ 3.772,23 (três mil, setecentos e setenta e dois reais e vinte e três centavos) mensais.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 12 de fevereiro de 2015.

Pedro Marcos Ortiz
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 12 de Fevereiro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

EDITAL CREDENCIAMENTO 01/2015

AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO

A Prefeitura do Município de Lages, através da Fundação Cultural, torna público para conhecimento dos interessados que encontra-se disponível o Edital de Credenciamento para montagem de estruturas temporárias de tendas e estandes para criação de 02 (dois) salões com comercialização.

O prazo para inscrições ao credenciamento será dos dias 06 à 08 de abril de 2015, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas na Fundação Cultural de Lages à Rua Benjamin Constant nº 141. A íntegra do Edital encontra-se disponível na Fundação Cultural de Lages, ou pelo site: www.lages.sc.gov.br

Lages, 01 de abril de 2015.

Maurício Neves de Jesus
Superintendente da FCL

EXTRATO CONTRATO 04/2015 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 04/2015 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC CEP 88.505.900.

CONTRATADA: SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA, inscrita no CPF n.º 78.490.653/0001-93. Com sede a Rua Frei Gabriel, 344 - Centro - Lages/SC. CEP 88.502-030.

Processo Licitatório nº 04/2015, correlato à Dispensa de Licitação 02/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Locação de Imóvel onde está instalado o CRAS V.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2015;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura até 31/12/2015

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O valor a ser pago será de R\$ 1.566,94 (um mil quinhentos e sessenta e seis reais e noventa e quatro centavos) mensais.

Lages/SC, 05 de Março de 2015

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 05/2015 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 05/2015 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC CEP 88.505.900.

CONTRATADA: VALERIA SCHIMITZ, inscrita no CPF n.º 425.569.299-87. Com sede a Rua Caetano Vieira da Costa, 222 - Centro - Lages/SC. CEP 88.502-070.

Processo Licitatório nº 05/2015, correlato à Dispensa de Licitação 03/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Locação de Imóvel onde está instalado o Almoxarifado da Secretaria.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2015;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura até 31/12/2015

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O valor a ser pago será de R\$ 1.291,52 (um mil duzentos e noventa e um reais e cinquenta e dois centavos) mensais.

Lages/SC, 05 de Março de 2015

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 06/2015 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 06/2015 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC CEP 88.505.900.

CONTRATADA: GERALDO LOCKS, inscrito no CPF n.º 221.090.569-91. Com sede a Rua Pará, 603 - São Cristóvão - Lages/SC. CEP 88.509-060.

Processo Licitatório nº 06/2015, correlato à Dispensa de Licitação 04/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Locação de Imóvel onde está instalado o PRONATEC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2015;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura até 31/12/2015

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O valor a ser pago será de R\$ 940,17 (novecentos e quarenta reais e dezessete centavos) mensais.

Lages/SC, 05 de Março de 2015

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 140/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 140/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: KELLY CAROLINA VIEIRA DE ARRUDA, inscrita no CPF n.º 025.474.049-90. Com sede a Rua Otacílio Vieira da Costa, 115 - Centro - Lages/SC. CEP 88.501-050.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 91/2015, correlato à Dispensa de Licitação 55/2015,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Locação de Imóvel onde está instalado a Secretaria de Assuntos Comunitários e Voluntários.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2015;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura até 31/12/2015.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de O valor a ser pago será de R\$ 940,00 (novecentos e quarenta reais) mensais.

Lages, 17 de Março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 141/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 141/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: CEPAR COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓEIS, inscrita no CPF n.º 80.981.129/0001-67. Com sede a Av. Duque de Caxias, 600 2º Andar sala 09- Centro - Lages/SC. CEP 88.508-000. Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 114/2015, correlato à Dispensa de Licitação 62/2015,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Locação de Imóvel onde está instalado a Secretaria de Agricultura e Pesca.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2015;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura até 31/12/2015.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de O valor a ser pago será de R\$ 3.441,80 (três mil quatrocentos e quarenta e um reais e oitenta centavos) mensais.

Lages, 23 de Março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 142/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 142/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: MARIA DA GRAÇA LEAL, inscrita no CPF n.º 347.849.009-00. Com sede a Av. Duque de Caxias, 600 2º Andar sala 09- Centro - Lages/SC. CEP 88.508-000.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 71/2015, correlato à Dispensa de Licitação 16/2015,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Locação de Imóvel onde está instalado o CEIM Chapeuzinho Vermelho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2015;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura até 31/12/2015.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de O valor a ser pago será de R\$ 4.945,19 (quatro mil novecentos e quarenta e cinco reais e dezenove centavos) mensais.

Lages, 23 de Fevereiro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 143/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 143/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ANTÔNIO ROGERIO RIBEIRO, inscrito no CPF n.º 225.602.700-72. Com sede a Rua Benjamin Constant, 28 - Centro - Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 83/2015, correlato à Dispensa de Licitação 33/2015,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Locação de Imóvel onde está instalado o a Fiscalização Tributária.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2015;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura até 31/12/2015.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de O valor a ser pago será de R\$ 5.722,81 (cinco mil setecentos e vinte e dois reais e oitenta e um centavos) mensais.

Lages, 05 de março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 144/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 144/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: IONE TEREZINHA FERREIRA SELL, inscrito no CPF n.º 862.430.479-20. Com sede a 600, APT. 1002 - Centro - Camboriú/SC. CEP 88.330-630.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 84/2015, correlato à Dispensa de Licitação 34/2015,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Locação de Imóvel onde está instalado o programa Psicossocial.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2015;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura até 31/12/2015.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de O valor a ser pago será de R\$ 1.931,93 (um mil novecentos e trinta e um reais e noventa e três centavos) mensais.

Lages, 05 de março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 145/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 145/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: GERALDO CORREIA BASTOS, inscrito no CPF n.º 002.432.238-54. Com sede a Rua Ceará, 439 - São Cristóvão - Lages/SC. CEP 88.509-160.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 85/2015, correlato à Dispensa de Licitação 42/2015,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Locação de Imóvel onde está instalado o Balcão Cidadão.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2015;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura até 31/12/2015.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de O valor a ser pago será de R\$ 3.128,91 (três mil cento e vinte e oito reais e noventa e um centavos) mensais.

Lages, 24 de março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 146/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 146/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: L.A. ZAGO EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ n.º 72.185.549/0001-09. Com sede a Av. Duque de Caxias, 579 - Frei Rogério - Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 86/2015, correlato à Dispensa de Licitação 43/2015,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Locação de Imóvel onde está instalado a Execução Fiscal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2015;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura até 31/12/2015.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de O valor a ser pago será de R\$ 6.951,92 (seis mil novecentos e cinquenta e um reais) mensais.

Lages, 11 de março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 147/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 147/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: CONSTRUTETO CONSTRUÇÕES EIRELI - ME inscrita no CNPJ n.º 20.082.259/0001-36, com sede a Rua Doutor Aujor Luz, 791 - Garagem Anexa - Santa Catarina - CEP 88.512-400 - Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 87/2015, correlato à Dispensa de Licitação 44/2015,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Reparos Emergenciais na sede da Secretaria de Assistência Social, atingido pela tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2015, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de O valor a ser pago será de R\$ 6.541,74 (seis mil quinhentos e quarenta e um reais e setenta e quatro centavos) mensais.

Lages, 10 de Fevereiro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 148/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 148/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: KARIN DEKKER CAON LOEFF inscrita no CPF n.º 887.101.909-10, com sede a Rua João Aloísio Barni, 190 - Souza Cruz - CEP 88.354-470 - Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 98/2015, correlato à Dispensa de Licitação 56/2015,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Locação de Imóvel onde está instalado a Auditoria Geral do Município - Salas 71, 72 e 74.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2015;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura até 31/12/2015.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 1.642,24 (um mil seiscentos e quarenta e dois reais e vinte e quatro centavos) mensais.

Lages, 17 de Março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 149/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 149/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: KARIN DEKKER CAON LOEFF inscrita no CPF n.º 887.101.909-10, com sede a Rua João Aloísio Barni, 190 - Souza Cruz - CEP 88.354-470 - Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 97/2015, correlato à Dispensa de Licitação 57/2015,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Locação de Imóvel onde está instalado a Auditoria Geral do Município - Salas 71, 72 e 74.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2015;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura até 31/12/2015.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 625,78 (seiscentos e vinte e cinco reais e setenta e oito centavos) mensais.

Lages, 17 de Março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 150/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 150/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: ARISTOTELES WALTRICK FILHO inscrito no CPF n.º 020.936.859-49, com sede a Rua Lauro Muller, 636 apt. 121-Centro - Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 96/2015, correlato à Dispensa de Licitação 58/2015,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Locação de Imóvel onde está instalado o Arquivo Morto Municipal

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2015;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura até 31/12/2015.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 3.511,38 (três mil quinhentos e onze reais e trinta e oito centavos) mensais.

Lages, 16 de Março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 151/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 151/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: ARISTOTELES WALTRICK FILHO inscrito no CPF n.º 020.936.859-49, com sede a Rua Lauro Muller, 636 apt. 121-Centro - Lages/SC.

Contrato, em decorrência do do Processo Licitatório nº 95/2015, correlato à Dispensa de Licitação 59/2015,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Locação de Imóvel onde está instalado o Almoxarifado Central - SEML

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2015;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura até 31/12/2015.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 10.534,17 (dez mil quinhentos e trinta e quatro reais e setenta centavos) mensais.

Lages, 17 de Março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

LAUDA PP 44-2015 PML

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 45/2015 PML

Objeto: Prestação de Serviços de Locação, Instalação e Manutenção de Pirâmides e Tendões

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 23/04/2015 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 196.197,80

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 1º de abril de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO PP 20-2015 SMS

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015SMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA A REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO EM TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE, PRONTA ATENDIMENTO, POLICLÍNICA E SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES PRESCRITAS NO ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA, PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido de esclarecimento, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados que houveram algumas alterações no edital em comento:

LEIA-SE NOS ITENS:

207: 20 metros

208: 25 metros

209: 25 metros

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 1º de abril de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Lebon Régis**PREFEITURA****CONTRATO Nº: 37/2015**

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 37/2015

Objeto: O presente contrato tem por objeto contratar os valores a serem repassados pelos Municípios Consorciados para o exercício de 2015, para atender aos objetivos (art. 2º do Estatuto) e finalidades (art. 3º, II, b do Estatuto do COINCO) do COINCO relacionadas à destinação final dos resíduos sólidos Urbanos, coletados no Município (consorciado) e encaminhados para o aterro..

Contratante: Município de Lebon Régis.

Contratado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO CONTESTADO - 04.695.617/0001-20.

Valor: R\$ 98.180,00 (noventa e oito mil e cento e oitenta reais).

Vigência: 01/03/2015. Término: 31/12/2015.

Lebon Régis, 31/03/2015.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº24/2015 - TOMADA DE PREÇOS Nº03/2015

MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

Processo Licitatório nº24/2015 - Tomada de Preços nº03/2015

A Prefeitura Municipal de Lebon Régis-SC, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade de Tomada de Preços do tipo Menor Preço Global. Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de reforma e ampliação que consiste na construção de secretaria com banheiro, cozinha, lavanderia, varanda, refeitório e pátio para a recreação dos alunos serem executados no Centro de Educação Infantil - Primeiros Passos, localizada no Bairro Núcleo Rio Doce, incluindo fornecimento de materiais e serviços conforme especificações e condições gerais descritos no projeto e memorial descritivo partes integrantes do edital, efetuados com recursos do Programa Brasil Carinhoso. Os envelopes nº. 01 e 02, respectivamente "DOCUMENTAÇÃO" e "PROPOSTA", deverão ser entregues no setor de Compras e Licitações, sito a Rua Artur Barth, 300, Centro, até as 09h00min do dia 22/04/2015. A sessão de abertura será no mesmo dia às 09h10min. Cadastramento conforme Lei 8666/93. Maiores informações através do e-mail: licitacoes@lebonregis.sc.gov.br, ou no site. www.lebonregis.sc.gov.br.

Mairon Leonam Ribeiro

Presidente.

Lebon Régis, 31 de março de 2015.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO N.º 2.672/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015

DECRETO N.º 2.672/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.252/2014 de 03 de Dezembro de 2014:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.010 - Educação Infantil

4.4.90.00.00.00.00.00.0350 - Aplicações Diretas
.....R\$ 141,07

4.4.90.00.00.00.00.00.0628 - Aplicações Diretas
.....R\$ 12.631,12

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, R\$ 141,07 ocorrerá por conta dos rendimentos de aplicação de 2015 e R\$ 12.631,12 ocorrerá por conta do superávit financeiro do exercício de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,
Em, 23 de Março de 2015

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

EXTRATO DE EDITAL DE ESCOLHAS DE MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR/ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

MUNICIPIO DE LINDOIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Extrato de Edital de Escolhas de Membros do Conselho Tutelar/ Eleições Unificadas 2015

NELSIRA LOSS FIORENTIN, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente de Lindóia do Sul/SC, torna público que realizará Processo de escolha unificado dos conselheiros tutelares.

As inscrições se dará de 07 de abril de 2015 até o dia 03 de junho de 2015, na Diretoria de Ação Social, Rua Tamandaré, 117. O edital pode ser obtido na íntegra pelo site: www.lindoiadosul.sc.gov.br, a partir de 06 de abril de 2015. Demais informações pelo telefone (0xx49) 3446-1177.

Lindóia do Sul/SC, 01 de Abril de 2015.

NELSIRA LOSS FIORENTIN

Presidente do Conselho

LEI ORDINÁRIA N.º 1.265/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015

LEI ORDINÁRIA N.º 1.265/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015
AUTORIZA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO, PARA ENTIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica autorizada a celebração de convênio com a entidade Águas do Auto Uruguai Convention&Visitors Bureau visando a execução do Projeto Roteiro Turístico Integrado Regional "O Contestado do Alto Uruguai Catarinense", podendo o Município de Lindóia do Sul participar com o repasse recursos financeiros no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Art. 2º A autorização pressupõe a homologação prevista no art. 12, da Lei Orgânica do Município e o disposto no § 2º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município, do exercício de 2015.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 25 de Março de 2015

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

PÚBLICA O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2015

Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul

Estado de Santa Catarina

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 01/2015

DITAL PARA PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2015

PÚBLICA O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2015

O Prefeito Municipal, Senhor PEDRO ARI PARIZOTTO juntamente com a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público nº 01/2015, do município de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes foram conferidas, torna Público para o conhecimento dos interessados, o resultado final do Processo em epígrafe, conforme segue:

Professor de Artes - NÃO HABILITADO

Classificação	Inscrição nº	Identificação do Candidato	Prova escrita	Prova de títulos	Nota final
1º	01	Dayani de Vargas	4,5	0,00	4,5

Lindóia do Sul (SC), 01 de abril de 2015

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

JOANA CAROLINE SPRICIGO Presidente	GIOVANA ANDREZA DE OLIVEIRA Membro
---------------------------------------	---------------------------------------

IVANETE ZUANAZZI
Membro

Registra-se e Publica-se em data supra.

Luzerna

PREFEITURA

RESOLUÇÃO CMS 001 2015

RESOLUÇÃO CMS LUZERNA 001/2015

DELIBERA SOBRE GESTÃO FINANCEIRA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE POR BLOCO DE CUSTEIO E AUTORIZA UTILIZAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS VINCULADAS ESTADUAL E FEDERAL, ENTRE OS QUAIS O COOFINANCIAMENTO ESTADUAL DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, PARA UTILIZAÇÃO EM CUSTEIO, MATERIAL PERMANENTE, AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS E NO MUTIRÃO DE PROCEDIMENTOS ELETIVOS PARA USUÁRIOS DE LUZERNA (SC).

O Conselho Municipal de Saúde do Município de Luzerna, nos termos da Lei 8142/90 e considerando o disposto na Resolução do Conselho Nacional de Saúde de número 453/2012:

Considerando que o Município tem por iniciativa a realização de mutirões e procedimentos eletivos em Consultas, Apoio Diagnóstico e Procedimentos Cirúrgicos para pacientes do Município de Luzerna:

Considerando que os recursos vinculados estadual e federal são estabelecidos por Bloco de Custeio, nos termos da Portaria Federal 204/2007;

Considerando que a Lei 141/2012 e o Decreto Federal 7508/2011 estabeleceram como crime de improbidade administrativa o não uso dos recursos federais e Estadual vinculado;

Considerando ainda que mesmo tendo cumprido com a função finalística de cada uma das fontes de receitas dos recursos vinculados, a eficiência local gerou sobra de tais recursos, disponibilizadas nas contas especialmente do Coofinanciamento (Transferido pelo Estado para reforçar a Estratégia Saúde da Família);

Resolve:

Art. 1o - Autorizar o Município a utilizar os recursos dos Blocos de Atenção Básica, Vigilância em Saúde e Coofinanciamento, no custeio de pessoal, obedecido o disposto nos Artigos 3o e 4o da Lei 141/2012, para material permanente incluindo equipamentos e aquisição de veículos para uso na Rede Municipal de Saúde, além do custeio do Mutirão de Procedimentos Eletivos de Consultas, Apoio Diagnóstico e Procedimentos Cirúrgicos, exclusivamente para pacientes de Luzerna (SC).

Art. 2o - A Secretaria de Saúde deverá incluir no relatório de gestão trimestral deverá indicar os gastos decorrentes da presente resolução em destaque para controle do Conselho Municipal de Saúde.

Luzerna, 01 de Abril de 2015

JOVIANE COLOMBELLI

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Macieira

PREFEITURA

EDITAL CMDCA Nº 001/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

Edital CMDCA nº 001/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Macieira.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e no art. 9º, da Lei Municipal 432/2009 abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Macieira, e dá outras providências.

1 Do Cargo e das Vagas

1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

2.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2 Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 432/2009, é assegurado o direito a:

I - vencimento de R\$ 866,00 (oitocentos e sessenta e seis reais), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - cobertura previdenciária;

III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - licença-maternidade;

V - licença-paternidade;

VI - gratificação natalina.

2.2. Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.5 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

2.5.1 Plantão noturno das 17h30 às 8h00 do dia seguinte.

2.5.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.5.3 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

3. Do Processo de Escolha

3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 06/04/2015 a 04/05/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (08h00min às 17h00min), na Biblioteca Pública Municipal, localizada na Rua Dona Maria Mendes, nº356, Centro.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição: I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II - idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;

III - residir no município, demonstrada por comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste Edital;

IV - conclusão de ensino médio, comprovada através de Diploma de Conclusão do Ensino Médio;

Parágrafo único: Após os requisitos supracitados no ato da inscrição os candidatos deverão ser submetidos:

- Participação de 100% de frequência em curso prévio promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

- Aprovação no Teste Seletivo de conhecimento da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e Língua Portuguesa, com conteúdos que abranjam até o nível de ensino médio, sob supervisão da comissão designada pelo CMDCA conhecimentos sobre os direitos da criança e do adolescente;

- Apresentar Avaliação Psicológica Específica, realizada por profissionais escolhidos pela comissão designada pelo CMDCA, que comprove as condições psicológicas para trabalhar com conflitos sócio-familiares atinentes ao cargo e para exercer, na sua plenitude, as atribuições constantes no artigo 136 da Lei Federal nº 8.069, de 1990, e da legislação municipal em vigor;

3.1.2.1 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.1.2 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.3 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.4 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 20/05/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 21/05/2015 a 22/05/2015, no horário de atendimento ao público (08h00min às 17h00min), na Biblioteca Pública Municipal de Macieira.

3.2.2.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, dia 25/05/2015, no horário de atendimento ao público (08h00min às 17h00min), na Biblioteca Pública Municipal de Macieira.

3.2.2.2 A comissão eleitoral terá o período de apresentará resposta quanto às impugnações até o dia 27/05/2015.

3.2.3 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 28/05/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

3.2.4 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

3.3 Da Propaganda Eleitoral

3.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.3.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.3.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.3.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor

3.3.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.3.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.3.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.3.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

3.4 Da Eleição

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 08h00min as 15h00min, nos seguintes locais:

- Escola Municipal de Ensino Fundamental Pequenos Brilhantes.
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Cândida Bertotto Zucatti.

3.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.4.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.4.6 O eleitor votará uma única vez em apenas 1(um) candidato na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

3.5 Do Voto

3.5.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.5.2 O voto é sigiloso, sendo o mesmo realizado através de urnas eletrônicas e, somente na total impossibilidade de utilização desses equipamentos, por cédulas confeccionadas pela Prefeitura Municipal, mediante modelo aprovado pelo CMDCA, que serão rubricadas por um Membro da Comissão Eleitoral e pelo Presidente da mesa receptora ou por um mesário.

3.5.2.1 O eleitor deverá indicar na urna o número do candidato ou se cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

3.6 Da Cédula Oficial

3.6.1 Caso seja necessário a utilização da cédula oficial a mesma deverá ser confeccionada pela Prefeitura Municipal e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.6.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos,

dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.6.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

3.7 Das Mesas Receptoras

3.7.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.7.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.2.3 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.7.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos: I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.7.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

3.8 Da Apuração

3.8.1 A apuração dar-se-á na Escola de Ensino Fundamental Pequenos Brilhantes, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.8.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.8.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.8.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação

3.8.6 No caso de empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado no dia 05/10/2014, em edital afixado no Mural Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 432/2009, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Caçador para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Macieira, 02 de abril de 2015.

LEIDA CASTANHEIRO MAURINA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MACIEIRA

**ANEXO I
CRONOGRAMA**

- 1 - Publicação do Edital: 02/04/2015;
- 2 - Inscrições na Biblioteca Pública Municipal de Macieira das 08h:-00min do dia 06/04/2015 às 17h:00min do dia 04/05/2015;
- 3 - Análise dos Requerimentos de inscrições: de 05/05/2015 a 15/05/2015;
- 4 - Publicação da lista dos candidatos com inscrições deferidas: 20/05/2015;
- 5 - Prazo para recurso: 21/05/2015;
- 6 - Análise dos recursos pela Comissão Especial Eleitoral: de 25/05/2015 a 27/05/2015;
- 7 - Divulgação do resultado dos recursos e publicação dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética: 28/05/2015;
- 8 - Curso Prévio promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sobre a política de atendimento à criança e ao adolescente dias: 02 e 03/06/2015;
- 9- Teste Seletivo de caráter eliminatório: 07/06/2015;
- 10- Divulgação da Lista de Classificados do Teste Seletivo: 10/06/2015;
- 11- Apresentação da Avaliação Psicológica: de 15/06/2015 a 19/06/2015;
- 12 - Publicação da lista definitiva dos candidatos, em ordem alfabética (e início do prazo para realização da campanha eleitoral pelos candidatos): 06/07/2015;
- 13- Solicitação de urna eletrônica ao Tribunal Regional Eleitoral: 02/09/2015.
- 14 - Eleição: 04/10/2015;
- 15 - Proclamação do resultado final da eleição: 04/10/2015;
- 16 - Posse e diplomação dos eleitos: 10/01/2016.

**PUBLICAÇÃO RESUMIDA
ADMINISTRATIVO Nº 0017/2015**
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA**CONTRATO**

Processo Licitatório nº 0009/2015.
Pregão Presencial nº 0007/2015.
Contrato Administrativo nº 0016/2015.
Objeto: Contratação de serviços de seguro de veículos, compreendendo responsabilidade civil (RCF), APP e total para a frota de veículos do Município de Macieira com coberturas mínimas descritas no Contrato, com vigência prevista para 12 meses contada da emissão da apólice:
Contratada: GENTE SEGURADORA S.A.
Vigência: O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses de acordo com a vigência das apólices.
Valor Global: 30.450,00 (trinta mil quatrocentos e cinquenta reais), para os Lotes 01, 02, 03, 04, 05 e 06.
Pagamento: Após a emissão das apólices de seguro.

Macieira, 25 de março de 2015.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Mafra**PREFEITURA****DECRETO Nº 3840**

DECRETO Nº 3840
DATA: 01.04.2015
DECRETA PONTO FACULTATIVO.

O Prefeito do Município de Mafra, ROBERTO AGENOR SCHOLZE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º - Ponto Facultativo no dia 02 de Abril de 2015 (Quinta-feira).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 01 de Abril de 2015.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

DÉBORA SCARDANZAN
Secretária Municipal de Administração

LEI MUNICIPAL Nº. 4107

Lei MUNICIPAL nº. 4107
DE 27 DE MARÇO DE 2015.
AUTORIZA A CESSÃO DE USO DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO AO "ESPORTE CLUBE OPERÁRIO DE MAFRA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a outorgar a Esporte Clube Operário de Mafra, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.766.329/0001-70, mediante Termo de Cessão de Uso, a título gratuito e intransferível por prazo determinado, o Estádio Municipal Alfredo Herbst, descrito na matrícula nº. 8.342, Registro Geral nº 02, Ficha 01, da 2ª Circunscrição do Registro de Imóveis da Comarca de Mafra, com as seguintes características:

I - Imóvel Urbano, com área de dezenove mil e setecentos e setenta e quatro metros quadrados (19.774,00m²), correspondente a área "A", da respectiva planta de desmembramento, situado nesta cidade à Rua Quintino Bocaiúva, lado ímpar, distante 18865 m da esquina com lado par da rua Brasilio Celestino de Oliveira, com o seguinte memorial descritivo:- A poligonal tem início no marco 0=PP, que faz divisa com terrenos de Tadeu David Munhoz, segue com o rumo de 55º30'00"SE e percorre 22,70m que faz divisa com terrenos de Tadeu David Munhoz, até o marco 1, segue com o rumo de 38º42'00"SE e percorre 4,70 m, até o marco 2, segue com o rumo de 67º41'00"NE e percorre 48,30 m, até o marco 3, segue com o rumo de 27º12'36"SE e percorre 3,30 m que faz divisa com terrenos de Olga Pisk, até o marco 4, segue com o rumo de 61º55'00"NE e percorre 59,96 m, até o marco 5, segue com o rumo de 25º05'25"SE e percorre 113,70 m que faz divisa com terrenos de Espólio de Francisco Fischer, até o marco 6, segue com o rumo de 59º45'35"SO e percorre 51,21 m que faz divisa com terrenos de Sociedade Esportiva e Recreativa dos Operários Mafrenses, até

o marco 7, segue com o rumo de 29°30'25"SE e percorre 13,30 m, até o marco 8, segue com o rumo de 60°30'35"SO e percorre 96,05 m, até o marco 9, segue com o rumo de 30°34'39"NO e percorre 111,39 m que faz divisa com terrenos de área B, da Prefeitura Municipal de Mafra, até o marco 10, segue com o rumo de 7°56'10"NE e percorre 65,24 m que faz divisa com o lado ímpar da rua Quintino Bocaiúva, até o marco 0=PP, onde teve início esta descrição. Propriedária Prefeitura Municipal de Mafra;

Art. 2º O Estádio será utilizado para a realização dos jogos oficiais do Campeonato Catarinense de Futebol 2015, conforme a tabela da Federação, bem como amistosos, treinamentos e demais competições, também na modalidade infantil e juvenil, permanecendo o domínio e a posse indireta do bem com o CEDENTE.

Art. 3º O CEDENTE entrega ao CESSIONÁRIO o imóvel, livre e desembaraçado de quaisquer ônus judiciais e extrajudiciais, mediante a assinatura pelas partes do Termo de Cessão de Uso. Parágrafo único. Do Termo de Cessão de Uso deverão constar cláusulas e condições salvaguardando os interesses municipais e que assegurem a efetiva utilização do bem público cedido para o fim a que se destina, estipulando-se que, no caso de alteração de sua destinação, a cessão de uso será rescindida, restituindo-se o bem ao Município.

Art. 4º Fica determinado o prazo da Cessão de Uso até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado com anuência de ambas as partes.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 27 de março de 2015.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2014-SME TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 03
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2014-SME
TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 03

O Prefeito Municipal e o Secretário Municipal da Educação, com fundamento na Lei Municipal Nº 3.008, de 15 de dezembro de 2005 que dispõe sobre a Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público, Lei Complementar Nº 16 de 28 de dezembro de 2005; Lei Nº 3.795 de 04.04.2012, Constituição Federal, Artigo 37, inciso IX, no uso de suas atribuições legais, CONVOCAM os Profissionais a seguir relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado- Edital Nº 003/2014, para contratação de membros do magistério, em caráter temporário para o ano letivo de 2015, desta Municipalidade a comparecer no Endereço a seguir: Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, (Prédio da Prefeitura Municipal de Mafra- SC), no Setor de Recursos Humanos e Qualidade, no dia 06 de abril, às 08h30min.

A Convocação dos candidatos irá respeitar a seguinte ordem, das Áreas/ Disciplinas, conforme cita no item 7. DA CLASSIFICAÇÃO, que: 7.1. A classificação será efetuada em ordem decrescente dos pontos obtidos, obedecendo a seguinte ordem de classificação:

- 1.ª classificação - os HABILITADOS que atingiram a média igual ou superior a 5,0.
- 2.ª classificação - os NÃO HABILITADOS que atingiram a média igual ou superior a 5,0.
- 3.ª classificação - os HABILITADOS que NÃO atingiram a média 5,0.
- 4.ª classificação - os NÃO HABILITADOS que NÃO atingiram a média 5,0.

QUADRO DE VAGAS

01. Área de Atuação: Educação Infantil

Disciplina: Educação Infantil

A.	Série/Turma: Jardim II	Turno: () Matutino – (X) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 horas	Início: --	Termino: 18/12/15
	Local: C.E.I.M. Ana Rank	Professor Titular: Sílvia S. Greim	
	Obs. Professora assumiu a direção da U.E.		

B.	Série/Turma: Maternal I/Jardim I	Turno: () Matutino – (X) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 horas	Início: --	Termino: 09/05/15
	Local: C.E.I.M. Ana Rank	Professor Titular: Joelma Ap. Martins	
	Obs. Professora afastada em Licença Prêmio		

C.	Série/Turma: Jardim II		Turno: () Matutino – (X) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 horas		Início:	Termino: 04/07/15
	Local: C.E.I.M. Faxinal		Professor Titular: Dirceia B. Peters	
	Obs. Professora afastada em Licença Prêmio.			

02. Área de Atuação: Ensino Fundamental

Disciplina: Alfabetização

A.	Série/Turma: 2º ano	Turno: (X) Matutino – () Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 horas	Início: --	Termino: 21/06/15
	Local: C.E.M. "Anjo da Guarda"	Professor Titular: Alcioneide Ap. Ambrosi	
	Obs. Professora afastada em Licença Prêmio.		

03. Área de Atuação: Séries Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º)

Disciplina: Português

A.	Série/Turma: 6º ao 9º	Turno: (X) Matutino – () Vespertino	
	Vaga (C.H.): 05 horas	Início: --	Termino: 18/12/15
	Local: C.E.M. Anjo da Guarda	Professor Titular: --	
	Obs. Por não haver professor efetivo para a vaga.		

B.	Série/Turma: 6º ao 9º	Turno: (20) Matutino – () Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 horas	Início: --	Termino: 07/05/15
	Local: C.E.M. “Beija-Flor”	Professor Titular: Claiton Jair Stock	
	Obs. Professor afastado para tratamento de saúde		

04. Área de Atuação: Séries Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º)
Disciplina: Inglês

A.	Série/Turma: 6º ao 9º	Turno: (05) Matutino – (05) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 10 horas	Início: --	Termino: 18/12/15
	Local: C.E.M. Anjo da Guarda	Professor Titular: --	
	Obs. Por não haver professor efetivo para a vaga.		

B.	Série/Turma: 6º ao 9º	Turno: (10) Matutino – () Vespertino	
	Vaga (C.H.): 10 horas	Início: --	Termino: 18/12/15
	Local: C.E.M. Beija-Flor	Professor Titular: --	
	Obs. Por não haver professor efetivo para a vaga.		

C.	Série/Turma: 6º ao 9º	Turno: (10) Matutino – () Vespertino	
	Vaga (C.H.): 10 horas	Início: --	Termino: 18/12/15
	Local: E.M.E.B. Vereador Evaldo Steidel	Professor Titular: Luciana Stefens	
	Obs. Professora assumiu a Direção da U.E.		

05. Área de Atuação: Séries Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º)
Disciplina: Arte

B.	Série/Turma: 6º ao 9º	Turno: (06) Matutino – (02) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 10 horas	Início: --	Termino: 30/04/15
	Local: EMEB Felipe Carvalho Martins	Professor Titular: Sabrina M. Campos	
	Obs. Professora afastada para tratamento de saúde		

06. Área de Atuação: Séries Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º)
Disciplina: Educação Física

B.	Série/Turma: 6º ao 9º	Turno: () Matutino – (05) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 05 horas	Início: --	Termino: 18/12/15
	Local: EMEB Felipe Carvalho Martins	Professor Titular: --	
	Obs. Por não haver professor efetivo para a vaga		

QUADROS DA SEQUENCIA DE ESCOLHA APÓS O 2º TERMO DE CONVOCAÇÃO

EDUCAÇÃO INFANTIL					
1ª Classificação - Professores Habilitados - Edital 002-2014 - S.M.E. Mafra					
ORDEM DA ESCOLHA APÓS O 2ª CONVOCAÇÃO	CÓD.	CLASS.	NOME	CARGO	NIVEL
1.	17821	6	Dayane Cristine Alves	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
2.	17838	7	Ana Maria Martins Daniel	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
3.	16915	9	Suelen De Oliveira	Professor III - Educação Infantil	Habilitado

4.	17574	11	Crislaine Miranda Xavier Paes	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
2ª Classificação - Professores Não-habilitados - Edital 002-2014 - S.M.E. Mafra					
	COD.	CLAS.	NOME	CARGO	NIVEL
5.	17567	6	Ana Paula Corrêa Frogel	Professor III – Educação Infantil	Não Habilitado
6.	16930	7	Dayana Medeiros Turkot	Professor III – Educação Infantil	Não Habilitado
7.	17869	9	Aline Siqueira	Professor III – Educação Infantil	Não Habilitado
8.	17690	10	Andressa Minikovski Becker	Professor III – Educação Infantil	Não Habilitado
9.	17232	11	Aline Koper	Professor III – Educação Infantil	Não Habilitado
10.	17756	12	Karolyne Bueno De Oliveira	Professor III – Educação Infantil	Não Habilitado
11.	17511	13	Amanda Carolina Soares Rodrigues	Professor III – Educação Infantil	Não Habilitado
12.	17378	14	Dinaci Steclan Wendt	Professor III – Educação Infantil	Não Habilitado
13.	17321	15	Daniela Worell Pasdiora	Professor III – Educação Infantil	Não Habilitado
14.	17722	16	Janaína Stocksneider Carlins	Professor III – Educação Infantil	Não Habilitado
15.	17512	17	Fernanda Kunze	Professor III – Educação Infantil	Não Habilitado
16.	16985	18	Gisele Scru	Professor III – Educação Infantil	Não Habilitado
17.	17579	19	Jean Marlon Lourenço De Oliveira	Professor III – Educação Infantil	Não Habilitado
3ª Classificação - Professores Habilitados - Edital 002-2014 - S.M.E. Mafra					
	COD.	CLAS.	NOME	NOME_CURSO	NIVEL
18.	16762	1	Solange Brozski Bonettes	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
19.	17625	2	Karine Teixeira Lisboa Rocha	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
20.	17325	3	Renata Maçaneiro	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
21.	16960	4	Fabiana Maria Schweigert Lara	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
22.	17747	5	Gabriela Felczak	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
23.	17355	6	Maria Salete Hostert	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
24.	17833	7	Maribel Pedro Pasdiora	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
25.	17657	8	Marisa Grossel	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
26.	17543	9	Marli Comochina	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
27.	16850	10	Marisa Prochera Rodrigues	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
28.	16523	11	Giselle Maria Rodrigues Cardoso Wendt	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
29.	16782	12	Ana Cláudia Salvador Machado	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
30.	17787	13	Carina Altmann	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
31.	16688	14	Ana Franceline De Oliveira Rauen	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
32.	17351	15	Giselle Corrêa Marques	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
33.	17843	16	An Claudia Beje	Professor III - Educação Infantil	Habilitado

34.	17877	17	Suélyn Luiz	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
35.	16902	18	Ana Paula Schelbauer	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
36.	17681	19	Edilvene Canha Pscheidt	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
37.	17808	20	Kênia Regina Preciso	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
38.	17623	21	Kalynca Teixeira Lisboa	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
39.	16944	22	Nadia Xavier	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
40.	17464	23	Juviliane Eneyde Gutstein Padilha	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
41.	17639	24	Juliana Skoniescny	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
42.	17365	25	Maiara Aguiar Da Silva	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
43.	16974	26	Valdirene Do Rocio Gomes Siqueira Haaben	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
44.	17851	27	Elisabete Aparecida Miranda	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
45.	16814	28	Veronica Aparecida Kamers	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
46.	17259	29	Joseane Stoeberl	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
47.	17322	30	Neila Regina Campos Brizollaplazido	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
48.	17879	31	Monica Kuchler Vieira	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
49.	16441	32	Marcia Moreto	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
50.	17726	33	Maria Cristiane Sêna	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
51.	17381	34	Cleide Aparecida Rodrigues	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
52.	17349	35	Hellin Maria Ferreira Das Chagas	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
53.	17745	36	Emilaine De Almeida	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
54.	16708	37	Alessandra Maria Pasdiora	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
55.	17417	38	Maria Elizabeth Herzer Domi	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
56.	16791	39	Bianca Munster	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
57.	17566	40	Sandra Aparecida Maia De Siqueira	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
58.	17245	41	Sandra A. De Mello Loureiro De Almeida	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
59.	17794	42	Rosilene Aparecida Unger De Lima	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
60.	16730	43	Nathalie Caroline Plonkoski Gruber	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
61.	17253	44	Franciele Aparecida De Lima Marx	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
62.	17663	45	Vanuza Piaz Correia De Siqueira	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
63.	17732	46	Renata Ramos Guerber	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
64.	17812	47	Vanda Stach Borges	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
65.	17801	48	Ana Kruczkewicz	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
66.	17481	49	Janaina Paola Ramos Seidel	Professor III - Educação Infantil	Habilitado

67.	17697	50	Joice Patricia Peters	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
68.	17438	51	Camila Tavares	Professor III - Educação Infantil	Habilitado
4ª Classificação - Professores Não-Habilitados - Edital 002-2014 - S.M.E. Mafra					
	COD.	CLAS.	NOME	CARGO	NIVEL
69.	16719	1	Andrea Model	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
70.	17013	2	Michele Peters Zanvetor	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
71.	17700	3	Alexandra Maria Schwitzki	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
72.	17809	4	Elis Maria Palhano	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
73.	17462	5	Ana Claudia Zella	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
74.	17314	6	Maria Das Graças Pereira Colaço	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
75.	17457	7	Jaine De Oliveira Palhano	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
76.	17898	8	Diego Correa	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
77.	17490	9	Bruna Bauer	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
78.	16754	10	Claudia Veridiane Martinelli	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
79.	17289	11	Giselda Franco Dos Santos Bastos	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
80.	17334	12	Elisangela Pereira	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
81.	17510	13	Viviane Wurml	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
82.	17534	14	Silvia Clarissa Huttli Schwitzki	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
83.	17346	15	Cristiane Schelbauer Gonçalves Ribeiro	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
84.	17799	16	Naila Amanda Da Silva	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
85.	16918	17	Sarita Da Silva	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
86.	17837	18	Juliana Fernanda Patzsch	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
87.	17121	19	Barbara Louise Bauer	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
88.	17927	20	Jéssica Duffeck	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
89.	17548	21	Claudia Calhari Silva	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
90.	17519	22	Samara Sedlak	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
91.	17780	23	Mirian Pereira De Souza	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
92.	17307	24	Veridiana Pscheidt	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
93.	17208	25	Maria Helena Kalatay Scardanzan	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
94.	17324	26	Alesandra Cardoso De Oliveira	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
95.	17544	27	Noeli De Souza	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
96.	17682	28	Daniele Buch	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
97.	17339	29	Ana Paula Martins De Oliveira	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado

98.	17818	30	Anna Priscilla Plautz	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
99.	17192	31	Francieli Isabel Dos Santos	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
100.	17604	32	Juliana Katielly Schlocobier	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
101.	17215	33	Jéssica Caroline Stephane Kachel	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
102.	17789	34	Ariele Borges Baumgartner	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
103.	16601	35	Milena Cristine Domiciano	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
104.	17723	36	Andrieli Pereira Colaço	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
105.	16778	37	Bruna Klemann	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
106.	16526	38	Hellin Thaini Salvador	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
107.	17437	39	Claire Maria Gruber Da Silva	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
108.	17832	40	Luciana Maria Schelbauer De Almeida	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
109.	17616	41	Joziane Ap Urbaneck Chableski	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
110.	17815	42	Gisiane De Oliveira Braz Gabardo	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
111.	17249	43	Josane Aparecida Martins Correa	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
112.	17786	44	Aline Bassani Carpen	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
113.	17212	45	Rosiane De Lima Sampaio	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
114.	17671	46	Mozzara Ribeiro	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
115.	16710	47	Flavia Alzira Goffi De Lima Cardoso	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
116.	17872	48	Viviane Tavares Da Luz	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
117.	17313	49	Luana Eduarda De Andrade	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
118.	17474	50	Franciele Aparecida Loth Pereira	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
119.	17273	51	Bruna Do Livramento	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
120.	16815	52	Nayara Huliane Witt	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
121.	17670	53	Adriana Schifler	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
122.	17430	54	Camila Gomes Correa	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
123.	16620	55	Glaci Placido Farias	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
124.	17426	56	Luciana Da Costa Pereira Da Siveira	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
125.	17284	57	Carla De Souza	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
126.	17292	58	Ana Jussara Bineck	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
127.	17620	59	Suzan Cristina Sprote Weber	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
128.	17834	60	Simone Pereira De Souza Vilarino	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
129.	17874	61	Tatiane Damas Maciel	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
130.	17742	62	Priscila De Andrade	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado

131.	16885	63	Thais Leal Dos Santos	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
132.	17320	64	Ana Paula Pscheidt	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
133.	17863	65	Juliane Rodrigues Da Luz	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
134.	17234	66	Nathalia Fernanda De Souza	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
135.	17053	67	Joyce Adriele Furman Da Silveira	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
136.	17459	68	Margarete Buba Saiboth	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
137.	17902	69	Susiane Kuss Stoebel	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
138.	17489	70	Silvana Aline Dos Santos Neuburger	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
139.	17816	71	Zenilda Martins Correa	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
140.	17584	72	Daniel Marinho De Lima	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
141.	17491	73	Ana Claudia Nunes Carlim	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
142.	17514	74	Franciele Buch Alves	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
143.	17819	75	Simone Palhano	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
144.	17655	76	Hegnirian Hartinger Auersvaldt	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
145.	16837	77	Daniele Picksius Souza Rosa	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
146.	17667	78	Juliane Aparecida Becker	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado
147.	17071	79	Werlaine Priscila Da Silva	Professor III - Educação Infantil	Não Habilitado

ALFABETIZAÇÃO

1ª Classificação - Professores Habilitados - Edital 002-2014 - S.M.E. Mafra

ORDEM DA ES-COLHA APÓS O 2ª CONVOCAÇÃO	CÓD.	CLASS.	NOME	CARGO	NIVEL
1.	17468	5	Ailton Clemilton Sabatke	Professor I - Alfabetização	Habilitado
2.	17488	7	Keila Micheli Moreira Bubniak	Professor I - Alfabetização	Habilitado
3.	17024	10	Nataliana Furlan Vargas	Professor I - Alfabetização	Habilitado
4.	17649	11	Luciane Ferreira Piaz	Professor I - Alfabetização	Habilitado
5.	17678	12	Carla Christiane Herbst Brüske	Professor I - Alfabetização	Habilitado
6.	17776	13	Barbara Cidade	Professor I - Alfabetização	Habilitado
7.	17839	14	Rosilei Terezinha Xavier Martins	Professor I - Alfabetização	Habilitado
8.	17753	15	Luciane Lotte	Professor I - Alfabetização	Habilitado
9.	17467	16	Silvana Andrea Berlande Simette	Professor I - Alfabetização	Habilitado
10.	17301	17	Rosilene Aparecida Soek	Professor I - Alfabetização	Habilitado
11.	17849	18	Joelma Marcela Klemann Paes De Farias	Professor I - Alfabetização	Habilitado

2ª Classificação - Professores Não-habilitados - Edital 002-2014 - S.M.E. Mafra

	COD.	CLAS.	NOME	CARGO	NIVEL
12.	17449	1	Claudia Schiessel Domiciano	Professor I - Alfabetização	Não Habilitado
13.	17461	2	Ciliane Florinda Pereira	Professor I - Alfabetização	Não Habilitado

14.	17431	3	Andressa Aline Klostermann Da Silva	Professor I - Alfabetização	Não Habilitado
15.	17419	4	Junia De Cassia Gomes	Professor I - Alfabetização	Não Habilitado
16.	17345	5	Janadaia Da Conceição Pedro Mandrik	Professor I - Alfabetização	Não Habilitado

3ª Classificação - Professores Habilitados - Edital 002-2014 - S.M.E. Mafra

	COD.	CLAS.	NOME	NOME_CURSO	NIVEL
17.	17572	1	Elsa Maria Schimanoski Grochovski	Professor I – Alfabetização	Habilitado
18.	16758	2	Angelita Chinski Thiem	Professor I – Alfabetização	Habilitado
19.	17710	3	Rosangela Jasiskis Lima	Professor I – Alfabetização	Habilitado
20.	17642	4	Josecler Goffi Wohl	Professor I – Alfabetização	Habilitado
21.	17727	5	Patrícia De Souza	Professor I – Alfabetização	Habilitado
22.	17622	6	Dione Marcelo Ulbrich	Professor I – Alfabetização	Habilitado
23.	17826	7	Franciele Peschel	Professor I – Alfabetização	Habilitado
24.	17371	8	Rejane De Paula E Silva	Professor I – Alfabetização	Habilitado
25.	17573	9	Eliete Aparecida John Hirt	Professor I – Alfabetização	Habilitado
26.	17791	10	Jeanine Martins Sokolski	Professor I – Alfabetização	Habilitado
27.	17344	11	Karla Cassiane Heide	Professor I – Alfabetização	Habilitado
28.	17298	12	Renata Maria Herbst	Professor I – Alfabetização	Habilitado
29.	17238	13	Aline Kohler	Professor I – Alfabetização	Habilitado
30.	17784	14	Francieli Aparecida Weber	Professor I – Alfabetização	Habilitado
31.	17910	15	Silvia Bossy	Professor I – Alfabetização	Habilitado
32.	17751	16	Silvane Peters De Amorim	Professor I – Alfabetização	Habilitado
33.	17847	17	Maria Da Luz Saiboth	Professor I – Alfabetização	Habilitado

4ª Classificação - Professores Não-Habilitados - Edital 002-2014 - S.M.E. Mafra

	COD.	CLAS.	NOME	CARGO	NIVEL
34.	17477	1	Danieli Hinke	Professor I - Alfabetização	Não Habilitado
35.	17866	2	Danilo Bruno De Lima Nogueira	Professor I - Alfabetização	Não Habilitado
36.	17550	3	Maria Regina Basso	Professor I - Alfabetização	Não Habilitado
37.	17372	4	Jussara Maria Grein	Professor I - Alfabetização	Não Habilitado
38.	17900	5	Lilian Joyce Linkevick Brasileiro	Professor I - Alfabetização	Não Habilitado
39.	17060	6	Rogeria Pilz	Professor I - Alfabetização	Não Habilitado
40.	16945	7	Lucilene Bernardo Lisboa Dos Santos	Professor I - Alfabetização	Não Habilitado
41.	17377	8	Ana Claudia Nunes De Lima Wolski	Professor I - Alfabetização	Não Habilitado
42.	17602	9	Simone Marques	Professor I - Alfabetização	Não Habilitado
43.	17400	10	Marcela Pettres Silva Jaros	Professor I - Alfabetização	Não Habilitado
44.	17503	11	Sidneia Ruthes Lourenço	Professor I - Alfabetização	Não Habilitado
45.	16442	12	Emilene Konig	Professor I - Alfabetização	Não Habilitado
46.	17015	13	Jaqueline Malon Krachinski	Professor I - Alfabetização	Não Habilitado
47.	17666	14	Luzia Gomes	Professor I - Alfabetização	Não Habilitado

PORTUGUÊS

1ª Classificação - Professores Habilitados - Edital 002-2014 - S.M.E. Mafra

ORDEM DA ESCOLHA APÓS O 2ª CONVO- CAÇÃO	CÓD.	CLASS.	NOME	CARGO	NIVEL
1.	17593	3	Juliana Kessin	Professor IV - Português	Habilitado

2.	17845	2	Tanise Beatriz Gomes Fagundes	Professor IV - Português	Habilitado
2ª Classificação - Professores Não-habilitados - Edital 002-2014 - S.M.E. Mafra					
	CÓD.	CLASS.	NOME	CARGO	NIVEL
3.	17595	4	Renilda Lopes Peters	Professor IV - Português	Não Habilitado
4.	17451	6	Roxany Mariê Haas	Professor IV - Português	Não Habilitado
5.	17676	7	Mariana Hable	Professor IV - Português	Não Habilitado
6.	17607	8	Caroline Moraes Ranger Monteiro	Professor IV - Português	Não Habilitado
7.	17424	9	Eloisa De Freitas Kulka	Professor IV - Português	Não Habilitado
8.	17858	10	Glauci Aparecida Paulo	Professor IV - Português	Não Habilitado
9.	17330	11	Keiti Pinheiro Da Costa	Professor IV - Português	Não Habilitado
10.	17500	12	Amanda Karine Grossel	Professor IV - Português	Não Habilitado
3ª Classificação - Professores Habilitados - Edital 002-2014 - S.M.E. Mafra					
	CÓD.	CLASS.	NOME	CARGO	NIVEL
11.	17820	1	Zenaide Gabriel Anciutti	Professor IV - Português	Habilitado
12.	17715	2	Alessandra Patricia Loth Wazny	Professor IV - Português	Habilitado
13.	17558	3	Marli Rosane Dos Passos	Professor IV - Português	Habilitado
14.	17287	4	Lidia Krzesinski Rodrigues	Professor IV - Português	Habilitado
4ª Classificação - Professores Não-Habilitados - Edital 002-2014 - S.M.E. Mafra					
	CÓD.	CLASS.	NOME	CARGO	NIVEL
15.	17860	1	Sandra Mara Santana De Souza	Professor IV - Português	Não Habilitado
16.	17517	2	Rita De Cassia Carstens Novisky	Professor IV - Português	Não Habilitado
17.	17581	3	Jussara Rodrigues Bello	Professor IV - Português	Não Habilitado
18.	17891	4	Jacqueline Helena Lila	Professor IV - Português	Não Habilitado
19.	16589	5	Simone Aparecida Paes De Farias Stanchack	Professor IV - Português	Não Habilitado
20.	17555	6	Cristhiane Gabriele Mayer Ientz	Professor IV - Português	Não Habilitado
21.	17268	7	Hellen Cristine Witt Holtz	Professor IV - Português	Não Habilitado

INGLÊS

1ª Classificação - Professores Habilitados - Edital 002-2014 - S.M.E. Mafra

ORDEM DA ESCOLHA APÓS O 2ª CONVOCAÇÃO	CÓD.	CLASS.	NOME	CARGO	NIVEL
1.	17859	2	Tífani Niessa Anton	Professor IV - Inglês	Habilitado
2.	17810	6	Vanderléia Hodzinski	Professor IV - Inglês	Habilitado
2ª Classificação - Professores Não-habilitados - Edital 002-2014 - S.M.E. Mafra					
	CÓD.	CLASS.	NOME	CARGO	NIVEL
3.	17228	1	Veridiana Carla Machado	Professor IV - Inglês	Não Habilitado
3ª Classificação - Professores Habilitados - Edital 002-2014 - S.M.E. Mafra					
	COD.	CLAS.	NOME	NOME_CURSO	NIVEL
Candidatos já escolheram vaga em termo de convocação anterior.					
4ª Classificação - Professores Não-Habilitados - Edital 002-2014 - S.M.E. Mafra					
	CÓD.	CLASS.	NOME	CARGO	NIVEL
Candidatos já escolheram vaga em termo de convocação anterior.					

EDUCAÇÃO FÍSICA

1ª Classificação - Professores Habilitados - Edital 002-2014 - S.M.E. Mafra

	CÓD.	CLASS.	NOME	CARGO	NIVEL
1.	16984	5	Kamila Krajewsky	Professor IV - Educação Física	Habilitado

2.	17420	7	Juliana Schafacheck	Professor IV - Educação Física	Habilitado
3.	17903	8	Suellen Ribeiro Bergamini	Professor IV - Educação Física	Habilitado
4.	17855	9	Suzana Rseciceki Neta	Professor IV - Educação Física	Habilitado
5.	16728	10	Julio Cesar Xavier	Professor IV - Educação Física	Habilitado
6.	17763	11	Brenon Nadolny Partala	Professor IV - Educação Física	Habilitado
7.	17562	12	Kelvin Schafacheck	Professor IV - Educação Física	Habilitado
8.	17348	13	Fabio Rodrigues	Professor IV - Educação Física	Habilitado
9.	17634	14	Dayane Cristina Petreça	Professor IV - Educação Física	Habilitado
10.	16732	15	Thaís Pacheco Valério	Professor IV - Educação Física	Habilitado
11.	16795	16	Moyses Matheus Correa	Professor IV - Educação Física	Habilitado
12.	17487	6	Jose Luis Carvalho	Professor IV - Educação Física	Habilitado

2ª Classificação - Professores Não-habilitados - Edital 002-2014 - S.M.E. Mafra

	CÓD.	CLASS.	NOME	CARGO	NIVEL
13.	16750	1	Fernando Ferreira Do Rosário	Professor IV - Educação Física	Não Habilitado
14.	17629	2	Elder Renan Batista	Professor IV - Educação Física	Não Habilitado
15.	17235	3	Debora Nataly Schuda	Professor IV - Educação Física	Não Habilitado
16.	17916	4	Guilherme Antonio Reway	Professor IV - Educação Física	Não Habilitado
17.	17662	5	Jackson Luiz Correia	Professor IV - Educação Física	Não Habilitado
18.	17740	6	Sanderson Arten	Professor IV - Educação Física	Não Habilitado
19.	17531	7	Kamila De Oliveira Elias	Professor IV - Educação Física	Não Habilitado
20.	17236	8	Luane Fernandes Borges	Professor IV - Educação Física	Não Habilitado
21.	16596	9	Norton Henrique Stolarski	Professor IV - Educação Física	Não Habilitado
22.	17926	10	Priscilla Boaventura Dias	Professor IV - Educação Física	Não Habilitado
23.	16551	11	Bruna Laís Wojciechovski	Professor IV - Educação Física	Não Habilitado
24.	17578	12	Mirian Padilha Dos Santos Pereira	Professor IV - Educação Física	Não Habilitado
25.	17427	13	Daiane Alves Semkowicz	Professor IV - Educação Física	Não Habilitado

3ª Classificação - Professores Habilitados - Edital 002-2014 - S.M.E. Mafra

	CÓD.	CLASS.	NOME	CARGO	NIVEL
26.	17083	1	Janine Sandrine Brandenburg	Professor IV - Educação Física	Habilitado
27.	16636	2	Andressa Rankel Dums	Professor IV - Educação Física	Habilitado
28.	17724	3	Aline Zipperer	Professor IV - Educação Física	Habilitado
29.	16550	4	Raphaella Negrello	Professor IV - Educação Física	Habilitado
30.	17638	5	Ana Paula Plautz Kuhne	Professor IV - Educação Física	Habilitado
31.	17407	6	Richard Antonello	Professor IV - Educação Física	Habilitado

4ª Classificação - Professores Não-Habilitados - Edital 002-2014 - S.M.E. Mafra

	COD.	CLAS.	NOME	CARGO	NIVEL
33.	17433	1	Daniel Ruthes Lourenço	Professor IV - Educação Física	Não Habilitado
34.	17447	2	Ederson Richard Anton	Professor IV - Educação Física	Não Habilitado
35.	17323	3	Jessica Aparecida Schelbauer Jucoske	Professor IV - Educação Física	Não Habilitado
36.	17413	4	Carla Levandoski	Professor IV - Educação Física	Não Habilitado
37.	17282	5	Leila Chaikoski	Professor IV - Educação Física	Não Habilitado
38.	17482	6	Joyce Gislaïne Albrecht	Professor IV - Educação Física	Não Habilitado

ARTE

1ª Classificação - Professores Habilitados - Edital 002-2014 - S.M.E. Mafra

Candi- datos já escolhe- ram vaga em termo de con- vocaçã anterior.	CÓD.	CLASS.	NOME	CARGO	NIVEL
--	------	--------	------	-------	-------

Candidatos já escolheram vaga em termo de convocação anterior.

2ª Classificação - Professores Não-habilitados - Edital 002-2014 - S.M.E. Mafra

	CÓD.	CLASS.	NOME	CARGO	NIVEL
1.	17797	3	Rita Dos Santos Ferreira Da Cruz	Professor IV - Artes	Não Habilitado
2.	17563	4	Flávia Onofre	Professor IV - Artes	Não Habilitado
3.	17528	5	Tatiane Rechetelo	Professor IV - Artes	Não Habilitado
4.	17408	6	Stheicy Santos Bandeira	Professor IV - Artes	Não Habilitado
5.	17439	7	Priscila Lucia Scholze Pereira Becker	Professor IV - Artes	Não Habilitado
6.	17169	9	Carla Tatiana Binneck	Professor IV - Artes	Não Habilitado
7.	16836	1	Elaine De Fatima Jungles	Professor IV - Artes	Não Habilitado

3ª Classificação - Professores Habilitados - Edital 002-2014 - S.M.E. Mafra

	CÓD.	CLASS.	NOME	CARGO	NIVEL
8.	16637	1	Willian Kleinschmidt	Professor IV - Artes	Habilitado
9.	17450	2	Caroline Banaszewski	Professor IV - Artes	Habilitado

4ª Classificação - Professores Não-Habilitados - Edital 002-2014 - S.M.E. Mafra

	COD.	CLAS.	NOME	CARGO	NIVEL
10.	17823	1	Edina Marta Chinski Fuerst	Professor IV - Artes	Não Habilitado
11.	17679	2	Lucimara Pedro Konckel	Professor IV - Artes	Não Habilitado

O Candidato Classificado que não se apresentar no Setor de Recursos Humanos e Qualidade, da Prefeitura Municipal de Mafra, sito à Praça Desembargador Flávio Tavares, Nº 12, no dia 06/04/15, às 08h30min perderá o direito às VAGAS especificadas neste Termo de Convocação.

Mafra, 01 de abril de 2015.
Roberto Agenor Scholze
Prefeito do Município de Mafra

EUTIDE TAVARES
Secretário Municipal de Educação

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 30/2015**

PORTARIA Nº 30/2015, de 31 de março de 2015.

DETERMINA A BAIXA NO PATRIMÔNIO PÚBLICO DE BENS MÓVEIS E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Vereador Edenilson Schelbauer, no uso das atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam declarados como baixados do Registro Patrimonial da Câmara de Vereadores de Mafra os bens abaixo especificados, pertencentes a esta Casa de Leis, por questões, obsolescência, economicidade e por elevado custos de manutenção, conforme avaliação da Comissão especialmente designada para este fim.

Código	Descrição	Valor Contábil
100	No break mod YUP	R\$ 7,78
152	Estabilizador de Tensão	R\$ 50,00
156	Radio Toca Fitas	R\$ 79,90
157	Máquina Fotográfica Digital	R\$ 690,00
208	Livro Direito Administrativo	R\$ 100,00
212	Livro Direito Municipal	R\$ 88,50
237	Secador de Mãos	R\$ 300,00
265	Escada 6 degraus	R\$ 100,00
273	Relógio de parede	R\$ 15,90
283	Telefone fixo	R\$ 25,00
287	No break	R\$ 47,84
308	Estabilizador de tensão	R\$ 49,00
314	Modem ADSL Siemens	R\$ 240,00
331	Máquina de calcular com bobina	R\$ 150,00
339	Estabilizador de Tensão	R\$ 80,00
341	No break	R\$ 54,87
346	Máquina de calcular com bobina	R\$ 76,95
356	Impressora matricial	R\$ 166,36
360	No break	R\$ 53,95
379	Garrafa térmica 1,8 litros	R\$ 57,65
388	Livro Licitações e Contratos	R\$ 24,40
389	Livro Constituição Federal	R\$ 73,75
390	Livro Despesa de Pessoal	R\$ 44,00
391	Livro Administração Pública Centralizada	R\$ 77,00
393	Livro Contratos Administrativos	R\$ 51,63
394	Livro Direito Municipal Positivo	R\$ 130,00
396	Livro Curso de Direito Tributário	R\$ 148,00
398	Livro Direito Administrativo	R\$ 279,00
399	Livro Direito Municipal Brasileiro	R\$ 91,00
421	Livro Direito Previdenciário	R\$ 81,80

Art. 2º Os bens descritos no artigo anterior, serão enviados à Prefeitura Municipal de Mafra(SC), a partir desta data.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra(SC), 31 de março de 2015.

Ver. Edenilson Schelbauer

Presidente

Maracajá**PREFEITURA****EXTRATO DA LICITAÇÃO 08/2015_DL FMS**

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá
Fundo Municipal de Saúde

Processo Licitatório nº 08/2015 - Dispensa de Licitação

Do objeto: Aquisição de medicamentos para hipertensos e diabéticos, medicamentos controlados e da farmácia básica para atender as necessidades dos munícipes de Maracajá.

Do fornecedor: Consórcio Intermunicipal de Saúde - AMESC, inscrito no CNPJ sob nº 01.356.308/0001-37.

Do valor: O valor global estimado dos serviços importa em R\$ 119.647,39 (cento e dezenove mil, seiscentos e quarenta e sete reais e trinta e nove centavos)

Da base legal: Inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93; parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas nº COG/638/00 de 16/11/00, no Processo de Consulta nº COM-00/06009549, que resultou no pré-julgado nº 0944; art. 2º, § 1º, inciso III da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007.

Da justificativa: A Dispensa de Licitação para aquisição de medicamentos se faz necessária, por ser através do Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade sem fins lucrativos, entre os municípios que compõem a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos da área da saúde aos municípios consorciados, com preços notoriamente abaixo dos praticados no mercado.

Maracajá/SC, 30 de março de 2015.
Itaionara Tramontin Recco
Presidente da Comissão de Licitação

Maravilha**PREFEITURA****DECRETO Nº 31/2015**

DECRETO Nº 31, DE 31 DE MARÇO DE 2015
Dispõe sobre ponto facultativo e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado ponto facultativo no turno vespertino na Administração Pública Municipal no dia 2 de abril, quinta-feira, em decorrência da Quinta-Feira Santa, Páscoa.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Saúde manterá plantão de atendimento ao público no ESF, Posto de Saúde Centro II, na Avenida Sul Brasil, nº 605, Centro, no turno vespertino, no dia do ponto facultativo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 31 de março de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Massaranduba**PREFEITURA****LIC 21.2015 - PRP 17.2015 - AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E OUTROS**

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 21/2015

PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS

Nº. 17/2015

O Município de Massaranduba, torna público que de acordo com o Decreto Municipal nº. 2.051, de 11 de Outubro de 2010, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por lote, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de diversos pneus, câmaras, disco tacógrafo de primeira linha em conformidade com as normas técnicas do INMETRO e graxa lubrificante industrial, destinados a manutenção da frota veicular municipal ao longo de 12 (doze) meses.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 15/04/2015

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 15/04/2015. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 31 de Março de 2015.

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito

SUZANE ELISA FROEHLICH REINKE

Gestora da Sec. Saúde

Meleiro**PREFEITURA****AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 019/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 019/2015

A Prefeitura Municipal de Meleiro torna público para conhecimento dos interessados, a REVOGAÇÃO do processo licitatório Pregão Presencial nº 019/2015, pela inadequação do certame no prazo previsto para abertura.

Meleiro/SC, 01 de abril de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL N° 038/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 038/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: JOAOZINHO MANTOVANI MEI

Objeto: Prestação de Serviço de Apresentação Artística aos Grupos de Idosos do Município de Meleiro.

Valor: R\$ 4.500,00

Vigência: Início: 01/04/2015 Término: 31/12/2015.

Data da assinatura: 27 de março de 2015.

EXTRATO CONTRATUAL N° 039/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 039/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: CONSTANTINO COPIADORAS E INFORMÁTICA LTDA ME

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECARGAS DE TONERS PARA IMPRESSORAS LASER, MULTIFUNCIONAIS E SIMILARES PARA MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E ESCOLAS MUNICIPAIS.

Valor: R\$ 13.495,00

Vigência: Início: 30/03/2015 Término: 31/12/2015.

Data da assinatura: 30 de março de 2015.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 040/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 040/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: VOLTA GRANDE COMUNICAÇÕES LTDA ME

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL, PUBLICAÇÃO LEGAL, COMUNICADOS E AVISOS EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL E REGIONAL E INSERÇÕES EM RÁDIO SPOT COM DURAÇÃO DE 30 SEGUNDOS, PARA MANTER ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Valor: R\$ 73.710,00

Vigência: Início: 30/03/2015 Término: 31/12/2015.

Data da assinatura: 30 de março de 2015.

PORTARIA N.º 142/2015

PORTARIA n.º 142/2015

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da licença saúde, a servidora EDENÉIA MENEGON, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 045/2015.

Meleiro, 01 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 143/2015

PORTARIA n.º 143/2015

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora ANDRÉIA MELO DE JESUS, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em virtude do retorno da servidora Edenéia Menegon da

Licença Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 073/2015.

Meleiro, 01 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 145/2015

PORTARIA n.º 145/2015

DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPUT 1º DA PORTARIA Nº 096/2015, de 27 de Fevereiro de 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

Art. 1.º Dar nova redação ao caput do artigo 1º da Portaria nº 096/2015, de 27 de Fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), de 02 de março de 2015, edição 1693, pg 504, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CONTRATAR

“Art. 1.º A Senhora CIBELLY CARMINATI GRACIANO, para ocupar o cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, até o término das aulas, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo”.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 01 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 146/2015

PORTARIA n.º 146/2015

DISPÕE SOBRE A EFETIVAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 22 e seguintes da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000, resolve:

CONSIDERANDO, o término do estágio probatório de 03 (três) anos do servidor público relacionado.

CONSIDERANDO, que o servidor público relacionado no Anexo Único da presente Portaria foi avaliado e aprovado pela Comissão Especial de Avaliação de Desempenho dos Servidores Municipais em Estágio Probatório desta Prefeitura, constituída pelo Decreto nº 034/2013, de 08 de maio de 2013, tendo como fundamentação legal o Decreto nº 138/2002, de 06 de agosto de 2002, que regulamentou a Avaliação de Desempenho do Servidor Municipal em Estágio Probatório, o 4º do Artigo 41 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 19, de 14 de junho de 1998, e artigos 22 e seguintes da Lei Municipal nº 809, de 03 de abril de 2000 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CONSIDERANDO, Que a ficha de avaliação de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório foi aprovada pela Comissão Especial de Avaliação de Desempenho dos Servidores Municipais em Estágio Probatório desta Prefeitura, resolve:

EFETIVAR

Artigo 1.º O servidor público relacionado no Anexo Único da presente Portaria, por ter sido avaliado e aprovado no estágio probatório.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 01 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

ANEXO ÚNICO

(Art. 1º. Da Portaria nº 146/2015, de 01 de Abril de 2015)

Nº	NOME DO SERVIDOR	CARGO	DATA DE NOMEAÇÃO	RESULTADO	SITUAÇÃO DO SEVIDOR (A)
1360	Valmir Manenti	Motorista	02/04/2012	Aprovado	Efetivo

Meleiro, 01 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 147/2015

PORTARIA n.º 147/2015

TRATA DO ENQUADRAMENTO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011, resolve:

ENQUADRAR

Art. 1º O servidor público abaixo relacionado, considerando o Término e Aprovação do Estágio Probatório e a conseqüente Efetivação, conforme Tabela Salarial do Anexo IV da Lei Complementar nº 034/2011.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	TEMPO	NÍVEL/ REFERÊNCIA
Valmir Manenti	Motorista	40hs	03/09/2003	1D

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 01 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 001/2015

PORTARIA nº 001/2015

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DO SAMAE.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigo 95 e seguintes da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença sem vencimento por interesse particular, por um período de até um (1) ano, à servidora pública municipal DAIANE DE LUCA, ocupante do cargo de Química do Samae, conforme dispõe o caput do artigo 95 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/04/2015.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 01 de abril de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 144/2015

PORTARIA nº 144/2015

TRATA DA PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

PRORROGAR

Art. 1.º A Portaria de nº 115/2012, do Senhor ZAMIR XAVIER DE MOURA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 01 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO Nº173/2015**

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 173/2015 - Modalidade Convite n. 002/2015

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Convite n. 002/2015, para SERVIÇOS RADIOFÔNICOS (AM) PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO, INCLUINDO AVISOS, LEMBRETES, CHAMADOS QUE SERÃO DIVULGADOS DIARIAMENTE, SEMPRE QUE REQUISITADOS POR QUALQUER DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E PROGRAMA SEMANAL DE 15 MINUTOS NOS SÁBADOS, ENTRE 11:45 E 12:00 HORAS, NO PERÍODO DE ABRIL A DEZEMBRO DE 2015. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 do dia 13/04/2015, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 01 de Abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

**EDITAL DE ESCOLHA CONSELHO TUTELAR 001/2015
MUNICÍPIO DE MODELO**

EDITAL Nº 001/2015 - CMDCA

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Modelo.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 25 de março de 2015, na Câmara Municipal de Vereadores, e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente e na Resolução Conanda nº 170/2014, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Modelo-SC, e dá outras providências.

A divulgação deste e dos demais editais, das resoluções, relativos às etapas do processo de escolha estarão afixados no site oficial www.modelo.sc.gov.br, no mural público da Prefeitura Municipal, Centro de Referência de Assistência Social-CRAS e no Diário Oficial do Município (DOM).

É obrigação do candidato acompanhar o Edital e Resoluções referentes ao andamento do processo eleitoral.

CAPÍTULO I - Da Organização**1.1. Da Comissão Especial Eleitoral (CEE):**

1.1.1. Fica criada a Comissão Especial Eleitoral, responsável pela condução do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, a qual é constituída por composição paritária entre conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, sendo formada pelos seguintes conselheiros: Valter Rubens Cesco (representante da OAB - não governamental); Nádia Aparecida

Deotti Albani (Assistente Social da APAE- não governamental); Ivanete de Assis Alberti (Representante da Associação de Pais e Professores); Jussane Frandoloso (Representante da Secretaria de Educação - governamental); Márcia Jacoby (Secretaria de Saúde - governamental); e Marizete Floss (Diretora do Departamento de Assistência Social - governamental).

1.1.2 Das atribuições da Comissão Especial Eleitoral:

1.1.2.1 A comissão especial eleitoral ficará encarregada de analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

1.1.2.2 Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à comissão especial eleitoral: I - notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa; e II - realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

1.1.2.3 Das decisões da comissão especial eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

1.1.2.4 Esgotada a fase recursal, a comissão especial eleitoral fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

1.1.2.5 Cabe ainda à comissão especial eleitoral:

I - realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;
II - estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras do processo de escolha por parte dos candidatos ou à sua ordem;
III - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;
IV - providenciar a confecção das cédulas de votação, conforme modelo a ser aprovado;
V - escolher e divulgar os locais do processo de escolha;
VI - selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no do processo de escolha, na forma da resolução regulamentadora do pleito;
VII - solicitar, junto ao comando da Polícia Militar, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;
VIII - divulgar após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha; e
IX - resolver os casos omissos.

1.2 Das etapas de escolha dos Conselheiros Tutelares:

A escolha dos conselheiros tutelares será realizada em 03 etapas, a saber:

I - inscrição de candidatos;
II - curso de treinamento de capacitação dos candidatos com inscrições deferidas, promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, sobre a política de atendimento à criança e adolescente;

III - escolha dos candidatos através de voto direto, secreto e facultativo.

1.3 Da divulgação do processo de escolha dos conselheiros tutelares:

1.3.1 A Comissão Especial Eleitoral fará divulgar o edital e resoluções integrantes do processo de escolha dos conselheiros tutelares e fará a remessa dos mesmos para as seguintes autoridades:
I - Poder Executivo e Legislativo do Município;
II - Juiz de Direito da Comarca de Modelo-SC;
III - Promotoria de Justiça da Comarca de Modelo.

CAPÍTULO II - Das Vagas, Mandato, Função e Remuneração

2.1. Das Vagas:

2.1.1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares.

2.1.2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar e os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

2.1.3 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2.1.4 O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados.

2.1.5 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá prorrogar o prazo para inscrição de novas candidaturas.

2.1.6 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

2.1.7 A candidatura é individual, não sendo admitida a composição de chapas.

2.2. Do Mandato:

2.2.1 O mandato será para o período de 10 de janeiro do ano de 2016 a 09 de janeiro do ano de 2020.

2.2.2 O mandato será de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

2.2.3 A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

2.3. Do exercício da função:

2.3.1. O conselheiro deverá ter disponibilidade para o cumprimento de vinte (20) horas semanais de trabalho, além dos plantões para os quais for escalado.

2.3.2. Além da jornada de trabalho de 20 horas semanais, o conselheiro (a) ficará de sobreaviso em noites, no horário de almoço, feriados, sábados e domingos, de acordo com escala de revezamento.

2.3.3.O funcionamento do atendimento do Conselho Tutelar será realizado nos dias úteis, funcionando das 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30.

2.3.4. Plantão noturno das 17h30 às 07h30 do dia seguinte.

2.3.5. Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados.

2.3.6. Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

2.3.7. O exercício da função de conselheiro tutelar exige, além da carga horária semanal de trabalho, seja no expediente diário, seja no plantão ou sobreaviso, sua participação, de reuniões de trabalho fora da sede do conselho e sua eventual presença em atos públicos.

2.3.8. Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.4. Da Remuneração:

2.4.1. A remuneração de cada Conselheiro Tutelar Titular será de 01 (um) salário mínimo nacional vigente, correspondente à carga horária de 20 horas semanais, sobreavisos, plantões, participação em curso de capacitação, orientações, atos solenes e outras atividades pertinentes à função de Conselheiro Tutelar, conforme legislação municipal e Estatuto da Criança e do Adolescente.

2.4.2. O Conselheiro Tutelar terá assegurada a percepção dos seguintes direitos: I - décimo terceiro salário/gratificação natalina; II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal; III - licença-maternidade de 04 meses; IV - licença-paternidade; V- licença para tratamento de saúde; VI - inclusão no regime geral da Previdência Social/cobertura previdenciária.

Parágrafo Único - No caso de adoção pelo Conselheiro Tutelar será aplicada a Lei Federal nº 10.421/02.

2.4.3 A nomeação para membro do Conselho Tutelar não caracteriza qualquer forma de vínculo de emprego ou de cargo, não adquirindo, ao término de seu mandato direito a efetivação ou estabilidade.

2.4.4. Os servidores públicos municipais efetivos, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público proporcional a carga horária dedicada a função, acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nesse edital.

CAPITULO III- Dos requisitos mínimos indispensáveis

3.1.1 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos ato da inscrição:

- I - Reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;
- II - Idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;
- III - Residir no Município há mais de 01 (um) ano, demonstrada por comprovante de residência do mês anterior à publicação deste Edital;
- IV - Conclusão de ensino médio, comprovada através de Diploma de Conclusão do Ensino Médio;
- V - Estar em regularidade com a Justiça Eleitoral, comprovada

através de certidão de quitação eleitoral, obtida no site da Justiça Eleitoral (www.tse.jus.br);

VI - Estar em pleno gozo das aptidões física e mental para o exercício do cargo de Conselheiro Tutelar, comprovada através de atestado médico;

VII- Participar, com frequência de 100%, de curso prévio, promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA sobre a política de atendimento à criança e ao adolescente.

CAPITULO IV- Da Inscrição

4.1 Do período e local de inscrição:

4.1.1. O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será realizada das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, no período de 06/04/2015 à 03/06/2015, no Centro Referência de Assistência Social - CRAS, situado a Rua Duque de Caxias, nº589, Centro - Modelo-SC, de segunda-feira à sexta-feira.

4.2 Dos documentos necessários para a inscrição:

4.2.1 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar cópia dos seguintes documentos:

I- Carteira de identidade;

II- Certidão de nascimento ou casamento;

III- CPF;

IV- Certidão negativa de antecedentes penais expedida pela Fórum de Justiça da Comarca de Modelo;

V- Declaração de tempo de Moradia no Município de Modelo assinada pelo candidato;

VI- Comprovante atual de residência que pode ser conta de: luz, água ou telefone em nome do candidato. Obs: Caso os comprovantes estejam em nome de outra pessoa, deverá vir acompanhado de declaração, emitida pelo portador do endereço, dizendo que o candidato reside no referido endereço;

VII- Certificado de conclusão do nível médio (2º Grau);

VIII- Atestado médico atual atestando aptidão física e mental;

IX- Certidão de quitação eleitoral, obtida no site da Justiça Eleitoral (www.tse.jus.br);

X- Requerimento solicitando a inscrição no processo de escolha, assinado pelo candidato, acompanhado da documentação acima requerida. (Modelo disponível no local da inscrição).

4.2.2 Os documentos dos candidatos serão entregues juntamente com Requerimento de Inscrição (Anexo I) e Ficha de Inscrição do Candidato (Anexo II) no Centro Referência de Assistência Social - CRAS.

4.2.3 No momento da inscrição somente será verificado se todos os documentos exigidos foram entregues, os quais posteriormente serão avaliados pela Comissão Especial Eleitoral, que analisará se todos os requisitos foram comprovados documentalmente.

4.2.4 No ato da inscrição o candidato receberá um comprovante de inscrição, com número de registro que será atribuído sequencialmente, segundo a ordem de inscrição, que será utilizado em todo o processo de escolha.

4.2.5 Não será admitida a entrega ou substituição de qualquer documento após o ato da inscrição.

4.2.6 Todos os documentos que não forem originais, deverão ser entregues as cópia, as quais não serão copiadas no local da inscrição e apresentadas os originais para conferência.

4.2.7 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de

documento de identidade do procurador.

4.2.8 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

4.3 Da Publicação das Candidaturas:

4.3.1 Encerrado o prazo para as inscrições, a Comissão Especial Eleitoral irá analisar as candidaturas e publicará em resolução a relação dos candidatos com inscrições deferidas e indeferidas, no Mural da Prefeitura, no Site do Município de Modelo - SC, Diário Oficial do Município (DOM) e no Centro Referência de Assistência Social - CRAS.

4.3.2 Terá sua candidatura indeferida o candidato que não apresentar a documentação no prazo solicitado assim como, apresentar documentos que não comprovem os requisitos exigidos.

4.3.3 Caso não tenha o número mínimo de 10 inscrições deferidas, será prolongada para mais 07 dias a data das inscrições.

4.4 Da Impugnação das inscrições:

4.4.1 A partir da publicação das inscrições deferidas e indeferidas, qualquer cidadão, o Ministério Público ou o próprio CMDCA, a contar da data da publicação, poderá a apresentar, através de ofício, pedido de impugnação de candidatura, devidamente fundamentado com base nos critérios da inscrição do candidato, o qual deve ser protocolado no Centro Referência de Assistência Social - CRAS, no período de 19/06/2016 a 26/06/2015, no horário das 07:30 horas as 11:30 horas e das 13:30 horas as 17:30 horas.

4.4.2 Os candidatos com candidaturas impugnadas serão notificados para defesa no prazo de 29/06/2015 a 02/07/2015.

4.4.3 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 03/07/2015 a 10/07/2015, no horário de atendimento ao público, das 07:30 horas as 11:30 horas e das 13:30 horas as 17:30 horas, no Centro Referência de Assistência Social - CRAS.

4.4.4 A Comissão Especial Eleitoral fará análise e decisão das candidaturas impugnadas em 24 horas, divulgando a relação das candidaturas impugnadas e indeferidas no dia 14/07/2015.

4.4.5 O candidato com candidatura impugnada terá o prazo de mais 05 dias para interposição de recursos para manifestar-se sobre a impugnação.

4.4.6 Transcorridos os prazos a Comissão Especial Eleitoral analisará, no prazo de 24 horas, os pedidos de impugnação/defesa se houverem, emitindo relatório com parecer sobre o mérito, dando ciência da sua decisão ao candidato.

4.4.8 Findo o prazo aberto para a apresentação de impugnações e defesas, a Comissão Especial Eleitoral fará a divulgação, por resolução da relação dos (as) candidatos (as) aptos a participarem da próxima etapa, que é o curso prévio de capacitação.

CAPÍTULO V - Dos Impedimentos

5.1 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do caput ao conselho tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude em exercício na Comarca (art. 140 do ECA).

5.2 Em caso de candidaturas de pessoas com grau de parentesco previsto neste capítulo será considerada a ordem de inscrição.

5.3 Os atuais membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a partir de sua inscrição nos termos deste Edital, devem afastar-se das funções inerentes a atual representação até o resultado final do processo de escolha.

CAPÍTULO VI - Da Capacitação

6.1 É obrigatório, quando do processo de escolha dos Conselheiros Tutelares a realização de curso prévio de treinamento de capacitação dos candidatos aptos, promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente sobre a política de atendimento à criança e adolescente.

6.2 O curso de treinamento será realizado após a data de homologação das inscrições deferidas, antes do processo de escolha da eleição dos candidatos, na Câmara de Vereadores, no dia 23 de julho de 2015.

6.3 Os candidatos que não realizarem o curso de capacitação com 100% de frequência, não poderão participar da fase de escolha, estando automaticamente, excluído do processo de escolha Conselheiro Tutelar.

6.4 A relação com o nome dos candidatos que realizaram o curso e estão aptos a participarem do processo de escolha, será afixada no Mural da Prefeitura e no Centro de Referência de Assistência Social-CRAS, além do Diário Oficial do Município (DOM) e da página oficial do Município na internet.

CAPÍTULO VII - Da Propaganda Eleitoral

7.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

7.2 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

7.3 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

7.4 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

7.5 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

7.6 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

7.7 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

7.8 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente,

não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

7.9 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

7.10 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

7.11 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

7.12 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

7.13 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

7.14 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

7.15 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

CAPITULO VIII - Do Processo de Escolha

8.1 O processo de escolha será realizado sob a presidência do CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) do município de Modelo e da Comissão Especial Eleitoral, no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 08:00 horas as 11:30 horas, no Salão do Multiuso de Modelo.

8.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

8.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números e nomes.

8.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

8.5 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

8.6 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

8.7 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção

eleitoral.

8.8 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

8.9 Cada eleitor terá direito a votar uma única vez em um único candidato.

8.10 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município.

8.11 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

8.12 Será utilizada para votação, Cédula Eleitoral Específica, confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a qual conterá o número e nome do candidato e espaço para o eleitor indicar com um X o candidato de sua escolha.

8.13 Para o processo de votação, será utilizado a cédula descrita acima, em virtude da não disponibilização das urnas eletrônicas, pelo Cartório Eleitoral.

8.14 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

8.15 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

8.16 Serão considerados nulos os votos que contiverem rasuras e tiverem mais de um candidato assinalado (escolhido).

CAPITULO IX - Das Mesas Receptoras

9.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

9.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

9.3 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

9.4 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

9.5 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

9.6 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

9.7 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:
I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;
II - Registrar na ata as impugnações dos votos.

9.8 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, formulação de protestos, impugnações, inclusive

quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

9.9 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

CAPITULO X- Da Apuração

10.1 A apuração dar-se-á na sede no local a votação, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

10.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

10.3 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

10.4 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

10.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares Titulares.

10.6 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

10.7 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato mais idoso. Se ainda assim prevalecer o empate, o candidato eleito será conhecido por sorteio, realizado no mesmo local da apuração.

CAPITULO XI- Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

11.1 O resultado da eleição oficial será publicado no dia 05 de outubro, em resolução afixado no Mural da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Fórum desta Comarca, Centro de Referência de Assistência Social e Diário Oficial do Município, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

11.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

11.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será realizada em 10 de janeiro de 2016.

11.4 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

11.5 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

CAPITULO XII- Disposições Finais

12.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na legislação municipal que dispõem sobre o Conselho Tutelar, sem prejuízo das demais leis afetas.

12.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital e nas normas legais pertinentes,

das quais não poderá alegar desconhecimento.

12.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

12.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

12.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

12.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

12.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

12.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

12.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

12.10 É vedado aos candidatos a conselheiro tutelar, exercer mandato político eletivo, sendo que para concorrer a cargo eletivo político, deverá renunciar ao cargo de conselheiro tutelar.

12.11 As despesas do processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares serão custeadas pelo município.

12.12 Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CAPITULO XIII - Do Cronograma

13.1 O processo de escolha seguirá o cronograma constante no anexo III deste edital.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Modelo-SC, dia 01 de abril de 2015.

Valter Rubens Cesco

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Modelo-SC

ANEXO I (REQUERIMENTO)

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Eu _____ brasileiro (a), estado civil _____, Profissão _____ Portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF _____ Residente e domiciliado(a) na rua _____ nº _____ Bairro _____ Telefone _____ e-mail _____

Em Modelo / SC, venho através do presente REQUERER minha inscrição para concorrer ao cargo de Conselheiro(a) Tutelar, conforme Edital 001/2015 do CMDCA.

Juntamente com este requerimento, declaro e entrego toda documentação solicitada no edital.

Modelo, SC. _____

Assinatura do requerente

ANEXO II (FICHA DE INSCRIÇÃO)

INSCRIÇÃO	
N.º	
Nome do Candidato:	
Profissão:	
Data de Nascimento:	
Cidade/Estado:	
Filiação:	
Estado Civil:	
Sexo:	
C.P.F.	
Carteira de Identidade:	
Endereço: rua, n.º e bairro	
Reside no Município a quanto tempo?	
Telefone(s):	
Escolaridade:	
Data:	
Assinatura do Candidato	

Declaro sob as penas da lei que as informações acima são verdadeiras. Declaro, ainda, aceitar as condições do presente Edital.

ANEXO III (CALENDÁRIO OFICIAL)

ATIVIDADE	DATA	HORÁRIO	LOCAL
Publicação do Edital	04/04/2015	11:00 horas	Mural da Prefeitura de Modelo, Centro de Referência de Assistência Social -CRAS, Site do Município e Jornal de Circulação Regional.
Período de Inscrições	06/004/2015 a 03/06/2015	07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h	Centro de Referência de Assistência Social -CRAS
Análise das Inscrições pela Comissão Especial Eleitoral	08/06/2015	A definir	Centro de Referência de Assistência Social -CRAS

Período de prorrogação das Inscrições caso não tenha o número mínimo de candidatos inscritos (10 inscritos)	09/06 à 15/06/2012	07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h	Centro de Referência de Assistência Social -CRAS.
Análise das Inscrições pela Comissão Especial Eleitoral	17/06/2015	A definir	Centro de Referência de Assistência Social -CRAS.
Publicação da relação das candidaturas deferidas ou indeferidas	18/06/2015	11 horas	Mural da Prefeitura de Modelo, Centro de Referência de Assistência Social -CRAS, Site do Município e Jornal de Circulação Regional.
Prazo de recurso para os candidatos que tiveram as inscrições indeferidas	19/06/2015 a 26/06/2015	07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h	Centro de Referência de Assistência Social -CRAS.
Prazo para a comunidade ou o Ministério Público oferecer Impugnação de Candidaturas	19/06/2015 a 26/06/2015	07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h	Centro de Referência de Assistência Social -CRAS.
Notificação dos candidatos impugnados para defesa	29/06/2015 a 02/07/2015	A definir	Centro de Referência de Assistência Social -CRAS
Apresentação da defesa pelo candidato impugnado	03/07/2016 a 10/07/2015	07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h	Centro de Referência de Assistência Social -CRAS
Análise e decisão das impugnações	13/07/2015	08:00 horas	Centro de Referência de Assistência Social -CRAS
Divulgação da relação das candidaturas Impugnadas e indeferidas	14/07/2015	11:00 horas	Mural da Prefeitura de Modelo, Centro de Referência de Assistência Social -CRAS, Site do Município e Jornal de Circulação Regional.
Interposição de recurso	15/07/2015 a 20/07/2015	07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h	Centro de Referência de Assistência Social -CRAS
Reunião para análise das interposições de recursos	21/07/2015	08:00 horas	Centro de Referência de Assistência Social -CRAS
Prazo para publicação da lista dos candidatos habilitados para participarem do curso prévio de capacitação	22/07/2015	11:00 horas	Mural da Prefeitura de Modelo, Centro de Referência de Assistência Social -CRAS, Site do Município e Jornal de Circulação Regional.

Realização do curso Prévio de capacitação	23/07/2015	07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h	Câmara de Vereadores
Data do Processo de escolha (eleição)	04/10/2015	08:00 h as 11:30 h	Salão do Multiuso
Divulgação do resultado	04/10/2015	18:00 horas	Salão do Multiuso e Rádio Local
Divulgação oficial do resultado da eleição	05/10/2015	13:30 horas	Mural da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Fórum desta Comarca e Centro de Referência de Assistência Social
Data Posse dos Conselheiros Tutelares	10/01/2016	08:00 horas	Sede Conselho Tutelar

Anexo IV

DECLARAÇÃO DE COMPROVANTE DE RESIDENCIA
(caso o comprovante esteja em nome de outra pessoa)

Eu _____, brasileiro, solteiro, domiciliado na Rua _____, no _____, Bairro _____, sob RG nº _____, e CPF nº _____, declaro para os devidos fins que _____, reside no seguinte endereço: Rua _____, nº _____, Bairro _____, em Modelo/SC.

Modelo, SC, aos _____ dias do mês de _____ de 2015

(ASSINATURA)

ANEXO V
DECLARAÇÃO DO TEMPO DE MORADIA

Eu, _____, brasileiro, filho de _____ e _____, nascido em ____/____/____, portador da Carteira de Identidade nº _____, e CPF nº _____, residente na _____ - Modelo/SC, DECLARO para fins de comprovante perante do Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente, que resido no Município de Modelo há _____ anos.

Modelo, SC, aos _____ dias do mês de _____ de 2015

(ASSINATURA)

ANEXO VI

PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

Eu _____, brasileiro, domiciliado na Rua _____, no _____, Bairro _____, sob RG nº _____, e CPF nº _____, peço a impugnação da candidatura de _____ pelo seguinte motivo _____.

Modelo, SC, aos _____ dias do mês de _____ de 2015

(ASSINATURA)

RESOLUÇÃO Nº006/2015 FMS

RESOLUÇÃO Nº 006/2015 DE 25/02/15

DISPÕE SOBRE RESOLUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2015, ADJUDICA O OBJETO DA LICITAÇÃO AO PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OURAS PROVIDÊNCIAS.

Márcia Teresinha Jacoby, Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

RESOLVE:

ART. 1º. - Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 070/2015, Modalidade Pregão e n.º 005/2015, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º. - Fica adjudicado o objeto SERVIÇOS DE CÓPIAS E IMPRESSÕES MONOCROMÁTICAS, COM O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS EM COMODATO, PARA DAR CONTINUIDADE AOS TRABALHOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I, adjudicado a favor da empresa:

Empresa	Valor Total Adjudicado
COMPUTECH INFORMATICA LTDA ME	10.200,00

ART. 3º. - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Registrado e publicado na data supra:

Modelo SC, aos Quarta-Feira, 25 de fevereiro de 2015.
MÁRCIA TERESINHA JACOBY
Gestora FMS

ADILSON CESAR BRAUN
Chefe de Dpto. de Compras e Licitações

RESOLUÇÃO Nº007/2015 FMS

RESOLUÇÃO Nº 007/2015 DE 02/03/15

DISPÕE SOBRE RESOLUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015, ADJUDICA O OBJETO DA LICITAÇÃO AO PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OURAS PROVIDÊNCIAS.

Márcia Teresinha Jacoby, Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

RESOLVE:

ART. 1º. - Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 071/2015, Modalidade Pregão e n.º 006/2015, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º. - Fica adjudicado o objeto CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS E ATENDIMENTO AMBULATORIAIS NA ÁREA MÉDICA PARA

ATENDIMENTO À POPULAÇÃO NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) DO MUNICÍPIO DE MODELO-SC, COMPREENDENDO AO ATENDIMENTO AMBULATORIAL DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA NOS DIAS ÚTEIS, DAS 07:30 ÀS 11:30 E DAS 13:30 ÀS 17:30 E ATENDIMENTO DE SOBRE AVISO A POPULAÇÃO DE MODELO DAS 07:00 ÀS 19:00 HORAS QUE SERÁ REALIZADO NO HOSPITAL CONVENIADO ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DE MODELO, adjudicado a favor da empresa:

Empresa	Valor Total Adjudicado
CLINIMED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA ME	209.000,00

ART. 3º. - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Registrado e publicado na data supra:

Modelo SC, aos Segunda-Feira, 02 de março de 2015.

MARCIA TERESINHA JACOBY

Gestor FMS

ADILSON CESAR BRAUN

Chefe de Dpto. de Compras e Licitações

RESOLUÇÃO Nº008/2015 FMS

RESOLUÇÃO Nº 008/2015 DE 10/03/15

DISPÕE SOBRE RESOLUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2015, ADJUDICA O OBJETO DA LICITAÇÃO AO PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Márcia Teresinha Jacoby, Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigentes, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

RESOLVE:

ART. 1º. - Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 072/2015, Modalidade Pregão e n.º 007/2015, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º. - Fica adjudicado o objeto AQUISIÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS TOTAIS (PT) E PRÓTESES DENTÁRIAS PARCIAIS REMOVÍVEIS (PPR) PARA PROTETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO USUÁRIA DO SUS DA REDE BÁSICA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ACORDO COM O PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE, adjudicado a favor da empresa:

Empresa	Valor Total Adjudicado
Clear Prótese Dentária Ltda Me.	70.040,00

ART. 3º. - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Registrado e publicado na data supra:

Modelo SC, aos Terça-Feira, 10 de março de 2015.

MARCIA TERESINHA JACOBY

Gestora FMS

ADILSON CESAR BRAUN

Chefe de Dpto. de Compras e Licitações

Monte Carlo

PREFEITURA

DECRETO 021/2015 HOMOLOGA RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO 01/2015

DECRETO Nº 021/2015, DE 31 DE MARÇO DE 2015

"HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL EDITAL Nº 001/2015"

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos da legislação municipal, e à vista do resultado apresentado pela AMPLASC,

RESOLVE:

Art. 1º. Homologar o resultado final do Processo Seletivo Municipal, edital nº 001/2015 para os cargos abaixo especificados na Planilha, como segue:

ASSISTENTE SOCIAL

Nº DE	NOME	CONH.	PORT.	MAT.	NOTA
IDENT.		ESP.			
008	Bruna Edina dos Santos	07	02	01	4,00
020	Julia Ap. da Silva	07	01	02	4,00

FARMACÊUTICO

Nº DE	NOME	CONH.	PORT.	MAT.	NOTA
IDENT.		ESP.			FI-NAL
030	Roberta Dich Siqueira	11	02	05	7,20
024	Renata Del Pizzol	09	03	00	4,80
014	Tiago Manoel Serpa	07	01	02	4,00

ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Nº DE	NOME	CONH.	PORT.	MAT.	NOTA
IDENT.		ESP.			FI-NAL
022	Bruna Regensburger	08	03	05	6,40
010	Adriano Ferreira de Deus	11	02	02	6,00
006	Dionathan Dalpiva	09	04	02	6,00
016	Mateus T. Tres	08	02	02	4,80
004	Rubens José Vargas	07	03	02	4,80
018	Marina Goetten	06	02	03	4,40
040	Sérgio Odair A. de Góis	05	03	03	4,40
012	Bruno G. P. Zanol	05	01	05	4,40

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Nº DE	NOME	CONH.	PORT.	MAT.	NOTA
IDENT.		ESP.			FI-NAL
034	Elvis R. T. de Barros	07	04	01	4,80
036	Caroline de Oliveira	09	01	00	4,00

038	Suele C. Gonçalves	05	01	03	3,60
032	Rutinea Rodrigues Valter	04	02	01	2,80

FONOAUDIÓLOGO

Nº DE	NOME	CONH.	PORT.	MAT.	NOTA
IDENT.		ESP.			FI-NAL
048	Thamiely P. Locatelli	13	01	02	6,40
003	Tatiane T. Santos	12	03	01	5,60
	FISIOTERAPEUTA				
Nº DE	NOME	CONH.	PORT.	MAT.	NOTA
IDENT.		ESP.			FI-NAL
029	Cassio N. Martins	11	04	03	7,20
031	Francieli Ap. da Silva	08	03	03	5,60
037	Karieli C. Faganello	09	01	00	4,00
035	Camila Perazoli	06	03	01	4,00
033	Camila Proencio	06	03	00	3,60
042	Suelen Karina Cunen	05	02	01	3,20
	ODONTÓLOGO				
Nº DE	NOME	CONH.	PORT.	MAT.	NOTA
IDENT.		ESP.			FI-NAL
046	Nathal Barp Trentin	08	04	03	6,00
017	Lucas Brandt	11	01	02	5,60
021	Carla Einsfeld	10	02	02	5,60
019	Andrea Bresola	07	04	02	5,20
015	Natieli Barcarolo	08	01	03	4,80
044	Mariane Dall Igna	08	01	02	4,40
013	Carolina Da Cass Mecabô	08	01	02	4,40
	PSICÓLOGO				
Nº DE	NOME	CONH.	PORT.	MAT.	NOTA
IDENT.		ESP.			FI-NAL
009	Catia Maristela Viater	14	03	04	8,40
005	Claudiana C. da Silva	13	03	02	7,20
007	Sabrina Luiza Panisson	11	03	01	6,00
011	Patricia de C. Tribeck	09	02	00	4,40

AUXILIAR DE ODONTOLOGIA

Nº DE	NOME	CONH.	PORT.	MAT.	NOTA
IDENT.		ESP.			FI-NAL
088	Tays Proencio	09	03	04	6,40
090	Sandra N. Eggers	08	04	02	5,60
094	Naissara de Lima Gonçalves	05	03	01	3,60

096	Claudia Branco R. Mangolt	07	01	00	3,20
092	Taiane Ribeiro de Deus	07	01	00	3,20

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Nº DE	NOME	CONH.	PORT.	MAT.	NOTA
IDENT.		ESP.			FI-NAL
089	Rafaela Ap. Vargas	13	04	02	7,60
053	Marisa Ap. T. da Silva	12	04	02	7,20
054	Géssica C. Gois	10	05	03	7,20
043	Josinéia F. dos Santos	13	02	02	6,80
061	Tais R. Gonçalves	11	03	03	6,80
067	Solange Ap. da Silva	11	03	03	6,80
060	Karine C. dos Santos	10	05	02	6,80
081	Luana R. Rosa	10	05	02	6,80
076	Atais F. de Assis	12	02	02	6,40
077	Retiane de F. Rosa	10	03	03	6,40
045	Jaine Ap. Gomes	09	04	03	6,40
069	Paula Karine Buyno	12	02	01	6,00
074	Josiane Cordeiro	11	02	02	6,00
070	Eroni Ap. Alexandre	11	01	03	6,00
049	Lucas P. de Oliveira	10	03	02	6,00
075	Maria E. R. Felix	10	02	02	5,60
087	Rosangela P. Palhano	10	02	02	5,60
078	Kaciana R. Simas	09	05	00	5,60
079	Vanessa Fortes	09	03	02	5,60
066	Angélica Ribeiro	09	02	03	5,60
065	Mariane G. de Deus	11	02	00	5,20
068	Francieli Deon	10	02	01	5,20
051	Marina de Freitas	10	01	02	5,20
064	Juliana C. Carneiro	09	04	00	5,20
072	Jaci Kelli T. de Albuquerque	09	02	02	5,20
100	Thaize de S. Rupp	09	01	03	5,20
063	Larissa C. de Freitas	08	04	01	5,20
085	Vanessa B. da Rosa	08	04	01	5,20
047	Alexandra Barpp	08	03	02	5,20
056	Geiciane da S. Passos	07	03	03	5,20
041	Adaiana Ferreira	09	02	01	4,80
071	Rutier C. de Assis	09	02	01	4,80
062	Jacqueline de Oliveira Alves	08	03	01	4,80
083	Thays Ap. De Baros	08	03	01	4,80
055	Pamela O. de Souza	09	01	01	4,40
039	Francielle O. de Oliveira	07	02	02	4,40
058	Jéssica F. Prates	07	01	03	4,40
073	Roseli Ap. Alves	07	02	00	3,60
059	Letícia R. M. da Silva	07	01	01	3,60
057	Mariana M. da Silva da Rosa	04	04	01	3,60
050	Janete A. P. dos Santos de Lima	06	01	01	3,20
052	Ana Lucia Corrêa	06	01	00	2,80

OPERADOR DE MOTONIVELADORA

Nº DE	NOME	CONH.	PORT.	MAT.	NOTA	NOTA	NOTA
IDENT.		ESP.			TEÓRI- CA	PRÁTI- CA	FI- NAL
084	Rodrigo Ribeiro	10	04	02	6,40	5,40	5,90
086	Antonio de Souza	05	04	02	4,40	7,00	5,70
082	Valdecir J. Pereira	09	03	03	6,00	2,80	4,40

Art. 2º. A nominata dos classificados e quadros de notas estão dispostos no artigo anterior.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 31 de março de 2015.
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 59/2015
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2015
REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2015

OBJETO: Contratação de: FILMES RADIOLÓGICOS, REVELADOR E FIXADOR conforme especificações e delimitações constantes em Edital para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: das 08:00 horas do dia 01/ABRIL/2015 até as 07:30 horas do dia 14/abril/2015.

ABERTURA: às 08:00 horas do dia 14/abril/2015.

PORTAL: www.cidadecompras.com.br

TIPO MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 09:00 horas às 17:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo - SC, 31/março/2015
DELCIR BARZOTTO
Diretor de Departamento Compras

REVOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 01/2015

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrito no cnpj ° 95.996.104.0001.04; através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que esta REVOGADO, nos termos do Art. 49 da Lei nº 8666/93 por razões de interesse público decorrente de fato superveniente o Processo Licitatório nº 01/2015 - Pregão Presencial nº 01/2015

Monte Carlo - SC, 18 de Março de 2015
DELCIR BARZOTTO
Pregoeiro

REVOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 03/2015

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrito no cnpj ° 95.996.104.0001.04; através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que esta REVOGADO, nos termos do Art. 49 da Lei nº 8666/93 por razões de interesse público decorrente de fato superveniente o Processo Licitatório nº 03/2015 - Pregão Presencial nº 03/2015

Monte Carlo - SC, 18 de Março de 2015
DELCIR BARZOTTO
Pregoeiro

REVOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 04/2015

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrito no cnpj ° 95.996.104.0001.04; através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que esta REVOGADO, nos termos do Art. 49 da Lei nº 8666/93 por razões de interesse público decorrente de fato superveniente o Processo Licitatório nº 04/2015 - Pregão Presencial nº 04/2015

Monte Carlo - SC, 18 de Março de 2015
DELCIR BARZOTTO
Pregoeiro

REVOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 13/2015

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrito no cnpj ° 95.996.104.0001.04; através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que esta REVOGADO, nos termos do Art. 49 da Lei nº 8666/93 por razões de interesse público decorrente de fato superveniente o Processo Licitatório nº 13/2015 - Pregão Presencial nº 13/2015

Monte Carlo - SC, 18 de Março de 2015
DELCIR BARZOTTO
Pregoeiro

REVOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 14/2015

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrito no cnpj ° 95.996.104.0001.04; através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que esta REVOGADO, nos termos do Art. 49 da Lei nº 8666/93 por razões de interesse público decorrente de fato superveniente o Processo Licitatório nº 14/2015 - Pregão Eletrônico nº 01/2015

Monte Carlo - SC, 18 de Março de 2015
DELCIR BARZOTTO
Pregoeiro

REVOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 15/2015
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrito no cnpj ° 95.996.104.0001.04; através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que esta REVOGADO, nos termos do Art. 49 da Lei nº 8666/93 por razões de interesse público decorrente de fato superveniente o Processo Licitatório nº 15/2015 - Pregão Eletrônico nº 02/2015

Monte Carlo - SC, 18 de Março de 2015
DELCIR BARZOTTO
Pregoeiro

REVOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 17/2015
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrito no cnpj ° 95.996.104.0001.04; através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que esta REVOGADO, nos termos do Art. 49 da Lei nº 8666/93 por razões de interesse público decorrente de fato superveniente o Processo Licitatório nº 17/2015 - Pregão Eletrônico nº 04/2015

Monte Carlo - SC, 18 de Março de 2015
DELCIR BARZOTTO
Pregoeiro

REVOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 19/2015
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrito no cnpj ° 95.996.104.0001.04; através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que esta REVOGADO, nos termos do Art. 49 da Lei nº 8666/93 por razões de interesse público decorrente de fato superveniente o Processo Licitatório nº 19/2015 - Pregão Eletrônico nº 06/2015

Monte Carlo - SC, 18 de Março de 2015
DELCIR BARZOTTO
Pregoeiro

REVOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 20/2015
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrito no cnpj ° 95.996.104.0001.04; através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que esta REVOGADO, nos termos do Art. 49 da Lei nº 8666/93 por razões de interesse público decorrente de fato superveniente o Processo Licitatório nº 20/2015 - Pregão Eletrônico nº 07/2015

Monte Carlo - SC, 18 de Março de 2015
DELCIR BARZOTTO
Pregoeiro

REVOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 27/2015
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrito no cnpj ° 95.996.104.0001.04; através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que esta REVOGADO, nos termos do Art. 49 da Lei nº 8666/93 por razões de interesse público decorrente de fato superveniente o Processo Licitatório nº 27/2015 - Pregão Presencial nº 15/2015

Monte Carlo - SC, 18 de Março de 2015
DELCIR BARZOTTO
Pregoeiro

REVOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 29/2015
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrito no cnpj ° 95.996.104.0001.04; através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que esta REVOGADO, nos termos do Art. 49 da Lei nº 8666/93 por razões de interesse público decorrente de fato superveniente o Processo Licitatório nº 29/2015 - Pregão Eletrônico nº 14/2015

Monte Carlo - SC, 18 de Março de 2015
DELCIR BARZOTTO
Pregoeiro

REVOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 30/2015
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrito no cnpj ° 95.996.104.0001.04; através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que esta REVOGADO, nos termos do Art. 49 da Lei nº 8666/93 por razões de interesse público decorrente de fato superveniente o Processo Licitatório nº 30/2015 - Pregão Eletrônico nº 15/2015

Monte Carlo - SC, 18 de Março de 2015
DELCIR BARZOTTO
Pregoeiro

REVOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 31/2015
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrito no cnpj ° 95.996.104.0001.04; através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que esta REVOGADO, nos termos do Art. 49 da Lei nº 8666/93 por razões de interesse público decorrente de fato superveniente o Processo Licitatório nº 31/2015 - Pregão Eletrônico nº 16/2015

Monte Carlo - SC, 18 de Março de 2015
DELCIR BARZOTTO
Pregoeiro

REVOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 38/2015
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrito no cnpj nº 95.996.104.0001.04; através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que esta REVOGADO, nos termos do Art. 49 da Lei nº 8666/93 por razões de interesse público decorrente de fato superveniente o Processo Licitatório nº 38/2015 - Pregão Eletrônico nº 19/2015

Monte Carlo - SC, 18 de Março de 2015
DELCIR BARZOTTO
Pregoeiro

REVOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 46/2015
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrito no cnpj nº 95.996.104.0001.04; através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que esta REVOGADO, nos termos do Art. 49 da Lei nº 8666/93 por razões de interesse público decorrente de fato superveniente o Processo Licitatório nº 46/2015 - Pregão Presencial nº 20/2015

Monte Carlo - SC, 26 de Março de 2015
DELCIR BARZOTTO
Pregoeiro

Morro da Fumaça**PREFEITURA****REGISTRO DE PREÇO 039/2015**

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço 039/2015. Objeto: AQUISIÇÃO DE SEGURO PARA PASSAGEIROS E SEGURO PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, conforme anexo. Data: 14/04/2015 às 15:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100. Fernando D. Teixeira - Secretário de Finanças.

Navegantes

PREFEITURA

ANULAÇÃO CONCORRÊNCIA PMN Nº 100/2014

ANULAÇÃO CONCORRÊNCIA PMN Nº 100/2014

Considerando as decisões judiciais proferidas nos autos nº 0300457-11.2014.8.24.0135 e 0300459-78.2014.8.24.0135; Considerando as manifestações do órgão ministerial nos autos supra; Considerando a decisão proferida no Agravo de Instrumento nº 2014.062.581-2; Considerando a possibilidade de a administração rever e anular seus próprios atos; Considerando o interregno necessário até o deslinde final da ação que suspendeu o edital nº 100/2014 e a necessidade de concluir a referida contratação e proporcionar à população navegantiva a prestação dos serviços funerários; Considerando a fase inicial em que se encontrava o certame e a ausência de dano potencial aos licitantes interessados; A Comissão Especial de Licitação, amparada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Roberto Carlos de Souza decide ANULAR o edital de Concorrência nº 100/2014 que tem por objeto "a contratação de até 02 (duas) empresas para prestação de serviços funerários". Registre-se, publique-se.

Navegantes, 01 de abril de 2015.

ATA CONCORRÊNCIA 37/2015 PMN

ATA CONCORRÊNCIA 37/2015 - ABERTURA HABILITAÇÃO E PROPOSTA

ABERTA A SESSÃO CONFORME AGENDADO, ESTAVAM PRESENTES OS LICITANTES, SONA, CONPLA, BALTT, BELGA, EMP. M.O.ADRIMAR, CONCRETIL. APÓS O CREDENCIAMENTO FORAM OS MESMOS VISTADOS PELOS LICITANTES, MENCIONADO QUE TODOS ESTAVAM CREDENCIADOS E QUE APENAS O LICITANTE SONA ERA ME/EPP, neste momento surgiu o questionamento do licitante baltt pois informou que o licitante sona havia entregue o envelope após o horário, o presidente da comissão abriu diligência para verificar o ocorrido, e informou aos presentes que o representante da sona havia chegado antes das 8:50, conforme confirmação das servidoras Diandra e Lilian e que neste momento a diandra ligou para a diretora do compras avisando que havia envelopes para protocolar, neste momento o servidor raul foi ao balcão para protocolar mas o representante da sona havia saído do balcão pois outra servidora (Salete) havia dito para o mesmo que acreditava que o protocolo seria no auditório, houve este desencontro, entretanto todos os servidores envolvidos confirmaram que o licitante estava antes do horário previsto em edital para protocolo de envelopes, decidindo assim o presidente em manter o licitante participando do certame. APÓS PASSOU-SE PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO CONSTATANDO QUE TODOS ATENDERAM AO SOLICITADO NO EDITAL, NÃO HAVENDO APONTAMENTOS OU RECURSOS POR PARTE DOS LICITANTES DEU-SE INÍCIO A ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS NESTA FASE FOI CONSTATADO QUE O LICITANTE SONA FOI O VENCEDOR POIS APRESENTOU A PROPOSTA NO VALOR R\$ 895.701,71, os demais licitantes cotaram : BALTT R\$ 952.539,79, CONCRETIL R\$ 963.488,42, CONPLA R\$ 968.462,11, BELGA R\$ 996.929,09, ADRIMAR R\$ 1.031.551,85, APÓS INFORMAR AOS LICITANTES PRESENTES O PRESIDENTE E A COMISSÃO DE LICITAÇÃO ENCERRAM A PRESENTE, ENCAMINHANDO OS AUTOS À AUTORIDADE COMPETENTE.

NAVEGANTES, 01 DE ABRIL DE 2015

DOUGLAS LEMOS - - PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FERNANDA HASSMANN CONSTANCIO- - MEMBRO

JOZESITE DOS SANTOS -- MEMBRO
LEILA MENGARDA -- MEMBRO
RAUL COUTO NETO -- MEMBRO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 04/2015 FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015 FME

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS PARA A REALIZAÇÃO DE VIAGENS PARA OS PROGRAMAS ESPORTIVOS DE ATENDIMENTO AOS ATLETAS DAS ESCOLINHAS SOCIAIS E DE RENDIMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 15/04/2015 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 15/04/2015 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 1º de abril de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 20/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS AS UNIDADES BÁSICAS E CENTROS DE REFERÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 15/04/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 15/04/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 1º de abril de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

EXTRATO CONTRATUAL PMN Nº 039/2015.

Extrato Contratual.

Contrato Nº...39/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Execução Gestão e Consultoria em Informática Ltda.,

CNPJ: 02.908.992/0001-85.

Vigência : Início: 03/03/2015 Término:01/05/2015.

Licitação :PP106/2011.

Recursos : Dotação: 2.136 3.3.90.00.00.

Objeto : Quinto termo aditivo ao contrato 179/2011 de prestação de serviços, que entre si celebram o município de navegantes e a empresa Execução Gestão e Consultoria em Informática Ltda.

Navegantes, 03 de março de 2015.

**PORTARIAS DE AMPLIAÇÕES DE CARGA HORARIA.
3643-3678/2014**

PORTARIA Nº. 3643 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ALTERA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE ESPECÍFICA"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Altera carga horária da Profª. VIVIANE DOS SANTOS SIMÃO, portaria nº. 901/2011, MAG 03-02, no que se refere à carga horária que passa de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais na área de Educação Infantil, sendo que a carga horaria alterada na CMEI Pedacinho do Céu no período Matutino, a partir de 18/02/2015.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

PORTARIA Nº. 3644 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ALTERA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE ESPECÍFICA"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Altera carga horária da Profª. FRANCIELE CANDIDO, portaria nº. 609/2010, MAG 02-02, no que se refere à carga horária que passa de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais na área de Educação Infantil, sendo que a carga horaria alterada na CMEI Pedacinho do Céu no período Matutino, a partir de 18/02/2015.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

PORTARIA Nº. 3645 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ALTERA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE ESPECÍFICA"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Altera carga horária da Profª. ALICE DA SILVA, portaria nº. 946/2011, MAG 03-02, no que se refere à carga horária que passa de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais na área de Educação Infantil, sendo que a carga horaria alterada na CMEI Profª. Marlene de Souza Couto no período Matutino, a partir de 18/02/2015.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

PORTARIA Nº. 3646 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ALTERA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE ESPECÍFICA"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Altera carga horária da Profª. KAREN ELIANE CARLOS, portaria nº. 620/2010, MAG 03-03, no que se refere à carga horária que passa de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais na área de Educação Infantil, sendo que a carga horaria alterada na CMEI Profª. Marlene de Souza Couto no período Matutino, a partir de 18/02/2015.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

PORTARIA Nº. 3647 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ALTERA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE ESPECÍFICA"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Altera carga horária da Profª. ARIANE DA COSTA MENDES, portaria nº. 608/2010, MAG 03-02, no que se refere à carga horária que passa de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais na área de Educação Infantil, sendo que a carga horaria alterada na CMEI Profª. Maria das Neves Emilio no período Matutino, a partir de 18/02/2015.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

PORTARIA Nº. 3648 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.
"ALTERA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE ESPECÍFICA"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Altera carga horária da Profª. ARICELI VITTI, portaria nº. 115/2007, MAG 03-04, no que se refere à carga horária que passa de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais na área de Educação Infantil, sendo que a carga horaria alterada na E.M. Profª. Vergina Guedes Lemos no período Matutino, a partir de 18/02/2015.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

PORTARIA Nº. 3649 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.
"ALTERA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE ESPECÍFICA"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Altera carga horária da Profª. DENISAURA OTOWICZ DA SILVA, portaria nº. 890/2011, MAG 03-02, no que se refere à carga horária que passa de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais na área de Educação Infantil, sendo que a carga horaria alterada no C.E. Profª. Maria de Lourdes Couto Cabral - CAIC no período Matutino, a partir de 18/02/2015.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

PORTARIA Nº. 3650 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.
"ALTERA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE ESPECÍFICA"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Altera carga horária da Profª. MARIA DA PAZ ALVES ROMÃO, portaria nº. 541/2010, MAG 03-03, no que se refere à carga horária que passa de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais na área de Educação Infantil, sendo que a carga horaria alterada na CMEI Profª. Julieta Pereira Muller no período Matutino, a partir de 18/02/2015.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

PORTARIA Nº. 3651 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.
"ALTERA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE ESPECÍFICA"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Altera carga horária da Profª. ELIZABETE KLIMKE DO NASCIMENTO, portaria nº. 564/2010, MAG 03-03, no que se refere à carga horária que passa de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais na área de Educação Infantil, sendo que a carga horaria alterada na CMEI Profª. Maria Carlota Vieira no período Matutino, a partir de 18/02/2015.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

PORTARIA Nº. 3652 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ALTERA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE ESPECÍFICA"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Altera carga horária da Profª. SOLANGE DOS SANTOS, portaria nº. 811/2011, MAG 02-02, no que se refere à carga horária que passa de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais na área de Educação Infantil, sendo que a carga horaria alterada na CMEI Profª. Nerozilda Pinheiro Ferreira no período Matutino, a partir de 18/02/2015.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

PORTARIA Nº. 3653 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ALTERA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE ESPECÍFICA"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Altera carga horária da Profª. MARIA DOLORES RODRIGUES DA SILVA, portaria nº. 940/2011, MAG 02-02, no que se refere à carga horária que passa de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais na área de Educação Infantil, sendo que a carga horaria alterada na CMEI Pedacinho do Céu no período Vespertino, a partir de 18/02/2015.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

PORTARIA Nº. 3654 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ALTERA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE ESPECÍFICA"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de

Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Altera carga horária da Profª. HELOISA DEMETRIO, portaria nº. 897/2011, MAG 03-02, no que se refere à carga horária que passa de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais na área de Educação Infantil, sendo que a carga horaria alterada na CMEI Profª. Silvete Couto de Miranda no período Vespertino, a partir de 18/02/2015.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

PORTARIA Nº. 3655 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ALTERA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE ESPECÍFICA"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Altera carga horária da Profª. GISELE DILMA LUCIANO MORAES, portaria nº. 539/2010, MAG 03-03, no que se refere à carga horária que passa de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais na área de Educação Infantil, sendo que a carga horaria alterada na CMEI Profª. Silvete Couto de Miranda - Extensão no período Vespertino, a partir de 18/02/2015.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

PORTARIA Nº. 3656 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ALTERA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE ESPECÍFICA"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Altera carga horária da Profª. FERNANDA GALVEZ NOCETTI, portaria nº. 617/2010, MAG 02-03, no que se refere à carga horária que passa de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais na área de Educação Infantil, sendo que a carga horaria

alterada na CMEI Profª. Silvete Couto de Miranda - Extensão no período Vespertino, a partir de 18/02/2015.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

PORTARIA Nº. 3657 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ALTERA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE ESPECÍFICA"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Altera carga horária da Profª. SELONI APARECIDA RAMOS, portaria nº. 2090/2011, MAG 02-02, no que se refere à carga horária que passa de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais na área de Educação Infantil, sendo que a carga horaria alterada na CMEI Profª. Maria das Neves Emilio no período Vespertino, a partir de 18/02/2015.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

PORTARIA Nº. 3658 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ALTERA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE ESPECÍFICA"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Altera carga horária da Profª. VANESSA CRISTINA NASCIMENTO, portaria nº. 571/2010, MAG 02-01, no que se refere à carga horária que passa de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais na área de Educação Infantil, sendo que a carga horaria alterada no C.E. Profª. Maria de Lourdes Couto Cabral - CAIC no período Vespertino, a partir de 18/02/2015.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE

2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

PORTARIA Nº. 3659 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ALTERA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE ESPECÍFICA"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Altera carga horária da Profª. ROSEMERE FARIAS DA SILVA, portaria nº. 887/2011, MAG 02-02, no que se refere à carga horária que passa de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais na área de Educação Infantil, sendo que a carga horaria alterada na CMEI Profª. Maria das Neves Emilio no período Vespertino, a partir de 18/02/2015.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

PORTARIA Nº. 3660 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ALTERA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE ESPECÍFICA"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Altera carga horária da Profª. PATRICIA DUARTE CIDRAL, portaria nº. 949/2011, MAG 02-02, no que se refere à carga horária que passa de 10 (dez) horas para 30 (trinta) horas semanais na área de Anos Finais, disciplina de Língua Portuguesa, sendo que a carga horaria alterada no C.E. Profª. Maria de Lourdes Couto Cabral - CAIC no período Matutino, a partir de 18/02/2015.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3661 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.
"ALTERA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE ESPECÍFICA"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.
RESOLVE:
I - Altera carga horária da Profª. VIVIAN CARDOSO DA SILVA, portaria nº. 382/2010, MAG 03-03, no que se refere à carga horária que passa de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais na área de Anos Finais, disciplina de Ciências, sendo que a carga horaria alterada na E.M. Profª. Maria Ivone Muller dos Santos no período Matutino, a partir de 18/02/2015.
II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3662 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.
"ALTERA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE ESPECÍFICA"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.
RESOLVE:
I - Altera carga horária da Profª. ANA MARIA ANGIOLETTI, portaria nº. 127/2009, MAG 03-03, no que se refere à carga horária que passa de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais na área de Anos Iniciais, sendo que a carga horaria alterada na E.M. Profª. Maria Hostim da Costa no período Matutino, a partir de 18/02/2015.
II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3663 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ALTERA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE ESPECÍFICA"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.
RESOLVE:
I - Altera carga horária da Profª. JANINI LAURECI ALBANO FRANCISCO, portaria nº. 132/2009, MAG 03-03, no que se refere à carga horária que passa de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais na área de Anos Iniciais, sendo que a carga horaria alterada no C.E. Profª. Maria de Lourdes Couto Cabral - CAIC no período Matutino, a partir de 18/02/2015.
II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3664 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.
"ALTERA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE ESPECÍFICA"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.
RESOLVE:
I - Altera carga horária da Profª. RITA DE CASSIA DA CUNHA BITTENCOURT, portaria nº. 126/2009, MAG 03-03, no que se refere à carga horária que passa de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais na área de Anos Iniciais, sendo que a carga horaria alterada no C.E. Profª. Maria de Lourdes Couto Cabral - CAIC no período Matutino, a partir de 18/02/2015.
II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3665 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.
"ALTERA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE ESPECÍFICA"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.
RESOLVE:
I - Altera carga horária da Profª. MARIA FATIMA DA SILVA RIBEIRO, portaria nº. 131/2009, MAG 03-03, no que se refere à carga

horária que passa de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais na área de Anos Iniciais, sendo que a carga horária alterada na C.E.M. Profª. Giovana Soares da Cunha no período Matutino, a partir de 18/02/2015.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3666 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ALTERA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE ESPECÍFICA"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Altera carga horária da Profª. MIRIAM VIEIRA B, portaria nº. 76/2009, MAG 03-03, no que se refere à carga horária que passa de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais na área de Anos Iniciais, sendo que a carga horária alterada na E.M. Profª. Maria Tereza Leal no período Vespertino, a partir de 18/02/2015.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3667 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ALTERA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE ESPECÍFICA"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Altera carga horária da Profª. CRISTIANI MARIA AMORIM, portaria nº. 124/2009, MAG 02-02, no que se refere à carga horária que passa de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais na área de Anos Iniciais, sendo que a carga horária alterada na E.M. Profª. Maria Ivone Muller dos Santos no período Vespertino, a partir de 18/02/2015.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3668 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ALTERA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE ESPECÍFICA"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Altera carga horária da Profª. CLAUDIANE PIERRE, portaria nº. 123/2009, MAG 02-02, no que se refere à carga horária que passa de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais na área de Professora de Ensino Fundamental, sendo que a carga horária alterada no C.E. Profª. Maria de Lourdes Couto Cabral - CAIC no período Matutino, a partir de 18/02/2015.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3669 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ALTERA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE ESPECÍFICA"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Altera carga horária da Profª. ELIETE AMARO, portaria nº. 135/2009, MAG 03-02, no que se refere à carga horária que passa de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais na área de Professora de Ensino Fundamental, sendo que a carga horária alterada no C.E. Profª. Maria de Lourdes Couto Cabral - CAIC no período Matutino, a partir de 18/02/2015.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3670 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.
"ALTERA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE ESPECÍFICA"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.
RESOLVE:
I - Altera carga horária da Profª. MARCIA SACAEM, portaria nº. 128/2009, MAG 03-02, no que se refere à carga horária que passa de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais na área de Professora de Ensino Fundamental, sendo que a carga horaria alterada no C.E. Profª. Maria de Lourdes Couto Cabral - CAIC no período Matutino, a partir de 18/02/2015.
II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3671 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.
"ALTERA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE ESPECÍFICA"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.
RESOLVE:
I - Altera carga horária da Profª. VANI FRANCISCO INACIO, portaria nº. 133/2009, MAG 02-03, no que se refere à carga horária que passa de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais na área de Professora de Ensino Fundamental, sendo que a carga horaria alterada na E.M. Profª. Rosa Maria Xavier de Araujo no período Matutino, a partir de 18/02/2015.
II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3672 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ALTERA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE ESPECÍFICA"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.
RESOLVE:
I - Altera carga horária da Profª. SAMANTHA GABRIELLA FARIA DA SILVA, portaria nº. 392/2009, MAG 02-03, no que se refere à carga horária que passa de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais na área de Professora de Ensino Fundamental, sendo que a carga horaria alterada na E.M. Profª. Rosa Maria Xavier de Araujo no período Matutino, a partir de 18/02/2015.
II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3673 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.
"ALTERA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE ESPECÍFICA"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.
RESOLVE:
I - Altera carga horária da Profª. FERNANDA MICHAELI DE SOUZA, portaria nº. 397/2010, MAG 02-03, no que se refere à carga horária que passa de 20 (vinte) horas para 30 (trinta) horas semanais na área de Ensino Fundamental, disciplina de Educação Física, sendo que a carga horaria alterada na E.M. Profª. Maria Hostim da Costa no período Matutino, a partir de 18/02/2015.
II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3674 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.
"ALTERA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE ESPECÍFICA"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.
RESOLVE:
I - Altera carga horária da Profª. EMIR ANTONIO CECYN, portaria nº. 828/2011, MAG 03-02, no que se refere à carga horária que

passa de 20 (vinte) horas para 30 (trinta) horas semanais na área de Ensino Fundamental, disciplina de Educação Física, sendo que a carga horaria alterada no C.E. Profª. Maria de Lourdes Couto Cabral - CAIC no período Vespertino, a partir de 18/02/2015.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3675 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ALTERA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE ESPECÍFICA"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Altera carga horária da Profª. CARLOS ARIOLI, portaria nº. 395/2010, MAG 02-02, no que se refere à carga horária que passa de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais na área de Ensino Fundamental, disciplina de Educação Física, sendo que a carga horaria alterada na E.M. Profª. Eni Erna Gaya no período Matutino, a partir de 18/02/2015.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3676 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ALTERA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE ESPECÍFICA"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Altera carga horária da Profª. LETICIA MARIA NARDI, portaria nº. 392/2010, MAG 03-02, no que se refere à carga horária que passa de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais na área de Ensino Fundamental, disciplina de Educação Física, sendo que a carga horaria alterada na E.M. Profª. Bernardete Maria Sedrez da Silva no período Vespertino, a partir de 18/02/2015.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3677 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ALTERA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE ESPECÍFICA"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Altera carga horária da Profª. SIRLEY CRISTINE MEDEIROS, portaria nº. 394/2010, MAG 03-03, no que se refere à carga horária que passa de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais na área de Ensino Fundamental, disciplina de Educação Física, sendo que a carga horaria alterada no C.E. Profª. Maria de Lourdes Couto Cabral - CAIC no período Vespertino, a partir de 18/02/2015.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3678 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ALTERA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE ESPECÍFICA"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Altera carga horária da Profª. MARICLEIDE DOS SANTOS LAURINDO, portaria nº. 402/2010, MAG 02-02, no que se refere à carga horária que passa de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais na área de Ensino Fundamental, disciplina de Educação Física, sendo que a carga horaria alterada na E.M. Profª. Maria de Lourdes Antunes no período Vespertino, a partir de 18/02/2015.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

PORTARIAS DE EXONERAÇÕES 3679/2014 E 12-1133/2015

PORTARIA Nº. 3679 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

"EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. ELIZIANE CRISTINA DE OLIVEIRA matrícula Nº61830/04 do cargo de Monitora de Educação Infantil de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 05 de janeiro de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 12 DE 07 DE JANEIRO DE 2015.

"EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. JULIANE ROMAO matrícula Nº63063/02 do cargo de Monitora de Educação Infantil de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 18 de janeiro de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE JANEIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de janeiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de janeiro de 2015.

PORTARIA Nº. 13 DE 07 DE JANEIRO DE 2015.

"EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. EDNALVA SILVA FRANÇA matrícula Nº3753/08 do cargo de Professora de Educação Infantil de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 03 de janeiro de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE JANEIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de janeiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de janeiro de 2015.

PORTARIA Nº. 14 DE 07 DE JANEIRO DE 2015.

"EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. EDNALVA SILVA FRANÇA matrícula Nº3753/09 do cargo de Professora de Educação Infantil de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 03 de janeiro de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE JANEIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de janeiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de janeiro de 2015.

PORTARIA Nº. 37 DE 15 DE JANEIRO DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. EDINEIA WACHHOLZ BORGES, matrícula Nº62587/03 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 15 de janeiro de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JANEIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 15 de janeiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 15 de janeiro de 2015.

PORTARIA Nº. 62 DE 26 DE JANEIRO DE 2015.

"EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. LUCIMARA PEREIRA MANCIO matrícula Nº4125/14 do cargo de Professora de Educação Infantil de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 26 de janeiro de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE JANEIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 26 de janeiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 26 de janeiro de 2015.

PORTARIA Nº. 63 DE 26 DE JANEIRO DE 2015.

"EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. LUCIMARA PEREIRA MANCIO matrícula Nº4125/15 do cargo de Professora de Educação Infantil de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 26 de janeiro de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE JANEIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 26 de janeiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 26 de janeiro de 2015.

PORTARIA Nº. 65 DE 26 DE JANEIRO DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. STEPHANIE FIGUEIREDO DA ROSA, matrícula Nº62810/03 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE JANEIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 26 de janeiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 26 de janeiro de 2015.

PORTARIA Nº. 72 DE 29 DE JANEIRO DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. FABIANE PEDRONI VESHOSKI DA LUZ, matrícula Nº3999/04 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 11 de fevereiro de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE JANEIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 29 de janeiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 29 de janeiro de 2015.

PORTARIA Nº. 81 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. CLECI MARTINS DA ROCHA, matrícula Nº 632724/01 do cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 89 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015.

"EXONERA PARA FINS DE APOSENTADORIA O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010. RESOLVE:

I - Exonerar, para fins de aposentadoria junto ao Navegantesprev, a Srª. MARIA TEREZINHA MARCOS, matrícula nº. 486/01, do cargo de Professora de Ensino Fundamental, MAG III, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme processo Administrativo nº 2015.04.00126.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2015.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 90 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015.

"EXONERA PARA FINS DE APOSENTADORIA O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010. RESOLVE:

I - Exonerar, para fins de aposentadoria junto ao Navegantesprev, a Srª. JOSANE VIEIRA BENTO, matrícula nº. 474/01, do cargo de Professora, MAG I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme processo Administrativo nº 2015.04.00125.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2015.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 93 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015.

"EXONERA PARA FINS DE APOSENTADORIA O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010. RESOLVE:

I - Exonerar, para fins de aposentadoria junto ao Navegantesprev, a Srª. MARIA DE FATIMA SIMOES DE MOURA, matrícula nº. 1829/01, do cargo de Professora de Ensino Fundamental, MAG III, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme processo Administrativo nº 2015.04.00129.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2015.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 97 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. SURAMA HONORATO, matrícula Nº2688/05 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 04 de fevereiro de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 98 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. ELISIANE MARCHIORO LEITÃO, matrícula Nº632817/01 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria

Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 09 de fevereiro de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 127 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. JANISLEY MARIA DA CUNHA, matrícula Nº62583/02 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 13 de fevereiro de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 128 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. JUCELIA PEREIRA, matrícula Nº61874/06 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 13 de fevereiro de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 129 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. FRANCIELLI DE LIMA, matrícula Nº3873/04 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 13 de fevereiro de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 130 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. CAROLINE CHAGAS SANTOS, matrícula Nº16781/03 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 13 de fevereiro de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 131 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. ROSANGELA APARECIDA DE SOUZA SIQUEIRA, matrícula Nº62306/04 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 13 de fevereiro de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 09 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 09 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 132 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"
ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:
I - EXONERAR a Srª. RUBIA CRISTINA DOS SANTOS, matrícula Nº62518/05 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 13 de fevereiro de 2015.
III - Revogam-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 09 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 09 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 133 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"
ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:
I - EXONERAR a Srª. GRACIERICA APARECIDA ROSA GAUTO matrícula Nº62080/07 do cargo de Professora de Educação Infantil de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 13 de fevereiro de 2015.
III - Revogam-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 09 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 09 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 134 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"
ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:
I - EXONERAR a Srª. GRACIERICA APARECIDA ROSA GAUTO matrícula Nº62080/08 do cargo de Professora de Educação Infantil de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 13 de fevereiro de 2015.
III - Revogam-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 09 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 09 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 135 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"
ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:
I - EXONERAR a Srª. LUCIANA MARGI DA SILVA matrícula Nº5029/09 do cargo de Professora de Educação Infantil de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 13 de fevereiro de 2015.
III - Revogam-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 09 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 09 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 136 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"
ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:
I - EXONERAR a Srª. JULIANA APARECIDA MICHALACK matrícula Nº4053/11 do cargo de Professora de Educação Infantil de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 13 de fevereiro de 2015.
III - Revogam-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 09 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 09 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 125 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. LETIANE LIMA DE ALMEIDA, matrícula Nº 19817/02 do cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 09 de fevereiro de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 09 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 09 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 153 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. RAFAELA GALVEZ PINTO, matrícula Nº16883/04 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 10 de fevereiro de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 11 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 11 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 154 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das

suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. EDICLEIA VEIGA DA SILVA, matrícula Nº 63224/01 do cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 03 de fevereiro de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 11 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 11 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 160 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. ROSANGELA NATALINA CURSEL OURIQUES, matrícula Nº4352/06 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 13 de fevereiro de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 11 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 11 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 164 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015.
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. ANA CATARINA GONÇALVES, matrícula Nº19785/01 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 12 de fevereiro de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 13 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 13 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 165 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015.
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"
ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:
I - EXONERAR a Srª. JACILENE BARROS WILDE, matrícula Nº19971/02 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 13 de fevereiro de 2015.
III - Revogam-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 13 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 13 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 166 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015.
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"
ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:
I - EXONERAR a Srª. FRANCELINA MARIA PEREIRA, matrícula Nº2298/04 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 13 de fevereiro de 2015.
III - Revogam-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 13 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 13 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 173 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"
ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:
I - EXONERAR a Srª. LETICIA TERAGI matrícula Nº62783/01 do

cargo de Professora do Ensino Fundamental, com carga Horária de 10 (dez) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 183 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"
ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:
I - EXONERAR a Srª. DEYSE TEREZINHA ZAMARIOLA, matrícula Nº62048/02 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 13 de fevereiro de 2015.
III - Revogam-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 272 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"
ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:
I - EXONERAR a Srª. GISELE DA SILVA COUTO matrícula Nº62391/01 do cargo de Professora de Educação Infantil, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.
III - Revogam-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 347 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. ALEXANDRINA ALVES DE OLIVEIRA, matrícula Nº4973/03 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 19 de fevereiro de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 451 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. PAULA CRISTINA GONÇALVES, matrícula Nº19742/01 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 09 de fevereiro de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 488 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. CHARLENE OLIVEIRA BRAZ, matrícula Nº16797/03 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria

Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 13 de fevereiro de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 518 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. CAMILA REISER ROSA, matrícula Nº632781/01 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 23 de fevereiro de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 567 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. JULIANA APARECIDA DA SILVA, matrícula Nº4111/11 do cargo de Professora de Educação Infantil, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 18 de fevereiro de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 20 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 614 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"
ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:
I - EXONERAR a Srª. ANA ALICE TEIXEIRA, matrícula Nº16829/04 do cargo de Professora do Ensino Fundamental de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 23 de fevereiro de 2015.
III - Revogam-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 23 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 23 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 618 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"
ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:
I - EXONERAR a Srª. SUSANA DENISE ZEN, matrícula Nº 62998/02 do cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 23 de fevereiro de 2015.
III - Revogam-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 23 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 23 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 630 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015.
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"
ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:
I - EXONERAR a Srª. VALDIRENE DOS SANTOS, matrícula Nº 62154/02 do cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 02 de março de 2015.
III - Revogam-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 24 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 24 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 638 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"
ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:
I - EXONERAR a Srª. FRANCIELI CAROLINE CABRAL, matrícula Nº 61968/10 do cargo de Professora do Ensino Fundamental, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 02 de março de 2015.
III - Revogam-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 26 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 26 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 640 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"
ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:
I - EXONERAR o Sr. JAISON FERNANDO LOTERIO matrícula Nº16731/02 de 10 (dez) horas semanais do cargo de Professor do Ensino Fundamental com 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 25 de fevereiro de 2015.
III - Revogam-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 26 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 26 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 641 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. ARIANE APARECIDA BORSOI, matrícula Nº632733/01 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 02 de março de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº. 673 DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. DANIELA ANTONIO PEREIRA, matrícula Nº2856/14 do cargo de Instrutora de Informática, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 03 de março de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 741 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. DENISE REGINA COSTA SILVA, matrícula Nº2386/03 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 03 de março de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 742 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. ELIANE DA SILVA UESLER, matrícula Nº 16836/08 do cargo de Professora de Educação Infantil, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 04 de março de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 789 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. VERGINIA APARECIDA JARSKI ANTUNES, matrícula Nº63183/02 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 06 de março de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 790 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das

suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. SILVANA WERNER SILVEIRA, matrícula Nº4293/02 do cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 09 de março de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 842 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. ALESSANDRA CORREA, matrícula Nº62231/05 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 10 de março de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 859 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. ROSANGELA DE CARVALHO, matrícula Nº632896/01 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 10 de março de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 913 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. SUSANA DA PIEDADE GOMES CORREA, matrícula Nº62938/03 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 10 de março de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 925 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. FABIANNE PAULINO DE OLIVEIRA, matrícula Nº63340/01 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 11 de março de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 962 DE 13 DE MARÇO DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. DANUBIA BORBA PIOLLA SEARA, matrícula Nº3449/04 do cargo de Professora de Educação Infantil, com

carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 16 de março de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 963 DE 13 DE MARÇO DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. MARIA GISELI DA SILVEIRA, matrícula Nº17946/08 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 13 de março de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 964 DE 13 DE MARÇO DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. PAMELA OHANA RAMOS, matrícula Nº632634/02 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 13 de março de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 965 DE 13 DE MARÇO DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. MIRIAN MARIA GESSER DE MATTOS, matrícula Nº62043/05 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 13 de março de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 1018 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

"EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. ISABELA MONTE CRISTO LOPES, matrícula Nº3655/11 do cargo de Professora de Educação Infantil de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 25 de março de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 1019 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

"EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. CARINA KAMMER DOS SANTOS, matrícula Nº16734/07 do cargo de Professora do Ensino Fundamental de

20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 01 de abril de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 1040 DE 17 DE MARÇO DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR o Sr. MARIO CESAR ALVES, matrícula Nº63346/01 do cargo de Professor do Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 16 de março de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 1049 DE 18 DE MARÇO DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR o Sr. MARIO CESAR ALVES, matrícula Nº63346/02 do cargo de Professor do Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 16 de março de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 1051 DE 18 DE MARÇO DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. SONIA REGINA PINHEIRO, matrícula Nº 4460/01 do cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 19 de março de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 1057 DE 19 DE MARÇO DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR o Sr. RENE FANTIN ARNOLDO, matrícula Nº632947/01 do cargo de Professor do Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 19 de março de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 1068 DE 20 DE MARÇO DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR o Sr. ALESSANDRO GUERRA D'AVILA, matrícula Nº18989/09 do cargo de Professor do Ensino Fundamental, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 20 de março de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 20 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 20 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 1133 DE 24 DE MARÇO DE 2015.

"EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º. RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. MARIA DAS NEVES DA SILVA, matrícula Nº16803/09 do cargo de Monitora de Educação Especial de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 24 de março de 2015.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE MARÇO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 24 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de março de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2015

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2015

A Câmara Municipal de Vereadores de Navegantes-SC torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontram abertas, até as 18 horas do dia 07/04/2015, as inscrições de profissionais formados em comunicação, publicidade ou marketing, ou que atuem em uma dessas áreas, para compor a Subcomissão Técnica a ser constituída nos termos da Lei Federal nº 12.232/2010, para análise e julgamento das propostas técnicas a serem apresentadas em licitação na modalidade Tomada de Preços, que será instaurada pela Câmara Municipal, objetivando a contratação de Agência para a prestação de serviços de publicidade. O Edital completo do Chamamento Público e demais publicações referentes ao certame poderão ser obtidos na Sede da Câmara de Vereadores, localizada na Rua Ezequiel Antero Rocha, nº315, Centro, Cidade de Navegantes (telefone: 47 3342-1818), no horário de 07 às 13 horas, de segunda a sexta-feira, ou nos links do site do Poder Legislativo www.cvnavegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 27 de março 2015.

Vilsemar Olímpio Duarte

Presidente da Comissão de Licitação

NAVEGANTESPREV

PORTARIA N.º 15 DE 02 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA N.º 015 DE 02 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE, EM CARÁTER PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40 §1º, III, "b" da CFEB/1988, com redação da EC nº 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a lei complementar municipal nº 99/2011, que instituiu o Regime,

RESOLVE:

I Conceder o benefício de Aposentadoria por Idade ao servidor VALMOR CHAVES, portador da cédula de identidade nº 1.201.588 SESP/SC, inscrito no CPF sob o nº 429.673.849-68, e PIS/PASEP nº 102.66802.75.0 efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria de Obras e Serviços Municipais, com proventos PROPORCIONAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo nº 2015.02.00134, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 02 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Jan Ullrich

DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 02 DE ABRIL DE 2015.

Jan Ullrich

DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 362/2015

PORTARIA Nº 363/ 2015

Concede Licença Para Tratamento de Saúde

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, VERONICA BERNARDETE WISINTAINER BOTTAMELI, matrícula nº 946, concursada no cargo de Auxiliar Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 12 de março de 2015 a 10 de maio de 2015, conforme resultado pericial datado de 27/03/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 30 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 30 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 363/2015

PORTARIA Nº 363/ 2015

Concede Licença Para Tratamento de Saúde

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, VERONICA BERNARDETE WISINTAINER BOTTAMELI, matrícula nº 946, concursada no cargo de Auxiliar Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 12 de março de 2015 a 10 de maio de 2015, conforme resultado pericial datado de 27/03/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 30 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 30 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 365/2015

PORTARIA Nº 365/ 2015

Concede Licença Para Tratamento de Saúde

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 102, Lei Municipal nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde á Servidora Pública Municipal JULIANA MACHADO DOS SANTOS, matrícula nº 6263, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 94 (noventa e quatro) dias, a contar de 26 de fevereiro de 2015 a 30 de maio de 2015, conforme resultado pericial datado de 17/03/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de abril de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 01 de abril de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PROCESSO Nº 036/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 036/2015 - Pregão Presencial nº 023/2015
Objeto: O presente pregão tem por objeto a Aquisição de Material Didático, cozinha, cama e mesa para o município de NOVA TRENTO, conforme termo de referência, especificações e quantitativos descritos no anexo I deste Edital.

Julgamento: Menor Preço por LOTE. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 16/04/2015 às 09:30 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267 3213 - Email: compras@novatrento.sc.gov.br.
br. Site: www.novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

PROCESSO Nº 037/2015 - INEXIGIBILIDADE Nº 004/2015ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 037/2015 - Inexigibilidade de Licitação nº 004/2015

Objeto: Credenciamento de entidades privadas, com ou sem fins lucrativos, prestadoras de serviços de atenção à saúde, para a realização de cirurgias eletivas de colecistectomia, prostatectomia suprapubica, hernioplastia epigástrica, hernioplastia incisional, hernioplastia inguinal (unilateral e bilateral), hernioplastia umbilical, tratamento cirúrgico de varizes (unilateral e bilateral), histerectomia total e subtotal, postectomia, tratamento cirúrgico de varicocele, tratamento cirúrgico de hidrocele, epidimectomia, incontinência urinária, espermatocectomia, exereses de cisto sacro-coccigeo, tratamento cirúrgico não estético de orelha, conização, hemorroidectomia, fistulectomia, ooforectomia, tratamento com cirurgias múltiplas, uretrotomia, uretroplastia autogena, tratamento cirúrgico de cistocele, vasectomia, colpoperineoplastia, ureterolitotomia, exereses de glândula de Bertholin, extirpação e supressão de lesão de pele, cirurgia de catarata congênita, no âmbito do Programa Estadual de Cirurgias Eletivas, sem caráter de exclusividade, nos quantitativos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde ou Deliberação CIB/SUS (se houver), e de acordo com a Tabela de Procedimentos do SUS, divulgada pelo Ministério da Saúde..

Julgamento: Credenciamento. Entrega de Documentação e Propostas: até 18/12/2015 às 14:00 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267 3213 - Email: compras@novatrento.sc.gov.br. Site: www.novatrento.sc.gov.brGian Francesco Voltolini
Prefeito**PROCESSO Nº 038/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2015 - SRP Nº 010/2015**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 038/2015 - Pregão Presencial nº 024/2015 - SRP Nº 010/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para a contratação de empresa especializada na realização de exames de média e alta complexidade com diagnóstico por imagem, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Trento, conforme Termo de Referência constante do Anexo I deste Edital.

Julgamento: Menor preço por lote. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 16/04/2015 às 14:30 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267 3211 - 48 32673213; e-mail: compras@novatrento.sc.gov.brGian Francesco Voltolini
Prefeito**Orleans****PREFEITURA****AVISO Nº 70/2015 CONSTRUÇÃO DE 3 PONTES**Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE ORLEANS**AVISO DE LICITAÇÃO**

Edital: TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 70/2015.

Tipo: Menor Preço/GLOBAL

Objeto: CONSTRUÇÃO DE 3 PONTES DE CONCRETO NAS COMUNIDADES DE CURRAL FALSO, TRES BARRAS E RIO LARANJEIRAS NO MUNICIPIO DE ORLEANS, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 784984/2013, PROCESSO Nº 2624.1005298-17/2013, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO FEDERAL E O MUNICIPIO DE ORLEANS.

Recebimento das Propostas: até o dia 23/04/2015 às 14h00m.

Abertura das Propostas: dia 23/04/2015, às 14h00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.

Orleans, 01 de Abril de 2015.

Eduardo Bertoncini

Secretario de Administração

EDITAL CHAMAMENTO PROCESSO SELETIVO Nº003/2015ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE ACORDO COM PROCESSO SELETIVO Nº003/2015, mediante o qual fica CONVOCADA, para nomeação, a candidata aprovada no Processo Seletivo nº003/2015, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 12h30min às 18h00min, no prazo de 05 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital de Processo Seletivo nº003/2015 (disponível no site eletrônico: www.orleans.sc.gov.br, ciente de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Edital de Processo Seletivo nº003/2015, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 3886-0128, com o servidor Ariel Alberton.

NOME	CARGO	CH
CRISTINA DA SILVA GALVANE	MÉDICO VETERINÁRIO	20hs

Orleans, 01 de abril de 2015.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Ouro**PREFEITURA****CREDENCIAMENTO 01/2015**

CREDENCIAMENTO Nº 01/2015
MUNICÍPIO DE OURO / SC

O Município de Ouro/SC, através do Prefeito Municipal Sr. Vitor João Faccin, no uso de suas atribuições legais, vem através deste tornar público que está realizando CREDENCIAMENTO de empresas para prestação de serviços de veiculação de publicidade, compreendendo atos, programas educativos e campanhas institucionais do poder executivo do município de ouro. Sendo os itens: Ítem 1: Contratação de empresas jornalísticas, categoria "Jornal Local" - empresas credenciadas à Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (ADJORI), com comprovação de efetiva circulação no Município de Ouro para publicação de mídia institucional; Ítem 2: Contratação de empresas de radiodifusão em amplitude modulada, categoria "Rádio AM Local" - credenciadas à Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT), e Rádios FM Comunitárias, Culturais Educativas, credenciadas na Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária - (ABRACO), para veiculação de inserções institucionais diárias na faixa horária compreendida das 07h00min às 19:00 min. As empresas interessadas deverão apresentar o envelope de habilitação a partir do dia 07 de abril de 2015, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Ouro/SC, situada a Rua Governador Jorge Lacerda, 1209, Centro. Pedidos do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 01/04/2015. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

Ouro Verde**PREFEITURA****ERRATA PREGÃO 0017**

ERRATA
PREGÃO PRESENCIAL
N. 0017/2015

Comunicamos a quem interessar possa que o MUNICÍPIO DE OURO VERDE, Estado de Santa Catarina, abriu Licitação Publica, regrada pelas disposições da Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 1518/2006, e subsidiariamente a Lei Federal n. 8666/93, de 21 de junho de 1993, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL n. 0017/2015, Tipo Menor Preço/Global, OBJETIVANDO Contratação de empresa especializada para aquisição de peças e serviço de mão de obra para manutenção do trator de esteira D-150B. Altera o Anexo I por motivo de erro de sistema, Entrega dos Envelopes: Onde se lê as 10h15min dia 08 de abril de 2015. Passa a ser 10h15min do dia 16 de abril de 2015. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Onde se lê às 10h20 min dia 08 de abril de 2015. Passa a ser 10h20min do dia 16 de abril de 2015. demais informações constantes no edital que não colidirem com a presente retificação permanecem em pleno vigor. A integra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados na Prefeitura Municipal de Ouro Verde/SC, sito a Rua João Maria Conrado, n. 425, Centro, fone (0**49) 3447-0007, na Secretaria Municipal de Administração ou pelo site: WWW.ouroverde.sc.gov.br. Ouro Verde (SC), 01 de abril de 2015. Rosane Minetto Selig Prefeita Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.794, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº. 1.794, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

COMISSÃO MISTA. CMTP. Fica instituída a Comissão Mista de Estudos para a Uniformização da Tramitação de Processos relativos à Concessão e Renovação de Alvarás, Certidões, Licenças e demais Autorizações expedidas pelo Poder Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Mista de Estudos para a Uniformização da Tramitação de Processos relativos à Concessão e Renovação de Alvarás, Certidões, Licenças e demais Autorizações expedidas pelo Poder Público Municipal (CMTP) no âmbito do Município de Palhoça, que tem como objetivo padronizar os processos e procedimentos e criar novos fluxogramas, com o intuito de melhor atender as demandas, otimizar o tempo de tramitação dos processos e proporcionar transparência, celeridade, eficiência e maior segurança jurídica aos atos da Administração Pública, composta dos seguintes membros:

- I - Leonel Pereira - Secretário Municipal de Segurança Pública;
- II - Rodrigo Tenfen Legat - Secretaria de Saúde / Assessor Técnico Vigilância Sanitária Municipal;
- III - Nilson João Espíndola - Secretário Municipal de Receita;
- IV - Pedro Paulo dos Passos Freitas - Gerente de Protocolo;
- V - Rogério Ribeiro Miranda - Diretor Geral do Gabinete do Prefeito;
- VI - Luciano Dalla Pozza - Procurador do Município;
- VII - João Batista dos Santos - Presidente da Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM;
- VIII - Eduardo Freccia - Secretário Municipal de Infraestrutura.

§1º Fica designado como Presidente dos trabalhos da CMTP o membro previsto no inciso III deste artigo.

§2º Fica designado como Relator do parecer conclusivo da CMTP o membro previsto no inciso VI deste artigo.

Art. 2º A CMTP terá o prazo de 60 (sessenta) dias a partir da sua instalação para emitir o parecer conclusivo quanto à adoção de novos processos e procedimentos relativos à concessão e renovação de Alvarás no âmbito do Município de Palhoça, podendo ser prorrogada pelo mesmo período.

Parágrafo Único. O parecer conclusivo da CMTP, após elaborado e assinado por todos os seus membros, será encaminhado diretamente ao Prefeito Municipal, para que dele tenha conhecimento e possa tomar as medidas administrativas cabíveis e oportunas.

Art. 3º A Procuradoria Geral do Município ficará à disposição da CMTP para dirimir quaisquer dúvidas jurídicas, de legislações pertinentes ou relacionadas ao objeto da Comissão de Estudos.

Art. 4º A CMTP terá autonomia e gozará de todas as prerrogativas necessárias para realizar o objeto para o qual foi criada, podendo sugerir alterações normativas e legislativas, formular a padronização de processos e procedimentos administrativos, estabelecer novos fluxogramas, requisitar informações e/ou documentos dos órgãos públicos municipais, bem como realizar as demais atividades necessárias ao seu escopo.

Art. 5º A CMTP será instalada e terá como data da sua primeira reunião o dia 11 de março de 2015, às 09 horas, no Gabinete do Secretário de Receita.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 11 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.801, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 1.801, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DO ORÇAMENTO FISCAL DE PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.153, de 16 de dezembro de 2014, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar por conta do provável excesso de arrecadação FR 1.370155 - PNATE o valor de R\$ 850.911,00, (oitocentos e cinquenta mil reais e novecentos e onze reais), a dotação orçamentária abaixo:

13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2.043 - Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar R\$ 850.911,00
181 3.3.00.00.00.00.00.0.1.370155 - Aplicações Diretas R\$ 850.911,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 25 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.803, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 1.803, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DO ORÇAMENTO FISCAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.153, de 16 de dezembro de 2014, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar o valor de R\$ 300.000,00, (trezentos mil reais), a dotação orçamentária abaixo:

13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2.011 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 300.000,00
172 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.360150 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação de dotação orçamentária abaixo:

13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
1.005 - Construção Ampliação Ref. Escolas Ens.Fundamental R\$ 300.000,00
080 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.360150 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 27 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.804, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 1.804, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DENTRO DA MESMA ATIVIDADE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.153, de 16 de dezembro de 2014, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a remanejar o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na dotação orçamentária abaixo:

24.00 - SECRETARIA MUNIC.DE TURISMO E CULTURA
24.01 - SECRETARIA MUNIC.DE TURISMO E CULTURA 2.082 - Funcionamento do Esporte e Lazer R\$ 10.000,00

SUPLEMENTA

090 4.4.90.00.00.00.00.00.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

ANULA

125 3.3.90.00.00.00.00.00.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 27 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.805, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 1.805, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DENTRO DA MESMA ATIVIDADE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.153, de 16 de dezembro de 2014, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a remanejar o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na dotação orçamentária abaixo:

17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 1.043 - Farmácia Popular R\$ 10.000,00

SUPLEMENTA

365 3.3.90.00.00.00.00.00.1.380256 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

ANULA

416 3.1.90.00.00.00.00.00.1.380256 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 31 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.806, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 1.806, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

REVOGAÇÃO. Fica revogado o Decreto nº 1.800, de 25 de março de 2015.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica revogado o Decreto Municipal nº 1.800, de 25 de março de 2015, que trata do remanejamento de dotação orçamentária.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Palhoça, 31 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.212, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 4.212, de 31 de março de 2015.

DENOMINA PRAÇA PÚBLICA. Praça Paulo João Martins.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Praça Paulo João Martins, Praça Pública, localizada na esquina formada entre a Avenida Prefeito Nelson Martins com a Rua Orlando Tancredo, Centro, neste Município.

Parágrafo único. A localização da Praça Pública de que trata o caput deste artigo obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Palhoça, 31 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.213, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 4.213, de 31 de março de 2015.

FUNDO MUNICIPAL. Institui o Fundo Municipal do Idoso (FMI) do Município de Palhoça.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso das suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Palhoça, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Fundo Municipal do Idoso, instrumento de natureza contábil, tendo por finalidade a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados a proporcionar o devido suporte financeiro na implantação, na manutenção e no desenvolvimento de programas, projetos e ações voltados à pessoa idosa no âmbito do Município de Palhoça.

Art. 2º O Fundo Municipal do Idoso será gerenciado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que se vincula o Conselho Municipal do Idoso, sendo de competência deste a deliberação sobre a aplicação dos recursos em programas, projetos e ações voltados à pessoa idosa.

Parágrafo único. O ordenamento das despesas decorrentes da aplicação dos recursos do Fundo será da competência do representante legal da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Constituem fontes de recursos do Idoso:

I - as transferências e repasses da União, do Estado, por seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, bem como de seus Fundos;

II - as transferências e repasses do Município;

III - os auxílios, legados, valores, contribuições e doações, inclusive de bens móveis e imóveis, que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

IV - produtos de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;

V - os valores das multas previstas no Estatuto do Idoso (Lei nº

10.741, de 01 de outubro de 2003);

VI - as doações feitas por pessoas físicas ou jurídicas deduzidas do Imposto Sobre a Renda, conforme a Lei Federal nº 2.213/2010;

VII - outras receitas destinadas ao referido Fundo, e

VIII - as receitas estipuladas em lei.

§ 1º Para os casos de insuficiência orçamentária poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por lei.

§ 2º Os recursos que compõem o Fundo serão depositado em conta especial sob a denominação "Fundo Municipal do Idoso", e sua destinação será deliberada por meio de atividades, projetos e programas aprovados pelo Conselho Municipal do Idoso, sem isentar a Administração Municipal de previsão e provisão de recursos necessários para as ações destinadas à pessoa idosa, conforme a legislação pátria.

§ 3º A dotação orçamentária prevista para o órgão executor da Administração Pública Municipal, responsável pelo idoso, será automaticamente transferida para a conta do Fundo Municipal do Idoso - FMI, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§ 4º Os recursos de responsabilidade do Município de Palhoça, destinados ao Fundo Municipal do Idoso serão programados de acordo com a Lei Orçamentária do respectivo exercício financeiro, para promover ações de proteção e promoção da pessoa idosa, conforme regulamentação desta Lei.

§ 5º O Conselho Municipal do Idoso deverá constituir Comissão Permanente, integrada por Conselheiros governamentais e Conselheiros representantes da sociedade civil, composta paritariamente, com a finalidade de acompanhar as ações relacionadas com o Fundo.

Art. 4º O repasse de recursos para as entidades e organizações do idoso, devidamente registradas no Conselho Municipal do Idoso, será efetivado por intermédio do Fundo Municipal do Idoso - FMI, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Idoso CMI.

Parágrafo único. As transferências de recursos para organizações governamentais e não governamentais do idoso se processarão mediante convênios e contratos.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Assistência Social prestará contas mensalmente ao Conselho Municipal do Idoso sobre o Fundo Municipal do Idoso, e dará vistas e prestará informações quando for solicitado pelo Conselho.

Art. 6º Para atender ao disposto nesta Lei, será utilizada rubrica orçamentária específica.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 31 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.214, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 4.214, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

BADESC. Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa Badesc Cidades e tomar empréstimo junto ao BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Badesc Cidades.

Art. 2º A adesão ao Programa Badesc Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de Pavimentação, Drenagem e Sinalização de Vias Públicas.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesc Cidades, até o montante de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

Parágrafo Único. Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º Para dar continuidade ao Programa Badesc Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 10. Fica revogada a Lei Municipal nº 4.207, de 19 de março de 2015 e demais disposições em contrário.

Palhoça, 01 de abril de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2015

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 16 de abril de 2015, às 09:00h, o recebimento e abertura das propostas e a sessão de lances do PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2015, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização, operacionalização e execução de show nacional em comemoração ao aniversário de Palhoça. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net.

Palhoça, 01 de abril de 2015. A PREGOEIRA.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 026/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº.026/2015

A Pregoeira torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado da Adjudicação do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 026/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que por objeto a Contratação de empresa para confecção de uniformes no Sistema Registro de Preços, mediante entrega parcelada para Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Saúde.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

TRACTON INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP, ficou classificada nos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, do lote I, em seu menor preço por lote, totalizando a importância de R\$ 129.000,00 (Cento e vinte e nove mil reais).

ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME, ficou classificada no item 01, do lote II, item 1 lote III, em seu menor preço por lotes, totalizando a importância de R\$ 90.400,00 (noventa mil reais, quatrocentos reais).

TOWER IDUSTRIA E COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, ficou classificada no item 01, do lote V, em seu menor preço por lote, totalizando a importância de R\$ 11.465,00 (onze mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais).

DINASTIA DO SOL IND. E COM. LTDA, ficou classificada no item 01, do lote IV, item 01 lote VI, em seu menor preço por lotes, totalizando a importância de R\$ 11.080,00 (onze mil, e oitenta reais).

Palhoça, 01 de abril de 2015.

SHIRLEY REGINA DE FARIAS

Pregoeira - Portaria 23/2015

Palmitos

PREFEITURA

DECRETO 032/15

DECRETO Nº 032/2015. De 23 de março de 2015.	AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E INCLUSÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pela Lei nº 3.841/2015, de 23 de março de 2015.
---	--

DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a abertura de um Crédito Adicional Suplementar, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014, no valor de até R\$ 123.667,14 (cento e vinte e três mil, seiscentos e sessenta e sete reais e quatorze centavos), nas dotações orçamentárias constantes no Orçamento vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
UNIDADE: 04.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV: 1.008 - Construção e Ampliação de Centros de Ensino Infantil

MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.03.0062 (xx) R\$ 123.667,14

FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos FNDE

TOTAL GERAL R\$ 123.667,14

Art. 2º Os recursos a serem utilizados, para atendimento ao que determina o artigo 1º desta Lei no valor de até R\$ 123.667,14 (cento e vinte e três mil, seiscentos e sessenta e sete reais e quatorze centavos), são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 do Município de Palmitos na fonte de recursos 0062 - recursos vinculados ao FNDE, demonstrados no Balanço Patrimonial de 2014, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

DECRETO Nº 032/2015.

De 23 de março de 2015.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Palmitos/SC, em 23 de março de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

LEI 065/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº. 065/2015. De 23 de março de 2015.	INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DE PALMITOS – PREFIP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:
---	---

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal de Palmitos - PREFIP, destinado a promover a regularização de créditos tributários e não tributários do Município de Palmitos, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2014, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, em execução fiscal ou a executar, parcelados administrativa ou judicialmente ou a parcelar, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento do imposto declarado.

Art. 2º A anistia e/ou remissão abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando:

I - aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele;

II - salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 3º O ingresso no PREFIP dar-se-á por opção do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, através de requerimento, até a data improrrogável de 31 de julho de 2015.

§ 1º O Município promoverá ampla divulgação e publicidade desta Lei Complementar, podendo notificar os contribuintes em situação de débito, que poderão optar pelo pagamento uma única vez ou parceladamente, dentro do prazo definido.

§ 2º A opção estabelecida no caput deste artigo implica a inclusão da totalidade dos débitos referidos no artigo 1º, em nome da pessoa física ou jurídica, inclusive os não constituídos, que serão incluídos no Programa mediante confissão.

Art. 4º O parcelamento não poderá exceder a 08 (oito) parcelas mensais, iguais e sucessivas, observado o limite do artigo 6º desta Lei Complementar.

Parágrafo único. As parcelas serão acrescidas de juros, à razão de 1% (um por cento) ao mês.

LEI COMPLEMENTAR Nº. 065/2015.

De 23 de março de 2015.

Art. 5º O PREFIP abrangerá todos os débitos lançados ou denunciados espontaneamente pelo optante, inclusive os acréscimos legais relativos à multa, juros e demais encargos previstos na legislação vigente à época da ocorrência dos fatos geradores, os decorrentes de obrigações acessórias, os parcelamentos em curso relativos às parcelas vencidas e vincendas e os débitos inscritos em dívida ativa, mesmo que em cobrança judicial.

§ 1º Para os débitos que estejam em fase de execução fiscal, o contribuinte deverá efetuar o pagamento das custas e despesas processuais decorrentes, calculadas pelo Poder Judiciário.

§ 2º Fica o Procurador do Município autorizado a conceder, aos contribuintes que aderirem ao PREFIP nos moldes do inciso I do artigo 8º desta Lei Complementar, anistia de 100% (cem por cento) dos honorários advocatícios sucumbenciais que lhe couberem.

Art. 6º O débito consolidado na forma desta Lei Complementar

poderá ser parcelado desde que o valor mínimo de cada parcela não seja inferior a R\$ 100,00 (cem reais).

Art. 7º Nos casos em que o contribuinte possuir débito de mais de um tributo, poderá ser emitido parcelamento próprio para cada espécie, ou reunidos em um único parcelamento.

Art. 8º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a anistia e/ou remissão sobre os encargos previstos no artigo 5º desta Lei Complementar, observadas as seguintes condições:

I - anistia e/ou remissão de 80% (oitenta por cento) dos juros e multas, para o contribuinte que requerer o PREFIP e optar pelo pagamento em parcela única, 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação da presente Lei;

II - anistia e/ou remissão de 60% (sessenta por cento) dos juros e multas, para o contribuinte que requerer o PREFIP e optar pelo pagamento em parcela única, 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação da presente Lei;

III - anistia e/ou remissão de 40% (quarenta por cento) dos juros e multas, para o contribuinte que requerer o PREFIP e optar pelo pagamento em parcela única, até 90 (noventa) dias, a partir da data da publicação da presente Lei;

IV - anistia e/ou remissão de 30% (trinta por cento) dos juros e multas, para o contribuinte que requerer o PREFIP e optar pelo pagamento em parcela única, 120 (cento e vinte) dias, a partir da data da publicação da presente Lei;

VI - anistia e/ou remissão de 20% (vinte por cento) dos juros e multas, para o contribuinte que requerer o PREFIP e optar pelo pagamento em até 08 (oito) parcelas mensais e sucessivas, 150 (cento e cinquenta) dias, a partir da publicação da presente Lei;

Art. 9º A opção pelo PREFIP sujeita o contribuinte a:

LEI COMPLEMENTAR Nº. 065/2015.

De 23 de março de 2015.

I - confissão irrevogável e irretratável dos débitos referidos no art. 1º desta Lei Complementar;

II - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar;

III - manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

Parágrafo único. A confissão estabelecida no inciso I implica na expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como a desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais no pedido por opção do contribuinte.

Art. 10. O inadimplemento de 03 (três) parcelas sucessivas do PREFIP, ocasionará automaticamente o cancelamento do benefício concedido, restabelecendo-se, em relação a cada parcela vencida e não paga, os acréscimos legais calculados na forma da legislação aplicável.

Art. 11. Os prazos de vencimento para recolhimento das parcelas, objeto do PREFIP, somente se iniciam ou vencem em dia de expediente normal da repartição competente e da rede bancária, prorrogando-se, se necessário, até o primeiro dia útil subsequente.

Art. 12. Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a conceder remissão dos débitos tributários e não tributários, cujo montante é inferior aos custos de cobrança ou que tornem a cobrança antieconômica, conforme estabelece o inciso II do art. 14 da Lei Complementar Federal nº. 101/2000.

Art. 13. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão por conta do orçamento Municipal vigente.

Art. 14. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogada a Lei Complementar 061/2014.

Município de Palmitos/SC, em 23 de março de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

LEI 3.840/2015

<p>LEI Nº. 3.840/2015. De 23 de março de 2015.</p>	<p>DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE DIÁRIAS AO PREFEITO, VICE-PREFEITO E AOS SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:</p>
--	---

Art. 1º Ao Prefeito, Vice-Prefeito e aos demais Servidores efetivos e ocupantes de cargos em comissão, integrantes do quadro de pessoal do Município de Palmitos, sempre que a serviço ou em atividade de interesse do Município fora da respectiva sede, conceder-se-á além do transporte relativo aos deslocamentos, o pagamento antecipado de diárias, a título de indenização de despesas decorrentes de alimentação, hospedagem e despesas eventuais. Parágrafo único - Poderá ser concedido ressarcimento de despesas aos membros dos Conselhos Municipais e membros do Conselho Tutelar, quando for interesse da Administração Municipal.

Art. 2º A diária será concedida por dia de deslocamento, assim entendido o período de vinte e quatro horas contadas da partida do Prefeito, Vice-Prefeito e demais servidores da respectiva sede. Parágrafo único - Considerar-se-á uma diária a fração igual ou superior a 18 (dezoito) horas, e meia diária a fração superior a 06 (seis) horas e inferior a 18 (dezoito) horas.

Art. 3º Ao Prefeito, Vice-Prefeito e demais servidores não será autorizada diária para os seguintes Municípios: Chapecó, Xanxerê, Maravilha e São Miguel do Oeste, devendo as atividades ficar restritas à execução durante o horário normal de expediente.

Art. 4º Os valores das diárias serão os valores estabelecidos na tabela do anexo I, que é parte integrante desta Lei.

Art. 5º Quando os gastos com alimentação, hospedagem e deslocamento forem suportados por outros órgãos públicos ou entidades, não terão direito a diárias o Prefeito, Vice-Prefeito e demais servidores.

Art. 6º Sem prejuízo das diárias, o Prefeito, Vice-Prefeito e demais servidores que se deslocarem da sede do Município a serviço ou para participar de atividade de interesse da administração, em caráter eventual ou transitório, receberá passagens nas seguintes modalidades:

LEI Nº. 3.840/2015.

De 23 de março de 2015.

I - Aéreas, quando conveniente, e houver disponibilidade de transporte aéreo regular no trecho e data pretendida;

II - Rodoviárias, quando não oportunizadas as passagens na forma constante do inciso I.

§ 1º É facultado o uso de veículo oficial para realizar o deslocamento do Prefeito, Vice-Prefeito e demais servidores, sem prejuízo das diárias.

§ 2º Na insuficiência de servidores ocupantes do cargo de

motorista oficial, o Prefeito, Vice-Prefeito e demais servidores poderão conduzir veículos oficiais, desde que portadores de carteira de habilitação compatível com o veículo a ser conduzido.

Art. 7º As diárias deverão ser pagas integralmente antes do deslocamento, salvo, em caso de urgência que poderão ser pagas mesmo que o Prefeito, Vice-Prefeito e demais servidores já estiverem em deslocamento.

Art. 8º A indenização de transporte destina-se a ressarcir o Prefeito, Vice-Prefeito e demais servidores que, porventura, necessite da utilização de serviços de táxi ou outro meio de transporte, ante a indisponibilidade de veículo oficial hábil a viabilizar o cumprimento das atividades externas que estiver incumbido.

§ 1º A indenização das despesas pagas com deslocamentos obedecerá aos seguintes trechos:

I - Do aeroporto ou rodoviária até hotel e vice-versa;
II - Do aeroporto ou rodoviária até o local do evento e vice-versa.
III - Entre órgãos públicos em que não é possível o deslocamento a pé, seja pela distância ou condições climáticas.

§ 2º As despesas com táxi ou outro meio de transporte só serão ressarcidas mediante apresentação de recibo ou ticket devidamente preenchido, fornecido pelo taxista, empresa de transporte, cooperativa ou análogo, sendo que na impossibilidade do preenchimento completo caberá ao servidor atestar, no mínimo, a data da utilização e o itinerário.

Art. 9º Prefeito, Vice-Prefeito e demais servidores que receberem diárias e não se afastarem da sede por qualquer motivo, deverão efetuar a restituição integral dentro de 24 (vinte e quatro) horas, sujeito a punição disciplinar, salvo motivo justificado.

Art. 10 Prefeito, Vice-Prefeito e demais servidores que retornarem a sede do Município antes do previsto no roteiro de viagem, deverão restituir as diárias recebidas em excesso dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 11 O beneficiário da diária fica obrigado a fazer a prestação de contas no prazo de até 5 (cinco) dias úteis do seu retorno à sede, a qual deverá conter, conforme o caso;

LEI Nº. 3.840/2015.

De 23 de março de 2015.

I - Original ou cópia do comprovante de embarque aéreo ou terrestre;

II - Cópia de certificado, diploma ou atestado no caso de participação em cursos, congressos, seminários, treinamentos e outros eventos similares;

III - Declaração ou comprovante da presença e participação do beneficiado no local de audiência, reunião e outros eventos similares;

IV - Nota fiscal de hospedagem;

V - Nota/cupom fiscal de alimentação;

VI - Outros documentos por exigência de disposições legais, acordos ou convênios firmados.

Parágrafo único - A não prestação de contas, dentro do prazo determinado no caput deste artigo, deverá o beneficiário ressarcir por integral os valores recebidos ficando assim, impedido de receber nova diária até a devida regularização.

Art. 12 Os valores das diárias serão atualizados e corrigidos anualmente, sempre no mês de janeiro, com base no Índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC.

Art. 13 Revoga-se a Lei nº 2.098/1993 e a Instrução Normativa nº 002/2011 de 4 de julho de 2011.

Art. 14 Esta Lei entrará em vigor no mês subsequente a aprovação e sanção.

Município de Palmitos/SC, 23de março de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

LEI 3.841/2015

LEI Nº. 3.841/2015. De 23 de março de 2015.	AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E INCLUSÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:
--	---

Art. 1º Fica autorizada a abertura de um Crédito Adicional Suplementar, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014, no valor de até R\$ 123.667,14 (cento e vinte e três mil, seiscentos e sessenta e sete reais e quatorze centavos), nas dotações orçamentárias constantes no Orçamento vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
UNIDADE: 04.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV: 1.008 - Construção e Ampliação de Centros de Ensino Infantil

MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.03.0062 (xx) R\$ 123.667,14

FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos FNDE

TOTAL GERAL R\$ 123.667,14

Art. 2º Os recursos a serem utilizados, para atendimento ao que determina o artigo 1º desta Lei no valor de até R\$ 123.667,14 (cento e vinte e três mil, seiscentos e sessenta e sete reais e quatorze centavos), são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 do Município de Palmitos na fonte de recursos 0062 - recursos vinculados ao FNDE, demonstrados no Balanço Patrimonial de 2014, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

LEI Nº. 3.841/2015.

De 23 de março de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, 23de março de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

PROCESSO 10/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Processo Licitatório nº 10/2015. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 8/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DANÇA TRADICIONALISTA COM OS IDOSOS E TRABALHO COM ADOLESCENTES DE 14 A 17 ANOS (SCFV), PALESTRAS CONFORME ESPECIFICAÇÃO NO ANEXO IV. Data da entrega dos envelopes: 27/04/2015 até as 14:30 horas. Data da abertura: 27/04/2015 até às 15:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 1 de Abril de 2015. Andreza Slomski - Gestora do Fundo.

PROCESSO 16/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 16/2015. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 09/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO PROTÉTICO E CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA ATENDER A DEMANDA DA POPULAÇÃO DE PALMITOS. Data da entrega dos envelopes: 23/04/2015 até as 14:30 horas. Data da abertura: 23/04/2015 até às 15:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 1 de Abril de 2015. Tânia de Fátima Henchen - Gestora do Fundo.

PROCESSO 42/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 42/2015. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 19/2015. Objeto: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, E QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS QUANTITATIVOS E OS SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS DESCRITOS NESTE EDITAL E EM SEU ANEXO I. Data da entrega dos envelopes: 23/04/2015 até as 08:30 horas. Data da abertura: 23/04/2015 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 1 de Abril de 2015. Norberto Paulo Gonzatti - Prefeito Municipal.

PROCESSO 43/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 43/2015. Modalidade: Concorrência Pública 01/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS DE BASALTO, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E PASSEIO PÚBLICO, CONFORME PROJETOS EM ANEXO. Data da entrega dos envelopes: 08/05/2015 até as 08:30 horas. Data da abertura: 08/05/2015 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 1 de abril de 2015. Norberto Paulo Gonzatti - Prefeito Municipal.

PROCESSO 44/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 44/2015. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 20/2015. Objeto: A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - MÃO DE OBRA EM SERVIÇOS GERAIS. Data da entrega dos envelopes: 28/04/2015 até as 08:30 horas. Data da abertura: 28/04/2015 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 1 de Abril de 2015. Norberto Paulo Gonzatti - Prefeito Municipal.

PROCESSO 45/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 45/2015. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 21/2015. Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DA MOTONIVELADORA HUBER WARCO 10 DM, CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM EDITAL. Data da entrega dos envelopes: 29/04/2015 até as 08:30 horas. Data da abertura: 29/04/2015 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 1 de Abril de 2015. Norberto Paulo Gonzatti - Prefeito Municipal.

PROCESSO 46/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 46/2015. Modalidade: TOMADA DE PREÇO 9/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS A SEREM EXECUTADOS NA ÁREA URBANA E INTERIOR DO MUNICÍPIO DE PALMITOS. Data da entrega dos envelopes: 29/04/2015 até as 14:30 horas. Data da abertura: 29/04/2015 até às 15:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 1 de Abril de 2015. Norberto Paulo Gonzatti - Prefeito Municipal.

PROCESSO 9/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Processo Licitatório nº 9/2015. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 7/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO, ASSESSORIA, CONFERENCIA, CURSOS, PALESTRAS CONFORME ESPECIFICAÇÃO NO ANEXO IV. Data da entrega dos envelopes: 27/04/2015 até as 08:30 horas. Data da abertura: 27/04/2015 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 1 de Abril de 2015. Andreza Slomski - Gestora do Fundo.

Papanduva

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 014/2015

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 014/2015 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 27/04/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa DIAGNOSTICA CATARINENSE COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 14.248.265/0001-18, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando objetivo do registro de preços para a aquisição de materiais e reagentes para a execução de exames laboratoriais e especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 33.100,20 (trinta e três mil, cem reais e vinte centavos), referentes aos itens 01, 02, 03, 05, 09, 10, 15, 23, 32, 35, 36, 38, 39, 47, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 67 e 68 objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 014/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura.

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item

2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 014/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO

4.1 - A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste instrumentos e seus adendos.

4.2 - Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto da presente licitação.

4.3 - Formar o quadro de pessoal necessário ao fornecimento do objeto adjudicado, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusive as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

4.4 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e normas de segurança e higiene do trabalho para o fornecimento do objeto.

4.5 - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do objeto.

CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

5.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

5.3 - Os materiais deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias após a solicitação do Fundo Municipal de Saúde, em sua sede, sito a Rua Jacob Schadeck nº 1207, centro, neste município.

5.4 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 014/2015 e seus anexos;

6.2 - Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 - Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a CONTRATADA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 - Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência do fornecimento dos serviços após a adjudicação da licitação;
- b) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

- 9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;
- 9.1.2 - quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 9.1.3 - quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, o objeto decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;
- 9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A contratada não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 27 de março de 2015.

_____ - Márcio Wisniewski - Pregoeiro
_____ - Erli Edvina Wunsche Bacellar -
Equipe de Apoio

_____ - Otávio Hunka - Equipe de Apoio
_____ - Eliton Luiz de Souza Prestes -
Equipe de Apoio

_____ - Jurandir Ferreira Monteiro - Pela
Contratada

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 016/2015

Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 013/2015 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 30/03/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 07.634.816/0001-16, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação

e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando objetivo o Registro de Preços para a aquisição de papel e envelopes timbrados, cartões de visita e pastas ofício para a manutenção das atividades administrativas da prefeitura, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do item licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para execução deste item e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 3.180,00 (três mil, cento e oitenta reais), referente ao item 01, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 013/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura.

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

2.3 - Após registrados, os preços manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4 desta ata.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 013/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO

4.1 - A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido do objeto desta ata e seus adendos.

4.2 - Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto da presente licitação.

4.3 - Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços adjudicados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

4.4 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos que

trabalharemos.

4.5 - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do Serviço.

4.6 - Fornecer os materiais contratados, recolher e pagar os tributos que são de sua responsabilidade.

CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a execução dos serviços, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

5.2 - As entregas deverão ser realizadas em até 10 (dez) dias após a solicitação da Secretaria Municipal de Administração, na sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, sito à Rua Sérgio Glevinski, nº 134, Centro, neste município.

5.3 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada. 5.3 - 5.4 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 013/2015 e seus anexos;

6.2 - Obriga-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 - deverá manter durante a vigência desta Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos serviços exigidos no Contrato, a CONTRATADA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 - Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a contratada fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência do fornecimento dos objetos após a adjudicação da licitação;
- b) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

- 9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;

9.1.2 - quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 - quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os objetos decorrentes desta Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A contratada não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 30 de março de 2015.

_____ - Márcio Wisniewski - Pregoeiro
_____ - Erli Edvina Wunsche Bacellar -

Equipe de Apoio

_____ - Otávio Hunka - Equipe de Apoio
_____ - Eliton Luiz de Souza Prestes -

Equipe de Apoio

_____ - Papelaria São Bento Ltda - EPP
- Contratada

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2015 LEILÃO Nº 026/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2015 LEILÃO Nº 026/2015. Objeto: Venda de madeira em pé do reflorestamento de espécies exóticas plantadas na área do antigo aterro sanitário da localidade de Floresta, no estado em que se encontram, pela melhor oferta. Tipo: Melhor oferta. Data: 22/04/2015 - 09:00 horas; Base Legal: Lei 8.666/93 atualizada. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166, ou através do site WWW.PAPANDUVA.SC.GOV.BR.

Papanduva, 01 de abril de 2015
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2526, DE 01.04.2015 - PRORROGA VENCIMENTO IPTU

DECRETO Nº 2526, de 01 de abril de 2015.

Prorroga vencimento do prazo para pagamento do IPTU.

Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso VI do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica prorrogado o prazo para pagamento do IPTU/2015, cota única e 1ª parcela para o dia 17 de abril de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 01 de abril de 2015.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

EDITAL CMDCA Nº 001/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

Edital CMDCA nº 001/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Papanduva-SC.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 01 de Abril de 2015, em sua sede localizada à Rua Jair Damaso da Silveira, 417 - Centro, e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e da Lei Municipal 2044/2015, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Papanduva-SC, e dá outras providências.

1 Do Cargo e das Vagas

1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

2.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2 Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 2044/2014, é assegurado o direito a:

I - vencimento de 03 jetons, equivalente a R\$ 1.357,23 (um mil e

trezentos e cinquenta e sete reais e vinte e três centavos), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - cobertura previdenciária;

III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - licença-maternidade;

V - licença-paternidade;

VI - gratificação natalina.

2.2 Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.5 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h00.

2.5.1 Plantão noturno das 17h00 às 08h00 do dia seguinte.

2.5.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.5.3 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

3. Do Processo de Escolha**3.1 Das Inscrições**

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 06.04.2015 à 03.06.2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, localizada na Rua Jair Damaso da Silveira, 417 - centro.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição: I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II - ter boa conduta comprovada por certidões das Justiças Comum (estadual e federal), Militar (estadual e federal) e Eleitoral;

III - estar em dia com as obrigações eleitorais, mediante apresentação de certidão emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE);

IV - idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;

V - residir no município há mais de dois anos, demonstrada por comprovante de residência dos anos anteriores à publicação deste Edital;

VI - comprovação de, no mínimo, conclusão de ensino médio;

VII - comprovar experiência nas áreas de promoção, atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente de no mínimo 2(dois) anos, através de atestado fornecido por órgãos públicos ou entidades de ensino;

VIII - possuir Carteira Nacional de Habilitação, no mínimo categoria "B";

IX - Apresentar original e cópia de documentos pessoais: Carteira de Identidade, CPF, título de eleitor, Carteira Nacional de Habilitação, comprovante de residência e escolaridade.

X - outros requisitos previstos em Lei Municipal.

3.1.2.1 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar,

no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.1.2 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.3 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.4 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 11/06/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 12/06/2015 a 17/06/2015, no horário de atendimento ao público (08:00 às 12:00; 13:30 às 17:00), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.2.2.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 18/06/2015 a 22/06/2015, no horário de atendimento ao público (08:00 às 12:00; 13:30 às 17:00), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.2.2.2 A comissão eleitoral terá o período de apresentará resposta quanto às impugnações até o dia 29/06/2015.

3.2.3 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 01/07/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

3.2.4 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

3.3 Da Propaganda Eleitoral

3.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.3.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.3.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.3.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de

pequeno valor

3.3.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.3.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.3.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.3.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

3.4 Da Eleição

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 08:00 às 16:00, no seguinte local: EEB. ALINOR VIEIRA CÔRTE, sito à Rua Graciliano Machado, 253 - centro - Papanduva-SC.

3.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.4.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção

eleitoral.

3.4.6 O eleitor votará uma única vez em apenas um candidato na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

3.5 Do Voto

3.5.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.5.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.5.2.1 O eleitor deverá indicar (assinalar) na cédula de votação o nome e o número do candidato escolhido.

3.6 Da Cédula Oficial

3.6.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.6.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.6.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

3.7 Das Mesas Receptoras

3.7.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.7.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.2.3 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.7.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:
I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.7.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

3.8 Da Apuração

3.8.1 A apuração dar-se-á no Ginásio de Esportes da EEB Alinor Vieira Côrte, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.8.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.8.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.8.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação

3.8.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da Infância e da Juventude de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição.

3.8.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado no dia 05/10/2015, em edital afixado na Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 2044/2015, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Papanduva para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Papanduva, 01 de abril de 2015.

JANETE KUSTULSKI

PRESIDENTE DO CMDCA PAPANDUVA-SC

LEI COMPLEMENTAR Nº 058, DE 01.04.2015 - ALTERA ALÍQUOTA PEDÁGIO - CÓDIGO TRIBUTÁRIO

Complementar nº 058, de 01 de abril de 2014.

ALTERA ALÍQUOTA SOBRE O PREÇO DOS SERVIÇOS DO ITEM 22.01 DA LISTA DE SERVIÇOS TRIBUTÁVEIS DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 011, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2003, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu, sanciono e promulgo a seguinte

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º. Fica alterada a alíquota do item 22.01 sobre o preço dos serviços tributáveis do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISQN, da Lei Complementar nº 011, de 18 de dezembro de 2003, conforme anexo único da presente lei.

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 030, de 25 de agosto de 2008.

Município de Papanduva, 01 de abril de 2015.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

ANEXO ÚNICO

LEI COMPLEMENTAR Nº 058, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

LISTA DE SERVIÇOS

SERVIÇOS TRIBUTÁVEIS E ALÍQUOTAS DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Descrição dos Serviços	Alíquotas sobre o preço dos serviços (faturamento) em %
22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	5%

LEI N. 2044, DE 01.04.2015 - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

LEI Nº 2044, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a criação do Conselho Tutelar do Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, FAZ SABER a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte
LEI

CAPÍTULO I

DO CONSELHO TUTELAR

SEÇÃO I

DA CRIAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Art.1º. Fica criado o Conselho Tutelar do Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, órgão municipal de caráter permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, com funções precípuas de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades que constituem sua área de competência, conforme previsto na Lei nº 8.069/1990 e integrante da Administração Pública Municipal, com vinculação orçamentária à Secretaria de Assistência Social.

Art.2º.Fica instituída a função pública de conselheiro tutelar do Município de Papanduva, que será exercida por 5 (cinco) membros com mandato de 4(quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

Parágrafo único. O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar de Papanduva constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

SEÇÃO II

DA MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Art.3º. A Lei Orçamentária Municipal deverá estabelecer dotação específica para implantação, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar, incluindo:

I - o processo de escolha dos conselheiros tutelares;

II - custeio com remuneração e formação continuada;
III - custeio das atividades inerentes às atribuições dos conselheiros, inclusive para as despesas com adiantamentos e diárias, quando necessário deslocamento para outros municípios, em serviço;
IV - manutenção geral da sede, necessárias ao funcionamento do órgão.

Art. 4º. O Conselho Tutelar funcionará em local de fácil acesso que ofereça acessibilidade e contará ainda com as seguintes garantias mínimas ao seu funcionamento:

I - placa indicativa da sede;
II - salas mobiliadas para atendimento individual pelos conselheiros tutelares, equipadas com computador com acesso à internet, sendo no mínimo 01(um) com impressora;
III - sala para recepção e atendimento ao público;
IV - cozinha;
V - 1 (um) telefone fixo e 01 (um) telefone móvel;
VI - veículo exclusivo para desempenho das atribuições dos conselheiros tutelares;
VII - mobiliário e material de expediente adequado ao funcionamento do órgão; e
VIII - banheiro.

Art. 5º. O Conselho Tutelar terá à sua disposição, um servidor público municipal ocupante do cargo de motorista.

Art. 6º. Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA), ou sistema equivalente.

Parágrafo único. Cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes, com atuação no município, auxiliar o Conselho Tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relativas às demandas das políticas públicas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

SEÇÃO III

DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR

Art. 7º. A sede do Conselho Tutelar permanecerá aberta ao público, das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população.

Parágrafo único. Poderá o Poder Executivo Municipal, em acordo com deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o colegiado do Conselho Tutelar, estabelecer, através de emissão de Decreto Municipal, horário diferenciado ao previsto no caput, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população e em conformidade com a carga horária prevista no Art. 8º, desta Lei.

Art. 8º. O Conselheiro Tutelar fica sujeito à jornada de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho distribuídas em atividades na sede do órgão, excluídos os períodos de sobreaviso.

§1º. Caberá aos Conselheiros Tutelares registrar o cumprimento da jornada normal de trabalho, de acordo com as regras estabelecidas ao funcionalismo público municipal.

§2º. Todos os membros do Conselho Tutelar serão submetidos à mesma carga horária semanal de trabalho, bem como, aos mesmos períodos de plantão ou sobreaviso, sendo vedado qualquer tratamento desigual, o que não impede a divisão de tarefas entre os conselheiros, para fins de realização de suas atividades.

§3º. O Conselheiro Tutelar estará sujeito ao regime de dedicação integral, vedados quaisquer pagamentos a título de horas extras ou assemelhados.

SEÇÃO IV

DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Art. 9º. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Papanduva ocorrerá em consonância com o disposto no § 1º do Art. 139 da Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 10. Os Conselheiros Tutelares serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos cidadãos do Município de Papanduva, em procedimento estabelecido nesta lei e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizado pelo Ministério Público.

§1º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente instituirá a Comissão Especial Eleitoral, que deverá ser constituída por conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observada a composição paritária entre os mesmos.

I - Poderão compor a Comissão Especial Eleitoral, até 2 (dois) integrantes alheios ao Conselho, a título de colaboradores, desde que aprovados pela plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

II - A constituição e atribuições da Comissão Especial Eleitoral deverão constar em resolução emitida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§2º. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§3º. A candidatura será individual e cada eleitor apto a participar do processo citado poderá votar em apenas 1(um) dos candidatos.

§4º. Podem votar os cidadãos maiores de dezesseis anos, que possuam título de eleitor no município, até 3 (três) meses antes do processo de escolha.

§5º. A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

Art. 11. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será organizado mediante Edital de Convocação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma desta Lei sem prejuízo no disposto na legislação nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações.

§1º. O Edital a que se refere o caput deverá ser publicado com antecedência mínima de 6 (seis) meses antes da realização da eleição.

§2º. A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre as atribuições do Conselho Tutelar e sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da adolescência, conforme dispõe o art. 88, inciso VII, da Lei no 8.069, de 1990.

Art. 12. O processo de eleição para o Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados.

§1º. Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.

§2º. Em qualquer caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

SEÇÃO V

DOS REQUISITOS À CANDIDATURA

Art. 13. Somente poderão concorrer ao pleito os candidatos que preencherem os seguintes requisitos:

I - Reconhecida idoneidade moral;

II - Idade superior a 21 (vinte e um) anos;
III - Residir no município há mais de dois anos;
IV - Estar no gozo dos direitos políticos;
V - comprovação de, no mínimo, conclusão de ensino médio;
VI - Comprovar experiência nas áreas de promoção, atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente de no mínimo 2(dois) anos, através de atestado fornecido por órgãos públicos ou entidades de ensino;
VII - Possuir Carteira Nacional de Habilitação, no mínimo categoria "B";
VIII - No ato da inscrição, não poderá estar vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
IX- Proceder a entrega da documentação prevista no edital de convocação.

Art.14.O Conselheiro Tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente.

SEÇÃO VI DA AVALIAÇÃO DOCUMENTAL E IMPUGNAÇÕES

Art.15. Terminado o período de registro das candidaturas, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 3(três) dias úteis, publicará Edital com o nome dos candidatos registrados, deferidos e indeferidos.

§1º. Após a publicação do Edital de que trata o caput deste artigo, será facultado ao candidato indeferido pela comissão, o direito a recurso, no prazo de 2 (dias) dias úteis, a contar da referida publicação.

§2º. Passado o prazo previsto no § 1º, a Comissão Especial Eleitoral publicará Edital informando o nome dos candidatos deferidos.

§3º. Será facultado a qualquer cidadão impugnar os candidatos no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da publicação do Edital previsto no §2º, indicando os elementos probatórios.

§4º. Passado o período de impugnação, será facultado ao candidato impugnado, o direito a recurso junto a Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 2 (dias) dias úteis, contados da publicação de que trata o §3º.

§5º. Passado o período de recurso, no prazo de 2 (dias) dias úteis, a Comissão Especial Eleitoral publicará a lista dos candidatos aptos a participar do processo de escolha dos membros.

Art. 16. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral, relativas aos recursos dos candidatos em razão da impugnação, caberá recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação a que se refere o §5º do Art.15 desta lei.

Art. 17. Vencidas as fases de impugnação e recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará Edital com os nomes dos candidatos habilitados a participarem do processo de escolha dos membros.

SEÇÃO VIII DA CAMPANHA ELEITORAL

Art. 18. É vedado aos candidatos:

I - abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal nos Art. 14, § 9º, da Constituição Federal, Lei Complementar nº 64/90 Lei de Inelegibilidade e Art. 237, do Código Eleitoral;

II - doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III - propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto, nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia.

Art. 19. A violação do disposto no Art. 18 desta lei, acarretará na cassação do registro da candidatura.

Art. 20. Admite-se a realização de debates e entrevistas dos Candidatos.

SEÇÃO IX DA VOTAÇÃO E APURAÇÃO DOS VOTOS

Art. 21. Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral e divulgados com no mínimo, 30(trinta) dias de antecedência.

Art. 22. A Comissão Especial Eleitoral poderá obter junto a Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas eletrônicas, bem como, providenciar a elaboração de software, observada as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral.

§1º. Na impossibilidade de aquisição de urnas eletrônicas, a Comissão Especial Eleitoral, poderá obter junto à Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente.

§2º. A Comissão Especial Eleitoral poderá determinar o agrupamento de urnas para efeito de votação, atento à facultatividade do voto e às peculiaridades locais.

§ 3º. Serão de responsabilidade da Comissão Especial Eleitoral a confecção e distribuição de cédulas para votação, em caso de necessidade.

Art. 23. À medida que os votos forem sendo apurados, os candidatos poderão apresentar impugnações que serão decididas pelos representantes nomeados pela Comissão Especial Eleitoral, ouvido o Ministério Público.

§1º. Cada candidato poderá contar com 1 (um) fiscal de sua indicação para cada local de votação, previamente cadastrado junto à Comissão Especial Eleitoral.

§2º. No processo de apuração será permitida a presença do candidato e mais 1 (um) fiscal por mesa apuradora.

§3º. Para o processo de apuração dos votos, a Comissão Especial Eleitoral nomeará representantes para essa finalidade.

SEÇÃO X DOS IMPEDIMENTOS PARA O EXERCÍCIO DO MANDATO

Art. 24. São impedidos de servirem o mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, sogro e genro ou nora, cunhados, durante o cunhadio, padrasto ou madrasta e enteado ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do caput deste artigo ao Conselheiro Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca.

SEÇÃO XI DA PROCLAMAÇÃO DO RESULTADO, DA NOMEAÇÃO E POSSE

Art. 25. Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará e divulgará o resultado da eleição.

§1º. Os nomes dos candidatos eleitos como titulares e suplentes, assim como o número de sufrágios recebidos, deverá ser publicado no Diário Oficial do Município ou meio equivalente.

§ 2º. Os 5 (cinco) primeiros candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais candidatos como suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

§3º. O mandato será de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo eleitoral.

§4º. Havendo empate na votação será considerado eleito o candidato que possuir maior tempo de experiência na área da Infância e da Juventude de acordo com os documentos apresentados no

ato da inscrição.

§ 5º. Persistindo o empate, conceder-se-á eleito o candidato mais idoso.

§6º. Os escolhidos serão nomeados e empossados pelo chefe do Poder Executivo Municipal, através de termo de posse assinado onde constem necessariamente seus deveres e direitos, assim como, a descrição da função de Conselheiro Tutelar na forma do disposto no Art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90.

§7º. Ocorrendo a vacância no cargo, assumirá o suplente que se encontrar na ordem da obtenção do maior número de votos, o qual receberá remuneração proporcional aos dias que atuar no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

§8º. No caso da inexistência de suplentes, caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar processo de escolha complementar através de eleição para o preenchimento das vagas.

§9º. Deverá a municipalidade garantir a formação prévia dos candidatos aos Conselheiros Tutelares titulares e suplentes eleitos, antes da posse.

SEÇÃO XII

DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR

Art.26. Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições constantes, em especial, no Art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, obedecendo aos princípios da administração pública conforme o disposto no Art. 37 da Constituição Federal.

Art.27. Além das atribuições estabelecidas na Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente incumbe também ao Conselho Tutelar:

I - Receber petições, denúncias, declarações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhes o encaminhamento devido;

II - Elaborar seu regimento interno em prazo não superior a 6 (seis) meses após a posse, visando normatizar o funcionamento administrativo do órgão;

III - Encaminhar seu regimento interno para publicação no site da prefeitura municipal de Papanduva, assim como, afixá-lo em local visível na sede do órgão e encaminhá-lo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

IV - encaminhar relatório trimestral ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, ao Ministério Público e ao juiz da Vara da Infância e da Juventude, contendo a síntese dos dados referentes ao exercício de suas atribuições, bem como, as demandas e deficiências na implementação das políticas públicas, de modo que sejam definidas estratégias e deliberadas providências necessárias para solucionar os problemas existentes;

V - articular ações para o estrito cumprimento de suas atribuições de modo a agilizar o atendimento junto aos órgãos governamentais e não governamentais encarregados da execução das políticas de atendimento de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias;

VI - observar as normas e princípios contidos na Constituição Federal, na Lei Federal nº 8.069, de 1990, na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, promulgada pelo Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990, bem como, nas Resoluções do CONANDA e demais legislações pertinentes;

VII - participar de eventos relacionados a política de atendimento a criança e ao adolescente e, em especial, naqueles relacionados a formação continuada.

Parágrafo único. Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fica permitido o envio de propostas de alterações no regimento interno apresentado pelo Conselho Tutelar.

Art. 28. No caso de atendimento de crianças e adolescentes de comunidades remanescentes tradicionais, o Conselho Tutelar

deverá:

I - submeter o caso à análise de organizações sociais reconhecidas por essas comunidades, bem como, aos representantes de órgãos públicos especializados, quando couber; e

II - considerar e respeitar, na aplicação das medidas de proteção, a identidade sociocultural, costumes, tradições e lideranças, bem como suas instituições, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição Federal e pela Lei nº 8.069, de 1990.

Art. 29. No exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

I - nas salas de sessões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - nas salas e dependências das delegacias e demais órgãos de segurança pública;

III - nas entidades de atendimento nas quais se encontrem crianças e adolescentes; e

IV - em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças e adolescentes, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.

Parágrafo único. Sempre que necessário o integrante do Conselho Tutelar poderá requisitar o auxílio dos órgãos locais de segurança pública, observados os princípios constitucionais da proteção integral e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

SEÇÃO XIII

DA VACÂNCIA

Art.30. A vacância da função decorrerá de:

I - renúncia;

II - falecimento;

III - destituição;

IV - aplicação de sanção administrativa de destituição da função;

V - posse em cargo, emprego ou função públicas remuneradas, conforme preconiza o Art. 37 da Constituição Federal;

VI - condenação por sentença transitada em julgado pela prática de crime que comprometa a sua idoneidade moral.

Art.31. Os conselheiros tutelares serão substituídos pelos suplentes nos seguintes casos:

I - vacância de função;

II - férias do titular;

III - licenças ou suspensão do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias.

Parágrafo único. O suplente, no efetivo exercício da função de conselheiro tutelar, terá os mesmos direitos, vantagens e deveres do titular.

SEÇÃO XIV

DOS DIREITOS

Art. 32. O conselheiro tutelar no efetivo exercício da sua função perceberá a título de remuneração o valor de 03 (três) JETONS, que será reajustado anualmente conforme o índice aplicado ao servidor público municipal.

§ 1º. O valor de cada Jeton será de R\$ 452,41 (quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e um centavos).

§ 2º. Os valores definidos neste artigo serão reajustados na mesma época e em igual percentuais determinados aos servidores públicos municipais.

§ 3º. Em relação à remuneração referida no caput deste artigo, haverá descontos devidos junto ao sistema previdenciário do INSS.

§ 4º. Sendo o Conselheiro funcionário público, fica-lhe facultado optar pelos vencimentos e vantagens de seu cargo ou função de origem, vedada a acumulação de vencimentos nos termos da legislação pertinente.

§ 5º. O conselheiro tutelar perderá a remuneração do dia, nos casos de:

I - não comparecer ao serviço;

II - ausências e saídas antecipadas, não justificadas iguais ou

superiores à (30) trinta minutos.

SEÇÃO XV DAS VANTAGENS

Art. 33. Aos conselheiros tutelares serão pagas, no efetivo exercício da função, as seguintes vantagens:

- I - décimo terceiro salário;
- II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;
- III - licença-maternidade;
- IV - licença-paternidade.

Art. 34. Ficam garantidas as demais bonificações aplicáveis aos servidores públicos do município, respeitada a característica da natureza do Conselho Tutelar.

SEÇÃO XVI DAS FÉRIAS

Art. 35. O Conselheiro fará jus a 30 (trinta) dias de férias a cada período de 12 (doze) meses de efetivo exercício da função.

Parágrafo único. É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.

SEÇÃO XVII DAS LICENÇAS

Art. 36. Conceder-se-á ao Conselheiro, licença:

- I - para concorrer a cargo eletivo;
- II - licença maternidade;
- III - em razão de paternidade;
- IV - para tratamento de saúde;
- V - por acidente em serviço.

Parágrafo único. É vedado o exercício de qualquer atividade remunerada durante o período de licença prevista nos incisos I, IV, e V, do caput do artigo, sob pena de cassação da licença e destituição da função.

Art. 37. Poderá ser concedida licença ao conselheiro por motivo de doença de filho, pais, cônjuge ou companheiro, mediante comprovação da sua necessidade por junta médica e pelo serviço social do município.

Parágrafo único. As licenças previstas no caput deste artigo serão concedidas sem o pagamento da remuneração.

Art. 38. A conselheira tutelar gestante terá direito a 180 (cento e oitenta) dias consecutivos de licença remunerada, a partir do oitavo mês de gestação.

§ 1º. Ocorrendo nascimento prematuro, a licença terá início no dia do parto.

§ 2º. No caso de natimorto, a conselheira será submetida a exame médico quando completados trinta dias do fato e, se considerada apta, retornará ao exercício da função.

§ 3º. A licença maternidade também será concedida na forma da lei municipal à conselheira e ao conselheiro solteiro que adotar.

§ 4º. As licenças previstas no caput deste artigo serão concedidas com o pagamento da remuneração.

Art. 39. A licença paternidade será concedida de forma remunerada ao conselheiro pelo nascimento de filho, pelo prazo de cinco dias, contados do nascimento.

Art. 40. Será concedida ao Conselheiro Tutelar licença remunerada para tratamento de saúde e por acidente em serviço com base em perícia médica.

§ 1º. Para a concessão de licença, considera-se acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo Conselheiro e que se relacione com o exercício das suas atribuições.

§ 2º. Equipara-se ao acidente em serviço o dano:

- I - decorrente de agressão sofrida, e não provocada, pelo conselheiro no exercício das suas atribuições;
- II - sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa;
- III - sofrido no percurso para o local de refeição ou volta dele, no

intervalo do trabalho.

SEÇÃO XVIII DAS CONCESSÕES

Art. 41. O Conselheiro poderá ausentar-se do serviço, sem qualquer prejuízo:

I - por cinco dias consecutivos:

- a) casamento;
 - b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrastas ou padrastos, filhos, enteados, menor sobre guarda ou tutela e irmãos.
- II - por dois dias em razão do falecimento de sogro ou sogra.
- III - por um dia para doação de sangue.

SEÇÃO XIX DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 42. O exercício efetivo da função pública de Conselheiro Tutelar será considerado tempo de serviço público para os fins estabelecidos em lei.

Parágrafo único. O caput deste artigo aplica-se apenas em caso de servidor público efetivo municipal licenciado para o mandato de conselheiro tutelar, cujo o tempo de exercício da função será contado para todos os efeitos, exceto para promoção por merecimento.

SEÇÃO XX DOS DEVERES

Art. 43. São deveres do Conselheiro Tutelar:

- I - exercer com zelo e dedicação as suas atribuições;
- II - manter conduta pública e particular ilibada compatível com a natureza da função que desempenha;
- III - ser leal às instituições;
- IV - residir no Município;
- V - observar as normas legais e regulamentares;
- VI - prestar as informações solicitadas pelas autoridades públicas e pelas pessoas que tenham legítimo interesse ou seus procuradores legalmente constituídos;
- VII - atender com presteza ao público em geral e ao Poder Público;
- VIII - atender aos interessados, a qualquer momento nos casos urgentes;
- IX - zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;
- X - manter sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento no âmbito profissional, ressalvadas os casos que tratem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses da criança ou do adolescente, de terceiros e da coletividade;
- XI - ser assíduo e pontual;
- XII - tratar com urbanidade as pessoas.

SEÇÃO XXI DAS PROIBIÇÕES E CONDUTAS

Art. 44. Ao Conselheiro Tutelar é proibido:

- I - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante expediente, salvo no exercício das suas atribuições;
- II - recusar fé a documento público;
- III - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;
- IV - acometer a pessoa que não seja membro de Conselho Tutelar o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade;
- V - valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;
- VI - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
- VII - proceder de forma desidiosa;
- VIII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho;
- IX - exceder-se no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;
- X - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

XI - aplicar medidas previstas em Lei sem a prévia discussão e decisão colegiada, como determina o Art. 137 da Lei Federal 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

XII - utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político-partidária;

XIII - deixar de submeter ao colegiado as decisões individuais referentes a aplicação de medidas protetivas a crianças, adolescentes, pais ou responsáveis previstas nos arts. 101 e 129 da Lei nº 8.069, de 1990 e Lei nº 8.069, de 1990;

XIV - descumprir os deveres funcionais mencionados nesta Lei e na legislação local relativa ao Conselho Tutelar.

Art.45. O membro do Conselho Tutelar será declarado impedido de analisar o caso quando:

I - a situação atendida envolver cônjuge, companheiro, ou parentes em linha reta colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

II - for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;

III - algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge, companheiro, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

IV - tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados.

§1º. O membro do Conselho Tutelar também poderá declarar suspeição por motivo de foro íntimo.

§2º. O interessado poderá requerer ao colegiado o afastamento do membro do Conselho Tutelar que considere impedido, nas hipóteses desse artigo.

SEÇÃO XXII

DAS PENALIDADES

Art.46. Qualquer servidor público que vier a ter ciência de irregularidade na atuação do Conselho Tutelar é obrigado a tomar as providências necessárias para sua imediata apuração, assim como, a qualquer cidadão é facultado à realização de denúncias.

Parágrafo único. Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Secretaria de Assistência Social, através de comissão designada por portaria, coordenar e executar todas as atividades relativas à apuração disciplinar dos conselheiros tutelares de Papanduva.

Art. 47. São penalidades disciplinares aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

I - advertência;

II - suspensão;

III - destituição da função.

Art. 48. Na aplicação das penalidades, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, as agravantes e as atenuantes.

Art. 49. A advertência será aplicada por escrito pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, nos casos de violação constante nos incisos I, II, IX, X, e XII do Art. 44e do Art. 45, dado a inobservância do dever funcional previsto nesta lei.

Art. 50. A suspensão será aplicada nos casos de reincidência das faltas punidas com advertência ou faltas graves, mediante processo administrativo disciplinar, não podendo exceder 30(trinta) dias, implicando o não pagamento da remuneração pelo prazo que durar.

Art. 51. O Conselheiro Tutelar será destituído da função nos seguintes casos:

I - prática de crime contra a administração pública ou contra a criança e o adolescente;

II - incontinência pública ou conduta escandalosa no exercício da

função;

III - ofensa física em serviço, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

IV - posse em cargo, emprego ou outra função pública remunerados;

V - transgressão dos incisos III, IV, V, VI, VII, VIII e XI do Art. 43.

Art. 52. O ato de imposição da penalidade do Art. 50, mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

SEÇÃO XXIII

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art.53. Da sindicância, que não excederá o prazo de 30 (trinta) dias, poderá resultar:

I - o arquivamento da denúncia;

II - a aplicação da penalidade de advertência ou suspensão;

III - a instauração de processo disciplinar.

Art.54. Como medida cautelar e a fim de que o conselheiro não venha interferir na apuração de irregularidade, poderá a autoridade competente determinar o seu afastamento do exercício da função pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

SEÇÃO XXIV

DA REGRA DE COMPETÊNCIA

Art. 55. A competência do Conselho Tutelar será determinada:

I - pelo domicílio dos pais ou responsável;

II - pelo lugar onde se encontre a criança ou o adolescente, ou da falta de seus pais ou responsável legal.

§ 1º. Nos casos de ato infracional praticado por criança, será competente o Conselho Tutelar do município na qual ocorreu a ação ou a omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º. A execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsável legal, ou do local onde sediar a entidade que acolher a criança ou adolescente.

SEÇÃO XXV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 56. As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente, podendo o Poder Executivo abrir créditos suplementares ou adicionais, se necessário, para a viabilização dos serviços de que tratam esta Lei.

Art. 57. Aplicam-se aos conselheiros tutelares, naquilo que não forem contrárias ao disposto nesta Lei ou incompatíveis com a natureza temporária do exercício da função, as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Papanduva e da legislação correlata referentes ao direito de petição e ao processo de sindicância e administrativo disciplinar.

Art. 58. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 59. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial os Artigos nºs 40 a 60 do Capítulo IV da Lei nº 1616, de 14 de agosto de 2002.

Município de Papanduva/SC, em 01 de abril de 2015.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

Passo de Torres

PREFEITURA

DEC 028/2015

DECRETO Nº.028, DE 31 DE MARÇO DE 2015

"DETERMINA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PASSO DE TORRES".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 53, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais de Passo de Torres, o dia 02 de abril de 2015, (quinta - feira); devido ao feriado de páscoa.

Art. 2º - Os serviços Públicos Municipais normais não funcionarão na data referida acima, ficando os servidores dispensados de suas atividades, sem prejuízos de salários.

Parágrafo - Único - Os serviços Municipais da Secretaria de Saúde permanecerão em atividade pelo regime de plantão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam - se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 31 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 31 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário M. de Administração e Finanças

EDITAL 001/2015 CONSELHO TUTELAR

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PASSO DE TORRES/SC

ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR 2016/2020

EDITAL Nº 01/2015

Abre as inscrições para candidatos a Conselheiros Tutelares, e estabelece o Calendário do Processo Eleitoral e dá outras providências.

A Comissão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Passo de Torres/SC, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na lei Federal nº 8.069/90 - ECA e pela Lei Municipal nº 028/2014, de 25 de Junho de 2014, torna público que estão abertas as inscrições para seleção de cinco (05) membros titulares e, respectivos suplentes, do Conselho Tutelar de Passo de Torres/SC, para o biênio 2016/2020 (de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020), sob as seguintes normas:

1. INSCRIÇÃO:

1.1 Período: 06/04/2015 a 04/05/2015 (seis de abril de 2015 a quatro de maio de 2015).

1.2 Horário: 13 horas e 30 minutos às 17 horas.

1.3 Local: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social.

1.4 A inscrição é gratuita e deverá ser feita pessoalmente pelo

interessado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, à Rua José Antônio Scheffer, nº 32 - Sala 1 - Centro - Passo de Torres/RS, de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados. Mediante preenchimento de requerimento de inscrição, acompanhado da documentação exigida no item "4".

2. ETAPAS DE ESCOLHA

O processo de escolha se realizará da seguinte forma:

2.1. Será responsável pela operacionalização do processo de escolha dos Conselheiros Tutelares, incluindo seleção prévia e eleição, a Comissão Eleitoral, constituída por meio de reunião do CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no dia 1º de abril de 2015, composta por seis (06) conselheiros de direito, sendo três (03) representantes governamentais e três (03) não-governamentais;

2.2. Etapas classificatórias: inscrição do pré-candidato e prova de aferição.

2.3. Etapa eliminatória: pleito eleitoral;

3. CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

Pode inscrever-se para concorrer a função de Conselheiro Tutelar a pessoa que, até a data do encerramento da inscrição, atenda os seguintes requisitos:

3.1. Reconhecida idoneidade moral;

3.2. Idade superior a vinte e um (21) anos;

3.3. Residir no município há pelo menos dois (02) anos;

3.4. Estar no gozo dos direitos políticos;

3.5. Ter escolaridade mínima ao equivalente ao ensino médio completo;

3.6. Ter carteira nacional de habilitação, a partir da categoria "B";

3.7. Regularidade com a Justiça Militar, em caso de candidato do sexo masculino;

3.8. Ser brasileiro nato, ou naturalizado.

4. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

No ato da inscrição o pré-candidato deverá apresentar e entregar a seguinte documentação:

4.1. Carteira de identidade (RG) - Documento original e cópia;

4.2. Título eleitoral e comprovante da última votação em seção eleitoral - Documento original e cópia;

4.3. Carteira Nacional de Habilitação - Documento original e cópia;

4.4. Histórico Escolar do Ensino Médio, ou equivalente, ou de comprovante de matrícula, ou Diploma de Curso Superior - Documento original e cópia;

4.5. Certificado de Dispensa de incorporação (3ª), ou documento equivalente para os candidatos do sexo masculino - Documento original e cópia;

4.6. Certidão negativa da Justiça Civil e Criminal, Estadual e Federal, retiradas no Fórum Municipal de Passo de Torres/SC;

4.7. Atestado de antecedentes criminais, retirado na Delegacia de Polícia de Passo de Torres/SC - Documento original;

4.8. Comprovante de residência: relatório de conta de luz, água, telefone, IPTU ou outro documento público oficial, referente aos anos de 2013 a 2015 - Documento original e cópia e Declaração de próprio punho, do candidato, de que reside há mais de dois (02) anos no município.

4.9. Participação prévia com aproveitamento em curso de formação com carga horária mínima de 40 horas.

5. DOS IMPEDIMENTOS

5.1. São impedidos de servir no Conselho Tutelar cônjuges, conviventes, companheiros, ascendentes e descendentes: sogro e genro, ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado (a);

5.2. Entende-se o impedimento a Autoridade Judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação nesta Comarca;

5.3. São impedidos de se inscreverem no processo de escolha os cidadãos que exerceram a função de Conselheiro Tutelar nos

últimos dois mandatos;

5.4. O Conselheiro Tutelar Titular que estiver exercido o cargo por período consecutivo, superior a um mandato e meio, não poderá participar do processo de escolha subsequente;

5.5. Ficarão impedidas de participar do processo de escolha aquelas pessoas que foram penalizadas com a destituição da função de Conselheiro Tutelar nos cinco (05) anos antecedentes a este processo eletivo;

5.6. A função de Conselheiro Tutelar exige dedicação exclusiva, sendo vedado o exercício de qualquer outra atividade pública ou privada, ressalvada as exceções constitucionais;

5.7. O Servidor Público Municipal eleito para o desempenho do cargo de Conselheiro Tutelar deverá licenciar-se, sendo facultado optar pelo vencimento do cargo de membro do Conselho Tutelar, ou vencimento de origem, permanecendo com todos os direitos e vantagens pessoais como se no exercício de suas funções.

6. CALENDÁRIO DO PROCESSO SELETIVO E ELEITORAL

Fica estabelecido o seguinte calendário oficial:

02/04/2015	Publicação do Edital
06/04 a 04/05/2015	Registro de Candidatura
05/05 a 15/05/2015	Análise de pedidos de registro de candidatura
19/05/2015	Publicação da relação de candidatos inscritos
22/05/2015	Impugnação de candidatura
26/05 a 29/05/2015	Notificação dos candidatos impugnados quanto ao prazo para defesa
01/06 a 05/06/2015	Apresentação de defesa pelo candidato impugnado
até 12/06/2015	Análise e decisão dos pedidos de impugnação
15/06 a 18/06/2015	Interposição de recursos
22/06 a 24/06/2015	Análise e decisão dos recursos
26/06/2015	Prova eliminatória
até 06/07/2015	Interposição de recursos
13/07/2015	Publicação dos candidatos habilitados
21/07/2015	Reunião para firmar compromisso
03/08/2015	Solicitação das urnas eletrônicas com remessa das listas de candidatos habilitados à eleição e solicitação da lista de eleitores
24/08/2015	Seleção das pessoas que trabalharão nas eleições como mesários ou escrutinadores (bem como suplentes)
14/09/2015	Reunião de orientação aos mesários, escrutinadores e suplentes
18/09/2015	Solicitação de apoio das Polícias Militar e Civil
18/09/2015	Divulgação do local do processo de escolha
21/09/2015	Confecção das cédulas de votação (em caso de votação manual). Somente se a utilização das urnas eletrônicas não for possível
04/10/2015	Eleição
04/10/2015	Divulgação do resultado da escolha, imediatamente após a apuração
10/01/2016	Posse dos Conselheiros Tutelares (eleitos para o biênio de 2016 a 2020)

7. PROVA DE AFERIÇÃO DE CONHECIMENTOS

7.1. A prova será realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Rodrigues da Silva, no horário das 08 às 12 horas;

7.2. Será elaborada pelo Ministério Público e versará sobre a Lei nº 8.069 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), suas alterações e leis afins;

7.3. A prova terá vinte (20) questões de múltipla escolha que avaliarão o conhecimento e a capacidade de interpretação do texto legal;

7.4. Serão considerados aprovados os pré-candidatos que obtiverem no mínimo sessenta (60%) de aproveitamento.

8. CAMPANHA ELEITORAL

8.1. A candidatura é individual e sem vinculação a partido político, grupo religioso ou econômico;

8.2. Os candidatos poderão promover as campanhas de suas candidaturas junto aos eleitores através de debates, entrevistas, seminários, distribuição de panfletos e pela internet;

8.3. É livre a distribuição de panfletos, desde que não perturbe a ordem pública.

9. PROIBIÇÕES DA CAMPANHA ELEITORAL

9.1. É vedada a formação de chapas e candidatos, uma vez que cada candidato deverá concorrer individualmente;

9.2. O material de divulgação das candidaturas não poderá veicular o nome dos patrocinadores, apoiadores, financiadores ou similares;

9.3. É vedada a propaganda nos veículos de comunicação social ou por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público ou particular;

9.4. É vedada a propaganda irreal ou insidiosa, ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes;

9.5. Não serão permitidos, no prédio onde se der a votação, a na distância de cem (100) metros de suas imediações, propaganda de candidato e aliciamento ou convencimento de votante, durante o horário de votação;

9.6. É proibido aos candidatos promoverem as suas campanhas antes da publicação da lista das candidaturas deferidas pela Comissão Eleitoral;

9.7. É vedada a utilização de meios não previstos neste Edital;

9.8. É vedado ao candidato, conselheiro tutelar em exercício de mandato, promover campanha durante o desempenho de sua função;

9.9. É vedado aos membros da Comissão Eleitoral e do CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, promoverem campanha para qualquer candidato;

9.10. É vedado ao candidato promover o transporte de eleitores no dia da votação;

9.11. É vedado o uso de estrutura pública e/ou recurso público para a realização de campanha ou propaganda.

10. DENÚNCIA DE IRREGULARIDADES

As denúncias relativas ao descumprimento das regras da campanha eleitoral deverão ser formalizadas por escrito, apontando com clareza o motivo da denúncia, à Comissão Eleitoral e poderão ser apresentadas por qualquer cidadão no prazo máximo de até vinte e quatro (24) horas, contados a partir do fato.

11. PENALIDADES

O não cumprimento do dispositivo no item "9" implicará na exclusão do candidato do processo, desde que as infrações sejam devidamente comprovadas pela Comissão Eleitoral, que deverá fundamentar as decisões.

12. RECURSOS

Caberá recurso à Comissão Eleitoral contra:

12.1. Reprovação da documentação do pré-candidato;

12.2. Reprovação na prova de conhecimentos;

12.3. Indeferimento de candidatura;

12.4. Decisão da Comissão Eleitoral que julgar procedente pedido de impugnação de candidatura;

12.5. Resultado final;

12.6. O recurso previsto no item "12.1" deverá ser apresentado no prazo de três (03) dias posteriores à notificação, competindo ao CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em igual prazo, protocolar a decisão a respeito;

12.7. O recurso que trata o item "12.2" deverá ser encaminhado ao

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em um dia útil, que terá igual prazo para dar seu parecer;
12.8. O recurso contra o resultado final no item "12.5" deverá ser apresentado no ato, ao Presidente da Mesa;
12.9. Os resultados das análises dos recursos deverão ser publicados em locais públicos;
12.10. O recurso deverá ser individual, assinado pelo recorrente e devidamente fundamentado, com a indicação precisa daquilo em que o candidato se julgar prejudicado;
12.11. O recurso deverá conter o nome do candidato, o número de inscrição e deverá ser entregue dentro do prazo previsto;
12.12. Será indeferido, de imediato, o pedido de recurso não fundamentado ou entregue fora do prazo, ou não subscrito e assinado pelo próprio candidato, ou por procurador legalmente habilitado para tal finalidade;
12.13. Não serão aceitos recursos interpostos por carta, telegrama e internet.

13. VOTAÇÃO E APURAÇÃO DOS VOTOS

13.1. A votação será realizada na Câmara de Vereadores do município de Passo de Torres/SC, no horário das 09 às 16 horas e a escolha dos membros efetivos e suplentes do Conselho Tutelar ocorrerão por voto facultativo, pessoal, direto e secreto dos eleitores do município de Passo de Torres/SC, maiores de dezoito (16) anos de idade;
13.2. O processo de votação será por urna eletrônica ou cédula única, na qual constará impresso o nome ou apelido dos candidatos por ordem alfabética, e deverá estar devidamente rubricada pelos membros da Mesa de Votação ou por urna eletrônica;
13.3. Será considerado inválido o voto cuja cédula:
13.3.1. assinalar mais de cinco (05) candidatos;
13.3.2. contiver expressão, frase ou palavra escrita pelo votante;
13.3.3. não corresponder ao modelo oficial;
13.3.4. não estiver rubricada pelos membros da mesa de votação;
13.3.5. estiver em branco.
13.4. Serão afixadas no local da votação lista das candidaturas deferidas;
13.5. Deverão estar devidamente credenciados e identificados com crachá fornecido pela Comissão Eleitoral;
13.5.1. Comissão Eleitoral;
13.5.2.. Mesários;
13.5.3. Fiscais;
13.5.4. Candidato.

13.6. Os candidatos poderão fiscalizar ou ter um fiscal maior de dezoito (18) anos de idade, para acompanhamento da votação e apuração;
13.7. O nome do fiscal e de um suplente deverá ser informado oficialmente à Comissão Eleitoral, com antecedência mínima de cinco (05) dias úteis, antes da votação;
13.8. O fiscal poderá solicitar ao Presidente da mesa de votação, o registro em Ata de irregularidade identificada no processo de votação.

14. PROCEDIMENTOS DE VOTAÇÃO

14.1. Para votar o munícipe deverá portar no ato da eleição:
14.1.1. Título de eleitor;
14.1.2. Um dos seguintes documentos que comprove a identificação civil e no qual conste a filiação, retrato e assinatura: carteira de identidade, carteira nacional de habilitação, carteira de trabalho, carteira profissional ou passaporte.

14.2. Após a identificação o votante assinará a lista de presença e receberá a cédula e se deslocará à cabine contendo a urna. O votante que não souber, ou não puder assinar usará a impressão digital como forma de identificação;
14.3. As 16 horas, o Presidente da mesa receptora de votos, acompanhada pelo representante do Ministério Público, entregará uma senha a todos os eleitores presentes, começando pelo último da

fila, para assegurar-lhes o direito de votação. A votação continuará em ordem decrescente das senhas distribuídas.

15. MESA DE VOTAÇÃO

15.1. Para recebimento dos votos, a Comissão Eleitoral formará uma mesa receptora composta de cidadãos de ilibada conduta, três (03) titulares e três (03) suplentes.
15.2. A mesa receptora será presidida por um dos seus integrantes escolhido pelos mesmos, no momento de sua formação;
15.3. Não poderão participar da mesa de votação, candidato inscrito e seus parentes, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, ou seu cônjuge, convivente ou companheiro;
15.4. O servidor, membro da mesa de votação, que favorecer qualquer candidato, direta ou indiretamente, valendo-se da sua condição de servidor público, responderá administrativamente, civil e criminalmente nos termos das legislações aplicáveis à espécie;
15.5. Compete a mesa de votação:
15.5.1. solucionar imediatamente, dificuldade ou dúvida que ocorrer na votação;
15.5.2. lavrar ata de votação, anotando eventual ocorrência;
15.5.3. remeter a documentação referente a fase de votação à Comissão Eleitoral

16. APURAÇÃO E PROCLAMAÇÃO DOS ELEITOS

16.1. A Comissão Eleitoral realizará a apuração dos votos tão logo que se encerre a votação perante os candidatos, fiscais credenciados e representante do Ministério Público, lavrando Ata específica e preenchendo o mapa de votação. Fará a totalização dos votos, proclamará os eleitos e afixará o Edital do resultado em locais públicos no primeiro dia útil, posterior ao pleito;
16.2. Os candidatos, ou fiscais poderão apresentar impugnações à medida que os votos forem sendo apurados, cabendo a Comissão Eleitoral pronunciar-se a respeito, proferindo decisão não sujeita a recurso;
16.3. O CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará o resultado do pleito, publicando os nomes dos eleitos e o número de votos recebidos, na imprensa local;
16.4. Serão considerado eleitos Conselheiros Tutelares titulares, os cinco (05) candidatos que obtiverem o maior número de votos, e suplentes aqueles que seguirem os titulares na mesma ordem.;
16.5. Havendo empate será aclamado vencedor o candidato de maior idade;
16.6. O processo de apuração e da proclamação dos eleitos ocorrerá sob a fiscalização do Ministério Público.

17. POSSE DOS ELEITOS

Após homologação do resultado do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de Passo de Torres/SC, a nomeação dos eleitos será realizada por ato do CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos termos previstos na Lei Municipal nº 028/2014, de 25 de Junho de 2014. No momento da posse, o candidato eleito assinará termo no qual conste declaração de que não exerce atividade incompatível com o exercício da função de Conselheiro Tutelar e ciência de seus direitos e deveres, observadas as vedações constitucionais.

18. JORNADA DE TRABALHO

18.1. A carga horária de trabalho será de quarenta (40) horas semanais. Dedicção exclusiva;
18.2. Para garantir o atendimento em casos de emergência, os Conselheiros Tutelares permanecerão em regime de plantão, em sistema de rodízio e ser designados em reunião depois do empossamento dos titulares;
18.3. Os membros do Conselho serão remunerados pelos cofres do Poder Público Municipal, sem relação de emprego com a municipalidade, com valor mensal que não seja inferior ao salário mínimo vigente.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A inscrição dos candidatos implicará no conhecimento destas

instruções e compromissos assumidos em função dos mesmos;

19.2. Os casos omissos serão analisados e decididos pela Comissão Eleitoral e CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com manifestação do representante do Ministério Público.

Passo de Torres, SC, 02 de Abril de 2015.
Elizandra da Silva Martins
Presidente do CMDCA

Paulo Lopes

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 06/2015

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº. 06/2015

Ata nº 06/2015; Processo nº 024/2015; Objeto: Aquisição de veículos para uso das Secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes. Contratada: NAPOLY COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA, valor: R\$ 146.000,00 (Cento e quarenta e seis mil reais).Data da Assinatura: 27/03/2015.

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 32/2014

Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 32/2014, de 12/09/2014 conforme Processo Licitatório 057/2014. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratado SILVEIRA MARTINS CONSTRUÇÕES LTDA EPP. CNPJ nº 13.565.760/0001-98, Objeto: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 32/2014 por 60 (sessenta) dias, à partir de 31/03/2015. Fundamento : A prorrogação de prazo de vigência decorre em conformidade ao que disciplina o Inciso VI do § 1º Artigo 57 da Lei nº. 8.666/93. Data da assinatura: 31/03/2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/2015

CONTRATO 13/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI FIRMAM O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES E ADOLFO TENFEN, NA FORMA ABAIXO:

Ao 27 dias do mês de março de 2015, no Gabinete do Prefeito Municipal, os signatários deste, de um lado, PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES, CNPJ nº 82.892.365/0001-32, situada na Rua José Pereira da Silva, representada no ato pelo Prefeito Municipal, Senhor EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, CPF nº 715.993.209-91, doravante denominada LOCATÁRIA, e de outro de outro lado o Senhor ADOLFO TENFEN, brasileiro, residente na cidade de Paulo Lopes - SC, CPF nº 455.266.309-78 proprietário de uma sala de alvenaria com 90m², localizada na Rua Santa Catarina, 198, sala 01, Centro - Paulo Lopes - SC, denominado LOCADOR, conforme processo licitatório nº 029/2015 celebram o presente contrato de locação para funcionamento das atividades do Centro de Referência da Assistência Social- CRAS, regendo-se o mesmo pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O prazo da locação é de 09 (nove) meses, a partir da data de assinatura do Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - O aluguel da locação será mensal no valor de R\$1.200,00 (Um mil e duzentos reais), devendo seu pagamento ser feito até o dia 10 (dez) de cada mês, subsequente ao vencido, no endereço do LOCADOR ou de seu representante.

CLÁUSULA TERCEIRA - Obriga-se a LOCATÁRIA, além do pagamento de aluguel a satisfazer o pagamento, por sua conta exclusiva do consumo de luz, água, esgoto

CLÁUSULA QUARTA - A LOCATÁRIA declara ter procedido à vistoria do imóvel locado recebendo-o em perfeito estado e obriga-se a:

a) manter o objeto da locação no mais perfeito estado de conservação e limpeza, para assim o restituir ao LOCADOR, quando finda ou rescinda a locação, correndo por sua conta exclusiva as despesas necessárias para esse fim, notadamente, as que se referem à conservação de pinturas, portas comuns, fechaduras, trincos, puxadores, vitrais e vidraças, lustres, instalações elétricas, torneiras, aparelhos sanitários, e quaisquer outras, inclusive obrigando-se a pintá-lo novamente em sua desocupação, com tintas e cores iguais às existentes;

b) não fazer instalação, adaptação, obra ou benfeitoria, inclusive colocação de luminosos, placa, letreiros e cartazes sem prévia autorização, por escrito, do LOCADOR;

c) não transferir este contrato, não sublocar, sob qualquer pretexto, e, de igual forma, alterar a destinação da locação, não constituindo o decurso do tempo, por si só, na demora do LOCADOR em reprimir a infração, assentimento à mesma;

d) Encaminhar ao LOCADOR todas as notificações, avisos ou intimações dos poderes públicos que forem entregues no imóvel, sob pena de responder pelas multas, correção Monetária e penalidades decorrentes do atraso no pagamento ou satisfação no cumprimento de determinações por aqueles poderes.

e) No caso de qualquer obra, reforma ou adaptação, devidamente autorizada pelo LOCADOR, repor, quando possível, por ocasião da entrega efetiva das chaves do imóvel locado, seu estado primitivo, não podendo exigir qualquer indenização.

f) Facultar ao LOCADOR ou ao seu representante legal a vistoria do imóvel sempre que for para tanto solicitado por escrito, com justificativa e com antecedência de no 48 horas; bem como no caso do imóvel ser colocado à venda, permitir que interessados o visitem;

g) Na entrega da casa, verificando-se infração pela LOCATÁRIA de quaisquer das cláusulas deste contrato, e que a sala necessite de algum conserto ou reparo, ficará a LOCATÁRIA, pagando o aluguel, até a entrega das chaves;

h) Findo o prazo deste contrato, por ocasião da entrega das chaves, o LOCADOR mandará fazer uma vistoria na sala locada, a fim de verificar se o mesmo se acha nas condições em que foi recebido, pela LOCATÁRIA.

CLÁUSULA QUINTA - As partes ajustam que o pagamento do Imposto Predial do imóvel locado ficará por conta do LOCADOR durante a vigência da locação.

CLÁUSULA SEXTA - A infração das obrigações consignadas na cláusula oitava, sem prejuízo de quaisquer outras previstas em Lei, por parte da LOCATÁRIA, é considerada como de natureza grave, acarretando a rescisão contratual, com o conseqüente despejo e obrigatoriedade de imediata satisfação dos conseqüentes contratuais e legais;

Parágrafo Único. Caso o objeto da locação venha a ser desapropriado pelos Poderes Públicos, ficará o presente contrato, bem como o LOCADOR, exonerado de todas e quaisquer responsabilidades decorrentes.

CLÁUSULA SÉTIMA - Obriga-se a LOCATÁRIA a renovar expressamente o Contrato, caso venha a permanecer no imóvel. O novo aluguel, ou o índice será calculado mediante o INPC que substituirá, vigente na ocasião.

CLÁUSULA OITAVA - Toda e qualquer benfeitoria autorizada pelo LOCADOR, ainda que útil ou necessária, ficará automaticamente

incorporada ao imóvel, sem prejuízo do disposto na letra "e" da cláusula quarta deste instrumento, não podendo a LOCATÁRIA pretender qualquer indenização ou ressarcimento, bem como arguir direito de retenção pelas mesmas.

CLÁUSULA NONA - A locação estará sempre sujeita ao Regime do Código Civil Brasileiro e à Lei nº 8.245 de 18/10/1991 ficando assegurados ao LOCADOR todos os direitos e vantagens conferidas pela legislação que vier a ser promulgada durante a locação.

CLÁUSULA DÉCIMA - Fica convencionado que a LOCATÁRIA deverá fazer o pagamento dos aluguéis mensais pontualmente até o dia 10 (dez) de cada mês. Em caso de mora no pagamento dos aluguéis e encargos previstos no presente contrato, ficará a LOCATÁRIA obrigada, ao pagamento do principal, acrescido de juros de mora de 1% ao mês e correção monetária, na forma da lei, sem prejuízo dos demais acréscimos e penalidades previstas nas cláusulas anteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O LOCADOR e a LOCATÁRIA obrigam-se a respeitar o presente contrato em todas as suas cláusulas e condições, estendendo-se as obrigações a seus herdeiros e sucessores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica estipulado entre as partes contratantes que o valor da cláusula penal será de 50% (cinquenta por cento) do saldo do contrato a vencer.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - As partes contratantes elegem o foro da situação do imóvel, quaisquer que sejam os seus domicílios, para dirimir qualquer dúvida ou litígio oriundo do presente contrato.

E, por estarem justos e Contratados, assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas igualmente abaixo assinadas.

Paulo Lopes, 27 de março de 2015.

ADOLFO TENFEN Proprietário	EVANDO JOÃO DOS SANTOS Prefeito Municipal
-------------------------------	--

Testemunhas:	Nome:
	CPF:
	Nome:
	CPF:

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº. 07/15**

PORTARIA Nº. 07/15

OZIEL EVALDO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, assim como lhe confere o art. 14 da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR

JANAINA PEREIRA MARTINS, brasileira, casada, CPF 048.807.009-08, para o cargo de Agente Legislativo, com vencimento mensal de R\$ 1.021,19 (Um mil e vinte e um reais e dezenove centavos), a partir de 01 de abril de 2015.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Paulo Lopes, 01 de abril de 2015.

OZIEL EVALDO SILVA
Presidente

Publicada a presente Portaria em 01 de Abril de 2015.

Penha**PREFEITURA****AVISO CH01/2015 - FRACASSADA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA - FRACASSADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2015 - FMS

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2015 - FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LABORATÓRIO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA O PROGRAMA SAÚDE BUCAL NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC. Motivo: A empresa que participou da chamada pública não apresentou a documentação exigida de acordo com o exigido em Edital, e no prazo estabelecido pela Comissão Permanente de Licitação. Coordenação do Processo: Maikil Gileno dos Santos - Presidente da Comissão Permanente de Licitação

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento 13:30 às 17:30.

Penha/SC, 31 de março de 2015.

Mário Guaracy de Souza
Prefeito Municipal e.e

Peritiba

PREFEITURA

RERRATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO 19/2015 – PREGÃO PRESENCIAL 11/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
RERRATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 19/2015 - Pregão Presencial 11/2015.

Objeto: Aquisição de 1 kit de captura de imagem (WebCam, coletor de assinatura, coletor de digital) para utilização na emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS informatizada e equipamentos de informática.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 14h00min do dia 06/04/2015 16/04/2015.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 13h45min do dia 06/04/2015 16/04/2015.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Peritiba - SC.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Município de Peritiba - SC em 01 de Abril de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 095/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 095/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de CONCERTO DE VEICULO TRATOR MASSEY E CAMINHÃO PLACA MCA-2714 DA SECRETARIA DE AGRICULTURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 042/2015.

EMPRESA CONTRATADA: FLORKAR MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o concerto no valor de R\$ 1.749,74 (um mil setecentos e quarenta e nove reais e setenta e quatro centavos).

DATA DO CONTRATO: 17 de março de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 096/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 096/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato DE CONCERTO VEICULO CAMINHÃO PLACA IDM-0563 DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 043/2015.

EMPRESA CONTRATADA: MECÂNICA AUTO PEÇAS TRENTIN LTDA.

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor de R\$ 1699,66 (um mil seiscentos e noventa e nove reais e sessenta e seis centavos).

DATA DO CONTRATO: 17 de março de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 112/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 112/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato AQUISIÇÃO de brinquedos para MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO CENTRO EDUCACIONAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 050/2015.

EMPRESA CONTRATADA: MACROPAMPA DISTRIBUIDORA LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer AQUISIÇÃO de brinquedos, no valor de R\$ 2.774,23 (dois mil setecentos e setenta e quatro reais e vinte e três centavos).

DATA DO CONTRATO: 27 de Março de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 113/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 113/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de AQUISIÇÃO DE ARMÁRIOS E PRATELEIRAS PARA O CENTRO EDUCACIONAL DISPENSA DE LICITAÇÃO: 051/2015.

EMPRESA CONTRATADA: JULIO E LINDOMAR MÓVEIS LTDA ME
VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer a AQUISIÇÃO de móveis no valor de R\$ 3.151,00 (três mil cento e cinquenta e um reais).

DATA DO CONTRATO: 30 DE MARÇO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 114/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 114/2015

OBJETO: Constitui objeto REFERENTE CONTRATAÇÃO DE PALESTRA PARA ALMOÇO EM HOMENAGEM AO DIA DA MULHER DISPENSA DE LICITAÇÃO: 052/2015.

EMPRESA CONTRATADA: MOTIVA TREINAMENTO

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

DATA DO CONTRATO: 30 de março de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

EDITAL CMDCA Nº 001/2015

Edital CMDCA nº 001/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Pinheiro Preto

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 31 de março de 2015, em sua sede localizada em Pinheiro Preto, e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014, e no art. 55 da Lei Municipal nº 1.454, de 26 de novembro de 2010, com alterações das Leis 1.557/2013 e 1.659/2013.

1 - Do Cargo e das Vagas

1.1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

1.2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

1.3 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

1.4 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2 Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei

Municipal nº 1.454, de 26 de novembro de 2010, com alterações das Leis 1.557/2013 e 1.659/2013, é assegurado o direito a:

I - vencimento de R\$ 1.073,13 (mil e setenta e três reais e treze centavos), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - cobertura previdenciária;

III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - licença-maternidade;

V - licença-paternidade;

VI - gratificação natalina.

2.2. Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com o Município.

2.5 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

2.5.1 Plantão noturno das 17h30 às 8h00 do dia seguinte.

2.5.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.5.3 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

3. Do Processo de Escolha**3.1 Das Inscrições**

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 06/04/2015 03/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 hs às 17:00 hs, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, localizada na Av. Mal. Castelo Branco, n. 111, sala do CRAS.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição:

I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II - idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;

III - residir no município, demonstrada por comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste Edital;

IV - conclusão de ensino médio, comprovada através de Diploma de Conclusão do Ensino Médio;

V - possuir Carteira Nacional de Habilitação, categoria B;

3.1.2.1 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de cumprir a carga horária mínima, bem como de permanecer à disposição do Conselho Tutelar nos períodos de plantão, na forma de escala formulada pelo CMDCA.

3.1.2 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.3 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca, foro regional ou distrital.

3.1.4 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 12/06/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, DOM e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data da publicação da lista dos inscritos, mediante prova da alegação, no horário de atendimento ao público, das 07:30hs às 17:00hs, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pinheiro Preto.

3.2.3 Notificação dos candidatos impugnados 22/06/2015 a 26/06/2105.

3.2.3.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 29/06/2015 a 03/07/2015, no horário de atendimento ao público, das 07:30hs às 17:00hs, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pinheiro Preto.

3.2.3.2 A comissão eleitoral julgará as impugnações até o dia 10/07/2015.

3.2.3.3 Contra decisão caberá recurso no prazo de 13/07/2015 até 17/07/2015.

3.2.4 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado até dia 30/07/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, DOM e Fórum desta Comarca.

3.2.5 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

3.3 Da Propaganda Eleitoral

3.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.1.1 A campanha eleitoral dar-se-á no período de 01/08/2015 a 03/10/2015.

3.3.1.2 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.3.1.3 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.3.1.4 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.3.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor

3.3.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.3.2.4 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.3.2.5 É vedada a realização de campanha eleitoral na internet.

É vedada a aglomeração de pessoas portando vestuário padronizado e os instrumentos de propaganda eleitoral, de modo a caracterizar manifestação coletiva;

3.3.2.6 O transporte de eleitores, ainda que por interposta pessoa.

3.3.2.7 O candidato que descumprir qualquer norma eleitoral terá o seu registro e ou nomeação cassada.

3.3.3 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.4 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.3.5 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos

Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.6 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.6.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

3.4 Da Eleição

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 08:00horas às 17:00horas, no seguinte local: Centro Educacional Padre Trudo Plesers, sito na Rua Oclides Scortegnagna, n. 55, Pinheiro Preto - SC.

3.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.4.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.4.6 O eleitor votará uma única vez em até cinco candidatos na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

3.5 Do Voto

3.5.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.5.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.5.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

3.6 Da Cédula Oficial

3.6.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos

Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.6.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.6.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

3.7 Das Mesas Receptoras

3.7.1 No dia da eleição haverá apenas uma seção eleitoral.

3.7.2 A seção eleitoral corresponde a mesa receptora de votos.

3.7.3 Constituem a mesa receptora de votos um presidente, um mesário e um secretário escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.4 Não podem ser nomeados para compor a mesa receptora:

I - os candidatos e seus parentes ainda que por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, e bem assim o cônjuge;

II - os membros de diretórios de partidos políticos e ou ocupantes de cargos eletivos;

III - as autoridades e agentes policiais, bem como os funcionários no desempenho de cargos de confiança do Executivo.

3.7.5 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.6 Os motivos justos que tiverem os nomeados para recusar a nomeação, e que ficarão a livre apreciação do Conselho de Direitos, somente poderão ser alegados até 5 (cinco) dias a contar da nomeação, salvo se sobrevindos depois desse prazo.

3.7.7 Os nomeados que não declararem a existência de qualquer dos impedimentos referidos no § 1º incorrem nas penas previstas em lei.

3.7.8 Os mesários substituirão o presidente, de modo que haja sempre quem responda pessoalmente pela ordem e regularidade do processo eleitoral, e assinarão a ata da eleição.

3.7.9 Não comparecendo o presidente, assumirá a presidência o mesário e, na sua falta ou impedimento, o secretário.

3.7.10 Poderá o Conselho de Direitos nomear ad hoc, dentre os eleitores presentes e obedecidas as prescrições do art. 61, os que forem necessários para completar a mesa.

3.7.11 O nome e assinaturas dos eleitores serão recolhidas nas folhas de votação da seção, as quais, juntamente com as cédulas oficiais e o material restante, acompanharão a urna.

3.7.12 O transporte da urna e dos documentos da seção será providenciado pelo presidente da mesa, acompanhando-a os membros do Conselho de Direitos e os que desejarem.

3.7.13 Compete ao presidente da mesa receptora, e, em sua falta, a quem o substituir:

I - receber os votos dos eleitores;

II - decidir imediatamente todas as dificuldades ou dúvidas que ocorrerem;

III - manter a ordem;

IV - comunicar ao presidente do Conselho de Direitos, que providenciará imediatamente as ocorrências cuja solução deste dependerem;

V - autenticar, com a sua rubrica, as cédulas oficiais.

3.7.14 Compete ao secretário:

I - lavrar a ata da eleição;

II - cumprir as demais obrigações que lhes forem atribuídas em instruções.

3.7.15 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.7.16 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.17 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.7.18 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.19 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:

I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.7.20 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.21 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

3.8 Da Apuração

3.8.1 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Sala onde também funciona o CRAS), com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.8.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.8.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.8.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação

3.8.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da Infância e da Juventude de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição.

3.8.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado no dia 04/10/2015, em edital afixado na Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, DOM e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 1.454, de 26 de novembro de 2010, com alterações da Lei n. com alterações das Leis 1.557/2013 e 1.659/2013, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos

Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Campanha eleitoral período de 01/08/2015 a 03/10/2015.

5.11 A posse dos eleitos ocorrerá no dia 10/01/2016.

5.12. Integra o presente edital o ANEXO contendo o cronograma dos prazos.

5.13 Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Pinheiro Preto - SC, 31 de março de de 2015.

JURCELEI BERTHA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PINHEIRO PRETO - CMDCA

ANEXO

Cronograma

FATO	DATA	LOCAL
REGISTRO DE CANDIDATURA (INSCRIÇÕES)	06/04/2015 A 03/06/2015	CMDCA
PUBLICAÇÃO CANDIDATOS INSCRITOS	12/06/2015	MURAL, CMDCA, ÁTRIO DA PREFEITURA, CÂMARA DE VEREADORES, DOM, CONSELHO TUTELAR E FÓRUM
PRAZO IMPUGNAÇÃO CANDIDATURAS	5 (cinco) dias contados da publicação dos candidatos inscritos	CMDCA
NOTIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS IMPUGNADOS	22/06/2015 A 26/06/2015	
PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO DO IMPUGNADO	29/06/2015 a 03/07/2015	CMDCA
JULGAMENTO DAS IMPUGNAÇÕES	Até dia 10/07/2015	CMDCA

RECURSO CONTRA DECISÃO	13/07/2015 a 17/07/2015	CMDCA
DATA DA PUBLICAÇÃO REGISTROS CANDIDATURAS APROVADOS	30/07/2015	MURAL, CMDCA, ÁTRIO DA PREFEITURA, CÂMARA DE VEREADORES, DOM, CONSELHO TUTELAR E FÓRUM
PERÍODO CAMPANHA ELEITORAL	01/08/2015 a 03/10/2015	

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital n. 001/2015, CONVOCA os seguintes candidatos aprovados no Concurso Público para apresentação de exames de saúde para análise de aptidão física:

IDENTIFICAÇÃO (nº inscrição no concurso 001/2015)	NOME DO CANDIDATO	CARGO (regime estatutário)
000.300.007-00	ELOIZA FELCHILCHER	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS
000.300.006-62	BÁRBARA VENTORIM ZUCCO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
000.300.009-14	ELIANE A. WITTI	FARMACÊUTICA
000.300.007-3	LAUREANE FONTANA	NUTRICIONISTA

Os candidatos acima relacionados deverão, no prazo máximo de 10 dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar os seguintes exames de saúde:

- Sangue: Hemograma, Glicemia e Sorologia de Lues;
- Parcial de Urina;
- Raio-X do Tórax P.A e perfil;
- Raio X de coluna P.A e perfil - cervical e lombar
- ECG - eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos).

1. Os EXAMES MÉDICOS deverão ser apresentados para Certificação, aos médicos Credenciados pelo Município, através de agendamento junto a Secretaria de Administração, pelos telefones 3562-2012 ou 3562-2000.

2. Além dos Exames referidos, os candidatos deverão apresentar exames complementares caso houver solicitação do Médico Credenciado pelo Município de Pinheiro Preto-SC.

Analisados os exames e sendo o candidato considerado apto, o mesmo será, então, nomeado para o cargo, através de Portaria expedida pelo Chefe do Poder Executivo.

OBS: A presente convocação para apresentação de exames de saúde não gera direito à nomeação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 23 de março de 2015.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital n. 001/2015, CONVOCA o seguinte candidato aprovado no Concurso Público para apresentação de exames de saúde para análise de aptidão física:

IDENTIFICAÇÃO (nº inscrição no concurso 001/2015)	NOME DO CANDIDATO	CARGO (regime estatutário)
000.300.006-79	THAIS MARIANI BEE	NUTRICIONISTA

O candidato acima relacionado deverá no prazo máximo de 10 dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar os seguintes exames de saúde:

- Sangue: Hemograma, Glicemia e Sorologia de Lues;
- Parcial de Urina;
- Raio-X do Tórax P.A e perfil;
- Raio X de coluna P.A e perfil - cervical e lombar
- ECG - eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos).

1. Os EXAMES MÉDICOS deverão ser apresentados para Certificação, aos médicos Credenciados pelo Município, através de agendamento junto a Secretaria de Administração, pelos telefones 3562-2012 ou 3562-2000.

2. Além dos Exames referidos, os candidatos deverão apresentar exames complementares caso houver solicitação do Médico Credenciado pelo Município de Pinheiro Preto - SC.

Analizados os exames e sendo o candidato considerado apto, o mesmo será, então, nomeado para o cargo, através de Portaria expedida pelo Chefe do Poder Executivo.

OBS: A presente convocação para apresentação de exames de saúde não gera direito à nomeação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 01 de abril de 2015.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO 021/2015

(Ementa)

TERMO ADITIVO 021/2015

CONTRATO N.º: 272/2014

OBJETO: O presente contrato tem por objeto Execução, pela contratada, de obra de engenharia, consistente na construção de rede pluvial para prevenção de deslizamentos de encostas, na Rua Antônio Costenaro Filho..

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS nº 012/2014

EMPRESA CONTRATADA: CONSBRITA CONTRUTORA DE OBRAS LTDA

VALOR ADITADO 2.1 Considerando que o contrato firmado através da licitação nº 012/2014 tem seu termo final para 02/01/2015.2.2 Considerando o período chuvoso que vem ocorrendo desde o mês de novembro.As partes acima epigrafadas acordam PRORROGAR O PRAZO do Contrato de Prestação de Serviços nº 272/2014, onde seu término será para 28/03/2015.

DATA DO CONTRATO: 16 de março de 2015.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

TERMO ADITIVO 22/2015

(Ementa)

TERMO ADITIVO 22/2015

CONTRATO N.º: 272/2014

OBJETO: O presente contrato tem por objeto Execução, pela contratada, de obra de engenharia, consistente na construção de rede pluvial para prevenção de deslizamentos de encostas, na Rua Antônio Costenaro Filho.

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS nº 012/2014

EMPRESA CONTRATADA: CONSBRITA CONTRUTORA DE OBRAS LTDA

VALOR ADITADO Considerando a necessidade de supressão na obra, na forma do parecer técnico emitido pelo Engenheiro Civil da AMARP, Flávio André de Oliveira, cujo valor montará R\$ 1.930,98 (Hum mil novecentos e trinta reais e noventa e oito centavos), FICA O CONTRATO n. 272/2014 suprimido, na forma do PARECER TÉCNICO emitido por profissional da AMARP, parte integrante do presente aditamento de supressão.

DATA DO CONTRATO: 23 de março de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.915, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 2.915, de 1º de abril de 2015.

INSTITUI O ROL DE EXAMES, QUE REGULAMENTA O EXAME ADMISSÃO DOS CANDIDATOS INGRESSOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE POMERODE.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere o art. Nº 74 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 13, da Lei Complementar 269/14:

CONSIDERANDO a imprescindível necessidade de regulamentar rol de exames a serem apresentados quando do provimento em cargo efetivo, ou função pública da administração direta e indireta do Município e de caráter eliminatório.

DECRETA:

Art. 1º Para o "exame admissional" de caráter eliminatório, de que trata o artigo 13 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pomerode - Lei Complementar nº 269/2014, serão exigidos os exames elencados no art. 2º e os exames específicos constantes no anexo único deste Decreto e demais exames complementares exigidos pelo Médico do Trabalho, conforme necessidade.

Art. 2º Para todos os cargos serão exigidos como exames básicos:

- Hemograma Completo;
- Glicemia em jejum
- Raio X tórax AP e Perfil (com laudo)
- Eletrocardiograma (para candidatos acima de 40 anos)

Art. 3º Os exames devem estar na validade de 60 (sessenta) dias quando da realização do exame admissional realizado pelo Médico do Trabalho.

Art. 4º As despesas com a realização dos exames correrá às expensas do candidato.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 1º de abril de 2015

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

Auxiliar de Educação Infantil	- Raio X Coluna Lombo-Sacra
Auxiliar de Manutenção	- Acuidade Visual
Auxiliar de Serviços Gerais	- Raio X Coluna Lombo Sacra
Auxiliar de Serviços Gerais Escolares	- Raio X Lombo-Sacra
Calceteiro	- Raio X Lombo-sacra
Eletricista de veículos	- Espirometria - Ác. Delta aminolevulínico –urina - Manganês – urina
Eletricista/Encanador	- Acuidade Visual
Inseminador	- Raio X Lombo-sacra
Mecânico	- Espirometria - Manganês – Urina - Hemoglobina – no sangue - Cobre – urina

Motorista	- Acuidade Visual
Motorista de Ambulância	- Acuidade Visual
Motorista de Ambulância Samu	- Acuidade Visual
Motorista de Caminhão I	- Acuidade Visual
Motorista de Caminhão II	- Acuidade Visual
Operador de Retro-Escavadeira	- Acuidade Visual - Audiometria - Raio X Lombo-Sacra
Orientador de Atividade Física	- Raio X Lombo-sacra
Pedreiro	- Raio X – Lombo-sacra
Professor I – Educação Infantil	- Raio X – Lombo-sacra
Rampeiro/Borracheiro	Raio X Lombo-sacra
Roçador	- Raio X Lombo-Sacra
Servente	- Espirometria - Raio X Lombo-sacra
Soldador	- Audiometria - Espirometria - Cobre -urina - Manganês – urina
Técnico Desportivo	- Raio X Lombo-Sacra
Telefonista	- Audiometria
Tratorista	- Acuidade Visual - Audiometria
Tratorista/Trator/Agrícola	- Acuidade Visual - Audiometria
Zelador de Escola	- Raio X Lombo-sacra

DECRETO Nº 2.916, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 2.916, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO, SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 62, III, e 74, I, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 30 de março de 1990, e com fundamento no art. 63 da Lei Complementar nº 74, de 05 de dezembro de 2001:

DECRETA:

Art. 1º A concessão de diárias aos servidores do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações, fica regulamentada nas condições estabelecidas neste Decreto.

Art. 2º O servidor que se deslocar em caráter eventual ou transitório do Município, a serviço, fará jus a diárias, para cobrir as despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana no decorrer do período de afastamento.

§ 1º As diárias serão atribuídas na proporção de:

I - 1/3 de diária quando o deslocamento do servidor durar mais de 05 (cinco) horas e se, após a quinta hora, o servidor ainda estiver fora da cidade de Pomerode.

II - 2/3 de diária quando o deslocamento do servidor durar mais de 10 (dez) horas e se, após a décima hora, o servidor ainda estiver fora da cidade de Pomerode.

III - Diária completa quando envolver despesas com hospedagem, independentemente da quantidade de refeições.

§ 2º Os valores das diárias são fixados na forma do Anexo Único deste Decreto.

Art. 3º A prestação de contas deverá ser feita pelo servidor no prazo de até três dias úteis após o retorno da viagem, mediante apresentação do comprovante de deslocamento, do relatório de viagem, da ata de presença no evento e/ou certificado de participação e da nota fiscal das refeições.

Art. 4º Os valores das diárias serão reajustados mediante decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º Fica revogado o Decreto nº 2.852 de 05 de junho de 2014.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, em 1º de abril de 2015.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

I - DIÁRIAS PARA CIDADES DO VALE DO ITAJAÍ

Cargos	1/3 diária	2/3 diária	Diária Completa
Prefeito	R\$ 50,00	R\$ 100,00	-
Vice-Prefeito			
Secretários	R\$ 45,00	R\$ 90,00	-
Presidentes			
Procurador Geral			
Consultor			
Controlador			
Superintendente	R\$ 40,00	R\$ 80,00	-
Diretor			-
Demais Servidores	R\$ 30,00	R\$ 60,00	-

II - DIÁRIAS PARA CIDADES CATARINENSES FORA DO VALE DO ITAJAÍ

Cargos	1/3 diária	2/3 diária	Diária Completa
Prefeito	R\$ 110,00	R\$ 220,00	R\$ 350,00
Vice-Prefeito			
Secretários	R\$ 90,00	R\$ 180,00	R\$ 300,00
Presidentes			
Procurador Geral			
Consultor			
Controlador			
Superintendente	R\$ 75,00	R\$ 150,00	R\$ 250,00
Diretor			
Demais Servidores	R\$ 60,00	R\$ 120,00	R\$ 200,00

III - DIÁRIAS PARA OUTROS ESTADOS (EXCETO BRASÍLIA, SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO)

Cargos	1/3 diária	2/3 diária	Diária Completa
Prefeito	R\$ 135,00	R\$ 270,00	R\$ 410,00
Vice-Prefeito			
Secretários	R\$ 110,00	R\$ 220,00	R\$ 350,00
Presidentes			
Procurador Geral			
Consultor			
Controlador			
Superintendente	R\$ 100,00	R\$ 200,00	R\$ 300,00
Diretor			
Demais Servidores	R\$ 75,00	R\$ 150,00	R\$ 250,00

IV - DIÁRIAS PARA BRASÍLIA, SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO

Cargos	1/3 diária	2/3 diária	Diária Completa
Prefeito	R\$ 150,00	R\$ 300,00	R\$ 450,00
Vice-Prefeito			
Secretários	R\$ 135,00	R\$ 270,00	R\$ 400,00
Presidentes			
Procurador Geral			
Consultor			
Controlador			
Superintendente	R\$ 125,00	R\$ 250,00	R\$ 350,00
Diretor			
Demais Servidores	R\$ 110,00	R\$ 220,00	R\$ 330,00

V - DIÁRIAS PARA O EXTERIOR

Cargos	1/3 diária	2/3 diária	Diária Completa
Prefeito	-	-	R\$ 700,00
Vice-Prefeito	-	-	
Secretários	-	-	R\$ 700,00
Presidentes			
Procurador Geral			
Consultor			
Controlador			
Superintendente	-	-	R\$ 700,00
Diretor	-	-	
Demais Servidores	-	-	R\$ 700,00

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 011/2015 - REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 011/2015 - REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 024/2015.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 22/04/2015.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 22/04/2015.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 01 de Abril de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 004/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 004/2015

CONVÊNIO nº 004/2015. Conveniente: MUNICÍPIO DE POMERODE. Conveniada: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE POMERODE - APAE. Objeto: Atendimento gratuito de qualidade para pessoas com deficiência. Valor: R\$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais). Prazo: 31/10/2015.

Pomerode/SC, 02 de abril de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

LEI COMPLEMENTAR Nº 279, DE 01 DE ABRIL DE 2015.**LEI COMPLEMENTAR Nº 279, DE 01 DE ABRIL DE 2015.**

EXTINGUE CARGO DO ANEXO I e ALTERA O ANEXO V DA LEI COMPLEMENTAR Nº 18, DE 02 DE MAIO DE 1994 JUNTO AO QUADRO DE PESSOAL DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere o a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica extinto o cargo de Auxiliar de Operações **Padrão 2 nível 1,2,3 da Lei Complementar nº 18, de 02 de maio de 1994.**

Art.2º. Ficam alterados os requisitos para provimento dos cargos, constantes no anexo V da Lei Complementar n.º 18/1994, no âmbito da autarquia SAMAE.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aprovação deste projeto de lei correrão por conta de dotações orçamentárias própria, suplementada se necessário.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Pomerode, 01 de abril de 2015.

ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

ANEXO I

QUADRO ÚNICO DE PESSOAL - CARGOS DE PROVIMENTO PERMANENTE

PADRÃO E	CARGOS	VAGAS
NÍVEIS		
=====	=====	=====
1	Servente	04
1,2,3	Auxiliar de Serviços Gerais	02
	Auxiliar de Operações II	40
-----	-----	-----
2	Auxiliar de Operações	08
1, 2,3		
-----	-----	-----
3	Auxiliar Administrativo	02
1, 2,3	Leiturista	05
-----	-----	-----
4	Encanador	15
1, 2,3	Motorista	08
	Pedreiro	02
-----	-----	-----
5	Escriturário	10
1, 2,3	Auxiliar Técnico	02
-----	-----	-----
6	Assistente Técnico	01
1, 2,3	Operador de ETA/ETE	08
	Técnico em Contabilidade	01
-----	-----	-----
7		
1, 2,3		
-----	-----	-----
8	Engenheiro Civil	01
1, 2,3	ou Sanitarista Químico	01
-----	-----	-----

ANEXO V

Assistente Técnico	<p>Ensino Médio Completo.</p> <p>Curso técnico em Eletromecânica.</p> <p>CNH categoria AB.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Executar trabalhos de desmontagem, reparos e montagens de aparelhos e equipamentos eletromecânicos do sistema de coleta, tratamento, abastecimento e distribuição. • Programar, executar e orientar serviços rotineiros de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos, equipamentos, conjuntos, moto-bombas, quadros de proteção e comando, de boosters, misturadores mecânicos, etc. • Verificar rotineiramente sistemas de segurança e proteção dos aparelhos e equipamentos elétrico mecânicos. • Interpretar e executar montagens e desenhos técnicos. • Executar serviços de mecânica em equipamentos diversos. • Fazer instalações e reparos em circuitos elétricos. • Participar de trabalhos de topografia, nivelamento, medição, etc. • Testar todos os equipamentos após manutenção ou substituição. • Efetuar desenhos técnicos em DWG, para cadastramento. • Participar e executar serviços em feriados e pontos facultativos, bem como de plantões e ou sobreaviso, diurno e noturnos. • Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.
Auxiliar Administrativo	Ensino Médio Completo.	<ul style="list-style-type: none"> • Auxiliar os setores administrativos da Autarquia, no desenvolvimento de todas as atividades administrativas. • Buscar e entregar correspondência na agência dos Correios e outros órgãos públicos. • Efetuar serviços bancários, tais como: pagamentos, coleta e entrega de documentos, entre outros. • Atender telefone, rádio amador e retransmitir as mensagens aos interessados, efetuar ligações quando solicitado, anotar recados e repassar os interessados, passar fax, atendimento ao público em geral. • Classificar, organizar e arquivar expedientes e documentos recebidos. • Obter informações de fontes determinadas e autorizadas pela chefia imediata, fornecendo-as aos interessados.

		<ul style="list-style-type: none"> • Processar dados ou informações, utilizando-se de softwares disponíveis, em cumprimento aos procedimentos e rotinas pré estabelecidas e fluxogramas de serviços. • Utilizar ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços. • Atender aos procedimentos do sistema de informações, controle de resultados e gestão da qualidade da Autarquia. • Participar de comissões, sempre que designado. • Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.
Auxiliar de Operações II	Alfabetizado	<ul style="list-style-type: none"> • Efetuar operações nas tarefas de diversas áreas, efetuando escavações e aterramento de solo, removendo entulhos, limpeza em geral, carga e descarga de materiais e utensílios, transporte de materiais diversos e equipamentos de força braçal, a fim de agilizar as tarefas em suas áreas de atuação, auxiliar nos serviços de armazenagem de materiais, jardinagem, limpeza, oficinas, e áreas administrativas. • Auxiliar e (ou) executar atividades sob supervisão, relativas à manutenção, de redes e ramais e macromedidores, instalação e substituição de hidrômetros, vistoria hidráulica, bem como outras atividades de natureza operacional similar. • Utilizar ferramentas e equipamentos diversos, necessários na execução dos serviços. • Fazer limpeza em caixas de proteção e registros e pisos de cimento. • Serviços gerais de coleta, descarga e triagem de resíduos sólidos no Município de Pomerode (SC). • Serviços gerais de manutenção das redes adutoras e de distribuição de água e das redes de esgoto, com abertura e fechamento de valas e remoção de pavimentos. • Serviços gerais de limpeza, manutenção e conservação dos bens públicos e do patrimônio do SAMAE. • Serviços gerais de higienização de ambientes, limpeza de sanitários, coleta de lixo; - Serviços de lavagem e manutenção de veículos em geral. • Participar e executar serviços em feriados e pontos facultativos, bem como de plantões e ou sobreaviso, diurno e noturnos.

		<ul style="list-style-type: none"> • Participar de comissões, sempre que designado. • Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.
Auxiliar de Serviços Gerais	Alfabetizado	<ul style="list-style-type: none"> • Efetuar todas as atividades necessárias à limpeza das instalações da Autarquia, compreendendo escritório, estação de tratamento de água, almoxarifados e garagens, área de convivência e demais dependências, seus arredores e pátios. • Polir objetos, peças e placas metálicas. • Preparar e servir café, chá, água, etc. • Remover, transportar e arrumar móveis, máquinas e materiais diversos. • Guardar e organizar objetos, bem como transportar pequenos objetos. • Buscar e entregar correspondências na agência local dos correios e outros órgãos públicos e privados. • Buscar e entregar documentos nas agências bancárias. • Manutenção, limpeza e outros, a fim de zelar pela conservação dos equipamentos, ferramentas e EPIS sob sua responsabilidade. • Utilizar ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços. • Participar de comissões, sempre que designado. • Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.
Auxiliar Técnico	Ensino Médio Completo. CNH categoria AB	<ul style="list-style-type: none"> • Executar serviços destinados a promover a operação e a manutenção dos componentes dos sistemas de água e esgoto. • Inspecionar, coordenar e executar os trabalhos locais. • Executar trabalhos de manutenção de equipamentos. • Auxiliar na execução de trabalhos de desmontagem, reparos e montagens de aparelhos e equipamentos eletromecânicos do sistema de coleta, tratamento, abastecimento e distribuição. • Comunicar a chefia imediata as falhas nos equipamentos ou processos que não tenha condições de resolver. • Fazer a limpeza e a desinfecção de reservatórios de água e dos equipamentos, quando solicitado. • Limpar, lubrificar e guardar ferramentas, equipamentos e materiais de trabalho, de acordo com instruções recebidas.

		<ul style="list-style-type: none"> • Auxiliar na coleta de amostra em todas as etapas do tratamento de água e esgoto. • Realizar pesagem de produtos químicos e preparar soluções químicas necessárias ao processo de tratamento e controle de qualidade da água. • Realizar análises simplificados de controle de qualidade da água. • Coletar amostras de água para exames de laboratório. • Executar e/ou orientar ligações domiciliares, consertos e extensões de redes de água e esgoto. • Fazer leitura e troca de hidrômetros. • Fazer cortes e religações das unidades consumidoras. • Efetuar vistorias e cadastramentos de usuários. • Entregar contas e notificações aos usuários. • Participar e executar serviços em feriados e pontos facultativos, bem como de plantões e ou sobreaviso, diurno e noturnos. • Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.
Encanador	<p>Ensino fundamental Completo.</p> <p>CNH categoria AB</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Efetuar operações nas de diversas áreas, efetuando escavações e aterramento de solo, removendo entulhos, limpeza em geral, carga e descarga de materiais e utensílios, transporte de materiais diversos e equipamentos utilizando-se de força braçal, a fim de agilizar as tarefas em suas áreas de atuação, efetuar serviços de armazenagem de materiais, jardinagem, limpeza, oficinas, e áreas administrativas. • Executar atividades relativas à implantação e manutenção de redes, adutoras e ramais e macromedidores, instalação e substituição de hidrômetros, vistoria hidráulica, bem como outras atividades de natureza operacional similar de mesmo grau de complexidade. • Reparar conjuntos hidráulicos, localizando defeitos e vazamentos, e procedendo ao conserto necessário: soldagem, desentupimento, substituição de peças, etc. • Relacionar e especificar tipos e quantidades de materiais necessários ao serviço e providenciar a retirada do almoxarifado. • Relatar as atividades desenvolvidas e preenchimento de ordens de serviço de acordo com os critérios da

		<p>Autarquia.</p> <ul style="list-style-type: none"> Fazer e reparar poços de visitas, poços de limpeza, caixas de proteção e registros. Participar e executar serviços em feriados e pontos facultativos, bem como de plantões e ou sobreaviso, diurno e noturnos. Utilizar diversas ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços. Processar dados ou informações, utilizando-se de softwares disponíveis, em cumprimento aos procedimentos e rotinas pré estabelecidas e fluxogramas de serviços. Participar de comissões, sempre que designado. Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.
Engenheiro Civil ou Sanitarista	<p>Nível superior na área de atuação, devidamente registrado no órgão competente.</p> <p>Registro no Conselho Regional da categoria.</p> <p>CNH categoria AB.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar projetos e especificações. Supervisionar, planejar, fiscalizar e coordenar a execução de construção, reformas ou ampliação de prédios necessários às atividades do serviço e obras de saneamento básico. Desenvolver estudos para a racionalização de processos de construção. Prestar assistência técnica administrativa aos serviços de água e esgoto. Estabelecer normas para a manutenção preventiva de veículos, máquinas e equipamentos. Emitir Laudos e pareceres. Fornecer dados estatísticos. Elaborar orçamentos e estudos sobre viabilidade econômica e técnica. Efetuar estudos dos projetos dos sistemas de água e esgoto, identificando e propondo necessidades de ampliação, melhorias, reformulações, evolução tecnológica em partes ou em todos os sistemas. Relatar as atividades desenvolvidas, e preenchimento de ordens de serviço de acordo com os critérios da Autarquia. Realizar o acompanhamento e fiscalizar o bom funcionamento do sistema de telemetria e monitoramento das elevatórias, macro medidores e reservatórios, e do sistema de Telemetria no processo de tratamento. Utilizar ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços.

		<ul style="list-style-type: none"> • Atender aos procedimentos do sistema de informações, controle de resultados e gestão da qualidade da Autarquia. • Processar dados ou informações, utilizando-se de softwares disponíveis, em cumprimento aos procedimentos e rotinas pré estabelecidas e fluxogramas de serviços. • Participar de comissões, sempre que designado. • Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.
Escriturário	Ensino Médio Completo	<ul style="list-style-type: none"> • Executar os diversos serviços necessários ao bom funcionamento de todos os setores administrativos da Autarquia, cumprindo os procedimentos e normas, especificamente as do setor onde o servidor estiver lotado, estipuladas pelas legislações que definem as atividades da Autarquia, sendo de sua inteira responsabilidade a aplicação e observação das mesmas, bem como atendimento à legislação, as normas do Tribunal de Contas do Estado, Controle Interno e outros órgãos, prestando contas e/ou informações aos mesmos quando solicitado. • Utilizar ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços. • Fazer controle e guarda de arquivo desativado. • Processar dados ou informações, utilizando-se de softwares disponíveis, em cumprimento aos procedimentos e rotinas pré estabelecidas e fluxogramas de serviços. • Atender aos procedimentos do sistema de informações, controle de resultados e gestão da qualidade da Autarquia. • Participar de comissões, sempre que designado. • Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.
Leiturista	Ensino Médio Completo CNH categoria AB	<ul style="list-style-type: none"> • Ler e registrar o consumo de água verificado nos hidrômetros prediais, observando a rota diária de leitura. • Anotar anormalidades constatadas, tais como: alteração de cadastro, hidrômetros parados ou danificados, e outros fatos considerados relevantes. • Registrar e comunicar a chefia do setor ou à pessoa responsável, quaisquer anormalidades constatadas em campo, nos ramais prediais, bem como em todo o

		<p>sistema de distribuição de água e coleta de esgoto sanitário.</p> <ul style="list-style-type: none"> Servir de agente de comunicação entre a Autarquia e os seus usuários/consumidores, orientando-os corretamente, sempre que por eles solicitado, no que estiver ao seu alcance, encaminhando os mesmos para o escritório da Autarquia, nos casos em que as dúvidas não possam ser sanadas. Entregar contas de serviços, avisos, correspondências, impressos de divulgação e outros de interesse da autarquia, aos respectivos usuários. Comunicar ao setor competente os vazamentos de rede e ligações, faltas d'água e as ligações clandestinas, tão logo sejam constatadas. Relatar as atividades desenvolvidas e preencher ordens de serviço de acordo com os critérios da Autarquia. Utilizar ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços. Processar dados ou informações, utilizando-se de softwares disponíveis, em cumprimento aos procedimentos e rotinas pré estabelecidas e fluxogramas de serviços. Executar trabalhos auxiliares internos e externos junto a todos os setores da Autarquia. Executar serviços relacionados ao setor como: interrupção de fornecimento de água, religação, releitura, substituição de hidrômetros e outras atividades afins. Participar de comissões, sempre que designado. Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.
Motorista	<p>Ensino Fundamental</p> <p>CNH categoria C</p>	<ul style="list-style-type: none"> Dirigir veículos para condução de pessoal da Autarquia aos locais de trabalho externo e transportar máquinas e equipamentos; zelando pela segurança dos mesmos. Verificar e controlar o nível do óleo de Carter, comparar a ficha de óleo com a quilometragem rodada e providenciar o reabastecimento ou troca, conforme o caso, e controlar o nível da água da bateria e radiador. Fazer verificações rotineiras dos freios, faróis, pneus, bateria e radiador, encaminhar os veículos às oficinas ou providenciar os reparos que não exigirem especialização. Observar as aparências internas e externas dos veículos e zelar pela sua conservação.

		<ul style="list-style-type: none"> • Anotar no relatório diário de uso do veículo, a hora da partida, percurso, os passageiros, a hora de retorno a sede e demais ocorrências, exigidas em norma da Autarquia. • Executar pequenos reparos de emergência nos veículos e solicitar a manutenção periódica ao ser atingida a quilometragem estabelecida. • Relatar as atividades desenvolvidas e preenchimento de ordens de serviço de acordo com os critérios da Autarquia. • Utilizar ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços. • Operar equipamentos acoplados nos veículos. • Participar de comissões, sempre que designado. • Participar e executar serviços em feriados e pontos facultativos, bem como de plantões e ou sobreaviso, diurno e noturnos. • Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.
Operador de ETA/ETE	<p>Ensino Médio Completo</p> <p>Técnico em química/ Saneamento com registro na classe</p> <p>CNH categoria AB</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Operar equipamentos e dosadores de ETA/ETES. • Efetuar análises físico-químicas e bacteriológicas. • Controlar a passagem de produtos químicos e preparar soluções químicas. • Verificar o funcionamento de equipamentos de ETAS. • Constatar anormalidades de funcionamento de equipamentos e comunicar à chefia imediata as falhas que não tenha condições de resolver. • Preencher formulários de controle inerentes às estações de tratamento. • Controlar estoques, bem como conferir qualidades e quantidades de produtos químicos entregues pelos fornecedores de ETAS. • Executar serviços de manutenção e conservação de ETAS. • Realizar atendimento telefônico em horário comercial e extraordinário ao comercial de modo a dar apoio aos atendimentos emergenciais e comunicar ao plantonista o ocorrido, desde que não comprometa a qualidade do tratamento de água. • Participar de comissões, sempre que designado. • Participar e executar serviços em feriados e pontos facultativos, bem como de plantões e ou sobreaviso, diurno e noturnos. • Desempenhar outras tarefas que, por suas

		<p>características, se incluam na sua esfera de competência.</p> <ul style="list-style-type: none"> Exercer atividades descritas em função de componentes, conforme segue: <p>Floculadores Mecânicos de eixo vertical ou horizontal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Verificar condições de funcionamento de polias e correias, lubrificar mancais e rolamentos; <p>Decantadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Verificar o desempenho de acordo com afluentes e características físico-químicas da água; <p>Filtros Rápidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Controlar tempo de lavagem, com base em perdas de carga de piezômetros; - Preencher formulário boletim de Operações e Filtros; - Efetuar lavagem de filtros, escovar manualmente paredes e calhas e fazer desinfecção com hipoclorito de sódio; <p>Bombas Dosadoras (Hipoclorito de sódio, Sulfato e Flúor)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Verificar ocorrências de vazamento nas conexões e canalizações; - Regular os potenciômetros para obter dosagem adequada; - Efetuar limpeza dos aparelhos dosadores periodicamente; - Preencher formulários de controle de dosadores de hipoclorito, sulfato e flúor; - Verificar existência de danos nos aparelhos em operação; - Aplicar vaselina em partes mecânicas que mostrem princípios de corrosão; <p>Laboratório:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realizar análise físico-químicas e bacteriológicas; - Preparar soluções em diversos padrões; - Controlar validade de soluções, considerando anormalidades ou percentagens; - Verificar periodicamente calibragem de equipamentos eletrônicos e mecânicos conforme especificações de fabricantes - Preencher relatórios sobre trabalhos de rotina, exames físico-químicos, exames bacteriológicas, controle de horários de consumo de produtos químicos, jartest e volumes aduzidos de água; - Verificar turbidez de água bruta e executar testes de jarros para determinar dosagens ótimas de sulfato de alumínio, quando houver variação de turbidez; - Manter estações de tratamento de água em funcionamento, através de acionamento de conjunto moto-bomba de captação; - Atender necessidades de demanda de redes reservatórias; - Requisitar materiais necessários ao bom funcionamento e andamento dos serviços; - Realizar coleta de amostras com o intuito de controlar o
--	--	---

		<p>processo de tratamento e distribuição de água, seguindo o disposto na legislação vigente;</p> <p>- Realizar pesagem de produtos químicos e preparar soluções químicas necessárias ao processo de tratamento e controle de qualidade da água;</p>
Pedreiro	Alfabetizado CNH AB	<ul style="list-style-type: none"> • Verificar as características das obras, examinando plantas e especificações técnicas. • Efetuar e orientar na escolha do material apropriado e na melhor forma de execução do trabalho. • Efetuar e orientar na composição de mistura, cimento, areia, cal, pedra, dosando as quantidades para obter argamassa desejada. • Assentar tijolos, ladrilhos, alvenarias, lajotas e materiais afins. • Reparar vias públicas com material betuminoso (concreto usinado, asfalto quente/frio). • Construir alicerces, levantar paredes, muros e construções similares. • Rebocar estruturas construídas. • Realizar trabalhos de manutenção corretiva de prédios, ruas, calçadas e estruturas semelhantes. • Armar e desmontar andaimes para execução das obras desejadas. • Operar betoneira. • Fazer e reparar poços de visitas, poços de limpeza, caixas de proteção de registros e pisos de cimento. • Construir, encaixar e montar no local das obras, armações de madeira dos edifícios e obras similares, utilizando processos e ferramentas adequadas para compor alvenarias, armações de telhado e elementos afins. • Instalar e ajustar esquadrias de madeira e outras peças tais como: janelas, portas, escadas, rodapés, divisórias, forro e guarnições. • Construir formas de madeira para concretagem. • Relatar as atividades desenvolvidas, e preenchimento de ordens de serviço de acordo com os critérios da Autarquia. • Utilizar ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços. • Participar de comissões, sempre que designado. • Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.

Químico	<p>Nível superior em Química, devidamente registrado no órgão competente.</p> <p>Registro no Conselho Regional da categoria.</p> <p>CNH categoria AB</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Auxiliar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população, coordenando e executando programas, projetos e políticas sociais e ambientais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com o Conselho Profissional do Químico. • Realizar pesquisas e experiências relativas à purificação da água e do esgoto, desenvolvendo processos novos ou aprimorados, por meio de testes de laboratório, físicos, físico-químicos e outros para determinar normas, métodos e procedimentos para o tratamento de águas impuras e controlar a qualidade do manancial disponível ao tratamento. • Responsabilidade pela qualidade da água fornecida aos usuários. • Realizar experiências diversas, efetuando análises qualitativas e quantitativas para determinar o grau de pureza dos produtos químicos utilizados no tratamento de águas in natura. • Elaboração de normas, especificações e de métodos de ensaios e análise. • Realizar estudos, ensaios e experiências relacionadas à química, melhorando os processos aplicados ou estabelecendo novos processos baseados em resultados experimentais ou de outro tipo, para desenvolver e aplicar em sistemas, quer tecnologicamente, quer sob aspectos econômicos. • Controlar todo o processo de tratamento de água in natura das diversas fases do processo (coagulação, decantação, filtração, cloração, correção de Ph e fluoretação), analisando suas características físico-químicas e bacteriológicas, determinando o grau de contaminação para decidir a forma de tratamento mais adequado a ser aplicado. • Determinar proporções de cloro e de outras substâncias químicas a serem utilizadas em determinadas quantidades de água para eliminar bactérias e outros microorganismos nocivos, impurezas, sólidos suspensos e produtos químicos oriundos de lançamentos industriais e domésticos. • Testar amostras extraídas de tanques, bombas, escoadouros e demais instalações existentes numa estação de tratamento de água, para detectar possíveis focos de contaminação e assegurar que os índices de
---------	--	--

		<p>impureza da água se mantenham abaixo dos limites tolerados; - Emitir e assinar laudos físicos-químicos, bacteriológicos e hidrobiológicos.</p> <ul style="list-style-type: none">• Prestar assessoria técnica-química, no tratamento de água para fins potáveis, com laboratório físico-químico de controle, bem como dimensionar e quantificar material para as unidades de tratamento de água e esgoto.• Atender e investigar denúncias relacionadas à poluição do meio ambiente, verificando a procedência das mesmas, emitindo laudos, pareceres técnicos, acionando fiscais, Vigilância Sanitária e demais órgãos competentes, a fim de assegurar a recuperação e preservação do meio ambiente.• Estudar a estrutura das substâncias, empregando princípios, métodos e técnicas conhecidas, para determinar a composição, propriedades e interações das substâncias e suas reações diante de transformações de temperatura, luz, pressão e outros fatores físicos.• Fazer preparos de soluções químicas utilizadas no laboratório.• Possibilitar o controle de qualidade dos produtos e processos de fabricação que envolvam transformação de materiais, determinando métodos de análise, baseando-se em estudos, ensaios e experiências efetuadas em todos os campos da Química.• Contribuir com a proteção do meio ambiente e a manutenção e melhoria da qualidade de vida da população, inspecionando empresas, veículos, residências, e outros estabelecimentos que possam causar ou estejam causando poluição ambiental.• Elaborar e supervisionar o planejamento e execução de projetos de licenciamento ambiental, avaliando impactos, riscos de contaminações, entre outros.• Promover a melhoria e aperfeiçoamento das equipes profissionais e multiprofissionais, subsidiando decisões e ações bem como, participando efetivamente dos processos de planejamento e avaliação das mesmas.• Articular informações, juntamente com profissionais de outras áreas e instituições, públicas ou privadas, preparando informes, laudos, pareceres e demais documentos, a fim de possibilitar o entendimento global das ações referentes a suas descobertas científicas, estudos de acordo com sua atribuição técnica.
--	--	--

		<ul style="list-style-type: none"> • Prestar informações e orientações à população, visando proporcionar troca de conhecimentos, divulgar fatores de riscos e outros, participando dos grupos e/ou reuniões comunitárias. • Colaborar com a formação e no aprimoramento de outros profissionais de saúde, supervisionando e orientando ações, estágios e participando de programas de treinamento em serviço. • Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, exposições, palestras, seminários, sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando, discutindo, trabalhos técnico-científica, para fins de informação, educação, formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município. • Atender às diversas unidades do município sobre assuntos e exigências técnicas representando, quando designado, a Secretaria Municipal, Fundação ou Autarquia em que está lotado, bem como constituir comissões, diretorias de associações e entidades de classe. • Assumir todas as responsabilidades na Estação de Tratamento. • Elaboração de normas, especificações e de métodos de ensaios e análise. • Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional. • Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.
Servente	Alfabetizado	<ul style="list-style-type: none"> • Executar serviços de limpeza e manutenção de elevatórios de água e esgoto, dependências, mobílias, equipamentos, valas, jardins, reservatórios de água, estradas, passagens de acesso a reservatórios, elevatórias e adutoras. • Efetuar serviços de ajardinamento, capinagem, roçada nas propriedades da autarquia. • Carregar e/ou descarregar materiais, promovendo o transporte e armazenagem. • Comunicar à chefia imediata a falta de material necessário ao bom andamento dos serviços, providenciando sua reposição. • Auxiliar nos levantamentos, nivelamentos e medições. • Manutenção, limpeza e outros, a fim de zelar pela

		<p>conservação dos equipamentos, ferramentas e EPIS sob sua responsabilidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Utilizar ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços. • Participar de comissões, sempre que designado. • Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.
Técnico em Contabilidade	<p>Ensino Médio Completo com curso Técnico</p> <p>Registro no conselho de classe</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Organizar os serviços de contabilidade da Autarquia, mediante a elaboração do plano de contas, o sistema de livros e documentos e o método de escrituração, para possibilitar a produção de informações de caráter gerencial e financeiro para o controle e avaliação de desempenho. • Analisar e classificar, de acordo com o plano de contas, os documentos comprobatórios das operações de caráter financeiro realizadas pela unidade. • Acompanhar a execução orçamentária das diversas unidades da Autarquia, examinando empenhos de despesas sobre as dotações fixadas no orçamento. • Proceder, sob supervisão, à análise contábil-financeira e patrimonial da Autarquia. • Orientar e supervisionar todas as tarefas de escrituração. • Preparar informações sobre a receita diária e acumulada, a despesa orçamentária executada, posições das contas a receber e a pagar, entre outras, para subsidiar análises contábeis, financeiras e econômicas. • Controlar os trabalhos de análise e conciliações de contas, conferindo saldos, localizando e retificando possíveis erros, para assegurar a correção das operações contábeis. • Controlar a movimentação de bens e dos estoques da Autarquia, bem como orientar suas respectivas contabilizações para fins de avaliação dos efeitos sobre o patrimônio da Autarquia. • Emitir empenhos. • Elaborar o balanço geral, bem como outras demonstrações contábeis, financeiras e gerenciais para apresentar resultados totais ou parciais da situação patrimonial, econômica e financeira da Autarquia. • Informar processos, na sua área de atuação, e sugerir métodos e procedimentos que visem a melhor coordenação dos serviços contábeis e a melhoria na qualidade da informação contábil.

		<ul style="list-style-type: none">• Estudar e implantar controles que auxiliem os trabalhos de auditorias interna e externa e perícias judiciais e extrajudiciais.• Supervisionar o arquivamento de documentos contábeis.• Encaminhar relatórios e demonstrações contábeis e financeiras periódicos e de encerramento de exercício à contabilidade central da Prefeitura para fins de preparação de contas oficiais do Município e consolidação das contas municipais.• Orientar e treinar os servidores que o auxiliam na execução de tarefas típicas da classe.• Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.
--	--	---

LEI ORDINÁRIA Nº 2.704, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.704, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE POMERODE - APAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social no exercício financeiro de 2015, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pomerode - APAE, inscrita no CNPJ sob nº 83.788.661/0001-50, com sede à Rua Alberto Spreemann, 200, Pomerode/SC, o valor de até R\$ 180.000,00 (Cento e Oitenta Mil Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à cobertura de despesas com manutenção das atividades da entidade, objetivando, a prestação de ensino de qualidade e bem estar aos alunos.

Art. 2º A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pomerode - APAE, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente, em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2015.

Município de Pomerode, 01 de abril de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

PARECER JURÍDICO Nº 040/2015 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2014 CONCORRÊNCIA – TIPO TÉCNICA E PREÇO Nº 002/2014

PARECER JURÍDICO Nº 040/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2014

CONCORRÊNCIA - TIPO TÉCNICA E PREÇO Nº 002/2014

I - Relatório

Ascendeu a Procuradoria, através do Memorando nº 003/2015, fls., da Comissão Permanente de Licitações, subscrito pelo Presidente da Comissão de Licitações, solicitação de emissão de Parecer Jurídico em razão do Recurso Administrativo apresentado por CLICZOOM PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA EPP, às fls. 657/662, sob protocolo nº 1278 de 16/03/2015.

Nas razões do Recurso, a Licitante manifesta-se alegando excesso de formalizo e pugna pela reconsideração da decisão, fls. 622/626, para retificar a lista de classificação incluindo a recorrente para então dar sequência às demais fases da licitação.

Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso.

Cabe destacar que o Recurso é tempestivos.

A síntese do necessário, ao parecer.

II - PARECER

Inicialmente, destacamos que a recorrente em recurso apresentado às 571, assim se manifesta quanto as previsões contidas no Edital:

“Em que pese o notório saber da douta Subcomissão Técnica, tem-se que o julgamento sob análise merece reforma, haja vista a existência de causa desclassificatória decorrente do descumprimento do previsto no edital, nas propostas técnicas das licitantes ...” (sem grifo no original).

Parece que a recorrente concorda, na ocasião daquele recurso, que as regras contidas no edital devem ser respeitadas.

No entanto, quando o cumprimento das cláusulas do edital voltou-se contra a recorrente, busca, a mesma, refúgio no vergastado “excesso de formalizo” para tentar preterir licitantes que cumpriram com todas as cláusulas editalícias.

Nesse sentido, os ensinamentos de Marçal Justen Filho sobre o tema, vejamos:

“Na licitação, a vinculação à lei é complementada pela vinculação ao ato convocatório. A Administração dispõe de margem de autonomia para configurar o certame. Mas incumbe à Administração determinar todas as condições da disputa antes de seu início e as escolhas realizadas vinculam a autoridade (e aos participantes do certame).” (grifo nosso).

Sobre o tema já se posicionou a Suprema Corte Brasileira, no RMS 23649/DF, vejamos:

“EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO.

1. Se o licitante apresenta sua proposta financeira sem assinatura ou rubrica, resta caracterizada, pela apocrifia, a inexistência do documento. 2. Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prescrita no edital de concorrência. 3. A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade. 4. É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou. 5. Negado provimento ao recurso.” (grifo nosso).

Destarte, consoante expresso no item 9.1.2 “a” e “b”, as licitantes FÓRMULA COMUNICAÇÃO LTDA EPP, EZCUZÊ AGÊNCIA DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA e, PENSO COMUNICAÇÃO LTDA cumpriram com a exigência contida no edital, às fls. 632, 642 e 648, respectivamente, não podendo estas serem preteridas e alterando a ordem classificatória em razão do não cumprimento, pela recorrente, da cláusula do edital.

Portanto, não merece albergue o recurso da Recorrente pelos fundamentos esposados.

III - CONCLUSÃO

Diante de todo arrazoado, orientamos pelo recebimento e não provimento do Recurso apresentado por CLICZOOM PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA EPP, pelos fundamentos apresentados no presente parecer.

Pomerode/SC, 30 de março de 2015.

GILMAR JONAS VOIGTLAENDER

OAB/SC 27823

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 074/2014
CONCORRÊNCIA N.º 002/2014 DECISÃO DA
COMISSÃO DE LICITAÇÕES**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Pomerode/SC, 01 de Abril de 2015.
Processo Administrativo N.º 074/2014
Concorrência N.º 002/2014

DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

O Presidente da Comissão Permanente de Licitações vem por intermédio deste, comunicar a seguinte decisão acerca do RECURSO ADMINISTRATIVO apresentado pela Empresa CLICZOOM PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA EPP sob Protocolo n.º 1278 de 16/03/2015:

A Comissão Permanente de Licitações acata o Parecer Jurídico n.º 040/2015 emitido pela Procuradoria Geral do Município em 30/03/2015, que segue em anexo, INDEFERINDO O RECURSO ADMINISTRATIVO apresentado pela Empresa CLICZOOM PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA EPP, em estrito cumprimento ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, vez que a Empresa Recorrente não apresentou a declaração exigida no item 9.1.2, "a" e "b" do edital.

Desta forma, permanece desclassificada a proposta de preços da Empresa CLICZOOM PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA EPP. Nova data, horário e local para os procedimentos previstos na quarta sessão serão comunicados aos licitantes em momento oportuno.

Sem mais para o momento.

Atenciosamente,

ALCINO SIEWERT	MARCOS ALBERTO REITER
Presidente da Comissão de Licitações	Secretário
WALDEMAR WILHELM	INGELORE KRAFT
Membro	Membro

Ponte Serrada**PREFEITURA****CONTRATOS 2015**

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

EXTRATO DE CONTRATOS 2015

CONTRATO Nº 067/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 039/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: JOSEPHINA DAL PIVA MARINI

CPF: 719.261.519-68

OBJETO: Locação de um imóvel urbano, em alvenaria com área edificada de 150 m² (cento e cinquenta metros quadrados) com registro na matrícula 4.583 no CRI de Ponte Serrada, utilizada como Biblioteca Pública Municipal, localizada no centro, Rua Madre Maria Theodora nº 285.

VALOR: R\$ 9.720,00 (Nove mil e setecentos e vinte reais).

VIGÊNCIA: DE 31 DE MARÇO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Ponte Serrada/SC 01 DE ABRIL DE 2015.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 332/2015

DECRETO Nº 332/2015, DE 13 DE MARÇO DE 2015

"ALTERA CARGO DE SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência e:

CONSIDERANDO o requerimento sob protocolo nº 042 de 29 de janeiro de 2015, apresentado pela funcionária pública Márcia Gomes Fagundes da Silva, ocupante do cargo de Professora Cargo em Extinção (nível médio), onde postula a alteração do cargo para Professora em face da conclusão do ensino superior e o parecer jurídico favorável a alteração;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica alterado o cargo da funcionária pública MÁRCIA GOMES FAGUNDES DA SILVA, matrícula 6236, para PROFESSORA, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 02 de Fevereiro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 333/2015

DECRETO Nº 333/2015, DE 13 DE MARÇO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada e demais legislação de regência e,

CONSIDERANDO o previsto no Inciso IV, do Artigo 44º, da Lei Complementar nº 106/2010 de 14 de setembro de 2010, alterado pela Lei Complementar Nº 157/2014 de 20 de maio de 2014;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica concedido a Servidora Pública Municipal Sra. ELIANE LUIZA CELESTRINO, Matrícula 847, ocupante do cargo de FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, função gratificada de 30% (trinta por cento) pelo desempenho das seguintes atribuições:

- Intensificar as ações de vigilância epidemiológica em especial as medidas de controle e prevenção, incluindo as ações do Programa Nacional de Combate a Dengue e a Febre Amarela;
- Acompanhar sistematicamente a evolução da incidência de casos nas áreas da cidade, confrontando com os índices de infestação vetorial, monitorando a circulação viral, detectando precocemente a introdução de sorotipo na cidade e alertando os superiores hierárquicos quando houver risco de epidemias;
- Organizar discussões conjuntas com as equipes do Programa Estratégia Saúde da Família e as Agentes Comunitárias de Saúde, visando a adoção de medidas capazes de reduzir/impedir a circulação viral;
- Implantar vigilância ativa de casos e do vírus em função da ocorrência de inúmeras infecções oligossintomáticas e dos problemas de subnotificação e sub registro de casos, definindo unidades sentinelas em cada área da cidade e fazendo coleta de material de indivíduos com suspeita de dengue, para isolamento e/ou sorologia.
- Coleta e envio ao Lacen de material suspeito de dengue para diagnóstico e/ou isolamento viral, conforme Guia de Vigilância Epidemiológica da Dengue;
- Envio regular dos dados da dengue à instância estadual, dentro dos prazos estabelecidos pelo gestor estadual;
- Análise e retroalimentação dos dados às unidades notificantes;
- Gestão dos estoques municipais de inseticidas, biolarvicidas para combate ao vetor e meios de diagnóstico da dengue (kit diagnóstico);
- Investigar os locais prováveis de infecção verificando cuidadosamente a possibilidade de ser caso autóctone;
- Notificação de casos de dengue e busca ativa de casos de dengue nas unidades de saúde;
- Investigação epidemiológica de casos notificados, surtos e óbitos por dengue;
- Levantamento de índice de infestação e divulgação de informações e análises epidemiológicas;
- Execução de ações de controle mecânico, químico e biológico do mosquito;
- Coordenação e execução das atividades de educação em saúde e mobilização social de abrangência municipal;
- Estruturação dos núcleos de epidemiologia municipais agregando as ações de vigilância de casos, entomológica, laboratorial e as operações de campo;
- Apresentação bimestral dos resultados do programa ao Conselho Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, produzindo efeitos

retroativos ao dia 1º de Março de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 335/2015

DECRETO Nº 335/2015, DE 16 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. RONIEMI MAGNAGUAGNO, Matrícula 1573, ocupante do cargo de ASSESSORA, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, por um período de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo 10 de abril de 2014 a 09 de abril de 2015, para serem gozadas de 13 de abril de 2015 a 27 de abril de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 336/2015

DECRETO Nº 336/2015, DE 16 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. MARJURI DE OLIVEIRA BUENO DE MELLO, Matrícula 1527, ocupante do cargo de CHEFE DE SETOR, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, por um período de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo 11 de fevereiro de 2014 a 10 de fevereiro de 2015, para serem gozadas de 23 de março de 2015 a 21 de abril de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 337/2015

DECRETO Nº 337/2015, DE 16 DE MARÇO DE 2015
"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Servidor Público Municipal Sr. RODRIGO PECINATO GIRARDI, Matrícula 1558, ocupante do cargo de TESOUREIRO, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, por um período de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo 05 de março de 2014 a 04 de março de 2015, para serem gozadas de 06 de abril de 2015 a 20 de abril de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 339/2015

DECRETO Nº 339/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. MARIA MARTA GABIATTI COSTA, Matrícula 6243, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período dos atestados médicos é de 68 (sessenta e oito) dias, a contar do dia 11 de março de 2015, conforme cópia em anexo, sendo que a data da licença para tratamento poderá ser prorrogada ou reduzida conforme decisão da perícia médica a ser realizada pelo INSS.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 340/2015

DECRETO Nº 340/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. LENIR DE FATIMA DE OLIVEIRA, Matrícula 6197, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 90 (noventa) dias, a contar do dia 26 de fevereiro de 2015, conforme cópia em anexo, sendo que a data da licença para tratamento poderá ser prorrogada ou reduzida conforme decisão da perícia médica a ser realizada pelo INSS.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 341/2015

DECRETO Nº 341/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015
"NOMEIA E EMPOSSA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE."

EDUARDO COPPINI, Prefeito do Município de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas em Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Saúde do Município de Ponte Serrada, os membros a seguir:

Representantes do Governo Municipal:

Titular: Eduardo Coppini

Suplente: Mario da Silva Rodrigues

Um representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Ana Paula Lorenzet

Suplente: Gilberto Frigueto

Um representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Titular: Cintia Naissara Tussi

Suplente: Dilvane Balbinot

Representantes dos Prestadores de Serviços:

Titular: Melania Coppini

Suplente: Juliana Foresti

Um representante do Hospital:

Titular: Juliano Baggio

Suplente: Lucas Fernando Alves

Um representante dos Laboratórios:

Titular: Valdete Zotti Favero

Suplente: Lucas Favero

Representantes dos Profissionais de Saúde:
Titular: Marilene Fatima Ribak Dalla Vecchia
Suplente: Adriana Teixeira Pain

Um representante de Odontologia:
Titular: Manuela Degregori
Suplente: Ieda Cadore Moras

Um representante dos Médicos:
Titular: Margarete Saraiva Peres
Suplente: Luiz Saraiva Peres

Um representante da Enfermagem:
Titular: Gabriela Pavelski
Suplente: Edna Gugel

Representantes dos Usuários dos Serviços:
Titular: Thiago Degregori
Suplente: Daniela Bavaresco

Um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:
Titular: Franscisco Cortellini
Suplente: Oscar Joao Salvador

Um representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE):
Titular: Jane S. de Oliveira
Suplente: Rosmeri A. Vicensi

Um representante das Associações de Pais e Professores (APPs):
Titular: Adriana Beatriz Faggion
Suplente: Marli Bonatto

Um representante da Pastoral da Criança:
Titular: Helena C. Forquezato
Suplente: Maria de Fátima Ossani

Um representante do Sindicato dos Produtores Rurais:
Titular: Ademar Andognini
Suplente: José Foresti

Um representante do Grupo de Idosos:
Titular: Onileda Petrikoski
Suplente: José David Marsango

Art. 2º - O trabalho dos membros nomeados e empossados, considerado de natureza relevante, notório, comunitário e social, dar-se-á em regime gratuito, sem ônus para os cofres públicos municipais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 381/2014 de 14 de abril de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MARÇO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 342/2015

DECRETO Nº 342/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. VANESSA MARIA OLTRAMARI, Matrícula 1559, ocupante do cargo de FISIOTERAPEUTA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo 06 de março de 2014 a 05 de março de 2015, para serem gozadas de 20 de março de 2015 a 27 de março de 2015 e 10 de abril de 2015 a 16 de abril de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MARÇO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 343/2015

DECRETO Nº 343/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. SUELLEM NAYARA DE GREGORI, Matrícula 5727, ocupante do cargo de FARMACEUTICA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2013 a 31 de outubro de 2014, para serem gozadas de 23 de março de 2015 a 06 de abril de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MARÇO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 344/2015

DECRETO Nº 344/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015

"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. LIANE KARINA BRUXEL, portadora do RG n. 4.454.015 e do CPF n. 038.027.239-37, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 30:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 16 de março de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 345/2015

DECRETO Nº 345/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015

"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. ADRIANE GONÇALVES, portadora do RG n. 6.179.515 e do CPF n. 085.505.159-06, para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 06 de março de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 346/2015

DECRETO Nº 346/2015, 23 DE MARÇO DE 2015

"EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL CONFORME ESPECIFICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. MARILENE ULIANA FOGAÇA, matrícula 6314, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 01 de março de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 347/2015

DECRETO Nº 347/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015

"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. EDINA SALETE TESTA, portadora do RG n. 2.879.418 e do CPF n. 025.020.199-23, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 02 de março de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 348/2015

DECRETO Nº 348/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015

"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. RAQUEL DE MOURA, portadora do RG n. 5.248.136 e do CPF n. 080.181.199-61, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 04 de março de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 349/2015

DECRETO Nº 349/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015

"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. NELSA FUNINI, portadora do RG n. 2.072.931 e do CPF n. 625.627.119-04, para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 06 de março de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 350/2015

DECRETO Nº 350/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015

"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. ELIZETE PIMENTEL SIQUEIRA ALBRECHT, portadora do RG n. 5.791.971 e do CPF n. 073.230.589-61, para exercer o cargo de PROFESSOR CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 25 de fevereiro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 351/2015

DECRETO Nº 351/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015

"ALTERA CARGA HORÁRIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECÍFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)".

DECRETA:

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. ARLETE TEREZINHA DOS SANTOS CORREA, matrícula

6241, PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder até o final do ano letivo por mais 10:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 03 de fevereiro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 352/2015

DECRETO Nº 352/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. SIMONE ALLEBRANDT, matrícula 6260 ocupante do cargo em comissão de ASSESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01 de março de 2014 a 28 de fevereiro de 2015, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2015 a 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

EXTRATO 029/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 029/2015

PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2015

O Município de

Ponte Serrada, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Registro de preço válido por 12 meses para possível aquisição de gêneros alimentícios para utilização da Secretaria de Assistência Social.

Recebimento de Envelopes: até as 07:50MIN do dia 16/04/2015.

Abertura: às 08h00min horas do dia 16/04/2014.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 01 de abril de 2014.

EDUARDO COPPINI

RREO

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015	
		Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	TOTAL (U.L.T. 12 MES.)	R\$ 1,00
RECEITAS CORRENTES (I)	RECEITA TRIBUTÁRIA	2.010.751,82	2.652.291,69	2.353.800,02	2.220.896,06	2.130.837,02	2.170.140,46	2.175.100,18	2.134.178,12	2.354.576,44	3.145.542,15	2.380.338,88	2.141.325,74	27.919.778,38	30.106.770,00
	I.P.T.U.	122.127,90	458.581,24	230.834,05	129.946,00	112.685,73	85.512,79	134.192,87	110.011,93	92.191,40	537.953,95	93.001,48	59.485,67	2.166.542,01	1.875.625,00
	I.P.T.U.L	17.895,94	240.303,65	34.947,90	9.524,34	11.589,78	9.955,03	8.037,85	2.200,16	1.259,63	4.575,69	0,00	32,77	340.322,74	278.250,00
	I.R.R.F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	396.089,07	0,00	0,00	396.089,07	756.000,00
	I.S.S.	78.827,93	94.287,82	79.729,70	82.653,25	70.398,29	50.414,35	106.220,81	87.773,30	77.014,09	116.988,37	76.335,92	49.685,58	970.290,21	786.000,00
	I.T.B.I.	7.053,03	24.027,47	22.209,43	14.181,45	10.363,39	10.109,96	4.290,13	4.591,93	4.265,54	8.188,11	10.784,33	2.982,72	123.015,49	90.300,00
	Outras Receitas Tributárias	18.351,00	99.962,50	93.947,02	23.588,96	20.364,27	15.033,45	15.694,08	15.476,54	9.832,14	12.120,71	5.881,23	6.783,60	336.825,50	633.675,00
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	20.786,17	20.304,49	19.907,45	20.932,20	20.753,27	21.907,57	20.921,58	24.921,58	25.099,41	52.313,21	25.890,69	0,00	272.994,10	273.000,00
	RECEITA PATRIMONIAL	21.056,61	62.857,03	63.449,56	26.930,74	-36.521,09	30.120,30	27.639,82	27.944,68	23.893,68	22.330,63	17.891,46	303.595,20	76.650,00	76.650,00
	RECEITA AGROPECUÁRIA	2.114,62	8.350,00	3.581,53	8.150,41	9.123,05	9.283,20	12.869,94	3.165,68	11.737,50	12.083,20	2.805,00	4.968,50	88.263,64	94.500,00
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA DE SERVIÇOS	3.013,27	5.807,44	1.705,67	3.153,01	2.565,27	2.914,87	4.965,08	1.026,77	12.693,23	4.788,22	2.886,34	1.270,40	46.529,57	144.900,00
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	TRANSFÊRENCIAS CORRENTES	1.711.003,11	2.074.760,92	2.036.732,95	2.008.697,33	2.000.952,95	1.989.002,36	1.947.751,75	1.944.559,72	2.179.815,72	2.466.996,47	2.220.720,48	2.004.842,02	24.605.816,50	26.053.900,00
	Cota-Parte do F.P.M.	502.391,05	573.394,80	764.119,07	573.039,99	492.168,85	597.001,41	524.110,57	485.338,47	655.843,81	1.054.541,43	798.114,21	815.740,81	7.947.504,47	8.900.000,00
	Cota-Parte do I.C.M.S.	508.555,30	465.846,43	504.024,12	511.344,77	475.184,99	488.321,25	534.536,68	551.108,02	608.000,87	587.884,64	575.781,91	512.660,05	6.363.458,03	7.400.000,00
	Cota-Parte do I.P.V.A.	62.723,74	75.729,66	92.575,98	88.627,94	82.095,76	81.916,55	92.487,90	63.698,34	52.309,43	46.425,34	39.977,98	54.788,38	812.847,00	850.000,00
	Cota-Parte do ITR	6.010,41	11.733,38	11.458,35	11.529,94	13.075,50	11.836,97	15.619,94	124.934,42	23.339,87	14.184,19	12.227,86	12.268,13	268.246,96	25.200,00
	Outras Transferências Correntes	247.012,14	519.099,02	247.331,30	440.670,95	593.863,17	396.614,78	373.271,12	263.383,92	394.387,03	342.242,89	343.652,56	197.025,25	4.350.543,14	3.741.050,00
	Transferências da LC 61/1989	6.868,67	7.598,15	8.251,19	7.869,81	8.073,45	8.321,95	7.881,38	8.386,74	9.630,49	9.502,49	12.002,48	7.140,79	101.554,59	86.250,00
	Transferências da LC 87/1996	0,00	2.226,01	2.226,01	2.226,01	2.226,01	2.226,01	2.226,01	2.226,01	2.226,01	2.226,01	0,00	0,00	20.034,09	29.400,00
	Transferências do FUNDEB	377.241,80	388.156,47	406.746,93	383.368,91	364.275,22	389.663,44	397.658,15	415.474,52	433.788,21	430.959,48	437.983,48	405.193,61	4.841.626,22	5.019.000,00
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	130.650,14	31.630,57	27.588,81	23.403,37	23.307,83	31.389,37	26.883,66	22.557,04	19.262,50	29.101,47	17.435,91	52.866,69	436.077,36	1.587.995,00
	DEDUÇÕES (II)	217.233,65	233.303,07	276.530,76	234.925,31	214.594,69	240.002,41	235.364,56	246.138,18	270.333,91	275.641,23	288.054,24	280.523,25	3.015.711,26	3.458.770,00
	Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	217.233,65	233.303,07	276.530,76	234.925,31	214.594,69	240.002,41	235.364,56	246.138,18	270.333,91	275.641,23	288.054,24	280.523,25	3.015.711,26	3.458.770,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		1.793.425,17	2.428.988,62	2.107.269,26	1.985.980,75	1.916.262,33	1.930.138,05	1.939.735,62	1.885.039,94	2.084.242,53	2.869.900,92	2.092.284,44	1.860.802,49	24.904.067,12	26.648.000,00
FONTE: Ponte Serrada, 31/03/2015															

OSMIR RODRIGUES MACHADO
TEC. CONT. CRC/SC 15249046

VANDERLEI ZANATTA
CONTROLADOR INTERNO

RREO

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES	33.290.000,00	33.290.000,00	4.659.886,93	14,00	4.659.886,93	14,00	28.630.113,07
RECEITA TRIBUTÁRIA	26.648.000,00	26.648.000,00	3.953.086,93	14,83	3.953.086,93	14,83	22.694.913,07
IMPOSTOS	1.875.825,00	1.875.825,00	152.487,15	8,13	152.487,15	8,13	1.723.337,85
TAXAS	1.242.150,00	1.242.150,00	139.822,32	11,26	139.822,32	11,26	1.102.327,68
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	507.675,00	507.675,00	12.664,83	2,49	12.664,83	2,49	495.010,17
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	126.000,00	126.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	126.000,00
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	273.000,00	273.000,00	25.880,69	9,48	25.880,69	9,48	247.119,31
RECEITA PATRIMONIAL	273.000,00	273.000,00	25.880,69	9,48	25.880,69	9,48	247.119,31
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	76.650,00	76.650,00	35.690,24	46,56	35.690,24	46,56	40.959,76
RECEITA AGROPECUÁRIA	76.650,00	76.650,00	35.690,24	46,56	35.690,24	46,56	40.959,76
Outras Receitas Agropecuárias	94.500,00	94.500,00	7.774,50	8,23	7.774,50	8,23	86.725,50
RECEITA DE SERVIÇOS	144.900,00	144.900,00	3.956,74	2,73	3.956,74	2,73	140.943,26
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.595.130,00	22.595.130,00	3.656.995,01	16,18	3.656.995,01	16,18	18.938.134,99
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	22.332.530,00	22.332.530,00	3.649.630,57	16,34	3.649.630,57	16,34	18.682.899,43
Transf. de Conv.	262.600,00	262.600,00	7.364,44	2,80	7.364,44	2,80	255.235,56
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.587.995,00	1.587.995,00	70.302,60	4,43	70.302,60	4,43	1.517.692,40
Multas e Juros de Mora	102.900,00	102.900,00	15.190,19	14,76	15.190,19	14,76	87.709,81
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	530.342,50	530.342,50	0,00	0,00	0,00	0,00	530.342,50
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	123.900,00	123.900,00	16.735,07	13,51	16.735,07	13,51	107.164,93
RECEITAS DIVERSAS	830.852,50	830.852,50	38.377,34	4,62	38.377,34	4,62	792.475,16
RECEITAS DE CAPITAL	6.642.000,00	6.642.000,00	706.800,00	10,64	706.800,00	10,64	5.935.200,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.642.000,00	6.642.000,00	706.800,00	10,64	706.800,00	10,64	5.935.200,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	6.642.000,00	6.642.000,00	706.800,00	10,64	706.800,00	10,64	5.935.200,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	33.290.000,00	33.290.000,00	4.659.886,93	14,00	4.659.886,93	14,00	28.630.113,07
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	33.290.000,00	33.290.000,00	4.659.886,93	14,00	4.659.886,93	14,00
DEFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	33.290.000,00	33.290.000,00	4.659.886,93	14,00	4.659.886,93	14,00
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	156.375,53	—	—	0,00	—
Superávit Financeiro	—	156.375,53	—	—	0,00	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (h) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (i)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	33.290.000,00	33.446.375,53	5.838.940,61	5.838.940,61	27.607.434,92	3.715.889,85	3.715.889,85	29.730.485,68	2.155.723,22
DESPESAS CORRENTES	24.626.474,17	24.782.849,70	5.765.931,17	5.765.931,17	21.111.164,88	3.671.684,82	3.671.684,82	21.111.164,88	2.129.070,85
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.615.674,17	14.615.674,17	2.431.493,39	2.431.493,39	12.184.180,78	2.431.493,39	2.431.493,39	12.184.180,78	1.437.964,97
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.000,00	10.000,00	5.059,52	5.059,52	4.940,48	820,91	820,91	9.179,09	419,13
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.000.800,00	10.157.175,53	3.329.378,26	3.329.378,26	6.827.797,27	1.239.370,52	1.239.370,52	8.917.805,01	690.686,75
DESPESAS DE CAPITAL	8.663.525,83	8.663.525,83	73.009,44	73.009,44	8.619.320,80	44.205,03	44.205,03	8.619.320,80	26.652,37
INVESTIMENTOS	8.132.955,00	8.132.955,00	39.129,00	39.129,00	8.093.826,00	39.129,00	39.129,00	8.093.826,00	23.829,00
INVERSOES FINANCEIRAS	480.570,83	480.570,83	0,00	0,00	480.570,83	0,00	0,00	480.570,83	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	50.000,00	50.000,00	33.880,44	33.880,44	16.119,56	5.076,03	5.076,03	44.923,97	2.823,37
RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	33.290.000,00	33.446.375,53	5.838.940,61	5.838.940,61	27.607.434,92	3.715.889,85	3.715.889,85	33.446.375,53	2.155.723,22
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	33.290.000,00	33.446.375,53	5.838.940,61	5.838.940,61	27.607.434,92	3.715.889,85	3.715.889,85	33.446.375,53	2.155.723,22
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	943.997,08	—	4.659.886,93
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	33.290.000,00	33.446.375,53	5.838.940,61	5.838.940,61	—	3.715.889,85	4.659.886,93	—	6.815.610,15

FONTE:

Ponte Serrada, 31/03/2015

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

OSMIR RODRIGUES MACHADO
TEC. CONT. CRO/SC 15.249/O-6

VANDERLEI ZANATTA
CONTROLADOR INTERNO

RREO

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				(b/Total b)			(d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	33.290.000,00	33.446.375,53	5.838.940,61	100,00	27.607.434,92	3.715.889,85	3.715.889,85	29.730.485,68
Legislativa	1.198.070,83	1.198.070,83	129.640,35	2,22	1.068.430,48	129.640,35	129.640,35	1.068.430,48
Ação Legislativa	1.198.070,83	1.198.070,83	129.640,35	2,22	1.068.430,48	129.640,35	129.640,35	1.068.430,48
Administração	2.611.961,67	2.611.961,67	856.090,95	14,66	1.755.870,72	445.862,41	445.862,41	2.166.099,26
Administração Geral	2.611.961,67	2.611.961,67	856.090,95	14,66	1.755.870,72	445.862,41	445.862,41	2.166.099,26
Segurança Pública	84.000,00	84.000,00	5.404,82	0,09	78.595,18	5.404,82	5.404,82	78.595,18
Policamento	84.000,00	84.000,00	5.404,82	0,09	78.595,18	5.404,82	5.404,82	78.595,18
Assistência Social	1.792.300,00	1.792.300,00	365.745,97	6,26	1.426.554,03	260.811,63	260.811,63	1.531.488,37
Assistência à Criança e ao Adolescente	146.700,00	146.700,00	27.133,10	0,46	119.566,90	27.133,10	27.133,10	119.566,90
Assistência Comunitária	1.645.600,00	1.645.600,00	338.612,87	5,80	1.306.987,13	233.678,53	233.678,53	1.411.921,47
Saúde	8.314.175,00	8.470.590,53	1.064.110,14	18,22	7.406.440,39	899.480,60	899.480,60	7.571.069,93
Atenção Básica	5.738.725,00	5.895.100,53	959.860,81	16,44	4.935.239,72	795.231,27	795.231,27	5.099.869,26
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.536.600,00	2.536.600,00	104.249,33	1,79	2.432.350,67	104.249,33	104.249,33	2.432.350,67
Vigilância Epidemiológica	38.850,00	38.850,00	0,00	0,00	38.850,00	0,00	0,00	38.850,00
Educação	10.946.892,50	10.946.892,50	1.300.219,39	22,27	9.646.673,11	1.129.721,69	1.129.721,69	9.817.170,81
E Ensino Fundamental	8.862.292,50	8.862.292,50	1.256.502,42	21,52	7.605.790,08	1.110.451,89	1.110.451,89	7.751.840,61
E Ensino Médio	16.800,00	16.800,00	0,00	0,00	16.800,00	0,00	0,00	16.800,00
E Ensino Superior	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
Educação Infantil	1.957.300,00	1.957.300,00	43.716,97	0,75	1.913.583,03	19.269,80	19.269,80	1.938.030,20
Educação Especial	10.500,00	10.500,00	0,00	0,00	10.500,00	0,00	0,00	10.500,00
Cultura	215.000,00	215.000,00	15.700,00	0,27	199.300,00	11.200,90	11.200,90	203.799,10
Difusão Cultural	215.000,00	215.000,00	15.700,00	0,27	199.300,00	11.200,90	11.200,90	203.799,10
Urbanismo	2.066.000,00	2.066.000,00	34.715,80	0,59	2.031.284,20	34.163,12	34.163,12	2.031.836,88
Infra-Estrutura Urbana	2.066.000,00	2.066.000,00	34.715,80	0,59	2.031.284,20	34.163,12	34.163,12	2.031.836,88
Habituação	311.000,00	311.000,00	0,00	0,00	311.000,00	0,00	0,00	311.000,00
Habituação Urbana	311.000,00	311.000,00	0,00	0,00	311.000,00	0,00	0,00	311.000,00
Saneamento	430.000,00	430.000,00	380.000,00	6,51	50.000,00	53.146,28	53.146,28	376.853,72
Serviços Urbanos	380.000,00	380.000,00	380.000,00	6,51	0,00	53.146,28	53.146,28	326.853,72
Saneamento Básico Urbano	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Agricultura	1.220.000,00	1.220.000,00	316.211,86	5,42	903.788,14	141.374,85	141.374,85	1.078.625,15
Extensão Rural	1.220.000,00	1.220.000,00	316.211,86	5,42	903.788,14	141.374,85	141.374,85	1.078.625,15
Indústria	74.500,00	74.500,00	0,00	0,00	74.500,00	0,00	0,00	74.500,00
Promoção Industrial	74.500,00	74.500,00	0,00	0,00	74.500,00	0,00	0,00	74.500,00
Energia	328.000,00	328.000,00	273.000,00	4,68	55.000,00	20.130,37	20.130,37	307.869,63
Energia Elétrica	328.000,00	328.000,00	273.000,00	4,68	55.000,00	20.130,37	20.130,37	307.869,63

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Ponte Serrada - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	33.290.000,00	33.446.375,53	5.838.940,61	5.838.940,61	27.607.434,92	3.715.889,85	3.715.889,85	29.730.485,68
Transporte	2.172.000,00	2.172.000,00	604.931,15	604.931,15	1.567.068,85	342.549,73	342.549,73	1.829.450,27
Transporte Rodoviário	2.172.000,00	2.172.000,00	604.931,15	604.931,15	1.567.068,85	342.549,73	342.549,73	1.829.450,27
Desporto e Lazer	296.100,00	296.100,00	64.919,36	64.919,36	231.180,64	23.001,81	23.001,81	273.098,19
Desporto Comunitário	296.100,00	296.100,00	64.919,36	64.919,36	231.180,64	23.001,81	23.001,81	273.098,19
Encargos Especiais	1.230.000,00	1.230.000,00	428.250,82	428.250,82	801.749,18	219.401,29	219.401,29	1.010.598,71
Outros Encargos Especiais	1.230.000,00	1.230.000,00	428.250,82	428.250,82	801.749,18	219.401,29	219.401,29	1.010.598,71
TOTAL (III) = (I + II)	33.290.000,00	33.446.375,53	5.838.940,61	5.838.940,61	27.607.434,92	3.715.889,85	3.715.889,85	29.730.485,68

FONTE:

Ponte Serrada, 31/03/2015

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

OSMIR RODRIGUES MACHADO

TEC. CONT. CRC/SC 15.249/O-6

VANDERLEI ZANATTA

CONTROLADOR INTERNO

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO

Município de Ponte Serrada - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	33.290.000,00
Previsão Atualizada		—	33.290.000,00
Receitas Realizadas		4.659.886,93	4.659.886,93
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	0,00
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	33.290.000,00
Créditos Adicionais		—	156.375,53
Dotação Atualizada		—	33.446.375,53
Despesas Empenhadas		5.838.940,61	5.838.940,61
Despesas Liquidadas		3.715.889,85	3.715.889,85
Superavit Orçamentário		—	943.997,08
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		5.838.940,61	5.838.940,61
Despesas Liquidadas		3.715.889,85	3.715.889,85
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			24.904.067,12
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		0,00	-2.577.148,50
Resultado Primário		0,00	914.203,78
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	812.739,31	25%	27,09
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	782.105,95	60%	92,76
Liquidadas	782.105,95		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		44.205,03	8.619.320,80
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			2048
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00

Continua 1/2

Município de Ponte Serrada - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	544.600,31	15,00	18,15
Liquidadas	544.600,31		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Ponte Serrada, 31/03/2015

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

OSMIR RODRIGUES MACHADO
TEC. CONT. CRC/SC 15.249/O-6

VANDERLEI ZANATTA
CONTROLADOR INTERNO

RREO

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.463.697,61	2.463.697,61	3.480.679,48
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.463.697,61	2.463.697,61	5.040.846,11
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	1.560.166,63
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.463.697,61	-2.463.697,61	-3.480.679,48
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.463.697,61	-2.463.697,61	-3.480.679,48

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2015 (C - A)
VALOR	-1.016.981,87	-1.016.981,87

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Ponte Serrada, 31/03/2015

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

OSMIR RODRIGUES MACHADO
TEC. CONT. CRC/SC 15.249/O-6

VANDERLEI ZANATTA
CONTROLADOR INTERNO

RREO

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.314.600,00	1.314.600,00	158.345,34	12,05
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	278.250,00	278.250,00	32,77	0,01
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	90.300,00	90.300,00	13.767,05	15,25
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	798.000,00	798.000,00	126.022,50	15,79
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	75.600,00	75.600,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	5.250,00	5.250,00	3.548,35	67,59
Dívida Ativa dos Impostos	50.400,00	50.400,00	9.717,54	19,28
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	16.800,00	16.800,00	5.257,13	31,29
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	17.293.850,00	17.293.850,00	2.841.701,60	16,43
Cota-Parte FPM	8.900.000,00	8.900.000,00	1.614.855,02	18,14
Cota-Parte ITR	25.200,00	25.200,00	24.525,99	97,33
Cota-Parte IPVA	850.000,00	850.000,00	94.746,36	11,15
Cota-Parte ICMS	7.400.000,00	7.400.000,00	1.088.430,96	14,71
Cota-Parte IPI-Exportação	89.250,00	89.250,00	19.143,27	21,45
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	29.400,00	29.400,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	29.400,00	29.400,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	18.608.450,00	18.608.450,00	3.000.046,94	16,12

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	6.145.195,00	6.301.570,53	1.064.110,14	16,89	899.480,60	14,27
Pessoal e Encargos Sociais	3.315.270,00	3.315.270,00	548.756,98	16,55	548.756,98	16,55
Outras Despesas Correntes	2.829.925,00	2.986.300,53	515.353,16	17,26	350.723,62	11,74
DESPESAS DE CAPITAL	2.142.955,00	2.142.955,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	2.142.955,00	2.142.955,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de Ponte Serrada - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	(f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	2.142.955,00	2.142.955,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	2.142.955,00	2.142.955,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	8.288.150,00	8.444.525,53	1.064.110,14	12,60	899.480,60	10,65
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	(h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	3.691.150,00	3.773.574,22	380.880,29	35,79	354.880,29	39,45
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.229.150,00	2.311.574,22	380.880,29	35,79	354.880,29	39,45
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	1.462.000,00	1.462.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	3.691.150,00	3.773.574,22	380.880,29	35,79	354.880,29	39,45
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	4.597.000,00	4.670.951,31	683.229,85	64,21	544.600,31	60,55
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5	18,15					
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII(i) - (15 x IIIb)/100] 6	94.593,27					

Continua 2/4

Município de Ponte Serrada - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	0,00	0,00		0,00	
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
		LIMITE NÃO CUMPRIDO			
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	-	-		-	
DESPESAS COM SAUDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m) (m/Total m)*100
	5.738.725,00	5.895.100,53	959.860,81	90,20	795.231,27
	2.536.600,00	2.536.600,00	104.249,33	9,80	104.249,33
	27.825,00	27.825,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Vigilância Epidemiológica	8.303.150,00	8.459.525,53	1.064.110,14		889.480,60
TOTAL			100,00		100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

Ponte Serrada, 31/03/2015

EDUARDO COPPINI PREFEITO MUNICIPAL	OSMIR RODRIGUES MACHADO TEC. CONT. CRC/SC 15.249/O-6	VANDERLEI ZANATTA CONTROLADOR INTERNO
---------------------------------------	---	--

RREO

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	26.571.350,00	3.917.396,69	3.968.541,70
Receita Tributária	1.875.825,00	152.487,15	246.974,01
I.P.T.U.	278.250,00	32,77	0,00
I.S.S.	798.000,00	126.022,50	210.425,30
I.T.B.I.	90.300,00	13.767,05	5.526,16
I.R.R.F.	75.600,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	633.675,00	12.664,83	31.022,55
Receita de Contribuição	273.000,00	25.880,69	40.648,14
Recositas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	273.000,00	25.880,69	40.648,14
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	76.650,00	35.690,24	39.665,04
(-) Aplicações Financeiras	76.650,00	35.690,24	39.665,04
Transferências Correntes	22.595.130,00	3.656.995,01	3.632.253,62
F.P.M.	7.120.000,00	1.291.884,07	1.312.026,04
I.C.M.S.	5.920.000,00	870.744,94	822.422,66
Convênios	262.600,00	7.364,44	40.039,74
Outras Transferências Correntes	9.292.530,00	1.487.001,56	1.457.765,18
Demais Receitas Correntes	1.827.395,00	82.033,84	48.665,93
Dívida Ativa	123.900,00	16.735,07	18.385,13
Diversas Receitas Correntes	1.703.495,00	65.298,77	30.280,80
RECEITAS DE CAPITAL (II)	6.642.000,00	706.800,00	22.001,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	6.642.000,00	706.800,00	22.001,00
Convênios	6.642.000,00	706.800,00	22.001,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	6.642.000,00	706.800,00	22.001,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	33.213.350,00	4.624.196,69	3.990.542,70

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	24.782.849,70	5.765.931,17	4.566.457,32	3.671.684,82	3.189.458,41
Pessoal e Encargos Sociais	14.615.674,17	2.431.493,39	2.052.237,17	2.431.493,39	2.052.237,17
Juros e Encargos da Dívida (IX)	10.000,00	5.059,52	5.612,40	820,91	921,96
Outras Despesas Correntes	10.157.175,53	3.329.378,26	2.508.607,75	1.239.370,52	1.136.299,28
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	24.772.849,70	5.760.871,65	4.560.844,92	3.670.863,91	3.188.536,45
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	8.663.525,83	73.009,44	176.951,41	44.205,03	125.344,78
Investimentos	8.132.955,00	39.129,00	143.801,05	39.129,00	119.925,25
Inversões Financeiras	480.570,83	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	480.570,83	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	50.000,00	33.880,44	33.150,36	5.076,03	5.419,53
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	8.613.525,83	39.129,00	143.801,05	39.129,00	119.925,25
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	33.386.375,53	5.800.000,65	4.704.645,97	3.709.992,91	3.308.461,70

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-173.025,53	-1.175.803,96	-714.103,27	914.203,78	682.081,00
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

Ponte Serrada, 31/03/2015

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

OSMIR RODRIGUES MACHADO
TEC. CONT. CRC/SC 15.249/O-6

RREO

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.314.600,00	1.314.600,00	158.345,34	158.345,34	12,05
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	320.250,00	320.250,00	8.696,31	8.696,31	2,72
1.1.1- IPTU	278.250,00	278.250,00	32,77	32,77	0,01
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.100,00	2.100,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	31.500,00	31.500,00	5.328,98	5.328,98	16,92
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	8.400,00	8.400,00	3.334,56	3.334,56	39,70
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	90.300,00	90.300,00	13.767,05	13.767,05	15,25
1.2.1- ITBI	90.300,00	90.300,00	13.767,05	13.767,05	15,25
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	828.450,00	828.450,00	135.881,98	135.881,98	16,40
1.3.1- ISS	798.000,00	798.000,00	126.022,50	126.022,50	15,79
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	3.150,00	3.150,00	3.548,35	3.548,35	112,65
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	18.900,00	18.900,00	4.388,56	4.388,56	23,22
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	8.400,00	8.400,00	1.922,57	1.922,57	22,89
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	75.600,00	75.600,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1- IRRF	75.600,00	75.600,00	0,00	0,00	0,00
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	17.293.850,00	17.293.850,00	2.841.701,60	2.841.701,60	16,43
2.1- Cota-Parte FPM	8.900.000,00	8.900.000,00	1.614.855,02	1.614.855,02	18,14
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.900.000,00	8.900.000,00	1.614.855,02	1.614.855,02	18,14
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.400.000,00	7.400.000,00	1.088.430,96	1.088.430,96	14,71
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº 67/1996	29.400,00	29.400,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	89.250,00	89.250,00	19.143,27	19.143,27	21,45
2.5- Cota-Parte ITR	25.200,00	25.200,00	24.525,99	24.525,99	97,33
2.6- Cota-Parte IPVA	850.000,00	850.000,00	94.746,36	94.746,36	11,15
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	18.608.450,00	18.608.450,00	3.000.046,94	3.000.046,94	16,12
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	744.350,00	744.350,00	108.193,04	108.193,04	14,67
5.1- Transferências do Salário-Educação	483.000,00	483.000,00	108.152,47	108.152,47	22,39
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	191.000,00	191.000,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	70.350,00	70.350,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	1.040,57	1.040,57	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	222.600,00	222.600,00	412,13	412,13	0,19
6.1- Transferências de Convênios	222.600,00	222.600,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	412,13	412,13	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	84.950,00	84.950,00	9.173,44	9.173,44	10,80
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.051.900,00	1.051.900,00	118.778,61	118.778,61	11,29
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.458.770,00	3.458.770,00	568.577,49	568.577,49	16,44
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.780.000,00	1.780.000,00	322.970,95	322.970,95	18,14
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.480.000,00	1.480.000,00	217.686,02	217.686,02	14,71
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	5.880,00	5.880,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	17.850,00	17.850,00	4.084,89	4.084,89	22,88
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	5.040,00	5.040,00	4.905,19	4.905,19	97,33
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	170.000,00	170.000,00	18.930,44	18.930,44	11,14
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.025.300,00	5.025.300,00	843.193,09	843.193,09	16,78
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.019.000,00	5.019.000,00	843.193,09	843.193,09	16,80
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	6.300,00	6.300,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	1.560.230,00	1.560.230,00	274.615,60	274.615,60	17,60
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.015.180,00	3.015.180,00	782.105,95	782.105,95	25,94
13.1- Com Educação Infantil	815.180,00	815.180,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	2.200.000,00	2.200.000,00	782.105,95	782.105,95	35,55
14- OUTRAS DESPESAS	2.010.120,00	2.010.120,00	131.599,43	131.599,43	6,55
14.1- Com Educação Infantil	810.120,00	810.120,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	1.200.000,00	1.200.000,00	131.599,43	131.599,43	10,97
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.025.300,00	5.025.300,00	913.705,38	913.705,38	18,18
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1- FUNDEB 60%					—
16.2- FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1- FUNDEB 60%					0,00
17.2- FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					913.705,38
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					92,76
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					15,81
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					-8,36
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	4.652.112,50	4.652.112,50	750.011,74	750.011,74	16,12
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.836.300,00	1.836.300,00	19.269,80	19.269,80	1,05
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.362.342,50	4.362.342,50	1.068.085,11	1.068.085,11	24,48
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.400.000,00	3.400.000,00	913.705,38	913.705,38	26,87
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	962.342,50	962.342,50	154.379,73	154.379,73	16,04
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	6.198.642,50	6.198.642,50	1.087.354,91	1.087.354,91	17,54
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					274.615,60
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					274.615,60
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					812.739,31
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					27,09
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	483.000,00	483.000,00	25.113,74	25.113,74	5,20
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	4.017.950,00	4.017.950,00	3.169,40	3.169,40	0,08
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	4.500.950,00	4.500.950,00	28.283,14	28.283,14	0,63
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	10.699.592,50	10.699.592,50	1.115.638,05	1.115.638,05	10,43

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO – FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	843.193,09	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	843.193,09	0,00

Ponte Serrada, 31/03/2015

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPALOSMIR RODRIGUES MACHADO
TEC. CONT. CRC/SC 15.249/O-6VANDERLEI ZANATTA
CONTROLADOR INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 015/2015**

RESOLUÇÃO Nº 015/2015

"CRIA COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO, NOMEA MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JONAS AMADEU RAULINO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições asseguradas por Lei, na conformidade com o que dispõe o artigo 25º, inciso I, alínea "J" do Regimento Interno e artigo 115, § 1º da Lei Orgânica Municipal, PROMULGA a presente RESOLUÇÃO resolve:

ART. 1º - Fica Constituída a Comissão Especial de Inquérito - CEI pelo prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada por igual período, a fim de apurar possíveis irregularidades na contratação da empresa EMMEL, ANDREANI, SCHUSTER & MARCHIORI ADVOGADOS ASSOCIADOS.

Parágrafo Único - O escopo de constituição desta Comissão Especial de Inquérito são possíveis irregularidades do Contrato nº 003/2015, firmado pelo Poder Executivo e a Empresa EMMEL, ANDREANI, SCHUSTER & MARCHIORI ADVOGADOS ASSOCIADOS, conforme fatos narrados no requerimento nº 019/2015 aprovado pelo plenário.

ART. 2º - A Comissão Especial será composta de três Vereadores, sendo 01 (um) Presidente, 01 (um) Relator e 01 (um) Membro, conforme descrito abaixo:

Presidente: João Paulo Serpa
Relator: Estevão Bertemes Guerreiro
Membro: Frank Max Marques

ART. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 01 de abril de 2015.
Ver. Jonas Amadeu
Presidente

Paço Legislativo Vereador Amadeu Serafim Raulino
"Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos"

RESOLUÇÃO Nº 016/2015

RESOLUÇÃO Nº 016/2015

"ESTABELECE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES RELATIVOS À ÉTICA E AO DECORO PARLAMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JONAS AMADEU RAULINO, no uso de suas atribuições asseguradas por Lei, na conformidade com o que dispõe o artigo 25, inciso I, alínea "j" do Regimento Interno PROMULGA a presente RESOLUÇÃO:

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Os procedimentos disciplinares relativos a Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Porto Belo do Estado da Santa Catarina é instituído em conformidade desta Resolução.

Parágrafo Único - As normas estabelecidas nesta Resolução complementam o Regimento Interno e dele passam a fazer parte integrante.

Art. 2º Esta Resolução estabelece os princípios éticos e as regras básicas de decoro parlamentar que devem orientar a conduta dos que estejam no exercício do cargo de Vereador.

Parágrafo Único - Regem-se também por esta Resolução o procedimento disciplinar e as penalidades aplicáveis no caso de descumprimento das normas relativas ao decoro parlamentar.

Art. 3º O Vereador, no exercício do mandato, atenderá às prescrições constitucionais, legais, regimentais e as estabelecidas nesta Resolução, sujeitando-se aos procedimentos e medidas disciplinares nele previstos.

Parágrafo Único - As prerrogativas e franquias asseguradas pelas Constituições Federal e Estadual, Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno aos Vereadores são institutos destinados à garantia do exercício do mandato popular e à defesa do Poder Legislativo.

CAPÍTULO II - DOS DEVERES FUNDAMENTAIS DO VEREADOR

Art. 4º No exercício do mandato, o Vereador atenderá às prescrições constitucionais e regimentais e às contidas nesta Resolução, sujeitando-se aos procedimentos disciplinares nele previstos.

Art. 5º São deveres fundamentais do Vereador:

I - promover a defesa dos interesses populares;

II - zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

III - exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular;

IV - apresentar-se à Câmara Municipal durante as sessões legislativas ordinárias e extraordinárias e participar das sessões do plenário e das reuniões de Comissão de que seja membro.

CAPÍTULO III - DAS VEDAÇÕES

Art. 6º É expressamente vedado ao Vereador:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissível ad nutum, nas entidades constantes da alínea anterior;

II - desde a posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que seja demissível ad nutum, nas entidades referidas no inciso I, "a";

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, "a";

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo (Constituição da República, art. 54).

§ 1º - Consideram-se incluídas nas proibições previstas nos incisos

I, "a" e "b", e II, "a" e "c", para os fins da presente Resolução, pessoas jurídicas de direito privado controladas pelo Poder Público.

§ 2º - A proibição constante da alínea "a" do inciso I compreende o Vereador, como pessoa física, seu cônjuge ou companheira e pessoas jurídicas direta ou indiretamente por eles controladas.

§ 3º - A proibição constante da alínea "d" do inciso II não alcança o acúmulo de cargos públicos permitidos pela Constituição Federal, com o mandato eletivo de vereador.

CAPÍTULO IV - DOS ATOS CONTRÁRIOS À ÉTICA E AO DECORO PARLAMENTAR

Art. 7º É, ainda, vedado ao Vereador:

I - celebrar contrato com instituição financeira controlada pelo Poder Público, incluídos nesta vedação, além do Vereador como pessoa física, seu cônjuge ou companheira e pessoas jurídicas direta ou indiretamente por ele controladas;

II - dirigir ou gerir empresas, órgãos e meios de comunicação, considerados como tal pessoas jurídicas que indiquem em seu objeto social a execução de serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens;

III - praticar abuso do poder econômico no processo eleitoral.

Parágrafo Único - Excluem-se da proibição constante do inciso II a direção ou gestão de jornais, editoras de livros e similares.

Art. 8º Consideram-se incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar:

I - o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros da Câmara Municipal;

II - a percepção de vantagens indevidas, tais como doações, benefícios ou cortesias de empresas, grupos econômicos ou autoridades públicas, ressalvados brindes sem valor econômico;

III - a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes.

IV - usar, em discurso ou proposição, de expressões que configurem crimes contra a honra ou contenham incitamento à prática de crimes;

V - perturbar a ordem nas sessões da Câmara ou das reuniões de Comissão.

VI - incitação à prática de crimes contra vereador ou servidor do legislativo municipal, dentro ou fora o recinto da Câmara Municipal, mas em razão de assuntos a ela inerentes.

VII - praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Casa.

VIII - ter conduta social inadequada para com o cargo.

IX - praticar ofensas físicas ou morais no edifício da Câmara ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou Comissão, ou os respectivos presidentes.

X - revelar informações e/ou documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha conhecimento na forma regimental;

XI - faltar, sem motivo justificado, a três sessões ordinárias consecutivas dentro da sessão legislativa ordinária ou extraordinária;

XII - praticar transgressão grave ou reiterada do Regimento Interno.

Parágrafo Único - Incluem-se entre as irregularidades graves, para fins deste artigo a atribuição de dotação orçamentária, sob a forma de subvenções sociais, auxílios ou qualquer outra rubrica, a entidades ou instituições das quais participe o Vereador, seu cônjuge, companheira ou parente, de um ou de outro, até o terceiro grau, bem como pessoa jurídica direta ou indiretamente por eles controlada, ou ainda, que aplique os recursos recebidos em atividades que não correspondam rigorosamente às suas finalidades estatutárias;

CAPÍTULO V- DAS DECLARAÇÕES PÚBLICAS OBRIGATÓRIAS

Art. 9º O Vereador apresentará ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar as seguintes declarações, antes de sua posse como membro, ainda que como suplente, ou após a posse, desde que haja requerimento apresentado por pelo menos um de seus membros, e aprovado pela maioria dos seus membros:

I - Declaração de seus bens e passivos, incluindo todos os passivos de sua própria responsabilidade, de seu cônjuge ou companheira ou de pessoas jurídicas por eles direta ou indiretamente controladas, referentes a determinada data, não anterior à posse;

II - Ao término do mandato, a declaração de seus bens e passivos, incluindo todos os passivos de sua própria responsabilidade, de seu cônjuge ou companheira ou de pessoas jurídicas por eles direta ou indiretamente controladas, bem como cópia da Declaração do Imposto de Renda das pessoas físicas: cópia da Declaração de Imposto de Renda do Vereador e do seu Cônjuge ou companheira;

§ 1º - O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, pelo requerimento de pelo menos um de seus membros, poderá determinar a qualquer tempo que Vereador apresente as declarações referidas nestes artigos.

§ 2º - Por decisão da maioria simples de seus membros poderá o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, autorizar ou não a publicação e divulgação das declarações apresentadas pelos vereadores.

§ 3º - Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior poderá qualquer cidadão solicitar diretamente, mediante requerimento à Mesa da Câmara Municipal, quaisquer informações que se contenham nas declarações apresentadas pelos Vereadores.

§ 4º - Ao vereador que não apresentar as declarações referidas neste artigo é vedado compor o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ainda que como suplente.

CAPÍTULO VI - DAS MEDIDAS DISCIPLINARES

Art. 10. As medidas disciplinares são:

- a) advertência;
- b) censura;
- c) perda temporária do exercício do mandato;
- d) perda do mandato.

Art. 11. A advertência é medida disciplinar de competência dos Presidentes da Câmara Municipal, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão.

Art. 12. A censura será verbal ou escrita.

§ 1º - A censura verbal será aplicada pelos Presidentes da Câmara

Municipal, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão, no âmbito desta, quando não couber penalidade mais grave, ao Vereador que:

I - deixar de observar, salvo motivo justificado, os deveres inerentes ao mandato ou os preceitos do Regimento Interno;

II - praticar atos que infrinjam as regras da boa conduta nas dependências da Casa;

III - perturbar a ordem das sessões ou das reuniões.

§ 2º - A censura escrita será imposta pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e homologada pela Mesa, se outra cominação mais grave não couber, ao Vereador que:

I - usar, em discurso ou proposição, de expressões atentatórias ao decoro parlamentar;

II - praticar ofensas físicas ou morais a qualquer pessoa, no edifício da Câmara Municipal, ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou Comissão, ou os respectivos Presidentes.

III - abusar das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros da Câmara Municipal;

IV - usar, em discurso ou proposição, de expressões que configurem crimes contra a honra ou contenham incitamento à prática de crimes;

V - perturbar a ordem nas sessões da Câmara ou das reuniões de Comissão.

VI - praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Casa.

Art. 13. Considera-se incurso na sanção de perda temporária do exercício do mandato, quando não for aplicável penalidade mais grave, o Vereador que:

I - reincidir nas hipóteses do artigo antecedente;

II - praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos do Regimento Interno ou deste Resolução, especialmente quanto à observância do disposto no art. 9º;

III - revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Câmara Municipal ou Comissão haja resolvido devam ficar secretos;

IV - revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha tido conhecimento na forma regimental;

V - faltar, sem motivo justificado, a três sessões ordinárias consecutivas, dentro da sessão legislativa ordinária ou extraordinária.

VI - Perceber vantagens indevidas, tais como doações, benefícios ou cortesias de empresas, grupos econômicos ou autoridades públicas, ressalvados brindes sem valor econômico;

VII - Praticar irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes.

VIII - Incitação à prática de crimes contra vereador ou servidor do legislativo municipal.

IX - ter conduta social inadequada para com o cargo.

X - revelar informações e/ou documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha conhecimento na forma regimental;

Parágrafo Único - A perda temporária do exercício do mandato será de um a trinta dias corridos, a ser definido no parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, segundo a gravidade da situação.

Art. 14. Serão punidas com a perda do mandato:

I - a infração de qualquer das proibições referidas no art. 6º;

II - a prática de qualquer dos atos contrários à ética e ao decoro parlamentar capitulados nos arts. 7º e 8º;

III - as infrações do disposto no artigo 80 da Lei Orgânica do Município de Porto Belo, ou seja:

a - Infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

b - Tiver procedimento incompatível com o decoro parlamentar ou atentório às instituições vigentes;

c - Utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

d- deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à Terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela Edilidade;

e - fixar residência fora do município;

f - perder ou tiver suspenso os direitos políticos;

g - sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

IV - nos demais casos previstos pela Legislação Federal, na Lei Orgânica do Município de Porto Belo, e no Regimento Interno da Câmara Municipal de Itapema.

CAPÍTULO VII - DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 15. A sanção de que trata o art. 13 será decidida pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria simples, mediante provocação da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Partido Político representado na Câmara Municipal, na forma prevista nos arts. 17 e 18, excetuada a hipótese do parágrafo único deste artigo.

Parágrafo Único - Quando se tratar de infração ao inciso V do art. 13, a sanção será aplicada, de ofício, pela Mesa, resguardado, em qualquer caso, o princípio da ampla defesa.

Art. 16. A perda do mandato será decidida pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria absoluta de votos, mediante iniciativa da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Partido Político representado na Câmara Municipal, na forma prevista nos arts. 17 e 18.

Parágrafo Único - Quando se tratar de infração prevista nas letras "d" e "f" do inciso III do artigo 14, a sanção será aplicada, de ofício, pela Mesa, resguardado, em qualquer caso, o princípio da ampla defesa.

Art. 17. Oferecida representação contra Vereador por fato sujeito à pena de perda do mandato ou à pena de perda temporária do exercício do mandato, aplicáveis pelo Plenário da Câmara Municipal, será ela inicialmente encaminhada, pela Mesa, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ressalvadas as hipóteses do art. 23, quando o processo tem origem no Conselho.

Art. 18. Recebida a representação, o Conselho observará os seguintes procedimentos:

I - o Presidente do Conselho, sempre que considerar necessário, designará dois membros titulares do mesmo para compor Comissão de Inquérito, destinada a promover as devidas apurações dos fatos e das responsabilidades;

II - constituída ou não, a Comissão referida no inciso anterior, será oferecida cópia da representação ao Vereador, que terá o prazo de 15 dias para apresentar defesa escrita e provas;

III - esgotado o prazo sem apresentação de defesa, o Presidente do Conselho nomeará defensor dativo para oferecê-la, reabrindo-lhe igual prazo;

IV - apresentada a defesa, o Conselho ou, quando for o caso, a Comissão de Inquérito, procederá as diligências e a instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de 15 dias, salvo na hipótese do art. 22, concluindo pela procedência da representação ou pelo arquivamento da mesma, oferecendo-se, na primeira hipótese, o Projeto de Resolução apropriado para a declaração da perda do mandato ou da suspensão temporária do exercício do mandato;

V - em caso de pena de perda do mandato, o parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação para exame dos aspectos constitucional, legal e jurídico, o que deverá ser feito no prazo de duas sessões ordinárias;

VI - concluída a tramitação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, será o processo encaminhado à Mesa da Câmara Municipal, já com a indicação da penalidade aplicável e, uma vez lido no Expediente, será distribuído em avulsos para inclusão em Ordem do Dia.

Art. 19. É facultado ao Vereador, em qualquer caso, constituir advogado para sua defesa, a este assegurado atuar em todas as fases do processo.

Art. 20. Perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, poderão ser diretamente oferecidas, por qualquer parlamentar, cidadão ou pessoa jurídica, denúncias relativas ao descumprimento, por Vereador, de preceitos contidos no Regimento Interno e nesta Resolução.

§ 1º - Não serão recebidas denúncias anônimas.

§ 2º - Recebida a denúncia, o Conselho promoverá apuração preliminar e sumária dos fatos, ouvido o denunciado e providenciadas as diligências que entender necessárias, dentro do prazo de trinta dias.

§ 3º - Considerada procedente denúncia por fato sujeito a medidas previstas nos arts. 11 e 12, o Conselho promoverá sua aplicação, nos termos ali estabelecidos. Verificando tratar-se de infrações incluídas entre as hipóteses dos arts. 13 e 14, procederá na forma do art. 18.

§ 4º - Poderá o Conselho, independentemente de denúncia ou representação, promover a apuração, nos termos deste artigo, de ato ou omissão atribuída a Vereador.

Art. 21. Quando um Vereador for acusado por outro, no curso de uma discussão ou noutra circunstância, de ato que ofenda sua honorabilidade, pode pedir ao Presidente da Câmara Municipal, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão, que apure a veracidade da arguição e o cabimento de sanção ao ofensor,

no caso de improcedência da acusação.

Art. 22. As apurações de fatos e de responsabilidade previstos nesta Resolução poderão, quando a sua natureza assim o exigir, ser solicitadas ao Ministério Público ou às autoridades policiais, por intermédio da Mesa da Câmara Municipal, caso em que serão feitas as necessárias adaptações nos procedimentos e nos prazos estabelecidos neste Capítulo.

Art. 23. O processo disciplinar regulamentado nesta Resolução não será interrompido pela renúncia do Vereador ao seu mandato, nem serão pela mesma, elididas as sanções eventualmente aplicáveis os seus efeitos.

Art. 24. Quando, em razão das matérias reguladas nesta Resolução, forem injustamente atingidas a honra ou a imagem da Casa, de seus órgãos ou de qualquer dos seus membros, poderá o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar solicitar intervenção à Mesa.

CAPÍTULO VIII - DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Art. 25. Compete ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar zelar pela observância dos preceitos deste Resolução e do Regimento Interno, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar na Câmara Municipal.

Art. 26. O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será constituído por três membros titulares e igual número de suplentes, eleitos para mandato de dois anos, observado, quanto possível, o princípio da proporcionalidade partidária e o rodízio entre Partidos Políticos ou Blocos Parlamentares não representados.

§ 1º - Os Líderes Partidários submeterão à Mesa os nomes dos Vereadores que pretenderem indicar para integrar o Conselho, na medida das vagas que couberem ao respectivo partido.

§ 2º - As indicações referidas no parágrafo anterior serão acompanhadas pelas declarações atualizadas, de cada Vereador indicado, onde constarão as informações referentes aos seus bens, fontes de renda, atividades econômicas e profissionais, nos termos do art. 9º.

§ 3º - Acompanharão, ainda, cada indicação, uma declaração assinada pelo Presidente da Mesa, certificando a inexistência de quaisquer registros, nos arquivos e anais da Câmara Municipal, referentes à prática de quaisquer atos ou irregularidades capitulados nos arts. 11 a 14, independentemente da legislatura ou sessão legislativa em que tenham ocorrido.

§ 4º - Caberá à Mesa providenciar, no início do ano legislativo que tiver expirado o mandato do conselho, a eleição dos membros do Conselho, bem como o início e término do mandato.

§ 5º - Para a primeira eleição, excepcionalmente, o mandato terá a duração que for determinada pela Mesa, não podendo ultrapassar ao início do que for previamente estabelecido pela Mesa em cronograma, nem ultrapassar a dois anos, podendo ser inferior.

Art. 27. Enquanto não aprovar regulamento específico, e quando não houver norma regulamentadora própria, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar observará, quanto à organização interna e ordem de seus trabalhos, as disposições regimentais relativas ao funcionamento das Comissões, inclusive no que diz respeito à eleição de seu Presidente e designação de Relatores.

§ 1º - Os membros do Conselho deverão, sob pena de imediato desligamento e substituição, observar a discricção e o sigilo inerentes à natureza de sua função.

§ 2º - Será automaticamente desligado do Conselho o membro que não comparecer, sem justificativa, a três reuniões, consecutivas ou não, bem assim o que faltar, ainda que justificadamente, a mais de seis reuniões, durante a sessão legislativa.

Art. 28. Compete ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar:

I - zelar pela observância dos preceitos estabelecidos nesta resolução;

II - auxiliar o Presidente na manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito da Câmara Municipal;

III - apresentar projeto de lei, projeto de resolução ou outra proposição atinente à matéria de sua competência, bem como promover a consolidação das normas contidas nesta resolução;

IV - instruir processo contra Vereador e elaborar projeto de resolução que importe sanção ética que deva ser submetida ao Plenário;

V - responder a consulta da Mesa, de Comissão ou de Vereador sobre matéria de sua competência;

VI - observar o cumprimento da proibição de porte de arma, tendo poder para revistar e desarmar.

Art. 29. O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar observará, quanto à organização interna e à ordem de seus trabalhos, as disposições regimentais relativas ao funcionamento das Comissões.

§ 1º - Os membros do Conselho observarão, sob pena de imediato desligamento e substituição, a discricção e o sigilo inerentes à natureza de sua função.

§ 2º - Será automaticamente desligado do Conselho o membro que deixar de comparecer, sem justificativa, a três reuniões ou, ainda que justificadamente, a mais de seis reuniões, na mesma sessão legislativa.

§ 3º - As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria de seus membros.

§ 4º - O Conselho terá poder de investigação próprio da autoridade judicial, além de outros previstos em lei e no Regimento Interno da Câmara Municipal.

§ 5º - Os membros do Conselho não serão remunerados pelo exercício da função.

§ 6º - O Conselho contará com o assessoramento do corpo técnico da Câmara Municipal, quando necessário.

Art. 30. O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar contará, para desempenho das suas atribuições, com assessoramento e consultoria técnico-legislativa, a cargo do órgão de assessoramento institucional da Câmara Municipal, podendo ainda em casos específicos solicitar a contratação de pessoal ou empresa especializada.

CAPÍTULO IX - Dos Recursos

Art. 31. Da decisão de questão de ordem ou de reclamação resolvida conclusivamente pelo Presidente do Conselho caberá recurso, com efeito suspensivo, ao Presidente da Câmara.

Art. 32 - Da decisão do Conselho em processo disciplinar caberá recurso, sem efeito suspensivo, a Comissão de Justiça e de Redação.

CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 33. Para a apuração de fatos e das responsabilidades previstas no Código de Ética e Decoro Parlamentar, o Conselho poderá solicitar, por intermédio da Mesa da Câmara, auxílio de outras autoridades públicas.

Art. 34 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 35 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 01 de abril de 2015.

Jonas Amadeu Raulino

Presidente

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 018/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 035/2015- PREFEITURA
Extrato de Edital de Pregão Presencial 018/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de material para confecção de sinalização de trânsito. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 17 de abril de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 01 de abril de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 019/2015 - CARONA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 036/2015- CARONA
Extrato de Edital de Pregão Presencial 019/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para contratação de jornal de grande circulação estadual, com abrangência no estado de Santa Catarina, para publicação dos atos oficiais do município. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 17 de abril de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 01 de abril de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 034/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 034, de 24 de março de 2015.
Altera os §§ 3º e 4º do Artigo 7º da Lei Complementar nº 027, de 21 de dezembro de 2009, sobre cobrança de taxas aplicadas ao Microempreendedor Individual, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam alterados os §§ 3º e 4º do Artigo 7º da Lei

Complementar nº 027, de 21 de dezembro de 2009, que passa a conter a seguinte redação:

"Art. 7º O processo de registro do microempreendedor individual deverá ter trâmite especial, opcional para o empreendedor na forma disciplinada pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios.

§ 1º (...)

§ 2º (...)

§ 3º Ficam reduzidos a 0 (zero) todos os custos, inclusive prévios, relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao funcionamento, ao alvará, à licença, ao cadastro, às alterações e procedimentos de baixa e encerramento e aos demais itens relativos ao Microempreendedor Individual, incluindo os valores referentes a taxas, a emolumentos e a demais contribuições relativas aos órgãos de registro, de licenciamento, de vistoria e de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas.

§ 4º Fica dispensada a vistoria de funcionamento às Empresas cadastradas no MEI."

Art. 2º Os demais dispositivos da Lei Complementar nº 027, de 21 de dezembro de 2009, permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 24 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças
e Contabilidade

LEI Nº 4.308/2015

LEI Nº 4.308, de 24 de março de 2015.
Dispõe sobre a Desafetação de área de terras com 2.098,49 m² (dois mil, noventa e oito metros e quarenta e nove décimos quadrados), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica desafetada a área de terras com 2.098,49 m² (dois mil, noventa e oito metros e quarenta e nove décimos quadrados), constante da Matrícula nº. 21.748, do Registro de Imóveis, situado no Loteamento Dona Albertina - Rua Albertina Brauschner - Bairro Vice King - Porto União - SC, com os seguintes limites e confrontações: FRENTE: 28,10 metros, confrontando com a Rua Albertina Brauschner; LADO DIREITO: 120,07 metros, confrontando com a Rua Padre Landel de Moura; LADO ESQUERDO: por três linhas, sendo a primeira linha medindo 25,00 metros, confrontando com terras do Município de Porto União (Matrícula nº 18.806), a segunda linha medindo 30,00 metros confrontando com terras de Mario Alves (Matrícula nº 13.580), Werner Wunderlich (Matrícula nº 14.087) - Maria de Lourdes dos Santos Wunderlich, e Dirceu Fernandes dos Santos (Matrícula nº 14.845) e a terceira linha medindo 15,00 metros, confrontando com a Rua João Mazurechen

Sobrinho, interligadas por duas linhas, sendo a primeira linha medindo 22,00 metros, confrontando com terras do Município de Porto União (Matrícula nº 18.806), a segunda linha medindo 25,00 metros, confrontando com terras de Dirceu Fernandes dos Santos (Matrícula nº 14.845).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 24 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

LEI Nº 4.309/2015

LEI 4.309, de 24 de março de 2015.

Dispõe sobre a alteração dos anexos II e III da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, alterado pela Lei Municipal nº 4.132, de 02 de maio de 2013, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os Anexos II e III da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ANEXO II

GRUPOS OCUPACIONAIS

I - GRUPO OCUPACIONAL DE APOIO (GA)

Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto

Carga Horária: 40 horas semanais

Cargo	Carga Horária	Vagas	Classe inicial	Classe final
Agente de Serviços Públicos Nível 01	40	130	01	08
Agente de Serviços Públicos Nível 02	40	120	01	08
Motorista de Veículos Pesados	40	25	03	10

II - GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL (GO)

Escolaridade: Ensino Fundamental Completo

Carga Horária: 40 horas semanais

Cargo	Carga Horária	Vagas	Classe inicial	Classe final
Auxiliar Administrativo	40	20	02	08
Auxiliar Esportivo	40	01	01	07
Carpinteiro	40	03	02	08
Marceneiro	40	02	02	08
Mecânico de Veículos Leves	40	02	03	09
Mecânico de Veículos Pesados	40	04	03	09
Operador de Máquinas Pesadas	40	23	04	10
Pedreiro	40	12	02	08

III - GRUPO OCUPACIONAL ADMINISTRATIVO (GAD)

Escolaridade: Ensino Médio Completo e Curso de Capacitação para exercício do cargo (se for o caso)

Carga Horária: 40 horas semanais

Cargo	Carga Horária	Vagas	Classe inicial	Classe final
Auxiliar de Cirurgião Dentista	40	10	04	09
Motorista de Veículos Leves	40	18	03	08
Telefonista/Recepcionista	30	03	03	08

IV - GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO (GTA)

Escolaridade: Ensino Médio Completo ou Técnico (conforme o cargo)

Carga Horária: 40 horas semanais

Cargo	Carga Horária	Vagas	Classe Inicial	Classe Final
Agente Municipal de Trânsito	40	20	07	12
Agente Administrativo	40	30	07	12
Auxiliar de Enfermagem	40	50	06	11
Desenhista	40	03	06	11
Fiscal de Tributos	40	06	07	12
Fiscal de Obras e Posturas	40	01	07	12
Técnico em Agropecuária	40	04	07	12
Técnico em Contabilidade	40	02	07	12
Técnico em Prótese Dentária	40	01	07	12
Técnico em Higiene Dental	40	04	07	12
Técnico em Informática	40	04	07	12
Técnico em Segurança do Trabalho	40	02	07	12
Técnico em Agrimensura	40	01	07	12
Técnico Florestal	40	01	07	12

V - GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL (GP)

Escolaridade: Ensino Superior Completo, Registro no Conselho de Classe, se for o caso.

Carga Horária: 40 horas semanais

Cargo	Carga Horária	Vagas	Classe Inicial	Classe Final
Advogado	40	04	11	15
Arquiteto	40	02	11	15
Assistente Social	30	19	11	15
Analista de Controle Interno	40	01	11	15
Auditor Fiscal	40	01	11	15
Biólogo	40	01	11	15
Cirurgião Dentista	10	16	11	15
Contador	40	02	11	15
Enfermeiro	40	10	11	15
Engenheiro Agrônomo	40	01	11	15
Engenheiro Ambiental	40	01	11	15
Engenheiro Florestal	40	01	11	15
Engenheiro Civil	40	03	11	15
Farmacêutico	40	03	11	15
Fisioterapeuta	30	04	11	15
Fonoaudiólogo	40	02	11	15
Médico (todas as especialidades)	05	32	11	15
Médico Auditor	05	01	11	15
Médico Plantonista	-	20	11	15

Médico Veterinário	40	02	11	15
Nutricionista	40	02	11	15
Psicólogo	40	09	11	15
Psicólogo com Especialização em Saúde Mental	40	01	11	15
Sanitarista	40	01	11	15
Profissional de Saúde com Especialização em Medicina Complementar/Alternativa - MS	20	02	11	15
Terapeuta Ocupacional	40	02	11	15

ANEXO III

VI - GRUPO OCUPACIONAL ISOLADO EM EXTINÇÃO (GIE)

Escolaridade mínima:

01 - Ensino Superior Completo

02 - Ensino Médio Completo

03 - Ensino Fundamental Completo

04 - Ensino Fundamental Incompleto

Cargo	Carga Horária	Escolar.	Vagas	Classe Inicial	Classe Final
Agente Comunitário de Saúde	40	02	03	01	06
Agente Educacional	40	02	02	07	12
Administrador de Cemitério	40	03	01	01	07
Atendente Infantil	40	02	01	01	06
Agente Social	40	02	01	01	06
Auxiliar de Biblioteca	40	02	01	01	06
Auxiliar de Contabilidade	40	02	01	04	09
Auxiliar de Serviço Social	40	02	02	02	07
Auxiliar de Tesouraria	40	02	01	04	09
Borracheiro	40	04	01	01	08
Escriturário Datilógrafo	40	02	02	02	07
Guardião	40	04	01	01	08
Merendeira	40	04	03	01	08
Marroeiro	40	04	01	01	08
Operador de Perfuratriz	40	04	01	04	10
Técnico em Inseminação	40	03	01	01	07
Zelador	40	04	02	01	08

Art. 2º Revogam-se a Lei Municipal nº 4.132, de 02 de maio de 2013 e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 24 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 016/2015

PORTARIA Nº 016, de 31 de março de 2015.

Nomeia Comissão Especial para os fins que especifica, define as atribuições e atividades, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, Alínea "c", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Especial encarregada de proceder com vistorias nos veículos disponibilizados para o transporte escolar durante o ano letivo de 2015, conforme Processos Licitatórios, elaborando para tanto parecer conclusivo.

Art. 2º Designar na qualidade de Presidente, Silvio Luciano Moraes, e como membros Augustinho Wladeka e Alfonso Vezaro.

Art. 3º A Comissão reunir-se-á semestralmente para realizar as respectivas vistorias, salvo em excepcionais interesses a bem do serviço público.

Art. 4º Compete à Comissão realizar a vistoria nos veículos escolares nos seguintes itens:

§ 1º Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito do Estado e/ou do Município, exigindo-se, para tanto:

I- registro como veículos de passageiros;

II- inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

III- pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroceria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroceria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

IV- equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;

V- lanternas de luz branca, fosca ou amarela disposta nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

VI- cintos de segurança em número igual à lotação;

VII- o veículo deve possuir seguro;

VIII- apresentar boas condições mecânicas de uso;

IX- realizar e verificar regulação dos veículos;

X- atender a reclamações e realizar a devida averiguação;

XI- outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN.

§ 2º A autorização a que se refere o parágrafo anterior deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.

§ 3º O condutor de veículo destinado à condução de escolares deve satisfazer os seguintes requisitos:

I- ter idade superior a vinte e um anos;

II- ser habilitado na categoria D;

III- não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

IV- ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN.

Art. 5º A Comissão de que trata esta Portaria vigorará durante o ano letivo de 2015.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 31 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2015

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2015

CARTA CONVITE Nº 06/2015

E X T R A T O

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 09:30 (nove horas e trinta minutos), do dia 13 (treze) de abril de 2015, no Setor de Licitações, as propostas para CARTA CONVITE, que tem como objeto a contratação de prestação de Serviços de Engenharia Civil, por 24 horas semanais, por pessoa física ou jurídica, destinados à elaboração de planos e projetos, consultoria e assessoria, fiscalização e execução de obras e serviços junto a Prefeitura Municipal de Presidente Castello Branco/SC. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 01 DE ABRIL DE 2015.

Claudio Sartori

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2015

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2015

CARTA CONVITE Nº 07/2015

E X T R A T O

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 13:45 (treze horas e quarenta e cinco minutos), do dia 13 (treze) de abril de 2015, no Setor de Licitações, as propostas para CARTA CONVITE, que tem como objeto a contratação de prestação de serviços de Engenharia Ambiental, por 24 horas semanais, por pessoa física ou jurídica, destinados à elaboração de planos e projetos ambientais, consultoria e assessoria ambiental, monitoramento do aterro sanitário municipal e prestação de serviços junto a Prefeitura Municipal de Presidente Castello Branco (SC). O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 01 DE ABRIL DE 2015.

Claudio Sartori

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 4623, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4623, de 26 de março de 2015
"NOMEIA MOACIR ANTÔNIO TONON"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear MOACIR ANTÔNIO TONON, para a partir de 05/03/2015, exercer o cargo em comissão de Chefe Divisão Oficina, Lubrificação e Lavação, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

26 de março de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

EDITAL Nº 01/2015/CMDCA

Edital Nº 01/2015/CMDCA

Abre inscrições para a eleição de novos membros representantes de organizações da sociedade civil de defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rio do Sul, com base na Lei Complementar nº 287, de 16 de setembro de 2014 e Regimento Interno do CMDCA.

1 - DO CALENDÁRIO

Período de inscrições de 30/03/2015 à 10/04/2015

Local: Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação

Endereço: Rua Rocha Pombo, 95 Bairro Eugênio Schneider - Rio do Sul - SC

Horário: 8h às 13h

Publicação das entidades inscritas: 14/04/2015

Local: Site da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

Período de impugnação das inscrições: De 14/04/2015 a 16/04/2015

Local: Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação

Endereço: Rua Rocha Pombo, 95 Bairro Eugênio Schneider - Rio do Sul - SC

Horário: 8h às 13h

Data da Eleição: 23/04/2015

Local: Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação

Endereço: Rua Rocha Pombo, 95 Bairro Eugênio Schneider - Rio do Sul - SC

Horário: 8h às 13h

Publicação do resultado da eleição 24/04/2015

Local: Site da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

Período de impugnação do resultado: 25/04/2015 a 27/04/2015

Local: Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação

Endereço: Rua Rocha Pombo, 95 Bairro Eugênio Schneider - Rio do Sul - SC

Horário: 8h às 13h

Homologação do resultado e posse dos novos membros: 30/04/2015

Local: Prefeitura Municipal de Rio do Sul e Diário Oficial do Município

2 - DA COMISSÃO ELEITORAL

a) A Comissão de Eleição é composta de 03 (três) conselheiros indicados pela plenária do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.

b) Os membros da comissão elegerão entre si a pessoa de referência da Comissão.

c) A Comissão deverá acompanhar o processo eleitoral e julgar impugnações e recursos, podendo para tanto assessorar-se de profissional técnico, se necessário for ou achar conveniente.

3 - DAS VAGAS

I - Participarão do processo de eleição:

a) Entidades inscritas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rio do Sul, que possuem sede no município (conforme Regimento Interno).

b) Serão eleitos 04 (quatro) representantes indicados por organizações não governamentais, legalmente constituídas e com âmbito do município, de defesa ou atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

c) Os membros do conselho e os respectivos suplentes exercerão mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se a recondução apenas uma única vez e por igual período.

4- DA DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA NO ATO DA INSCRIÇÃO

a) Requerimento de Inscrição (disponibilizado na Secretaria Executiva dos Conselhos, situada na Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação, Rua Rocha Pombo, 95 Bairro Eugênio Schneider - Rio do Sul/SC) indicando os seus Candidatos (Titular e Suplente), bem como o membro votante que se fará presente no dia da votação para representar a instituição, com Fotocópia da Carteira de Identidade e CPF dos representantes indicados;

b) Ofício de Registro da Entidade no CMDCA.

5- DA ELEIÇÃO

b) A eleição será realizada no dia 23/04/2015, na sala de reuniões da Secretaria de Assistência Social e de Habitação, situada na Rua Rocha Pombo, 95 Bairro Eugênio Schneider - Rio do Sul/SC.

c) O horário estabelecido para votação compreende 8h às 13h.

d) Será permitido 01 (um) membro votante por entidade, podendo votar em até 04 (quatro) instituições.

e) O membro votante será identificado na hora da votação por documento de identificação com foto.

f) O Ministério Público será cientificado de todo o processo.

6 - DOS CRITÉRIOS DE ESCOLHA

a) Serão considerados eleitos os candidatos que obtiverem o maior número de votos entre seus pares.

b) O critério de desempate é a maior idade do Candidato Titular.

8- DOS RECURSOS E DOS RESULTADOS

- a) O resultado será divulgado no dia 24/04/2015, no Site da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sendo que os candidatos que se sentirem prejudicados terão um prazo de 03(três) dias úteis para apresentar recurso.
- b) Os novos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão nomeados por Decreto do Gabinete do Prefeito Municipal.

9 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) A lista de eleitos será divulgada no site da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, decorrido o prazo de recurso.
- b) O Eleito delegado e seu suplente que não assumir sua vaga na 1ª Reunião para a qual for convocada pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou dela desistir será substituído pelo candidato que se encontra na situação de suplente, de acordo com o processo de votação.
- c) Os casos omissos serão resolvidos pela comissão Eleitoral e homologado pelo seu Presidente, através de Resolução.

Rio do Sul, 20 de março de 2015.

Julio Cesar Alves

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rio do Sul

PORTARIA N. 0209/RH

PORTARIA N. 0209/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e Art. 148, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Ceder a servidora ELISANDRA DIAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Florestal, com jornada de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, para atuar na Secretaria de Agricultura, em conformidade com o inciso III, Art. 148, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010 e alterações posteriores, Memorando nº 0036/2015 da Secretaria de Agricultura e Memorando nº 035/2015 da Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente.

Parágrafo Único: A servidora cedida irá desempenhar as atribuições próprias de seu cargo, devendo apresentar mensalmente ao Departamento de Recursos Humanos seu controle de frequência.

Art. 2º A cessão se dará a partir de 01/04/2015 até 31/03/2016, com possibilidade de prorrogação.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de março de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

PORTARIA Nº 0234/RH

PORTARIA N. 0234/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - REMOVER, POR PERMUTA, a partir de 30/03/2015, os servidores ocupantes do cargo de provimento efetivo Professor, DIÓRGENES ROBERTO XAVIER DE LIZ, 20h do CE Ricardo Marchi para o CE Aníbal de Barba e, CLAUDIO MARCELINO (20h) do CE Aníbal de Barba para o CE Ricardo Marchi (20h), considerando que ambos possuem a mesma categoria profissional, o mesmo regime de trabalho e a mesma habilitação, em conformidade com o parágrafo 3º, do Art. 41 da Lei Complementar nº 207/2010 e suas alterações posteriores, Art. 20-B, da Lei Complementar nº 075 de 20/11/2001 e suas alterações posteriores.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de março de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

RESOLUÇÃO Nº 004, DE 18 DE MARÇO DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 004, 18 de março de 2015.

"HOMOLOGA O PEDIDO DE APOSENTADORIA POR IDADE A Sra. MARIA JULIA PAMPLONA"

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões - FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a partir de 01 de Abril de 2015, o pedido de aposentadoria voluntária por idade a servidora pública Sra. Maria Julia Pamplona, brasileira, união estável, telefonista, portador da Cédula de Identidade nº 576.707 e CPF nº 066.897.879-15 domiciliada e residente na Rua Castro Alves, 07, Centro, em Rio do Sul - SC no cargo de Telefonista, nível C-1, com proventos proporcionais calculados pela média das 80% maiores remunerações, sem paridade, a partir de 01 de Abril de 2015.

Art. 2º - A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, letra "d", inciso I do art. 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "d" inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e § 1º inciso III alínea "b" do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 3º - A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 18 de Março de 2015 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 18 de Março de 2015.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

PRESIDENTE DO FAP

RESOLUÇÃO Nº 005, DE 18 DE MARÇO DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 005, 18 de março de 2015.

"HOMOLOGA O PEDIDO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - ESPECIAL DE MAGISTÉRIO À SRA. MARGARETE MARIA EISSMANN"

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões - FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a partir de 01 de Abril de 2015, o pedido aposentadoria por tempo de contribuição - especial de magistério à Sra. Margarette Maria Eissmann, brasileira, separada judicialmente, portadora da Cédula de Identidade nº 1.675.720 , CPF nº 533.073.649-87 domiciliada e residente na Rua Sofia Kopp, 50, Bairro Barragem, em Rio do Sul - SC, no cargo de Professora, nível 3, classe C, com proventos integrais e paridade, a partir de 01 de Abril de 2015.

Art. 2º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no Artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, artigo 4º § 1º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "c" inciso I do Artigo 19 e artigo 27 §§ 1º e 2º do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 3º - A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 18 de Março de 2015 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 18 de Março de 2015.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

PRESIDENTE DO FAP

RESOLUÇÃO Nº 006, DE 18 DE MARÇO DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 006, 18 de março de 2015.

"HOMOLOGA O PEDIDO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - ESPECIAL DE MAGISTÉRIO AO SR. CLAUDIO MARCELINO"

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões - FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a partir de 01 de Abril de 2015, o pedido de aposentadoria por tempo de contribuição - especial de magistério ao Sr. Claudio Marcelino, brasileiro, separado judicialmente, portador da Cédula de Identidade nº 529.906 , CPF nº 292.656.499-68 domiciliado e residente na Rua Gabriel Bianchet, 303, Bairro Taboão, em Rio do Sul - SC, no cargo de Professor, nível 3, classe E, com proventos integrais e paridade, a partir de 01 de Abril de 2015.

Art. 2º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, artigo 4º § 1º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "c" inciso I do Artigo 19 e artigo 27 §§ 1º e 2º

do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

.

Art. 3º - A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 18 de Março de 2015 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 18 de Março de 2015.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

PRESIDENTE DO FAP

RESOLUÇÃO Nº 007, DE 18 DE MARÇO DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 007, 18 de março de 2015.

"HOMOLOGA O PEDIDO DE A SRA. SUELI ALMEIDA BRAND"

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões - FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a partir de 14 de Fevereiro de 2015, o pedido de pensão por morte à Sra. Almeida Brand, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 5.131.166-3, CPF nº 320.476.149-53, domiciliada e residente na rua Fraiburgo, 93, Bairro Barragem, em Rio do Sul - SC, na qualidade de esposa,, em virtude do falecimento de seu esposo Sr. Helio Brand, servidor público municipal ativo, ocupante do cargo de Motorista de Caminhão, masculino, nível E-1.

Art. 2º - Em conformidade com o Art. 40, § 7º, inciso II da CF/88 com a redação dada pela EC. nº 41/2003, a pensão corresponderá a totalidade da remuneração do servidor falecido em 14/02/2015.

.

Art. 3º - Os proventos da pensão serão revistos pelo índice e na data do reajuste dos benefícios vinculados ao Regime Geral da Previdência Social

Art. 4º - A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 18 de Março de 2015 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 18 de Março de 2015.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

PRESIDENTE DO FAP

CÂMARA MUNICIPAL**ERRATA DO RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015**

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2.015

REF. AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2.015

ERRATA

Aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, a Câmara Municipal de Rio do Sul, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Jeferson Alexandre Vieira, resolve registrar os preços da Empresa MM Comércio de Equipamentos LTDA ME, neste ato representada pelo Sr. Luís Fernando Macarini Montali. A presente ata tem por objeto o Registro de Preço para aquisição futura de geladeira, conforme Item 1, do Pregão CMRS/SC nº 01/2.015.

QTDE. TO- TAL	PRODUTO	VALOR UNITÁ- RIO	VALOR TOTAL
01	Refrigerador modelo duplex; - Capacidade mínima combinada de 553 litros (refrigerador: 421 lts. + congelador: 132 lts.); - Frost free; - Cor branca; - Tensão: 127 V – 220 V / 60 Hz; - Classificação Energética: A; - Pés niveladores dianteiros e rodízios traseiros; - Tempo máximo de conservação sem energia: 14 horas; - Dimensões aproximadas sem embalagem: (A) 1900 mm x (L) 809 mm x (P) 750 mm; - Peso Líquido aproximado sem embalagem: 104 kg; - Capacidade de congelamento (kg/24h): 7,5; - Temperatura congelador (°C): - 18; - Prateleiras em vidro temperado; - Regulagem automática e digital de temperatura com tecnologia touch on control; - Consumo de energia (kWh/mês): 71 - Garantia: mínima de 12 meses.	R\$ 3.460,00	R\$ 3.460,00
VALOR TOTAL DO ITEM			R\$ 3.460,00

Fica declarado que o prazo de validade desta ARP será de 12 meses, contados a partir da sua assinatura, já incluindo possíveis prorrogações. Data de assinatura: 23 de março de 2.015.

JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA	
Presidente Câmara Municipal de Rio do Sul	
LUÍS FERNANDO MACARINI MONTALI	
MM Comércio de Equipamentos LTDA. ME	

Salto Veloso**PREFEITURA****DECRETO Nº 017, DE 01 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº 017, DE 01 DE ABRIL de 2015.

Homologa Resolução nº 001/2015, do Conselho Municipal de Assistência Social.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica de Salto Veloso;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 001/2015, de 24 de março de 2015, do Conselho Municipal de Assistência Social, que dispõe sobre a "Aprovação da Reprogramação do Cofinanciamento Estadual da Proteção Social Básica referente ao ano de 2014".

Art. 2º. É parte integrante deste decreto o Anexo Único.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 01 de abril de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SALTO VELOSO - SC

RESOLUÇÃO N. 01/2015 DE 24 de Março de 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Salto Veloso no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal N. 805 de 06/12/1995, em seus artigos que a compõem e em consonância com a Lei Federal N. 8.742/93, em seção ordinária:

Resolve:

1) Aprovar a Reprogramação do Cofinanciamento Estadual da Proteção Social Básica referente ao ano de 2014.

Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Salto Veloso SC, 24 de Março de 2015.

Dilvana Cesca Rotta

PRESIDENTE DO CMAS

EXTRATO ADITIVO 02/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO 02/2015

ADITIVO 01/201

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO

CONTRATADO: NORMA SEIBERT ME

OBJETO: Aquisição de máquinas agrícolas para a Secretaria de Agricultura. Repasse 805827/2014/MAPA/CAIXA

Cláusula aditiva: Aditiva o valor original do contrato em 25%, passando seu valor total para 61.000,00 (Sessenta e um mil reais).

Maiores informações, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 30 de março de 2015.

PORTARIA Nº 193/2015

PORTARIA Nº. 193/2015

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

Resolve:

Artigo 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. GENI SALETE ALBONICO DE BASTIANI, pelo período de 20/03/2015 a 17/04/2015, correspondente a 29 dias, conforme atestado médico e pericia médica partes integrantes da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 30 de Março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 194/2015

PORTARIA Nº. 194/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerado a pedido, a partir desta data, o Sr. FERNANDO STRAPAZZOM, do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO 40hrs semanais, nomeado pela Portaria nº 177/2015 lotado na Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 31 de Março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 195/2015

PORTARIA Nº. 195/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 120 dias de Licença Gestante, no período compreendido de 01 de Abril de 2015 a 27 de Julho de 2015, a servidora LUCIANE FATIMA SPINELI DOS SANTOS, de acordo com atestado médico parte integrante desta portaria.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso-SC, em 01 de Abril de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 196/2015

PORTARIA Nº. 196/2015

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

Resolve:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, a Sra. JANICE DOS SANTOS, nos termos do artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010 e Alterações, para exercer o cargo de provimento efetivo de ATENDENTE DE CRECHE - 40 horas semanais, lotada na Secretaria Educação, com vencimentos referentes ao código CPE 02, do Anexo II, Tabela II, Grupo II.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 01 de abril de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 197/2015

PORTARIA Nº. 197/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 02 de Abril de 2015 a 01 de Maio de 2015, totalizando 30 dias de férias ao Servidor JOÃO ANTONIO DA SILVA RIBEIRO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/03/2014 a 28/02/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 02 de Abril de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO Nº075/2015 CELSO RIBEIRO

DECRETO Nº 075/2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 12 de 27 de Janeiro de 2010;

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado em cargo de provimento em comissão, o seguinte servidor público municipal:

NOME: CELSO RIBEIRO

CARGO: COORDENADOR DE MANUTENÇÃO

NÍVEL: CC-05

CÓDIGO: 1044

LOTAÇÃO: Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 01 de Abril de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

PORTARIA Nº 066/2015 FERIAS VALDEVINO ALVES DA SILVA

PORTARIA Nº 066/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 20 (vinte) dias, o servidor público municipal Sr. VALDEVINO ALVES DA SILVA, matrícula nº5410/01 ocupante do cargo de MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES, lotado na Secretaria Municipal da SAÚDE, carga horária de 40 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 12/04/2012 a 11/04/2013, a serem gozadas no período de 01/04/2015 a 20/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 01 de Abril 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

PORTARIA Nº 067/2015 FERIAS SELMIRA PEDROSO AIRES

PORTARIA Nº 067/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, o servidora pública municipal Sra. SELMIRA PEDROSO AIRES, matrícula nº5410/01 ocupante do cargo de GERENTE DE DIFUSÃO TECNOLÓGICA, lotado na Secretaria Municipal da AGRICULTURA, carga horária de 40 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 03/01/2014 a 02/01/2015, a serem gozadas no período de 01/04/2015 a 30/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 01 de Abril 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL 31/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 40/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 31/2015.
Objeto: Aquisição de implementos agrícolas e carroceria prancha para transporte de máquinas, para aplicação dos recursos do Convênio/Contrato de repasse Nº.796645/2013/MDA/CAIXA e Convênio/Termo de Compromisso Nº.792429/2013/MAPA/CAIXA.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 15 de abril de 2015.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 15 de abril de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 31 de março de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL 32/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 41/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 32/2015.
Objeto: Aquisição de materiais elétricos e serviços de mão de obra para manutenção da rede de iluminação pública instalada no município de Santiago do Sul.
Entrega dos Envelopes: 10:00 horas do dia 15 de abril de 2015.
Abertura dos Envelopes: 10:00 horas do dia 15 de abril de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 31 de março de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº038/2015 - DE 27 DE MARÇO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº038/2015 - DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Concede Licença por motivo de Casamento à Servidora VIVIANE LOURDES GLUZEZAK e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com a alínea "a" do o Inciso II, do Artigo 77 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais)

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE CASAMENTO à servidora Pública VIVIANE LOURDES GLUZEZAK, ocupante do Cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADA), Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, com carga horária de 20 Horas Semanais, nomeada através do Decreto Nº035/2014, de 10 de fevereiro de 2014, pelo período de 05 (Cinco) Dias Consecutivos, a contar do dia 27 de Março de 2015 à 31 de Março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 27 de Março de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Coord. de Departamento
Sec. Mun. de Administração e Finanças.

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 25/2015 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015 - FMS

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 22 de abril de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FORNECIMENTO DE ÓLEO DIESEL S-10 E GASOLINA COMUM PARA ABASTECER AMBULÂNCIAS E VEÍCULOS DE TRANSPORTES DE URGÊNCIA DE PACIENTES EM HORÁRIOS DIFERENCIADOS (APÓS EXPEDIENTE, FINAIS DE SEMANA E FERIADOS). OBS: CASO O ESTABELECIMENTO NÃO POSSUA ATENDIMENTO AO PÚBLICO 24 HORAS, DEVERÁ DISPONIBILIZAR FUNCIONÁRIO 24 HORAS PARA O ABASTECIMENTO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 10 de março de 2015.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 29/2015 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 23 de abril de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE AMBULATÓRIO PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08:00 horas às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 23 de março de 2015.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

MAURO SIQUEIRA RAMOS

Pregoeiro

EDITAL Nº 002/2015

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL N.º 002/2015

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, homologa e torna público a lista de candidatos deferidos e indeferidos do Processo Seletivo de Contratação Temporária Edital n.º 002/2015.

Informa ainda que conforme dispõe o Edital, o prazo para recursos será de 02 (dois) dias úteis a partir da data de publicação.

INSCRIÇÕES DEFERIDAS

CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL - INTERPRETE DE LIBRAS - NÃO HABILITADO

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação
1º	28	NAZIRA BORGES	6.5

CARGO: INSTRUTOR DE INFORMÁTICA

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação
1º	07	ROSIMEIRE APARECIDA ALEXANDRE MARQUES	9.0
2º	101	ANDRESSA BRAZ DE OLIVEIRA	9.0
3º	123	DOUGLAS ALEXANDRE KONEFAL	7.5
4º	46	VIVAN KASZUBOWSKY	7.5
5º	40	PATRICIA RIBEIRO	7.5
6º	18	DARIANE DE LIMA DA SILVA	7.5
7º	117	ADRIANA SIMETTE WANTOWSKI	6.5
8º	17	FERNANDA DA SILVA	6.5
9º	10	ALYNI DOS SANTOS	6.5
10º	61	ANDREIA IDA SCHWEDLER	5.0
11º	103	CURLAN ROGER DA SILVA	4.0
12º	05	DAIANA ROSA GOULARTE	3.0
13º	11	FRANCIELE KRAYEVSKI	3.0

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação
1º	120	BEATRIZ APARECIDA DE SOUZA CAMARGO	9.0
2º	53	LUCIANE DO ROSARIO	8.0
3º	09	MIRIAM STANGUE	8.0
4º	106	MARIA ISABEL DA SILVA CHAPIESKY	8.0
5º	107	ROSANE WINTER	5.5
6º	87	EDNA VANESSA KRZEZINSKI	5.5
7º	89	KATIA LEDA SCHWALBE	5.5
8º	27	SILVANA DA SILVA HIRT	5.5
9º	110	INES STOROCZ MASSANEIRO	5.5
10º	08	MARIA ISABEL GODOY	5.5
11º	44	MIRIAM PIRES DE MORAIS	5.5
12º	26	JULIANA COSTA MUNIZ NUNES	5.5

13º	32	ROSELI MARTENDAL	5.5
14º	56	GREICI NOSSOL	5.5
15º	31	JESSICA NOSSOL	5.5
16º	34	CAMILA APARECIDA FERREIRA FARIA	5.5
17º	99	ELESSANDRA DE OLIVEIRA	4.5
18º	19	GISLAINE APARECIDA SCHIKOISKI	4.5
19º	66	GISLEINE DE FATIMA RIBEIRO BRAGO	4.5
20º	109	MARIA FREIBERGER	4.0
21º	50	ELISABETE DO ROCIO CANDIDO BENCZ	3.5
22º	74	TEREZINHA FERREIRA ALVES	3.5
23º	23	MERCEDES TERESINHA PEREIRA DA LUZA CARVALHO	3.5
24º	119	MARISTELA PINHEIRO	3.0
25º	81	SUELI MACHADO DE PAULA WICHICOVIZKI	3.0
26º	48	JANAINA WASOIZNIK	3.0
27º	114	MIRIAN APARECIDA MARTINS	3.0
28º	77	KETELIN GUEDES DE FREITAS	3.0
29º	80	ILZA DE CASTRO	3.0
30º	71	WILLIAN ANTONIO DE PAULA	3.0
31º	54	DANIEL GONÇALVES	3.0
32º	01	LAINA VANESSA ALVES	3.0
33º	45	CARLA CRISTINA CAVALHEIRO GONÇALVES	2.0
34º	73	MARIA AUGUSTA DA SILVA SANTOS	2.0
35º	49	ANGELA APARECIDA VEIGA DO PRADO FERREIRA	2.0
36º	65	ANA DA APARECIDA RODRIGUES RIBAS	2.0
37º	116	MAIRA EMANUELLI DE BRITO	2.0
38º	57	PATRICIA EMANUELE PEREIRA	2.0
39º	88	SOINELI INACIO DE JESUS	2.0
40º	112	ELIANI RAMOS	2.0
41º	06	SILMARA APARECIDA GONÇALVES	2.0
42º	63	CARMELINA DA APARECIDA NOVAK DA CRUZ	2.0
43º	21	CELIA MONTEIRO CAMARGO	2.0
44º	90	ANA MARIA BUENO KISTE	2.0
45º	35	EDUARDO NERI LEANDRO GONÇALVES	2.0
46º	38	KARIN IVANEZA IVANS	2.0
47º	37	ANDREÇA BUENO	2.0
48º	68	CLAUDIA GONÇALVES DA LUZ	2.0
49º	84	DANIELE DE FATIMA DE LIMA	2.0
50º	105	NATALI PATRICIA FARIA	2.0
51º	66	ADRIANA ADOLFO XAVIER	2.0
52º	94	SIOMARA FERREIRA DE SOUZA LEITE	2.0
53º	118	SILVANA DA SILVA MARTINS	2.0
54º	03	ELAINE SILVA LEITE	2.0
55º	83	JOSIANE DUMS	2.0
56º	64	VANESSA BORGES	2.0
57º	78	SIMONE APARECIDA PEREIRA	1.0
58º	96	EMIDIA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS EVANGELISTA	1.0
59º	111	SILMARA APARECIDA PEREIRA	1.0
60º	75	FERNANDA APARECIDA DE BAIRROS	1.0
61º	33	ANDREIA REGINA CALDI	1.0
62º	102	ANGELA MARIA MAIA	1.0

63º	67	CLARICE GONÇALVES DA LUZ	1.0
64º	108	SCHEILA PERDUN	1.0
65º	100	SIMONE ALVES DOS SANTOS	1.0
66º	72	AMELI TEREZINHA TEKLA	1.0
67º	86	GISLAINE ARTMAN	1.0
68º	92	THAIZE PEREIRA DE OLIVEIRA	1.0
69º	24	TAIRINE APARECIDA FERREIRA	1.0
70º	113	GRASIELE DO NASCIMENTO	1.0
71º	82	MARLY GIOVANELLA	1.0
72º	62	MIRIAM MARIA MAIA DE LIMA	1.0
73º	70	MARLI FATIMA ZANON BERNARDES	1.0
74º	29	INESILDA MARIA FELICIANO BRANCO	1.0
75º	121	TANIA REGINA VICTORINO DA SILVA	1.0
76º	02	CLAUDETE SALOME ESTEVAM DE SOUZA	1.0
77º	04	MARIA ANTONIA MARTINS RAMOS	1.0
78º	42	VANIA NEUMANN MAROS	1.0
79º	60	SANDRA DE OLIVEIRA	1.0

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL - INTERPRETE DE LIBRAS

Inscrição	Nome do Candidato	
15	CAROLINE VENESSA PEREIRA	ESCOLARIDADE INCOMPATÍVEL COM CARGO
43	VANESSA CAETANO	REQUISITOS INCOMPATÍVEIS COM CARGO
89	SANDRA GREIM	REQUISITOS INCOMPATÍVEIS COM CARGO
97	KATIANE APARECIDA ALVES DA SILVA	REQUISITOS INCOMPATÍVEIS COM CARGO
98	ROSIMEIRE ROCHA	REQUISITOS INCOMPATÍVEIS COM CARGO

CARGO: INSTRUTOR DE INFORMÁTICA

Inscrição	Nome do Candidato	
12	WANDERSON WERNER BUTTELBRUN	ESCOLARIDADE INCOMPATÍVEL COM CARGO
13	FLAVIA JUTTEL	ESCOLARIDADE INCOMPATÍVEL COM CARGO
14	DAIANE STIEGLER	ESCOLARIDADE INCOMPATÍVEL COM CARGO
16	KONRAD MUSIALOWSKI	ESCOLARIDADE INCOMPATÍVEL COM CARGO
20	KENNDRA RAFAELA RANDIG	ESCOLARIDADE INCOMPATÍVEL COM CARGO
25	JAISON BORA	ESCOLARIDADE INCOMPATÍVEL COM CARGO
30	FELIPE MENDES RIBEIRO	ESCOLARIDADE INCOMPATÍVEL COM CARGO
36	JOAO PAULO SIQUEIRA	ESCOLARIDADE INCOMPATÍVEL COM CARGO
39	KAROLINY CHRISTAKIS CEZARIO	ESCOLARIDADE INCOMPATÍVEL COM CARGO
41	ANTONIO GABRIEL NIS-GOSKI	ESCOLARIDADE INCOMPATÍVEL COM CARGO

47	TAMY EMILY BEPLER	ESCOLARIDADE INCOMPATIVEL COM CARGO
51	FABIO ALEXANDRE MONTEIRO	ESCOLARIDADE INCOMPATIVEL COM CARGO
52	SAMUEL MAGNABOSCO DE JESUS	ESCOLARIDADE INCOMPATIVEL COM CARGO
55	BRAYAN SOARES BUENO	ESCOLARIDADE INCOMPATIVEL COM CARGO
69	VITOR GUILHERME RODRIGUES DA SILVA	ESCOLARIDADE INCOMPATIVEL COM CARGO
76	RENAN OTTO KOMAR	ESCOLARIDADE INCOMPATIVEL COM CARGO
85	JUCELIO JUCKE	ESCOLARIDADE INCOMPATIVEL COM CARGO
93	LARISSA ADRIELLY PRUSAK	ESCOLARIDADE INCOMPATIVEL COM CARGO
95	FERNANDO DA COSTA	ESCOLARIDADE INCOMPATIVEL COM CARGO
104	CLEITON EDUARDO DA SILVEIRA	ESCOLARIDADE INCOMPATIVEL COM CARGO
122	ELIVELTON OGLIARI RIBEIRO	ESCOLARIDADE INCOMPATIVEL COM CARGO

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS

Inscrição	Nome do Candidato	
22	ADRIELI MARIA ALMEIDA	SEM COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE
58	ISABEL CRISTINA SANTOS RODRIGUES	SEM COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE
59	MIRIAM TEREZINHA CAMARGO	SEM COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE
91	ELISANGELA BARBOSA DE LIMA	SEM COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE
115	NOEMI FALCI DE PONTES	SEM COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE

São Bento do Sul, 31 de março de 2015.

Fernando Tureck
Prefeito Municipal

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 363/2013**EXTRATO DE RESCISÃO**

Contratada: Serv-Plus Limpeza e Conservação Ltda. EPP. CNPJ da Contratada: 07.006.622/0001-76. Rescisão do Contrato n. 363/2013 e anexos, com efeitos a partir de 11/03/2015. Fundamento legal: cláusula décima primeira do contrato 363/2013, e no artigo 87, incisos II, III e IV da lei 8.666/93.

AVISO DE PENALIDADE

A Secretaria de Administração do Município de São Bento do Sul/SC, resolve aplicar à empresa Serv-Plus Limpeza e Conservação Ltda. EPP, CNPJ n. 07.006.622/0001-76, por inexecução parcial, aplica as penalidades de; a) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, com base no artigo 87, incisos II, III e IV e na cláusula décima primeira do Contrato n. 363/2013, pelo período de 18 (dezoito) meses, a contar desta publicação, b) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato original c) retenção do pagamento dos serviços prestados referentes aos meses de janeiro, fevereiro e dos 10 dias prestados serviços do mês de março, d) As penalidades são resultado da apuração de irregularidades ocorridas no

mencionado Contrato nº 363/2013, apurados mediante Processo Administrativo nº 838/2015. Fica concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso, a contar da publicação desta decisão.

São Bento do Sul/SC, 26 de março de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração

LISTAGEM PORTARIAS Nº 04/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 8531, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2003/2006. Elaine Schreiner Pauli. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8532, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2007/2010. Maria Marli Brusky. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 8533, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2007/2010. Maria Zeni Binneck Grein. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 8534, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2007/2010. Eliane do Rocio Grein Neumann. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 8535, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2008/2011. Simone Weiss dos Passos. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 8536, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2008/2011. Taciane Elizabet Furst. Atendente de Berçário. SEMED.

Portaria nº 8537, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2008/2011. Anareli Schreiner. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 8538, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2008/2011. Marcili Gertler Wedekind. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 8539, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2008/2011. Aline Crispi de Moraes Miranda. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 8540, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2008/2011. Sandra Regina Lepeck. Especialista em Assuntos Educacionais. SEMED.

Portaria nº 8541, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2008/2011. Eliane Maria Zwiefka Alves. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 8542, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2008/2011. Andrea Cristina Waltricki Hermes. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 8543, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2008/2011. Joseane Nossol Biernazki. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8544, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2008/2011. Vera Lucia

Gonschorovski Campestrini. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8545, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2008/2011. Jucélia Drechsler Zotz. Professor Anos Finais. SEMED.

Portaria nº 8546, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2008/2011. Roseli Rosenscheck Schlogl. Professor Anos Finais. SEMED.

Portaria nº 8547, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2008/2011. Elisete Maria Oszi-ka Dybas. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8548, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2008/2011. Marlise Ruda Arnold. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8549, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2010/2013. Maria do Carmo Vengue. Atendente de Berçário. SEMED.

Portaria nº 8550, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2010/2013. Marli Skonieczny. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 8551, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2010/2013. Conceição Soares de Freitas. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 8552, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2010/2013. Irildes Biabock Costa. Professor Anos Finais. SEMED.

Portaria nº 8553, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Adelita Taschek. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8554, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Luciana Borges. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 8555, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Marilaine Fleischmann. Auxiliar de Biblioteca. SEMED.

Portaria nº 8556, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Maria Cristine Has-treiter. Auxiliar de Operações. SEMED.

Portaria nº 8557, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Arlete Zigowski. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 8558, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Angela Ines Zwiefka Cardoso dos Santos. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 8559, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Zenaide Terezinha Fendrich. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 8560, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Antonio Ferreira. Vigia. SEMED.

Portaria nº 8561, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Deise Eliane King-ski. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 8562, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Marcia de Moraes Coutinho Roesler. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 8563, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Ketlen Luciane Rank. Professor Anos Finais. SEMED.

Portaria nº 8564, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Sandra Krachinski Farias. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 8565, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Cintia Flaviane Pruess Rank. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8566, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Rosilene Aparecida Suchy Heiden. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 8567, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Ana Luciane Pazda Wossgrau. Professor Anos Finais. SEMED.

Portaria nº 8568, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Olindina Bonett Gomes de Andrade. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 8569, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Neide Nilceia Agos-tini Ceregatti. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8570, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Leila Regina Apa-recida Bastos Tischner. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8571, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Siderlene Nenevê. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8572, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Margarida Santina Fernandes Lecheta. Auxiliar de Operações. SEMED.

Portaria nº 8573, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Sirlene Fatima da Silva. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8574, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Janete Kingerski Leck. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8575, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Cleusa de Souza Freitas Borges. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8576, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Lenara Matilde Bauer Ropke. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8577, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Jane Miranda. Professor Anos Finais. SEMED.

Portaria nº 8578, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Viviane Henning. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8579, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Flavia da Rosa

Koszanski. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8580, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Arlete Maria Furta-do. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8581, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Cristiane Junkton. Professor Anos Finais. SEMED.

Portaria nº 8582, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Deonilde Rudnick. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8583, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Antonio Wanderlei Stock. Professor Anos Finais. SEMED.

Portaria nº 8584, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Elisabeth Maria Worrel Bauer. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8585, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Clausse Cidrea Dias. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8586, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Iracema Bayer Rosá. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8587, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Elaine Morriesen Rodrigues. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8588, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Susana Andrea Dalbó. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 8589, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Anália Maria Rodrigues. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8590, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Erica Zipperer. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8591, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Irene Nogueira Prestes de Souza. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8592, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Iracildes Stiegler. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8593, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Roseli Schmidt. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8594, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Rosangela Theile. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8595, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Marcia Osmarina Neumann Seiffert. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8596, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Simone Rank. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8597, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Maristela Becker Lobermayer. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8598, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Roseli Hackbarth. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8599, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Isabel Cristina Meister. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8600, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Ilda Smytka Alka. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 8601, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Margarida Krieger Alves. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 8602, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Cirlene Neneve Roesler. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8603, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Maria Pinto da Luz. Auxiliar de Operações. SEMED.

Portaria nº 8604, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Tereza Schultz. Auxiliar de Operações. SEMED.

Portaria nº 8605, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Monica Ines Rank Lemke. Professor Anos Finais. SEMED.

Portaria nº 8606, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Dorita Bueno de Oliveira Andrade. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8607, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Anelise Liebl. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8608, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Marlene Kraus. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8609, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. José Claudiney Damas. Professor Anos Finais. SEMED.

Portaria nº 8610, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Viviane Aparecida Pilat Gnoinsky. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8611, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Marli Lehnert. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8612, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Lucilene Ribeiro de Souza da Cruz. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 8613, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Orlanda Muller dos Santos. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8614, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Ruthe Maria de Almeida. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 8615, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2011/2014. Rosane Ziemann. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 8616, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2007/2010. Patricia Zeidemann Zipperer. Oficial Administrativo. SEPLU.

Portaria nº 8617, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2007/2010. Wilson José Heleodoro. Motorista. SEMAS.

Portaria nº 8618, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2008/2011. Ana Regina Pscheidt Voigt. Atendente Educativo. SECAD.

Portaria nº 8619, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2008/2011. Rosemeri da Cunha Zoellner. Professor Anos Finais. SECAD.

Portaria nº 8620, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2008/2011. Sandra Maria Pscheidt. Assistente Administrativo. SEMUS.

Portaria nº 8621, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2008/2011. Marildo Vaz. Operador de Máquina I. SEMAN.

Portaria nº 8622, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2007/2012. Dolores Schreiner. Auxiliar de Consultório Dentário. SEMUS.

Portaria nº 8623, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2009/2012. Veronica Andraski Pinheiro. Auxiliar de Serviços. SEMUS.

Portaria nº 8624, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2009/2012. Gerson Pacheco. Auxiliar de Topógrafo. SECAD.

Portaria nº 8625, de 27 de março de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, relativa ao triênio 2010/2013. Fatima Antonina dos Santos Fuckner. Auxiliar Administrativo. SEFIN.

São Bento do Sul, 02 de abril de 2015.
FERNANDO TURECK,
PREFEITO MUNICIPAL

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 03/2015

Tomada de Preços nº 03/2015

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 03/2015

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 14:00 horas do dia 17 de abril de 2015, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE REDE COLETORA E ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DO SISTEMA DE ESGOTOS SANITÁRIOS DAS SUB-BACIAS SBRB 1 E 2 DA BACIA DO RIO SÃO BENTO - MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/SC.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(105) 4.4.90.51.00.00 - Setor de Saneamento Geral - Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00.

São Bento do Sul, 01 de abril de 2015.
OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 27/2015

Pregão Eletrônico nº 27/2015

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 27/2015

MENOR PREÇO POR LOTE

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que se encontra aberto o Processo Licitatório 27/2015, e o envio das propostas será das 19:00hrs do dia 02/04/2015 até as 08:00hrs do dia 16/04/2015 pelo site www.bll.org.br. Início da sessão pública virtual será às 09:30hrs do dia 16/04/2015 (Horário de Brasília).

OBS: EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA(ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE(EPP) e MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL(-MEI), DEFINIDAS NO ART. 3º E ART. 18-E, AMBOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/06, DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ART. 48, 1, DESSA MESMA LEI.

DO OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de cartuchos e toners novos compatíveis para impressoras de diversas marcas, cuja especificação e quantitativo encontram-se descritos no Termo de Referência (ANEXO I) do edital, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

- SAMAE.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo no site www.bll.org.br e também no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, na Rua Marechal Floriano, nº 214, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 01 de abril de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 27/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 12/2015

Contrato Nº: 27/2015

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: ITAÚ / UNIBANCO S/A

Vigência: Início: 16/03/2015 - Término: 16/03/2016

Recursos: Dotação:

14 23.01.2.063.3.3.90.39.81.00.00.00 - Setor Administrativo - Exercício Vigente

Objeto: Prestação de serviços de recebimento de faturas.

Valor: R\$ 1,23 (Um Real e Vinte e Três Centavos) por fatura.

São Bento do Sul, 01 de abril de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

AVISO N.39/2015 PREGÃO

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Processo Adm. Nº39/2015

Edital: PREGÃO PRESENCIAL- REG DE PREÇOS N. 39/2015.

Tipo : Menor preço

Objeto: AQUISIÇÃO DE PAVER

Entrega dos Envelopes: 08:00 horas - dia 16 de abril de 2015

Abertura dos Envelopes 08:00 horas- dia 16 de abril de 2015

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325 3000

SAO CARLOS, 01 DE ABRIL DE 2015.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito Municipal

AVISO N.40/2015 - PREGÃO

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Processo Adm. Nº40/2015

Edital: PREGÃO PRESENCIAL- REG DE PREÇOS N. 40/2015.

Tipo : Menor preço

Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO

Entrega dos Envelopes: 08:00 horas - dia 17 de abril de 2015

Abertura dos Envelopes 08:00 horas- dia 17 de abril de 2015

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325 3000

SAO CARLOS, 01 DE ABRIL DE 2015.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito Municipal

AVISO N.41/2015 PREGÃO

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Processo Adm. Nº41/2015

Edital: PREGÃO PRESENCIAL- REG DE PREÇOS N. 41/2015.

Tipo : Menor preço

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

Entrega dos Envelopes: 08:00 horas - dia 22 de abril de 2015

Abertura dos Envelopes 08:00 horas- dia 22 de abril de 2015

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325 3000

SAO CARLOS, 01 DE ABRIL DE 2015.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito Municipal

São Domingos

PREFEITURA

DEC 1926 DE 30 03 15 TORNA SEM EFEITO DEC 1884 DE 04 03 15 A NOMEAÇÃO DE ROGERIO GALETTI

DECRETO Nº 1926, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 1884, de 04 de março de 2015, o qual nomeou candidato aprovado em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90; Leis Complementares Municipais nº 0018, de 28/01/08 atualizada, Lei Complementar nº 042 de 04/04/12, atualizada, Lei Complementar n. 0045, de 06 de novembro de 2012 atualizada, com base no Edital de Concurso n. 007/2013, no qual homologou o resultado final do Concurso Público n. 001/2013; e:

- Considerando que o candidato nomeado pelo Decreto nº 1884, de 04 de março de 2015, apresentou pedido de reclassificação conforme protocolo nº 680 /2015, de 23/03/2015;

- Considerando que caso o candidato não deseje assumir a vaga a que foi nomeado de imediato, poderá solicitar para passar para o final da lista dos aprovados, conforme o disposto no item 10.5 do Edital de Concurso Público n. 001/2013;

- Considerando que no ato da posse o candidato preenchia os requisitos exigidos para assumir o cargo;

- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Torna-se sem efeito o Decreto nº. 1884, de 04 de março de 2015, que nomeou Rogério Galetti, para exercer o cargo de Motorista, ficando o candidato reclassificado para o final da lista dos aprovados.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 30 de março de 2015.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

São João do Oeste

PREFEITURA

1 TA REGISTRO PREÇOS 07.15

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

REGISTRO DE PREÇOS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE ADIÇÃO DE VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 07/2015, ORIUNDO DO PROCESSO 29/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE-SC E A EMPRESA LUISE TERRAPLENAGENS LTDA.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 80.911.936/0001-03, situado à Rua Encantado nº 66, centro da cidade de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, devidamente representado por seu Prefeito Municipal Senhor Sérgio Luís Theisen, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Cristo Rei, interior de São João do Oeste, com amparo da Lei Orgânica do Município, combinada com inciso 3º do artigo 22, mais o disposto do inciso II do artigo 57 e o que consta no artigo 60, todos da Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, atualizada, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94 e a Lei 9.648/98, doravante denominada de Contratante, e LUISE TERRAPLENAGENS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 05.956.592/0001-33, estabelecida à Rodovia SC 163, Linha Beato Roque, município de São João do Oeste - SC, representada neste ato pelo seu gerente, Sra. Elise Rambo portador (a) da Carteira de identidade com RG nº 3.655.003 e CPF nº 024.926.319-07, vencedora do Pregão Presencial Nº 14/2015, doravante denominada simplesmente DETENTORA, resolvem Aditivar a Ata de Registro de Preço nº 07/2015, nos seguintes termos:

O presente termo tem por objetivo Aditivar a Ata de Registro de Preços nº 07/2015, de SERVIÇOS DE TRATOR ESTEIRA, nos Seguintes Termos:

Item	Percentual do aditivo e da supressão	Valor do aditivo e da supressão
Item 02 – Serviço de Trator Esteira	Aditivo de 25%	R\$ 3.112,50 referente 12,5 horas maquina.

O presente termo aditivo da ata de registro de preço 07/2015, irá alterar o valor do contrato, pois haverá uma adição de 25% no item 02, conforme tabela acima.

Permanecem inalteradas todas as cláusulas da ata de registro de preço nº 07/2015, que não entrem em contradição com o descrito neste termo aditivo.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São João do Oeste, 25 de março de 2015.

SÉRGIO LUÍS THEISEN
CONTRATANTE

Luise Terraplenagens Ltda EPP
CONTRATADA

2 TA CONTRATO 56.14

2º TA CONTRATO nº 056/2014

CONTRATO DE TRANSPORTE ESCOLAR

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 80.911.936/0001-03, com sede à Rua Encantado, 66, centro, cidade de São João do Oeste, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Senhor SÉRGIO LUÍS THEISEN, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Cristo Rei, interior do Município de São João do Oeste, portador do CPF nº 619.446.539-53, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE.

CONTRATADA: HAMMES & CIA LTDA, estabelecida na estrada geral Linha Fortaleza, neste município de São João do Oeste, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.464.174/0001-78, representada neste ato pelo seu sócio GERENTE ANTÔNIO HAMMES, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Estrada geral Linha Fortaleza, neste município, portador do CPF nº 526.611.059-72, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, atualizada, e as seguintes cláusulas contratuais:

Com Fundamento no Inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, cláusula sexta do Contrato nº 056/2014, de 24 de março de 2014, o mesmo fica alterado conforme descrição a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: - A CONTRATADA na qualidade de vencedora do trajeto nº 02, do Edital de Pregão Presencial nº 13/2014 de 17 de fevereiro de 2014, homologado em 06 de Março de 2014, compromete-se a executá-los, conforme descrição a seguir:

TRAJETO 02- Transporte de alunos de Linha Fortaleza até a Sede, com veículo com capacidade mínima de 32 lugares, com o seguinte roteiro diário: MANHÃ: Saída do Centro Educacional São João do Oeste, passando pelo lado direito do Arroio Fortaleza até a propriedade de Nestor Ritter onde dobra à direita e vai até a propriedade de Carlos Preuss, dobrando à esquerda até a propriedade de Silvani Engel, faz a volta e rumo até a propriedade de Luiz Wermuth seguindo em direção a propriedade de Tarcísio Follmann. Na sequência, faz o retorno pela margem esquerda do Arroio Fortaleza com chegada prevista às escolas da Sede do município às 07h00min. MEIO-DIA: A partir das 11h10min inicia a viagem de retorno fazendo o trajeto inverso, levando os alunos do turno matutino e trazendo os do turno vespertino, deslocando-se pelo lado esquerdo do Arroio Fortaleza até a propriedade de Tarcísio Follmann, onde faz a volta e dirige-se até a propriedade de Afonso Rambo, retornando e atravessando a ponte baixa até a propriedade de Josmar Souchie. Em seguida, retorna para a estrada geral, atravessando a ponte baixa em direção a propriedade de Carlos Preuss até a propriedade de Lúcio Oberger, rumando em direção a propriedade de Nestor Ritter, com sentido à cidade, com chegada prevista às escolas da sede às 13h00min, incluindo o contorno da Creche. TARDE: Às 17h10min inicia a viagem de retorno pela margem direita do Arroio Fortaleza, entrando na propriedade de Nestor Ritter, até a propriedade de Lúcio Oberger, retornando pela propriedade de Carlos Preuss, em seguida dirige-se até a propriedade de Afonso Rambo. Nessa propriedade faz a volta, retornando à estrada geral, cruzando a ponte baixa, deslocando-se até a propriedade de Josmar Souchie, retornando pelo lado direito da Sociedade de Fortaleza até a sede do município, totalizando 103,50 km diários. Sendo que 3 vezes por semana (3ª, 4ª e 5ª feira), para o Programa Mais Educação faz além do normal diário mais 3,2 km, até a propriedade de Josmar Souchie e 2 vezes por semana (3ª e 5ª feira) para o Ensino Médio Inovador mais 4,6 km até a propriedade de Tarcísio Follmann.

CLÁUSULA SEGUNDA: - DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO DE VIGÊNCIA.

Conforme calendário escolar, somente nos dias letivos, iniciando a partir do dia 02 de março e seu término previsto para o dia 31 de Dezembro de 2015, perfazendo um total de 185 dias letivos.

CLÁUSULA TERCEIRA: - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Para o atendimento do presente contrato O CONTRATATO receberá o valor total anual de R\$ 74.386,51 correspondendo ao seguinte:

Trajeto nº 02 - 103,50 Km - R\$ 360,18 por dia normal + 9,6km - R\$ 33,40 por semana referente programa mais educação + 9,2km - R\$ 32,01 por semana referente ensino médio inovador, mediante a apresentação da referida nota fiscal até o último dia do mês em curso, sendo o pagamento efetuado pelo município mensalmente, sempre na Segunda Sexta feira do mês imediatamente subsequente ao dos serviços prestados.

Valor km	Reajuste igpm	Valor após reajuste	Valor total aditado no contrato
3,35	3,8499%	3,48	
Km a ser percorridos com adição e supressão de trajeto	Dias letivos	Valor remanescente	
19.843,10	185	69.053,99	
			R\$ 3.354,51

CLÁUSULA QUARTA : As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

São João do Oeste(SC), 02 de março de 2015.

SÉRGIO LUÍS THEISEN
CONTRATANTE

HAMMES E CIA LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Vanei Rogério Ritter
CPF: 042.407.419-20

Katia Margareth Becker Dilkin
CPF: 063.421.239-77

FISCAL DO CONTRATO: _____
Silvane Inês Schneiders Baumgarten
Secretária da Educação

3 TA 30.14

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 30/2014
CONTRATO DE TRANSPORTE ESCOLAR

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 80.911.936/0001-03, com sede à Rua Encantado, 66, centro, cidade de São João do Oeste, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Senhor SÉRGIO LUÍS THEISEN, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Cristo Rei, interior do Município de São João do Oeste, portador do CPF nº 619.446.539-53, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE.

CONTRATADA: MÁRIO EUGÊNIO KUNZLER - estabelecida na linha Macuco, Município de São João do Oeste, SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.436.326/0001-78,

representada neste ato pelo seu proprietário Mário Eugênio Kunzler, brasileiro, solteiro, agricultor, residente e domiciliado no endereço supra, município de São João do Oeste-SC, portador do CPF nº 025.686.489-61, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, atualizada, e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Com Fundamento no Inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, o mesmo fica alterado conforme descrição a seguir:

A CONTRATADA na qualidade de vencedor do trajeto nº 07 do Edital de Pregão Presencial nº 054/2013 de 18 de Novembro de 2.014, homologado em 02 de janeiro de 2014, compromete-se a executá-lo, conforme descrição a seguir:

DESCRIÇÃO DO TRAJETO Nº 07: Saída da propriedade de Artêmio Meier em L^a Macuco, seguindo em direção ao entroncamento da propriedade de Jair Machry, passando pela propriedade de Elemar Welter, seguindo até a propriedade de João Rodrigues fazendo a volta e retornando pela propriedade de Jair Machry, passando pelas propriedades de Cornélio Schneider e José Celito Welter, fazendo a volta nesta propriedade e seguindo até o centro da comunidade de Linha Macuco com chegada prevista às 06h40min. Às 11h30min inicia o trajeto de retorno, fazendo o mesmo itinerário, passando por Roque Flach, seguindo até a propriedade de João Rodrigues e, em seguida inicia o trajeto do turno vespertino, percorrendo o mesmo itinerário do turno da manhã, chegando ao centro da comunidade de L^a Macuco às 12h40min. Em seguida, desloca-se até a propriedade de Ivo Preuss, fazendo a volta e retornando até o Centro de Macuco. Às 17h20min, inicia o trajeto de retorno, se deslocando primeiro à propriedade de Sérgio Benisch na comunidade de Fortaleza - 4 vezes por semana - para o Ensino Médio Inovador e Programa Mais Educação e, em seguida levando os alunos que moram em direção à propriedade de Roque Kunst e logo após os demais que moram na direção a Quiaiqui, fazendo o trajeto inverso, deslocando-se até a propriedade de João Rodrigues e retornando até a propriedade de Artêmio Meier, perfazendo o total de 7,5 km diários 4x por semana para o Ensino Médio Inovador e Mais Educação, sendo um dia a mais que o trajeto do ano anterior e 68,4 km diários para o trajeto normal, sendo 5,40km a menos que o trajeto original.

CLÁUSULA SEGUNDA: - DO REGIME DE EXECUÇÃO:

Conforme calendário escolar, somente nos dias letivos, iniciando a partir do dia da assinatura, e seu término previsto para o dia 31 de Dezembro de 2015, coincidindo com o final do calendário escolar, perfazendo um total de 185 dias letivos.

CLÁUSULA TERCEIRA: - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Para o atendimento do presente aditivo ao contrato O CONTRATATO receberá o valor anual de R\$ 41.478,00 correspondendo ao seguinte:

Trajetos nº 07 - normal - 68,40 Km x 2,81 = R\$ 192,20 por dia. Transporte projeto inovador - 7,5 km x 2,81 = R\$ 21,07 quatro vezes por semana, mediante a apresentação da referida nota fiscal até o último dia do mês em curso, sendo o pagamento efetuado pelo município mensalmente, sempre na Segunda Sexta feira do mês imediatamente subsequente ao dos serviços prestados.

Trajetos normal dia	Supressão km	Km depois supressão	Supressão valor
73,80km	5,40km	68,40	R\$2.807,19
Trajetos Inovador semana	Adição km	Km depois adição	Adição valor
22,5 km	7,5km	30,00km	R\$779,77

CLÁUSULA QUARTA: - As demais cláusulas do contrato, permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

São João do Oeste(SC), 02 de março de 2015

SÉRGIO LUÍS THEISEN
CONTRATANTE

MÁRIO EUGÊNIO KUNZLER
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Vanei Rogério Ritter
CPF: 042.407.419-20

Katia Margareth Becker Dilkin
CPF: 063.421.239-77

FISCAL DO CONTRATO: _____

Silvane Inês Schneiders Baumgarten
Secretária da Educação

4 TA 31.14

4º TA AO CONTRATO nº 31/2014

CONTRATO DE TRANSPORTE ESCOLAR

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 80.911.936/0001-03, com sede à Rua Encantado, 66, centro, cidade de São João do Oeste, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Senhor Sérgio Luís Theisen, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Cristo Rei, interior do Município de São João do Oeste, portador do CPF nº 619.446.539-53, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE.

CONTRATADA: TRANSPORTES CELUR LTDA, estabelecida na linha Cristo Rei, neste município de São João do Oeste, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.058.123/0001-46, representada neste ato pelo seu titular Sr. Ivo Schoeninger, brasileiro, casado, residente e domiciliado na linha Cristo Rei, neste município, portador do CPF nº 737.838.899-87, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, atualizada, e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA: - Com Fundamento no Inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, o mesmo fica alterado conforme descrição a seguir:

A CONTRATADA na qualidade de vencedora dos trajetos nº 04, 05, 06, do Edital de Pregão Presencial nº 54/2013 de 18 de novembro de 2013, homologado em 02 de janeiro de 2014, compromete-se a executá-los, conforme descrição a seguir:

TRAJETO 04 - Transporte de alunos de Vale Pio e Beato Roque até a escola de Cristo Rei, com ônibus com capacidade mínima de 36 lugares, com o seguinte roteiro diário: Saída da Escola de Cristo Rei, seguindo em direção ao centro da comunidade de Vale Pio, passando pela Linha Schneiders até a propriedade de Renato Kroetz, fazendo a volta nesta propriedade e seguindo em direção ao Centro de Vale Pio, se deslocando até a propriedade de Carlos

Gribler, retornando e seguindo em direção à comunidade de Beato Roque até a SC 472, fazendo o contorno pela Sociedade de Beato Roque até a Escola, retornando via asfalto, contornando o campo do Esporte Clube São José até a frente da Escola de Cristo Rei, com chegada prevista às 7h15min.

Às 11h30min inicia a viagem de retorno, percorrendo o mesmo itinerário até a escola de Beato Roque, seguindo via asfalto até a entrada da L^a Santa Isabel, fazendo a volta e retornando via asfalto em direção à comunidade de Cristo Rei, contornando o campo do Esporte Clube São José até à Escola, trazendo os alunos do turno vespertino, com chegada prevista às 12h45min.

Às 17h10min, inicia o roteiro inverso, dirigindo-se via SC 472 até a Escola de Beato Roque, retornando até o acesso à Linha Vale Pio, seguindo pela estrada em direção ao centro da comunidade de Vale Pio, até a propriedade de Carlos Gribler, retornando e seguindo em direção à propriedade de Renato Kroetz, retornando e seguindo via Linha Schneiders até o centro da comunidade de Cristo Rei, total de 89,04 km ao dia.

TRAJETO 05- Transporte de alunos de L^a Palmeiras e L^a Medianeira até a Escola de Cristo Rei, com veículo com capacidade mínima de 23 lugares, com o seguinte roteiro diário: Saída da escola de Cristo Rei via Condomínio, até a comunidade de Palmeiras, passando pela Linha Simon, fazendo a volta na antiga escola de Palmeiras, retornando pelo lado esquerdo do Arroio Macuco, indo em direção à Medianeira, deslocando-se pela estrada geral em direção à Macucozinho até a propriedade de Inácio Walker, fazendo a volta nesta propriedade, retornando até o Centro de Linha Medianeira (Igreja) retorna e segue pela estrada geral, pelo lado direito do Arroio Macuco até a SC 472, seguindo via asfalto até a entrada da propriedade de Renato Henn, retornando e seguindo até a escola de Cristo Rei, com chegada prevista às 7h20min. Às 11h30min, inicia o trajeto de retorno, contornando o campo do Esporte Clube São José, fazendo o itinerário inverso, levando os alunos do turno matutino e trazendo os alunos do turno vespertino, sendo que, ao chegar à Igreja Matriz, seguirá novamente via asfalto até a propriedade de Remídio Birck, onde carrega os alunos do turno vespertino e retorna à Escola de Cristo Rei com chegada prevista às 12h50min. Às 17h00min, inicia o trajeto de retorno contornando o campo do Esporte Clube São José, fazendo o itinerário inverso até o retorno ao centro da comunidade de Cristo Rei, percorrendo um total diário de 111 km, fazendo 3,67 km a mais.

TRAJETO 06- Transporte de alunos de Vale Pio até a escola de Cristo Rei, com veículo com capacidade mínima de 15 passageiros, com o seguinte roteiro diário: Saída da Escola de Cristo Rei seguindo em direção ao Centro da comunidade de Vale Pio, via propriedade de Gabriel Heck em direção a Eliseu Körbes, rumando à propriedade de Ismael Cardinal, retornando ao Centro de Cristo Rei, contornando o campo do Esporte Clube São José até a frente da escola de Cristo Rei, com chegada prevista às 6h50min. Após, segue em direção à propriedade de Valdir Toillier, seguindo em direção a Roque Lauxen, passando pela propriedade de José Fridolino Rambo, passando por Blásio Bracht, saindo na SC 472 em direção à Escola de Cristo Rei com chegada prevista às 7h15min. Às 11h10min, faz o percurso inverso, passando pela propriedade de Ismael Cardinal, retornando a estrada geral em direção à Eliseu Körbes, retornando ao Centro de Cristo Rei. Após, segue em direção à propriedade de José Fridolino Rambo em direção à escola, contornando o campo do Esporte Clube São José, com chegada prevista às 12h45min. Após carrega os alunos do Jardim de Cristo Rei e os transporta via SC 472 até a Escola de Beato Roque, com chegada prevista às 13h00min, em Beato Roque, carrega os alunos do Maternal III e os transporta via SC 472 até a Escola de Cristo Rei, com chegada prevista às 13h15min. Às 16h45min, leva os alunos do Maternal III até a Escola de Beato Roque e transporta os do jardim de Beato Roque até a Escola de Cristo Rei. A partir das 17h20min faz o mesmo itinerário em direção à Vale Pio, sem passar pela propriedade de Ismael Cardinal, até o entroncamento

da comunidade de São José, retornando ao Centro de Cristo Rei, percorrendo a mais 21,95km, num total diário de 109,75 km.

CLÁUSULA SEGUNDA: - DO REGIME DE EXECUÇÃO:

Conforme calendário escolar, somente nos dias letivos, iniciando a partir do dia 02 de março e seu término previsto para o dia 31 de Dezembro de 2015, coincidindo com o final do calendário escolar, perfazendo um total de 185 dias letivos.

CLÁUSULA TERCEIRA: - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Para o atendimento do presente aditivo de contrato, O CONTRATATO receberá o valor anual de R\$ 199.419,94 (cento e noventa e nove mil, quatrocentos e dezenove reais e noventa e quatro centavos) correspondendo ao seguinte:

Trajetos nº 04 - 89,04 Km - R\$ 322,32 (trezentos e vinte e dois reais e trinta e dois centavos) por dia.

Trajetos nº 05 - 111,00 Km - R\$ 360,75 (trezentos e sessenta reais e noventa e setenta e cinco centavos) por dia.

Trajetos nº 06 - 109,75 Km - R\$ 319,37 (trezentos e dezenove reais e trinta e sete centavos) por dia, mediante a apresentação da referida nota fiscal até o último dia do mês em curso, sendo o pagamento efetuado pelo município mensalmente, sempre na Segunda Sexta feira do mês imediatamente subsequente ao dos serviços prestados.

Aditivo km	Dias letivos	Valor km	Valor aditado
Trajetos 05 – 3,67km	185	3,25	2.206,58
Trajetos 06 – 21,95	185	2,91	11.816,78
		Valor total	14.023,36

CLÁUSULA QUARTA: - DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS:

O prazo do presente aditivo de contrato contará a partir da assinatura do presente, devendo iniciar os serviços de transporte escolar com o início do ano letivo e com o término em 31 de Dezembro de 2015, coincidindo com o fim do calendário escolar que será de 200 (duzentos) dias letivos; podendo ser prorrogado a critério da Administração Pública Municipal de São João do Oeste, por mais três (03) períodos de doze (12) meses subsequentes, mediante formulação de cláusulas aditivo, todavia sem ultrapassar os limites contidos no inciso II do Art. 57 da Lei nº 8.666/93, com a nova redação dada pela Lei nº 9.648/98, respeitadas as dotações orçamentárias previstas.

CLÁUSULA QUINTA: - As demais cláusulas do presente contrato permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

São João do Oeste(SC), 02 de março de 2015.

SÉRGIO LUÍS THEISEN
CONTRATANTE

TRANSPORTES CELUR LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Vanei Rogério Ritter
CPF: 042.407.419-20

Katia Margareth Becker Dilkin
CPF: 063.421.239-77

FISCAL DO CONTRATO: _____

Silvane Inês Schneiders Baumgarten
Secretária da Educação

APOSTILAMENTO 08.15 FMS

TERMO DE APOSTILAMENTO nº 01/2015 DO CONTRATO Nº 08/2015 DE AQUISIÇÃO DE PASSAGENS ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE SÃO JOÃO DO OESTE-SC E A EMPRESA REUNIDAS TURISMO SA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ nº 80.911.936/0001-03, estabelecida à Rua Encantado, 66, nesta cidade de São João do oeste - SC, representada neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Sérgio Luís Theisen, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Cristo Rei, interior do Município de São João do Oeste, portador do CPF nº 619.446.539-53, que doravante será denominada simplesmente de CONTRATANTE;

CONTRATADA: REUNIDAS TURISMO S.A., pessoa jurídica de direito privado, sita a Avenida Governador Ivo Silveira, nº2897, Capoeiras, cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 04.176.082/0001-80, neste ato representado pelo seu Diretor Financeiro, Senhor Rui Caramori, inscrito no cadastro de pessoa física sob o nº 170.895.909-25, que doravante será denominada simplesmente de CONTRATADA CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O presente Instrumento contratual tem como objetivo a modificação unilateral do contrato, visando o reajuste dos preços do CONTRATO, conforme segue:

Item	Descrição Itinerário	Quantidade	Valor Unitário	Porcentual do reajuste	Valor unitário do aditivo
01	Itap. X Chap.	100	38,64	6,50%	41,02
02	Chap. X Itap.	100	40,19	6,50%	42,57
03	Itap.xFlorian.	30	204,68	6,50%	219,35
04	Florian.xItap.	30	206,58	6,50%	217,45
05	Chap x Florian	40	154,69	6,50%	166,25
06	Florian x Chap	40	155,04	6,50%	166,60
07	Chap x Joinv	20	145,54	6,50%	154,54
08	Joinv x Chap.	20	146,49	6,50%	155,49
09	Chap x Blum	20	120,93	6,50%	128,93
10	Blum. X Chap	20	122,78	6,50%	130,78
11	Chap x lages	20	92,68	6,50%	98,39
12	LagesxChap	20	94,13	6,50%	100,04
			Valor Total aditado: R\$ 3.058,96		

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do Contrato nº 08/2015 de 02 de janeiro de 2015, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O Município de São João do Oeste - SC providenciará a publicação resumida do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, no DOM - SC, consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei.

São João do Oeste-SC, 05 de março de 2015.

SÉRGIO LUIS THEISEN
PREFEITO MUNICIPAL

APOSTILAMENTO 38.14

TERMO DE APOSTILAMENTO nº 01/2015 DO CONTRATO Nº 038/2014 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES INSTITUCIONAIS ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE-SC E A EMPRESA JORNAL FORÇA DO OESTE LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ nº 80.911.936/0001-03, estabelecida à Rua Encantado, 66, nesta cidade de São João do oeste - SC, representada neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Sérgio Luís Theisen, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Cristo Rei, interior do Município de São João do Oeste, portador do CPF nº 619.446.539-53, que doravante será denominada simplesmente de CONTRATANTE;

CONTRATADA: EMPRESA JORNAL FORÇA D'OESTE LTDA, com sede na Rua Independência, 71, na cidade de Itapiranga, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.890.041/0001-63, neste ato representado pelo seu sócio gerente, Sr. Rafael Stuelp, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na cidade de Itapiranga - SC, centro, portador do CPF nº 006.930.079-82, que doravante será denominada simplesmente de CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O presente Instrumento contratual tem como objetivo a modificação unilateral do contrato, visando o reajuste dos preços do item nº 02 e 09, conforme segue:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Porcentual do reajuste IGPM	Valor após reajuste	Valor total do aditivo
03	PUBLICAÇÃO	10	760,00	3,8499%	789,25	292,50
07	PUBLICAÇÃO	10	385,00	3,8499%	399,80	148,00
08	PUBLICAÇÃO	10	365,00	3,8499%	379,05	140,50

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do 1º TA do Contrato nº 038/2014 de 22 de dezembro de 2014, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O Município de São João do Oeste - SC providenciará a publicação resumida do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, no Diário Oficial do Municípios de Santa Catarina, consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei.

São João do Oeste-SC, 06 de março de 2015.

SÉRGIO LUIS THEISEN
PREFEITO MUNICIPAL

APOSTILAMENTO 39.14

TERMO DE APOSTILAMENTO nº 01/2015 DO CONTRATO Nº 039/2014 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES INSTITUCIONAIS ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE-SC E A EMPRESA DE COMUNICAÇÃO KLAGENBERG E KLAGENBERG LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ nº 80.911.936/0001-03, estabelecida à Rua Encantado, 66, nesta cidade de São João do oeste - SC, representada neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Sérgio Luís Theisen, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Cristo Rei, interior do Município de São João do Oeste, portador do CPF nº 619.446.539-53, que doravante será denominada simplesmente de CONTRATANTE:

CONTRATADA: EMPRESA KLAGENBERG E KLAGENBERG LTDA, com sede na Rua Tetônica, nº 62, na cidade de Mondaí - SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.413.042/0001-08, neste ato representado por Adriane Klangenber, brasileira, solteira, residente e domiciliado na cidade e Município de Mondaí, inscrito no CPF/MF sob nº 044.611.879-69, RG n. 4173.624, que doravante será denominada simplesmente de CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O presente Instrumento contratual tem como objetivo a modificação unilateral do contrato, visando o reajuste dos preços do item nº 04 e 05, conforme segue:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Porcentual do reajuste IGPM	Valor após reajuste	Valor total do aditivo
04	PUBLICAÇÃO	10	284,00	3,8499%	294,90	109,00
05	PUBLICAÇÃO	10	270,00	3,8499%	280,10	110,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do 1º TA do Contrato nº 039/2014 de 22 de dezembro de 2014, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O Município de São João do Oeste - SC providenciará a publicação resumida do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, no DOM - SC, consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei.

São João do Oeste-SC, 25 de Março de 2015.

SÉRGIO LUIS THEISEN

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO 14.15 FMS

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 014/2015

"REFERENTE AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO nº. 006/2014".

"Objetivando o Chamamento Público para Credenciamento de pessoa jurídica, privadas ou públicas, lucrativas ou não, para a execução de exames laboratoriais e coleta de material para envio ao LACEN.

Pelo presente instrumento, de um lado, o Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com centro administrativo à Rua Encantado, 111, inscrito no CNPJ sob nº.80.911936/0001-03, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal SÉRGIO LUÍS THEISEN, brasileiro, casado, residente e

domiciliado na Linha Cristo Rei, interior de São João do Oeste, doravante denominado simplesmente de CREDENCIANTE e,

Laboratório de Análises Clínicas Laboratório Castanhede Ltda, inscrita no CNPJ/CPF sob n.º 17.910.870/0001-09, estabelecida na Rua São José, nº 306 Térreo, Centro da Cidade de Itapiranga - SC, neste ato representada pela Sra. Célia Maria Meurer, portador(a) da Carteira de Identidade com RG n.º 2.204.028 e CPF n.º 627.128.029-34, residente e domiciliado na Rua Cabo Pedro S/N no Centro da Cidade de Itapiranga - SC, doravante denominada simplesmente CREDENCIADA, acordam celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

A CREDENCIADA compromete-se a prestar os serviços na execução/fornecimento dos serviços de Saúde - exames laboratoriais e coleta de material para envio ao LACEN mencionados no presente edital e pelas normas no Decreto nº 110/2014, de 01 de Dezembro de 2014 e demais normas técnicas pertinentes aos serviços, com os valores constantes na tabela (Anexo I).

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

A CREDENCIADA, responderá pela solidez, segurança e perfeição dos serviços executados, sendo ainda responsável por quaisquer danos pessoais ou materiais, inclusive contra terceiros, ocorridos durante a execução dos serviços ou deles decorrentes.

A CREDENCIADA durante a vigência do presente contrato, obriga-se a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no Edital de Credenciamento Público nº. 006/2014.

CLAUSULA TERCEIRA - DO EQUIPAMENTO E MÃO-DE-OBRA

a) - Caberá a CREDENCIADA o fornecimento de todos os equipamentos e mão-de-obra, necessários à plena execução dos serviços indicados na cláusula primeira deste termo.

b) - Correrão por sua inteira conta e risco, as despesas de toda a mão-de-obra, instrumento, equipamento necessárias, e, igualmente se responsabiliza por encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos causados à CREDENCIANTE e ou a terceiros.

c) - Suportará, também, encargos decorrentes de manutenção e conservação dos equipamentos utilizados na execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA

O presente pacto tendo sua vigência a partir da assinatura do presente instrumento, e tendo como prazo final o dia 31.12.2015.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos somente serão realizados mediante:

a) - Apresentação da requisição médica para execução de exames laboratoriais e coleta de material para o envio ao LACEN, com o aval da Secretária da Saúde/Fundo Municipal de Saúde do Município de São João do Oeste;

b) - Os valores serão postos à disposição da CREDENCIADA, junto à instituição financeira na qual mantenha conta corrente, mensalmente, até o décimo (10º) dia útil do mês subsequente àquele em que os serviços forem prestados.

c) - Os valores a serem pagos, somente serão liberados mediante a apresentação da Fatura e/ou Nota Fiscal, tendo em anexo planilha com os serviços realizados durante o mês, que deverá ser apresentado à Secretaria da Saúde/Fundo Municipal de Saúde do Município de São João do Oeste até o último dia útil do mês em curso, que deverá estar em conformidade com os serviços realizados e devidamente comprovados, e estarão sujeitos às retenções previdenciárias e tributárias, devendo ser apresentado ainda os seguintes documentos relativos ao mês imediatamente anterior:

1. - Guias de recolhimento do FGTS e INSS devidamente quitadas,

acompanhadas da RE - Relação de Empregados, relativas ao mês imediatamente anterior a competência dos serviços;

2. - As certidões negativas de débito do FGTS e INSS, vigentes a época da emissão da Fatura e/ou Notas Fiscais e/ou no ato do pagamento da despesa.

d) - Os valores a serem pagos serão sempre os fixados em preço público a ser definido pelo Poder Público na forma da Lei, sendo que qualquer alteração do preço deve ser comunicada à CREDENCIADA, para manifestar o seu interesse na continuidade ou não do credenciamento;

Parágrafo Único - Uma vez comunicada a CREDENCIADA sobre qualquer alteração, INCLUSIVE QUANTO AO PREÇO PÚBLICO FIXADO e, permanecendo ciente quanto à vigência do pacto, este permanecerá em vigor e com a alteração sofrida.

CLÁUSULA SEXTA - FISCALIZAÇÃO.

A CREDENCIANTE exercerá ampla fiscalização sobre os serviços executados e em execução pela CREDENCIADA, podendo rejeitá-los quando estiverem fora das especificações, devendo ser refeito sem ônus à CREDENCIANTE.

A CREDENCIANTE reserva-se o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, o local de trabalho da CREDENCIADA, bem como seus equipamentos de trabalho, devendo esta fornecer todas as informações necessárias a CREDENCIANTE, bem como permitir a fiscalização em seu estabelecimento e equipamentos, quando esta julgar pertinente.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará, à CREDENCIADA, as penalidades previstas no Artigo 87, da Lei nº. 8.666/93 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente da incidência de multa e sem prejuízo de descumprimento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

Pelo descumprimento total ou parcial das condições contratuais, a Prefeitura Municipal, poderá aplicar à contratada as seguintes penalidades, além da responsabilização civil e penal cabíveis, sem prejuízo do disposto no art. 49, da Lei 8.666/93 e alterações:

- a) - Advertência;
- b) - Multa;
- c) - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração;
- d) - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que tiver aplicado a penalidade.

CLÁUSULA NONA - DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS

No caso de incidência de uma das situações previstas neste instrumento, o CREDENCIANTE notificará a CREDENCIADA, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar, por escrito, os motivos do inadimplemento.

Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multa:

- d) 10 % (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa injustificada da interessada em assinar o contrato;
- e) 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso sobre o valor dos serviços não realizados;
- f) 20% (vinte por cento) quando o atraso for superior a 30 (trinta) dias, com o conseqüente cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente;

A CREDENCIANTE, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do artigo 58 e artigo 87, inciso II, da Lei focada, aplicará multa:

- g) - Pela recusa em executar os serviços ora contratados, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Credenciamento poderá ser rescindido:

a) - Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 30 (trinta) dias pelo interessado.

b) - Unilateralmente pela CREDENCIANTE, em qualquer tempo, independente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial, caso a CREDENCIADA:

1. - Ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste contrato ou delegue a outrem as incumbências e/ou as obrigações nele consignadas, sem prévia e expressa autorização da CREDENCIANTE.

2. - Venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na execução dos serviços contratados.

3. - Quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evidenciada a incapacidade da credenciada para dar execução satisfatória ao contrato.

4. - Venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.

5. - Quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

Parágrafo Único - Havendo rescisão contratual, a CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA, o numerário equivalente aos serviços efetivamente realizados, e aprovados pela Secretaria da Saúde/Fundo Municipal de Saúde, no valor avençado.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas decorrentes da execução dos serviços ora, contratados, serão atendidos pela dotação orçamentária da Secretaria de Saúde/Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2014:

Órgão: 11 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.052 - Manutenção Ativ. do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.003.0 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - CASOS OMISSOS

Qualquer litígio judicial oriunda da aplicação do presente termo, será dirimida, com base na legislação específica, especialmente no EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO nº. 006/2014 e na Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

A CREDENCIADA não poderá, sob qualquer hipótese, cobrar diferenças de valores aos beneficiários pelo atendimento, bem como, que este assine fatura ou guia de atendimento em branco.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DO FORO

As partes elegem o Foro da comarca de Itapiranga-SC para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

São João do Oeste - SC, 27 de Março de 2015.

Município de São João do Oeste
Sérgio Luis Theisen

Laboratório de Análises Clínicas
Célia Maria Meurer

TESTEMUNHAS:

Katia Margareth Becker Dilkin
CPF: 063.421.239-77

Vanei Rogério Ritter
CPF: 042.407.419-20

Judite R. B. Gauer
CPF: 675.258.909-78
FISCAL DO CONTRATO

São João do Sul

PREFEITURA

EDITAL N.º 001/2015 – CMDCA DE SÃO JOÃO DO SUL

EDITAL N.º 001/2015 - CMDCA DE SÃO JOÃO DO SUL

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do Município de São João do Sul-SC torna público o Processo de Escolha Unificado para membros do Conselho Tutelar para quadriênio 2016/2019, de acordo com o art. 139 da Lei n.º 8.069/90 (ECA), com a Lei n.º 12.696/2012, a Resoluções n.º 139/2010 alterada pela Resolução n.º 170/2014, e a Resolução n.º 152, todas do CONANDA, a Lei Municipal n.º 1.749, de 25 de março de 2015, a Resolução n.º 001/2015 do CMDCA e a Lei Orgânica Municipal, sendo realizado sob a responsabilidade deste e a fiscalização do Ministério Público da Comarca de Santa Rosa do Sul/SC, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO CARGO E DAS VAGAS

1.1. A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas 05 (cinco) vagas para conselheiros tutelares titulares, ficando todos os demais candidatos aprovados, classificados como suplentes, ressalvado que o processo de escolha ocorrerá com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados, podendo ser prorrogado o prazo de inscrição para cumprimento desta norma.

1.2. Os 05 (cinco) candidatos mais votados e aprovados serão os Conselheiros Tutelares eleitos e, assumirão efetivamente o cargo de Conselheiros Tutelares durante o período de 04 (quatro) anos.

2. DA REMUNERAÇÃO, DE CARGA HORÁRIA E DO MANDATO

2.1. O exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar constituirá serviço público relevante, e a remuneração conforme a Lei Municipal n.º 1749/2015, corresponde:

I - Vencimento de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) com reajuste na mesma data e no mesmo percentual em que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - Gratificação natalina;

III - Férias anuais remuneradas acrescidas do terço constitucional;

IV - Contribuição ao Regime Geral da Previdência Social;

V - Licença-maternidade;

VI - Licença-paternidade;

VII - Licença por falecimento de cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filho, enteados, irmãos, avós e netos, pelo período de 05 (cinco) dias;

VIII - Licença para tratamento de saúde.

2.2. O servidor público municipal que vier exercer mandato de Conselheiro Tutelar ficará licenciado do seu cargo, emprego ou função, podendo, entretanto optar pela respectiva remuneração, uma vez que a função, de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva.

2.3. O tempo de serviço prestado no exercício do mandato de Conselheiro Tutelar será computado para todos os efeitos legais.

2.4. Todos os membros do Conselho Tutelar serão submetidos à mesma carga horária semanal de trabalho, bem como, aos mesmos períodos de plantão ou sobreaviso, onde cada membro deve cumprir 24 (vinte e quatro) horas corridas, a cada 05 (cinco) dias, sendo vedado qualquer tratamento desigual, o que não impede divisão de tarefas entre os conselheiros, para fins de realização de suas atividades.

2.5. O mandato dos Conselheiros Tutelares eleitos no presente pleito será exercido por 04 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições para a Candidatura a Conselheiro Tutelar será feita no período de 06/04/2015 a 03/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público, das 8h:00min às 12h:00min e das 13h:00min às 17h:00min, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, localizada na Rua Anselmo Borba, n. 574, centro, telefone (48) 35390230, São João do Sul/SC. (Secretaria Municipal de Assistência Social).

3.2. Poderão submeter-se à eleição os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato de inscrição:

I - Idoneidade moral, comprovada por meio de Certidão de Antecedentes para Fins Criminais (disponível no site: www.tjsc.jus.br/certidoes) e Certidão emitida pelo Delegado de Polícia local, afirmando que o candidato não é indiciado em nenhum Inquérito Policial ou Termo Circunstanciado;

II - Idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - Residir no município de São João do Sul há no mínimo 02 (dois) anos;

IV - possuir Ensino Médio Completo, mediante a apresentação de certificado de conclusão do curso;

V - Possuir Carteira Nacional de Habilitação - CNH - Categoria "B", podendo ser postergada a comprovação de habilitação para o ato da posse;

VI - Estar no gozo de seus direitos políticos;

VII - Submeter-se a 01 (uma) sessão psicológica (entrevista) de caráter eliminatório.

VIII - Assinar Termo de Compromisso do Anexo III, assumindo a responsabilidade quanto ao cumprimento do horário de funcionamento e de Plantão do Conselho Tutelar.

3.2.1. O candidato no ato da inscrição deverá trazer:

I - Ficha de Inscrição, devidamente preenchida e assinada, conforme modelo do Anexo II, deste edital;

II - Fotocópia do CPF e do RG;

III - Comprovante de residência atualizado;

IV - Comprovante do nível de escolaridade exigido;

V - Certidão Negativa de Antecedentes Criminais e Certidão emitida pelo Delegado de Polícia, afirmando que o candidato não é indiciado em nenhum Inquérito Policial ou Termo Circunstanciado;

VI - Fotocópia do Título de Eleitor e Certidão de quitação Eleitoral;

VII - Fotocópia do Certificado de Reservista para os candidatos do sexo masculino;

VIII - Fotocópia da Carteira Nacional de Habilitação, para aqueles que já a possuírem, de acordo com alínea "V" do item 3.2.

3.2.2. Além dos documentos comprobatórios das condições acima estabelecidas no item 3.1, serão exigidos outros documentos pelo Setor de Recursos Humanos para contratação que deverão ser entregues no ato da convocação.

3.2.3. Concluído o prazo de inscrição, será publicado Edital no mural da sede do CMDCA e no sítio eletrônico do Município de São João do Sul: saojoaodosul.sc.gov.br, contendo a relação dos inscritos, cabendo impugnações, que poderá ser apresentada por qualquer cidadão ou entidade de atendimento, defesa ou promoção dos direitos de crianças e adolescentes, no prazo de 05 (cinco) dias a partir da publicação, o qual será processada de acordo com as normas previstas neste Edital e na Lei n.º 1.749 de 25 de março de 2015.

3.2.4. No mesmo prazo, será dado vista ao Promotor de Justiça da Comarca, de todos os requerimentos de inscrição, para os fins do art. 139 da Lei Federal n.º 8.069/90.

3.2.5. Havendo impugnação, o candidato será notificado da mesma, podendo apresentar defesa em 05 (cinco) dias.

3.2.6. A Comissão Especial encarregada de realizar o processo de escolha decidirá sobre o mérito, no prazo de 03 (três) dias, podendo, se necessário, ouvir as testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documento e a realização de outras diligências. Dessa decisão, publicar-se-á em murais públicos do Município e caberá recurso à Plenária do CMDA.

3.2.7. Vencidas as fases de impugnação e recurso, o CMDCA

publicará edital no mural da sede do CMDCA e no sítio eletrônico do Município de São João do Sul: saojoaodosul.sc.gov.br, com os nomes dos habilitados a participarem do processo eleitoral.

3.3. Não haverá cobrança de taxa de inscrição.

3.4. No requerimento de inscrição por procuração deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, relacionados acima, o instrumento de procuração com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.5. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.6. O servidor público municipal que pretender se inscrever candidato ao Conselho Tutelar deverá comprovar, até a inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.7. O conselheiro titular, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente.

3.8. O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, terá como consequência a nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como serão nulos todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.9. Nenhuma inscrição será admitida fora do período estabelecido no Anexo I.

4. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA

4.1. O Processo de Escolha de que trata este Edital será realizado em 02 (duas) etapas, sendo:

Primeira etapa - Sessão Psicológica;

Segunda etapa - Eleição dos candidatos, de forma direta e facultativa.

5. DA PRIMEIRA ETAPA - DA PROVA PSICOLÓGICA

5.1. Os candidatos com inscrição deferida passarão por uma avaliação psicológica, de caráter eliminatório, que os declararão aptos ou não a seguir no processo de seleção, a realizar-se no dia 27/07/2015 na Secretaria Municipal de Assistência Social, no horário compreendido das 08h:30min às 11h:30min e das 13h:00min às 17h:00min, segundo ordem de inscrição deferida e para cujas sessões (horários) serão os candidatos previamente convocados.

5.2. O profissional que fará a avaliação psicológica não pertence ao quadro de servidores do Município.

5.3. O resultado da prova psicológica será fornecido diretamente ao candidato no dia 30/07/2015, que terá a obrigação de assinar Termo de ciência das normas estabelecidas neste edital sobre a etapa restante do processo eleitoral.

6. DA SEGUNDA ETAPA - DO REGISTRO DAS CANDIDATURAS E DO PLEITO:

6.1. A candidatura será individual, não sendo admitida a composição de chapas e, cada eleitor apto a participar do processo poderá votar em apenas 01 (um) dos candidatos.

6.2. O CMDCA publicará no Mural da sua sede e no sítio eletrônico oficial as candidaturas registradas.

6.3. Cada candidato poderá credenciar na sede do CMDCA, por meio de requerimento escrito, até 1 (um) fiscal para acompanhar processo de eleição e apuração, no ato de registro de sua candidatura.

7. DA PROPAGANDA ELEITORAL

7.1. No processo de escolha do Conselho Tutelar é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

7.2. Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por

seus simpatizantes.

7.3. Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

7.4. Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

7.5. Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, o oferecimento ou a promessa de dinheiro, dádivas, benefícios ou vantagens de qualquer natureza, mediante apoio para candidaturas.

7.6. Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

7.7. É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, ou quaisquer outros tipos de mídia eletrônica, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

7.8. Fica proibida a realização de debates nos três dias que antecedem a eleição.

7.9. É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

7.10. No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

7.11. A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

7.12. Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

7.13. Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

7.14. Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São João do Sul, no prazo de 05 (cinco) dias.

7.15. O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São João do Sul.

7.16. É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

7.17. É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedada aos mesmos, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

8. DA ELEIÇÃO

8.1. A eleição será realizada no dia 04/10/2015, no horário de 9h:00min às 16h:00min (horário de Brasília), na Escola de Educação Básica Professora Maria Solange Lopes de Borba, localizada na Rua Jaime Grundler, n.º 468, Bairro Centro, desta cidade.

8.2. A eleição será divulgada pela Comissão Eleitoral.

8.3. No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

8.4. O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, o título de eleitor, ou outro documento equivalente a este, com foto.

8.5. Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a

feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

8.6. A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

8.7. A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados pelo mesmo, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

8.8. O eleitor votará uma única vez em 01 (um) candidato na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

8.9. O sigilo do voto é assegurado mediante isolamento do eleitor em cabine apenas para efeito de votação do candidato.

8.10. A eleição será presidida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através da Comissão Eleitoral e fiscalizada pelo Promotor de Justiça da Comarca de Santa Rosa do Sul/SC.

9. DA SEÇÃO ELEITORAL

9.1. Será instalado apenas 01 (um) local de votação, qual seja a Escola de Educação Básica Professora Maria Solange Lopes de Borba, localizada a Rua Jaime Grundle, n.º 468, centro, desta cidade.

10. DO VOTO

10.1. Os Conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados junto ao Tribunal Regional Eleitoral que compõem as seções eleitorais do Município de São João do Sul, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público Estadual.

10.2. O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabine indevassável.

10.3. O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do candidato escolhido.

11. DA CÉDULA OFICIAL

11.1. A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São João do Sul/SC, com indicação do número e nome do candidato.

11.2. Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

11.3. O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

11.4. Constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número, na cabine indevassável.

12. DAS MESAS RECEPTORAS

12.1. A seção eleitoral corresponde a uma mesa receptora de votos.

12.2. Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outras pessoas escolhidas pela Comissão Eleitoral;

12.3. Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

12.4. O Primeiro Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda pessoalmente pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda assinar a ata da eleição, e na falta ou impedimento destes, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

12.5. A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, juntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

12.6. Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:

I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

III - Proceder à apuração dos votos, através da contagem manual.

12.7. Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

12.8. Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

a) Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

b) O cônjuge ou o (a) companheiro (a) do candidato;

c) As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

12.9. Não será permitido o acesso a cabine eleitoral, ao eleitor que estiver portando celulares, câmeras fotográficas ou afins.

13. DA APURAÇÃO

13.1. A apuração dar-se-á manualmente pela contagem, no próprio local de votação, através dos membros das Mesas Receptoras de Votos, com a presença do Ministério Público ou representante do mesmo e da Comissão Eleitoral.

13.2. Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público.

13.3. Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

13.4. Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

13.5. Serão considerados eleitos os 05 (cinco) primeiros candidatos mais votados, ficando os seguintes como suplentes, de acordo com o número de sufrágios recebidos.

13.6. Havendo empate na votação será considerado eleito o candidato que obteve melhor desempenho na avaliação psicológica.

13.6.1. Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

14. DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

14.1. O resultado preliminar da eleição será publicado imediatamente após a apuração, no dia 04/10/2015, no local de votação e sítio eletrônico oficial do Município no primeiro dia útil seguinte à realização da eleição, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de sufrágios recebidos.

14.2. Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São João do Sul.

14.3. A posse dos 05 (cinco) primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será no dia 10/01/2016.

14.4. Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

14.5. Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São João do Sul, sendo os suplentes também convidados a participar.

15. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

15.1. Ter cumprido integralmente todas as etapas do processo de eleição dos membros do Conselho Tutelar e preencher os requisitos constantes neste edital e na Lei n.º 1.749/2015.

15.2. Ter sido eleito Conselheiro Tutelar entre os 05 (cinco) candidatos mais votados e em caso de vacância do cargo, os suplentes serão convocados na ordem crescente de classificação.

15.3. Assinar o termo de posse e exercício de cargo.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei n.º 8.069/1990 e na Lei Municipal n.º 1.749/2015, sem prejuízo das demais leis afetas.

16.2. O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

16.3. A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência, apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

16.4. As datas e locais para realização de eventos relativos ao

presente processo eleitoral constantes neste edital poderão sofrer alterações em casos especiais, o que será oportunamente publicado em novo edital.

16.5. Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São João do Sul, sob a fiscalização do Ministério Público.

16.6. Após a posse, os candidatos eleitos deverão apresentar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente um Plano de Trabalho para acompanhamento e integração das atividades do Conselho Tutelar.

16.7. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São João do Sul.

16.8. É de inteira responsabilidade de o candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

16.9. O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

16.10. Os candidatos a conselheiros tutelares devem seguir os prazos constantes do Anexo I - Cronograma Referente ao Edital CMDCA n.º 01/2015.

16.11. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Rosa do Sul/SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

São João do Sul, 31 de março de 2015.

Edilene dos Santos

Presidente do CMDCA/SJS

ANEXO I

CRONOGRAMA REFERENTE AO EDITAL CMDCA n.º 001/2015

ITEM	CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	DATA
1.	Publicação do edital	Até 04/04/2015
2.	Prazo para as inscrições	06/04/2015 a 03/06/2015
3.	Análise das inscrições	05/06/2015 a 11/06/2015
4.	Publicação da relação dos candidatos	12/06/2015
5.	Impugnação de candidatura	13/06/2015 a 18/06/2015
6.	Notificação dos candidatos impugnados para defesa	22/06/2015 a 26/06/2015
7.	Apresentação da defesa pelo candidato impugnado	29/06/2015 a 03/07/2015
8.	Análise e decisão das impugnações	Até 08/07/2015
9.	Interposição de recurso	09/07/2015 a 13/07/2015
10.	Publicação da relação dos candidatos habilitados	17/07/2015
11.	Aplicação da Sessão Psicológica	27/07/2015
12.	Publicação da relação dos candidatos aprovados	30/07/2015
13.	Eleição	04/10/2015
14.	Divulgação do Resultado da Eleição	04/10/2015
15.	Posse dos eleitos	10/01/2016

ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO

Inscrição Nº: _____

Nome do Candidato: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Sexo: () masculino () feminino

Estado Civil: _____

CPF: _____

Endereço: _____

Telefones: _____

Eu, _____, declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras e assumo total responsabilidade pelo preenchimento deste cadastro de inscrição, bem como, pelos dados declarados nesta ficha de inscrição, conforme cópia dos documentos em anexo, certificando explicitamente conhecer e aceitar as normas e regulamentos estabelecidos no Edital nº 001/2015, e todas as disposições nele contidas.

São João do Sul, ____/____/____.

Assinatura do Candidato (a)

Assinatura do Membro da Comissão Especial

ANEXO III

TERMO DE COMPROMISSO

Eu _____, cadastrado no

CPF: _____

(nacionalidade)

e RG: _____, Órgão Expedidor: _____, residente e domiciliado em/na _____

_____ em São João do Sul - SC; Candidato a Conselheiro(a) Tutelar, sob o Número de Inscrição: _____ tenho ciência das obrigações e responsabilidades inerentes a função de Conselheiro(a) Tutelar de acordo com os Arts. 28, 29 e 54 da Lei Municipal nº 1.749, de 25 de março de 2015.

São João do Sul, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do candidato

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, _____, portador(a) do RG n.º _____ e CPF n.º _____, declaro, sob as penas da Lei, e para fins de participação no Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de São João do Sul, quadriênio 2016/2019, que resido no município de São João do Sul há mais de 02 (dois) anos, no seguinte endereço _____ n.º _____, Complemento _____, Bairro: _____.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

São João do Sul, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do Candidato

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 106/2015

DECRETO Nº 106/2015

"QUE CANCELA GRATIFICAÇÃO CONCEDIDO AO FUNCIONÁRIO SEBASTIÃO CÍCERO MARTINS"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica CANCELADA a Gratificação correspondente a 60% (sessenta por cento), do Piso salarial, conforme Lei Complementar Nº 2.301/99, de 24/09/1999, Art. 12, anexo VI, que havia sido concedido ao funcionário SEBASTIÃO CÍCERO MARTINS, pelo exercício da Chefia do Setor de Limpeza Pública (Roçado), através do Decreto Nº 169/2013, de 17/04/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 02/03/2015, ficando revogadas as disposições do Decreto Nº 169/2013, de 17/04/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 23 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 107/2015

DECRETO Nº 107/2015

"QUE REMANEJA VALORES ENTRE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2015, ART 4º DA LEI MUNICIPAL Nº 4.280/2014."

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 - PODER EXECUTIVO		
03.08 - SECRETARIA DA SAÚDE		
(3)3.3.90.00.00.00.00.2.012-0014-	Aplicações	Diretas
861.000,00		
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		
861.000,00		

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da utilização parcial da dotação orçamentária:

03 - PODER EXECUTIVO	
03.08 - SECRETARIA DA SAÚDE	
(2)3.3.50.00.00.00.00.2.012-0014-	Transf. a Inst. Privadas s/ fins Luc.
861.000,00	
TOTAL DA UTILIZAÇÃO	
861.000,00	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 23 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 108/2015

DECRETO Nº 108/2015

"QUE NOMEIA FUNCIONÁRIOS, POR FORÇA DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 002/2014"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADO o seguinte funcionário: - ANDRÉ SANTOS ROSA, para ocupar o Cargo Efetivo de Motorista, na Secretaria Municipal de Obras e Viação, com 40 horas semanais classificado em 1º lugar no Concurso Público Nº 002/2014, realizado em data de 18/01/15, sob o regime estatutário.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 23 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 109/2015

DECRETO Nº 109/2015

"NOMEIA NOVOS MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL, DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB"

O Prefeito Municipal de São Joaquim - SC., no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Municipal Nº 2.791/2007, de 02/08/07; Ficam NOMEADOS novos Membros para comporem o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB:

- REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA:
Titular: Olivia Oliveira Figueiredo
Suplente: João Maria Alano Filho
Titular: Terezinha Aparecida Quintino Bruch
Suplente: Rita de Fátima Ribeiro

- REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:
Titular: Marinez Garcia Felisbino Ricardo
Suplente: Taiane Garcia dos Santos

- REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:
Titular: Fernando Zanette;
Suplente: Daniele Huguen Rodrigues;

- REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:
Titular: Ana Maria Tortelli;
Suplente: Sarine Pereira Alves;

- REPRESENTANTES DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

Titular: Mariléia de Brida Amaral;

Suplente: Marcio Eron de Souza;

- REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

Titular: Deize Cristina Feltrin;

Suplente: Eliziane Borges Velho Andrade;

- REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA INDICADO PELA ENTIDADE DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS:

Titular: Pamela Barbosa de Souza;

Suplente: Marilei Mota;

- REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO OU ÓRGÃO EDUCACIONAL EQUIVALENTE:

Titular: Vergílio Carlos de Lira Brito;

Suplente: Ana Marcia de Souza Pereira;

- REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR:

Titular: Nelci da Silva Tomaz;

Suplente: Rosmari Marafigo de Jesus;

- REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular: Pedro Paulo Goulart da Silva;

Suplente: Leonilda Aparecida Tortelli Pereira.

Parágrafo Primeiro - O mandato dos membros do Conselho será de 02 (dois) anos, vedada a recondução para o mandato subsequente.

Parágrafo Segundo - As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições do Decreto 037/2015, de 02 de Fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 23 de Março de 2015.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 110/2015

DECRETO Nº 110/2015

"QUE EXONERA O SERVIDOR JOÃO CARLOS DE JESUS, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica EXONERADO por abandono de serviço o senhor JOÃO CARLOS DE JESUS, ocupante do Cargo de Motorista, no Conselho Tutelar, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 240/2012, de 31/12/2012. A referida exoneração é a contar do dia 01/06/2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Junho de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 23 de Março de 2015.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 111/2015

DECRETO Nº 111/2015

"QUE NOMEIA FUNCIONÁRIA, POR FORÇA DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2014"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADA a senhora MARISTELA DA SILVA, para ocupar o Cargo Efetivo de Telefonista, na Secretaria Municipal de Administração, com 40 horas semanais classificada em 2º lugar no Concurso Público Nº 001/2014, realizado em data de 13/04/14, sob o regime estatutário.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 24 de Março de 2015.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 112/2015

DECRETO Nº 112/2015

"QUE NOMEIA FUNCIONÁRIOS, POR FORÇA DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 002/2014"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADO o seguinte funcionário: - MARCELO CARDOSO DA SILVA, para ocupar o Cargo Efetivo de Motorista, na Secretaria Municipal de Obras e Viação, com 40 horas semanais classificado em 2º lugar no Concurso Público Nº 002/2014, realizado em data de 18/01/15, sob o regime estatutário.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 25 de Março de 2015.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 113/2015

DECRETO Nº 113/2015

"QUE AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em conformidade com as Leis Nº 1.918/1994, de 25/08/1994 e Lei Nº 1.925/1994, de 13/10/1994; Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar a competente Escritura Pública ao senhor JONILSON BORGES DE JESUS de um lote de terras Nº 20, quadra G, medindo 200,00m2, situado na Rua Francisco Assis de Bem, Bairro Olaria, nesta cidade.

Parágrafo Único - Fica fazendo parte integrante deste Decreto xerox do Mapa e Memorial Descritivo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 25 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 114/2015

DECRETO Nº 114/2015

"QUE ALTERA O LIMITE DE VALOR ESTABELECIDO NO
ART. 2º DO DECRETO 049/2015"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a parte final do art. 2º do Decreto 049/2015 para estabelecer que os valores das contratações ficam limitados à quilometragem das linhas, conforme a planilha orçamentária do Edital de Licitação 03/2015, obedecido o prazo de prorrogação do art. 1º do Decreto 103/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 05 de Março de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 25 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 115/2015

DECRETO Nº 115/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADA a senhora ADRIANA ANDRADE FAUSTO, para atuar como Orientadora da Segunda Turma do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa - PNAIC 2015.

Parágrafo Único - A Nomeação referida no artigo 1º deste Decreto, não terá ônus para o Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 116/2015

DECRETO Nº 116/2015

"DETERMINA HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - O horário de funcionamento das repartições Públicas Municipais no dia 02/04/2015 (quinta-feira), será das 08:00 às 13:00 horas, data que antecede os feriados da Páscoa, com abrangência em todos os segmentos de qualquer natureza, ressalvando-se apenas os serviços considerados essenciais da Secretaria Municipal de Obras e Viação e Secretaria Municipal da Saúde, voltando ao expediente normal no dia 06/04/2015 (segunda-feira).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá os seus efeitos legais no dia 02 de Abril de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 30 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.305/2015

LEI Nº 4.305/2015

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU", e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam abertos no corrente exercício Créditos para as seguintes dotações orçamentárias:

03 - PODER EXECUTIVO

03.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

(65)3.3.93.00.00.00.00.00.2.058-0160- Aplic. Direta Dec. de Op. Entre Órgãos 6.960,00

03.03 - SECRETARIA DA FAZENDA

(66)3.3.93.00.00.00.00.00.2.059-0160- Aplic. Direta Dec. de Op. Entre Órgãos 9.840,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO
..... 16.800,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial total das seguintes dotações orçamentárias:

03 - PODER EXECUTIVO

03.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

(9)4.4.71.00.00.00.00.00.2.058-0160- Transferências a Consórcios Públicos 654,00

(5)3.3.90.00.00.00.00.00.2.003-0160- Aplicações Diretas 360,00

(7)3.1.71.00.00.00.00.00.2.058-0160- Transferências a Consórcios Públicos 3.924,00

(8)3.3.71.00.00.00.00.00.2.058-0160- Transferências a Consórcios Públicos 2.022,00

03.03 - SECRETARIA DA FAZENDA

(12)3.3.90.00.00.00.00.00.2.004-0160- Aplicações Diretas 540,00
(17)4.4.71.00.00.00.00.00.2.059-0160- Transferências a Consórcios Públicos 465,00

(15)3.1.71.00.00.00.00.00.2.059-0160- Transferências a Consórcios Públicos 4.185,00

(16)3.3.71.00.00.00.00.00.2.059-0160- Transferências a Consórcios Públicos 4.650,00

TOTAL DA ANULAÇÃO
..... 16.800,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 31 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.306/2015

LEI Nº 4.306/2015

"QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM, E REVOGA OS
EFEITOS DA LEI MUNICIPAL Nº 2.141/1997"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU" e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Educação do Município de São Joaquim, ao qual compete:

- I - Elaborar o seu regimento, a ser aprovado por Decreto pelo Chefe do Poder Executivo;
- II - Colaborar com Secretaria Municipal de Educação, na organização e direção do ensino;
- III - Analisar Leis, Decreto e Regulamentos relacionados com o ensino, com vistas a sua eficiente aplicação;
- IV - Sugerir medidas que julgar necessário a melhor solução dos problemas educacionais do Município;
- V - Opinar nos casos em que diverjam os pareceres dos órgãos técnicos ou administrativos da Secretaria de Educação, ou naqueles em que o Secretário julgue necessário amplo debate;
- VI - Integrar comissões designadas pelo Chefe do Poder Executivo para estudo dos problemas educacionais de qualquer gênero e grau;
- VII - Fiscalizar que a aplicação de recursos obedeça ao limite fixado na Constituição Federal e Lei Orgânica do Município;
- VIII - Assessorar o Poder Executivo na elaboração da proposta orçamentária, na área da educação;
- IX - Apreçar o Plano Municipal de Educação;
- X - Exercer atribuições que lhe forem delegadas pelo Conselho Estadual de Educação;
- XI - Caberá a Prefeitura do Município proporcionar a infra estrutura necessária ao funcionamento do Conselho Municipal de Educação;
- XII - O detalhamento da organização e funcionamento do Conselho Municipal de Educação, constará do Regimento próprio.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Educação, vinculado a Secretaria de Educação, será constituído pelo Presidente nato Senhor(a) Secretário(a) Municipal de Educação e por 10 (dez) membros.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros escolhidos entre pessoas de reconhecida capacidade e experiência em assuntos educacionais, serão indicados pelo Prefeito Municipal e Secretaria Municipal de Educação e Nomeados através de Decreto:

- I - um representante do Órgão Estadual de Educação;
- II - um representante das Escolas Particulares;
- III - dois representantes das Escolas Municipais;
- IV - um representante dos Profissionais do Ensino Médio;
- V - um representante dos Profissionais da Educação Infantil;
- VI - um representante das APP's;
- VII - um representante do SIMPROESJ;
- VIII - um representante da Comunidade e
- IX - um representante do Ensino Fundamental.

Parágrafo Segundo - Serão de 02 (dois) anos o mandato dos Membros do Conselho, podendo haver recondução e substituição a qualquer tempo e a critério dos órgãos e entidades representados, mediante comunicação de seu Presidente, Diretor ou equivalente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições da Lei Municipal Nº 2.141/1997, de 02/10/1997.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 31 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.307/2015

LEI Nº 4.307/2015

"QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR SUBVENÇÃO A ASSOCIAÇÃO FEMININA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOAQUIM - AFASSJ"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU", e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção mensal no valor de R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais) a AFASSJ - Associação Feminina de Assistência Social de São Joaquim, a partir de 1º de Janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

§ 1º - O repasse mensal a que se refere o caput fica vinculado a prestação de contas a ser feita a Prefeitura Municipal/Secretaria da Fazenda, com o envio de cópia para a Câmara Municipal de Vereadores.

§ 2º - A prestação de contas, prevista no Parágrafo 1º será feita até o décimo dia útil do mês subsequente.

§ 3º - O repasse inicial, por razões óbvias independe da prestação de contas a que se referem os parágrafos 1º e 2º.

Art. 2º - A despesa prevista nesta Lei será alocada por conta da dotação orçamentária nº (2) 0310.2.014.3.3.50.43.02.00.00.00.0 0.00.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos legais retroagem ao dia 1º de Janeiro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 31 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.308/2015

LEI Nº 4.308/2015

"QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REPASSAR VALOR A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO PARA O CONSELHO COMUNITÁRIO DA LOCALIDADE DO LUIZINHO"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU" e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar para o Conselho Comunitário da Localidade de Luizinho, a Título de Contribuição a ser empregada na construção de um hidrante e aporte financeiro para a realização da 11ª FESTICOL, no valor de

R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 2º - A despesa decorrente desta Lei dar-se-á por conta da dotação orçamentária (55) 3.3.50.41.99.00.00.00 - Secretaria Municipal de Turismo, do exercício de 2015.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
São Joaquim, 31 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.309/2015

LEI Nº 4.309/2015

"QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU" e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar diretamente o transporte escolar para as linhas cujos processos licitatórios foram desertas em virtude de exigência de tacógrafo, faixa de identificação de transporte escolar, curso de transporte escolar, exclusão do seguro de automóvel e CNH categoria "D" podendo contratar pessoa física.

Art. 2º - Para entanto, ficam dispensados de tais exigências apenas para os veículos automóveis que não caracterizam como coletivos.

Art. 3º - Os demais critérios seguem as disposições dos Editais das Licitações Nº 03/2015 e Nº 37/2015, ficando a inspeção veicular nestes caso a cargo da Prefeitura Municipal de São Joaquim.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
São Joaquim, 31 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 129/2015

PORTARIANº 129/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 002/2013, realizada em data de 08/09/13; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora DENIZE GILCIANE DA SILVA LIMA, para exercer a função de Agente de Saúde - Equipe Novos Tempos, na Secretaria Municipal da Saúde, Bairro Pradinho, com 40 horas semanais, a contar do dia 23/03/2015.

Parágrafo Único - A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 23 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 130/2015

PORTARIANº 130/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao seguinte funcionário ADRIANO RODRIGUES TAVARES, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 23/03/2015 à 21/04/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 23 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 131/2015

PORTARIANº 131/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: - IVONE DO AMARAL, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 08 (oito) dias, a contar do dia 12/03/2015. - SANDRA S. NUNES GIL, ocupante do Cargo de Professora, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 16/03/2015. - MARIA BEATRIZ DA SILVA, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 30 (trinta) dias, a contar do dia 16/03/2015. - MONICA VELHO SOUZA, ocupante do Cargo de Professora, por 30 (trinta) dias, a contar do dia 16/03/2015. - RENI RODRIGUES BORGES, ocupante do Cargo de Motorista, a contar do dia 16/03/2015, e o retorno de acordo com o INSS. - SILVIA HELENA SILVA LEMOS, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 14 (quatorze) dias, a contar do dia 16/03/2015. - ZILDA TAVARES DE JESUS, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Auxiliar, por 01 (um) dia, no dia 16/03/2015. - EROZITA PLACIDINA ROSA VELHO, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 03 (três) dias, a contar do dia 17/03/2015. - CATIA RAQUEL NUNES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 17/03/2015. - JOAQUIM RODRIGUES DA ROSA, ocupante do Cargo de Vigia, por 01 (um) dia, no dia 18/03/2015. - MARLENE DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 19/03/2015. - MAISA SOARES PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 19/03/2015. - MAIANE VIEL, ocupante da Função de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 20/03/2015. - NELCI H. AMARAL TOMAZ, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 07 (sete) dias, a contar do dia 20/03/2015. - MAIANE VIEL, ocupante

da Função de Professora, por 01 (um) dia, no dia 23/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 23 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 132/2015

PORTARIANº 132/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2015, realizado em data de 15/03/15; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora MAIANE VIEL, para exercer a função de Professora Substituta, na E.I.M. Encruzilhada do Cruzeiro, Localidade de Cruzeiro, na área de Educação Física, Profª. 2º Grau, com 10 horas semanais, a contar do dia 24/03/2015.

Parágrafo Único - A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 24 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 133/2015

PORTARIANº 133/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido a senhora KEILA MARIA RODRIGUES MACIEL, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 092/2015, de 02/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 24 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 134/2015

PORTARIANº 134/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2014, realizado em data de 18/01/15; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora SUELEN SOUZA CAVALHEIRO, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Paulo Carvalho, Localidade de Luizinho, na área de História, Prof. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 04/03/2015.

Parágrafo Único - A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 04 de Março de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 24 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 135/2015

PORTARIA Nº 135/2015

"QUE NOMEIA COMISSÃO PARA AFERIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, REPOSIÇÃO E EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO ADQUIRIDOS ATRAVÉS DE PROCESSOS LICITATÓRIOS PARA SUPRIMENTO DAS SECRETARIAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica NOMEADA a Comissão para Aferição de Materiais de Consumo, Reposição e Equipamentos de Escritório adquiridos através de Processos Licitatórios para suprimento das Secretarias do Executivo Municipal, excetos os Fundos Municipais, integrada pelos seguintes MEMBROS:

- RITA MARIA MATOS PEREIRA,
- LAYZE CECHINEL RODRIGUES,
- CARLOS MARCONI WALTRICK.

Art. 2º - Caberá a Comissão aceitar ou rejeitar pedidos dos fornecedores para substituição dos itens por marcas similares, observadas as especificações técnicas descritas no Edital e a vantajosidade da Administração.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições da Portaria Nº 495/2014, de 19 de Novembro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 24 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 136/2015

PORTARIANº 136/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2014, realizado em data de 18/01/15; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora CLAUDIA REGINA FLORES, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Direitos Humanos, Bairro Centro, na área de Educação Infantil, Profª. 2º Grau, com 30 horas semanais, a contar do dia 24/03/2015, em substituição a professora Vera Lucia Beccari, que se encontra-se em licença pelo INSS.

Parágrafo Único - A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 24 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 137/2015

PORTARIANº 137/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2014, realizado em data de 18/01/15; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora NERIZE COSTA GUEDES, para exercer a função de Professora Substituta, no Telecentro, na área de Anos Iniciais, Profª. Normalista, com 20 horas semanais, a contar do dia 25/03/2015, em substituição a Professora Jamili Maria Campos, que se encontra-se readaptada.

Parágrafo Único - A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 25 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 138/2015

PORTARIANº 138/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2015, realizado em data de 15/03/15; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - FABIANA MOREIRA HENRIQUE, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, na área de 2º Professor, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 26/03/2015. - KEILA MARIA RODRIGUES MACIEL, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, na área de 2º Professor, Profª. Normalista, com 20 horas semanais, a contar do dia 26/03/2015.

Parágrafo Único - As Designações referidas no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 139/2015

PORTARIANº 139/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a seguinte funcionária: - FRANCIANE NUNES SILVEIRA, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 26/03/2015 à 24/04/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 140/2015

PORTARIANº 140/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença de 05 (cinco) dias, por Falecimento de seu Pai, conforme apresentação de Certidão de óbito a funcionária CARLA DAUTILA ARRUDA VELHO SOUZA, ocupante do Cargo de Professora, a contar do dia 23/03/2015 até o dia 27/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 23 de Março de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 30 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 141/2015

PORTARIANº 141/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº
001/2015, realizado em data de 15/03/15; Ficam concedidas
DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - FABIA-
NA PORTO, para exercer a função de Professora Substituta, na
E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, na
área de Língua Portuguesa, Profª. 2º Grau, com 10 horas sema-
nais, a contar do dia 30/03/2015. - LARA APARECIDA SCHMIDT,
para exercer a função de Contadora, na Secretaria Municipal de
Educação, Cultura e Desporto, com 40 horas semanais, a contar
do dia 30/03/2015.

Parágrafo Único - As Designações referidas no art. 1º será regida
pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em
qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem téc-
nica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 30 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 142/2015

PORTARIANº 142/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº
001/2015, realizado em data de 15/03/15; Ficam concedidas DE-
SIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - CLAUDIA ELE-
NICE PADILHA, para exercer a função de Professora Substituta,
na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, na
área de Inglês, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar
do dia 31/03/2015. - DAIANE BECCARI NUNES, para exercer a
função de Professora Substituta, na Secretaria Municipal de Edu-
cação, Cultura e Desporto (todas as escolas municipais), na área
de Turismologia, Profª. 2º Grau, com 40 horas semanais, a contar
do dia 31/03/2015. - DENISE NUNES PEREIRA, para exercer a
função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Paulo Carvalho,
Localidade do Luizinho, na área de Ciências, Profª. Plena, com
20 horas semanais, a contar do dia 31/03/2015. - EMILIA MAR-
CIA RODRIGUES, para exercer a função de Agente de Serviços
Gerais (Merendeira), no C.E.I. CAIC, Bairro Jardim Minuano, com
40 horas semanais, a contar do dia 31/03/2015. - ENOEMIA DE
LOURDES LOURENÇO DE MEDEIROS, para exercer a função de
Professora Substituta, no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro
Jardim Minuano, na área de Tecelagem, Profª. 2º Grau, com 40

horas semanais, a contar do dia 31/03/2015. - JANETE BARBOSA
DE SOUZA, para exercer a função de Professora Substituta, na
E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, na área de
Pré-Escolar, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia
31/03/2015. - JICIANE AGUIDA VELHO, para exercer a função de
Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro
Santa Paulina, na área de Ciências, Profª. 2º Grau, com 20 horas
semanais, a contar do dia 31/03/2015.

Parágrafo Único - As Designações referidas no art. 1º será regida
pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em
qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem téc-
nica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 31 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 143/2015

PORTARIANº 143/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº
001/2015, realizado em data de 15/03/15; Ficam concedidas DE-
SIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - JUCIARA DA
SILVA KIYZANOSKI, para exercer a função de Professora Substi-
tuta, no C.E.I. Marcio Fabre Melo, Localidade de Santa Isabel, na
área de Educação Infantil, Profª. 2º Grau, com 30 horas sema-
nais, a contar do dia 31/03/2015. - MARIA GORETE GARCIA, para
exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio
Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, na área de Pré-Escolar,
Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 31/03/2015.
- MARINÊS IUNG FIGUEIREDO, para exercer a função de Professo-
ra Substituta, na E.E.B.M. Atília Cechinel Nezi, Localidade de Des-
praiado, na área de 2º Professor, Profª. 2º Grau, com 20 horas se-
manais, a contar do dia 31/03/2015. - NEOMAR NEZI DE MATOS,
para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. José
Diomar Rodrigues Padilha, Bairro Nossa Senhora Aparecida, com
20 horas semanais, a contar do dia 31/03/2015. - PATRICIA NU-
NES DE BRIDA, para exercer a função de Professora Substituta, na
E.E.B.M. João Inácio de Melo, localidade de Santa Isabel, na área
de Língua Portuguesa, Profª. 2º Grau, com 20 horas semanais, a
contar do dia 31/03/2015. - ROSIMERE DA CRUZ PEREIRA, para
exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema
Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, na área de AEE, Profª. Plena,
com 10 horas semanais, a contar do dia 31/03/2015. - ROSIMERE
DA CRUZ PEREIRA, para exercer a função de Professora Substi-
tuta, no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano,
na área de AEE, Profª. Plena, com 10 horas semanais, a contar do
dia 31/03/2015.

Parágrafo Único - As Designações referidas no art. 1º será regida
pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em
qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem téc-
nica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 31 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 144/2015

PORTARIANº 144/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam EXONERADAS por término de contratos a seguintes senhoras: - EDIMARA BORGES DE OLIVEIRA, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Madre Paulina, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 100/2015, de 04/03/2015. - CLEONIR TERESINHA DO NASCIMENTO NUNES, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 091/2015, de 02/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 31 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 145/2015

PORTARIANº 145/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido a senhora: - DEIZIANE PADILHA, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Joaquim Pereira, Localidade de Boava, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 104/2015, de 05/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 31 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 146/2015

PORTARIANº 146/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam REVOGADOS os efeitos da Portaria Nº 112/2014, de 18/03/2014; devendo o funcionário GILSON SANTOS RAMOS,

ocupante do Cargo de Professor, atuar 30 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 31 de Março de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 147/2015

PORTARIANº 147/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: OLAVO PEREIRA DA SILVA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 16/03/2015, e o retorno de acordo com o INSS. - VERA LUCIA BECCARI, ocupante do Cargo de Professora, por 30 (trinta) dias, a contar do dia 18/03/2015. - CRISTIANI MARTINS FERREIRA, ocupante da Função de Enfermeira, a contar do dia 16/03/2015, e o retorno de acordo com o INSS. - LENARA BROILO DE ALMEIDA, ocupante do Cargo de Professora, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 20/03/2015. - JOSÉ PAULO DA SILVA, ocupante do Cargo de Encanador, por 08 (oito) dias, a contar do dia 23/03/2015. - ESTELA CANDIDO CHIODELLI, ocupante da Função de Enfermeira, por 03 (três) dias, a contar do dia 25/03/2015. - RENI RODRIGUES BORGES, ocupante do Cargo de Motorista, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 25/03/2015. - JANAINA APARECIDA DA SILVA, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 01 (um) dia, no dia 26/03/2015. - IVONE DO AMARAL, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 26/03/2015. - JOSCEMARA FRANZOI, ocupante do Cargo de Professora, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 26/03/2015. - ROSIMERI MIGUEL F. BORGES, ocupante do Cargo de Professora, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 26/03/2015. - JANAINA APARECIDA DA SILVA, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 01 (um) dia, no dia 27/03/2015. - NELCI H. AMARAL TOMAZ, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 27/03/2015. - VANESSA CASSEMIRO, ocupante da Função de Professora, por 01 (um) dia, no dia 27/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 31 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 005/2014 - RETIFICADO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 005/2014 - RETIFICADO - Processo nº 437/2014. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra e material para execução de serviços para reperfilamento e capeamento asfáltico em diversas ruas dos bairros Nossa Senhora do Rosário, Campinas e Kobrasol no Município de São José/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 06 de maio de 2015. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 06 de maio de 2015, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2014 - PR 169/2014 - Processo 406/2014 - Fornecedor: GELSON AUGUSTO RESENDE ME. Objeto: Registro de preço para contratação de empresa para eventual prestação de serviços gráficos destinados a atender a demanda da Secretaria de Educação da Prefeitura de São José/SC. Valor Total: R\$292.790,00 - duzentos e noventa e dois mil, setecentos e noventa reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 12 de fevereiro de 2015. Cláudia Schweitzer Pflieger / Diretora de Compras.

CONTRATO/CT: Nº 038/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 038/2015 - TP 039/2014 - Processo 421/2014 - Contratado: DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA - ME. Objeto: Contratação de empresa de engenharia para a realização de serviços de execução de pavimentação intertravada e drenagem no pátio do 10º Batalhão de Bombeiros Militar de São José/SC, com fornecimento de materiais. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 210 (duzentos e dez) dias, contados a partir deste termo e o prazo de execução será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de assinatura da Autorização de Execução dos Serviços. Valor: R\$168.369,04 - cento e sessenta e oito mil, trezentos e sessenta e nove reais e quatro centavos.. Data da Assinatura do Contrato: 12 de março de 2015.

DECRETO Nº 4013/2015

DECRETO Nº 4013/2015

ESTABELECE A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e em conformidade com o que dispõem os artigos 8º e 13, da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e de acordo com o que dispõe a Lei Municipal nº 5.465/2015 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, combinada com a Lei Orçamentária nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso do Município de São José, para o exercício de 2015, conforme o que dispõem os seguintes anexos, partes integrantes deste Decreto:

ANEXO I - Demonstrativo Consolidado do Desdobramento das Receitas em Metas Mensais de Arrecadação para o exercício de 2015;
ANEXO II - Demonstrativo Consolidado da Programação Financeira para o exercício de 2015;

ANEXO III - Demonstrativo Consolidado das Metas de Despesas por Categoria Econômica para 2015;

ANEXO IV - Demonstrativo Consolidado das Metas de Despesas por Função de Governo para 2015;

ANEXO V - Demonstrativo Consolidado das Metas de Despesas por Programa de Governo para 2015;

ANEXO VI - Demonstrativo Consolidado do Desdobramento do Resultado Primário em Metas Mensais para 2015.

Art. 2º A Programação da Despesa será realizada em conformidade com os Demonstrativos dos Projetos e Atividades, de cada Unidade Orçamentária integrantes do Orçamento Municipal, inclusive os Fundos, as Fundações, a Autarquia São José Previdência e a Câmara de Vereadores, aprovados pela Lei Municipal nº 5.466/2015.

Art. 3º Para elaboração do Relatório Resumido Consolidado de Metas Mensais de Arrecadação, dispostos no ANEXO I, foram utilizados os seguintes critérios:

I. os valores da arrecadação mensal dos exercícios de 2013 e 2014; e

II. o valor máximo das previsões de receita a serem arrecadadas no exercício de 2015.

Art. 4º Na elaboração do Relatório Consolidado de Metas Mensais de Despesas ANEXO III, IV e V levou-se em consideração os seguintes critérios:

I. a média de gastos mensais das Unidades nos exercícios de 2013 e 2014;

II. as prioridades apontadas pelas Unidades para o exercício de 2015;

III. o valor das metas mensais de arrecadação apontadas no ANEXO I deste Decreto; e

IV. o valor máximo das dotações de cada Unidade para o período, aprovados pela Lei Orçamentária para o exercício de 2015.

Art. 5º Ao final de cada bimestre e/ou a qualquer período do exercício de 2015, a Secretaria de Finanças fará avaliação dos resultados, visando alcançar o equilíbrio financeiro e o devido alcance das metas, admitindo, se necessário, a Limitação de Empenhos e a Movimentação Financeira, para as despesas do exercício corrente.

Art. 6º No propósito de alcançar as metas estabelecidas no ANEXO I, deste Decreto, o Poder Executivo Municipal adotará todas as medidas cabíveis para a redução à evasão e a sonegação fiscal, com a devida fiscalização, o fortalecimento do setor de cobrança da dívida ativa; a remessa de boletos de cobrança da dívida ativa;

o ajuizamento da dívida; e o cadastramento de vários imóveis em especial em relação ao IPTU.

Art. 7º As Metas Mensais de Despesas, quantificadas no ANEXO III, IV e V deste Decreto, podem ser alteradas para maior ou para menor, mediante solicitação do Órgão Proponente à Secretaria de Finanças, feitas em formulário padrão.

Art. 8º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de fevereiro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 4238/2015

DECRETO Nº 4238/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 4º da Lei Municipal nº 5.466/2015, redação dada pela Lei Municipal nº 5.469/2015

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Especial, na importância de R\$ 22.200,00 (vinte e dois mil e duzentos reais), criando, no Orçamento do Município de São José, novas Classificações Orçamentárias a seguir especificadas:

14.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.16.482.0106.1.084 - Pac - Poligonal II

3.3.90.30.00.00.0142 - Material de Consumo,
Recursos OGU / PAC - Governo Federal R\$ 6.000,00

3.3.90.35.00.00.0142 - Serviços de Consultoria,
Recursos OGU / PAC - Governo Federal R\$ 11.000,00

3.3.90.36.00.00.0142 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,
Recursos OGU / PAC - Governo Federal R\$ 5.200,00

Total desta Atividade R\$ 22.200,00

Total do Órgão R\$ 22.200,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 22.200,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Especial, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 22.200,00 (vinte e dois mil e duzentos reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

14.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.16.482.0106.1.084 - Pac - Poligonal II

928 - 4.4.90.51.00.00.0142 - Obras e Instalações,

Recursos OGU / PAC - Governo Federal R\$ 22.200,00

Total desta Atividade R\$ 22.200,00

Total do Órgão R\$ 22.200,00

Total da Anulação R\$ 22.200,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 4239/2015

DECRETO Nº 4239/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 4º da Lei Municipal nº 5.466/2015, redação dada pela Lei Municipal nº 5.469/2015

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Especial, na importância de R\$ 200,00 (duzentos reais), criando, no Orçamento do Município de São José, nova Classificação Orçamentária a seguir especificada:

24.00 - SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - AUTARQUIA

24.01 - SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - AUTARQUIA

24.01.09.271.0105.2.397 - Administração da São José Previdência - RPPS

3.3.90.05.00.00.0040 - Outros Benefícios Previdenciários,
Recursos de outras Fontes - Diretamente Arrecadados R\$ 200,00

Total desta Atividade R\$ 200,00

Total do Órgão R\$ 200,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 200,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Especial, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 200,00 (duzentos mil reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

24.00 - SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - AUTARQUIA

24.01 - SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - AUTARQUIA

24.01.09.271.0105.2.397 - Administração da São José Previdência - RPPS

1410 - 3.1.90.11.00.00.0040 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,
Recursos de outras Fontes - Diretamente Arrecadados R\$ 200,00

Total desta Atividade R\$ 200,00

R\$ 200,00
 Total do Órgão R\$ 200,00
 Total da Anulação R\$ 200,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 4243/2015

DECRETO Nº 4243/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 4º da Lei Municipal nº 5.466/2015, redação dada pela Lei Municipal nº 5.469/2015

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Especial, na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), criando, no Orçamento do Município de São José, nova Classificação Orçamentária a seguir especificada:

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2.031 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente, Recursos Próprios R\$ 50.000,00
 Total desta Atividade R\$ 50.000,00
 Total do Órgão R\$ 50.000,00
 Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 50.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Especial, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.364.0103.2.240 - Manutenção do Polo UAB

334 - 3.1.90.11.00.00.0080 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,
 Total desta Atividade R\$ 50.000,00
 Total do Órgão R\$ 50.000,00
 Total da Anulação R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 4244/2015

DECRETO Nº 4244/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 4º da Lei Municipal nº 5.466/2015, redação dada pela Lei Municipal nº 5.469/2015

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Especial, na importância de R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais), criando, no Orçamento do Município de São José, novas Classificações Orçamentárias a seguir especificadas:

30.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.28.846.0105.2.079 - Contribuição ao PASEP

3.3.90.47.00.00.0120 - Obrigações Tributárias e Contributivas, Recursos da CIDE R\$ 1.000,00
 Total desta Atividade R\$ 1.000,00

30.01.04.123.0105.2.268 - Encargos Financeiros / Operacionais / Tributários
 3.3.90.47.00.00.0026 - Obrigações Tributárias e Contributivas, Recursos do Convênio com Multas de Trânsito R\$ 50.000,00
 Total desta Atividade R\$ 50.000,00
 Total do Órgão R\$ 51.000,00
 Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 51.000,00

Art. 2º - Os recursos na ordem de R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais) necessários para atendimento ao Crédito Adicional Especial, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta do Superávit Financeiro dos Recursos da CIDE e Recursos do Convênio com Multas de Trânsito, apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2014, consignado no Orçamento vigente com os códigos 120 e 26 respectivamente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 4245/2015

DECRETO Nº 4245/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 5º e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 397.000,00 (trezentos e noventa e sete mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

28.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.244.0111.2.514 - Funcionamento e Manutenção do FMAS

2136 - 3.3.90.93.00.00.0023 - Indenizações e Restituições,
Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social R\$
397.000,00

Total desta Atividade R\$
397.000,00

Total do Órgão R\$
397.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$
397.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 397.000,00 (trezentos e noventa e sete mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

28.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.241.0111.2.286 - PSEMC - Serv. Proteção Social Especial para

Idosos / Centro dia do Idoso

1798 - 4.4.90.51.00.00.0023 - Obras e Instalações,
Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social R\$
167.000,00

Total desta Atividade R\$
167.000,00

28.01.08.241.0111.2.292 - PSB - Serviço de Proteção Social Básica no

Domicílio para Pessoa Deficiente / Idosa

1813 - 4.4.90.52.00.00.0023 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social R\$
138.000,00

Total desta Atividade R\$
138.000,00

28.01.08.243.0111.2.182 - PSEAC - Serviço de Acolhimento em Repúblicas

1864 - 4.4.90.51.00.00.0023 - Obras e Instalações,
Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social R\$
92.000,00

Total desta Atividade R\$
92.000,00

Total do Órgão R\$
397.000,00

Total da Anulação R\$

397.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 4246/2015

DECRETO Nº 4246/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 5º e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

26.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

26.01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

26.01.16.482.0106.2.314 - Promoção Pública de Loteamentos Urbanos e Oferta de Construção

22 - 4.4.90.61.00.00.0080 - Aquisição de Imóveis,
Recursos Próprios R\$
800.000,00

Total desta Atividade R\$
800.000,00

Total do Órgão R\$
800.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$
800.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

26.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

26.01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

26.01.16.482.0106.2.311- Assistência Técnica para Melhorias Habitacionais

1696 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$
5.317,50

1697 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa

Física,

Recursos Próprios R\$
37.222,50

1698 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa

Jurídica,

Recursos Próprios R\$

37.222,50
Total desta Atividade R\$
79.762,50

26.01.17.512.0106.2.312 - Assistência Técnica para Saneamento Básico

1722 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$
5.317,50

1723 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,
Recursos Próprios R\$
37.222,50

1724 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$
37.222,50

1725 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,
Recursos Próprios R\$
6.739,40

Total desta Atividade R\$
86.501,90

26.01.16.482.0106.2.313 - Manutenção do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social

1699 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$
1.063,50

1700 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,
Recursos Próprios R\$
5.317,50

Total desta Atividade R\$
6.381,00

26.01.16.482.0106.2.314 - Prom. Púb. / Lot. Urbanos e Oferta de Construção

1702 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$
42.540,00

1703 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,
Recursos Próprios R\$
5.317,50

1705 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Próprios R\$
5.317,50

Total desta Atividade R\$
53.175,00

26.01.16.482.0106.2.315 - Promoção Públ. Por Autogestão de Unidades Habitacionais de Interesse Social

1708 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,
Recursos Próprios R\$
10.635,00

Total desta Atividade R\$
10.635,00

26.01.16.482.0106.2.316 - Prom. Regularização Fundiária / Urbânica Gov. Federal

1711 - 3.3.90.35.00.00.0080 - Serviços de Consultoria,
Recursos Próprios R\$
48.057,10

1713 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,
Recursos Próprios R\$
53.175,00

1716 - 4.4.90.61.00.00.0080 - Aquisição de Imóveis,
Recursos Próprios R\$
5.317,50

Total desta Atividade R\$
106.549,60

26.01.16.482.0106.2.317 - Promoção da Regularização Fundiária Via Lar Legal

1717 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$
5.317,50

1718 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$
419.772,50

1719 - 4.4.90.61.00.00.0080 - Aquisição de Imóveis,
Recursos Próprios R\$
5.317,50

Total desta Atividade R\$
430.407,50

26.01.16.482.0106.2.318 - Fiscalização da Ocupação do Solo / Controle de Áreas Ocupadas / Passíveis de Ocupação

1720 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$
5.317,50

1721 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$
21.270,00

Total desta Atividade R\$
26.587,50

Total do Órgão R\$
800.000,00

Total da Anulação R\$
800.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 4268/2015

DECRETO Nº 4268/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 33 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 773.232,61 (setecentos e setenta e três mil, duzentos e trinta e dois reais e sessenta e um centavos), referente as dotações consignadas no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de São José, a seguir especificadas:

25.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.148 - Funcionamento da Rede Municipal de Saúde

1504 - 3.3.90.39.00.00.0334 - Outros Serviços de Terc. - Pessoa Jurídica,

Recursos do PAB FIXO - FMS R\$ 300.000,00

1511 - 3.3.90.92.00.00.0334 - Despesas de Exercícios Anteriores, Recursos do PAB FIXO - FMS R\$ 473.232,61

Total desta Atividade R\$ 773.232,61

Total do Órgão R\$ 773.232,61

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 773.232,61

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, autorizado na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta do Superávit Financeiro dos recursos do PAB FIXO, apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 4269/2015

DECRETO Nº 4269/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 33 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 1.140.223,20 (hum milhão, cento e quarenta mil, duzentos e vinte e três reais e vinte centavos), referente as dotações consignadas no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de São José, a seguir especificadas:

25.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.1.219 - Construção de Unidade de Saúde

1432 - 4.4.90.51.00.00.0082 - Obras e Instalações, Recursos Ordinários - Saúde R\$ 700.000,00

Total desta Atividade R\$ 700.000,00

25.01.10.301.0102.2.145 - Manutenção do Programa DST/AIDS/Hepatites

1453 - 3.3.90.32.00.00.0082 - Material de Distribuição Gratuita, Recursos Ordinários - Saúde R\$ 10.635,00

1454 - 3.3.90.32.00.00.0343 - Material de Distribuição Gratuita, Recursos do Programa DST/AIDS-FMS-MS R\$ 90.000,00

1460 - 3.3.90.39.00.00.0343 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos do Programa DST/AIDS-FMS-MS R\$ 40.000,00

Total desta Atividade R\$ 140.635,00

25.01.10.301.0102.2.148 - Funcionamento da Rede Municipal de Saúde

1510 - 3.3.90.92.00.00.0082 - Despesas de Exercícios Anteriores, Recursos Ordinários - Saúde R\$ 299.588,20

Total desta Atividade R\$ 299.588,20

Total do Órgão R\$ 1.140.223,20

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 1.140.223,20

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 1.140.223,20 (hum milhão, cento e quarenta mil, duzentos e vinte e três reais e vinte centavos), nas dotações consignadas no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de São José, a seguir especificadas:

25.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.145 - Manutenção do Programa DST/AIDS/Hepatites

1452 - 3.3.90.30.00.00.0343 - Material de Consumo, Recursos do Programa DST/AIDS-FMS-MS R\$ 130.000,00

1457 - 3.3.90.36.00.00.0082 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,

Recursos Ordinários - Saúde R\$ 5.317,50

1461 - 4.4.90.52.00.00.0082 - Equipamentos e Material Permanente,

Recursos Ordinários - Saúde R\$ 5.317,50

Total desta Atividade R\$ 140.635,00

25.01.10.301.0102.2.148 - Funcionamento da Rede Municipal de

Saúde

1481 - 3.1.90.92.00.00.0082 - Despesas de Exercícios Anteriores, Recursos Ordinários - Saúde R\$ 999.588,20
Total desta Atividade R\$ 999.588,20
Total do Órgão R\$ 1.140.223,20
Total da Anulação R\$ 1.140.223,20

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

PORTARIA Nº 004/2015

PORTARIA Nº. 004/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 032, de 13 de abril de 2009, Lei 2.248/91 (Estatuto dos Servidores Públicos) e Lei nº 4.144/2004 de 22/04/2004 e Decreto Municipal nº 2.058/2014, de 31 de janeiro de 2014 e Portaria nº. 003/2015, de 25 de fevereiro de 2015, publicada em 26.02.2015,

CONSIDERANDO que:

- a) O Direito a Ampla Defesa deve ser exercido e preservado;
b) As testemunhas indicadas pelo Sindicato encontravam-se em gozo de férias, no período de abertura do procedimento;

RESOLVE:

Art. 1º. Conforme estabelece o art. 3º da Portaria nº 003/2015 - SSDST, de 25.02.2015, prorrogar, a pedido do Corregedor da Guarda Municipal de São José, a Sindicância nº 001/SIND/2015, na qual consta como sindicado o Guarda Municipal, matrícula nº 15.728, pelo prazo de mais 30 (trinta) dias, pelos motivos acima expostos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Andrea Irany Pacheco Rodrigues

Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

PORTARIA Nº 005/2015

PORTARIA Nº. 005/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 032, de 13 de abril de 2009, Lei 2.248/91 (Estatuto dos Servidores Públicos) e Lei nº 4.144/2004 de 22/04/2004 e Decreto Municipal nº 2.058/2014, de 31 de janeiro de 2014 e Portaria nº. 002/2015, de 25 de fevereiro de 2015, publicada em 26.02.2015,

CONSIDERANDO que:

- a) O Direito a Ampla Defesa deve ser exercido e preservado;
b) As testemunhas indicadas pelo Sindicato encontravam-se em gozo de férias, no período de abertura do procedimento;

RESOLVE:

Art. 1º. Conforme estabelece o art. 3º da Portaria nº 002/2015 - SSDST, de 25.02.2015, prorrogar, a pedido do Corregedor da Guarda Municipal de São José, a Sindicância nº 002/SIND/2015, na qual consta como sindicado o Guarda Municipal, matrícula nº 21.487, pelo prazo de mais 30 (trinta) dias, pelos motivos acima expostos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Andrea Irany Pacheco Rodrigues

Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

PREGÃO PRESENCIAL 003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 003/2015 - Processo nº 015/2015: Objeto: Registro de preço para contratação de empresa para eventual prestação de serviços de confecção de placas de identificação, inauguração e homenagem, destinadas a rede municipal de ensino de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 22/04/2015 às 14h40min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 22/04/2015 às 14h50min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

PREGÃO PRESENCIAL 005/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 005/2015 - Processo nº 019/2015: Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de 02 (dois) veículos tipo caminhonete para serem utilizadas pela Fundação Municipal de Meio Ambiente do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 20/04/2015 às 16h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 20/04/2015 às 16h40min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

PREGÃO PRESENCIAL 022/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 022/2015 - Processo nº 051/2015: Objeto: Aquisição de equipamentos de informática (computadores, placa de vídeo, monitores e software) para serem utilizados pela Fundação Municipal de Meio Ambiente de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 20/04/2015 às 15h10min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 20/04/2015 às 15h20min.

Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

PREGÃO PRESENCIAL 026/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 026/2015 - Processo nº 075/2015: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para eventual locação de serviços de sistema de som e iluminação, de pequeno, médio e grande porte, para atender a Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 22/04/2015 às 13h10min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 22/04/2015 às 13h20min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

PREGÃO PRESENCIAL 134/2014 – RETIFICADO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 134/2014 - RETIFICADO - Processo nº 346/2014: Objeto: Registro de preço para contratação de empresa para eventual locação de brinquedos e tendas, para serem utilizados nos eventos esportivos e de lazer, organizados pela Fundação Municipal de Esporte e Lazer do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 22/04/2015 às 15h40min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 22/04/2015 às 15h50min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

PREGÃO PRESENCIAL 166/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 166/2014 - Processo nº 398/2014: Objeto: Contratação de empresa especializada para serviços de engenharia sanitária de limpeza urbana, compreendendo a coleta de resíduos sólidos domiciliares e comerciais, coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis e serviços de engenharia sanitária de limpeza urbana compreendendo a disposição final dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais, incluindo o transbordo e transporte, com fornecimento de equipamentos, mão de obra e material, para o Município de São José/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 24/04/2015 às 13h10min. Sessão de abertura das propostas: dia 20/04/2015 às 13h20min. Sessão de lances verbais e habilitação: dia 30/03/2015 às 13h30min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

PREGÃO PRESENCIAL 176/2014 – COMUNICADO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 176/2014 - COMUNICADO
Processo nº 426/2014 - A Prefeitura de São José, por intermédio da Secretaria de Administração, informa a todos os interessados que no Processo em epígrafe foi anulada a sessão pública realizada no dia 11/02/2015. O processo terá nova abertura e nova publicidade. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

PREGÃO PRESENCIAL 176/2014 – NOVA ABERTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 176/2014 - Nova Abertura - Processo nº 426/2014: Objeto: Registro de preço para eventual realização de serviços de serralheria, com fornecimento de materiais, para atender as unidades escolares da rede municipal de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 22/04/2015 às 16h40min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 22/04/2015 às 17h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

TERMO ADITIVO/TA Nº 118/2014-03

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 118/2014-03 - TP 006/2014 - Processo 040/2014 - Contratado: ASTECA CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de execução da readequação, pintura, cobertura de quadra e instalação de elevador no bloco "A" do Colégio Municipal Maria Luiza de Melo, localizado no loteamento Kobrasol, bairro Campinas - de São José, incluindo fornecimento dos materiais necessários a realização dos serviços. Prazo: Ficam prorrogados os prazos de execução e vigência do Contrato nº 118/2014 por mais 180 (cento e oitenta) dias, com efeitos a partir de 16/01/2015 para execução e 16/03/2015 para vigência. Data da assinatura: 09 de janeiro de 2015.

TERMO ADITIVO/TA Nº 519/2012-05

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 519/2012-05 - CC 005/2012 - Processo 186/2012 - Contratado: WOKYS CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: Execução de serviços, com fornecimento de materiais para construção da praça dos esportes e da cultura. Prazo: Ficam prorrogados os prazos do Contrato nº 519/2012, sendo o prazo de execução por mais 06 (seis) meses, com efeitos a partir de 01/01/2015 e o prazo de vigência por mais 07 (sete) meses, a contar de 02/02/2015. Data da assinatura: 09 de janeiro de 2015.

ANEXO I (PARTE INTEGRANTE DO DECRETO 4013/2015)

ANEXO I (Parte Integrante do Decreto nº 4013/2015)

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DO DESDOBRAMENTO DAS RECEITAS EM METAS MENSAIS DE ARRECAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2015

Natureza	FR	Descrição da Receita	Estimativa 2015	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1.0.0.0.0.0.0.00.00		Receita Correntes	572.006.861,24	31.834.064,76	54.871.492,31	40.514.932,96	30.115.944,54	30.229.081,14	31.465.800,42	31.478.562,42	31.641.705,67	39.481.983,49	48.175.078,40	49.773.784,72	152.424.430,41
1.1.0.0.0.0.0.0.00.00		Receitas Tributárias	174.625.926,20	12.223.814,84	34.804.475,42	19.948.777,67	9.549.789,25	9.549.789,25	9.549.789,25	9.549.789,25	9.549.789,25	11.635.360,48	14.157.914,66	15.643.484,43	18.463.152,59
1.1.1.0.0.0.0.00.00.00		Impostos	134.398.164,00	9.407.871,48	27.702.314,94	15.666.496,84	7.241.424,24	7.241.424,24	7.241.424,24	7.241.424,24	7.241.424,24	8.748.030,48	10.691.429,24	11.895.017,72	14.079.507,52
1.1.1.2.0.2.01.00.00.00	80	Imposto s/ Propriedade Predial e Terr. Urbana	48.143.272,00	3.370.029,04	21.664.472,40	9.628.654,40	1.203.581,80	1.203.581,80	1.203.581,80	1.203.581,80	1.203.581,80	1.203.581,80	1.203.581,80	2.407.163,60	2.647.877,96
1.1.1.2.04.31.01.00.00	80	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	10.467.184,00	732.702,88	732.702,88	732.702,88	732.702,88	732.702,88	732.702,88	732.702,88	732.702,88	732.702,88	1.151.390,24	1.151.390,24	1.570.077,60
1.1.1.2.04.34.01.00.00	80	RRF s/ Outros Rendimentos	457.396,00	32.017,72	32.017,72	32.017,72	32.017,72	32.017,72	32.017,72	32.017,72	32.017,72	32.017,72	50.313,56	50.313,56	68.609,40
1.1.1.2.08.01.00.00.00	80	Imposto de Direitos Reais sobre Imóveis	22.820.494,00	1.597.434,58	1.597.434,58	1.597.434,58	1.597.434,58	1.597.434,58	1.597.434,58	1.597.434,58	1.597.434,58	2.053.844,46	2.510.254,34	2.510.254,34	2.966.664,22
1.1.1.3.05.01.01.00.00	80	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	42.467.623,00	2.972.733,61	2.972.733,61	2.972.733,61	2.972.733,61	2.972.733,61	2.972.733,61	2.972.733,61	2.972.733,61	3.822.086,07	4.671.438,53	4.671.438,53	5.520.790,99
1.1.1.3.05.01.02.00.00	80	Imposto s/ Serv de Qualquer Natureza Simples	10.042.195,00	702.953,65	702.953,65	702.953,65	702.953,65	702.953,65	702.953,65	702.953,65	702.953,65	903.797,55	1.104.641,45	1.104.641,45	1.305.485,35
1.1.2.0.0.0.0.00.00.00		Taxas	20.837.179,40	1.458.602,56	5.744.819,78	2.924.940,03	951.024,21	951.024,21	951.024,21	951.024,21	951.024,21	1.142.177,41	1.333.330,63	1.615.318,60	1.862.869,34
1.1.2.1.17.00.00.00.00	42	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária	838.995,15	58.729,66	58.729,66	58.729,66	58.729,66	58.729,66	58.729,66	58.729,66	58.729,66	75.509,56	92.289,47	92.289,47	109.069,37
1.1.2.1.21.00.00.00.00	40	Taxa De Controle E Fiscalizacao Ambiental	687.021,00	48.091,47	48.091,47	48.091,47	48.091,47	48.091,47	48.091,47	48.091,47	48.091,47	61.831,89	75.572,31	75.572,31	89.312,73
1.1.2.1.25.00.00.00.00	80	Tx de Func. Estab. Com. Ind. e Prest. Serv.	2.624.024,00	183.681,61	183.681,61	183.681,61	183.681,61	183.681,61	183.681,61	183.681,61	183.681,61	236.162,07	288.642,53	288.642,53	341.122,99
1.1.2.1.26.00.00.00.00	80	Taxa de Publicidade Comercial	594.757,00	41.632,99	41.632,99	41.632,99	41.632,99	41.632,99	41.632,99	41.632,99	41.632,99	53.528,13	65.423,27	65.423,27	77.318,41
1.1.2.1.28.00.00.00.00	80	Taxa de Funcionamento de Estabelecimentos em	502,00	35,14	35,14	35,14	35,14	35,14	35,14	35,14	35,14	45,18	55,22	55,22	65,26
1.1.2.1.29.00.00.00.00	80	Tx de Licença para Execução de Obras	2.000,00	140,00	140,00	140,00	140,00	140,00	140,00	140,00	140,00	180,00	220,00	220,00	260,00
1.1.2.1.32.00.00.00.00	80	Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	11.703,00	819,21	819,21	819,21	819,21	819,21	819,21	819,21	819,21	1.053,27	1.287,33	1.287,33	1.521,39
1.1.2.1.99.01.00.00.00	19	Taxa de Segurança Contra Incêndio - FR 19	1.960.562,25	137.239,36	137.239,36	137.239,36	137.239,36	137.239,36	137.239,36	137.239,36	137.239,36	176.450,60	215.661,85	215.661,85	254.873,07
1.1.2.1.99.02.00.00.00	80	Taxas de Licença Diversas	1.445.157,00	101.160,99	101.160,99	101.160,99	101.160,99	101.160,99	101.160,99	101.160,99	101.160,99	130.064,13	158.967,27	158.967,27	187.870,41
1.1.2.2.2.00.00.00.00.00	80	Taxa de Limpeza Pública	108.779,00	7.614,53	7.614,53	7.614,53	7.614,53	7.614,53	7.614,53	7.614,53	7.614,53	9.790,11	11.965,69	11.965,69	14.141,27
1.1.2.2.2.90.00.00.00.00	80	Taxa de Expediente	1.284.161,00	89.891,27	89.891,27	89.891,27	89.891,27	89.891,27	89.891,27	89.891,27	89.891,27	115.574,49	141.257,71	141.257,71	166.940,93
1.1.3.0.0.0.0.00.00.00		Contribuição de Melhoria	19.390.582,80	1.357.340,80	1.357.340,80	1.357.340,80	1.357.340,80	1.357.340,80	1.357.340,80	1.357.340,80	1.357.340,80	1.745.152,45	2.132.964,11	2.132.964,11	2.520.775,73
1.1.3.0.02.01.00.00.00	300	Contribuição/Custeio Serv. Iluminação Pública	19.390.582,80	1.357.340,80	1.357.340,80	1.357.340,80	1.357.340,80	1.357.340,80	1.357.340,80	1.357.340,80	1.357.340,80	1.745.152,45	2.132.964,11	2.132.964,11	2.520.775,73
1.2.0.0.0.0.00.00.00.00		Receita De Contribuições	10.007.093,00	700.496,52	700.496,52	700.496,52	700.496,52	700.496,52	700.496,52	700.496,52	700.496,52	700.496,52	1.100.780,24	1.100.780,24	1.501.063,84
1.2.1.0.0.0.0.00.00.00.00		Contribuições Sociais	10.007.093,00	700.496,52	700.496,52	700.496,52	700.496,52	700.496,52	700.496,52	700.496,52	700.496,52	700.496,52	1.100.780,24	1.100.780,24	1.501.063,84
1.2.1.0.29.07.01.00.00	40	Contrib. de Servidor Ativo Civil -RPPS- - fr 40	3.909.426,00	273.659,82	273.659,82	273.659,82	273.659,82	273.659,82	273.659,82	273.659,82	273.659,82	348.036,86	430.036,86	430.036,86	586.413,90
1.2.1.0.29.07.02.00.00	40	Contrib. de Servidor Ativo Civil FMS-RPPS- - fr 40	58.492,50	4.094,48	4.094,48	4.094,48	4.094,48	4.094,48	4.094,48	4.094,48	4.094,48	6.494,18	6.494,18	6.494,18	8.773,82
1.2.1.0.29.07.03.00.00	40	Contrib. de Servidor Ativo Civil FMS-RPPS- - fr 40	2.275.890,00	159.312,30	159.312,30	159.312,30	159.312,30	159.312,30	159.312,30	159.312,30	159.312,30	199.312,30	250.347,90	250.347,90	341.383,50
1.2.1.0.29.07.04.00.00	40	Contrib. de Servidor Ativo Civil FMS-RPPS- - fr 40	4.254,00	297,78	297,78	297,78	297,78	297,78	297,78	297,78	297,78	467,94	467,94	467,94	638,10
1.2.1.0.29.09.01.00.00	80	Contrib. de Servidor Inativo para o RPPS	27.209,00	1.904,63	1.904,63	1.904,63	1.904,63	1.904,63	1.904,63	1.904,63	1.904,63	2.992,99	2.992,99	2.992,99	4.081,35
1.2.1.0.29.09.02.00.00	40	Contribuição de Servidores Inativos Civil RPPS	15.952,50	1.116,68	1.116,68	1.116,68	1.116,68	1.116,68	1.116,68	1.116,68	1.116,68	1.116,68	1.754,78	1.754,78	2.392,82
1.2.1.0.29.15.00.00.00	40	Contrib. Prev. Em Regime Parcelamento De Caixa	1.084.770,00	75.933,90	75.933,90	75.933,90	75.933,90	75.933,90	75.933,90	75.933,90	75.933,90	93.324,70	119.324,70	119.324,70	162.715,50
1.2.1.0.99.02.00.00.00	40	Outras Contribuições - FIA	2.631.099,00	184.176,93	184.176,93	184.176,93	184.176,93	184.176,93	184.176,93	184.176,93	184.176,93	289.420,89	289.420,89	289.420,89	394.664,85
1.3.0.0.0.0.00.00.00.00		Receita Patrimonial	7.859.997,98	598.719,90	598.719,90	598.719,90	598.719,90	598.719,90	598.719,90	598.719,90	598.719,90	682.957,45	767.194,99	767.194,99	852.891,35
1.3.1.0.0.0.0.00.00.00.00		Receitas Imobiliárias	78.167,25	6.511,33	6.511,33	6.511,33	6.511,33	6.511,33	6.511,33	6.511,33	6.511,33	6.511,33	6.511,33	6.511,33	6.542,62
1.3.1.1.99.02.00.00.00.00	40	Outras Receitas de Aluguéis - FUNESJ	78.167,25	6.511,33	6.511,33	6.511,33	6.511,33	6.511,33	6.511,33	6.511,33	6.511,33	6.511,33	6.511,33	6.511,33	6.542,62
1.3.2.0.0.0.0.00.00.00.00		Receitas De Valores Mobiliários	7.781.830,73	592.208,57	592.208,57	592.208,57	592.208,57	592.208,57	592.208,57	592.208,57	592.208,57	767.446,12	760.683,66	760.683,66	846.348,73
1.3.2.0.01.02.00.00.00	98	Rec. de Remun. Dep.Banc.Rec.Vinc.FUNDEB	487.166,22	40.581,11	40.581,11	40.581,11	40.581,11	40.581,11	40.581,11	40.581,11	40.581,11	40.581,11	40.581,11	40.581,11	40.776,01
1.3.2.5.01.04.00.00.00	6	Rem. Dep. Banc. Salário Educ. fr 06	69.274,99	5.770,61	5.770,61	5.770,61	5.770,61	5.770,61	5.770,61	5.770,61	5.770,61	5.770,61	5.770,61	5.770,61	5.798,28
1.3.2.5.01.08.00.00.00	10	Rem. de Dep. Banc. Merenda Esc. FR 10	2.105,73	175,41	175,41	175,41	175,41	175,41	175,41	175,41	175,41	175,41	175,41	175,41	176,22
1.3.2.5.01.09.00.00.00	120	Rec.Rem.Dep.Banc.Rec.Vinculados - CIDE	2.334,38	194,45	194,45	194,45	194,45	194,45	194,45	194,45	194,45	194,45	194,45	194,45	195,43
1.3.2.5.01.11.00.00.00	129	Remun. Dep. Banc. Vinc. FMRPROC	7.444,50	620,13	620,13	620,13	620,13	620,13	620,13	620,13	620,13	620,13	620,13	620,13	623,07
1.3.2.5.01.12.00.00.00	19	Rem. de Dep. Banc. Conv. FUNREBOM FR 19	16.484,25	1.373,14	1.373,14	1.373,14	1.373,14	1.373,14	1.373,14	1.373,14	1.373,14	1.373,14	1.373,14	1.373,14	1.379,71
1.3.2.5.01.13.00.00.00	23	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fr 23 - FNAIS	584.925,00	48.724,25	48.724,25	48.724,25	48.724,25	48.724,25	48.724,25	48.724,25	48.724,25	48.724,25	48.724,25	48.724,25	48.958,25
1.3.2.5.01.14.00.00.00	26	Remun. Dep. Banc. Conv. Transfor- FR 26	5.104,80	425,23	425,23	425,23	425,23	425,23	425,23	425,23	425,23	425,23	425,23	425,23	427,27
1.3.2.5.01.15.00.00.00	142	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinculados PAC2 FR 142	90.610,20	7.547,83	7.547,83	7.547,83	7.547,83	7.547,83	7.547,83	7.547,83	7.547,83	7.547,83	7.547,83	7.547,83	7.584,07
1.3.2.5.01.18.00.00.00	33	Rem. de Dep. Banc. Conv.Estado SC 407 -FR 033	16.165,20	1.346,56	1.346,56	1.346,56	1.346,56	1.346,56	1.346,56	1.346,56	1.346,56	1.346,56	1.346,56	1.346,56	1.353,04
1.3.2.5.01.19.00.00.00	34	Rem. Dep. Banc. OutrasTransf.Gov. Fed. -FR 34	40.944,75	3.410,70	3.410,70	3.410,70	3.410,70	3.410,70	3.410,70	3.410,70	3.410,70	3.410,70	3.410,70	3.410,70	3.427,05

Natureza	FR	Descrição da Receita	Estimativa 2015	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1.3.2.5.01.21.00.00	117	Rem. Dep. Banc. Alienações FR 117	13.400,10	1.116,23	1.116,23	1.116,23	1.116,23	1.116,23	1.116,23	1.116,23	1.116,23	1.116,23	1.116,23	1.116,23	1.121,57
1.3.2.5.01.22.00.00	119	Rem. Dep. Banc. Min. Esportes FR 119	13.400,10	1.116,23	1.116,23	1.116,23	1.116,23	1.116,23	1.116,23	1.116,23	1.116,23	1.116,23	1.116,23	1.116,23	1.121,57
1.3.2.5.01.23.00.00	121	Rem. de Dep. Banc. Conv. Transp. Esc. FR 121	13.400,10	813,40	813,40	813,40	813,40	813,40	813,40	813,40	813,40	813,40	813,40	813,40	813,40
1.3.2.5.01.24.00.00	122	Rem. de Dep. Banc. PNAT/FNDE - FR 122	1.435,73	119,60	119,60	119,60	119,60	119,60	119,60	119,60	119,60	119,60	119,60	119,60	120,13
1.3.2.5.01.25.00.00	144	Rem. de Dep. Banc. Conv. CASAN 113/97 FR 144	5.500,00	458,15	458,15	458,15	458,15	458,15	458,15	458,15	458,15	458,15	458,15	458,15	460,35
1.3.2.5.01.28.00.00	300	Rem. de Dep. Banc. COSIP FR 300	91.249,30	7.600,98	7.600,98	7.600,98	7.600,98	7.600,98	7.600,98	7.600,98	7.600,98	7.600,98	7.600,98	7.600,98	7.637,52
1.3.2.5.01.29.00.00	234	Rem. Dep. Banc. Minist. Int. - Nac. Au. Emerg. - fr 234	30.416,10	2.533,66	2.533,66	2.533,66	2.533,66	2.533,66	2.533,66	2.533,66	2.533,66	2.533,66	2.533,66	2.533,66	2.545,84
1.3.2.5.01.30.00.00	153	Rem. Dep. Banc. Vinc. Conv. SENASP FR 153	5.530,20	460,67	460,67	460,67	460,67	460,67	460,67	460,67	460,67	460,67	460,67	460,67	462,83
1.3.2.5.01.31.00.00	131	Rem. Depósito Bancários-Convênio MEC/FNDE	38.073,30	3.171,51	3.171,51	3.171,51	3.171,51	3.171,51	3.171,51	3.171,51	3.171,51	3.171,51	3.171,51	3.171,51	3.186,69
1.3.2.5.01.33.00.00	131	Rem. de Outras Transf. de Convênio da União-FR	33.500,25	2.790,57	2.790,57	2.790,57	2.790,57	2.790,57	2.790,57	2.790,57	2.790,57	2.790,57	2.790,57	2.790,57	2.803,98
1.3.2.5.01.35.00.00	160	Rem. PAC II Contrato No.0345.701.72/10 FR -160	1.616,51	134,66	134,66	134,66	134,66	134,66	134,66	134,66	134,66	134,66	134,66	134,66	135,25
1.3.2.5.01.36.00.00	160	Rem. PAC II Contrato No.0345.703.90/10 FR -160	1.616,51	110,74	110,74	110,74	110,74	110,74	110,74	110,74	110,74	110,74	110,74	110,74	111,24
1.3.2.5.01.37.00.00	22	Rem. de Dep. Banc. Rec. Vinc. FMAS FR 22	25.524,00	2.126,15	2.126,15	2.126,15	2.126,15	2.126,15	2.126,15	2.126,15	2.126,15	2.126,15	2.126,15	2.126,15	2.136,35
1.3.2.5.01.39.00.00	133	Rem. de Dep. Banc. Rec. Vinc. Ações Petrobras Fr	5.000,00	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50
1.3.2.5.01.99.01.00	334	Remun.Banc. Vinc. Bloco 1 - fr 334	90.291,15	7.521,25	7.521,25	7.521,25	7.521,25	7.521,25	7.521,25	7.521,25	7.521,25	7.521,25	7.521,25	7.521,25	7.557,40
1.3.2.5.01.99.02.00	338	Remun.Banc. Vinc. Bloco 2 - fr 338	48.389,25	4.030,82	4.030,82	4.030,82	4.030,82	4.030,82	4.030,82	4.030,82	4.030,82	4.030,82	4.030,82	4.030,82	4.050,23
1.3.2.5.01.99.03.00	339	Remun.Banc. Vinc. Bloco 3 - fr 339	16.271,55	1.355,42	1.355,42	1.355,42	1.355,42	1.355,42	1.355,42	1.355,42	1.355,42	1.355,42	1.355,42	1.355,42	1.361,93
1.3.2.5.01.99.04.00	342	Remun.Banc. Vinc. Bloco 4 - fr 342	90.610,20	7.547,83	7.547,83	7.547,83	7.547,83	7.547,83	7.547,83	7.547,83	7.547,83	7.547,83	7.547,83	7.547,83	7.584,07
1.3.2.5.01.99.05.00	335	Remun.Banc. Vinc. Bloco 5 - fr 335	133.150,20	11.091,41	11.091,41	11.091,41	11.091,41	11.091,41	11.091,41	11.091,41	11.091,41	11.091,41	11.091,41	11.091,41	11.144,69
1.3.2.5.01.99.06.00	140	Rem. de Rec. Op. de Crédito BID/PNAFM - FR	1.435,72	119,60	119,60	119,60	119,60	119,60	119,60	119,60	119,60	119,60	119,60	119,60	120,12
1.3.2.5.02.01.00.00	80	Rec. Remun. de Depósitos de Poupança	4.211.877,17	294.831,40	294.831,40	294.831,40	294.831,40	294.831,40	294.831,40	294.831,40	294.831,40	294.831,40	294.831,40	294.831,40	547.544,04
1.3.2.5.02.02.00.00	40	Remuneração de Aplicações Extramercado	125.617,43	10.463,93	10.463,93	10.463,93	10.463,93	10.463,93	10.463,93	10.463,93	10.463,93	10.463,93	10.463,93	10.463,93	10.514,20
1.3.2.5.02.03.00.00	40	Remun. Dep. Banc. Não Vinc. - FIA	27.651,00	2.303,33	2.303,33	2.303,33	2.303,33	2.303,33	2.303,33	2.303,33	2.303,33	2.303,33	2.303,33	2.303,33	2.314,37
1.3.2.5.02.05.00.00	42	Remun. de Depósito Banc. Rec. Próprio fr 42	26.906,55	2.241,32	2.241,32	2.241,32	2.241,32	2.241,32	2.241,32	2.241,32	2.241,32	2.241,32	2.241,32	2.241,32	2.252,03
1.3.2.5.02.08.00.00	40	Remun. Dep. Banc. Não Vinculados - FMV TUR - fr 4	1.063,50	88,59	88,59	88,59	88,59	88,59	88,59	88,59	88,59	88,59	88,59	88,59	89,01
1.3.2.5.02.09.00.00	40	Remun. Dep. Banc. Não Vinc. - FMMA	10.837,07	902,73	902,73	902,73	902,73	902,73	902,73	902,73	902,73	902,73	902,73	902,73	907,04
1.3.2.5.02.10.00.00	80	Remun. Dep. Banc. Rec. Proprios FMAA Fr 80	10.711,00	892,23	892,23	892,23	892,23	892,23	892,23	892,23	892,23	892,23	892,23	892,23	896,47
1.3.2.5.02.99.01.00	42	Remun. Banc. Tx. Vigilância Sanitária fr 42	38.073,30	3.171,51	3.171,51	3.171,51	3.171,51	3.171,51	3.171,51	3.171,51	3.171,51	3.171,51	3.171,51	3.171,51	3.186,69
1.3.2.8.20.01.00.00	40	Remuneração dos Invest. Renda Fixa-RPPS - fr40	244.605,00	20.375,60	20.375,60	20.375,60	20.375,60	20.375,60	20.375,60	20.375,60	20.375,60	20.375,60	20.375,60	20.375,60	20.473,40
1.3.2.8.30.01.00.00	40	Remuneração dos Invest. Renda Variável - RPPS	1.084.770,00	90.361,34	90.361,34	90.361,34	90.361,34	90.361,34	90.361,34	90.361,34	90.361,34	90.361,34	90.361,34	90.361,34	90.795,26
1.6.0.0.00.00.00.00	80	Rec. Receita De Serviços	1.820.051,35	46.466,70	46.466,70	46.466,70	46.466,70	46.466,70	46.466,70	46.466,70	46.466,70	46.466,70	46.466,70	46.466,70	46.466,70
1.6.0.0.13.01.00.00	80	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	384.062,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.13.02.00.00	80	Serviços de Venda de Editais	181.621,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.16.01.00.00	40	Mensalidade Escolar Profissional - F. EDUC	590.558,35	0,00	59.055,84	59.055,84	59.055,84	59.055,84	59.055,84	59.055,84	59.055,84	59.055,84	59.055,84	59.055,84	59.055,84
1.6.0.0.19.01.00.00	40	Rec. Serviços Recreativos e Culturais	663.810,00	46.466,70	46.466,70	46.466,70	46.466,70	46.466,70	46.466,70	46.466,70	46.466,70	46.466,70	46.466,70	46.466,70	46.466,70
1.7.0.0.00.00.00.00		Transferências Correntes	339.456.057,93	16.425.472,96	16.764.988,61	17.264.127,01	17.264.127,01	17.264.127,01	18.613.982,89	18.626.744,98	18.789.888,14	23.917.677,02	29.061.016,04	29.061.016,04	116.402.890,31
1.7.2.0.00.00.00.00		Transferências Intergovernamentais	283.254.407,70	16.364.215,36	16.602.442,21	17.101.580,61	17.101.580,61	17.101.580,61	18.451.436,49	18.464.198,49	18.627.341,74	23.755.130,62	28.898.469,64	28.898.469,64	61.887.961,68
1.7.2.1.01.02.01.00	80	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	44.669.398,00	3.126.857,86	3.126.857,86	3.126.857,86	3.126.857,86	3.126.857,86	3.126.857,86	3.126.857,86	3.126.857,86	4.020.245,82	4.913.633,78	4.913.633,78	5.807.021,74
1.7.2.1.01.05.00.00	80	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial	25.131,00	1.759,17	1.759,17	1.759,17	1.759,17	1.759,17	1.759,17	1.759,17	1.759,17	2.261,79	2.764,41	2.764,41	3.267,03
1.7.2.1.33.01.00.00	334	Transf. PAB FIXO Fr 334 - FMS	5.971.658,85	59.716,59	59.716,59	59.716,59	59.716,59	59.716,59	59.716,59	59.716,59	59.716,59	59.716,59	59.716,59	59.716,59	59.716,59
1.7.2.1.33.02.00.00	336	Transf. PACS Fr 336 - FMS	3.509.550,00	35.095,50	35.095,50	35.095,50	35.095,50	35.095,50	35.095,50	35.095,50	35.095,50	35.095,50	35.095,50	35.095,50	35.095,50
1.7.2.1.33.03.00.00	337	Transf. PSF Fr 337 - FMS	5.849.250,00	58.492,50	58.492,50	58.492,50	58.492,50	58.492,50	58.492,50	58.492,50	58.492,50	58.492,50	58.492,50	58.492,50	58.492,50
1.7.2.1.33.04.00.00	338	Transf. MAC Fr 338 - FMS	5.375.460,75	53.754,61	53.754,61	53.754,61	53.754,61	53.754,61	53.754,61	53.754,61	53.754,61	53.754,61	53.754,61	53.754,61	53.754,61
1.7.2.1.33.05.00.00	339	Transf. PPI Fr 339 - FMS	1.791.678,45	17.916,78	17.916,78	17.916,78	17.916,78	17.916,78	17.916,78	17.916,78	17.916,78	17.916,78	17.916,78	17.916,78	17.916,78
1.7.2.1.33.06.00.00	341	Transf. Vigilância Sanitária fr 341 - FMS	265.875,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	265.875,00
1.7.2.1.33.09.00.00	342	Transf. Farmácia Básica fr 342 - FMS	2.674.489,80	26.744,90	26.744,90	26.744,90	26.744,90	26.744,90	26.744,90	26.744,90	26.744,90	26.744,90	26.744,90	26.744,90	26.744,90
1.7.2.1.33.16.00.00	343	Transferência DST/AIDS - FR 343 - FMS	850.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	850.800,00
1.7.2.1.33.21.00.00	344	Transf. Produção / CEO - fr 344 - FMS	212.700,00	2.127,00	2.127,00	2.127,00	2.127,00	2.127,00	2.127,00	2.127,00	2.127,00	2.127,00	2.127,00	2.127,00	2.127,00
1.7.2.1.33.24.00.00	351	Transf. SUS - (São Pedro de Alcântara) fr 351 - FM	18.079,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.079,50
1.7.2.1.33.26.00.00	335	Convênio MS - UPA - FMS fr 335	2.631.949,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.631.949,80
1.7.2.1.34.01.00.00	23	Fundo Nac. Assist. Social - FNAS fr 23 - FMAS	9.736.606,00	97.366,06	97.366,06	97.366,06	97.366,06	97.366,06	97.366,06	97.366,06	97.366,06	97.366,06	97.366,06	97.366,06	97.366,06
1.7.2.1.34.02.00.00	23	Fundo Nac. Assist. Social - FNAS fr 23 PMSJ	1.010.325,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.010.325,00

Natureza	FR	Descrição da Receita	Estimativa 2015	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1.7.2.1.35.01.00.00	6	Transferências do Salário-Educação	7.940.895,01	0,00	238.226,85	555.862,65	555.862,65	555.862,65	555.862,65	555.862,65	555.862,65	555.862,65	555.862,65	555.862,65	2.699.904,31
1.7.2.1.35.02.00.00	8	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Prc	451.987,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	451.987,50
1.7.2.1.35.03.00.00	10	Transf diretas FNDE ref Prog.Nac.a PNAE	2.592.894,27	0,00	0,00	181.502,60	181.502,60	181.502,60	181.502,60	181.502,60	181.502,60	233.360,48	285.218,37	285.218,37	700.081,45
1.7.2.1.35.04.00.00	122	Transferência direta do FNDE ref PNATE	44.564,27	445,64	445,64	445,64	445,64	445,64	445,64	445,64	3.119,50	3.119,50	3.119,50	3.119,50	28.966,79
1.7.2.1.35.99.01.00	11	Programa Nacional de Alimentação PNAC FR 11	2.091.926,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.091.926,70
1.7.2.1.35.99.03.00	125	Rec.FNDE/ PNAC Progr.Educ. Jovens/Adultos - fr 1	39.881,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.881,25
1.7.2.1.36.00.00.00	80	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração	339.035,00	23.732,45	23.732,45	23.732,45	23.732,45	23.732,45	23.732,45	23.732,45	23.732,45	23.732,45	37.293,85	37.293,85	50.855,25
1.7.2.1.99.01.00.00	80	CEX - Compensação das Exportações	381.689,00	26.718,23	26.718,23	26.718,23	26.718,23	26.718,23	26.718,23	26.718,23	26.718,23	34.352,01	41.985,79	41.985,79	49.619,57
1.7.2.1.99.02.00.00	80	Coma. Financ. para Extração de Minerais - CFE	2.890,00	202,30	202,30	202,30	202,30	202,30	202,30	202,30	202,30	260,10	317,90	317,90	375,70
1.7.2.2.01.01.00.00	80	Cota-Parte do ICMS	94.496.950,00	6.614.786,50	6.614.786,50	6.614.786,50	6.614.786,50	6.614.786,50	6.614.786,50	6.614.786,50	8.504.725,50	10.394.664,50	10.394.664,50	10.394.664,50	12.284.603,50
1.7.2.2.01.02.00.00	80	Cota-Parte do IPVA	19.803.249,69	1.386.249,69	1.386.249,69	1.386.249,69	1.386.249,69	1.386.249,69	1.386.249,69	1.386.249,69	1.386.249,69	1.782.321,03	2.178.392,37	2.178.392,37	2.574.463,71
1.7.2.2.01.04.00.00	34	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	1.507.554,00	105.528,78	105.528,78	105.528,78	105.528,78	105.528,78	105.528,78	105.528,78	135.679,86	165.830,94	165.830,94	165.830,94	195.982,02
1.7.2.2.01.13.00.00	120	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Dom Ecr	1.443.038,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.443.038,69
1.7.2.4.01.01.00.00	98	Recurso do FUNDEB 100%	67.524.582,86	4.726.720,80	4.726.720,80	4.726.720,80	4.726.720,80	4.726.720,80	4.726.720,80	4.726.720,80	6.077.212,46	7.427.704,11	7.427.704,11	7.427.704,11	8.778.195,78
1.7.3.0.00.00.00.00		Transferências De Instituições Privadas	5.400.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.400.700,00
1.7.3.0.01.00.00.00	103	Transf. de Instituições Privadas - FUNESI fr 103	200.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.700,00
1.7.3.0.02.00.00.00	150	Transf. de Instit. Privadas Lei Rouanet- fr 150	5.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.200.000,00
1.7.6.0.00.00.00.00		Transferências De Convênios	50.800.950,23	61.257,60	162.546,40	162.546,40	162.546,40	162.546,40	162.546,40	162.546,40	162.546,40	162.546,40	162.546,40	162.546,40	49.114.228,63
1.7.6.1.99.02.00.00	151	Transf. Conv. Minist da Cultura / IPHAN	2.127.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.127.000,00
1.7.6.1.99.03.00.00	123	Transf de Conv. Gov. Federal - F Educ. - fr 123	302.035,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	302.035,18
1.7.6.1.99.04.00.00	34	Transf. Conv. Gov. Federal - FUNESJ	2.408.419,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.408.419,64
1.7.6.1.99.05.00.00	152	Conv. Ministério Público/ Justiça - FMCTUR- fr	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
1.7.6.1.99.06.00.00	345	Serviços de Atend. Móveis - SAMU fr 345 - MS - F	765.720,00	22.971,60	22.971,60	22.971,60	22.971,60	22.971,60	22.971,60	22.971,60	22.971,60	22.971,60	22.971,60	22.971,60	513.032,40
1.7.6.1.99.07.00.00	151	Transf. Conv. Minist da Cultura / IPHAN	2.973.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.973.000,00
1.7.6.1.99.09.00.00	346	Centro Especialidade Odontológica - CEO - fr 346	63.810,00	0,00	1.914,30	1.914,30	1.914,30	1.914,30	1.914,30	1.914,30	1.914,30	1.914,30	1.914,30	1.914,30	44.667,00
1.7.6.1.99.10.00.00	332	Farmácia Popular do Brasil- Estado - FMS fr 332	319.050,00	0,00	9.571,50	9.571,50	9.571,50	9.571,50	9.571,50	9.571,50	9.571,50	9.571,50	9.571,50	9.571,50	223.335,00
1.7.6.1.99.11.00.00	333	Farmácia Estadual - FMS fr 333	2.127.000,00	0,00	63.810,00	63.810,00	63.810,00	63.810,00	63.810,00	63.810,00	63.810,00	63.810,00	63.810,00	63.810,00	1.488.900,00
1.7.6.1.99.12.00.00	348	Recursos de Conv. MS/SUS- COPAC fr 348 - FMS	319.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	319.050,00
1.7.6.1.99.13.00.00	347	Convênio MS - CAPS - fr 347 - FMS	744.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	744.450,00
1.7.6.1.99.14.00.00	349	Outras Transf. Estadual - fr. 349 - FMS	319.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	319.050,00
1.7.6.1.99.15.00.00	350	Vigilância Sanitária Estadual - fr 350 - FMS	212.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	212.700,00
1.7.6.1.99.18.00.00	354	Convênio Laboratório - MS - fr 354 - FMS	265.875,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	265.875,00
1.7.6.1.99.19.00.00	355	Conv. Equip. Mat. Permanente- MS - fr 355 - FMS	1.063.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.063.500,00
1.7.6.1.99.20.00.00	356	Conv. SES - Equip. Mat. Permanente - fr 356 - FM	319.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	319.050,00
1.7.6.1.99.21.00.00	357	Conv. SES - Ampla Manut das Unid. de Saúde fr 3	1.063.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.063.500,00
1.7.6.1.99.22.00.00	358	Convênio Vigíus - MS - fr 358 - FMS	2.127.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.127.000,00
1.7.6.1.99.23.00.00	361	Conv. SES - Programa Especiais - fr 361 - FMS	233.970,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	233.970,00
1.7.6.1.99.24.00.00	362	Conv. SES-Progr.Gestão/ Práticas/ Moderniz. fr 3	319.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	319.050,00
1.7.6.1.99.25.00.00	363	Conv. MS- Progr. Gestão/Prática/Modernização fr	319.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	319.050,00
1.7.6.1.99.27.00.00	34	Outras Transf. de Conv. Gov. Federal - F Educ.	11.968.541,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.968.541,43
1.7.6.1.99.28.00.00	34	Outras Transf. de Conv. Gov. Federal - FMSJ fr 34	4.585.999,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.585.999,75
1.7.6.1.99.29.00.00	366	Outras Transferências Federais fr 366	3.828.600,00	38.286,00	38.286,00	38.286,00	38.286,00	38.286,00	38.286,00	38.286,00	38.286,00	38.286,00	38.286,00	38.286,00	3.407.454,00
1.7.6.1.99.31.00.00	153	Transf. Conv. Federal SENAP	12.549,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.549,30
1.7.6.1.99.32.00.00	380	Transf. Ministério do Turismo - FMCTUR	424.761,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	424.761,90
1.7.6.2.02.00.00.00	33	Transf. Conv. Estado p/ F. Educ.	1.155.495,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.155.495,68
1.7.6.2.99.05.00.00	121	Conv. nº 7982/2004 Transp. Escolar FR 121	1.323.100,35	0,00	13.231,00	13.231,00	13.231,00	13.231,00	13.231,00	13.231,00	13.231,00	13.231,00	13.231,00	13.231,00	1.190.790,35
1.7.6.2.99.11.00.00	122	Transf. de Conv. dos Estados fr 22 - FMAS	3.132.147,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.132.147,00
1.7.6.2.99.13.00.00	126	Conv. Gov. Estado- FUNCULTURAL	2.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.200.000,00
1.7.6.2.99.16.00.00	136	Conv. Gov. do Estado- FUNCULTURAL/ Carnaval	691.275,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	691.275,00
1.7.6.2.99.20.00.00	365	Transferência Gov. Estado ESF SES - fr 365	1.276.200,00	0,00	12.762,00	12.762,00	12.762,00	12.762,00	12.762,00	12.762,00	12.762,00	12.762,00	12.762,00	12.762,00	1.148.580,00
1.7.6.2.99.21.00.00	369	TRANSF GOV EST-MAC-SES	810.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	810.000,00
1.9.0.0.00.00.00.00		Outras Receitas Correntes	38.237.734,78	1.839.093,84	1.897.289,32	1.897.289,32	1.897.289,32	1.897.289,32	1.897.289,32	1.897.289,32	2.426.693,42	2.956.097,53	2.956.097,53	2.956.097,53	14.778.727,22
1.9.1.0.00.00.00.00		Multas E Juros de Mora	10.029.057,70	429.968,41	429.968,41	429.968,41	429.968,41	429.968,41	429.968,41	429.968,41	541.368,35	652.768,30	652.768,30	652.768,30	4.742.405,47

Natureza	FR	Descrição da Receita	Estimativa 2015	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1.9.1.1.38.01.00.00	80	Multas/Juros de Mora s/o IPTU	255.824,00	16.507,68	16.507,68	16.507,68	16.507,68	16.507,68	16.507,68	16.507,68	16.507,68	21.224,16	25.940,64	25.940,64	30.857,12
1.9.1.1.40.01.00.00	80	Multas/Juros de Mora s/o ISS	92.279,00	6.459,53	6.459,53	6.459,53	6.459,53	6.459,53	6.459,53	6.459,53	6.459,53	8.305,11	10.150,69	10.150,69	11.996,27
1.9.1.1.99.01.00.00	80	Multas e Juros de Mora De Outros Tributos	216.989,86	15.189,86	15.189,86	15.189,86	15.189,86	15.189,86	15.189,86	15.189,86	15.189,86	19.529,82	23.869,78	23.869,78	28.209,74
1.9.1.3.11.01.00.00	80	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	2.973.314,00	208.131,98	208.131,98	208.131,98	208.131,98	208.131,98	208.131,98	208.131,98	208.131,98	267.598,26	327.064,54	327.064,54	386.530,82
1.9.1.3.13.01.00.00	80	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	361.765,00	25.323,62	25.323,62	25.323,62	25.323,62	25.323,62	25.323,62	25.323,62	25.323,62	32.558,94	39.794,26	39.794,26	47.029,58
1.9.1.3.99.00.00.00	80	Multas/Juros de Mora Div. Outros Tributos	1.554.220,00	108.795,40	108.795,40	108.795,40	108.795,40	108.795,40	108.795,40	108.795,40	108.795,40	139.879,80	170.964,20	170.964,20	202.048,60
1.9.1.9.99.01.00.00	26	Multas Previstas Na Legislaç. De Transito	4.006.860,25	40.068,60	40.068,60	40.068,60	40.068,60	40.068,60	40.068,60	40.068,60	40.068,60	40.068,60	40.068,60	40.068,60	3.566.105,65
1.9.1.9.99.01.00.00	26	Multas Transitó Guard.Munic. Conv. 8714/2 - fr	135.596,25	9.491,74	9.491,74	9.491,74	9.491,74	9.491,74	9.491,74	9.491,74	9.491,74	12.203,66	14.915,59	14.915,59	17.627,49
1.9.1.9.99.02.00.00	26	Multas De Transito. Avanco de Semafaro - Conv.55	79.975,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	79.975,20
1.9.1.9.99.03.00.00	26	Multa de Transito - Contr. de Veloc. - Conv.5264	159.525,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	159.525,00
1.9.1.9.99.05.00.00	210	Outras Multas - Defesa do Consumidor	212.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	212.700,00
1.9.2.0.00.00.00.00	80	Indenizações E Restituições	3.293.257,00	12.709,90	70.905,38	70.905,38	70.905,38	70.905,38	70.905,38	70.905,38	70.905,38	91.162,74	111.422,74	2.470.199,90	2.470.199,90
1.9.2.1.99.01.00.00	80	Extração de Óleo, Xisto e Gas	831.364,00	0,00	58.195,48	58.195,48	58.195,48	58.195,48	58.195,48	58.195,48	58.195,48	74.822,76	91.450,04	91.450,04	166.272,80
1.9.2.2.10.01.00.00	40	Compensações Financeiras entre o Regime Geral	170.160,00	11.911,20	11.911,20	11.911,20	11.911,20	11.911,20	11.911,20	11.911,20	11.911,20	15.314,40	18.717,60	18.717,60	22.120,80
1.9.2.2.99.01.00.00	80	Outras Restituições	2.280.323,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.280.323,00
1.9.2.2.99.02.00.00	80	Outras Restituições - FUNESJ	11.410,00	798,70	798,70	798,70	798,70	798,70	798,70	798,70	798,70	1.026,90	1.255,10	1.255,10	1.483,30
1.9.3.0.00.00.00.00	80	Receita Da Dívida Ativa	18.373.677,89	1.286.157,45	1.286.157,45	1.286.157,45	1.286.157,45	1.286.157,45	1.286.157,45	1.286.157,45	1.286.157,45	1.653.631,01	2.021.104,57	2.021.104,57	2.388.578,14
1.9.3.1.11.01.00.00	80	Rec. Div. Ativ. do IPTU	9.638.465,00	674.692,55	674.692,55	674.692,55	674.692,55	674.692,55	674.692,55	674.692,55	674.692,55	867.461,85	1.060.231,15	1.060.231,15	1.253.000,45
1.9.3.1.12.01.00.00	80	Rec. Div. Ativ. do ITBI	2.480,00	173,60	173,60	173,60	173,60	173,60	173,60	173,60	173,60	223,20	272,80	272,80	322,40
1.9.3.1.13.01.00.00	80	Rec. Div. Ativ. do ISS	1.879.255,00	131.547,85	131.547,85	131.547,85	131.547,85	131.547,85	131.547,85	131.547,85	131.547,85	169.132,95	206.718,05	206.718,05	244.303,15
1.9.3.1.99.01.00.00	80	Receita Da Dívida Ativa De Outros Tributos	6.853.477,89	479.743,45	479.743,45	479.743,45	479.743,45	479.743,45	479.743,45	479.743,45	479.743,45	616.813,01	753.882,57	753.882,57	890.952,14
1.9.9.0.00.00.00.00	40	Receitas Correntes Diversas	6.541.742,19	110.258,08	110.258,08	110.258,08	110.258,08	110.258,08	110.258,08	110.258,08	110.258,08	140.530,00	170.801,92	170.801,92	5.177.543,71
1.9.9.0.02.01.01.00	129	Rec. Honorário Advogado Lei 4430/	430.635,69	4.306,36	4.306,36	4.306,36	4.306,36	4.306,36	4.306,36	4.306,36	4.306,36	4.306,36	4.306,36	4.306,36	383.265,73
1.9.9.0.99.01.00.00	80	Outras Receitas - PMSJ	1.513.596,00	105.951,72	105.951,72	105.951,72	105.951,72	105.951,72	105.951,72	105.951,72	105.951,72	136.223,64	166.495,56	166.495,56	196.767,48
1.9.9.0.99.02.00.00	23	Outras Receitas fr 23 - FMAS	191.430,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	191.430,00
1.9.9.0.99.03.00.00	40	Outras Receitas - FMMA	376.479,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	376.479,00
1.9.9.0.99.05.00.00	42	Outras Receitas - FMS	265.875,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	265.875,00
1.9.9.0.99.06.00.00	367	Outras Receitas da Saúde	3.190.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.190.500,00
1.9.9.0.99.08.00.00	40	Outras Receitas - FMAS	10.635,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.635,00
1.9.9.0.99.15.00.00	40	Outras Receitas RPPS - fr 40	10.635,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.635,00
1.9.9.0.99.16.00.00	40	Outras Receitas - FMCT	551.956,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	551.956,50
7.0.0.0.00.00.00.00		Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	18.638.665,00	1.304.706,55	1.304.706,55	1.304.706,55	1.304.706,55	1.304.706,55	1.304.706,55	1.304.706,55	1.304.706,55	1.677.479,95	2.050.253,15	2.050.253,15	2.423.026,45
7.2.0.0.00.00.00.00		Receita De Contribuições	18.638.665,00	1.304.706,55	1.304.706,55	1.304.706,55	1.304.706,55	1.304.706,55	1.304.706,55	1.304.706,55	1.304.706,55	1.677.479,95	2.050.253,15	2.050.253,15	2.423.026,45
7.2.1.0.00.00.00.00		Contribuições Sociais	18.638.665,00	1.304.706,55	1.304.706,55	1.304.706,55	1.304.706,55	1.304.706,55	1.304.706,55	1.304.706,55	1.304.706,55	1.677.479,95	2.050.253,15	2.050.253,15	2.423.026,45
7.2.1.0.29.01.01.00	40	Contrib. Patronais Ativo Civil PMSJ-RPPS - fr 40	13.876.312,00	971.341,84	971.341,84	971.341,84	971.341,84	971.341,84	971.341,84	971.341,84	971.341,84	1.248.868,08	1.526.394,32	1.526.394,32	1.803.290,56
7.2.1.0.29.01.02.00	40	Contrib. Patronais Ativo Civil CMSJ-RPPS - fr 40	180.795,00	12.655,65	12.655,65	12.655,65	12.655,65	12.655,65	12.655,65	12.655,65	12.655,65	16.271,55	19.887,45	19.887,45	23.503,35
7.2.1.0.29.01.03.00	40	Contrib. Patronais Ativo Civil FMS-RPPS - fr 40	4.573.050,00	320.113,50	320.113,50	320.113,50	320.113,50	320.113,50	320.113,50	320.113,50	320.113,50	411.574,50	503.035,50	503.035,50	594.496,50
7.2.1.0.29.01.04.00	40	Contrib. Patronais Ativo Civil Assembleia RPPS - I	8.508,00	595,56	595,56	595,56	595,56	595,56	595,56	595,56	595,56	765,72	935,88	935,88	1.106,04
2.0.0.0.00.00.00.00		Receitas De Capital	290.354.473,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	290.354.473,76
2.1.0.0.00.00.00.00		Operações De Crédito	82.008.868,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.008.868,66
2.1.1.0.00.00.00.00		Operações De Crédito Internas	60.651.504,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.651.504,38
2.1.1.4.01.01.00.00	25	Operação de Crédito Interna - BNDES - fr 25	287.145,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	287.145,00
2.1.1.4.99.01.00.00	5	Operação de Crédito Interna - PMAT fr 05	8.024.107,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.024.107,50
2.1.1.4.99.02.00.00	35	Operação Crédito BADESC / PRO-FDM - FR 35	27.345.140,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.345.140,00
2.1.1.4.99.03.00.00	154	Operação Crédito - FINAME/ PROVIAS - fr 154	1.169.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.169.850,00
2.1.1.4.99.05.00.00	15	Outras Operações Creditos PRO- INFRA-MPO - fr	4.429.477,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.429.477,50
2.1.1.4.99.06.00.00	143	Outras Operações Caixa Econômica - FMH	13.368.153,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.368.153,52
2.1.1.4.99.07.00.00	160	PAC II CEF - CT Nº 0345.701.72/10 - FR 160	850.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	850.800,00
2.1.1.4.99.08.00.00	160	PAC II CEF - CT Nº 0345.703.90/10 - FR 160	1.134.999,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.134.999,11
2.1.1.4.99.09.00.00	143	Operações de Crédito Caixa Econômica - fr 143	4.041.831,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.041.831,75
2.1.2.0.00.00.00.00		Operações De Crédito Externas	21.357.364,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.357.364,28
2.1.2.3.99.02.00.00	140	Operação de Crédito - BID / PNAFM - fr 140	21.357.364,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.357.364,28
2.2.0.0.00.00.00.00		Alienação De Bens	6.097.289,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.097.289,20

Natureza	FR	Descrição da Receita	Estimativa 2015	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2.2.2.0.0.0.00.00.00		Alienação De Bens Imóveis	6.097.289,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.097.289,20
2.2.2.9.01.00.00.00.00	117	Alien. de Outros Bens Imóveis fr 117	5.997.289,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.997.289,20
2.2.2.9.02.00.00.00.00	146	Venda de títulos/ações/alienações FR146	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
2.4.0.0.0.0.00.00.00		Transferências De Capital	202.248.315,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	202.248.315,90
2.4.3.0.0.0.00.00.00		Transferências De Instituições Privadas	6.043.976,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.043.976,85
2.4.3.0.01.00.00.00.00	132	Transf. de Instituições Privadas - fr 132	6.043.976,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.043.976,85
2.4.7.0.0.0.00.00.00.00		Transferências de Convênios	196.204.339,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	196.204.339,05
2.4.7.1.02.03.00.00.00	161	T.Compr.PACII-03102/2012-Pró-Inf./FNDE/MEC -	7.185.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.185.000,00
2.4.7.1.04.01.00.00.00	16	Transf. Conv. Minist. M. Ambiente - FMMA	2.041.920,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.041.920,00
2.4.7.1.05.01.00.00.00	141	Transf. Conv. Minist. de Transp. DNIT - fr 141	35.095,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.095,50
2.4.7.1.99.01.00.00.00	131	Outras Transf. de Convênio da União - FR 131	4.574.253,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.574.253,00
2.4.7.1.99.03.00.00.00	102	Outras Transf. União - Pró Saneamento - fr 102	4.300.368,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.300.368,60
2.4.7.1.99.04.00.00.00	142	Transf. Conv. OGU / PAC - Gov. Federal - fr 142	80.638.826,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.638.826,61
2.4.7.1.99.05.00.00.00	119	Progr. Esporte e Lazer-Min dos Esportes -CEf fr 11	688.509,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	688.509,90
2.4.7.1.99.07.00.00.00	135	Outras Transf. Conv. Minist.das Cidades-CEf fr 13	17.418.246,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.418.246,78
2.4.7.1.99.08.00.00.00	135	Transf. Conv. Minist.das Cidades-CEF - FCT fr 135	1.063.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.063.500,00
2.4.7.1.99.09.00.00.00	234	Transf.Gov. Fed.Minist. Integr.Nacional fr 234	1.654.167,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.654.167,90
2.4.7.1.99.12.00.00.00	301	Transf.Conv. - Minist.Integr.Nac. - Sec.Defesa Civi	191.430,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	191.430,00
2.4.7.1.99.13.00.00.00	142	Transf. Gov. Fed. OGU/PAC- FMH	13.280.985,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.280.985,00
2.4.7.1.99.14.00.00.00	135	Transf. Gov. Fed. Minist. Cidades - FMH	4.532.191,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.532.191,39
2.4.7.1.99.15.00.00.00	135	Transf. Gov. Fed. Minist. Cidades - FMCT	7.254.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.254.000,00
2.4.7.1.99.16.00.00.00	119	PROG.ESP.LAZER-MIN ESPORTE - FUNESJ	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
2.4.7.2.99.01.00.00.00	33	Outras Transf.Conv. do Estado fr 33	27.464.066,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.464.066,93
2.4.7.2.99.02.00.00.00	144	Conv. Gov. Estado CASAN 113/97 fr - 144	15.631.839,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.631.839,70
2.4.7.2.99.03.00.00.00	144	Conv. Gov. Estado / CASAN - FMH	43.582,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.582,24
2.4.7.2.99.04.00.00.00	302	Transf.Conv. - Gov.Estadual Defesa Civi	340.320,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340.320,00
2.4.7.2.99.07.00.00.00	54	Conv. Gov. Estado SDR 2014TR002063	217.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	217.000,00
2.4.7.2.99.09.00.00.00	58	Conv. Gov. Estado SDR2014TR001930	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
2.4.7.2.99.10.00.00.00	57	Conv. Gov. Estado CASAN 682/2014	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
2.4.7.2.99.11.00.00.00	53	Conv. Gov. Estado SDR 2014TR001913	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00
2.4.7.2.99.12.00.00.00	330	Conv. Gov. Estado 2014TR002882 - FUNDAM	1.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.400.000,00
2.4.7.2.99.14.00.00.00	33	Outras Trans. Conv. Est. FUNESJ fr33	99.032,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99.032,50
TOTAL			881.000.000,00	33.138.771,31	56.176.198,86	41.819.639,51	31.420.651,09	31.533.787,69	32.770.506,97	32.783.268,97	32.946.412,22	41.159.463,34	50.225.331,55	51.824.037,87	445.201.930,62

ANEXO II (PARTE INTEGRANTE DO DECRETO 4013/2015)

ANEXO II (Parte Integrante do Decreto nº 4013/2015)
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PARA O EXERCÍCIO DE 2015

Descrição	2015	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
ATIVO CIRCULANTE (I)	204.128.064,19	204.128.064,19	187.237.919,99	196.929.470,75	192.264.462,16	177.200.465,15	162.249.604,74	148.535.463,61	134.834.084,48	121.295.848,64	84.519.811,98	56.809.643,53	22.038.681,40
Disponível em 31/12/2014	204.128.064,19												
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (II)	881.000.000,00	33.138.771,31	56.176.198,86	41.819.639,51	31.420.651,09	31.533.787,69	32.770.506,97	32.783.268,97	32.946.412,22	41.159.643,34	50.225.331,55	51.824.037,87	445.201.930,62
Receitas Correntes	572.006.861,24	31.834.064,76	54.871.492,31	40.514.932,96	30.115.944,54	30.229.081,14	31.465.800,42	31.478.562,42	31.641.705,67	39.481.983,49	48.175.078,40	49.773.784,72	152.424.430,41
Receta Tributária	174.625.926,20	12.223.814,84	34.804.475,42	19.948.777,67	9.549.789,25	9.549.789,25	9.549.789,25	9.549.789,25	9.549.789,25	11.635.360,34	14.157.914,66	15.643.484,43	18.463.152,59
Receta De Contribuições	10.007.093,00	700.496,52	700.496,52	700.496,52	700.496,52	700.496,52	700.496,52	700.496,52	700.496,52	700.496,52	1.100.780,24	1.100.780,24	1.501.063,84
Receta Patrimonial	7.859.997,98	598.719,90	598.719,90	598.719,90	598.719,90	598.719,90	598.719,90	598.719,90	598.719,90	682.957,45	767.194,99	767.194,99	852.891,35
Receta De Serviços	1.820.051,35	46.466,70	105.522,54	105.522,54	105.522,54	218.659,14	105.522,54	105.522,54	105.522,54	118.798,74	132.074,94	245.211,49	425.705,10
Transferências Correntes	339.456.057,93	16.425.472,96	16.764.988,61	17.264.127,01	17.264.127,01	18.613.982,89	18.626.744,89	18.626.744,89	18.789.888,14	23.917.677,02	29.061.016,04	29.061.016,04	116.402.890,31
Outras Receitas Correntes	38.237.734,78	1.839.093,84	1.897.289,32	1.897.289,32	1.897.289,32	1.897.289,32	1.897.289,32	1.897.289,32	1.897.289,32	2.426.693,42	2.956.097,53	2.956.097,53	14.778.727,22
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	18.638.665,00	1.304.706,55	1.304.706,55	1.304.706,55	1.304.706,55	1.304.706,55	1.304.706,55	1.304.706,55	1.304.706,55	1.677.479,85	2.050.253,15	2.050.253,15	2.423.026,45
Receita De Contribuições	18.638.665,00	1.304.706,55	1.304.706,55	1.304.706,55	1.304.706,55	1.304.706,55	1.304.706,55	1.304.706,55	1.304.706,55	1.677.479,85	2.050.253,15	2.050.253,15	2.423.026,45
Receitas De Capital	290.354.473,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	290.354.473,76
Operações De Crédito	82.008.868,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.008.868,66
Alienação De Bens	6.097.289,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.097.289,20
Transferências De Capital	202.248.315,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	202.248.315,90
TOTAL DOS RECURSOS (III) = (I + II)	1.085.128.064,19	237.266.835,50	243.414.118,85	238.749.110,26	223.685.113,25	208.734.252,84	195.020.111,71	181.318.732,58	167.780.496,70	162.455.311,98	134.745.143,53	108.633.681,40	467.240.612,02
DESPESA ORÇAMENTÁRIA (IV)	881.000.000,00	43.297.500,00	43.297.500,00	43.297.500,00	43.297.500,00	43.297.500,00	43.297.500,00	43.297.500,00	43.297.500,00	77.935.500,00	77.935.500,00	86.595.000,00	292.154.000,00
Despesas Correntes	515.850.384,71	25.792.519,24	25.792.519,24	25.792.519,24	25.792.519,24	25.792.519,24	25.792.519,24	25.792.519,24	25.792.519,24	46.426.534,62	46.426.534,62	51.585.038,47	165.072.123,08
Pessoal E Encargos Sociais	234.493.095,06	11.724.654,75	11.724.654,75	11.724.654,75	11.724.654,75	11.724.654,75	11.724.654,75	11.724.654,75	11.724.654,75	21.104.378,56	21.104.378,56	23.449.309,51	75.037.790,43
Juros E Encargos Da Dívida	2.000.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	180.000,00	180.000,00	200.000,00	640.000,00
Outras Despesas Correntes	279.357.289,65	13.967.864,48	13.967.864,48	13.967.864,48	13.967.864,48	13.967.864,48	13.967.864,48	13.967.864,48	13.967.864,48	25.142.156,07	25.142.156,07	27.935.728,97	89.394.332,70
Despesas De Capital	360.099.615,29	17.504.980,76	17.504.980,76	17.504.980,76	17.504.980,76	17.504.980,76	17.504.980,76	17.504.980,76	17.504.980,76	31.508.965,38	31.508.965,38	35.009.961,53	112.031.876,92
Investimentos	345.599.615,29	17.279.980,76	17.279.980,76	17.279.980,76	17.279.980,76	17.279.980,76	17.279.980,76	17.279.980,76	17.279.980,76	31.103.965,38	31.103.965,38	34.559.961,53	110.591.876,92
Amortização/Refinanciamento Da Dívida	4.500.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	405.000,00	405.000,00	450.000,00	1.440.000,00
Reserva De Contingência	15.050.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.050.000,00
Reserva De Contingência	15.050.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.050.000,00
PASSIVO CIRCULANTE (V)	29.041.452,17	6.731.415,51	3.187.148,10	3.187.148,10	3.187.148,10	3.187.148,10	3.187.148,10	3.187.148,10	3.187.148,06	0,00	0,00	0,00	0,00
Consignações	2.759.032,14	2.759.032,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos De Diversas Origens	785.235,27	785.235,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações a Pagar	25.497.184,76	3.187.148,10	3.187.148,10	3.187.148,10	3.187.148,10	3.187.148,10	3.187.148,10	3.187.148,10	3.187.148,06	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS COMPROMISSOS (VI) = (IV + V)	910.041.452,17	50.028.915,51	46.484.648,10	46.484.648,10	46.484.648,10	46.484.648,10	46.484.648,10	46.484.648,10	46.484.648,06	77.935.500,00	77.935.500,00	86.595.000,00	292.154.000,00
SUPERÁVIT/DÉFICIT (VII) = (III - VI)	175.086.612,02	187.237.919,99	196.929.470,75	192.264.462,16	177.200.465,15	162.249.604,74	148.535.463,61	134.834.084,48	121.295.848,64	84.519.811,98	56.809.643,53	22.038.681,40	175.086.612,02

ANEXO III (PARTE INTEGRANTE DO DECRETO 4013/2015)

ANEXO III (Parte Integrante do Decreto nº 4013/2015)
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DAS METAS DE DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA PARA 2015

Cód.	Especificação da Despesa	Despesa Orçada 2	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
3.0	Despesas Correntes	515.850.384,71	25.792.519,24	25.792.519,24	25.792.519,24	25.792.519,24	25.792.519,24	25.792.519,24	25.792.519,24	25.792.519,24	46.426.534,62	46.426.534,62	51.585.038,47	165.072.123,08
3.1	Pessoal E Encargos Sociais	234.493.095,06	11.724.654,75	11.724.654,75	11.724.654,75	11.724.654,75	11.724.654,75	11.724.654,75	11.724.654,75	11.724.654,75	21.104.378,56	21.104.378,56	23.449.309,51	75.037.790,43
3.2	Juros E Encargos Da Dívida	2.000.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	180.000,00	180.000,00	200.000,00	640.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes	279.357.289,65	13.967.864,48	13.967.864,48	13.967.864,48	13.967.864,48	13.967.864,48	13.967.864,48	13.967.864,48	13.967.864,48	25.142.156,07	25.142.156,07	27.935.728,97	89.394.332,70
4.0	Despesas De Capital	350.099.615,29	17.504.980,76	17.504.980,76	17.504.980,76	17.504.980,76	17.504.980,76	17.504.980,76	17.504.980,76	17.504.980,76	31.508.965,38	31.508.965,38	35.009.961,53	112.031.876,92
4.4	Investimentos	345.599.615,29	17.279.980,76	17.279.980,76	17.279.980,76	17.279.980,76	17.279.980,76	17.279.980,76	17.279.980,76	17.279.980,76	31.103.965,38	31.103.965,38	34.559.961,53	110.591.876,92
4.6	Amortização/Refinanciamento Da Dívida	4.500.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	405.000,00	405.000,00	450.000,00	1.440.000,00
9.0	Reserva De Contingência	15.050.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.050.000,00
9.9	Reserva De Contingência	15.050.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.050.000,00
	TOTAL	881.000.000,00	43.297.500,00	43.297.500,00	43.297.500,00	43.297.500,00	43.297.500,00	43.297.500,00	43.297.500,00	43.297.500,00	77.935.500,00	77.935.500,00	86.595.000,00	292.154.000,00

ANEXO IV (PARTE INTEGRANTE DO DECRETO 4013/2015)

ANEXO IV (Parte Integrante do Decreto nº 4013/2015)
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DAS METAS DE DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO PARA 2015

Cód.	Função de Governo	Despesa Orcada 2	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1	Legislativa	19.833.741,59	991.687,08	991.687,08	991.687,08	991.687,08	991.687,08	991.687,08	991.687,08	991.687,08	1.785.036,74	1.785.036,74	1.983.374,16	6.346.797,31
2	Judiciária	438.080,19	21.904,01	21.904,01	21.904,01	21.904,01	21.904,01	21.904,01	21.904,01	21.904,01	39.427,22	39.427,22	43.808,02	140.185,65
4	Administração	72.737.086,85	3.636.854,34	3.636.854,34	3.636.854,34	3.636.854,34	3.636.854,34	3.636.854,34	3.636.854,34	3.636.854,34	6.546.337,82	6.546.337,82	7.273.708,69	23.275.867,80
6	Segurança Pública	17.241.122,74	862.061,39	862.061,39	862.061,39	862.061,39	862.061,39	862.061,39	862.061,39	862.061,39	1.551.710,50	1.551.710,50	1.724.122,77	5.517.192,85
8	Assistência Social	39.945.321,00	1.997.266,05	1.997.266,05	1.997.266,05	1.997.266,05	1.997.266,05	1.997.266,05	1.997.266,05	1.997.266,05	3.595.078,89	3.595.078,89	3.994.532,10	12.782.502,72
9	Previdência Social	41.651.690,00	1.332.584,50	1.332.584,50	1.332.584,50	1.332.584,50	1.332.584,50	1.332.584,50	1.332.584,50	1.332.584,50	2.398.652,10	2.398.652,10	2.665.169,00	23.528.540,80
10	Saúde	110.043.397,91	5.502.169,90	5.502.169,90	5.502.169,90	5.502.169,90	5.502.169,90	5.502.169,90	5.502.169,90	5.502.169,90	9.903.905,81	9.903.905,81	11.004.339,79	35.213.887,30
11	Trabalho	1.877.589,50	93.879,48	93.879,48	93.879,48	93.879,48	93.879,48	93.879,48	93.879,48	93.879,48	168.983,06	168.983,06	187.758,95	600.828,59
12	Educação	205.789.739,16	10.289.486,96	10.289.486,96	10.289.486,96	10.289.486,96	10.289.486,96	10.289.486,96	10.289.486,96	10.289.486,96	18.521.076,52	18.521.076,52	20.578.973,92	65.852.716,52
13	Cultura	31.595.696,40	1.579.784,82	1.579.784,82	1.579.784,82	1.579.784,82	1.579.784,82	1.579.784,82	1.579.784,82	1.579.784,82	2.843.612,68	2.843.612,68	3.159.569,64	10.110.622,84
14	Direitos da Cidadania	469.421,51	23.471,08	23.471,08	23.471,08	23.471,08	23.471,08	23.471,08	23.471,08	23.471,08	42.247,94	42.247,94	46.942,15	150.214,84
15	Urbanismo	198.749.922,55	9.937.496,13	9.937.496,13	9.937.496,13	9.937.496,13	9.937.496,13	9.937.496,13	9.937.496,13	9.937.496,13	17.887.493,03	17.887.493,03	19.874.992,26	63.599.975,19
16	Habituação	56.936.078,08	2.846.803,90	2.846.803,90	2.846.803,90	2.846.803,90	2.846.803,90	2.846.803,90	2.846.803,90	2.846.803,90	5.124.247,03	5.124.247,03	5.693.607,81	18.219.545,01
17	Saneamento	42.650.042,24	2.132.502,11	2.132.502,11	2.132.502,11	2.132.502,11	2.132.502,11	2.132.502,11	2.132.502,11	2.132.502,11	3.838.503,80	3.838.503,80	4.265.004,22	13.648.013,54
18	Gestão Ambiental	5.201.976,12	260.098,81	260.098,81	260.098,81	260.098,81	260.098,81	260.098,81	260.098,81	260.098,81	468.177,85	468.177,85	520.197,61	1.664.632,33
19	Ciência e Tecnologia	2.723.163,50	136.158,18	136.158,18	136.158,18	136.158,18	136.158,18	136.158,18	136.158,18	136.158,18	245.084,72	245.084,72	272.316,35	871.412,27
20	Agricultura	187.619,25	9.380,96	9.380,96	9.380,96	9.380,96	9.380,96	9.380,96	9.380,96	9.380,96	16.885,73	16.885,73	18.761,93	60.038,18
22	Indústria	171.240,00	8.562,00	8.562,00	8.562,00	8.562,00	8.562,00	8.562,00	8.562,00	8.562,00	15.411,60	15.411,60	17.124,00	54.796,80
23	Comércio e Serviços	351.113,00	17.555,65	17.555,65	17.555,65	17.555,65	17.555,65	17.555,65	17.555,65	17.555,65	31.600,17	31.600,17	35.111,30	112.356,16
26	Transporte	11.867.205,00	593.360,25	593.360,25	593.360,25	593.360,25	593.360,25	593.360,25	593.360,25	593.360,25	1.068.048,45	1.068.048,45	1.186.720,50	3.797.505,60
27	Desporto e Lazer	8.658.648,41	432.932,42	432.932,42	432.932,42	432.932,42	432.932,42	432.932,42	432.932,42	432.932,42	779.278,36	779.278,36	865.864,84	2.770.767,49
28	Encargos Especiais	11.830.000,00	591.500,00	591.500,00	591.500,00	591.500,00	591.500,00	591.500,00	591.500,00	591.500,00	1.064.700,00	1.064.700,00	1.183.000,00	3.785.600,00
99	Reserva de Contingência	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
TOTAL		881.000.000,00	43.297.500,00	43.297.500,00	43.297.500,00	43.297.500,00	43.297.500,00	43.297.500,00	43.297.500,00	43.297.500,00	77.935.500,00	77.935.500,00	86.595.000,00	292.154.000,00

ANEXO V (PARTE INTEGRANTE DO DECRETO 4013/2015)

ANEXO V (Parte Integrante do Decreto nº 4013/2015)
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DAS METAS DE DESPESAS POR PROGRAMA DE GOVERNO PARA 2015

Cód.	Especificação da Despesa	Despesa Orçada 2	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
101	PROCESSO LEGISLATIVO	19.833.741,59	991.687,08	991.687,08	991.687,08	991.687,08	991.687,08	991.687,08	991.687,08	991.687,08	1.785.036,74	1.785.036,74	1.983.374,16	6.346.797,31
102	UMA CIDADE MAIS SAUDÁVEL	110.032.762,91	5.501.638,15	5.501.638,15	5.501.638,15	5.501.638,15	5.501.638,15	5.501.638,15	5.501.638,15	5.501.638,15	9.902.948,66	9.902.948,66	11.003.276,29	35.210.484,10
103	EDUCAÇÃO PRIORIDADE PERMANENTE	205.789.739,16	10.289.486,96	10.289.486,96	10.289.486,96	10.289.486,96	10.289.486,96	10.289.486,96	10.289.486,96	10.289.486,96	18.521.076,52	18.521.076,52	20.578.973,92	65.852.716,52
	O ESPORTE E O LAZER TERÃO ESFORÇOS	8.658.648,41	432.932,42	432.932,42	432.932,42	432.932,42	432.932,42	432.932,42	432.932,42	432.932,42	779.278,36	779.278,36	865.864,84	2.770.767,49
104	REDOBRADOS													
	GESTÃO PÚBLICA EFICIENTE E EFICAZ EM PROL DO	131.355.369,90	5.815.268,50	5.815.268,50	5.815.268,50	5.815.268,50	5.815.268,50	5.815.268,50	5.815.268,50	5.815.268,50	10.467.483,29	10.467.483,29	11.630.536,99	52.267.718,33
105	ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA POPULAÇÃO													
	URBANIZAÇÃO COM VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO	220.697.778,83	11.034.888,94	11.034.888,94	11.034.888,94	11.034.888,94	11.034.888,94	11.034.888,94	11.034.888,94	11.034.888,94	19.862.800,09	19.862.800,09	22.069.777,88	70.623.289,25
106	PÚBLICO E DA NATUREZA													
107	COMBATE À CORRUPÇÃO ... GERAÇÃO DE UMA	737.941,63	36.897,08	36.897,08	36.897,08	36.897,08	36.897,08	36.897,08	36.897,08	36.897,08	66.414,75	66.414,75	73.794,16	236.141,33
	NOVA CULTURA													
	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRINCIPAL													
	INSTRUMENTO PARA FINANCIAMENTO DOS	2.382.106,00	119.105,30	119.105,30	119.105,30	119.105,30	119.105,30	119.105,30	119.105,30	119.105,30	214.389,54	214.389,54	238.210,60	762.273,92
108	PROGRAMAS GOVERNO MUNICIPAL													
109	MEIO AMBIENTE INTEGRADO COM A NATUREZA	26.497.515,37	1.324.875,77	1.324.875,77	1.324.875,77	1.324.875,77	1.324.875,77	1.324.875,77	1.324.875,77	1.324.875,77	2.384.776,38	2.384.776,38	2.649.751,54	8.479.204,91
	SEGURANÇA PÚBLICA GARENTE UMA BOA	34.715.742,34	1.735.787,12	1.735.787,12	1.735.787,12	1.735.787,12	1.735.787,12	1.735.787,12	1.735.787,12	1.735.787,12	3.124.416,81	3.124.416,81	3.471.574,23	11.109.037,53
110	QUALIDADE DE VIDA													
	ASSISTÊNCIA SOCIAL ... TODOS OS ESFORÇOS NA	39.945.321,00	1.997.266,05	1.997.266,05	1.997.266,05	1.997.266,05	1.997.266,05	1.997.266,05	1.997.266,05	1.997.266,05	3.595.078,89	3.595.078,89	3.994.532,10	12.782.502,72
111	SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS SOCIAIS													
	MOBILIDADE URBANA PRIORIDADE AO PEDESTRE ...	48.757.636,46	2.437.881,82	2.437.881,82	2.437.881,82	2.437.881,82	2.437.881,82	2.437.881,82	2.437.881,82	2.437.881,82	4.388.187,28	4.388.187,28	4.875.763,65	15.602.443,69
112	INVERTENDO O CONCEITO													
	113 SÃO JOSÉ E CULTURA	31.595.696,40	1.579.784,82	1.579.784,82	1.579.784,82	1.579.784,82	1.579.784,82	1.579.784,82	1.579.784,82	1.579.784,82	2.843.612,68	2.843.612,68	3.159.569,64	10.110.622,84
	TOTAL	881.000.000,00	43.297.500,00	43.297.500,00	43.297.500,00	43.297.500,00	43.297.500,00	43.297.500,00	43.297.500,00	43.297.500,00	77.935.500,00	77.935.500,00	86.595.000,00	292.154.000,00

ANEXO VI (PARTE INTEGRANTE DO DECRETO 4013/2015)

ANEXO VI (Parte Integrante do Decreto nº 4013/2015)
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DO DESDOBRAMENTO DO RESULTADO PRIMÁRIO EM METAS MENSIS PARA 2015

Descrição da Receita	Estimativa 2015	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Receitas Primárias Correntes (I)	564.225.030,51	31.241.856,19	54.279.283,74	39.922.724,39	29.523.735,97	29.636.872,57	30.873.591,85	30.886.353,85	31.049.497,10	38.805.537,37	47.414.394,74	49.013.101,06	151.578.081,68
Receita Tributária	174.625.926,20	12.223.814,84	34.804.475,42	19.948.771,67	9.549.789,25	9.549.789,25	9.549.789,25	9.549.789,25	9.549.789,25	11.635.360,34	14.157.914,66	15.643.484,43	18.463.152,59
Receita De Contribuições	10.007.093,00	700.496,52	700.496,52	700.496,52	700.496,52	700.496,52	700.496,52	700.496,52	700.496,52	700.496,52	1.100.780,24	1.100.780,24	1.501.063,84
Receita Patrimonial	7.859.997,98	598.719,90	598.719,90	598.719,90	598.719,90	598.719,90	598.719,90	598.719,90	598.719,90	682.957,45	767.194,99	767.194,99	852.891,35
(-) Aplicações Financeiras	7.781.830,73	592.208,57	592.208,57	592.208,57	592.208,57	592.208,57	592.208,57	592.208,57	592.208,57	676.446,12	760.683,66	760.683,66	846.348,73
Transferências Correntes	339.456.057,93	16.425.472,96	16.764.988,61	17.264.127,01	17.264.127,01	17.264.127,01	18.613.982,89	18.626.744,89	18.789.888,14	23.917.677,02	29.061.016,04	29.061.016,04	116.402.890,31
Demas Receitas Correntes	40.057.786,13	1.885.560,54	2.002.811,86	2.002.811,86	2.002.811,86	2.002.811,86	2.002.811,86	2.002.811,86	2.002.811,86	2.545.492,16	3.088.172,47	3.201.309,02	15.204.432,32
Receitas Primárias De Capital (II)	202.248.315,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	202.248.315,90
Operações De Crédito (não considerada)	82.008.868,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.008.868,66
Alienação De Bens (não considerada)	6.097.289,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.097.289,20
Transferências De Capital	202.248.315,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	202.248.315,90
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (III) = (I + II)	766.473.346,41	31.241.856,19	54.279.283,74	39.922.724,39	29.523.735,97	29.636.872,57	30.873.591,85	30.886.353,85	31.049.497,10	38.805.537,37	47.414.394,74	49.013.101,06	353.826.397,58

Descrição da Despesa	Fixada 2015	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Despesas Primárias Correntes (IV)	513.850.384,71	25.692.519,23	25.692.519,23	25.692.519,23	25.692.519,23	25.692.519,23	25.692.519,23	25.692.519,23	25.692.519,23	46.246.534,63	46.246.534,63	51.385.038,48	164.432.123,13
Pessoal E Encargos Sociais	234.493.095,06	11.724.654,75	11.724.654,75	11.724.654,75	11.724.654,75	11.724.654,75	11.724.654,75	11.724.654,75	11.724.654,75	21.104.378,56	21.104.378,56	23.449.309,51	75.037.790,43
Outras Despesas Correntes	279.357.289,65	13.967.864,48	13.967.864,48	13.967.864,48	13.967.864,48	13.967.864,48	13.967.864,48	13.967.864,48	13.967.864,48	25.142.156,07	25.142.156,07	27.935.728,97	89.394.332,70
Despesas Primárias De Capital (V)	345.599.615,29	17.279.980,76	17.279.980,76	17.279.980,76	17.279.980,76	17.279.980,76	17.279.980,76	17.279.980,76	17.279.980,76	31.103.965,38	31.103.965,38	34.559.961,53	110.591.876,92
Investimentos	345.599.615,29	17.279.980,76	17.279.980,76	17.279.980,76	17.279.980,76	17.279.980,76	17.279.980,76	17.279.980,76	17.279.980,76	31.103.965,38	31.103.965,38	34.559.961,53	110.591.876,92
Amortização da Dívida (não considerada)	4.500.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	405.000,00	405.000,00	450.000,00	1.440.000,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (VI) = (IV + V)	859.450.000,00	42.972.499,99	42.972.499,99	42.972.499,99	42.972.499,99	42.972.499,99	42.972.499,99	42.972.499,99	42.972.499,99	77.350.500,01	77.350.500,01	85.945.000,01	275.024.000,05

RESULTADO PRIMÁRIO (VII) = (III - VI)	-92.976.653,59	-11.730.643,80	11.306.783,75	-3.049.775,60	-13.448.764,02	-13.335.627,42	-12.098.908,14	-12.086.146,14	-11.923.002,89	-38.544.962,64	-29.936.105,27	-36.931.898,95	78.802.397,53
--	-----------------------	-----------------------	----------------------	----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	----------------------

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.567, DE 01 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº 5.567, DE 01 DE ABRIL DE 2015
"NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA"

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, MAIARA ONGARATTO, para exercer o cargo ASSISTENTE FINANCEIRO, carga horária de 160 horas mensais, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2014, homologado através do Decreto nº. 5.504, de 18 de dezembro de 2015, classificada em 3º lugar, média final 7,25, a partir de 01 de abril de 2015, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de abril de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº 5.568, DE 01 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº 5.568, DE 01 DE ABRIL DE 2015
"NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADO o funcionário público municipal, ALAN JUNIOR SCHNEIDER, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS***, carga horária de 176 horas mensais, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2013, homologado através do 5.346/2014, de 11 de fevereiro de 2014, classificado em 7º lugar, média final 6,20, a partir de 01 de abril de 2015, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de Abril de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 057/2015 - SF

DECRETO Nº. 057/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06 DEPTO. DE CULTURA

2.027 DIFUSÃO CULTURAL EM GERAL

"410" 3.3.90.39.00.00.3.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica...R\$15.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 3.0000, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06 DEPTO. DE CULTURA

2.027 DIFUSÃO CULTURAL EM GERAL

"409" 3.3.90.36.00.00.3.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física....R\$15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 31 DE MARÇO DE 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 029/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 029/2015

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2013, de 18 de dezembro de 2013, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.346/2014, de 11 de fevereiro de 2014, compareçam à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem os cargos a seguir discriminados:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
JÚLIA FÁVERO SCHMIDT

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de Abril de 2015.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 030/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 030/2015

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2014, de 19 de setembro de 2014, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.504/2014, de 18 de dezembro de 2014, compareça à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem o cargo a seguir discriminado:

ASSISTENTE FINANCEIRO
DANIELA HELENINHA AMMON

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de Abril de 2015.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATOS PREF. MÊS 03-15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 20/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: MKANET SERVICOS E COMERCIO DE INFORMATICA
EIRELI-E
Valor : 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)
Vigência : Início: 03/03/2015 Término: 03/03/2016
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 13/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA QUE FORNEÇA UM LINK DE INTERNET DE BANDA LARGA, POR MEIO

DE

REDE DE FIBRA ÓPTICA, COM INTERLIGAÇÃO VIA INTRANET ENTRE

O CENTRO ADMINISTRATIVO, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE ESPORTES, CEMAS, SEMAE E SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS.

Aditivo Nº : 21.2015 - Contrato Nº: 35.2013
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: EPAGRI-EMP.DE PESQ.AGROP.EXT.RURAL DE SC
Valor : 1.063,50 (um mil e sessenta e três reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 03/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 31/2013
Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, reajustar valor do contrato principal, para prestação dos serviços contratados conforme objeto: "PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PELA EPAGRI PARA O MUNICÍPIO, CONTENDO AS AÇÕES DESCRITAS NO PLANO ANUAL DE TRABALHO (PAT)".

Aditivo Nº : 22.2015 - Contrato Nº: 77.2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: PAGNUSSATTI ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA
EPP
Valor : 38.232,00 (trinta e oito mil duzentos e trinta e dois reais)
Vigência : Início: 10/03/2015 Término: 01/07/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 53/2014
Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, SUPRIMIR itens do orçamento que faz parte do projeto global da obra licitada conforme o objeto: "CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA EDIFICAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE DESPORTO E LAZER DO DISTRITO DE PADRE RÉUS, devido a alterações necessárias na obra para adequação do projeto global, conforme parecer e orçamento anexo.

Aditivo Nº : 23.2015 - Contrato Nº: 77.2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: PAGNUSSATTI ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA
EPP
Valor : 52.593,11 (cinquenta e dois mil quinhentos e noventa e três reais e onze centavos)
Vigência : Início: 10/03/2015 Término: 01/07/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 53/2014
Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, ADICIONAR itens ao orçamento que faz parte do projeto global da obra licitada conforme o objeto: "CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA EDIFICAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE DESPORTO E LAZER DO DISTRITO DE PADRE RÉUS,

devido a alterações necessárias na obra para adequação do projeto global,
conforme parecer e orçamento anexo.

Aditivo Nº : 24.2015 - Contrato Nº: 50.2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: SANTA CATARINA CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA
- EPP
Valor : 18.684,00 (dezoito mil seiscentos e oitenta e quatro reais)
Vigência : Início: 18/03/2015 Término: 23/03/2016
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 26/2014
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE ASSESSORIA TÉCNICA NA ORIENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS DEMANDAS DO MUNICÍPIO JUNTO AO GOVERNO FEDERAL E INSTITUIÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL, NA ÁREA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS.

Contrato Nº.: 25.2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: PASGHETTI COMÉRCIO DE LIVROS LTDA
Valor : 48.388,40 (quarenta e oito mil trezentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 18/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2015
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO COM APLICAÇÃO DO PROJETO DE TREINAMENTO ESPECÍFICO PARA OS PROFESSORES DA REDE DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO.

Aditivo Nº : 26.2015 - Contrato Nº: 51.2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA GESTÃO EM SERVIÇOS
Valor : 31.118,16 (trinta e um mil cento e dezoito reais e dezesseis centavos)
Vigência : Início: 23/03/2015 Término: 23/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2014
Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade prorrogar o prazo de vigência do contrato principal, com reajuste de valores, dos itens contratados conforme objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA GERENCIADOR DA ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS MUNICIPAIS E SISTEMA DE GESTÃO DO SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.

Contrato Nº.: 27.2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA GESTÃO EM SERVIÇOS
Valor : 39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais)
Vigência : Início: 24/03/2015 Término: 23/04/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2015
Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA IMPLANTAÇÃO E LOCAÇÃO DE SISTEMA ESPECÍFICO DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA E DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE ISSQN, PARA USO E GERENCIAMENTO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO.

Aditivo Nº : 28.2015 - Contrato Nº: 19.2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: CARAVAGGIO TRANSPORTES E TURISMO LTDA
Valor : 2.145,58 (dois mil cento e quarenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos)
Vigência : Início: 30/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 11/2015
Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade reajustar os valores, dos itens contratados conforme objeto: "AQUISIÇÃO DE PASSAGEM DE ÔNIBUS NAS LINHAS INTERMUNICIPAIS PARA OS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO, QUE FREQUENTAM A CASA FAMILIAR RURAL, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2.821/2001, PARA ALUNOS QUE FREQUENTAM A (APAE) ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL VIVIANE, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 1.841/92, E PARA O DESLOCAMENTO DA PROFESSORA NOELI TEREZINHA PELLENZ".

Aditivo Nº : 29.2015 - Contrato Nº: 39.2011
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA
Valor : 6.990,48 (seis mil novecentos e noventa reais e quarenta e oito centavos)
Vigência : Início: 31/03/2015 Término: 30/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 28/2011
Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, reajustar valor e prorrogar o prazo de prestação de serviço de "LOCAÇÃO MENSAL DE SOFTWARE DE SISTEMA OPERACIONAL EDUCACIONAL".

Aditivo Nº : 30.2015 - Contrato Nº: 61.2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: ANTONIO ORIDES BARROS - ME
Valor : 27.000,00 (vinte e sete mil reais)
Vigência : Início: 31/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2014
Objeto : O presente termo aditivo tem como finalidade fazer alterações no objeto com supressão e adição de responsabilidades e serviços contratados conforme objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA REALIZAR COSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS CANTEIROS E PRAÇAS, COM SERVIÇO DE PLANTIO DE FLORES E ARVORES, E COM SERVIÇO DE CORTE DE GRAMA NAS RAMPAS, CANTEIROS, PRAÇAS E JARDINS DO PERÍMETRO URBANO".

Aditivo Nº : 31.2015 - Contrato Nº: 55.2013
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: ILDEMAR BORTOLINI
Valor : 13.179,72 (treze mil cento e setenta e nove reais e setenta e dois centavos)
Vigência : Início: 30/03/2015 Término: 31/03/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 41/2013
Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, reajustar valor e prorrogar o prazo de vigência do contrato principal, que tem como objeto a "LOCAÇÃO DE IMÓVEL COM NO MÍNIMO 60 M² LOCALIZADO NA ZONA 01 REGIÃO CENTRAL DA CIDADE, COM INSTALAÇÕES SANITÁRIAS, DE FRENTE PARA A RUA, DESTINADO PARA O FUNCIONAMENTO DA CIDASC.

 Contrato Nº.: 32.2015
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 Contratada...: INVIO LÁVEL CEDRO SISTEMA DE ALARMES LTDA - ME
 Valor : 4.644,00 (quatro mil seiscentos e quarenta e quatro reais)
 Vigência : Início: 31/03/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 32/2015
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURANÇA ELETRÔNICA, PARA PRESTAR SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS, COM ALARME E IMAGEM NO SEMAE E
 NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO.

EXTRATO HOMOLOGADOS FMS MÊS 03-15

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2015
 PROCESSO Nº 3/2015 HOMOLOGAÇÃO: 17/03/2015
 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO
 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA O VEÍCULO LOGAN EXPRESSION E PARA O VEÍCULO DUCATO CARGO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, VISANDO ASSEGURAR OS USUÁRIOS, OS PACIENTES TRANSPORTADOS, O PATRIMONIO DO MUNICÍPIO, BEM COMO TERCEIROS ENVOLVIDOS EM EVENTUAIS ACIDENTES E OUTROS DANOS.

CONTRATADO: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 2.130,00 (dois mil cento e trinta reais)

CONTRATADO: GENTE SEGURADORA SA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 4.090,00 (quatro mil e noventa reais)
 =====
 =====

EXTRATO HOMOLOGADOS PREF MÊS 03-15

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 20/2015
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 Contratada...: MKANET SERVICOS E COMERCIO DE INFORMATICA EIRELI-E
 Valor : 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)
 Vigência : Início: 03/03/2015 Término: 03/03/2016
 Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 13/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA QUE FORNEÇA UM LINK DE INTERNET DE BANDA LARGA, POR MEIO DE REDE DE FIBRA ÓPTICA, COM INTERLIGAÇÃO VIA INTRANET ENTRE O CENTRO ADMINISTRATIVO, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE ESPORTES, CEMAS, SEMAE E SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS.

Aditivo Nº : 21.2015 - Contrato Nº: 35.2013
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 Contratada...: EPAGRI-EMP.DE PESQ.AGROP.EXT.RURAL DE SC
 Valor : 1.063,50 (um mil e sessenta e três reais e

cinquenta centavos)
 Vigência : Início: 03/03/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 31/2013
 Recursos : Dotação:
 Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, reajustar valor do contrato principal, para prestação dos serviços contratados conforme objeto: "PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PELA EPAGRI PARA O MUNICÍPIO, CONTENDO AS AÇÕES DESCRITAS NO PLANO ANUAL DE TRABALHO (PAT)".

Aditivo Nº : 22.2015 - Contrato Nº: 77.2014
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 Contratada...: PAGNUSSATTI ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA
 EPP
 Valor : 38.232,00 (trinta e oito mil duzentos e trinta e dois reais)
 Vigência : Início: 10/03/2015 Término: 01/07/2015
 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 53/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, SUPRIMIR itens do orçamento que faz parte do projeto global da obra licitada conforme o objeto: "CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA EDIFICAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE DESPORTO E LAZER DO DISTRITO DE PADRE RÉUS, devido a alterações necessárias na obra para adequação do projeto global, conforme parecer e orçamento anexo.

Aditivo Nº : 23.2015 - Contrato Nº: 77.2014
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 Contratada...: PAGNUSSATTI ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA
 EPP
 Valor : 52.593,11 (cinquenta e dois mil quinhentos e noventa e três reais e onze centavos)
 Vigência : Início: 10/03/2015 Término: 01/07/2015
 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 53/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, ADICIONAR itens ao orçamento que faz parte do projeto global da obra licitada conforme o objeto: "CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA EDIFICAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE DESPORTO E LAZER DO DISTRITO DE PADRE RÉUS, devido a alterações necessárias na obra para adequação do projeto global, conforme parecer e orçamento anexo.

Aditivo Nº : 24.2015 - Contrato Nº: 50.2014
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 Contratada...: SANTA CATARINA CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA
 - EPP

Valor : 18.684,00 (dezoito mil seiscentos e oitenta e quatro reais)
 Vigência : Início: 18/03/2015 Término: 23/03/2016
 Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 26/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE ASSESSORIA TÉCNICA NA ORIENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS DEMANDAS DO MUNICÍPIO JUNTO AO GOVERNO FEDERAL E INSTITUIÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL, NA ÁREA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS.

Contrato Nº.: 25.2015
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 Contratada...: PASGHETTI COMÉRCIO DE LIVROS LTDA
 Valor : 48.388,40 (quarenta e oito mil trezentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos)
 Vigência : Início: 18/03/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO COM APLICAÇÃO DO PROJETO DE TREINAMENTO ESPECÍFICO PARA OS PROFESSORES DA REDE DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO.

Aditivo Nº : 26.2015 - Contrato Nº: 51.2014
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 Contratada...: GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA GESTÃO EM SERVIÇOS
 Valor : 31.118,16 (trinta e um mil cento e dezoito reais e dezesseis centavos)
 Vigência : Início: 23/03/2015 Término: 23/03/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade prorrogar o prazo de vigência do contrato principal, com reajuste de valores, dos itens contratados conforme objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA GERENCIADOR DA ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS MUNICIPAIS E SISTEMA DE GESTÃO DO SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.

Contrato Nº.: 27.2015
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 Contratada...: GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA GESTÃO EM SERVIÇOS
 Valor : 39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais)
 Vigência : Início: 24/03/2015 Término: 23/04/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA IMPLANTAÇÃO E LOCAÇÃO DE SISTEMA ESPECÍFICO DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA E DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE ISSQN, PARA USO E GERENCIAMENTO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO.

Aditivo Nº : 28.2015 - Contrato Nº: 19.2015
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 Contratada...: CARAVAGGIO TRANSPORTES E TURISMO LTDA
 Valor : 2.145,58 (dois mil cento e quarenta e cinco reais e

cinquenta e oito centavos)
 Vigência : Início: 30/03/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 11/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade reajustar os valores, dos itens contratados conforme objeto: "AQUISIÇÃO DE PASSAGEM DE ÔNIBUS NAS LINHAS INTERMUNICIPAIS PARA OS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO, QUE FREQUENTAM A CASA FAMILIAR RURAL, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2.821/2001, PARA ALUNOS QUE FREQUENTAM A (APAE) ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL VIVIANE, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 1.841/92, E PARA O DESLOCAMENTO DA PROFESSORA NOELI TEREZINHA PELLENZ".

Aditivo Nº : 29.2015 - Contrato Nº: 39.2011
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA
 Valor : 6.990,48 (seis mil novecentos e noventa reais e quarenta e oito centavos)
 Vigência : Início: 31/03/2015 Término: 30/03/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 28/2011
 Recursos : Dotação:
 Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, reajustar valor e prorrogar o prazo de prestação de serviço de "LOCAÇÃO MENSAL DE SOFTWARE DE SISTEMA OPERACIONAL EDUCACIONAL".

Aditivo Nº : 30.2015 - Contrato Nº: 61.2014
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 Contratada...: ANTONIO ORIDES BARROS - ME
 Valor : 27.000,00 (vinte e sete mil reais)
 Vigência : Início: 31/03/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : O presente termo aditivo tem como finalidade fazer alterações no objeto com supressão e adição de responsabilidades e serviços contratados conforme objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA REALIZAR COSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS CANTEIROS E PRAÇAS, COM SERVIÇO DE PLANTIO DE FLORES E ARVORES, E COM SERVIÇO DE CORTE DE GRAMA NAS RAMPAS, CANTEIROS, PRAÇAS E JARDINS DO PERÍMETRO URBANO".

Aditivo Nº : 31.2015 - Contrato Nº: 55.2013
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 Contratada...: ILDEMAR BORTOLINI
 Valor : 13.179,72 (treze mil cento e setenta e nove reais e setenta e dois centavos)
 Vigência : Início: 30/03/2015 Término: 31/03/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 41/2013
 Recursos : Dotação:
 Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, reajustar valor e prorrogar o prazo de vigência do contrato principal, que tem como objeto a "LOCAÇÃO DE IMÓVEL COM NO MÍNIMO 60 M² LOCALIZADO NA ZONA 01 REGIÃO CENTRAL DA CIDADE, COM INSTALAÇÕES SANITÁRIAS, DE FRENTE PARA A RUA, DESTINADO PARA O FUNCIONAMENTO DA CIDASC.

Contrato Nº.: 32.2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: INVOLÁVEL CEDRO SISTEMA DE ALARMES LTDA - ME

Valor : 4.644,00 (quatro mil seiscentos e quarenta e quatro reais)

Vigência : Início: 31/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 32/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURANÇA ELETRÔNICA, PARA PRESTAR SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS, COM ALARME E IMAGEM NO SE-MAE E

NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.38/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº38/2015

REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº 38/2015, Edital de Pregão Nº 38/2015, para Registro de Preço, sendo o Objeto: registro de preços para aquisição de tinta para pintura de faixas de sinalização, cal para pintura de meio fio, contratação de mão de obra para a realizar as referidas pinturas e mão de obra para fazer a poda de árvores dentro do perímetro urbano do município. Recebimento das propostas até às 09:00 horas do dia 15/04/2015. Abertura dos envelopes às 09:00 horas do dia 15/04/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou. São José do Cedro - SC. Antonio Plinio de Castro Silva - Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste**PREFEITURA****DECRETO Nº 5.053, DE 1º DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº 5.053, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, e de acordo com o inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 77.195,81 (setenta e sete mil, cento e noventa e cinco reais e oitenta e um centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS.		
11.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS.		
08.244.4509.2.029	191	Aplicações Diretas	R\$
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0035			11.836,91

11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS.		
11.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS.		
08.244.4509.2.029	191	Aplicações Diretas	R\$
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0035			2.070,66

11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS.		
11.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS.		
08.244.4509.2.029	192	Aplicações Diretas	R\$
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0035			2.070,67

11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS.		
11.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS.		
08.244.4509.2.029	191	Aplicações Diretas	R\$
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0035			3.432,39

11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS.		
11.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS.		
08.244.4509.2.029	191	Aplicações Diretas	R\$
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0035			20.031,02

11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS.		
11.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS.		
08.244.4509.2.029	191	Aplicações Diretas	R\$
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0035			2.961,42

11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS.		
11.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS.		
08.244.4509.2.029	191	Aplicações Diretas	R\$
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0035			4.536,48

11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS.		
11.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS.		
08.244.4509.2.029 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0035	191	Aplicações Diretas	R\$ 30.255,90
11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS.		
11.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS.		
08.244.4509.2.029 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0035	191	Aplicações Diretas	R\$ 0,36

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 1º de abril de 2015.
DANIEL RODRIGO HIPPLER
Prefeito Municipal em exercício

DECRETO Nº 5.054, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 5.054, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

11.00	SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS		
11.01	FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS		
08.244.4509.2.029 .3.3.9.0.00.00.00 .00.00.0.1.0000	145	Aplicação Direta	R\$ 30.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

11.00	SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS		
11.01	FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS		
08.244.4509.2.029 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000	141	Aplicação Direta	R\$ 30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 1º de abril de 2015.

DANIEL RODRIGO HIPPLER
Prefeito Municipal em exercício

DECRETO Nº 5.055, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 5.055, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
10.301.4506.2.019 .3.3.9.0.00.00.00 .00.00.0.1.0002	11	Aplicação Direta	R\$ 60.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
10.301.4506.2.019 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000	08	Aplicação Direta	R\$ 60.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 1º de abril de 2015.

DANIEL RODRIGO HIPPLER
Prefeito Municipal em exercício

DECRETO Nº 5.056, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 5.056, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, e de acordo com o inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito

suplementar o valor de R\$ 99.517,58 (noventa e nove mil, quinhentos e dezessete reais e cinquenta e oito centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS.			
11.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS.			
08.244.4509.2.029 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0065	193	Aplicações Diretas	R\$ 1.505,75	

11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS.			
11.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS.			
08.244.4509.2.029 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0065	193	Aplicações Diretas	R\$ 12.633,43	

11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS.			
11.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS.			
08.244.4509.2.029 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0065	194	Aplicações Diretas	R\$ 8.489,46	

11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS.			
11.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS.			
08.244.4509.2.029 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0065	194	Aplicações Diretas	R\$ 30.808,59	

11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS.			
11.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS.			
08.244.4509.2.029 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0065	193	Aplicações Diretas	R\$ 46.080,35	

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 1º de abril de 2015.
DANIEL RODRIGO HIPPLER
Prefeito Municipal em exercício

LEI Nº 2.204, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 2.204, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Declara de Utilidade Pública a Associação de Máquinas e Equipamentos Agrícolas do Distrito de Frederico Wastner, município de São Lourenço do Oeste.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Máquinas e Equipamentos Agrícolas do Distrito de Frederico Wastner, município de São Lourenço do Oeste - Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 03.883.258/0001-71, fundada no dia 12 de abril de 2000.

Parágrafo único: Ficam assegurados à entidade mencionada no caput, todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 31 de março de 2015.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.205, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 2.205, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito adicional - excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida no inciso II, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - excesso de arrecadação, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 2.631.744,78 (dois milhões, seiscentos e trinta e um mil, setecentos e quarenta e quatro reais e setenta e oito centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

09.00 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01.15.451.4511.1.063.4.4.90.00.00.00.00.01.0064	182	Aplicação Direta	R\$ 2.336.444,78

09.00 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01.15.451.4511.1.063.4.4.90.00.00.00.00.01.0034	97	Aplicação Direta	R\$ 295.300,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014 e o art. 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 31 de março de 2015.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.206, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 2.206, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Aprova o projeto do Loteamento Alvorada, com área total de 36.118,68 m², e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto do "Loteamento Alvorada", de propriedade de Marcelo Lanzarin Guarnieri, com área total de 36.118,68 m² (trinta e seis mil, cento e dezoito vírgula sessenta e oito metros quadrados), consistente em Parte das Chácaras de nºs 51 e 52, matrícula nº 9.310 do Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste/SC, possuindo as seguintes características:

- I - Número de lotes: 45 unidades;
- II - Número de quadras: 06 unidades;
- III - Área total da matrícula: 36.118,68 m²;
- IV - Área Acesso Sul: 2.684,13 m²;
- V - Área total urbanizada: 33.434,55 m²;
- VI - Área de Quadras: 21.728,43 m² (corresponde a 64,99% da área total);
- VII - Área de Circulação: 7.443,09 m² (corresponde a 22,26% da área total);
- VIII - Área Verde: 4.263,03m² (corresponde a 12,75% da área total).

Art. 2º Fica o Loteador obrigado a conceder, em forma de hipoteca, os seguintes lotes, correspondentes ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento) dos terrenos pertencentes ao Loteamento, com fundamento nos artigos 16 da Lei nº 1.157/1998 e conforme termo de compromisso firmado com o Município, perfazendo um total de 12 (doze) lotes:

- I - Quadra 10 "Q": Lotes 03, 04, 05, 06 e 07;
- II - Quadra 09 "Q": Lotes 05, 06 e 07; e
- III - Quadra 09 "P": Lotes 01, 02, 03 e 04.

Art. 3º O Loteador responsabiliza-se em transferir as seguintes áreas públicas ao Município, sem qualquer ônus ao Poder Público Municipal, conforme o art. 2º, da Lei 1.410 de 10/06/2003:

- I - Área de Circulação: 7.443,09 m² (correspondente a 22,26% da área total);
- II - Área Verde: 4.263,03 m² (correspondente a 12,75% da área total);
- III - Área Pública Total: 11.706,12 m² (correspondente a 35,01% da área a ser loteada).

Art. 4º O Loteamento deverá ser registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste, em consonância com o disposto na legislação em vigor.

Art. 5º Fazem parte desta Lei, para todos os fins e efeitos, parecer técnico nº 010/2015, resumo de dados nº 01/2015, termos de compromissos, modelo de contrato particular de compra e venda, licença ambiental, certidões, projetos, memorial descritivo, anotação de responsabilidade técnica dos profissionais, cujos documentos constam do Anexo Único desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 31 de março de 2015.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
(Lei nº 2.206, de 31 de março de 2015)

PROJETO TÉCNICO DO LOTEAMENTO ALVORADA

São Lourenço do Oeste, SC, 31 de março de 2015.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.207, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 2.207, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Atribui denominação a vias privativas de circulação, localizadas no bairro Cruzeiro.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam atribuídas as seguintes denominações as vias privativas de circulação, localizadas na Quadra 8 D, no bairro Cruzeiro:
I - a via privativa de circulação voltada para a Rua Rio de Janeiro, passa denominar-se: Servidão Hugo João Echer;
II - a via privativa de circulação voltada para a Rua Pedro Alvares Cabral, passa denominar-se: Servidão Leoclides Pedro Janceski.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 31 de março de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara**PREFEITURA****PORTARIA N.º 153/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 153/2015
Concede férias ao servidor ESDRAS CAMARGOS.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara,
no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o dis-
posto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor ESDRAS CAMARGOS ocupante do
cargo de Médico Ginecologista/Obstetra, férias por 30 dias que
gozará a partir de 01/04/2015 a 30/04/2015, referente ao período
aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de abril de 2015.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

Schroeder**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 29/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.
sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PRE-
ÇOS Nº. 29/2015-PMS

PROCESSO Nº. 60/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de pro-
postas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de turbidímetro
portátil, cubetas para utilização em aparelhos existentes na ETA e
solução padrão para calibração dos equipamentos existentes, para
atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão
Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 24 de abril de
2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 24 de abril de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser ob-
tidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.
br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das
07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.
sc.gov.br

Schroeder, 02 de abril de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.
004/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas
atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. CESAR
AUGUSTO VIEIRA, inscrita no CPF sob nº. 101.926.058-01, apro-
vada em 6º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS,
para o cargo de PROFESSOR C - ENS. FUNDAMENTAL ANOS INI-
CIAIS, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder,
no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do
dia 10 de abril de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201,
Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência
da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem
os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem
de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 01 de abril de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.
004/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. SABRINA KOLLOSS FERNANDES, inscrita no CPF sob nº. 053.799.879-90, aprovada em 7º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR C - ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 10 de abril de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 01 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.
004/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. LONI MARLICE KOCH, inscrita no CPF sob nº. 826.267.239-91, aprovada em 8º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR C - ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 10 de abril de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 01 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.
004/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. MARGALISE TOWE KNEUBUHLER, inscrita no CPF sob nº. 757.782.709-68, aprovada em 8º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR C - EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 10 de abril de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 01 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.
004/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. MARLENE INES SIMON, inscrita no CPF sob nº. 829.329.569-49, aprovada em 5º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR C - ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 10 de abril de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 01 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.
004/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. JÉSSICA VOLLES, inscrita no CPF sob nº. 063.156.019-01, aprovada em 9º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR C - EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder,

no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 10 de abril de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 01 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2014-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. VERIDIANA MICHELLE METZNER, inscrita no CPF sob nº. 042.551.349-10, aprovada em 10º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR C - EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 10 de abril de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 01 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2014-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. LEONIDA APARECIDA PINHEIRO LOTH, inscrita no CPF sob nº. 577.718.639-49, aprovada em 4º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de AUX. DE SERVIÇOS GERAIS, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 10 de abril de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 01 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2014-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ALISON ALIXANDRE CARDOSO, inscrita no CPF sob nº. 063.776.259-28, aprovada em 2º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de AUX. DE SERVIÇOS GERAIS, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 10 de abril de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 01 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2014-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. KAIJO JUNIOR RIBEIRO, inscrita no CPF sob nº. 097.422.419-70, aprovada em 3º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de AUX. DE SERVIÇOS GERAIS, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 10 de abril de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 01 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2014-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. CAROLINE GAEDTKE, inscrita no CPF sob nº. 096.585.959-28, aprovada em 9º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR A - ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder,

no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 10 de abril de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 01 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

DECRETO Nº 3.281/2015 DE 1 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº 3.281/2015 de 1 de abril de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - ESPECIAL - ABERTOS NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.095/2015 de 1 de abril de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 39.997,20 (trinta e nove mil novecentos e noventa e sete reais e vinte centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA

04.03.08.243.3016.2.349 - Manutenção do Fundo de Assistência a Criança e Adolescente

3.3.50.41.00.00.00.00 - 00.06.0009 - Contribuições R\$ 39.997,20

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 01 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.282/2015 DE 1 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº 3.282/2015 de 1 de abril de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 56.681,00 (cinquenta e seis mil seiscentos e oitenta e um reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER

05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0034 - Material de Consumo R\$ 34.423,00

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0034 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 22.258,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER

05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0034 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 56.681,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 01 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK ELMER SANDRO QUADROS
Prefeito Municipal Diretor de Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 19/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 19/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 02/2015-FMS - Pregão Presencial nº. 01/2015-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 80.706.492/0001-74, estabelecida na Rua Bahia, nº 1447, Salto, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.031-001.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de caixa d'água de fibra de vidro de 25000 litros com tampa e com torneira boia compatíveis com a caixa d'água para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Aquisição de caixa d'água de fibra de vidro de 25000 litros com tampa e com torneira boia compatíveis com a caixa d' água, suas dimensões: Altura com tampa 4,39 m; Altura sem tampa 4,09 m; Diâmetro com Tampa 3,34 m; Diâmetro sem Tampa 3,31 m; Diâmetro da Base. 2,42m. Obs.: Caso seja cobrado frete para transporte da caixa d'água, solicito que o valor seja incluído na cotação.	01	Unidade	7.245,00	7.245,00
TOTAL R\$					7.245,00

Valor do contrato R\$ 7.245,00 (sete mil duzentos e quarenta e cinco reais),

Data da Assinatura: 01/04/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.094/2015

LEI Nº2.094/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$13.376,06 (TREZE MIL, TREZENTOS E SETENTA E SEIS REAIS, SEIS CENTAVOS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2015, no valor de até R\$13.376,06 (treze mil, trezentos e setenta e seis reais, seis centavos), como segue:

03 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
04 – DIRETORIA DE PLANEJAMENTO			
04.122.3001.2.305 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
3.1.90.91.00.00	00.01.0000	Sentenças Judiciais	13.376,06

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos nos artigos anteriores serão utilizados como fontes de recursos os cancelamentos parciais e ou totais das dotações do orçamento vigente, como segue:

03 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
04 – DIRETORIA DE PLANEJAMENTO			
04.122.3001.2.305 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
4.4.90.52.00.00	00.01.0000	Equipamentos e Material Permanente	13.376,06

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº2.075/2014 - LOA, a abrir créditos adicionais, aos elementos criados por essa Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 1º de abril de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

LEI Nº 2.095/2015

LEI Nº2.095/2015

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Especial no valor de até R\$39.997,20 (trinta e nove mil, novecentos e noventa e sete reais e vinte centavos) para reforço do programa abaixo especificado, constante da Lei Orçamentária nº2.075/2014, de 2 de dezembro de 2014:

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.03 - UNIDADE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

04.03.08.243.3016.2.349 - Manutenção do Fundo de Assistência a Criança e Adolescente

3.3.50.41.00.00.00.00 - 00.03.0009 - Contribuições R\$39.997,20

Art. 2º Para abertura do Crédito Especial, de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do exercício anterior da fonte 00.02.0009 - FIA - Imposto de Renda.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 1º de abril de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

LEI Nº 2.096/2015

LEI Nº2.096/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$23.221,12 (VINTE E TRÊS MIL DUZENTOS E VINTE E UM REAIS, DOZE CENTAVOS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2015, no valor de até R\$23.221,12 (vinte e três mil duzentos e vinte e um reais, doze centavos), como segue:

08 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO			
01 – DIRETORIA DE SANEAMENTO			
17.512.3007.2.316 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO			
4.4.90.92.00.00	00.01.0000	Despesas de Exercícios Anteriores	23.221,12

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos nos artigos anteriores serão utilizados como fontes de recursos os cancelamentos parciais e ou totais das dotações do orçamento vigente, como segue:

08 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO			
01 – DIRETORIA DE SANEAMENTO			
17.512.3007.2.316 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO			
4.4.90.52.00.00	00.01.0000	Equipamentos e Material Permanente	23.221,12

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº. 2075/2014 - LOA, a abrir créditos adicionais, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 1º de abril de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

LEI Nº 2.097/2015

LEI Nº2.097/2015

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE ATENDIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE SCHROEDER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

TÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e as normas gerais para a sua adequada aplicação.

Art. 2º O atendimento da criança e do adolescente no Município de Schroeder, será realizado por meio de políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização e outras, assegurando em todas, o tratamento com dignidade, respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 3º Às famílias que necessitarem será prestada assistência social em caráter complementar.

Art. 4º Fica assegurado à criança e ao adolescente, serviço de prevenção, atendimento médico e psicossocial, em especial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.

Art. 5º Fica assegurado o serviço de identificação, cadastramento e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos.

Art. 6º Fica assegurada proteção jurídico-social aos que dela necessitarem, por meio de entidade de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 7º Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme estabelece o Art. 9º, desta Lei, expandir normas para a organização e o funcionamento dos serviços existentes ou a serem implantados nos termos dos Arts. 3º, 4º, 5º e 6º.

Art. 8º A Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente será garantida através dos seguintes órgãos:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. O Conselho Municipal funcionará em consonância com os Conselhos Federal e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, articulando-se com seus congêneres municipais.

TÍTULO II**DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO****ADOLESCENTE**

Art. 9º Fica reestruturado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei Ordinária Municipal nº. 820/1993, de 26 de outubro de 1993, sendo órgão deliberativo e controlador das ações no município, conforme estabelece o Art. 88, II, da Lei Federal nº. 8.069, de 13 de junho de 1990.

Art. 10. Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente compete:

I - formular a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando prioridades para consecução das ações, a captação e a aplicação de recursos;

II - zelar pela execução dessa política, atendidas as peculiaridades das crianças e dos adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança e dos bairros ou de zona urbana ou rural em que localizarem;

III - formular as prioridades a serem incluídas no planejamento do município a respeito das políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente;

IV - estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se execute no Município, pertinente ao assunto;

V - registrar as entidades governamentais e não-governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente que mantenham programas de:

a) orientação e apoio sócio-familiar;

b) colocação familiar;

c) apoio sócio-educativo em meio aberto;

d) abrigo;

e) liberdade assistida;

f) semiliberdade;

g) internação.

VI - registrar os programas e serviços a que se refere o inciso anterior das entidades governamentais e não-governamentais que operam no município, fazendo cumprir as normas constantes do mesmo Estatuto;

VII - regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar providências que julgar cabíveis para a eleição e a posse dos membros do conselho tutelar;

VIII - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;

IX - fiscalizar o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e definir as políticas de captação de recursos, administração e a aplicação dos mesmos em cada exercício;

X - opinar na elaboração de Leis que beneficiam as crianças e os adolescentes;

XI - incentivar campanhas promocionais de conscientização dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 11. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será composto por 6 (seis) membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo:

I - 3 (três) representantes do poder público:

- a) Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b) Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer;
- c) Secretaria Municipal da Saúde.

II - 3 (três) representantes da Sociedade Civil, escolhidos por voto direto em assembleia das entidades e segmento, através de Fórum próprio, convocado pelo CMDCA por meio de edital, em até 30 (trinta) dias antes do final de cada mandato, de acordo com os segmentos:

- a) Entidade de atendimento ou com programa com registro no CMDCA;
- b) Entidade de promoção e defesa de direitos à criança e adolescente;
- c) Adolescentes, com idade mínima de 16 anos;

§ 1º Cada entidade titular e suplente escolhida, procederá à indicação do membro titular e respectivo suplente para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º Somente será admitida à participação no CMDCA, como conselheiros de representantes de entidades juridicamente constituídas e em regular funcionamento.

§ 3º A assembleia das entidades, referido nesta lei, será integrada pelas entidades não governamentais sem fins lucrativos sediadas no município que atendam ao edital e se organizará segundo regimento interno aprovado no início da assembleia.

§ 4º Na ausência de qualquer dos segmentos referidos no inciso II deste artigo, a assembleia de entidades poderá substituir por representante de outro segmento a seu critério.

§ 5º O edital de convocação das entidades para a escolha de Conselheiros deverá ser publicado com o mínimo de 15 (quinze) dias de sua realização.

§ 6º Perderá o mandato a entidade membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente que incorrer em uma das hipóteses abaixo:

§ 7º A posse do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será feita pelo Prefeito Municipal, através de portaria, obedecida à origem das indicações, num prazo máximo de 30 (trinta) dias depois da eleição dos representantes das organizações não governamentais.

- a) ausentar-se a três (3) sessões consecutivas ou a cinco (5) alternadas, no mesmo mandato, sem justificativa aceita pelo plenário;
- b) ter seu representante condenado em sentença irreversível por crime ou contravenção penal;
- c) não cumprir com as obrigações que lhe forem afetas;
- d) inscrever-se como candidato a cargo eletivo, seja no Poder Legislativo ou Executivo, em qualquer âmbito.

Art. 12. Os membros do Conselho e seus respectivos suplentes exercerão mandato de 2 (dois) anos na forma de regulamento, admitindo-se a renovação apenas uma vez por igual período;

§ 1º Os Serviços prestados pelos membros do Conselho dos

Direitos da Criança e Adolescente serão considerados relevantes à comunidade e não serão remunerados;

§ 2º Os suplentes assumirão os cargos de conselheiros, em caso de ausência ou impedimento de seus titulares.

Art. 13. O Conselho elegerá pelo voto de no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros, entre eles e na mesma data da posse, seu Presidente e Secretário.

Art. 14. A Organização funcional e o detalhamento de competência do conselho serão definidos em regulamento próprio.

TÍTULO III

DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 15. Fica reestruturado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei Ordinária Municipal nº. 820/1993, de 26 de outubro de 1993, sendo órgão captador e aplicador de recursos a serem utilizados, segundo as diretrizes e deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao qual é órgão vinculado, conforme estabelece o Art. 88, IV, da Lei Federal nº. 8.069, de 13 de junho de 1990, sendo o ordenador da despesa o Secretário Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Por conta do Fundo a que alude este artigo, fica autorizado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a prestar auxílio financeiro e/ou subvenções, bem como auxílio para despesas de capital e formalizar convênios com entidades governamentais e parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, desde que estas sejam juridicamente constituídas e estejam em regular funcionamento, conforme Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 16. Compete ao Fundo:

I - Registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos em benefício das crianças e dos adolescentes pelo Estado ou pela União;

II - Registrar os recursos doados pelo município através de convênios ou doações ao Fundo;

III - Manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito no Município, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - Liberar os recursos a serem aplicados em benefício das crianças e dos adolescentes, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - Administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, segundo as resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 17. Constituem-se recursos financeiros do Fundo:

I - As dotações constantes do Orçamento Geral do Município;

II - As contribuições, subvenções e auxílios de órgãos da Administração Direta e Indireta, Federal, Estadual e Municipal;

III - As receitas oriundas de convênios, acordos e contratos celebrados entre o Município e instituições públicas e privadas;

IV - As doações recebidas de pessoas físicas ou jurídicas ou de organismos públicos;

V - O produto da alienação de material ou equipamento inservível;

VI - A remuneração oriunda de aplicação financeira;

VII - Recolhimento de multas decorrentes de penalidades às violações dos direitos da criança e do adolescente;

VIII - Outras receitas especificamente destinadas ao Fundo.

Art. 18. A Administração do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será efetuada pelo Conselho de que trata o Art. 9º, desta Lei, com aprovação de sua proposta orçamentária por 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 19. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é órgão captador e aplicador dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à criança e ao adolescente, a serem utilizados segundo deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 20. As ações de que trata o Art.19 referem-se prioritariamente aos programas de proteção especial à criança e ao adolescente, exposto à situação de risco pessoal e social, cuja necessidade de atenção extrapola o âmbito da atuação das políticas sociais básicas.

Art. 21. Dependerá de deliberação expressa do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a autorização para aplicação de recursos do Fundo em outros tipos de programas que não o estabelecido pelo Art.20.

Art. 22. Os recursos do Fundo serão administrados segundo o Plano de Aplicação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 23. O Fundo ficará subordinado operacionalmente à Secretaria Municipal de Planejamento Gestão e Finanças para a execução de atividades de orçamento e contabilidade dos recursos do mesmo.

Art. 24. São atribuições da Secretaria Municipal de Planejamento Gestão e Finanças:

I - coordenar a execução dos recursos do Fundo, de acordo com o Plano de Aplicação previsto no Art. 22, através de deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - preparar e apresentar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente demonstração mensal da receita e da despesa do Fundo;

III - emitir e assinar notas de empenho, cheques e ordens de pagamento da despesa do Fundo;

IV - tomar conhecimento e dar cumprimento às obrigações definidas em termos de colaboração de parcerias voluntárias, convênios e/ou contratos, firmados pelo Município e que digam respeito ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - manter os controles necessários à execução das receitas e das despesas do Fundo;

VI - manter em coordenação com setor de patrimônio do Município, o controle dos bens patrimoniais com carga ao Fundo;

VII - apresentar, anualmente, o inventário dos bens móveis e imóveis e o balanço geral do Fundo.

Art. 25. São receitas do Fundo:

I - dotação consignada anualmente no orçamento municipal e as verbas adicionais que a lei estabelecer no decurso de cada exercício;

II - doação de pessoas físicas ou jurídicas, conforme o disposto no Art. 260, da Lei 8.069/90;

III - valores provenientes das multas previstas no Art. 214, da Lei de 8.069/90;

IV - transferência de recursos financeiros oriundos do Fundo Nacional e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - doações, auxílios, contribuições, transferências de entidades nacionais, internacionais, governamentais e não-governamentais;

VI - produto de aplicações financeiras dos recursos disponíveis, respeitada a legislação em vigor, e da venda de materiais, publicações e eventos;

VII - recursos advindos de convênios, acordos e contratos, firmados entre o Município e instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais, federais, estaduais e municipais;

VIII - outros recursos que por ventura lhe forem destinados.

Art. 26. Constituem ativos do Fundo:

I - disponibilidade monetária em bancos oriunda das receitas especificadas no artigo anterior;

II - direitos que por ventura vierem a constituir;

III - bens móveis e imóveis destinados à execução dos programas e projetos do plano de aplicação.

Art. 27. Imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento, o Secretário Municipal de Planejamento Gestão e Finanças apresentará ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente o quadro de aplicação dos recursos do Fundo para apoiar os programas e projetos contemplados no plano de aplicação.

Art. 28. Nenhuma despesa será realizada sem a necessária cobertura de recursos.

Art. 29. A despesa do Fundo constituir-se-á:

I - do financiamento total ou parcial dos programas de proteção especial, constantes do plano de aplicação;

II - do atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, observado o Art. 20.

Art. 30. A execução orçamentária de receita processar-se-á nas fontes determinadas nesta Lei e será depositada através da receita bancária oficial.

TÍTULO IV

DO CONSELHO TUTELAR

CAPÍTULO I

DA NATUREZA, COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 31. O Conselho Tutelar é um órgão integrante da administração pública local, permanente e autônomo, não jurisdicional,

encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Art. 131, Lei Federal 8.069/90), instalado nos termos de resoluções a serem expedidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente e regulamentado por seu regimento interno.

Parágrafo único. Os recursos necessários para o funcionamento do Conselho Tutelar constarão na lei orçamentária municipal (Parágrafo Único, Art. 134, Lei Federal 8.069/90).

Art. 32. O Conselho Tutelar será composto de 05 (cinco) membros eleitos pela comunidade.

§ 1º Todos os candidatos que participarem do pleito, a partir do 6º (sexto) mais votado, serão considerados suplentes.

§ 2º Sempre que necessária à convocação de suplente, e não houver nenhum na lista, cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar processo de escolha para preencher o cargo vago e definir novos suplentes, pelo tempo restante do mandato dos demais membros.

§ 3º Aplicam-se às situações de licença e vacância, no que couberem, as normas de pessoal da Administração Pública Municipal.

Art. 33. Dentre outras causas estabelecidas na legislação municipal, a vacância da função de membro do Conselho Tutelar decorrerá de:

I - renúncia;

II - posse e exercício em outro cargo, emprego ou função pública ou privada;

III - aplicação de sanção administrativa de destituição da função;

IV - falecimento; ou

V - condenação por sentença transitada em julgado pela prática de crime que comprometa a sua idoneidade moral.

Art. 34. O Conselho Tutelar funcionará em sua sede, nos dias úteis, das 08h e às 12h e das 13h às 17h, e nos demais dias e horários, em regime de plantão ou sobreaviso.

§ 1º O Poder Público Municipal garantirá a estrutura necessária ao seu funcionamento, como uma sede, mobiliário, equipamento de informática, telefone, veículo, pessoal de apoio administrativo, além de outros.

§ 2º Será feita ampla divulgação do seu endereço físico e eletrônico e de seu número de telefone.

Art. 35. A jornada de trabalho do Conselheiro Tutelar será de 40 horas semanais, em regime de dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada.

§ 1º O Regimento Interno do Conselho Tutelar, aprovado pelo Conselho de Direitos da Criança do Adolescente, definirá a dinâmica de atendimento, tanto no horário normal quanto durante o plantão ou sobreaviso, explicitando os procedimentos a serem neles adotados.

§ 2º Todos os membros do Conselho Tutelar serão submetidos à mesma carga horária semanal de trabalho, bem como aos mesmos períodos de plantão ou sobreaviso, sendo vedado qualquer tratamento desigual.

§ 3º O disposto no § 2º não impede a divisão de tarefas entre os conselheiros, para fins de realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades, programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões tomadas pelo Conselho. (Redação dada pela Lei nº. 1859/2011).

Art. 36. O exercício da função de Conselheiro Tutelar exige, além da carga horária semanal de trabalho, seja no expediente diário, seja no plantão ou sobreaviso, sua participação, por decisão do colegiado, de reuniões de trabalho fora da sede do Conselho, e sua eventual presença em atos públicos.

CAPÍTULO II

DA REMUNERAÇÃO

Art. 37. A remuneração do Conselheiro Tutelar corresponde ao valor de R\$1.283,36 (mil duzentos e oitenta e três reais e trinta e seis centavos), sendo reajustada nos mesmos índices e nas mesmas datas dos reajustes gerais concedidos ao funcionalismo público municipal.

§ 1º O tempo de serviço que prestar como Conselheiro Tutelar será computado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

§ 2º O Conselheiro Tutelar terá assegurada à percepção de todos os direitos assegurados na Constituição federal aos trabalhadores em geral, especialmente.

I - Gratificação natalina;

II - Gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III - Décimo terceiro salário;

IV - Licença maternidade;

V - Licença paternidade;

VI - Licença para tratamento de saúde;

VII - Inclusão em planos de saúde oferecidos pelo Poder Público Municipal ao funcionalismo público Municipal;

VIII - Cobertura previdenciária.

§ 3º Na hipótese de um Conselheiro Tutelar adotar criança ou adolescente, aplicar-se-ão as normas da Lei Federal nº. 10.421 de 15.04.2002.

Art. 38. Os Conselheiros Tutelares terão direito a diárias ou ajuda de custo para assegurar a indenização de suas despesas pessoais quando, fora do seu município, participarem de eventos de formação, seminários, conferências, encontros e outras atividades semelhantes, e quando nas situações de representação do Conselho.

CAPÍTULO III

DA AUTONOMIA DO CONSELHO TUTELAR E SUA ARTICULAÇÃO COM OS DEMAIS ÓRGÃOS NA GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 39. A autoridade do Conselho Tutelar para tomar providências e aplicar medidas de proteção, e/ou pertinentes aos pais e responsáveis, decorrentes da lei, sendo efetivada em nome da sociedade para que cesse a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 40. O Conselho Tutelar exercerá exclusivamente as atribuições previstas na Lei nº. 8.069, de 1990, não podendo ser criadas novas atribuições por ato de quaisquer outras autoridades do Poder Judiciário, Ministério Público, do Poder Legislativo ou do Poder Executivo municipal, estadual.

Art. 41. A atuação do Conselho Tutelar deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e dos adolescentes, ressalvado as disposições previstas na Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parágrafo único. O caráter resolutivo da intervenção do Conselho Tutelar não impede que o Poder Judiciário seja informado das providências tomadas ou acionado, sempre que necessário.

Art. 42. As decisões do Conselho Tutelar proferidas no âmbito de suas atribuições e obedecidas às formalidades legais, têm eficácia plena e são passíveis de execução imediata.

§ 1º Cabe ao destinatário da decisão, em caso de discordância, ou a qualquer interessado requerer ao Poder Judiciário sua revisão, na forma prevista pelo art. 137, da Lei nº. 8.069, de 1990.

§ 2º Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão proferida pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pelo seu destinatário, sob pena da prática da infração administrativa prevista no art. 249, da Lei nº. 8.069, de 1990.

Art. 43. É vedado o exercício das atribuições inerentes ao Conselho Tutelar por pessoas estranhas ao órgão ou que não tenham sido escolhidas pela comunidade no processo democrático, sendo nulos os atos por elas praticados.

Art. 44. O Conselho Tutelar articulará ações para o estrito cumprimento de suas atribuições de modo a agilizar o atendimento junto aos órgãos governamentais e não governamentais encarregados da execução das políticas de atendimento de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias.

Parágrafo único. Articulação similar será também efetuada junto às Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Judiciário e Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, de modo que seu acionamento seja efetuado com o máximo de urgência, sempre que necessário.

Art. 45. No exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar não se subordina ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, com o qual deve manter uma relação de parceria, essencial ao trabalho conjunto dessas duas instâncias de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

§ 1º Na hipótese de atentado à autonomia do Conselho Tutelar, deverá o órgão noticiar às autoridades responsáveis para apuração da conduta do agente violador para conhecimento e adoção das medidas cabíveis.

Art. 46. O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado, conforme previsão legal.

CAPÍTULO IV

DOS PRINCÍPIOS E CAUTELAS A SEREM OBSERVADOS NO ATENDIMENTO PELO CONSELHO TUTELAR

Art. 47. No exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar deverá observar as normas e princípios contidos na Constituição, na Lei nº. 8.069, de 1990, na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, promulgada pelo Decreto nº. 99.710, de 21 de novembro de 1990, bem como nas Resoluções do CONANDA, especialmente:

I - condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos;
II - proteção integral e prioritária dos direitos da criança e do adolescente;

III - responsabilidade da família, da comunidade da sociedade em geral, e do Poder Público pela plena efetivação dos direitos assegurados a crianças e adolescentes;

IV - municipalização da política de atendimento a crianças e adolescentes;

V - respeito à intimidade, e à imagem da criança e do adolescente;

VI - intervenção precoce, logo que a situação de perigo seja conhecida;

VII - intervenção mínima das autoridades e instituições na promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente;

VIII - proporcionalidade e atualidade da intervenção tutelar;

IX - intervenção tutelar que incentive a responsabilidade parental com a criança e o adolescente;

X - prevalência das medidas que mantenham ou reintegrem a criança e o adolescente na sua família natural ou extensa ou, se isto não for possível, em família substituta;

XI - obrigatoriedade da informação à criança e ao adolescente, respeitada sua idade e capacidade de compreensão, assim como aos seus pais ou responsável, acerca dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como se processa; e

XII - oitiva obrigatória e participação da criança e o adolescente, em separado ou na companhia dos pais, responsável ou de pessoa por si indicada, nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, de modo que sua opinião seja devidamente considerada pelo Conselho Tutelar.

Art. 48. No exercício da atribuição prevista no art. 95, da Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, constatando a existência de irregularidade na entidade fiscalizada ou no programa de atendimento executado, o Conselho Tutelar comunicará o fato ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público, na forma do art.191 da mesma lei.

Art. 49. Para o exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

I - nas salas de sessões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - nas salas e dependências das delegacias e demais órgãos de segurança pública;

III - nas entidades de atendimento nas quais se encontrem crianças e adolescentes; e

IV - em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças e adolescentes, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.

Parágrafo único. Sempre que necessário o integrante do Conselho Tutelar poderá requisitar o auxílio dos órgãos locais de segurança pública, observados os princípios constitucionais da proteção integral e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

Art. 50. Em qualquer caso, deverá ser preservada a identidade da criança ou adolescente atendido pelo Conselho Tutelar.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar poderá se abster de pronunciar publicamente acerca dos casos atendidos pelo órgão.

§ 2º O membro do Conselho Tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar.

§ 3º A responsabilidade pelo uso e divulgação indevidos de informações referentes ao atendimento de crianças e adolescentes se estende aos funcionários e auxiliares a disposição do Conselho Tutelar.

Art. 51. As requisições efetuadas pelo Conselho Tutelar às autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, dos Poderes Legislativo e Executivo Municipal serão cumpridas de forma gratuita e prioritária, respeitando-se os princípios da razoabilidade e legalidade.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES E DOS DEVERES

Art. 52. Compete aos Conselheiros Tutelares, sem prejuízo de outras atribuições definidas no Regimento Interno do Conselho:

I - cumprir o disposto no Art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

II - zelar pelo efetivo atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

III - assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IV - zelar pelos princípios da autonomia do Conselho Tutelar e da permanência das suas ações, nos termos da legislação federal, e suplementarmente, da legislação municipal.

Art. 53. O exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar não permite que o titular exerça atividades político-partidárias, estabelecendo presunção de idoneidade moral devendo dedicar-se exclusivamente ao exercício de suas funções.

CAPÍTULO VI

DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES

Art. 54. São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21 anos;

III - Carteira Nacional de Habilitação no mínimo categoria B;

IV - residir no Município de Schroeder;

V - estar em gozo de seus direitos políticos;

VI - apresentar, no momento da inscrição, certificado de conclusão

de curso equivalente ao ensino médio;

VII - não ter sido penalizado com a destituição da função de conselheiro tutelar;

VIII - ser aprovado em prova de conhecimentos gerais sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e das legislações pertinentes à área da criança e do adolescente.

§ 1º Submeter-se-ão à prova de conhecimentos os candidatos que preencherem os requisitos à candidatura constantes nos incisos I a VII do presente artigo.

§ 2º A comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha deverá analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

§ 3º Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à comissão especial eleitoral:

I - notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa; e

II - realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

§ 4º Das decisões da comissão especial eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 3 dias, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

§ 5º O CMDCA publicará a lista contendo o nome dos candidatos que forem considerados aptos a prestarem à prova de conhecimentos.

§ 6º Ao candidatar-se à função de Conselheiro Tutelar, o membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá simultaneamente pedir seu afastamento desse Conselho.

§ 7º No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

Art. 55. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá, observar as seguintes diretrizes:

I - processo de escolha mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do município de Schroeder, realizado em data unificada em todo território nacional, a cada quatro anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - candidatura individual, não sendo admitida a composição de chapas;

III - fiscalização pelo Ministério Público; e

Art. 56. Os 5 (cinco) candidatos mais votados serão nomeados e empossados pelo Chefe do Poder Executivo municipal e os demais candidatos seguintes serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

Parágrafo único. O conselheiro tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente.

Art. 57. Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a antecedência de no mínimo 6 (seis) meses, publicar o edital do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

§ 1º O edital do processo de escolha conterá as seguintes disposições:

a) o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie com no mínimo 6 (seis) meses antes do dia estabelecido para o certame;

b) a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos no art. 55 desta lei;

c) as regras de divulgação do processo de escolha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções previstas nesta lei;

d) criação e composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha; e

e) formação dos candidatos escolhidos como titulares e dos 5 (cinco) primeiros candidatos suplentes.

§ 2º O Edital do processo de escolha para o Conselho Tutelar não poderá estabelecer outros requisitos além daqueles exigidos dos candidatos pela Lei nº. 8.069, de 1990, e pela presente lei.

CAPÍTULO VII

DO MANDATO

Art. 58. O mandato do Conselheiro Tutelar será de 4 (quatro) anos, permitida uma única recondução.

Parágrafo único. A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

Art. 59. Perderá o mandato o Conselheiro Tutelar que:

I - receber penalidade em processo administrativo-disciplinar;

II - deixar de residir no município;

III - for condenado por decisão irrecorrível pela prática de crime ou contravenção penal;

IV - não cumprir com seus deveres;

V - praticar atos incompatíveis com a sua função;

VI - não cumprir com as exigências estabelecidas no regimento interno do Conselho Tutelar;

VII - infringir as disposições administrativas previstas na Lei nº. 8.069/90.

Parágrafo único. A perda do mandato será decretada por ato do Prefeito Municipal, após deliberação neste sentido pela maioria de 2/3 (dois terços) do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 60. O Conselheiro Tutelar que proceder na forma expressa

de um dos casos elencados no artigo anterior, após procedimento legal, o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente declarará vago o posto de Conselheiro Tutelar, cabendo ao prefeito dar posse imediata ao suplente.

Art. 61. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do caput ao conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca estadual.

CAPÍTULO VIII

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO-DISCIPLINAR

Art. 62. Comete falta funcional o Conselheiro Tutelar que:

I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, vantagem pessoal de qualquer natureza;

II - utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político-partidária;

III - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligência e necessidade do serviço;

IV - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho;

V - deixar de submeter ao Colegiado as decisões individuais referentes a aplicação de medidas protetivas a crianças, adolescentes, pais ou responsáveis previstas nos arts. 101 e 129 da Lei nº 8.069, de 1990;

VI - exercer a função em benefício próprio;

VII - romper o sigilo legal, repassando informações a pessoas não autorizadas, sobre casos analisados pelo Conselho e das quais dispõe somente em virtude da sua função;

VIII - abusar da autoridade que lhe foi conferida, excedendo os justos limites no exercício da função ou exorbitando de suas atribuições no Conselho;

IX - recusar-se ou omitir-se a prestar o atendimento que lhe compete, seja no expediente normal de funcionamento do Conselho Tutelar, seja durante seu turno de plantão ou sobreaviso; e

X - deixar de comparecer, reiterada e injustificadamente, ao seu horário de trabalho.

Art. 63. Constituem penalidades administrativas passíveis de serem aplicadas aos membros do Conselho Tutelar, dentre outras previstas na legislação Municipal:

I - advertência;

II - suspensão do exercício da função; e

III - destituição do mandato.

Art. 64. Na aplicação das penalidades administrativas, deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, assim como as circunstâncias agravantes e atenuantes previstas no Código Penal.

Art. 65. As penalidades de suspensão do exercício da função e de destituição do mandato poderão ser aplicadas ao Conselheiro Tutelar nos casos de descumprimento de suas atribuições, prática de crimes que comprometam sua idoneidade moral ou conduta incompatível com a confiança outorgada pela comunidade.

Parágrafo único. De acordo com a gravidade da conduta ou para garantia da instrução do procedimento disciplinar, poderá ser determinado o afastamento liminar do Conselheiro Tutelar até a conclusão da investigação.

Art. 66. O processo disciplinar terá início mediante peça informativa escrita de iniciativa de membro do CMDCA, do Ministério Público ou de qualquer interessado, contendo a descrição dos fatos e, se possível, a indicação de meios de prova dos mesmos.

Art. 67 Aplica-se aos membros do Conselho Tutelar, no que couber, o regime disciplinar correlato ao funcionalismo público municipal.

§ 1º As situações de afastamento ou cassação de mandato de Conselheiro Tutelar deverão ser precedidas de sindicância e processo administrativo, assegurando-se a imparcialidade dos responsáveis pela apuração, e o direito ao contraditório e à ampla defesa.

§ 2º O processo administrativo para apuração das infrações éticas e disciplinares cometidas por membros do Conselho Tutelar deverá ser realizado por membros do serviço público municipal.

Art. 68. Havendo indícios da prática de crime por parte do Conselheiro Tutelar, o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente ou o órgão responsável pela apuração da infração administrativa, comunicará o fato ao Ministério Público para adoção das medidas legais.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 69. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com apoio dos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente e do CONANDA, deverão estabelecer, em conjunto com o Conselho Tutelar, uma política de qualificação profissional permanente dos seus membros, voltada à correta identificação e atendimento das demandas inerentes ao órgão.

Parágrafo único. A política referida no caput compreende o estímulo e o fornecimento dos meios necessários para adequada formação e atualização funcional dos membros dos conselhos e seus suplentes, o que inclui, dentre outros, a disponibilização de material informativo, realização de encontros com profissionais que atuam na área da infância e juventude e patrocínio de cursos e palestras sobre o tema.

Art. 70. Qualquer cidadão, o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é parte legítima para requerer aos Poderes Executivo e Legislativo, assim como ao Tribunal de Contas competente e ao Ministério Público, a apuração do descumprimento das normas de garantia dos direitos das crianças e adolescentes, especialmente as contidas na Lei nº. 8.069, de 1990, bem como requerer a implementação desses atos normativos por meio de medidas administrativas e judiciais.

Art. 71. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conjunto com o Conselho Tutelar, deverão promover ampla e permanente mobilização da sociedade acerca da importância e do papel do Conselho Tutelar.

Art. 72. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente não deverá executar, diretamente, programas de

atendimento a criança e ao adolescente, cabendo essa execução às Secretarias Municipais responsáveis e demais entidades afins.

Parágrafo único. Todos os Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente atuais permanecerão em seus mandatos até o final, observadas as exigências desta Lei.

Art. 73. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº. 1.628/2007, de 11 de dezembro de 2007.

Art. 74. Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 1º de abril de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 6.007/2015, DE 30 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº6.007/2015, DE 30 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de

RESOLVE :

Art. 1º DESIGNAR, nos termos da Sindicância no 004/2015, de 30 de março de 2015, os servidores Senhores Harildo Konell, Gelson Stein e Marilene Busch, para sob a presidência do primeiro, sendo secretariado pelo segundo, comporem a Comissão de sindicância, destinada a apurar os fatos narrados através do Ofício nº013/2015-SMSGa, da Secretaria Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental, através do qual a referida secretaria relata comportamento laboral do servidor Alício Oss-Emer, à vista do que tem ciência esta autoridade, devendo a Comissão, ora composta, iniciar seus trabalhos no prazo de até 08 (oito) dias, a contar da data de citação do requerente e concluí-los no prazo de até 60 (sessenta) dias após seu início.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 30 de março de 2015.
OSVALDO JURCK VALDEMAR DOS SANTOS
Prefeito Municipal Diretor de Saneamento e Gestão Ambiental

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 6.008/2015, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 6.008/2015, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão, da servidora Sra. Merlyn Ricardo Fukner, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 6.009/2015, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 6.009/2015, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão do contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Lurdes Antonietto Colaço, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 6.010/2015, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 6.010/2015, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão do contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Teresinha Pereira Pacheco, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 6.011/2015, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 6.011/2015, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a quebra do contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Sandra Kelly Linzmeyer em 10 de março de 2015;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.172/2014, de 24 de novembro de 2014, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Thaís Cristina Nascimento para exercer o cargo de Servente, percebendo o nível salarial nº 07 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº 004/2014/SECEL/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 6.012/2015, DE 1º DE ABRIL DE 2015.
PORTARIA Nº 6.012/2015, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o afastamento por Licença Maternidade da servidora, Sra. Samanta Patricia Doring Sievers em 10 de março de 2015;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.172/2014, de 24 de novembro de 2014, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Caroline Gaedtke, para exercer o cargo de Professora A, subárea Educação Infantil, percebendo o nível salarial A-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 004/2014/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de abril de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 6.013/2015, DE 1º DE ABRIL DE 2015.
PORTARIA Nº. 6.013/2015, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Daniella Maria Volani de Souza, do cargo comissionado de Diretora de Unidade de Ensino, a partir desta data.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Professora C, percebendo nível salarial nº (186), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de abril de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 6.014/2015, DE 1º DE ABRIL DE 2015.
PORTARIA Nº 6.014/2015, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado pela servidora Sra. Daniella Maria Volani de Souza, à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a pedido, a carga horária da servidora Sra. Daniella Maria Volani de Souza, de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de abril de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 6.015/2015, DE 1º DE ABRIL DE 2015.
PORTARIA Nº 6.015/2015, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado pelo servidor Sr. Marcio Adriano Sabino, à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a pedido, a carga horária do servidor Sr. Marcio Adriano Sabino, de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

TERMO ADITIVO Nº. A06/2015 – FMS

TERMO ADITIVO Nº. A06/2015 - FMS

8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 155/2013-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: OMVS CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.772.347/0001-20, estabelecida na Rua Helmuth Gaedtker, nº. 105, Centro, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Osmair Rogério Marquez, inscrito no CPF sob o nº. 936.754.109-00 e Carteira de Identidade nº. 2255353-SSP-SC.

Considerando o Contrato nº. 155/2013-FMS, celebrado em 19 de dezembro de 2013, decorrente Processo de Licitação nº. 94/2013-FMS, Tomada de Preço nº. 03/2013-FMS, para execução de edificação de Unidade de Básica de Saúde (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), sendo 302,63m² de área, na Rua Cristiane Zerbin, Bairro Rio Hern no Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando o pedido feito pela Secretaria de Saúde e Assistência Social para prorrogação da vigência do contrato até 30 de junho de 2015, sendo necessário para que exista tempo hábil para realização do pagamento de resíduos faltantes pós entrega da obra.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a partir deste a Cláusula Décima Sexta "da vigência" no item 16.1, prorrogando-se até 30 de junho de

2015 a vigência do contrato

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 155/2013-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 31 de março de 2015.

CONTRATADA:
OMVS CONSTRUTORA LTDA.
Osmair Rogério Marquez
CPF nº. 936.754.109-00

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____ 2ª _____

Nome: Daniela Samulescki Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 053.350.739-18 CPF nº. 047.563.299-00

ATA TOMADA DE PREÇOS 02/2015-PMS (SEQUÊNCIA 02)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2015 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 37/2015 Data do Processo: 06/03/2015
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de reforma no prédio do Jardim de Infância Pequeno Príncipe, localizado na Estrada Rancho Bom, no Município de Schroeder/SC, totalizando uma área de 199,20m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 36/2015 (Sequência: 2)

Ao(s) 1 de Abril de 2015, às 08:23 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 55332014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 37/2015, Licitação nº 2/2015 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se, para recebimento do envelope de proposta da empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME conforme determinado na Ata 31/2015 (Sequência 01) de 26 de março de 2015. Sendo aberto o envelope da proposta comercial da empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME. Constatou-se que a empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME apresentou a proposta de acordo com o edital e com o valor total de R\$ 78.197,36. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata a empresa participante.

Participante: 12632 - OMVS CONTRUTORA LTDA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de reforma no prédio do Jardim de Infância Pequeno Príncipe, localizado na Estrada Rancho Bom, no Município de Schroeder/SC, totalizando uma área de 199,20m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.	UN	1,00		0,0000	78.197,36	78.197,36

Total do Participante ———> 78.197,36

Total Geral —————> 78.197,36

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 1 de Abril de 2015

COMISSÃO:

Ivandra de Souza - - Presidente da Comissão de Licitação

Gelson Stein - - Membro

Leonice Engler Kafer - - Membro

Cezar Santos de Jesus - - Membro

Daniela Samulescki - - Secretária

Eloir José Wendt - - Membro Suplente

Walter Egidio Mukai - - Membro Suplente

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 050/2015

DECRETO Nº. 050 DE 20 DE MARÇO DE 2015.

"CONFIRMA O FERIADO RELIGIOSO DE SEXTA FEIRA SANTA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990, e

Considerando que a Portaria nº. 15, de 03 de fevereiro de 2015, do Ministério de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que "Considera feriado Nacional o dia 03 de abril de 2015, data comemorativa a Sexta Feira da Paixão:

Considerando a especial devoção da comunidade católica de Sombrio e região;

DECRETA:

Art. 1º. Fica confirmado o feriado religioso de "Sexta Feira Santa" no Município de Sombrio, , o dia 03 de fevereiro de 2015 (Sexta Feira).

Art. 2º. Em virtude do feriado nacional, os serviços e atividades consideradas essenciais e de caráter contínuo como coleta de lixo, vigilância e SAMAE, funcionarão em escala de plantão.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 20 de março de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

RREO 1º BIMESTRE 2015 ANEXO 01

Município de SOMBRIO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b", do inciso II e § 1º)		R\$ 1,00					
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		SALDO A REALIZAR (a - c)		
			No Bimestre (b)	% (b/a)		Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	RECEITAS CORRENTES	90.385.264,00	9.505.847,90	10,52	9.505.847,90	10,52	80.879.416,10
	RECEITA TRIBUTÁRIA	53.041.824,00	8.768.484,19	16,53	8.768.484,19	16,53	44.273.339,81
	IMPOSTOS	6.050.242,00	678.781,11	11,22	678.781,11	11,22	5.371.460,89
	TAXAS	4.575.490,00	519.251,65	11,35	519.251,65	11,35	4.056.238,35
	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.467.198,00	159.279,63	10,86	159.279,63	10,86	1.307.918,37
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	7.554,00	249,83	3,31	249,83	3,31	7.304,17
	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	835.486,00	85.005,59	10,17	85.005,59	10,17	750.480,41
	RECEITA PATRIMONIAL	835.486,00	85.005,59	10,17	85.005,59	10,17	750.480,41
	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	29.447,00	2.015,73	6,85	2.015,73	6,85	27.431,27
	RECEITA DE SERVIÇOS	29.447,00	2.015,73	6,85	2.015,73	6,85	27.431,27
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.101.025,00	346.402,18	16,49	346.402,18	16,49	1.754.622,82
	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	42.033.372,00	7.121.980,63	16,94	7.121.980,63	16,94	34.911.391,37
	Transferências de Instituições Privadas	41.717.372,00	7.121.980,63	17,07	7.121.980,63	17,07	34.595.391,37
	Transf. de Pessoas	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
	Transf. de Conv.	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
	Multas e Juros de Mora	1.992.252,00	534.298,95	26,82	534.298,95	26,82	1.457.953,05
	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	750.828,00	73.535,34	9,79	73.535,34	9,79	677.292,66
	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	2.000,00	312.384,67	619,23	312.384,67	619,23	-310.384,67
	RECEITAS DIVERSAS	RECEITAS DIVERSAS	1.223.521,00	148.378,94	12,13	148.378,94	12,13
RECEITAS DE CAPITAL		15.903,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.903,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		37.343.440,00	737.363,71	1,97	737.363,71	1,97	36.606.076,29
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		11.155.530,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.155.530,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		11.155.530,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.155.530,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		26.187.910,00	737.363,71	2,82	737.363,71	2,82	25.450.546,29
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		7.370.000,00	558.748,01	7,58	558.748,01	7,58	6.811.251,99
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		18.817.910,00	178.615,70	0,95	178.615,70	0,95	18.639.294,30
		—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		90.385.264,00	90.385.264,00	9.505.847,90	10,52	9.505.847,90	10,52

Continua 1/3

Município de SOMBRIO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	90.385.264,00	90.385.264,00	9.505.847,90	10,52	9.505.847,90	10,52	80.879.416,10
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	90.385.264,00	90.385.264,00	9.505.847,90	10,52	9.505.847,90	10,52	80.879.416,10
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CREDITOS ADICIONAIS)	—	3.167.168,77	—	—	81.462,10	—	—
Superávit Financeiro	—	3.167.168,77	—	—	81.462,10	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LÍQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (grf)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)									
DESPESAS CORRENTES	90.385.264,00	5.024.514,12	95.409.778,12	20.289.332,44	20.289.332,44	8.148.441,43	8.148.441,43	8,54	87.261.336,69
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	50.548.698,00	133.044,87	50.681.742,87	13.243.845,76	13.243.845,76	7.152.824,68	7.152.824,68	14,11	43.528.918,19
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	30.491.129,00	19.519,81	30.510.648,81	4.242.748,70	4.242.748,70	4.219.284,09	4.219.284,09	13,83	26.291.364,72
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	150.000,00	0,00	150.000,00	141.421,20	141.421,20	25.316,58	25.316,58	16,88	124.683,42
DESPESAS DE CAPITAL	39.795.016,00	113.525,06	20.021.094,06	8.859.675,86	8.859.675,86	2.908.224,01	2.908.224,01	14,53	17.112.870,05
INVESTIMENTOS	38.253.016,00	4.891.469,25	44.886.485,25	7.045.486,68	7.045.486,68	995.616,75	995.616,75	2,23	43.690.868,50
Amortização da Dívida	1.542.000,00	0,00	1.542.000,00	5.649.592,58	5.649.592,58	665.204,12	665.204,12	1,54	42.479.281,13
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	1.395.894,10	1.395.894,10	330.412,63	330.412,63	21,43	1.211.587,37
				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SOMBRIO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
							% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	90.385.264,00	5.024.514,12	95.409.778,12	20.289.332,44	20.289.332,44	8.148.441,43	8,54	87.261.336,69
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	41.550,00	0,00	41.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.550,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	90.385.264,00	5.024.514,12	95.409.778,12	20.289.332,44	20.289.332,44	8.148.441,43	8,54	87.261.336,69
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	90.385.264,00	5.024.514,12	95.409.778,12	20.289.332,44	20.289.332,44	8.148.441,43	8,54	87.261.336,69
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	90.385.264,00	5.024.514,12	95.409.778,12	20.289.332,44	20.289.332,44	8.148.441,43	9,96	87.261.336,69

FONTE:

SOMBRIO , 31/03/2015

ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

REGINALDO F. MENDES NETO
Contador CRCSC 26509

RREO 1º BIMESTRE 2015 ANEXO 02

Município de SOMBRIO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)							R\$ 1,00	
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	90.385.284,00	95.409.778,12	20.289.332,44	20.289.332,44	8.148.441,43	8.148.441,43	100,00	87.261.336,69
Ação Legislativa	2.200.000,00	2.200.000,00	333.649,17	333.649,17	266.419,47	266.419,47	3,27	1.933.580,53
	2.200.000,00	2.200.000,00	333.649,17	333.649,17	266.419,47	266.419,47	3,27	1.933.580,53
Administração	3.796.310,00	3.796.310,00	984.460,23	984.460,23	601.652,19	601.652,19	7,38	3.194.657,81
Administração Geral	2.530.460,00	2.530.460,00	704.398,97	704.398,97	425.544,39	425.544,39	5,22	2.104.915,61
Administração Financeira	1.265.850,00	1.265.850,00	280.061,26	280.061,26	176.107,80	176.107,80	2,16	1.089.742,20
Segurança Pública	544.240,00	544.240,00	97.106,75	97.106,75	62.342,09	62.342,09	0,77	481.897,91
Policimento	365.664,00	365.664,00	29.510,68	29.510,68	25.000,66	25.000,66	0,31	340.663,34
Defesa Civil	178.576,00	178.576,00	67.596,07	67.596,07	37.341,43	37.341,43	0,46	141.234,57
Assistência Social	2.162.411,00	2.175.211,00	489.192,41	489.192,41	208.597,77	208.597,77	2,56	1.966.613,23
Assistência ao Idoso	285.800,00	285.800,00	21.988,70	21.988,70	17.788,70	17.788,70	0,22	268.011,30
Assistência ao Portador de Deficiência	80.201,00	80.201,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.201,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	813.400,00	813.400,00	300.052,59	300.052,59	82.542,59	82.542,59	1,01	730.857,41
Assistência Comunitária	983.010,00	995.810,00	167.151,12	167.151,12	108.266,48	108.266,48	1,33	887.543,52
Saúde	13.554.257,00	13.573.776,81	5.443.914,34	5.443.914,34	2.685.141,39	2.685.141,39	32,95	10.888.635,42
Atenção Básica	12.254.043,00	12.273.562,81	4.410.672,08	4.410.672,08	1.663.794,03	1.663.794,03	20,42	10.609.768,78
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	960.000,00	960.000,00	960.000,00	960.000,00	960.000,00	960.000,00	11,78	0,00
Vigilância Sanitária	251.284,00	251.284,00	51.179,43	51.179,43	39.284,53	39.284,53	0,48	211.999,47
Vigilância Epidemiológica	88.930,00	88.930,00	22.062,83	22.062,83	22.062,83	22.062,83	0,27	66.867,17
Trabalho	51.000,00	51.000,00	20.688,00	20.688,00	1.724,00	1.724,00	0,02	49.276,00
Empregabilidade	51.000,00	51.000,00	20.688,00	20.688,00	1.724,00	1.724,00	0,02	49.276,00
Educação	28.707.343,00	28.732.689,50	7.864.964,45	7.864.964,45	2.536.341,68	2.536.341,68	31,13	26.196.347,82
Formação de Recursos Humanos	407.000,00	407.000,00	36.196,67	36.196,67	36.196,67	36.196,67	0,44	370.803,33
Alimentação e Nutrição	1.425.880,00	1.425.880,00	85.782,32	85.782,32	76.868,58	76.868,58	0,94	1.349.011,42
Ensino Fundamental	19.361.540,00	19.386.886,50	5.780.315,58	5.780.315,58	1.704.609,27	1.704.609,27	20,92	17.682.277,23
Ensino Superior	178.000,00	178.000,00	374,00	374,00	374,00	374,00	0,00	177.626,00
Educação Infantil	7.334.923,00	7.334.923,00	1.962.295,88	1.962.295,88	718.293,16	718.293,16	8,82	6.616.629,84

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SOMBRIO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	90.385.264,00	95.409.778,12	20.289.332,44	20.289.332,44	8.148.441,43	8.148.441,43	87.261.336,69
Cultura	551.450,00	551.450,00	66.426,01	66.426,01	45.007,66	45.007,66	506.442,34
Difusão Cultural	551.450,00	551.450,00	66.426,01	66.426,01	45.007,66	45.007,66	506.442,34
Urbanismo	19.218.451,00	24.082.773,75	1.194.856,36	1.194.856,36	570.900,80	570.900,80	23.511.872,95
Infra-Estrutura Urbana	17.307.910,00	22.162.439,95	455.143,47	455.143,47	293.204,36	293.204,36	21.869.235,59
Serviços Urbanos	1.910.541,00	1.920.333,80	739.712,89	739.712,89	277.696,44	277.696,44	1.642.637,36
Habituação	108.000,00	108.000,00	16.591,12	16.591,12	200,00	200,00	107.800,00
Habituação Urbana	108.000,00	108.000,00	16.591,12	16.591,12	200,00	200,00	107.800,00
Saneamento	11.496.865,00	11.496.865,00	1.347.609,34	1.347.609,34	460.221,12	460.221,12	11.036.643,88
Administração Geral	506.000,00	506.000,00	152.972,02	152.972,02	108.174,56	108.174,56	397.825,44
Saneamento Básico Urbano	10.990.865,00	10.990.865,00	1.194.637,32	1.194.637,32	352.046,56	352.046,56	10.638.818,44
Gestão Ambiental	11.000,00	11.000,00	64,81	64,81	64,81	64,81	10.935,19
Preservação e Conservação Ambiental	11.000,00	11.000,00	64,81	64,81	64,81	64,81	10.935,19
Agricultura	1.201.200,00	1.201.200,00	123.459,89	123.459,89	87.407,85	87.407,85	1.113.792,15
Extensão Rural	901.200,00	901.200,00	123.459,89	123.459,89	87.407,85	87.407,85	813.792,15
Transporte Rodoviário	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
Indústria	177.500,00	177.500,00	19.103,99	19.103,99	19.103,99	19.103,99	158.396,01
Administração Geral	171.500,00	171.500,00	19.103,99	19.103,99	19.103,99	19.103,99	152.396,01
Promoção Industrial	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Comércio e Serviços	576.425,00	576.425,00	4.800,00	4.800,00	400,00	400,00	576.025,00
Administração Geral	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
Turismo	569.425,00	569.425,00	4.800,00	4.800,00	400,00	400,00	569.025,00
Transporte	3.022.842,00	3.125.367,06	320.920,81	320.920,81	166.611,88	166.611,88	2.958.755,18
Transporte Rodoviário	3.022.842,00	3.125.367,06	320.920,81	320.920,81	166.611,88	166.611,88	2.958.755,18
Desporto e Lazer	648.420,00	648.420,00	93.848,21	93.848,21	32.792,63	32.792,63	615.627,37
Desporto Comunitário	648.420,00	648.420,00	93.848,21	93.848,21	32.792,63	32.792,63	615.627,37
Encargos Especiais	2.357.550,00	2.357.550,00	1.867.676,55	1.867.676,55	403.512,10	403.512,10	1.954.037,90
Serviço da Dívida Interna	1.630.000,00	1.630.000,00	1.537.315,30	1.537.315,30	355.729,21	355.729,21	1.274.270,79

Continua 2/3

Município de SOMBRIO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%		
							(b/Total b)	(b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	90.385.264,00	95.409.778,12	20.289.332,44	20.289.332,44	8.148.441,43	8.148.441,43	100,00	8,54	87.261.336,69
Encargos Especiais	2.357.550,00	2.357.550,00	1.867.676,55	1.867.676,55	403.512,10	403.512,10	4,95	17,12	1.954.037,90
Outros Encargos Especiais	727.550,00	727.550,00	330.361,25	330.361,25	47.782,89	47.782,89	0,59	6,57	679.767,11
TOTAL (III) = (I + II)	90.385.264,00	95.409.778,12	20.289.332,44	20.289.332,44	8.148.441,43	8.148.441,43	100,00	8,54	87.261.336,69

FONTE:

SOMBRIO , 31/03/2015

ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

REGINALDO F. MENDES NETO
Contador CRCSC 26509

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO 1º BIMESTRE 2015 ANEXO 08

MUNICÍPIO DE SOMBRIÓ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	5.601.319,00	5.601.319,00	610.892,44	610.892,44	10,91
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	2.309.654,00	2.309.654,00	172.822,38	172.822,38	7,48
1.1.1- IPTU	1.349.490,00	1.349.490,00	108.910,37	108.910,37	8,07
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	8.489,00	8.489,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	702.585,00	702.585,00	49.474,07	49.474,07	7,04
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	249.090,00	249.090,00	14.437,94	14.437,94	5,80
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	708.727,00	708.727,00	69.082,24	69.082,24	9,75
1.2.1- ITBI	708.727,00	708.727,00	69.082,24	69.082,24	9,75
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.605.946,00	1.605.946,00	252.002,47	252.002,47	15,69
1.3.1- ISS	1.540.281,00	1.540.281,00	224.273,69	224.273,69	14,56
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	25.595,00	25.595,00	5.839,13	5.839,13	22,81
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	34.169,00	34.169,00	18.121,73	18.121,73	53,04
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	5.901,00	5.901,00	3.767,92	3.767,92	63,85
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	976.992,00	976.992,00	116.985,35	116.985,35	11,97
1.4.1- IRRF	976.992,00	976.992,00	116.985,35	116.985,35	11,97
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	25.390.265,00	25.390.265,00	4.713.407,35	4.713.407,35	18,56
2.1- Cota-Parte FPM	14.125.240,00	14.125.240,00	2.825.996,28	2.825.996,28	20,01
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, II, alínea b	13.546.245,00	13.546.245,00	2.825.996,28	2.825.996,28	20,86
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, II, alínea d	578.995,00	578.995,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.536.723,00	8.536.723,00	1.589.299,41	1.589.299,41	18,62
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	37.275,00	37.275,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	112.874,00	112.874,00	27.969,27	27.969,27	24,78
2.5- Cota-Parte ITR	10.502,00	10.502,00	391,58	391,58	3,73
2.6- Cota-Parte IPVA	2.567.651,00	2.567.651,00	269.750,81	269.750,81	10,51
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	30.991.584,00	30.991.584,00	5.324.299,79	5.324.299,79	17,18
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.837.267,00	1.837.267,00	263.255,47	263.255,47	14,33
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.324.258,00	1.324.258,00	262.950,67	262.950,67	19,86
5.2- Transferências Diretas - FODE	2.240,00	2.240,00	304,80	304,80	13,61
5.3- Transferências Diretas - FNAE	455.880,00	455.880,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	54.889,00	54.889,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.481.500,00	1.481.500,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	1.481.500,00	1.481.500,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	6.115.766,00	6.115.766,00	599.704,66	599.704,66	9,81
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	9.434.533,00	9.434.533,00	862.960,13	862.960,13	9,15
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.962.254,00	4.962.254,00	942.680,99	942.680,99	19,00
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.709.249,00	2.709.249,00	565.199,18	565.199,18	20,86
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.707.345,00	1.707.345,00	317.859,71	317.859,71	18,62
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	7.455,00	7.455,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	22.575,00	22.575,00	5.593,83	5.593,83	24,78
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.100,00	2.100,00	78,30	78,30	3,73
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	513.530,00	513.530,00	53.949,97	53.949,97	10,51
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	14.741.676,00	14.741.676,00	2.381.074,97	2.381.074,97	16,15
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	14.741.676,00	14.741.676,00	2.381.074,97	2.381.074,97	16,15
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	9.779.422,00	9.779.422,00	1.438.393,98	1.438.393,98	14,71
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	13.499.676,00	13.499.676,00	1.438.597,15	1.438.597,15	10,66
13.1- Com Educação Infantil	4.055.630,00	4.055.630,00	466.057,27	466.057,27	11,49
13.2- Com Ensino Fundamental	9.444.046,00	9.444.046,00	972.539,88	972.539,88	10,30
14- OUTRAS DESPESAS	1.242.000,00	1.242.000,00	122.494,23	122.494,23	9,86
14.1- Com Educação Infantil	1.242.000,00	1.242.000,00	122.494,23	122.494,23	9,86
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	14.741.676,00	14.741.676,00	1.561.091,38	1.561.091,38	10,59
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.561.091,38
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					60,42
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					5,14
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					34,44
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (26% de 3) ³	7.747.896,00	7.747.896,00	1.331.074,95	1.331.074,95	17,18
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	7.165.665,00	7.165.665,00	710.373,16	710.373,16	9,91
23.1- Creche	4.374.933,00	4.374.933,00	690.852,46	690.852,46	15,79
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.547.030,00	3.547.030,00	586.024,93	586.024,93	16,52
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	827.903,00	827.903,00	104.827,53	104.827,53	12,66
23.2- Pré-escola	2.790.732,00	2.790.732,00	19.520,70	19.520,70	0,70
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.750.600,00	1.750.600,00	2.526,57	2.526,57	0,14
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.040.132,00	1.040.132,00	16.994,13	16.994,13	1,63
24- ENSINO FUNDAMENTAL	11.973.214,00	11.973.214,00	1.472.934,17	1.472.934,17	12,30
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	9.444.046,00	9.444.046,00	972.539,88	972.539,88	10,30
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.529.168,00	2.529.168,00	500.394,29	500.394,29	19,78
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	19.138.879,00	19.138.879,00	2.183.307,33	2.183.307,33	11,41
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.438.393,98
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.438.393,98
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					744.913,35
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					13,99
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (g)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/g)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.324.258,00	1.324.258,00	7.920,00	7.920,00	0,60
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	6.494.509,00	6.519.855,50	251.498,64	251.498,64	3,86
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	7.818.767,00	7.844.113,50	259.418,64	259.418,64	3,31
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	26.957.646,00	26.982.992,50	2.442.725,97	2.442.725,97	9,05

MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
		FUNDEB (h)
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		439.136,71
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.381.074,97
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		1.738.509,00
49.1 Orçamento do Exercício		1.478.278,52
49.2 Restos a Pagar		260.230,48
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		1.081.702,68

SOMBRIO, 31/03/2015

ZENIO CARDOSO
Prefeito MunicipalREGINALDO F. MENDES NETO
Contador CRCSC 26509

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

RREO 1º BIMESTRE 2015 ANEXO 12

Município de SOMBRIO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					R\$ 1,00	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)		0,00	0,00	0,00		0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)		0,00	0,00	0,00		0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II		0,00	0,00	0,00		0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	10.900.257,00	10.919.776,81	4.363.825,32	39,96	2.534.106,23	23,21
Pessoal e Encargos Sociais	6.067.516,00	6.087.035,81	1.069.336,26	17,57	1.069.336,26	17,57
Outras Despesas Correntes	4.832.741,00	4.832.741,00	3.294.489,06	68,17	1.464.769,97	30,31
DESPESAS DE CAPITAL	2.654.000,00	2.654.000,00	1.080.089,02	40,70	151.035,16	5,69
Investimentos	2.654.000,00	2.654.000,00	1.080.089,02	40,70	151.035,16	5,69

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SOMBRIO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	2.654.000,00	2.654.000,00	1.080.089,02	40,70	151.035,16	5,69
Investimentos	2.654.000,00	2.654.000,00	1.080.089,02	40,70	151.035,16	5,69
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	13.554.257,00	13.573.776,81	5.443.914,34	40,11	2.685.141,39	19,78
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA A SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	5.707.034,00	5.707.034,00	2.035.521,03	37,39	591.939,81	22,05
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	5.507.034,00	5.507.034,00	2.035.521,03	37,39	591.939,81	22,05
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	5.707.034,00	5.707.034,00	2.035.521,03	37,39	591.939,81	22,05
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	7.847.223,00	7.866.742,81	3.408.393,31	62,61	2.093.201,58	77,95
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]						
2.093.201,58						

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SOMBRIO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º			RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS	
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	0,00	0,00		0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 26 E 26			LIMITE NÃO CUMPRIDO	
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	-	-		-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	12.254.043,00	12.273.562,81	4.410.672,08	81,02	1.663.794,03	61,96
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	960.000,00	960.000,00	960.000,00	17,63	960.000,00	35,75
Vigilância Sanitária	251.284,00	251.284,00	51.179,43	0,94	39.284,53	1,46
Vigilância Epidemiológica	88.930,00	88.930,00	22.062,83	0,41	22.062,83	0,82
TOTAL	13.554.257,00	13.573.776,81	5.443.914,34	100,00	2.685.141,39	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "H" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "H" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de SOMBRIO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V(n+1) - (15 \times IIIb)/100]$

SOMBRIO, 31/03/2015

ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

REGINALDO F. MENDES NETO
Contador CRCSC 26509

Tigrinhos

PREFEITURA

PORTARIA 086/2015

PORTARIA Nº. 086/2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal Sra. DANIELA LAPAZINI KUHN, Assistente de Administração, Matrícula nº. 404/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro a Dezembro de 2014, pelo período de 30 (trinta) dias a partir de 01 à 30 de Abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE ABRIL DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em primeiro de abril de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 67/2015

DECRETO Nº 67, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

ADMITE SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam admitidos os servidores abaixo relacionados, devidamente identificados e com nomenclatura de cargo, no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul.

Nome	RG/CPF	Cargo
Donaldo Bordignon	3.038.210 868.814.269-68	Operador de Equipamentos I
Genor Dal Pont	149.686 082.646.439-49	Motorista
Hernario Pezente	150.244 029.210.309-34	Motorista
Mariana Biava	4.261.191 072.790.329.23	Monitor de Creche e Pré- Escolar

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL - SC, 1º de Abril de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 68/2015

DECRETO Nº. 68, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

DEMITE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a 1.114/2002, de 05/02/2002;

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitido Isaias Aristides Boeira, Matrícula nº 3003, do Cargo de Motorista, Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 1º de Abril de 2015.

Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 69/2015

DECRETO Nº. 69, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO 2015 DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.737 de 02 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 24.928,00 (vinte e quatro mil e novecentos e vinte e oito reais), na dotação abaixo especificada:

07.01 - Secretaria de Obras e Transportes

2.024 - Manutenção da Rede Viária do Município

3.3.90.00.00.00.00.00.0061(78) - Aplicações Diretas
..... R\$ 24.928,00

Art. 2º - O crédito adicional de que trata o artigo 1º é decorrente do superávit financeiro apurado no exercício anterior na Fonte de Recursos 361; CEFEM-Ccompensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, conta corrente nº 7.451-9; Banco do Brasil, Agência 5.300-7, no valor de R\$ 24.928,00 (vinte e quatro mil e novecentos e vinte e oito reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 1º de Abril de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 70/2015

DECRETO Nº. 70, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO 2015 DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.737 de 02 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 31.837,00 (trinta e um mil e oitocentos e trinta e sete reais), na dotação abaixo especificada:

07.01 - Secretaria de Obras e Transportes

2.024 - Manutenção da Rede Viária do Município

3.3.90.00.00.00.00.00.0060(77) - Aplicações Diretas
..... R\$ 31.837,00

Art. 2º - O crédito adicional de que trata o artigo 1º é decorrente do superávit financeiro apurado no exercício anterior na Fonte de Recursos 391; FEP-Fundo Especial do Petróleo, conta corrente

nº 11.105-8; Banco do Brasil, Agência 5.300-7, no valor de R\$ 31.837,00 (trinta e um mil e oitocentos e trinta e sete reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 1º de Abril de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 71/2015

DECRETO Nº. 71, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

INSERE DESPESA, FONTE DE RECURSO E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO 2015 DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.737 de 02 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam inseridas na Unidade/Orçamentária e Projeto/Atividade abaixo identificada, a despesa e a fonte de recursos que passam a integrar o Orçamento do Município de Timbé do Sul com a seguinte estrutura orçamentária:

15.01 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

2.020 - Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

3.3.90.00.00.00.00.00.0486(169)

Art. 2º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento por conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior na Fonte de Recursos 481, conta corrente 54.044-7; Banco do Brasil, Agência 5.300-7 no valor de R\$ 4.753,00 (quatro mil e setecentos e cinquenta e três reais), na dotação abaixo especificada:

15.01 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

2.020 - Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

3.3.90.00.00.00.00.00.0486(169) Aplicações Diretas
..... R\$ 4.753,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 1º de Abril de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 72/2015

DECRETO Nº. 72, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a Nomeação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Timbé do Sul - CMDCA

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 1.749 de 31 de março de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo, devidamente indicados pelo Poder Executivo e Entidades, para integrarem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Timbé do Sul:

I - ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

a) Secretaria Municipal de Saúde;

Titular: Jucevania Netto

Suplente: Suza Mara Crepaldi

b) Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

Titular: Ana Leila Simon

Suplente: Gigliola Olivo Cerimbelli

c) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;

Titular: Lurdete Velho Ghellere

Suplente: Leliana Búrigo

II □ ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

a) Associação Mantenedora do Hospital Santo Antonio;

Titular: Helder Pessetti

Suplente: Fernando Pizzolo Manenti

b) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais □ APAE;

Titular: Josélia Scot Pezente

Suplente: Marcia Rejane Savi Nicoladelli

c) Sindicato dos Produtores Rurais de Timbé do Sul;

Titular: Alceu Stecanella

Suplente: Celita Netto

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 1º de Abril de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

EDITAL CMDCA 01/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE TIMBÉ DO SUL/ SC

Edital Nº 01/2015 - CMDCA

ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Timbé do Sul-SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 139 da Lei Federal nº 8.069/90 (ECA) e a Lei Municipal nº 1.749/2015 e art. 10 da Resolução Nº139/10 do CONANDA juntamente com a Comissão Temporária Organizadora para Coordenar Trabalhos do Processo de Escolha do Conselho Tutelar, através da Resolução nº 01/2015, torna público o processo de escolha dos 05 (cinco) membros do Conselho Tutelar de Timbé do Sul -SC e de seus respectivos suplentes.

REGULAMENTO DO PROCESSO ELEITORAL**I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º A escolha dos Conselheiros Tutelares será realizada em 02 etapas, a saber:

I - Inscrição de candidatos;

II - Eleição dos candidatos de forma direta e facultativa.

Parágrafo único. O CMDCA fará ampla divulgação do edital do processo de escolha dos conselheiros tutelares, nas escolas municipais de atuação no município, jornal de circulação no município, diário oficial municipal, site oficial do município, e fará a remessa

para fixar nos murais da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, Câmara de Vereadores, Fórum da Comarca de Turvo e demais locais que o CMDCA achar necessário.

Art. 2º Este processo definirá os 05 (cinco) conselheiros, que assumirão o cargo de titulares em 10/01/2016, no processo eleitoral que ocorrerá em 04/10/2015. Considerar-se-ão eleitos os 05 (cinco) primeiros candidatos que obtiverem as maiores votações, sendo os demais, pela ordem de classificação, suplentes.

a) A carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e atendimento ao público das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira, em local a ser designado.

b) No período noturno, fins de semana e feriados, será realizado um sistema de plantão com rodízio ou em forma consensual entre os membros do conselho tutelar de forma que não haja horários sem atendimento a criança e o adolescente, os conselheiros terão direito a compensação de horas, totalizando uma jornada de 40 (quarenta) horas semanais para cada conselheiro. Demais situações referentes ao horário de trabalho e compensação de horas, serão disciplinadas no regimento interno.

c) Aos membros do Conselho Tutelar será assegurado a remuneração de 1 (um) salário mínimo mensal com a devida cobertura previdenciária, gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal, licença-maternidade, licença-paternidade e gratificação natalina. Sendo que o gozo das férias será concedido pelo Presidente do CMDCA de forma alternada, um a cada vez, não podendo 02 (dois) conselheiros gozar as férias ao mesmo tempo.

d) Poderá ainda ser chamado pelo presidente do CMDCA, o suplente na ordem de classificação para preencher o período de afastamento de qualquer dos conselheiros por mais de 30 dias, por motivo de doença, licença maternidade ou outros motivos que tenha amparo legal. Em qualquer dos casos, o suplente permanecerá no cargo somente enquanto o titular se manter afastado.

e) O Conselheiro Tutelar está sujeito a regime de dedicação integral, sendo vedada à acumulação da função de Conselheiro Tutelar com qualquer atividade remunerada, pública ou privada, inclusive com cargo, emprego ou função. Os subsídios atribuídos aos Conselheiros Tutelares não geram relação de emprego com o Município de Timbé do Sul, com o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e com o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente por se tratar de cargo eletivo.

f) - O Candidato para fazer sua inscrição para concorrer ao Conselho Tutelar, deve observar os impedimentos da lei 8.069/90, Art. 140 "caput" e parágrafo único com suas alterações a Lei Municipal Nº 1.749/2015 na SEÇÃO VII (Da Perda do Mandato e dos Impedimentos dos Conselheiros) e a Resolução Nº139/10 art.14 "caput" e parágrafo único do CONANDA.

II - DOS REQUISITOS E DO REGISTRO DAS CANDIDATURAS

Art. 3º Poderão inscrever-se ao cargo de Conselheiro Tutelar os candidatos que preencherem os seguintes requisitos:

a) Reconhecida idoneidade moral, comprovada através de declaração firmada pelo candidato, com firma reconhecida em cartório; (Anexo I)

b) Idade igual ou superior a vinte e um anos, comprovada através de documento de identidade;

c) Residir no Município há mais de 02 (dois) anos, cuja comprovação se dará através de contas de utilização de serviços públicos (água, luz, telefone) ou deverá apresentar uma declaração do proprietário de sua residência e de duas testemunhas, sendo obrigatório o reconhecimento de firma dos declarantes;

d) Tenha escolaridade mínima de nível médio completo (2º grau), comprovado através de original (para conferência) e fotocópia de histórico escolar ou certificado de conclusão que comprove o requisito exigido, concluído até a data da inscrição;

e) Estar em pleno gozo das aptidões física e mental para o exercício do cargo de Conselheiro Tutelar, comprovado através de atestado médico;

f) Não possuir antecedentes criminais e civil, comprovado por

certidões expedidas por órgãos competentes;

g) Estar regular com a Justiça Eleitoral comprovado através de certidão de Regularidade com a Justiça Eleitoral ou cópia do documento comprobatório de votação nas duas ultimas eleições;

h) Declaração de não haver parentesco que o impeça de servir no Conselho de acordo com o artigo 140, caput e § único da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 (Anexo I).

i) Não estar respondendo processo junto ao Conselho Tutelar por infringir o ECA (Lei Federal nº 8.069/90) (Anexo I).

j) Se o candidato for membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e pleitear sua inscrição ao cargo de Conselheiro Tutelar, deverá pedir seu afastamento no ato da publicação deste Edital;

k) uma foto 3x4, colorida.

l) As inscrições serão gratuitas.

Art. 4º A inscrição dos candidatos será realizada das 8h00min às 11h30min e das 13h 00min às 16h30min, no período de 05/04/2015 até 30/04/2015 na sede do CRAS, sito à Rua Pedro Zilli, no Centro do Município de Timbé do Sul/SC e em dias úteis.

§ 1º A inscrição será realizada mediante requerimento do candidato em formulário próprio, fornecido pelo CMDCA, devendo apresentar, no ato da inscrição os documentos relacionados no artigo anterior.

§ 2º Não será admitida a entrega de qualquer documento após o prazo de encerramento das inscrições.

§ 3º No ato da inscrição, o candidato receberá um número de registro que será atribuído sequencialmente, segundo a ordem de inscrição, e este será utilizado em todo o processo eleitoral.

§ 4º No requerimento, além do nome completo, o candidato pode indicar um apelido, para que conste na cédula eleitoral.

III - DA IMPUGNAÇÃO DAS CANDIDATURAS

Art. 5º Encerrado o prazo das inscrições, o CMDCA divulgará, através de resolução uma relação com os nomes dos candidatos inscritos, abrindo o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da divulgação, para que qualquer cidadão, o Ministério Público ou o próprio CMDCA, apresente, por escrito, pedido de impugnação de candidatura, devidamente fundamentado.

§ 1º Oferecida a impugnação, junto a Comissão Temporária Organizadora da Eleição que dará ciência formal e imediata ao candidato e, em prazo não superior a 3 (três) dias úteis, emitirá parecer, acolhendo ou rejeitando a impugnação, dando ciência da sua decisão ao candidato.

§ 2º Ao candidato, cuja impugnação tiver sido acolhida, caberá recurso no prazo de 2 (dois) dias úteis) junto ao CMDCA em reunião extraordinária decidirá com o máximo de celeridade, sem prejuízo das medidas judiciais previstas na legislação.

§ 3º- Esgotada a fase recursal, o CMDCA através de resolução, fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

IV - DA ELEIÇÃO

Art. 6º- A eleição será realizada no dia 04/10/2015 (Domingo), no horário compreendido entre 8h30min as 16h00min, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Frei Modesto, sito à Rua Felipe Nápoli, Centro, Timbé do Sul/SC.

I - Será utilizada para votação, Urnas manuais (tipo saco) com protetor de papelão.

II - As Cédulas de votação, conforme modelo aprovado pela Comissão Eleitoral, conterão o quadro para votação, para que o eleitor ASSINALE o candidato de sua preferência, o número que consta no requerimento, nome completo do candidato e o apelido, a relação de candidatos será na ordem da inscrição, no requerimento junto ao CMDCA.

III - nas cabines de votação serão afixadas listas com o número da inscrição nome completo e apelido na ordem da inscrição.

Art. 7º - A escolha dos membros do Conselho Tutelar se dará pelo voto direto, secreto, universal e facultativo dos cidadãos eleitores

do Município de Timbé do Sul.

I -O eleitor poderá votar em 01 (um) candidato daqueles que concorrem ao pleito:

a) Será considerado nulo o voto que indicar mais de 1 (um) candidato.

b) Será considerado em branco o voto que não indicar qualquer dos candidatos;

c) Será considerado nulo os votos que contiverem rasuras com fins de marcar voto ou ser considerado pela comissão de má-fé;

d) Será considerado válido o voto que indicar apenas um candidato, assinalado no quadro correspondente, na cédula.

II - será exigido do eleitor no ato da votação: título de eleitor e qualquer documento com foto que identifique o eleitor. (2 documentos)

V - DA CONDUTA DURANTE A ELEIÇÃO

Art. 8º - Não será tolerado, por parte dos candidatos:

I - oferecimento, promessa ou solicitação de dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza;

II - promoção de atos que prejudiquem a higiene e a estética urbana ou contravenha a postura municipal ou a qualquer outra restrição de direito;

III - promoção de transporte de eleitores;

IV - promoção de "boca de urna", dificultando a decisão do eleitor.

Art. 9º- Será permitido:

I - o convencimento do eleitor para que este compareça ao local de votação e vote, considerando que neste pleito o voto é facultativo.

II - a apresentação do candidato em evento realizado pelo CMDCA para este fim, com a finalidade de fazer a divulgação da sua candidatura.

VI - DA CONSTITUIÇÃO DA MESA RECEPTORA, FISCAIS E APURAÇÃO DOS VOTOS.

Art. 10º A mesa receptora será composta de 05 (cinco membros), nomeados pela comissão organizadora eleitoral, que são eles:

- 1 Presidente

- mesário 1

- mesário 2

- mesário 3

- mesário 4 (substitui os demais nas situações em for exigida no momento).

Art. 11 - O candidato poderá credenciar junto a comissão organizadora 1 (um) fiscal para atuar junto a mesa receptora e 1 (um) fiscal para apuração dos votos, podendo ser a mesma pessoa.

Art.12 - Será utilizado 3 (três) urnas para coletar os votos, e os eleitores deverão votar na urna indicada pela mesa receptora dos eleitores.

Art. 13 - O credenciamento do Fiscal será realizado das 8h00min às 8h30min. (do dia da eleição).

Art. 14 - O candidato poderá somente permanecer em local reservado a ele, não podendo permanecer junto a mesa receptora e nem junto a mesa de apuração, será representado pelo fiscal.

Art.15 - A mesa de apuração dos votos será composta pelos mesmo 05 (cinco) membros, que fizerem parte da mesa receptora de votação.

VII - DO RESULTADO DAS ELEIÇÕES

Art. 16 - Concluída a apuração dos votos que começará logo após o encerramento da votação, o Presidente do CMDCA proclamará o resultado da escolha, determinando a publicação do resultado em Resolução que será afixada na sala do CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) ou CRAS, jornal local, diário oficial dos municípios, mural e site da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

§ 1º Havendo empate no número de votos, será considerado eleito:

I- o mais idoso;

II - se ainda assim prevalecer o empate, o candidato eleito será conhecido por sorteio, realizado no mesmo local da apuração.
 § 2º Os 05 (cinco) primeiros mais votados serão os membros titulares do Conselho Tutelar e os demais candidatos serão os suplentes por ordem decrescente de votação.
 § 3º Os conselheiros eleitos tomarão posse no dia 10/01/2016 em horário e local a ser determinado pelo CMDCA.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17- Todos os atos relativos ao processo eleitoral serão acompanhados e fiscalizados pelo Ministério Público.

Art. 18- O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fará ampla divulgação do resultado final de cada etapa do processo eleitoral em meios de comunicação que tragam o máximo de conhecimento ao público, sendo que todos os resultados serão afixados na sala do CMDCA, em local aberto de fácil acesso ao público e comunicado oficialmente ao Ministério Público.

Art. 19 - A Comissão Temporária Organizadora para Coordenar Trabalhos do Processo de Escolha do Conselho Tutelar- Resolução Nº 01/2015 ficou assim constituída:

Coordenadora: Ana Leila Simon - Poder Público

Membros: Helder Pessetti- Sociedade Civil

Lurdete velho Ghellere- Poder Público

Joselia Scot Pezente- Sociedade Civil

Art. 20 - Nos casos omissos que por ventura venham a ocorrer neste edital, O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sempre fundamentará suas decisões com base na Constituição Federal/88, Lei Federal nº 8069/90 e Lei Municipal Nº 1.749/2015.

Timbé do Sul, 1º de Abril de 2015.

Presidente do CMDCA

Ana Leila Simon

EXTRATO DA AF Nº 142/2015

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Extrato da Autorização de Fornecimento nº 142/2015

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Ituara Ltda ME

Objeto: Aquisição de um trator agrícola novo, marca LS Mtron, modelo Plus 80 R, ano 2015, para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Valor: R\$ 88.990,00 (oitenta e oito mil, novecentos e noventa reais)

Vigência: 12 (doze) meses

Timbé do Sul/SC, 01/04/2015

PORTARIA 17/2015

PORTARIA Nº. 17, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC. no uso das atribuições em atendimento ao que estabelece a Lei Orgânica Municipal e o Art. 57, da Lei Municipal nº 467 / 1988;

Resolve:

Art. 1º - Fica concedido aos servidores abaixo identificados, gozo de férias remuneradas, com 1/3 (um terço) a mais do que o vencimento normal, pelo período de 30 (trinta) dias; de 01/04/2015 à 30/04/2015.

Nome	Matrícula	Cargo	Período Aquisitivo
Edevaldo Stolk Fernandes	828	Pedreiro/Carpinteiro	01/02/2014 a 31/01/2015
Renata Rovaris Biava	2350	Assistente Administrativo de Tributos	22/02/2013 a 21/02/2014
Talita da Rosa Goulart	2534	Contadora	15/07/2013 a 14/07/2014

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 30 de março de 2015.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 18/2015

PORTARIA Nº. 18, de 30 de março de 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC. no uso das atribuições em atendimento ao que estabelece a Lei Orgânica Municipal e o Art. 57, da Lei Municipal nº 467 / 1988;

Resolve:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor abaixo identificado com nomenclatura de cargo e matrícula, gozo de férias remuneradas, com 1/3 (um terço) a mais do que o vencimento normal, pelo período de 20 (vinte) dias.

Nome	Matrícula	Período Aquisitivo	Período de Gozo	Período de Abono
Nelson Machado Monteiro	886	08/07/2002 a 07/07/2003	01/04/2015 a 20/04/2015	21/04/2015 a 30/04/2015

Parágrafo Único - Nos termos estabelecidos pelo Art. 57, Parágrafo 05 da Lei nº 467/1998, o servidor perceberá a título de conversão 1/3(um terço) do valor pecuniário da mesma.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 30 de março de 2015.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

RESOLUÇÃO CMDCA 01/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE TIMBÉ DO SUL/ SC
RESOLUÇÃO Nº 01/2015

Constitui Comissão Temporária Organizadora para Coordenar Trabalhos do Processo de Escolha do Conselho Tutelar de Timbé do Sul - SC

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Timbé do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conforme o artigo 139 da Lei Federal nº 8069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Lei Municipal nº 1.749/2015 e o art.10 e seus parágrafos da Resolução nº 139/10 do CONANDA.

RESOLVE:

Art.: 1º - Criar Comissão Temporária Organizadora para Coordenar Trabalhos do Processo de Escolha do Conselho Tutelar e nomear seus integrantes.

Art.: 2º - O objetivo desta comissão é: Organizar o pleito eleitor executar e decidir os procedimentos e incidentes relacionados à escolha dos Conselheiros Tutelares, como preceitua a Lei Federal nº 8069/90 (ECA) e Lei Municipal nº 1.749/2015.

Art.: 3º - Esta Comissão deverá ser composta pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que deverá coordenar a mesma e ainda por mais 03(três) conselheiros escolhidos por aclamação em plenária, de forma paritária, ou seja, dois conselheiros representantes da Sociedade Civil e dois conselheiros representantes do Poder Público.

Coordenador: Ana Leila Simon - Poder Público

Membros: Helder Pessetti - Sociedade Civil

Lurdete Velho Ghellere - Poder Público

Joselia Scot Pezente- Sociedade Civil

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor nesta data.

Timbé do Sul, 1º/04/2015.

Presidente CMDCA

Ana Leila Simon

Timbó**PREFEITURA****ATA ABERTURA DE PROPOSTA TOMADA DE PREÇOS N.º 01 2015 FMMA**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DE PROPOSTA DA TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2015 - FMMA

Às quatorze horas, do primeiro dia, do mês de abril de dois mil e quinze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Priscila Macedo (designada pela Portaria nº 1554, de 10/03/2015) e, representando a empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E.M.C LTDA EPP, o Sr. José Carlos Cardoso, para abertura dos envelopes de proposta das empresas habilitadas (EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP, CSF CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME, EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E.M.C LTDA EPP e VILSON VANSUITEN ME) no processo licitatório Tomada de Preços nº 01/2015 - FMMA, conforme segue: Iniciada a sessão a Senhora Presidente solicitou aos presentes que conferissem a inviolabilidade dos envelopes.

Em prosseguimento, a Senhora Presidente passou à abertura dos envelopes de Proposta, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos.

Da abertura dos envelopes de proposta, o valor total global apresentado pelas empresas foram os seguintes:

- EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP: R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais);

- CSF CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME: R\$ 97.026,69 (noventa e sete mil e vinte e seis reais e sessenta e nove centavos);

- EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E.M.C LTDA EPP: R\$ 97.245,00 (noventa e sete mil e duzentos e quarenta e cinco reais);

- VILSON VANSUITEN ME: R\$ 92.479,77 (noventa e dois mil e quatrocentos e setenta e nove reais e setenta e sete centavos).

Da análise e exame das propostas, à vista das exigências constantes do Edital, a Presidente suspendeu a sessão para encaminhamento dos documentos das propostas ao Setor de Engenharia da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, para análise dos valores e quantitativos, bem como das planilhas de composição do BDI apresentados pelas empresas licitantes, sendo que após a emissão do parecer/análise será realizado o julgamento da empresa vencedora do certame.

Após a suspensão da sessão o representante da empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E.M.C LTDA EPP solicitou a comissão permissão para se retirar da reunião antes da finalização da ata, a qual foi autorizada pela Sra. Presidente. Em função da ausência deste a ata segue assinada apenas pelos membros da Comissão de Licitação.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião e assinada a ata pela Comissão, encaminhando-se os autos ao Setor de Engenharia para as providências de estilo.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Presidente

ANDREA TAISE FRANZ
Secretária

PRISCILA MACEDO
Membro

ATA CONVOCAÇÃO ENVELOPE HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 05 2015 - FCT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO DE ABERTURA DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº. 05/2015 - FCT

Às nove horas do primeiro dia, do mês de abril de dois mil e quinze, na sala do Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Priscila Macedo (designada pela Portaria nº 1554, de 10/03/2015), com o objetivo de dar continuidade no procedimento licitatório - Tomada de Preço nº 05/2015 - FCT, que tem por objeto a contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a total execução (compreendendo material e mão-de-obra) para construção de casa enxaimel, a ser executada na Av. Getúlio Vargas (Praça Frederico Donner), conforme memorial descritivo, orçamento, cronograma físico-financeiro, projetos e demais anexos ao Edital.

Tendo em vista o exposto na Ata de Julgamento de Habilitação do dia 18/04/2015, onde foi concedido o prazo de 08 (oito) dias úteis às empresas CONSTRUTORA TERTEL LTDA ME, PAULO ROBERTO VOLLES ME e CONSTRUTORA F & F LTDA, para apresentação dos documentos elencados na ata, escoimados dos vícios e em conformidade com o instrumento convocatório e, considerando o término do prazo e o recebimento tempestivo do envelope com os documentos da empresa PAULO ROBERTO VOLLES ME, a Comissão de Licitação leva ao conhecimento dos interessados que a sessão pública de abertura do envelope com os documentos, se realizará no dia 02 de abril, às 09h00, na Sala de Licitações da Prefeitura de Timbó Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro, Timbó. Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Presidente

ANDREA TAISE FRANZ
Secretária

PRISCILA MACEDO
Membro

ATA CREDENCIAMENTO 23.2015 PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE CREDENCIAMENTO Nº. 23/2015 - PMT

Às quinze horas e trinta, do trigésimo primeiro dia, do mês de março de dois mil e quinze (31/03/2015), na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Priscila Macedo (designada pela Portaria nº 1554, de 10/03/2015), para abertura do envelope de Habilitação/Credenciamento do processo licitatório nº. 23/2015 - PMT.

Entregou tempestivamente o envelope de Habilitação a seguinte empresa: VPA COMÉRCIO DE PEDRAS E PAVIMENTAÇÃO LTDA. A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade.

Na sequência, a senhora presidente iniciou a abertura dos

envelopes, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, de todos os documentos neles contidos.

Da análise contábil, realizada pela contadora Sra. Carla Moser, em relação ao item 4.2.4 (Qualificação econômico-financeira), verificou-se que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital.

Nesse sentido, analisada toda documentação juntada aos autos, aliado com o parecer contábil e, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, decidimos pela habilitação da empresa VPA COMÉRCIO DE PEDRAS E PAVIMENTAÇÃO LTDA, estando, portanto, credenciada para executar serviços de pavimentação das vias públicas, por sistema de mutirão, através do tipo de pavimentação lajota (tipo tijolão).

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intemem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO Presidente	ANDREA TAISE FRANZ Secretária	PRISCILA MACEDO Membro
--	-------------------------------------	---------------------------

ATA CREDENCIAMENTO N.º 01 2015 FME - ÁRBITROS 2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE CREDENCIAMENTO Nº. 01/2015 - FME

Às dezesseis horas, do trigésimo primeiro dia, do mês de março de dois mil e quinze (31/03/2015), na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Priscila Macedo (designada pela Portaria nº 1554, de 10/03/2015), para abertura dos envelopes de Habilitação/Credenciamento do processo licitatório nº. 01/2015 - FME.

Entregaram os envelopes os seguintes profissionais: ÊMILI ADRIANA STIZ CPF Nº 087.686.169-96, SANDRO HENRIQUE NASCIUTTI DIAS CPF Nº 034.609.016-40, MARCELO SABEL CPF Nº 021.272.819-93, FABIO ELISIO CPF Nº 032.507.489-51 e DANIEL STEDILE Nº 064.831.689-00.

A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade.

Na sequência, a senhora presidente iniciou a abertura dos envelopes para análise dos documentos, sendo que os seguintes profissionais atenderam as condições do edital: ÊMILI ADRIANA STIZ CPF Nº 087.686.169-96, SANDRO HENRIQUE NASCIUTTI DIAS CPF Nº 034.609.016-40, MARCELO SABEL CPF Nº 021.272.819-93 e FABIO ELISIO CPF Nº 032.507.489-51.

Nesse sentido, restaram credenciados os seguintes profissionais nas respectivas modalidades:

ÊMILI ADRIANA STIZ

Item	Unid	Descrição: Prestação De Serviços De Arbitragem Nas Diferentes Modalidades	Valor Unitário Em R\$
03	JOGO	MESÁRIO/APONTADOR FUTEBOL/ FUTSAL/VOLEIBOL/HANDEBOL	45,00
07	JOGO	ARBITRO DE VÔLEI / FUTEVÔLEI / VÔLEI DE AREIA	90,00
09	DIÁRIA	ARBITRO DE JOGOS DE MESA	150,00
10	DIÁRIA	ARBITRO DE ESPORTE ESCOLAR / COMUNITÁRIO	150,00
13	DIÁRIA	ARBITRO DE ATLETISMO	200,00

SANDRO HENRIQUE NASCIUTTI DIAS

Item	Unid	Descrição: Prestação De Serviços De Arbitragem Nas Diferentes Modalidades	Valor Unitário Em R\$
01	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL DE CAMPO	150,00
02	JOGO	ASSISTENTE DE FUTEBOL DE CAMPO	80,00
03	JOGO	MESÁRIO/APONTADOR FUTEBOL/ FUTSAL/VOLEIBOL/HANDEBOL	45,00
04	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL SUÍÇO	70,00
06	JOGO	ARBITRO FUTSAL	80,00
07	JOGO	ARBITRO DE VÔLEI / FUTEVÔLEI / VÔLEI DE AREIA	90,00
09	DIÁRIA	ARBITRO DE JOGOS DE MESA	150,00
10	DIÁRIA	ARBITRO DE ESPORTE ESCOLAR / COMUNITÁRIO	150,00
13	DIÁRIA	ARBITRO DE ATLETISMO	200,00

MARCELO SABEL

Item	Unid	Descrição: Prestação De Serviços De Arbitragem Nas Diferentes Modalidades	Valor Unitário Em R\$
01	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL DE CAMPO	150,00
02	JOGO	ASSISTENTE DE FUTEBOL DE CAMPO	80,00
03	JOGO	MESÁRIO/APONTADOR FUTEBOL/ FUTSAL/VOLEIBOL/HANDEBOL	45,00
04	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL SUÍÇO	70,00
05	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL DE AREIA	70,00
06	JOGO	ARBITRO FUTSAL	80,00
09	DIÁRIA	ARBITRO DE JOGOS DE MESA	150,00
10	DIÁRIA	ARBITRO DE ESPORTE ESCOLAR / COMUNITÁRIO	150,00

FABIO ELISIO

Item	Unid	Descrição: Prestação De Serviços De Arbitragem Nas Diferentes Modalidades	Valor Unitário Em R\$
01	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL DE CAMPO	150,00
02	JOGO	ASSISTENTE DE FUTEBOL DE CAMPO	80,00
03	JOGO	MESÁRIO/APONTADOR FUTEBOL/ FUTSAL/VOLEIBOL/HANDEBOL	45,00
04	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL SUÍÇO	70,00
05	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL DE AREIA	70,00
06	JOGO	ARBITRO FUTSAL	80,00
09	DIÁRIA	ARBITRO DE JOGOS DE MESA	150,00
10	DIÁRIA	ARBITRO DE ESPORTE ESCOLAR / COMUNITÁRIO	150,00
11	JOGO	ARBITRO DE BASQUETE	65,00
12	JOGO	ARBITRO DE HANDEBOL	65,00

Restou inabilitado no certame o profissional DANIEL STEDILE, tendo em vista que não apresentou o PIS ou PASEP ou Inscrição de Contribuinte Individual no INSS, conforme consta no item 4.3.1.1, letra "c" do do edital. No entanto, nos termos do item 5.1.4 do Edital, poderá a profissional, durante todo o período de vigência do mesmo, apresentar nova documentação para credenciamento escoimada dos vícios que culminaram na inabilitação.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Presidente

ANDREA TAISE FRANZ
Secretária

PRISCILA MACEDO
Membro

AVISO CARTA CONVITE N.º 02 2015 FME - AQUISIÇÃO DE PREMIAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Convite p/ Compras e Serviços Nº 02/2015 - FME

OBJETO: aquisição de premiações (troféus, medalhas e taças) para atendimento das demandas de eventos da Fundação Municipal de Esportes de Timbó para o ano de 2015. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 15h00min do dia 14 de abril de 2015. ABERTURA: dia 14 de abril de 2015 as 15h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

TIMBO (SC), 01/04/2015

MARTINHO DE SOUZA FILHO

Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes de Timbó

AVISO PRORROGAÇÃO CREDENCIAMENTO N.º. 03 2013 FMS - PRÓTESES ODONTOLÓGICAS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO CREDENCIAMENTO PARA SERVIÇOS DE PRÓTESES ODONTOLÓGICAS N.º 03 2013 FMS

O Fundo Municipal de Saúde informa que o prazo do credenciamento de laboratórios interessados em prestar serviços de confecção e fornecimento personalizado de prótese odontológica foi prorrogado até 08/04/2016. ENTREGA DO ENVELOPE: contendo os documentos de Habilitação e o termo de aceitação dos preços poderá ser feita durante o período de vigência (até 08/04/2016). Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site www.timbo.sc.gov.br, link de Licitações.

Timbó, 01 de abril de 2015

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário Municipal de Saúde

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 038 DE 26 DE MARÇO DE 2015

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 038 DE 26 DE MARÇO DE 2015.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 345, de 13 de dezembro de 2007, certificam que:

Está APROVADO o DESMEMBRAMENTO denominado "ALFONSO PERINI", situado no lado ímpar da Rua Osvaldo Cruz, distando pelo lado direito do imóvel, 104,78 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Fritz Lorenz, com a área de 7.101,14m² (Sete mil, cento e um metros e catorze decímetros quadrados), processo D-001/2015 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente ALFONSO PERINI, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 539, datado de 05 de fevereiro de 2015 e da aprovação técnica exarada pelo profissional.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 24.693, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.10.002.0348.001, sendo constituído:

De 01 (um) lote e uma área remanescente, abaixo transcritos:

Lote 01 (um) - com área de 4.256,81m² (Quatro mil, duzentos e cinquenta e seis metros e oitenta e um decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Osvaldo Cruz, distando pelo lado direito do imóvel, 179,18 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Fritz Lorenz; estremando na frente em 36,00 metros com lado ímpar da Rua Osvaldo Cruz; fundos estrema em 36,00 metros com terras de Carrocerias Linshalm Ltda, matrícula nº 23.738, livro 2; lado direito estrema em 117,93 metros, sendo em 38,07 metros com a área remanescente, em 25,00 metros com terras de SF esquadrias de madeiras Ltda, matrícula nº 4.399, livro 2, em 24,00 metros com terras de Firma Individual Edmundo Fredel, matrícula nº 89, livro 2 e em 30,86 metros com a área remanescente de propriedade de Edmundo Fredel, transcrição nº 4.515, folhas 118, livro 3-B; e, lado esquerdo estrema em 118,50 metros com terras de YPÊ Industria de madeiras Ltda, matrícula nº 15.389, livro 2;

Área Remanescente - com área de 2.844,33m² (Dois mil, oitocentos e quarenta e quatro metros e trinta e três decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Osvaldo Cruz, distando pelo lado direito do imóvel, 104,78 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Fritz Lorenz; estremando na frente em 74,40 metros com lado ímpar da Rua Osvaldo Cruz; fundos estrema em 74,40 metros com terras de SF esquadrias de madeiras Ltda, matrícula nº 4.399, livro 2; lado direito estrema em 38,42 metros com terras de Cellus Textil Ltda EPP, matrícula nº 18.626 livro 2; e, lado esquerdo estrema em 38,07 metros com o lote 01;

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar n.º 335/2007 e do Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 26 de março de 2015.
FABIANO MARTINS ADRIANO
Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.
Município de Timbó

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 35 DE 23 DE MARÇO DE 2015-REPUBLICADO

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 35 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 345, de 13 de dezembro de 2007, certificam que:

Está APROVADO o DESMEMBRAMENTO denominado "UNÍRIO NESTOR DALPIAZ", situado no lado ímpar da Rua Rio de Janeiro, esquina formada com o lado ímpar da rua Olinda, com a área de 6.305,20m² (Seis mil, trezentos e cinco metros e vinte decímetros quadrados), processo D-002/2015 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente UNÍRIO NESTOR DALPIAZ, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 563, datado de 05 de fevereiro de 2015 e da aprovação técnica exarada pelo profissional.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 24.321, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.02.046.0112.001, sendo constituído:

De 06 (seis) lotes, abaixo transcritos:

Área a Desmembrar nº 01 (um) - com área de 1.253,67m² (Hum mil, duzentos e cinquenta e três metros e sessenta e sete decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Rio de Janeiro, esquina formada com o lado ímpar da Olinda; estremando na frente em 35,96 metros com o lado ímpar da Rua Rio de Janeiro, e em 9,45 metros na curva de transição formada com o lado ímpar da Rua Rio de Janeiro; fundos estrema em 42,12 metros com a área a desmembrar nº 03; lado direito estrema em 23,98 metros com o lado ímpar da Rua Olinda; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com a área a desmembrar nº 02. Neste imóvel fica reservada uma faixa sanitária "non aedificandi", com uma área total de 111,09m², de 3,00 metros de largura de ambas as margens da vala pública de drenagem de esgotos e águas servidas, com a seguinte descrição: estremando na frente em 7,06 metros com o lado ímpar da Rua Rio de Janeiro; fundos estrema em 9,32 metros com a área a desmembrar nº 02; lado direito estrema em linha sinuosa de 24,47 metros com terras do proprietário; e, lado esquerdo estrema em linha sinuosa de 12,70 metros com terras do proprietário.

Área a Desmembrar nº 02 (dois) - com área de 450,00m² (Quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Rio de Janeiro, distando pelo lado direito do imóvel, 41,98 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Olinda; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Rio de Janeiro; fundos estrema em 15,00 metros com a área a desmembrar nº 03; lado direito estrema em 30,00 metros com a área a desmembrar nº 01; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o "Residencial Maringá" de propriedade de Wilson Guimarães, matrícula nº 3.834, livro 2. Neste imóvel fica reservada uma faixa sanitária "non aedificandi", com uma área total de 105,08m², de 3,00 metros de largura de ambas as margens da vala pública de drenagem de esgotos e águas servidas, com a seguinte descrição: estremando na frente em 9,32 metros com a área a desmembrar nº01; fundos estrema em 6,13 metros com a área a desmembrar

nº 03; lado direito estrema em linha sinuosa de 11,75 metros com terras do proprietário; e, lado esquerdo estrema em linha sinuosa de 23,11 metros com terras do proprietário.

Continuação da Certidão n.º 035/2015, fls. 02.

Área a Desmembrar nº 03 (três) - com área de 857,34m² (Oitocentos e cinquenta e sete metros e trinta e quatro decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Olinda, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 30,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Rio de Janeiro; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Olinda; fundos estrema em 15,00 metros, sendo em 9,92 metros com o "Residencial Maringá" de propriedade de Wilson Guimarães, matrícula nº 3.834, livro 2 e em 5,08 metros com terras de Alaersio Jose Bento e Silvia Palhano de Jesus, matrícula nº 16.611, livro 2; lado direito estrema em 57,19 metros com a área a desmembrar nº 04; e, lado esquerdo estrema em 57,12 metros, sendo em 42,12 metros com a área a desmembrar nº 01 e em 15,00 metros com a área a desmembrar nº 02. Neste imóvel fica reservada uma faixa sanitária "non aedificandi", com uma área total de 98,10m², de 3,00 metros de largura de ambas as margens da vala pública de drenagem de esgotos e águas servidas, com a seguinte descrição: estremando na frente em 6,13 metros com a área a desmembrar nº 02; fundos estrema em 6,84 metros com a área a desmembrar nº 04; lado direito estrema em linha sinuosa de 16,48 metros com terras do proprietário; e, lado esquerdo estrema em linha sinuosa de 16,22 metros com terras do proprietário.

Área a Desmembrar nº 04 (quatro) - com área de 858,40m² (Oitocentos e cinquenta e oito metros e quarenta decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Olinda, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 45,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Rio de Janeiro; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Olinda; fundos estrema em 15,00 metros, sendo em 11,50 metros com terras de Alaersio Jose Bento e Silvia Palhano de Jesus, matrícula nº 16.611, livro 2 e em 3,50 metros com terras de Adolar Lucio da Silva, matrícula nº 16.612, livro 2; lado direito estrema em 57,26 metros com a área a desmembrar nº 05; e, lado esquerdo estrema em 57,19 metros com a área a desmembrar nº 03. Neste imóvel fica reservada uma faixa sanitária "non aedificandi", com uma área total de 219,98m², de 3,00 metros de largura de ambas as margens da vala pública de drenagem de esgotos e águas servidas, com a seguinte descrição: estremando na frente em 6,84 metros com a área a desmembrar nº 03; fundos estrema em 8,68 metros com a área a desmembrar nº 05; lado direito estrema em linha sinuosa de 19,49 metros com terras do proprietário; e, lado esquerdo estrema em linha sinuosa de 8,96 metros e em 17,63 metros com terras do proprietário, em 1,31 metros com terras de Alaersio Jose Bento e Silvia Palhano de Jesus, matrícula nº 16.611, livro 2 e em 3,50 metros com terras de Adolar Lucio da Silva, matrícula nº 16.612, livro 2, em 12,73 metros com a área a desmembrar nº 05 e em 8,91 metros e em 2,84 metros com terras do proprietário.

Área a Desmembrar nº 05 (cinco) - com área de 926,82m² (Novecentos e vinte e seis metros e oitenta e dois decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Olinda, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 60,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Rio de Janeiro; estremando na frente em 21,86 metros e em 0,51 metros com o lado ímpar da Rua Olinda; fundos estrema em 14,81 metros, sendo em 13,06 metros com terras de Adolar Lucio da Silva, matrícula nº 16.612, livro 2 e em 1,75 metros com terras de Juliana Moser, matrícula nº 16.613, livro 2; lado direito estrema em linha quebrada de 25,21 metros e em 33,41 metros com a área a desmembrar nº 06; e, lado esquerdo estrema em 57,26 metros com a área a desmembrar nº 04. Neste imóvel fica reservada uma faixa sanitária "non aedificandi", com uma área total de 196,96m², de 3,00 metros de largura de ambas

as margens da vala pública de drenagem de esgotos e águas servidas, com a seguinte descrição: estremando na frente em 8,68 metros com a área a desmembrar nº 04; fundos estrema em 5,90 metros com o lado ímpar da Rua Olinda; lado direito estrema em linha sinuosa de

Continuação da Certidão n.º 035/2015, fls. 03.

30,18 metros com terras do proprietário; e, lado esquerdo estrema em 36,40 metros com terras do proprietário e em 4,52 metros com a área a desmembrar nº 06. Neste imóvel fica reservada uma faixa sanitária "non aedificandi", com uma área total de 10,90m², de 3,00 metros de largura de ambas as margens da vala pública de drenagem de esgotos e águas servidas, com a seguinte descrição: estremando nos fundos em 1,19 metros com terras de Adolar Lucio da Silva, matrícula nº 16.612, livro 2; lado direito estrema em linha sinuosa de 12,82 metros com terras do proprietário; e, lado esquerdo estrema em 12,73 metros com a área a desmembrar nº 04.

Área a Desmembrar nº 06 (seis) - com área de 1.958,97m² (Hum mil, novecentos e cinquenta e oito metros e noventa e sete decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Olinda, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 82,37 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Rio de Janeiro; estremando na frente em 27,56 metros com o lado ímpar da Rua Olinda; fundos estrema em 35,04 metros, sendo em 21,04 metros com terras de Juliana Moser, matrícula nº 16.613, livro 2 e em 14,00 metros com a rua Porto Velho; lado direito estrema em 24,37 metros, sendo em 22,37 metros com terras de Marcello Pasquali, matrícula nº 4.172, livro 2, e em 2,00 metros com terras de Décio Francisco Ribas, matrícula nº 4.874, livro 2, em 34,00 metros sendo, em 25,00 metros com terras de Décio Francisco Ribas, matrícula nº 4.874, livro 2 e em 9,00 metros com a rua Londrina; e, lado esquerdo estrema em linha quebrada de 25,21 metros e em 33,41 metros com a área a desmembrar nº 05. Neste imóvel fica reservada uma faixa sanitária "non aedificandi", com uma área total de 2,08m², de 3,00 metros de largura de ambas as margens da vala pública de drenagem de esgotos e águas servidas, com a seguinte descrição: estremando na frente em 0,95 metros com o lado ímpar da rua Olinda; lado direito estrema em linha sinuosa de 4,93 metros com terras do proprietário; e, lado esquerdo estrema em 4,52 metros com a área a desmembrar nº 05.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar n.º 335/2007 e do Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 23 de março de 2015.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

Município de Timbó

EDITAL CMDCA Nº 01/2015-ELEIÇÕES UNIFICADAS CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

Edital CMDCA nº 01/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Timbó.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 30 de março de 2015, em sua sede localizada na Avenida Sete de Setembro, nº 595, Centro, Timbó/SC e, considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e no parágrafo único do art. 17 e § 1º, do art. 23, ambos da Lei Municipal 1.375/1992, bem como na Resolução CMDCA nº 03, de 30 de março de 2015, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Timbó, e dá outras providências.

1 Do Cargo e das Vagas

1.1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

1.2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

1.2.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

1.3 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2 Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 1.375/1992, é assegurado o direito a:

I - vencimento de R\$ 1.439,20 (um mil e quatrocentos e trinta e nove reais e vinte centavos), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - cobertura previdenciária, mediante a aplicação do disposto no artigo 9º, inciso V, alíneas "j" e "l", e § 15, inciso XV, do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048/99;

III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - licença-maternidade, adotado o regime geral de previdência social, aplicando-se, o plano de benefícios respectivo;

V - licença-paternidade, adotado o regime geral de previdência social, aplicando-se, o plano de benefícios respectivo;

VI - gratificação natalina.

2.2 O exercício da função de Conselheiro Tutelar deverá ser de tempo integral, vetado o desempenho de qualquer outra atividade profissional pública ou particular remunerada, exceto os previstos no artigo 37 da Constituição Federal.

2.3 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Timbó.

2.5 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

2.5.1 Plantão noturno das 17h30 às 8h00 do dia seguinte.
2.5.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;
2.5.3 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

3. Do Processo de Escolha

3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 06/04/2015 a 03/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (08h30min às 11h00 e das 14h30min às 16h00), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, localizada na Avenida Sete de Setembro, n.º 595, Centro, Timbó/SC.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição:
I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;
II - idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;
III - residir no município, demonstrada por comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste Edital;
IV - ensino superior completo;
V - estar no gozo dos direitos políticos;
VI - experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, que poderá ser comprovada da seguinte forma:

a) declaração fornecida por entidade cadastrada no CMDCA;
b) declaração emitida por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente;
c) registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente;
VII - aprovação na prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente.

3.1.2.1 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.3 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.4 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 12/06/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 22/06/2015 a 26/06/2015, no horário de atendimento ao público (08h30min às 11h00 e das 14h30min às 16h00), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.2.2.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 29/06/2015 a 03/07/2015, no horário de atendimento ao público (08h30min às 11h00 e das 14h30min às 16h00), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.2.2.2 A comissão eleitoral terá o período de apresentará resposta

quanto às impugnações até o dia 10/07/2015.

3.3 Da homologação da inscrição

3.3.1 A homologação da inscrição fica condicionada à aprovação do candidato em avaliação objetiva, que se dará da seguinte forma:

3.3.2 A avaliação objetiva será ministrada na data de 26/07/2015, no horário compreendido entre 08h00 às 12h00, junto às dependências do Auditório da Prefeitura de Timbó/SC.

3.3.3 O conteúdo programático versará em torno da Lei Federal n.º 8.069/1990 (Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente).

3.3.4 Para atingir a aprovação nesta fase o inscrito deverá acertar ao menos 50% (cinquenta por cento) da avaliação.

3.3.5 Na data de 28/07/2015 serão divulgados o gabarito e a classificação, sendo que o mesmo terá até as 16h00 do dia 31/07/2015 para interpor recurso.

3.3.6 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas/homologada será publicado no dia 14/08/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

3.3.7 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

3.4 Da Propaganda Eleitoral

3.4.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.4.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.4.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.4.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.4.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.4.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.4.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor

3.3.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.4.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.4.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.4.5 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

3.4.6 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.4.7 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.4.8 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.4.9 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.4.9.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

3.5 Da Eleição

3.5.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 08h00 às 17h00, no seguinte local:

◦ Colégio Ruy Barbosa

Rua Recife, nº 293, Centro - Timbó/SC

3.5.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.5.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.5.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.5.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.5.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.5.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.5.6 O eleitor votará uma única vez em e em um único candidato na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

3.6 Do Voto

3.6.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.6.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do

Município até três meses antes da eleição.

3.6.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.6.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do candidato escolhido.

3.7 Da Cédula Oficial

3.7.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.7.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.7.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.7.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

3.8 Das Mesas Receptoras

3.8.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.8.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.8.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.8.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.8.2.3 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.8.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.8.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:

I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.8.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.8.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

3.9 Da Apuração

3.9.1 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.9.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.9.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da

seção elaborarão a Ata da votação.

3.9.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.9.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.9.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação

3.9.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da Infância e da Juventude de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição.

3.9.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado no dia 04/10/2015, em edital afixado na Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 1.375/1992, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir

em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Timbó para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 30 de março de 2015.

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE TIMBÓ

Anexo I

Cronograma

Descrição	Data/Prazo
Inscrições	De 06/04/2015 à 03/06/2015
Análise das inscrições	De 05/06/2015 à 11/06/2015
Publicação da relação dos candidatos	12/06/2015
Impugnação de candidatura	Até 05 dias da data da publicação da relação dos candidatos
Notificação dos candidatos impugnados para defesa	De 22/06/2015 à 26/06/2015
Apresentação da defesa pelo candidato impugnado	De 29/06/2015 à 03/07/2015
Análise e decisão das impugnações	Até 10/07/2015
Interposição de recurso	De 13/07/2015 à 17/07/2015
Aplicação da prova	26/07/2015
Divulgação do gabarito da prova e classificação os candidatos	28/07/2015
Prazo para interposição de recurso referentes à prova aplicada	Até 31/07/2015
Publicação dos candidatos aprovados	14/08/2015
Divulgação dos locais de votação	18/09/2015
Eleição	04/10/2015
Divulgação do resultado	Após a apuração
Posse dos eleitos	10/01/2016

EXTRATO CONTRATO 2015.57 - COMUNICAÇÃO SOCIAL

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/57

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Secretaria Municipal de Articulação Política e Institucional. CONTRATADO: SOU DIGITAL SERVIÇOS PARA INTERNET LTDA. OBJETO: Execução de serviços de suporte, manutenção e atualização de conteúdo de Website - Portal da Prefeitura de Timbó. VALOR TOTAL: R\$ 7.965,00. PRAZO: 01/04/15 a 31/12/2015. Data da Assinatura: 23/03/15.

JAIME AVENDANO

Assessor Institucional de Comunicação Social

EXTRATO CONTRATO 2015.60 FME

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/60
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.
CONTRATADO: DATAMAISSISTEMAS LTDA.
OBJETO: serviços de manutenção e atualização de conteúdo de WebSite (Portal da Fundação Municipal de Esportes), totalizando 64 (sessenta e quatro) horas. VALOR TOTAL: R\$ 4.544,00 (quatro mil quinhentos e quarenta e quatro reais). PRAZO: 26/03/2015 e término em 31/12/2015. Data da Assinatura 26/03/15

MARTINHO DE SOUZA FILHO
Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes

EXTRATO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 2015_009 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/009
AUTORIZANTE: Município de Timbó.
AUTORIZADO: ENGECEL ELETRO COMERCIAL LTDA.
OBJETO: Prorrogação do prazo de execução até 24/04/2015.
DATA DA ASSINATURA: 20/03/2015

ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2014.137 - SAMAE

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/137
AUTORIZANTE: Município de Timbó pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.
AUTORIZADO: Terrabase Terraplanagem e Transportes Ltda..
OBJETO: Acréscimo ao objeto e ao preço no valor de R\$ 20.587,03 (vinte mil quinhentos e oitenta e sete reais e três centavos) e prorrogação do prazo de execução até 31/05/2015.
DATA DA ASSINATURA: 13/03/2015

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2013.14 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/14
CONTRATANTE: Município de Timbó.
CONTRATADO: Caixa Econômica Federal.
OBJETO: Serviços bancários para cobrança dos tributos municipais.
PRAZO: Prorrogado até 31/12/2015.
DATA DA ASSINATURA: 08/12/2014.

MARIA ANGELICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO - 39.2014 PMT DYSPEF

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA FAZENDA E DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO SEUNDO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 39/2014
CONTRATANTE: Município de Timbó.
CONTRATADO: Dyspef Comércio e Representações Ltda
OBJETO: Acréscimo proporcional ao aumento ocorrido no valor do tambor de graxa (item 001), que fica passando a ser de R\$ 1.869,62 (hum mil oitocentos e sessenta e nove reais e sessenta e dois centavos).
DATA DA ASSINATURA: 16/03/2015

MARIA ANGELICA FAGGIANI
Secretária Municipal de Fazenda e Administração

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2014.060 - FMS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/060
AUTORIZANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.
AUTORIZADO: Polaris Serviços e Construções Ltda..
OBJETO: Prorrogação do prazo de execução até 16/04/2015 e prazo de vigência até 31/12/2015.
DATA DA ASSINATURA: 09/03/2015

ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2015

Dispõe sobre a aprovação das Contas do exercício de 2013 da Prefeitura Municipal de Timbó.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ.

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Exercício de 2013, da Prefeitura Municipal de Timbó, Processo PCP -14/00089007, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O presente Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 01 de Abril de 2015.

MARCELO LUIZ FERRARI

Presidente

Treze Tílias**PREFEITURA****DECRETO 1995**

DECRETO Nº 1.995/2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 90.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

Suplementa:

06 - Secretaria de Educação

01 - Ensino Infantil

Projeto: 2200

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.019
..... R\$ 90.000,00

Anula:

06 - Secretaria de Educação

01 - Ensino Infantil

Projeto: 2200

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.018
..... R\$ 90.000,00

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 30/03/2015

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Fazenda

Tunápolis

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 51/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 51/2015

Edital de Pregão Presencial nº 41/2015

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da

Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação,

na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a contratação de empresas para a prestação de serviços de transporte escolar de alunos matriculados nas escolas Municipais e Estaduais, conforme previsão de matrículas e calendário escolar aprovado pela Secretaria Estadual e Municipal de Educação.

Entrega das propostas até às 16h do dia 16/04/2015.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 02 de abril de 2015.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 52/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 52/2015

Edital de Pregão Presencial nº 42/2015

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação,

na modalidade de Pregão Presencial, pelo seu julgamento por item, visando a "Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços com reforma Travesseiro de futsal e futebol sete do Ginásio Municipal, conformidade com as especificações dos Anexos

Entrega das propostas até às 14h30min do dia 17 de abril de 2015.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Urussanga

PREFEITURA

AVISO DE ANULAÇÃO PR 19/2015/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

Comissão Permanente de Licitação e Julgamento - CPLJ

AVISO DE ANULAÇÃO DE PR 19/2015/PMU

Objeto: aquisição de peças e serviços para manutenção elétrica de veículos da frota municipal.

rosane@urussanga.sc.gov.br

ROSANE ZATTA

Pregoeira

AVISO PR 20/2015/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 20/2015/PMU

Objeto: aquisição parcelada de material elétrico para iluminação pública. Recebimento dos envelopes: até as 14h30 do dia 16/04/2015, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 - Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: Às 14h30 do dia 16/04/2015, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br ou retirado no site oficial desta municipalidade, no Portal da Transparência.

Rosane Zatta-Pregoeira

CONTRATO N. 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Extrato do Contrato: 137/2015

Processo de Licitação: 16/2015

Data de Assinatura: 24/03/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: JULIO SILVESTRI ME

CNPJ/CPF: 05.085.447/0001-24

Objeto: fornecimento parcelada de peças novas e serviços de manutenção hidráulica em veículos rodoviários

Valor Global: R\$ 14.329,08

Extrato do Contrato: 138/2015

Processo de Licitação: 16/2015

Data de Assinatura: 24/03/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: HIDRAMIX COMÉRCIO E RECUPERAÇÃO DE BOMBAS E COMANDOS LTDA - ME

CNPJ/CPF: 09.594.382/0001-01

Objeto: fornecimento parcelada de peças novas e serviços de manutenção hidráulica em veículos rodoviários

Valor Global: R\$ 39.272,15

Extrato do Contrato: 139/2015

Processo de Licitação: 16/2015
Data de Assinatura: 24/03/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: VOLCAP COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 17.333.628/0001-01
Objeto: fornecimento parcelada de peças novas e serviços de manutenção hidráulica em veículos rodoviários
Valor Global: R\$ 6.430,15

Extrato do Contrato: 140/2015
Processo de Licitação: 16/2015
Data de Assinatura: 24/03/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: PAZETTO COMÉRCIO DE VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA ME
CNPJ/CPF: 04.963.556/0001-34
Objeto: fornecimento parcelada de peças novas e serviços de manutenção hidráulica em veículos rodoviários
Valor Global: R\$ 7.489,95

Extrato do Contrato: 141/2015
Processo de Licitação: 17/2015
Data de Assinatura: 24/03/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: BENEDETA AUTO CAT LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.486.456/0001-88
Objeto: fornecimento parcelada de peças novas e serviços de chapeação e pintura em veículos da frota municipal
Valor Global: R\$ 76.230,00

Extrato do Contrato: 142/2015
Processo de Licitação: 18/2015
Data de Assinatura: 26/03/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: REFORMADORA DE PNEUS NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA
CNPJ/CPF: 07.223.401/0001-50
Objeto: fornecimento parcelada de serviços de recuperação de pneus
Valor Global: R\$ 162.041,00

Extrato do Contrato: 143/2015/FMS
Processo de Licitação: 43/2014/FMS
Data de Assinatura: 27/03/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS
Contratado: CERTA SISTEMAS INFORMATIZADOS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 02.792.912/0001-79
Objeto: Gestão Pública objetivando implantação, conversão, customização, manutenção/locação/suporte de software de gestão para a Secretaria de Saúde.
Valor Global: R\$ 20.000,05

RESULTADO HABILITAÇÃO TP 02/2015/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

Comissão Permanente de Licitação e Julgamento - CPLJ

RESULTADO HABILITAÇÃO TP 02/2015/PMU

Objeto: material e serviços para pavimentação urbana, com lajotas, da Rua Domingos Bez Batti, Loteamento Carol, contrato de repasse nº 806309/2014/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CEF.Processo nº 2624.1018668-42/2014.

Empresas participantes e habilitadas:

.BELA VISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP

CNPJ 05.783.700/0001-13

.BRANCO PEDRAS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP

CNPJ 04.834.318/0001-29

.CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA

CNPJ 02.463.994/0001-08

.LATINA CONSTRUÇÕES LTDA - EPP

CNPJ 13.545.803/0001-73

.JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA - EPP

CNPJ 05.895.635/0001-18

. TERRA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - ME

CNPJ 15.129.617/0001-89

Data de abertura dos envelopes contendo a proposta comercial: 06/04/2015, às 14h.

Local: Prefeitura Municipal

Urussanga, 01 de abril de 2015.

josé vicente canonica

Presidente da CPLJ

Vargeão

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

O Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei Federal n.º 8.666/93 e o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, realizará no dia 15 de abril de 2015 às 9 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item e tem por objeto a aquisição parcelada de materiais elétricos para serem utilizados na manutenção da iluminação pública no município de Vargeão, SC; através de fornecedor selecionado em certame licitatório de Edital de Pregão Presencial nº 23/2015.

Outras informações sobre a presente citação serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax(49) 3434-0148.

Vargeão, SC, 01 de abril de 2015.

AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 110/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO ao Contrato nº 110/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

TERCEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 110/2014 por mais um período de 60 (sessenta) dias.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 110/2014.

Vargeão, SC, 21 de março de 2015.

Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO Nº 168/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO ao nº 168/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: AGROTER CONSTRUTORA LTDA

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 168/2014 por mais um período de 60 (sessenta) dias.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 168/2014.

Vargeão, SC, 10 de março de 2015.

Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

CONTRATO N.078/2015

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

CONTRATO EMERGENCIAL DE LOCAÇÃO Nº 078/2015

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM COMO OBJETO A LOCAÇÃO DO PRÉDIO DA SOCIEDADE DENOMINADA VARGENSE ESPORTE CLUBE, SITUADO NA AVENIDA XV DE NOVEMBRO, Nº 1687, CENTRO, VARGEM BONITA/SC, CEP: 89.675-000, QUE SERÁ DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) E OUTRAS ATIVIDADES RELACIONADAS

CONTRATADO: VARGENSE ESPORTE CLUBE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

VALOR: R\$ 850,00 (OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS) MENSAIS.

DATA DO CONTRATO: 25/03/2015

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/01/2015 A 30/04/2015

CONTRATO N.079/2015

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 079/2015

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ANIMAÇÃO DE ENCONTRO GRUPO DA 3ª IDADE DE VARGEM BONITA

CONTRATADO: VALDIR DEMETRIO DA SILVA 78938562972

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

VALOR: R\$ 850,00 (OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS) MENSAIS

DATA DO CONTRATO: 25/03/2015

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/04/2015 A 31/12/2015

CONTRATO N.080/2015

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

CONTRATO Nº 080/2015

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM COMO OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTORA DE TRABALHOS DE ARTESANATO, DESTINADO A INTERESSADOS DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA/SC

CONTRATADO: MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL: MAIARA CRISTINA FILIPINI 07595636914

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

VALOR: R\$ 850,00 (OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS) MENSAIS.

DATA DO CONTRATO: 26/03/2015

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/04/2015 A 31/12/2015

CONTRATO N.081/2015

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

CONTRATO Nº 081/2015

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM COMO OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANIMAÇÃO E REGÊNCIA DO CORAL ADULTO DE VARGEM BONITA, SOB A FORMA DE PRESTAÇÃO MENSAL. CONTRATADO: MICRO EMPREENDEDORA NELI ROSSI DA SILVA 038070995

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

VALOR: R\$ 850,00 (OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS) MENSAIS.

DATA DO CONTRATO: 26/03/2015

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/04/2015 A 31/12/2015

Videira

PREFEITURA

ENCERRAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015 - FMAS

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015-FMAS, a qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E FORNECIMENTO DE SISTEMA CFTV (EQUIPAMENTO DE IMAGEM) PARA MONITORAMENTO DA CASA LAR MENINO JESUS, SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA DO BAIRRO VILA VERDE, NOVA CASA LAR NO BAIRRO VINHEDO, DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL foi encerrada sem vencedores, ante a falta de interessados em participar do certame. Informações na Av. Manoel Roque, nº 188, fone (49) 3566-9026 ou 3566-9034.

Videira, 31 de Março de 2015.

VILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015-FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 11/2015-FMS. 1. OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO VEÍCULO FIAT/DUCATO ADAPTA AMBULÂNCIA- ANO/MOD: 2010/2011, PLACA MHG 6256, FROTA 190, DA SECRETARIA DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 17/04/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 01 de Abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015-FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 12/2015-FMS. 1. OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO VEÍCULO ONIBUS- MARCOPOLLO/VOLARE W9 ON-COR BRANCA - ANO 2010/2011, PLACA MHE 1017, FROTA 197, DA SECRETARIA DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 15:00 horas do dia 17/04/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 15:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 01 de Abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01/2015 - CMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA

Extrato de Termo Aditivo nº 01/2015 ao contrato nº 01/2015.

A Câmara Municipal de Vereadores de Videira publica o que segue:

CONTRATADO: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

OBJETO: Correção da cláusula sétima do contrato referente ao crédito orçamentário, alterando o elemento despesa para o nº 3.3.93.00.00.

VIGÊNCIA: 01 de abril de 2015 até 31/12/2015.

ASSINATURA: 01/04/2015.

Videira, 01 de abril de 2015.

CHRISTIANE ZIMMER

Presidente

PORTARIA Nº 008/2015

PORTARIA Nº 008/2015

NOMEIA OS INTEGRANTES DA COMISSÃO PARLAMENTAR ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS VISANDO MANTER AS EMPRESAS NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira-SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno nomeia a Comissão Especial para a realização de estudos visando manter as empresas no município, por esta resolve:

Art. 1º Nomear os cinco (05) Vereadores indicados pelos respectivos partidos com representatividade na Câmara de Vereadores para integrarem a Comissão Especial de Estudos visando manter as empresas no município, conforme abaixo discriminados:

I - Vereadora Claudete Nardi Vavassori, representante do Partido Progressista - PP;

II - Vereadora Lourdes Barnedete Nunes da Silva, representante do Partido da Social da Democracia Brasileira - PSDB;

III - Vereador Marcelo Kumm, representante do Partido Democrático Trabalhista - PDT;

IV - Vereador Sandro Antonio Caregnato, representante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB;

V - Vereador Wilson Antonio Paeze Segundo, representante do Partido Social Democrático - PSD.

Art. 2º O prazo para a conclusão dos estudos é de noventa (90) dias, a contar da publicação desta Portaria.

Art. 3º Os membros da comissão, desde que justificadamente, poderão pedir substituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei nº 2.070/08.

Videira, 01 de abril de 2015.

CHRISTIANE ZIMMER

Presidente

CLARIMAR RAIMUNDO BETTONI

1º Secretário

Vitor Meireles

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 008/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2015 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

Aos 31 de Março de 2015, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 8/2015, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 31/03/2015, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para aquisição de MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA USO DO CORPO DE BOMBEIRO MILITAR E MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES, para uso na Secretaria de Obras, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

2536.4 - ESPOMAK COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA EPP						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001	UN	ARQUIVO DE ACO		4,00	297,10	1.188,40
Total do Fornecedor: 1.188,40 (HUM MIL E CENTO E OITENTA E OITO REAIS E QUARENTA CENTAVOS)						

3744.3 - MARCIO MORGUENROTH - EPP						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00004	UN	NOTEBOOK	ASUS	4,00	1.479,00	5.916,00
00005	UN	TELEFONE DE MESA	INTELBRAS	4,00	36,40	145,60
Total do Fornecedor: 6.061,60 (SEIS MIL E SESENTA E HUM REAIS E SESENTA CENTAVOS)						

10207.5 - BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00002	UN	MESA PARA ESCRITORIO	Lunasa	6,00	792,00	4.752,00
00006	UN	TELEFONE DE MESA SEM FIO DIGITAL	Intelbras	4,00	124,30	497,20
00007	UN	BEBEDOURO	Ventisol	3,00	287,50	862,50
Total do Fornecedor: 6.111,70 (SEIS MIL E CENTO E ONZE REAIS E SETENTA CENTAVOS)						

10958.4 - MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00008	UN	AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 9.000 BTU		3,00	1.618,00	4.854,00
00009	UN	AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12.000 BTU		4,00	1.990,00	7.960,00
00010	UN	AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18.000 BTU		4,00	2.475,00	9.900,00
00011	UN	AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 22.000 BTU		4,00	2.598,00	10.392,00
Total do Fornecedor: 33.106,00 (TRINTA E TRES MIL E CENTO E SEIS REAIS)						

11748.0 - ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA EPP						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00003	UN	COMPUTADOR	pauta/aoc	4,00	2.279,00	9.116,00
Total do Fornecedor: 9.116,00 (NOVE MIL E CENTO E DEZESSEIS REAIS)						

11748.0 - ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA EPP

Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00012	UN	TABLET	samsung	2,00	515,00	1.030,00
00013	UN	MICROONDAS	lg	1,00	420,00	420,00
00014	UN	CADEIRA GIRATORIA	alf	3,00	99,00	297,00
Total do Fornecedor: 1.747,00 (HUM MIL E SETECENTOS E QUARENTA E SETE REAIS)						
Total da Licitação: 57.330,70 (CINQUENTA E SETE MIL E TREZENTOS E TRINTA REAIS E SETENTA CENTAVOS)						

1.3 Este instrumento não obriga a PMVM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea „d” da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o PMVM solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº. 8/2015 e seus anexos;
- Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º, Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 A entrega dos produtos será na Secretaria Municipal de obras e será parcelada sendo que o prazo de entrega será de 24 horas após o recebimento da Ordem de Compra.

5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos produtos entregues e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

5.2 Os preços serão reajustados, com base no índice de variação de preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e Nota de Compras com valores reajustados.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 A PMVM poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a PMVM não aceitar a sua justificativa;
- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas pela PMVM.

7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa:

1- De 1,0% (um) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a consequente rescisão contratual;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a consequente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em aprego.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da PMVM.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 31 de Março de 2015.

COMISSÃO:

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO - Pregoeiro

JAIR WIPPEL - Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING - Equipe de Apoio

ESPOMAK COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA EPP
FABIANO GRAHL
Contratada

BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME
SERGIO BAGATOLI
Contratada

ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA EPP
ALAN SALTON DOS SANTOS
Contratada

MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME
LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI
Contratada

SANDRO VILMAR PIRES - ME

SANDRO VILMAR PIRES
Contratada

MARCIO MORGUENROTH - EPP
MARCIO MORGHENROTH
Contratada

EDITAL Nº 005/2015

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Vitor Meireles - SC
--	---------------------

EDITAL Nº 005/2015 DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DOS CONSELHEIROS TUTELARES NO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, na Assembleia 017/2015 realizada no dia 23 de março de 2015, em sua sede localizada na Casa da Cidadania, e considerando o disposto nos artigos 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e a Lei Municipal 0880 de 05 de maio de 2014, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Vitor Meireles, e dá outras providências.

1 Do Cargo e das Vagas

1 A função, é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

2.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2 Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 0880/2014, é assegurado o direito a:

I - vencimento de R\$ 829,87 (oitocentos e vinte e nove reais e oitenta e sete centavos), para uma jornada de 40 (quarenta) horas semanais, com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - cobertura previdenciária;

III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - licença-maternidade;

V - licença-paternidade;

VI - gratificação natalina.

2.2. Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, passarão a receber a remuneração estabelecida para o conselheiro tutelar, conforme legislação vigente à época da posse.

2.3 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.5 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

2.5.1 Plantão noturno será das 17h30 às 8h00 do dia seguinte.

2.5.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Vitor Meireles - SC
--	------------------------

2.5.3 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

3. Do Processo de Escolha

3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período de 06/04/2015 a 03/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h00 na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, junto a Casa Da Cidadania, localizada na Rua Santa Catarina, Nº 2800.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição: I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II - idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;

III - residir no município há pelo menos dois anos, demonstrada por comprovante de residência, à publicação deste Edital;

IV - conclusão de ensino médio, comprovada através de Diploma de Conclusão do Ensino Médio.

Parágrafo Único: Exclusivamente para compor o critério de desempate na votação, os candidatos que possuírem experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, protocolarão no ato da inscrição documentação que comprove a atividade mediante apresentação de:

a) declaração timbrada e assinada fornecida por entidade cadastrada no CMDCA;

b) declaração timbrada e assinada emitida por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente;

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Vitor Meireles - SC
--	------------------------

c) registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente.

3.1.2.1 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.1.2 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.3 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.4 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 12/06/2015, no Mural do Átrio e no site da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período de 15/06/2015 a 20/06/2015, no horário de atendimento ao público, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h00, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, junto a Casa Da Cidadania, localizada na Rua Santa Catarina, Nº 2800.

3.2.2.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 25/06/2015 a 01/07/2015, no horário de atendimento das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h00, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, junto a Casa Da Cidadania, localizada na Rua Santa Catarina, Nº 2800.

3.2.2.2 A comissão eleitoral apresentará resposta quanto às impugnações até o dia 09/07/2015.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Vitor Meireles - SC
--	------------------------

3.2.3 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 20/07/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

3.2.4 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

3.3 Da Propaganda Eleitoral

3.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.3.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.3.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.3.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

3.3.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Vitor Meireles - SC
--	------------------------

3.3.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.3.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do

Adolescente, no prazo de três dias.

3.3.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

3.4 Da Eleição

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015 no horário de 8:h às 17:hs, nos seguintes locais:

- Escola de Educação Básica Victor Meireles - Rua Leopoldo Krambeck, 003

- Escola de Educação Básica Dom Pedro I - Estrada Geral Barra da Prata

- Escola Municipal Salto Dollmann - Estrada Geral Salto Dollmann

- Escola Municipal Serra da Abelha - Estrada Geral Serra da Abelha I

- Escola Municipal Denecke I - Estrada Geral Denecke II

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Vitor Meireles - SC
--	------------------------

3.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.4.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.4.6 O eleitor votará uma única vez em até cinco candidatos na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

3.5 Do Voto

3.5.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.5.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.5.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Vitor Meireles - SC
--	------------------------

3.6 Da Cédula Oficial

3.6.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.6.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.6.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

3.7 Das Mesas Receptoras

3.7.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.7.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.2.1 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.7.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos: I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Vitor Meireles - SC
--	------------------------

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.7.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

3.8 Da Apuração

3.8.1 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.8.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.8.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.8.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação

3.8.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato mais idoso de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Vitor Meireles - SC
--	------------------------

3.8.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato que comprovar experiência de atuação na área da infância e juventude, comprovados no ato da inscrição.

4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado no dia 05/10/2015, em edital afixado no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 0880/2014, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital,

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Vitor Meireles - SC
--	------------------------

inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante do Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Presidente Getúlio para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Vitor Meireles, 30 de março de 2015.

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE VITOR MEIRELES

ERRATA Nº 01 DO EDITAL DE PREGÃO 001/2015 FAS

TERMO DE ERRATA PR 001/2015 - FAS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

TERMO DE ERRATA

PREGÃO PRESENCIAL 001/2015-FAS

O Município de Vitor Meireles, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 001/2015 - FAS, tendo como objeto a "AQUISICAO DE CESTAS BASICA KIT HIGIENE E FRALDAS PARA A SECRETARIA DA ASSISTENCIA SOCIAL", sofreu as seguintes alterações:

Foi alterado o valor do item 03 do Anexo I do edital:

- onde lê-se:

ITEM 03: PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO R\$ 25,74

-leia-se:

ITEM 03: PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO R\$ 29,50

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Vitor Meireles (SC), em 01 de abril de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 070/2015

PORTARIANº 070/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 048/2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ROSILENA MEDEIROS DA SILVA FAUSTO

Cargo: PROFESSOR NIVEL III - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário - ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na E.M. Vitor Meireles, como 2º Professor, no 3º ano, no período matutino, a partir do dia 01 de abril de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 01 DE ABRIL DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

PORTARIA Nº 071/2015

PORTARIANº 071/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: NOELI SEPKA

Cargo: PROFESSOR NÍVEL III ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, a requerimento, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 028/2015, de 09 de fevereiro de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exonerada a partir de 01 de abril de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC),
01 DE ABRIL DE 2015.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xavantina**PREFEITURA****DECRETO 038/2015**

DECRETO Nº 038/2015

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 101 VIII da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Sra. ANDRESA TALASKA HOLZ, ocupante do cargo comissionado de Coordenadora do Controle Interno, com efeitos a contar da data de 01 de Abril de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 01 de Abril de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 039/2015

DECRETO Nº 039/2015

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SR. EDEMAR CARON OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR DE DIREÇÃO E RETORNO AO CARGO EFETIVO DE MOTORISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Sr. EDEMAR CARON, ocupante de cargo comissionado de Assessor de Direção, retornando neste ato ao cargo efetivo de Motorista, com efeitos a contar de 01 de abril de 2015.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 01 de Abril de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 040/2015

DECRETO Nº 040/2015

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SR. FLADEMIR ADAUTO DA SILVA OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR DE DIREÇÃO E RETORNO AO CARGO EFETIVO DE FISCAL SANITÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Sr. FLADEMIR ADAUTO DA SILVA, ocupante de cargo comissionado de Assessor de Direção, retornando neste ato ao cargo efetivo de Fiscal Sanitário, com efeitos a contar de 01 de abril de 2015.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 01 de Abril de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 041/2015

DECRETO Nº 041/2015

ESTABELECE NOVO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE XAVANTINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, incisos VIII e XI da Lei Orgânica Municipal:

Considerando, a necessidade de se estabelecer novo horário de funcionamento do Centro Administrativo Municipal - (Secretaria Municipal de Administração e Finanças - Prédio da Prefeitura, sito a Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, Xavantina - SC);

Considerando, que o Chefe do Poder Executivo Municipal dispõe sobre a organização e o funcionamento das repartições da administração municipal;

Considerando, o interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido a partir de 01 de Abril de 2015, novo horário de expediente na repartição pública do Centro Administrativo Municipal de Xavantina, conforme abaixo:

I - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - Prédio da Prefeitura, (sito a Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, Xavantina - SC).

Das 07:45 às 11:30 horas e das 13:15 às 17:00 horas, de segunda à sexta- feira.

Art. 2º As demais secretarias permanecem em horários normais de atendimento já estabelecidos.

Art. 3º Todo servidor municipal, pode ser convocado pelo seu chefe imediato e pela Administração Municipal, para exercer atividades fora dos horários estabelecidos por este Decreto, de acordo com as necessidades de cada Departamento, para atendimento de serviço extraordinário, de situações emergenciais e urgentes que justifiquem este procedimento.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xavantina, SC, 01 de Abril de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

EDITAL CMDCA Nº 001/2015 - DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DOS CONSELHEIROS TUTELARES NO MUNICÍPIO DE XAVANTINA SC.

Edital CMDCA nº 001/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de XAVANTINA SC.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada no dia 26 março 2015 e considerando o disposto nos art. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução do Conanda nº 170/2014 e no art. 4º, da Lei Municipal 1282/13, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Xavantina, estado de Santa Catarina e dá outras providências.

O Conselho Tutelar é o órgão municipal de defesa dos direitos da criança e do adolescente, conforme previsto na Lei nº 8.069/1990.

1. Do Cargo e das Vagas:

1.1. A função é de Conselheiro Tutelar (atribuições contidas neste edital como anexo IV), estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para os demais, vaga de suplente.

1.2. Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

1.3. Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

1.4. O conselheiro tutelar que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2. Da Remuneração, da Carga Horária e do Mandato:

2.1. O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 1282/13 é assegurado o direito a:

I - vencimento de um salário mínimo nacional;

II - cobertura previdenciária;

III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - licença-maternidade;

V - licença-paternidade;

VI - gratificação natalina;

VI - Vale alimentação.

2.2. O servidor público que vier a exercer o mandato de conselheiro tutelar se licenciará do cargo efetivo, sem remuneração deste, recebendo portanto, remuneração igual aos demais conselheiros.

2.2.1. Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3. A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.4. A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.5. O Conselho Tutelar estará aberto ao público, de segunda a sexta-feira, das 07 h 45 às 11 h e 45 e das 13 h às 17 h em horário comercial, e nos outros dias e horários em forma de sobreaviso.

2.5.1. Sobreaviso noturno das 17 h às 7 h e 45 do dia seguinte.

2.5.2. Sobreaviso de finais de semana (sábado e domingo) e feriados 24 horas;

2.5.3. Para os sobreavisos noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala interna, também nos termos do respectivo regimento interno.

3. Do Processo de Escolha**3.1. Das Inscrições**

3.1.1. O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 06.04.2015 a 03.06.2015, em dias úteis, no horário das 8 h às 11 h e 30 e das 13 h e 30 às 16 h e 30 na Prefeitura Municipal de Xavantina, Rua Octavio Urbano Simon nº 163 Centro, com a funcionária pública Izilde Fazolo.

3.1.2. Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos:

I - ter reconhecida idoneidade moral;

II - ter idade superior a vinte e um anos;

III - ser residente e domiciliado no Município

IV - ter curso de formação específica sobre o ECA, sob a responsabilidade do CMDCA local;

V - ter conhecimento em informática;

VI - comprovar conclusão de ensino médio até a data da posse e;

VII - ser aprovado em prova de conhecimento sobre os direitos da criança e adolescente.

VIII- certidão de quitação eleitoral, que poderá ser impresso através do site www.tse.jus.br.

Parágrafo Único. O curso de que trata o inciso IV será propiciado pelo Município aos candidatos, antes da eleição e o que não frequentar o mesmo ou não for aprovado terá seu pedido de registro de candidatura indeferido.

3.1.4. No ato da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

I - Certidão de nascimento ou casamento (original e cópia);

II - Certidões negativas de antecedentes criminais para fins de concurso público, expedidas pela vara criminal da Comarca de Seara SC (original e cópia);

III - Comprovante de residência em nome próprio (conta de luz, água ou telefone fixo), ou em caso de não possuir, declaração de moradia no município de Xavantina, assinada pelo candidato e reconhecida em cartório.

IV - Diploma ou comprovante oficial de frequência ao terceiro ano do ensino médio (original e cópia);

V - Para comprovar conhecimento em informática, será aplicada aos candidatos prova prática de conhecimento, com 10 questões, valendo 1,0 ponto cada questão.

VI - Se servidor público municipal, deverá apresentar comprovante, através de documento expedido pela pasta onde está lotado, da possibilidade de permanecer à disposição do conselho tutelar.

VII - Requerimento solicitando a inscrição no processo de escolha, assinado pelo candidato, acompanhado da documentação acima

requerida. (Modelo disponível no local da inscrição).

3.1.5. Na hipótese de inscrição por procuração, deverá ser apresentado, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.6. O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

4. Dos Impedimentos:

4.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

4.2. A união estável está equiparada ao casamento para fins de impedimento de que trata o caput.

4.3. Também está impedida a autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca estadual ou do Distrito Federal.

4.4. No caso de dois candidatos com vínculos de parentesco nas condições especificadas no item deste edital eleger-se, será empossado o que tiver o maior número de votos, sendo o outro automaticamente eliminado, mesmo que fiquem entre os 5 primeiros colocados.

4.5. Os atuais membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a partir da sua inscrição nos termos deste Edital, devem afastar-se das funções inerentes a atual representação até o resultado final do processo de escolha.

5. DO PROCESSO DE ESCOLHA:**5.1. Da Formação Prévia:**

5.1.1. Os candidatos inscritos deverão participar de curso de formação específica sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, sob a responsabilidade do CMDCA local, o qual será realizado no dia 09.07.2015, das 13 h e 30 m às 16 h e 30 m, tendo como local a Casa da Cultura, Rua Praça Rio Branco, esquina com a Rua Prefeito Octávio Urbano Simon nº 410.

5.1.2. A formação de que trata o item 5.1 será propiciado pelo Município aos candidatos, antes da eleição e o que não frequentar o mesmo não terá seu pedido de registro de candidatura homologado.

5.2. Das provas:

5.2.1. O candidato deverá prestar prova preliminar de conhecimentos mínimos relativos ao cargo e atribuições, não eliminatória, com 20 questões objetivas, valendo 0,5 pontos cada questão, aplicada pela empresa VIVER Desenvolvimento Profissional Ltda., contratada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Xavantina SC, a realizar-se no dia 17.07.2015, das 8 h e 30 às 10 h, na Casa da Cultura, Rua Praça Rio Branco, esquina com a Rua Prefeito Octavio Urbano Simon nº 410.

5.2.2. O candidato também prestará prova prática de conhecimento em informática, como requisito obrigatório, com 10 questões, valendo 1,0 ponto cada, aplicada pela empresa VIVER Desenvolvimento Profissional Ltda, contratada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Xavantina SC, a realizar-se no dia 17.07.2015, das 10 h e 15 às 12 h, na Casa da Cultura, Rua Praça Rio Branco, esquina com a Rua Prefeito Octavio Urbano Simon nº 410.

5.2.3. O candidato deverá estar no local das provas com 20 minutos de antecedência, portando carteira de identidade, comprovante de inscrição e caneta esferográfica preta ou azul.

5.2.4. Os candidatos terão 05 (cinco) dias úteis para apresentar recursos para a revisão das questões das provas, depois de divulgado o resultado final.

5.3. Da Publicação das Candidaturas:

5.3.1. A relação de candidatos com as inscrições deferidas, será publicada no dia 08.06.2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal e site oficial www.xavantina.sc.gov.br.

5.3.2. Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 15 a 19.06.2015, no horário de 8 h às 11 h e 30 e das 13 h e 30 às 16 h e 30 na Prefeitura Municipal de Xavantina, Rua Octavio Urbano Simon nº 163 Centro, com a funcionária pública Izilde Fazolo.

5.3.3. O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 29.06.2015 a 03.07.2015, no horário de atendimento ao público, das 8 às 11 e 30 e das 13 e 30 às 16 e 30 na Prefeitura Municipal de Xavantina, Rua Octavio Urbano Simon nº 163 Centro, com a funcionária pública Izilde Fazolo.

5.3.4. A comissão especial terá o período de um dia para apresentar resposta quanto às impugnações, sendo até o dia 06.07.2015 às 16 horas.

5.3.5. O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 06.07.2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal e site oficial www.xavantina.sc.gov.br

5.3.6. Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitado a data do pleito unificado (04/10/2015).

5.4. Da Propaganda Eleitoral

5.4.1. Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

5.4.2. No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

5.4.3. A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

5.4.4. Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

5.4.5. Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

5.4.6. Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

5.4.7. Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

5.4.8. Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

5.4.9. É vedada aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Será permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

5.4.10. É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

5.4.11. Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

5.4.12. Os recursos impetrados contra decisões da Comissão

Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

5.4.13. O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Especial e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.4.14. É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

5.4.15. É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

5.5. Da Eleição:

5.5.1. A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015 no horário de 8 h às 17 h, sem intervalo para o almoço, na Casa da Cultura; Rua Praça Rio Branco, esquina com a Rua Prefeito Octávio Urbano Simon nº 410.

5.5.2. A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

5.5.3. No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

5.5.4. O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade ou outro documento equivalente a esta, com foto.

5.5.5. Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira de identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença e mencionando na ata a dúvida suscitada.

5.5.6. A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

5.5.7. A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e/ou por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

5.5.8. O eleitor votará uma única vez em uma única candidatura na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

5.5.9. Do Voto

5.5.9.1. Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

5.5.9.2. Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

5.5.9.3. O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indepassável.

5.5.9.4. O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

5.5.10. Da Cédula Oficial

5.5.10.1. A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

5.5.10.2. Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

5.5.10.3. O número do candidato será por sorteio em reunião própria entre a comissão especial e os candidatos.

5.5.10.4. Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

5.5.11. Das Mesas Receptoras

5.5.11.1. Atuarão como mesários os membros do Conselho

Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

5.5.11.2. Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

5.5.11.3. O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

5.5.11.4. O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

5.5.11.5. Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

5.5.11.6. A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, será entregue à Comissão Eleitoral.

5.5.12. Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:

I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

5.5.13. Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

5.5.14. Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

5.6. Da Apuração

5.6.1. A apuração dar-se-á na Casa da Cultura, Rua Praça Rio Branco, esquina com a Rua Prefeito Octávio Urbano Simon nº 410, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Especial.

5.6.2. Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

5.6.3. Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

5.6.4. Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

5.6.5. Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares e os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

5.6.6. No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato mais idoso.

6. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

6.1. O resultado da eleição será publicado no dia 05.10.2015, em edital afixado no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal e site oficial www.xavantina.sc.gov.br contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

6.2. Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

6.3. A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

6.3.1. Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

6.3.2. Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

7. Da Capacitação:

7.1. Os candidatos eleitos, titulares ou suplentes, serão convocados para a formação em data a ser definida posteriormente, no período que antecede a posse.

7.2. Os conselheiros de direitos da criança e do adolescente e outros profissionais das políticas públicas interessados em participar, serão convidados.

8. Disposições Finais

8.1. As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 1282/13, sem prejuízo das demais leis afetas, especialmente a lei 8069/90 (anexo V deste edital).

8.2. O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

8.3. A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

8.4. As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

8.5. Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante do Ministério Público.

8.6. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

8.7. É de responsabilidade do candidato, acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

8.8. O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

8.9. O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

8.10. Fica eleito o Foro da Comarca de SEARA SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, 30 de Março de 2015.

Meryen Andrine Renostro Martins de Quadros

Presidente CMDCA

ANEXO I

Do calendário:

Fica estabelecido o calendário oficial com os prazos para realização do processo de escolha, sendo:

DATA	ATIVIDADE	LOCAL	HORÁRIO
03.04.2015	Publicação do edital 001/2015	Mural público da Prefeitura Municipal, Diário Oficial Municipal e o site oficial www.xavantina.sc.gov.br .	08 h
06.04.2015 a 03.06.2015	Inscrições e entrega de documentos dos candidatos e candidatas	Prefeitura Municipal de Xavantina, Rua Octávio Urbano Simon nº 163 Centro, com a funcionária pública Izilde Fazolo.	Das 8 h às 11 h e 30 e das 13 h e 30 às 16 h e 30
08.06.2015	Análise das inscrições pela Comissão Especial	Prefeitura Municipal de Xavantina, Rua Octávio Urbano Simon nº 163 Centro.	9 h
08.06.2015	Divulgação das inscrições pré-deferidas	Mural público da Prefeitura Municipal, site oficial www.xavantina.sc.gov.br .	16 h
15 a 19.06.2015	Prazo para impugnação de candidaturas	Prefeitura Municipal de Xavantina, Rua Octávio Urbano Simon nº 163 Centro, com a funcionária pública Izilde Fazolo.	8 h às 11 h e 30 e 13 h e 30 às 16 h e 30
22 a 26.06.2015	Notificação dos candidatos impugnados para defesa	Endereços ou telefones fornecidos pelos candidatos.	8 h às 11 h e 30 e 13 h e 30 às 16 h e 30
29 e 30.06.2015 a 03.07.2015	Apresentação da defesa pelo candidato impugnado	Prefeitura Municipal de Xavantina, Rua Octávio Urbano Simon nº 163 Centro, com a funcionária pública Izilde Fazolo	8 h às 11 h e 30 e 13 h e 30 às 16 h e 30
06.07.2015	Análise dos pedidos de impugnação e defesas pela comissão especial	Prefeitura Municipal de Xavantina, Rua Octávio Urbano Simon nº 163 Centro.	9 h
06.07.2015	Divulgação das inscrições deferidas, aptas a participar da capacitação prévia e das provas de conhecimento e de informática.	Mural público da Prefeitura Municipal, Diário Oficial Municipal e o site oficial www.xavantina.sc.gov.br .	14 h
09.07.2015	Capacitação prévia de 4 horas.	Casa da Cultura, Rua Praça Rio Branco, esquina com a Rua Prefeito Octávio Urbano Simon nº 410.	13 h e 30 às 16 h e 30
17.07.2015	Prova escrita de conhecimentos específicos. Obrigatória para todos os candidatos inscritos.	Casa da Cultura, Rua Praça Rio Branco, esquina com a Rua Prefeito Octávio Urbano Simon nº 410.	8 h
17.07.2015	Prova de conhecimento de informática, como requisito de homologação de candidatura	Casa da Cultura, Rua Praça Rio Branco, esquina com a Rua Prefeito Octávio Urbano Simon nº 410	10 h
17.07.2015	Reunião da comissão especial, com candidatos e representante da VIVER Desenvolvimento Profissional Ltda., para repasse de orientações a fim de dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos e sorteio dos nomes para a cédula de votação.	Casa da Cultura, Rua Praça Rio Branco, esquina com a Rua Prefeito Octávio Urbano Simon nº 410.	13 h e 30
17.07.2015	Divulgação do gabarito da prova de conhecimento	Mural público da Prefeitura Municipal e site oficial www.xavantina.sc.gov.br	16 h
24.07.2015	Divulgação da relação dos aprovados na prova de conhecimentos e de informática	Mural público da Prefeitura Municipal e site oficial www.xavantina.sc.gov.br	9 h
27 a 31.07.2015	Prazo para apresentação de recurso solicitando revisão das provas.	Prefeitura Municipal de Xavantina, Rua Octávio Urbano Simon nº 163 Centro, com a funcionária pública Izilde Fazolo.	8 h às 11 h e 30 e 13 h e 30 às 16 h e 30
03.08.2015	Análise pela Comissão Especial, dos recursos apresentados	Prefeitura Municipal de Xavantina, Rua Octávio Urbano Simon nº 163 Centro.	9 h
03.08.2015	Divulgação das inscrições homologadas, aptas ao processo de escolha	Mural público da Prefeitura Municipal, Diário Oficial Municipal e site oficial www.xavantina.sc.gov.br	14 h
04.10.2015	Processo de escolha (votação)	Casa da Cultura, Rua Praça Rio Branco, esquina com a Rua Prefeito Octávio Urbano Simon nº 410.	8 h às 11 h e 30 e 13 h e 30 às 16 h e 30
05.10.2015	Divulgação dos resultados	Mural público da Prefeitura Municipal, Diário Oficial Municipal e site oficial www.xavantina.sc.gov.br	9 h
De 06 a 08.10.2015	Denúncias de irregularidades durante o processo de escolha	Prefeitura Municipal de Xavantina, Rua Octávio Urbano Simon nº 163 Centro, com a funcionária pública Izilde Fazolo	8 h às 11 h e 30 e 13 h e 30 às 16 h e 30

09.10.2015	Análise das denúncias pela Comissão Especial	Prefeitura Municipal de Xavantina, Rua Octávio Urbano Simon nº 163 Centro.	9 h
09.10.2015	Divulgação definitiva dos resultados	Mural público da Prefeitura Municipal, Diário Oficial Municipal e site oficial www.xavantina.sc.gov.br	14 h
De Outubro a dezembro de 2015	Capacitação obrigatória para os titulares e suplentes eleitos, facultativa para os conselheiros de direitos e outros profissionais interessados.	A definir	A definir
10.01.2016	Posse dos conselheiros tutelares	Prefeitura Municipal de Xavantina	8 h

ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO E DE INFORMÁTICA

Conhecimentos Específicos:

Lei 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Título I, IV, V

Livro II, título I e II, IV, V

Prova de Informática - Noções básicas de Word e internet

ANEXO III (FICHA/REQUERIMENTO)

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Eu _____ brasileiro (a), estado civil _____, Profissão _____ Portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF _____
 Residente e domiciliado (a) na rua _____ nº _____ Bairro _____ Telefone . _____
 e-mail _____

Em Xavantina / SC, venho através do presente REQUERER minha inscrição para concorrer ao cargo de Conselheiro (a) Tutelar, conforme Edital 001/2015 do CMDCA.

Juntamente com este requerimento, declaro e entrego toda documentação solicitada no edital.

Xavantina, SC, ____ de _____ de _____

Assinatura do requerente

ANEXO IV

FICHA DE INSCRIÇÃO/REQUERIMENTO

INSCRIÇÃO N.º	
Nome do Candidato:	
Profissão:	
Data de Nascimento:	
Cidade/Estado:	
Filiação:	
Estado Civil:	
Sexo:	
C.P.F.	
Carteira de Identidade:	
Endereço: rua, n.º e bairro	
Telefone(s):	
Escolaridade:	
Data:	
Assinatura	

Declaro sob as penas da lei que as informações acima são verdadeiras. Declaro, ainda, aceitar as condições do presente Edital.

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

INSCRIÇÃO	
N.º	
Nome do Candidato:	
Carteira de Identidade:	
Local, data e hora do curso prévio:	Data: 09.07.2015 – das 13 h 30 às 16 h e 30 Local: Casa da Cultura, Rua Praça Rio Branco, esquina com a Rua Prefeito Octávio Urbano Simon nº 410
Local, data e hora das provas:	Data: 17.07.2015 às 8 horas de conhecimento Local: Casa da Cultura, Rua Praça Rio Branco, esquina com a Rua Prefeito Octávio Urbano Simon nº 410 Data: 17.07.2015 às 10 horas de informática Local: Casa da Cultura, Rua Praça Rio Branco, esquina com a Rua Prefeito Octávio Urbano Simon nº 410

Este comprovante deverá ser apresentado no dia das provas juntamente com a Carteira de Identidade

Responsável pela Inscrição

ANEXO V - ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR

Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;
II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:
a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, depois de esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Parágrafo único. Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

XII - Fiscalizar serviços, programas ou entidades de atendimento a criança e ao adolescente.

PORTARIA 105/2015

PORTARIA Nº 105/2015

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

Considerando o benefício nº 6093877233 do INSS, que concedeu a Servidora Pública Municipal Sra. Laudete Passarella, aposentadoria por invalidez;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Servidora Pública Municipal, SRA. LAUDETE PASSARELLA, ocupante do cargo efetivo de Agente de Atividades Gerais, com efeitos a contar da data de 01 de Abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), em 01 de Abril de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

RESOLUÇÃO 001/2015

RESOLUÇÃO 001/2015

Dispõe sobre a comissão especial que irá realizar o processo de escolha dos membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar do município de Xavantina, gestão 2016/2020.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, do Município de Xavantina, Estado de Santa Catarina, instituído pela Lei 1326 de 25 de outubro de 2013, no uso das atribuições que foram conferidas por sua Lei instituidora e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº8.069/90(ECA).

RESOLVE:

Art.1º Publicar a nominata da comissão especial que fará e acompanhará o processo de escolha do conselho tutelar, gestão 2016/2020.

Membros governamentais:

1-Meryen Andrine Renostro Martins de Quadros

2-Maira Lucia Altenhofen

3-Sandra Terezinha Basi Palácio

Membros da sociedade civil:

1-Juliane Moretto Tedesco

2-Maria Eduarda Canesso

3-Tais Cristina Paludo

Art. 2º - São atribuições da comissão especial, de acordo com a resolução 170/2014 do CONANDA:

1º Analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

2º Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à comissão especial eleitoral:

I - notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

II - realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

3º Das decisões da comissão especial eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

4º Esgotada a fase recursal, a comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

5º Cabe ainda à comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha:

I - realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

II - estimular e facilitar o encaminhamento de notificação de fatos que constituam violação das regras de divulgação do processo de escolha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

III - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

IV - Obter junto à Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas eletrônicas, bem como elaborar o software respectivo, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral da localidade. Em caso de impossibilidade de obtenção de urnas eletrônicas, obter junto à Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que votação seja feita manualmente.

V - providenciar a confecção das cédulas, conforme modelo a ser aprovado, caso a eleição ocorra com urnas comuns;

VI - escolher e divulgar os locais do processo de escolha, garantindo que seja realizado em locais públicos de fácil acesso, observando os requisitos essenciais de acessibilidade;

VII - selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como, seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha.

VIII - solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;

IX - divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha;

X - Notificar o Ministério Público com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da

Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

XI - resolver os casos omissos.

Art.3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, 30 de Março de 2015.

Meryen Andrine Renostro Martins de Quadros
Presidente CMDCA

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE ANULAÇÃO DE DE PROCESSO 067/2015

AVISO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Processo Licitatório n. 067/2015

Inexigibilidade n. 007/2015

O município de Xaxim através de seu Prefeito torna publico a anulação da licitação supra.

Justifica-se a presente anulação, considerando que a empresa MENTRAQUIRON EIRELI ME, representada pela senhora Juliana Da Campo, solicitou a desistência do credenciamento de atendimento na área de fisioterapia na técnica Método Bobath, motivo pelo qual não há horários disponíveis para o agendamento da demanda reprimida de pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal De Saúde.

Xaxim (SC), 01 de abril de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

AVISO DE ERRATA DE PREGÃO 038/2015

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO N. 068/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 038/2015

O município de xaxim - SC, através do Prefeito Municipal comunica que foi alterado O ANEXO I do referido edital, que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de transportes escolar de acordo com o itinerário.

Considerando a alteração do Edital a abertura fica marcada para o dia 15 de abril às 14h30min, com entrega dos envelopes até às 14h00min do mesmo dia.

As demais disposições permanecem inalteradas.

Xaxim - SC, 01 de abril de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO 041/2015 - PM

MUNICÍPIO DE XAXIM

PREGÃO PRESENCIAL N. 041/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 074/2015

O Município de Xaxim - SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando contratação de empresa especializada em comercialização e execução de pinturas interna e externas na Estratégia de Saúde da Família Guarany, incluindo mão de obra e materiais, conforme descrição completa no edital, destinado para Secretaria de Saúde. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h:45min do dia 15 de abril de 2015, procedendo à abertura às 09h:00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 01 de abril de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

AVISO DE PROCESSO 075/2015

AVISO DE INEXIGIBILIDADE 008/2015 - SAÚDE

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O MUNICIPIO DE XAXIM ATRAVÉS DE SEU PREFEITO COMUNICA A PRESENTE INEXIGIBILIDADE, A SABER:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2015

HOMOLOGAÇÃO: 01/05/2015

CHAMADA PÚBLICA Nº 006/2015 - CREDENCIAMENTO

CREDENCIADO: KELEN DAIANE ORSO

CPF: 058.905.759-63

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PRESTADOR DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE PARA SESSÃO DE DRENAGEM LINFÁTICA MANUAL EM MASTECTOMIZADAS.

VALOR: 10.800,00(DEZ MIL REAIS E OITOCENTOS REAIS).

VIGENCIA: 31/12/2015

FUNDAMENTO: CAPUT do art. 25, da Lei Federal 8.666/93.

Xaxim-SC, 01 de abril de 2015.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Decreto 144

DECRETO Nº. 144/2015.

Dispõe sobre aquisição de Estabilidade de Servidor Público em razão da nomeação decorrente de Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso IV do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal, combinado com a Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações, Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ESTÁVEL o (a) servidor (a) público (a) municipal IVANIR TEREZINHA CECHIN GIACOMIN, no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, portadora da matrícula 5808, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 02 de abril de 2015, em decorrência de investidura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em Estágio Probatório, percebendo remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 01 de abril de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio Jose Dal Magro

Procurador Geral do município

Decreto 145

DECRETO Nº. 145/2015.

Dispõe sobre aquisição de Estabilidade de Servidor Público em razão da nomeação decorrente de Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso IV do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal, combinado com a Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações, Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ESTÁVEL o (a) servidor (a) público (a) municipal VINICIOS CHIODI, no cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, portador da matrícula 5810, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 02 de abril de 2015, em decorrência de investidura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em Estágio Probatório, percebendo remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 01 de abril de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio Jose Dal Magro

Procurador Geral do município

Decreto 146

DECRETO Nº. 146/2015.

Dispõe sobre aquisição de Estabilidade de Servidor Público em razão da nomeação decorrente de Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso IV do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal, combinado com a Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações, Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ESTÁVEL o (a) servidor (a) público (a) municipal LAODIR PEREIRA, no cargo OPERADOR, portador da matrícula 5809, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 03 de abril de 2015, em decorrência de investidura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em Estágio Probatório, percebendo remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 01 de abril de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio Jose Dal Magro

Procurador Geral do município

Decreto 147

DECRETO Nº. 147/2015.

Dispõe sobre aquisição de Estabilidade de Servidor Público em razão da nomeação decorrente de Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso IV do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal, combinado com a Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações, Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ESTÁVEL o (a) servidor (a) público (a) municipal CLEIDE MENDONÇA DONDONI, no cargo AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, portadora da matrícula 5811, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 02 de abril de 2015, em decorrência de investidura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em Estágio Probatório, percebendo remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 01 de abril de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio Jose Dal Magro

Procurador Geral do município

Decreto 148

DECRETO Nº. 148/2015.

Dispõe sobre aquisição de Estabilidade de Servidor Público em razão da nomeação decorrente de Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso IV do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal, combinado com a Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações, Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ESTÁVEL o (a) servidor (a) público (a) municipal JUSSARA EDI PULGA MENDO, no cargo INSTRUTOR DE ARTESANATO, portadora da matrícula 5823, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 09 de abril de 2015, em decorrência de investidura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em Estágio Probatório, percebendo remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 01 de abril de 2015.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio Jose Dal Magro
Procurador Geral do município

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 17/2015

RESOLUÇÃO Nº 17/2015

de 1º de Abril de 2015

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Presidente da Câmara Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com fulcro no Art. 19, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º. - Nomear o Sr. Celso CELSO CENCI, CPF nº 449.816.869-00, OAB/SC nº 32.198, para exercer o cargo de Assessor Jurídico da Câmara de Vereadores de Xaxim/SC

Art. 2º. - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Sala da Presidência da Câmara Municipal de Xaxim SC,
em 1º de Abril de 2015.

IDERALDO LUIZ SORGATO
PRESIDENTE

LOACIR MILTO FIN
1º SECRETÁRIO

Associações

GRANFPOLIS

PORTARIA Nº 01/2015

PORTARIA Nº 001/2015

O Presidente da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, no uso das suas atribuições legais e estatutárias e de acordo com o que estabelece o Regulamento de Pessoal,

RESOLVE

1 - Admitir, a partir do dia 09 (nove) de março de 2015, a senhora ADRIANA DE SOUZA, portadora da CTPS nº 21.333, Série 0021 - SC, para ocupar o cargo de Assessor de Projetos Especiais.

3 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 09 de março de 2015.

Florianópolis(SC), em 01 de abril de 2015.

ANTÔNIO DA SILVA

Prefeito Municipal de Canelinha

PRESIDENTE

PORTARIA Nº 02/2015

PORTARIA Nº 002/2015

O Presidente da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, no uso das suas atribuições legais e estatutárias e de acordo com o que estabelece o Regulamento de Pessoal,

RESOLVE

1 - Admitir, a partir do dia 01 (primeiro) de abril de 2015, a senhora VÂNIA FATIMA GUARESKEI SOUTO, portadora da CTPS nº 1816560, Série 001-0 - SC, para ocupar o cargo de Assistente Social - Classe "G", Nível "1".

3 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de abril de 2015.

Florianópolis(SC), em 01 de abril de 2015.

ANTÔNIO DA SILVA

Prefeito Municipal de Canelinha

PRESIDENTE

Consórcios

CIGA

EXTRATO CONTRATO - 238 - PGT - TREVISÓ

Extrato de Contrato nº 238/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária - Treviso

CONTRATANTE: Município de Treviso

CNPJ: 01.614.019/0001-90

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 037/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 585,00 (quinhentos e oitenta e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 27 de março de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO - 241 - PGT - SALTO VELOSO

Extrato de Contrato nº 241/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária - Salto Veloso

CONTRATANTE: Município de Salto Veloso

CNPJ: 82.827.353/0001-24

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 029/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: 10 parcelas mensais R\$ 336,00 (Trezentos e trinta e seis reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 26 de março de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO - 242 - PGT - JABORÁ

Extrato de Contrato nº 242/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária - Jaborá

CONTRATANTE: Município de Jaborá

CNPJ: 82.939.463/0001-88

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 079/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: 10 parcelas mensais R\$ 558,00 (Quinhentos e cinquenta e oito reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 18 de março de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO - 243 - PGT - GALVÃO

Extrato de Contrato nº 243/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária - Galvão

CONTRATANTE: Município de Galvão

CNPJ: 83.009.902/0001-16

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 005/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 235,00 (duzentos e trinta e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 05 de janeiro de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 239 - DOM - PRESIDENTE NEREU

Extrato de Contrato nº 239/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Diário Oficial dos Municípios - Presidente Nereu

CONTRATANTE: Município de Presidente Nereu

CNPJ: 83.102.699/0001-28

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 020/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Presidente Nereu no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 295,00 (Duzentos e noventa e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 12 de março de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 240 - DOM - SALTO VELOSO

Extrato de Contrato nº 240/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Diário Oficial dos Municípios - Salto Veloso

CONTRATANTE: Município de Salto Veloso

CNPJ: 82.827.353/0001-24

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 028/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Salto Veloso no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: 10 parcelas mensais de R\$ 354,00 (Trezentos e cinquenta e quatro reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 26 de março de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 244 - DOM - GALVÃO

Extrato de Contrato nº 244/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Diário Oficial dos Municípios - Galvão

CONTRATANTE: Município de Galvão

CNPJ: 83.009.902/0001-16

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 004/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais

expedidos pelos órgãos públicos do Município de Galvão no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 295,00 (Duzentos e noventa e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 05 de janeiro de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 143/2012

TERMO ADITIVO N.º 01/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO N.º 062/2015, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA e a empresa POSTO GALO LTDA, para o fornecimento de combustíveis (gasolina comum e aditivada e álcool hidratado) à frota de veículos oficiais do CIGA.

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, com sede à Rua Santos Saraiva, n.º 1.546, Bairro Estreito, CEP 88.070-101, nesta Capital, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, como CONTRATANTE, e a empresa POSTO GALO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 81.326.258/0012-37, situada à Rua General Eurico Gaspar Dutra, n.º 865, Bairro Estreito, CEP 88.070-001, Florianópolis/SC, neste ato representada pelo Sr. Ângelo do Amaral Brasil, inscrito no CPF sob o n.º 007.859.089-27, como CONTRATADA, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato n.º 062/2015, celebrado em 02 de janeiro de 2015, originário do Processo Licitatório n.º 24/2014, Modalidade Pregão Presencial n.º 10/2014, o que fazem com fundamento na Cláusula Décima Quarta e com fulcro na Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este aditivo contratual tem por objeto a revisão das cláusulas econômico-financeiras do Contrato de Fornecimento de Combustíveis, para a manutenção do equilíbrio contratual, nos termos dos artigos 58, §2º, e 65, II, d, da Lei n.º 8.666/93, por força de interferências imprevisíveis, quais sejam, a recente alteração das alíquotas de PIS/COFINS sobre combustíveis, determinada pelo Governo Federal, por meio do Decreto n.º 8.395, de 28 de janeiro de 2015, em vigor, em relação ao seu artigo 1º, desde 1º de fevereiro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

Para a execução deste termo aditivo, as partes reajustam os valores unitários dos itens contratados, de forma a adequá-los à média de seu respectivo valor, por litro, praticado no mercado varejista de Florianópolis - SC, na data de seu fornecimento, conforme publicação da Agência Nacional de Petróleo - ANP, que passam a vigor com a seguinte redação:

Item	Produto	Preço Unitário (R\$)
01	Gasolina Comum	3,27
02	Gasolina Aditivada	3,32
03	Álcool	2,40

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas deste aditamento contratual correrão à conta dos recursos consignados no orçamento do CIGA, de acordo com o Projeto Atividade n.º 2001 - Administração e Manutenção do Consórcio, no elemento de despesa 3.3.90.30.01 (Combustíveis e Lubrificantes Automotivos).

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passa a vigor a partir da assinatura de ambas as partes.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato n.º 062/2015.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis - SC, 01 de abril de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo – CIGA
--

ANGELO DO AMARAL BRASIL Posto Galo Ltda.

TESTEMUNHAS:

MORGANA ARENT MICHELS BAGINI Gerente Administrativa – CIGA

MARCELLO ANDRÉ PREVIDI Analista de Sistemas – CIGA

CIMCATARINA**RESOLUÇÃO Nº 0008_2015**

Resolução n. 0008/2015

Dispõe sobre a nomeação de Comissão Especial para o Processo Administrativo nº 0030/2015, Edital nº 0003/2015-CIMCATARINA, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA, CONSIDERANDO as disposições da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07 e Resolução 005/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Especial para o Processo Administrativo nº 0030/2015, Edital nº 0003/2015 - CIMCATARINA, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à pré-qualificação de bens, ficando assim composta:

- I - Camila Strapazzon - Município de Videira - Presidente;
- II - Elizete Aparecida Girardi - Município de Fraiburgo - Membro;
- III - Bruna Cesca Bahir de Andrade - Município de Macieira - Membro;
- IIII - Nádia De Lorenzi - CIMCATARINA - Membro.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de abril de 2015.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIS NORDESTE**CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR E CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE TÍTULOS - CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2014**

RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR - CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 01/2014

NUMERO INSCRIÇÃO	CARGO	TOTAL PONTOS	SITUAC TOTAL PONTOS AO
006.AD	Administrador	25	HABILITADO
004.AD	Administrador	25	HABILITADO
001.AL	Apoio Logístico	31	HABILITADO
003.ASS	Assistente Administrativo	34	HABILITADO
009.ASS	Assistente Administrativo	32	HABILITADO
005.ASS	Assistente Administrativo	30	HABILITADO
010.ASS	Assistente Administrativo	29	HABILITADO
031.ASS	Assistente Administrativo	29	HABILITADO
027.ASS	Assistente Administrativo	27	HABILITADO
036.ASS	Assistente Administrativo	25	HABILITADO
014.ASS	Assistente Administrativo	25	HABILITADO
004.ASS	Assistente Administrativo	25	HABILITADO
034.ASS	Assistente Administrativo	25	HABILITADO
006.ASS	Assistente Administrativo	25	HABILITADO
002.ASS	Assistente Administrativo	25	HABILITADO
012.AA	Auxiliar Administrativo	35	HABILITADO
002.AA	Auxiliar Administrativo	30	HABILITADO
009.AA	Auxiliar Administrativo	28	HABILITADO
002.C	Contador	29	HABILITADO
001.C	Contador	25	HABILITADO
015.CI	Controlador Interno	29	HABILITADO
018.CI	Controlador Interno	27	HABILITADO
004.CI	Controlador Interno	25	HABILITADO
001.CI	Controlador Interno	25	HABILITADO
007.M	Motorista	34	HABILITADO
008.M	Motorista	30	HABILITADO
011.M	Motorista	29	HABILITADO

006.M	Motorista	27	HABILITADO
013.M	Motorista	25	HABILITADO
002.Z	Zelador	30	HABILITADO
001.Z	Zelador	30	HABILITADO

Convocamos os classificados para apresentação de títulos até às 17:00h do dia 10 de abril de 2015, na sede do CISONORDESTE/SC.

GABARITO DEFINITIVO DAS PROVAS OBJETIVAS - CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2014

GABARITO DEFINITIVO

Concurso Público Edital nº 001/2014-CISONORDESTE/SC

CONTADOR														
Língua Portuguesa						Matemática						CG/Iform		
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
A	E	E	B	D	C	E	D	A	B	C	D	B	D	E
Conhecimentos Específicos														
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	E	B	X	D	A	D	C	E	B	B	E	C	D

X = questão anulada

CONTROLADOR INTERNO														
Língua Portuguesa						Matemática						CG/Iform		
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
A	E	E	B	D	C	E	D	A	B	C	D	B	D	E
Conhecimentos Específicos														
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	C	A	C	A	B	B	E	D	E	A	C	E	B	D

ADMINISTRADOR														
Língua Portuguesa						Matemática						CG/Iform		
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
A	E	E	B	D	C	E	D	A	B	C	D	B	D	E
Conhecimentos Específicos														
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	B	B	A	C	E	E	A	C	D	E	A	C	D	B

TÉCNICO EM CONTABILIDADE														
Língua Portuguesa						Matemática						CG/Iform		
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
A	E	B	C	D	D	B	A	E	B	C	D	D	B	E
Conhecimentos Específicos														
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	E	A	B	D	E	B	A	E	A	D	B	C	C	D

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Língua Portuguesa						Matemática						CG/Iform			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	
A	E	B	C	D	D	B	A	E	B	C	D	D	B	E	
Conhecimentos Específicos															
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	
C	E	A	D	B	D	A	B	E	C	E	B	A	C	D	

APOIO LOGÍSTICO

Língua Portuguesa						Matemática						CG/Iform			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	
A	E	B	C	D	D	B	A	E	B	C	D	D	B	E	
Conhecimentos Específicos															
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	
C	E	A	D	B	D	A	B	E	C	E	B	A	C	D	

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Língua Portuguesa						Matemática						CG/Iform			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	
A	E	B	C	D	D	B	A	E	B	C	D	D	B	E	
Conhecimentos Específicos															
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	
C	E	A	D	B	D	A	B	E	C	E	B	A	C	D	

MOTORISTA

Língua Portuguesa						Matemática						CG/Iform			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	
A	E	B	C	D	D	B	A	E	B	C	D	D	B	E	
Conhecimentos Específicos															
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	
A	E	C	D	E	A	B	C	B	D	D	E	A	C	B	

ZELADOR

Língua Portuguesa						Matemática						CG/Iform			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	
C	A	B	E	B	A	D	C	A	E	B	C	B	E	D	
Conhecimentos Específicos															
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	
C	E	A	D	B	A	C	B	D	E	E	D	B	C	A	

RE-RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 02/2015 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

**RE-RATIFICAÇÃO DO
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2015-CISNORDESTE/SC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015-CISNORDESTE/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2015**

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - CISNORDESTE/SC** Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 03.222.337/0001-31, com sede na Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. José Chaves, Prefeito do Município de Garuva, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade "**PREGÃO ELETRÔNICO**" visando o **REGISTRO DE PREÇOS** para eventuais contratações futuras do objeto abaixo indicado, de forma parcelada pelos **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**: Municípios de Balneário Barra do Sul, Barra Velha, Campo Alegre, Corupá, Garuva, Guarimir, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, Massaranduba, Rio Negrinho, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, São João do Itaperiú, Schoeder e Hospital Municipal São José (autarquia integrante da administração indireta do Município de Joinville).

TIPO: Menor preço - **POR ITEM**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00 do dia 01/04/2015 até às 09h00 do dia 13/04/2015.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 09h01min às 12h00 do dia 13/04/2015

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13h30 min do dia 13/04/2015

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado"

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville, SC

E-mail: cisamunesc@cisamunesc.org.br

Telefone: (47) 3422-9838

Fax: (47) 3422-9838

Site: www.cisamunesc.org.br

O certame será regido pelas condições estatuídas neste Edital, bem como pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução CISNORDESTE/SC nº 02, de 10 de janeiro de 2014, Decreto nº 7.892/2013, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, no que for aplicável.

1 DO OBJETO

1.1 O presente pregão tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação, de forma parcelada, para uso dos Órgãos Participantes do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - CISNORDESTE/SC: MUNICÍPIOS DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL, BARRA VELHA, CAMPO ALEGRE, CORUPÁ, GARUVA, GUARAMIRIM, ITAPOÁ, JARAGUÁ DO SUL, JOINVILLE, MASSARANDUBA, RIO NEGRINHO, SÃO BENTO DO SUL, SÃO FRANCISCO DO SUL, SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ, SCHROEDER E HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ (autarquia integrante da administração indireta do Município de Joinville)**, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme descrições abaixo:

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA
1	Acebrofilina 5mg/ml, xarope pediátrico, frasco com 120 ml	Frasco	Frasco com 120ml
2	Acebrofilina xarope adulto 10mg/ml, frasco com 120 ml	Frasco	Frasco com 120ml
3	Acetazolamida 250mg	Comprimido	
4	Acetilcisteína 10% 300mg/ml IV	Ampola	
5	Acetilcisteína 20mg/ml xarope sem açúcar frasco com 100ml	Frasco	Frasco com 100ml
6	Acetilcisteína 40mg/mL, frasco com 120 ml	Frasco	Frasco com 120mL
7	Acetonido fluocinolona 0,275mg + sulfato de neomicina 3,850mg, sulfato de polimixina B + cloridrato de lidocaína 20mg solução otológica, frasco com 5 ml	Frasco	Frasco com 5 ml
8	Aciclovir 200mg	Comprimido	Blister com 15 cp

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

9	Aciclovir 250mg/10ml	F/A	
10	Aciclovir 400mg	Comprimido	
11	Aciclovir 50mg creme , bisnaga com 10g	Bisnaga	Bisnaga com 10g
12	Acido acetil salisílico 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp
13	Acido acetil salisílico 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp
14	Ácido Ascórbico 100 mg/ml , ampola com 5ml	Ampola	Ampola com 5 ml
15	Acido fólico 0,2 mg/ml solução oral , frasco com 30 ml	Frasco	Frasco com 30 ml
16	Ácido Fólico 5mg	Comprimido	Blister com 20 cp
17	Ácido folínico 15 mg	Comprimido	
18	Ácido folínico 50mg	F/A	
19	Ácido folínico 5mg	comprimido	
20	Ácido tranexâmico 250mg , ampola com 5 ml	Ampola	Ampola com 5mL
21	Acido ursodesoxicólico 150 mg	Comprimido	
22	Ácido Valpróico 250mg	Comprimido capsulas	
23	Ácido Valpróico 250mg/5ml Xarope, frasco com 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml
24	Ácido valpróico 500mg, frasco com 50 capsulas	Capsulas	Frasco com 50 caps
25	Ácidos graxos (Loção oleosa antiescaras contendo acido caprilico, acido caprico,acido laurico, lecitina de soja, vitamina A vitamina E, acido caproico e oleo de girassol (acido linoleico), frasco com 200 ml	Frasco	Frasco com 200ml
26	Adenosina 3mg/ml solução injetável, ampola com 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml
27	Adenosina 6mg/ml , ampola com 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml
28	Água destilada ampola plástica 20ml	Ampola	Ampola com 20 ml
29	Água destilada , ampola com 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml
30	Água destilada esteril sistema fechado, frasco 250 ml	Frasco	Frasco 250ml
31	Água destilada esteril sistema fechado, frasco 500 ml	Frasco	Frasco 500ml
32	Água destilada estéril e apirogênica, ampola com 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml
33	Água oxigenada 10 volumes , frasco com 1 litro	Frasco	Frasco 1 L
34	Albendazol 400mg, blister com 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp
35	Albendazol 40mg/ ml suspensão oral , frasco com 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml
36	Albumina humana 20% (50ml)	F/A	
37	Alendronato de Sódio 10mg	Comprimido	Blister com 30 cp
38	Alendronato de sódio 70mg	Comprimido	Blister com 4 cp
39	Alfentanila 0,5mg/ml, ampola com 5ml	Ampola	Ampola 5 ml
40	Alisquireno (hemifumarato) 300 mg	Comprimido	
41	Alopurinol 100mg	Comprimido	Blister com 15cp
42	Alopurinol 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp
43	Alprazolam 0,5 mg	Comprimido	
44	Alprostadil 20mcg IV	Ampola	
45	Alteplase (ativador tissular do plasminogênio) 20mg	F/A	
46	Alteplase (ativador tissular do plasminogênio) 50mg	F/A	
47	Alteplase 50 mg pó liófilo injetável + diluente	F/A	
48	Ambroxol (cloridrato) 15mg/5ml xarope , frasco com 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml
49	Ambroxol (cloridrato) 30mg/5ml xarope , frasco com 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml
50	Amicacina (sulfato) 250mg/ml solução injetável, ampola com 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml
51	Amicacina (sulfato) 500mg/ml solução injetável, ampola com 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml
52	Aminofilina 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

53	Aminofilina 24 mg/ml, ampola com 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml
54	Amiodarona (cloridrato) 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp
55	Amiodarona (cloridrato) 50mg/ml injetável , ampola com 3 ml	Ampola	Ampola com 3 ml
56	Amitripilina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp
57	Amitripilina (cloridrato) 75mg	Comprimido	
58	Amoxicilina + Clavulanato de potássio 50mg/ml + 12,5mg/ml pó p/ suspensão oral. Frasco 75 ml	Frasco	Frasco com 75ml
59	Amoxicilina 250mg/5ml suspensão Oral , frasco 150 ml	Frasco	Frasco com 150 ml
60	Amoxicilina 250mg/5ml suspensão Oral , frasco 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml
61	Amoxicilina 500mg + Clavulanato de Potássio 125mg	Comprimido	Blister com 10 cp
62	Amoxicilina 500mg, blister com 21 capsulas	Cápsula	Blister com 21 caps
63	Ampicilina 1g + sulbactam 0,5g	F/A	
64	Ampicilina 1g injetável	Frascoampola	
65	Ampicilina 250mg/5ml , frasco com 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml
66	Ampicilina 2g + sulbactam 1g	F/A	
67	Ampicilina 500 mg	Comprimido	
68	Anagrelida 0,5mg	Cápsula	
69	Anastrozol 1mg	Comprimido	
70	Anfotericina B 50mg/10ml	F/A	
71	Anlodipino (besilato) 10 mg	Comprimido	Blister com 10 cp
72	Anlodipino (besilato) 5mg	Comprimido	
73	Atenolol 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp
74	Atenolol 25mg	Comprimido	
75	Atenolol 50 mg	Comprimido	Blister com 15 cp
76	Atorvastatina 20mg	comprimido	caixa com 30 cp
77	Atracúrio (besilato) 10mg/ml, ampola 2,5ml	Ampola	
78	Atropina (sulfato) 0,25mg/ml solução injetável, ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml
79	Atropina (sulfato) 0,50mg/ml, ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml
80	Atropina (sulfato) 1% colírio 3ml	Frasco	
81	Azatioprina 50mg	Comprimido	Blister com 10 cp
82	Azitromicina 40mg/ml suspensão Oral + Diluente, frasco 600 mg	Frasco	Frasco com 600 mg
83	Azitromicina 40mg/ml suspensão Oral + Diluente, frasco 900 mg	Frasco	Frasco com 900 mg
84	Azitromicina 500mg EV	F/A	
85	Azitromicina 500mg, blister com 3 cp	Comprimido	Blister com 3 cp
86	Baclofeno 10 mg	Comprimido	
87	Bamifilina 600mg	Comprimido	
88	Basiliximab 20mg/5ml	Frasco	
89	Benzidamida 1,5mg/ml, frasco 150ml	Frasco	Frasco 150 ml
90	Benzilpenicilina 600.000ui + Diluente	Ampola	Frasco Ampola
91	Benzilpenicilina Benzatina 1200.000U.i pó frasco + diluente	Frasco	Frasco Ampola
92	Benzilpenicilina G procaína + potássica 300.000UI + 100.000UI + diluente	Frasco	Frasco Ampola
93	Benzilpenicilina potassica 5.000.000 UI + Diluente	Frasco	Frasco Ampola
94	Benzina , frasco 1 litro	Frasco	Frasco 1L
95	Benzoato de benzila 25 % , frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100 ml
96	Benzoato de benzila 25 % , frasco 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml
97	Bezafibrato 200mg	Comprimido	
98	Bicalutamida 50mg	Comprimido	

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

99	Bicarbonato de Sódio 8,4% - ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml
100	Bimatoprost 0,3mg/ml colírio	Frasco	
101	Biperideno (lactato) 5mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml
102	Biperideno 2mg	Comprimido	Blister com 10 cp
103	Biperideno 4mg (Comprimido de liberação prolongada)	Comprimido	
104	Bisacodil 5mg	Comprimido	
105	Bleomicina 15u	F/A	
106	Bromazepam 3 mg	Comprimido	
107	Bromazepam 01mg + Sulpirida 25mg	Comprimido	
108	Bromazepam 6 mg	Comprimido	
109	Bromoprida 4mg/mL gotas frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20mL
110	Bromoprida 5mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2mL
111	Budesonida aerossol nasal 32mcg frasco com 120 Doses	Tubo	Tubo com 120 doses
112	Budesonida aerossol nasal 50mcg frasco com 120 Doses	Tubo	Tubo com 120 doses
113	Budesonida aerossol nasal 64mcg frasco com 120 Doses	Tubo	Tubo com 120 doses
114	Bupivacaína + glicose 0,5% (ampola 4ml)	Ampola	
115	Bupivacaína + isobárica 0,5% (ampola 4ml) com invólucro externo estéril	Ampola	
116	Bupivacaína 0,5% (20ml) com invólucro externo estéril	F/A	
117	Bupivacaína + epinefrina 0,5% (20ml) com invólucro externo estéril	F/A	
118	Bupropiona 150mg	Comprimido	
119	Cabergolina 0,5 mg	Comprimido	
120	Cabergolina 0,5mg	Comprimido	
121	Calcitriol (vitamina D3) 0,25mcg	Cápsula	
122	Capecitabina 500mg	Comprimido	
123	Captopril 25 mg	Comprimido	
124	Captopril 50mg	Comprimido	
125	Carbamazepina 2% suspensão Oral frasco com 100 ml	Frascos	Frasco com 100 ml
126	Carbamazepina 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp
127	Carbamazepina 400mg	Comprimido	Blister com 10 cp
128	Carbonato de Cálcio 1250 mg (equivalente a 500mg de Ca++ + Colecalciferol 400UI frasco 60 cp	Comprimido	Frasco com 60 cp
129	Carbonato de Cálcio 1250mg (equivalente a 500mg de Ca++)	Comprimido	
130	Carbonato de Cálcio 1500 mg (equivalente a 600mg de Ca++ + Colecalciferol 400UI)	Comprimido	
131	Carbonato de lítio 300mg	Comprimido	
132	Carboplatina 150mg/15ml	F/A	
133	Carvão ativado	Comprimido	
134	Carvão vegetal ativado - pó para uso oral - 1 kg	Pacote	Pacote com 1 kilo
135	Carvedilol 12,5mg	Comprimido	Blister com 15 cp
136	Carvedilol 25mg	Comprimido	Blister com 15 cp
137	Carvedilol 3,125mg	Comprimido	Blister com 15 cp
138	Carvedilol 6,25mg	Comprimido	Blister com 15 cp
139	Castanha da índia composta (Aesculus hippocastanum 10 mg + Polygonum acre 10 mg + Smilax papyracea 40 mg + Rutina 20 mg)	Comprimido	
140	Cefalexina 250mg/5ml pó p/suspensão oral frasco 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml
141	Cefalexina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

142	Cefalotina sódica 1g + diluente	Frasco ampola	Frasco ampola
143	Cefazolina sódica 1G	Frasco	Frasco Ampola
144	Cefepime 1g	F/A	
145	Cefepime 2g	F/A	
146	Cefoxitina sódica 1g	F/A	
147	Ceftazidima 1g	F/A	
148	Ceftriaxona 1000mg/ml EV	Frasco Ampola	
149	Ceftriaxona 1g pó para suspensão IM	Frasco Ampola	
150	Ceftriaxona 500mg pó para suspensão IM	Frasco Ampola	
151	Ceftriaxona Dissódica 500mg/ml EV	Frasco Ampola	
152	Cetoconazol 20mg/g creme bisnaga 30 g	Bisnaga	Bisnaga com 30g
153	Cetoconazol 2% xampu frasco 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml
154	Cetoconazol 200 mg	Comprimido	
155	Cetoprofeno 100mg/ml EV Pó liofilo injetável	FrascoAmpola	
156	Cetoprofeno 100mg/ml IM ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml
157	Cetoprofeno 50mg/ml IM ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml
158	Cetoprofeno comprimido 100mg	Comprimido	
159	Cetoprofeno 50mg	Cápsula	
160	Cianocobalamina (vitamina B12/hidroxicobalamina) 5000mcg/2ml	Ampola	
161	Ciclobenzaprina (cloridrato) 10mg	Comprimido	
162	Ciclofosfamida 1000mg	F/A	
163	Ciclofosfamida 50mg	Drágea	
164	Ciclopentolato 1% solução oftalmológica frasco 5 ml	Frascos	Frasco 5 ml
165	Ciclosporina 100mg	Cápsula	
166	Ciclosporina 25mg	Cápsula	
167	Ciclosporina 50mg	Cápsula	
168	Cilostazol 100mg	Comprimido	Blister com 20 cp
169	Cilostazol 50mg	Comprimido	
170	Cimetidina 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp
171	Cimetidina 300mg ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2mL
172	Cinazina 75mg	Comprimido	Blister com 10 cp
173	Cipofribrato 100 mg	Comprimido	
174	Ciprofloxacino (Cloridrato) 2mg/ml bolsa com 100 ml	Bolsa	Bolsa com 100mL
175	Ciprofloxacino (cloridrato) 500mg	Comprimido	Blister com 15 cp
176	Ciprofloxacino 200mg/100ml	F/A	
177	Ciproterona (acetato) 50mg	Comprimido	
178	Cisatracúrio (besilato) 2mg/ml (10ml)	Ampola	
179	Cisplatina 50mg	F/A	
180	Citalopram 20mg	Comprimido	
181	Citarabina 100mg	F/A	
182	Citarabina 500mg	F/A	
183	Claritromicina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp
184	Clindamicina (cloridrato) 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp
185	Clindamicina 150mg/ml (4ml)	Ampola	

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

186	Clobazam 20mg	Comprimido	
187	Clobetasol (propionato) 0,5mg/g pomada 30 gr	Bisnaga	Bisnaga 30 g
188	Clobetasol (Propionato) 0,5mg/g creme 30 gr	Bisnaga	Bisnaga com 30g
189	Clomipramina (cloridrato) 10mg	Comprimido	Blister com 20 cp
190	Clomipramina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 20 cp
191	Clomipramina (cloridrato) 75mg, Comprimido de liberação lenta	Comprimido	
192	Clonazepam 2mg	Comprimido	Blister com 10 cp
193	Clonazepam 0,5mg	Comprimido	Blister com 10 cp
194	Clonazepam 2,5mg/ml Solução Oral frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20 ml
195	Clonidina cloridrato 0,1 mg	Comprimido	
196	Clonidina cloridrato 0,15 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml
197	Clopidogrel 75mg	Comprimido	
198	Clorambucila 2mg	Comprimido	
199	Cloranfenicol 1g pó líofilo injetável	Frasco	Frascoampola
200	Cloranfenicol 25mg + Cloridrato de lidocaína 30mg solução otológica frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml
201	Cloranfenicol 5mg + Acetato de Retinol 10.000UI + Aminoácidos 25mg + Metionina 5mg Pomada oftálmica 3,5 g	Bisnaga	Bisnaga 3,5 g
202	Cloranfenicol colírio frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml
203	Cloreto benzalconico + soro fisiológico spray nasal frasco 50 ml	Frasco	Frasco com 50 ml
204	Cloreto de Potássio 19,1% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml
205	Cloreto de potássio xarope 6% 100ml	Frasco	
206	Cloreto de potássio.. 600mg (8meq de K+)	Drágea	
207	Cloreto de Sódio 0,9% Solução Nasal gotas frasco 30 ml	Frascos	Frasco com 30 ml
208	Cloreto de Sódio 0,9% Solução Nasal Spray frasco 50 ml	Frascos	Frasco com 50 ml
209	Cloreto de sódio 0,9% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10mL
210	Cloreto de Sódio 20% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml
211	Cloroquina 250 mg	Comprimido	
212	Clorpromazina 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp
213	Clorpromazina 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp
214	Clorpromazina 40mg/ml solução Oral	Frascos	Frasco com 20 ml
215	Clorpromazina 5mg solução Injetavel ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml
216	Clorpropamida 250mg	Comprimido	
217	Clortalidona 50 mg	Comprimido	
218	Codeína (fosfato) 30mg	Comprimido	Blister com 10 cp
219	Colagenase 0,6 1,2 UI/g (30g)	Tubo	
220	Colagenase 0,6 UI + Cloranfenicol 0,01 g Pomada 30 g	Bisnagas	Bisnaga com 30g
221	Colchicina 0,5mg	Comprimido	Blister com 20 cp
222	Colecalciferol 3.300 UI/ml solução frasco 10 ml	Frasco	Frasco 10 ml
223	Colestiramina 4g	Saches	
224	Colestiramina 4g	envelopes	
225	Complexo B injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml
226	Complexo B Polivitaminico	Comprimido	Blister com 20 cp
227	Complexo B Polivitaminico frasco 30 ml	Frasco	Frasco com 30 ml
228	Complexo coloidal de Sacarato de Hidróxido de Ferro III 2500 mg* Água bidestilada q.s.p. 5 ml * equivalente a 100 mg de ferro (III) – EV ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

229	Complexo de Hidróxido de Ferro III Polimaltosado 330 mg* Água bidestilada q.s.p. 2 ml * equivalente a 100 mg de ferro (III) Noripurum IM ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml
230	Complexo protrombínico 500 Ui (20ml)	F/A	
231	Dacarbazina 200mg	F/A	
232	Dantrolene 20mg	F/A	
233	Daunorrubicina 20mg	F/A	
234	Deltametrina 0,2 mg/ml frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100 ml
235	Deslanosídeo 0,2mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml
236	Deslanosídeo 0,4mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml
237	Desloratadina 0,5mg/mL frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100mL
238	Desmopressina (acetato) solução nasal 0,1mg/ml (frasco 2,5ml)	Frasco	
239	Desmopressina. (acetato) 4mcg/ml (ampola 1ml)	Ampola	
240	Desonida 0,5mg/g (tubo 30g) creme	Tubo	
241	Destilbenol (dietilestilbestrol) 1ml	Comprimido	
242	Dexametasona 0,1% creme 10 g	Bisnaga	Bisnaga com 10 g
243	Dexametasona 4mg	Comprimido	Blister com 10 cp
244	Dexametasona (fosfato dissódico) 2mg/ml injetável ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml
245	Dexametasona (fosfato dissódico) 4 mg/ml ampola 2,5 ml	Ampola	Ampola com 2,5ml
246	Dexametasona colírio 1mg/ml frasco 5 ml	Frasco	Frasco com 5ml
247	Dexametasona Elixir 0,1mg/ml frasco 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml
248	Dexametasona. + neomicina + polimixina B suspensão oftálmica 5ml	Frasco	
249	Dexametazona (acetato), tiamina (cloridrato), pirodoxina (cloridrato), cianocobalamina ampola com 1 ml + 2 ml	Ampola	Ampola com 1 ml+ 2ml
250	Dexclorfeniramina (maleato) 0,4 mg/ml, solução oral frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml
251	Dexclorfeniramina (maleato) 2mg	Comprimido	Blister com 20 cp
252	Dexmedetomidina (cloridrato) 118mcg/ml (ampola 2ml)	F/A	
253	Dexpanthenol 50mg/g bisnaga 30 g	Bisnaga	Bisnaga com 30g
254	Dextroacetamina 50mg/ml (ampola 2ml)	Ampola	
255	Dextroacetamina 50mg/ml (frasco 10ml)	F/A	
256	Diazepam 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp
257	Diazepam 10mg/2ml injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml
258	Diazepam 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp
259	Diclofenaco Dietilamonio gel 60 g	Bisnaga	Bisnaga 60 g
260	Diclofenaco Potássico 50mg	Comprimido	Blister com 20 cp
261	Diclofenaco resinato 15mg/ml gotas frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10ml
262	Diclofenaco sódico 50mg	Comprimido	Blister com 20 cp
263	Diclofenaco sódico 50mg + Codeína 50mg	Comprimido	
264	Diclofenaco Sódico 25mg/ml ampola 3 ml	Ampola	Ampola com 3ml
265	Dicloridrato de betaistina 16mg	Comprimido	
266	Dicloridrato de pramipexol 0,25mg	Comprimido	
267	Dicloridrato de pramipexol 1mg	Comprimido	
268	Difenidramina 50mg/ml (ampola 1ml)	Ampola	
269	Digoxina 0,05 mg/ml frasco 60 ml	Frasco	Frasco 60 ml
270	Digoxina 0,25mg	Comprimido	Blister com 10 cp
271	Diltiazem 60mg	Comprimido	Blister com 10 cp
272	Diltiazem, cloridrato 30 mg	Comprimido	
273	Dimenidrato + Piridoxina + Glicose + Frutose, 3mg+5mg+100mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

274	Dimenidrinato 50mg + Piridoxina (cloridrato) 10mg	Comprimido	
275	Dimenidrinato 50mg + Piridoxina (cloridrato) 50mg ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml
276	Diosmina 450mg + Hesperidina 50mg	Comprimido	
277	Dipirona Sódica 300mg/ml supositório	Supositório	
278	Dipirona sódica 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp
279	Dipirona sódica 500mg/ml gotas frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml
280	Dipirona Sódica 500mg/ml injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml
281	Dipirona sódica 750mg + cloridrato de adifenina 25mg + cloridrato de prometazina 25mg ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2mL
282	Dipropionato de Beclometasona – aerossol 250ui/dose frasco 200 doses	Tubo	Frasco com 200 doses
283	Dipropionato de Beclometasona– aerossol 50ui/dose – Uso Nasal frasco 200 doses	Tubo	Frasco com 200 doses
284	Dipropionato de Beclometasona– aerossol 50ui/dose – Uso Oral frasco 200 doses	Tubo	Frasco com 200 doses
285	Dipropionato de betametasona 5mg + fosfato dissódico de betametasona 2mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml
286	Divalproato de sódio 500mg	Comprimido	
287	Divalproato de sódio 500mg ER	Comprimido	
288	Dobutamina (cloridrato) 12,5mg/ml ampola 20 ml	Ampola	Ampola com 20 ml
289	Docetaxel 20mg	F/A	
290	Docetaxel 80mg	F/A	
291	Domperidona 01mg/ml suspensão oral 200 ml	Frasco	Frasco com 200ml
292	Domperidona 10mg	Comprimido	
293	Dopamina (cloridrato) 5 mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10ml
294	Doxazosina (mesilato) 2mg	Comprimido	
295	Doxazosina (mesilato) 4mg	Comprimido	
296	Doxiciclina (cloridrato) 100mg	Comprimido	
297	Doxorrubicina 50mg	F/A	
298	Droperidol 2,5mg/ml (ampola 1ml)	Ampola	
299	Dropropizina 3mg/ml frasco 120 ml	Frasco	Frasco com 120mL
300	Enalapril (maleato) 10mg	Comprimido	
301	Enalapril (maleato) 20mg	Comprimido	
302	Enalapril (maleato) 5mg	Comprimido	
303	Epinefrina (cloridrato) 1 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml
304	Epirrubicina 50mg	F/A	
305	Eritromicina (estearato) 50mg/ml suspensão oral 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml
306	Eritromicina (estolato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp
307	Eritromicina 25mg/ml suspensão oral	Frasco	
308	Eritropoetina humana 4000 u/ml	F/A	
309	Ertapenem 1g	F/A	
310	Escitalopram 10mg	Comprimido	
311	Escopolamina (butilbrometo) 20mg + Dipirona sódica 2,5mg ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml
312	Escopolamina (butilbrometo) 10mg	Comprimido	Blister com 20 cp
313	Escopolamina (butilbrometo) 10mg + Dipirona Sódica 250mg	Comprimido	
314	Escopolamina (butilbrometo) 10mg/ml+ Dipirona Sódica gotas 10ml	Frasco	Frasco com 10ml
315	Escopolamina (butilbrometo) 20 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

316	Escopolamina (butilbrometo) 20 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml
317	Escopolamina (butilbrometo) 10mg + dipirona sódica 500 mg	Comprimido	
318	Escopolamina (butilbrometo) 10mg frasco 15 ml	Frasco	Frasco com 15 ml
319	Esmolol 250mg/ml (ampola 10ml)	F/A	
320	Espiramicina 1,5 MUI	Comprimido	Blister com 16 cp
321	Espironolactona 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp
322	Espironolactona 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp
323	Estradiol (valerato) 2mg + Ciproterona (acetato) 1mg	Comprimido	
324	Estradiol 1mg + acetato de noretisterona 0,5mg	Comprimido	
325	Estradiol 2 mg	Comprimido	
326	Estradiol 2mg + acetato de noretisterona 1mg	Comprimido	
327	Estreptoquinase 1.500.000UI pó lífilo injetável	Frasco ampola	
328	Estriol 1mg/ml Creme Vaginal	Bisnagas	
329	Estrogênios conjugados 0,3mg	Comprimido	
330	Estrogênios conjugados 0,625mg	Drágeas	Blister com 28 cp
331	Estrogênios Conjugados 0,625mg Creme Vaginal 26g	Bisnagas	Bisnaga com 26g
332	Éter frasco 1 litro	Frasco	Frasco 1L
333	Etilefrina (cloridrato) 10 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml
334	Etilefrina, cloridrato 7,5 mg/ml frasco 20 ml	Frasco	Frasco 20 ml
335	Etomidato 2mg/ml (ampola 10ml)	Ampola	
336	Etoposido 50mg	Cápsula	
337	Exemestano 25mg	Drágea	
338	Extrato metanólico de BCG (imuno BCG) 40mcg	F/A	
339	Ezetimba 10mg	Comprimido	
340	Fenilefrina (cloridrato) 10% solução oftálmica frasco 5 ml	Frascos	Frasco com 5ml
341	Fenitoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp
342	Fenitoína Sódica 50 mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml
343	Fenobarbital 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp
344	Fenobarbital 200 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml
345	Fenobarbital 4% gotas solução oral 20 ml	Frasco	Frasco com 20ml
346	Fenofibrato 200mg	Comprimido	
347	Fenofibrato 250mg	Comprimido	
348	Fenoterol (bromidrato) 5 mg/ml 20 ml para nebulização	Frasco	Frasco com 20 ml
349	Fenoximetilpenicilina potássica 500.000 UI	Comprimido	
350	Fentanila 0,05mg/ml (ampola 10ml)	F/A	
351	Fentanila (sal citrato) 0,05mg/ml solução injetável ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml
352	Fentanila (sal citrato) 0,05mg/ml solução injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml
353	Fexofenadina 60mg	Comprimido	
354	Fibrinogênio humano	Frasco	
355	Fibrinolisa 1U/g + desoxirribonuclease 666U/g +cloranfenicol 10mg/g pomada 30g	Bisnaga	Bisnaga com 30 g
356	Filgrastima 300mcg/1ml	F/A	
357	Finasterida 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp
358	Fitomenadiona 10mg ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml
359	Fluconazol 150mg blister 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp
360	Fluconazol 2mg/ml (100ml)	F/A	

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

361	Fludarabina 50mg	F/A	
362	Flumazenil 0,1mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5mL
363	Flunarizina (dicloridrato) 10mg	Comprimido	
364	Fluocortolona + cinchocaína + clemizol pomada 10g	Tubo	
365	Fluoracila colirio	frasco	
366	Fluoresceína 10 mg/ml solução oftálmica frasco 3 ml	Frascos	Frasco com 3 ml
367	Fluorouracila 2500mg/50ml	F/A	
368	Fluoxetina (cloridrato) 20mg	Comprimido/capsulas	Blister com 10 cp
369	Fluoxetina (cloridrato) 20mg	capsulas	
370	Fluvoxamina 100 mg	Comprimido	
371	Formoterol (fumarato) 12 mcg + budesonida 400 mcg	Capsulas	caixa com 60 caps
372	Formoterol (Fumarato) 6mcg + budesonida 200mcg + inalador	Cápsulas	Frasco com 60 cápsulas
373	Fosfato Sódio, Enema, Fosfato Monobásico 16% + Fosfato Dibásico 6% frasco 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml
374	Frutose + associações ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml
375	Furosemida 10 mg/ml frasco 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml
376	Furosemida 10mg/ml solução injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml
377	Furosemida 40mg	Comprimido	Blister com 20 cp
378	Gabapentina 300 mg	Comprimido	
379	Gabapentina 600 mg	Comprimido	
380	Ganciclovir 100mg	bolsa	
381	Ganciclovir 250mg	bolsa	
382	Ganciclovir 500mg	bolsa	
383	Garra do Diabo (extrato seco) 500mg comprimido revestido de Harpagophytum procumbens no mínimo de 12 mg e máximo de 24 mg de harpagosídeo por comprimido	Capsulas	
384	gel lubrificante 5 gr dose única	Saches	
385	Gemcitabina 1000mg	F/A	
386	Gentamicina (sulfato) 5mg/ml, solução oftálmica 5 ml	Frasco	Frasco com 5 ml
387	Gentamicina (sulfato) 80mg/2ml (ampola 2 ml)	Ampola	Ampola com 2 ml
388	Gentamicina 280mg	Ampola	
389	Glibenclamida 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp
390	Glicazida 30mg (Comprimido de Liberação Controlada)	Comprimido	
391	Glicazida 60mg MR	Comprimido	Blister com 15 cp
392	Glicazida 80mg	Comprimido	Blister com 15 cp
393	Glicosamina (sulfato) 400 g + Condroitina (sulfato) 500g	Capsulas	
394	Glicosamina, associada com Condroitina, em sais sulfatos, 1,5g + 1,2 g pó oral	Saches	Saches 4,13
395	Glicose 25% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml
396	Glicose 50% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml
397	Glimepirida 2 mg	Comprimido	
398	Gluconato de Cálcio 10% 100mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml
399	Goserelina (acetato) 10,8mg	Seringa preenchida	
400	Haloperidol 1mg	Comprimido	Blister com 10 cp
401	Haloperidol 2mg/ml Gotas 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml
402	Haloperidol 5 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

403	Haloperidol 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp
404	Haloperidol Decanoato 50 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml
405	Hemitartarato de norepinefrina 2mg/ml ampola 4 ml	Ampola	Ampola com 4ml
406	Heparina sódica 25.000 UI/5ml injetável ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5ml
407	Heparina Sódica 5.000 UI/0,25ml injetável ampola 0,25 ml	Ampola	Ampola com 0,25 ml
408	Hidralazina 20 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml
409	Hidralazina 25mg	Comprimido	
410	Hidralazina 50mg	Comprimido	
411	Hidroclorotiazida 25mg	Comprimido	
412	Hidroclorotiazida 50mg	Comprimido	
413	Hidrocortisona (succinato) pó liofilizado 100 mg p/ solução injetável	Ampola	Frasco Ampola
414	Hidrocortisona (succinato) pó liofilizado 500 mg p/ solução injetável	Ampola	Frasco Ampola
415	Hidrocortisona 1% creme 30 g	Bisnaga	Bisnaga com 30 g
416	Hidrocortisona, acetato 10 mg/g bisnaga 15 g	Bisnaga	Bisnaga 15g
417	Hidrogel com alginato bisnaga 30 g	Bisnaga	Bisnaga 30 g
418	Hidroxycarbamida 500mg (hidroxiureia)	Cápsula	
419	Hidroxycloquinina (sulfato) 400 mg	Comprimido	
420	Hidróxido Alumínio + Hidróxido magnésio + Dimeticona, 130mg + 70mg + 6mg/ml suspensão oral 240 ml	Frascos	Frasco 240 ml
421	Hidróxido de alumínio + hidróxido de magnésio + simeticona comprimido mastigável (concentração mínima: 153mg + 200mg + 20mg)	Comprimido	
422	Hidroxido de alumínio 200mg/5ml frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml
423	Hidróxido de alumínio 61,5 mg/ml frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml
424	Hidróxido de Alumínio e de Magnésio 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp
425	Hidróxido de Alumínio e de Magnésio 35,6+37mg Suspensão Oral 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml
426	Hipromelose 0,3% solução oftálmica 15 ml	Frasco	Frasco com 15 ml
427	Ibuprofeno 100 mg/ml frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20 ml
428	Ibuprofeno 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp
429	Ibuprofeno 50 mg/ml solução oral gotas 30 ml	Frasco	Frasco com 30 ml
430	Ibuprofeno 600mg	Comprimido	Blister com 10 cp
431	Ifosfamida 1000mg	F/A	
432	Imipenem 500mg + cilastatina 500mg	F/A	
433	Imipramina (cloridrato) 10mg	Comprimido	
434	Imipramina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp
435	Imipramina (pamoato) 75mg	Comprimido	
436	Imiquimode 50 mg/g	envelopes	
437	Imunoglobulina. 5g	F/A	
438	Insulina humana nph 100 U/ml (10ml)	F/A	
439	Insulina humana regular 100 U/ml (10ml)	F/A	
440	Insulina, detemir, 100 U/ml, 3 ml, com sistema de aplicação	Caneta	
441	Interferon 10 milhões alfa 2b	F/A	
442	Interferon 3 milhões alfa 2b	F/A	
443	Ipratrópio (brometo) 0,02mg/dose Areosol Oral 200 doses	Frascos	Frasco com 200 Doses
444	Ipratrópio (brometo) 0,25mg/ml solução Inalante 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

445	Ipratropio + fenoterol aerosol 15ml	Frasco	
446	Irbesartana 300mg	Comprimido	
447	Isoflavona 150mg	Comprimido	
448	Isoflurano 240ml	Frasco	
449	Isossorbida (monitrato) 20mg	Comprimido	Blister com 15 cp
450	Isossorbida (dinitrato) 10mg	Comprimido	Blister com 15 cp
451	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp
452	Isossorbida (monitrato) 40mg	Comprimido	Blister com 15 cp
453	Isossorbida (monitrato) 10mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml
454	Itraconazol 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp
455	Ivermectina 6mg blister 4 cp	Comprimido	Blister com 4 cp
456	Lactitol 10 G	Envelope	
457	Lactulose 667mg/ml solução Oral 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml
458	Letrozol 2,5mg	Comprimido	
459	Levedopa 200mg + Carbidopa 50 mg	Comprimido	
460	Levodopa 100mg + Benserazida 25mg Comprimido Dispersível	Comprimidos	Frasco com 30 cp
461	Levodopa 200mg + Benserazida 50mg	Comprimido	Frasco com 30 cp
462	Levodopa 250mg + carbidopa 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp
463	Levodopa 250mg + carbidopa 50mg	Comprimido	Blister com 50 cp
464	Levodopa associado a Benserazida 100mg + 25mg (BD)	Comprimidos burranhurados	Frasco com 30 cp
465	Levodopa associado a Benserazida 100mg + 25mg (HBS)	capsulas HBS	Frasco com 30 cp
466	Levofloxacina 5mg/ml (100ml)	F/A	
467	Levofloxacina 500mg	comprimido	
468	Levomepromazina (maleato) 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp
469	Levomepromazina (maleato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp
470	Levomepromazina (maleato) 40mg/ml 20ml gotas	Frasco	Frasco com 20 ml
471	Levonorgestrel + etinilestradiol (6 drgs. 0,05 levonorgestrel + 0,03 mg etinilestradiol) (5 drgs. 0,07 mg levonorgestrel + 0,04mg etinilestradiol) (10drgs.0,125mg levonorgestrel + 0,03mg etinilestradiol) blister 21 drageas	drágeas	Blister com 21 drágeas
472	Levonorgestrel 0,15mg + etinilestradiol 0,03mg blister 21 drageas	Drágeas	Blister c/ 21 drg
473	Levonorgestrel 0,75mg blister 2 cp	Comprimido	Blister com 2 cp
474	Levotiroxina sodica 100mcg	Comprimido	Blister com 15 cp
475	Levotiroxina sodica 25mcg	Comprimido	Blister com 15 cp
476	Levotiroxina sodica 50mcg	Comprimido	Blister com 15 cp
477	Levotiroxina sodica 75mcg	Comprimido	
478	Lidocaina 100mg/5g gel 2% bisnaga 30 g	Bisnaga	bisnaga com 30gr
479	Lidocaína (Cloridrato) 10% spray frasco 50 ml	Frasco	Frasco com 50mL
480	Lidocaína (s/ vasoconstritor) 2% frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20ml
481	Lidocaina + epinefrina 2% (20mg/ml) frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20ml
482	Lidocaína 2% + Epinefrina 1:100.000 tubete 1,8 ml	Ampola	tubete 1,8 ml
483	Lidocaína 2% + Norepinefrina 1:50.000 tubete 1,8 ml	Ampola	tubete 1,8 ml
484	Lincomicina (cloridrato) 300mg	Ampola	
485	Lincomicina (cloridrato) 600mg	Ampola	
486	Loperamida 2mg blister 4 cp	Comprimido	Blister com 4 cp

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

487	Loratadina 10mg	Comprimido	Blister com 12 cp
488	Loratadina 1mg/ml Xarope 100 ml	Frascos	Frasco com 100 ml
489	Lorazepam 1mg	Comprimido	
490	Lorazepam 2mg	Comprimido	
491	Losartan 25mg	Comprimido	
492	Losartana potassica 100mg + Hidroclorotiazida 25mg	Comprimido	
493	Losartana Potássica 50mg	Comprimido	Blister com 15 cp
494	Losartana Potássica 50mg + Hidroclorotizada 12,5mg	Comprimido	
495	Lovastatina 20mg	Comprimido	
496	Manitol 20% sistema fechado solução injetável 250 ml	Frasco	Frasco com 250ml
497	Maytenos Illicifolia , 380 mg	capsulas	
498	Mebendazol 100 mg + tiabendazol	Comprimido	
499	Mebendazol 100mg blister 6 cp	Comprimido	Blister com 6 comp.
500	Mebendazol 20mg/ml suspensão Oral 30 ml	Frascos	Frasco com 30 ml
501	Medroxiprogesterona (acetato) 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp
502	Medroxiprogesterona (acetato) 2,5mg	Comprimido	Blister com 10 cp
503	Medroxiprogesterona (acetato)150 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml
504	Megestrol 160mg	Comprimido	
505	Melfalano 2mg	Comprimido	
506	Mercaptopurina 50mg	Comprimido	
507	Meropenem Iv 1g	F/A	
508	Mesalazina 400mg	Comprimido	
509	Mesna 400mg/4ml	Ampola	
510	Metadona 10mg/ml (ampola 1ml)	Ampola	
511	Metadona 5mg	Comprimido	
512	Metaraminol (bitartarato) 10mg/ml (ampola 1ml)	Ampola	
513	Metformina (cloridrato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp
514	Metformina (cloridrato) 850mg	Comprimido	Blister com 10 cp
515	Metildopa 250 mg	Comprimido	Blister com 10 cp
516	Metildopa 500 mg	Comprimido	
517	Metilergometrina, maleato 0,2 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml
518	Metilfenidato (cloridrato) 10mg	Comprimido	Blister com 20 cp
519	Metilprednisolona. (acetato) 40mg/ml (2ml) intramuscular	F/A	
520	Metilprednisolona.. (succinato) 125mg/2ml	F/A	
521	Metilprednisolona... (succinato) 500mg/8ml	F/A	
522	Metoclopramida (cloridrato) 5mg/ml solução injetavel 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml
523	Metoclopramida 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp
524	Metoclopramida 4mg/ml gotas solução oral 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml
525	Metoprolol (succinato) 100mg (Comprimido De liberação controlada)	Comprimido	Blister com 10 comp.
	Metoprolol (succinato) 25mg (Comprimido De liberação controlada)	Comprimido	Blister com 10 comp.
526	Metoprolol (succinato) 50mg (Comprimido De liberação controlada)	Comprimido	Blister com 10 comp.
527	Metoprolol (tartarato) 1 mg/ml uso hospitar ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5ml
529	Metoprolol (Tartarato) 100mg	Comprimido	
530	Metotrexato 2,5 mg	Comprimido	
531	Metotrexato 500mg	F/A	
532	Metotrexato 50mg	F/A	

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

533	Metronidazol 100mg/g com no mínimo 10 aplicadores creme vaginal 50g	Bisnaga	Bisnaga com 50 g
534	Metronidazol 250mg	Comprimido	Blister com 10 cp
535	Metronidazol 400mg	Comprimido	Blister com 10 cp
536	Metronidazol 40mg/ml suspensão oral frasco 80 ml	Frasco	Frasco 80 ml
537	Metronidazol 500mg/100ml EV	F/A	
538	Micafungina sódica 100mg	F/A	
539	Micofenolato de sódio 180mg	Cápsula	
540	Micofenolato de sódio 360mg	Cápsula	
541	Miconazol (nitrato) 2% Gel Oral 40g	Bisnagas	Bisnaga com 40g
542	Miconazol (nitrato) 20 mg/gr creme dermatológico	Bisnaga	
543	Miconazol (nitrato) 20 mg/gr creme vaginal 80g, com no mínimo 10 aplicadores	Bisnaga	Bisnaga com 80 g
544	Midazolam 15 mg injetável 3 ml	Ampola	Ampola com 3 ml
545	Midazolam 1mg/ml injetável 5 ml	Ampola	Ampola com 5ml
546	Midazolam 5 mg/ml injetável 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml
547	Mikania glomerata spreng. xarope e solução oral 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml
548	Mirtazapina 15mg	Comprimido	
549	Mitoxantrona 2mg/ml (10ml)	F/A	
550	Morfina (sulfato) 10mg/ml solução oral 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml
551	Morfina (sulfato) 1mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml
552	Morfina (sulfato) 30 mg	Comprimido	Blister com 10 cp
553	Morfina 0,2mg/ml (1ml)	Ampola	
554	Morfina 10 mg	Comprimido	
555	Morfina 10mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml
556	Moxifloxacina 400mg/250ml	Bolsa	
557	Mupirocina pomada 20mg/g (15g)	Tubo	
558	Nalbufina 10mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml
559	Naloxona 0,4mg/1ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1mL
560	Naproxeno sódico, 500 mg	Comprimido	
561	Neomicina (sulfato) 5mg/g + Bacitracina 250ui pomada dermatológica 10 g	Bisnaga	Bisnaga com 10g
562	Neostigmina 0,5mg/1ml	Ampola	
563	Nifedipina 10mg	Comprimido	Blister com 30 cp
564	Nifedipina 20mg	Comprimido	Blister com 10 cp
565	Nifedipina 20mg (retard)	Comprimido	Blister com 10 cp
566	Nimesulide 100mg	Comprimido	Blister com 12 cp
567	Nimesulide 50mg Solução Oral 15 ml	Frascos	Frasco com 15 ml
568	Nimodipino 30mg	Comprimido	
569	Nistatina 25.000ui/g Creme Vaginal 60 g com no mínimo 10 aplicadores	Bisnagas	Bisnaga com 60 gr
570	Nistatina + óxido de zinco	Bisnaga	
571	Nistatina 100.000ui/ml Suspensão Oral 50ml	Frasco	Frasco com 50 ml
572	Nitrato de Tiamina + piroxidina + cianocobalamina	Comprimido	
573	Nitrofurantoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp
574	Nitrofurantoína 5mg/ml suspensão Oral	Frascos	
575	Nitroglicerina 5 mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml
576	Nitroglicerina 25mg ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5mL
577	Nitroprussiato de sódio 50mg/ml (ampola 1ml)	Ampola	

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

578	Norepinefrina 8mg/4ml (4mg de norepinefrina base)	Ampola	
579	Norepinefrina, sal bitartarato, 1mg/ml ampola 4 ml	Ampola	Ampola com 4 ml
580	Noretisterona (enantato) 50mg + Estradiol (valerato) 5 mg/ml Ampola 1 ml c/ seringa	Ampola	Ampola com 1 ml
581	Noretisterona (enantato) 50mg + Estradiol (valerato) 5 mg/ml Ampola 1 ml s/ seringa	Ampola	Ampola com 1 ml
582	Noretisterona 0,35mg blister 35 cp	Comprimido	Blister com 35 cp
583	Norfloxacin 400mg blister 7 cp	Comprimido	Blister com 7 cp
584	Nortriptilina (cloridrato) 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp
585	Nortriptilina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp
586	Nortriptilina (cloridrato) 50mg	Comprimido	Blister com 10 cp
587	Nortriptilina (cloridrato) 75mg	Comprimido	Blister com 10 cp
588	Ocitocina , 5 UI/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml
589	Octreotida 100mcg (0,1mg/ml)	Ampola	
590	Octreotida 500mcg (0,5mg/ml)	Ampola	
591	Óleo Mineral 100% frasco 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml
592	Omeprazol 10mg	Comprimido	
593	Omeprazol 20mg	Cápsula	Blister com 14 caps
594	Omeprazol 40mg solução injetável	Ampola	
595	Omeprazol magnesio 20mg	Comprimido	
596	Ondansetrona (cloridrato) 2mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml
597	Ondansetrona (cloridrato) 4mg	Comprimido	
598	Ondansetrona (cloridrato) 8mg	Comprimido	Blister com 10 cp
599	Ondansetrona 8mg/ml ampola 4 ml	Ampola	Ampola com 4 ml
600	Oxacilina 500mg	F/A	
601	Oxaliplatina 100mg	F/A	
602	Oxaliplatina 50mg	F/A	
603	Oxcarbazepina 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp
604	Oxcarbazepina 600mg	Comprimido	Blister com 10 cp
605	Oxcarbazepina 60mg/ml suspensao oral 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml
606	Oxibutinina 1mg/ml frasco 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml
607	Oxibutinina 5 mg	Comprimido	
608	Óxido de zinco 25% (pasta d'agua) frsco 100 gr	Frasco	Frasco com 100g
609	Oxido zinco + vitamina A + D pomada 45 gr	Bisnaga	Bisnaga com 45 g
610	Paclitaxel. 300mg/50ml	F/A	
611	Palmitato de Retinol (Vitamina A) 3.000ui + Colecalciferol (Vitamina D3) 800ui Sol. Oral 10 ml	Frasco	10ml
612	Pamidronato dissódico 90mg/10ml	F/A	
613	Pancreatina 25.000 U	Cápsula	
614	Pancurônio (brometo) 2mg/ml (2ml)	Ampola	
615	Pantoprazol de sódio 40 mg	Comprimido	
616	Papaverina 50mg/ml (ampola 2ml)	Ampola	
617	Paracetamol 100mg/mL acompanha seringa dosadora suspensão oral 15 ml	Frasco	Frasco com 15mL
618	Paracetamol 200mg/ml gotas solucao oral 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml
619	Paracetamol 500 mg + Codeína 30 mg	Comprimido	
620	Paracetamol 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp
621	Paracetamol 750mg	Comprimido	
622	Paroxetina (cloridrato) 20 mg	Comprimido	

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

623	Penicilina cristalina. potássica 1.000.000 Ui	F/A	
624	Pentoxifilina 400mg	Comprimido	
625	Periciazina 1% frasco 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml
626	Periciazina 4% frasco 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml
627	Permanganato de Potássio 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp
628	Permetrina 10mg/ml loção 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml
629	Permetrina 50mg/ml loção 60 ml	Frascos	Frasco com 60 ml
630	Peróxido de Benzoila 50mg/g gel dermatologico 250 gr	Bisnaga	Bisnaga com 20 gr
631	Petidina 50mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml
632	Pilocarpina (cloridrato) 2% solução oftálmica 10 ml	Frascos	Frasco com 10 ml
633	Piperacilina + tazobactam 4,5g	F/A	
634	Piridoxina (Cloridrato) 50mg	Comprimido	
635	Pirimitamina 25mg	Comprimido	Frasco com 100 cp
636	Piroxicam 20mg	Cápsulas	
637	Piroxicam 40mg ampola 2 ml	Ampola	Ampola 2mL
638	Plantago Ovata 3,5g pó efervescente sem açúcar	Sachê	
639	Poliestirenosulfonato de cálcio 900mg/g (30g)	Envelope	
640	Polimixina 500.000 Ui	F/A	
641	Polivitaminico composto de vitaminas e minerais de A a Z retinol (como palmitato) (vit. A) 2664 UI colecalciferol (vit. D) 400 UI 200 acetato de tocoferol (vit. E) 10,00 UI 100 ácido ascórbico (vit. C) 70,00 mg tiamina (como mononitrato) (vit. B1) 3,00 mg riboflavina (vit. B2) 3,40 mg nicotinamida 17,00 mg cloridrato de piridoxina (vit. B6) 4,00 mg ácido fólico 0,60 mg cianocobalamina (vit. B12) 2,20 mcg ferro (como fumarato ferroso) 30,00 mg zinco (como óxido de zinco) 15,00 mg cálcio (como carbonato de cálcio) 125,00 mg	Comprimido	Blister com 14 ou 28 comp
642	Polivitamínico e poliminerais suspensão Oral 100 ml	Frasco	Frasco com 100 ml
643	Prednisolona (fosfato sodico) 1mg/ml suspensão 100 ml	Frasco	Frasco com 100 ml
644	Prednisolona (fosfato sodico) 3mg/ml suspensão 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml
645	Prednisona 20mg	Comprimido	Blister com 10 cp
646	Prednisona 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp
647	Pregabalina 75mg	Comprimido	
648	Preservativo feminino	envelope	
649	Preservativo masculino lubrificado 52 mm	envelopes	
650	Preservativo masculino lubrificado 55 mm	envelopes	
651	Prilocaina 25mg/g com lidocaina 25 mg/gr – bandagem oclusiva	binagags	
652	Prometazina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp
653	Prometazina (cloridrato) 25mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml
654	Prometazina pomada	Bisnaga	
655	Propafenona (cloridrato) 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp
656	Propatlnitrato 10mg	Comprimido	Blister com 25 cp
657	Propiltiouracil 100 mg	Comprimido	
658	Propofol 10mg/ml (20ml) emulsão injetável	Ampola	
659	Propofol 10mg/ml (50ml) emulsão injetável	F/A	
660	Propranolol (cloridrato) 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp
661	Propranolol (cloridrato) 40mg	Comprimido	Blister com 10 cp
662	Protamina (Cloridrato) 10mg/mL ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5mL
663	Protamina 50mg/5ml 1000 Ui/ml (5ml)	Ampola	
664	Questran Light 4,0 g	envelope	

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

665	Questran light saché	sachés	
666	Ranitidina (cloridrato) 25 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml
667	Ranitidina (cloridrato) 15 mg/ml frasco 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml
668	Ranitidina (cloridrato) 150mg	Comprimido	Blister com 10 cp
669	Remifentanil (cloridrato) 2mg	Ampola	
670	Residonato de sódio 35 mg	Comprimido	
671	Retinol (acetato) 50.000ui + colecalciferol 10.000ui frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml
672	Retinol (vitamina A) 1ml	Ampola	
673	Retinol 150 UI/ml frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20 ml
674	Rifamicina 10mg/ml spray 20 ml	Frasco	Frasco com 20 ml
675	Rifampicina 300mg	Cápsula	
676	Risperidona 1mg	Comprimido	Blister com 10 cp
677	Risperidona 2 mg	Comprimido	Blister com 10 cp
678	Risperidona 3 mg	Comprimido	
679	Rivaroxabana 10mg	comprimido	
680	Rocurônio (brometo) 50mg/5ml	F/A	
681	Ropivacaína 0,2% (2mg/ml) 20ml	Ampola	
682	Ropivacaína 1% 10mg/ml (20ml)	Ampola	
683	Rosuvastatina cálcica 10 mg	Comprimido	
684	Roxitrimicina 300 mg	comprimidos	
685	Sais p/ reidratação oral com 27,9g (cloreto de sódio 3,5g + cloreto de potássio 1,5g + citrato de sódio 2,9g + glicose 20g)	Envelope	Envelope com 27,9g
686	Salbutamol 100mcg Aerosol com 200 doses	Frascos	Tubo com 200 Doses
687	Salbutamol 2 mg	Comprimido	
688	Salbutamol 2mg/5ml Xarope 100 ml	Frascos	Frasco com 100 ml
689	Salmeterol (xinafoato) 50 mcg + fluticasona (propionato) 250 mcg frasco com 60 doses	Frascos	Frasco com 60 doses
690	Secnidazol 1000 mg	Comprimido	
691	Sertralina (cloridrato) 100 mg	Comprimido	
692	Sertralina (cloridrato) 50 mg	Comprimido	Blister com 10 cp
693	Sevoflurano 250ml	Frasco	
694	Silybum Marianum L. Gaerth extrato seco 100 mg	Comprimido	
695	Simeticona 40mg	Comprimido	
696	Simeticona 75mg/ml frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml
697	Sinvastatina 10mg	Comprimido	
698	Sinvastatina 20mg	Comprimido	
699	Sinvastatina 40mg	Comprimido	
700	Sinvastatina 80mg	Comprimido	
701	Sirolimus 1mg	Drágea	
702	Sitagliptina (fosfato) 50mg + Metformina 850mg	Comprimido	
703	Solução de ringer com lactato de sódio sistema fechado com 500 ml	Frasco	Frasco com 500mL
704	Solução salina balanceada 500ml	Frasco	
705	Sorbitol, sorbitol 70% + Lauril Sulfato de Sódio, 714mg + 7,70mg/g bisnaga 6,5 g	Bisnaga	Bisnaga 6,5 g
706	Soro fisiológico (Cloreto de sódio 0,9%) 10 ml solução injetável ampola	Ampola	Ampola com 10 ml
707	Soro fisiológico (Cloreto de sódio 0,9%) frasco 100ml sistema fechado	Frasco	Frasco com 100 ml
708	Soro fisiológico (Cloreto de sódio 0,9%) frasco 250ml sistema fechado	Frasco	Frasco com 250 ml

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

709	Soro fisiológico (Cloreto de sódio 0,9%) frasco 500ml sistema fechado	Frasco	Frasco com 500 ml
710	Soro glicofisiológico (glicose associada ao cloreto de sódio 5% + 0,9%) frasco 250ml sistema fechado	Frasco	Frasco com 250 ml
711	Soro glicofisiológico (glicose associada ao cloreto de sódio 5% + 0,9%) frasco 500ml sistema fechado	Frasco	Frasco com 500 ml
712	Soro glicosado (glicose 5%) frasco 250ml sistema fechado	Frasco	Frasco com 250 ml
713	Soro glicosado (glicose 5%) frasco 500ml sistema fechado	Frasco	Frasco com 500 ml
714	Sotalol (Cloridrato) 160mg	Comprimido	
715	Sufentanila 50mcg/ml (1ml) IV	Ampola	
716	Sufentanila 5mcg/ml (2ml)	Ampola	
717	Sugamadex sódico 100mg/ml (2ml)	Ampola	
718	Sulfadiazina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp
719	Sulfadiazina de prata 0,4%+ nitrato de cerio 1% pomada	Bisnaga	Bisnaga com 50g
720	Sulfadiazina de Prata 10mg/g Pasta	Bisnagas	Bisnaga com 50 g
721	Sulfametoxazol + trimetoprima 400/80mg EV 5ml	Ampola	
722	Sulfametoxazol 200mg/5ml + trimetoprima 40mg/5ml suspensão oral 50 ml	Frasco	Frasco com 50ml
723	Sulfametoxazol 400mg + Trimetoprima 80mg	Comprimido	Blister com 10 cp
724	Sulfato de bário 1g/ml (150ml) suspensão oral	Frasco	
725	Sulfato de efedrina 50mg/1ml	Ampola	
726	Sulfato de Magnésio 10% injetável 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml
727	Sulfato de Magnésio 50% injetável 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml
728	Sulfato Ferroso 25mg/ml solução Oral 30 ml	Frascos	Frasco com 30 ml
729	Sulfato ferroso 40mg Fe++	Comprimido	Blister com 20 cp
730	Sulfato ferroso xarope 150 ml	Frasco	Frasco com 150 ml
731	Supositório de glicerina (glicerol 95%) adulto	Supositório	
732	Supositório de glicerina (glicerol 95%) infantil	Supositório	
733	Suxametônio (cloreto) 500 mg/ml mpola 10 ml	Frasco Ampola	Ampola com 10 ml
734	Suxametônio cloreto, 100 mg injetável	Frasco	Frascoampola
735	Tacrolimus 1mg	Comprimido	
736	Tacrolimus 5mg	Ampola	
737	Tamoxifeno 20mg	Ampola	
738	Teicoplanina 400mg	Ampola	
739	Tenoxicam 20mg pó liófilo	Ampola	Frasco Ampola
740	Teofilina 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp
741	Teofilina 200 mg	Comprimido	
742	Terbutalina (sulfato) 0,5 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml
743	Terlipressina (acetato) 1mg/5ml IV	Ampola	
744	Tetracaina (cloridrato) associado com Fenilefrina (cloridrato) + Acido Bórico solução oftálmica 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml
745	Tetraciclina 500mg	Cápsula	
746	Tiabendazol 500mg	Comprimido	
747	Tiabendazol 50mg/g pomada 20 g	Bisnaga	Bisnaga 20 g
748	Tiabendazol 50mg/g pomada 45 g	Bisnaga	Bisnaga 45 g
749	Tiabendazol 50mg/ml suspensão oral 40 ml	Frasco	Frasco com 40 ml
750	Tiafenicol 2,5 g envelope	envelope	
751	Tiamazol 10mg	Comprimido	

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

752	Tiamina (cloridrato) + vitamina B1, riboflavina, vitamina B2 4,0 mg, nicotinamida vitamina PP 40,0 mg dexpantenol 6.0 ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml
753	Tiamina (cloridrato) 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp
754	Tibolona 1,25mg	Comprimido	
755	Ticlodipina (cloridrato) 250 mg	Comprimido	Blister com 10 cp
756	Tigeciclina 50mg	Ampola	
757	Timoglobulina imunoglobulina antilinfócitos (coelho) 25mg/5ml	Ampola	
758	Timolol (maleato) 0,25mg solução oftálmica 5ml	Frascos	Frasco com 5 ml
759	Timolol (maleato) 0,5%, solução oftálmica 5ml	Frasco	Frasco com 5ml
760	Tinidazol 500mg	Comprimido	
761	Tioconazol 20mg/g + tinidazol 30mg/g bisnaga 30 g com aplicador	Bisnaga	Bisnaga com 30g
762	Tiopental sódico 1g	Ampola	
763	Tioridazida (cloridrato) 100 mg	Comprimido	Blister com 20 cp
764	Tioridazida (cloridrato) 50 mg	Comprimido	
765	Tiotropio (brometo) 2,5mcg/ml solução inalatória 60 doses	Frasco	com 60 doses
766	Tirofibano 0,25mg/ml (50ml)	Ampola	
767	Tobramicina 3mg colírio 5 ml	Frascos	Frasco com 5ml
768	Tobramicina 3mg/mL + dexametasona 1mg/ml solução oftálmica 5 ml	Frasco	Frasco com 5mL
769	Topiramato 100mg	Comprimido	
770	Topiramato 25mg	Comprimido	
771	Topiramato 50mg	Comprimido	
772	Tramadol (cloridrato) 100mg retard	Comprimido	
773	Tramadol (cloridrato) 50mg	Comprimido	Blister com 10 cp
774	Tramadol 50mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml
775	Trazodona 50mg	Comprimido	
776	Tretinoína 10mg (ácido transretinoico)	Ampola	
777	Triametazidina 35mg	Comprimido	
778	Trometamina (cetorolaco) 30mg/1ml	Ampola	
779	Tropicamida 1% solução oftálmica 5 ml	Frasco	Frasco com 5ml
780	Valaciclovir 500	comprimido	
781	Valeriana officinalis 50mg	Comprimido	
782	Valganciclovir 450mg	Comprimido	
783	Vancomicina 500mg	Ampola	
784	Varfarina 2,5mg	Ampola	
785	Varfarina Sódica 1mg	Comprimido	
786	Varfarina Sódica 2,5 mg	comprimido	
787	Varfarina Sódica 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp
788	Vaselina líquida frasco 1 litro	Frasco	Frasco com 1L
789	Vasopressina 20 U/ml (1ml)	Ampola	
790	Venlafaxina (cloridrato) 75 mg	Comprimido	
791	Verapamil (cloridrato) 120mg	Comprimido	Blister com 10 cp
792	Verapamil (Cloridrato) 2,5mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2mL
793	Verapamil (cloridrato) 80mg	Comprimido	Blister com 10 cp
794	Vidagliptina associada a cloridrato de metformina (50 mg + 850 mg)	Comprimido	
795	Vimblastina 10mg	Ampola	
796	Vincristina 1mg/ml (1ml)	Ampola	
797	Vinorelbina 50mg	Ampola	

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

798	Vitamina A 5.000 UI/ml, Vitamina B1 4,0 mg/ml, Vitamina B2 1,0 mg/ml, Vitamina PP 10,0 mg/ml, Vitamina B6 1,0 mg/ml, Vitamina B5 10,0 mg/ml, Vitamina H 0,1 mg/ml, Vitamina C 50,0 mg/ml, Vitamina D 1.000 UI/ml, Vitamina E 3,0 mg/ml frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20 ml
799	vitAMINA A + D + B2 + C + niacinamida + B6 + Pantenol + vitamina E 5ml	Ampola	
800	Vitamina A 5.000ui + D 900ui e oxido de zinco 150mg/g, pomada dermatológica 45 g	Bisnaga	Bisnaga com 45 g
801	Vitamina A(palmitato) 12500Ui/ml+Vitamina B1(cloridrato) 0,4mg/ml+Vitamina B2(fosfato sódico)0,5mg/ml+Vitamina B6(cloridrato)0,6mg/ml+Vitamina B12(cianocobalamina)0,5mcg/ml+Vitamina C(acido ascorbico)35mg/ml+Vitamina D3(colecalciferol)400Ui/ml+Vitamina E(acetato)4Ui/ml+Acido fólico 35mcg/ml+Nicotinamida 6mg/ml+Pantenol 3mg/ml	Frascos	
802	Vitamina B1 + B6 + B12 5.000 U/3ml intramuscular exclusivo	Ampola	
803	Vitaminas + Sais minerais sendo, acido folico 500mcg, vitamina B1 30mg, vitamina B2 10mg, vitamina B6 10 mg, vitamina B12 25mcg, vitamina E 45UI, vitamina C 600mg, nicotinamida 100 mg, pantotenato de calcio 25mg, cobre 3mg, zinco 23,9mg, zinco23,9mg registro no MS como medicamento	Comprimido	
804	Xilometazolina (oximetazolina) 1% gotas 15ml	Ampola	
805	Zolpidem 10 mg	Comprimido	
TOTAL			

- 1.2 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **01 de maio de 2015 a 31 de outubro de 2015**.
- 1.3 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, não podendo superar a 1 (um) ano, conforme inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

2 DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

- 2.1 As contratações dos itens, de forma parcelada, serão efetuadas conforme a necessidade de cada Órgão Participante, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.
- 2.1.1 A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante, por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, Autorização de Fornecimento, Pedido de Medicamentos ou Contrato.
- 2.1.2 Será atribuído um login e senha aos fornecedores registrados para acesso ao sistema de controle STLicita, disponível em <http://cisamunesc.stlicita.com.br/>, sendo as Autorizações de Fornecimento/Pedidos de Medicamentos lançadas pelos Órgãos Participantes diretamente neste sistema.
- 2.1.3 Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de **10 (dez)** dias, a contar da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, Pedido de Medicamentos ou Contrato, que serão emitidas através do sistema STLicita e enviadas por meio eletrônico, no endereço eletrônico cadastrado pelo fornecedor, conforme dados informados de acordo com o Anexo X.
- 2.1.4 O Fornecedor deverá acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após envio.
- 2.1.4.1 Caso o Fornecedor não confirme neste prazo o recebimento da Autorização de Fornecimento, o próprio sistema fará a confirmação pelo Fornecedor, sendo considerada válida para todos os efeitos.
- 2.1.4.2 Em razão da confirmação automática do recebimento das Autorizações de Fornecimento pelo sistema, na forma do item 2.1.4.1, caso haja alteração de dados de acesso em relação àqueles informados no Anexo X, compete exclusivamente ao Fornecedor requerer a atualização dos seus dados de acesso ao sistema STLicita.
- 2.1.5 Caso as autorizações de fornecimento a serem entregues não atinjam o valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), o Fornecedor, desde que inequivocamente noticie ao requisitante e este



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

- expressamente concorde, poderá exceder, em no máximo 10 (dez) dias, o prazo de entrega, não aplicando-se-lhe qualquer sanção;
- 2.1.6 O controle da situação das Autorizações de Fornecimento será realizada através do sistema informatizado STLicita, sendo liberado acesso ao fornecedor, através de senha, fornecida por ocasião da celebração da Ata de Registro de Preços, conforme item 2.1.2.
- 2.1.7 Ao realizar o faturamento e entrega dos itens constantes da Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá registrar o evento no sistema informatizado, por meio de acesso com seu login e senha, anexando-o à Nota Fiscal Eletrônica respectiva, em formato "pdf", bem como o arquivo XML correspondente.
- 2.1.8 O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da Autorização de Fornecimento, conforme dados de faturamento e locais indicado pelo Órgão Participante (Anexo IX), com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica.
- 2.2 A data de validade dos materiais a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados apartir da data de recebimento dos mesmos pelo solicitante.
- 2.3 **Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante correrão por conta do fornecedor.**
- 2.4 Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.
- 2.5 A proponente vencedora deverá apresentar no ato da entrega dos medicamentos, o **Certificado de Controle Qualidade do lote** de cada produto, emitido pelo laboratório produtor.
- 2.6 O Fornecedor deverá apresentar também, no ato da entrega dos medicamentos, o **Certificado de Registro de Produto** de cada medicamento, que poderá ser emitido via internet, no site da ANVISA, dentro do prazo de validade.
- 2.7 Os Órgãos Participantes observarão, para efeito de quantificação do pedido, a quantidade mínima da embalagem primária, nos casos de impossibilidade de fracionamento.
- 2.7.1 A fracionabilidade será regulada pelas disposições contidas no Decreto nº 5.775/2006, Lei nº 6.360/76, Lei nº 6.437/77 e RDC nº 80/2006.
- 2.7.2 Para os lotes cuja Embalagem Primária esteja definida no quadro descritivo do objeto – item 1.1 -, esta será a adotada. Entretanto, para aqueles lotes em que não haja tal informação, o licitante, ao elaborar sua proposta, deverá informar a quantidade da embalagem primária para o medicamento cotado.
- 2.8 O fornecedor deverá observar as diretrizes estabelecidas pela RDC nº 54/2013, referente à implantação do sistema nacional de controle de medicamentos e os mecanismos e procedimentos para rastreamento de medicamentos na cadeia dos produtos farmacêuticos.

3 DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

- 3.1 Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo para cada Órgão Participante é constante nos quadros abaixo:
- 3.1.1 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 95.945.509/0001-80, com sede na Av. Amandio Cabral, nº 457, Centro, CEP 89.247-000, na cidade de Balneário Barra do Sul, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Ademar Henrique Borges:

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA	QUANTIDADE PREVISTA
8	Aciclovir 200mg	Comprimido	Blister com 15 cp	3.000
12	Acido acetil salicílico 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	125.000
16	Ácido Fólico 5mg	Comprimido	Blister com 20 cp	15.000
22	Ácido Valpróico 250mg	Comprimido capsulas		5.000
24	Ácido valpróico 500mg, frasco com 50 capsulas	Capsulas	Frasco com 50 caps	5.000
27	Adenosina 6mg/ml , ampola com 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	50
29	Agua destilada , ampola com 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	1.000
34	Albendazol 400mg, blister com 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	500

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

35	Albendazol 40mg/ ml suspensão oral , frasco com 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	500
38	Alendronato de sódio 70mg	Comprimido	Blister com 4 cp	2.000
41	Alopurinol 100mg	Comprimido	Blister com 15cp	3.000
42	Alopurinol 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.000
48	Ambroxol (cloridrato) 15mg/5ml xarope , frasco com 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml	1.000
49	Ambroxol (cloridrato) 30mg/5ml xarope , frasco com 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml	1.000
52	Aminofilina 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	8.000
53	Aminofilina 24 mg/ml, ampola com 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	150
54	Amiodarona (cloridrato) 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
55	Amiodarona (cloridrato) 50mg/ml injetável , ampola com 3 ml	Ampola	Ampola com 3 ml	150
56	Amitripilina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	40.000
57	Amitripilina (cloridrato) 75mg	Comprimido		5.000
58	Amoxicilina + Clavulanato de potássio 50mg/ml + 12,5mg/ml pó p/ suspensão oral. Frasco 75 ml	Frasco	Frasco com 75ml	50
59	Amoxicilina 250mg/5ml suspensão Oral , frasco 150 ml	Frasco	Frasco com 150 ml	3.000
60	Amoxicilina 250mg/5ml suspensão Oral , frasco 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	2.000
61	Amoxicilina 500mg + Clavulanato de Potássio 125mg	Comprimido	Blister com 10 cp	4.000
62	Amoxicilina 500mg, blister com 21 capsulas	Cápsula	Blister com 21 caps	25.000
71	Anlodipino (besilato) 10 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
72	Anlodipino (besilato) 5mg	Comprimido		20.000
74	Atenolol 25mg	Comprimido		100.000
75	Atenolol 50 mg	Comprimido	Blister com 15 cp	60.000
78	Atropina (sulfato) 0,25mg/ml solução injetável, ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	50
79	Atropina (sulfato) 0,50mg/ml, ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	50
82	Azitromicina 40mg/ml suspensão Oral + Diluyente, frasco 600 mg	Frasco	Frasco com 600 mg	1.000
85	Azitromicina 500mg, blister com 3 cp	Comprimido	Blister com 3 cp	5.000
90	Benzilpenicilina 600.000ui + Diluyente	Ampola	Frasco Ampola	800
91	Benzilpenicilina Benzatina 1200.000U.i pó frasco + diluyente	Frasco	Frasco Ampola	800
92	Benzilpenicilina G procaína + potássica 300.000UI + 100.000UI + diluyente	Frasco	Frasco Ampola	400
95	Benzoato de benzila 25 % , frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100 ml	50
100	Bimatoprost 0,3mg/ml colírio	Frasco		5
102	Biperideno 2mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
123	Captopril 25 mg	Comprimido		150.000
124	Captopril 50mg	Comprimido		80.000
126	Carbamazepina 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
130	Carbonato de Cálcio 1500 mg (equivalente a 600mg de Ca++ + Colecalciferol 400UI)	Comprimido		35.000



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

135	Carvedilol 12,5mg	Comprimido	Blister com 15 cp	8.000
136	Carvedilol 25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	8.000
137	Carvedilol 3,125mg	Comprimido	Blister com 15 cp	15.000
138	Carvedilol 6,25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	15.000
140	Cefalexina 250mg/5ml pó p/suspensão oral frasco 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	1.000
141	Cefalexina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
149	Ceftriaxona 1g pó para suspensão IM	Frasco Ampola		200
150	Ceftriaxona 500mg pó para suspensão IM	Frasco Ampola		100
152	Cetoconazol 20mg/g creme bisnaga 30 g	Bisnaga	Bisnaga com 30g	250
154	Cetoconazol 200 mg	Comprimido		3.000
155	Cetoprofeno 100mg/ml EV Pó liofilo injetável	FrascoAmpola		500
157	Cetoprofeno 50mg/ml IM ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	2.000
170	Cimetidina 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.500
172	Cinazina 75mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
175	Ciprofloxacino (cloridrato) 500mg	Comprimido	Blister com 15 cp	15.000
194	Clonazepam 2,5mg/ml Solução Oral frasco 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	30
197	Clopidogrel 75mg	Comprimido		5.000
201	Cloranfenicol 5mg + Acetato de Retinol 10.000UI + Aminoácidos 25mg + Metionina 5mg Pomada oftálmica 3,5 g	Bisnaga	Bisnaga 3,5 g	10
204	Cloreto de Potássio 19,1% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	50
208	Cloreto de Sódio 0,9% Solução Nasal Spray frasco 50 ml	Frascos	Frasco com 50 ml	300
212	Clorpromazina 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
213	Clorpromazina 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
216	Clorpropamida 250mg	Comprimido		2.000
220	Colagenase 0,6 UI + Cloranfenicol 0,01 g Pomada 30 g	Bisnagas	Bisnaga com 30g	20
221	Colchicina 0,5mg	Comprimido	Blister com 20 cp	1.500
225	Complexo B injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	2.000
226	Complexo B Polivitaminico	Comprimido	Blister com 20 cp	15.000
234	Deltametrina 0,2 mg/ml frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100 ml	500
236	Deslanosídeo 0,4mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	30
242	Dexametasona 0,1% creme 10 g	Bisnaga	Bisnaga com 10 g	3.000
245	Dexametasona (fosfato dissódico) 4 mg/ml ampola 2,5 ml	Ampola	Ampola com 2,5ml	500
250	Dexclorfeniramina (maleato) 0,4 mg/ml, solução oral frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml	1.000
251	Dexclorfeniramina (maleato) 2mg	Comprimido	Blister com 20 cp	10.000
256	Diazepam 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	25.000
257	Diazepam 10mg/2ml injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	200
258	Diazepam 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
261	Diclofenaco resinato 15mg/ml gotas frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10ml	50
262	Diclofenaco sódico 50mg	Comprimido	Blister com 20 cp	30.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

264	Diclofenaco Sódico 25mg/ml ampola 3 ml	Ampola	Ampola com 3ml	2.000
270	Digoxina 0,25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.000
271	Diltiazem 60mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
273	Dimenidrato + Piridoxina + Glicose + Frutose, 3mg+5mg+100mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	300
274	Dimenidrinato 50mg + Piridoxina (cloridrato) 10mg	Comprimido		3.000
275	Dimenidrinato 50mg + Piridoxina (cloridrato) 50mg ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	300
278	Dipirona sódica 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	40.000
279	Dipirona sódica 500mg/ml gotas frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	500
280	Dipirona Sódica 500mg/ml injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	1.000
286	Divalproato de sódio 500mg	Comprimido		4.000
293	Dopamina (cloridrato) 5 mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10ml	50
294	Doxazosina (mesilato) 2mg	Comprimido		5.000
295	Doxazosina (mesilato) 4mg	Comprimido		2.000
300	Enalapril (maleato) 10mg	Comprimido		180.000
301	Enalapril (maleato) 20mg	Comprimido		180.000
303	Epinefrina (cloridrato) 1 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	100
311	Escopolamina (butilbrometo) 20mg + Dipirona sódica 2,5mg ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	2.000
312	Escopolamina (butilbrometo) 10mg	Comprimido	Blister com 20 cp	15.000
313	Escopolamina (butilbrometo) 10mg + Dipirona Sódica 250mg	Comprimido		15.000
314	Escopolamina (butilbrometo) 10mg/ml+ Dipirona Sódica gotas 10ml	Frasco	Frasco com 10ml	300
316	Escopolamina (butilbrometo) 20 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	500
321	Espironolactona 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	500
322	Espironolactona 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	25.000
330	Estrogênios conjugados 0,625mg	Drágeas	Blister com 28 cp	12.000
341	Fenitoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	18.000
342	Fenitoína Sódica 50 mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	50
343	Fenobarbital 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	17.000
344	Fenobarbital 200 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	50
348	Fenoterol (bromidrato) 5 mg/ml 20 ml para nebulização	Frasco	Frasco com 20 ml	50
352	Fentanila (sal citrato) 0,05mg/ml solução injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	40
358	Fitomenadiona 10mg ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	30
359	Fluconazol 150mg blister 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	3.500
368	Fluoxetina (cloridrato) 20mg	Comprimido/capsulas	Blister com 10 cp	45.000
373	Fosfato Sódio, Enema, Fosfato Monobásico 16% + Fosfato Dibásico 6% frasco 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml	15
376	Furosemida 10mg/ml solução injetável	Ampola	Ampola com 2 ml	300



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

	ampola 2 ml			
377	Furosemida 40mg	Comprimido	Blister com 20 cp	30.000
389	Glibenclamida 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	80.000
390	Glicazida 30mg (Comprimido de Liberação Controlada)	Comprimido		6.000
391	Glicazida 60mg MR	Comprimido	Blister com 15 cp	6.000
392	Glicazida 80mg	Comprimido	Blister com 15 cp	1.500
395	Glicose 25% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	500
398	Gluconato de Cálcio 10% 100mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	20
402	Haloperidol 5 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	50
403	Haloperidol 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
404	Haloperidol Decanoato 50 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	50
407	Heparina Sódica 5.000 UI/0,25ml injetável ampola 0,25 ml	Ampola	Ampola com 0,25 ml	80
411	Hidroclorotiazida 25mg	Comprimido		150.000
412	Hidroclorotiazida 50mg	Comprimido		5.000
413	Hidrocortisona (succinato) pó liofilizado 100 mg p/ solução injetável	Ampola	Frasco Ampola	500
414	Hidrocortisona (succinato) pó liofilizado 500 mg p/ solução injetável	Ampola	Frasco Ampola	500
425	Hidróxido de Alumínio e de Magnésio 35,6+37mg Suspensão Oral 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	250
428	Ibuprofeno 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
429	Ibuprofeno 50 mg/ml solução oral gotas 30 ml	Frasco	Frasco com 30 ml	800
430	Ibuprofeno 600mg	Comprimido	Blister com 10 cp	18.000
444	Ipratrópio (brometo) 0,25mg/ml solução Inalante 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	50
449	Isossorbida (monitrato) 20mg	Comprimido	Blister com 15 cp	10.000
450	Isossorbida (dinitrato) 10mg	Comprimido	Blister com 15 cp	40.000
451	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
453	Isossorbida (monitrato) 10mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	50
454	Itraconazol 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.000
464	Levodopa associado a Benserazida 100mg + 25mg (BD)	Comprimidos birranhurados	Frasco com 30 cp	1.500
465	Levodopa associado a Benserazida 100mg + 25mg (HBS)	capsulas HBS	Frasco com 30 cp	1.500
468	Levomepromazina (maleato) 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.000
469	Levomepromazina (maleato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	8.000
470	Levomepromazina (maleato) 40mg/ml 20ml gotas	Frasco	Frasco com 20 ml	20
473	Levonorgestrel 0,75mg blister 2 cp	Comprimido	Blister com 2 cp	30
474	Levotiroxina sodica 100mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	10.000
475	Levotiroxina sodica 25mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	10.000
476	Levotiroxina sodica 50mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	10.000
477	Levotiroxina sodica 75mcg	Comprimido		10.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

478	Lidocaina 100mg/5g gel 2% bisnaga 30 g	Bisnaga	bisnaga com 30gr	400
480	Lidocaína (s/ vasoconstritor) 2% frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20ml	150
487	Loratadina 10mg	Comprimido	Blister com 12 cp	4.000
488	Loratadina 1mg/ml Xarope 100 ml	Frascos	Frasco com 100 ml	100
493	Losartana Potássica 50mg	Comprimido	Blister com 15 cp	180.000
500	Mebendazol 20mg/ml suspensão Oral 30 ml	Frascos	Frasco com 30 ml	200
503	Medroxiprogesterona (acetato)150 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	100
513	Metformina (cloridrato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	180.000
514	Metformina (cloridrato) 850mg	Comprimido	Blister com 10 cp	180.000
515	Metildopa 250 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	6.000
516	Metildopa 500 mg	Comprimido		6.000
522	Metoclopramida (cloridrato) 5mg/ml solução injetável 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	2.000
523	Metoclopramida 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	12.000
524	Metoclopramida 4mg/ml gotas solução oral 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	400
528	Metoprolol (tartarato) 1 mg/ml uso hospitalar ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5ml	30
533	Metronidazol 100mg/g com no mínimo 10 aplicadores creme vaginal 50g	Bisnaga	Bisnaga com 50 g	200
534	Metronidazol 250mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.000
535	Metronidazol 400mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.000
536	Metronidazol 40mg/ml suspensão oral frasco 80 ml	Frasco	Frasco 80 ml	150
542	Miconazol (nitrato) 20 mg/gr creme dermatológico	Bisnaga		300
543	Miconazol (nitrato) 20 mg/gr creme vaginal 80g, com no mínimo 10 aplicadores	Bisnaga	Bisnaga com 80 g	200
544	Midazolam 15 mg injetável 3 ml	Ampola	Ampola com 3 ml	50
554	Morfina 10 mg	Comprimido		500
555	Morfina 10mg/ml ampola1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	200
561	Neomicina (sulfato) 5mg/g + Bacitracina 250ui pomada dermatológica 10 g	Bisnaga	Bisnaga com 10g	800
565	Nifedipina 20mg (retard)	Comprimido	Blister com 10 cp	50.000
566	Nimesulide 100mg	Comprimido	Blister com 12 cp	25.000
567	Nimesulide 50mg Solução Oral 15 ml	Frascos	Frasco com 15 ml	300
569	Nistatina 25.000ui/g Creme Vaginal 60 g com no mínimo 10 aplicadores	Bisnagas	Bisnaga com 60 gr	400
571	Nistatina 100.000ui/ml Suspensão Oral 50ml	Frasco	Frasco com 50 ml	150
581	Noretisterona (enantato) 50mg + Estradiol (valerato) 5 mg/ml Ampola 1 ml s/ seringa	Ampola	Ampola com 1 ml	500
582	Noretisterona 0,35mg blister 35 cp	Comprimido	Blister com 35 cp	500
583	Norfloxacino 400mg blister 7 cp	Comprimido	Blister com 7 cp	4.000
591	Óleo Mineral 100% frasco 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	150
593	Omeprazol 20mg	Cápsula	Blister com 14 caps	180.000
609	Oxido zinco + vitamina A + D pomada 45 gr	Bisnaga	Bisnaga com 45 g	800

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

618	Paracetamol 200mg/ml gotas solucao oral 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	1.000
619	Paracetamol 500 mg + Codeína 30 mg	Comprimido		15.000
620	Paracetamol 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	50.000
627	Permanganato de Potássio 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	200
628	Permetrina 10mg/ml loção 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	300
629	Permetrina 50mg/ml loção 60 ml	Frascos	Frasco com 60 ml	80
631	Petidina 50mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	100
641	Polivitaminico composto de vitaminias e minerais de A a Z retinol (como palmitato) (vit. A) 2664 UI colecalciferol (vit. D) 400 UI 200 acetato de tocoferol (vit. E) 10,00 UI 100 ácido ascórbico (vit. C) 70,00 mg tiamina (como mononitrato) (vit. B1) 3,00 mg riboflavina (vit. B2) 3,40 mg nicotinamida 17,00 mg cloridrato de piridoxina (vit. B6) 4,00 mg ácido fólico 0,60 mg cianocobalamina (vit. B12) 2,20 mcg ferro (como fumarato ferroso) 30,00 mg zinco (como óxido de zinco) 15,00 mg cálcio (como carbonato de cálcio) 125,00 mg	Comprimido	Blister com 14 ou 28 comp	25.000
644	Prednisolona (fosfato sodico) 3mg/ml suspensão 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	150
645	Prednisona 20mg	Comprimido	Blister com 10 cp	7.000
646	Prednisona 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	4.000
654	Prometazina pomada	Bisnaga		100
661	Propranolol (cloridrato) 40mg	Comprimido	Blister com 10 cp	100.000
666	Ranitidina (cloridrato) 25 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	600
668	Ranitidina (cloridrato) 150mg	Comprimido	Blister com 10 cp	8.000
679	Rivaroxabana 10mg	comprimido		300
685	Sais p/ reidratação oral com 27,9g (cloreto de sodio 3,5g + cloreto de potassio 1,5g + citrato de sodio 2,9g + glicose 20g)	Envelope	Envelope com 27,9g	1.000
686	Salbutamol 100mcg Aerosol com 200 doses	Frascos	Tubo com 200 Doses	800
688	Salbutamol 2mg/5ml Xarope 100 ml	Frascos	Frasco com 100 ml	100
690	Secnidazol 1000 mg	Comprimido		500
698	Sinvastatina 20mg	Comprimido		100.000
699	Sinvastatina 40mg	Comprimido		40.000
720	Sulfadiazina de Prata 10mg/g Pasta	Bisnagas	Bisnaga com 50 g	100
722	Sulfametoxazol 200mg/5ml + trimetoprima 40mg/5ml suspensao oral 50 ml	Frasco	Frasco com 50ml	100
723	Sulfametoxazol 400mg + Trimetoprima 80mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.000
728	Sulfato Ferroso 25mg/ml solução Oral 30 ml	Frascos	Frasco com 30 ml	50
729	Sulfato ferroso 40mg Fe++	Comprimido	Blister com 20 cp	30.000
733	Suxametônio (cloreto) 500 mg/ml mpola 10 ml	Frasco Ampola	Ampola com 10 ml	5
742	Terbutalina (sulfato) 0,5 mg/ml ampola 1	Ampola	Ampola com 1 ml	50

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

	ml			
744	Tetracaina (cloridrato) associado com Fenilefrina (cloridrato) + Acido Bórico solução oftálmica 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	10
748	Tiabendazol 50mg/g pomada 45 g	Bisnaga	Bisnaga 45 g	30
759	Timolol (maleato) 0,5%, solução oftálmica 5ml	Frasco	Frasco com 5ml	30
773	Tramadol (cloridrato) 50mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
774	Tramadol 50mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	800
787	Varfarina Sódica 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	8.000
793	Verapamil (cloridrato) 80mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
801	Vitamina A(palmitato) 12500Ui/ml+Vitamina B1(cloridrato) 0,4mg/ml+Vitamina B2(fosfato sódico)0,5mg/ml+Vitamina B6(cloridrato)0,6mg/ml+Vitamina B12(cianocobalamina)0,5mcg/ml+Vitamina C(acido ascorbico)35mg/ml+Vitamina D3(colecalciferol)400Ui/ml+Vitamina E(acetato)4Ui/ml+Acido fólico 35mcg/ml+Nicotinamida 6mg/ml+Pantenol 3mg/ml	Frascos		100
TOTAL				3.237.365

3.1.2 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE BARRA VELHA**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.830/0001-57, com sede na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, CEP 88.390-000, na cidade de Barra Velha, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Claudemir Matias Francisco:

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA	QUANTIDADE PREVISTA
5	Acetilcisteína 20mg/ml xarope sem açúcar frasco com 100ml	Frasco	Frasco com 100ml	200
6	Acetilcisteína 40mg/mL, frasco com 120 ml	Frasco	Frasco com 120mL	200
8	Aciclovir 200mg	Comprimido	Blister com 15 cp	5.400
11	Aciclovir 50mg creme , bisnaga com 10g	Bisnaga	Bisnaga com 10g	1.000
12	Acido acetil salicílico 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	500.000
16	Ácido Fólico 5mg	Comprimido	Blister com 20 cp	340.000
22	Ácido Valpróico 250mg	Comprimido capsulas		100.000
24	Ácido valpróico 500mg, frasco com 50 capsulas	Capsulas	Frasco com 50 caps	250.000
25	Ácidos graxos (Loção oleosa antiescaras contendo acido caprilico, acido caprico,acido laurico, lecitina de soja, vitamina A vitamina E, acido caproico e oleo de girassol (acido linoleico), frasco com 200 ml	Frasco	Frasco com 200ml	50
27	Adenosina 6mg/ml , ampola com 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	300
29	Água destilada , ampola com 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	2.500
34	Albendazol 400mg, blister com 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	3.600
35	Albendazol 40mg/ ml suspensão oral , frasco com 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	2.500
38	Alendronato de sódio 70mg	Comprimido	Blister com 4 cp	30.000
48	Ambroxol (cloridrato) 15mg/5ml xarope , frasco com 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml	500
49	Ambroxol (cloridrato) 30mg/5ml xarope , frasco com 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml	500

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

54	Amiodarona (cloridrato) 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.000
55	Amiodarona (cloridrato) 50mg/ml injetável , ampola com 3 ml	Ampola	Ampola com 3 ml	100
56	Amitripilina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	600.000
59	Amoxicilina 250mg/5ml suspensão Oral , frasco 150 ml	Frasco	Frasco com 150 ml	1.000
62	Amoxicilina 500mg, blister com 21 capsulas	Cápsula	Blister com 21 caps	100.000
71	Anlodipino (besilato) 10 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	36.000
72	Anlodipino (besilato) 5mg	Comprimido		20.000
74	Atenolol 25mg	Comprimido		250.000
82	Azitromicina 40mg/ml suspensão Oral + Diluente, frasco 600 mg	Frasco	Frasco com 600 mg	3.000
85	Azitromicina 500mg, blister com 3 cp	Comprimido	Blister com 3 cp	5.000
95	Benzoato de benzila 25 % , frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100 ml	50
99	Bicarbonato de Sódio 8,4% - ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	50
109	Bromoprida 4mg/mL gotas frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20mL	200
110	Bromoprida 5mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2mL	200
123	Captopril 25 mg	Comprimido		250.000
124	Captopril 50mg	Comprimido		10.000
126	Carbamazepina 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	100.000
128	Carbonato de Cálcio 1250 mg (equivalente a 500mg de Ca++ + Colecalciferol 400UI frasco 60 cp	Comprimido	Frasco com 60 cp	350.000
131	Carbonato de lítio 300mg	Comprimido		1.000
135	Carvedilol 12,5mg	Comprimido	Blister com 15 cp	25.000
136	Carvedilol 25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	20.000
137	Carvedilol 3,125mg	Comprimido	Blister com 15 cp	25.000
138	Carvedilol 6,25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	30.000
140	Cefalexina 250mg/5ml pó p/suspensão oral frasco 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	1.000
141	Cefalexina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	50.000
153	Cetoconazol 2% xampu frasco 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	3.000
154	Cetoconazol 200 mg	Comprimido		1.000
175	Ciprofloxacino (cloridrato) 500mg	Comprimido	Blister com 15 cp	6.000
183	Claritromicina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
192	Clonazepam 2mg	Comprimido	Blister com 10 cp	35.000
197	Clopidogrel 75mg	Comprimido		1.000
204	Cloreto de Potássio 19,1% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	50
210	Cloreto de Sódio 20% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	50
218	Codeína (fosfato) 30mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.000
220	Colagenase 0,6 UI + Cloranfenicol 0,01 g Pomada 30 g	Bisnagas	Bisnaga com 30g	300
223	Colestiramina 4g	Saches		1.400
225	Complexo B injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	1.400
242	Dexametasona 0,1% creme 10 g	Bisnaga	Bisnaga com 10 g	1.000
245	Dexametasona (fosfato dissódico) 4 mg/ml ampola 2,5 ml	Ampola	Ampola com 2,5ml	3.000
256	Diazepam 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	80.000
264	Diclofenaco Sódico 25mg/ml ampola 3 ml	Ampola	Ampola com 3ml	1.500
271	Diltiazem 60mg	Comprimido	Blister com 10 cp	500
276	Diosmina 450mg + Hesperidina 50mg	Comprimido		40.000
278	Dipirona sódica 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	170.000
280	Dipirona Sódica 500mg/ml injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	10.000
293	Dopamina (cloridrato) 5 mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10ml	50



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

295	Doxazosina (mesilato) 4mg	Comprimido		500
300	Enalapril (maleato) 10mg	Comprimido		250.000
301	Enalapril (maleato) 20mg	Comprimido		50.000
303	Epinefrina (cloridrato) 1 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	300
311	Escopolamina (butilbrometo) 20mg + Dipirona sódica 2,5mg ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	50.000
316	Escopolamina (butilbrometo) 20 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	4.000
322	Espironolactona 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
328	Estríol 1mg/ml Creme Vaginal	Bisnagas		50
342	Fenitoína Sódica 50 mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	50
343	Fenobarbital 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
348	Fenoterol (bromidrato) 5 mg/ml 20 ml para nebulização	Frasco	Frasco com 20 ml	500
352	Fentanila (sal citrato) 0,05mg/ml solução injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	50
358	Fitomenadiona 10mg ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	1.000
359	Fluconazol 150mg blister 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	20.000
368	Fluoxetina (cloridrato) 20mg	Comprimido/capsulas	Blister com 10 cp	300.000
373	Fosfato Sódio, Enema, Fosfato Monobásico 16% + Fosfato Dibásico 6% frasco 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml	20
377	Furosemda 40mg	Comprimido	Blister com 20 cp	1.000
389	Glibenclamida 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	200.000
390	Glicazida 30mg (Comprimido de Liberação Controlada)	Comprimido		200.000
398	Gluconato de Cálcio 10% 100mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	100
403	Haloperidol 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	100.000
411	Hidroclorotiazida 25mg	Comprimido		250.000
412	Hidroclorotiazida 50mg	Comprimido		20.000
414	Hidrocortisona (succinato) pó liofilizado 500 mg p/ solução injetável	Ampola	Frasco Ampola	500
425	Hidróxido de Alumínio e de Magnésio 35,6+37mg Suspensão Oral 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	20.000
430	Ibuprofeno 600mg	Comprimido	Blister com 10 cp	300.000
444	Ipratrópio (brometo) 0,25mg/ml solução inalante 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	500
449	Isossorbida (monitrato) 20mg	Comprimido	Blister com 15 cp	30.000
451	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
455	Ivermectina 6mg blister 4 cp	Comprimido	Blister com 4 cp	3.000
474	Levotiroxina sódica 100mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	10.000
475	Levotiroxina sódica 25mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	50.000
476	Levotiroxina sódica 50mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	50.000
480	Lidocaína (s/ vasoconstritor) 2% frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20ml	200
493	Losartana Potássica 50mg	Comprimido	Blister com 15 cp	250.000
500	Mebendazol 20mg/ml suspensão Oral 30 ml	Frascos	Frasco com 30 ml	300
503	Medroxiprogesterona (acetato) 150 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	250
513	Metformina (cloridrato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	200.000
514	Metformina (cloridrato) 850mg	Comprimido	Blister com 10 cp	200.000
515	Metildopa 250 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	75.000
516	Metildopa 500 mg	Comprimido		75.000
522	Metoclopramida (cloridrato) 5mg/ml solução injetável 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	25.000
523	Metoclopramida 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

524	Metoclopramida 4mg/ml gotas solução oral 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	5.000
525	Metoprolol (succinato) 100mg (Comprimido De liberação controlada)	Comprimido	Blister com 10 comp.	7.000
526	Metoprolol (succinato) 25mg (Comprimido De liberação controlada)	Comprimido	Blister com 10 comp.	15.000
527	Metoprolol (succinato) 50mg (Comprimido De liberação controlada)	Comprimido	Blister com 10 comp.	15.000
528	Metoprolol (tartarato) 1 mg/ml uso hospitalar ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5ml	50
533	Metronidazol 100mg/g com no mínimo 10 aplicadores creme vaginal 50g	Bisnaga	Bisnaga com 50 g	2.500
544	Midazolam 15 mg Injetável 3 ml	Ampola	Ampola com 3 ml	100
561	Neomicina (sulfato) 5mg/g + Bacitracina 250ui pomada dermatológica 10 g	Bisnaga	Bisnaga com 10g	1.000
563	Nifedipina 10mg	Comprimido	Blister com 30 cp	60.000
564	Nifedipina 20mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
566	Nimesulide 100mg	Comprimido	Blister com 12 cp	100.000
569	Nistatina 25.000ui/g Creme Vaginal 60 g com no mínimo 10 aplicadores	Bisnagas	Bisnaga com 60 gr	500
570	Nistatina + óxido de zinco	Bisnaga		1.000
586	Nortriptilina (cloridrato) 50mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.000
593	Omeprazol 20mg	Cápsula	Blister com 14 caps	800.000
620	Paracetamol 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	500.000
628	Permetrina 10mg/ml loção 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	100
656	Propatilnitrato 10mg	Comprimido	Blister com 25 cp	200.000
661	Propranolol (cloridrato) 40mg	Comprimido	Blister com 10 cp	80.000
666	Ranitidina (cloridrato) 25 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	20.000
692	Sertralina (cloridrato) 50 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	350.000
698	Sinvastatina 20mg	Comprimido		150.000
723	Sulfametoxazol 400mg + Trimetoprima 80mg	Comprimido	Blister com 10 cp	200.000
726	Sulfato de Magnésio 10% injetável 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	100
744	Tetracaina (cloridrato) associado com Fenilefrina (cloridrato) + Ácido Bórico solução oftálmica 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	50
774	Tramadol 50mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	100
TOTAL				8.773.420

3.1.3 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.749/0001-77, com sede na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, na cidade de Campo Alegre, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Rubens Blaszkowski:

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA	QUANTIDADE PREVISTA
12	Ácido acetil salicílico 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	230.000
16	Ácido Fólico 5mg	Comprimido	Blister com 20 cp	35.000
22	Ácido Valpróico 250mg	Comprimido capsulas		6.000
23	Ácido Valpróico 250mg/5ml Xarope, frasco com 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	450
24	Ácido valpróico 500mg, frasco com 50 capsulas	Capsulas	Frasco com 50 caps	6.000
34	Albendazol 400mg, blister com 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	3.000
35	Albendazol 40mg/ ml suspensão oral ,	Frasco	Frasco com 10 ml	1.500

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

	frasco com 10 ml			
38	Alendronato de sódio 70mg	Comprimido	Blister com 4 cp	30.000
48	Ambroxol (cloridrato) 15mg/5ml xarope , frasco com 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml	4.000
49	Ambroxol (cloridrato) 30mg/5ml xarope , frasco com 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml	5.000
52	Aminofilina 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
53	Aminofilina 24 mg/ml, ampola com 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	500
54	Amiodarona (cloridrato) 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
56	Amitripilina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	80.000
57	Amitripilina (cloridrato) 75mg	Comprimido		10.000
60	Amoxicilina 250mg/5ml suspensão Oral , frasco 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	5000
62	Amoxicilina 500mg, blister com 21 capsulas	Cápsula	Blister com 21 caps	50.000
65	Ampicilina 250mg/5ml , frasco com 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	1.000
67	Ampicilina 500 mg	Comprimido		30.000
72	Anlodipino (besilato) 5mg	Comprimido		60.000
75	Atenolol 50 mg	Comprimido	Blister com 15 cp	250.000
78	Atropina (sulfato) 0,25mg/ml solução injetável, ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	50.000
90	Benzilpenicilina 600.000ui + Diluente	Ampola	Frasco Ampola	1.000
91	Benzilpenicilina Benzatina 1200.000U.i pó frasco + diluente	Frasco	Frasco Ampola	2.000
92	Benzilpenicilina G procaína + potássica 300.000UI + 100.000UI + diluente	Frasco	Frasco Ampola	1.000
95	Benzoato de benzila 25 % , frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100 ml	1.000
99	Bicarbonato de Sódio 8,4% - ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	50
102	Biperideno 2mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
123	Captopril 25 mg	Comprimido		450.000
124	Captopril 50mg	Comprimido		50.000
126	Carbamazepina 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	60.000
128	Carbonato de Cálcio 1250 mg (equivalente a 500mg de Ca++ + Colecalciferol 400UI frasco 60 cp	Comprimido	Frasco com 60 cp	50.000
129	Carbonato de Cálcio 1250mg (equivalente a 500mg de Ca++)	Comprimido		10.000
131	Carbonato de Lítio 300mg	Comprimido		16.000
139	Castanha da india composta (Aesculus hippocastanum 10 mg + Polygonum acre 10 mg + Smilax papyracea 40 mg + Rutina 20 mg)	Comprimido		150.000
140	Cefalexina 250mg/5ml pó p/suspensão oral frasco 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	3.000
141	Cefalexina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	100.000
152	Cetoconazol 20mg/g creme bisnaga 30 g	Bisnaga	Bisnaga com 30g	1.500
154	Cetoconazol 200 mg	Comprimido		10.000
155	Cetoprofeno 100mg/ml EV Pó liofilo injetavel	FrascoAmpol a		800
157	Cetoprofeno 50mg/ml IM ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	1.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

172	Cinarizina 75mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
175	Ciprofloxacino (cloridrato) 500mg	Comprimido	Blister com 15 cp	30.000
190	Clomipramina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 20 cp	10.000
191	Clomipramina (cloridrato) 75mg, Comprimido de liberação lenta	Comprimido		2.000
192	Clonazepam 2mg	Comprimido	Blister com 10 cp	4.000
197	Clopidogrel 75mg	Comprimido		15.000
200	Cloranfenicol 25mg + Cloridrato de lidocaína 30mg solução otologica frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	500
202	Cloranfenicol colírio frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	500
203	Cloreto benzalconico + soro fisiológico spray nasal frasco 50 ml	Frasco	Frasco com 50 ml	500
204	Cloreto de Potássio 19,1% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	100
207	Cloreto de Sódio 0,9% Solução Nasal gotas frasco 30 ml	Frascos	Frasco com 30 ml	1.000
212	Clorpromazina 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	11.000
213	Clorpromazina 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.000
215	Clorpromazina 5mg solução Injetavel ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	50
225	Complexo B injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	1.000
226	Complexo B Polivitaminico	Comprimido	Blister com 20 cp	50.000
227	Complexo B Polivitaminico frasco 30 ml	Frasco	Frasco com 30 ml	300
242	Dexametasona 0,1% creme 10 g	Bisnaga	Bisnaga com 10 g	5.000
243	Dexametasona 4mg	Comprimido	Blister com 10 cp	4.000
244	Dexametasona (fosfato dissódico) 2mg/ml injetavel ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	300
245	Dexametasona (fosfato dissódico) 4 mg/ml ampola 2,5 ml	Ampola	Ampola com 2,5ml	300
247	Dexametasona Elixir 0,1mg/ml frasco 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	400
249	Dexametazona (acetato), tiamina (cloridrato), piridoxina (cloridrato), cianocobalamina ampola com 1 ml + 2 ml	Ampola	Ampola com 1 ml+ 2ml	500
250	Dexclorfeniramina (maleato) 0,4 mg/ml, solução oral frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml	15.000
256	Diazepam 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	50.000
257	Diazepam 10mg/2ml injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	100
261	Diclofenaco resinato 15mg/ml gotas frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10ml	5.000
262	Diclofenaco sódico 50mg	Comprimido	Blister com 20 cp	200.000
264	Diclofenaco Sódico 25mg/ml ampola 3 ml	Ampola	Ampola com 3ml	4.000
270	Digoxina 0,25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	40.000
276	Diosmina 450mg + Hesperidina 50mg	Comprimido		180.000
279	Dipirona sódica 500mg/ml gotas frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	10.000
280	Dipirona Sódica 500mg/ml injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	4.000
285	Dipropionato de betametasona 5mg + fosfato dissódico de betametasona 2mg/ml	Ampola	Ampola com 1ml	1.500

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

	ampola 1 ml			
293	Dopamina (cloridrato) 5 mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10ml	200
300	Enalapril (maleato) 10mg	Comprimido		300.000
303	Epinefrina (cloridrato) 1 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	200
305	Eritromicina (estearato) 50mg/ml suspensão oral 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	500
311	Escopolamina (butilbrometo) 20mg + Dipirona sódica 2,5mg ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	20.000
312	Escopolamina (butilbrometo) 10mg	Comprimido	Blister com 20 cp	30.000
314	Escopolamina (butilbrometo) 10mg/ml+ Dipirona Sódica gotas 10ml	Frasco	Frasco com 10ml	2.000
315	Escopolamina (butilbrometo) 20 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	2.000
317	Escopolamina (butilbrometo) 10mg + dipirona sódica 500 mg	Comprimido		50.000
318	Escopolamina (butilbrometo) 10mg frasco 15 ml	Frasco	Frasco com 15 ml	2.000
321	Espironolactona 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
322	Espironolactona 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
341	Fenitoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
342	Fenitoína Sódica 50 mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	50
343	Fenobarbital 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
344	Fenobarbital 200 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	50
345	Fenobarbital 4% gotas solução oral 20 ml	Frasco	Frasco com 20ml	250
348	Fenoterol (bromidrato) 5 mg/ml 20 ml para nebulizacao	Frasco	Frasco com 20 ml	200
368	Fluoxetina (cloridrato) 20mg	Comprimido/capsulas	Blister com 10 cp	6.000
376	Furosemida 10mg/ml solução injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	500
377	Furosemida 40mg	Comprimido	Blister com 20 cp	50.000
387	Gentamicina (sulfato) 80mg/2ml (ampola 2 ml)	Ampola	Ampola com 2 ml	500
388	Gentamicina 280mg	Ampola		300
389	Glibenclamida 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	100.000
396	Glicose 50% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	400
402	Haloperidol 5 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	50
403	Haloperidol 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
407	Heparina Sódica 5.000 UI/0,25ml injetável ampola 0,25 ml	Ampola	Ampola com 0,25 ml	50
411	Hidroclorotiazida 25mg	Comprimido		300.000
412	Hidroclorotiazida 50mg	Comprimido		40.000
413	Hidrocortisona (succinato) pó liofilizado 100 mg p/ solução injetável	Ampola	Frasco Ampola	1.000
414	Hidrocortisona (succinato) pó liofilizado 500 mg p/ solução injetável	Ampola	Frasco Ampola	1.500
423	Hidróxido de alumínio 61,5 mg/ml frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml	5.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

427	Ibuprofeno 100 mg/ml frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20 ml	400
428	Ibuprofeno 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	100.000
429	Ibuprofeno 50 mg/ml solução oral gotas 30 ml	Frasco	Frasco com 30 ml	6.000
434	Imipramina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	17.000
444	Ipratrópio (brometo) 0,25mg/ml solução Inalante 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	300
450	Isossorbida (dinitrato) 10mg	Comprimido	Blister com 15 cp	15.000
451	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	12.000
468	Levomepromazina (maleato) 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
469	Levomepromazina (maleato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
472	Levonorgestrel 0,15mg + etinilestradiol 0,03mg blister 21 drageas	Drágeas	Blister c/ 21 drg	21.000
474	Levotiroxina sodica 100mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	30.000
476	Levotiroxina sodica 50mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	50.000
478	Lidocaína 100mg/5g gel 2% bisnaga 30 g	Bisnaga	bisnaga com 30gr	150
480	Lidocaína (s/ vasoconstritor) 2% frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20ml	300
484	Lincomicina (cloridrato) 300mg	Ampola		1.500
485	Lincomicina (cloridrato) 600mg	Ampola		2.000
498	Mebendazol 100 mg + tiabendazol	Comprimido		600
499	Mebendazol 100mg blister 6 cp	Comprimido	Blister com 6 comp.	1.000
500	Mebendazol 20mg/ml suspensão Oral 30 ml	Frascos	Frasco com 30 ml	300
513	Metformina (cloridrato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	70.000
514	Metformina (cloridrato) 850mg	Comprimido	Blister com 10 cp	130.000
516	Metildopa 500 mg	Comprimido		40.000
522	Metoclopramida (cloridrato) 5mg/ml solução injetável 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	5.000
523	Metoclopramida 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	35.000
524	Metoclopramida 4mg/ml gotas solução oral 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	2.500
533	Metronidazol 100mg/g com no mínimo 10 aplicadores creme vaginal 50g	Bisnaga	Bisnaga com 50 g	1.200
534	Metronidazol 250mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.800
544	Midazolam 15 mg injetável 3 ml	Ampola	Ampola com 3 ml	50
561	Neomicina (sulfato) 5mg/g + Bacitracina 250ui pomada dermatologica 10 g	Bisnaga	Bisnaga com 10g	5.500
563	Nifedipina 10mg	Comprimido	Blister com 30 cp	45.000
565	Nifedipina 20mg (retard)	Comprimido	Blister com 10 cp	55.000
569	Nistatina 25.000ui/g Creme Vaginal 60 g com no mínimo 10 aplicadores	Bisnagas	Bisnaga com 60 gr	1.000
570	Nistatina + óxido de zinco	Bisnaga		500
571	Nistatina 100.000ui/ml Suspensão Oral 50ml	Frasco	Frasco com 50 ml	800
585	Nortriptilina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	8.000
593	Omeprazol 20mg	Cápsula	Blister com 14 caps	300.000
618	Paracetamol 200mg/ml gotas solucao oral 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	6.500

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

620	Paracetamol 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	230.000
622	Paroxetina (cloridrato) 20 mg	Comprimido		8.000
644	Prednisolona (fosfato sodico) 3mg/ml suspensão 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	1.000
645	Prednisona 20mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
646	Prednisona 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
652	Prometazina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	12.000
653	Prometazina (cloridrato) 25mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	1.200
661	Propranolol (cloridrato) 40mg	Comprimido	Blister com 10 cp	100.000
666	Ranitidina (cloridrato) 25 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	1.500
668	Ranitidina (cloridrato) 150mg	Comprimido	Blister com 10 cp	50.000
676	Risperidona 1mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.000
677	Risperidona 2 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
678	Risperidona 3 mg	Comprimido		1.000
685	Sais p/ reidratação oral com 27,9g (cloreto de sódio 3,5g + cloreto de potássio 1,5g + citrato de sódio 2,9g + glicose 20g)	Envelope	Envelope com 27,9g	3.000
688	Salbutamol 2mg/5ml Xarope 100 ml	Frascos	Frasco com 100 ml	1.000
691	Sertralina (cloridrato) 100 mg	Comprimido		1000
698	Sinvastatina 20mg	Comprimido		150.000
722	Sulfametoxazol 200mg/5ml + trimetoprima 40mg/5ml suspensão oral 50 ml	Frasco	Frasco com 50ml	1.000
723	Sulfametoxazol 400mg + Trimetoprima 80mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
728	Sulfato Ferroso 25mg/ml solução Oral 30 ml	Frascos	Frasco com 30 ml	500
729	Sulfato ferroso 40mg Fe++	Comprimido	Blister com 20 cp	40.000
730	Sulfato ferroso xarope 150 ml	Frasco	Frasco com 150 ml	300
742	Terbutalina (sulfato) 0,5 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	100
759	Timolol (maleato) 0,5%, solução oftálmica 5ml	Frasco	Frasco com 5ml	100
763	Tioridazida (cloridrato) 100 mg	Comprimido	Blister com 20 cp	2.000
764	Tioridazida (cloridrato) 50 mg	Comprimido		3.000
787	Varfarina Sódica 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.500
793	Verapamil (cloridrato) 80mg	Comprimido	Blister com 10 cp	6.000
800	Vitamina A 5.000ui + D 900ui e óxido de zinco 150mg/g, pomada dermatológica 45 g	Bisnaga	Bisnaga com 45 g	1.500
TOTAL				5.152.700

3.1.4 Órgão Participante: **MUNICIPIO DE CORUPÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.467/0001-70, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 443 na cidade de Corupá, SC., representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Luiz Carlos Tamanini:

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA	QUANTIDADE PREVISTA
8	Aciclovir 200mg	Comprimido	Blister com 15 cp	5.000
11	Aciclovir 50mg creme, bisnaga com 10g	Bisnaga	Bisnaga com 10g	300
12	Ácido acetil salicílico 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	300.000
13	Ácido acetil salicílico 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

16	Ácido Fólico 5mg	Comprimido	Blister com 20 cp	30.000
22	Ácido Valpróico 250mg	Comprimido capsulas		15.000
23	Ácido Valpróico 250mg/5ml Xarope, frasco com 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	600
24	Ácido valpróico 500mg, frasco com 50 capsulas	Capsulas	Frasco com 50 caps	10.000
29	Água destilada , ampola com 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	1.000
34	Albendazol 400mg, blister com 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	5.000
35	Albendazol 40mg/ ml suspensão oral , frasco com 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	2.000
37	Alendronato de Sódio 10mg	Comprimido	Blister com 30 cp	1.000
38	Alendronato de sódio 70mg	Comprimido	Blister com 4 cp	5.000
41	Alopurinol 100mg	Comprimido	Blister com 15cp	10.000
42	Alopurinol 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
48	Ambroxol (cloridrato) 15mg/5ml xarope , frasco com 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml	500
49	Ambroxol (cloridrato) 30mg/5ml xarope , frasco com 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml	500
52	Aminofilina 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
54	Amiodarona (cloridrato) 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	50.000
56	Amitripilina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	100.000
58	Amoxicilina + Clavulanato de potássio 50mg/ml + 12,5mg/ml pó p/ suspensão oral. Frasco 75 ml	Frasco	Frasco com 75ml	1.000
59	Amoxicilina 250mg/5ml suspensão Oral , frasco 150 ml	Frasco	Frasco com 150 ml	1.000
60	Amoxicilina 250mg/5ml suspensão Oral , frasco 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	2000
61	Amoxicilina 500mg + Clavulanato de Potássio 125mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
62	Amoxicilina 500mg, blister com 21 capsulas	Cápsula	Blister com 21 caps	30.000
67	Ampicilina 500 mg	Comprimido		3.000
71	Anlodipino (besilato) 10 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
72	Anlodipino (besilato) 5mg	Comprimido		30.000
73	Atenolol 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	100.000
74	Atenolol 25mg	Comprimido		100.000
75	Atenolol 50 mg	Comprimido	Blister com 15 cp	150.000
82	Azitromicina 40mg/ml suspensão Oral + Diluente, frasco 600 mg	Frasco	Frasco com 600 mg	1.000
85	Azitromicina 500mg, blister com 3 cp	Comprimido	Blister com 3 cp	6.000
86	Baclofeno 10 mg	Comprimido		5000
90	Benzilpenicilina 600.000ui + Diluente	Ampola	Frasco Ampola	500
91	Benzilpenicilina Benzatina 1200.000U.i pó frasco + diluente	Frasco	Frasco Ampola	1.000
92	Benzilpenicilina G procaína + potássica 300.000UI + 100.000UI + diluente	Frasco	Frasco Ampola	400
95	Benzoato de benzila 25 % , frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100 ml	800
102	Biperideno 2mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

103	Biperideno 4mg (Comprimido de liberação prolongada)	Comprimido		10.000
108	Bromazepan 6 mg	Comprimido		10.000
111	Budesonida aerossol nasal 32mcg frasco com 120 Doses	Tubo	Tubo com 120 doses	100
112	Budesonida aerossol nasal 50mcg frasco com 120 Doses	Tubo	Tubo com 120 doses	100
113	Budesonida aerossol nasal 64mcg frasco com 120 Doses	Tubo	Tubo com 120 doses	100
123	Captopril 25 mg	Comprimido		300.000
125	Carbamazepina 2% suspensão Oral frasco com 100 ml	Frascos	Frasco com 100 ml	300
126	Carbamazepina 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	50.000
127	Carbamazepina 400mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
128	Carbonato de Cálcio 1250 mg (equivalente a 500mg de Ca++ + Colecalciferol 400UI frasco 60 cp	Comprimido	Frasco com 60 cp	30.000
129	Carbonato de Cálcio 1250mg (equivalente a 500mg de Ca++)	Comprimido		5.000
131	Carbonato de Lítio 300mg	Comprimido		30.000
135	Carvedilol 12,5mg	Comprimido	Blister com 15 cp	20.000
136	Carvedilol 25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	20.000
137	Carvedilol 3,125mg	Comprimido	Blister com 15 cp	20.000
138	Carvedilol 6,25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	20.000
139	Castanha da índia composta (Aesculus hippocastanum 10 mg + Polygonum acre 10 mg + Smilax papyracea 40 mg + Rutina 20 mg)	Comprimido		300
140	Cefalexina 250mg/5ml pó p/suspensão oral frasco 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	2.000
141	Cefalexina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	50.000
149	Ceftriaxona 1g pó para suspensão IM	Frasco Ampola		1000
150	Ceftriaxona 500mg pó para suspensão IM	Frasco Ampola		300
151	Ceftriaxona Dissódica 500mg/ml EV	Frasco Ampola		100
152	Cetoconazol 20mg/g creme bisnaga 30 g	Bisnaga	Bisnaga com 30g	500
153	Cetoconazol 2% xampu frasco 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	200
154	Cetoconazol 200 mg	Comprimido		5.000
156	Cetoprofeno 100mg/ml IM ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	1.000
157	Cetoprofeno 50mg/ml IM ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	1.000
169	Cilostazol 50mg	Comprimido		5.000
172	Cinarizina 75mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
173	Cipofribrato 100 mg	Comprimido		5.000
175	Ciprofloxacino (cloridrato) 500mg	Comprimido	Blister com 15 cp	20.000
180	Citalopram 20mg	Comprimido		1000
183	Claritromicina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5000
184	Clindamicina (cloridrato) 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.000
189	Clomipramina (cloridrato) 10mg	Comprimido	Blister com 20 cp	5.000



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

190	Clomipramina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 20 cp	5.000
192	Clonazepam 2mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
193	Clonazepam 0,5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
194	Clonazepam 2,5mg/ml Solução Oral frasco 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	500
197	Clopidogrel 75mg	Comprimido		15.000
207	Cloreto de Sódio 0,9% Solução Nasal gotas frasco 30 ml	Frascos	Frasco com 30 ml	1.000
212	Clorpromazina 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
213	Clorpromazina 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
214	Clorpromazina 40mg/ml solução Oral	Frascos	Frasco com 20 ml	100
216	Clorpropamida 250mg	Comprimido		5.000
218	Codeína (fosfato) 30mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.000
220	Colagenase 0,6 UI + Cloranfenicol 0,01 g Pomada 30 g	Bisnagas	Bisnaga com 30g	100
221	Colchicina 0,5mg	Comprimido	Blister com 20 cp	10.000
225	Complexo B injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	500
226	Complexo B Polivitaminico	Comprimido	Blister com 20 cp	20.000
227	Complexo B Polivitaminico frasco 30 ml	Frasco	Frasco com 30 ml	300
242	Dexametasona 0,1% creme 10 g	Bisnaga	Bisnaga com 10 g	2.000
243	Dexametasona 4mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
247	Dexametasona Elixir 0,1mg/ml frasco 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	500
250	Dexclorfeniramina (maleato) 0,4 mg/ml, solução oral frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml	1.300
251	Dexclorfeniramina (maleato) 2mg	Comprimido	Blister com 20 cp	20.000
256	Diazepam 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
258	Diazepam 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
260	Diclofenaco Potássico 50mg	Comprimido	Blister com 20 cp	100.000
262	Diclofenaco sódico 50mg	Comprimido	Blister com 20 cp	50.000
264	Diclofenaco Sódico 25mg/ml ampola 3 ml	Ampola	Ampola com 3ml	1.000
266	Dicloridrato de pramipexol 0,25mg	Comprimido		1.000
270	Digoxina 0,25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
275	Dimenidrinato 50mg + Piridoxina (cloridrato) 50mg ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	500
276	Diosmina 450mg + Hesperidina 50mg	Comprimido		3000
278	Dipirona sódica 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	50.000
279	Dipirona sódica 500mg/ml gotas frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	2.000
280	Dipirona Sódica 500mg/ml injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	500
282	Dipropionato de Beclometasona – aerossol 250ui/dose frasco 200 doses	Tubo	Frasco com 200 doses	100
283	Dipropionato de Beclometasona– aerossol 50ui/dose – Uso Nasal frasco 200 doses	Tubo	Frasco com 200 doses	100
284	Dipropionato de Beclometasona– aerossol 50ui/dose – Uso Oral frasco 200 doses	Tubo	Frasco com 200 doses	100
287	Divalproato de sódio 500mg ER	Comprimido		1000
294	Doxazosina (mesilato) 2mg	Comprimido		10.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

295	Doxazosina (mesilato) 4mg	Comprimido		10.000
296	Doxiciclina (cloridrato) 100mg	Comprimido		5.000
300	Enalapril (maleato) 10mg	Comprimido		200.000
301	Enalapril (maleato) 20mg	Comprimido		200.000
302	Enalapril (maleato) 5mg	Comprimido		100.000
305	Eritromicina (estearato) 50mg/ml suspensão oral 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	500
306	Eritromicina (estolato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
310	Escitalopram 10mg	Comprimido		5000
311	Escopolamina (butilbrometo) 20mg + Dipirona sódica 2,5mg ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	1.000
312	Escopolamina (butilbrometo) 10mg	Comprimido	Blister com 20 cp	15.000
313	Escopolamina (butilbrometo) 10mg + Dipirona Sódica 250mg	Comprimido		10.000
314	Escopolamina (butilbrometo) 10mg/ml + Dipirona Sódica gotas 10ml	Frasco	Frasco com 10ml	500
316	Escopolamina (butilbrometo) 20 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	500
320	Espiramicina 1,5 MUI	Comprimido	Blister com 16 cp	3.000
321	Espironolactona 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
322	Espironolactona 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	50.000
328	Estriol 1mg/ml Creme Vaginal	Bisnagas		200
330	Estrogênios conjugados 0,625mg	Drágeas	Blister com 28 cp	5.000
331	Estrogênios Conjugados 0,625mg Creme Vaginal 26g	Bisnagas	Bisnaga com 26g	200
341	Fenitoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
343	Fenobarbital 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
345	Fenobarbital 4% gotas solução oral 20 ml	Frasco	Frasco com 20ml	100
346	Fenofibrato 200mg	Comprimido		5.000
348	Fenoterol (bromidrato) 5 mg/ml 20 ml para nebulizacao	Frasco	Frasco com 20 ml	200
357	Finasterida 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
359	Fluconazol 150mg blister 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	3.000
368	Fluoxetina (cloridrato) 20mg	Comprimido/ capsulas	Blister com 10 cp	150.000
371	Formoterol (fumarato) 12 mcg + budesonida 400 mcg	Capsulas	caixa com 60 caps	1.200
376	Furosemida 10mg/ml solução injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	500
377	Furosemida 40mg	Comprimido	Blister com 20 cp	100.000
389	Glibenclamida 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	200.000
390	Glicazida 30mg (Comprimido de Liberação Controlada)	Comprimido		10.000
391	Glicazida 60mg MR	Comprimido	Blister com 15 cp	5.000
392	Glicazida 80mg	Comprimido	Blister com 15 cp	10.000
400	Haloperidol 1mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
401	Haloperidol 2mg/ml Gotas 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	100
403	Haloperidol 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
404	Haloperidol Decanoato 50 mg/ml ampola 1	Ampola	Ampola com 1 ml	300



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

	ml			
411	Hidroclorotiazida 25mg	Comprimido		300.000
412	Hidroclorotiazida 50mg	Comprimido		100.000
413	Hidrocortisona (succinato) pó liofilizado 100 mg p/ solução injetável	Ampola	Frasco Ampola	200
414	Hidrocortisona (succinato) pó liofilizado 500 mg p/ solução injetável	Ampola	Frasco Ampola	200
423	Hidróxido de alumínio 61,5 mg/ml frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml	1.000
424	Hidróxido de Alumínio e de Magnésio 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.000
425	Hidróxido de Alumínio e de Magnésio 35,6+37mg Suspensão Oral 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	500
428	Ibuprofeno 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	50.000
429	Ibuprofeno 50 mg/ml solução oral gotas 30 ml	Frasco	Frasco com 30 ml	2.000
430	Ibuprofeno 600mg	Comprimido	Blister com 10 cp	50.000
434	Imipramina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
443	Ipratrópio (brometo) 0,02mg/dose Areosol Oral 200 doses	Frascos	Frasco com 200 Doses	100
444	Ipratrópio (brometo) 0,25mg/ml solução Inalante 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	200
449	Isossorbida (monitrato) 20mg	Comprimido	Blister com 15 cp	50.000
450	Isossorbida (dinitrato) 10mg	Comprimido	Blister com 15 cp	10.000
451	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
454	Itraconazol 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.000
455	Ivermectina 6mg blister 4 cp	Comprimido	Blister com 4 cp	3.000
457	Lactulose 667mg/ml solução Oral 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	500
461	Levodopa 200mg + Benserazida 50mg	Comprimido	Frasco com 30 cp	5.000
462	Levodopa 250mg + carbidopa 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
464	Levodopa associado a Benserazida 100mg + 25mg (BD)	Comprimidos birranhurados	Frasco com 30 cp	5.000
468	Levomepromazina (maleato) 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
469	Levomepromazina (maleato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
470	Levomepromazina (maleato) 40mg/ml 20ml gotas	Frasco	Frasco com 20 ml	100
472	Levonorgestrel 0,15mg + etinilestradiol 0,03mg blister 21 drageas	Drageas	Blister c/ 21 drg	42.000
474	Levotiroxina sodica 100mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	50.000
475	Levotiroxina sodica 25mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	50.000
476	Levotiroxina sodica 50mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	50.000
477	Levotiroxina sodica 75mcg	Comprimido		12.000
478	Lidocaína 100mg/5g gel 2% bisnaga 30 g	Bisnaga	bisnaga com 30gr	300
480	Lidocaína (s/ vasoconstritor) 2% frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20ml	200
486	Loperamida 2mg blister 4 cp	Comprimido	Blister com 4 cp	1.000
487	Loratadina 10mg	Comprimido	Blister com 12 cp	20.000
488	Loratadina 1mg/ml Xarope 100 ml	Frascos	Frasco com 100 ml	1.000
493	Losartana Potássica 50mg	Comprimido	Blister com 15 cp	200.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

499	Mebendazol 100mg blister 6 cp	Comprimido	Blister com 6 comp.	1.000
500	Mebendazol 20mg/ml suspensão Oral 30 ml	Frascos	Frasco com 30 ml	500
501	Medroxiprogesterona (acetato) 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.000
503	Medroxiprogesterona (acetato) 150 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	300
513	Metformina (cloridrato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	150.000
514	Metformina (cloridrato) 850mg	Comprimido	Blister com 10 cp	150.000
515	Metildopa 250 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	100.000
516	Metildopa 500 mg	Comprimido		50.000
522	Metoclopramida (cloridrato) 5mg/ml solução injetável 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	2.000
523	Metoclopramida 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
524	Metoclopramida 4mg/ml gotas solução oral 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	1.000
525	Metoprolol (succinato) 100mg (Comprimido De liberação controlada)	Comprimido	Blister com 10 comp.	5.000
526	Metoprolol (succinato) 25mg (Comprimido De liberação controlada)	Comprimido	Blister com 10 comp.	5.000
527	Metoprolol (succinato) 50mg (Comprimido De liberação controlada)	Comprimido	Blister com 10 comp.	5.000
533	Metronidazol 100mg/g com no mínimo 10 aplicadores creme vaginal 50g	Bisnaga	Bisnaga com 50 g	600
534	Metronidazol 250mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
535	Metronidazol 400mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.000
536	Metronidazol 40mg/ml suspensão oral frasco 80 ml	Frasco	Frasco 80 ml	500
541	Miconazol (nitrato) 2% Gel Oral 40g	Bisnagas	Bisnaga com 40g	100
542	Miconazol (nitrato) 20 mg/gr creme dermatológico	Bisnaga		500
543	Miconazol (nitrato) 20 mg/gr creme vaginal 80g, com no mínimo 10 aplicadores	Bisnaga	Bisnaga com 80 g	500
552	Morfina (sulfato) 30 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
561	Neomicina (sulfato) 5mg/g + Bacitracina 250ui pomada dermatológica 10 g	Bisnaga	Bisnaga com 10g	2.000
563	Nifedipina 10mg	Comprimido	Blister com 30 cp	10.000
565	Nifedipina 20mg (retard)	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
566	Nimesulide 100mg	Comprimido	Blister com 12 cp	50.000
567	Nimesulide 50mg Solução Oral 15 ml	Frascos	Frasco com 15 ml	500
569	Nistatina 25.000ui/g Creme Vaginal 60 g com no mínimo 10 aplicadores	Bisnagas	Bisnaga com 60 gr	800
571	Nistatina 100.000ui/ml Suspensão Oral 50ml	Frasco	Frasco com 50 ml	200
573	Nitrofurantoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
581	Noretisterona (enantato) 50mg + Estradiol (valerato) 5 mg/ml Ampola 1 ml s/ seringa	Ampola	Ampola com 1 ml	200
582	Noretisterona 0,35mg blister 35 cp	Comprimido	Blister com 35 cp	3.500
583	Norfloxacino 400mg blister 7 cp	Comprimido	Blister com 7 cp	5.000
584	Nortriptilina (cloridrato) 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
585	Nortriptilina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

586	Nortriptilina (cloridrato) 50mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
587	Nortriptilina (cloridrato) 75mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
591	Óleo Mineral 100% frasco 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	200
592	Omeprazol 10mg	Comprimido		5.000
593	Omeprazol 20mg	Cápsula	Blister com 14 caps	350.000
598	Ondansetrona (cloridrato) 8mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.000
603	Oxcarbazepina 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
604	Oxcarbazepina 600mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
607	Oxibutinina 5 mg	Comprimido		5.000
609	Oxido zinco + vitamina A + D pomada 45 gr	Bisnaga	Bisnaga com 45 g	100
615	Pantoprazol de sódio 40 mg	Comprimido		5.000
618	Paracetamol 200mg/ml gotas solucao oral 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	3.000
620	Paracetamol 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	150.000
622	Paroxetina (cloridrato) 20 mg	Comprimido		1.000
625	Periciazina 1% frasco 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	100
626	Periciazina 4% frasco 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	100
627	Permanganato de Potássio 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.000
628	Permetrina 10mg/ml loção 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	200
629	Permetrina 50mg/ml loção 60 ml	Frascos	Frasco com 60 ml	200
635	Pirimitamina 25mg	Comprimido	Frasco com 100 cp	1.000
641	Polivitamínico composto de vitaminas e minerais de A a Z retinol (como palmitato) (vit. A) 2664 UI colecalciferol (vit. D) 400 UI 200 acetato de tocoferol (vit. E) 10,00 UI 100 ácido ascórbico (vit. C) 70,00 mg tiamina (como mononitrato) (vit. B1) 3,00 mg riboflavina (vit. B2) 3,40 mg nicotinamida 17,00 mg cloridrato de piridoxina (vit. B6) 4,00 mg ácido fólico 0,60 mg cianocobalamina (vit. B12) 2,20 mcg ferro (como fumarato ferroso) 30,00 mg zinco (como óxido de zinco) 15,00 mg cálcio (como carbonato de cálcio) 125,00 mg	Comprimido	Blister com 14 ou 28 comp	1.000
642	Polivitamínico e poliminerais suspensão Oral 100 ml	Frasco	Frasco com 100 ml	300
644	Prednisolona (fosfato sodico) 3mg/ml suspensão 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	1.000
645	Prednisona 20mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
646	Prednisona 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
652	Prometazina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
655	Propafenona (cloridrato) 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
656	Propatilnitrato 10mg	Comprimido	Blister com 25 cp	50.000
660	Propranolol (cloridrato) 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
661	Propranolol (cloridrato) 40mg	Comprimido	Blister com 10 cp	200.000
668	Ranitidina (cloridrato) 150mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
676	Risperidona 1mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
677	Risperidona 2 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
678	Risperidona 3 mg	Comprimido		5.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

685	Sais p/ reidratação oral com 27,9g (cloreto de sódio 3,5g + cloreto de potássio 1,5g + citrato de sódio 2,9g + glicose 20g)	Envelope	Envelope com 27,9g	1.000
686	Salbutamol 100mcg Aerosol com 200 doses	Frascos	Tubo com 200 Doses	300
687	Salbutamol 2 mg	Comprimido		3.000
688	Salbutamol 2mg/5ml Xarope 100 ml	Frascos	Frasco com 100 ml	500
690	Secnidazol 1000 mg	Comprimido		1.000
692	Sertralina (cloridrato) 50 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
696	Simeticona 75mg/ml frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	500
697	Sinvastatina 10mg	Comprimido		50.000
698	Sinvastatina 20mg	Comprimido		100.000
699	Sinvastatina 40mg	Comprimido		100.000
718	Sulfadiazina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.000
720	Sulfadiazina de Prata 10mg/g Pasta	Bisnagas	Bisnaga com 50 g	150
722	Sulfametoxazol 200mg/5ml + trimetoprima 40mg/5ml suspensão oral 50 ml	Frasco	Frasco com 50ml	500
723	Sulfametoxazol 400mg + Trimetoprima 80mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
728	Sulfato Ferroso 25mg/ml solução Oral 30 ml	Frascos	Frasco com 30 ml	500
729	Sulfato ferroso 40mg Fe++	Comprimido	Blister com 20 cp	60.000
740	Teofilina 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
744	Tetracaina (cloridrato) associado com Fenilefrina (cloridrato) + Ácido Bórico solução oftálmica 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	100
746	Tiabendazol 500mg	Comprimido		1.000
753	Tiamina (cloridrato) 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
758	Timolol (maleato) 0,25mg solução oftálmica 5ml	Frascos	Frasco com 5 ml	100
759	Timolol (maleato) 0,5%, solução oftálmica 5ml	Frasco	Frasco com 5ml	100
771	Topiramato 50mg	Comprimido		5.000
773	Tramadol (cloridrato) 50mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
775	Trazodona 50mg	Comprimido		3000
787	Varfarina Sódica 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
790	Venlafaxina (cloridrato) 75 mg	Comprimido		5.000
791	Verapamil (cloridrato) 120mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
793	Verapamil (cloridrato) 80mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
TOTAL				6.332.950

3.1.5 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE GARUVA**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.848/0001-59, com sede na Avenida Celso Ramos, nº 1.614, Centro, CEP 89.248-000, na cidade de Garuva, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. José Chaves:

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA	QUANTIDADE PREVISTA
5	Acetilcisteína 20mg/ml xarope sem açúcar frasco com 100ml	Frasco	Frasco com 100ml	200
6	Acetilcisteína 40mg/mL, frasco com 120 ml	Frasco	Frasco com 120mL	300

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

7	Acetonido fluocinolona 0,275mg + sulfato de neomicina 3,850mg, sulfato de polimixina B + cloridrato de lidocaína 20mg solução otológica, frasco com 5 ml	Frasco	Frasco com 5 ml	75
10	Aciclovir 400mg	Comprimido		800
11	Aciclovir 50mg creme , bisnaga com 10g	Bisnaga	Bisnaga com 10g	100
12	Acido acetil salicílico 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	75.000
16	Ácido Fólico 5mg	Comprimido	Blister com 20 cp	7.500
20	Ácido tranexâmico 250mg , ampola com 5 ml	Ampola	Ampola com 5mL	60
22	Ácido Valpróico 250mg	Comprimido capsulas		2.000
23	Ácido Valpróico 250mg/5ml Xarope, frasco com 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	250
24	Ácido valpróico 500mg, frasco com 50 capsulas	Capsulas	Frasco com 50 caps	4.500
26	Adenosina 3mg/ml solução injetável, ampola com 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	50
29	Água destilada , ampola com 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	200
32	Água destilada estéril e apirogênica, ampola com 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	300
34	Albendazol 400mg, blister com 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	3.000
35	Albendazol 40mg/ ml suspensão oral , frasco com 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	1.250
38	Alendronato de sódio 70mg	Comprimido	Blister com 4 cp	2.000
41	Alopurinol 100mg	Comprimido	Blister com 15cp	3.000
42	Alopurinol 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.000
48	Ambroxol (cloridrato) 15mg/5ml xarope , frasco com 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml	600
49	Ambroxol (cloridrato) 30mg/5ml xarope , frasco com 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml	600
52	Aminofilina 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	7.500
53	Aminofilina 24 mg/ml, ampola com 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	100
54	Amiodarona (cloridrato) 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.000
55	Amiodarona (cloridrato) 50mg/ml injetável , ampola com 3 ml	Ampola	Ampola com 3 ml	100
56	Amitripilina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	36.000
58	Amoxicilina + Clavulanato de potássio 50mg/ml + 12,5mg/ml pó p/ suspensão oral. Frasco 75 ml	Frasco	Frasco com 75ml	400
59	Amoxicilina 250mg/5ml suspensão Oral , frasco 150 ml	Frasco	Frasco com 150 ml	700
60	Amoxicilina 250mg/5ml suspensão Oral , frasco 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	800
61	Amoxicilina 500mg + Clavulanato de Potássio 125mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.250
62	Amoxicilina 500mg, blister com 21 capsulas	Cápsula	Blister com 21 caps	17.500
71	Anlodipino (besilato) 10 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	11.000
72	Anlodipino (besilato) 5mg	Comprimido		15.000
74	Atenolol 25mg	Comprimido		50.000
75	Atenolol 50 mg	Comprimido	Blister com 15 cp	32.500

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

78	Atropina (sulfato) 0,25mg/ml solução injetável, ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	100
82	Azitromicina 40mg/ml suspensão Oral + Diluente, frasco 600 mg	Frasco	Frasco com 600 mg	625
85	Azitromicina 500mg, blister com 3 cp	Comprimido	Blister com 3 cp	4.000
90	Benzilpenicilina 600.000ui + Diluente	Ampola	Frasco Ampola	650
91	Benzilpenicilina Benzatina 1200.000U.i pó frasco + diluente	Frasco	Frasco Ampola	800
92	Benzilpenicilina G procaína + potássica 300.000UI + 100.000UI + diluente	Frasco	Frasco Ampola	50
99	Bicarbonato de Sódio 8,4% - ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	15
102	Biperideno 2mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
109	Bromoprida 4mg/mL gotas frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20mL	400
110	Bromoprida 5mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2mL	250
111	Budesonida aerossol nasal 32mcg frasco com 120 Doses	Tubo	Tubo com 120 doses	100
112	Budesonida aerossol nasal 50mcg frasco com 120 Doses	Tubo	Tubo com 120 doses	225
118	Bupropiona 150mg	Comprimido		12500
120	Cabergolina 0,5mg	Comprimido		10
123	Captopril 25 mg	Comprimido		100.000
124	Captopril 50mg	Comprimido		27.500
125	Carbamazepina 2% suspensão Oral frasco com 100 ml	Frascos	Frasco com 100 ml	50
126	Carbamazepina 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	22.500
130	Carbonato de Cálcio 1500 mg (equivalente a 600mg de Ca++ + Colecalciferol 400UI)	Comprimido		8000
131	Carbonato de lítio 300mg	Comprimido		7.500
134	Carvão vegetal ativado - pó para uso oral - 1 kg	Pacote	Pacote com 1 kilo	1
135	Carvedilol 12,5mg	Comprimido	Blister com 15 cp	5.000
136	Carvedilol 25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	3.500
137	Carvedilol 3,125mg	Comprimido	Blister com 15 cp	5.000
138	Carvedilol 6,25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	5.000
140	Cefalexina 250mg/5ml pó p/suspensão oral frasco 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	650
141	Cefalexina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	22.500
142	Cefalotina sódica 1g + diluente	Frasco ampola	Frasco ampola	200
149	Ceftriaxona 1g pó para suspensão IM	Frasco Ampola		150
150	Ceftriaxona 500mg pó para suspensão IM	Frasco Ampola		250
152	Cetoconazol 20mg/g creme bisnaga 30 g	Bisnaga	Bisnaga com 30g	200
153	Cetoconazol 2% xampu frasco 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	70
154	Cetoconazol 200 mg	Comprimido		3.500
155	Cetoprofeno 100mg/ml EV Pó liofilo injetável	FrascoAmpola		1.000
156	Cetoprofeno 100mg/ml IM ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	2.000
161	Ciclobenzaprina (cloridrato) 10mg	Comprimido		4000
168	Cilostazol 100mg	Comprimido	Blister com 20 cp	4500

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

169	Cilostazol 50mg	Comprimido		2.500
170	Cimetidina 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	12000
171	Cimetidina 300mg ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2mL	800
172	Cinarizina 75mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
173	Cipofibrato 100 mg	Comprimido		10.000
174	Ciprofloxacino (Cloridrato) 2mg/ml bolsa com 100 ml	Bolsa	Bolsa com 100mL	80
175	Ciprofloxacino (cloridrato) 500mg	Comprimido	Blister com 15 cp	6.000
180	Citalopram 20mg	Comprimido		9000
183	Claritromicina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2500
188	Clobetasol (Propionato) 0,5mg/g creme 30 gr	Bisnaga	Bisnaga com 30g	200
190	Clomipramina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 20 cp	2.000
194	Clonazepam 2,5mg/ml Solução Oral frasco 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	300
197	Clopidogrel 75mg	Comprimido		8.000
201	Cloranfenicol 5mg + Acetato de Retinol 10.000UI + Aminoácidos 25mg + Metionina 5mg Pomada oftálmica 3,5 g	Bisnaga	Bisnaga 3,5 g	15
204	Cloreto de Potássio 19,1% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	50
208	Cloreto de Sódio 0,9% Solução Nasal Spray frasco 50 ml	Frascos	Frasco com 50 ml	500
209	Cloreto de sódio 0,9% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10mL	500
210	Cloreto de Sódio 20% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	50
212	Clorpromazina 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	7.500
214	Clorpromazina 40mg/ml solução Oral	Frascos	Frasco com 20 ml	30
215	Clorpromazina 5mg solução Injetável ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	50
218	Codeína (fosfato) 30mg	Comprimido	Blister com 10 cp	9.000
220	Colagenase 0,6 UI + Cloranfenicol 0,01 g Pomada 30 g	Bisnagas	Bisnaga com 30g	80
225	Complexo B injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	750
226	Complexo B Polivitaminico	Comprimido	Blister com 20 cp	5.000
228	Complexo coloidal de Sacarato de Hidróxido de Ferro III 2500 mg* Água bidestilada q.s.p. 5 ml * equivalente a 100 mg de ferro (III) – EV ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	50
229	Complexo de Hidróxido de Ferro III Polimaltosado 330 mg* Água bidestilada q.s.p. 2 ml * equivalente a 100 mg de ferro (III) Noripurum IM ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	20
236	Deslanosídeo 0,4mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	50
237	Desloratadina 0,5mg/mL frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100mL	40
242	Dexametasona 0,1% creme 10 g	Bisnaga	Bisnaga com 10 g	1.100
245	Dexametasona (fosfato dissódico) 4 mg/ml ampola 2,5 ml	Ampola	Ampola com 2,5ml	600
246	Dexametasona colírio 1mg/ml frasco 5 ml	Frasco	Frasco com 5ml	10
249	Dexametazona (acetato), tiamina (cloridrato), piridoxina (cloridrato), cianocobalamina ampola com 1 ml + 2 ml	Ampola	Ampola com 1 ml+ 2ml	150
250	Dexclorfeniramina (maleato) 0,4 mg/ml, solução oral frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml	800

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

251	Dexclorfeniramina (maleato) 2mg	Comprimido	Blister com 20 cp	7.000
253	Dexpantenol 50mg/g bisnaga 30 g	Bisnaga	Bisnaga com 30g	300
256	Diazepan 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	18.000
257	Diazepan 10mg/2ml injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	300
258	Diazepan 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
262	Diclofenaco sódico 50mg	Comprimido	Blister com 20 cp	37.500
264	Diclofenaco Sódico 25mg/ml ampola 3 ml	Ampola	Ampola com 3ml	1.500
265	Dicloridrato de betaistina 16mg	Comprimido		4000
270	Digoxina 0,25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
273	Dimenidrato + Piridoxina + Glicose + Frutose, 3mg+5mg+100mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	200
274	Dimenidrinato 50mg + Piridoxina (cloridrato) 10mg	Comprimido		1000
275	Dimenidrinato 50mg + Piridoxina (cloridrato) 50mg ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	400
276	Diosmina 450mg + Hesperidina 50mg	Comprimido		48000
278	Dipirona sódica 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	17.500
279	Dipirona sódica 500mg/ml gotas frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	1.300
280	Dipirona Sódica 500mg/ml injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	1.800
281	Dipirona sódica 750mg + cloridrato de adifenina 25mg + cloridrato de prometazina 25mg ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2mL	100
282	Dipropionato de Beclometasona – aerossol 250ui/dose frasco 200 doses	Tubo	Frasco com 200 doses	25
285	Dipropionato de betametasona 5mg + fosfato dissódico de betametasona 2mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	150
288	Dobutamina (cloridrato) 12,5mg/ml ampola 20 ml	Ampola	Ampola com 20 ml	10
291	Domperidona 01mg/ml suspensão oral 200 ml	Frasco	Frasco com 200ml	50
292	Domperidona 10mg	Comprimido		4500
293	Dopamina (cloridrato) 5 mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10ml	50
294	Doxazosina (mesilato) 2mg	Comprimido		5.000
299	Dropropizina 3mg/ml frasco 120 ml	Frasco	Frasco com 120mL	150
300	Enalapril (maleato) 10mg	Comprimido		50.000
301	Enalapril (maleato) 20mg	Comprimido		22.500
303	Epinefrina (cloridrato) 1 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	100
305	Eritromicina (estearato) 50mg/ml suspensão oral 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	50
306	Eritromicina (estolato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	840
311	Escopolamina (butilbrometo) 20mg + Dipirona sódica 2,5mg ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	1.250
312	Escopolamina (butilbrometo) 10mg	Comprimido	Blister com 20 cp	6.000
313	Escopolamina (butilbrometo) 10mg + Dipirona Sódica 250mg	Comprimido		14.000
314	Escopolamina (butilbrometo) 10mg/ml+ Dipirona Sódica gotas 10ml	Frasco	Frasco com 10ml	700
316	Escopolamina (butilbrometo) 20 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	800
320	Espiramicina 1,5 MUI	Comprimido	Blister com 16 cp	1.080

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

322	Espironolactona 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
326	Estradiol 2mg + acetato de noretisterona 1mg	Comprimido		1.500
327	Estreptoquinase 1.500.000UI pó líofilo injetável	Frasco ampola		3
328	Estriol 1mg/ml Creme Vaginal	Bisnagas		50
329	Estrogênios conjugados 0,3mg	Comprimido		3000
331	Estrogênios Conjugados 0,625mg Creme Vaginal 26g	Bisnagas	Bisnaga com 26g	20
333	Etilefrina (cloridrato) 10 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	15
341	Fenitoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	6.000
342	Fenitoína Sódica 50 mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	50
343	Fenobarbital 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	9.000
344	Fenobarbital 200 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	50
345	Fenobarbital 4% gotas solução oral 20 ml	Frasco	Frasco com 20ml	50
348	Fenoterol (bromidrato) 5 mg/ml 20 ml para nebulização	Frasco	Frasco com 20 ml	70
352	Fentanila (sal citrato) 0,05mg/ml solução injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	50
357	Finasterida 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.500
358	Fitomenadiona 10mg ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	50
359	Fluconazol 150mg blister 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	3.500
362	Flumazenil 0,1mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5mL	15
368	Fluoxetina (cloridrato) 20mg	Comprimido/capsulas	Blister com 10 cp	29.000
371	Formoterol (fumarato) 12 mcg + budesonida 400 mcg	Capsulas	caixa com 60 caps	50
372	Formoterol (Fumarato) 6mcg + budesonida 200mcg + inalador	Cápsulas	Frasco com 60 cápsulas	25
373	Fosfato Sódio, Enema, Fosfato Monobásico 16% + Fosfato Dibásico 6% frasco 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml	30
376	Furosemida 10mg/ml solução injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	300
377	Furosemida 40mg	Comprimido	Blister com 20 cp	27.500
383	Garra do Diabo (extrato seco) 500mg comprimido revestido de Harpagophytum procumbens no mínimo de 12 mg e máximo de 24 mg de harpagosideo por comprimido	Capsulas		9000
387	Gentamicina (sulfato) 80mg/2ml (ampola 2 ml)	Ampola	Ampola com 2 ml	200
389	Glibenclamida 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	35.000
390	Glicazida 30mg (Comprimido de Liberação Controlada)	Comprimido		10.000
395	Glicose 25% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	200
396	Glicose 50% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	200
397	Glimepirida 2 mg	Comprimido		6000
398	Gluconato de Cálcio 10% 100mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	50
400	Haloperidol 1mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.400
401	Haloperidol 2mg/ml Gotas 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	25
402	Haloperidol 5 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	50
403	Haloperidol 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	7.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

404	Haloperidol Decanoato 50 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	30
405	Hemitartarato de norepinefrina 2mg/ml ampola 4 ml	Ampola	Ampola com 4ml	50
407	Heparina Sódica 5.000 UI/0,25ml injetável ampola 0,25 ml	Ampola	Ampola com 0,25 ml	50
408	Hidralazina 20 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	50
409	Hidralazina 25mg	Comprimido		5000
411	Hidroclorotiazida 25mg	Comprimido		62.500
412	Hidroclorotiazida 50mg	Comprimido		10.000
413	Hidrocortisona (succinato) pó liofilizado 100 mg p/ solução injetável	Ampola	Frasco Ampola	300
414	Hidrocortisona (succinato) pó liofilizado 500 mg p/ solução injetável	Ampola	Frasco Ampola	400
415	Hidrocortisona 1% creme 30 g	Bisnaga	Bisnaga com 30 g	125
421	Hidróxido de alumínio + hidróxido de magnésio + simeticona comprimido mastigável (concentração mínima: 153mg + 200mg + 20mg)	Comprimido		5000
426	Hipromelose 0,3% solução oftálmica 15 ml	Frasco	Frasco com 15 ml	10
429	Ibuprofeno 50 mg/ml solução oral gotas 30 ml	Frasco	Frasco com 30 ml	2.000
430	Ibuprofeno 600mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
434	Imipramina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	4.000
444	lpratrópio (brometo) 0,25mg/ml solução Inalante 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	130
446	Irbesartana 300mg	Comprimido		420
447	Isoflavona 150mg	Comprimido		2.500
449	Isossorbida (monitrato) 20mg	Comprimido	Blister com 15 cp	4.000
450	Isossorbida (dinitrato) 10mg	Comprimido	Blister com 15 cp	3.600
451	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	800
452	Isossorbida (monitrato) 40mg	Comprimido	Blister com 15 cp	1.000
454	Itraconazol 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	500
455	Ivermectina 6mg blister 4 cp	Comprimido	Blister com 4 cp	1.000
457	Lactulose 667mg/ml solução Oral 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	150
460	Levodopa 100mg + Benserazida 25mg Comprimido Dispersível	Comprimidos	Frasco com 30 cp	3.000
461	Levodopa 200mg + Benserazida 50mg	Comprimido	Frasco com 30 cp	3.000
462	Levodopa 250mg + carbidopa 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.500
469	Levomepromazina (maleato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
470	Levomepromazina (maleato) 40mg/ml 20ml gotas	Frasco	Frasco com 20 ml	50
472	Levonorgestrel 0,15mg + etinilestradiol 0,03mg blister 21 drageas	Drágeas	Blister c/ 21 drg	17.325
474	Levotiroxina sodica 100mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	9.000
475	Levotiroxina sodica 25mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	18.000
476	Levotiroxina sodica 50mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	18.000
478	Lidocaína 100mg/5g gel 2% bisnaga 30 g	Bisnaga	bisnaga com 30gr	80
479	Lidocaína (Cloridrato) 10% spray frasco 50 ml	Frasco	Frasco com 50mL	5
480	Lidocaína (s/ vasoconstritor) 2% frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20ml	250
481	Lidocaína + epinefrina 2% (20mg/ml) frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20ml	20

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

487	Loratadina 10mg	Comprimido	Blister com 12 cp	4.032
488	Loratadina 1mg/ml Xarope 100 ml	Frascos	Frasco com 100 ml	500
490	Lorazepam 2mg	Comprimido		6000
493	Losartana Potássica 50mg	Comprimido	Blister com 15 cp	65.000
496	Manitol 20% sistema fechado solução injetável 250 ml	Frasco	Frasco com 250ml	100
500	Mebendazol 20mg/ml suspensão Oral 30 ml	Frascos	Frasco com 30 ml	250
501	Medroxiprogesterona (acetato) 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.000
503	Medroxiprogesterona (acetato) 150 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	200
513	Metformina (cloridrato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	35.000
514	Metformina (cloridrato) 850mg	Comprimido	Blister com 10 cp	50.000
515	Metildopa 250 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
516	Metildopa 500 mg	Comprimido		6.000
517	Metilergometrina, maleato 0,2 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	15
518	Metilfenidato (cloridrato) 10mg	Comprimido	Blister com 20 cp	1.800
522	Metoclopramida (cloridrato) 5mg/ml solução injetável 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	2.500
523	Metoclopramida 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	9.000
524	Metoclopramida 4mg/ml gotas solução oral 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	500
526	Metoprolol (succinato) 25mg (Comprimido De liberação controlada)	Comprimido	Blister com 10 comp.	2.000
527	Metoprolol (succinato) 50mg (Comprimido De liberação controlada)	Comprimido	Blister com 10 comp.	6.000
529	Metoprolol (Tartarato) 100mg	Comprimido		1000
533	Metronidazol 100mg/g com no mínimo 10 aplicadores creme vaginal 50g	Bisnaga	Bisnaga com 50 g	250
534	Metronidazol 250mg	Comprimido	Blister com 10 cp	4.000
535	Metronidazol 400mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.000
536	Metronidazol 40mg/ml suspensão oral frasco 80 ml	Frasco	Frasco 80 ml	50
541	Miconazol (nitrato) 2% Gel Oral 40g	Bisnagas	Bisnaga com 40g	5
542	Miconazol (nitrato) 20 mg/gr creme dermatológico	Bisnaga		250
543	Miconazol (nitrato) 20 mg/gr creme vaginal 80g, com no minimo 10 aplicadores	Bisnaga	Bisnaga com 80 g	300
544	Midazolam 15 mg injetável 3 ml	Ampola	Ampola com 3 ml	50
545	Midazolam 1mg/ml injetável 5 ml	Ampola	Ampola com 5ml	50
546	Midazolam 5 mg/ml injetável 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	20
554	Morfina 10 mg	Comprimido		3.600
555	Morfina 10mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	200
559	Naloxona 0,4mg/1ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1mL	20
561	Neomicina (sulfato) 5mg/g + Bacitracina 250ui pomada dermatologica 10 g	Bisnaga	Bisnaga com 10g	1.200
564	Nifedipina 20mg	Comprimido	Blister com 10 cp	22.500
566	Nimesulide 100mg	Comprimido	Blister com 12 cp	10.000
567	Nimesulide 50mg Solução Oral 15 ml	Frascos	Frasco com 15 ml	600
569	Nistatina 25.000ui/g Creme Vaginal 60 g com no mínimo 10 aplicadores	Bisnagas	Bisnaga com 60 gr	400



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

NORDESTE/SC

571	Nistatina 100.000ui/ml Suspensão Oral 50ml	Frasco	Frasco com 50 ml	100
573	Nitrofurantoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.500
576	Nitroglicerina 25mg ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5mL	25
577	Nitroprussiato de sódio 50mg/ml (ampola 1ml)	Ampola		5
581	Noretisterona (enantato) 50mg + Estradiol (valerato) 5 mg/ml Ampola 1 ml s/ seringa	Ampola	Ampola com 1 ml	250
582	Noretisterona 0,35mg blister 35 cp	Comprimido	Blister com 35 cp	2.730
583	Norfloxacino 400mg blister 7 cp	Comprimido	Blister com 7 cp	5.000
591	Óleo Mineral 100% frasco 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	100
593	Omeprazol 20mg	Cápsula	Blister com 14 caps	140.000
594	Omeprazol 40mg solução injetável	Ampola		100
597	Ondansetrona (cloridrato) 4mg	Comprimido		250
598	Ondansetrona (cloridrato) 8mg	Comprimido	Blister com 10 cp	750
599	Ondansetrona 8mg/ml ampola 4 ml	Ampola	Ampola com 4 ml	200
607	Oxibutinina 5 mg	Comprimido		2.500
608	Óxido de zinco 25% (pasta d'agua) frasco 100 gr	Frasco	Frasco com 100g	150
617	Paracetamol 100mg/mL acompanha seringa dosadora suspensão oral 15 ml	Frasco	Frasco com 15mL	40
618	Paracetamol 200mg/ml gotas solução oral 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	2.800
620	Paracetamol 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	42.500
621	Paracetamol 750mg	Comprimido		42500
627	Permanganato de Potássio 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	100
628	Permetrina 10mg/ml loção 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	200
629	Permetrina 50mg/ml loção 60 ml	Frascos	Frasco com 60 ml	50
634	Piridoxina (Cloridrato) 50mg	Comprimido		500
635	Pirimitamina 25mg	Comprimido	Frasco com 100 cp	1.000
636	Piroxicam 20mg	Cápsulas		10000
637	Piroxicam 40mg ampola 2 ml	Ampola	Ampola 2mL	250
641	Polivitaminico composto de vitaminas e minerais de A a Z retinol (como palmitato) (vit. A) 2664 UI coлекаliferol (vit. D) 400 UI 200 acetato de tocoferol (vit. E) 10,00 UI 100 ácido ascórbico (vit. C) 70,00 mg tiamina (como mononitrato) (vit. B1) 3,00 mg riboflavina (vit. B2) 3,40 mg nicotinamida 17,00 mg cloridrato de piridoxina (vit. B6) 4,00 mg ácido fólico 0,60 mg cianocobalamina (vit. B12) 2,20 mcg ferro (como fumarato ferroso) 30,00 mg zinco (como óxido de zinco) 15,00 mg cálcio (como carbonato de cálcio) 125,00 mg	Comprimido	Blister com 14 ou 28 comp	5.000
642	Polivitamínico e poliminerais suspensão Oral 100 ml	Frasco	Frasco com 100 ml	100
644	Prednisolona (fosfato sodico) 3mg/ml suspensão 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	550
645	Prednisona 20mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
646	Prednisona 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	8.000



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

NORDESTE/SC

652	Prometazina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.500
653	Prometazina (cloridrato) 25mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	250
661	Propranolol (cloridrato) 40mg	Comprimido	Blister com 10 cp	40.000
662	Protamina (Cloridrato) 10mg/mL ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5mL	25
666	Ranitidina (cloridrato) 25 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	900
668	Ranitidina (cloridrato) 150mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
671	Retinol (acetato) 50.000ui + colecalciferol 10.000ui frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	400
674	Rifamicina 10mg/ml spray 20 ml	Frasco	Frasco com 20 ml	40
676	Risperidona 1mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
678	Risperidona 3 mg	Comprimido		1.500
685	Sais p/ reidratação oral com 27,9g (cloreto de sódio 3,5g + cloreto de potássio 1,5g + citrato de sódio 2,9g + glicose 20g)	Envelope	Envelope com 27,9g	1.000
686	Salbutamol 100mcg Aerosol com 200 doses	Frascos	Tubo com 200 Doses	500
692	Sertralina (cloridrato) 50 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	25.000
695	Simeticona 40mg	Comprimido		4000
696	Simeticona 75mg/ml frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	700
698	Sinvastatina 20mg	Comprimido		105.000
703	Solução de ringer com lactato de sódio sistema fechado com 500 ml	Frasco	Frasco com 500mL	100
707	Soro fisiológico (Cloreto de sódio 0,9%) frasco 100ml sistema fechado	Frasco	Frasco com 100 ml	2200
708	Soro fisiológico (Cloreto de sódio 0,9%) frasco 250ml sistema fechado	Frasco	Frasco com 250 ml	3300
709	Soro fisiológico (Cloreto de sódio 0,9%) frasco 500ml sistema fechado	Frasco	Frasco com 500 ml	2300
711	Soro glicofisiológico (glicose associada ao cloreto de sódio 5% + 0,9%) frasco 500ml sistema fechado	Frasco	Frasco com 500 ml	200
712	Soro glicosado (glicose 5%) frasco 250ml sistema fechado	Frasco	Frasco com 250 ml	300
713	Soro glicosado (glicose 5%) frasco 500ml sistema fechado	Frasco	Frasco com 500 ml	300
718	Sulfadiazina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.000
720	Sulfadiazina de Prata 10mg/g Pasta	Bisnagas	Bisnaga com 50 g	500
722	Sulfametoxazol 200mg/5ml + trimetoprima 40mg/5ml suspensão oral 50 ml	Frasco	Frasco com 50ml	250
723	Sulfametoxazol 400mg + Trimetoprima 80mg	Comprimido	Blister com 10 cp	6.000
727	Sulfato de Magnésio 50% injetável 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	25
728	Sulfato Ferroso 25mg/ml solução Oral 30 ml	Frascos	Frasco com 30 ml	400
729	Sulfato ferroso 40mg Fe++	Comprimido	Blister com 20 cp	22.500
731	Supositório de glicerina (glicerol 95%) adulto	Supositório		100
732	Supositório de glicerina (glicerol 95%) infantil	Supositório		50
734	Suxametônio cloreto, 100 mg injetável	Frasco	Frascoampola	30
742	Terbutalina (sulfato) 0,5 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	100
744	Tetracaina (cloridrato) associado com Fenilefrina (cloridrato) + Acido Bórico solução oftálmica 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	10

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

751	Tiamazol 10mg	Comprimido		2500
753	Tiamina (cloridrato) 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.500
754	Tibolona 1,25mg	Comprimido		1000
759	Timolol (maleato) 0,5%, solução oftálmica 5ml	Frasco	Frasco com 5ml	30
760	Tinidazol 500mg	Comprimido		300
761	Tioconazol 20mg/g + tinidazol 30mg/g bisnaga 30 g com aplicador	Bisnaga	Bisnaga com 30g	80
767	Tobramicina 3mg colírio 5 ml	Frascos	Frasco com 5ml	50
768	Tobramicina 3mg/mL + dexametasona 1mg/ml solução oftálmica 5 ml	Frasco	Frasco com 5mL	20
770	Topiramato 25mg	Comprimido		5000
774	Tramadol 50mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	400
777	Triametazidina 35mg	Comprimido		8000
781	Valeriana officinalis 50mg	Comprimido		6000
787	Varfarina Sódica 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.000
792	Verapamil (Cloridrato) 2,5mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2mL	25
793	Verapamil (cloridrato) 80mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
TOTAL				2.056.136

3.1.6 Órgão Participante: **MUNICIPIO DE GUARAMIRIM**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Vinte e Oito de Agosto, nº 2.043, Centro, CEP 89.270-000, na cidade de Garuva, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Lauro Frohlich:

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA	QUANTIDADE PREVISTA
8	Aciclovir 200mg	Comprimido	Blister com 15 cp	5.000
11	Aciclovir 50mg creme , bisnaga com 10g	Bisnaga	Bisnaga com 10g	300
12	Acido acetil salicílico 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	300.000
16	Ácido Fólico 5mg	Comprimido	Blister com 20 cp	30.000
22	Ácido Valpróico 250mg	Comprimido capsulas		30.000
23	Ácido Valpróico 250mg/5ml Xarope, frasco com 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	300
24	Ácido valpróico 500mg, frasco com 50 capsulas	Capsulas	Frasco com 50 caps	20.000
34	Albendazol 400mg, blister com 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	3.000
35	Albendazol 40mg/ ml suspensão oral , frasco com 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	3.000
38	Alendronato de sódio 70mg	Comprimido	Blister com 4 cp	6.000
41	Alopurinol 100mg	Comprimido	Blister com 15cp	20.000
52	Aminofilina 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
54	Amiodarona (cloridrato) 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
56	Amitripilina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	150.000
58	Amoxicilina + Clavulanato de potássio 50mg/ml + 12,5mg/ml pó p/ suspensão oral. Frasco 75 ml	Frasco	Frasco com 75ml	2.000
60	Amoxicilina 250mg/5ml suspensão Oral , frasco 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	5.000
61	Amoxicilina 500mg + Clavulanato de Potássio 125mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

62	Amoxicilina 500mg, blister com 21 capsulas	Cápsula	Blister com 21 caps	50.000
67	Ampicilina 500 mg	Comprimido		1.000
71	Anlodipino (besilato) 10 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
72	Anlodipino (besilato) 5mg	Comprimido		60.000
73	Atenolol 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
75	Atenolol 50 mg	Comprimido	Blister com 15 cp	300.000
82	Azitromicina 40mg/ml suspensão Oral + Diluente, frasco 600 mg	Frasco	Frasco com 600 mg	3.000
85	Azitromicina 500mg, blister com 3 cp	Comprimido	Blister com 3 cp	15.000
90	Benzilpenicilina 600.000ui + Diluente	Ampola	Frasco Ampola	500
91	Benzilpenicilina Benzatina 1200.000U.i pó frasco + diluente	Frasco	Frasco Ampola	1.200
92	Benzilpenicilina G procaina + potássica 300.000UI + 100.000UI + diluente	Frasco	Frasco Ampola	100
102	Biperideno 2mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
111	Budesonida aerossol nasal 32mcg frasco com 120 Doses	Tubo	Tubo com 120 doses	500
112	Budesonida aerossol nasal 50mcg frasco com 120 Doses	Tubo	Tubo com 120 doses	500
118	Bupropiona 150mg	Comprimido		50.000
123	Captopril 25 mg	Comprimido		200.000
125	Carbamazepina 2% suspensão Oral frasco com 100 ml	Frascos	Frasco com 100 ml	360
126	Carbamazepina 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	50.000
127	Carbamazepina 400mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
130	Carbonato de Cálcio 1500 mg (equivalente a 600mg de Ca++ + Colecalciferol 400UI)	Comprimido		200.000
131	Carbonato de Lítio 300mg	Comprimido		20.000
135	Carvedilol 12,5mg	Comprimido	Blister com 15 cp	20.000
136	Carvedilol 25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	15.000
137	Carvedilol 3,125mg	Comprimido	Blister com 15 cp	15.000
138	Carvedilol 6,25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	20.000
140	Cefalexina 250mg/5ml pó p/suspensão oral frasco 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	2.000
141	Cefalexina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	50.000
150	Ceftriaxona 500mg pó para suspensão IM	Frasco Ampola		1.000
152	Cetoconazol 20mg/g creme bisnaga 30 g	Bisnaga	Bisnaga com 30g	1.000
153	Cetoconazol 2% xampu frasco 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	500
154	Cetoconazol 200 mg	Comprimido		5.000
168	Cilostazol 100mg	Comprimido	Blister com 20 cp	3.000
169	Cilostazol 50mg	Comprimido		2.000
172	Cinazina 75mg	Comprimido	Blister com 10 cp	45.000
175	Ciprofloxacino (cloridrato) 500mg	Comprimido	Blister com 15 cp	36.000
183	Claritromicina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.000
190	Clomipramina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 20 cp	20.000
191	Clomipramina (cloridrato) 75mg, Comprimido de liberação lenta	Comprimido		10.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

192	Clonazepam 2mg	Comprimido	Blister com 10 cp	36.000
193	Clonazepam 0,5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	24.000
194	Clonazepam 2,5mg/ml Solução Oral frasco 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	1.000
197	Clopidogrel 75mg	Comprimido		36.000
208	Cloreto de Sódio 0,9% Solução Nasal Spray frasco 50 ml	Frascos	Frasco com 50 ml	1.000
212	Clorpromazina 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
213	Clorpromazina 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
214	Clorpromazina 40mg/ml solução Oral	Frascos	Frasco com 20 ml	500
216	Clorpropamida 250mg	Comprimido		3.600
217	Clortalidona 50 mg	Comprimido		7.000
218	Codeína (fosfato) 30mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
242	Dexametasona 0,1% creme 10 g	Bisnaga	Bisnaga com 10 g	3.000
243	Dexametasona 4mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.600
247	Dexametasona Elixir 0,1mg/ml frasco 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	1.000
250	Dexclorfeniramina (maleato) 0,4 mg/ml, solução oral frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml	3.000
251	Dexclorfeniramina (maleato) 2mg	Comprimido	Blister com 20 cp	30.000
256	Diazepam 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	36.000
257	Diazepam 10mg/2ml injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	100
258	Diazepam 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
270	Digoxina 0,25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	18.000
273	Dimenidrato + Piridoxina + Glicose + Frutose, 3mg+5mg+100mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	60
278	Dipirona sódica 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	200.000
279	Dipirona sódica 500mg/ml gotas frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	5.000
280	Dipirona Sódica 500mg/ml injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	100
282	Dipropionato de Beclometasona – aerossol 250ui/dose frasco 200 doses	Tubo	Frasco 200 doses	1.000
284	Dipropionato de Beclometasona– aerossol 50ui/dose – Uso Oral frasco 200 doses	Tubo	Frasco 200 doses	500
294	Doxazosina (mesilato) 2mg	Comprimido		10.000
300	Enalapril (maleato) 10mg	Comprimido		360.000
301	Enalapril (maleato) 20mg	Comprimido		360.000
302	Enalapril (maleato) 5mg	Comprimido		72.000
303	Epinefrina (cloridrato) 1 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	150
306	Eritromicina (estolato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.000
307	Eritromicina 25mg/ml suspensão oral	Frasco		1000
311	Escopolamina (butilbrometo) 20mg + Dipirona sódica 2,5mg ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	120
312	Escopolamina (butilbrometo) 10mg	Comprimido	Blister com 20 cp	40.000
316	Escopolamina (butilbrometo) 20 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	150
320	Espiramicina 1,5 MUI	Comprimido	Blister com 16 cp	3.600
322	Espironolactona 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	50.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

325	Estradiol 2 mg	Comprimido		2.000
330	Estrogênios conjugados 0,625mg	Drágeas	Blister com 28 cp	18.000
341	Fenitoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	24.000
343	Fenobarbital 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
345	Fenobarbital 4% gotas solução oral 20 ml	Frasco	Frasco com 20ml	1.000
348	Fenoterol (bromidrato) 5 mg/ml 20 ml para nebulização	Frasco	Frasco com 20 ml	100
357	Finasterida 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
359	Fluconazol 150mg blister 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	12.000
368	Fluoxetina (cloridrato) 20mg	Comprimido/ capsulas	Blister com 10 cp	300.000
377	Furosemida 40mg	Comprimido	Blister com 20 cp	60.000
383	Garra do Diabo (extrato seco) 500mg comprimido revestido de Harpagophytum procumbens no mínimo de 12 mg e máximo de 24 mg de harpagosideo por comprimido	Capsulas		5.000
386	Gentamicina (sulfato) 5mg/ml, solução oftálmica 5 ml	Frasco	Frasco com 5 ml	300
389	Glibenclamida 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	300.000
390	Glicazida 30mg (Comprimido de Liberação Controlada)	Comprimido		20.000
391	Glicazida 60mg MR	Comprimido	Blister com 15 cp	12.000
392	Glicazida 80mg	Comprimido	Blister com 15 cp	3.000
396	Glicose 50% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	100
400	Haloperidol 1mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.600
401	Haloperidol 2mg/ml Gotas 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	120
403	Haloperidol 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
411	Hidroclorotiazida 25mg	Comprimido		600.000
413	Hidrocortisona (succinato) pó liofilizado 100 mg p/ solução injetável	Ampola	Frasco Ampola	120
414	Hidrocortisona (succinato) pó liofilizado 500 mg p/ solução injetável	Ampola	Frasco Ampola	150
415	Hidrocortisona 1% creme 30 g	Bisnaga	Bisnaga com 30 g	500
425	Hidróxido de Alumínio e de Magnésio 35,6+37mg Suspensão Oral 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	1.000
428	Ibuprofeno 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	100.000
429	Ibuprofeno 50 mg/ml solução oral gotas 30 ml	Frasco	Frasco com 30 ml	3.000
430	Ibuprofeno 600mg	Comprimido	Blister com 10 cp	300.000
434	Imipramina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	60.000
435	Imipramina (pamoato) 75mg	Comprimido		30.000
444	Iprratório (brometo) 0,25mg/ml solução Inalante 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	100
447	Isoflavona 150mg	Comprimido		5.000
449	Isossorbida (monitrato) 20mg	Comprimido	Blister com 15 cp	10.000
451	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.000
452	Isossorbida (monitrato) 40mg	Comprimido	Blister com 15 cp	10.000
455	Ivermectina 6mg blister 4 cp	Comprimido	Blister com 4 cp	2.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

460	Levodopa 100mg + Benserazida 25mg Comprimido Dispersível	Comprimidos	Frasco com 30 cp	5.000
461	Levodopa 200mg + Benserazida 50mg	Comprimido	Frasco com 30 cp	10.000
462	Levodopa 250mg + carbidopa 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
464	Levodopa associado a Benserazida 100mg + 25mg (BD)	Comprimidos burrinhurados	Frasco com 30 cp	5.000
465	Levodopa associado a Benserazida 100mg + 25mg (HBS)	capsulas HBS	Frasco com 30 cp	5.000
468	Levomopromazina (maleato) 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	12.000
470	Levomopromazina (maleato) 40mg/ml 20ml gotas	Frasco	Frasco com 20 ml	1.000
472	Levonorgestrel 0,15mg + etinilestradiol 0,03mg blister 21 drageas	Drageas	Blister c/ 21 drg	90.000
473	Levonorgestrel 0,75mg blister 2 cp	Comprimido	Blister com 2 cp	100
474	Levotiroxina sodica 100mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	50.000
475	Levotiroxina sodica 25mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	100.000
476	Levotiroxina sodica 50mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	100.000
487	Loratadina 10mg	Comprimido	Blister com 12 cp	36.000
488	Loratadina 1mg/ml Xarope 100 ml	Frascos	Frasco com 100 ml	1.200
493	Losartana Potássica 50mg	Comprimido	Blister com 15 cp	500.000
501	Medroxiprogesterona (acetato) 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.000
503	Medroxiprogesterona (acetato) 150 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	1.200
513	Metformina (cloridrato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	120.000
514	Metformina (cloridrato) 850mg	Comprimido	Blister com 10 cp	500.000
515	Metildopa 250 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	100.000
522	Metoclopramida (cloridrato) 5mg/ml solução injetável 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	60
523	Metoclopramida 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
524	Metoclopramida 4mg/ml gotas solução oral 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	1.000
525	Metoprolol (succinato) 100mg (Comprimido De liberação controlada)	Comprimido	Blister com 10 comp.	10.000
526	Metoprolol (succinato) 25mg (Comprimido De liberação controlada)	Comprimido	Blister com 10 comp.	10.000
527	Metoprolol (succinato) 50mg (Comprimido De liberação controlada)	Comprimido	Blister com 10 comp.	20.000
533	Metronidazol 100mg/g com no mínimo 10 aplicadores creme vaginal 50g	Bisnaga	Bisnaga com 50 g	1.000
534	Metronidazol 250mg	Comprimido	Blister com 10 cp	24.000
535	Metronidazol 400mg	Comprimido	Blister com 10 cp	9.000
536	Metronidazol 40mg/ml suspensão oral frasco 80 ml	Frasco	Frasco 80 ml	1.000
542	Miconazol (nitrato) 20 mg/gr creme dermatológico	Bisnaga		1.200
543	Miconazol (nitrato) 20 mg/gr creme vaginal 80g, com no mínimo 10 aplicadores	Bisnaga	Bisnaga com 80 g	1.200
547	Mikania glomerata spreng. xarope e solução oral 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml	2.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

561	Neomicina (sulfato) 5mg/g + Bacitracina 250ui pomada dermatologica 10 g	Bisnaga	Bisnaga com 10g	3.000
566	Nimesulide 100mg	Comprimido	Blister com 12 cp	300.000
569	Nistatina 25.000ui/g Creme Vaginal 60 g com no mínimo 10 aplicadores	Bisnagas	Bisnaga com 60 gr	1.200
571	Nistatina 100.000ui/ml Suspensão Oral 50ml	Frasco	Frasco com 50 ml	1.000
573	Nitrofurantoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	12.000
581	Noretisterona (enantato) 50mg + Estradiol (valerato) 5 mg/ml Ampola 1 ml s/ seringa	Ampola	Ampola com 1 ml	1.000
582	Noretisterona 0,35mg blister 35 cp	Comprimido	Blister com 35 cp	10.000
584	Nortriptilina (cloridrato) 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.000
585	Nortriptilina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
586	Nortriptilina (cloridrato) 50mg	Comprimido	Blister com 10 cp	6.000
591	Óleo Mineral 100% frasco 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	1.200
593	Omeprazol 20mg	Cápsula	Blister com 14 caps	600.000
597	Ondansetrona (cloridrato) 4mg	Comprimido		5.000
598	Ondansetrona (cloridrato) 8mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
618	Paracetamol 200mg/ml gotas solucao oral 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	4.200
619	Paracetamol 500 mg + Codeína 30 mg	Comprimido		30.000
620	Paracetamol 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	600.000
627	Permanganato de Potássio 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.000
628	Permetrina 10mg/ml loção 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	3.000
630	Peróxido de Benzoila 50mg/g gel dermatologico 250 gr	Bisnaga	Bisnaga com 20 gr	200
638	Plantago Ovata 3,5g pó efervescente sem açúcar	Sachê		10.000
641	Polivitaminico composto de vitaminas e minerais de A a Z retinol (como palmitato) (vit. A) 2664 UI coлекаliferol (vit. D) 400 UI 200 acetato de tocoferol (vit. E) 10,00 UI 100 ácido ascórbico (vit. C) 70,00 mg tiamina (como mononitrato) (vit. B1) 3,00 mg riboflavina (vit. B2) 3,40 mg nicotinamida 17,00 mg cloridrato de piridoxina (vit. B6) 4,00 mg ácido fólico 0,60 mg cianocobalamina (vit. B12) 2,20 mcg ferro (como fumarato ferroso) 30,00 mg zinco (como óxido de zinco) 15,00 mg cálcio (como carbonato de cálcio) 125,00 mg	Comprimido	Blister com 14 ou 28 comp	30.000
642	Polivitamínico e poliminerais suspensão Oral 100 ml	Frasco	Frasco com 100 ml	1.000
644	Prednisolona (fosfato sodico) 3mg/ml suspensão 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	6.000
645	Prednisona 20mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
646	Prednisona 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
652	Prometazina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	12.000
653	Prometazina (cloridrato) 25mg/ml ampola 2	Ampola	Ampola com 2ml	60

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

	ml			
656	Propatilnitrato 10mg	Comprimido	Blister com 25 cp	36.000
661	Propranolol (cloridrato) 40mg	Comprimido	Blister com 10 cp	180.000
666	Ranitidina (cloridrato) 25 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	10
668	Ranitidina (cloridrato) 150mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
676	Risperidona 1mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.000
677	Risperidona 2 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.000
685	Sais p/ reidratação oral com 27,9g (cloreto de sodio 3,5g + cloreto de potassio 1,5g + citrato de sodio 2,9g + glicose 20g)	Envelope	Envelope com 27,9g	6.000
686	Salbutamol 100mcg Aerosol com 200 doses	Frascos	Tubo com 200 Doses	3.600
690	Secnidazol 1000 mg	Comprimido		3.000
698	Sinvastatina 20mg	Comprimido		500.000
699	Sinvastatina 40mg	Comprimido		120.000
718	Sulfadiazina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.000
720	Sulfadiazina de Prata 10mg/g Pasta	Bisnagas	Bisnaga com 50 g	3.000
722	Sulfametoxazol 200mg/5ml + trimetoprima 40mg/5ml suspensao oral 50 ml	Frasco	Frasco com 50ml	1.000
723	Sulfametoxazol 400mg + Trimetoprima 80mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
728	Sulfato Ferroso 25mg/ml solução Oral 30 ml	Frascos	Frasco com 30 ml	2.000
729	Sulfato ferroso 40mg Fe++	Comprimido	Blister com 20 cp	200.000
730	Sulfato ferroso xarope 150 ml	Frasco	Frasco com 150 ml	300
739	Tenoxicam 20mg pó liófilo	Ampola	Frasco Ampola	150
742	Terbutalina (sulfato) 0,5 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	100
748	Tiabendazol 50mg/g pomada 45 g	Bisnaga	Bisnaga 45 g	500
759	Timolol (maleato) 0,5%, solução oftálmica 5ml	Frasco	Frasco com 5ml	500
773	Tramadol (cloridrato) 50mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
774	Tramadol 50mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	100
785	Varfarina Sódica 1mg	Comprimido		10.000
787	Varfarina Sódica 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	50.000
793	Verapamil (cloridrato) 80mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
TOTAL				9.874.910

3.1.7 Órgão Participante: **MUNICIPIO DE ITAPOÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 81.140.303/0001-00, com sede na Rua Mariana Michel Borges, nº 201, Bairro Itapema do Norte, CEP 89.249-000, na cidade de Itapoá, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Sérgio Ferreira de Aguiar:

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA	QUANTIDADE PREVISTA
10	Aciclovir 400mg	Comprimido		7.500
12	Acido acetil salicílico 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	230.000
13	Acido acetil salicílico 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.500
14	Ácido Ascórbico 100 mg/ml , ampola com 5ml	Ampola	Ampola com 5 ml	350



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

15	Acido fólico 0,2 mg/ml solução oral , frasco com 30 ml	Frasco	Frasco com 30 ml	100
16	Ácido Fólico 5mg	Comprimido	Blister com 20 cp	35.000
17	Ácido folínico 15 mg	Comprimido		3.500
22	Ácido Valpróico 250mg	Comprimido capsulas		12.000
23	Ácido Valpróico 250mg/5ml Xarope, frasco com 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	300
24	Ácido valpróico 500mg, frasco com 50 capsulas	Capsulas	Frasco com 50 caps	8.000
25	Ácidos graxos (Loção oleosa antiescaras contendo acido caprilico, acido caprico,acido laurico, lecitina de soja, vitamina A vitamina E, acido caproico e oleo de girassol (acido linoleico), frasco com 200 ml	Frasco	Frasco com 200ml	150
26	Adenosina 3mg/ml solução injetável, ampola com 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	100
29	Água destilada , ampola com 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	6.000
30	Água destilada esteril sistema fechado, frasco 250 ml	Frasco	Frasco 250ml	500
31	Água destilada esteril sistema fechado, frasco 500 ml	Frasco	Frasco 500ml	500
33	Água oxigenada 10 volumes , frasco com 1 litro	Frasco	Frasco 1 L	50
34	Albendazol 400mg, blister com 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	2.500
35	Albendazol 40mg/ ml suspensão oral , frasco com 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	250
37	Alendronato de Sódio 10mg	Comprimido	Blister com 30 cp	900
38	Alendronato de sódio 70mg	Comprimido	Blister com 4 cp	7.000
43	Alprazolam 0,5 mg	Comprimido		10.000
47	Alteplase 50 mg pó liófilo injetável + diluente	F/A		20
52	Aminofilina 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
53	Aminofilina 24 mg/ml, ampola com 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	350
54	Amiodarona (cloridrato) 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	7.500
55	Amiodarona (cloridrato) 50mg/ml injetável , ampola com 3 ml	Ampola	Ampola com 3 ml	250
56	Amitripilina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	80.000
58	Amoxicilina + Clavulanato de potássio 50mg/ml + 12,5mg/ml pó p/ suspensão oral. Frasco 75 ml	Frasco	Frasco com 75ml	500
60	Amoxicilina 250mg/5ml suspensão Oral , frasco 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	2.500
61	Amoxicilina 500mg + Clavulanato de Potássio 125mg	Comprimido	Blister com 10 cp	6.000
62	Amoxicilina 500mg, blister com 21 capsulas	Cápsula	Blister com 21 caps	30.000
71	Anlodipino (besilato) 10 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.000
72	Anlodipino (besilato) 5mg	Comprimido		150.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

75	Atenolol 50 mg	Comprimido	Blister com 15 cp	5.000
78	Atropina (sulfato) 0,25mg/ml solução injetável, ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	300
82	Azitromicina 40mg/ml suspensão Oral + Diluente, frasco 600 mg	Frasco	Frasco com 600 mg	500
83	Azitromicina 40mg/ml suspensão Oral + Diluente, frasco 900 mg	Frasco	Frasco com 900 mg	500
85	Azitromicina 500mg, blister com 3 cp	Comprimido	Blister com 3 cp	3.000
90	Benzilpenicilina 600.000ui + Diluente	Ampola	Frasco Ampola	800
91	Benzilpenicilina Benzatina 1200.000U.i pó frasco + diluente	Frasco	Frasco Ampola	3.500
92	Benzilpenicilina G procaína + potássica 300.000UI + 100.000UI + diluente	Frasco	Frasco Ampola	600
93	Benzilpenicilina potássica 5.000.000 UI + Diluente	Frasco	Frasco Ampola	100
94	Benzina , frasco 1 litro	Frasco	Frasco 1L	2
96	Benzoato de benzila 25 % , frasco 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	300
97	Bezafibrato 200mg	Comprimido		750
99	Bicarbonato de Sódio 8,4% - ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	75
102	Biperideno 2mg	Comprimido	Blister com 10 cp	17.500
123	Captopril 25 mg	Comprimido		200.000
125	Carbamazepina 2% suspensão Oral frasco com 100 ml	Frascos	Frasco com 100 ml	100
126	Carbamazepina 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	40.000
127	Carbamazepina 400mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
128	Carbonato de Cálcio 1250 mg (equivalente a 500mg de Ca++ + Colecalciferol 400UI frasco 60 cp	Comprimido	Frasco com 60 cp	25.000
129	Carbonato de Cálcio 1250mg (equivalente a 500mg de Ca++)	Comprimido		25.000
131	Carbonato de Lítio 300mg	Comprimido		15.000
133	Carvão ativado	Comprimido		600
137	Carvedilol 3,125mg	Comprimido	Blister com 15 cp	13.000
140	Cefalexina 250mg/5ml pó p/suspensão oral frasco 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	750
141	Cefalexina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
143	Cefazolina sódica 1G	Frasco	Frasco Ampola	600
148	Ceftriaxona 1000mg/ml EV	Frasco Ampola		800
152	Cetoconazol 20mg/g creme bisnaga 30 g	Bisnaga	Bisnaga com 30g	750
154	Cetoconazol 200 mg	Comprimido		6.000
155	Cetoprofeno 100mg/ml EV Pó liofilo injetável	FrascoAmpola		1.000
157	Cetoprofeno 50mg/ml IM ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	2.100
172	Cinazina 75mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
175	Ciprofloxacino (cloridrato) 500mg	Comprimido	Blister com 15 cp	15.000
190	Clomipramina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 20 cp	15.000
192	Clonazepam 2mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
193	Clonazepam 0,5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
195	Clonidina cloridrato 0,1 mg	Comprimido		500

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

196	Clonidina cloridrato 0,15 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	100
197	Clopidogrel 75mg	Comprimido		15.000
199	Cloranfenicol 1g pó liófilo injetável	Frasco	Frascoampola	50
201	Cloranfenicol 5mg + Acetato de Retinol 10.000UI + Aminoácidos 25mg + Metionina 5mg Pomada oftálmica 3,5 g	Bisnaga	Bisnaga 3,5 g	25
204	Cloreto de Potássio 19,1% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	150
210	Cloreto de Sódio 20% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	120
212	Clorpromazina 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
213	Clorpromazina 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	7.000
214	Clorpromazina 40mg/ml solução Oral	Frascos	Frasco com 20 ml	5
215	Clorpromazina 5mg solução Injetavel ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	150
222	Colecalciferol 3.300 UI/ml solução frasco 10 ml	Frasco	Frasco 10 ml	30
225	Complexo B injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	1.500
226	Complexo B Polivitaminico	Comprimido	Blister com 20 cp	20.000
234	Deltametrina 0,2 mg/ml frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100 ml	800
235	Deslanosídeo 0,2mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	50
242	Dexametasona 0,1% creme 10 g	Bisnaga	Bisnaga com 10 g	1.600
244	Dexametasona (fosfato dissódico) 2mg/ml injetavel ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	1.000
245	Dexametasona (fosfato dissódico) 4 mg/ml ampola 2,5 ml	Ampola	Ampola com 2,5ml	2.000
250	Dexclorfeniramina (maleato) 0,4 mg/ml, solução oral frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml	1.750
251	Dexclorfeniramina (maleato) 2mg	Comprimido	Blister com 20 cp	20.000
256	Diazepan 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
257	Diazepan 10mg/2ml injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	400
258	Diazepan 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	700
259	Diclofenaco Dietilamonio gel 60 g	Bisnaga	Bisnaga 60 g	100
261	Diclofenaco resinato 15mg/ml gotas frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10ml	400
262	Diclofenaco sódico 50mg	Comprimido	Blister com 20 cp	90.000
264	Diclofenaco Sódico 25mg/ml ampola 3 ml	Ampola	Ampola com 3ml	2.600
269	Digoxina 0,05 mg/ml frasco 60 ml	Frasco	Frasco 60 ml	50
270	Digoxina 0,25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	12.000
272	Diltiazem, cloridrato 30 mg	Comprimido		900
273	Dimenidrato + Piridoxina + Glicose + Frutose, 3mg+5mg+100mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	50
274	Dimenidrinato 50mg + Piridoxina (cloridrato) 10mg	Comprimido		3.000
275	Dimenidrinato 50mg + Piridoxina (cloridrato) 50mg ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	500
276	Diosmina 450mg + Hesperidina 50mg	Comprimido		50.000
278	Dipirona sódica 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	40.000
279	Dipirona sódica 500mg/ml gotas frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	1.200



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

NORDESTE/SC

280	Dipirona Sódica 500mg/ml injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	3.000
282	Dipropionato de Beclometasona – aerossol 250ui/dose frasco 200 doses	Tubo	Frasco 200 doses	60
283	Dipropionato de Beclometasona– aerossol 50ui/dose – Uso Nasal frasco 200 doses	Tubo	Frasco 200 doses	60
288	Dobutamina (cloridrato) 12,5mg/ml ampola 20 ml	Ampola	Ampola com 20 ml	300
293	Dopamina (cloridrato) 5 mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10ml	400
294	Doxazosina (mesilato) 2mg	Comprimido		25.000
295	Doxazosina (mesilato) 4mg	Comprimido		15.000
300	Enalapril (maleato) 10mg	Comprimido		5.000
301	Enalapril (maleato) 20mg	Comprimido		2.500
303	Epinefrina (cloridrato) 1 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	500
305	Eritromicina (estearato) 50mg/ml suspensão oral 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	100
306	Eritromicina (estolato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	6.000
311	Escopolamina (butilbrometo) 20mg + Dipirona sódica 2,5mg ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	2.000
312	Escopolamina (butilbrometo) 10mg	Comprimido	Blister com 20 cp	7.500
314	Escopolamina (butilbrometo) 10mg/ml+ Dipirona Sódica gotas 10ml	Frasco	Frasco com 10ml	250
315	Escopolamina (butilbrometo) 20 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	700
320	Espiramicina 1,5 MUI	Comprimido	Blister com 16 cp	4.800
322	Espironolactona 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
330	Estrogênios conjugados 0,625mg	Drágeas	Blister com 28 cp	3.500
332	Éter frasco 1 litro	Frasco	Frasco 1L	2
333	Etilefrina (cloridrato) 10 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	120
334	Etilefrina, cloridrato 7,5 mg/ml frasco 20 ml	Frasco	Frasco 20 ml	15
341	Fenitoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	13.500
342	Fenitoína Sódica 50 mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	100
343	Fenobarbital 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	17.500
344	Fenobarbital 200 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	150
345	Fenobarbital 4% gotas solução oral 20 ml	Frasco	Frasco com 20ml	150
348	Fenoterol (bromidrato) 5 mg/ml 20 ml para nebulização	Frasco	Frasco com 20 ml	125
351	Fentanila (sal citrato) 0,05mg/ml solução injetável ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	200
352	Fentanila (sal citrato) 0,05mg/ml solução injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	150
358	Fitomenadiona 10mg ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	150
359	Fluconazol 150mg blister 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	6.000
368	Fluoxetina (cloridrato) 20mg	Comprimido/capsulas	Blister com 10 cp	150.000
373	Fosfato Sódio, Enema, Fosfato Monobásico 16% + Fosfato Dibásico 6% frasco 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml	75
374	Frutose + associações ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	600
375	Furosemida 10 mg/ml frasco 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml	12



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

376	Furosemida 10mg/ml solução injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	800
377	Furosemida 40mg	Comprimido	Blister com 20 cp	60.000
387	Gentamicina (sulfato) 80mg/2ml (ampola 2 ml)	Ampola	Ampola com 2 ml	400
389	Glibenclamida 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	40.000
390	Glicazida 30mg (Comprimido de Liberação Controlada)	Comprimido		10.000
392	Glicazida 80mg	Comprimido	Blister com 15 cp	10.000
395	Glicose 25% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	300
396	Glicose 50% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	400
397	Glimepirida 2 mg	Comprimido		800
398	Gluconato de Cálcio 10% 100mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	250
401	Haloperidol 2mg/ml Gotas 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	5
402	Haloperidol 5 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	200
403	Haloperidol 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	25.000
404	Haloperidol Decanoato 50 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	210
407	Heparina Sódica 5.000 UI/0,25ml injetável ampola 0,25 ml	Ampola	Ampola com 0,25 ml	250
408	Hidralazina 20 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	500
411	Hidroclorotiazida 25mg	Comprimido		120.000
413	Hidrocortisona (succinato) pó liofilizado 100 mg p/ solução injetável	Ampola	Frasco Ampola	580
414	Hidrocortisona (succinato) pó liofilizado 500 mg p/ solução injetável	Ampola	Frasco Ampola	750
416	Hidrocortisona, acetato 10 mg/g bisnaga 15 g	Bisnaga	Bisnaga 15g	250
417	Hidrogel com alginato bisnaga 30 g	Bisnaga	Bisnaga 30 g	150
423	Hidróxido de alumínio 61,5 mg/ml frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml	800
427	Ibuprofeno 100 mg/ml frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20 ml	800
430	Ibuprofeno 600mg	Comprimido	Blister com 10 cp	75.000
434	Imipramina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
435	Imipramina (pamoato) 75mg	Comprimido		1.500
440	Insulina, detemir, 100 U/ml , 3 ml ,com sistema de aplicação	Caneta		35
444	Ipratrópio (brometo) 0,25mg/ml solução Inalante 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	200
450	Isossorbida (dinitrato) 10mg	Comprimido	Blister com 15 cp	3.500
451	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.000
452	Isossorbida (monitrato) 40mg	Comprimido	Blister com 15 cp	1.200
455	Ivermectina 6mg blister 4 cp	Comprimido	Blister com 4 cp	3.000
456	Lactitol 10 G	Envelope		400
457	Lactulose 667mg/ml solução Oral 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	120
459	Levodopa 200mg + Carbidopa 50 mg	Comprimido		6.000
461	Levodopa 200mg + Benserazida 50mg	Comprimido	Frasco com 30 cp	7.500
462	Levodopa 250mg + carbidopa 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	6.000



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

464	Levodopa associado a Benserazida 100mg + 25mg (BD)	Comprimidos birranhurados	Frasco com 30 cp	6.000
468	Levomepromazina (maleato) 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	6.000
469	Levomepromazina (maleato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	7.000
472	Levonorgestrel 0,15mg + etinilestradiol 0,03mg blister 21 drageas	Drageas	Blister c/ 21 drg	73.500
474	Levotiroxina sodica 100mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	55.000
475	Levotiroxina sodica 25mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	30.000
476	Levotiroxina sodica 50mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	25.000
477	Levotiroxina sodica 75mcg	Comprimido		36.000
478	Lidocaina 100mg/5g gel 2% bisnaga 30 g	Bisnaga	bisnaga com 30gr	100
479	Lidocaína (Cloridrato) 10% spray frasco 50 ml	Frasco	Frasco com 50mL	15
480	Lidocaína (s/ vasoconstritor) 2% frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20ml	500
481	Lidocaina + epinefrina 2% (20mg/ml) frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20ml	150
483	Lidocaína 2% + Norepinefrina 1:50.000 tubete 1,8 ml	Ampola	tubete 1,8 ml	350
496	Manitol 20% sistema fechado solução injetável 250 ml	Frasco	Frasco com 250ml	25
499	Mebendazol 100mg blister 6 cp	Comprimido	Blister com 6 comp.	6.000
500	Mebendazol 20mg/ml suspensão Oral 30 ml	Frascos	Frasco com 30 ml	900
501	Medroxiprogesterona (acetato) 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.000
503	Medroxiprogesterona (acetato) 150 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	200
513	Metformina (cloridrato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	25.000
514	Metformina (cloridrato) 850mg	Comprimido	Blister com 10 cp	80.000
516	Metildopa 500 mg	Comprimido		20.000
517	Metilergometrina, maleato 0,2 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	150
522	Metoclopramida (cloridrato) 5mg/ml solução injetável 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	4.500
523	Metoclopramida 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	14.000
524	Metoclopramida 4mg/ml gotas solução oral 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	500
525	Metoprolol (succinato) 100mg (Comprimido De liberação controlada)	Comprimido	Blister com 10 comp.	360
528	Metoprolol (tartarato) 1 mg/ml uso hospitalar ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5ml	400
533	Metronidazol 100mg/g com no mínimo 10 aplicadores creme vaginal 50g	Bisnaga	Bisnaga com 50 g	600
535	Metronidazol 400mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
536	Metronidazol 40mg/ml suspensão oral frasco 80 ml	Frasco	Frasco 80 ml	450
543	Miconazol (nitrato) 20 mg/gr creme vaginal 80g, com no mínimo 10 aplicadores	Bisnaga	Bisnaga com 80 g	600
544	Midazolam 15 mg injetável 3 ml	Ampola	Ampola com 3 ml	500



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

NORDESTE/SC

546	Midazolam 5 mg/ml injetável 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	200
552	Morfina (sulfato) 30 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	500
555	Morfina 10mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	600
560	Naproxeno sódico, 500 mg	Comprimido		1.000
561	Neomicina (sulfato) 5mg/g + Bacitracina 250ui pomada dermatologica 10 g	Bisnaga	Bisnaga com 10g	2.000
564	Nifedipina 20mg	Comprimido	Blister com 10 cp	50.000
566	Nimesulide 100mg	Comprimido	Blister com 12 cp	65.000
567	Nimesulide 50mg Solução Oral 15 ml	Frascos	Frasco com 15 ml	300
569	Nistatina 25.000ui/g Creme Vaginal 60 g com no mínimo 10 aplicadores	Bisnagas	Bisnaga com 60 gr	700
571	Nistatina 100.000ui/ml Suspensão Oral 50ml	Frasco	Frasco com 50 ml	160
575	Nitroglicerina 5 mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	200
579	Norepinefrina, sal bitartarato, 1mg/ml ampola 4 ml	Ampola	Ampola com 4 ml	150
580	Noretisterona (enantato) 50mg + Estradiol (valerato) 5 mg/ml Ampola 1 ml c/ seringa	Ampola	Ampola com 1 ml	350
582	Noretisterona 0,35mg blister 35 cp	Comprimido	Blister com 35 cp	8.750
583	Norfloxacina 400mg blister 7 cp	Comprimido	Blister com 7 cp	4.725
588	Ocitocina , 5 UI/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	100
591	Óleo Mineral 100% frasco 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	150
593	Omeprazol 20mg	Cápsula	Blister com 14 caps	300.000
594	Omeprazol 40mg solução injetável	Ampola		2.000
596	Ondansetrona (cloridrato) 2mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	1.000
618	Paracetamol 200mg/ml gotas solucao oral 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	2.000
619	Paracetamol 500 mg + Codeína 30 mg	Comprimido		5.000
620	Paracetamol 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	90.000
627	Permanganato de Potássio 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.000
631	Petidina 50mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	200
635	Pirimitamina 25mg	Comprimido	Frasco com 100 cp	15.000
641	Polivitaminico composto de vitaminas e minerais de A a Z retinol (como palmitato) (vit. A) 2664 UI colesterciferol (vit. D) 400 UI 200 acetato de tocoferol (vit. E) 10,00 UI 100 ácido ascórbico (vit. C) 70,00 mg tiamina (como mononitrato) (vit. B1) 3,00 mg riboflavina (vit. B2) 3,40 mg nicotinamida 17,00 mg cloridrato de piridoxina (vit. B6) 4,00 mg ácido fólico 0,60 mg cianocobalamina (vit. B12) 2,20 mcg ferro (como fumarato ferroso) 30,00 mg zinco (como óxido de zinco) 15,00 mg cálcio (como carbonato de cálcio) 125,00 mg	Comprimido	Blister com 14 ou 28 comp	15.000
642	Polivitaminico e poliminerais suspensão Oral 100 ml	Frasco	Frasco com 100 ml	200
643	Prednisolona (fosfato sodico) 1mg/ml	Frasco	Frasco com 100 ml	400



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

	suspensão 100 ml			
645	Prednisona 20mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
646	Prednisona 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
653	Prometazina (cloridrato) 25mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	600
661	Propranolol (cloridrato) 40mg	Comprimido	Blister com 10 cp	40.000
666	Ranitidina (cloridrato) 25 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	1.500
667	Ranitidina (cloridrato) 15 mg/ml frasco 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml	12
668	Ranitidina (cloridrato) 150mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
673	Retinol 150 UI/ml frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20 ml	100
674	Rifamicina 10mg/ml spray 20 ml	Frasco	Frasco com 20 ml	150
677	Risperidona 2 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.500
683	Rosuvastatina cálcica 10 mg	Comprimido		720
685	Sais p/ reidratação oral com 27,9g (cloreto de sódio 3,5g + cloreto de potássio 1,5g + citrato de sódio 2,9g + glicose 20g)	Envelope	Envelope com 27,9g	1.300
686	Salbutamol 100mcg Aerosol com 200 doses	Frascos	Tubo com 200 Doses	90
688	Salbutamol 2mg/5ml Xarope 100 ml	Frascos	Frasco com 100 ml	750
694	<i>Silybum Marianum L. Gaerth</i> extrato seco 100 mg	Comprimido		500
697	Sinvastatina 10mg	Comprimido		1.000
698	Sinvastatina 20mg	Comprimido		295.000
699	Sinvastatina 40mg	Comprimido		1.000
703	Solução de ringer com lactato de sódio sistema fechado com 500 ml	Frasco	Frasco com 500mL	150
706	Soro fisiológico (Cloreto de sódio 0,9%) 10 ml solução injetável ampola	Ampola	Ampola com 10 ml	500
707	Soro fisiológico (Cloreto de sódio 0,9%) frasco 100ml sistema fechado	Frasco	Frasco com 100 ml	3.000
708	Soro fisiológico (Cloreto de sódio 0,9%) frasco 250ml sistema fechado	Frasco	Frasco com 250 ml	3.000
709	Soro fisiológico (Cloreto de sódio 0,9%) frasco 500ml sistema fechado	Frasco	Frasco com 500 ml	3.000
710	Soro glicofisiológico (glicose associada ao cloreto de sódio 5% + 0,9%) frasco 250ml sistema fechado	Frasco	Frasco com 250 ml	300
711	Soro glicofisiológico (glicose associada ao cloreto de sódio 5% + 0,9%) frasco 500ml sistema fechado	Frasco	Frasco com 500 ml	300
712	Soro glicosado (glicose 5%) frasco 250ml sistema fechado	Frasco	Frasco com 250 ml	500
713	Soro glicosado (glicose 5%) frasco 500ml sistema fechado	Frasco	Frasco com 500 ml	500
718	Sulfadiazina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
720	Sulfadiazina de Prata 10mg/g Pasta	Bisnagas	Bisnaga com 50 g	250
722	Sulfametoxazol 200mg/5ml + trimetoprima 40mg/5ml suspensão oral 50 ml	Frasco	Frasco com 50ml	500

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

723	Sulfametoxazol 400mg + Trimetoprima 80mg	Comprimido	Blister com 10 cp	13.000
727	Sulfato de Magnésio 50% injetável 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	125
728	Sulfato Ferroso 25mg/ml solução Oral 30 ml	Frascos	Frasco com 30 ml	130
729	Sulfato ferroso 40mg Fe++	Comprimido	Blister com 20 cp	50.000
731	Supositório de glicerina (glicérol 95%) adulto	Supositório		240
732	Supositório de glicerina (glicérol 95%) infantil	Supositório		240
734	Suxametônio cloreto, 100 mg injetável	Frasco	Frascoampola	30
740	Teofilina 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	21.000
742	Terbutalina (sulfato) 0,5 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	150
744	Tetracaina (cloridrato) associado com Fenilefrina (cloridrato) + Acido Bórico solução oftálmica 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	25
747	Tiabendazol 50mg/g pomada 20 g	Bisnaga	Bisnaga 20 g	100
749	Tiabendazol 50mg/ml suspensão oral 40 ml	Frasco	Frasco com 40 ml	100
759	Timolol (maleato) 0,5%, solução oftálmica 5ml	Frasco	Frasco com 5ml	70
764	Tioridazida (cloridrato) 50 mg	Comprimido		2.500
767	Tobramicina 3mg colírio 5 ml	Frascos	Frasco com 5ml	150
771	Topiramato 50mg	Comprimido		1.000
772	Tramadol (cloridrato) 100mg retard	Comprimido		3.000
774	Tramadol 50mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	1.000
787	Varfarina Sódica 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
788	Vaselina líquida frasco 1 litro	Frasco	Frasco com 1L	15
794	Vidagliptina associada a cloridrato de metformina (50 mg + 850 mg)	Comprimido		392
798	Vitamina A 5.000 UI/ml,Vitamina B1 4,0 mg/ml,Vitamina B2 1,0 mg/ml ,Vitamina PP 10,0 mg/ml ,Vitamina B6 1,0 mg/ml ,Vitamina B5 10,0 mg/ml,Vitamina H 0,1 mg/ml ,Vitamina C 50,0 mg/ml,Vitamina D 1.000 UI/ml,Vitamina E 3,0 mg/ml frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20 ml	7
805	Zolpidem 10 mg	Comprimido		480
TOTAL				3.631.557

3.1.8 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.459/0001-23, com sede na Rua Walter Marquardt, nº 1.111, na cidade de Jaraguá do Sul, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Dieter Janssen:

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA	QUANTIDADE PREVISTA
8	Aciclovir 200mg	Comprimido	Blister com 15 cp	20.000
11	Aciclovir 50mg creme , bisnaga com 10g	Bisnaga	Bisnaga com 10g	600
12	Acido acetil salicílico 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	800.000
13	Acido acetil salicílico 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.000
16	Ácido Fólico 5mg	Comprimido	Blister com 20 cp	150.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

22	Ácido Valpróico 250mg	Comprimido capsulas		80.000
23	Ácido Valpróico 250mg/5ml Xarope, frasco com 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	1.000
24	Ácido valpróico 500mg, frasco com 50 capsulas	Capsulas	Frasco com 50 caps	80.000
34	Albendazol 400mg, blister com 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	5.000
35	Albendazol 40mg/ ml suspensão oral , frasco com 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	6.000
37	Alendronato de Sódio 10mg	Comprimido	Blister com 30 cp	5.000
38	Alendronato de sódio 70mg	Comprimido	Blister com 4 cp	50.000
41	Alopurinol 100mg	Comprimido	Blister com 15cp	80.000
42	Alopurinol 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	80.000
48	Ambroxol (cloridrato) 15mg/5ml xarope , frasco com 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml	1.500
52	Aminofilina 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	60.000
53	Aminofilina 24 mg/ml, ampola com 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	300
54	Amiodarona (cloridrato) 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	70.000
56	Amitripilina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	500.000
58	Amoxicilina + Clavulanato de potássio 50mg/ml + 12,5mg/ml pó p/ suspensão oral. Frasco 75 ml	Frasco	Frasco com 75ml	1.500
59	Amoxicilina 250mg/5ml suspensão Oral , frasco 150 ml	Frasco	Frasco com 150 ml	3.000
61	Amoxicilina 500mg + Clavulanato de Potássio 125mg	Comprimido	Blister com 10 cp	80.000
62	Amoxicilina 500mg, blister com 21 capsulas	Cápsula	Blister com 21 caps	150.000
71	Anlodipino (besilato) 10 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	100.000
72	Anlodipino (besilato) 5mg	Comprimido		500.000
73	Atenolol 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	100.000
75	Atenolol 50 mg	Comprimido	Blister com 15 cp	600.000
79	Atropina (sulfato) 0,50mg/ml, ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	100
82	Azitromicina 40mg/ml suspensão Oral + Diluyente, frasco 600 mg	Frasco	Frasco com 600 mg	4.000
85	Azitromicina 500mg, blister com 3 cp	Comprimido	Blister com 3 cp	20.000
90	Benzilpenicilina 600.000ui + Diluyente	Ampola	Frasco Ampola	1.000
91	Benzilpenicilina Benzatina 1200.000U.i pó frasco + diluyente	Frasco	Frasco Ampola	5.000
92	Benzilpenicilina G procaína + potássica 300.000UI + 100.000UI + diluyente	Frasco	Frasco Ampola	500
102	Biperideno 2mg	Comprimido	Blister com 10 cp	90.000
111	Budesonida aerossol nasal 32mcg frasco com 120 Doses	Tubo	Tubo com 120 doses	1.000
112	Budesonida aerossol nasal 50mcg frasco com 120 Doses	Tubo	Tubo com 120 doses	1.000
113	Budesonida aerossol nasal 64mcg frasco com 120 Doses	Tubo	Tubo com 120 doses	1.000
123	Captopril 25 mg	Comprimido		400.000
125	Carbamazepina 2% suspensão Oral frasco	Frascos	Frasco com 100 ml	600

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

	com 100 ml			
126	Carbamazepina 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	500.000
128	Carbonato de Cálcio 1250 mg (equivalente a 500mg de Ca++ + Colecalciferol 400UI frasco 60 cp	Comprimido	Frasco com 60 cp	800.000
129	Carbonato de Cálcio 1250mg (equivalente a 500mg de Ca++)	Comprimido		30.000
130	Carbonato de Cálcio 1500 mg (equivalente a 600mg de Ca++ + Colecalciferol 400UI)	Comprimido		30.000
131	Carbonato de lítio 300mg	Comprimido		100.000
135	Carvedilol 12,5mg	Comprimido	Blister com 15 cp	150.000
136	Carvedilol 25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	80.000
137	Carvedilol 3,125mg	Comprimido	Blister com 15 cp	60.000
138	Carvedilol 6,25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	150.000
140	Cefalexina 250mg/5ml pó p/suspensão oral frasco 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	3.000
141	Cefalexina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	150.000
148	Ceftriaxona 1000mg/ml EV	Frasco Ampola		300
149	Ceftriaxona 1g pó para suspensão IM	Frasco Ampola		300
150	Ceftriaxona 500mg pó para suspensão IM	Frasco Ampola		300
151	Ceftriaxona Dissódica 500mg/ml EV	Frasco Ampola		300
153	Cetoconazol 2% xampu frasco 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	500
172	Cinazina 75mg	Comprimido	Blister com 10 cp	100.000
175	Ciprofloxacino (cloridrato) 500mg	Comprimido	Blister com 15 cp	70.000
183	Claritromicina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	70.000
184	Clindamicina (cloridrato) 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	40.000
189	Clomipramina (cloridrato) 10mg	Comprimido	Blister com 20 cp	5.000
190	Clomipramina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 20 cp	60.000
191	Clomipramina (cloridrato) 75mg, Comprimido de liberação lenta	Comprimido		30.000
192	Clonazepam 2mg	Comprimido	Blister com 10 cp	150.000
193	Clonazepam 0,5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	50.000
194	Clonazepam 2,5mg/ml Solução Oral frasco 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	2.500
197	Clopidogrel 75mg	Comprimido		150.000
203	Cloreto benzalconico + soro fisiológico spray nasal frasco 50 ml	Frasco	Frasco com 50 ml	500
207	Cloreto de Sódio 0,9% Solução Nasal gotas frasco 30 ml	Frascos	Frasco com 30 ml	1.000
210	Cloreto de Sódio 20% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	200
212	Clorpromazina 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	50.000
213	Clorpromazina 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
214	Clorpromazina 40mg/ml solução Oral	Frascos	Frasco com 20 ml	300
218	Codeína (fosfato) 30mg	Comprimido	Blister com 10 cp	150.000
220	Colagenase 0,6 UI + Cloranfenicol 0,01 g Pomada 30 g	Bisnagas	Bisnaga com 30g	3.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

221	Colchicina 0,5mg	Comprimido	Blister com 20 cp	40.000
225	Complexo B injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	300
226	Complexo B Polivitaminico	Comprimido	Blister com 20 cp	90.000
242	Dexametasona 0,1% creme 10 g	Bisnaga	Bisnaga com 10 g	6.000
243	Dexametasona 4mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
244	Dexametasona (fosfato dissódico) 2mg/ml injetável ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	200
247	Dexametasona Elixir 0,1mg/ml frasco 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	200
250	Dexclorfeniramina (maleato) 0,4 mg/ml, solução oral frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml	6.000
251	Dexclorfeniramina (maleato) 2mg	Comprimido	Blister com 20 cp	30.000
256	Diazepan 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	50.000
257	Diazepan 10mg/2ml injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	300
258	Diazepan 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	100.000
260	Diclofenaco Potássico 50mg	Comprimido	Blister com 20 cp	100.000
262	Diclofenaco sódico 50mg	Comprimido	Blister com 20 cp	200.000
264	Diclofenaco Sódico 25mg/ml ampola 3 ml	Ampola	Ampola com 3ml	3.000
270	Digoxina 0,25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	70.000
278	Dipirona sódica 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	250.000
279	Dipirona sódica 500mg/ml gotas frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	6.000
280	Dipirona Sódica 500mg/ml injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	2.000
282	Dipropionato de Beclometasona – aerossol 250ui/dose frasco 200 doses	Tubo	Frasco 200 doses	1.000
283	Dipropionato de Beclometasona– aerossol 50ui/dose – Uso Nasal frasco 200 doses	Tubo	Frasco 200 doses	300
284	Dipropionato de Beclometasona– aerossol 50ui/dose – Uso Oral frasco 200 doses	Tubo	Frasco 200 doses	300
293	Dopamina (cloridrato) 5 mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10ml	300
294	Doxazosina (mesilato) 2mg	Comprimido		60.000
295	Doxazosina (mesilato) 4mg	Comprimido		30.000
296	Doxiciclina (cloridrato) 100mg	Comprimido		15.000
300	Enalapril (maleato) 10mg	Comprimido		1.500.000
301	Enalapril (maleato) 20mg	Comprimido		1.000.000
302	Enalapril (maleato) 5mg	Comprimido		100.000
303	Epinefrina (cloridrato) 1 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	500
305	Eritromicina (estearato) 50mg/ml suspensão oral 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	500
306	Eritromicina (estolato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
311	Escopolamina (butilbrometo) 20mg + Dipirona sódica 2,5mg ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	500
312	Escopolamina (butilbrometo) 10mg	Comprimido	Blister com 20 cp	120.000
314	Escopolamina (butilbrometo) 10mg/ml+ Dipirona Sódica gotas 10ml	Frasco	Frasco com 10ml	200
320	Espiramicina 1,5 MUI	Comprimido	Blister com 16 cp	9.600
321	Espironolactona 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
322	Espironolactona 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	200.000
328	Estriol 1mg/ml Creme Vaginal	Bisnagas		200



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

330	Estrogênios conjugados 0,625mg	Drágeas	Blister com 28 cp	39.200
331	Estrogênios Conjugados 0,625mg Creme Vaginal 26g	Bisnagas	Bisnaga com 26g	200
341	Fenitoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	100.000
342	Fenitoína Sódica 50 mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	300
343	Fenobarbital 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	100.000
344	Fenobarbital 200 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	300
345	Fenobarbital 4% gotas solução oral 20 ml	Frasco	Frasco com 20ml	600
346	Fenofibrato 200mg	Comprimido		60.000
357	Finasterida 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	50.000
359	Fluconazol 150mg blister 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	20.000
368	Fluoxetina (cloridrato) 20mg	Comprimido/ capsulas	Blister com 10 cp	1.200.000
376	Furosemida 10mg/ml solução injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	300
377	Furosemida 40mg	Comprimido	Blister com 20 cp	300.000
389	Glibenclamida 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	300.000
390	Glicazida 30mg (Comprimido de Liberação Controlada)	Comprimido		300.000
391	Glicazida 60mg MR	Comprimido	Blister com 15 cp	70.000
392	Glicazida 80mg	Comprimido	Blister com 15 cp	20.000
395	Glicose 25% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	200
396	Glicose 50% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	200
400	Haloperidol 1mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
401	Haloperidol 2mg/ml Gotas 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	200
402	Haloperidol 5 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	200
403	Haloperidol 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	40.000
404	Haloperidol Decanoato 50 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	3.000
406	Heparina sódica 25.000 UI/5ml injetável ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5ml	500
407	Heparina Sódica 5.000 UI/0,25ml injetável ampola 0,25 ml	Ampola	Ampola com 0,25 ml	500
411	Hidroclorotiazida 25mg	Comprimido		1.000.000
413	Hidrocortisona (succinato) pó liofilizado 100 mg p/ solução injetável	Ampola	Frasco Ampola	300
422	Hidróxido de alumínio 200mg/5ml frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml	1.000
424	Hidróxido de Alumínio e de Magnésio 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
425	Hidróxido de Alumínio e de Magnésio 35,6+37mg Suspensão Oral 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	2.000
426	Hipromelose 0,3% solução oftálmica 15 ml	Frasco	Frasco com 15 ml	200
427	Ibuprofeno 100 mg/ml frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20 ml	3.000
428	Ibuprofeno 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	100.000
429	Ibuprofeno 50 mg/ml solução oral gotas 30 ml	Frasco	Frasco com 30 ml	3.000
430	Ibuprofeno 600mg	Comprimido	Blister com 10 cp	400.000
434	Imipramina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	90.000
443	Ipratrópio (brometo) 0,02mg/dose Areosol	Frascos	Frasco com 200	300

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

	Oral 200 doses		Doses	
444	Ipratrópio (brometo) 0,25mg/ml solução Inalante 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	200
449	Isossorbida (monitrato) 20mg	Comprimido	Blister com 15 cp	50.000
450	Isossorbida (dinitrato) 10mg	Comprimido	Blister com 15 cp	50.000
451	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
454	Itraconazol 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
455	Ivermectina 6mg blister 4 cp	Comprimido	Blister com 4 cp	3.000
457	Lactulose 667mg/ml solução Oral 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	4.000
460	Levodopa 100mg + Benserazida 25mg Comprimido Dispersível	Comprimidos	Frasco com 30 cp	30.000
461	Levodopa 200mg + Benserazida 50mg	Comprimido	Frasco com 30 cp	50.000
462	Levodopa 250mg + carbidopa 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
464	Levodopa associado a Benserazida 100mg + 25mg (BD)	Comprimidos burrinhurados	Frasco com 30 cp	30.000
465	Levodopa associado a Benserazida 100mg + 25mg (HBS)	capsulas HBS	Frasco com 30 cp	30.000
468	Levomopromazina (maleato) 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
469	Levomopromazina (maleato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	40.000
474	Levotiroxina sodica 100mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	200.000
475	Levotiroxina sodica 25mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	400.000
476	Levotiroxina sodica 50mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	400.000
478	Lidocaina 100mg/5g gel 2% bisnaga 30 g	Bisnaga	bisnaga com 30gr	100
486	Loperamida 2mg blister 4 cp	Comprimido	Blister com 4 cp	10.000
487	Loratadina 10mg	Comprimido	Blister com 12 cp	120.000
488	Loratadina 1mg/ml Xarope 100 ml	Frascos	Frasco com 100 ml	2.000
493	Losartana Potássica 50mg	Comprimido	Blister com 15 cp	1.500.000
496	Manitol 20% sistema fechado solução injetável 250 ml	Frasco	Frasco com 250ml	300
499	Mebendazol 100mg blister 6 cp	Comprimido	Blister com 6 comp.	10.000
500	Mebendazol 20mg/ml suspensão Oral 30 ml	Frascos	Frasco com 30 ml	3.000
501	Medroxiprogesterona (acetato) 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
502	Medroxiprogesterona (acetato) 2,5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
503	Medroxiprogesterona (acetato) 150 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	1.000
513	Metformina (cloridrato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	400.000
514	Metformina (cloridrato) 850mg	Comprimido	Blister com 10 cp	900.000
515	Metildopa 250 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	500.000
522	Metoclopramida (cloridrato) 5mg/ml solução injetável 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	300
523	Metoclopramida 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	50.000
524	Metoclopramida 4mg/ml gotas solução oral 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	1.000
525	Metoprolol (succinato) 100mg (Comprimido De liberação controlada)	Comprimido	Blister com 10 comp.	20.000
526	Metoprolol (succinato) 25mg (Comprimido De liberação controlada)	Comprimido	Blister com 10 comp.	80.000
527	Metoprolol (succinato) 50mg (Comprimido)	Comprimido	Blister com 10	50.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

	De liberação controlada)		comp.	
533	Metronidazol 100mg/g com no mínimo 10 aplicadores creme vaginal 50g	Bisnaga	Bisnaga com 50 g	1.500
534	Metronidazol 250mg	Comprimido	Blister com 10 cp	40.000
535	Metronidazol 400mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
536	Metronidazol 40mg/ml suspensão oral frasco 80 ml	Frasco	Frasco 80 ml	4.000
541	Miconazol (nitrato) 2% Gel Oral 40g	Bisnagas	Bisnaga com 40g	200
542	Miconazol (nitrato) 20 mg/gr creme dermatológico	Bisnaga		2.000
543	Miconazol (nitrato) 20 mg/gr creme vaginal 80g, com no mínimo 10 aplicadores	Bisnaga	Bisnaga com 80 g	1.000
544	Midazolam 15 mg injetável 3 ml	Ampola	Ampola com 3 ml	300
552	Morfina (sulfato) 30 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
555	Morfina 10mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	300
561	Neomicina (sulfato) 5mg/g + Bacitracina 250ui pomada dermatológica 10 g	Bisnaga	Bisnaga com 10g	5.000
563	Nifedipina 10mg	Comprimido	Blister com 30 cp	100.000
565	Nifedipina 20mg (retard)	Comprimido	Blister com 10 cp	40.000
566	Nimesulide 100mg	Comprimido	Blister com 12 cp	500.000
567	Nimesulide 50mg Solução Oral 15 ml	Frascos	Frasco com 15 ml	2.000
569	Nistatina 25.000ui/g Creme Vaginal 60 g com no mínimo 10 aplicadores	Bisnagas	Bisnaga com 60 gr	1.000
571	Nistatina 100.000ui/ml Suspensão Oral 50ml	Frasco	Frasco com 50 ml	1.000
572	Nitrato de Tiamina + piroxidina + cianocobalamina	Comprimido		300
573	Nitrofurantoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
574	Nitrofurantoína 5mg/ml suspensão Oral	Frascos		200
584	Nortriptilina (cloridrato) 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
585	Nortriptilina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	80.000
586	Nortriptilina (cloridrato) 50mg	Comprimido	Blister com 10 cp	60.000
587	Nortriptilina (cloridrato) 75mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
591	Óleo Mineral 100% frasco 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	1.000
592	Omeprazol 10mg	Comprimido		20.000
593	Omeprazol 20mg	Cápsula	Blister com 14 caps	1.500.000
598	Ondansetrona (cloridrato) 8mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.000
599	Ondansetrona 8mg/ml ampola 4 ml	Ampola	Ampola com 4 ml	200
603	Oxcarbazepina 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
604	Oxcarbazepina 600mg	Comprimido	Blister com 10 cp	40.000
605	Oxcarbazepina 60mg/ml suspensão oral 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml	1.000
611	Palmitato de Retinol (Vitamina A) 3.000ui + Colecalciferol (Vitamina D3) 800ui Sol. Oral 10 ml	Frasco	10ml	3.000
618	Paracetamol 200mg/ml gotas solução oral 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	6.000
620	Paracetamol 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.500.000
626	Pericazina 4% frasco 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	500



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

NORDESTE/SC

628	Permetrina 10mg/ml loção 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	2.000
629	Permetrina 50mg/ml loção 60 ml	Frascos	Frasco com 60 ml	2.000
632	Pilocarpina (cloridrato) 2% solução oftálmica 10 ml	Frascos	Frasco com 10 ml	300
635	Pirimitamina 25mg	Comprimido	Frasco com 100 cp	3.000
642	Polivitamínico e poliminerais suspensão Oral 100 ml	Frasco	Frasco com 100 ml	500
644	Prednisolona (fosfato sodico) 3mg/ml suspensão 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	3.000
645	Prednisona 20mg	Comprimido	Blister com 10 cp	80.000
646	Prednisona 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	120.000
652	Prometazina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	50.000
653	Prometazina (cloridrato) 25mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	300
655	Propafenona (cloridrato) 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
656	Propatilnitrato 10mg	Comprimido	Blister com 25 cp	150.000
660	Propranolol (cloridrato) 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
661	Propranolol (cloridrato) 40mg	Comprimido	Blister com 10 cp	300.000
666	Ranitidina (cloridrato) 25 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	300
668	Ranitidina (cloridrato) 150mg	Comprimido	Blister com 10 cp	50.000
676	Risperidona 1mg	Comprimido	Blister com 10 cp	80.000
677	Risperidona 2 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	60.000
685	Sais p/ reidratação oral com 27,9g (cloreto de sódio 3,5g + cloreto de potássio 1,5g + citrato de sódio 2,9g + glicose 20g)	Envelope	Envelope com 27,9g	3.000
686	Salbutamol 100mcg Aerosol com 200 doses	Frascos	Tubo com 200 Doses	3.000
688	Salbutamol 2mg/5ml Xarope 100 ml	Frascos	Frasco com 100 ml	1.000
696	Simeticona 75mg/ml frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	1.000
697	Sinvastatina 10mg	Comprimido		100.000
698	Sinvastatina 20mg	Comprimido		1.000.000
699	Sinvastatina 40mg	Comprimido		300.000
718	Sulfadiazina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
720	Sulfadiazina de Prata 10mg/g Pasta	Bisnagas	Bisnaga com 50 g	2.000
722	Sulfametoxazol 200mg/5ml + trimetoprima 40mg/5ml suspensão oral 50 ml	Frasco	Frasco com 50ml	1.500
723	Sulfametoxazol 400mg + Trimetoprima 80mg	Comprimido	Blister com 10 cp	40.000
728	Sulfato Ferroso 25mg/ml solução Oral 30 ml	Frascos	Frasco com 30 ml	3.000
729	Sulfato ferroso 40mg Fe++	Comprimido	Blister com 20 cp	300.000
741	Teofilina 200 mg	Comprimido		40.000
744	Tetracaina (cloridrato) associado com Fenilefrina (cloridrato) + Acido Bórico solução oftálmica 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	100
752	Tiamina (cloridrato) + vitamina B1, riboflavina, vitamina B2 4,0 mg, nicotinamida vitamina PP 40,0 mg dexpantenol 6.0 ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	300
753	Tiamina (cloridrato) 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
758	Timolol (maleato) 0,25mg solução oftálmica	Frascos	Frasco com 5 ml	200



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

	5ml			
759	Timolol (maleato) 0,5%, solução oftálmica 5ml	Frasco	Frasco com 5ml	300
771	Topiramato 50mg	Comprimido		10.000
773	Tramadol (cloridrato) 50mg	Comprimido	Blister com 10 cp	100.000
774	Tramadol 50mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	300
787	Varfarina Sódica 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	60.000
791	Verapamil (cloridrato) 120mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
793	Verapamil (cloridrato) 80mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
TOTAL				27.415.700

3.1.9 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE JOINVILLE**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.169.623/0001-10, com sede na Avenida Hermann August Lepper, nº 10, Centro, CEP 89.201-910, na cidade de Joinville, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Udo Döhler:

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA	QUANTIDADE PREVISTA
8	Aciclovir 200mg	Comprimido	Blister com 15 cp	30.000
10	Aciclovir 400mg	Comprimido		30.000
11	Aciclovir 50mg creme , bisnaga com 10g	Bisnaga	Bisnaga com 10g	400
12	Acido acetil salicílico 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.900.000
13	Acido acetil salicílico 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	12.000
16	Ácido Fólico 5mg	Comprimido	Blister com 20 cp	360.000
17	Ácido fólico 15 mg	Comprimido		45.000
22	Ácido Valpróico 250mg	Comprimido capsulas		30.000
23	Ácido Valpróico 250mg/5ml Xarope, frasco com 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	6.000
24	Ácido valpróico 500mg, frasco com 50 capsulas	Capsulas	Frasco com 50 caps	600.000
26	Adenosina 3mg/ml solução injetável, ampola com 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	300
32	Água destilada estéril e apirogênica, ampola com 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	18.000
34	Albendazol 400mg, blister com 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	36.000
35	Albendazol 40mg/ ml suspensão oral , frasco com 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	30.000
38	Alendronato de sódio 70mg	Comprimido	Blister com 4 cp	120.000
41	Alopurinol 100mg	Comprimido	Blister com 15cp	180.000
42	Alopurinol 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	120.000
50	Amicacina (sulfato) 250mg/ml solução injetável, ampola com 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	600
51	Amicacina (sulfato) 500mg/ml solução injetável, ampola com 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	900
53	Aminofilina 24 mg/ml, ampola com 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	1.200
54	Amiodarona (cloridrato) 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	180.000
55	Amiodarona (cloridrato) 50mg/ml injetável , ampola com 3 ml	Ampola	Ampola com 3 ml	1.200
56	Amitripilina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.100.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

58	Amoxicilina + Clavulanato de potássio 50mg/ml + 12,5mg/ml pó p/ suspensão oral. Frasco 75 ml	Frasco	Frasco com 75ml	18.000
59	Amoxicilina 250mg/5ml suspensão Oral , frasco 150 ml	Frasco	Frasco com 150 ml	24.000
62	Amoxicilina 500mg, blister com 21 capsulas	Cápsula	Blister com 21 caps	600.000
64	Ampicilina 1g injetável	Frascoampola		600
67	Ampicilina 500 mg	Comprimido		27.000
72	Anlodipino (besilato) 5mg	Comprimido		1.800.000
75	Atenolol 50 mg	Comprimido	Blister com 15 cp	2.700.000
78	Atropina (sulfato) 0,25mg/ml solução injetável, ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	1.800
82	Azitromicina 40mg/ml suspensão Oral + Diluyente, frasco 600 mg	Frasco	Frasco com 600 mg	18.000
85	Azitromicina 500mg, blister com 3 cp	Comprimido	Blister com 3 cp	210.000
90	Benzilpenicilina 600.000ui + Diluyente	Ampola	Frasco Ampola	12.000
91	Benzilpenicilina Benzatina 1200.000U.i pó frasco + diluyente	Frasco	Frasco Ampola	30.000
92	Benzilpenicilina G procaína + potássica 300.000UI + 100.000UI + diluyente	Frasco	Frasco Ampola	3.000
93	Benzilpenicilina potássica 5.000.000 UI + Diluyente	Frasco	Frasco Ampola	300
99	Bicarbonato de Sódio 8,4% - ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	900
101	Biperideno (lactato) 5mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	300
102	Biperideno 2mg	Comprimido	Blister com 10 cp	600.000
118	Bupropiona 150mg	Comprimido		180.000
123	Captopril 25 mg	Comprimido		7.200.000
125	Carbamazepina 2% suspensão Oral frasco com 100 ml	Frascos	Frasco com 100 ml	3.000
126	Carbamazepina 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.100.000
128	Carbonato de Cálcio 1250 mg (equivalente a 500mg de Ca++ + Colecalciferol 400UI frasco 60 cp	Comprimido	Frasco com 60 cp	1.800.000
131	Carbonato de Lítio 300mg	Comprimido		1.800.000
138	Carvedilol 6,25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	1.800.000
140	Cefalexina 250mg/5ml pó p/suspensão oral frasco 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	12.000
141	Cefalexina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	900.000
148	Ceftriaxona 1000mg/ml EV	Frasco Ampola		6.000
154	Cetoconazol 200 mg	Comprimido		48.000
155	Cetoprofeno 100mg/ml EV Pó liofilo injetável	FrascoAmpola		60.000
164	Ciclopentolato 1% solução oftalmologica frasco 5 ml	Frascos	Frasco 5 ml	90
168	Cilostazol 100mg	Comprimido	Blister com 20 cp	360.000
175	Ciprofloxacino (cloridrato) 500mg	Comprimido	Blister com 15 cp	90.000
184	Clindamicina (cloridrato) 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	500
192	Clonazepam 2mg	Comprimido	Blister com 10 cp	360



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

NORDESTE/SC

197	Clopidogrel 75mg	Comprimido		180.000
204	Cloreto de Potássio 19,1% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	600
208	Cloreto de Sódio 0,9% Solução Nasal Spray frasco 50 ml	Frascos	Frasco com 50 ml	12.000
210	Cloreto de Sódio 20% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	1.200
211	Cloroquina 250 mg	Comprimido		21.000
212	Clorpromazina 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	330.000
213	Clorpromazina 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	9.000
214	Clorpromazina 40mg/ml solução Oral	Frascos	Frasco com 20 ml	300
215	Clorpromazina 5mg solução Injetável ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	300
218	Codeína (fosfato) 30mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.200.000
223	Colestiramina 4g	Saches		360
225	Complexo B injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	12.000
234	Deltametrina 0,2 mg/ml frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100 ml	9.000
236	Deslanosídeo 0,4mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	600
242	Dexametasona 0,1% creme 10 g	Bisnaga	Bisnaga com 10 g	39.000
243	Dexametasona 4mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
244	Dexametasona (fosfato dissódico) 2mg/ml injetável ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	7.200
245	Dexametasona (fosfato dissódico) 4 mg/ml ampola 2,5 ml	Ampola	Ampola com 2,5ml	9.000
247	Dexametasona Elixir 0,1mg/ml frasco 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	900
250	Dexclorfeniramina (maleato) 0,4 mg/ml, solução oral frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml	30.000
256	Diazepan 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	60.000
257	Diazepan 10mg/2ml injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	3.600
262	Diclofenaco sódico 50mg	Comprimido	Blister com 20 cp	2.400.000
264	Diclofenaco Sódico 25mg/ml ampola 3 ml	Ampola	Ampola com 3ml	36.000
270	Digoxina 0,25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	180.000
273	Dimenidrato + Piridoxina + Glicose + Frutose, 3mg+5mg+100mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	13.200
275	Dimenidrinato 50mg + Piridoxina (cloridrato) 50mg ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	3.000
276	Diosmina 450mg + Hesperidina 50mg	Comprimido		1.800.000
277	Dipirona Sódica 300mg/ml supositório	Supositório		120
279	Dipirona sódica 500mg/ml gotas frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	60.000
280	Dipirona Sódica 500mg/ml injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	60.000
282	Dipropionato de Beclometasona – aerossol 250ui/dose frasco 200 doses	Tubo	Frasco com 200 doses	3.600
284	Dipropionato de Beclometasona– aerossol 50ui/dose – Uso Oral frasco 200 doses	Tubo	Frasco com 200 doses	1.800
285	Dipropionato de betametasona 5mg + fosfato dissódico de betametasona 2mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	9.000
288	Dobutamina (cloridrato) 12,5mg/ml ampola 20 ml	Ampola	Ampola com 20 ml	300
293	Dopamina (cloridrato) 5 mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10ml	1.800
295	Doxazosina (mesilato) 4mg	Comprimido		24.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

296	Doxiciclina (cloridrato) 100mg	Comprimido		1.200
301	Enalapril (maleato) 20mg	Comprimido		3.000.000
303	Epinefrina (cloridrato) 1 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	3.000
305	Eritromicina (estearato) 50mg/ml suspensão oral 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	3.000
306	Eritromicina (estolato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	18.000
311	Escopolamina (butilbrometo) 20mg + Dipirona sódica 2,5mg ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	30.000
314	Escopolamina (butilbrometo) 10mg/ml + Dipirona Sódica gotas 10ml	Frasco	Frasco com 10ml	300
316	Escopolamina (butilbrometo) 20 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	7.200
320	Espiramicina 1,5 MUI	Comprimido	Blister com 16 cp	30.000
322	Espironolactona 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	720.000
328	Estriol 1mg/ml Creme Vaginal	Bisnagas		3.600
330	Estrogênios conjugados 0,625mg	Drágeas	Blister com 28 cp	12.000
340	Fenilefrina (cloridrato) 10% solução oftálmica frasco 5 ml	Frascos	Frasco com 5ml	60
341	Fenitoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	600.000
342	Fenitoína Sódica 50 mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	900
343	Fenobarbital 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	300.000
345	Fenobarbital 4% gotas solução oral 20 ml	Frasco	Frasco com 20ml	1.200
348	Fenoterol (bromidrato) 5 mg/ml 20 ml para nebulização	Frasco	Frasco com 20 ml	2.400
352	Fentanila (sal citrato) 0,05mg/ml solução injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	300
357	Finasterida 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	12.000
358	Fitomenadiona 10mg ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	300
359	Fluconazol 150mg blister 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	90.000
365	Fluoracila colírio	frasco		60
366	Fluoresceína 10 mg/ml solução oftálmica frasco 3 ml	Frascos	Frasco com 3 ml	60
368	Fluoxetina (cloridrato) 20mg	Comprimido/capsulas	Blister com 10 cp	2.400.000
373	Fosfato Sódico, Enema, Fosfato Monobásico 16% + Fosfato Dibásico 6% frasco 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml	900
376	Furosemida 10mg/ml solução injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	9.000
377	Furosemida 40mg	Comprimido	Blister com 20 cp	900.000
379	Gabapentina 600 mg	Comprimido		1.080
384	gel lubrificante 5 gr dose única	Saches		50.000
386	Gentamicina (sulfato) 5mg/ml, solução oftálmica 5 ml	Frasco	Frasco com 5 ml	900
387	Gentamicina (sulfato) 80mg/2ml (ampola 2 ml)	Ampola	Ampola com 2 ml	900
389	Glibenclamida 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.800.000
390	Glicazida 30mg (Comprimido de Liberação Controlada)	Comprimido		1.500.000
396	Glicose 50% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	3.600
398	Gluconato de Cálcio 10% 100mg/ml ampola	Ampola	Ampola com 10 ml	300



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

	10 ml			
400	Haloperidol 1mg	Comprimido	Blister com 10 cp	0
401	Haloperidol 2mg/ml Gotas 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	300
402	Haloperidol 5 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	3.000
403	Haloperidol 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	420.000
404	Haloperidol Decanoato 50 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	6.000
406	Heparina sódica 25.000 UI/5ml injetável ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5ml	300
407	Heparina Sódica 5.000 UI/0,25ml injetável ampola 0,25 ml	Ampola	Ampola com 0,25 ml	900
411	Hidroclorotiazida 25mg	Comprimido		5.400.000
413	Hidrocortisona (succinato) pó liofilizado 100 mg p/ solução injetável	Ampola	Frasco Ampola	9.000
414	Hidrocortisona (succinato) pó liofilizado 500 mg p/ solução injetável	Ampola	Frasco Ampola	9.000
420	Hidróxido Alumínio + Hidróxido magnésio + Dimeticona, 130mg + 70mg + 6mg/ml suspensão oral 240 ml	Frascos	Frasco 240 ml	12.000
429	Ibuprofeno 50 mg/ml solução oral gotas 30 ml	Frasco	Frasco com 30 ml	30.000
430	Ibuprofeno 600mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.100.000
433	Imipramina (cloridrato) 10mg	Comprimido		30.000
434	Imipramina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	540.000
436	Imiquimode 50 mg/g	envelopes		600
444	Iprratório (brometo) 0,25mg/ml solução Inalante 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	2.400
450	Isossorbida (dinitrato) 10mg	Comprimido	Blister com 15 cp	120.000
451	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	120.000
452	Isossorbida (monitrato) 40mg	Comprimido	Blister com 15 cp	30.000
454	Itraconazol 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.500
455	Ivermectina 6mg blister 4 cp	Comprimido	Blister com 4 cp	2.000
460	Levodopa 100mg + Benserazida 25mg Comprimido Dispersível	Comprimidos	Frasco com 30 cp	3.000
462	Levodopa 250mg + carbidopa 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	120.000
464	Levodopa associado a Benserazida 100mg + 25mg (BD)	Comprimidos birranhurados	Frasco com 30 cp	360.000
465	Levodopa associado a Benserazida 100mg + 25mg (HBS)	capsulas HBS	Frasco com 30 cp	36.000
468	Levomepromazina (maleato) 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	150.000
469	Levomepromazina (maleato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	480.000
474	Levotiroxina sodica 100mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	900.000
475	Levotiroxina sodica 25mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	900.000
476	Levotiroxina sodica 50mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	1.350.000
478	Lidocaina 100mg/5g gel 2% bisnaga 30 g	Bisnaga	bisnaga com 30gr	9.000
480	Lidocaina (s/ vasoconstritor) 2% frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20ml	1.200
481	Lidocaina + epinefrina 2% (20mg/ml) frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20ml	6.000
482	Lidocaina 2% + Epinefrina 1:100.000 tubete	Ampola	tubete 1,8 ml	18.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

	1,8 ml			
487	Loratadina 10mg	Comprimido	Blister com 12 cp	210.000
488	Loratadina 1mg/ml Xarope 100 ml	Frascos	Frasco com 100 ml	18.000
493	Losartana Potássica 50mg	Comprimido	Blister com 15 cp	4.800.000
497	Maytenos Illicifolia , 380 mg	capsulas		30000
500	Mebendazol 20mg/ml suspensão Oral 30 ml	Frascos	Frasco com 30 ml	12.000
503	Medroxiprogesterona (acetato)150 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	7.200
511	Metadona 5mg	Comprimido		120.000
513	Metformina (cloridrato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.700.000
514	Metformina (cloridrato) 850mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.300.000
515	Metildopa 250 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	600.000
522	Metoclopramida (cloridrato) 5mg/ml solução injetável 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	30.000
524	Metoclopramida 4mg/ml gotas solução oral 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	24.000
525	Metoprolol (succinato) 100mg (Comprimido De liberação controlada)	Comprimido	Blister com 10 comp.	180
528	Metoprolol (tartarato) 1 mg/ml uso hospitalar ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5ml	300
533	Metronidazol 100mg/g com no mínimo 10 aplicadores creme vaginal 50g	Bisnaga	Bisnaga com 50 g	10.200
534	Metronidazol 250mg	Comprimido	Blister com 10 cp	120.000
536	Metronidazol 40mg/ml suspensão oral frasco 80 ml	Frasco	Frasco 80 ml	3.000
543	Miconazol (nitrato) 20 mg/gr creme vaginal 80g, com no mínimo 10 aplicadores	Bisnaga	Bisnaga com 80 g	24.000
544	Midazolam 15 mg injetável 3 ml	Ampola	Ampola com 3 ml	900
545	Midazolam 1mg/ml injetável 5 ml	Ampola	Ampola com 5ml	600
547	Mikania glomerata spreng. xarope e solução oral 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml	1.200
550	Morfina (sulfato) 10mg/ml solução oral 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	600
551	Morfina (sulfato) 1mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	9.000
558	Nalbufina 10mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	2.400
561	Neomicina (sulfato) 5mg/g + Bacitracina 250ui pomada dermatologica 10 g	Bisnaga	Bisnaga com 10g	24.000
569	Nistatina 25.000ui/g Creme Vaginal 60 g com no mínimo 10 aplicadores	Bisnagas	Bisnaga com 60 gr	400
571	Nistatina 100.000ui/ml Suspensão Oral 50ml	Frasco	Frasco com 50 ml	3.000
573	Nitrofurantoina 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	18.000
582	Noretisterona 0,35mg blister 35 cp	Comprimido	Blister com 35 cp	7.200
591	Óleo Mineral 100% frasco 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	300
593	Omeprazol 20mg	Cápsula	Blister com 14 caps	3.600.000
595	Omeprazol magnesio 20mg	Comprimido		2.400
618	Paracetamol 200mg/ml gotas solucao oral 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	72.000
620	Paracetamol 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.300.000
631	Petidina 50mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	1.200

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

632	Pilocarpina (cloridrato) 2% solução oftálmica 10 ml	Frascos	Frasco com 10 ml	180
635	Pirimitamina 25mg	Comprimido	Frasco com 100 cp	18.000
641	Polivitaminico composto de vitaminas e minerais de A a Z retinol (como palmitato) (vit. A) 2664 UI colecalciferol (vit. D) 400 UI 200 acetato de tocoferol (vit. E) 10,00 UI 100 ácido ascórbico (vit. C) 70,00 mg tiamina (como mononitrato) (vit. B1) 3,00 mg riboflavina (vit. B2) 3,40 mg nicotinamida 17,00 mg cloridrato de piridoxina (vit. B6) 4,00 mg ácido fólico 0,60 mg cianocobalamina (vit. B12) 2,20 mcg ferro (como fumarato ferroso) 30,00 mg zinco (como óxido de zinco) 15,00 mg cálcio (como carbonato de cálcio) 125,00 mg	Comprimido	Blister com 14 ou 28 comp	480.000
644	Prednisolona (fosfato sódico) 3mg/ml suspensão 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	18.000
645	Prednisona 20mg	Comprimido	Blister com 10 cp	300.000
646	Prednisona 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	240.000
648	Preservativo feminino	envelope		5.000
649	Preservativo masculino lubrificado 52 mm	envelopes		600.000
650	Preservativo masculino lubrificado 55 mm	envelopes		50.000
651	Prilocaina 25mg/g com lidocaina 25 mg/gr – bandagem oclusiva	binagras		120
655	Propafenona (cloridrato) 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	300
656	Propatilnitrato 10mg	Comprimido	Blister com 25 cp	420.000
657	Propiltiouracil 100 mg	Comprimido		30.000
661	Propranolol (cloridrato) 40mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.700.000
666	Ranitidina (cloridrato) 25 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	30.000
671	Retinol (acetato) 50.000ui + colecalciferol 10.000ui frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	480.000
684	Roxitrimicina 300 mg	comprimidos		800
685	Sais p/ reidratação oral com 27,9g (cloreto de sódio 3,5g + cloreto de potássio 1,5g + citrato de sódio 2,9g + glicose 20g)	Envelope	Envelope com 27,9g	36.000
686	Salbutamol 100mcg Aerosol com 200 doses	Frascos	Tubo com 200 Doses	15.000
690	Secnidazol 1000 mg	Comprimido		200
697	Sinvastatina 10mg	Comprimido		18.000
698	Sinvastatina 20mg	Comprimido		4.200.000
699	Sinvastatina 40mg	Comprimido		1.200.000
700	Sinvastatina 80mg	Comprimido		90.000
705	Sorbitol, sorbitol 70% + Lauril Sulfato de Sódio, 714mg + 7,70mg/g bisnaga 6,5 g	Bisnaga	Bisnaga 6,5 g	168
718	Sulfadiazina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	60.000
720	Sulfadiazina de Prata 10mg/g Pasta	Bisnagas	Bisnaga com 50 g	9.000
722	Sulfametoxazol 200mg/5ml + trimetoprima 40mg/5ml suspensão oral 50 ml	Frasco	Frasco com 50ml	3.000
723	Sulfametoxazol 400mg + Trimetoprima 80mg	Comprimido	Blister com 10 cp	210.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

726	Sulfato de Magnésio 10% injetável 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	600
728	Sulfato Ferroso 25mg/ml solução Oral 30 ml	Frascos	Frasco com 30 ml	18.000
729	Sulfato ferroso 40mg Fe++	Comprimido	Blister com 20 cp	780.000
733	Suxametônio (cloreto) 500 mg/ml mpola 10 ml	Frasco Ampola	Ampola com 10 ml	300
744	Tetracaina (cloridrato) associado com Fenilefrina (cloridrato) + Acido Bórico solução oftálmica 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	180
745	Tetraciclina 500mg	Cápsula		24.000
748	Tiabendazol 50mg/g pomada 45 g	Bisnaga	Bisnaga 45 g	1.200
750	Tiafenicol 2,5 g envelope	envelope		50
759	Timolol (maleato) 0,5%, solução oftálmica 5ml	Frasco	Frasco com 5ml	2.400
769	Topiramato 100mg	Comprimido		1.260
779	Tropicamida 1% solução oftálmica 5 ml	Frasco	Frasco com 5ml	60
780	Valaciclovir 500	comprimido		1.512
786	Varfarina Sódica 2,5 mg	comprimido		270.000
793	Verapamil (cloridrato) 80mg	Comprimido	Blister com 10 cp	180.000
803	Vitaminas + Sais minerais sendo, acido folico 500mcg, vitamina B1 30mg, vitamina B2 10mg, vitamina B6 10 mg, vitamina B12 25mcg, vitamina E 45UI, vitamina C 600mg, nicotinamida 100 mg, pantotenato de calcio 25mg, cobre 3mg, zinco 23,9mg, zinco23,9mg registro no MS como medicamento	Comprimido		480.000
TOTAL				93.439.200

3.1.10 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua Onze de Novembro, nº 2.765, Centro, CEP 89.108-000, na cidade de Massaranduba, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Mário Fernando Reinke:

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA	QUANTIDADE PREVISTA
1	Acebrofilina 5mg/ml, xarope pediátrico, frasco com 120 ml	Frasco	Frasco com 120ml	800
12	Acido acetil salicílico 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	140.000
16	Ácido Fólico 5mg	Comprimido	Blister com 20 cp	6.000
21	Acido ursodesoxicólico 150 mg	Comprimido		400
22	Ácido Valpróico 250mg	Comprimido capsulas		1.000
24	Ácido valpróico 500mg, frasco com 50 capsulas	Capsulas	Frasco com 50 caps	2.000
34	Albendazol 400mg, blister com 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	3.500
35	Albendazol 40mg/ ml suspensão oral , frasco com 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	2.000
38	Alendronato de sódio 70mg	Comprimido	Blister com 4 cp	3.500
41	Alopurinol 100mg	Comprimido	Blister com 15cp	25.000
42	Alopurinol 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
52	Aminofilina 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	4.000
54	Amiodarona (cloridrato) 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
56	Amitripilina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	45.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

58	Amoxicilina + Clavulanato de potássio 50mg/ml + 12,5mg/ml pó p/ suspensão oral. Frasco 75 ml	Frasco	Frasco com 75ml	300
60	Amoxicilina 250mg/5ml suspensão Oral , frasco 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	800
61	Amoxicilina 500mg + Clavulanato de Potássio 125mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.500
62	Amoxicilina 500mg, blister com 21 capsulas	Cápsula	Blister com 21 caps	9.500
72	Anlodipino (besilato) 5mg	Comprimido		40.000
74	Atenolol 25mg	Comprimido		70.000
75	Atenolol 50 mg	Comprimido	Blister com 15 cp	70.000
82	Azitromicina 40mg/ml suspensão Oral + Diluente, frasco 600 mg	Frasco	Frasco com 600 mg	600
85	Azitromicina 500mg, blister com 3 cp	Comprimido	Blister com 3 cp	2.000
86	Baclofeno 10 mg	Comprimido		2.000
87	Bamifilina 600mg	Comprimido		400
102	Biperideno 2mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.000
107	Bromazepan 01mg + Sulpirida 25mg	Comprimido		250
108	Bromazepan 6 mg	Comprimido		2.500
119	Cabergolina 0,5 mg	Comprimido		300
123	Captopril 25 mg	Comprimido		70.000
126	Carbamazepina 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	40.000
127	Carbamazepina 400mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.100
130	Carbonato de Cálcio 1500 mg (equivalente a 600mg de Ca++ + Colecalciferol 400UI)	Comprimido		8.000
131	Carbonato de Lítio 300mg	Comprimido		3.000
135	Carvedilol 12,5mg	Comprimido	Blister com 15 cp	400
136	Carvedilol 25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	16.000
138	Carvedilol 6,25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	400
139	Castanha da india composta (Aesculus hippocastanum 10 mg + Polygonum acre 10 mg + Smilax papyracea 40 mg + Rutina 20 mg)	Comprimido		28.000
140	Cefalexina 250mg/5ml pó p/suspensão oral frasco 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	500
141	Cefalexina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	25.000
154	Cetoconazol 200 mg	Comprimido		2.200
168	Cilostazol 100mg	Comprimido	Blister com 20 cp	500
173	Cipofribrato 100 mg	Comprimido		18.000
175	Ciprofloxacino (cloridrato) 500mg	Comprimido	Blister com 15 cp	6.000
177	Ciproterona (acetato) 50mg	Comprimido		500
180	Citalopram 20mg	Comprimido		40.000
186	Clobazam 20mg	Comprimido		1.100
192	Clonazepam 2mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
193	Clonazepam 0,5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	8.000
194	Clonazepam 2,5mg/ml Solução Oral frasco 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	50
197	Clopidogrel 75mg	Comprimido		15.000
218	Codeína (fosfato) 30mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.100



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

221	Colchicina 0,5mg	Comprimido	Blister com 20 cp	4.500
223	Colestiramina 4g	Saches		250
224	Colestiramina 4g	envelopes		600
226	Complexo B Polivitaminico	Comprimido	Blister com 20 cp	20.000
242	Dexametasona 0,1% creme 10 g	Bisnaga	Bisnaga com 10 g	650
251	Dexclorfeniramina (maleato) 2mg	Comprimido	Blister com 20 cp	10.000
260	Diclofenaco Potássico 50mg	Comprimido	Blister com 20 cp	10.000
261	Diclofenaco resinato 15mg/ml gotas frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10ml	50
262	Diclofenaco sódico 50mg	Comprimido	Blister com 20 cp	9.000
263	Diclofenaco sódico 50mg + Codeína 50mg	Comprimido		650
266	Dicloridrato de pramipexol 0,25mg	Comprimido		450
267	Dicloridrato de pramipexol 1mg	Comprimido		450
270	Digoxina 0,25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
274	Dimenidrinato 50mg + Piridoxina (cloridrato) 10mg	Comprimido		200
276	Diosmina 450mg + Hesperidina 50mg	Comprimido		650
278	Dipirona sódica 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	50.000
279	Dipirona sódica 500mg/ml gotas frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	250
286	Divalproato de sódio 500mg	Comprimido		250
287	Divalproato de sódio 500mg ER	Comprimido		250
294	Doxazosina (mesilato) 2mg	Comprimido		650
300	Enalapril (maleato) 10mg	Comprimido		80.000
301	Enalapril (maleato) 20mg	Comprimido		66.000
302	Enalapril (maleato) 5mg	Comprimido		20.000
306	Eritromicina (estolato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.500
310	Escitalopram 10mg	Comprimido		250
313	Escopolamina (butilbrometo) 10mg + Dipirona Sódica 250mg	Comprimido		18.000
314	Escopolamina (butilbrometo) 10mg/ml + Dipirona Sódica gotas 10ml	Frasco	Frasco com 10ml	100
321	Espironolactona 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.000
322	Espironolactona 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	25.000
324	Estradiol 1mg + acetato de noretisterona 0,5mg	Comprimido		250
330	Estrogênios conjugados 0,625mg	Drágeas	Blister com 28 cp	3.500
339	Ezetimba 10mg	Comprimido		450
343	Fenobarbital 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
345	Fenobarbital 4% gotas solução oral 20 ml	Frasco	Frasco com 20ml	50
349	Fenoximetilpenicilina potássica 500.000 UI	Comprimido		400
357	Finasterida 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
359	Fluconazol 150mg blister 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	2.000
368	Fluoxetina (cloridrato) 20mg	Comprimido/ capsulas	Blister com 10 cp	40.000
377	Furosemida 40mg	Comprimido	Blister com 20 cp	25.000
378	Gabapentina 300 mg	Comprimido		900
389	Glibenclamida 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	35.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

394	Glicosamina, associada com Condroitina, em sais sulfatos, 1,5g + 1,2 g pó oral	Saches	Saches 4,13	1.500
403	Haloperidol 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.500
411	Hidroclorotiazida 25mg	Comprimido		150.000
412	Hidroclorotiazida 50mg	Comprimido		4.500
419	Hidroxicloroquina (sulfato) 400 mg	Comprimido		450
423	Hidróxido de alumínio 61,5 mg/ml frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml	100
429	Ibuprofeno 50 mg/ml solução oral gotas 30 ml	Frasco	Frasco com 30 ml	800
430	Ibuprofeno 600mg	Comprimido	Blister com 10 cp	55.500
434	Imipramina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.800
449	Isossorbida (monitrato) 20mg	Comprimido	Blister com 15 cp	2.000
450	Isossorbida (dinitrato) 10mg	Comprimido	Blister com 15 cp	4.000
451	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	500
461	Levodopa 200mg + Benserazida 50mg	Comprimido	Frasco com 30 cp	3.000
462	Levodopa 250mg + carbidopa 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.500
472	Levonorgestrel 0,15mg + etinilestradiol 0,03mg blister 21 drageas	Drageas	Blister c/ 21 drg	15.000
474	Levotiroxina sodica 100mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	25.000
475	Levotiroxina sodica 25mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	25.000
476	Levotiroxina sodica 50mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	25.000
477	Levotiroxina sodica 75mcg	Comprimido		25.000
488	Loratadina 1mg/ml Xarope 100 ml	Frascos	Frasco com 100 ml	200
492	Losartana potássica 100mg + Hidroclorotiazida 25mg	Comprimido		700
493	Losartana Potássica 50mg	Comprimido	Blister com 15 cp	66.000
494	Losartana Potássica 50mg + Hidroclorotiazida 12,5mg	Comprimido		500
500	Mebendazol 20mg/ml suspensão Oral 30 ml	Frascos	Frasco com 30 ml	100
503	Medroxiprogesterona (acetato) 150 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	50
513	Metformina (cloridrato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	70.000
514	Metformina (cloridrato) 850mg	Comprimido	Blister com 10 cp	75.000
515	Metildopa 250 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
516	Metildopa 500 mg	Comprimido		25.000
523	Metoclopramida 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
524	Metoclopramida 4mg/ml gotas solução oral 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	100
526	Metoprolol (succinato) 25mg (Comprimido De liberação controlada)	Comprimido	Blister com 10 comp.	250
527	Metoprolol (succinato) 50mg (Comprimido De liberação controlada)	Comprimido	Blister com 10 comp.	1.750
533	Metronidazol 100mg/g com no mínimo 10 aplicadores creme vaginal 50g	Bisnaga	Bisnaga com 50 g	100
534	Metronidazol 250mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.500
535	Metronidazol 400mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.000
536	Metronidazol 40mg/ml suspensão oral frasco 80 ml	Frasco	Frasco 80 ml	30

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

542	Miconazol (nitrato) 20 mg/gr creme dermatologico	Bisnaga		300
543	Miconazol (nitrato) 20 mg/gr creme vaginal 80g, com no minimo 10 aplicadores	Bisnaga	Bisnaga com 80 g	150
548	Mirtazapina 15mg	Comprimido		650
552	Morfina (sulfato) 30 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	500
561	Neomicina (sulfato) 5mg/g + Bacitracina 250ui pomada dermatologica 10 g	Bisnaga	Bisnaga com 10g	400
564	Nifedipina 20mg	Comprimido	Blister com 10 cp	6.000
566	Nimesulide 100mg	Comprimido	Blister com 12 cp	58.000
567	Nimesulide 50mg Solução Oral 15 ml	Frascos	Frasco com 15 ml	100
569	Nistatina 25.000ui/g Creme Vaginal 60 g com no mínimo 10 aplicadores	Bisnagas	Bisnaga com 60 gr	100
571	Nistatina 100.000ui/ml Suspensão Oral 50ml	Frasco	Frasco com 50 ml	50
573	Nitrofurantoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.000
581	Noretisterona (enantato) 50mg + Estradiol (valerato) 5 mg/ml Ampola 1 ml s/ seringa	Ampola	Ampola com 1 ml	70
593	Omeprazol 20mg	Cápsula	Blister com 14 caps	230.000
595	Omeprazol magnesio 20mg	Comprimido		250
598	Ondansetrone (cloridrato) 8mg	Comprimido	Blister com 10 cp	200
603	Oxcarbazepina 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.200
604	Oxcarbazepina 600mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.500
615	Pantoprazol de sódio 40 mg	Comprimido		500
618	Paracetamol 200mg/ml gotas solucao oral 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	550
619	Paracetamol 500 mg + Codeína 30 mg	Comprimido		900
620	Paracetamol 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	35.000
621	Paracetamol 750mg	Comprimido		125.000
622	Paroxetina (cloridrato) 20 mg	Comprimido		1.000
644	Prednisolona (fosfato sodico) 3mg/ml suspensão 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	400
645	Prednisona 20mg	Comprimido	Blister com 10 cp	6.000
646	Prednisona 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
647	Pregabalina 75mg	Comprimido		1.800
652	Prometazina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
661	Propranolol (cloridrato) 40mg	Comprimido	Blister com 10 cp	25.000
664	Questran Light 4,0 g	envelope		600
665	Questran light sache	saches		250
668	Ranitidina (cloridrato) 150mg	Comprimido	Blister com 10 cp	8.000
670	Residonato de sodio 35 mg	Comprimido		50
671	Retinol (acetato) 50.000ui + colecalciferol 10.000ui frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	150
676	Risperidona 1mg	Comprimido	Blister com 10 cp	650
677	Risperidona 2 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
678	Risperidona 3 mg	Comprimido		500

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

685	Sais p/ reidratação oral com 27,9g (cloreto de sódio 3,5g + cloreto de potássio 1,5g + citrato de sódio 2,9g + glicose 20g)	Envelope	Envelope com 27,9g	400
688	Salbutamol 2mg/5ml Xarope 100 ml	Frascos	Frasco com 100 ml	100
690	Secnidazol 1000 mg	Comprimido		300
691	Sertralina (cloridrato) 100 mg	Comprimido		650
692	Sertralina (cloridrato) 50 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.200
697	Sinvastatina 10mg	Comprimido		38.000
698	Sinvastatina 20mg	Comprimido		110.000
699	Sinvastatina 40mg	Comprimido		110.000
702	Sitagliptina (fosfato) 50mg + Metformina 850mg	Comprimido		900
714	Sotalol (Cloridrato) 160mg	Comprimido		250
720	Sulfadiazina de Prata 10mg/g Pasta	Bisnagas	Bisnaga com 50 g	100
722	Sulfametoxazol 200mg/5ml + trimetoprima 40mg/5ml suspensão oral 50 ml	Frasco	Frasco com 50ml	260
723	Sulfametoxazol 400mg + Trimetoprima 80mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.000
729	Sulfato ferroso 40mg Fe++	Comprimido	Blister com 20 cp	15.000
730	Sulfato ferroso xarope 150 ml	Frasco	Frasco com 150 ml	50
741	Teofilina 200 mg	Comprimido		3.500
765	Tiotropio (brometo) 2,5mcg/ml solução inalatória 60 doses	Frasco	com 60 doses	30
772	Tramadol (cloridrato) 100mg retard	Comprimido		650
773	Tramadol (cloridrato) 50mg	Comprimido	Blister com 10 cp	700
775	Trazodona 50mg	Comprimido		200
777	Triametazidina 35mg	Comprimido		1.300
790	Venlafaxina (cloridrato) 75 mg	Comprimido		1.100
793	Verapamil (cloridrato) 80mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
801	Vitamina A(palmitato) 12500Ui/ml+Vitamina B1(cloridrato) 0,4mg/ml+Vitamina B2(fosfato sódico)0,5mg/ml+Vitamina B6(cloridrato)0,6mg/ml+Vitamina B12(cianocobalamina)0,5mcg/ml+Vitamina C(acido ascorbico)35mg/ml+Vitamina D3(colecalciferol)400Ui/ml+Vitamina E(acetato)4Ui/ml+Acido fólico 35mcg/ml+Nicotinamida 6mg/ml+Pantenol 3mg/ml	Frascos		180
TOTAL				2.682.570

3.1.11 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº83.102.756/0001-79, com sede na Avenida Richard S. de Albuquerque, nº 200, Centro, CEP 89.295-000, na cidade de Rio Negrinho, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Alcides Grohskopf:

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA	QUANTIDADE PREVISTA
1	Acebrofilina 5mg/ml, xarope pediátrico, frasco com 120 ml	Frasco	Frasco com 120ml	4.000
12	Acido acetil salicílico 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	280.000



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

16	Ácido Fólico 5mg	Comprimido	Blister com 20 cp	30.000
23	Ácido Valpróico 250mg/5ml Xarope, frasco com 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	350
24	Ácido valpróico 500mg, frasco com 50 capsulas	Capsulas	Frasco com 50 caps	23.000
34	Albendazol 400mg, blister com 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	2.500
35	Albendazol 40mg/ ml suspensão oral , frasco com 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	4.500
38	Alendronato de sódio 70mg	Comprimido	Blister com 4 cp	8.000
42	Alopurinol 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
54	Amiodarona (cloridrato) 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
56	Amitripilina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	175.000
58	Amoxicilina + Clavulanato de potássio 50mg/ml + 12,5mg/ml pó p/ suspensão oral. Frasco 75 ml	Frasco	Frasco com 75ml	1.000
59	Amoxicilina 250mg/5ml suspensão Oral , frasco 150 ml	Frasco	Frasco com 150 ml	1.500
61	Amoxicilina 500mg + Clavulanato de Potássio 125mg	Comprimido	Blister com 10 cp	11.000
62	Amoxicilina 500mg, blister com 21 capsulas	Cápsula	Blister com 21 caps	40.000
74	Atenolol 25mg	Comprimido		21.000
82	Azitromicina 40mg/ml suspensão Oral + Diluente, frasco 600 mg	Frasco	Frasco com 600 mg	2.500
85	Azitromicina 500mg, blister com 3 cp	Comprimido	Blister com 3 cp	12.000
90	Benzilpenicilina 600.000ui + Diluente	Ampola	Frasco Ampola	500
91	Benzilpenicilina Benzatina 1200.000U.i pó frasco + diluente	Frasco	Frasco Ampola	2.000
102	Biperideno 2mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
108	Bromazepan 6 mg	Comprimido		18.000
123	Captopril 25 mg	Comprimido		7.000
125	Carbamazepina 2% suspensão Oral frasco com 100 ml	Frascos	Frasco com 100 ml	100
126	Carbamazepina 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	100.000
128	Carbonato de Cálcio 1250 mg (equivalente a 500mg de Ca++ + Colecalciferol 400UI frasco 60 cp	Comprimido	Frasco com 60 cp	100.000
131	Carbonato de lítio 300mg	Comprimido		35.000
135	Carvedilol 12,5mg	Comprimido	Blister com 15 cp	170.000
140	Cefalexina 250mg/5ml pó p/suspensão oral frasco 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	1.500
141	Cefalexina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	32.000
175	Ciprofloxacino (cloridrato) 500mg	Comprimido	Blister com 15 cp	21.000
191	Clomipramina (cloridrato) 75mg, Comprimido de liberação lenta	Comprimido		11.000
192	Clonazepam 2mg	Comprimido	Blister com 10 cp	140.000
197	Clopidogrel 75mg	Comprimido		21.000
212	Clorpromazina 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	21.000
242	Dexametasona 0,1% creme 10 g	Bisnaga	Bisnaga com 10 g	5.000
250	Dexclorfeniramina (maleato) 0,4 mg/ml,	Frasco	Frasco com 100ml	3.500



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

	solução oral frasco 100 ml			
256	Diazepam 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	42.000
264	Diclofenaco Sódico 25mg/ml ampola 3 ml	Ampola	Ampola com 3ml	4.000
270	Digoxina 0,25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	28.000
278	Dipirona sódica 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	300.000
280	Dipirona Sódica 500mg/ml injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	1.500
285	Dipropionato de betametasona 5mg + fosfato dissódico de betametasona 2mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	3.000
294	Doxazosina (mesilato) 2mg	Comprimido		15.000
300	Enalapril (maleato) 10mg	Comprimido		8.000
301	Enalapril (maleato) 20mg	Comprimido		160.000
303	Epinefrina (cloridrato) 1 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	50
312	Escopolamina (butilbrometo) 10mg	Comprimido	Blister com 20 cp	35.000
316	Escopolamina (butilbrometo) 20 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	1.000
322	Espironolactona 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	60.000
323	Estradiol (valerato) 2mg + Ciproterona (acetato) 1mg	Comprimido		1.470
326	Estradiol 2mg + acetato de noretisterona 1mg	Comprimido		9.800
330	Estrogênios conjugados 0,625mg	Drágeas	Blister com 28 cp	7.840
341	Fenitoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
343	Fenobarbital 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	35.000
345	Fenobarbital 4% gotas solução oral 20 ml	Frasco	Frasco com 20ml	50
347	Fenofibrato 250mg	Comprimido		21.000
355	Fibrinolizina 1U/g + desoxirribonuclease 666U/g + cloranfenicol 10mg/g pomada 30g	Bisnaga	Bisnaga com 30 g	500
359	Fluconazol 150mg blister 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	5.000
363	Flunarizina (dicloridrato) 10mg	Comprimido		55.000
368	Fluoxetina (cloridrato) 20mg	Comprimido/capsulas	Blister com 10 cp	250.000
376	Furosemida 10mg/ml solução injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	200
377	Furosemida 40mg	Comprimido	Blister com 20 cp	140.000
386	Gentamicina (sulfato) 5mg/ml, solução oftálmica 5 ml	Frasco	Frasco com 5 ml	500
390	Glicazida 30mg (Comprimido de Liberação Controlada)	Comprimido		250.000
395	Glicose 25% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	200
396	Glicose 50% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	200
403	Haloperidol 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	40.000
404	Haloperidol Decanoato 50 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	1.500
411	Hidroclorotiazida 25mg	Comprimido		40.000
413	Hidrocortisona (succinato) pó liofilizado 100 mg p/ solução injetável	Ampola	Frasco Ampola	200
414	Hidrocortisona (succinato) pó liofilizado 500 mg p/ solução injetável	Ampola	Frasco Ampola	200

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

425	Hidróxido de Alumínio e de Magnésio 35,6+37mg Suspensão Oral 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	5.000
427	Ibuprofeno 100 mg/ml frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20 ml	4000
434	Imipramina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	25.000
450	Isossorbida (dinitrato) 10mg	Comprimido	Blister com 15 cp	15.000
455	Ivermectina 6mg blister 4 cp	Comprimido	Blister com 4 cp	1.000
462	Levodopa 250mg + carbidopa 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	12.000
468	Levomepromazina (maleato) 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
470	Levomepromazina (maleato) 40mg/ml 20ml gotas	Frasco	Frasco com 20 ml	500
472	Levonorgestrel 0,15mg + etinilestradiol 0,03mg blister 21 drageas	Drágeas	Blister c/ 21 drg	105.000
473	Levonorgestrel 0,75mg blister 2 cp	Comprimido	Blister com 2 cp	100
475	Levotiroxina sodica 25mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	85.000
476	Levotiroxina sodica 50mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	210.000
503	Medroxiprogesterona (acetato) 150 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	200
514	Metformina (cloridrato) 850mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
516	Metildopa 500 mg	Comprimido		80.000
522	Metoclopramida (cloridrato) 5mg/ml solução injetável 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	1.500
523	Metoclopramida 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
524	Metoclopramida 4mg/ml gotas solução oral 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	1.000
533	Metronidazol 100mg/g com no mínimo 10 aplicadores creme vaginal 50g	Bisnaga	Bisnaga com 50 g	300
535	Metronidazol 400mg	Comprimido	Blister com 10 cp	12.000
536	Metronidazol 40mg/ml suspensão oral frasco 80 ml	Frasco	Frasco 80 ml	1.000
543	Miconazol (nitrato) 20 mg/gr creme vaginal 80g, com no mínimo 10 aplicadores	Bisnaga	Bisnaga com 80 g	2.000
550	Morfina (sulfato) 10mg/ml solução oral 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	200
565	Nifedipina 20mg (retard)	Comprimido	Blister com 10 cp	150.000
566	Nimesulide 100mg	Comprimido	Blister com 12 cp	350.000
569	Nistatina 25.000ui/g Creme Vaginal 60 g com no mínimo 10 aplicadores	Bisnagas	Bisnaga com 60 gr	1.500
571	Nistatina 100.000ui/ml Suspensão Oral 50ml	Frasco	Frasco com 50 ml	700
573	Nitrofurantoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	7.000
581	Noretisterona (enantato) 50mg + Estradiol (valerato) 5 mg/ml Ampola 1 ml s/ seringa	Ampola	Ampola com 1 ml	500
582	Noretisterona 0,35mg blister 35 cp	Comprimido	Blister com 35 cp	14.700
585	Nortriptilina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
593	Omeprazol 20mg	Cápsula	Blister com 14 caps	700.000
594	Omeprazol 40mg solução injetável	Ampola		300
618	Paracetamol 200mg/ml gotas solução oral 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	5.000
619	Paracetamol 500 mg + Codeína 30 mg	Comprimido		72.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

620	Paracetamol 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	100.000
628	Permetrina 10mg/ml loção 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	500
644	Prednisolona (fosfato sodico) 3mg/ml suspensão 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	4.000
645	Prednisona 20mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
646	Prednisona 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
653	Prometazina (cloridrato) 25mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	100
656	Propatilnitrato 10mg	Comprimido	Blister com 25 cp	25.000
661	Propranolol (cloridrato) 40mg	Comprimido	Blister com 10 cp	4.000
671	Retinol (acetato) 50.000ui + colecalciferol 10.000ui frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	1.500
685	Sais p/ reidratação oral com 27,9g (cloreto de sodio 3,5g + cloreto de potassio 1,5g + citrato de sodio 2,9g + glicose 20g)	Envelope	Envelope com 27,9g	3.000
698	Sinvastatina 20mg	Comprimido		450.000
722	Sulfametoxazol 200mg/5ml + trimetoprima 40mg/5ml suspensao oral 50 ml	Frasco	Frasco com 50ml	2.500
723	Sulfametoxazol 400mg + Trimetoprima 80mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
728	Sulfato Ferroso 25mg/ml solução Oral 30 ml	Frascos	Frasco com 30 ml	1.000
729	Sulfato ferroso 40mg Fe++	Comprimido	Blister com 20 cp	45.000
793	Verapamil (cloridrato) 80mg	Comprimido	Blister com 10 cp	60.000
800	Vitamina A 5.000ui + D 900ui e oxido de zinco 150mg/g, pomada dermatológica 45 g	Bisnaga	Bisnaga com 45 g	2.100
TOTAL				5.602.360

3.1.12 Órgão Participante: **MUNICIPIO DE SÃO BENTO DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 08.281.643/0001-62, com sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, CEP 89.280-902, na cidade de São Bento do Sul, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Fernando Tureck:

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA	QUANTIDADE PREVISTA
1	Acebrofilina 5mg/ml, xarope pediátrico, frasco com 120 ml	Frasco	Frasco com 120ml	2.000
2	Acebrofilina xarope adulto 10mg/ml, frasco com 120 ml	Frasco	Frasco com 120ml	2.000
7	Acetonido fluocinolona 0,275mg + sulfato de neomicina 3,850mg, sulfato de polimixina B + cloridrato de lidocaína 20mg solução otológica, frasco com 5 ml	Frasco	Frasco com 5 ml	500
8	Aciclovir 200mg	Comprimido	Blister com 15 cp	15.000
12	Acido acetil salicílico 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	150.000
15	Acido fólico 0,2 mg/ml solução oral , frasco com 30 ml	Frasco	Frasco com 30 ml	50
16	Ácido Fólico 5mg	Comprimido	Blister com 20 cp	15.000
22	Ácido Valpróico 250mg	Comprimido capsulas		5.000
23	Ácido Valpróico 250mg/5ml Xarope, frasco com 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	1.000
24	Ácido valpróico 500mg, frasco com 50 capsulas	Capsulas	Frasco com 50	20.000



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

			caps	
29	Água destilada , ampola com 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	500
34	Albendazol 400mg, blister com 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	1.500
35	Albendazol 40mg/ ml suspensão oral , frasco com 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	2.000
37	Alendronato de Sódio 10mg	Comprimido	Blister com 30 cp	200
38	Alendronato de sódio 70mg	Comprimido	Blister com 4 cp	5.000
41	Alopurinol 100mg	Comprimido	Blister com 15cp	10.000
42	Alopurinol 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
52	Aminofilina 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
53	Aminofilina 24 mg/ml, ampola com 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	100
54	Amiodarona (cloridrato) 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
55	Amiodarona (cloridrato) 50mg/ml injetável , ampola com 3 ml	Ampola	Ampola com 3 ml	100
56	Amitripilina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	50.000
58	Amoxicilina + Clavulanato de potássio 50mg/ml + 12,5mg/ml pó p/ suspensão oral. Frasco 75 ml	Frasco	Frasco com 75ml	100
59	Amoxicilina 250mg/5ml suspensão Oral , frasco 150 ml	Frasco	Frasco com 150 ml	1.000
61	Amoxicilina 500mg + Clavulanato de Potássio 125mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.000
62	Amoxicilina 500mg, blister com 21 capsulas	Cápsula	Blister com 21 caps	20.000
71	Anlodipino (besilato) 10 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	200
72	Anlodipino (besilato) 5mg	Comprimido		30.000
73	Atenolol 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.000
75	Atenolol 50 mg	Comprimido	Blister com 15 cp	100.000
78	Atropina (sulfato) 0,25mg/ml solução injetável, ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	50
81	Azatioprina 50mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
82	Azitromicina 40mg/ml suspensão Oral + Diluente, frasco 600 mg	Frasco	Frasco com 600 mg	500
85	Azitromicina 500mg, blister com 3 cp	Comprimido	Blister com 3 cp	5.000
91	Benzilpenicilina Benzatina 1200.000U.i pó frasco + diluente	Frasco	Frasco Ampola	300
102	Biperideno 2mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
123	Captopril 25 mg	Comprimido		200.000
125	Carbamazepina 2% suspensão Oral frasco com 100 ml	Frascos	Frasco com 100 ml	100
126	Carbamazepina 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
127	Carbamazepina 400mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
128	Carbonato de Cálcio 1250 mg (equivalente a 500mg de Ca++ + Colecalciferol 400UI frasco 60 cp	Comprimido	Frasco com 60 cp	40.000
131	Carbonato de lítio 300mg	Comprimido		15.000
135	Carvedilol 12,5mg	Comprimido	Blister com 15 cp	10.000
136	Carvedilol 25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	500
137	Carvedilol 3,125mg	Comprimido	Blister com 15 cp	1.000
138	Carvedilol 6,25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	10.000



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

NORDESTE/SC

140	Cefalexina 250mg/5ml pó p/suspensão oral frasco 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	1.000
141	Cefalexina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
149	Ceftriaxona 1g pó para suspensão IM	Frasco Ampola		100
152	Cetoconazol 20mg/g creme bisnaga 30 g	Bisnaga	Bisnaga com 30g	300
155	Cetoprofeno 100mg/ml EV Pó liofilo injetável	FrascoAmpola		100
156	Cetoprofeno 100mg/ml IM ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	100
168	Cilostazol 100mg	Comprimido	Blister com 20 cp	10.000
175	Ciprofloxacino (cloridrato) 500mg	Comprimido	Blister com 15 cp	10.000
183	Claritromicina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.000
189	Clomipramina (cloridrato) 10mg	Comprimido	Blister com 20 cp	1.000
190	Clomipramina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 20 cp	10.000
192	Clonazepam 2mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
194	Clonazepam 2,5mg/ml Solução Oral frasco 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	500
197	Clopidogrel 75mg	Comprimido		15.000
207	Cloreto de Sódio 0,9% Solução Nasal gotas frasco 30 ml	Frascos	Frasco com 30 ml	500
212	Clorpromazina 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
213	Clorpromazina 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.000
214	Clorpromazina 40mg/ml solução Oral	Frascos	Frasco com 20 ml	50
215	Clorpromazina 5mg solução Injetável ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	50
218	Codeína (fosfato) 30mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
225	Complexo B injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	200
226	Complexo B Polivitaminico	Comprimido	Blister com 20 cp	20.000
227	Complexo B Polivitaminico frasco 30 ml	Frasco	Frasco com 30 ml	100
242	Dexametasona 0,1% creme 10 g	Bisnaga	Bisnaga com 10 g	1.500
245	Dexametasona (fosfato dissódico) 4 mg/ml ampola 2,5 ml	Ampola	Ampola com 2,5ml	100
250	Dexclorfeniramina (maleato) 0,4 mg/ml, solução oral frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml	2.000
251	Dexclorfeniramina (maleato) 2mg	Comprimido	Blister com 20 cp	15.000
257	Diazepam 10mg/2ml injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	50
258	Diazepam 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
264	Diclofenaco Sódico 25mg/ml ampola 3 ml	Ampola	Ampola com 3ml	1.000
270	Digoxina 0,25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
271	Diltiazem 60mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
273	Dimenidrato + Piridoxina + Glicose + Frutose, 3mg+5mg+100mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	50
276	Diosmina 450mg + Hesperidina 50mg	Comprimido		30.000
278	Dipirona sódica 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
279	Dipirona sódica 500mg/ml gotas frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	1.000
280	Dipirona Sódica 500mg/ml injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	200
283	Dipropionato de Beclometasona- aerossol 50ui/dose - Uso Nasal frasco 200 doses	Tubo	Frasco com 200 doses	30
294	Doxazosina (mesilato) 2mg	Comprimido		30.000
300	Enalapril (maleato) 10mg	Comprimido		150.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

301	Enalapril (maleato) 20mg	Comprimido		120.000
303	Epinefrina (cloridrato) 1 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	50
306	Eritromicina (estolato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	500
311	Escopolamina (butilbrometo) 20mg + Dipirona sódica 2,5mg ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	150
312	Escopolamina (butilbrometo) 10mg	Comprimido	Blister com 20 cp	15.000
315	Escopolamina (butilbrometo) 20 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	100
320	Espiramicina 1,5 MUI	Comprimido	Blister com 16 cp	2.000
322	Espironolactona 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
341	Fenitoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
342	Fenitoína Sódica 50 mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	50
343	Fenobarbital 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
345	Fenobarbital 4% gotas solução oral 20 ml	Frasco	Frasco com 20ml	50
346	Fenofibrato 200mg	Comprimido		50.000
348	Fenoterol (bromidrato) 5 mg/ml 20 ml para nebulização	Frasco	Frasco com 20 ml	200
351	Fentanila (sal citrato) 0,05mg/ml solução injetável ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	50
355	Fibrinolisa 1U/g + desoxirribonuclease 666U/g + cloranfenicol 10mg/g pomada 30g	Bisnaga	Bisnaga com 30 g	50
358	Fitomenadiona 10mg ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	50
359	Fluconazol 150mg blister 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	1.500
369	Fluoxetina (cloridrato) 20mg	capsulas		50.000
376	Furosemida 10mg/ml solução injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	100
377	Furosemida 40mg	Comprimido	Blister com 20 cp	70.000
386	Gentamicina (sulfato) 5mg/ml, solução oftálmica 5 ml	Frasco	Frasco com 5 ml	500
389	Glibenclamida 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	50.000
390	Glicazida 30mg (Comprimido de Liberação Controlada)	Comprimido		70.000
393	Glicosamina (sulfato) 400 g + Condroitina (sulfato) 500g	Capsulas		15.000
395	Glicose 25% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	100
396	Glicose 50% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	100
400	Haloperidol 1mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.000
401	Haloperidol 2mg/ml Gotas 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	50
402	Haloperidol 5 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	50
403	Haloperidol 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
404	Haloperidol Decanoato 50 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	100
407	Heparina Sódica 5.000 UI/0,25ml injetável ampola 0,25 ml	Ampola	Ampola com 0,25 ml	50
411	Hidroclorotiazida 25mg	Comprimido		200.000
413	Hidrocortisona (succinato) pó liofilizado 100 mg p/ solução injetável	Ampola	Frasco Ampola	100
414	Hidrocortisona (succinato) pó liofilizado 500 mg p/ solução injetável	Ampola	Frasco Ampola	100
415	Hidrocortisona 1% creme 30 g	Bisnaga	Bisnaga com 30 g	500

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

422	Hidroxido de aluminio 200mg/5ml frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml	500
426	Hipromelose 0,3% solução oftálmica 15 ml	Frasco	Frasco com 15 ml	50
429	Ibuprofeno 50 mg/ml solução oral gotas 30 ml	Frasco	Frasco com 30 ml	2.500
430	Ibuprofeno 600mg	Comprimido	Blister com 10 cp	50.000
434	Imipramina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
444	lpratrópio (brometo) 0,25mg/ml solução Inalante 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	200
450	Isossorbida (dinitrato) 10mg	Comprimido	Blister com 15 cp	10.000
451	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	200
452	Isossorbida (monitrato) 40mg	Comprimido	Blister com 15 cp	200
453	Isossorbida (monitrato) 10mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	50
455	Ivermectina 6mg blister 4 cp	Comprimido	Blister com 4 cp	500
463	Levodopa 250mg + carbidopa 50mg	Comprimido	Blister com 50 cp	500
464	Levodopa associado a Benserazida 100mg + 25mg (BD)	Comprimidos birranhurados	Frasco com 30 cp	20.000
468	Levomepromazina (maleato) 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
469	Levomepromazina (maleato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.000
471	Levonorgestrel + etinilestradiol (6 drgs. 0,05 levonorgestrel + 0,03 mg etinilestradiol) (5 drgs. 0,07 mg levonorgestrel + 0,04mg etinilestradiol) (10drgs.0,125mg levonorgestrel + 0,03mg etinilestradiol) blister 21 drageas	drágeas	Blister com 21 drágeas	15.000
472	Levonorgestrel 0,15mg + etinilestradiol 0,03mg blister 21 drageas	Drágeas	Blister c/ 21 drg	30.000
473	Levonorgestrel 0,75mg blister 2 cp	Comprimido	Blister com 2 cp	500
474	Levotiroxina sodica 100mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	40.000
475	Levotiroxina sodica 25mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	50.000
476	Levotiroxina sodica 50mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	70.000
493	Losartana Potássica 50mg	Comprimido	Blister com 15 cp	120.000
496	Manitol 20% sistema fechado solução injetável 250 ml	Frasco	Frasco com 250ml	100
501	Medroxiprogesterona (acetato) 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	500
513	Metformina (cloridrato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	80.000
514	Metformina (cloridrato) 850mg	Comprimido	Blister com 10 cp	120.000
515	Metildopa 250 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	50.000
518	Metilfenidato (cloridrato) 10mg	Comprimido	Blister com 20 cp	5.000
522	Metoclopramida (cloridrato) 5mg/ml solução injetável 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	250
523	Metoclopramida 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
524	Metoclopramida 4mg/ml gotas solução oral 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	250
533	Metronidazol 100mg/g com no mínimo 10 aplicadores creme vaginal 50g	Bisnaga	Bisnaga com 50 g	250
534	Metronidazol 250mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
543	Miconazol (nitrato) 20 mg/gr creme vaginal 80g, com no minimo 10 aplicadores	Bisnaga	Bisnaga com 80 g	300
544	Midazolam 15 mg injetável 3 ml	Ampola	Ampola com 3 ml	50
550	Morfina (sulfato) 10mg/ml solução oral 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	50



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

NORDESTE/SC

551	Morfina (sulfato) 1mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	50
552	Morfina (sulfato) 30 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	500
561	Neomicina (sulfato) 5mg/g + Bacitracina 250ui pomada dermatologica 10 g	Bisnaga	Bisnaga com 10g	1.000
565	Nifedipina 20mg (retard)	Comprimido	Blister com 10 cp	50.000
566	Nimesulide 100mg	Comprimido	Blister com 12 cp	150.000
571	Nistatina 100.000ui/ml Suspensão Oral 50ml	Frasco	Frasco com 50 ml	150
580	Noretisterona (enatato) 50mg + Estradiol (valerato) 5 mg/ml Ampola 1 ml c/ seringa	Ampola	Ampola com 1 ml	300
582	Noretisterona 0,35mg blister 35 cp	Comprimido	Blister com 35 cp	5.000
583	Norfloxacin 400mg blister 7 cp	Comprimido	Blister com 7 cp	5.000
593	Omeprazol 20mg	Cápsula	Blister com 14 caps	200.000
599	Ondansetrona 8mg/ml ampola 4 ml	Ampola	Ampola com 4 ml	50
605	Oxcarbazepina 60mg/ml suspensao oral 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml	50
606	Oxibutinina 1mg/ml frasco 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml	50
609	Oxido zinco + vitamina A + D pomada 45 gr	Bisnaga	Bisnaga com 45 g	500
618	Paracetamol 200mg/ml gotas solucao oral 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	2.500
620	Paracetamol 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	100.000
629	Permetrina 50mg/ml loção 60 ml	Frascos	Frasco com 60 ml	500
644	Prednisolona (fosfato sodico) 3mg/ml suspensão 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	500
645	Prednisona 20mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
646	Prednisona 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
652	Prometazina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
653	Prometazina (cloridrato) 25mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	100
661	Propranolol (cloridrato) 40mg	Comprimido	Blister com 10 cp	50.000
666	Ranitidina (cloridrato) 25 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	100
668	Ranitidina (cloridrato) 150mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
676	Risperidona 1mg	Comprimido	Blister com 10 cp	12.000
685	Sais p/ reidratação oral com 27,9g (cloreto de sodio 3,5g + cloreto de potassio 1,5g + citrato de sodio 2,9g + glicose 20g)	Envelope	Envelope com 27,9g	1.000
688	Salbutamol 2mg/5ml Xarope 100 ml	Frascos	Frasco com 100 ml	100
689	Salmeterol (xinafoato) 50 mcg + fluticasona (propionato) 250 mcg frasco com 60 doses	Frascos	Frasco com 60 doses	100
692	Sertralina (cloridrato) 50 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
696	Simeticona 75mg/ml frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	800
697	Sinvastatina 10mg	Comprimido		500
698	Sinvastatina 20mg	Comprimido		200.000
699	Sinvastatina 40mg	Comprimido		500
722	Sulfametoxazol 200mg/5ml + trimetoprima 40mg/5ml suspensao oral 50 ml	Frasco	Frasco com 50ml	250
723	Sulfametoxazol 400mg + Trimetoprima 80mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
728	Sulfato Ferroso 25mg/ml solução Oral 30 ml	Frascos	Frasco com 30 ml	150
729	Sulfato ferroso 40mg Fe++	Comprimido	Blister com 20 cp	20.000
739	Tenoxicam 20mg pó líófilo	Ampola	Frasco Ampola	50

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

742	Terbutalina (sulfato) 0,5 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	50
744	Tetracaina (cloridrato) associado com Fenilefrina (cloridrato) + Acido Bórico solução oftálmica 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	20
755	Ticlodipina (cloridrato) 250 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.000
759	Timolol (maleato) 0,5%, solução oftálmica 5ml	Frasco	Frasco com 5ml	50
763	Tioridazida (cloridrato) 100 mg	Comprimido	Blister com 20 cp	2.000
774	Tramadol 50mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	50
787	Varfarina Sódica 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
793	Verapamil (cloridrato) 80mg	Comprimido	Blister com 10 cp	40.000
TOTAL				3.655.050

3.1.13 Órgão Participante: **MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.269/0001-06, com sede na Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, CEP 89.240-000, na cidade de São Bento do Sul, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Luiz Roberto de Oliveira:

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA	QUANTIDADE PREVISTA
11	Aciclovir 50mg creme , bisnaga com 10g	Bisnaga	Bisnaga com 10g	200
12	Acido acetil salicílico 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	209.500
16	Ácido Fólico 5mg	Comprimido	Blister com 20 cp	20.700
19	Ácido fólico 5mg	comprimido		600
24	Ácido valpróico 500mg, frasco com 50 capsulas	Capsulas	Frasco com 50 caps	17.500
35	Albendazol 40mg/ ml suspensão oral , frasco com 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	650
56	Amitripilina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	25.000
60	Amoxicilina 250mg/5ml suspensão Oral , frasco 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	1200
62	Amoxicilina 500mg, blister com 21 capsulas	Cápsula	Blister com 21 caps	21.000
71	Anlodipino (besilato) 10 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	44.000
75	Atenolol 50 mg	Comprimido	Blister com 15 cp	94.500
76	Atorvastatina 20mg	comprimido	caixa com 30 cp	600
78	Atropina (sulfato) 0,25mg/ml solução injetável, ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	50
79	Atropina (sulfato) 0,50mg/ml, ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	50
90	Benzilpenicilina 600.000ui + Diluente	Ampola	Frasco Ampola	600
92	Benzilpenicilina G procaína + potássica 300.000UI + 100.000UI + diluente	Frasco	Frasco Ampola	600
102	Biperideno 2mg	Comprimido	Blister com 10 cp	13.000
123	Captopril 25 mg	Comprimido		50.000
124	Captopril 50mg	Comprimido		88.000
126	Carbamazepina 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	60.000
131	Carbonato de lítio 300mg	Comprimido		30.000
141	Cefalexina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	38.500
152	Cetoconazol 20mg/g creme bisnaga 30 g	Bisnaga	Bisnaga com 30g	400
164	Ciclopentolato 1% solução oftalmologica frasco 5 ml	Frascos	Frasco 5 ml	24



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

172	Cinarizina 75mg	Comprimido	Blister com 10 cp	6.500
192	Clonazepam 2mg	Comprimido	Blister com 10 cp	26.000
197	Clopidogrel 75mg	Comprimido		2.000
212	Clorpromazina 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
213	Clorpromazina 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	12.000
215	Clorpromazina 5mg solução Injetavel ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	100
220	Colagenase 0,6 UI + Cloranfenicol 0,01 g Pomada 30 g	Bisnagas	Bisnaga com 30g	200
226	Complexo B Polivitaminico	Comprimido	Blister com 20 cp	16.000
240	Desonida 0,5mg/g (tubo 30g) creme	Tubo		40
242	Dexametasona 0,1% creme 10 g	Bisnaga	Bisnaga com 10 g	300
245	Dexametasona (fosfato dissódico) 4 mg/ml ampola 2,5 ml	Ampola	Ampola com 2,5ml	1.400
256	Diazepan 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	4.550
257	Diazepan 10mg/2ml injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	300
262	Diclofenaco sódico 50mg	Comprimido	Blister com 20 cp	22.000
264	Diclofenaco Sódico 25mg/ml ampola 3 ml	Ampola	Ampola com 3ml	600
276	Diosmina 450mg + Hesperidina 50mg	Comprimido		110000
278	Dipirona sódica 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	7.000
280	Dipirona Sódica 500mg/ml injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	1.000
300	Enalapril (maleato) 10mg	Comprimido		120.000
311	Escopolamina (butilbrometo) 20mg + Dipirona sódica 2,5mg ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	1.500
312	Escopolamina (butilbrometo) 10mg	Comprimido	Blister com 20 cp	3.000
313	Escopolamina (butilbrometo) 10mg + Dipirona Sódica 250mg	Comprimido		24.000
316	Escopolamina (butilbrometo) 20 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	400
322	Espironolactona 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	21.000
341	Fenitoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	11.000
342	Fenitoína Sódica 50 mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	50
343	Fenobarbital 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	14.000
345	Fenobarbital 4% gotas solução oral 20 ml	Frasco	Frasco com 20ml	50
359	Fluconazol 150mg blister 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	2.500
366	Fluoresceína 10 mg/ml solução oftálmica frasco 3 ml	Frascos	Frasco com 3 ml	10
369	Fluoxetina (cloridrato) 20mg	capsulas		40.000
377	Furosemida 40mg	Comprimido	Blister com 20 cp	40.000
387	Gentamicina (sulfato) 80mg/2ml (ampola 2 ml)	Ampola	Ampola com 2 ml	300
389	Glibenclamida 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	120.000
403	Haloperidol 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	12.000
404	Haloperidol Decanoato 50 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	600
411	Hidroclorotiazida 25mg	Comprimido		230.000
412	Hidroclorotiazida 50mg	Comprimido		60.000
428	Ibuprofeno 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	35.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

434	Imipramina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
444	Ipratrópio (brometo) 0,25mg/ml solução Inalante 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	50
450	Isossorbida (dinitrato) 10mg	Comprimido	Blister com 15 cp	30.000
451	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	6.000
462	Levodopa 250mg + carbidopa 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.000
467	Levofloxacino 500mg	comprimido		1000
469	Levomepromazina (maleato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.000
	Levomepromazina (maleato) 40mg/ml 20ml gotas	Frasco	Frasco com 20 ml	50
474	Levotiroxina sodica 100mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	12.000
475	Levotiroxina sodica 25mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	12.000
476	Levotiroxina sodica 50mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	12.000
478	Lidocaina 100mg/5g gel 2% bisnaga 30 g	Bisnaga	bisnaga com 30gr	200
	Medroxiprogesterona (acetato)150 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	600
503	Metformina (cloridrato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	120.000
514	Metformina (cloridrato) 850mg	Comprimido	Blister com 10 cp	180.000
515	Metildopa 250 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
516	Metildopa 500 mg	Comprimido		6.000
518	Metilfenidato (cloridrato) 10mg	Comprimido	Blister com 20 cp	3.800
	Metoclopramida (cloridrato) 5mg/ml solução injetável 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	350
522	Metronidazol 250mg	Comprimido	Blister com 10 cp	4.000
	Miconazol (nitrato) 20 mg/gr creme vaginal 80g, com no mínimo 10 aplicadores	Bisnaga	Bisnaga com 80 g	600
543	Midazolam 15 mg injetável 3 ml	Ampola	Ampola com 3 ml	100
544	Morfina 10mg/ml ampola1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	100
555	Neomicina (sulfato) 5mg/g + Bacitracina 250ui pomada dermatologica 10 g	Bisnaga	Bisnaga com 10g	1.300
561	Nifedipina 20mg	Comprimido	Blister com 10 cp	40.000
564	Noretisterona (enantato) 50mg + Estradiol (valerato) 5 mg/ml Ampola 1 ml c/ seringa	Ampola	Ampola com 1 ml	1000
580	Norfloxacino 400mg blister 7 cp	Comprimido	Blister com 7 cp	14.000
583	Omeprazol 20mg	Cápsula	Blister com 14 caps	308.000
593	Ondansetrona 8mg/ml ampola 4 ml	Ampola	Ampola com 4 ml	200
599	Oxcarbazepina 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	35.000
603	Paracetamol 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
620	Permetrina 10mg/ml loção 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	420
628	Pirimitamina 25mg	Comprimido	Frasco com 100 cp	1.800
635	Prometazina (cloridrato) 25mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	500
653	Propranolol (cloridrato) 40mg	Comprimido	Blister com 10 cp	45.000
661	Ranitidina (cloridrato) 25 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	200
666	Sertralina (cloridrato) 50 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	60.000
692	Sinvastatina 20mg	Comprimido		130.000
698	Sulfadiazina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.000
718				

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

723	Sulfametoxazol 400mg + Trimetoprima 80mg	Comprimido	Blister com 10 cp	6.000
729	Sulfato ferroso 40mg Fe++	Comprimido	Blister com 20 cp	36.000
742	Terbutalina (sulfato) 0,5 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	100
759	Timolol (maleato) 0,5%, solução oftálmica 5ml	Frasco	Frasco com 5ml	100
793	Verapamil (cloridrato) 80mg	Comprimido	Blister com 10 cp	14.000
TOTAL				2.831.544

3.1.14 Órgão Participante: **MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 95.954.442/0001-83, com sede na Rua José Bonifácio Pires, nº 45, Centro, CEP 88.395-000, na cidade de São João do Itaperiú, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Rolvani Delmonego:

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA	QUANTIDADE PREVISTA
8	Aciclovir 200mg	Comprimido	Blister com 15 cp	2.000
11	Aciclovir 50mg creme , bisnaga com 10g	Bisnaga	Bisnaga com 10g	200
12	Acido acetil salicílico 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	35.000
13	Acido acetil salicílico 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.500
16	Ácido Fólico 5mg	Comprimido	Blister com 20 cp	6.000
23	Ácido Valpróico 250mg/5ml Xarope, frasco com 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	100
24	Ácido valpróico 500mg, frasco com 50 capsulas	Capsulas	Frasco com 50 caps	3.000
29	Água destilada , ampola com 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	2.500
32	Água destilada estéril e apirogênica, ampola com 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	2.500
34	Albendazol 400mg, blister com 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	3.500
35	Albendazol 40mg/ ml suspensão oral , frasco com 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	1.200
38	Alendronato de sódio 70mg	Comprimido	Blister com 4 cp	2.500
40	Alisquireno (hemifumarato) 300 mg	Comprimido		400
41	Alopurinol 100mg	Comprimido	Blister com 15cp	7.000
52	Aminofilina 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.500
53	Aminofilina 24 mg/ml, ampola com 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	100
54	Amiodarona (cloridrato) 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.500
55	Amiodarona (cloridrato) 50mg/ml injetável , ampola com 3 ml	Ampola	Ampola com 3 ml	50
56	Amitripilina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	25.000
60	Amoxicilina 250mg/5ml suspensão Oral , frasco 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	1.000
61	Amoxicilina 500mg + Clavulanato de Potássio 125mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.500
62	Amoxicilina 500mg, blister com 21 capsulas	Cápsula	Blister com 21 caps	10.000
71	Anlodipino (besilato) 10 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	8.000
72	Anlodipino (besilato) 5mg	Comprimido		10.000
73	Atenolol 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	4.000
74	Atenolol 25mg	Comprimido		800

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

75	Atenolol 50 mg	Comprimido	Blister com 15 cp	10.000
79	Atropina (sulfato) 0,50mg/ml, ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	50
81	Azatioprina 50mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
90	Benzilpenicilina 600.000ui + Diluente	Ampola	Frasco Ampola	400
91	Benzilpenicilina Benzatina 1200.000U.i pó frasco + diluente	Frasco	Frasco Ampola	1.000
92	Benzilpenicilina G procaína + potássica 300.000UI + 100.000UI + diluente	Frasco	Frasco Ampola	200
101	Biperideno (lactato) 5mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	20
102	Biperideno 2mg	Comprimido	Blister com 10 cp	4.000
106	Bromazepam 3 mg	Comprimido		1.000
108	Bromazepam 6 mg	Comprimido		1.500
123	Captopril 25 mg	Comprimido		800
124	Captopril 50mg	Comprimido		25.000
126	Carbamazepina 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
131	Carbonato de lítio 300mg	Comprimido		7.000
135	Carvedilol 12,5mg	Comprimido	Blister com 15 cp	8.000
137	Carvedilol 3,125mg	Comprimido	Blister com 15 cp	10.000
138	Carvedilol 6,25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	10.000
139	Castanha da índia composta (Aesculus hippocastanum 10 mg + Polygonum acre 10 mg + Smilax papyracea 40 mg + Rutina 20 mg)	Comprimido		10.000
140	Cefalexina 250mg/5ml pó p/suspensão oral frasco 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	500
141	Cefalexina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
152	Cetoconazol 20mg/g creme bisnaga 30 g	Bisnaga	Bisnaga com 30g	200
154	Cetoconazol 200 mg	Comprimido		1.500
157	Cetoprofeno 50mg/ml IM ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	900
168	Cilostazol 100mg	Comprimido	Blister com 20 cp	3.000
172	Cinarizina 75mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
173	Cipofibrato 100 mg	Comprimido		2.500
175	Ciprofloxacino (cloridrato) 500mg	Comprimido	Blister com 15 cp	7.000
180	Citalopram 20mg	Comprimido		4.000
192	Clonazepam 2mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
194	Clonazepam 2,5mg/ml Solução Oral frasco 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	30
197	Clopidogrel 75mg	Comprimido		4.000
201	Cloranfenicol 5mg + Acetato de Retinol 10.000UI + Aminoácidos 25mg + Metionina 5mg Pomada oftálmica 3,5 g	Bisnaga	Bisnaga 3,5 g	15
202	Cloranfenicol colírio frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	100
204	Cloreto de Potássio 19,1% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	50
212	Clorpromazina 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.500
213	Clorpromazina 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	800
215	Clorpromazina 5mg solução Injetável ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	150
220	Colagenase 0,6 UI + Cloranfenicol 0,01 g Pomada 30 g	Bisnagas	Bisnaga com 30g	100



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

NORDESTE/SC

225	Complexo B injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	500
242	Dexametasona 0,1% creme 10 g	Bisnaga	Bisnaga com 10 g	1.500
244	Dexametasona (fosfato dissódico) 2mg/ml injetável ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	200
245	Dexametasona (fosfato dissódico) 4 mg/ml ampola 2,5 ml	Ampola	Ampola com 2,5ml	200
250	Dexclorfeniramina (maleato) 0,4 mg/ml, solução oral frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml	600
251	Dexclorfeniramina (maleato) 2mg	Comprimido	Blister com 20 cp	4.000
256	Diazepam 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	8.000
258	Diazepam 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	8.000
260	Diclofenaco Potássico 50mg	Comprimido	Blister com 20 cp	35.000
261	Diclofenaco resinato 15mg/ml gotas frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10ml	400
262	Diclofenaco sódico 50mg	Comprimido	Blister com 20 cp	30.000
270	Digoxina 0,25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.500
271	Diltiazem 60mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.500
274	Dimenidrinato 50mg + Piridoxina (cloridrato) 10mg	Comprimido		3.000
275	Dimenidrinato 50mg + Piridoxina (cloridrato) 50mg ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	800
276	Diosmina 450mg + Hesperidina 50mg	Comprimido		3.000
278	Dipirona sódica 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	25.000
279	Dipirona sódica 500mg/ml gotas frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	1.000
280	Dipirona Sódica 500mg/ml injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	2.500
300	Enalapril (maleato) 10mg	Comprimido		800
301	Enalapril (maleato) 20mg	Comprimido		25.000
302	Enalapril (maleato) 5mg	Comprimido		10.000
303	Epinefrina (cloridrato) 1 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	100
311	Escopolamina (butilbrometo) 20mg + Dipirona sódica 2,5mg ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	1.500
312	Escopolamina (butilbrometo) 10mg	Comprimido	Blister com 20 cp	200
313	Escopolamina (butilbrometo) 10mg + Dipirona Sódica 250mg	Comprimido		8.000
316	Escopolamina (butilbrometo) 20 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	400
322	Espironolactona 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	8.000
330	Estrogênios conjugados 0,625mg	Drágeas	Blister com 28 cp	700
341	Fenitoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	4.000
343	Fenobarbital 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
348	Fenoterol (bromidrato) 5 mg/ml 20 ml para nebulização	Frasco	Frasco com 20 ml	200
359	Fluconazol 150mg blister 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	5.000
368	Fluoxetina (cloridrato) 20mg	Comprimido/ capsulas	Blister com 10 cp	35.000
370	Fluvoxamina 100 mg	Comprimido		500
376	Furosemida 10mg/ml solução injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	300

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

377	Furosemida 40mg	Comprimido	Blister com 20 cp	20.000
389	Glibenclamida 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	800
396	Glicose 50% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	300
402	Haloperidol 5 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	50
403	Haloperidol 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.000
407	Heparina Sódica 5.000 UI/0,25ml injetável ampola 0,25 ml	Ampola	Ampola com 0,25 ml	50
411	Hidroclorotiazida 25mg	Comprimido		1.000
412	Hidroclorotiazida 50mg	Comprimido		20.000
413	Hidrocortisona (succinato) pó liofilizado 100 mg p/ solução injetável	Ampola	Frasco Ampola	400
414	Hidrocortisona (succinato) pó liofilizado 500 mg p/ solução injetável	Ampola	Frasco Ampola	1.000
415	Hidrocortisona 1% creme 30 g	Bisnaga	Bisnaga com 30 g	200
428	Ibuprofeno 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
429	Ibuprofeno 50 mg/ml solução oral gotas 30 ml	Frasco	Frasco com 30 ml	1.000
430	Ibuprofeno 600mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
434	Imipramina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
444	Ipratrópio (brometo) 0,25mg/ml solução inalante 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	250
449	Isossorbida (monitrato) 20mg	Comprimido	Blister com 15 cp	2.000
450	Isossorbida (dinitrato) 10mg	Comprimido	Blister com 15 cp	3.000
451	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.500
468	Levomepromazina (maleato) 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.500
469	Levomepromazina (maleato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.500
470	Levomepromazina (maleato) 40mg/ml 20ml gotas	Frasco	Frasco com 20 ml	30
472	Levonorgestrel 0,15mg + etinilestradiol 0,03mg blister 21 drageas	Drágeas	Blister c/ 21 drg	3.000
474	Levotiroxina sodica 100mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	10.000
475	Levotiroxina sodica 25mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	10.000
476	Levotiroxina sodica 50mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	15.000
478	Lidocaína 100mg/5g gel 2% bisnaga 30 g	Bisnaga	bisnaga com 30gr	550
480	Lidocaína (s/ vasoconstritor) 2% frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20ml	500
486	Loperamida 2mg blister 4 cp	Comprimido	Blister com 4 cp	400
493	Losartana Potássica 50mg	Comprimido	Blister com 15 cp	800
496	Manitol 20% sistema fechado solução injetável 250 ml	Frasco	Frasco com 250ml	20
500	Mebendazol 20mg/ml suspensão Oral 30 ml	Frascos	Frasco com 30 ml	150
513	Metformina (cloridrato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	800
514	Metformina (cloridrato) 850mg	Comprimido	Blister com 10 cp	800
515	Metildopa 250 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	8.000
516	Metildopa 500 mg	Comprimido		6.000
518	Metilfenidato (cloridrato) 10mg	Comprimido	Blister com 20 cp	1.440
522	Metoclopramida (cloridrato) 5mg/ml solução injetável 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	1.500
523	Metoclopramida 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

524	Metoclopramida 4mg/ml gotas solução oral 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	250
527	Metoprolol (succinato) 50mg (Comprimido De liberação controlada)	Comprimido	Blister com 10 comp.	4.000
534	Metronidazol 250mg	Comprimido	Blister com 10 cp	4.000
542	Miconazol (nitrato) 20 mg/gr creme dermatologico	Bisnaga		400
543	Miconazol (nitrato) 20 mg/gr creme vaginal 80g, com no minimo 10 aplicadores	Bisnaga	Bisnaga com 80 g	400
555	Morfina 10mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	100
561	Neomicina (sulfato) 5mg/g + Bacitracina 250ui pomada dermatologica 10 g	Bisnaga	Bisnaga com 10g	3.000
563	Nifedipina 10mg	Comprimido	Blister com 30 cp	2.500
564	Nifedipina 20mg	Comprimido	Blister com 10 cp	4.000
566	Nimesulide 100mg	Comprimido	Blister com 12 cp	10.000
567	Nimesulide 50mg Solução Oral 15 ml	Frascos	Frasco com 15 ml	400
573	Nitrofurantoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.200
582	Noretisterona 0,35mg blister 35 cp	Comprimido	Blister com 35 cp	2.000
583	Norfloxacin 400mg blister 7 cp	Comprimido	Blister com 7 cp	5.000
585	Nortriptilina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.000
591	Óleo Mineral 100% frasco 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	300
593	Omeprazol 20mg	Cápsula	Blister com 14 caps	65.000
618	Paracetamol 200mg/ml gotas solucao oral 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	2.500
620	Paracetamol 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
621	Paracetamol 750mg	Comprimido		30.000
622	Paroxetina (cloridrato) 20 mg	Comprimido		7.000
628	Permetrina 10mg/ml loção 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	200
631	Petidina 50mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	50
641	Polivitaminico composto de vitaminas e minerais de A a Z retinol (como palmitato) (vit. A) 2664 UI colecalciferol (vit. D) 400 UI 200 acetato de tocoferol (vit. E) 10,00 UI 100 ácido ascórbico (vit. C) 70,00 mg tiamina (como mononitrato) (vit. B1) 3,00 mg riboflavina (vit. B2) 3,40 mg nicotinamida 17,00 mg cloridrato de piridoxina (vit. B6) 4,00 mg ácido fólico 0,60 mg cianocobalamina (vit. B12) 2,20 mcg ferro (como fumarato ferroso) 30,00 mg zinco (como óxido de zinco) 15,00 mg cálcio (como carbonato de cálcio) 125,00 mg	Comprimido	Blister com 14 ou 28 comp	12.000
642	Polivitamínico e poliminerais suspensão Oral 100 ml	Frasco	Frasco com 100 ml	300
645	Prednisona 20mg	Comprimido	Blister com 10 cp	8.000
646	Prednisona 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.500
653	Prometazina (cloridrato) 25mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	400
656	Propatilnitrato 10mg	Comprimido	Blister com 25 cp	3.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

661	Propranolol (cloridrato) 40mg	Comprimido	Blister com 10 cp	800
666	Ranitidina (cloridrato) 25 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	200
668	Ranitidina (cloridrato) 150mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
676	Risperidona 1mg	Comprimido	Blister com 10 cp	4.000
685	Sais p/ reidratação oral com 27,9g (cloreto de sódio 3,5g + cloreto de potássio 1,5g + citrato de sódio 2,9g + glicose 20g)	Envelope	Envelope com 27,9g	1.200
692	Sertralina (cloridrato) 50 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	8.000
696	Simeticona 75mg/ml frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	150
698	Sinvastatina 20mg	Comprimido		40.000
699	Sinvastatina 40mg	Comprimido		18.000
720	Sulfadiazina de Prata 10mg/g Pasta	Bisnagas	Bisnaga com 50 g	350
723	Sulfametoxazol 400mg + Trimetoprima 80mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.500
728	Sulfato Ferroso 25mg/ml solução Oral 30 ml	Frascos	Frasco com 30 ml	500
729	Sulfato ferroso 40mg Fe++	Comprimido	Blister com 20 cp	15.000
730	Sulfato ferroso xarope 150 ml	Frasco	Frasco com 150 ml	500
764	Tioridazida (cloridrato) 50 mg	Comprimido		2.500
767	Tobramicina 3mg colírio 5 ml	Frascos	Frasco com 5ml	60
773	Tramadol (cloridrato) 50mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.000
774	Tramadol 50mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	1.500
775	Trazodona 50mg	Comprimido		2.500
777	Triametazidina 35mg	Comprimido		6.000
787	Varfarina Sódica 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.000
TOTAL				1.029.365

3.1.15 Órgão Participante: **MUNICIPIO DE SCHROEDER**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.491/0001-09, com sede na Rua Mal. Castelo Branco, nº 3.201, Centro, CEP 89.275-000, na cidade de Schroeder, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Osvaldo Jurck:

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA	QUANTIDADE PREVISTA
5	Acetilcisteína 20mg/ml xarope sem açúcar frasco com 100ml	Frasco	Frasco com 100ml	500
8	Aciclovir 200mg	Comprimido	Blister com 15 cp	5.000
11	Aciclovir 50mg creme , bisnaga com 10g	Bisnaga	Bisnaga com 10g	200
12	Ácido acetil salicílico 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	150.000
16	Ácido Fólico 5mg	Comprimido	Blister com 20 cp	12.000
22	Ácido Valpróico 250mg	Comprimido capsulas		10.000
23	Ácido Valpróico 250mg/5ml Xarope, frasco com 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	50
24	Ácido valpróico 500mg, frasco com 50 capsulas	Capsulas	Frasco com 50 caps	15.000
25	Ácidos graxos (Loção oleosa antiescaras contendo ácido caprílico, ácido caprílico, ácido laurico, lecitina de soja, vitamina A vitamina E, ácido caproico e óleo de girassol (ácido linoleico), frasco com 200 ml	Frasco	Frasco com 200ml	500

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

26	Adenosina 3mg/ml solução injetável, ampola com 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	50
34	Albendazol 400mg, blister com 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	5.000
35	Albendazol 40mg/ ml suspensão oral , frasco com 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	1.500
38	Alendronato de sódio 70mg	Comprimido	Blister com 4 cp	15.000
41	Alopurinol 100mg	Comprimido	Blister com 15cp	10.000
42	Alopurinol 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
53	Aminofilina 24 mg/ml, ampola com 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	50
54	Amiodarona (cloridrato) 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
55	Amiodarona (cloridrato) 50mg/ml injetável , ampola com 3 ml	Ampola	Ampola com 3 ml	50
56	Amitripilina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	120.000
58	Amoxicilina + Clavulanato de potássio 50mg/ml + 12,5mg/ml pó p/ suspensão oral. Frasco 75 ml	Frasco	Frasco com 75ml	1.500
59	Amoxicilina 250mg/5ml suspensão Oral , frasco 150 ml	Frasco	Frasco com 150 ml	3.000
61	Amoxicilina 500mg + Clavulanato de Potássio 125mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
62	Amoxicilina 500mg, blister com 21 capsulas	Cápsula	Blister com 21 caps	50.000
72	Anlodipino (besilato) 5mg	Comprimido		60.000
75	Atenolol 50 mg	Comprimido	Blister com 15 cp	60.000
78	Atropina (sulfato) 0,25mg/ml solução injetável, ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	50
82	Azitromicina 40mg/ml suspensão Oral + Diluente, frasco 600 mg	Frasco	Frasco com 600 mg	1.000
85	Azitromicina 500mg, blister com 3 cp	Comprimido	Blister com 3 cp	5.000
91	Benzilpenicilina Benzatina 1200.000U.i pó frasco + diluente	Frasco	Frasco Ampola	500
101	Biperideno (lactato) 5mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	50
102	Biperideno 2mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
111	Budesonida aerossol nasal 32mcg frasco com 120 Doses	Tubo	Tubo com 120 doses	500
118	Bupropiona 150mg	Comprimido		1000
123	Captopril 25 mg	Comprimido		100.000
125	Carbamazepina 2% suspensão Oral frasco com 100 ml	Frascos	Frasco com 100 ml	500
126	Carbamazepina 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	40.000
128	Carbonato de Cálcio 1250 mg (equivalente a 500mg de Ca++ + Colecalciferol 400UI frasco 60 cp	Comprimido	Frasco com 60 cp	200.000
131	Carbonato de lítio 300mg	Comprimido		10.000
135	Carvedilol 12,5mg	Comprimido	Blister com 15 cp	50.000
138	Carvedilol 6,25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	50.000
140	Cefalexina 250mg/5ml pó p/suspensão oral frasco 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	1.000
141	Cefalexina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	40.000
150	Ceftriaxona 500mg pó para suspensão IM	Frasco		1.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

		Ampola		
175	Ciprofloxacino (cloridrato) 500mg	Comprimido	Blister com 15 cp	15.000
180	Citalopram 20mg	Comprimido		55.000
183	Claritromicina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.000
192	Clonazepam 2mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
194	Clonazepam 2,5mg/ml Solução Oral frasco 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	2.000
197	Clopidogrel 75mg	Comprimido		40.000
204	Cloreto de Potássio 19,1% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	50
208	Cloreto de Sódio 0,9% Solução Nasal Spray frasco 50 ml	Frascos	Frasco com 50 ml	500
212	Clorpromazina 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
213	Clorpromazina 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.000
214	Clorpromazina 40mg/ml solução Oral	Frascos	Frasco com 20 ml	150
220	Colagenase 0,6 UI + Cloranfenicol 0,01 g Pomada 30 g	Bisnagas	Bisnaga com 30g	200
225	Complexo B injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	100
242	Dexametasona 0,1% creme 10 g	Bisnaga	Bisnaga com 10 g	2.000
245	Dexametasona (fosfato dissódico) 4 mg/ml ampola 2,5 ml	Ampola	Ampola com 2,5ml	1.000
246	Dexametasona colírio 1mg/ml frasco 5 ml	Frasco	Frasco com 5ml	200
250	Dexclorfeniramina (maleato) 0,4 mg/ml, solução oral frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml	600
251	Dexclorfeniramina (maleato) 2mg	Comprimido	Blister com 20 cp	25.000
257	Diazepam 10mg/2ml injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	50
258	Diazepam 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	40.000
262	Diclofenaco sódico 50mg	Comprimido	Blister com 20 cp	40.000
270	Digoxina 0,25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	12.000
273	Dimenidrato + Piridoxina + Glicose + Frutose, 3mg+5mg+100mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	1.000
278	Dipirona sódica 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	60.000
279	Dipirona sódica 500mg/ml gotas frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	3.000
280	Dipirona Sódica 500mg/ml injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	3.000
282	Dipropionato de Beclometasona – aerossol 250ui/dose frasco 200 doses	Tubo	Frasco 200 doses	200
283	Dipropionato de Beclometasona– aerossol 50ui/dose – Uso Nasal frasco 200 doses	Tubo	Frasco 200 doses	300
294	Doxazosina (mesilato) 2mg	Comprimido		12.000
296	Doxiciclina (cloridrato) 100mg	Comprimido		1.000
301	Enalapril (maleato) 20mg	Comprimido		180.000
302	Enalapril (maleato) 5mg	Comprimido		50.000
303	Epinefrina (cloridrato) 1 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	50
312	Escopolamina (butilbrometo) 10mg	Comprimido	Blister com 20 cp	25.000
316	Escopolamina (butilbrometo) 20 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	500
320	Espiramicina 1,5 MUI	Comprimido	Blister com 16 cp	2.000
322	Espironolactona 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	40.000



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

NORDESTE/SC

330	Estrogênios conjugados 0,625mg	Drágeas	Blister com 28 cp	5.000
341	Fenitoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
343	Fenobarbital 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
345	Fenobarbital 4% gotas solução oral 20 ml	Frasco	Frasco com 20ml	50
348	Fenoterol (bromidrato) 5 mg/ml 20 ml para nebulização	Frasco	Frasco com 20 ml	50
357	Finasterida 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	6.000
359	Fluconazol 150mg blister 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	2.500
368	Fluoxetina (cloridrato) 20mg	Comprimido/ capsulas	Blister com 10 cp	150.000
376	Furosemida 10mg/ml solução injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	150
377	Furosemida 40mg	Comprimido	Blister com 20 cp	40.000
389	Glibenclamida 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
390	Glicazida 30mg (Comprimido de Liberação Controlada)	Comprimido		25.000
393	Glicosamina (sulfato) 400 g + Condroitina (sulfato) 500g	Capsulas		1000
396	Glicose 50% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	150
401	Haloperidol 2mg/ml Gotas 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	50
402	Haloperidol 5 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	50
403	Haloperidol 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
404	Haloperidol Decanoato 50 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	300
407	Heparina Sódica 5.000 UI/0,25ml injetável ampola 0,25 ml	Ampola	Ampola com 0,25 ml	50
411	Hidroclorotiazida 25mg	Comprimido		100.000
413	Hidrocortisona (succinato) pó liofilizado 100 mg p/ solução injetável	Ampola	Frasco Ampola	300
414	Hidrocortisona (succinato) pó liofilizado 500 mg p/ solução injetável	Ampola	Frasco Ampola	150
423	Hidróxido de alumínio 61,5 mg/ml frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml	500
429	Ibuprofeno 50 mg/ml solução oral gotas 30 ml	Frasco	Frasco com 30 ml	2.200
430	Ibuprofeno 600mg	Comprimido	Blister com 10 cp	50.000
434	Imipramina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
435	Imipramina (pamoato) 75mg	Comprimido		5000
444	Ipratrópio (brometo) 0,25mg/ml solução Inalante 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	30
447	Isoflavona 150mg	Comprimido		3000
449	Isossorbida (monitrato) 20mg	Comprimido	Blister com 15 cp	1.500
451	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.000
452	Isossorbida (monitrato) 40mg	Comprimido	Blister com 15 cp	5.000
454	Itraconazol 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.500
455	Ivermectina 6mg blister 4 cp	Comprimido	Blister com 4 cp	150
460	Levodopa 100mg + Benserazida 25mg Comprimido Dispersível	Comprimidos	Frasco com 30 cp	5.000
461	Levodopa 200mg + Benserazida 50mg	Comprimido	Frasco com 30 cp	5.000



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

NORDESTE/SC

462	Levodopa 250mg + carbidopa 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
468	Levomopromazina (maleato) 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
470	Levomopromazina (maleato) 40mg/ml 20ml gotas	Frasco	Frasco com 20 ml	150
472	Levonorgestrel 0,15mg + etinilestradiol 0,03mg blister 21 drageas	Drágeas	Blister c/ 21 drg	20.000
474	Levotiroxina sodica 100mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	50.000
475	Levotiroxina sodica 25mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	50.000
476	Levotiroxina sodica 50mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	60.000
478	Lidocaína 100mg/5g gel 2% bisnaga 30 g	Bisnaga	bisnaga com 30gr	50
480	Lidocaína (s/ vasoconstritor) 2% frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20ml	500
487	Loratadina 10mg	Comprimido	Blister com 12 cp	15.000
488	Loratadina 1mg/ml Xarope 100 ml	Frascos	Frasco com 100 ml	500
493	Losartana Potássica 50mg	Comprimido	Blister com 15 cp	50.000
500	Mebendazol 20mg/ml suspensão Oral 30 ml	Frascos	Frasco com 30 ml	500
503	Medroxiprogesterona (acetato)150 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	300
513	Metformina (cloridrato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
514	Metformina (cloridrato) 850mg	Comprimido	Blister com 10 cp	40.000
515	Metildopa 250 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
522	Metoclopramida (cloridrato) 5mg/ml solução injetável 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	1500
523	Metoclopramida 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
524	Metoclopramida 4mg/ml gotas solução oral 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	500
527	Metoprolol (succinato) 50mg (Comprimido De liberação controlada)	Comprimido	Blister com 10 comp.	20.000
533	Metronidazol 100mg/g com no mínimo 10 aplicadores creme vaginal 50g	Bisnaga	Bisnaga com 50 g	500
534	Metronidazol 250mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
536	Metronidazol 40mg/ml suspensão oral frasco 80 ml	Frasco	Frasco 80 ml	500
543	Miconazol (nitrato) 20 mg/gr creme vaginal 80g, com no mínimo 10 aplicadores	Bisnaga	Bisnaga com 80 g	500
544	Midazolam 15 mg injetável 3 ml	Ampola	Ampola com 3 ml	50
547	Mikania glomerata spreng. xarope e solução oral 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml	200
555	Morfina 10mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	20
561	Neomicina (sulfato) 5mg/g + Bacitracina 250ui pomada dermatologica 10 g	Bisnaga	Bisnaga com 10g	2.500
566	Nimesulide 100mg	Comprimido	Blister com 12 cp	80.000
567	Nimesulide 50mg Solução Oral 15 ml	Frascos	Frasco com 15 ml	1.000
571	Nistatina 100.000ui/ml Suspensão Oral 50ml	Frasco	Frasco com 50 ml	200
573	Nitrofurantoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
581	Noretisterona (enantato) 50mg + Estradiol (valerato) 5 mg/ml Ampola 1 ml s/ seringa	Ampola	Ampola com 1 ml	300
582	Noretisterona 0,35mg blister 35 cp	Comprimido	Blister com 35 cp	10.000



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

NORDESTE/SC

584	Nortriptilina (cloridrato) 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	6.000
585	Nortriptilina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
593	Omeprazol 20mg	Cápsula	Blister com 14 caps	250.000
604	Oxcarbazepina 600mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
605	Oxcarbazepina 60mg/ml suspensao oral 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml	100
618	Paracetamol 200mg/ml gotas solucao oral 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	3.000
620	Paracetamol 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	150.000
628	Permetrina 10mg/ml loção 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	500
631	Petidina 50mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	100
644	Prednisolona (fosfato sodico) 3mg/ml suspensão 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	500
645	Prednisona 20mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
646	Prednisona 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	25.000
647	Pregabalina 75mg	Comprimido		1000
652	Prometazina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	7.000
653	Prometazina (cloridrato) 25mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	300
656	Propatilnitrato 10mg	Comprimido	Blister com 25 cp	20.000
661	Propranolol (cloridrato) 40mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
666	Ranitidina (cloridrato) 25 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	1.000
668	Ranitidina (cloridrato) 150mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
671	Retinol (acetato) 50.000ui + colecalciferol 10.000ui frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	500
685	Sais p/ reidratação oral com 27,9g (cloreto de sodio 3,5g + cloreto de potassio 1,5g + citrato de sodio 2,9g + glicose 20g)	Envelope	Envelope com 27,9g	5.000
686	Salbutamol 100mcg Aerosol com 200 doses	Frascos	Tubo com 200 Doses	500
692	Sertralina (cloridrato) 50 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	60.000
697	Sinvastatina 10mg	Comprimido		15.000
698	Sinvastatina 20mg	Comprimido		200.000
699	Sinvastatina 40mg	Comprimido		50.000
719	Sulfadiazina de prata 0,4%+ nitrato de cerio 1% pomada	Bisnaga	Bisnaga com 50g	500
722	Sulfametoxazol 200mg/5ml + trimetoprima 40mg/5ml suspensao oral 50 ml	Frasco	Frasco com 50ml	300
723	Sulfametoxazol 400mg + Trimetoprima 80mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
728	Sulfato Ferroso 25mg/ml solução Oral 30 ml	Frascos	Frasco com 30 ml	300
729	Sulfato ferroso 40mg Fe++	Comprimido	Blister com 20 cp	40.000
742	Terbutalina (sulfato) 0,5 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	50
753	Tiamina (cloridrato) 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
767	Tobramicina 3mg colirio 5 ml	Frascos	Frasco com 5ml	1000
773	Tramadol (cloridrato) 50mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.500
774	Tramadol 50mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	1.000
787	Varfarina Sódica 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

793	Verapamil (cloridrato) 80mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
TOTAL				3.659.500

3.1.16 Órgão Participante: **HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ**, pessoa jurídica de direito público, de natureza autárquica, integrante da administração indireta do Município de Joinville, CNPJ nº 84.703.248/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 238, Bairro Centro, CEP 89202-000, na cidade de Joinville, SC, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Udo Dohler:

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA	QUANTIDADE PREVISTA
3	Acetazolamida 250mg	Comprimido		1.500
4	Acetilcisteína 10% 300mg/ml IV	Ampola		400
8	Aciclovir 200mg	Comprimido	Blister com 15 cp	1.500
9	Aciclovir 250mg/10ml	F/A		2.500
11	Aciclovir 50mg creme , bisnaga com 10g	Bisnaga	Bisnaga com 10g	50
12	Acido acetil salicílico 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
16	Ácido Fólico 5mg	Comprimido	Blister com 20 cp	5.000
17	Ácido fólico 15 mg	Comprimido		300
18	Ácido fólico 50mg	F/A		4.000
20	Ácido tranexâmico 250mg , ampola com 5 ml	Ampola	Ampola com 5mL	1.500
23	Ácido Valpróico 250mg/5ml Xarope, frasco com 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	200
27	Adenosina 6mg/ml , ampola com 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	100
28	Água destilada ampola plástica 20ml	Ampola	Ampola com 20 ml	45.000
29	Água destilada , ampola com 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	40.000
34	Albendazol 400mg, blister com 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	1.500
36	Albumina humana 20% (50ml)	F/A		600
39	Alfentanila 0,5mg/ml, ampola com 5ml	Ampola	Ampola 5 ml	600
42	Alopurinol 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.000
43	Alprazolam 0,5 mg	Comprimido		1.000
44	Alprostadil 20mcg IV	Ampola		500
45	Alteplase (ativador tissular do plasminogênio) 20mg	F/A		100
46	Alteplase (ativador tissular do plasminogênio) 50mg	F/A		100
49	Ambroxol (cloridrato) 30mg/5ml xarope , frasco com 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml	50
51	Amicacina (sulfato) 500mg/ml solução injetável, ampola com 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	1.500
53	Aminofilina 24 mg/ml, ampola com 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	150
54	Amiodarona (cloridrato) 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.000
55	Amiodarona (cloridrato) 50mg/ml injetável , ampola com 3 ml	Ampola	Ampola com 3 ml	2.000
56	Amitripilina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
61	Amoxicilina 500mg + Clavulanato de Potássio 125mg	Comprimido	Blister com 10 cp	360
62	Amoxicilina 500mg, blister com 21 capsulas	Cápsula	Blister com 21 caps	360
63	Ampicilina 1g + sulbactam 0,5g	F/A		8.500
64	Ampicilina 1g injetável	Frascoampola		2.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

66	Ampicilina 2g + sulbactam 1g	F/A		20.000
68	Anagrelida 0,5mg	Cápsula		10.000
69	Anastrozol 1mg	Comprimido		80.000
70	Anfotericina B 50mg/10ml	F/A		400
71	Anlodipino (besilato) 10 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
72	Anlodipino (besilato) 5mg	Comprimido		30.000
75	Atenolol 50 mg	Comprimido	Blister com 15 cp	10.000
77	Atracúrio (besilato) 10mg/ml, ampola 2,5ml	Ampola		600
79	Atropina (sulfato) 0,50mg/ml, ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	3.500
80	Atropina (sulfato) 1% colírio 3ml	Frasco		100
81	Azatioprina 50mg	Comprimido	Blister com 10 cp	700
84	Azitromicina 500mg EV	F/A		300
85	Azitromicina 500mg, blister com 3 cp	Comprimido	Blister com 3 cp	200
86	Baclofeno 10 mg	Comprimido		1500
88	Basiliximab 20mg/5ml	Frasco		200
89	Benzidamida 1,5mg/ml, frasco 150ml	Frasco	Frasco 150 ml	300
91	Benzilpenicilina Benzatina 1200.000U.i pó frasco + diluente	Frasco	Frasco Ampola	100
93	Benzilpenicilina potássica 5.000.000 UI + Diluente	Frasco	Frasco Ampola	800
95	Benzoato de benzila 25 % , frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100 ml	30
98	Bicalutamida 50mg	Comprimido		7.500
99	Bicarbonato de Sódio 8,4% - ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	600
101	Biperideno (lactato) 5mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	50
102	Biperideno 2mg	Comprimido	Blister com 10 cp	500
104	Bisacodil 5mg	Comprimido		3.600
105	Bleomicina 15u	F/A		250
106	Bromazepam 3 mg	Comprimido		400
109	Bromoprida 4mg/mL gotas frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20mL	200
110	Bromoprida 5mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2mL	7.000
114	Bupivacaína + glicose 0,5% (ampola 4ml)	Ampola		2.000
115	Bupivacaína + isobárica 0,5% (ampola 4ml) com invólucro externo estéril	Ampola		300
116	Bupivacaína 0,5% (20ml) com invólucro externo estéril	F/A		150
117	Bupivacaína + epinefrina 0,5% (20ml) com invólucro externo estéril	F/A		150
121	Calcitriol (vitamina D3) 0,25mcg	Cápsula		1.000
122	Capecitabina 500mg	Comprimido		25.000
123	Captopril 25 mg	Comprimido		50.000
126	Carbamazepina 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.000
129	Carbonato de Cálcio 1250mg (equivalente a 500mg de Ca++)	Comprimido		4.000
131	Carbonato de Lítio 300mg	Comprimido		400
132	Carboplatina 150mg/15ml	F/A		850
138	Carvedilol 6,25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	9.000
140	Cefalexina 250mg/5ml pó p/suspensão oral frasco 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	100
143	Cefazolina sódica 1G	Frasco	Frasco Ampola	15.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

144	Cefepime 1g	F/A		1.000
145	Cefepime 2g	F/A		2.500
146	Cefoxitina sódica 1g	F/A		400
147	Ceftazidima 1g	F/A		2.000
148	Ceftriaxona 1000mg/ml EV	Frasco Ampola		2.500
152	Cetoconazol 20mg/g creme bisnaga 30 g	Bisnaga	Bisnaga com 30g	100
154	Cetoconazol 200 mg	Comprimido		100
155	Cetoprofeno 100mg/ml EV Pó liofilo injetável	FrascoAmpol a		40.000
156	Cetoprofeno 100mg/ml IM ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	1.500
158	Cetoprofeno comprimido 100mg	Comprimido		1.500
159	Cetoprofeno 50mg	Cápsula		2.000
160	Cianocobalamina (vitamina B12/hidroxocobalamina) 5000mcg/2ml	Ampola		250
162	Ciclofosfamida 1000mg	F/A		1.000
163	Ciclofosfamida 50mg	Drágea		400
164	Ciclopentolato 1% solução oftalmológica frasco 5 ml	Frascos	Frasco 5 ml	50
165	Ciclosporina 100mg	Cápsula		600
166	Ciclosporina 25mg	Cápsula		1.500
167	Ciclosporina 50mg	Cápsula		1.500
168	Cilostazol 100mg	Comprimido	Blister com 20 cp	400
169	Cilostazol 50mg	Comprimido		300
172	Cinazina 75mg	Comprimido	Blister com 10 cp	100
175	Ciprofloxacino (cloridrato) 500mg	Comprimido	Blister com 15 cp	1.200
176	Ciprofloxacino 200mg/100ml	F/A		6.500
177	Ciproterona (acetato) 50mg	Comprimido		25.000
178	Cisatracúrio (besilato) 2mg/ml (10ml)	Ampola		700
179	Cisplatina 50mg	F/A		900
181	Citarabina 100mg	F/A		250
182	Citarabina 500mg	F/A		1.500
183	Claritromicina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	200
185	Clindamicina 150mg/ml (4ml)	Ampola		5.000
186	Clobazam 20mg	Comprimido		200
187	Clobetasol (propionato) 0,5mg/g pomada 30 gr	Bisnaga	Bisnaga 30 g	50
192	Clonazepam 2mg	Comprimido	Blister com 10 cp	4.000
193	Clonazepam 0,5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	8.000
195	Clonidina cloridrato 0,1 mg	Comprimido		9.000
196	Clonidina cloridrato 0,15 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	9.000
197	Clopidogrel 75mg	Comprimido		8.000
198	Clorambucila 2mg	Comprimido		3.000
201	Cloranfenicol 5mg + Acetato de Retinol 10.000UI + Aminoácidos 25mg + Metionina 5mg Pomada oftálmica 3,5 g	Bisnaga	Bisnaga 3,5 g	900
204	Cloreto de Potássio 19,1% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	10.000
205	Cloreto de potássio xarope 6% 100ml	Frasco		1.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

206	Cloreto de potássio.. 600mg (8meq de K+)	Drágea		300
210	Cloreto de Sódio 20% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	9.000
212	Clorpromazina 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.500
213	Clorpromazina 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.000
214	Clorpromazina 40mg/ml solução Oral	Frascos	Frasco com 20 ml	50
215	Clorpromazina 5mg solução Injetavel ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	400
217	Clortalidona 50 mg	Comprimido		200
218	Codeína (fosfato) 30mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
219	Colagenase 0,6 1,2 Ui/g (30g)	Tubo		1.500
221	Colchicina 0,5mg	Comprimido	Blister com 20 cp	100
223	Colestiramina 4g	Saches		600
225	Complexo B injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	25.000
226	Complexo B Polivitaminico	Comprimido	Blister com 20 cp	3.000
227	Complexo B Polivitaminico frasco 30 ml	Frasco	Frasco com 30 ml	50
228	Complexo coloidal de Sacarato de Hidróxido de Ferro III 2500 mg* Água bidestilada q.s.p. 5 ml * equivalente a 100 mg de ferro (III) – EV ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	300
230	Complexo protrombínico 500 Ui (20ml)	F/A		24
231	Dacarbazina 200mg	F/A		500
232	Dantrolene 20mg	F/A		24
233	Daunorrubicina 20mg	F/A		300
234	Deltametrina 0,2 mg/ml frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100 ml	50
236	Deslanosídeo 0,4mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	400
238	Desmopressina (acetato) solução nasal 0,1mg/ml (frasco 2,5ml)	Frasco		50
239	Desmopressina. (acetato) 4mcg/ml (ampola 1ml)	Ampola		50
240	Desonida 0,5mg/g (tubo 30g) creme	Tubo		50
241	Destilbenol (dietilestilbestrol) 1ml	Comprimido		4.000
242	Dexametasona 0,1% creme 10 g	Bisnaga	Bisnaga com 10 g	100
243	Dexametasona 4mg	Comprimido	Blister com 10 cp	6.000
244	Dexametasona (fosfato dissódico) 2mg/ml injetavel ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	12.000
245	Dexametasona (fosfato dissódico) 4 mg/ml ampola 2,5 ml	Ampola	Ampola com 2,5ml	15.000
248	Dexametasona. + neomicina + polimixina B suspensão oftálmica 5ml	Frasco		100
250	Dexclorfeniramina (maleato) 0,4 mg/ml, solução oral frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml	150
251	Dexclorfeniramina (maleato) 2mg	Comprimido	Blister com 20 cp	8.000
252	Dexmedetomidina (cloridrato) 118mcg/ml (ampola 2ml)	F/A		300
254	Dextrocetamina 50mg/ml (ampola 2ml)	Ampola		1.000
255	Dextrocetamina 50mg/ml (frasco 10ml)	F/A		500
256	Diazepan 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	8.000
257	Diazepan 10mg/2ml injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	1.500
258	Diazepan 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
262	Diclofenaco sódico 50mg	Comprimido	Blister com 20 cp	200



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

NORDESTE/SC

264	Diclofenaco Sódico 25mg/ml ampola 3 ml	Ampola	Ampola com 3ml	2.500
268	Difenidramina 50mg/ml (ampola 1ml)	Ampola		1.500
270	Digoxina 0,25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.000
271	Diltiazem 60mg	Comprimido	Blister com 10 cp	500
273	Dimenidrato + Piridoxina + Glicose + Frutose, 3mg+5mg+100mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	6.000
279	Dipirona sódica 500mg/ml gotas frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	2.000
280	Dipirona Sódica 500mg/ml injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	100.000
285	Dipropionato de betametasona 5mg + fosfato dissódico de betametasona 2mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	50
288	Dobutamina (cloridrato) 12,5mg/ml ampola 20 ml	Ampola	Ampola com 20 ml	300
289	Docetaxel 20mg	F/A		400
290	Docetaxel 80mg	F/A		300
293	Dopamina (cloridrato) 5 mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10ml	900
294	Doxazosina (mesilato) 2mg	Comprimido		1.200
296	Doxiciclina (cloridrato) 100mg	Comprimido		200
297	Doxorrubicina 50mg	F/A		1.500
298	Droperidol 2,5mg/ml (ampola 1ml)	Ampola		50
300	Enalapril (maleato) 10mg	Comprimido		12.000
301	Enalapril (maleato) 20mg	Comprimido		6.000
303	Epinefrina (cloridrato) 1 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	3.500
304	Epirubicina 50mg	F/A		150
306	Eritromicina (estolato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	200
308	Eritropoetina humana 4000 u/ml	F/A		2.000
309	Ertapenem 1g	F/A		360
313	Escopolamina (butilbrometo) 10mg + Dipirona Sódica 250mg	Comprimido		500
316	Escopolamina (butilbrometo) 20 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	8.000
318	Escopolamina (butilbrometo) 10mg frasco 15 ml	Frasco	Frasco com 15 ml	200
319	Esmolol 250mg/ml (ampola 10ml)	F/A		50
321	Espironolactona 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.000
322	Espironolactona 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
330	Estrogênios conjugados 0,625mg	Drágeas	Blister com 28 cp	280
331	Estrogênios Conjugados 0,625mg Creme Vaginal 26g	Bisnagas	Bisnaga com 26g	20
335	Etomidato 2mg/ml (ampola 10ml)	Ampola		600
336	Etoposido 50mg	Cápsula		500
337	Exemestano 25mg	Drágea		3.000
338	Extrato metanólico de BCG (imuno BCG) 40mcg	F/A		400
340	Fenilefrina (cloridrato) 10% solução oftálmica frasco 5 ml	Frascos	Frasco com 5ml	50



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

341	Fenitoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	12.000
342	Fenitoína Sódica 50 mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	6.000
343	Fenobarbital 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.500
344	Fenobarbital 200 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	300
348	Fenoterol (bromidrato) 5 mg/ml 20 ml para nebulização	Frasco	Frasco com 20 ml	300
350	Fentanila 0,05mg/ml (ampola 10ml)	F/A		40.000
351	Fentanila (sal citrato) 0,05mg/ml solução injetável ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	8.000
352	Fentanila (sal citrato) 0,05mg/ml solução injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	9.000
353	Fexofenadina 60mg	Comprimido		600
354	Fibrinogênio humano	Frasco		20
356	Filgrastima 300mcg/1ml	F/A		2.000
357	Finasterida 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	400
358	Fitomenadiona 10mg ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	700
359	Fluconazol 150mg blister 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	400
360	Fluconazol 2mg/ml (100ml)	F/A		2.000
361	Fludarabina 50mg	F/A		120
362	Flumazenil 0,1mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5mL	100
364	Fluocortolona + cinchocaína + clemizol pomada 10g	Tubo		50
366	Fluoresceína 10 mg/ml solução oftálmica frasco 3 ml	Frascos	Frasco com 3 ml	50
367	Fluorouracila 2500mg/50ml	F/A		1.000
368	Fluoxetina (cloridrato) 20mg	Comprimido/ capsulas	Blister com 10 cp	7.000
373	Fosfato Sódio, Enema, Fosfato Monobásico 16% + Fosfato Dibásico 6% frasco 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml	1.600
376	Furosemida 10mg/ml solução injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	12.000
377	Furosemida 40mg	Comprimido	Blister com 20 cp	10.000
378	Gabapentina 300 mg	Comprimido		4000
380	Ganciclovir 100mg	bolsa		1.200
381	Ganciclovir 250mg	bolsa		1.000
382	Ganciclovir 500mg	bolsa		3.000
385	Gemcitabina 1000mg	F/A		1.000
387	Gentamicina (sulfato) 80mg/2ml (ampola 2 ml)	Ampola	Ampola com 2 ml	2500
389	Glibenclamida 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	500
396	Glicose 50% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	8.000
398	Gluconato de Cálcio 10% 100mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	3.000
399	Goserelina (acetato) 10,8mg	Seringa preenchida		300
400	Haloperidol 1mg	Comprimido	Blister com 10 cp	700
402	Haloperidol 5 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	6.000
403	Haloperidol 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	900

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

406	Heparina sódica 25.000 UI/5ml injetável ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5ml	3.500
407	Heparina Sódica 5.000 UI/0,25ml injetável ampola 0,25 ml	Ampola	Ampola com 0,25 ml	85.000
408	Hidralazina 20 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	700
409	Hidralazina 25mg	Comprimido		6.000
410	Hidralazina 50mg	Comprimido		8.000
411	Hidroclorotiazida 25mg	Comprimido		12.000
413	Hidrocortisona (succinato) pó liofilizado 100 mg p/ solução injetável	Ampola	Frasco Ampola	9.000
414	Hidrocortisona (succinato) pó liofilizado 500 mg p/ solução injetável	Ampola	Frasco Ampola	2.500
418	Hidroxycarbamida 500mg (hidroxiureia)	Cápsula		50.000
420	Hidróxido Alumínio + Hidróxido magnésio + Dimeticona, 130mg + 70mg + 6mg/ml suspensão oral 240 ml	Frascos	Frasco 240 ml	100
426	Hipromelose 0,3% solução oftálmica 15 ml	Frasco	Frasco com 15 ml	50
431	Ifosfamida 1000mg	F/A		1.500
432	Imipenem 500mg + cilastatina 500mg	F/A		8.500
434	Imipramina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	400
437	Imunoglobulina. 5g	F/A		500
438	Insulina humana nph 100 U/ml (10ml)	F/A		500
439	Insulina humana regular 100 U/ml (10ml)	F/A		500
441	Interferon 10 milhões alfa 2b	F/A		1.000
442	Interferon 3 milhões alfa 2b	F/A		3.000
444	Ipratrópio (brometo) 0,25mg/ml solução Inalante 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	700
445	Ipratropio + fenoterol aerosol 15ml	Frasco		600
448	Isoflurano 240ml	Frasco		60
449	Isossorbida (monitrato) 20mg	Comprimido	Blister com 15 cp	1.500
450	Isossorbida (dinitrato) 10mg	Comprimido	Blister com 15 cp	500
451	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	500
453	Isossorbida (monitrato) 10mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	100
455	Ivermectina 6mg blister 4 cp	Comprimido	Blister com 4 cp	400
457	Lactulose 667mg/ml solução Oral 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	2.000
458	Letrozol 2,5mg	Comprimido		7.000
466	Levofloxacina 5mg/ml (100ml)	F/A		1.000
467	Levofloxacino 500mg	comprimido		300
469	Levomepromazina (maleato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	200
470	Levomepromazina (maleato) 40mg/ml 20ml gotas	Frasco	Frasco com 20 ml	50
474	Levotiroxina sodica 100mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	6.000
475	Levotiroxina sodica 25mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	3.000
478	Lidocaina 100mg/5g gel 2% bisnaga 30 g	Bisnaga	bisnaga com 30gr	3.000
480	Lidocaína (s/ vasoconstritor) 2% frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20ml	2.500
481	Lidocaina + epinefrina 2% (20mg/ml) frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20ml	3.500

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

482	Lidocaína 2% + Epinefrina 1:100.000 tubete 1,8 ml	Ampola	tubete 1,8 ml	300
486	Loperamida 2mg blister 4 cp	Comprimido	Blister com 4 cp	300
489	Lorazepam 1mg	Comprimido		4.000
491	Losartan 25mg	Comprimido		2.000
493	Losartana Potássica 50mg	Comprimido	Blister com 15 cp	7.000
495	Lovastatina 20mg	Comprimido		6.000
496	Manitol 20% sistema fechado solução injetável 250 ml	Frasco	Frasco com 250ml	3.000
504	Megestrol 160mg	Comprimido		1.200
505	Melfalano 2mg	Comprimido		2.000
506	Mercaptopurina 50mg	Comprimido		5.000
507	Meropenem Iv 1g	F/A		10.000
508	Mesalazina 400mg	Comprimido		400
509	Mesna 400mg/4ml	Ampola		1.500
510	Metadona 10mg/ml (ampola 1ml)	Ampola		1.200
511	Metadona 5mg	Comprimido		7.000
512	Metaraminol (bitartarato) 10mg/ml (ampola 1ml)	Ampola		1.000
514	Metformina (cloridrato) 850mg	Comprimido	Blister com 10 cp	4.000
515	Metildopa 250 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	4.000
519	Metilprednisolona. (acetato) 40mg/ml (2ml) intramuscular	F/A		120
520	Metilprednisolona.. (succinato) 125mg/2ml	F/A		200
521	Metilprednisolona... (succinato) 500mg/8ml	F/A		1.000
522	Metoclopramida (cloridrato) 5mg/ml solução injetável 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	40.000
523	Metoclopramida 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	800
524	Metoclopramida 4mg/ml gotas solução oral 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	300
526	Metoprolol (succinato) 25mg (Comprimido De liberação controlada)	Comprimido	Blister com 10 comp.	200
527	Metoprolol (succinato) 50mg (Comprimido De liberação controlada)	Comprimido	Blister com 10 comp.	200
528	Metoprolol (tartarato) 1 mg/ml uso hospitar ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5ml	300
530	Metotrexato 2,5 mg	Comprimido		2.000
531	Metotrexato 500mg	F/A		200
532	Metotrexato 50mg	F/A		120
533	Metronidazol 100mg/g com no mínimo 10 aplicadores creme vaginal 50g	Bisnaga	Bisnaga com 50 g	50
534	Metronidazol 250mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.000
536	Metronidazol 40mg/ml suspensão oral frasco 80 ml	Frasco	Frasco 80 ml	50
537	Metronidazol 500mg/100ml EV	F/A		3.000
538	Micafungina sódica 100mg	F/A		400
539	Micofenolato de sódio 180mg	Cápsula		3.000
540	Micofenolato de sódio 360mg	Cápsula		20.000
544	Midazolam 15 mg injetável 3 ml	Ampola	Ampola com 3 ml	12.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

545	Midazolam 1mg/ml injetável 5 ml	Ampola	Ampola com 5ml	3.200
546	Midazolam 5 mg/ml injetável 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	8.000
549	Mitoxantrona 2mg/ml (10ml)	F/A		100
551	Morfina (sulfato) 1mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	10.000
553	Morfina 0,2mg/ml (1ml)	Ampola		1.500
554	Morfina 10 mg	Comprimido		40.000
556	Moxifloxacina 400mg/250ml	Bolsa		250
557	Mupirocina pomada 20mg/g (15g)	Tubo		120
562	Neostigmina 0,5mg/1ml	Ampola		3.500
564	Nifedipina 20mg	Comprimido	Blister com 10 cp	800
568	Nimodipino 30mg	Comprimido		12.000
569	Nistatina 25.000ui/g Creme Vaginal 60 g com no mínimo 10 aplicadores	Bisnagas	Bisnaga com 60 gr	100
570	Nistatina + óxido de zinco	Bisnaga		500
571	Nistatina 100.000ui/ml Suspensão Oral 50ml	Frasco	Frasco com 50 ml	700
573	Nitrofurantoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	100
575	Nitroglicerina 5 mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	250
577	Nitroprussiato de sódio 50mg/ml (ampola 1ml)	Ampola		600
578	Norepinefrina 8mg/4ml (4mg de norepinefrina base)	Ampola		20.000
583	Norfloxacina 400mg blister 7 cp	Comprimido	Blister com 7 cp	300
589	Octreotida 100mcg (0,1mg/ml)	Ampola		360
590	Octreotida 500mcg (0,5mg/ml)	Ampola		100
591	Óleo Mineral 100% frasco 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	2.000
593	Omeprazol 20mg	Cápsula	Blister com 14 caps	50.000
594	Omeprazol 40mg solução injetável	Ampola		12.000
596	Ondansetrona (cloridrato) 2mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	7.000
599	Ondansetrona 8mg/ml ampola 4 ml	Ampola	Ampola com 4 ml	22000
600	Oxacilina 500mg	F/A		45.000
601	Oxaliplatina 100mg	F/A		400
602	Oxaliplatina 50mg	F/A		250
610	Paclitaxel. 300mg/50ml	F/A		700
612	Pamidronato dissódico 90mg/10ml	F/A		1.000
613	Pancreatina 25.000 U	Cápsula		200
614	Pancurônio (brometo) 2mg/ml (2ml)	Ampola		100
616	Papaverina 50mg/ml (ampola 2ml)	Ampola		50
618	Paracetamol 200mg/ml gotas solução oral 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	1.000
620	Paracetamol 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
623	Penicilina cristalina. potássica 1.000.000 U	F/A		300
624	Pentoxifilina 400mg	Comprimido		300
631	Petidina 50mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	300
632	Pilocarpina (cloridrato) 2% solução oftálmica 10 ml	Frascos	Frasco com 10 ml	50
633	Piperacilina + tazobactam 4,5g	F/A		18.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

635	Pirimitamina 25mg	Comprimido	Frasco com 100 cp	1.200
639	Poliestirenosulfonato de cálcio 900mg/g (30g)	Envelope		2.400
640	Polimixina 500.000 Ui	F/A		1.500
645	Prednisona 20mg	Comprimido	Blister com 10 cp	13.000
646	Prednisona 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
652	Prometazina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.000
653	Prometazina (cloridrato) 25mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	600
656	Propatilnitrato 10mg	Comprimido	Blister com 25 cp	900
657	Propiltiouracil 100 mg	Comprimido		100
658	Propofol 10mg/ml (20ml) emulsão injetável	Ampola		5.000
659	Propofol 10mg/ml (50ml) emulsão injetável	F/A		250
661	Propranolol (cloridrato) 40mg	Comprimido	Blister com 10 cp	4.500
663	Protamina 50mg/5ml 1000 Ui/ml (5ml)	Ampola		150
666	Ranitidina (cloridrato) 25 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	45.000
668	Ranitidina (cloridrato) 150mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
669	Remifentanil (cloridrato) 2mg	Ampola		900
672	Retinol (vitamina A) 1ml	Ampola		100
675	Rifampicina 300mg	Cápsula		600
676	Risperidona 1mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
680	Rocurônio (brometo) 50mg/5ml	F/A		6.000
681	Ropivacaína 0,2% (2mg/ml) 20ml	Ampola		80
682	Ropivacaína 1% 10mg/ml (20ml)	Ampola		2.500
686	Salbutamol 100mcg Aerosol com 200 doses	Frascos	Tubo com 200 Doses	200
688	Salbutamol 2mg/5ml Xarope 100 ml	Frascos	Frasco com 100 ml	50
692	Sertralina (cloridrato) 50 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.000
693	Sevoflurano 250ml	Frasco		400
695	Simeticona 40mg	Comprimido		3.000
696	Simeticona 75mg/ml frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	3.000
698	Sinvastatina 20mg	Comprimido		20.000
701	Sirolimus 1mg	Drágea		200
704	Solução salina balanceada 500ml	Frasco		600
715	Sufentanila 50mcg/ml (1ml) IV	Ampola		1.500
716	Sufentanila 5mcg/ml (2ml)	Ampola		250
717	Sugamadex sódico 100mg/ml (2ml)	Ampola		200
718	Sulfadiazina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.500
720	Sulfadiazina de Prata 10mg/g Pasta	Bisnagas	Bisnaga com 50 g	7.000
721	Sulfametoxazol + trimetoprima 400/80mg EV 5ml	Ampola		5.500
722	Sulfametoxazol 200mg/5ml + trimetoprima 40mg/5ml suspensão oral 50 ml	Frasco	Frasco com 50ml	50
723	Sulfametoxazol 400mg + Trimetoprima 80mg	Comprimido	Blister com 10 cp	7.000
724	Sulfato de bário 1g/ml (150ml) suspensão oral	Frasco		100
725	Sulfato de efedrina 50mg/1ml	Ampola		3.500

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

726	Sulfato de Magnésio 10% injetável 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	4.000
729	Sulfato ferroso 40mg Fe++	Comprimido	Blister com 20 cp	400
733	Suxametônio (cloreto) 500 mg/ml mpola 10 ml	Frasco Ampola	Ampola com 10 ml	400
735	Tacrolimus 1mg	Comprimido		25.000
736	Tacrolimus 5mg	Ampola		2.000
737	Tamoxifeno 20mg	Ampola		100.000
738	Teicoplanina 400mg	Ampola		2.000
739	Tenoxicam 20mg pó liófilo	Ampola	Frasco Ampola	25000
741	Teofilina 200 mg	Comprimido		200
742	Terbutalina (sulfato) 0,5 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	2.500
743	Terlipressina (acetato) 1mg/5ml IV	Ampola		200
744	Tetracaina (cloridrato) associado com Fenilefrina (cloridrato) + Acido Bórico solução oftálmica 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	50
753	Tiamina (cloridrato) 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	600
756	Tigeciclina 50mg	Ampola		400
757	Timoglobulina imunoglobulina antilinfócitos (coelho) 25mg/5ml	Ampola		900
759	Timolol (maleato) 0,5%, solução oftálmica 5ml	Frasco	Frasco com 5ml	50
762	Tiopental sódico 1g	Ampola		200
764	Tioridazida (cloridrato) 50 mg	Comprimido		400
766	Tirofibano 0,25mg/ml (50ml)	Ampola		12
767	Tobramicina 3mg colírio 5 ml	Frascos	Frasco com 5ml	50
774	Tramadol 50mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	32.000
776	Tretinoína 10mg (ácido transretinoico)	Ampola		2.500
778	Trometamina (cetorolaco) 30mg/1ml	Ampola		300
779	Tropicamida 1% solução oftálmica 5 ml	Frasco	Frasco com 5ml	50
782	Valganciclovir 450mg	Comprimido		3.000
783	Vancomicina 500mg	Ampola		5.500
784	Varfarina 2,5mg	Ampola		1.200
785	Varfarina Sódica 1mg	Comprimido		6000
787	Varfarina Sódica 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.500
789	Vasopressina 20 U/ml (1ml)	Ampola		200
793	Verapamil (cloridrato) 80mg	Comprimido	Blister com 10 cp	500
795	Vimblastina 10mg	Ampola		200
796	Vincristina 1mg/ml (1ml)	Ampola		400
797	Vinorelbina 50mg	Ampola		200
799	vitAMINA A + D + B2 + C + niacinamida + B6 + Pantenol + vitamina E 5ml	Ampola		600
802	Vitamina B1 + B6 + B12 5.000 U/3ml intramuscular exclusivo	Ampola		400
804	Xilometazolina (oximetazolina) 1% gotas 15ml	Ampola		50
TOTAL				2.121.420

3.2 Total estimado para consumo em todos os Órgãos Participantes:



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA	QUANTIDADE PREVISTA
1	Acetoprofina 5mg/ml, xarope pediátrico, frasco com 120 ml	Frasco	Frasco com 120ml	6.800
2	Acetoprofina xarope adulto 10mg/ml, frasco com 120 ml	Frasco	Frasco com 120ml	2.000
3	Acetazolamida 250mg	Comprimido		1.500
4	Acetilcisteína 10% 300mg/ml IV	Ampola		400
5	Acetilcisteína 20mg/ml xarope sem açúcar frasco com 100ml	Frasco	Frasco com 100ml	900
6	Acetilcisteína 40mg/mL, frasco com 120 ml	Frasco	Frasco com 120mL	500
7	Acetonido fluocinolona 0,275mg + sulfato de neomicina 3,850mg, sulfato de polimixina B + cloridrato de lidocaína 20mg solução otológica, frasco com 5 ml	Frasco	Frasco com 5 ml	575
8	Aciclovir 200mg	Comprimido	Blistre com 15 cp	91.900
9	Aciclovir 250mg/10ml	F/A		2.500
10	Aciclovir 400mg	Comprimido		38.300
11	Aciclovir 50mg creme , bisnaga com 10g	Bisnaga	Bisnaga com 10g	3.350
12	Acido acetil salicílico 100mg	Comprimido	Blistre com 10 cp	7.444.500
13	Acido acetil salicílico 500mg	Comprimido	Blistre com 10 cp	24.000
14	Ácido Ascórbico 100 mg/ml , ampola com 5ml	Ampola	Ampola com 5 ml	350
15	Acido fólico 0,2 mg/ml solução oral , frasco com 30 ml	Frasco	Frasco com 30 ml	150
16	Ácido Fólico 5mg	Comprimido	Blistre com 20 cp	1.097.200
17	Ácido fólico 15 mg	Comprimido		48.800
18	Ácido fólico 50mg	F/A		4.000
19	Ácido fólico 5mg	comprimido		600
20	Ácido tranexâmico 250mg , ampola com 5 ml	Ampola	Ampola com 5mL	1.560
21	Acido ursodesoxicólico 150 mg	Comprimido		400
22	Ácido Valpróico 250mg	Comprimido capsulas		296.000
23	Ácido Valpróico 250mg/5ml Xarope, frasco com 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	10.600
24	Ácido valpróico 500mg, frasco com 50 capsulas	Capsulas	Frasco com 50 caps	1.064.000
25	Ácidos graxos (Loção oleosa antiescaras contendo acido caprilico, acido caprico,acido laurico, lecitina de soja, vitamina A vitamina E, acido caproico e oleo de girassol (acido linoleico), frasco com 200 ml	Frasco	Frasco com 200ml	700
26	Adenosina 3mg/ml solução injetável, ampola com 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	500
27	Adenosina 6mg/ml , ampola com 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	450
28	Água destilada ampola plástica 20ml	Ampola	Ampola com 20 ml	45.000
29	Água destilada , ampola com 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	53.700
30	Água destilada esteril sistema fechado, frasco 250 ml	Frasco	Frasco 250ml	500
31	Água destilada esteril sistema fechado, frasco 500 ml	Frasco	Frasco 500ml	500
32	Água destilada estéril e apirogênica, ampola com 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	20.800
33	Água oxigenada 10 volumes , frasco com 1 litro	Frasco	Frasco 1 L	50
34	Albendazol 400mg, blister com 1 cp	Comprimido	Blistre com 1 cp	79.100
35	Albendazol 40mg/ ml suspensão oral , frasco com 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	58.850
36	Albumina humana 20% (50ml)	F/A		600
37	Alendronato de Sódio 10mg	Comprimido	Blistre com 30 cp	7.100
38	Alendronato de sódio 70mg	Comprimido	Blistre com 4 cp	286.000
39	Alfentanila 0,5mg/ml, ampola com 5ml	Ampola	Ampola 5 ml	600

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

40	Alisquireno (hemifumarato) 300 mg	Comprimido		400
41	Alopurinol 100mg	Comprimido	Blister com 15cp	348.000
42	Alopurinol 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	273.000
43	Alprazolam 0,5 mg	Comprimido		11.000
44	Alprostadil 20mcg IV	Ampola		500
45	Alteplase (ativador tissular do plasminogênio) 20mg	F/A		100
46	Alteplase (ativador tissular do plasminogênio) 50mg	F/A		100
47	Alteplase 50 mg pó liófilo injetável + diluente	F/A		20
48	Ambroxol (cloridrato) 15mg/5ml xarope , frasco com 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml	8.100
49	Ambroxol (cloridrato) 30mg/5ml xarope , frasco com 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml	7.650
50	Amicacina (sulfato) 250mg/ml solução injetável, ampola com 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	600
51	Amicacina (sulfato) 500mg/ml solução injetável, ampola com 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	2.400
52	Aminofilina 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	177.000
53	Aminofilina 24 mg/ml, ampola com 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	3.000
54	Amiodarona (cloridrato) 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	389.000
55	Amiodarona (cloridrato) 50mg/ml injetável , ampola com 3 ml	Ampola	Ampola com 3 ml	4.000
56	Amitripilina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	4.136.000
57	Amitripilina (cloridrato) 75mg	Comprimido		15.000
58	Amoxicilina + Clavulanato de potássio 50mg/ml + 12,5mg/ml pó p/ suspensão oral. Frasco 75 ml	Frasco	Frasco com 75ml	26.350
59	Amoxicilina 250mg/5ml suspensão Oral , frasco 150 ml	Frasco	Frasco com 150 ml	38.200
60	Amoxicilina 250mg/5ml suspensão Oral , frasco 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	20.300
61	Amoxicilina 500mg + Clavulanato de Potássio 125mg	Comprimido	Blister com 10 cp	156.610
62	Amoxicilina 500mg, blister com 21 capsulas	Cápsula	Blister com 21 caps	1.203.360
63	Ampicilina 1g + sulbactam 0,5g	F/A		8.500
64	Ampicilina 1g injetável	Frascoampola		2.600
65	Ampicilina 250mg/5ml , frasco com 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	1.000
66	Ampicilina 2g + sulbactam 1g	F/A		20.000
67	Ampicilina 500 mg	Comprimido		61.000
68	Anagrelida 0,5mg	Cápsula		10.000
69	Anastrozol 1mg	Comprimido		80.000
70	Anfotericina B 50mg/10ml	F/A		400
71	Anlodipino (besilato) 10 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	285.200
72	Anlodipino (besilato) 5mg	Comprimido		2.825.000
73	Atenolol 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	225.000
74	Atenolol 25mg	Comprimido		591.800
75	Atenolol 50 mg	Comprimido	Blister com 15 cp	4.442.000
76	Atorvastatina 20mg	comprimido	caixa com 30 cp	600
77	Atracúrio (besilato) 10mg/ml, ampola 2,5ml	Ampola		600
78	Atropina (sulfato) 0,25mg/ml solução injetável, ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	52.400
79	Atropina (sulfato) 0,50mg/ml, ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	3.750
80	Atropina (sulfato) 1% colírio 3ml	Frasco		100
81	Azatioprina 50mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.700
82	Azitromicina 40mg/ml suspensão Oral + Diluente, frasco 600 mg	Frasco	Frasco com 600 mg	35.725

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

83	Azitromicina 40mg/ml suspensão Oral + Diluente, frasco 900 mg	Frasco	Frasco com 900 mg	500
84	Azitromicina 500mg EV	F/A		300
85	Azitromicina 500mg, blister com 3 cp	Comprimido	Blister com 3 cp	292.200
86	Baclofeno 10 mg	Comprimido		8.500
87	Bamifilina 600mg	Comprimido		400
88	Basiliximab 20mg/5ml	Frasco		200
89	Benzidamida 1,5mg/ml, frasco 150ml	Frasco	Frasco 150 ml	300
90	Benzilpenicilina 600.000ui + Diluente	Ampola	Frasco Ampola	18.750
91	Benzilpenicilina Benzatina 1200.000U.i pó frasco + diluente	Frasco	Frasco Ampola	48.200
92	Benzilpenicilina G procaína + potássica 300.000UI + 100.000UI + diluente	Frasco	Frasco Ampola	6.850
93	Benzilpenicilina potássica 5.000.000 UI + Diluente	Frasco	Frasco Ampola	1.200
94	Benzina , frasco 1 litro	Frasco	Frasco 1L	2
95	Benzoato de benzila 25 % , frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100 ml	1.930
96	Benzoato de benzila 25 % , frasco 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	300
97	Bezafibrato 200mg	Comprimido		750
98	Bicalutamida 50mg	Comprimido		7.500
99	Bicarbonato de Sódio 8,4% - ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	1.690
100	Bimatoprost 0,3mg/ml colírio	Frasco		5
101	Biperideno (lactato) 5mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	420
102	Biperideno 2mg	Comprimido	Blister com 10 cp	858.000
103	Biperideno 4mg (Comprimido de liberação prolongada)	Comprimido		10.000
104	Bisacodil 5mg	Comprimido		3.600
105	Bleomicina 15u	F/A		250
106	Bromazepam 3 mg	Comprimido		1.400
107	Bromazepam 01mg + Sulpirida 25mg	Comprimido		250
108	Bromazepam 6 mg	Comprimido		32.000
109	Bromoprida 4mg/mL gotas frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20mL	800
110	Bromoprida 5mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2mL	7.450
111	Budesonida aerossol nasal 32mcg frasco com 120 Doses	Tubo	Tubo com 120 doses	2.200
112	Budesonida aerossol nasal 50mcg frasco com 120 Doses	Tubo	Tubo com 120 doses	1.825
113	Budesonida aerossol nasal 64mcg frasco com 120 Doses	Tubo	Tubo com 120 doses	1.100
114	Bupivacaína + glicose 0,5% (ampola 4ml)	Ampola		2.000
115	Bupivacaína + isobárica 0,5% (ampola 4ml) com invólucro externo estéril	Ampola		300
116	Bupivacaína 0,5% (20ml) com invólucro externo estéril	F/A		150
117	Bupivacaína + epinefrina 0,5% (20ml) com invólucro externo estéril	F/A		150
118	Bupropiona 150mg	Comprimido		243.500
119	Cabergolina 0,5 mg	Comprimido		300
120	Cabergolina 0,5mg	Comprimido		10
121	Calcitriol (vitamina D3) 0,25mcg	Cápsula		1.000
122	Capecitabina 500mg	Comprimido		25.000
123	Captopril 25 mg	Comprimido		9.727.800
124	Captopril 50mg	Comprimido		280.500
125	Carbamazepina 2% suspensão Oral frasco com 100 ml	Frascos	Frasco com 100 ml	5.110
126	Carbamazepina 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.230.500
127	Carbamazepina 400mg	Comprimido	Blister com 10 cp	56.100

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

128	Carbonato de Cálcio 1250 mg (equivalente a 500mg de Ca++ + Colecalciferol 400UI frasco 60 cp	Comprimido	Frasco com 60 cp	3.395.000
129	Carbonato de Cálcio 1250mg (equivalente a 500mg de Ca++)	Comprimido		74.000
130	Carbonato de Cálcio 1500 mg (equivalente a 600mg de Ca++ + Colecalciferol 400UI)	Comprimido		281.000
131	Carbonato de lítio 300mg	Comprimido		2.089.900
132	Carboplatina 150mg/15ml	F/A		850
133	Carvão ativado	Comprimido		600
134	Carvão vegetal ativado - pó para uso oral - 1 kg	Pacote	Pacote com 1 kilo	1
135	Carvedilol 12,5mg	Comprimido	Blistar com 15 cp	466.400
136	Carvedilol 25mg	Comprimido	Blistar com 15 cp	163.000
137	Carvedilol 3,125mg	Comprimido	Blistar com 15 cp	164.000
138	Carvedilol 6,25mg	Comprimido	Blistar com 15 cp	2.119.400
139	Castanha da índia composta (Aesculus hippocastanum 10 mg + Polygonum acre 10 mg + Smilax papyracea 40 mg + Rutina 20 mg)	Comprimido		188.300
140	Cefalexina 250mg/5ml pó p/suspensão oral frasco 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	30.000
141	Cefalexina 500mg	Comprimido	Blistar com 10 cp	1.528.000
142	Cefalotina sódica 1g + diluente	Frasco ampola	Frasco ampola	200
143	Cefazolina sódica 1G	Frasco	Frasco Ampola	15.600
144	Cefepime 1g	F/A		1.000
145	Cefepime 2g	F/A		2.500
146	Cefoxitina sódica 1g	F/A		400
147	Ceftazidima 1g	F/A		2.000
148	Ceftriaxona 1000mg/ml EV	Frasco Ampola		9.600
149	Ceftriaxona 1g pó para suspensão IM	Frasco Ampola		1.750
150	Ceftriaxona 500mg pó para suspensão IM	Frasco Ampola		2.950
151	Ceftriaxona Dissódica 500mg/ml EV	Frasco Ampola		400
152	Cetoconazol 20mg/g creme bisnaga 30 g	Bisnaga	Bisnaga com 30g	5.200
153	Cetoconazol 2% xampu frasco 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	4.270
154	Cetoconazol 200 mg	Comprimido		85.300
155	Cetoprofeno 100mg/ml EV Pó liofilo injetável	FrascoAmpola		103.400
156	Cetoprofeno 100mg/ml IM ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	4.600
157	Cetoprofeno 50mg/ml IM ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	7.000
158	Cetoprofeno comprimido 100mg	Comprimido		1.500
159	Cetoprofeno 50mg	Cápsula		2.000
160	Cianocobalamina (vitamina B12/hidroxocobalamina) 5000mcg/2ml	Ampola		250
161	Ciclobenzaprina (cloridrato) 10mg	Comprimido		4.000
162	Ciclofosfamida 1000mg	F/A		1.000
163	Ciclofosfamida 50mg	Drágea		400
164	Ciclopentolato 1% solução oftalmológica frasco 5 ml	Frascos	Frasco 5 ml	164
165	Ciclosporina 100mg	Cápsula		600
166	Ciclosporina 25mg	Cápsula		1.500
167	Ciclosporina 50mg	Cápsula		1.500

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

168	Cilostazol 100mg	Comprimido	Blister com 20 cp	381.400
169	Cilostazol 50mg	Comprimido		9.800
170	Cimetidina 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.500
171	Cimetidina 300mg ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2mL	800
172	Cinarizina 75mg	Comprimido	Blister com 10 cp	251.600
173	Cipofribrato 100 mg	Comprimido		35.500
174	Ciprofloxacino (Cloridrato) 2mg/ml bolsa com 100 ml	Bolsa	Bolsa com 100mL	80
175	Ciprofloxacino (cloridrato) 500mg	Comprimido	Blister com 15 cp	348.200
176	Ciprofloxacino 200mg/100ml	F/A		6.500
177	Ciproterona (acetato) 50mg	Comprimido		25.500
178	Cisatracúrio (besilato) 2mg/ml (10ml)	Ampola		700
179	Cisplatina 50mg	F/A		900
180	Citalopram 20mg	Comprimido		109.000
181	Citarabina 100mg	F/A		250
182	Citarabina 500mg	F/A		1.500
183	Claritromicina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	87.700
184	Clindamicina (cloridrato) 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	42.500
185	Clindamicina 150mg/ml (4ml)	Ampola		5.000
186	Clobazam 20mg	Comprimido		1.300
187	Clobetasol (propionato) 0,5mg/g pomada 30 gr	Bisnaga	Bisnaga 30 g	50
188	Clobetasol (Propionato) 0,5mg/g creme 30 gr	Bisnaga	Bisnaga com 30g	200
189	Clomipramina (cloridrato) 10mg	Comprimido	Blister com 20 cp	11.000
190	Clomipramina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 20 cp	122.000
191	Clomipramina (cloridrato) 75mg, Comprimido de liberação lenta	Comprimido		53.000
192	Clonazepam 2mg	Comprimido	Blister com 10 cp	530.360
193	Clonazepam 0,5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	125.000
194	Clonazepam 2,5mg/ml Solução Oral frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20 ml	6.910
195	Clonidina cloridrato 0,1 mg	Comprimido		9.500
196	Clonidina cloridrato 0,15 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	9.100
197	Clopidogrel 75mg	Comprimido		530.000
198	Clorambucila 2mg	Comprimido		3.000
199	Cloranfenicol 1g pó liófilo injetável	Frasco	Frascoampola	50
200	Cloranfenicol 25mg + Cloridrato de lidocaína 30mg solução otológica frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	500
201	Cloranfenicol 5mg + Acetato de Retinol 10.000UI + Aminoácidos 25mg + Metionina 5mg Pomada oftálmica 3,5 g	Bisnaga	Bisnaga 3,5 g	965
202	Cloranfenicol colírio frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	600
203	Cloreto benzalconico + soro fisiológico spray nasal frasco 50 ml	Frasco	Frasco com 50 ml	1.000
204	Cloreto de Potássio 19,1% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	11.100
205	Cloreto de potássio xarope 6% 100ml	Frasco		1.000
206	Cloreto de potássio.. 600mg (8meq de K+)	Drágea		300
207	Cloreto de Sódio 0,9% Solução Nasal gotas frasco 30 ml	Frasco	Frasco com 30 ml	3.500
208	Cloreto de Sódio 0,9% Solução Nasal Spray frasco 50 ml	Frasco	Frasco com 50 ml	14.300
209	Cloreto de sódio 0,9% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10mL	500
210	Cloreto de Sódio 20% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	10.620
211	Cloroquina 250 mg	Comprimido		21.000
212	Clorpromazina 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	498.500

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

213	Clorpromazina 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	92.800
214	Clorpromazina 40mg/ml solução Oral	Frascos	Frasco com 20 ml	1.485
215	Clorpromazina 5mg solução Injetável ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	1.250
216	Clorpromazina 250mg	Comprimido		10.600
217	Clortalidona 50 mg	Comprimido		7.200
218	Codeína (fosfato) 30mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.425.100
219	Colagenase 0,6 1,2 Ui/g (30g)	Tubo		1.500
220	Colagenase 0,6 Ui + Cloranfenicol 0,01 g Pomada 30 g	Bisnagas	Bisnaga com 30g	4.000
221	Colchicina 0,5mg	Comprimido	Blister com 20 cp	56.100
222	Colecalciferol 3.300 UI/ml solução frasco 10 ml	Frasco	Frasco 10 ml	30
223	Colestiramina 4g	Saches		2.610
224	Colestiramina 4g	envelopes		600
225	Complexo B injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	45.250
226	Complexo B Polivitaminico	Comprimido	Blister com 20 cp	259.000
227	Complexo B Polivitaminico frasco 30 ml	Frasco	Frasco com 30 ml	750
228	Complexo coloidal de Sacarato de Hidróxido de Ferro III 2500 mg* Água bidestilada q.s.p. 5 ml * equivalente a 100 mg de ferro (III) – EV ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	350
229	Complexo de Hidróxido de Ferro III Polimaltosado 330 mg* Água bidestilada q.s.p. 2 ml * equivalente a 100 mg de ferro (III) Noripurum IM ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	20
230	Complexo protrombínico 500 Ui (20ml)	F/A		24
231	Dacarbazina 200mg	F/A		500
232	Dantrolene 20mg	F/A		24
233	Daunorrubicina 20mg	F/A		300
234	Deltametrina 0,2 mg/ml frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100 ml	10.350
235	Deslanosídeo 0,2mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	50
236	Deslanosídeo 0,4mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	1.080
237	Desloratadina 0,5mg/mL frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100mL	40
238	Desmopressina (acetato) solução nasal 0,1mg/ml (frasco 2,5ml)	Frasco		50
239	Desmopressina. (acetato) 4mcg/ml (ampola 1ml)	Ampola		50
240	Desonida 0,5mg/g (tubo 30g) creme	Tubo		90
241	Destilbenol (dietilestilbestrol) 1ml	Comprimido		4.000
242	Dexametasona 0,1% creme 10 g	Bisnaga	Bisnaga com 10 g	72.750
243	Dexametasona 4mg	Comprimido	Blister com 10 cp	43.600
244	Dexametasona (fosfato dissódico) 2mg/ml injetável ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	20.900
245	Dexametasona (fosfato dissódico) 4 mg/ml ampola 2,5 ml	Ampola	Ampola com 2,5ml	33.100
246	Dexametasona colírio 1mg/ml frasco 5 ml	Frasco	Frasco com 5ml	210
247	Dexametasona Elixir 0,1mg/ml frasco 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	3.000
248	Dexametasona. + neomicina + polimixina B suspensão oftálmica 5ml	Frasco		100
249	Dexametazona (acetato), tiamina (cloridrato), pirodoxina (cloridrato), cianocobalamina ampola com 1 ml + 2 ml	Ampola	Ampola com 1 ml+ 2ml	650
250	Dexclorfeniramina (maleato) 0,4 mg/ml, solução oral frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml	65.700
251	Dexclorfeniramina (maleato) 2mg	Comprimido	Blister com 20 cp	179.000
252	Dexmedetomidina (cloridrato) 118mcg/ml (ampola 2ml)	F/A		300
253	Dexpantenol 50mg/g bisnaga 30 g	Bisnaga	Bisnaga com 30g	300

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

254	Dextroacetamina 50mg/ml (ampola 2ml)	Ampola		1.000
255	Dextroacetamina 50mg/ml (frasco 10ml)	F/A		500
256	Diazepam 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	431.550
257	Diazepam 10mg/2ml injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	6.900
258	Diazepam 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	223.700
259	Diclofenaco Dietilamonio gel 60 g	Bisnaga	Bisnaga 60 g	100
260	Diclofenaco Potássico 50mg	Comprimido	Blister com 20 cp	245.000
261	Diclofenaco resinato 15mg/ml gotas frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10ml	5.900
262	Diclofenaco sódico 50mg	Comprimido	Blister com 20 cp	3.108.700
263	Diclofenaco sodico 50mg + Codeína 50mg	Comprimido		650
264	Diclofenaco Sódico 25mg/ml ampola 3 ml	Ampola	Ampola com 3ml	59.700
265	Dicloridrato de betaistina 16mg	Comprimido		4.000
266	Dicloridrato de pramipexol 0,25mg	Comprimido		1.450
267	Dicloridrato de pramipexol 1mg	Comprimido		450
268	Difenidramina 50mg/ml (ampola 1ml)	Ampola		1.500
269	Digoxina 0,05 mg/ml frasco 60 ml	Frasco	Frasco 60 ml	50
270	Digoxina 0,25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	437.500
271	Diltiazem 60mg	Comprimido	Blister com 10 cp	13.500
272	Diltiazem, cloridrato 30 mg	Comprimido		900
273	Dimenidrato + Piridoxina + Glicose + Frutose, 3mg+5mg+100mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	20.860
274	Dimenidrinato 50mg + Piridoxina (cloridrato) 10mg	Comprimido		10.200
275	Dimenidrinato 50mg + Piridoxina (cloridrato) 50mg ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	5.500
276	Diosmina 450mg + Hesperidina 50mg	Comprimido		2.264.650
277	Dipirona Sódica 300mg/ml supositório	Supositório		120
278	Dipirona sódica 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.239.500
279	Dipirona sódica 500mg/ml gotas frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	93.250
280	Dipirona Sódica 500mg/ml injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	190.600
281	Dipirona sódica 750mg + cloridrato de adifenina 25mg + cloridrato de prometazina 25mg ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2mL	100
282	Dipropionato de Beclometasona – aerossol 250ui/dose frasco 200 doses	Tubo	Frasco com 200 doses	5.985
283	Dipropionato de Beclometasona– aerossol 50ui/dose – Uso Nasal frasco 200 doses	Tubo	Frasco com 200 doses	790
284	Dipropionato de Beclometasona– aerossol 50ui/dose – Uso Oral frasco 200 doses	Tubo	Frasco com 200 doses	2.700
285	Dipropionato de betametasona 5mg + fosfato dissódico de betametasona 2mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	13.700
286	Divalproato de sódio 500mg	Comprimido		4.250
287	Divalproato de sódio 500mg ER	Comprimido		1.250
288	Dobutamina (cloridrato) 12,5mg/ml ampola 20 ml	Ampola	Ampola com 20 ml	910
289	Docetaxel 20mg	F/A		400
290	Docetaxel 80mg	F/A		300
291	Domperidona 01mg/ml suspensão oral 200 ml	Frasco	Frasco com 200ml	50
292	Domperidona 10mg	Comprimido		4.500
293	Dopamina (cloridrato) 5 mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10ml	3.750
294	Doxazosina (mesilato) 2mg	Comprimido		173.850
295	Doxazosina (mesilato) 4mg	Comprimido		81.500
296	Doxiciclina (cloridrato) 100mg	Comprimido		22.400
297	Doxorrubicina 50mg	F/A		1.500



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

298	Droperidol 2,5mg/ml (ampola 1ml)	Ampola		50
299	Dropopizina 3mg/ml frasco 120 ml	Frasco	Frasco com 120mL	150
300	Enalapril (maleato) 10mg	Comprimido		3.215.800
301	Enalapril (maleato) 20mg	Comprimido		5.372.000
302	Enalapril (maleato) 5mg	Comprimido		352.000
303	Epinefrina (cloridrato) 1 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	8.600
304	Epirubicina 50mg	F/A		150
305	Eritromicina (estearato) 50mg/ml suspensão oral 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	4.650
306	Eritromicina (estolato) 500mg	Comprimido	Blistre com 10 cp	39.040
307	Eritromicina 25mg/ml suspensão oral	Frasco		1.000
308	Eritropoetina humana 4000 u/ml	F/A		2.000
309	Ertapenem 1g	F/A		360
310	Escitalopram 10mg	Comprimido		5.250
311	Escopolamina (butilbrometo) 20mg + Dipirona sódica 2,5mg ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	110.020
312	Escopolamina (butilbrometo) 10mg	Comprimido	Blistre com 20 cp	311.700
313	Escopolamina (butilbrometo) 10mg + Dipirona Sódica 250mg	Comprimido		89.500
314	Escopolamina (butilbrometo) 10mg/ml+ Dipirona Sódica gotas 10ml	Frasco	Frasco com 10ml	4.350
315	Escopolamina (butilbrometo) 20 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	2.800
316	Escopolamina (butilbrometo) 20 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	23.450
317	Escopolamina (butilbrometo) 10mg + dipirona sódica 500 mg	Comprimido		50.000
318	Escopolamina (butilbrometo) 10mg frasco 15 ml	Frasco	Frasco com 15 ml	2.200
319	Esmolol 250mg/ml (ampola 10ml)	F/A		50
320	Espiramicina 1,5 MUI	Comprimido	Blistre com 16 cp	56.080
321	Espironolactona 100mg	Comprimido	Blistre com 10 cp	24.500
322	Espironolactona 25mg	Comprimido	Blistre com 10 cp	1.299.000
323	Estradiol (valerato) 2mg + Ciproterona (acetato) 1mg	Comprimido		1.470
324	Estradiol 1mg + acetato de noretisterona 0,5mg	Comprimido		250
325	Estradiol 2 mg	Comprimido		2.000
326	Estradiol 2mg + acetato de noretisterona 1mg	Comprimido		11.300
327	Estreptoquinase 1.500.000UI pó lífilo injetável	Frasco ampola		3
328	Estriol 1mg/ml Creme Vaginal	Bisnagas		4.100
329	Estrogênios conjugados 0,3mg	Comprimido		3.000
330	Estrogênios conjugados 0,625mg	Drágeas	Blistre com 28 cp	107.020
331	Estrogênios Conjugados 0,625mg Creme Vaginal 26g	Bisnagas	Bisnaga com 26g	440
332	Éter frasco 1 litro	Frasco	Frasco 1L	2
333	Etilefrina (cloridrato) 10 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	135
334	Etilefrina, cloridrato 7,5 mg/ml frasco 20 ml	Frasco	Frasco 20 ml	15
335	Etomidato 2mg/ml (ampola 10ml)	Ampola		600
336	Etoposido 50mg	Cápsula		500
337	Exemestano 25mg	Drágea		3.000
338	Extrato metanólico de BCG (imuno BCG) 40mcg	F/A		400
339	Ezetimiba 10mg	Comprimido		450
340	Fenilefrina (cloridrato) 10% solução oftálmica frasco 5 ml	Frascos	Frasco com 5ml	110
341	Fenitoína 100mg	Comprimido	Blistre com 10 cp	888.500
342	Fenitoína Sódica 50 mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	7.600



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

343	Fenobarbital 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	640.000
344	Fenobarbital 200 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	900
345	Fenobarbital 4% gotas solução oral 20 ml	Frasco	Frasco com 20ml	3.600
346	Fenofibrato 200mg	Comprimido		115.000
347	Fenofibrato 250mg	Comprimido		21.000
348	Fenoterol (bromidrato) 5 mg/ml 20 ml para nebulizacao	Frasco	Frasco com 20 ml	4.395
349	Fenoximetilpenicilina potássica 500.000 UI	Comprimido		400
350	Fentanila 0,05mg/ml (ampola 10ml)	F/A		40.000
351	Fentanila (sal citrato) 0,05mg/ml solução injetável ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	8.250
352	Fentanila (sal citrato) 0,05mg/ml solução injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	9.590
353	Fexofenadina 60mg	Comprimido		600
354	Fibrinogênio humano	Frasco		20
355	Fibrinolisa 1U/g + desoxirribonuclease 666U/g +cloranfenicol 10mg/g pomada 30g	Bisnaga	Bisnaga com 30 g	550
356	Filgrastima 300mcg/1ml	F/A		2.000
357	Finasterida 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	94.900
358	Fitomenadiona 10mg ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	2.280
359	Fluconazol 150mg blister 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	176.900
360	Fluconazol 2mg/ml (100ml)	F/A		2.000
361	Fludarabina 50mg	F/A		120
362	Flumazenil 0,1mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5mL	115
363	Flunarizina (dicloridrato) 10mg	Comprimido		55.000
364	Fluocortolona + cinchocaína + clemizol pomada 10g	Tubo		50
365	Fluoracila colírio	frasco		60
366	Fluoresceína 10 mg/ml solução oftálmica frasco 3 ml	Frascos	Frasco com 3 ml	120
367	Fluorouracila 2500mg/50ml	F/A		1.000
368	Fluoxetina (cloridrato) 20mg	Comprimido/capsulas	Blister com 10 cp	5.062.000
369	Fluoxetina (cloridrato) 20mg	capsulas		90.000
370	Fluvoxamina 100 mg	Comprimido		500
371	Formoterol (fumarato) 12 mcg + budesonida 400 mcg	Capsulas	caixa com 60 caps	1.250
372	Formoterol (Fumarato) 6mcg + budesonida 200mcg + inalador	Cápsulas	Frasco com 60 cápsulas	25
373	Fosfato Sódio, Enema, Fosfato Monobásico 16% + Fosfato Dibásico 6% frasco 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml	2.640
374	Frutose + associações ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	600
375	Furosemida 10 mg/ml frasco 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml	12
376	Furosemida 10mg/ml solução injetável ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	24.450
377	Furosemida 40mg	Comprimido	Blister com 20 cp	1.873.500
378	Gabapentina 300 mg	Comprimido		4.900
379	Gabapentina 600 mg	Comprimido		1.080
380	Ganciclovir 100mg	bolsa		1.200
381	Ganciclovir 250mg	bolsa		1.000
382	Ganciclovir 500mg	bolsa		3.000
383	Garra do Diabo (extrato seco) 500mg comprimido revestido de Harpagophytum procumbens no mínimo de 12 mg e máximo de 24 mg de harpagosideo por comprimido	Capsulas		14.000
384	gel lubrificante 5 gr dose única	Saches		50.000

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

385	Gemcitabina 1000mg	F/A		1.000
386	Gentamicina (sulfato) 5mg/ml, solução oftálmica 5 ml	Frasco	Frasco com 5 ml	2.200
387	Gentamicina (sulfato) 80mg/2ml (ampola 2 ml)	Ampola	Ampola com 2 ml	4.800
388	Gentamicina 280mg	Ampola		300
389	Glibenclamida 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.291.300
390	Glicazida 30mg (Comprimido de Liberação Controlada)	Comprimido		2.401.000
391	Glicazida 60mg MR	Comprimido	Blister com 15 cp	93.000
392	Glicazida 80mg	Comprimido	Blister com 15 cp	44.500
393	Glicosamina (sulfato) 400 g + Condroitina (sulfato) 500g	Capsulas		16.000
394	Glicosamina, associada com Condroitina, em sais sulfatos, 1,5g + 1,2 g pó oral	Saches	Saches 4,13	1.500
395	Glicose 25% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	1.500
396	Glicose 50% ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	13.650
397	Glimepirida 2 mg	Comprimido		6.800
398	Gluconato de Cálcio 10% 100mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	3.720
399	Goserelina (acetato) 10,8mg	Seringa preenchida		300
400	Haloperidol 1mg	Comprimido	Blister com 10 cp	22.700
401	Haloperidol 2mg/ml Gotas 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	850
402	Haloperidol 5 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	9.700
403	Haloperidol 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	734.400
404	Haloperidol Decanoato 50 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	12.090
405	Hemitartarato de norepinefrina 2mg/ml ampola 4 ml	Ampola	Ampola com 4ml	50
406	Heparina sódica 25.000 UI/5ml injetável ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5ml	4.300
407	Heparina Sódica 5.000 UI/0,25ml injetável ampola 0,25 ml	Ampola	Ampola com 0,25 ml	86.980
408	Hidralazina 20 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	1.250
409	Hidralazina 25mg	Comprimido		11.000
410	Hidralazina 50mg	Comprimido		8.000
411	Hidroclorotiazida 25mg	Comprimido		8.915.500
412	Hidroclorotiazida 50mg	Comprimido		259.500
413	Hidrocortisona (succinato) pó liofilizado 100 mg p/ solução injetável	Ampola	Frasco Ampola	22.000
414	Hidrocortisona (succinato) pó liofilizado 500 mg p/ solução injetável	Ampola	Frasco Ampola	16.950
415	Hidrocortisona 1% creme 30 g	Bisnaga	Bisnaga com 30 g	1.325
416	Hidrocortisona, acetato 10 mg/g bisnaga 15 g	Bisnaga	Bisnaga 15g	250
417	Hidrogel com alginato bisnaga 30 g	Bisnaga	Bisnaga 30 g	150
418	Hidroxycarbamida 500mg (hidroxiureia)	Cápsula		50.000
419	Hidroxyclorequina (sulfato) 400 mg	Comprimido		450
420	Hidróxido Alumínio + Hidróxido magnésio + Dimeticona, 130mg + 70mg + 6mg/ml suspensão oral 240 ml	Frascos	Frasco 240 ml	12.100
421	Hidróxido de alumínio + hidróxido de magnésio + simeticona comprimido mastigável (concentração mínima: 153mg + 200mg + 20mg)	Comprimido		5.000
422	Hidroxido de aluminio 200mg/5ml frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml	1.500
423	Hidróxido de alumínio 61,5 mg/ml frasco 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml	7.400
424	Hidróxido de Alumínio e de Magnésio 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	22.000
425	Hidróxido de Alumínio e de Magnésio 35,6+37mg Suspensão Oral 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	28.750
426	Hipromelose 0,3% solução oftálmica 15 ml	Frasco	Frasco com 15 ml	310
427	Ibuprofeno 100 mg/ml frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20 ml	8.200

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

428	Ibuprofeno 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	430.000
429	Ibuprofeno 50 mg/ml solução oral gotas 30 ml	Frasco	Frasco com 30 ml	53.300
430	Ibuprofeno 600mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.433.500
431	Ifosfamida 1000mg	F/A		1.500
432	Imipenem 500mg + cilastatina 500mg	F/A		8.500
433	Imipramina (cloridrato) 10mg	Comprimido		30.000
434	Imipramina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	809.200
435	Imipramina (pamoato) 75mg	Comprimido		36.500
436	Imiquimode 50 mg/g	envelopes		600
437	Imunoglobulina. 5g	F/A		500
438	Insulina humana nph 100 U/ml (10ml)	F/A		500
439	Insulina humana regular 100 U/ml (10ml)	F/A		500
440	Insulina, detemir, 100 U/ml, 3 ml, com sistema de aplicação	Caneta		35
441	Interferon 10 milhões alfa 2b	F/A		1.000
442	Interferon 3 milhões alfa 2b	F/A		3.000
443	Ipratrópio (brometo) 0,02mg/dose Areosol Oral 200 doses	Frascos	Frasco com 200 Doses	400
444	Ipratrópio (brometo) 0,25mg/ml solução Inalante 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	5.310
445	Ipratropio + fenoterol aerosol 15ml	Frasco		600
446	Irbesartana 300mg	Comprimido		420
447	Isoflavona 150mg	Comprimido		10.500
448	Isoflurano 240ml	Frasco		60
449	Isossorbida (monitrato) 20mg	Comprimido	Blister com 15 cp	161.000
450	Isossorbida (dinitrato) 10mg	Comprimido	Blister com 15 cp	304.600
451	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	178.500
452	Isossorbida (monitrato) 40mg	Comprimido	Blister com 15 cp	47.400
453	Isossorbida (monitrato) 10mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	200
454	Itraconazol 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	27.500
455	Ivermectina 6mg blister 4 cp	Comprimido	Blister com 4 cp	19.050
456	Lactitol 10 G	Envelope		400
457	Lactulose 667mg/ml solução Oral 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	6.770
458	Letrozol 2,5mg	Comprimido		7.000
459	Levodopa 200mg + Carbidopa 50 mg	Comprimido		6.000
460	Levodopa 100mg + Benserazida 25mg Comprimido Dispersível	Comprimidos	Frasco com 30 cp	46.000
461	Levodopa 200mg + Benserazida 50mg	Comprimido	Frasco com 30 cp	83.500
462	Levodopa 250mg + carbidopa 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	192.000
463	Levodopa 250mg + carbidopa 50mg	Comprimido	Blister com 50 cp	500
464	Levodopa associado a Benserazida 100mg + 25mg (BD)	Comprimidos burrinhurados	Frasco com 30 cp	427.500
465	Levodopa associado a Benserazida 100mg + 25mg (HBS)	capsulas HBS	Frasco com 30 cp	72.500
466	Levofloxacina 5mg/ml (100ml)	F/A		1.000
467	Levofloxacino 500mg	comprimido		1.300
468	Levomepromazina (maleato) 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	246.500
469	Levomepromazina (maleato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	570.700
470	Levomepromazina (maleato) 40mg/ml 20ml gotas	Frasco	Frasco com 20 ml	1.950

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

471	Levonorgestrel + etinilestradiol (6 drgs. 0,05 levonorgestrel + 0,03 mg etinilestradiol) (5 drgs. 0,07 mg levonorgestrel + 0,04mg etinilestradiol) (10drgs.0,125mg levonorgestrel + 0,03mg etinilestradiol) blister 21 drageas	drágeas	Blister com 21 drágeas	15.000
472	Levonorgestrel 0,15mg + etinilestradiol 0,03mg blister 21 drageas	Drágeas	Blister c/ 21 drg	416.825
473	Levonorgestrel 0,75mg blister 2 cp	Comprimido	Blister com 2 cp	730
474	Levotiroxina sodica 100mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	1.457.000
475	Levotiroxina sodica 25mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	1.793.000
476	Levotiroxina sodica 50mcg	Comprimido	Blister com 15 cp	2.445.000
477	Levotiroxina sodica 75mcg	Comprimido		83.000
478	Lidocaina 100mg/5g gel 2% bisnaga 30 g	Bisnaga	bisnaga com 30gr	13.930
479	Lidocaína (Cloridrato) 10% spray frasco 50 ml	Frasco	Frasco com 50mL	20
480	Lidocaína (s/ vasoconstritor) 2% frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20ml	6.300
481	Lidocaina + epinefrina 2% (20mg/ml) frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20ml	9.670
482	Lidocaína 2% + Epinefrina 1:100.000 tubete 1,8 ml	Ampola	tubete 1,8 ml	18.300
483	Lidocaína 2% + Norepinefrina 1:50.000 tubete 1,8 ml	Ampola	tubete 1,8 ml	350
484	Lincomicina (cloridrato) 300mg	Ampola		1.500
485	Lincomicina (cloridrato) 600mg	Ampola		2.000
486	Loperamida 2mg blister 4 cp	Comprimido	Blister com 4 cp	11.700
487	Loratadina 10mg	Comprimido	Blister com 12 cp	409.032
488	Loratadina 1mg/ml Xarope 100 ml	Frascos	Frasco com 100 ml	23.500
489	Lorazepam 1mg	Comprimido		4.000
490	Lorazepam 2mg	Comprimido		6.000
491	Losartan 25mg	Comprimido		2.000
492	Losartana potassica 100mg + Hidroclorotiazida 25mg	Comprimido		700
493	Losartana Potássica 50mg	Comprimido	Blister com 15 cp	7.738.800
494	Losartana Potássica 50mg + Hidroclorotizada 12,5mg	Comprimido		500
495	Lovastatina 20mg	Comprimido		6.000
496	Manitol 20% sistema fechado solução injetável 250 ml	Frasco	Frasco com 250ml	3.545
497	Maytenos Ilícifolia , 380 mg	capsulas		30.000
498	Mebendazol 100 mg + tiabendazol	Comprimido		600
499	Mebendazol 100mg blister 6 cp	Comprimido	Blister com 6 comp.	18.000
500	Mebendazol 20mg/ml suspensão Oral 30 ml	Frascos	Frasco com 30 ml	18.200
501	Medroxiprogesterona (acetato) 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	24.500
502	Medroxiprogesterona (acetato) 2,5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
503	Medroxiprogesterona (acetato)150 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	11.600
504	Megestrol 160mg	Comprimido		1.200
505	Melfalano 2mg	Comprimido		2.000
506	Mercaptopurina 50mg	Comprimido		5.000
507	Meropenem Iv 1g	F/A		10.000
508	Mesalazina 400mg	Comprimido		400
509	Mesna 400mg/4ml	Ampola		1.500
510	Metadona 10mg/ml (ampola 1ml)	Ampola		1.200
511	Metadona 5mg	Comprimido		127.000
512	Metaminol (bitartarato) 10mg/ml (ampola 1ml)	Ampola		1.000
513	Metformina (cloridrato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	4.160.800
514	Metformina (cloridrato) 850mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.929.800



NORDESTE/SC

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

515	Metildopa 250 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.513.000
516	Metildopa 500 mg	Comprimido		314.000
517	Metilergometrina, maleato 0,2 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	165
518	Metilfenidato (cloridrato) 10mg	Comprimido	Blister com 20 cp	12.040
519	Metilprednisolona. (acetato) 40mg/ml (2ml) intramuscular	F/A		120
520	Metilprednisolona... (succinato) 125mg/2ml	F/A		200
521	Metilprednisolona... (succinato) 500mg/8ml	F/A		1.000
522	Metoclopramida (cloridrato) 5mg/ml solução injetável 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	116.460
523	Metoclopramida 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	255.800
524	Metoclopramida 4mg/ml gotas solução oral 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	38.300
525	Metoprolol (succinato) 100mg (Comprimido De liberação controlada)	Comprimido	Blister com 10 comp.	42.540
526	Metoprolol (succinato) 25mg (Comprimido De liberação controlada)	Comprimido	Blister com 10 comp.	112.450
527	Metoprolol (succinato) 50mg (Comprimido De liberação controlada)	Comprimido	Blister com 10 comp.	121.950
528	Metoprolol (tartarato) 1 mg/ml uso hospitalar ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5ml	1.080
529	Metoprolol (Tartarato) 100mg	Comprimido		1.000
530	Metotrexato 2,5 mg	Comprimido		2.000
531	Metotrexato 500mg	F/A		200
532	Metotrexato 50mg	F/A		120
533	Metronidazol 100mg/g com no mínimo 10 aplicadores creme vaginal 50g	Bisnaga	Bisnaga com 50 g	19.250
534	Metronidazol 250mg	Comprimido	Blister com 10 cp	230.300
535	Metronidazol 400mg	Comprimido	Blister com 10 cp	71.000
536	Metronidazol 40mg/ml suspensão oral frasco 80 ml	Frasco	Frasco 80 ml	10.730
537	Metronidazol 500mg/100ml EV	F/A		3.000
538	Micafungina sódica 100mg	F/A		400
539	Micofenolato de sódio 180mg	Cápsula		3.000
540	Micofenolato de sódio 360mg	Cápsula		20.000
541	Miconazol (nitrato) 2% Gel Oral 40g	Bisnagas	Bisnaga com 40g	305
542	Miconazol (nitrato) 20 mg/gr creme dermatológico	Bisnaga		4.950
543	Miconazol (nitrato) 20 mg/gr creme vaginal 80g, com no mínimo 10 aplicadores	Bisnaga	Bisnaga com 80 g	31.750
544	Midazolam 15 mg injetável 3 ml	Ampola	Ampola com 3 ml	14.150
545	Midazolam 1mg/ml injetável 5 ml	Ampola	Ampola com 5ml	3.850
546	Midazolam 5 mg/ml injetável 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	8.220
547	Mikania glomerata spreng. xarope e solução oral 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml	3.400
548	Mirtazapina 15mg	Comprimido		650
549	Mitoxantrona 2mg/ml (10ml)	F/A		100
550	Morfina (sulfato) 10mg/ml solução oral 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	850
551	Morfina (sulfato) 1mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	19.050
552	Morfina (sulfato) 30 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	11.500
553	Morfina 0,2mg/ml (1ml)	Ampola		1.500
554	Morfina 10 mg	Comprimido		44.100
555	Morfina 10mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	1.520
556	Moxifloxacina 400mg/250ml	Bolsa		250
557	Mupirocina pomada 20mg/g (15g)	Tubo		120
558	Nalbufina 10mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	2.400

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

559	Naloxona 0,4mg/1ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1mL	20
560	Naproxeno sódico, 500 mg	Comprimido		1.000
561	Neomicina (sulfato) 5mg/g + Bacitracina 250ui pomada dermatológica 10 g	Bisnaga	Bisnaga com 10g	52.700
562	Neostigmina 0,5mg/1ml	Ampola		3.500
563	Nifedipina 10mg	Comprimido	Blister com 30 cp	217.500
564	Nifedipina 20mg	Comprimido	Blister com 10 cp	133.300
565	Nifedipina 20mg (retard)	Comprimido	Blister com 10 cp	365.000
566	Nimesulide 100mg	Comprimido	Blister com 12 cp	1.698.000
567	Nimesulide 50mg Solução Oral 15 ml	Frascos	Frasco com 15 ml	5.200
568	Nimodipino 30mg	Comprimido		12.000
569	Nistatina 25.000ui/g Creme Vaginal 60 g com no mínimo 10 aplicadores	Bisnagas	Bisnaga com 60 gr	8.100
570	Nistatina + óxido de zinco	Bisnaga		2.000
571	Nistatina 100.000ui/ml Suspensão Oral 50ml	Frasco	Frasco com 50 ml	8.210
572	Nitrato de Tiamina + piroxidina + cianocobalamina	Comprimido		300
573	Nitrofurantoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	82.800
574	Nitrofurantoína 5mg/ml suspensão Oral	Frascos		200
575	Nitroglicerina 5 mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	450
576	Nitroglicerina 25mg ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5mL	25
577	Nitroprussiato de sódio 50mg/ml (ampola 1ml)	Ampola		605
578	Norepinefrina 8mg/4ml (4mg de norepinefrina base)	Ampola		20.000
579	Norepinefrina, sal bitartrato, 1mg/ml ampola 4 ml	Ampola	Ampola com 4 ml	150
580	Noretisterona (enantato) 50mg + Estradiol (valerato) 5 mg/ml Ampola 1 ml c/ seringa	Ampola	Ampola com 1 ml	1.650
581	Noretisterona (enantato) 50mg + Estradiol (valerato) 5 mg/ml Ampola 1 ml s/ seringa	Ampola	Ampola com 1 ml	2.820
582	Noretisterona 0,35mg blister 35 cp	Comprimido	Blister com 35 cp	64.380
583	Norfloxacina 400mg blister 7 cp	Comprimido	Blister com 7 cp	43.025
584	Nortriptilina (cloridrato) 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	19.000
585	Nortriptilina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	166.000
586	Nortriptilina (cloridrato) 50mg	Comprimido	Blister com 10 cp	77.000
587	Nortriptilina (cloridrato) 75mg	Comprimido	Blister com 10 cp	40.000
588	Ocitocina , 5 UI/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	100
589	Octreotida 100mcg (0,1mg/ml)	Ampola		360
590	Octreotida 500mcg (0,5mg/ml)	Ampola		100
591	Óleo Mineral 100% frasco 100 ml	Frascos	Frasco com 100ml	5.400
592	Omeprazol 10mg	Comprimido		25.000
593	Omeprazol 20mg	Cápsula	Blister com 14 caps	9.573.000
594	Omeprazol 40mg solução injetável	Ampola		14.400
595	Omeprazol magnésio 20mg	Comprimido		2.650
596	Ondansetrona (cloridrato) 2mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	8.000
597	Ondansetrona (cloridrato) 4mg	Comprimido		5.250
598	Ondansetrona (cloridrato) 8mg	Comprimido	Blister com 10 cp	9.950
599	Ondansetrona 8mg/ml ampola 4 ml	Ampola	Ampola com 4 ml	22.650
600	Oxacilina 500mg	F/A		45.000
601	Oxaliplatina 100mg	F/A		400
602	Oxaliplatina 50mg	F/A		250
603	Oxcarbapazepina 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	71.200
604	Oxcarbapazepina 600mg	Comprimido	Blister com 10 cp	57.500



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

NORDESTE/SC

605	Oxcarbapentina 60mg/ml suspensão oral 100 ml	Frasco	Frasco com 100ml	1.150
606	Oxibutina 1mg/ml frasco 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml	50
607	Oxibutina 5 mg	Comprimido		7.500
608	Óxido de zinco 25% (pasta d'água) frasco 100 gr	Frasco	Frasco com 100g	150
609	Oxido zinco + vitamina A + D pomada 45 gr	Bisnaga	Bisnaga com 45 g	1.400
610	Paclitaxel. 300mg/50ml	F/A		700
611	Palmitato de Retinol (Vitamina A) 3.000ui + Colecalciferol (Vitamina D3) 800ui Sol. Oral 10 ml	Frasco	10ml	3.000
612	Pamidronato dissódico 90mg/10ml	F/A		1.000
613	Pancreatina 25.000 U	Cápsula		200
614	Pancurônio (brometo) 2mg/ml (2ml)	Ampola		100
615	Pantoprazol de sódio 40 mg	Comprimido		5.500
616	Papaverina 50mg/ml (ampola 2ml)	Ampola		50
617	Paracetamol 100mg/mL acompanha seringa dosadora suspensão oral 15 ml	Frasco	Frasco com 15mL	40
618	Paracetamol 200mg/ml gotas solução oral 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	112.050
619	Paracetamol 500 mg + Codeína 30 mg	Comprimido		122.900
620	Paracetamol 500mg	Comprimido	Blistre com 10 cp	6.927.500
621	Paracetamol 750mg	Comprimido		197.500
622	Paroxetina (cloridrato) 20 mg	Comprimido		17.000
623	Penicilina cristalina. potássica 1.000.000 Ui	F/A		300
624	Pentoxifilina 400mg	Comprimido		300
625	Periciazina 1% frasco 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	100
626	Periciazina 4% frasco 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	600
627	Permanganato de Potássio 100mg	Comprimido	Blistre com 10 cp	5.300
628	Permetrina 10mg/ml loção 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	7.420
629	Permetrina 50mg/ml loção 60 ml	Frascos	Frasco com 60 ml	2.830
630	Peróxido de Benzoila 50mg/g gel dermatológico 250 gr	Bisnaga	Bisnaga com 20 gr	200
631	Petidina 50mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	1.950
632	Pilocarpina (cloridrato) 2% solução oftálmica 10 ml	Frascos	Frasco com 10 ml	530
633	Piperacilina + tazobactam 4,5g	F/A		18.000
634	Piridoxina (Cloridrato) 50mg	Comprimido		500
635	Pirimitamina 25mg	Comprimido	Frasco com 100 cp	41.000
636	Piroxicam 20mg	Cápsulas		10.000
637	Piroxicam 40mg ampola 2 ml	Ampola	Ampola 2mL	250
638	Plantago Ovata 3,5g pó efervescente sem açúcar	Sachê		10.000
639	Poliestirenosulfonato de cálcio 900mg/g (30g)	Envelope		2.400
640	Polimixina 500.000 Ui	F/A		1.500
641	Polivitamínico composto de vitaminas e minerais de A a Z retinol (como palmitato) (vit. A) 2664 UI colecalciferol (vit. D) 400 UI 200 acetato de tocoferol (vit. E) 10,00 UI 100 ácido ascórbico (vit. C) 70,00 mg tiamina (como mononitrato) (vit. B1) 3,00 mg riboflavina (vit. B2) 3,40 mg nicotinamida 17,00 mg cloridrato de piridoxina (vit. B6) 4,00 mg ácido fólico 0,60 mg cianocobalamina (vit. B12) 2,20 mcg ferro (como fumarato ferroso) 30,00 mg zinco (como óxido de zinco) 15,00 mg cálcio (como carbonato de cálcio) 125,00 mg	Comprimido	Blistre com 14 ou 28 comp	568.000
642	Polivitamínico e poliminerais suspensão Oral 100 ml	Frasco	Frasco com 100 ml	2.400
643	Prednisolona (fosfato sódico) 1mg/ml suspensão 100 ml	Frasco	Frasco com 100 ml	400
644	Prednisolona (fosfato sódico) 3mg/ml suspensão 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	35.100

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

645	Prednisona 20mg	Comprimido	Blister com 10 cp	574.000
646	Prednisona 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	545.500
647	Pregabalina 75mg	Comprimido		2.800
648	Preservativo feminino	envelope		5.000
649	Preservativo masculino lubrificado 52 mm	envelopes		600.000
650	Preservativo masculino lubrificado 55 mm	envelopes		50.000
651	Prilocaina 25mg/g com lidocaina 25 mg/gr – bandagem oclusiva	bindegas		120
652	Prometazina (cloridrato) 25mg	Comprimido	Blister com 10 cp	126.500
653	Prometazina (cloridrato) 25mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	4.410
654	Prometazina pomada	Bisnaga		100
655	Propafenona (cloridrato) 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	25.300
656	Propatilnitrato 10mg	Comprimido	Blister com 25 cp	904.900
657	Propiltiouracil 100 mg	Comprimido		30.100
658	Propofol 10mg/ml (20ml) emulsão injetável	Ampola		5.000
659	Propofol 10mg/ml (50ml) emulsão injetável	F/A		250
660	Propranolol (cloridrato) 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	25.000
661	Propranolol (cloridrato) 40mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.899.300
662	Protamina (Cloridrato) 10mg/mL ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5mL	25
663	Protamina 50mg/5ml 1000 Ui/ml (5ml)	Ampola		150
664	Questran Light 4,0 g	envelope		600
665	Questran light saché	sachés		250
666	Ranitidina (cloridrato) 25 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	101.310
667	Ranitidina (cloridrato) 15 mg/ml frasco 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml	12
668	Ranitidina (cloridrato) 150mg	Comprimido	Blister com 10 cp	246.000
669	Remifentanil (cloridrato) 2mg	Ampola		900
670	Residonato de sódio 35 mg	Comprimido		50
671	Retinol (acetato) 50.000ui + colecalciferol 10.000ui frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	482.550
672	Retinol (vitamina A) 1ml	Ampola		100
673	Retinol 150 UI/ml frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20 ml	100
674	Rifamicina 10mg/ml spray 20 ml	Frasco	Frasco com 20 ml	190
675	Rifampicina 300mg	Cápsula		600
676	Risperidona 1mg	Comprimido	Blister com 10 cp	120.650
677	Risperidona 2 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	83.500
678	Risperidona 3 mg	Comprimido		8.000
679	Rivaroxabana 10mg	comprimido		300
680	Rocurônio (brometo) 50mg/5ml	F/A		6.000
681	Ropivacaína 0,2% (2mg/ml) 20ml	Ampola		80
682	Ropivacaína 1% 10mg/ml (20ml)	Ampola		2.500
683	Rosuvastatina cálcica 10 mg	Comprimido		720
684	Roxitrimicina 300 mg	comprimidos		800
685	Sais p/ reidratação oral com 27,9g (cloreto de sódio 3,5g + cloreto de potássio 1,5g + citrato de sódio 2,9g + glicose 20g)	Envelope	Envelope com 27,9g	62.900
686	Salbutamol 100mcg Aerosol com 200 doses	Frascos	Tubo com 200 Doses	23.990
687	Salbutamol 2 mg	Comprimido		3.000
688	Salbutamol 2mg/5ml Xarope 100 ml	Frascos	Frasco com 100 ml	3.600
689	Salmeterol (xinafoato) 50 mcg + fluticasona (propionato) 250 mcg frasco com 60 doses	Frascos	Frasco com 60 doses	100

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

690	Secnidazol 1000 mg	Comprimido		5.000
691	Sertralina (cloridrato) 100 mg	Comprimido		1.650
692	Sertralina (cloridrato) 50 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	541.200
693	Sevoflurano 250ml	Frasco		400
694	<i>Silybum Marianum L. Gaerth</i> extrato seco 100 mg	Comprimido		500
695	Simeticona 40mg	Comprimido		7.000
696	Simeticona 75mg/ml frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	6.150
697	Sinvastatina 10mg	Comprimido		222.500
698	Sinvastatina 20mg	Comprimido		7.750.000
699	Sinvastatina 40mg	Comprimido		1.939.500
700	Sinvastatina 80mg	Comprimido		90.000
701	Sirolimus 1mg	Drágea		200
702	Sitagliptina (fosfato) 50mg + Metformina 850mg	Comprimido		900
703	Solução de ringer com lactato de sódio sistema fechado com 500 ml	Frasco	Frasco com 500mL	250
704	Solução salina balanceada 500ml	Frasco		600
705	Sorbitol, sorbitol 70% + Lauril Sulfato de Sódio, 714mg + 7,70mg/g bisnaga 6,5 g	Bisnaga	Bisnaga 6,5 g	168
706	Soro fisiológico (Cloreto de sódio 0,9%) 10 ml solução injetável ampola	Ampola	Ampola com 10 ml	500
707	Soro fisiológico (Cloreto de sódio 0,9%) frasco 100ml sistema fechado	Frasco	Frasco com 100 ml	5.200
708	Soro fisiológico (Cloreto de sódio 0,9%) frasco 250ml sistema fechado	Frasco	Frasco com 250 ml	6.300
709	Soro fisiológico (Cloreto de sódio 0,9%) frasco 500ml sistema fechado	Frasco	Frasco com 500 ml	5.300
710	Soro glicofisiológico (glicose associada ao cloreto de sódio 5% + 0,9%) frasco 250ml sistema fechado	Frasco	Frasco com 250 ml	300
711	Soro glicofisiológico (glicose associada ao cloreto de sódio 5% + 0,9%) frasco 500ml sistema fechado	Frasco	Frasco com 500 ml	500
712	Soro glicosado (glicose 5%) frasco 250ml sistema fechado	Frasco	Frasco com 250 ml	800
713	Soro glicosado (glicose 5%) frasco 500ml sistema fechado	Frasco	Frasco com 500 ml	800
714	Sotalol (Cloridrato) 160mg	Comprimido		250
715	Sufentanila 50mcg/ml (1ml) IV	Ampola		1.500
716	Sufentanila 5mcg/ml (2ml)	Ampola		250
717	Sugamadex sódico 100mg/ml (2ml)	Ampola		200
718	Sulfadiazina 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	86.500
719	Sulfadiazina de prata 0,4%+ nitrato de cerio 1% pomada	Bisnaga	Bisnaga com 50g	500
720	Sulfadiazina de Prata 10mg/g Pasta	Bisnagas	Bisnaga com 50 g	22.450
721	Sulfametoxazol + trimetoprima 400/80mg EV 5ml	Ampola		5.500
722	Sulfametoxazol 200mg/5ml + trimetoprima 40mg/5ml suspensão oral 50 ml	Frasco	Frasco com 50ml	11.210
723	Sulfametoxazol 400mg + Trimetoprima 80mg	Comprimido	Blister com 10 cp	558.500
724	Sulfato de bário 1g/ml (150ml) suspensão oral	Frasco		100
725	Sulfato de efedrina 50mg/1ml	Ampola		3.500
726	Sulfato de Magnésio 10% injetável 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	4.700
727	Sulfato de Magnésio 50% injetável 10 ml	Ampola	Ampola com 10 ml	150
728	Sulfato Ferroso 25mg/ml solução Oral 30 ml	Frascos	Frasco com 30 ml	26.530
729	Sulfato ferroso 40mg Fe++	Comprimido	Blister com 20 cp	1.653.900
730	Sulfato ferroso xarope 150 ml	Frasco	Frasco com 150 ml	1.150
731	Supositório de glicerina (glicol 95%) adulto	Supositório		340

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

732	Supositório de glicerina (glicerol 95%) infantil	Supositório		290
733	Suxametônio (cloreto) 500 mg/ml Ampola 10 ml	Frasco Ampola	Ampola com 10 ml	705
734	Suxametônio cloreto, 100 mg injetável	Frasco	Frascoampola	60
735	Tacrolimus 1mg	Comprimido		25.000
736	Tacrolimus 5mg	Ampola		2.000
737	Tamoxifeno 20mg	Ampola		100.000
738	Teicoplanina 400mg	Ampola		2.000
739	Tenoxicam 20mg pó liófilo	Ampola	Frasco Ampola	25.200
740	Teofilina 100mg	Comprimido	Blistar com 10 cp	26.000
741	Teofilina 200 mg	Comprimido		43.700
742	Terbutalina (sulfato) 0,5 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	3.200
743	Terlipressina (acetato) 1mg/5ml IV	Ampola		200
744	Tetracaina (cloridrato) associado com Fenilefrina (cloridrato) + Acido Bórico solução oftálmica 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	545
745	Tetraciclina 500mg	Cápsula		24.000
746	Tiabendazol 500mg	Comprimido		1.000
747	Tiabendazol 50mg/g pomada 20 g	Bisnaga	Bisnaga 20 g	100
748	Tiabendazol 50mg/g pomada 45 g	Bisnaga	Bisnaga 45 g	1.730
749	Tiabendazol 50mg/ml suspensão oral 40 ml	Frasco	Frasco com 40 ml	100
750	Tiafenicol 2,5 g envelope	envelope		50
751	Tiamazol 10mg	Comprimido		2.500
752	Tiamina (cloridrato) + vitamina B1,riboflavinavitamina B2 4,0 mg, nicotinamida vitamina PP 40,0 mg dexpantenol 6.0 ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	300
753	Tiamina (cloridrato) 300mg	Comprimido	Blistar com 10 cp	38.100
754	Tibolona 1,25mg	Comprimido		1.000
755	Ticlodipina (cloridrato) 250 mg	Comprimido	Blistar com 10 cp	3.000
756	Tigeciclina 50mg	Ampola		400
757	Timoglobulina imunoglobulina antilinfócitos (coelho) 25mg/5ml	Ampola		900
758	Timolol (maleato) 0,25mg solução oftálmica 5ml	Frascos	Frasco com 5 ml	300
759	Timolol (maleato) 0,5%, solução oftálmica 5ml	Frasco	Frasco com 5ml	3.730
760	Tinidazol 500mg	Comprimido		300
761	Tioconazol 20mg/g + tinidazol 30mg/g bisnaga 30 g com aplicador	Bisnaga	Bisnaga com 30g	80
762	Tiopental sódico 1g	Ampola		200
763	Tioridazida (cloridrato) 100 mg	Comprimido	Blistar com 20 cp	4.000
764	Tioridazida (cloridrato) 50 mg	Comprimido		8.400
765	Tiotropio (brometo) 2,5mcg/ml solução inalatória 60 doses	Frasco	com 60 doses	30
766	Tirofibano 0,25mg/ml (50ml)	Ampola		12
767	Tobramicina 3mg colírio 5 ml	Frascos	Frasco com 5ml	1.310
768	Tobramicina 3mg/mL + dexametasona 1mg/ml solução oftálmica 5 ml	Frasco	Frasco com 5mL	20
769	Topiramato 100mg	Comprimido		1.260
770	Topiramato 25mg	Comprimido		5.000
771	Topiramato 50mg	Comprimido		16.000
772	Tramadol (cloridrato) 100mg retard	Comprimido		3.650
773	Tramadol (cloridrato) 50mg	Comprimido	Blistar com 10 cp	144.200
774	Tramadol 50mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1ml	37.250

**NORDESTE/SC**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

775	Trazodona 50mg	Comprimido		5.700
776	Tretinoína 10mg (ácido transretinoico)	Ampola		2.500
777	Triametazidina 35mg	Comprimido		15.300
778	Trometamina (cetorolaco) 30mg/1ml	Ampola		300
779	Tropicamida 1% solução oftálmica 5 ml	Frasco	Frasco com 5ml	110
780	Valaciclovir 500	comprimido		1.512
781	Valeriana <i>officinalis</i> 50mg	Comprimido		6.000
782	Valganciclovir 450mg	Comprimido		3.000
783	Vancomicina 500mg	Ampola		5.500
784	Varfarina 2,5mg	Ampola		1.200
785	Varfarina Sódica 1mg	Comprimido		16.000
786	Varfarina Sódica 2,5 mg	comprimido		270.000
787	Varfarina Sódica 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	171.000
788	Vaselina líquida frasco 1 litro	Frasco	Frasco com 1L	15
789	Vasopressina 20 U/ml (1ml)	Ampola		200
790	Venlafaxina (cloridrato) 75 mg	Comprimido		6.100
791	Verapamil (cloridrato) 120mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
792	Verapamil (Cloridrato) 2,5mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2mL	25
793	Verapamil (cloridrato) 80mg	Comprimido	Blister com 10 cp	390.500
794	Vidagliptina associada a cloridrato de metformina (50 mg + 850 mg)	Comprimido		392
795	Vimblastina 10mg	Ampola		200
796	Vincristina 1mg/ml (1ml)	Ampola		400
797	Vinorelbina 50mg	Ampola		200
798	Vitamina A 5.000 UI/ml,Vitamina B1 4,0 mg/ml,Vitamina B2 1,0 mg/ml,Vitamina PP 10,0 mg/ml ,Vitamina B6 1,0 mg/ml,Vitamina B5 10,0 mg/ml,Vitamina H 0,1 mg/ml ,Vitamina C 50,0 mg/ml,Vitamina D 1.000 UI/ml,Vitamina E 3,0 mg/ml frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20 ml	7
799	vITAMINA A + D + B2 + C + niacinamida + B6 + Pantenol + vitamina E 5ml	Ampola		600
800	Vitamina A 5.000ui + D 900ui e oxido de zinco 150mg/g, pomada dermatológica 45 g	Bisnaga	Bisnaga com 45 g	3.600
801	Vitamina A (palmitato) 12500UI/ml+Vitamina B1(cloridrato) 0,4mg/ml+Vitamina B2(fosfato sódico)0,5mg/ml+Vitamina B6(cloridrato)0,6mg/ml+Vitamina B12(cianocobalamina)0,5mcg/ml+Vitamina C(acido ascorbico)35mg/ml+Vitamina D3(colecalciferol)400Ui/ml+Vitamina E(acetato)4Ui/ml+Acido fólico 35mcg/ml+Nicotinamida 6mg/ml+Pantenol 3mg/ml	Frascos		280
802	Vitamina B1 + B6 + B12 5.000 U/3ml intramuscular exclusivo	Ampola		400
803	Vitaminas + Sais minerais sendo, acido folico 500mcg, vitamina B1 30mg, vitamina B2 10mg, vitamina B6 10 mg, vitamina B12 25mcg, vitamina E 45UI, vitamina C 600mg, nicotinamida 100 mg, pantotenato de calcio 25mg, cobre 3mg, zinco 23,9mg, zinco23,9mg registro no MS como medicamento	Comprimido		480.000
804	Xilometazolina (oximetazolina) 1% gotas 15ml	Ampola		50
805	Zolpidem 10 mg	Comprimido		480
TOTAL				181.495.747



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

- 3.3 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estimados pelos Órgãos Participantes e fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 4 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**
- 4.1 Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões**.
- 4.2 Os trabalhos serão conduzidos pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, denominado Órgão Gerenciador, através de seu Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica da **Bolsa de Licitações e Leilões** (www.bll.org.br).
- 5 RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO**
- 5.1 O licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a recebimento e abertura da proposta, conforme consta no preâmbulo, atentando também para a data e horário para início da disputa.
- 5.2 As propostas dos licitantes poderão ser enviadas, substituídas e excluídas até a data e hora definidas para a recebimento das propostas.
- 5.3 Após o prazo previsto para recebimento das propostas, o sistema não aceitará a inclusão ou alteração das mesmas.
- 5.4 A proposta deverá conter **FABRICANTE, MARCA E/OU NOME COMERCIAL** do produto cotado, sendo permitida a apresentação de apenas uma marca por item cotado.
- 5.5 No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas, no campo próprio, as **ESPECIFICAÇÕES, MARCAS, PREÇOS UNITÁRIO E TOTAIS DE TODOS OS ITENS** ofertados, conforme a ficha técnica descritiva do produto. Deverá, ainda, ser informada a embalagem primária do lote, se aplicável, em atendimento ao item 2.7.2 deste Edital. A não inserção destas informações implicará na **DESCLASSIFICAÇÃO IMEDIATA** da licitante, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.
- 5.6 **Fica vedada a identificação da licitante em qualquer campo da proposta, tal como timbres, abreviações (relacionadas a empresa), carimbos, telefones, nomes, etc. O descumprimento do mesmo acarretará na desclassificação prévia da licitante.**
- 5.7 **A microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto, o seu enquadramento nesta condição, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, para fazer valer o direito de prioridade no desempate previsto nos arts. 44 e 45 da mesma lei.**
- 5.8 As propostas deverão ser formuladas em formato texto(Word), planilha(Excel) e Adobe Reader 9.0, para Sistema Operacional Microsoft Windows XP – Office Premium 2000. As propostas cadastradas sem anexo ou que não puderem ser “abertas”, lidas e analisadas com a utilização do Sistema Operacional Microsoft Windows XP – Office Premium 2000 e versões posteriores serão desclassificadas.
- 6 CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**
- 6.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos, bem como legislação aplicável.
- 6.1.1 Empresas em consórcio poderão participar da presente licitação, observados os critérios, requisitos, restrições e impedimentos estabelecidos pelo art. 33 da Lei nº 8.666/93.
- 6.2 Para participar desta licitação, o interessado deverá realizar previamente seu cadastramento junto à **Bolsa de Licitações e Leilões**.
- 6.3 Estarão impedidos de participar do processo licitatório aqueles que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:
- a) estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pelo Órgão Gerenciador ou qualquer dos Órgãos Participantes;
 - b) sejam declaradas inidôneas pela Administração Pública, em qualquer esfera;
 - c) estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação;
 - d) enquadrem-se às hipóteses previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;
 - e) apresentem irregularidade fiscal, trabalhista ou previdenciária, ressalvado o disposto no § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e item 11.2, alínea c.1 deste Edital.



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

- f) **encontrem-se inadimplentes em relação às penalidades pecuniárias que lhes tenham sido impostas pelo Órgão Gerenciador ou Órgãos Participantes em Processo Administrativo do qual não caiba mais recurso.**
- 6.4 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões, até no mínimo **uma hora antes do horário limite fixado neste Edital para o recebimento das propostas.**

7 REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- 7.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
 - b) responder às questões formuladas pelos licitantes, relativas ao certame;
 - c) abrir as propostas de preços;
 - d) analisar a aceitabilidade das propostas;
 - e) desclassificar propostas, indicando os motivos;
 - f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
 - g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
 - h) declarar o vencedor;
 - i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos relativos ao certame;
 - j) elaborar a ata da sessão;
 - k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar o registro dos preços;
 - l) instaurar processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES

- 7.2 A participação do interessado na licitação se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, devendo manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 7.3 Os participantes que desejem operar por meio de empresa associada à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, deverão nomear através do instrumento de mandato com firma reconhecida, conforme modelo do Anexo VII, atribuindo-lhe poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bll.org.br.
- 7.4 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
- 7.5 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa de Licitações e Leilões.
- 7.6 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à BLL - Bolsa de Licitações e Leilões a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 7.7 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

PARTICIPAÇÃO

- 7.8 A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.
- 7.9 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.10 Qualquer dúvida em relação ao acesso ao sistema operacional, poderá ser esclarecida pelo telefone: Curitiba-PR (41) 3042-9909 e FAX 3091-9654, através da **Bolsa de Licitações e Leilões** ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

8 ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

**NORDESTE/SC****CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

- 8.1 A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das mesmas.
- 8.2 Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputas e ordenadas por valor. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- 8.3 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, os participantes serão imediatamente informados de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 8.4 O fornecedor poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o lote.
- 8.5 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.6 **Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante.**
- 8.7 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.
- 8.8 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail ou chat), divulgando data e hora da reabertura da sessão.
- 8.9 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra aleatório. O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo entre 01 (um) segundo e 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances.
- 8.10 Face à imprevisão do tempo extra, os participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.
- 8.11 Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances.
- 8.12 Antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.
- 8.13 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 8.14 Quando for constatado empate, conforme estabelecem os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, o sistema aplicará os critérios para desempate em favor da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. Após o desempate, poderá o Pregoeiro ainda tentar negociar um melhor preço.
- 8.15 Os documentos exigidos no presente edital deverão ser anexados através de upload de documentos na plataforma BLL, sob pena de desclassificação.
- 8.16 **POSTERIORMENTE, OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DEVERÃO SER ENCAMINHADOS EM ORIGINAIS OU CÓPIAS AUTENTICADAS, NO PRAZO MÁXIMO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, CONTADOS DA DATA DO FINAL DA SESSÃO PÚBLICA VIRTUAL, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS CORRIGIDA CONFORME SEU ÚLTIMO LANCE, PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISONORDESTE/SC**
- Endereço:** Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville, SC
- E-mail:** cisamunesc@cisamunesc.org.br
- Telefone/fax:** (47) 34229838
- 8.17 A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação original dentro das condições dispostas no item 8.16.
- 8.18 O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções previstas no item 17.8, deste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.
- 8.19 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

**NORDESTE/SC****CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

- 8.20 Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.
- 8.21 A proposta de preços deverá ter a validade mínima de 60 (sessenta) dias, permanecendo este prazo em caso de omissão.
- 8.22 Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos ou estando eles já decididos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço por item.

9 PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

- 9.1 A licitante vencedora, deverá enviar Órgão Gerenciador, no prazo estipulado no item 8.16, a Proposta de Preços escrita, com o(s) valor(es) oferecido(s) após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação. Os documentos não deverão conter emendas, rasuras ou entrelinhas.
- 9.2 A proposta escrita deverá conter:
- a) o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone, fax e e-mail;
 - b) folhas datadas, assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
 - c) declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
 - d) o prazo de validade da proposta de preços que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da data da abertura das propostas virtuais;
 - e) discriminados, em moeda corrente nacional, os **preços dos itens** limitados a **04 (quatro)** casas decimais para os centavos;
 - f) discriminado, o prazo de validade da Ata de **01 de maio de 2015 a 31 de outubro de 2015**;
 - g) o prazo de entrega dos itens de **até 10 (dez) dias** do recebimento da Autorização de Fornecimento **exclusivamente emitida pelo Órgão Participante**;
 - h) as especificação, marca completa do produto oferecido de acordo com as apresentadas na Proposta Eletrônica, com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, **totalmente e estritamente** conformes descrito no **item 1.1**, deste Edital;
 - i) o valor unitário e valor total com a quantidade estimada;
 - j) os dados Bancários conforme **ANEXO II**;
 - k) a descrição da Embalagem Primária para o lote, sendo o caso, conforme item 2.7.2.

- 9.3 Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o **MENOR PREÇO UNITÁRIO - POR ITEM**.

- 9.4 Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

10 GARANTIA

- 10.1 As licitantes vencedoras deverão, respeitadas as particularidades e exigências de cada item, fornecer o objeto com validade/garantia igual ou superior a 12 (doze) meses contados do recebimento do objeto, a cada Autorização de Fornecimento.

11 DA HABILITAÇÃO

- 11.1 **TODA A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO NO ITEM 8.16, CONTENDO A SEGUINTE INDICAÇÃO:**
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2015-CISNORDESTE/SC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015-CISNORDESTE/SC
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)

- 11.2 Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Código Civil), a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores; No caso de consórcio de empresas, além do ato constitutivo das empresas consorciadas, documentos referidos no art. 33 da Lei nº 8.666/93.
- b) caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF – Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, a fim de comprovar os poderes do outorgado.
- c) Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (**ANEXO III**).



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

c.1) Sendo a licitante a ser habilitada Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva, comprovando a regularização da restrição, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

- d) a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, deverá apresentar a seguinte documentação:
- d.1) comprovante de opção pelo Simples Nacional, obtido através do site da Secretaria da Receita Federal - <http://www.receita.fazenda.gov.br/>;
 - d.2) declaração firmada pelo representante legal da empresa ou seu procurador, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/06, conforme modelo (ANEXO V).
 - d.3) os documentos relacionados nos subitens **d.1** e **d.2** poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103, publicado no D.O.U. do dia 22/05/2007.
- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
 - b) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União
 - c) prova de Regularidade com a Fazenda Estadual da sede da licitante;
 - d) prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
 - e) prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);
 - f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), nos termos da Lei Federal nº 12.440/2011.
 - g) cópia da Licença Sanitária Estadual ou Municipal, para a atividade desenvolvida pela empresa: produção, importação, armazenamento, distribuição ou comercialização de medicamentos (art. 5º da Portaria Ministerial nº 2814, de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998).
 - h) cópia da Autorização de Funcionamento da empresa ou da respectiva publicação no Diário Oficial da União, no caso de cotação de medicamentos sujeitos ao controle especial (art. 2º da Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998, da Secretaria de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde).
 - i) as distribuidoras de medicamentos deverão atender ao contido no art. 23, §§ 7º e 8º da Lei nº 9.782/99. Caso a renovação da autorização de funcionamento e/ou autorização de funcionamento especial ainda não tenha sido publicada pela ANVISA, será aceita cópia do protocolo de renovação, juntamente com autorização do funcionamento publicada no Diário Oficial da União do ano anterior.
 - j) No caso da empresa detentora da marca terceirizar a produção do produto cotado para outra empresa, a licitante deverá apresentar o contrato de terceirização, contendo os produtos a serem terceirizados.
 - k) cópia do Certificado de Registro do Produto ou de sua publicação no Diário Oficial da União (art. 5º da Portaria Ministerial nº 2.814, de 29 de maio de 1998 alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998), devendo este ser identificado com o número do item a que se refere.
- 11.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar os documentos referentes à regularidade fiscal.** Todavia, apresentada eventual restrição, esta poderá ser sanada no prazo de **5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período**, na forma do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.
- 11.3.1 A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, facultando ao Órgão Gerenciador convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.
- 11.4 Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais na sede do Órgão Gerenciador, para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. **Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX), tampouco documentos ilegíveis.**
- 11.5 Em hipótese alguma serão aceitos documentos com prazo de validade vencido.
- 11.5.1 Os documentos apresentados sem prazo de validade serão considerados válidos por **4 (quatro) meses** após a sua expedição.

12 DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

12.1 Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
- b) apresentação do Certificado de Controle de Qualidade do Lote de cada produto;
- c) apresentação de Registro e/ou Notificação do produto na ANVISA/MS;
- d) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- e) fornecer os medicamentos dentro do prazo de validade exigido no item 10.1;



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

- f) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas dos medicamentos, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- g) enviar por e-mail o arquivo *XML* oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante e Órgão Gerenciador indicados na autorização de fornecimento;
- h) lançar o atendimento para cada Autorização de Fornecimento, e inclusão da Nota Fiscal em pdf e em *XML*, no sistema informatizado de controle de execução das Atas de Registro de Preços, *online*, disponibilizado pelo Órgão Gerenciador, conforme item 2.1.2;
- i) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviada por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- j) havendo variação de preços de mercado ou indisponibilidade de produto, que inviabilizem o cumprimento do fornecimento na forma registrada, informar ao Órgão Gerenciador, antes do recebimento das Autorizações de Fornecimento/Pedido de Medicamentos ou, no máximo, dentro do prazo previsto para fornecimento do objeto.

13 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

- 13.1 A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de **MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM**, desde que atendidas as exigências deste Edital.

14 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 14.1 Decairá do direito de impugnar os termos do Edital aquele que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.
- 14.1.1 *Não será admitida a Impugnação do Edital por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada, instruída com documentos, junto ao CISNORDESTE/SC.*
- 14.2 Caberá ao Pregoeiro decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a Impugnação interposta.
- 14.3 Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO DE FORNECIMENTO

- 15.1 As obrigações decorrentes das futuras aquisições do objeto, constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre o Órgão Gerenciador (Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina), os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados e Hospital Municipal São José), e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será de **01 de maio de 2015 a 31 de outubro de 2015**.
- 15.1.1 Serão formalizadas atas entre o Órgão Gerenciador/Órgão Participante(1) e Fornecedor; Órgão Gerenciador/Órgão Participante(2) e Fornecedor; Órgão Gerenciador/Órgão Participante(3) e Fornecedor, e, assim, sucessivamente, até o total de Órgãos Participantes que tenham previsão de consumo para cada lote.
- 15.2 O fornecedor classificado em primeiro lugar nos lances realizados no certame será convocado a firmar as Atas de Registro de Preços (Órgão Gerenciador e cada Órgão Participante conforme estimativa de consumo, previsto no item 3 deste Edital) no prazo de até **5 (cinco) dias úteis** após a homologação, podendo ser o prazo prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração do Consórcio, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal e trabalhista.
- 15.2.1 Havendo viabilidade técnica, poderá ser utilizada a assinatura digital de documentos, desde que inequívoca a autenticidade e integridade ao documento eletrônico e que a assinatura digital seja gerada por processo de criptografia de chaves públicas, conforme MP nº 2.200-2/2001.
- 15.3 O licitante que, convocado para assinar as Atas de Registro de Preços, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído, aplicando-se-lhe a sanção prevista no item 17.8 deste Edital.
- 15.4 Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar as Atas de Registro de Preços, no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.
- 15.5 Observados os critérios e condições estabelecidos neste Edital, os Órgãos Participantes poderão firmar Atas de Registro de Preços ou Aditivos com mais de um fornecedor, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.
- 15.6 A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16 DO REAJUSTE DOS PREÇOS

16.1 Os preços não serão reajustados durante a validade das Atas de Registro de Preços.

17 DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

- 17.1 Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, desde que manifeste sua intenção, imediatamente, através do sistema eletrônico. O licitante recorrente deverá fazer, via sistema, o registro da síntese das suas razões, devendo juntar memoriais com as razões detalhadas, no prazo de 3 (três) dias, na sede do CISONORDESTE/SC. Os licitantes interessados ficam, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. Dentro do prazo para apresentação de contrarrazões, será facultada vistas dos autos aos interessados.
- 17.1.1 A falta de manifestação imediata e motivada importará na preclusão do direito de recurso, bem como a falta de apresentação das razões de recurso, por memoriais, na forma do item 17.1 acarretará na mesma consequência.
- 17.1.2 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante.
- 17.1.3 Não será admitido que as Razões do Recurso sejam apresentadas por intermédio de fac-símile ou via e-mail, tampouco serão recebidas as razões ou contrarrazões apresentadas fora do prazo e/ou assinadas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente, devendo a referida peça ser protocolada junto ao Consorcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISONORDESTE/SC.
- 17.1.4 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 17.2 Não havendo manifestação dos licitantes quanto à interposição de recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), por item/lote, sendo submetido este resultado ao Presidente do CISONORDESTE/SC para homologação.
- 17.3 O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Presidente do CISONORDESTE/SC, por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Presidente do CISONORDESTE/SC, devidamente instruído(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.
- 17.4 Decidido(s) o(s) recurso(s) eventualmente interposto(s), será o resultado da licitação submetido ao Presidente do CISONORDESTE/SC para o procedimento de homologação com a devida adjudicação, do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).
- 17.5 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato/Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da convocação, feita através do email cadastrado, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.
- 17.6 De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.
- 17.6.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:
- a) advertência;
 - b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISONORDESTE/SC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
 - c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica(m) o(s) Fornecedor(es) sujeito(s) a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total inadimplido, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
 - d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
 - e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, poderá ser considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicada a multa de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato inadimplido.
 - f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o Órgão Gerenciador ou Participante incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

- 17.7 A multa moratória prevista na alínea *c* do item 17.6.1 é inacumulável com as multas sancionatórias previstas nas alíneas *d* e *e* do mesmo item, se decorrentes do mesmo fato gerador. Entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.
- 17.7.1 Aplicar-se-á a multa prevista na alínea *e* do item 17.6.1 no caso de requerimento de cancelamento/desclassificação de lote após ter se esgotado o prazo para fornecimento do objeto requerido na Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos.
- 17.7.2 Os requerimentos de reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes de fatos supervenientes deverão ser realizados antes do recebimento da Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos, ou, no máximo, dentro do prazo previsto para fornecimento do objeto, sob pena de aplicação da multa prevista na alínea *d* do item 17.6.1, caso o requerimento de reequilíbrio seja aceito ou da multa prevista na alínea *e* do item 17.6.1, caso o mesmo não seja aceito.
- 17.7.3 O fornecedor ao qual já houver sido cominada a penalidade descrita no item 17.6.1 alínea *d* por 3 (três) vezes, poderá ser obstado de participar no próximo pregão para registro de preços do mesmo objeto a ser realizado pelo Órgão Gerenciador.
- 17.8 Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, ao licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para alicitiação, que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o CISNORDESTE/SC, bem como com qualquer um dos Órgãos Participantes, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 17.9 A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, instaurado pelo Pregoeiro, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica (*email*) com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante em seu cadastro, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.
- 17.10 Das decisões que cominarem penalidades, caberá recurso à Diretora Executiva do CISNORDESTE/SC, no prazo de 10 (dez) dias.
- 17.11 Ficará suspensa e exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta Reais), facultando-se à Administração exigi-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite.
- 17.12 No caso do item 17.11, sendo o fato punível, também, com penalidades não pecuniárias, nada obsta sua aplicação.
- 17.13 As multas eventualmente aplicadas deverão ser depositadas a favor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.

18 DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 18.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.
- 18.1.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 18.1.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:
- I. convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
 - II. frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
 - III. convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 18.1.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:
- I. consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo licitante vencedor ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado.
 - II. obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

NORDESTE/SC

- III. frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer **antes** de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento; e
 - IV. poderá ser firmada Ata de Registro de Preços para inclusão do lote, conforme melhor proposta atualmente obtida. Havendo identidade de ofertas, prevalecerá a daquele que houver obtido melhor classificação no certame.
- 18.1.4 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 18.1.5 Será possível a subrogação de direitos e obrigações do Fornecedor, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme art. 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

19 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

- 19.1 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:
- I. descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
 - II. recusar-se a celebrar as Atas de Registro de Preços ou não retirar o instrumento, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
 - III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - IV. tiver presentes razões de interesse público;
 - V. for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
 - VI. for impedido de licitar e contratar com o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
 - VII. não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Órgão Gerenciador na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.
- 19.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Diretora Executiva do Órgão Gerenciador.
- 19.3 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, não aplicando-se-lhe quaisquer penalidades, caso o faça antes de receber a Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos ou antes de esgotado o prazo de fornecimento da Autorização de Fornecimento.

20 DA DOTAÇÃO

- 20.1 As despesas decorrentes das aquisições dos medicamentos, objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica dos orçamentos de cada Órgão Participante, referente o exercício de 2015.
- 20.1.1 O Órgão Participante, quando da contratação/empenhamento, especificará a classificação orçamentária pertinente.

21 DO PAGAMENTO

- 21.1 O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito diretamente pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.
- 21.1.1 O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento definitivo dos medicamentos, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva **Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML**.
- 21.2 O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.
- 21.3 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
- 21.4 Por ocasião do pagamento, o Órgão Participante poderá consultar a situação da regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor, podendo bloquear os pagamentos caso constate alguma irregularidade, até que a mesma seja sanada.

**NORDESTE/SC****CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br**22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 22.1 Caberá ao Órgão Gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços.
- 22.2 A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 22.3 A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta e anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.
- 22.3.1 Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
- 22.3.2 Caberá ao Fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
- 22.3.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.
- 22.3.4 Os quantitativos decorrentes das adesões, não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para os Órgãos Participantes, independente do número de órgãos que aderirem.
- 22.4 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.
- 22.5 O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, logo após sua homologação.
- 22.6 Detalhes não citados referentes à prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.
- 22.7 O Presidente do CISNORDESTE/SC poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
- 22.8 O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como responderão às dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, através do telefone (47) 3422 9838, ou pessoalmente (Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville/SC).
- 22.9 Não cabe à **BLL - Bolsa de Licitações e Leilões** qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo Fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.
- 22.10 O Pregoeiro e Equipe de Apoio foram nomeadas através da Resolução nº 02, de 21 de janeiro de 2015.
- 22.11 São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:
- a) ANEXO I – Modelo de Proposta de Preços;
 - b) ANEXO II – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
 - c) ANEXO III – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
 - d) ANEXO IV – Relação dos Órgãos (Gerenciador e Participantes);
 - e) ANEXO V – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
 - f) ANEXO VI – Minuta da Ata de Registro de Preços;
 - g) ANEXO VII – Termo de Adesão Bolsa de Licitações e Leilões;
 - h) ANEXO VIII – Modelo de Proposta Eletrônica.
 - i) ANEXO IX – Endereços para entrega dos medicamentos e Dados para Faturamento
 - j) ANEXO X – Dados para cadastro do Fornecedor

Joinville (SC), 30 de março de 2015.

JOSÉ CHAVES

Presidente do CISNORDESTE/SC



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

ANEXO I

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2015-CISNORDESTE/SC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015-CISNORDESTE/SC

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº 002/2015 – CISNORDESTE/SC, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

1 – IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:
CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:
REPRESENTANTE e CARGO:
CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:
ENDEREÇO e TELEFONE:
AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA (conforme ANEXO II)

2 – PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, limitados a 04 (quatro) casas decimais.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

3 – CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PRAZO DE GARANTIA

A garantia deverá ser conforme descrito no item 10.1, deste Edital.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Item 2.1.3 e 2.1.8, deste Edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, **60 (sessenta)** dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

De acordo com item 1.2 do Edital: de **01 de maio de 2015 a 31 de outubro de 2015**

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transporte e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

4 - OBJETO DA PROPOSTA (MODELO):

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO	MARCA/ MODELO	EMBALAGEM PRIMÁRIA *	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	40.600	Frasco	Acebrofilina 5mg/ml, xarope pediátrico,				
45	200	Comprimido	Anlodipino (besilato) + Ramipil 5,0/5mg				
			CONTINUA ...				

* informar Embalagem Primária, caso não conste nas tabelas do Edital



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

Local e Data

Carimbo do CNPJ:

Assinatura do Representante



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

ANEXO II**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2015-CISNORDESTE/SC****REGISTRO DE PREÇOS N° 002/2015-CISNORDESTE/SC****1. DADOS BANCÁRIOS**

NOME DO BANCO:
CIDADE:
N° DA AGÊNCIA:
N° DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE N°:
CPF/MF N°:



Carimbo do CNPJ:



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

ANEXO IV**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2015-CISNORDESTE/SC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015-CISNORDESTE/SC****RELAÇÃO DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

ÓRGÃO GERENCIADOR	ENDEREÇO	CNPJ	PRESIDENTE
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de SC – CISNORDESTE/SC	Rua Max Colin, nº 1843, América	03.222.337/0001-31	José Chaves

**RELAÇÃO DOS
ÓRGÃOS PARTICIPANTES:**

ÓRGÃO PARTICIPANTE	ENDEREÇO	CNPJ	RESPONSÁVEL
Município de Balneário Barra do Sul	Av. Amandio Cabral, nº 457, Centro, CEP 89.247-000	95.945.509/0001-80	Ademar Henrique Borges
Município de Barra Velha	Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, CEP 88.390-000	83.102.830/0001-57	Claudemir Matias Francisco
Município de Campo Alegre	Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, CEP 89.294-000	83.102.749/0001-77	Rubens Blaszkowski
Município de Corupá	Av. Getúlio Vargas, nº 443, Centro, CEP 89.278-000	83.102.467/0001-70	Luís Carlos Tamanini
Município de Garuva	Av. Celso Ramos, nº 1.614, Centro, CEP 89.248-000	83.102.848/0001-59	José Chaves
Município de Guaramirim	Rua 28 de Agosto, nº 2.043, Centro, CEP 89.270-000	11.293.409/0001-60	Lauro Frohlich
Município de Itapoá	Rua Mariana Michel Borges, nº 201, Bairro Itapema do Norte, CEP 89.249-000	81.140.303/0001-00	Sérgio Ferreira de Aguiar
Município de Jaraguá do Sul	Rua Walter Marquardt, nº 1.111, Bairro Barra do Rio Molha, CEP 89.259-700	83.102.459/0001-23	Dieter Janssen
Município de Joinville	Av. Hermann August Lepper, nº 10, Centro, CEP 89.201-910	08.189.821/0001-37	Udo Döhler
Município de Massaranduba	Rua 11 de Novembro, nº 2.765, Centro, CEP 89.108-000	83.102.483/0001-62	Mário Fernando Reinke
Município de Rio Negrinho	Av. Richard S. de Albuquerque, nº 200, Centro, CEP 89.295-000	83.102.756/0001-79	Alcides Grohskopf
Município de São Bento do Sul	Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, CEP 89.280-902	08.281.643/0001-62	Fernando Tureck
Município de São Francisco do Sul	Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, CEP 89.240-000	83.102.269/0001-06	Luiz Roberto de Oliveira
Município de São João do Itaperiú	Rua José Bonifácio Pires, nº 45, Centro, CEP 88.395-000	95.954.442/0001-83	Rolvani Delmonego
Município de Schroeder	Rua Mal. Castelo Branco, nº 3.201, Centro, CEP 89.275-000	83.102.491/0001-09	Oswaldo Jurck
Hospital Municipal São José	Avenida Getúlio Vargas, nº 238, Centro, CEP: 89202-000 – Joinville/SC	84.703.248/0001-09	Udo Döhler



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

ANEXO V

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2015-CISNORDESTE/SC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015-CISNORDESTE/SC**

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS
E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ou procurado _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas elencadas na Lei nº 8.666/93, que em conformidade com o previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, ter a receita bruta equivalente a uma _____ (microempresa ou empresa de pequeno porte). Declara ainda que não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, art. 3º da LC 123/06.

Assinatura e carimbo
Representante da empresa

Carimbo do CNPJ:

--



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

ANEXO VI

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2015-CISNORDESTE/SC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015-CISNORDESTE/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2015-CISNORDESTE/SC

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº...../2015

Aos ... dias do mês de do ano de dois mil e, presentes de um lado, o **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 03.222.337/0001-31, com sede na Rua Max Colin, nº 1843, América, no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, José Chaves, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e o **MUNICÍPIO DE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua, inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. doravante denominado **ÓRGÃO PARTICIPANTE**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: pessoa jurídica de direito privado, situada na, nº, na cidade de, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada pelo, Sr., doravante denominado **FORNECEDOR**, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Resolução do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC nº 02 de 10 de janeiro de 2014 e no Edital de Pregão Eletrônico nº 02/2015-CISNORDESTE/SC, e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

- 1.1 A presente Ata tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado, de medicamentos, para uso do Órgão Participante:, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços: 01 de maio de 2015 a 31 de outubro de 2015, conforme Tabela da Cláusula Décima Quarta.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

- 2.1 Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a Tabela da Cláusula Décima Quarta.
- 2.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estimados pelo Órgão Participante e fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS

- 3.1 As contratações dos itens, de forma parcelada, serão efetuadas conforme a necessidade de cada Órgão Participante, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.
 - 3.1.1 A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante, por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, Autorização de Fornecimento, Pedido de Medicamentos ou Contrato.
 - 3.1.2 Neste ato, é atribuído um login e senha FORNECEDOR para acesso ao sistema de controle STLicita, disponível em <http://cisamunesc.stlicita.com.br/>, sendo as Autorizações de Fornecimento/Pedido de Medicamentos lançadas pelos Órgãos Participantes diretamente neste sistema.
 - 3.1.3 Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de **10 (dez)** dias, a contar da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, Pedido de Medicamentos ou Contrato, que serão geradas através do sistema Stlicita (<http://cisamunesc.stlicita.com.br/>) e enviada por meio eletrônico, no endereço eletrônico cadastrado pelo fornecedor.
 - 3.1.4 O FORNECEDOR deverá acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após envio.
 - 3.1.4.1 Caso o FORNECEDOR não confirme o recebimento no prazo mencionado no item 3.1.4, o próprio sistema fará a confirmação, sendo considerada válida para todos os efeitos.



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

- 3.1.4.2 Em razão da confirmação automática do recebimento das Autorizações de Fornecimento pelo sistema STLicita, na forma do item 3.1.4.1, caso haja alteração dos dados de acesso em relação àqueles informados no Anexo X do Edital do Pregão Eletrônico nº 02/2015-CISNORDESTE/SC, compete exclusivamente ao FORNECEDOR requerer a atualização dos seus dados de acesso.
- 3.1.5 Caso as autorizações de fornecimento a serem entregues não atinjam o valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta Reais), o FORNECEDOR, desde que inequivocamente noticie ao requisitante e este expressamente concorde, poderá exceder, em no máximo 10 (dez) dias, o prazo de entrega, não aplicando-se-lhe qualquer sanção.
- 3.1.6 O controle da situação das Autorizações de Fornecimento será realizada através do sistema informatizado STLicita, sendo liberado acesso ao FORNECEDOR, através de senha, fornecida por ocasião da celebração da Ata de Registro de Preços, conforme item 3.1.2.
- 3.1.7 Ao realizar o faturamento e entrega dos itens constantes da Autorização de Fornecimento, o FORNECEDOR deverá registrar o evento no sistema informatizado STLicita, anexando a Nota Fiscal Eletrônica respectiva, em formato "pdf", bem como o arquivo XML correspondente.
- 3.1.8 O FORNECEDOR deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante (Anexo IX), com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica.
- 3.2 A data de validade dos materiais a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de recebimento dos mesmos pelo solicitante.
- 3.3 **Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante correrão por conta do FORNECEDOR.**
- 3.3.1 Ficará sob total responsabilidade do FORNECEDOR, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.
- 3.4 O FORNECEDOR deverá apresentar no ato da entrega dos medicamentos:
- 3.4.1 o **Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle** por linha de produção/produto emitida pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, dentro do prazo de validade;
- 3.4.2 o **Certificado de Controle de Qualidade do lote** de cada produto, emitido pelo laboratório produtor.
- 3.4.3 o **Certificado de Registro de Produto** de cada medicamento, que poderá ser emitido via internet, no site da ANVISA, dentro do prazo de validade.
- 3.5 Os Órgãos Participantes observarão, para efeito de quantificação do pedido, a quantidade mínima da embalagem primária, nos casos de impossibilidade de fracionamento. Caso o FORNECEDOR receba Autorização de Fornecimento com quantidade incompatível com a possibilidade de fracionamento, deverá imediatamente informar ao Órgão Participante a situação, requerendo a revisão do empenho e, ainda, ao Órgão Gerenciador, para efetuar o cancelamento da quantidade remanescente no sistema STLicita.
- 3.6 A fracionabilidade será regulada pelas disposições contidas no Decreto nº 5.775/2006, Lei nº 6.360/76, Lei nº 6.437/77 e RDC nº 80/2006.
- 3.7 O FORNECEDOR deverá observar as diretrizes estabelecidas pela RDC nº 54/2013, referente à implantação do sistema nacional de controle de medicamentos e os mecanismos e procedimentos para rastreamento de medicamentos na cadeia dos produtos farmacêuticos
- 3.8 Para fins desta Ata de Registro de Preços, são considerados sinônimos os termos Autorização de Fornecimento e Pedido de Medicamentos.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

- 4.1 O pagamento pelas aquisições, objeto da presente Ata de Registro de Preços, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.
- 4.1.1 O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento definitivo dos medicamentos, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva **Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML**.
- 4.1.2 O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.
- 4.2 Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
- 4.3 Por ocasião do pagamento, o Órgão Participante consultará a situação da regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor, podendo bloquear os pagamentos caso constatare alguma irregularidade, até que a mesma seja sanada.
- 4.4 Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR****5.1** Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) fornecer o objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas e condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 02/2015 – CISONORDESTE/SC;
- b) apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle da produção/produto;
- c) apresentar o Certificado de Controle de Qualidade do Lote de cada produto;
- d) apresentar o Registro e/ou Notificação do produto na ANVISA/MS;
- e) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- f) fornecer os medicamentos dentro do prazo de validade exigido no item 3.2;
- g) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas dos medicamentos, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- h) enviar por *e-mail* o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante e Órgão Gerenciador indicados na Autorização de Fornecimento;
- i) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviada por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- j) **lançar o atendimento para cada Autorização de Fornecimento, e inclusão da Nota Fiscal em pdf e em XML, no sistema STLicita, online, disponibilizado pelo Órgão Gerenciador;**
- k) **havendo variação de preços de mercado ou indisponibilidade de produto, que inviabilizem o cumprimento do fornecimento na forma registrada, informar ao Órgão Gerenciador, antes do recebimento das Autorizações de Fornecimento ou, no máximo, dentro do prazo estipulado para fornecimento, sem tolerância.**

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**6.1** Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao FORNECEDOR as seguintes sanções:

- a) advertência;
 - b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISONORDESTE/SC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
 - c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica(m) o(s) FORNECEDOR(ES) sujeito(s) à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total inadimplido, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
 - d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
 - e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato inadimplido.
 - f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o Órgão Gerenciador ou Participante incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>
 - g) o FORNECEDOR ao qual já houver sido cominada a penalidade descrita no item 17.6.1 alínea d por 3 (três) vezes, poderá ser obstado de participar no próximo pregão para registro de preços do mesmo objeto a ser realizado pelo Órgão Gerenciador.
- 6.2 A multa moratória prevista na alínea c do item 6.1 é inacumulável com as multas sancionatórias previstas nas alíneas d e e do mesmo item, se decorrentes do mesmo fato gerador. Entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.
- 6.3 Aplicar-se-á a multa prevista na alínea e do item 6.1 no caso de requerimento de cancelamento/desclassificação de lote após ter sido emitida a Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos pelo Órgão Participante.
- 6.4 Os requerimentos de reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes de fatos supervenientes deverão ser realizados antes do recebimento da Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos enviado pelo Órgão Participante ou, no máximo, dentro do prazo previsto para fornecimento do objeto, sob pena de aplicação da multa prevista na alínea d do item 6.1, caso o requerimento de reequilíbrio seja aceito ou da multa prevista na alínea e do item 6.1, caso o mesmo não seja aceito.
- 6.5 Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o FORNECEDOR que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, que ensejarem o retardamento da execução do contrato, não mantiver a proposta,

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

- falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o CISONORDESTE/SC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 6.6 A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica (*email*) com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante em seu cadastro, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.
- 6.7 Das decisões que cominarem penalidades, caberá recurso à Diretora Executiva do CISONORDESTE/SC, no prazo de 10 (dez) dias.
- 6.8 Ficará suspensa e exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta Reais), facultando-se à Administração torná-las exigíveis no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite. Entretanto, sendo o fato punível com penalidades não pecuniárias, nada obsta sua aplicação.
- 6.9 As multas eventualmente aplicadas deverão ser depositadas a favor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISONORDESTE/SC, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 7.1 Os contratos decorrentes da presente Ata poderão ser rescindidos, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados nos artigos 77, 78 e 79 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.
- 8.1.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR.
- 8.1.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:
- I. convocar o FORNECEDOR visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
 - II. frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido; e
 - III. convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 8.1.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:
- I. consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo FORNECEDOR ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado.
 - II. obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o FORNECEDOR visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
 - III. frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento; e
 - IV. poderá ser firmada Ata de Registro de Preços para inclusão do lote, conforme melhor proposta atualmente obtida. Havendo identidade de ofertas, prevalecerá a daquele que houver obtido melhor classificação no certame.
- 8.1.4 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 8.1.5 Será possível a subrogação de direitos e obrigações do FORNECEDOR, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme art. 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

**NORDESTE/SC****CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC

Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31

www.cisamunesc.org.br

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- I. descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- II. recusar-se a celebrar as Atas de Registro de Preços ou não retirar o instrumento, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV. tiver presentes razões de interesse público;
- V. for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- VI. for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
- VII. não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, não aplicando-se-lhe quaisquer penalidades, caso o faça **antes** de receber a Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos.**CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015, conforme validade da presente Ata de Registro de Preços.

10.1.1 O Órgão Participante quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1 A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 03/2015-CISNORDESTE/SC, Pregão Eletrônico nº 002/2015-CISNORDESTE/SC, REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015-CISNORDESTE/SC, realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISNORDESTE/SC, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA12.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **01 de maio de 2015 a 31 de outubro de 2015**.

12.2 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, observado o máximo de 1 (um) ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

12.3 A vigência para execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador ou para os Órgãos Participantes, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir, independentemente da estimativa de consumo indicada na Cláusula Segunda e Décima Quarta.

13.2 Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital do Pregão Eletrônico nº 02/2015 – CISNORDESTE/SC e o preço registrado, o Órgão Participante poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

13.3 A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmarem as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Órgão Gerenciador e os Órgãos Participantes, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

13.5 A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta e anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

- 13.5.1 Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.
- 13.5.2 Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.
- 13.5.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.
- 13.5.4 Os quantitativos decorrentes das adesões à Ata de registro de Preços não poderão exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para os Órgãos Participantes, independentemente do número de órgãos que aderirem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DE REGISTRO DE PREÇOS E ESTIMATIVA DE CONSUMO

14.1 Tabela de itens, preços e estimativa de consumo registrados:

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO	MARCA/ MODELO	EMBALAGEM PRIMÁRIA *	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
...				
			CONTINUA ...				

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 É competente o foro da Comarca de Joinville, SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Joinville (SC), ... de de 2015.

JOSÉ CHAVES
Presidente do CISONORDESTE/SC
Órgão Gerenciador

Fornecedor Registrado

Órgão Participante

Assessoria Jurídica:

Testemunhas:

1ª – _____

2ª – _____



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

ANEXO VII**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2015-CISNORDESTE/SC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015-CISNORDESTE/SC****TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL E DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES**

Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)	
Nome:(Razão Social)	
Endereço:	
Complemento	Bairro:
Cidade:	UF
CEP:	CNPJ/CPF:
Inscrição estadual:	RG
Telefone comercial:	Fax:
Celular:	E-mail:
Representante legal:	
Cargo:	Telefone:
Ramo de Atividade:	

1 – Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2 – São responsabilidades do Licitante:

2.1 – tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha participar;

2.2 – observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;

2.2.1 - observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declarar pleno conhecimento;

2.2.2 - designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme ANEXO I;

2.2.3 - pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3 – O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no ANEXO IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

4 – O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no ANEXO IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões.

5 – **(cláusula facultativa – para caso de uso de corretoras)** O Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e representá-lo nos negócios de seu interesse realizados por meio do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:

5.1 – declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;

5.2 – apresentar lance de preço;

5.3 – apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo pregoeiro;

5.4 – solicitar informações via sistema eletrônico;

5.5 – interpor recursos contra atos do pregoeiro;

5.6 – apresentar e retirar documentos;

5.7 – solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;

5.8 – assinar documentos relativos às propostas;

5.9 – emitir e firmar o fechamento da operação;

5.10 – praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

Corretora:	
Endereço:	
CNPJ:	

6 – O presente Termo de Adesão é válido até __/__/__, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data:

Assinatura: _____
(reconhecer firma em cartório)

**Anexo ao Termo de Adesão ao Sistema Eletrônico de Licitações
da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - (Licitante direto)
Indicação de Usuário do Sistema**

Razão Social do Licitante:		
CNPJ/CPF:		
Operadores		
1	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
2	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
3	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:

Licitante reconhece que:

- a) a Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo do titular, não cabendo à Bolsa nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;
- b) o cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela Bolsa, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;
- c) a perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à Bolsa, para o necessário bloqueio de acesso;
- d) o Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros;
- e) o não pagamento da taxa ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da Bolsa, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA.

Local e data:

Responsável: _____

Assinatura: _____
(reconhecer firma em cartório)



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

ANEXO VIII**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2015-CISNORDESTE/SC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015-CISNORDESTE/SC****MODELO DE PROPOSTA ELETRÔNICA**

Ficha Técnica Descritiva do Objeto
Número do Item do edital:
Órgão comprador:
Marca/Modelo do produto:
Especificação do produto:
Prazo de validade da proposta (em dias, conforme estabelecido no edital):
Quantidade do Item:
Preço inicial para o item (em R\$):
Declaramos, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital).
Declaramos, ainda, que estamos enquadrados no Regime de tributação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme estabelece artigo 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 . [Somente na hipótese de o licitante ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP)]
Data:



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

ANEXO IX**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2015-CISNORDESTE/SC****REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015-CISNORDESTE/SC****RELAÇÃO DE ENDEREÇOS PARA ENTREGA DOS MEDICAMENTOS E DADOS PARA FATURAMENTO**

ÓRGÃO PARTICIPANTE	DADOS PARA FATURAMENTO	ENDEREÇO DE ENTREGA
Balneário Barra do Sul	Fundo Municipal de Saúde de Baln. Barra do Sul CNPJ: 11.228.769/0001-88 Rua Amâncio Cabral, nº 457, Centro Balneário Barra do Sul/SC – Telefone: (47) 3448-1043 Contato: saude@balneariobarradosul.sc.gov.br	Complexo de Saúde - Farmácia Rua Francisco José Peixer, nº 329, Centro – Balneário Barra do Sul/SC. CEP: 88247-000
Barra Velha	Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha CNPJ: 01.877.528/0001-06 Av. Gov. Celso Ramos, nº 200, Centro – Barra Velha/SC - CEP: 88390-00 - Telefone (47) 3456-1067 – Contato: Andréa da Silva Ribeiro	Rua Miranda Coutinho, nº 49, Centro – Barra Velha/SC CEP: 88390-00
Campo Alegre	Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre CNPJ 01.941.360/0001-50 Av. Getúlio Vargas, nº 467, Centro Campo Alegre/SC - Telefone: (47) 3632-1621 Contato: Carolina da Costa Telma saude@campoalegre.sc.gov.br	Rua Irmã Amália Gheller, nº 22 Centro - Campo Alegre/SC
Corupá	Fundo Municipal de Saúde de Corupá CNPJ 11.269.752/0001-79 Av. Getúlio Vargas, nº 443, Centro CEP 89.278-000 Corupá/SC Telefone: (47) 3375-1234 Contato: Bernadete Hillbrecht saude@corupa.sc.gov.br	Rua Nereu Ramos, nº 312 Centro – Corupá/SC
Garuva	Fundo Municipal de Saúde de Garuva CNPJ 11.303.923/0001-39 Av. Celso Ramos, nº 1614, Centro Garuva/SC Telefone: (47) 3445-4018 Contato: Thiago Francisco Backes thiagobackes@hotmail.com	Rua Juarez Távora, nº 106 Centro – Garuva/SC
Guaramirim	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim CNPJ 11.293.409/0001-60 Rua Henrique Friedmann, nº 415, Centro CEP 89.270-000 Guaramirim/SC Contato: Júlia Coral Telefone: (47) 3373-6255 jsccoral@gmail.com	Rua Henrique Friedmann, nº 415 Centro - Guaramirim/SC
Itapoá	Fundo municipal de Saúde de Itapoá Rua: Mariana Michels Borges, 201, Itapema do Norte – Itapoá/SC. CNPJ: 11.485.410/0001-96 Contato: Cristian Angelo Grassi - telefone: (47) 3443-0617 - cristian@itapoa.sc.gov.br	Av: Zilda Arns Neumann, nº 557 - Itapema do Norte – Itapoá/SC de segunda a sexta-feira das 8:00hs as 14:00hs, sem fechar para o almoço.
Jaraguá do Sul	Fundo Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul CNPJ 14.007.211/0001-60 Rua Isidoro Pedri, nº 120, Jaraguá do Sul/SC Telefone: (47) 2106-8400 Contato: Lucimara Gabardo Tarachucky Saude.compras01@jaraquadosul.sc.gov.br	Rua Isidoro Pedri, nº 120 Bairro Barra do Rio Molha Jaraguá do Sul/SC
Joinville	Fundo Municipal de Saúde de Joinville CNPJ 08.184.821/0001-37 Rua Araranguá, nº 397, Bairro América Joinville/SC Telefone: (47) 3481-5105 Contato: Larissa Grun Brandão Nascimento gabinetsaudejoinville@gmail.com	Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF Rua Monsenhor Gercino, nº 1055 Bairro Itaum – Joinville/SC CEP 89.210-146



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

Massaranduba	Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba CNPJ 11.231.203/0001-05 Rua 11 de Novembro, nº 3.025, Centro CEP 89.108-000 – Massaranduba/SC Telefone: 47 3379-1568 Contato: Adriana Vasel Reinke adrianavasel@hotmail.com	Unidade Sanitária Centro Rua 11 de novembro,S/N - Centro CEP 89108-000- Massaranduba/SC
Rio Negrinho	Fundo Municipal de Saúde de Rio Negrinho CNPJ 10.377.912/0001-30 Av. Richard S. Albuquerque, nº 40, Centro Cívico, Rio Negrinho/SC Telefone: (47) 3644-2122 Contato: Cássia Marques Nakano saudern@rionegrinho.sc.gov.br	Av. Richard S. Albuquerque, nº 40, Centro Cívico, Rio Negrinho/SC farmacia.saude@rionegrinho.sc.gov.br
São Bento do Sul	Fundo Municipal de São Bento do Sul CNPJ 08.281.643/0001-62 Rua Largo Hugo Fischer, nº 25 São Bento do Sul/SC Telefone: (47) 3631-0400 Contato: Nilso Agostinho Cabral comprassaudes@saobentodosul.sc.gov.br	Central de Medicamentos Rua Henrique Schwartz, nº 61 – sala 11B – São Bento do Sul/SC Telefone: (47) 3635-1602
São Francisco do Sul	Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul Rua Manoel Bueno, nº 387, Rocio Grande, São Francisco do Sul/SC – CEP: 89240-000 Telefone: (47) 3444-6190 – 3444-2458 – 3444- 2033 – financeirosaude@saofranciscodosul.sc.gov.br	Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde Rua: Aldo Possamai, s/nº (subida Hospital da Caridade) - Centro – São Francisco do Sul/SC Telefone: (47) 3444-5202
São João do Itaperiú	Fundo Municipal de Saúde de São João do Itaperiú CNPJ: 10.422.587/0001-80 Rua José Romão de Souza, 470 – CEP: 88395- 000 – Telefone: Fone: (47) 3458-0010 Contato: Josiane B. Rocha – licitacao@pmsji.sc.gov.br	Farmácia Municipal Rua José Romão de Souza, 401, Centro, São João do Itaperiú/SC
Schroeder	Município de Schroeder CNPJ 83.102.491/0001-09 Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201 – Centro CEP 89.275-000 - Schroeder/SC Telefone: (47) 3374-6500 Contato: Nádia C.H. Tambosi nadiah@schroeder.sc.gov.br	Secretaria Municipal de Saúde Rua Paulo Jahn, nº 147 – Sala 26 Centro - Schroeder/SC A/C Roseane Finta Telefone: (47) 3374-6405 Saude.farmacia@schroeder.sc.gov.br
Hospital Municipal São José	Hospital Municipal São José CNPJ 84.703.248/0001-09 Av. Getúlio Vargas, nº 238 – Centro Joinville/SC Telefone: (47) 3441-6634 Contato: Ana Carolina Cristofolini Leopold Hmsj.nad@joinville.sc.gov.br	Hospital Municipal São José Serviço de Farmácia Av. Getúlio Vargas, nº 238 – Centro Joinville/SC Acesso pela Rua São José Segunda a Sexta, das 08h00 às 11h30min e das 13h30min às 16h00.



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

ANEXO X**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2015-CISNORDESTE/SC****REGISTRO DE PREÇOS N° 002/2015-CISNORDESTE/SC****DADOS CADASTRAIS DE FORNECEDORES****RAZÃO SOCIAL:****CNPJ:****INSCRIÇÃO ESTADUAL:****ENDEREÇO (rua, nº, Complemento, CEP, Cidade, Estado):****DADOS BANCÁRIOS:****CONTATO(S):**

SETOR	RESPONSÁVEL	TELEFONE(S)	EMAIL(S)
Licitação (Documentação)			
Autorizações de Fornecimento			
Faturamento/entregas			
Notificações			



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Rua Max Colin, 1843 - América - 89.204-635 Joinville/SC
Fone - 47 3422-9838 - CNPJ: 03.222.337/0001-31
www.cisamunesc.org.br

EXTRATO DE EDITAL

Aviso de Licitação
Pregão Eletrônico nº 002/2015 – CISNORDESTE/SC
Registro de Preços nº 002/2015 – CISNORDESTE/SC
Processo Administrativo nº 03/2015

OBJETO: O **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação, de forma parcelada, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC: **MUNICÍPIOS DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL, BARRA VELHA, CAMPO ALEGRE, CORUPÁ, GARUVA, GUARAMIRIM, ITAPOÁ, JARAGUÁ DO SUL, JOINVILLE, MASSARANDUBA, RIO NEGRINHO, SÃO BENTO DO SUL, SÃO FRANCISCO DO SUL, SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ, SCHROEDER E HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ** (autarquia integrante da administração indireta do Município de Joinville), durante o período de 01 de maio de 2015 a 31 de outubro de 2015.

TIPO: Menor preço - **POR ITEM**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00 do dia 01/04/2015 até às 09h00 do dia 13/04/2015.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 09h01min às 12h00 do dia 13/04/2015

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13h30 min do dia 13/04/2015

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

LOCAL: www.bjl.org.br "Acesso Identificado"

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville, SC

E-mail: cisamunesc@cisamunesc.org.br

Telefone: (47) 3422-9838

Fax: (47) 3422-9838

Site: www.cisamunesc.org.br

Joinville (SC), 30 de março de 2015.

JOSÉ CHAVES

Presidente do CISNORDESTE/SC

CIS-AMAVI**RESOLUÇÃO Nº 044 DE 11 DE MARÇO DE 2015**

RESOLUÇÃO Nº 044 DE 11 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre a alteração do Edital de Credenciamento Universal Nº 001/2013, proporcionando aumento de valores de complementos da tabela Unificada SUS, abaixo praticadas pelo CIS-AMAVI.

A Assembleia Geral Ordinária do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - CIS-AMAVI, realizada no dia 11 de março de 2015, em conformidade com o disposto no Contrato de Consórcio Público, por decisão unânime dos seus membros,

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR o Consórcio de Saúde do Alto Vale do Itajaí - CIS-AMAVI a promover a alteração do Edital de Credenciamento Universal nº 001/2013, proporcionando aumento na complementação da tabela unificada SUS nos seguintes procedimentos:

Código	Procedimento	Valor SUS	Comple- mento	Valor final
02.05.01.002-4	Ecocardiografia Transesofágica	165,00	136,50	301,50
02.05.01.003-2	Ecocardiografia Transtorácica	39,94	65,06	105,00
02.05.01.004-0	Ultrassonografia doppler de vasos (até 3 vasos) – ecodoppler de carótida	39,60	150,40	190,00
02.05.01.004-0	Ultrassonografia doppler de vasos (até 3 vasos)	39,60	120,00	159,60
02.05.01.005-9	Ultrassonografia doppler de fluxo obstétrico	42,90	20,00	62,90
02.05.01.003-8	Ultrassonografia de abdômen superior (fígado, vesícula, vias biliares)	24,20	20,00	44,20
02.05.02.004-6	Ultrassonografia de abdômen total	37,95	20,00	57,95
02.05.02.005-4	Ultrassonografia de aparelho urinário	24,20	20,00	44,20
02.05.02.006-2	Ultrassonografia de articulação	24,20	20,00	44,20
02.05.02.007-0	Ultrassonografia de bolsa escrotal	24,20	20,00	44,20
02.05.02.008-9	Ultrassonografia de globo ocular / órbita	24,20	20,00	44,20
02.05.02.009-7	Ultrassonografia mamaria bilateral	24,20	20,00	44,20
02.05.02.010-0	Ultrassonografia de próstata (via abdominal)	24,20	20,00	44,20
02.05.02.011-9	Ultrassonografia de próstata (via transretal)	24,20	20,00	44,20
02.05.02.012-7	Ultrassonografia de tireoide	24,20	20,00	44,20
02.05.02.013-5	Ultrassonografia de torax (extracardica)	24,20	20,00	44,20
02.05.02.014-3	Ultrassonografia obstétrica	24,20	20,00	44,20
02.05.02.015-1	Ultrassonografia obstétrica c/ doppler colorido e pulsando	39,60	70,00	109,60
02.05.02.016-0	Ultrassonografia pélvica (ginecologica)	24,20	20,00	44,20
02.05.02.017-8	Ultrassonografia transfontanela	24,20	20,00	44,20
02.05.02.018-6	Ultrassonografia transvaginal	24,20	20,00	44,20
02.05.02.019-4	Marcação de lesão pré-cirúrgica de lesão não palpável de mama associada a ultrassonografia	25,43	20,00	45,43
02.05.02.020-8	Ultra-sonografia de mama unilateral para avaliação de possíveis complicações e implante de prótese	12,10	10,00	22,10
02.05.02.021-6	Ultra-sonografia de mama bilateral para avaliação de possíveis complicações e implante de prótese	24,20	20,00	44,20
02.09.01.002-9	COLONOSCOPIA (COLOSCOPIA)	112,66	37,34	150,00
	Coleta Biopsia Cirurgica		15,00	15,00
	Sedação		20,00	20,00
	Materiais		115,00	115,00
02.09.01.003-7	ESOFAGOGASTRODUODENOSCOPIA	48,16	39,84	88,00
	Coleta Biopsia Cirurgica		15,00	15,00
	Teste de Urease		15,00	15,00
	Sedação		20,00	20,00
	Materiais		10,00	10,00
02.09.01.004-5	LAPAROSCOPIA	40,37	12,63	53,00
02.09.01.005-3	RETOSSIGMOIDOSCOPIA	23,13	6,87	30,00
	Coleta Biopsia Cirurgica		15,00	15,00
	Sedação		20,00	20,00
	Materiais		54,00	54,00
02.09.01.006-1	VIDEOLAPAROSCOPIA	95,00	25,00	120,00

02.09.02.001-6	CISTOSCOPIA E/OU URETEROSCOPIA E/OU URETROSCOPIA	18,00	20,00	38,00
02.09.04.002-5	LARINGOSCOPIA	47,14	20,00	67,14
02.09.04.004-1	VIDEOLARINGOSCOPIA	45,50	20,00	65,50
02.11.02.003-6	ELETROCARDIOGRAMA	5,15	24,85	30,00
02.11.02.004-4	MONITORAMENTO PELO SISTEMA HOLTER 24 HS (3 CANAIS)	30,00	78,00	108,00
02.11.02.005-2	MONITORIZACAO AMBULATORIAL DE PRESSAO ARTERIAL	10,07	99,93	110,00
02.11.02.006-0	TESTE DE ESFORCO / TESTE ERGOMETRICO	30,00	90,00	120,00
03.01.01.007-2	CONSULTA ESPECIALIZADA	10,00	30,00	40,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 11 de março de 2015.
NILSON FRANCISCO STAINSACK
Presidente Conselho Administração

Consórcio CISAMA

PORTARIA Nº 01/2015 KATINARA GOEDERT

PORTARIA Nº 01/2015

Nomeia KATINARA GOEDERT para o cargo de COORDENADORA DE PROJETOS NA ÁREA DE SANEAMENTO BÁSICO do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense - CISAMA.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense - CISAMA, Sr. Edilson José de Souza, no uso de suas atribuições legais, constantes do Estatuto Social, § 1º, da Cláusula 41ª, do Protocolo de Intenções, seu anexo I e, demais disposições legais aplicáveis à espécie,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. KATINARA GOEDERT, para ocupar o cargo de COORDENADORA DE PROJETOS NA ÁREA DE SANEAMENTO BÁSICO constante do quadro de empregos públicos de livre nomeação, previstos no anexo I, do Protocolo de Intenções do CISAMA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 01 de abril de 2015.
Edilson José de Souza
Prefeito de Campo Belo do Sul
Presidente Empossado
Brasileiro, Solteiro, CPF 610.553.529-53
RG 1.823.208

CIRSURES**EXTRATO DE CONTRATO - 017/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 017/2014
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 001/2014
TERMO ADITIVO DE VIGÊNCIA
CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES
CONTRATADO: CORREA NUNES PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME
CNPJ: 01.961.633/0001-29
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO NO ATERRO SANITÁRIO EM TODO O SEU PERÍMETRO.
VIGÊNCIA: 31.12.2015